JORNAL OFICIAL
Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso

Índice

Associação Mato-Grossense dos Municípios - AMM-MT 5
Camara Municipal de Canarana 5
Camara Municipal de Confresa 6
Camara Municipal de Dom Aquino 8
Câmara Municipal de Nova Brasilândia 9
Camara Municipal de Tangará da Serra 9
Camara Municipal de Várzea Grande 9
Camara Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade 9
Consórcio Intermunicipal Complexo Nascentes do Pantanal 9
Consórcio Intermunicipal de Saúde Região Centro Norte do Estado de Mato Grosso 10
Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto - CISVP 10
Consórcio Intermunicipal de Saúde do Araguaia 13
Prefeitura Municipal de Acorizal 13
Prefeitura Municipal de Água Boa 14
Prefeitura Municipal de Alto Garças 19
Prefeitura Municipal de Alto Paraguai 22
Prefeitura Municipal de Alto Taquari 24
Prefeitura Municipal de Apiacás 25
Prefeitura Municipal de Araguaiana 29
Prefeitura Municipal de Araguainha 29
Prefeitura Municipal de Araputanga 39
Prefeitura Municipal de Arenápolis 40
Prefeitura Municipal de Aripuanã 41
Prefeitura Municipal de Barão de Melgaço 46
Prefeitura Municipal de Barra do Bugres 49
Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Araguaia 54
Prefeitura Municipal de Cáceres 55
Prefeitura Municipal de Campinápolis 61
Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis 65
Prefeitura Municipal de Campo Verde 67
Prefeitura Municipal de Campos de Júlio 70
Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte 70
Prefeitura Municipal de Canarana 76
Prefeitura Municipal de Carlinda 81
Prefeitura Municipal de Chapada dos Guimarães 84
Prefeitura Municipal de Cláudia 88
Prefeitura Municipal de Cocalinho 89
Prefeitura Municipal de Colíder 90
Prefeitura Municipal de Colniza 92
Prefeitura Municipal de Confresa 94
Prefeitura Municipal de Conquista D`Oeste 127
Prefeitura Municipal de Cotriguaçu 130
Prefeitura Municipal de Cuiabá 133
Prefeitura Municipal de Curvelândia 134
Prefeitura Municipal de Denise 138
Prefeitura Municipal de Diamantino 139
Prefeitura Municipal de Dom Aquino 141
Prefeitura Municipal de Feliz Natal 144
Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte 147
Prefeitura Municipal de Glória d´Oeste 148
Prefeitura Municipal de Itanhangá 148
Prefeitura Municipal de Itiquira 155

Prefeitura Municipal de Jaciara 164
Prefeitura Municipal de Jangada 166
Prefeitura Municipal de Jauru 169
Prefeitura Municipal de Juara 170
Prefeitura Municipal de Juruena 178
Prefeitura Municipal de Juscimeira 178
Prefeitura Municipal de Lambari d´Oeste 194
Prefeitura Municipal de Luciara 201
Prefeitura Municipal de Marcelândia 202
Prefeitura Municipal de Matupá 212
Prefeitura Municipal de Mirassol d´Oeste 212
Prefeitura Municipal de Nobres 222
Prefeitura Municipal de Nortelândia 224
Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento 226
Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes 228
Prefeitura Municipal de Nova Guarita 233
Prefeitura Municipal de Nova Lacerda 233
Prefeitura Municipal de Nova Marilândia 234
Prefeitura Municipal de Nova Maringá 236
Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde 237
Prefeitura Municipal de Nova Olímpia 241
Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena 244
Prefeitura Municipal de Nova Ubiratã 246
Prefeitura Municipal de Nova Xavantina 249
Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte 251
Prefeitura Municipal de Novo Mundo 251
Prefeitura Municipal de Novo Santo Antônio 253
Prefeitura Municipal de Paranatinga 254
Prefeitura Municipal de Pedra Preta 263
Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo 267
Prefeitura Municipal de Poconé 274
Prefeitura Municipal de Pontal do Araguaia 274
Prefeitura Municipal de Ponte Branca 275
Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte 276
Prefeitura Municipal de Porto Esperidião 278
Prefeitura Municipal de Porto Estrela 303
Prefeitura Municipal de Poxoréu 310
Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal 311
Prefeitura Municipal de Ribeirão Cascalheira 315
Prefeitura Municipal de Rio Branco 315
Prefeitura Municipal de Rondolândia 316
Prefeitura Municipal de Rondonópolis 322
Prefeitura Municipal de Rosário Oeste 323
Prefeitura Municipal de Salto do Céu 325
Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Xingu 329
Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato 331
Prefeitura Municipal de Santa Terezinha 334
Prefeitura Municipal de Santo Afonso 337
Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Leverger 344
Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste 344
Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia 346
Prefeitura Municipal de São José do Povo 350
Prefeitura Municipal de São José do Xingu 352
Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos 356
Prefeitura Municipal de São Pedro da Cipa 360
Prefeitura Municipal de Serra Nova Dourada 360
Prefeitura Municipal de Tabaporã 365
Prefeitura Municipal de Tangará da Serra 368
Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte 368
Prefeitura Municipal de Torixoréu 369
Prefeitura Municipal de União do Sul 369
Prefeitura Municipal de Vale de São Domingos 372
Prefeitura Municipal de Várzea Grande 372

Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade 377
Prefeitura Municipal de Vila Rica 379

APRESENTAÇÃO

DIRETORIA DA AMM BIÊNIO 2019/2020

Presidente de Honra: Deputado Ondanir Bortolini (Nininho)

Presidente: Neurilan Fraga

Primeiro Vice-Presidente: Arnóbio Vieira De Andrade – Marcelândia

Quinto Vice-Presidente: Fabio Martins Junqueira – Tangará Da Serra

Primeiro Secretário: : Francis Maris - Cáceres

Tesoureiro Geral: Marcos De Sá Fernandes Da Silva - Santa Cruz Do Xingu

Primeiro Tesoureiro: Adalto Jose Zago – Apiacás

Gerente de Comunicação
Malu Sousa

Responsável pelo Jornal Oficial AMM
Noides Cenio da Silva - (65) 2123-1270

(65) 9 9931-8446

Entre em Contato: jornaloficial@amm.org.br (65) - 2123 - 1270

O Diário Oficial dos Municípios do Estado do Mato Grosso
é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal

ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DOS MUNICÍPIOS - AMM-MT

LICITAÇÃO
EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO DO CONTRATO 015/2017

EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO DO CONTRATO 015/2017

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE DADOS FINANCEIRO E FISCAIS E DEMOGRÁFICOS DOS MUNICÍPIOS DE MATOGROSSO. ALÉM DO SUPORTE VIA TELEFONE OU PRESENCIAL FORNECIMENTO DE DADOS COMO ENVIO QUINZENAL DE "CLIPPING" COM A PAUTA DO CONGRESSO NACIONAL (CÂMARA DOS DEPUTADOS E SENADO FEDERAL) COM OS PROJETOS DE LEI QUE SÃO DE INTERESSE DOS MUNICÍPIOS.**

CONTRATANTE: ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DOS MUNICÍPIOS – AMM.

CONTRATADA: Fiscaldata Serviços de Informática LTDA CNPJ Nº 11.475.125/0001-94

Clausula: Fica Aditada a Clausula 4.1 do referido contrato em 06 (seis) meses, ou seja, até **24/12/2020**,totalizando 30 meses**,** podendo se aditado e/ou prorrogado nos termos da Lei n° 8.666/93 e suas alterações**.**

Cuiabá (MT) 24 de junho 2020.

NEURILAN FRAGA

PRESIDENTE

LICITAÇÃO
EXTRATO 5º TERMO ADITIVO DO CONTRATO 010-2016

EXTRATO 5º TERMO ADITIVO DO CONTRATO 010-2016

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE LICENÇA PARA USO DE SOFTWARE DINÂMICO ESPECIALIZADO EM GESTÃO DE DADOS CONTÁBEIS, QUE POSSIBILITE A APLICAÇÃO DE CÁLCULOS MEDIANTE POPULAÇÃO DE BANCO DE BANCO DE DADOS COM DIVERSIDADE DE INFORMAÇÕES PARA PERMITIR A CONFIGURAÇÃO DE MÉTODOS DE SAÍDA DE CONTEÚDO DE DIFERENTES TIPOS DE EXTENSÕES DE ARQUIVOS DE LAYOUTS DIVERSIFICADOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA AMM**.

CONTRATADA: D MIRANDA DA SILVA-ME

C.N.P.J./MF nº 24.728.341/0001-46

CLAUSULA : 1.1. Ficam aditados a Cláusula 4.1. do contrato em mais 06 (seis) meses, ou seja, de 20/06 a 20/12/2020**.**

Cuiabá (MT) 20 de junho de 2020.

NEURILAN FRAGA

PRESIDENTE

LICITAÇÃO
EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO DO CONTRATO 016/2019

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO DO CONTRATO 016/2019

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS E REALIZAÇÃO DE CURSOS, ESTIMADO EM 600 (SEISCENTAS HORAS), PARA ATENDER A ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DOS MUNICIPIOS – AMM, COMPREENDENDO O PLANEJAMENTO OPERACIONAL, ORGANIZAÇÃO, EXECUÇÃO E ACOMPANHAMENTO, EM REGIME DE EXECUÇÃO DIRETA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA ASSOCIAÇÃO MATOGROSSENSE DOS MUNICIPIOS - AMM PESSOA JURIDICA DE DIREITO PRIVADO.

CONTRATANTE: ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DOS MUNICÍPIOS – AMM.

CONTRATADA: TORTORELLI CONSULTORIA EIRELI-ME, CNPJ/MF sob o nº **24.855.724/0001-85**

ADITITADO VIGENCIA EM 06 (SEIS) MESES.

Cuiabá (MT) 24 de junho 2019.

NEURILAN FRAGA

PRESIDENTE

CAMARA MUNICIPAL DE CANARANA

PAUTA DA ORDEM DO DIA

Consta da Pauta da Ordem do Dia da Sessão Ordinária de 17 de agosto de 2020, no horário das 15h:

ORDEM DO DIA:

Ø Discussão e Votação em 2º Turno do Projeto de Emenda à Lei Orgânica nº 02/2020.

Ø De 16 de março de 2020.

Ø Dispõe sobre alteração da redação dos artigos 14 e 15 da LOM para redução do número de Vereadores

Ø Autoria: Legislativo

Ø Regime de Tramitação: Ordinário

Ø Quórum de Aprovação: 2/3 (dois-terços).

Ø Processo de Votação: Nominal

Ø Parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, Economia e Finanças.

Ø Discussão e Votação do Projeto de Lei nº 039/2020.

Ø De 15 de junho de 2020.

Ø Fixa os subsídios dos Vereadores e do Presidente da Câmara Municipal de Canarana.

Ø Autoria: Legislativo

Ø Regime de Tramitação: Ordinário

Ø Quórum de Aprovação: Maioria Absoluta.

Ø Processo de Votação: Nominal

Ø Parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, Economia e Finanças.

Ø Discussão e Votação do Projeto de Lei nº 040/2020.

Ø De 15 de junho de 2020.

Ø Fixa o subsídio mensal do Prefeito, vice-prefeito e secretários municipais, e fixa remuneração de férias do Prefeito e férias e décimo terceiro dos Secretários Municipais do Município de Canarana - MT e dá outras providências.

Ø Autoria: Legislativo

Ø Regime de Tramitação: Ordinário

Ø Quórum de Aprovação: Maioria Absoluta.

Ø Processo de Votação: Nominal

Ø Parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, Economia e Finanças.

Ø Discussão e Votação do Projeto de Lei nº 041/2020.

Ø De 03 de julho de 2020.

Ø Dispõe sobre a criação do Portal de Transparência: COVID-19, em página exclusiva no sítio eletrônico oficial do município para disponibilização de todos os valores e recursos arrecadados e a sua devida destinação, ao enfrentamento da pandemia do Coronavírus e dispõe sobre o REMUME.

Ø Autoria: Legislativo

Ø Regime de Tramitação: Ordinário

Ø Quórum de Aprovação: Maioria Simples.

Ø Processo de Votação: Nominal

Ø Parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

Ø Discussão e Votação do Projeto de Lei nº 048/2020.

Ø De 31 de julho de 2020.

Ø Dispõe sobre alteração do Parágrafo Único do art. 1º da Lei Municipal nº 1.436/2019 e dá outras providencias.

Ø Autoria: Executivo.

Ø Regime de Tramitação: Ordinário

Ø Quórum de Aprovação: Maioria Absoluta.

Ø Processo de Votação: Nominal

Ø Parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, Economia e Finanças.

Sala de Sessões, 14 de agosto de 2020.

Gilmar Miranda de Almeida

Presidente

CAMARA MUNICIPAL DE CONFRESA

CÂMARA MUNICIPA DE CONFRESA
CONTRATO Nº18/2020 - EMERGENCIAL STAF

CONTRATO DE LOCAÇÃO DE SOFTWARE, FIRMADO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE CONFRESA – MT E STAF SISTEMAS LTDA- EPP, PARA OS FINS QUE SE ESPECIFICA. CONTRATO DE Nº18.

A Câmara Municipal de Confresa/MT, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Mato Grosso, n. 120 Centro, nesta cidade, inscrita no CNPJ sob o n. 37.465.358/0001-08, neste ato representado por seu Presidente, **UASLEI WERNECK DA SILVA LIMA,** brasileiro, solteiro, inscrito no RG n. RG-2434203-3 SSP/MT e CPF n. 041.722.831-79, residente e domiciliado na Rua Helena Barcelos da Cunha, 133, Centro de Confresa- MT, doravante denominada Contratante, e a empresa **STAF SISTEMAS LTDA - EPP**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n. 07.941. 056/0001-90, com sede na avenida Historiador Rubens de Mendonça, sala 903, Bosque da Saúde, no município de Cuiabá/MT, doravante denominada Contratada, neste ato representada por seu representante legal **RODRIGO TELES DE SOUZA** , brasileiro empresário, portador da identidade nº 25. 198.266- x, inscrito no CPF n. 786.255.721-20, resolvem celebrar o presente Contrato, considerando o disposto na Lei Federal n. 8.666/93, mormente o artigo 24, inciso IV, conforme as cláusulas e condições que se enunciam a seguir:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de tecnologia da informação, envolvendo o licenciamento de uso de software mediante locação para gestão de informações da Câmara Municipal de Confresa.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Termo de Referência, independentemente de transcrição.

1.3. Especificação do objeto:

Solução de TI			
Item	**Módulos**	**Unidade**	**Quantidade**
1	Contabilidade	Licença	01
2	Compras	Licença	01
3	Patrimônio	Licença	01
4	Recursos Humanos e Folha de Pagamento	Licença	02
5	Portal da Transparência	Licença	Ilimitado
6	Compras	Licença	1
7	Estoque/Almoxarifado	Licença	1
8	Frotas	licença	1

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1 O prazo de vigência do presente contrato é de 45 (quarenta e cinco) dias, improrrogável, considerando que sua finalidade é atender situação de urgência, nos termos do inciso IV, artigo 24 da lei de licitações.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1.O valor total da contratação é de R$ 4.200,10.

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, para o exercício 2020, prevista no orçamento da Câmara Municipal, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade:

Fonte:

Programa de Trabalho:

Elemento de Despesa:

4.2. No(s) exercício(s) seguinte(s), as despesas correspondentes correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições à ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência.

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE

6.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – FORMA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO

7.1. A forma de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência.

8. CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

8.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência.

9. CLÁUSULA NONA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

9.1. Pela inexecução total ou parcial objeto deste contrato poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à licitante vencedora as seguintes sanções:

9.2 Advertência, por escrito que será aplicada por meio de notificação via ofício, mediante contra recibo da contratada;

9.3 Multa conforme limites abaixo especificados:

a) multa de 0,3% (zero vírgula três por cento), por dia de atraso, na execução do objeto, até no máximo 15 (quinze) dias, uma vez comunicados oficialmente, calculados sobre o valor da parcela a ser entregue, por ocorrência;

b) multa de 5% (cinco por cento) em caso de recusa da Adjudicatária em reparar as irregularidades detectadas e efetivamente apontadas pelo responsável indicado para fiscalização e acompanhamento da execução dos serviços.

c) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela a ser entregue em caso de atraso superior a 15 (quinze) dias na execução do objeto ou no cumprimento das obrigações contratuais, com possível rescisão contratual.

9.4 Ficará impedida de licitar e de contratar com a Administração Pública Municipal, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e de ampla defesa, enquanto perdurar motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, a licitante que convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do objeto pactuado, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – RESCISÃO

10.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

10.1.1. por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

10.1.2. amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

10.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

10.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

10.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

10.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

10.4.3. Indenizações e multas.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – VEDAÇÕES

11.1. É vedado à CONTRATADA:

11.1.1. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

11.1.2. Interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – ALTERAÇÕES

12.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

12.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS

13.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas aplicáveis e subsidiariamente os princípios gerais que orientam os contratos.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – PUBLICAÇÃO

14.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial Do Município, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – FORO

15.1. O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Comarca de Confresa-MT.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em três (três) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

CONFRESA- MT, 13 de agosto de 2020.

_____

Câmara Municipal de Confresa /MT

UASLEI WERNECK DA SILVA LIMA

Presidente

_____

Empresa

Rodrigo Teles de Souza

Representante Legal

Testemunha **Nome:** **CPF:**	**Testemunha** **Nome:** **CPF:**

CAMARA MUNICIPAL DE DOM AQUINO

CAMARA MUNICIPAL
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 001/2020.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 001/2020.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 001/2020, QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO A CÂMARA MUNICIPAL DE DOM AQUINO – MT, E DE OUTRO A EMPRESA RONALDO ANGELO DE OLIVEIRSA 95492402153 (ANGELO CONSTRUTORA), NAS CONDIÇÕES ABAIXO E SEGUINTES:

DAS PARTES

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE DOM AQUINO, com sede na avenida Pedro Celestino n° 127, CEP 78830-000, Dom Aquino, MT, inscrito no CNPJ sob o n.º 01.975.051/0001-00, neste ato representado pela Vereadora Presidente, Sra**. MARIA APARECIDA VILTO DA SILVA**, CPF nº 255.052.621-04, residente à avenida Castelo Branco s/n, bairro Planaltina em Dom Aquino-MT, Cep. 78.830-000, doravante denominada, simplesmente, **CONTRATANTE**,

CONTRATADO: RONALDO ANGELO DE OLIVEIRSA 95492402153, inscrita no CNPJ nº 31.573.067/0001-49, representada pelo Micro Empreendedor Individual (MEI) Sr. **RONALDO ANGELO DE OLIVEIRSA**, Brasileiro, casado, Trabalhador da construção civil, CPF nº 954.924.021-53, residente e domiciliado à Rua Rui Barbosa 02, bairro Beira Rio, na Cidade de Dom Aquino-MT, Cep. 78830-000, .doravante denominado simplesmente de **CONTRATADO.**

A CÂMARA MUNICIPAL DE DOM AQUINO E A EMPRESA RONALDO ANGELO DE OLIVEIRA 95492402153, acima qualificados, resolvem celebrar o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 001/2020, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

DAS ALTERAÇÕES

Cláusula Primeira: Objeto - Acrescenta ao contrato de prestação de serviço 001/2020, os seguintes serviços:

Item	Descrição	Unid	Preço Unitário	Preço Total
1	Fixar caixas de energia	30	25,00	750,00
2	Fixar caixa de distribuição de energia.	2	25,00	50,00
3	Embutir e fixar mangueira de ar condicionado	3	100,00	300,00
4	Reparo de válvula do banheiro feminino	01	150,00	150,00
5	Construção de uma rampa de cimento 2 x 80	01	100,00	100,00
6	Construção de 2 rampas interna (0,60 X 2,5)	02	100,00	200,00
7	Fixar uma caixa de distribuição (armário) na sala de contabilidade	01	150,00	150,00
8	Assentamento de 6 metros de resvestimento nos armários – parte inferior	6 mt	34,00	204,00
9	Contra piso da sala de som (4 m²)	04	25,00	100,00
	TOTAL			2.004

Cláusula Segunda: **Preço e forma de pagamento** - Acrescenta ao contrato original os preços de R$ 2.004,00 (dois mil e quatro reais), a ser pago no final do serviço, por ocasião da apresentação da Nota fiscal de Prestação de serviços.

Cláusula Terceira: Do prazo – O prazo para conclusão dos serviços passa a ser prorrogado por mais 15 dias.

DA BASE LEGAL

Fundamenta-se o presente termo aditivo no disposto no § 1º inciso II do art. 57 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, assim como pelo disposto na cláusula sétima do contrato principal, com a presença do interesse público e conveniência administrativa. “Verbis:”

DO INTERESSE PÚBLICO

4.1 – O interesse público na prorrogação do contrato se faz presente na medida em que se vislumbra, no caso, a oportunidade e conveniência administrativa em dar continuidade na execução dos serviços atendidos pelo objeto do contrato principal, revelando-se mais econômico a prorrogação do contrato do que a realização de novo processo licitatório, posto que de outra forma ter-se-ia a descontinuidade dos citados serviços, impondo dificuldades para o andamento dos mesmos, o que representaria evidentes prejuízos à administração do legislativo municipal, necessidade que se atende com a simples prorrogação legal do citado contrato mediante aditivo, na forma prevista na Legislação Específica, por ser procedimento completamente legal.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições constantes do contrato principal, ratificando-o, no todo, para todos os fins e efeitos.

DO FORO

7.1 - Fica eleito o Foro da Comarca da administração da Contratante, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir questões oriundas deste Instrumento, quando não resolvidos por meios administrativos e amigáveis.

Por estarem as partes de pleno acordo, assinam o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com 02 (duas) testemunhas.

Dom Aquino – MT, em 14 de agosto de 2020

CÂMARA MUNICIPAL DE DOM AQUINO

MARIA APARECIDA VILTO DA SILVA

Presidente

RONALDO ANGELO DE OLIVEIRA

Contratado

Testemunhas:

1) _____ 2) _____

Adelson Martins Coimbra Sebastião Matias Valadão

CPF: 667.062.891-91 CPF. 174.050.841-68

CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA

EXTRATO DE CONTRATO N° 01/2020

EXTRATO DE CONTRATO N° 01/2020

CONTRATO N: 01/2020

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA/MT

CONTRATADA: AGILI SOFTWARE BRASIL LTDA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO DE SISTEMAS DE GESTÃO PÚBLICA, PARA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA-MT

VALOR: **R$ 9.750,00 (nove mil setecentos e cinquenta reais)**, SENDO O VALOR DE R$ 1.950,00 (Um mil novecentos e cinquenta reais)

PRAZO: 5 (cinco) meses

DATA DE ASSINATURA: 14/08/2020

CAMARA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA
DECRETO LEGISLATIVO Nº 084, DE 12 DE AGOSTO DE 2020.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 084, DE 12 DE AGOSTO DE 2020.

ACOLHE NA INTEGRA O PARECER Nº 091/2019-TP, DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO E APROVA AS CONTAS ANUAIS DE GOVERNO DO EXERCÍCIO DE 2018 DO MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA.

Faço saber que a Câmara Municipal de Tangará da Serra aprovou, e eu, Presidente, nos termos do Art. 64, §1º da Lei Orgânica Municipal e do Art. 37, Inciso V, do Regimento Interno, promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º **ACOLHE** na íntegra o Parecer Prévio Favorável de nº **91/2019 – TP**, do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso e **APROVA** as contas de Governo do Município de Tangará da Serra, exercício **2018**, processos **16.674-0/2018, 19.393-3/2019, 15.740-6/2019 – apensos 37.690-6/2017 e 37.755-4/2017,** tendo como responsáveis o Prefeito Municipal Fábio Martins Junqueira e o contador Flávio Amaral Oliveira – CRC/MT Nº 008584/0-7 e aprova conforme Parecer Favorável da Comissão de Finanças e Orçamentos as Contas do Exercício de 2018.

Parágrafo único. O parecer da Comissão de Finanças e Orçamento que subsidia a aprovação das contas passa a fazer parte integrante deste Decreto como anexo.

Art. 2ºO presente Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos doze dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte, 44º Aniversário de Emancipação Político-Administrativa.

RONALDO QUINTÃO

Presidente

Registrado na Secretaria Geral da Câmara Municipal de Tangará da Serra, e publicado por afixação no lugar de costume, na data supra.

PROFESSOR SEBASTIAN

1º Secretário

CAMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
ATO N.º 151/2019

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1.º - Tornar sem efeito o ato n.º 150, publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios.

Art. 2.º - Este ato entra em vigor a partir desta data.

Gabinete da Presidência, 14 de agosto de 2020.

.

Vereador FABIO JOSÉ TARDIN

Presidente

Vereadora GISELE APARECIDA DE BARROS

1ª Secretária

CAMARA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE
PORTARIA Nº 010/2020

"EXONERAR OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO A QUE ESPECIFICA".

CLODOALDO MIRANDA DA CRUZ, Presidente do Poder Legislativo municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade,Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar **MARCIA VIVIANE FERNANDES DA SILVA FANTINATI,** brasileira, casada, residente e domiciliado nesta cidade, na Rua Marechal Rondon, Bairro: Centro, município de Vila Bela da Ss. Trindade – MT, portador do RG.: 12900842 SSP/MT e CPF.: 001.330.621-98, exonerando do cargo de provimento em comissão de **Secretaria Legislativa da Presidência da Câmara Municipal de Vila Bela – MT.**

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrario.

.

Vila Bela da Ss. Trindade – MT, 14 de agosto de 2020.

CLODOALDO MIRANDA DA CRUZ

PRESIDENTE DO PODER LEGISLATIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 18/2020

Contratante: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL, AMBIENTAL E TURÍSTICO DO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL, CNPJ: 08.979.143/0001-07 Contratada: **M. DIESEL CAMINHÕES E ÔNIBUS LTDA**, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ sob o número 07.811.058/0001-64. Objeto: Fornecimento Caminhão compactador de lixo 6m³. Marca/Modelo: VOKSWAGEN VW 9.170 Delivery, conforme Processo de Licitação Pregão Eletrônico nº 03/2020. Valor Contratual Total de R$ 257.000,00 (duzentos e cinquenta e sete mil reais). Prazo até 04/07/2021.

São José dos Quatro Marcos-MT, 06 de julho de 2020.

PAULO REMÉDIO – Presidente.

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 19/2020

Contratante: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL, AMBIENTAL E TURÍSTICO DO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL, CNPJ: 08.979.143/0001-07 Contratada: MAQUIPARTS COMÉRCIO DE IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ 12.753.213/0001-73. Objeto: Fornecimento DE 4 TRATOR AGRÍCOLA de rodas, PLATAFORMADO de fabricação nacional, Marca LS modelo: H125 1104D-E44TA, tração 4x4, equipado com motor de 4 cilindros, turbo alimentado, potencia mínima de 125 CV, conforme Processo de Licitação Pregão Eletrônico nº 01/2020. Valor Contratual Total de R$ 759.600,00 (setecentos e cinquenta e nove mil e seiscentos reais). Prazo até 30/07/2021.

São José dos Quatro Marcos-MT, 31 de julho de 2020.

PAULO REMÉDIO – Presidente.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE REGIÃO CENTRO NORTE DO ESTADO DE MATO GROSSO

COMUNICADO DE AFASTAMENTO DA PRESIDENTE - CISCN

O Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região Centro Norte do Estado de Mato Gosso através da sua Presidente Sra **DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES**, brasileira, casada, dentista, prefeita do município de alto Paraguai-MT, portadora do RG nº 08176490-4 SSP/RJ e inscrita no CPF nº 804.435.751-34, **torna público** que a partir do dia 14 de agosto de 2020, a Presidente do Consórcio estará afastada de suas atribuições em cumprimento a legislação eleitoral, a título de desincompatibilização, para concorrer à reeleição ao cargo eletivo de prefeita do município de Alto Paraguai, nos termos da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, pleito de 2020 e da Resolução 23.609/2019.

Diane Vieira Vasconcellos Alves

Presidente do CISCN

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO - CISVP

EXTRATO DE SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 006/2020

EXTRATO DE SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 006/2020

CONTRATANTE: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO

CONTRATADO: ARIKAWA & RABELO SERVIÇOS MEDICOS LTDA

OBJETO: Contratação de prestação de serviços médico especializado na área de Ortopedia/Traumatologia, Pediatria, Anestesiologia, Ginecologia/Obstetrícia, Cirurgia Geral, Cardiologia e Prescrição Médica.

VIGÊNCIA: 03/08/2020 á 03/10/2020

VALOR: R$ 36.200,00

DOTAÇÃO: 01.001.10.302.0002.2008.33.90.34 ”062”

EXTRATO DE SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 021/2020

EXTRATO DE SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 021/2020

CONTRATANTE: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO

CONTRATADO: M. L. GOIS FERREIRA - ME

OBJETO: Contratação de prestação de serviços médico especializado na área de Ortopedia/Traumatologia, Pediatria, Anestesiologia, Ginecologia/Obstetrícia, Cirurgia Geral, Cardiologia e Prescrição Médica.

VIGÊNCIA: 03/08/2020 á 03/10/2020

VALOR: R$ 46.666,88

DOTAÇÃO: 01.001.10.302.0002.2003.33.90.34 ”027”

COVID-19: EXTRATO DE PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 095/2020

EXTRATO DE PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 095/2020

CONTRATANTE: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO

CONTRATADO: CLINICA MEDICA OLIVEIRA & OLIVEIRA LTDA

OBJETO: Contratação de empresa habilitada para prestação serviços médicos Clínicos Gerais para plantões de 6 horas emergenciais para atender a ala de internação do COVID-19 no HRPA por valor unitário conforme tabela de preços e serviços, não podendo ultrapassar o valor unitário definido na tabela de preços - anexo I - termo de referência.

VIGÊNCIA: 06/08/2020 á 31/12/2020

VALOR: R$ 130.240,00

DOTAÇÃO: 01.001.10.302.0002.2004.33.90.34 ”037”

EXTRATO DE PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 043/2020

EXTRATO DE PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 043/2020

CONTRATANTE: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO

CONTRATADO: A G R MARTINS EIRELI - ME

OBJETO: Contratação de empresa habilitada para serviços médicos clinico geral 6 hrs, plantões 12 hrs de segunda a sexta e plantões 12 hrs feriado e finais de semana por valor unitário conforme tabela de preços e serviços, não podendo ultrapassar o valor unitário definido na tabela de preços - anexo I e Termo de Referência - anexo II.

VIGÊNCIA: 03/08/2020 á 03/10/2020

VALOR: R$ 32.600,04

DOTAÇÃO: 01.001.10.302.0002.2003.33.90.34 ”027”

EXTRATO DE SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 002/2020

EXTRATO DE SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 002/2020

CONTRATANTE: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO

CONTRATADO: BM SERVIÇOS HOSPITALARES LTDA

OBJETO: Contratação de prestação de serviços médico especializado na área de Ortopedia/Traumatologia, Pediatria, Anestesiologia, Ginecologia/Obstetrícia, Cirurgia Geral, Cardiologia e Prescrição Médica.

VIGÊNCIA: 03/08/2020 á 03/10/2020

VALOR: R$ 70.000,20

DOTAÇÃO: 01.001.10.302.0002.2008.33.90.34 ”062”

EXTRATO DE SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 001/ 2020

EXTRATO DE SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 001/ 2020

CONTRATANTE: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO

CONTRATADO: FOGAÇA JUNIOR & CRUZ SOUZA LTDA

OBJETO: Contratação de prestação de serviços médico especializado na área de Ortopedia/Traumatologia, Pediatria, Anestesiologia, Ginecologia/ Obstetrícia, Cirurgia Geral, Cardiologia e Prescrição Médica.

VIGÊNCIA: 03/08/2020 á 03/10/2020

VALOR: R$ 70.000,20

DOTAÇÃO: 01.001.10.302.0002.2003.33.90.34 ”027”

EXTRATO DE SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 008/ 2020

EXTRATO DE SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 008/ 2020

CONTRATANTE: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO

CONTRATADO: LEONARDO TAITIRO MIYAZAWA - ME

OBJETO: Contratação de prestação de serviços médico especializado na área de Ortopedia/Traumatologia, Pediatria, Anestesiologia, Ginecologia/ Obstetrícia, Cirurgia Geral, Cardiologia e Prescrição Médica.

VIGÊNCIA: 03/08/2020 á 03/10/2020

VALOR: R$ 37.896,70

DOTAÇÃO: 01.001.10.302.0002.2003.33.90.34 ”027

EXTRATO DE SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 010/ 2020

EXTRATO DE SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 010/ 2020

CONTRATANTE: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO

CONTRATADO: SINOP ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA LTDA

OBJETO: Contratação de prestação de serviços médico especializado na área de Ortopedia/Traumatologia, Pediatria, Anestesiologia, Ginecologia/ Obstetrícia, Cirurgia Geral, Cardiologia e Prescrição Médica.

VIGÊNCIA: 03/08/2020 á 03/10/2020

VALOR: R$ 37.896,70

DOTAÇÃO: 01.001.10.302.0002.2003.33.90.34 ”027”

EXTRATO DE SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 007/ 2020

EXTRATO DE SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 007/ 2020

CONTRATANTE: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO

CONTRATADO: JOÃO CANDIDO DA SILVA - ME

OBJETO: Contratação de prestação de serviços médico especializado na área de Ortopedia/Traumatologia, Pediatria, Anestesiologia, Ginecologia/ Obstetrícia, Cirurgia Geral, Cardiologia e Prescrição Médica.

VIGÊNCIA: 03/08/2020 á 03/10/2020

VALOR: R$ 37.896,70

DOTAÇÃO: 01.001.10.302.0002.2004.33.90.34 ”037”

35° TERMO DE RATIFICAÇÃO - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 007/2020

35° TERMO DE RATIFICAÇÃO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 007/2020

O **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO**, por meio de sua Secretária Executiva, torna pública a ratificação do procedimento de Inexigibilidade de Licitação em epígrafe, visando à contratação da empresa **A G R MARTINS EIRELI**, com **CNPJ/MF Nº 30.727.145/0001-50**, no valor global de **R$ R$ 88.286,45 (OITENTA E OITO MIL, DUZENTOS E OITENTA E SEIS REAIS E QUARENTA E CINCO CENTAVOS)**, tendo como fundamento o artigo 25, *caput* da Lei Federal n° 8.666/93, com o objeto os itens da Relação de Serviços Médicos no segmento de **MEDICO CLINICO GERAL PLANTONISTA DE 6 HORAS**,do respectivo chamamento público e do Anexo I do **EDITAL Nº 023/2020 DA CHAMADA PÚBLICA N° 007/2020**, que dispõe sobre credenciamento dos serviços por preço fixo. **ITEM 01**.

Peixoto de Azevedo/MT, 14 de agosto de 2020.

JESSICA DAYANE MULTA

Presidente – CPL

ALINE VANESSA MOCHI

Secretária Executiva do CISVP

ATO NORMATIVO N° 349 DE 17 DE JULHO DE 2020

ATO NORMATIVO N° 349 DE 17 DE JULHO DE 2020

“AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL DESTINADO A CRIAR PROGRAMA E AÇÕES/METAS PARA ATENDER A GASTOS COM ENFRENTAMENTO AO COVID-19, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

MAURICIO FERREIRA DE SOUZA, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto, Estado de Mato Grosso, encaminha para deliberação ao Conselho Diretor do CISVP/MT, o seguinte projeto de Ato Normativo:

Art. 1º Fica o Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto - CISVP/MT, autorizado a abrir crédito adicional especial para atender a despesas oriundas de ações de Saúde para o Enfrentamento ao Covid-19, em cumprimento a Resolução Normativa nº 004/2020 do TCE-MT.

Art. 2°- Para atender a despesa autorizada no art. 1º o Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto deverá abrir crédito adicional especial, nos termos do art. 41, II da Lei 4.320/64, no valor de **ATÉ R$ 3.660.000,00 (TRÊS MILHÕES E SEISCENTOS E SESSENTA MIL REAIS)**, para o **exercício de 2020**, ás seguintes dotações orçamentárias:

01 - Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto			
001 - Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto			
01.001.10 - Saúde			
01.001.10.302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial			
01.001.10.302.0038 - Ações de Saúde para o Enfrentamento do Corona vírus - COVID-19			
01.001.10.302.0038.20.003 - Manut. Despesas com Covid-19 - CISVP-MT			
339039.00.00	Outros Serv. Pessoa Jurídica	R$	3.660.000,00
	Soma:	**R$**	**3.660.000,00**

Art. 3º Para dar cobertura nos créditos aberto no artigo anterior será utilizados os recursos definidos pelo Artigo 43, § 1º, II da Lei Federal 4.320/ 64, conforme abaixo discriminado:

Discriminação da Receita		Valor Estimado

Transf. de Receitas - Ações do COVID - Sec. Estadual de Saúde	R$	3.660.000,00
Total Estimado:	**R$**	**3.660.000,00**

Art. 4º Fica autorizado à inclusão do PROGRAMA 0038 - Ações de Saúde para o Enfrentamento do Coronavirus-COVID-19 e das AÇOES/METAS nº 20.361.

Art. 5º Este ato entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Presidência do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto, aos dezessete dias do mês de julho de dois mil e vinte.

Mauricio Ferreira de Souza

Presidente do CISVP-MT

ANEXO – I

DEMONSTRATIVO DE PREVISÃO DE RECEITAS DO COVID-19

EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2020

DISCRIMINAÇÃO DA RECEITA	RECEITA ORÇADA	ARRECADADO ATÉ 06/2020	PREVISTO ATÉ DEZEMBRO/ 2020	EXCESSO PREVISTO NO EXERCÍCIO – 2020
Transf. de Receitas - Ações do COVID – Sec. Estadual de Saúde	0,00	0,00	3.660.000,00	3.660.000,00
Total:	0,00	0,00	3.660.000,00	3.660.000,00

EXTRATO DE SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 011/ 2020

EXTRATO DE SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 011/ 2020

CONTRATANTE: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO

CONTRATADO: JOSE AGNALDO PARANHOS SOUTO - CLINICA MEDICA

OBJETO: Contratação de prestação de serviços médico especializado na área de Ortopedia/Traumatologia, Pediatria, Anestesiologia, Ginecologia/ Obstetrícia, Cirurgia Geral, Cardiologia e Prescrição Médica.

VIGÊNCIA: 03/08/2020 á 03/10/2020

VALOR: R$ 16.000,00

DOTAÇÃO: 01.001.10.302.0002.2003.33.90.34 ”027”

EXTRATO DE SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 009/ 2020

EXTRATO DE SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 009/ 2020

CONTRATANTE: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO

CONTRATADO: A.F. AYALA – CLÍNICA MEDICA

OBJETO: Contratação de prestação de serviços médico especializado na área de Ortopedia/Traumatologia, Pediatria, Anestesiologia, Ginecologia/ Obstetrícia, Cirurgia Geral, Cardiologia e Prescrição Médica.

VIGÊNCIA: 03/08/2020 á 03/10/2020

VALOR: R$ 37.896,70

DOTAÇÃO: 01.001.10.302.0002.2004.33.90.34 ”037”

EXTRATO DE PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 041/ 2020

EXTRATO DE PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 041/ 2020

CONTRATANTE: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO

CONTRATADO: TAVEIRA & DELAGIUSTINA LTDA - ME

OBJETO: Contratação de prestação de serviços médico especializado na área de Ortopedia/Traumatologia, Pediatria, Anestesiologia, Ginecologia/ Obstetrícia, Cirurgia Geral, Cardiologia e Prescrição Médica.

VIGÊNCIA: 03/08/2020 á 03/10/2020

VALOR: R$ 46.666,88

DOTAÇÃO: 01.001.10.302.0002.2003.33.90.34 ”027”

EXTRATO DE SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 020/ 2020

EXTRATO DE SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 020/ 2020

CONTRATANTE: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO

CONTRATADO: CLINICA ROSSETTI LTDA

OBJETO: Contratação de prestação de serviços médico especializado na área de Ortopedia/Traumatologia, Pediatria, Anestesiologia, Ginecologia/ Obstetrícia, Cirurgia Geral, Cardiologia e Prescrição Médica.

VIGÊNCIA: 03/08/2020 á 03/10/2020

VALOR: R$ 46.666,88

DOTAÇÃO: 01.001.10.302.0002.2003.33.90.34 ”027”

EXTRATO DE SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 005/ 2020

EXTRATO DE SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 005/ 2020

CONTRATANTE: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO

CONTRATADO: DE RESENDE & FARIA LTDA - ME

OBJETO: Contratação de prestação de serviços médico especializado na área de Ortopedia/Traumatologia, Pediatria, Anestesiologia, Ginecologia/ Obstetrícia, Cirurgia Geral, Cardiologia e Prescrição Médica.

VIGÊNCIA: 03/08/2020 á 03/10/2020

VALOR: R$ 72.400,00

DOTAÇÃO: 01.001.10.302.0002.2003.33.90.34 ”027”

EXTRATO DE SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 003/ 2020

EXTRATO DE SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 003/ 2020

CONTRATANTE: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO

CONTRATADO: WEBER & SANTOS LTDA

OBJETO: Contratação de prestação de serviços médico especializado na área de Ortopedia/Traumatologia, Pediatria, Anestesiologia, Ginecologia/ Obstetrícia, Cirurgia Geral, Cardiologia e Prescrição Médica.

VIGÊNCIA: 03/08/2020 á 03/10/2020

VALOR: R$ 70.000,20

DOTAÇÃO: 01.001.10.302.0002.2003.33.90.34 ”027”

EXTRATO DE SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 004/2020

EXTRATO DE SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 004/2020

CONTRATANTE: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO

CONTRATADO: CLINICA DE LONGEVIDADE SANTOS E CIRURGIA LTDA

OBJETO: Contratação de prestação de serviços médico especializado na área de Ortopedia/Traumatologia, Pediatria, Anestesiologia, Ginecologia/Obstetrícia, Cirurgia Geral, Cardiologia e Prescrição Médica.

VIGÊNCIA: 03/08/2020 á 03/10/2020

VALOR: R$ 70.000,20

DOTAÇÃO: 01.001.10.302.0002.2003.33.90.34 ”027”

EXTRATO DE PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 042/2020

EXTRATO DE PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 042/2020

CONTRATANTE: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO

CONTRATADO: JOSE AGNALDO PARANHOS SOUTO - CLINICA MEDICA

OBJETO: Contratação de empresa habilitada para serviços médicos clinico geral 6 hrs, plantões 12 hrs de segunda a sexta e plantões 12 hrs feriado e finais de semana por valor unitário conforme tabela de preços e serviços, não podendo ultrapassar o valor unitário definido na tabela de preços - anexo I e Termo de Referência - anexo II.

VIGÊNCIA: 03/08/2020 á 03/10/2020

VALOR: R$ 32.600,04

DOTAÇÃO: 01.001.10.302.0002.2003.33.90.34 ”027”

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ARAGUAIA

RECURSOS HUMANOS
RESOLUÇÃO DE FÉRIAS

Resolução nº. 56/2020

Em 01 de Julho de 2020.

São Félix do Araguaia–MT.

A Presidente do CISA-Consórcio Intermunicipal de Saúde do Araguaia-MT, dispõe sobre a concessão de Férias:

Art. 1º Conceder férias regulamentares a servidora **ARLENE VASCONCELOS RODRIGUES,** lotada nesta Instituição, na função de Técnica de Enfermagem, referente ao período de 2019/2020, a partir do dia 01 a 30 de Julho de 2020, devendo retornar suas atividades normais no dia 31 de Julho de 2020.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

LEONIA CAROLINA CLAUDIO MACEDO

PRESIDENTE DO CISA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL

PORTARIA Nº. 047/2020

PORTARIA Nº. 047/2020

“ Dispõe sobre o Afastamento dos servidores municipais pré-candidatos a mandato eletivo no pleito a ser realizado em novembro de 2020”.

O Prefeito Municipal de Acorizal – MT, **SR. CLODOALDO MONTEIRO DA SILVA**, usando de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO as disposições constantes da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, bem como as disposições da Resolução nº 23. 606, de 17 de dezembro de 2019, do Tribunal Superior Eleitoral,

CONSIDERANDO a necessidade de disciplinar o procedimento para afastamento, com percepção de vencimentos integrais, dos servidores municipais candidatos a mandato eletivo no pleito a ser realizado em novembro de 2020.

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar o servidor municipal o **SR°. JOSE ADOLFO DA SILVA - CPF Nº. 843.465.661-20,** a título de desincompatibilizaçãodo cargo por estar concorrendo ao cargo eletivo de Vereador do Município de Acorizal – MT.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogando as disposições em contrário.

Registre-se

Publica-se

Cumpra-se

Gabinete do Prefeito Municipal, 14 de agosto de 2020.

_____

CLODOALDO MONTEIRO DA SILVA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 046/2020

PORTARIA Nº. 046/2020

“ Dispõe sobre o Afastamento dos servidores municipais pré-candidatos a mandato eletivo no pleito a ser realizado em novembro de 2020”.

O Prefeito Municipal de Acorizal – MT, **SR. CLODOALDO MONTEIRO DA SILVA**, usando de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO as disposições constantes da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, bem como as disposições da Resolução nº 23. 606, de 17 de dezembro de 2019, do Tribunal Superior Eleitoral,

CONSIDERANDO a necessidade de disciplinar o procedimento para afastamento, com percepção de vencimentos integrais, dos servidores municipais candidatos a mandato eletivo no pleito a ser realizado em novembro de 2020.

RESOLVE:

Art. 1º - Afastar a servidora municipal a **SRª. MARIA AUXILIADORA LEITE - CPF Nº. 570.220.701-72,** a título de desincompatibilizaçãodo cargo por estar concorrendo ao cargo eletivo de Vereadora do Município de Acorizal - MT.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogando as disposições em contrário.

Registre-se

Publica-se

Cumpra-se

Gabinete do Prefeito Municipal, 13 de agosto de 2020.

CLODOALDO MONTEIRO DA SILVA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

LICITAÇÕES E CONTRATOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 120/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 121/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 036/2020

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA MT.

FORNECEDOR REGISTRADO: SOMA COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI - EPP

OBJETO: A presente Ata de Registro de Preço visa registrar os preços ofertados na Contratação de Empresa para fornecimento de materiais de expediente, de acordo Termo de Referência.

COD	NOME	UND	MARCA	QTD	VLR. UNT	TOTAL
3256	ENVELOPE TIPO CONVITE - 80 GRAMAS, MEDINDO 23X11 CM	UND	FORONI	2400	0,31	744,00
3299	BLOCO DE PAPEL PARA ANOTAÇÕES - BLOCO CUBO DE LEMBRETE, COM 600 FOLHAS, MEDINDO (8,8 X 8,8) CM, NA COR VARIADA	UND	TAMOIO	204	15,85	3.233,40
3426	CAIXA DE ARQUIVO MORTO - EM POLIPROPILENO, MEDINDO: (350 X 130 X 245) MM, CORES VARIADAS	UND	POLIBRAS	170	5,20	884,00
3598	ENVELOPE PARA CD, SEM IMPRESSÃO, 125 X 125 CM, COM ABA, BRANCA	UND	FORONI	165	0,25	41,25
3630	LÁPIS PRETO GRAFITE HB - CAIXA COM 144 LÁPIS	CAIXA 144 UND	LYKE	61	79,00	4.819,00
3699	FITA CORRETIVA ATÓXICA 4 MM X 10 M	UND	BRW	113	8,35	943,55
3707	BLOCO DE RECADOS AUTO ADESIVOS - 76 X 102	UND	LYKE	179	4,98	891,42
3955	BLOCO DE RECADOS AUTO ADESIVOS - ANOTE E COLE 4X1 (PACOTE 4 UNIDADES)	UND	LYKE	187	6,08	1.136,96
19079	PILHA DO TIPO, BATERIA 9V ALCALINA, PARA USO EM GERAL.	UND	ELGIN	154	15,50	2.387,00
24656	PAPEL PLOTTER BRANCO 75G/M² - 610 MM X 50 M (BOBINA)	UND	VR	80	49,30	3.944,00
26800	PASTA, TIPO BOLSA, PARA NOTEBOOK	UND	WINCY	14	82,90	1.160,60
27509	CAIXA DE ARQUIVO MORTO - EM PAPELÃO, (216X330) MM 25G/M2, NA COR PARDA	UND	SAO CARLOS	890	3,30	2.937,00
27532	ENVELOPE SACO BRANCO 240X340MM	UND	FORONI	2910	0,40	1.164,00
27780	LÂMINA P/ ESTILETE PEQUENO 09MM, ESTOJO C/ 10 LÂMINAS.	UND	MASTERPRINT	30	2,55	76,50
27835	PASTA SANFONADA, EM POLIPROPILENO, FORMATO OFICIO, COM 31 DIVISÓRIAS E ELÁSTICO, NA COR FUME	UND	DAC	30	46,90	1.407,00
27849	PINCEL ATÔMICO - COR AZUL, TIPO MARCADOR PERMANENTE (UNIDADE), PARA USO EM FLIP CHART	UND	LYKE	98	2,65	259,70
31026	PEN DRIVE 8GB	UND	SANDISK	26	29,99	779,74
35094	PINCEL PARA QUADRO BRANCO - COR VERMELHA - (CAIXA 12 UNIDADES)	CAIXA 12 UND	LYKE	63	34,90	2.198,70
35095	PINCEL PARA QUADRO BRANCO - COR PRETO (CAIXA 12 UNIDADES)	CAIXA 12 UND	LYKE	64	34,89	2.232,96
35096	PINCEL PARA QUADRO BRANCO - COR AZUL - (CAIXA 12 UNIDADES)	CAIXA 12 UND	LYKE	64	34,90	2.233,60
35097	PINCEL ATÔMICO - COR VERMELHA, TIPO MARCADOR PERMANENTE (UNIDADE), PARA USO EM FLIP CHART	UND	LYKE	45	2,65	119,25
35098	PINCEL ATÔMICO - COR PRETA, TIPO MARCADOR PERMANENTE (UNIDADE), PARA USO EM FLIP CHART	UND	LYKE	61	2,65	161,65
35099	PINCEL ATÔMICO - COR VERDE, TIPO MARCADOR PERMANENTE (UNIDADE), PARA USO EM FLIP CHART	UND	LYKE	50	2,65	132,50

TOTAL: R$ 33.887,78 (Trinta e três mil e oitocentos e oitenta e sete reais e setenta e oito centavos).

DATA: 14 de agosto de 2020

VIGÊNCIA: 12 MESES

MAURO ROSA DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

CONVOCAÇÃO: FICA A EMPRESA CONVOCADA A ASSINAR A ARP DENTRO DO PRAZO PREVISTO NO EDITAL.

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL

PORTARIA MUNICIPAL Nº 403, DE 10 DE AGOSTO DE 2020.

"CONCEDE LICENÇA AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL TIAGO DÜRR TEIXEIRA, PARA CONCORRER O PLEITO ELEITORAL MUNICIPAL DE 2020 AO MANDATO **VEREADOR** (2021/2024), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MAURO ROSA DA SILVA, Prefeito do Município de Água Boa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais faz saber a todos que:

CONSIDERANDO que a Legislação Federal que disciplina sobre os pleitos eleitorais municipais dispõe a necessidade do "afastamento" do servidor

público municipal para disputa aos cargos eletivos num prazo de 3 (três) meses anteriores ao dia do pleito;

CONSIDERANDO que o Artigo 100 §2º da Lei Complementar nº 009, de 10 de março de 2000, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais de Água Boa/MT, ratificando e ordenamento da legislação superior também estabelece o prazo de 3 (três) meses de "afastamento", quando há interesse do servidor público municipal ao cargo eletivo;

CONSIDERANDO que a lei Complementar nº 64 de 18 de maio de 1990, no pleito de 2020 e da Resolução 23.609/2019, **EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 107/2020**, a partir de **15 de agosto de 2020, até 15 de novembro de 2020**, a ATA da Convenção e lista de aprovados, seguirá em período próprio, conforme calendário eleitoral;

CONSIDERANDO que o Servidor TIAGO DÜRR TEIXEIRA, Estável no cargo de "Professor", protocolizou requerimento conjuntamente com a comprovação de filiação partidária, solicitando afastamento para concorrer ao cargo eletivo de ***VEREADOR*** no pleito eleitoral municipal de 2020; e

CONSIDERANDO por derradeiro que é indispensável que tanto os agentes políticos quanto os demais servidores municipais devem atentar-se aos princípios constitucionais da economicidade, legalidade e razoabilidade;

R E S O L V E:

Art. 1º - CONCEDER Licença ao servidor público municipal **TIAGO DÜRR TEIXEIRA**, portador do RG nº 11523247 SJ/MT, devidamente inscrito no CPF sob nº 986.918.990-34, matrícula nº 6959.1 Estável no cargo de Professor/40h, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura - Prefeitura Municipal de Água Boa/MT, a partir de **15 de agosto de 2020** à **15 de novembro de 2020**, para concorrer ao mandato eletivo de **VEREADOR**, para a gestão 2021/2024.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA, AOS 10 DE AGOSTO DE 2020.

MAURO ROSA DA SILVA

Prefeito Municipal

Publicado na sede da Prefeitura Municipal, em 10 de agosto de 2020.

LUIZ OMAR PICHETTI

Secretário Municipal de Administração

AVISO DE CLASSIFICAÇÃO E RESULTADO

PROCESSO Nº. 105/2020.

TOMADA DE PREÇO 015/2020.

O Município de Água Boa-MT, através da Comissão Permanente de Licitação torna público o resultado da análise e julgamento das proposta de preço acima referenciada que tem por objeto Contratação de empresa especializada para execução de capa asfáltica (mão de obra e equipamentos) e drenagem superficial em ruas e avenidas do Munícipio de Água Boa-MT; conforme especificações constantes no Edital, seus anexos e Planilhas da Engenharia.

Empresas	Valor	Situação
BKP Construtora Ltda	295.722,80	Classificada
Construtora Rezende Ltda	301.735,05	Classificada

A Comissão Permanente de Licitação declara a empresa **BKP Construtora Ltda, CNPJ: 16.939.495/0001-59**, VENCEDORA do certame.

Abre-se o prazo conforme art. 109, Inciso I, alínea "b" da Lei 8.666/93

Os autos do Processo n°. 105/2020 encontram-se franqueados aos interessados.

Água Boa, 14 de agosto de 2020.

Gilson Cesar da Silva Galle

Presidente da Comissão de Licitação

LICITAÇÕES E CONTRATOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 117/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 118/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 035/2020

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA MT.

FORNECEDOR REGISTRADO: GEO7 ENGENHARIA AMBIENTAL E FLORESTAL LTDA

OBJETO: Contratação de Empresa para Serviços de levantamento planialtimétrico (Topografia), para a Secretaria Municipal de Cidade e Meio Ambiente do Município de Água Boa-MT.

COD	NOME	UND DE FORNECIMENTO	QTD	VLR. UNT	TOTAL
20732	SERVIÇO DE LEVANTAMENTO PLANIALTIMÉTRICO - TOPOGRAFIA	UNIDADE	544	146,00	79.424,00
36724	SERVIÇO DE PLANIALTIMÉTRICO, CADASTRAL DE ÁREA URBANA OU SUBURBANA	UNIDADE	55	1.148,00	63.140,00

TOTAL: R$ 142.564,00 (Cento e quarenta e dois mil e quinhentos e sessenta e quatro reais)**.**

DATA: 14 de agosto de 2020

VIGÊNCIA: 12 MESES

MAURO ROSA DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

CONVOCAÇÃO: FICA A EMPRESA CONVOCADA A ASSINAR A ARP DENTRO DO PRAZO PREVISTO NO EDITAL.

RECURSOS HUMANOS
PROCESSO SELETIVO PÚBLICO 02/2018 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 32/2020

PROCESSO SELETIVO PÚBLICO 02/2018

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 32/2020

"Dispõe Sobre a Convocação de Candidatos Aprovados no Processo Seletivo Público Nº. 02/2018, da Prefeitura Municipal de Água Boa – MT."

O Prefeito do Município de Água Boa, Estado de Mato Grosso, Sr. **MAURO ROSA DA SILVA,** no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, considerando o interesse publico e a necessidade da Administração Pública e considerando ainda o Edital 01/2018 do Processo Seletivo Público Nº 02/2018.

RESOLVE:

Art. 1º. Ficam convocados para admissão no Serviço Público os candidatos aprovados no Processo Seletivo Público Nº. 02/2018, constantes no Anexo I deste Edital de Convocação;

Art. 2º. Os candidatos classificados e ora convocados neste Edital deverão comparecer à sede da Prefeitura Municipal - Gerência de RH e Gestão de Pessoas.

Art. 3º. Para a tomada de posse no cargo público, o classificado deverá apresentar

01 (uma) cópialegível e sem rasuras das seguintes documentações:

a) Cópia da cédula de identidade / RG; **b)** Cópia do cadastro de pessoa física / CPF; **c)** Cópia do título de eleitor e certidão de quitação eleitoral; **d)** Cópia da reservista ou documento equivalente (sexo masculino); **e)** Cópia da certidão de casamento ou comprovante de união estável (CPF do companheiro); **f)** Cópia da certidão de nascimento dos filhos (CPF para os maiores de 11 anos); **g)** Cópia da carteira de vacinação dos filhos de 0 a 7 anos e/ou declaração de frequência escolar dos filhos de 05 a 14 anos; **h)** Cópia de certificado de escolaridade exigida pelo cargo; **i)** Cópia da CTPS (carteira de trabalho e previdência social); **j)** Cópia do comprovante de inscrição no PIS/PASEP (se possuir); **k)** Cópia do comprovante de residência ou declaração de residência atualizada; **l)** Conta corrente ou conta salário no Banco do Brasil (se possuir) **m)** Declaração de não aposentado por invalidez; **n)** Declaração de bens; **o)** Declaração de não acumulo de cargo público; **p)** Atestado médico Admissional expedido por médico do trabalho; **Exames necessários:** - Hepatites virais - Hemograma - Glicemia - Tipagem sanguínea

Art. 4º. A nomeação será feita exclusivamente no regime Estatutário de Trabalho e a jornada e carga horária serão aquelas constantes no Edital Nº. 01/2018 (abertura), do Processo Seletivo Público 02/2018.

Parágrafo único – O candidato que não comparecer no prazo de 30 (trinta) dias corridos será considerado desistente.

Art. 5º. Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Água Boa/MT, 14 agosto 2020.

MAURO ROSA DA SILVA

Prefeito

JADER LUIS DE ARAUJO MENDES BAHIA

Secretário Municipal de Saúde

LUIZ OMAR PICHETTI

Secretário Municipal de Administração

ANEXO I

PROCESSO SELETIVO PÚBLICO 02/2018 EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 32/2020

CARGO: AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS

NOME DO CANDIDATO	NOTA	CLASIFICAÇÃO
SONIA MARIA GAMA SANTOS E SILVA	4,00	32°
VENINA BATISTA PEDROSO DE SOUSA	4,00	33°
ILENE SOARES BORGES	4,00	34°
ELISANGELA DA TRINDADE CAMPOS	4,00	35°
ELIZANGELA OLIVEIRA MONTEIRO	4,00	36°
WALESCA DOS SANTOS CAVALCANTE	4,00	37°
ELISON CARVALHO DA SILVA	4,00	38°
DEUSELINA GONCALVES DOS SANTOS	4,00	39°
MARTA MARTINS RIBEIRO DA SILVA	4,00	40°

Água Boa- MT, 14 agosto 2020.

MAURO ROSA DA SILVA

Prefeito

JADER LUIS DE ARAUJO MENDES BAHIA

Secretário Municipal de Saúde

LUIZ OMAR PICHETTI

Secretário Municipal de Administração

LICITAÇÕES E CONTRATOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 119/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 121/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 036/2020

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA MT.

FORNECEDOR REGISTRADO: GRAMADO DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO EIRELI - EPP

OBJETO: A presente Ata de Registro de Preço visa registrar os preços ofertados na Contratação de Empresa para fornecimento de materiais de expediente, de acordo Termo de Referência.

COD	NOME	UND	MARCA	QTD	VLR. UNT	TOTAL
3102	ENVELOPE PARDO 240X340	UND	ROMITEC	3065	0,33	1.011,45
3240	VISOR PARA PASTA SUSPENSA - COMPOSTO DE CARTOLINA E PLASTICO TRANSPARENTE - CAIXA 50 UNIDADES (MARCA SUGERIDA: DELLO)	CAIXA 50 UND	DELLO	37	9,20	340,40
3309	CANETA MARCA TEXTO - COR VERMELHA FLUORESCENTE - PONTA DE 3 A 5MM - CAIXA 12 UNIDADES	CAIXA 12 UND	MASTERPRINT	12	20,95	251,40
3404	PASTA CATALOGO PLÁSTICO GROSSO C/ 100 FOLHAS	UND	DAC	97	12,30	1.193,10
3411	TESOURA DE AÇO INOXIDÁVEL - GRANDE 21 CM - ESCOLAR/ESCRITÓRIO	UND	TILIBRA	135,3	21,50	2.908,95
3670	PORTA CRACHÁ - EM PLASTICO TRANSPARENTE, MEDINDO 11X8CM, COM ABERTURA LATERAL	UND	ACP	113	1,40	158,20
4062	PILHA MOEDA CR 2032	CARTELA 5 UND	ELGIN	162	7,05	1.142,10

26059	PEN DRIVE 16GB	UND	MAXPRINT	38	35,80	1.360,40
27523	CAPA PARA ENCADERNAÇÃO, NA COR CRISTAL, EM PVC, FORMATO A-4, MEDINDO (210 X 297) MM	UND	MARES	233	0,73	170,09
27536	ENVELOPE SACO OURO 240X340MM	UND	ROMITEC	2510	0,31	778,10
27539	ENVELOPE SACO OURO 310X410MM	UND	ROMITEC	1010	0,58	585,80
27635	APAGADOR PARA QUADRO BRANCO, FORMATO ARREDONDADO SEM BICOS E SUPORTE PARA PINCEIS	UND	JAPAN	50	4,19	209,50
27678	CALCULADORA DE MESA COM VISOR INCLINADO, 12 DÍGITOS, 04 OPERAÇÕES BÁSICAS.	UND	MASTERPRINT	62	42,00	2.604,00
27725	ELÁSTICO TIPO LÁTEX Nº18 SUPER-RESISTENTE PARA DINHEIRO	PACOTE 1 KG	RED BOR	26	25,80	670,80
27758	GRAMPEADOR ALICATE PARA ATÉ 25 FOLHAS 75G°M², COM TRILHO	UND	MASTERPRINT	37	25,79	954,23
27779	LÂMINA P/ ESTILETE GRANDE 18MM, ESTOJO C/ 10 LÂMINAS	UND	BRW	35	3,16	110,60
27820	CANETA MARCA TEXTO - COR AMARELO FLUORESCENTE - PONTA DE 3 A 5MM - CAIXA 12 UNIDADES	CAIXA 12 UND	MASTERPRINT	63	20,95	1.319,85
27821	CANETA MARCA TEXTO - COR AZUL FLUORESCENTE - PONTA DE 3 A 5MM - CAIXA 12 UNIDADES	CAIXA 12 UND	MASTERPRINT	16	20,95	335,20
27822	CANETA MARCA TEXTO - COR LARANJA FLUORESCENTE - PONTA DE 3 A 5MM - CAIXA 12 UNIDADES	CAIXA 12 UND	MASTERPRINT	16	20,95	335,20
27823	CANETA MARCA TEXTO - COR ROSA FLUORESCENTE - PONTA DE 3 A 5MM - CAIXA 12 UNIDADES	CAIXA 12 UND	MASTERPRINT	16	20,95	335,20
27824	CANETA MARCA TEXTO - COR VERDE FLUORESCENTE - PONTA DE 3 A 5MM - CAIXA 12 UNIDADES	CAIXA 12 UND	MASTERPRINT	27	20,95	565,65
27883	TINTA PARA CARIMBO 42ML, À BASE DE ÁGUA PRETA	FRASCO 45 MILILITRO	JAPAN	73	6,00	438,00
27906	APARELHO TELEFÔNICO SEM FIO - 1.9 GHZ - DIGITAL - COM IDENTIFICADOR DE CHAMADAS	UND	INTELBRAS	29,01	143,50	4.162,94
30568	CONTRA CAPA PARA ENCADERNAÇÃO, NA COR PRETA, FORMATO A-4, MEDINDO (210 X 297) MM, EM PVC.	UND	MARES	240	0,74	177,60
30864	TINTA PARA CARIMBO 42ML, À BASE DE ÁGUA AZUL	FRASCO 45 MILILITRO	JAPAN	37	6,00	222,00
31250	FITA ADESIVA TRANSPARENTE, EM PVC - 45MM X 30 M	UND	ADELBRAS	421	3,78	1.591,38
32760	GRAMPO PARA GRAMPEADOR - DE ARAME DE ACO COBREADO, MEDINDO 106/8	CAIXA 5000 UND	BRW	11	12,80	140,80
34818	PASTA SUSPENSA, FORMATO OFICIO, COM CABIDES PLÁSTICOS, VISOR EM ACETATO E ETIQUETA, NA COR PARDA, (CAIXA COM 50 UNIDADE)	CAIXA 50 UND	FRAMA	60	78,89	4.733,40
35109	BORRACHA DE LÁTEX NATURAL, COM CAPA PROTETORA, PARA LÁPIS E GRAFITE, FORMATO RETANGULAR, MEDINDO APROXIMADAMENTE 4,20X2,10X1,10CM, NA COR BRANCA	UND	MARIPEL	172	1,50	258,00
35110	BORRACHA - DE LÁTEX NATURAL, ESCOLAR, PARA LÁPIS E GRAFITE, NO FORMATO RETANGULAR, Nº 40 (31X21X7MM), NA COR BRANCA CAIXA COM 40 UNIDADES	CAIXA 40 UND	RED BOR	109	14,60	1.591,40
35151	ALFINETE PARA MAPA - CABEÇA DE POLIETILENO DE 6MM, COMPRIMENTO TOTAL 18MM CORES VARIADAS	CAIXA 50 UND	BRW	49	4,25	208,25
36888	ALMOFADA PARA CARIMBO Nº 3 AZUL	UND	JAPAN	6	3,00	18,00

TOTAL: R$ 30.881,99 (Trinta mil e oitocentos e oitenta e um reais e noventa e nove centavos).

DATA: 14 de agosto de 2020

VIGÊNCIA: 12 MESES

MAURO ROSA DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

CONVOCAÇÃO: FICA A EMPRESA CONVOCADA A ASSINAR A ARP DENTRO DO PRAZO PREVISTO NO EDITAL.

LICITAÇÕES E CONTRATOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 121/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 121/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 036/2020

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA MT.

FORNECEDOR REGISTRADO: RM DOS REIS COMERCIAL - ME

OBJETO: A presente Ata de Registro de Preço visa registrar os preços ofertados na Contratação de Empresa para fornecimento de materiais de expediente, de acordo Termo de Referência.

COD	NOME	UND	MARCA	QTD	VLR. UNT	TOTAL
3047	COLA BRANCA - 1 LITRO	TUBO 1 LITRO	PIRATININGA	80	14,49	1.159,20
3065	MÍDIA CD R - (CD VIRGEM) - PARA GRAVAÇÃO DE ÁUDIO E DADOS, TIPO GRAVÁVEL, 700 MB / 80 MINUTOS (UNIDADE)	UND	ELGIN	60	2,29	137,40
3314	EXTRATOR DE GRAMPO	UND	BRW	63	2,19	137,97
3407	PERFURADOR DE PAPEL MÉDIO P/ 20 FOLHAS	UND	BRW	50	26,80	1.340,00
3409	RÉGUA ACRÍLICO CRISTAL 30 CM	UND	WALEU	138	1,34	184,92

3432	PAPEL - CASCA DE OVO, FORMATO A4, NA COR BRANCA - CAIXA 50,000 FOLHA	CAIXA 50 UND	OFFPAPER	25	18,19	454,75
3437	MÍDIA DVD R - TIPO GRAVAVEL +-R, VELOCIDADE 8X, EMBALAGEM INDIVIDUAL DE PAPEL TIPO ENVELOPE	UND	ELGIN	60	3,49	209,40
3439	PRANCHETA DE MADEIRA - TAMANHO OFICIO, PRENDEDOR METAL	UND	STALO	172	4,49	772,28
3444	SACO DE PLÁSTICO P/ FOLHA DE OFÍCIO GROSSO	UND	DAC	1750	0,49	857,50
3553	GRAMPO TRILHO DE METAL 50X1 - (CAPACIDADE DE PRENDER ATÉ 300 FOLHAS DE PAPEL 75 G/M2)	UND	CHAPARRAU	94	13,90	1.306,60
3561	PASTA AZ LOMBO LARGO - PASTA DE PROCESSO - EM PAPELÃO, PESANDO 380 GRAMA, TAMANHO OFICIO, NA COR PRETA, COM VISOR EM PLASTICO	UND	FRAMA	70	10,19	713,30
3709	PASTA C/ ABA ELÁSTICA TRANSPARENTE	UND	VMP	188	1,65	310,20
4746	BANDEJA PARA DOCUMENTOS - TRIPLA, MÓVEL, EM ACRÍLICO, NA COR TRANSPARENTE, MEDIDA APROXIMADA DE 35,00X25,00CM	UND	WALEU	39	50,34	1.963,26
27534	ENVELOPE SACO BRANCO 310X410MM	UND	SCRITY	1470	0,61	896,70
27540	ESPIRAL DE PLASTICO, PARA ENCADERNAÇÃO, NA COR TRANSPARENTE, VERDE OU PRETO, COM 14 MM.	UND	LASSANE	30	0,43	12,90
27544	ESPIRAL DE PLASTICO, PARA ENCADERNAÇÃO, NA COR TRANSPARENTE, VERDE OU PRETO, COM 25 MM.	UND	LASSANE	85	0,70	59,50
27668	CADERNO TIPO BROCHURA, PEQUENO, 96 FLS, PESANDO 56G/M, COSTURADO, 1/4, CAPA EM 1 COR, PESANDO 120G/M, FORMATO 140MM X 200MM.	UND	JANDAIA	167	4,49	749,83
27764	GRAMPO PARA GRAMPEADOR 26/6, CAIXA COM 5000	CAIXA 5000 UND	MASTERPRINT	115	5,25	603,75
27772	GRAMPO TRILHO HASTE ESTENDIDO PLÁSTICO BRANCO 600 FOLHAS (50X1)	UND	DELLO	168	16,20	2.721,60
28318	PEN DRIVE 32 GB	UND	MAXPRINT	41	54,60	2.238,60
31254	FITA DUPLA FACE 19MM X 2 M	UND	ADELBRAS	50	13,94	697,00
32054	PERFURADOR DE PAPEL - EM FERRO FUNDIDO, COM CAPACIDADE DE 100 FOLHAS DE 75G/M2	UND	CAVIA	8	184,90	1.479,20
32298	COLA BASTÃO 40 GRS	UND	MAXPRINT	106	7,89	836,34
32768	EXTRATOR DE GRAMPOS - EM AÇO E PLÁSTICO, TIPO RATINHO	UND	MASTERPRINT	59	5,49	323,91
34381	PAPEL A4 75G/M2 - COLOR - AMARELO - PACOTE 100 FOLHAS	PACOTE C/ 100 UND	JANDAIA	18	6,98	125,64
34382	PAPEL A4 75G/M2 - COLOR - AZUL - PACOTE 100 FOLHAS	PACOTE C/ 100 UND	JANDAIA	18	6,98	125,64
34383	PAPEL A4 75G/M2 - COLOR - VERMELHO - PACOTE 100 FOLHAS	PACOTE C/ 100 UND	JANDAIA	13	6,99	90,87
34384	PAPEL A4 75G/M2 - RECICLADO - RESMA 500 FOLHAS	RESMA 500 FL	JANDAIA	15	30,98	464,70
35078	CANETA PARA RETROPROJETOR - AZUL - CAIXA 12 UNIDADES	CAIXA 12 UND	BRW	27	28,29	763,83
35093	MOLHA DEDO, UMEDECEDOR DE DEDOS - SUPORTE DE PLASTICO, TIPO CREME, A BASE DE GEL, CONTENDO 12G - (UNIDADE)	UND	RADEX	105	2,95	309,75
35101	CLIPES DE PAPEL - 6/0 - PARALELO, ACO, GALVANIZADO (500 GRAMAS) CLIPS GRANDE	UND	CHAPARRAU	55	10,98	603,90
35104	CLIPES DE PAPEL - 4/0 - PARALELO, ACO, GALVANIZADO (500 GRAMAS) CLIPS MÉDIO	UND	CHAPARRAU	56	10,98	614,88
35105	CLIPES DE PAPEL - 3/0 - PARALELO, AÇO, GALVANIZADO (500 GRAMAS) CLIPS MÉDIO	UND	CHAPARRAU	34	10,98	373,32
35106	CLIPES DE PAPEL - 2/0 - PARALELO, AÇO, GALVANIZADO (500 GRAMAS) CLIPS PEQUENO	UND	CHAPARRAU	35	10,15	355,25
36813	CADERNO BROCHURA GRANDE CAPA DURA PAUTADO 48 FOLHAS	UND	JANDAIA	160	5,14	822,40
36814	CADERNO BROCHURA PEQUENO 1/4 PAUTADO 48 FOLHAS	UND	JANDAIA	31	3,54	109,74

TOTAL: R$ 24.926,03 (Vinte e quatro mil e novecentos e vinte e seis reais e três centavos).

DATA: 14 de agosto de 2020

VIGÊNCIA: 12 MESES

MAURO ROSA DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

CONVOCAÇÃO: FICA A EMPRESA CONVOCADA A ASSINAR A ARP DENTRO DO PRAZO PREVISTO NO EDITAL.

LICITAÇÕES E CONTRATOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 118/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 121/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 036/2020

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA MT.

FORNECEDOR REGISTRADO: MARIA JOSÉ DOS REIS NETO COMÉRCIO REPRESENTAÇÃO

OBJETO: A presente Ata de Registro de Preço visa registrar os preços ofertados na Contratação de Empresa para fornecimento de materiais de expediente, de acordo Termo de Referência.

COD	NOME	UND	MARCA	QTD	VLR. UNT	TOTAL
3171	CANETA ESFEROGRÁFICA 0.7 - ESCRITA FINA (50X1) AZUL	CAIXA 50 UND	PAPER MATE	31	43,50	1.348,50
3195	ESTILETE ESTREITO	UND	MASTERPRINT	101	1,30	131,30
3196	ESTILETE LARGO	UND	MASTERPRINT	57	2,70	153,90

3208	PILHA AA ALCALINA - CARTELA COM 04 UNIDADES	UND	ELGIN	263	8,70	2.288,10
3210	PILHA AAA ALCALINA - CARTELA COM 04 UNIDADES	UND	ELGIN	290	7,30	2.117,00
3344	PASTA POLIONDA COM ELÁSTICO - 335 X 245 X 50	UND	ALAPLAST	85	4,45	378,25
3373	APONTADOR PARA LAPIS - DE PLASTICO RÍGIDO, SIMPLES	UND	LEO E LEO	253	0,94	237,82
3563	PASTA C/ ELÁSTICO POLIONDA 335 X 245 X 35MM	UND	ALAPLAST	143	3,95	564,85
3578	PRENDEDOR DE PAPEL 32MM CAIXA COM 12 UNIDADES	CAIXA 12 UND	JOCAR	33	10,80	356,40
3580	PRENDEDOR DE PAPEL 41MM CAIXA COM 12 UNIDADES	CAIXA 12 UND	JOCAR	34	14,30	486,20
3869	PRENDEDOR DE PAPEL - METAL, RETANGULAR (PRETO) MÉDIO 25MM CAIXA COM 12 UNIDADES	CAIXA 12 UND	JOCAR	45	10,00	450,00
3888	ETIQUETA FOLHA A4 - CAIXA C/100 FOLHAS	UND	IMPRIMASTER	9	41,16	370,44
3923	COLA BRANCA 90GR	UND	MAXI	243	1,85	449,55
4019	PAPEL CARBONO AZUL, TIPO FILME - EM PELÍCULA DE POLIÉSTER, MEDINDO (220 X 330) MM. CAIXA 100 UNIDADE	UND	RADEX	8	62,00	496,00
12572	GRAMPEADOR - MESA PROFISSIONAL, METAL, PARA 200 FOLHAS	UND	ADECK	14	135,00	1.890,00
15128	FITA ADESIVA - CREPE, MEDINDO 18MM X 50M, NA COR BRANCA	UND	ADELBRAS	268	5,85	1.567,80
19199	COLA PARA MADEIRA FRASCO 250GR	FRASCO 250 GR	PIRATININGA	29	11,90	345,10
20118	PRENDEDOR DE PAPEL 51 MM CAIXA COM 12 UNIDADES	CAIXA 12 UND	JOCAR	44	21,30	937,20
20797	APARELHO TELEFÔNICO DE MESA - ANALÓGICO	UND	ELGIN	30	88,90	2.667,00
27669	CADERNO - TIPO BROCHURA, COSTURADO, MEDINDO 210,00X280,00MM, NO FORMATO UNIVERSITÁRIO, CAPA DURA, COM 405G/M2, FOLHA PAUTADA, COM 100 FOLHAS, DE 56G/M2	UND	JANDAIA	153	5,90	902,70
27671	CADERNO TIPO ESPIRAL, PEQUENO, 96 FOLHAS DE 75G/M2, FORMATO 140MM X 200MM, CAPA DURA	UND	JANDAIA	72	5,90	424,80
27673	CADERNO TIPO ESPIRAL, GRANDE, 200 FOLHAS DE 56G/M, 10 MATÉRIAS NO FORMATO 2200MM X 275MM, CAPA DURA	UND	JANDAIA	220	12,40	2.728,00
27689	CANETA ESFEROGRÁFICA, MACIA E DURÁVEL. NA COR AZUL - CAIXA 50X1	CAIXA 50UND	COMPACTOR	42	37,90	1.591,80
27690	CANETA ESFEROGRÁFICA, MACIA E DURÁVEL. NA COR PRETA - CAIXA 50X1 -	CAIXA 50 UND	PAPER MATE	17	41,00	697,00
27691	CANETA ESFEROGRÁFICA, MACIA E DURÁVEL. NA COR VERMELHA - CAIXA 50X1 -	CAIXA 50 UND	PAPER MATE	10	41,50	415,00
27759	GRAMPEADOR DE MESA PARA ATÉ 25 FOLHAS 75G°M², 150 GRAMPOS, BASE 18CM	UND	LYKE	76	31,40	2.386,40
27813	LIVRO ATA COM 100 FOLHAS PAUTADA	UND	SAO DOMIGOS	99	12,25	1.212,75
27814	LIVRO ATA COM 200 FOLHAS PAUTADA	UND	SAO DOMIGOS	76	20,80	1.580,80
27841	PERFURADOR DE PAPEL, COM CAPACIDADE PARA 35 FOLHAS 75G/M².	UND	LYKE	35	56,50	1.977,50
30971	LÁPIS GRAFITE - 6B	UND	LEO E LEO	500	2,85	1.425,00
32681	PAPEL PHOTO PAPER DE PAPELARIA - PESANDO 180GR, PARA IMPRESSORA LASER (FILIPAPER), NO FORMATO A4, MEDINDO (210 X 297) MM, NA COR BRANCA	CAIXA 50 FL	MASTERPRINT	6	30,90	185,40
34017	PAPEL ADESIVO - PESANDO 60G, ROLO MEDINDO 25M X 45CM, TRANSPARENTE CRISTAL, TIPO CONTACT VULCAN	UND	VMP	16	77,00	1.232,00
35091	LÁPIS DE COR LONGO - EM MADEIRA, CAIXA COM 12 CORES	UND	SERELEPE	115	6,40	736,00
35100	PORTA OBJETOS/PAPEL DE MESA, PARA LÁPIS/CANETA, LEMBRETE E CLIPS, METAL ARAMADO, PRETO	UND	WALEU	45	26,40	1.188,00
35103	CLIPES DE PAPEL - 8/0 - PARALELO, ACO, GALVANIZADO (500 GRAMAS) CLIPS GRANDE	UND	NEW	40	10,95	438,00
36830	BORRACHA TÉCNICA PARA APAGAR DESENHOS	UND	FABER	500	2,40	1.200,00

TOTAL: R$ 37.556,56 (Trinta e sete mil e quinhentos e cinquenta e seis reais e cinquenta e seis centavos).

DATA: 14 de agosto de 2020

VIGÊNCIA: 12 MESES

MAURO ROSA DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

CONVOCAÇÃO: FICA A EMPRESA CONVOCADA A ASSINAR A ARP DENTRO DO PRAZO PREVISTO NO EDITAL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS

PORTARIA N° 176 DE 14 DE AGOSTO DE 2020

Nomeia MARTA IZABEL FERREIRA, para o exercício da função gratificada de Supervisão de Contabilidade, lotada na Secretaria Municipal de Finanças e Planejamento, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS–MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 71, inciso I da Lei Orgânica do Município, combinado com a Lei Municipal nº 873 de 24 de Outubro de 2011 e a Lei Municipal nº 874, de 08 de Novembro de 2011.

R E S O L V E:

Art. 1° - Designar, **MARTA IZABEL FERREIRA**, portadora do Registro Geral n° 142154-5 SSP/MT e inscrita no CPF/MF sob n° 004.392.201-57, **para o exercício da função gratificada de Supervisão de Contabilidade, lotada na Secretaria Municipal de Finanças e Planejamento.**

Parágrafo Único - Determinar à Gerência de Recursos Humanos da Secretaria de Administração proceder às providências cabíveis de que trata o caput deste artigo, na forma da legislação vigente que disciplina a matéria.

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 01 de agosto de 2020.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Alto Garças-MT, em 14 de agosto de 2020.

CLAUDINEI SINGOLANO

Prefeito Municipal de Alto Garças-MT

PORTARIA N° 175 DE 14 DE AGOSTO DE 2020

Nomeia ELIAINE FRANCISCA DE OLIVEIRA, para o exercício da função gratificada de Supervisão de Convênios e Projetos, lotada na Secretaria Municipal de Finanças e Planejamento, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS–MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 71, inciso I da Lei Orgânica do Município, combinado com a Lei Municipal nº 873 de 24 de Outubro de 2011 e a Lei Municipal nº 874, de 08 de Novembro de 2011.

R E S O L V E:

Art. 1° - Designar, **ELIAINE FRANCISCA DE OLIVEIRA**, portadora do Registro Geral n° 1315008-1 SSP/MT e inscrita no CPF/MF sob n° 913.373. 721-53, **para o exercício da função gratificada de Supervisão de Convênios e Projetos, lotada na Secretaria Municipal de Finanças e Planejamento.**

Parágrafo Único - Determinar à Gerência de Recursos Humanos da Secretaria de Administração proceder às providências cabíveis de que trata o caput deste artigo, na forma da legislação vigente que disciplina a matéria.

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 01 de agosto de 2020.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Alto Garças-MT, em 14 de agosto de 2020.

CLAUDINEI SINGOLANO

Prefeito Municipal de Alto Garças-MT

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE JULGAMENTO DE RECURSO ADMINISTRATIVO. PREGÃO PRESENCIAL N. 016/2020. PROCESSO LICITATÓRIO N. 093/2020.

A Prefeitura Municipal de Alto Garças - MT através de seu Pregoeiro e Equipe de Apoio, torna público e comunica aos interessados na licitação em epígrafe, cujo objeto é REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIAS, DISPONDO DE APARELHAGEM E INSUMOS PRÓPRIOS, A FIM DE ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, NO MUNICÍPIO DE ALTO GARÇAS, de acordo com este Termo de Referência e demais condições estabelecidas no Edital e seus anexos, o resultado do julgamento do recurso interposto pela empresa W. JOSÉ DE BARROS, cuja decisão definitiva é o seguinte: mantém a decisão da Comissão de Licitação,tendo em vista que a foi submissa ao ato convocatório e à legislação vigente. Informamos, ainda, que o inteiro teor do Julgamento do Recurso Administrativo encontra-se disponível na sede da Prefeitura Municipal de Alto Garças, localizada à Rua Dom Aquino n° 346, Centro – Alto Garças /MT e no site http://www.altogarcas.mt.gov.br. Os Interessados também poderão obter informações através do e-mail: licitacaoag2017-2020@hotmail.com e telefone (66) 3471–2450/ 3471-1155. Alto Garças - MT, 12 de agosto de 2020. Hugo Borges de Oliveira Lemos - Pregoeiro.

LEI Nº 2.023 DE 14 DE AGOSTO 2020

"Dispõe sobre alteração da Lei nº 1197/2019 - Diretrizes para a Elaboração e Execução da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2020, e dá outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS, Estado do Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e publica a seguinte Lei:

Art. 1º - Insere à Lei n º 1197/2019 de 23 de dezembro de 2019 - "Dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração e Execução da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2020, os artigos 15 ao 45, descritos a seguir."

Art. 15 - Constitui riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município aqueles constantes do Anexo III desta Lei. (Art. 4°, § 3° da LRF).

Art. 16 - O Orçamento para o exercício de 2020 destinará recursos para a Reserva de Contingência para as diversas Unidades Gestoras, até o limite equivalente a 2% da Receita Corrente Líquida previstas para o mesmo exercício. (art. 5°, III da LRF).

§ 1° - Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, obtenção de resultado primário positivo se for o caso, e também para abertura de créditos adicionais suplementares conforme disposto no art. 5°, III , "b" da LRF.

§ 2° - Caso os riscos fiscais não se concretizem, os recursos da Reserva de Contingência poderão ser utilizados por ato do chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares, nos seguintes termos:

I - até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), após 10 de março de 2019.

II - até o limite de 50% (cinquenta por cento), após 31 de maio de 2019.

III - o limite restante, após 31 de julho de 2018.

Art. 17 - Os investimentos com duração superior a 12 meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplado no Plano Plurianual. (art. 5°, § 5°, da LRF).

Art. 18 - O chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal. (art. 8° da LRF).

Art. 19 - Os recursos legalmente vinculados serão utilizados unicamente para atender o objeto de sua vinculação. (art. 8° parágrafo único e 50, 1 da LRF).

Art. 20 - A renúncia de receita estimada para o exercício financeiro de 2020, constante do Anexo (ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA) desta Lei, será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita. (art. 4°, § 2°, V e art. 14, 1 da LRF).

Art. 21 - A transferência de recurso do Tesouro Municipal a entidades privadas beneficiará somente aqueles de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnicas e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em Lei específica. (art. 4°, I, "f ' e art. 26 da LRF).

Parágrafo Único - As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de 30 dias, ou na forma estabelecida no instrumento de convênio.

Art. 22 - Os instrumentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador de despesa de que trata o artigo 16, itens I e II da LRF deverão ser inseridos no processo que abriga os autos de licitação ou de sua dispensa/inexigibilidade.

Parágrafo Único - Para efeitos do disposto no art. 16, § 3° da LRF, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental, que acarrete aumen-

to de despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2020, em cada evento, não exceda ao limite para dispensa de licitação, fixado no item I do art. 24 da Lei 8.666/93 devidamente atualizado. (Art. 16, § 3° da LRF)

Art. 23 - As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre os projetos novos na alocação de recursos orçamentários, salvo projetos programados com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito. (art. 45 da LRF).

Parágrafo Único - As obras em andamento e os custos programados para a conservação do patrimônio público extraídas do Relatório Sobre Projetos em Execução e a Executar, estão demonstrados no Anexo IV desta Lei. (art. 45, parágrafo único da LRF).

Art. 24 - Despesas de outros entes da federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na Lei Orçamentária. (Art. 62 da LRF).

Art. 25 - A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2020 a preços correntes.

Art. 26 - A execução do orçamento da despesa obedecerá, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais, a dotação fixada para cada grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a portaria 163/2001 e suas alterações posteriores.

§ 1° - As alterações dos atributos do crédito orçamentário, constantes da Lei Orçamentária Anual, tais como modalidade de aplicação, identificador de uso (IU) e fonte de recursos (FR) não são caracterizadas como créditos adicionais por não alterarem o valor das dotações. Essas alterações são denominadas "outras alterações orçamentárias" e são realizadas por meio de portaria do Poder Executivo.

§ 2° - A movimentação de recursos entre elementos de despesas pertencentes ao mesmo crédito orçamentário não configura alteração do orçamento, mas mera alteração no detalhamento da despesa, e dar-se-á por meio de portaria do Secretário Municipal de Finanças e Planejamento.

Art. 27 - Durante a execução orçamentária de 2020, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos ou operações especiais no orçamento da unidade gestora na forma de crédito especial, desde que estejam previstos no plano Plurianual.

Art. 28 – Fica o Poder Executivo autorizado, mediante decreto, a transpor, remanejar, transferir ou utilizar, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas na lei orçamentária de 2020 e em créditos adicionais, em decorrência da extinção, transformados, transferência, incorporação ou desmembramento de órgãos e entidades, bem como alterações de suas competências ou atribuições.

Parágrafo único. A transposição, transferência ou remanejamento de que trata o caput deste artigo não poderá resultar em alteração dos valores das programações aprovadas na lei orçamentária de 2020 ou em seus créditos adicionais, podendo haver, excepcionalmente, ajustes na classificação funcional.

Art. 29 – Fica o Poder autorizado a proceder a abertura de crédito adicional por excesso de arrecadação, à conta de recursos provenientes de convênio, mediante exposição de justificativa prévia e assinatura do competente instrumento, bem como apresentação de extrato da conta bancária, salvo nos casos em que o concedente aporte o recurso mediante medição ou comprovação da execução, acrescida do cronograma de desembolso financeiro.

Art. 30 - O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal de que trata os Art. 50, § 3° da LRF, serão desenvolvidos de forma a apurar os custos de serviços, tais como custos dos programas, das ações, do m/2 das construções, do m/2 das pavimentações, do aluno/ano no ensino fundamental, do aluno/ano no transporte escolar, do aluno/ano no ensino infantil, do aluno/ano com merenda escolar, da destinação final da tonelada de lixo, do atendimento nas unidades de saúde, etc. (art. 4°, 1 "e" da LRF).

Parágrafo Único - Os custos serão apurados através das operações orçamentárias, tomando-se por base as metas físicas previstas nas planilhas das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas no final do exercício. (art. 4°, 1 "e" da LRF).

Art. 31 - Os programas priorizados por esta Lei e contemplados na Lei Orçamentária de 2020 serão objetos de avaliação permanente pelos responsáveis, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios e avaliar seus custos e cumprimento das metas físicas estabelecidas. (art. 4°, 1 "e" da LRF).

V - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 32 - Ultrapassado o limite de endividamento definido no art. 27 desta Lei, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através de limitação de empenho e movimentação financeira, observando o art. 10 e seus parágrafos desta Lei.

VI - **DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL**

Art. 33 - O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão em 2020, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreira, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em Caráter temporário na forma da lei, observados os limites e as regras da Lei Complementar 101 /00 (LRF). (art. 169, § 1 º, II da Constituição Federal).

§ 1° - A concessão do dissídio coletivo no exercício de 2020, dar-se-á com base no índice INPC acumulado, conforme Lei Municipal n° 292/1990 em seu artigo 63, Lei Municipal n° 813 de 17 de Março de 2010, Lei Municipal n° 874, de 08 de Novembro de 2011, Lei Municipal nº 998, de 16 de dezembro de 2014 , Lei Municipal nº 1004, de 23 de dezembro de 2014, Lei Municipal nº 1034, de 12 de agosto de 2015, e demais legislação que rege a matéria.

§ 2° - Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos no orçamento para 2020.

Art. 34 – Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a administração municipal poderá autorizar a realização de horas-extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no art. 20, III da LRF.

Art. 35 - O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na LRF (art. 19 e 20 da LRF):

I - Eliminação das funções gratificadas;

II - Eliminação das despesas com horas-extras;

III - Exoneração de servidores ocupantes em cargos de comissão;

IV - Demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 36 - Para efeito desta Lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o art. 18, § 1° da LRF, a contratação de mão de obra cujas atividades ou funções guardem relação com as atividades ou funções previstas no Plano de Cargos e Carreiras da Administração Municipal de Alto Garças, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo Único - Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais, ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa, que não "Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização".

VII - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 37 - O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vista a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classe menos favorecida, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita e serem objetos de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes (art. 14 da LRF).

Art. 38 - Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante decreto do executivo, não se constituindo como renúncia de receita. (art. 14, § 2°, da LRF).

VIII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 39 - O executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal até o dia 30 de setembro de 2020, que apreciará e devolverá para sanção até o encerramento do segundo período da sessão Legislativa.

§ 1° - A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "caput" deste artigo.

§ 2° - Se o projeto de lei orçamentária não for encaminhado para sanção até o início do exercício financeiro de 2020, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva lei orçamentária anual.

§ 3° - Os eventuais saldos negativos apurados em decorrências do disposto do parágrafo anterior serão ajustados após a sanção da lei orçamentária anual, mediante a abertura de créditos adicionais suplementares, através de decreto do Poder Executivo, usando como fonte de recursos o superávit financeiro do exercício de 2019, o excesso ou provável excesso de arrecadação, a anulação de saldos das dotações não comprometidas e a reserva de contingência, sem comprometer, neste caso, os recursos para atender os riscos fiscais previstos e a meta de resultado primário.

Art. 40 - Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivado por insuficiência de tesouraria.

Art. 41 - Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do chefe do poder executivo.

Art. 42 - O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência ou não do município.

Art. 43 - Na programação da despesa não poderão ser destinados recursos para atender a despesas:

I - sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos e legalmente instituídas as unidades executoras;

II - ações que não sejam de competência exclusiva do Município, ou com ações em que a Lei Orgânica não estabeleça a obrigação do Município em cooperar técnica e financeiramente;

Art. 44 - É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de subvenções sociais ou auxílios, ressalvadas aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, de atividade continuada, que preencham uma das seguintes condições:

I - sejam de atendimento direto ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, saúde e educação;

II - estejam registradas no Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS.

§ 1º - Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá comprovar que está em efetivo e contínuo funcionamento há, no mínimo, 01 (um) ano, com exata observância de seus estatutos, emitida no exercício de 2020, mediante atestados expedidos por, no mínimo 03 (três) autoridades locais.

§ 2º Os repasses de recursos serão efetivados através de convênios, conforme determina o art. 116, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a exigência do art. 26, da Lei Complementar nº 101/2000 e Lei Especial autorizando o Poder Executivo a destinar recursos para a concessão de subvenções sociais.

§ 3º Os repasses de recursos serão efetivados mediante apresentação de certidões negativas da União, do Estado e do Município.

Art. 45 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à 01 de janeiro de 2020.

Gabinete do Prefeito, Edifício sede do Poder Executivo, em Alto Garças-MT, em 14 de Agosto de 2020.

CLAUDINEI SINGOLANO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

PORTARIA 216/2020

PORTARIA 216/2020

A Prefeita Municipal de Alto Paraguai – MT, **DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES**, no uso de suas atribuições que lhe confere o cargo.

RESOLVE:

Art. 1º. – Conceder 90 (Noventa) dias, de Licença Atividade Politica, do pleito eleitoral de 15/11/2020 a partir do dia 14/08/2020, ao Servidor **ALCENO DA SILVA REIS, MATRICULA 1547** portador do **RG N° 1445782-2 SSP/MT** e do **CPF N° 963.274.051.34, do Cargo efetivo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ACS,** junto a Secretaria de Saúde, **conforme Legislação pertinente e Artigo 120 da Lei municipal 11 de 19/11/90.**

. **Art. 2º. –** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário**.**

Publica-se;

Registra-se;

Cumpra-se;

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Paraguai–MT. 14 de Agosto de 2020.

DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES

PREFEITA MUNICIPAL

PORTARIA 219/2020

PORTARIA 219/2020

A Prefeita Municipal de Alto Paraguai – MT, **DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES**, no uso de suas atribuições que lhe confere o cargo.

RESOLVE:

Art. 1º. – Exonerar a **Servidora efetiva THAUANY CORREA DE OLIVEIRA,** portadora do **RG Nº 20630670 SSP/MT e do CPF Nº 036.249. 321.95**, do cargo em comissão – Função Gratificada de **DIREÇÃO E ASSISTÊNCIA INTERMEDIARIA- DAÍ –ENCARREGADO DE INFORMAÇÃO DE GEFIP E AFINS,** junto a Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão**.**

Art. 2º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário**.**

Publica-se;

Registra-se;

Cumpra-se;

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Paraguai–MT. 14 de Agosto de 2020.

DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES

PREFEITA MUNICIPAL

TEXTO: EXTRATO DE RETIFICAÇÃO DA PORTARIA DE LICENÇA ATIVIDADE POLITICA 212/2020. TEXTO: AVISO DE RETIFICAÇÃO DA PORTARIA DE LICENÇA ATIVIDADE POLITICA N° 212/2020 REFERENTE AO CARGO EFETIVO DO SERV

Texto:

EXTRATO DE RETIFICAÇÃO DA PORTARIA DE LICENÇA ATIVIDADE POLITICA 212/2020.

Texto:

AVISO DE RETIFICAÇÃO DA PORTARIA DE LICENÇA ATIVIDADE POLITICA N° 212/2020 REFERENTE AO CARGO EFETIVO DO SERVIDOR ONDE SE-LE**: *AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, LEIA- SE: ODONTÓLOGO – TEC DE NIVEL SUPERIOR DA SAÚDE*.** Mantendo-se inalterados os demais termos constantes na referida portaria.

Alto Paraguai-MT 14 de Agosto de 2020.

JURIDICO
LEI Nº 577 /2020

LEI Nº 577 /2020

" **CRIA O FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA DO MUNICIPIO DE ALTO PARAGUAI - MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**".

DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES, Prefeita Municipal de Alto Paraguai, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º – Fica instituído o Fundo Municipal de Cultura , vinculado à Secretaria Municipal de Cultura, Desporto e Lazer, com a finalidade de prestar apoio financeiro a projetos de natureza artístico-cultural.

Art.2º. O Fundo Municipal de Cultura , é um fundo de natureza contábil especial, que funcionará sob as formas de apoio a fundo perdido ou empréstimos reembolsáveis, conforme estabelecer o regulamento.

Art.3º.Serão levados a crédito do Fundo Municipal de Cultura , os seguintes recursos:

I - Dotação orçamentária própria do Município e recursos adicionais que a lei estabelecer no transcorrer de cada exercício;

II - Contribuições, transferências, subvenções, auxílios ou doações dos setores públicos ou privados;

III - Resultado de convênios, contratos e acordos celebrados com instituições públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, na área cultural;

IV - Outros recursos, créditos e rendas adicionais ou extraordinárias que, por sua natureza, lhe possam ser destinados;

V - reembolsos dos empréstimos concedidos a artistas.

VI - Recursos provenientes da transferência dos Fundos Nacional e Estadual da Cultura e Desporto;

VII – receitas de aplicações financeiras de recursos do Fundo, realizadas na forma da Lei.

VIII – as parcelas do produto de arrecadação de outras receitas próprias oriundas de financiamentos das atividades econômicas, de prestação de serviços e de outras transferências que o Fundo Municipal de Cultura terá direito a receber por força da lei e de convênios no setor;

IX – doações em espécies feitas diretamente ao Fundo;

X – outras receitas que venham a ser legalmente instituídas.

Art.4º.O Poder Executivo Municipal fixará, anualmente, o valor destinado ao incentivo cultural. As disponibilidades do Fundo Municipal de Cultura, serão aplicadas exclusivamente em projetos que visem fomentar a estimular a produção artístico-cultural no Município de Alto Paraguai – MT, fundamentalmente:

I - Na produção de vídeos, filmes e outras formas de reprodução fonovídeográfica de caráter cultural;

II - Na produção e edição de obras relativas às Letras, Humanidades e Artes;

III - Na realização de exposições, festivais, espetáculos ou congêneres, que fomentem diretamente a produção artístico-cultural local;

IV - Na execução de programas, projetos, pesquisas, promoções, eventos e concursos que visem fomentar e estimular a produção artística e cultural em Alto Paraguai - MT.

V - Em projetos especiais de natureza cultural.

§ 1º O Fundo Municipal de Cultura financiará até cem por cento do custo de cada projeto, aprovado pelo Conselho Municipal de Cultura.

Art.5º.Fica autorizada a criação, junto com o Conselho Municipal de Cultura, de uma Comissão Especial de Avaliação, que ficará incumbida da avaliação e seleção dos projetos a serem apoiados, bem como deverá fixar o valor limite por projeto a ser apoiado.

Parágrafo único.Os interessados na obtenção de apoio financeiro deverão apresentar seus projetos à Secretaria Municipal de Cultura, Desporto e Lazer, através do Protocolo Central da Prefeitura Municipal, que os encaminhará ao Conselho Municipal de Cultura para avaliação na Comissão Especial de Avaliação.

Art.6º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir os créditos adicionais necessários à execução desta Lei.

Art.7º.Caberá ao Poder Executivo a regulamentação da presente Lei, no prazo de 90 (noventa) dias, a contar de sua vigência.

Art. 8º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Paraguai – MT, aos 14 de agosto de 2020.

Diane Vieira de Vasconcellos Alves

Prefeita Municipal

PORTARIA 218/2020

PORTARIA 218/2020

A Prefeita Municipal de Alto Paraguai – MT, **DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES**, no uso de suas atribuições que lhe confere o cargo.

RESOLVE:

Art. 1º. – Conceder 90 (Noventa) dias, de Licença Atividade Politica, do pleito eleitoral de 15/11/2020 a partir do dia 14/08/2020, o Servidor **ODILAR HENRIQUE DE OLIVEIRA, MATRICULA 594** portador do **RG N° 342968 SSP/MT** e do **CPF N° 304.764.961.87, do Cargo efetivo de ASSISTENTE – OPERADOR E.T.A,** junto a Secretaria de Infra Estrutura, **conforme Legislação pertinente e Artigo 120 da Lei municipal 11 de 19/11/90.**

. **Art. 2º. –** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário**.**

Publica-se;

Registra-se;

Cumpra-se;

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Paraguai–MT. 14 de Agosto de 2020.

DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES

PREFEITA MUNICIPAL

PORTARIA 217/2020

PORTARIA 217/2020

A Prefeita Municipal de Alto Paraguai – MT, **DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES**, no uso de suas atribuições que lhe confere o cargo.

RESOLVE:

Art. 1º. – Conceder 90 (Noventa) dias, de Licença Atividade Politica, do pleito eleitoral de 15/11/2020 a partir do dia 14/08/2020, a Servidora **TANIA REGINA DE SIQUEIRA, MATRICULA 1660** portadora do **RG N° 207399 SSP/MT** e do **CPF N° 346.712.851.34, do Cargo efetivo de PSICOLOGO – TEC NIVEL SUPERIOR DA SAÚDE 40 HS,** junto a Secretaria de Saúde, **conforme Legislação pertinente e Artigo 120 da Lei municipal 11 de 19/11/90.**

. **Art. 2º. –** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário**.**

Publica-se;

Registra-se;

Cumpra-se;

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Paraguai–MT. 14 de Agosto de 2020.

DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES

PREFEITA MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ERRATA DA PORTARIA N. º 233/2020

ERRATA DA PORTARIA N. º 233/2020, de 13 DE AGOSTO DE 2020. PUBLICADA NO JORNAL OFICIAL ELETRÔNICO DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE MATO GROSSO (DOE) EDIÇÃO N. º 3.543 DE 14/08/2020, PÁGINA N. º 25.

O Prefeito Município de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RETIFICA:

Onde se lê: Médico Clínico Geral.

Leia-se: Motorista.

Alto Taquari, 14 de agosto de 2020.

Marco Aurelio Julien

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE RESULTADO – PREGÃO ELETRÔNICO 008/2020

A Prefeitura Municipal de Alto Taquari, através de seu Pregoeiro, no uso de suas atribuições legais, torna público aos interessados que o Pregão Eletrônico N° 008/2020, cujo objeto é: **AQUISIÇÃO DE VEICULO ZERO KM TIPO CAMINHÃO TANQUE PIPA PARA ATENDER A SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA**. Sagraram-se vencedores os preponentes: ENZO CAMINHOES LTDA – CNPJ 09.137.236/0001-49, iten **1** com o valor de R$ R$ 395.000,00 (trezentos e noventa e cinco mil reais). O certame será adjudicado e homologado a empresa ENZO CAMINHOES LTDA – CNPJ 09.137.236/0001-49. Maiores informações fone (66)3496-1448/1471 - Alto Taquari – MT, 14 de agosto 2020. Salmom Felipe de Freitas Pereira – Pregoeiro.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ERRATA DA PORTARIA N. º 230/2020

ERRATA DA PORTARIA N. º 230/2020, de 13 DE AGOSTO DE 2020. PUBLICADA NO JORNAL OFICIAL ELETRÔNICO DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE MATO GROSSO (DOE) EDIÇÃO N. º 3.543 DE 14/08/2020, PÁGINA N. º 23.

O Prefeito Município de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RETIFICA:

Onde se lê: Médico Clínico Geral.

Leia-se: Agente de Serviço Público.

Alto Taquari, 14 de agosto de 2020.

Marco Aurelio Julien

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 031/2020

A Prefeitura Municipal de Alto Taquari, através de seu Pregoeiro e equipe de apoio no uso de suas atribuições legais, torna público aos interessados que o **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE CESTAS BÁSICAS. - EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA E/OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, sagrou-se vencedoras as empresas: **ROSILENE DA SILVA - MERCEARIA ME, CNPJ: 04.018.514/0001-25** no valor de **R$ 89.165,00 (oitenta e nove mil cento e sessenta e cinco reais); e CARLA GUTIEREZ PINHEIRO CNPJ: 32.851.019/0001-38** no valor de R$ 37.500,00 (trinta e sete mil e quinhentos reais) . A licitação foi realizada pela modalidade Pregão Presencial para Registro de Preço, pelo critério menor preço por item, com certame homologado em 24/08/2020. Alto Taquari – MT, 14 de agosto 2020. Salmom Felipe de Freitas Pereira - Pregoeiro.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 181/2020

DECRETO Nº 181/2020

"Declara estabilidade dos Servidores que menciona e dá outras providencias".

O Prefeito Municipal de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, **Marco Aurelio Julien,** no exercício de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, etc...

DECRETA:

Art. 1º. - Ficam declarados estáveis no serviço público municipal os Servidores com seu respectivo CPF/MF, cargo e data de admissão, a saber;

SERVIDOR	CFP/MF	CARGO	ADMISSÃO
CINTIA RIBEIRO BARBOSA	050.264.061-81	Guarda de Patrimônio	13/06/2017
GESSIKA VIEIRA DE OLIVEIRA	039.843.841-22	Técnica Administrativa	05/06/2017
NATALLYA LUCY DA COSTA BARBOSA	057.598.351-57	Técnica Administrativa	14/06/2017
PATRICIO ALVES MONTEIRO	057.641.004-70	Guarda de Patrimônio	27/06/2017
DAIANI ARANTES NOVAIS	035.130.961-60	Guarda de Patrimônio	11/07/2017
ELIS REGINA ARAUJO COIMBRA	041.273.221-10	Guarda de Patrimônio	17/07/2017
ELIZETH APARECIDA PEREIRA MARTINS	029.798.831-07	Técnica Administrativa	03/07/2017

Art. 2° - Os Servidores declarados estáveis de conformidade com o artigo anterior prestou concurso no ano 2015, e cumpriu o estágio probatório de três anos, contados a partir da posse, nos termos da Emenda Constitucional n° 19, de 1998 publicada no DOU de 05 (cinco) de maio de 1998.

Art. 3° - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Taquari - MT, 01 de agosto de 2020.

MARCO AURELIO JULIEN

PORTARIA Nº 211/2020

"Designa Comissão Permanente de Licitação e dá outras providências"

MARCO AURELIO JULIEN, Prefeito Municipal de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o disposto no § 4°, do art. 51, da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993.

RESOLVE BAIXARA SEGUINTE PORTARIA:

Artigo 1º - Ficam designados os membros que integrarão a Comissão Permanente de Licitação do município de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, com a competência de desempenhar as funções de Comissão Permanente de Licitações nas modalidades definidas pela Lei 8.666/93 e alterações posteriores, os seguintes membros, na ordem que se apresentam: **Raimundo da Silva Carvalho**, CPF: 882.932.031-53, Presidente, **Salmom Felipe de Freitas Pereira**, inscrito no CPF: 056.579.601-14, para atuar como Secretário, a servidora **Rosa Maria Pagliuso Siqueira**, inscrita no CPF: 035.848.468-54, como membro, **Gessika Vieira de Oliveira**, CPF: 039.843.841-22 como membro.

Artigo 2º - Designa como Assessores Jurídicos da Comissão Permanente de Licitação, os doutores **Janaina Barreto Passadore**, inscrito na OAB/MT n.º 3978, Assessor Jurídico Municipal e **José Gervásio de Freitas Neto,** inscrito na OAB/MT nº 20.129, Procurador Geral do Município.

Artigo 3° - As decisões da Comissão Permanente de Licitação serão colegiadas, com *quórum* de no mínimo três membros.

Artigo 4° - A Comissão Permanente de Licitação será dotada de autonomia administrativa e atuará sem subordinação hierárquica no exercício de suas atividades-fim.

Artigo 5° - São atribuições da Comissão Permanente de Licitação do Município de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, mas não limitadas as:

I. Coordenar os processos de Licitação; **II.** Confeccionar minutas de Editais e Contratos, submetendo as apreciação e aprovação da Assessoria Jurídica ou Procuradoria Jurídica; **III.** Definir e solicitar aos Departamentos e/ou outros competentes as publicações necessárias na forma da legislação vigente; **IV.** Esclarecer as dúvidas sobre o edital; **V.** Abrir o envelope com a documentação de habilitação, examinar os documentos, elaborar ata da reunião e emitir relatório de julgamento sobre a habilitação ou inabilitação; **VI.** Processar e julgar a fase da habilitação das propostas; **VII.** Abrir o envelope com a proposta comercial, examinar os documentos, elaborar ata da reunião e emitir relatório de julgamento sobre a classificação ou desclassificação; **VIII.** Habilitar, inabilitar, classificar ou desclassificar os participantes em desacordo com o edital; **IX.** Julgar os recursos eventualmente interpostos em primeira instância; **X.** Requisitar parecer técnico e/ou jurídico, quando julgar necessário; **XI.** Adotar outras providências que se fizerem necessárias; **XII.** As outras atribuições da Comissão Permanente de Licitação obedecerão ao ordenamento jurídico, no que couber.

Artigo 6° - Exaurido o prazo recursal e julgados todos os recursos eventualmente interpostos, o resultado encontrado pela Comissão Permanente de Licitação, será levado à deliberação do Chefe do Executivo, para homologação e adjudicação, sem prejuízo das contingentes revogações ou anulações quando necessários.

Artigo 7° - O mandato dos membros da Comissão Permanente de Licitação aqui designados será de 01 (um) ano, a contar da data da Portaria, que será posteriormente publicada no Diário Oficial dos Municípios e/ou no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, vedada à recondução de sua totalidade no período subsequente.

Artigo 8° - Os membros aqui designados deverão ter sua jornada laboral na estação de origem reduzida em no mínimo duas horas diárias para que possam desempenhar as atividades da Comissão Permanente de Licitação, sem prejuízo de seus vencimentos.

Registre-se.

Publique-se.

Cumpra-se.

Alto Taquari - MT, 06 de Agosto de 2020.

_____

Marco Aurélio Julien

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS

PREFEITURA MUNICIPAL
ORDEM DE SERVIÇO CONTRATO 075/2020

ORDEM DE SERVIÇO

O **Município De Apiacás**, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob nº 01.321.850/0001-54, com sede de Administrativa situada à Av. Brasil nº 1059, Centro, Apiacás/MT., neste ato representada pelo Sr. **Adalto José Zago**, Prefeito Municipal AUTORIZA a empresa: GUILHERME LUIZ AIMI - ME, CNPJ n.º 15.469.819/0001-70**, estabelecida na** Av. Maringá, n° 905, Distrito Industrial, Sinop-MT.**,** a dar início à **Execução de Obra de Pavimentação Asfáltica com Microdrenagem Urbana, Av. Primeiro de Maio, conforme CONTRATO DE REPASSE 894376/2019/MDR/CAIXA - Operação 1068878-86, Programa Planejamento Urbano – Proponente Especifico.** Processo Licitatório nº 046/2020, Modalidade Tomada de Preço 012/2020 e Contrato 075/2020.

Sem mais para o momento,

Atenciosamente,

CONSTA

Adalto José Zago

PREFEITO MUNICIPAL

Ciente em 13/08/2020

CONSTA

_____

GUILHERME LUIZ AIMI – ME

CNPJ n.º 15.469.819/0001-70

Guilherme Luiz Aimi

CONTRATADA

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N°. 174/2020.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PARA CONCORRER À CARGO ELETIVO À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são concedidas por Lei...

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder Licença para concorrer à cargo eletivo de Vereador conforme o que dispõe os artigos 134 e 135 da lei Complementar nº 010/2008 (Estatuto do Servidor Publico Municipal) ao Servidor **BENEDITO OLIVEIRA DA SILVA,** portador da cédula de identidade nº 1606621-9 SESP/MT e inscrito no CPF sob o nº 767.668.291-68, ocupante do cargo Efetivo de Vigia, nomeado pela Portaria n° 394/2010, a partir do dia 15/08/2020.

Art. 2° - Esta portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação ou afixação nos lugares de costumes, revogadas as disposições em contrario.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Apiacás-MT., 14 de Agosto de 2020.

ADALTO JOSÉ ZAGO

-Prefeito Municipal-

PREFEITURA MUNICIPAL /ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 0241/2020

SÚMULA: DESIGNA PARA FISCAL DO CONTRATO Nº 080/2020 PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS E A EMPRESA: PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS.

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais...

D E C R E T A:

1.1. Art. 1º - Fica designado como fiscal do contrato em tela, para controle, acompanhamento e recebimento dos serviços o Srª. **DELIANE RIBEIRO DA SILVA,** Assistente Administrativo. Tendo como objeto : **SEGURO DE VEICULOS DA FROTA MUNICIPAL.**

Art. 2°- Este Decreto entrará em vigor da data de sua publicação/afixação, revogando-se as disposições em contrário;

Apiacás - MT, 12 de Agosto de 2020.

ADALTO JOSÉ ZAGO

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N°. 180/2020.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PARA CONCORRER À CARGO ELETIVO À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são concedidas por Lei...

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder Licença para concorrer à cargo eletivo de Vereador conforme o que dispõe os artigos 134 e 135 da lei Complementar nº 010/2008 (Estatuto do Servidor Publico Municipal) ao Servidor **SEDIVAL ARAUJO,** portador da cédula de identidade nº 6.523.404-1 SESP/PR e inscrito no CPF sob o nº 954.103.339-34, ocupante do cargo Efetivo de Operador de Máquinas Rodoviárias, nomeado pela Portaria n° 125/2011 a partir de 15/08/2020.

Art. 2° - Esta portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação ou afixação nos lugares de costumes, revogadas as disposições em contrario.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Apiacás-MT., 14 de Agosto de 2020.

ADALTO JOSÉ ZAGO

-Prefeito Municipal-

PREFEITURA MUNICIPAL /ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 0242/2020

SÚMULA: DESIGNA PARA FISCAL DO CONTRATO DE Nº 081/2020 ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS E A EMPRESA: VAMOS COMERCIO DE MÁQUINAS LINHA AMARELA LTDA.

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais...

D E C R E T A

Art. 1º - Fica designado como fiscal do contrato em tela, para controle, acompanhamento e recebimento dos serviços o Srº. **ALEXANDRE DA SILVA,** Mecânico. Tendo como objeto**,** AQUISIÇÃO DE MOTONIVELADORA NOVA, FABRICADA ANO/MOD 2020, MOTOR A DIESEL COM REDUÇÃO DE POLUENTES, POTENCIA MÍNIMA DE 150 HP TIER 3 COM 6 CILINDROS, PESO OPERACIONAL 16.000 KG, CABINE FECHADA COM 2 PORTAS LATERAIS, EQUIPADA COM AR CONDICIONADO, ESTRUTURA PROTETORA ROPS/FOPS NA CABINE, TRANSMISSÃO COM NO MÍNIMO 8 MARCHAS A FRENTE E 4 MARCHAS A RÉ, LUZ DE FREIO E LANTERNA TRASEIRA, ALARME SONORO DE MARCHA RÉ, DIREÇÃO HIDRÁULICA, PNEUS COM MEDIDA MÍNIMA DE 17,5X25 COM 12 LONAS OU SUPERIOR, LAMINA CENTRAL COM MEDIDAS MÍNIMAS DE 3.700mm DE COMPRIMENTO, EQUIPADO COM RIPPER TRASEIRO COM NO MÍNIMO 5 DENTES INTALADOS DE FÁBRICA, FREIOS A DISCO. FORNECIMENTO DE CATÁLOGO DE PEÇAS E MANUTENÇÃO NA MÁQUINA NO ATO DA ENTREGA. MONITORAMENTO E GERENCIAMENTO ORIGINAL DE FÁBRICA GRATUITO. MÍNIMO 36 MESES DE GARANTIA. MARCA E MODELO - KOMATSU GD655-5.

Art. 2°- Este Decreto entrará em vigor da data de sua publicação/afixação, revogando-se as disposições em contrário;

Apiacás - MT, 12 de Agosto de 2020.

ADALTO JOSÉ ZAGO

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N°. 179/2020.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PARA CONCORRER À CARGO ELETIVO À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são concedidas por Lei...

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder Licença para concorrer à cargo eletivo de Vereador conforme o que dispõe os artigos 134 e 135 da lei Complementar nº 010/2008 (Estatuto do Servidor Publico Municipal) ao Servidor **ROGERIO SANTOS ARAUJO,** portador da cédula de identidade nº 2862922-1 SESP/MT e inscrito no CPF sob o nº 407.606.503-49, ocupante do cargo Efetivo de Professor, nomeado pela Portaria n° 077/2002 a partir de 15/08/2020.

Art. 2° - Esta portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação ou afixação nos lugares de costumes, revogadas as disposições em contrario.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Apiacás-MT., 14 de Agosto de 2020.

ADALTO JOSÉ ZAGO

-Prefeito Municipal-

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº. 246/2020.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO.

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais...

D E C R E T A

Artigo 1º - Exonerar à pedido **DIEMERSON CAMPOS DE SOUSA,** portador da cédula de identidade 2312866-6 SSP/MT e inscrito no CPF sob o n. 044.323.621-62, do cargo de **CHEFE DE SETOR II,** lotado na Secretaria Municipal de Administração.

Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua afixação ou publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Apiacás - MT., 14 de Agosto de 2020.

ADALTO JOSÉ ZAGO

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL /ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 0243/2020

SÚMULA: DESIGNA PARA FISCAL DO CONTRATO DE Nº 084/2020 ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS E A EMPRESA: M. DIESEL CAMINHÕES E ÔNIBUS LTDA.

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais...

D E C R E T A

Art. 1º - Fica designado como fiscal do contrato em tela, para controle, acompanhamento e recebimento dos serviços o Srº. **ALEXANDRE DA SILVA,** Mecânico. Tendo como objeto**, AQUISIÇÃO DE VEÍCULO TIPO CAMINHÃO, ADESÃOATA DE REGISTRO DE PREÇOS 040/2020, ORIGINADA DO PREGÃO ELETRONICO N° 003/2020. Realizado pela Prefeitura Municipal de Matupá-MT. CAMINHÃO ZERO QUILÔMETRO, TRAÇADO 6X4. CAÇAMBA ACOPLADA COM CAPACIDADE DE 16M³. MARCA VOLKSWAGEM N 31330 E CAÇAMBA 16M³.**

Art. 2°- Este Decreto entrará em vigor da data de sua publicação/afixação, revogando-se as disposições em contrário;

Apiacás - MT, 12 de Agosto de 2020.

ADALTO JOSÉ ZAGO

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL
ORDEM DE SERVIÇO CONTRATO 071/2020

ORDEM DE SERVIÇO

O **Município De Apiacás**, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob nº 01.321.850/0001-54, com sede Administrativa situada à Av. Brasil nº 1059, Centro, Apiacás/MT., neste ato representada pelo Sr. **Adalto José Zago**, Prefeito Municipal AUTORIZA a empresa: GUILHERME LUIZ AIMI - ME, CNPJ n.º 15.469.819/0001-70, estabelecida na Av. Maringá, n° 905, Distrito Industrial, Sinop-MT.**,** a dar início à **Execução de Obra de Pavimentação Asfáltica com Microdrenagem Urbana, Rua Espanha,** conforme **CONVENIO/CONTRATO DE REPASSE OGU MDR 882615/2019/CAIXA - Operação 1065688-27.** Processo Licitatório nº 043/2020, Modalidade Tomada de Preço 010/2020 e Contrato 071/2020.

Sem mais para o momento,

Atenciosamente,

CONSTA

Adalto José Zago

PREFEITO MUNICIPAL

Ciente em 14/08/2020

CONSTA

_____

GUILHERME LUIZ AIMI – ME

CNPJ n.º 15.469.819/0001-70

Guilherme Luiz Aimi

CONTRATADA

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N°. 175/2020.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PARA CONCORRER À CARGO ELETIVO À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são concedidas por Lei...

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder Licença para concorrer à cargo eletivo de Vereadora conforme o que dispõe os artigos 134 e 135 da lei Complementar nº 010/2008 (Estatuto do Servidor Publico Municipal) à Servidora **CAROLINE ALVARES COSTA TORRES,** portadora da cédula de identidade nº 001.645.631 SEJSP/MS e inscrita no CPF sob o nº 024.049.761-92, ocupante do cargo Efetivo de Enfermeira, nomeada pela Portaria n° 219/2011, a partir do dia 15/08/2020.

Art. 2° - Esta portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação ou afixação nos lugares de costumes, revogadas as disposições em contrario.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Apiacás-MT., 14 de Agosto de 2020.

ADALTO JOSÉ ZAGO

-Prefeito Municipal-

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N°. 178/2020.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PARA CONCORRER À CARGO ELETIVO À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.*"*

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são concedidas por Lei...

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder Licença para concorrer à cargo eletivo de Vereador conforme o que dispõe os artigos 134 e 135 da lei Complementar nº 010/2008 (Estatuto do Servidor Publico Municipal) ao Servidor **LOURIVAL PEREIRA DE OLIVEIRA,** portador da cédula de identidade nº 1031373-7 SEJSP/MT e inscrito no CPF sob o nº 785.805.441-49, ocupante do cargo Efetivo de Professor, nomeado pela Portaria n° 087/2001 a partir da data de 15/08/2020.

Art. 2° - Esta portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação ou afixação nos lugares de costumes, revogadas as disposições em contrario.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Apiacás-MT., 14 de Agosto de 2020.

ADALTO JOSÉ ZAGO

-Prefeito Municipal-

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N°. 177/2020.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PARA CONCORRER À CARGO ELETIVO À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.*"*

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são concedidas por Lei...

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder Licença para concorrer à cargo eletivo de Vereadora conforme o que dispõe os artigos 134 e 135 da lei Complementar nº 010/2008 (Estatuto do Servidor Publico Municipal) à Servidora **LAUZINA PEREIRA SOUSA,** portadora da cédula de identidade nº 905.914 SSP/MA e inscrita no CPF sob o nº 281.349.823-87, ocupante do cargo Efetivo de Técnica Administrativa Educacional (Monitora), nomeada pela Portaria n° 056/1997 a partir da data de 15/08/2020.

Art. 2° - Esta portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação ou afixação nos lugares de costumes, revogadas as disposições em contrario.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Apiacás-MT., 14 de Agosto de 2020.

ADALTO JOSÉ ZAGO

-Prefeito Municipal-

PREFEITURA MUNICIPAL /ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 0240/2020

SÚMULA: DESIGNA PARA FISCAL DO CONTRATO Nº 079/2020 PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS E A EMPRESA: GENTE SEGURADORA S/A.

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais...

D E C R E T A:

1.1. Art. 1º - Fica designado como fiscal do contrato em tela, para controle, acompanhamento e recebimento dos serviços o Srª. **DELIANE RIBEIRO DA SILVA,** Assistente Administrativo. Tendo como objeto : **SEGURO DE VEICULOS DA FROTA MUNICIPAL.**

Art. 2°- Este Decreto entrará em vigor da data de sua publicação/afixação, revogando-se as disposições em contrário;

Apiacás - MT, 12 de Agosto de 2020.

ADALTO JOSÉ ZAGO

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N°. 176/2020.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PARA CONCORRER À CARGO ELETIVO À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.*"*

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são concedidas por Lei...

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder Licença para concorrer à cargo eletivo de Vice-Prefeita conforme o que dispõe os artigos 134 e 135 da lei Complementar nº 010/2008 (Estatuto do Servidor Publico Municipal) à Servidora **FABIANA PATRICIA LEOCÁDIO SOARES PESSOA,** portadora da cédula de identidade nº 5024836 SSP/PE e inscrita no CPF sob o nº 018.647.204-84, ocupante do cargo Efetivo de Enfermeira, nomeada pela Portaria n° 176/2008 a partir da data de 15/08/2020.

Art. 2° - Esta portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação ou afixação nos lugares de costumes, revogadas as disposições em contrario.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Apiacás-MT., 14 de Agosto de 2020.

ADALTO JOSÉ ZAGO

-Prefeito Municipal-

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS - MT, mediante a Pregoeira Oficial Silvia Pierina Rozza Krizanowski, Ana Maria Fernandes de Andrade Vincenzi, Madalena H. Z. Baumann e Suzana Aparecida de Souza - Equipe de Apoio, instituída pelo Decreto nº 262/2018 de 20 de agosto de 2018, torna público, para conhecimento dos interessados que na data, horário e local a seguir indicado, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento ***menor preço por lote,*** nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, do Decreto nº 7892, de 23 de janeiro e 2013, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril, de 2018, da Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto n° 8.538, de 06 de outubro de 2015, Decreto Municipal nº 0156/2008 e 0564/2010, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas neste Edital.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Das 11:00 horas do dia 17/08/2020.

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: Das 08:00 horas do dia 28/08/2020.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09:00 horas do dia 28/08/2020.

REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF).

LOCAL: Portal: Bolsa de Licitações do Brasil – BLL www.bll.org.br

DO OBJETO

O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a REGISTRO REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE VENTILADOR PULMONAR PARA TRANSPORTE, A FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICIPIO DE APIACÁS, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital com as características descritasno anexo I do presente edital;

LOCAL: O Pregão Eletrônico será realizado por meio do endereço eletrônico acima mencionado, através do Pregoeiro (a) e equipe de apoio. Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

EDITAL: O Instrumento Convocatório e todos os elementos integrantes encontram-se disponíveis para consulta e retirada no endereço eletrônico acima mencionado. Maiores informações e esclarecimentos sobre o certame serão prestados pelo Pregoeiro (a) e Equipe de Apoio no Departamento de Licitações, situado à Av. Brasil, n° 1.059, Bairro Bom Jesus – Apiacás–MT, de segunda a sexta-feira, das 07:00 às 13:00 horas(HORÁRIO DE MATO GROSSO), ou pelo Telefone/Fax: (0xx) 66-3593-2227 ou email: licitacao@apiacas.mt.gov.br. E no site da Prefeitura https://www.apiacas.mt.gov.br/

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA

DEPERTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 116/2020 DE 31 DE JULHO DE 2020

PORTARIA Nº 116/2020

De 31 de julho de 2020

REVOGA PORTARIA

O Senhor **GETÚLIO DUTRA VIEIRA NETO,** Prefeito Municipal de Araguaiana, Estado de Mato Grosso, no uso das Atribuições legais e em conformidade com o artigo 77, Inciso VI da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica revogada a Portaria nº 75/2019 de 03 de junho de 2019, **NORMA CRISTIAN DUTRA LIMA**, portadora da CI RG **nº 1272056-9 SJ-MT** e inscrito no CPF sob o **nº 915.897.201-30** no cargo de **CHEFE DE DIVISÃO** na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2 - - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araguaiana, em 31 de julho de 2020.

Getúlio Dutra Vieira Neto

Prefeito Municipal

DEPERTAMENTO PESSOAL
EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO 43/2020

EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO

EMPREGADOR: Prefeitura Municipal de Araguaiana-Mt

EMPREGADO: NORMA CRISTIAN DUTRA LIMA

CARGO: ENFERMEIRA

N° CTR: 43/2020

DATA EMISSÃO: 03/08/2020

DATA VENCIMENTO: 31/12/2020

REMUNERAÇÃO MENSAL: R$ 2500,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA

EXTRATO DE CONTRATO REF.: CONTRATO N.º 82/2020

EXTRATO DE CONTRATO

REF.: CONTRATO N.º 82/2020

NUMERO DO CONTRATO: N.º 85/2020.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Orgânica do Município.

CONTATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA - MT

CONTRATANDA: REGES OLIVEIRA DUTRA 02620860180

OBJETO: Constitui objeto deste, a contratação de pessoa jurídica para a Prestação de Serviços Gerais, na Secretaria de Obras no Município de Araguainha – MT.

PRAZO: 05 meses

VALOR DO CONTRATO: R$6.050,00 (seis mil e cinquenta reais).

DATA DA ASSINATURA: 03/08/2020.

VIGENCIA: 03/08/2020 a 31/12/2020.

EXTRATO DE CONTRATO REF.: CONTRATO N.º 86/2020

EXTRATO DE CONTRATO

REF.: CONTRATO N.º 86/2020

NUMERO DO CONTRATO: N.º 86/2020.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Orgânica do Município.

CONTATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA - MT

CONTRATANDA: TAISA DANIELA BARBOSA BORGES 04019174105

OBJETO: O objeto do presente é a contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços gerais junto à secretaria municipal de administração na Prefeitura Municipal de Araguainha-MT.

PRAZO: 04 meses 18 dias

VALOR DO CONTRATO: R$6.302,00 (seis mil, trezentos e dois reais)

DATA DA ASSINATURA: 12/08/2020.

VIGENCIA: 12/08/2020 a 31/12/2020.

EXTRATO DE CONTRATO REF.: CONTRATO N.º 85/2020

EXTRATO DE CONTRATO

REF.: CONTRATO N.º 85/2020

NUMERO DO CONTRATO: N.º 85/2020.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Orgânica do Município.

CONTATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA - MT

CONTRATANDA: GIOVANA DE MORAIS PASSOS 06720309188

OBJETO: O objeto do presente é a contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços gerais junto à secretaria municipal de administração na Prefeitura Municipal de Araguainha-MT.

PRAZO: 05 meses

VALOR DO CONTRATO: R$6.050,00 (seis mil e cinquenta reais).

DATA DA ASSINATURA: 07/08/2020.

VIGENCIA: 07/08/2020 a 31/12/2020.

EXTRATO DE CONTRATO REF.: CONTRATO N.º 84/2020

EXTRATO DE CONTRATO

REF.: CONTRATO N.º 84/2020

NUMERO DO CONTRATO: N.º 84/2020.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Orgânica do Município.

CONTATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA - MT

CONTRATANDA: ROBERTA DE SOUZA CARVALHO 01226646123

OBJETO: O objeto do presente é a contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços gerais, na Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Lazer e Com. Social –no Município de Araguainha-MT.

PRAZO: 05 meses

VALOR DO CONTRATO: R$6.050,00 (seis mil e cinquenta reais).

DATA DA ASSINATURA: 03/08/2020.

VIGENCIA: 03/08/2020 a 31/12/2020.

EXTRATO DE CONTRATO REF.: CONTRATO N.º 83/2020

EXTRATO DE CONTRATO

REF.: CONTRATO N.º 83/2020

NUMERO DO CONTRATO: N.º 83/2020.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Orgânica do Município.

CONTATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA - MT

CONTRATANDA: **JOSEVAN DO NASCIMENTO 07539439130**

OBJETO: Constitui objeto deste, a contratação de pessoa jurídica para a Prestação de Serviços Gerais, na Secretaria de Obras no Município de Araguainha – MT.

PRAZO: 05 meses

VALOR DO CONTRATO: R$6.050,00 (seis mil e cinquenta reais).

DATA DA ASSINATURA: 03/08/2020.

VIGENCIA: 03/08/2020 a 31/12/2020.

EXTRATO DE CONTRATO REF.: CONTRATO N.º 81/2020

EXTRATO DE CONTRATO

REF.: CONTRATO N.º 81/2020

NUMERO DO CONTRATO: N.º 81/2020.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Orgânica do Município.

CONTATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA - MT

CONTRATANDA: SEVERINO DE OLIVEIRA DUTRA 20172222167

OBJETO: O objeto do presente é a contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços como vigia, junto à Secretaria Municipal do Bem Estar Social, no Município de Araguainha/MT.

PRAZO: 05 meses

VALOR DO CONTRATO: R$6.050,00 (seis mil e cinquenta reais).

DATA DA ASSINATURA: 03/08/2020.

VIGENCIA: 03/08/2020 a 31/12/2020.

EXTRATO DE CONTRATO REF.: CONTRATO N.º 80/2020

EXTRATO DE CONTRATO

REF.: CONTRATO N.º 80/2020

NUMERO DO CONTRATO: N.º 80/2020.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Orgânica do Município.

CONTATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA - MT

CONTRATANDA: MATHEUS RENAN MENDES DA SILVA 06903248129

OBJETO: Constitui objeto deste, a contratação de pessoa jurídica para a Prestação de Serviços Gerais, na Secretaria de Obras no Município de Araguainha – MT.

PRAZO: 05 meses

VALOR DO CONTRATO: R$6.050,00 (seis mil e cinquenta reais).

DATA DA ASSINATURA: 03/08/2020.

VIGENCIA: 03/08/2020 a 31/12/2020.

EXTRATO DE CONTRATO REF.: CONTRATO N.º 79/2020

EXTRATO DE CONTRATO

REF.: CONTRATO N.º 79/2020

NUMERO DO CONTRATO: N.º 79/2020.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Orgânica do Município.

CONTATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA - MT

CONTRATANDA: **DAYANE F. SILVA VILELA ME**

OBJETO: Contratação de Prestação de Serviços Contábil que executará os serviços de acompanhamento e auxilio ao departamento pessoal, auxílio no envio da DCTF e RAIS, acompanhamento e organização do setor contábil, assinatura nos balanços e balancetes da Administração do exercício de 2020.

PRAZO: 06 meses

VALOR DO CONTRATO: R$36.000,00 (Trinta e seis mil reais).

DATA DA ASSINATURA: 27/07/2020.

VIGENCIA: 27/07/2020 a 31/12/2020.

EXTRATO DE CONTRATO REF.: CONTRATO N.º 78/2020

EXTRATO DE CONTRATO

REF.: CONTRATO N.º 78/2020

NUMERO DO CONTRATO: N.º 78/2020.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Orgânica do Município.

CONTATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA - MT

CONTRATANDA: **GUILHERME NUNES DA SILVA MENDES 06221649102**

OBJETO: Constitui objeto deste, a contratação de pessoa jurídica para prestação de Serviços Gerais, na Secretaria Municipal de Educação no Município de Araguainha – MT.

PRAZO: 06 meses

VALOR DO CONTRATO: R$7.260,00 (sete mil duzentos e sessenta reais).

DATA DA ASSINATURA: 21/07/2020.

VIGENCIA: 21/07/2020 a 31/12/2020.

EXTRATO DE CONTRATO REF.: CONTRATO N.º 77/2020

EXTRATO DE CONTRATO

REF.: CONTRATO N.º 77/2020

NUMERO DO CONTRATO: N.º 77/2020.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Orgânica do Município.

CONTATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA - MT

CONTRATANDA: **SUELI DE OLIVEIRA BARBOSA ARAUJO 01097247120**

OBJETO: O objeto do presente é a contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços como secretária, junto à Secretaria Municipal do Bem Estar Social, no Município de Araguainha/MT.

PRAZO: 06 meses

VALOR DO CONTRATO: R$7.260,00 (sete mil duzentos e sessenta reais).

DATA DA ASSINATURA: 15/07/2020.

VIGENCIA: 15/07/2020 a 31/12/2020.

EXTRATO DE CONTRATO REF.: CONTRATO N.º 76/2020

EXTRATO DE CONTRATO

REF.: CONTRATO N.º 76/2020

NUMERO DO CONTRATO: N.º 76/2020.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Orgânica do Município.

CONTATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA - MT

CONTRATANDA: **SUELI DE OLIVEIRA BARBOSA ARAUJO 01097247120**

OBJETO: O objeto do presente é a contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços como secretária, junto à Secretaria Municipal do Bem Estar Social, no Município de Araguainha/MT.

PRAZO: 06 meses

VALOR DO CONTRATO: R$7.260,00 (sete mil duzentos e sessenta reais).

DATA DA ASSINATURA: 15/07/2020.

VIGENCIA: 15/07/2020 a 31/12/2020.

EXTRATO DE CONTRATO REF.: CONTRATO N.º 75/2020

EXTRATO DE CONTRATO

REF.: CONTRATO N.º 75/2020

NUMERO DO CONTRATO: N.º 75/2020.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Orgânica do Município.

CONTATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA - MT

CONTRATANDA: **HIGOR ROGER DOMINGOS BARBOSA 04360015194**

OBJETO: Constitui objeto deste, a contratação de pessoa jurídica para a Prestação de Serviços Gerais, na Secretaria de Obras e Transportes no Município de Araguainha – MT.

PRAZO: 06 meses

VALOR DO CONTRATO: R$7.260,00 (sete mil duzentos e sessenta Reais).

DATA DA ASSINATURA: 13/07/2020.

VIGENCIA: 13/07/2020 a 31/12/2020.

EXTRATO DE CONTRATO REF.: CONTRATO N.º 74/2020

EXTRATO DE CONTRATO

REF.: CONTRATO N.º 74/2020

NUMERO DO CONTRATO: N.º 74/2020.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Orgânica do Município.

CONTATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA - MT

CONTRATANDA: **RAIMUNDO NONATO BEZERRA 75213966349**

OBJETO: O objeto do presente é a contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços como gari, junto à Secretaria Municipal de Obras e Transportes no Município de Araguainha – MT.

PRAZO: 06 meses

VALOR DO CONTRATO: R$8.383,20 (oito mil trezentos e oitenta e três reais e vinte centavos).

DATA DA ASSINATURA: 13/07/2020.

VIGENCIA: 13/07/2020 a 31/12/2020.

EXTRATO DE CONTRATO REF.: CONTRATO N.º 73/2020

EXTRATO DE CONTRATO

REF.: CONTRATO N.º 73/2020

NUMERO DO CONTRATO: N.º 73/2020.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Orgânica do Município.

CONTATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA - MT

CONTRATANDA: **EVA BARBOSA DOS SANTOS 00660721155**

OBJETO: O objeto do presente é a contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços gerais, junto à Secretaria Municipal do Bem Estar Social, no Município de Araguainha/MT.

PRAZO: 06 meses

VALOR DO CONTRATO: R$7.260,00 (sete mil duzentos e sessenta Reais).

DATA DA ASSINATURA: 10/07/2020.

VIGENCIA: 10/07/2020 a 31/12/2020.

EXTRATO DE CONTRATO REF.: CONTRATO N.º 72/2020

EXTRATO DE CONTRATO

REF.: CONTRATO N.º 72/2020

NUMERO DO CONTRATO: N.º 72/2020.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Orgânica do Município.

CONTATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA - MT

CONTRATANDA: **GABRIEL DA SILVA MATOS 02313436128**

OBJETO: Constitui objeto deste, a contratação de pessoa jurídica para a Prestação de Serviços Gerais, na Secretaria de Obras e Transportes no Município de Araguainha – MT.

PRAZO: 06 meses

VALOR DO CONTRATO: R$7.260,00 (sete mil duzentos e sessenta Reais).

DATA DA ASSINATURA: 10/07/2020.

VIGENCIA: 10/07/2020 a 31/12/2020.

EXTRATO DE CONTRATO REF.: CONTRATO N.º 71/2020

EXTRATO DE CONTRATO

REF.: CONTRATO N.º 71/2020

NUMERO DO CONTRATO: N.º 71/2020.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Orgânica do Município.

CONTATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA - MT

CONTRATANDA: **JOSÉ APARECIDO MENDES DA SILVA 04016209137**

OBJETO: Constitui objeto deste contrato de prestação de serviços de manutenção no sistema de Água no Município de Araguainha – MT.

PRAZO: 03 meses

VALOR DO CONTRATO: R$5.400,00 (cinco mil e quatrocentos reais).

DATA DA ASSINATURA: 10/07/2020.

VIGENCIA: 10/07/2020 a 30/09/2020.

EXTRATO DE CONTRATO REF.: CONTRATO N.º 70/2020

EXTRATO DE CONTRATO

REF.: CONTRATO N.º 70/2020

NUMERO DO CONTRATO: N.º 70/2020.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Orgânica do Município.

CONTATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA - MT

CONTRATANDA: **DIOMEDIO RODRIGUES DE OLIVEIRA 30418216134,**

OBJETO: Constitui objeto deste, a contratação de pessoa jurídica para a Prestação de Serviços como Operador de Trator, na Secretaria de Obras e Transportes no Município de Araguainha – MT.

PRAZO: 06 meses

VALOR DO CONTRATO: R$7.260,00 (sete mil duzentos e sessenta Reais).

DATA DA ASSINATURA: 10/07/2020.

VIGENCIA: 10/07/2020 a 31/12/2020.

EXTRATO DE CONTRATO REF.: CONTRATO N.º 69/2020

EXTRATO DE CONTRATO

REF.: CONTRATO N.º 69/2020

NUMERO DO CONTRATO: N.º 69/2020.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Orgânica do Município.

CONTATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA - MT

CONTRATANDA: **JOSE CICERO DOS SANTOS 77690850472**

OBJETO: Constitui objeto deste, a contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços de Vigia, junto a Secretaria de Administração no Município de Araguainha – MT.

PRAZO: 06 meses

VALOR DO CONTRATO: R$7.260,00 (sete mil duzentos e sessenta Reais).

DATA DA ASSINATURA: 10/07/2020.

VIGENCIA: 10/07/2020 a 31/12/2020.

EXTRATO DE CONTRATO REF.: CONTRATO N.º 68/2020

EXTRATO DE CONTRATO

REF.: CONTRATO N.º 68/2020

NUMERO DO CONTRATO: N.º 68/2020.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Orgânica do Município.

CONTATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA - MT

CONTRATANDA: **PAULO PINTO DE ARAÚJO 20174926120**

OBJETO: Constitui objeto deste, a contratação de pessoa jurídica para a Prestação de Serviços como Vigia, na Secretaria de Obras no Município de Araguainha – MT.

PRAZO: 06 meses

VALOR DO CONTRATO: R$7.260,00 (sete mil duzentos e sessenta Reais).

DATA DA ASSINATURA: 10/07/2020.

VIGENCIA: 10/07/2020 a 31/12/2020.

EXTRATO DE CONTRATO REF.: CONTRATO N.º 67/2020

EXTRATO DE CONTRATO

REF.: CONTRATO N.º 67/2020

NUMERO DO CONTRATO: N.º 67/2020.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Orgânica do Município.

CONTATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA - MT

CONTRATANDA: **DAIANE DE OLIVEIRA DE ALMEIDA 04344394100**

OBJETO: O objeto do presente é a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços gerais junto à secretaria municipal de administração na Prefeitura Municipal de Araguainha-MT.

PRAZO: 06 meses

VALOR DO CONTRATO: R$7.260,00 (sete mil duzentos e sessenta Reais).

DATA DA ASSINATURA: 09/07/2020.

VIGENCIA: 09/07/2020 a 31/12/2020.

EXTRATO DE CONTRATO REF.: CONTRATO N.º 66/2020

EXTRATO DE CONTRATO

REF.: CONTRATO N.º 66/2020

NUMERO DO CONTRATO: N.º 66/2020.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Orgânica do Município.

CONTATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA - MT

CONTRATANDA: **ANTONIA LINA DE JESUS 99766051100**

OBJETO: O objeto do presente é a contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços gerais, junto à Secretaria Municipal de Saúde, no Município de Araguainha/MT.

PRAZO: 06 meses

VALOR DO CONTRATO: R$7.260,00 (sete mil duzentos e sessenta Reais).

DATA DA ASSINATURA: 09/07/2020.

VIGENCIA: 09/07/2020 a 31/12/2020.

EXTRATO DE CONTRATO REF.: CONTRATO N.º 65/2020

EXTRATO DE CONTRATO

REF.: CONTRATO N.º 65/2020

NUMERO DO CONTRATO: N.º 65/2020.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Orgânica do Município.

CONTATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA - MT

CONTRATANDA: **NELCY AUXILIADORA DA CRUZ 32566611149**

OBJETO: O objeto do presente é a contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços gerais, junto à Secretaria Municipal de Saúde, no Município de Araguainha/MT.

PRAZO: 06 meses

VALOR DO CONTRATO: R$7.260,00 (sete mil duzentos e sessenta Reais).

DATA DA ASSINATURA: 09/07/2020.

VIGENCIA: 09/07/2020 a 31/12/2020.

EXTRATO DE CONTRATO REF.: CONTRATO N.º 64/2020

EXTRATO DE CONTRATO

REF.: CONTRATO N.º 64/2020

NUMERO DO CONTRATO: N.º 64/2020.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Orgânica do Município.

CONTATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA - MT

CONTRATANDA: **JOANA DARQUE RIBEIRO DA SILVA 02360384198**

OBJETO: O objeto do presente é a contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços gerais, junto à Secretaria Municipal de Saúde, no Município de Araguainha/MT.

PRAZO: 06 meses

VALOR DO CONTRATO: R$7.260,00 (sete mil duzentos e sessenta Reais).

DATA DA ASSINATURA: 09/07/2020.

VIGENCIA: 09/07/2020 a 31/12/2020.

EXTRATO DE CONTRATO REF.: CONTRATO N.º 63/2020

EXTRATO DE CONTRATO

REF.: CONTRATO N.º 63/2020

NUMERO DO CONTRATO: N.º 63/2020.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Orgânica do Município.

CONTATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA - MT

CONTRATANDA: **DANICLECIO BARBOSA DE OLIVEIRA 04706181160**

OBJETO: O objeto do presente é a contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços gerais, junto à Secretaria Municipal de Saúde, no Município de Araguainha/MT.

PRAZO: 06 meses

VALOR DO CONTRATO: R$7.260,00 (sete mil duzentos e sessenta Reais).

DATA DA ASSINATURA: 09/07/2020.

VIGENCIA: 09/07/2020 a 31/12/2020.

EXTRATO DE CONTRATO REF.: CONTRATO N.º 62/2020

EXTRATO DE CONTRATO

REF.: CONTRATO N.º 62/2020

NUMERO DO CONTRATO: N.º 62/2020.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Orgânica do Município.

CONTATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA - MT

CONTRATANDA: MARIA APARECIDA ALVES DE SOUZA 02765803110

OBJETO: O objeto do presente é a contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços como Técnica de Enfermagem, junto à Secretaria Municipal de Saúde, no Município de Araguainha/MT.

PRAZO: 06 meses

VALOR DO CONTRATO: R$7.260,00 (sete mil duzentos e sessenta Reais).

DATA DA ASSINATURA: 09/07/2020.

VIGENCIA: 09/07/2020 a 31/12/2020.

EXTRATO DE CONTRATO REF.: CONTRATO N.º 61/2020

EXTRATO DE CONTRATO

REF.: CONTRATO N.º 61/2020

NUMERO DO CONTRATO: N.º 61/2020.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Orgânica do Município.

CONTATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA - MT

CONTRATANDA: UEDERSON AMARO DE SOUZA 01703361156

OBJETO: Constitui objeto deste, a contratação de pessoa jurídica para a Prestação de Serviços Gerais, na Secretaria de Obras no Município de Araguainha – MT.

PRAZO: 06 meses

VALOR DO CONTRATO: R$7.260,00 (sete mil duzentos e sessenta Reais).

DATA DA ASSINATURA: 09/07/2020.

VIGENCIA: 09/07/2020 a 31/12/2020.

EXTRATO DE CONTRATO REF.: CONTRATO N.º 60/2020

EXTRATO DE CONTRATO

REF.: CONTRATO N.º 60/2020

NUMERO DO CONTRATO: N.º 60/2020.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Orgânica do Município.

CONTATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA - MT

CONTRATANDA: **GENIVALDO ALVES PALHANO 62865072215**

OBJETO: Constitui objeto deste, a contratação de pessoa jurídica para a Prestação de Serviços Gerais, na Secretaria de Obras no Município de Araguainha – MT.

PRAZO: 06 meses

VALOR DO CONTRATO: R$7.260,00 (sete mil duzentos e sessenta Reais).

DATA DA ASSINATURA: 09/07/2020.

VIGENCIA: 09/07/2020 a 31/12/2020.

EXTRATO DE CONTRATO REF.: CONTRATO N.º 59/2020

EXTRATO DE CONTRATO

REF.: CONTRATO N.º 59/2020

NUMERO DO CONTRATO: N.º 59/2020.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Orgânica do Município.

CONTATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA - MT

CONTRATANDA: ANDRE ALCANTARA DE OLIVEIRA 04209679151

OBJETO: Constitui objeto deste, a contratação de pessoa jurídica para a Prestação de Serviços Gerais, na Secretaria de Obras e Transportes no Município de Araguainha – MT.

PRAZO: 06 meses

VALOR DO CONTRATO: R$7.260,00 (sete mil duzentos e sessenta Reais).

DATA DA ASSINATURA: 09/07/2020.

VIGENCIA: 09/07/2020 a 31/12/2020.

EXTRATO DE CONTRATO REF.: CONTRATO N.º 58/2020

EXTRATO DE CONTRATO

REF.: CONTRATO N.º 58/2020

NUMERO DO CONTRATO: N.º 58/2020.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Orgânica do Município.

CONTATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA - MT

CONTRATANDA: ARIELLY CRISTINA VIEIRA DE SOUZA 05351067188

OBJETO: O objeto do presente é a contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços como telefonista junto à secretaria municipal de administração na Prefeitura Municipal de Araguainha-MT.

PRAZO: 06 meses

VALOR DO CONTRATO: R$7.260,00 (sete mil duzentos e sessenta Reais).

DATA DA ASSINATURA: 09/07/2020.

VIGENCIA: 09/07/2020 a 31/12/2020.

EXTRATO DE CONTRATO REF.: CONTRATO N.º 57/2020

EXTRATO DE CONTRATO

REF.: CONTRATO N.º 57/2020

NUMERO DO CONTRATO: N.º 57/2020.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Orgânica do Município.

CONTATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA - MT

CONTRATANDA: GLACIELLY OLIVEIRA DE SOUZA 06010216141

OBJETO: O objeto do presente é a contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços como auxiliar de serviços gerais junto à secretaria municipal de administração na Prefeitura Municipal de Araguainha-MT.

PRAZO: 06 meses

VALOR DO CONTRATO: R$7.260,00 (sete mil duzentos e sessenta Reais).

DATA DA ASSINATURA: 09/07/2020.

VIGENCIA: 09/07/2020 a 31/12/2020.

EXTRATO DE CONTRATO REF.: CONTRATO N.º 56/2020

EXTRATO DE CONTRATO

REF.: CONTRATO N.º 56/2020

NUMERO DO CONTRATO: N.º 56/2020.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Orgânica do Município.

CONTATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA - MT

CONTRATANDA: GABRIEL FRANCISCO DA SILVA 01758759100

OBJETO: Constitui objeto deste contrato a Prestação de serviços Técnicos Administrativos junto a Contabilidade, sob fiscalização da Secretaria de Administração no Município de Araguainha – MT.

PRAZO: 06 meses

VALOR DO CONTRATO: R$7.260,00 (sete mil duzentos e sessenta Reais).

DATA DA ASSINATURA: 08/07/2020.

VIGENCIA: 08/07/2020 a 31/12/2020.

EXTRATO DE CONTRATO REF.: CONTRATO N.º 55/2020

EXTRATO DE CONTRATO

REF.: CONTRATO N.º 55/2020

NUMERO DO CONTRATO: N.º 55/2020.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Orgânica do Município.

CONTATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA - MT

CONTRATANDA: WINICYUS BORGES MONTENEGRO 06242088185

OBJETO: Constitui objeto deste contrato a Prestação de serviços Técnicos Administrativos junto a Contabilidade, sob fiscalização da Secretaria de Administração no Município de Araguainha – MT.

PRAZO: 06 meses

VALOR DO CONTRATO: R$7.260,00 (sete mil duzentos e sessenta Reais).

DATA DA ASSINATURA: 07/07/2020.

VIGENCIA: 07/07/2020 a 31/12/2020.

EXTRATO DE CONTRATO REF.: CONTRATO N.º 54/2020

EXTRATO DE CONTRATO

REF.: CONTRATO N.º 54/2020

NUMERO DO CONTRATO: N.º 54/2020.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Orgânica do Município.

CONTATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA - MT

CONTRATANDA: SINVAL DIAS LIMA 49607650115

OBJETO: Constitui objeto deste, a contratação de pessoa jurídica para a Prestação de Serviços Gerais, na Secretaria de Obras no Município de Araguainha – MT.

PRAZO: 06 meses

VALOR DO CONTRATO: R$7.260,00 (sete mil duzentos e sessenta reais).

DATA DA ASSINATURA: 07/07/2020.

VIGENCIA: 07/07/2020 a 31/12/2020.

EXTRATO DE CONTRATO REF.: CONTRATO N.º 53/2020

EXTRATO DE CONTRATO

REF.: CONTRATO N.º 53/2020

NUMERO DO CONTRATO: N.º 53/2020.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Orgânica do Município.

CONTATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA - MT

CONTRATANDA: JADIR ALVES SANZIONE 01678114103

OBJETO: Constitui objeto deste, a contratação de pessoa jurídica para a Prestação de Serviços Gerais, na Secretaria de Obras no Município de Araguainha – MT.

PRAZO: 06 meses

VALOR DO CONTRATO: R$7.260,00 (sete mil duzentos e sessenta reais).

DATA DA ASSINATURA: 07/07/2020.

VIGENCIA: 07/07/2020 a 31/12/2020.

EXTRATO DE CONTRATO REF.: CONTRATO N.º 52/2020

EXTRATO DE CONTRATO

REF.: CONTRATO N.º 52/2020

NUMERO DO CONTRATO: N.º 52/2020.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Orgânica do Município.

CONTATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA - MT

CONTRATANDA: LUZIA ALVES DE SOUZA 45852588172

OBJETO: O objeto do presente é a contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços como gari, junto à Secretaria Municipal de Obras e Transportes no Município de Araguainha – MT.

PRAZO: 06 meses

VALOR DO CONTRATO: R$8.383,20 (oito mil trezentos e oitenta e três reais e vinte centavos).

DATA DA ASSINATURA: 07/07/2020.

VIGENCIA: 07/07/2020 a 31/12/2020.

EXTRATO DE CONTRATO REF.: CONTRATO N.º 51/2020

EXTRATO DE CONTRATO

REF.: CONTRATO N.º 51/2020

NUMERO DO CONTRATO: N.º 51/2020.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Orgânica do Município.

CONTATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA - MT

CONTRATANDA: IRLEI SEVERINO MAGALHAES 53537416172

OBJETO: O objeto do presente é a contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços como gari, junto à Secretaria Municipal de Obras e Transportes no Município de Araguainha – MT.

PRAZO: 06 meses

VALOR DO CONTRATO: R$8.383,20 (oito mil trezentos e oitenta e três reais e vinte centavos).

DATA DA ASSINATURA: 07/07/2020.

VIGENCIA: 07/07/2020 a 31/12/2020.

EXTRATO DE CONTRATO REF.: CONTRATO N.º 50/2020

EXTRATO DE CONTRATO

REF.: CONTRATO N.º 50/2020

NUMERO DO CONTRATO: N.º 50/2020.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Orgânica do Município.

CONTATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA - MT

CONTRATANDA: LEIDIANE BARBOSA DE SOUZA 05513137143

OBJETO: O objeto do presente é a contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços como gari, junto à Secretaria Municipal de Obras e Transportes no Município de Araguainha – MT.

PRAZO: 06 meses

VALOR DO CONTRATO: R$8.383,20 (oito mil trezentos e oitenta e três reais e vinte centavos).

DATA DA ASSINATURA: 07/07/2020.

VIGENCIA: 07/07/2020 a 31/12/2020.

EXTRATO DE CONTRATO REF.: CONTRATO N.º 49/2020

EXTRATO DE CONTRATO

REF.: CONTRATO N.º 49/2020

NUMERO DO CONTRATO: N.º 49/2020.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Orgânica do Município.

CONTATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA - MT

CONTRATANDA: MAGNA ALMEIDA DE OLIVEIRA 01022745174

OBJETO: O objeto do presente é a contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços como secretária, junto à Secretaria Municipal do Bem Estar Social, para atendimento às famílias CRAS/PAIF/PSB, no Município de Araguainha-MT.

PRAZO: 60 Dias

VALOR DO CONTRATO: R$7.260,000 (sete mil duzentos e sessenta reais)

DATA DA ASSINATURA: 07/07/2020.

VIGENCIA: 07/07/2020 a 31/12/2020.

EXTRATO DE CONTRATO REF.: CONTRATO N.º 48/2020

EXTRATO DE CONTRATO

REF.: CONTRATO N.º 48/2020

NUMERO DO CONTRATO: N.º 48/2020.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Orgânica do Município.

CONTATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA - MT

CONTRATANDA: ELIZETE BATISTA DE SOUZA 00013130102

OBJETO: O objeto do presente é a contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços gerais, junto à Secretaria Municipal do Bem Estar Social, no Município de Araguainha/MT.

PRAZO: 06 meses

VALOR DO CONTRATO: R$7.260,00 (sete mil duzentos e sessenta reais).

DATA DA ASSINATURA: 07/07/2020.

VIGENCIA: 07/07/2020 a 31/12/2020.

EXTRATO DE CONTRATO - REF.: CONTRATO N.º 47/2020

EXTRATO DE CONTRATO

REF.: CONTRATO N.º 47/2020

NUMERO DO CONTRATO: N.º 47/2020.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Orgânica do Município.

CONTATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA - MT

CONTRATANDA: SIRLENE JOSÉ DE MORAIS PASSOS 91074398149

OBJETO: O objeto do presente é a contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços gerais, junto à Secretaria Municipal do Bem Estar Social, no Município de Araguainha/MT.

PRAZO: 06 meses

VALOR DO CONTRATO: R$7.260,00 (sete mil duzentos e sessenta reais)

DATA DA ASSINATURA: 07/07/2020.

VIGENCIA: 07/07/2020 a 31/12/2020.

EXTRATO DE CONTRATO - REF.: CONTRATO N.º 46/2020

EXTRATO DE CONTRATO

REF.: CONTRATO N.º 46/2020

NUMERO DO CONTRATO: N.º 46/2020.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Orgânica do Município.

CONTATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA - MT

CONTRATANDA: MAIZA VIEIRA MARQUES 92144659168

OBJETO: O objeto do presente é a contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços como Orientadora Social, junto à Secretaria Municipal do Bem Estar Social, no Município de Araguainha/MT.

PRAZO: 06 meses

VALOR DO CONTRATO: R$7.260,00 (sete mil duzentos e sessenta reais)

DATA DA ASSINATURA: 07/07/2020.

VIGENCIA: 07/07/2020 a 31/12/2020.

EXTRATO DE CONTRATO - REF.: CONTRATO N.º 45/2020

EXTRATO DE CONTRATO

REF.: CONTRATO N.º 45/2020

NUMERO DO CONTRATO: N.º 45/2020.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Orgânica do Município.

CONTATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA - MT

CONTRATANDA: **RAFAELA FERREIRA RIBEIRO ME**

OBJETO: O presente instrumento tem por objeto a Contratação de empresa especializada para fornecimento de licenciamento de Software de Sistema Integrado de Gestão Pública, desenvolvido para trabalhar em ambiente multiusuário em plataforma Windows c o m módulos W E B (Internet) , serviços técnicos especializados para as diversas secretarias da Administração Direta Municipal, inclusive com a prestação dos serviços de Instalação, configuração, Conversão da Base de Dados e Treinamento dos servidores públicos, e Manutenção mensal.

PRAZO: 07 meses

VALOR DO CONTRATO: R$ 66.150,00 (Sessenta e seis mil e cento e cinquenta reais).

DATA DA ASSINATURA: 15/06/2020.

VIGENCIA: 15/06/2020 a 31/12/2020.

TERMO DE DISTRATO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 53/2020

TERMO DE DISTRATO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 53/2020

Por estre instrumento o Município de Araguainha, estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa na Rua Bahia, 430 – centro, cidade de Araguainha – MT, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.947.926/0001-87, representado neste ato pelo Prefeito Municipal, o **Sr. SILVIO JOSÉ DE MORAIS FILHO**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Benjamim Constant, nesta cidade de Araguainha – MT, RG nº. 1031833-0 SSP/MT e CPF nº. 535.960.211-20, doravante denominado simplesmente de **CONTRATANTE**, e de outro lado o Sr. **JADIR ALVES SANZIONE**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Avenida Goiás, s/n.º, João de Barro, CEP – 78.615-000 – Araguainha-MT, portador da cédula de identidade RG - nº - 2512375 SSP/DF, inscrito no CPF sob o nº - 016.781.141-03, doravante denominado simplesmente de **CONTRATADO**, resolvem desistir da continuidade do contrato, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

A CONTRATANTE e o CONTRATADO, firmaram Contrato de contratação de pessoa jurídica Prestação de Serviços, em 08 de julho de 2020, pelo qual a primeira confiou à segunda a prestação de Serviços Gerais, na Secretaria de Obras no Município de Araguainha – MT, como previsto na cláusula I do Contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA:

Este instrumento entrou em vigor no dia 08 de julho de 2020, com fim previsto para dezembro do referido ano.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

Em contraprestação pelos serviços profissionais referidos nos itens anteriores, a CONTRATANTE obrigou-se a pagar ao CONTRATADO a quantia de R$ 7.260,00 (sete mil duzentos e sessenta reais), em 06 (seis) vezes de R$ 1.210,00 (Um Mil, Duzentos e Dez Reais), com vencimento para o 15º dia útil de cada mês, vencido.

CLÁUSULA QUARTA – DA RESCISÃO:

O CONTRATADO em comum acordo com a CONTRATANTE, decidiram desistir da continuidade do contrato até então vigente, resolvendo então rescindi-lo, restando acertado que em razão dos serviços e atividades desenvolvidos até o momento, a CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO a quantia total de R$ 524,33 (quinhentos e vinte quatro reais e trinta e três centavos), da seguinte forma:

Parcela única, até o 13° dia útil de agosto de 2020.

Especificação do valor:

R$ 524,33 (quinhentos e vinte quatro reais e trinta e três centavos), referente ao mês de agosto de serviços prestados.

CLÁUSULA QUINTA – DA QUITAÇÃO:

O CONTRATADO outorga a CONTRATANTE plena, total e irrevogável quitação, para nada mais reclamar, a qualquer tempo e a que título for, em relação à avença distratada, bem como aos serviços profissionais prestados.

O presente distrato é firmado em caráter irrevogável e irretratável, obrigando às partes, seus herdeiros e sucessores.

CLÁUSULA SEXTA – DO FORO:

Fica eleito o Foro da Comarca de Alto Araguaia – MT para dirimir quaisquer dúvidas ou divergências oriundas da execução do presente Contrato.

E por estarem justos e contratados, **CONTRATANTE** e **CONTRATADO** mutuamente assinam o presente instrumento de RESCISÃO contratual em 02 (duas) vias de igual teor e forma para todos os efeitos legais na presença de duas testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Araguainha – MT, 13 de agosto de 2020.

_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA

SILVIO JOSÉ DE MORAIS FILHO

Prefeito Municipal

Contratante

_____

JADIR ALVES SANZIONE

CPF: 016.781.141-03

Contratado

TESTEMUNHAS:

VALDEVINO RODRIGUES DE SOUZA FILHO **CPF: 201.799.601-72** **RG: 277036 SSP/MT**	**ALAN KARDEC RIBEIRO DA SILVA** **CPF: 980.744.821-20** **RG: 1209229-0 SJ/MT**

TERMO DE DISTRATO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 24/2020

TERMO DE DISTRATO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 24/2020

Por estre instrumento o Município de Araguainha, estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa na Rua Bahia, 430 – centro, cidade de Araguainha – MT, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.947.926/0001-87, representado neste ato pelo Prefeito Municipal, o **Sr. SILVIO JOSÉ DE MORAIS FILHO**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Benjamim Constant, nesta cidade de Araguainha – MT, RG nº. 1031833-0 SSP/MT e CPF nº. 535.960.211-20, doravante denominado simplesmente de **CONTRATANTE**, e de outro lado e de outro lado a Empresa **ALEX MENDES CLEMENTE 04578483169**, inscrito no CNPJ N.º 35.265.8520001-95, com endereço na Rua Agenor Marques das Neves, N.º 198, Setor Central, CEP – 78.615-000 – Araguainha-MT, representado por seu proprietário ALEX MENDES CLEMENTE, brasileiro, solteiro, portador da cédula de identidade RG - nº 24.09093-0, doravante denominado simplesmente de **CONTRATADO**, doravante denominado simplesmente de **CONTRATADO**, resolvem desistir da continuidade do contrato, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

A CONTRATANTE e o CONTRATADO, firmaram Contrato de Constitui objeto deste contrato a Prestação de serviços de encarregado do Departamento de limpeza, sob fiscalização da Secretaria de Viação e Obras no Município de Araguainha – MT.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA:

Este instrumento entrou em vigor no dia 02 de março de 2020, com fim previsto para dezembro do referido ano.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

Em contraprestação pelos serviços profissionais referidos nos itens anteriores, a **CONTRATANTE** obrigou-se a pagar ao **CONTRATADO** a importância de R$ 12.000,00 (Doze mil reais), em 06 (seis) vezes de R$ 2.000,00 (Dois Mil Reais), com vencimento para o 15º dia útil de cada mês, vencido.

CLÁUSULA QUARTA – DA RESCISÃO:

O **CONTRATADO** em comum acordo com a **CONTRATANTE**, decidiram desistir da continuidade do contrato até então vigente, resolvendo então rescindi-lo, restando acertado que em razão dos serviços e atividades desenvolvidos até o momento, a **CONTRATANTE** pagará ao **CONTRATADO** a quantia total de R$ 1.000,00 (Um Mil Reais), da seguinte forma:

Parcela única, até o 15° dia útil de Agosto de 2020.

Especificação do valor:

R$ 1.000,00 (Um Mil Reais), referente ao mês de agosto dos serviços prestados.

CLÁUSULA QUINTA – DA QUITAÇÃO:

O CONTRATADO outorga a CONTRATANTE plena, total e irrevogável quitação, para nada mais reclamar, a qualquer tempo e a que título for, em relação à avença distratada, bem como aos serviços profissionais prestados.

O presente distrato é firmado em caráter irrevogável e irretratável, obrigando às partes, seus herdeiros e sucessores.

CLÁUSULA SEXTA – DO FORO:

Fica eleito o Foro da Comarca de Alto Araguaia – MT para dirimir quaisquer dúvidas ou divergências oriundas da execução do presente Contrato.

E por estarem justos e contratados, **CONTRATANTE** e **CONTRATADO** mutuamente assinam o presente instrumento de RESCISÃO contratual em 02 (duas) vias de igual teor e forma para todos os efeitos legais na presença de duas testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Araguainha – MT, 13 de agosto de 2020.

_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA

SILVIO JOSÉ DE MORAIS FILHO

Prefeito Municipal

Contratante

_____

JADIR ALVES SANZIONE

CPF: 016.781.141-03

Contratado

TESTEMUNHAS:

VALDEVINO RODRIGUES DE SOUZA FILHO **CPF: 201.799.601-72** **RG: 277036 SSP/MT**	**ALAN KARDEC RIBEIRO DA SILVA** **CPF: 980.744.821-20** **RG: 1209229-0 SJ/MT**

TERMO DE DISTRATO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 39/2020

TERMO DE DISTRATO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 39/2020

Por estre instrumento o Município de Araguainha, estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa na Rua Bahia, 430 – centro, cidade de Araguainha – MT, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.947.926/0001-87, representado neste ato pelo Prefeito Municipal, o **Sr. SILVIO JOSÉ DE MORAIS FILHO**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Benjamim Constant, nesta cidade de Araguainha – MT, RG nº. 1031833-0 SSP/MT e CPF nº. 535.960.211-20, doravante denominado simplesmente de **CONTRATANTE**, e de outro lado o Sr. **REGES OLIVEIRA DUTRA**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado na Rua Benjamin Constant, s/n., Centro, CEP – 78.615-000 – Araguainha-MT, portador da cédula de identidade RG - nº - 20020970 SSP/MT, inscrito no CPF sob o nº - 026.208.601-80, doravante denominado simplesmente de **CONTRATADO**, resolvem desistir da continuidade do contrato, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

A CONTRATANTE e o CONTRATADO, firmaram Contrato de Prestação de Serviços, em 01 de Junho de 2020, pelo qual a primeira confiou à segunda a prestação de Serviços como Vigia, na Secretaria Municipal de Educação no Município de Araguainha – MT, como previsto na cláusula I do Contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA:

Este instrumento entrou em vigor no dia 01 de junho de 2020, com fim previsto para dezembro do referido ano.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

Em contraprestação pelos serviços profissionais referidos nos itens anteriores, a CONTRATANTE obrigou-se a pagar ao CONTRATADO a quantia de R$ 8.470,00 (oito mil quatrocentos e setenta reais), em 07 (sete) vezes de R$ 1.210,00 (Um mil duzentos e dez reais), com vencimento para o 15º dia útil de cada mês, vencido.

CLÁUSULA QUARTA – DA RESCISÃO:

O CONTRATADO em comum acordo com a CONTRATANTE, decidiram desistir da continuidade do contrato até então vigente, resolvendo então rescindi-lo, restando acertado que em razão dos serviços e atividades desenvolvidos até o momento, a CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO a quantia total de R$ 1.210,00 (um mil duzentos e dez reais), da seguinte forma:

Parcela única, até o 15° dia útil de julho de 2020.

Especificação do valor:

R$ 1.210,00 (um mil duzentos e dez reais), referente ao mês de junho trabalhado.

CLÁUSULA QUINTA – DA QUITAÇÃO:

O CONTRATADO outorga a CONTRATANTE plena, total e irrevogável quitação, para nada mais reclamar, a qualquer tempo e a que título for, em relação à avença distratada, bem como aos serviços profissionais prestados.

O presente distrato é firmado em caráter irrevogável e irretratável, obrigando às partes, seus herdeiros e sucessores.

CLÁUSULA SEXTA – DO FORO:

Fica eleito o Foro da Comarca de Alto Araguaia – MT para dirimir quaisquer dúvidas ou divergências oriundas da execução do presente Contrato.

E por estarem justos e contratados, **CONTRATANTE** e **CONTRATADO** mutuamente assinam o presente instrumento de RESCISÃO contratual em 02 (duas) vias de igual teor e forma para todos os efeitos legais na presença de duas testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Araguainha – MT, 10 de julho de 2020.

_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA

SILVIO JOSÉ DE MORAIS FILHO

Prefeito Municipal

Contratante

_____

REGES OLIVEIRA DUTRA

CPF: 026.208.601-80

Contratado

TESTEMUNHAS:

VALDEVINO RODRIGUES DE SOUZA FILHO **CPF: 201.799.601-72** **RG: 277036 SSP/MT**	**ALAN KARDEC RIBEIRO DA SILVA** **CPF: 980.744.821-20** **RG: 1209229-0 SJ/MT**

EXTRATO DE CONTRATO REF.: CONTRATO Nº 88/2020

EXTRATO DE CONTRATO

REF.: CONTRATO Nº 88/2020

NUMERO DO CONTRATO: N.º 88/2020.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Orgânica do Município.

CONTATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA - MT

CONTRATANDA: MARLI TEIXEIRA 05372463120

OBJETO: O objeto do presente é a contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços como gari, junto à Secretaria Municipal de Obras e Transportes no Município de Araguainha – MT.

PRAZO: 04 meses 17 dias

VALOR DO CONTRATO: R$6.380,49 (seis mil trezentos e oitenta reais e quarenta e nove centavos)

DATA DA ASSINATURA: 08/08/2020.

VIGENCIA: 08/08/2020 a 31/12/2020.

EXTRATO DE CONTRATO REF.: CONTRATO N° 87/2020

EXTRATO DE CONTRATO

REF.: CONTRATO N° 87/2020

NUMERO DO CONTRATO: N.º 87/2020.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Orgânica do Município.

CONTATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA - MT

CONTRATANDA: JADIR ALVES SANZIONE 01678114103

OBJETO: Constitui objeto deste contrato a Prestação de serviços de encarregado do Departamento de limpeza, sob fiscalização da Secretaria de Viação e Obras no Município de Araguainha – MT.

PRAZO: 04 meses 15 dias

VALOR DO CONTRATO: R$9.066,66 (nove mil, sessenta e seis reais e sessenta e seis centavos)

DATA DA ASSINATURA: 14/08/2020.

VIGENCIA: 14/08/2020 a 31/12/2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA

LICITAÇÕES
TERMO DE RATIFICAÇÃO - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 033/2020

A Prefeitura Municipal de Araputanga-MT, através do Prefeito Municipal, Sr. JOEL MARINS DE CARVALHO, torna público que, em virtude de ter concordado com a justificativa apresentada pela Secretária Municipal de Administração e emissão de Parecer Jurídico favorável à contratação nas formas da lei apresentado pelo Procurador Jurídico do Município, no processo de CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE TELEFONIA móvel para 10 chip's com pacote de internet e pacote de ligações ilimitadas dentro do estado de Mato Grosso, para ser usado no monitoramento das pessoas testadas positivas para Covid-19. O valor total da contratação, é de R$ 5.040,00 (cinco mil e quarenta reais), no qual formulou-se expediente de Dispensa de Licitação n°. 033/2020, fulcrada nas disposições do art. 24, inciso II, da Lei Federal n°. 8.666/93, RATIFICA a justificativa apresentada e autoriza a contratação.

Araputanga/MT, 14 de agosto de 2020.

JOEL MARINS DE CARVALHO

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 282/2020

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO A PEDIDO DE SERVIDOR PÚBLICO DO MUNICIPIO DE ARAPUTANGA/MT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOEL MARINS DE CARVALHO, Prefeito Municipal do Município de Araputanga Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições conferidas por lei:

RESOLVE:

Art. 1.º - EXONERAR a pedido, conforme requerimento sob o protocolo nº 1096/2020, o servidor **PAULO CÉSAR FRANCISCO XAVIER,** matrícula nº 2034, ocupante do cargo em comissão de **Assessor Superior**, com efeitos a partir de 15/08/2020.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 66/2017.

Registra-se, Publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos quatorze (14) dias do mês de agosto (08) do ano de dois mil e vinte (2020).

JOEL MARINS DE CARVALHO

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - RECURSOS HUMANOS
PORTARIA INTERNA Nº61/2020-DRH

DISPÕE SOBRE ATO DE AFASTAMENTO DE LICENÇA SAÚDE DOS SERVIDORES PÚBLICO MUNICIPAL DO MUNICIPIO DE ARAPUTANGA / MT.

A **DIRETORA DE RECURSOS HUMANOS** DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA/MT**,** no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1.º - Efetuar o ato de afastamento de Licença de Saúde da servidora **Berenice Soares Silva,** cargo efetivo de **Auxiliar de Enfermagem**, do dia **11/08/2020 à 11/01/2021**, conforme "Perícia" efetuada no dia 13/08/2020.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registra-se, publica-se, cumpra-se.

Araputanga-MT, 14 de agosto de 2020.

Fabiana da Silva Ramos

Diretora de Recursos Humanos

Portaria n.º 37/2020

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 281/2020

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA A TITULO DE DESINCOMPATIBILIZAÇÃO DE SERVIDOR (A) PÚBLICO (A) DO MUNICIPIO DE ARAPUTANGA/MT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOEL MARINS DE CARVALHO, Prefeito Municipal do Município de Araputanga Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições conferidas por lei:

CONSIDERANDO os requerimentos protocolados sob o nº 1076/2020; 1079/2020; 1080/2020; 1081/2020; 1082/2020; 1094/2020; 1097/2020; 1098/2020; 1099/2020; 1101/2020 e 1102/2020.

RESOLVE:

Art. 1.º - CONCEDER LICENÇA A TÍTULO DE DESINCOMPATIBILIZAÇÃO aos servidores públicos municipais, relacionados no quadro abaixo, por estarem concorrendo a cargo eletivo na esfera municipal, no pleito de 2020, conforme preceitua o art. 98 do Regime Jurídico Único (Lei Municipal nº 135/92), e o art. 1º, Inciso II, alínea "L", da Lei Complementar Federal nº 64/90, pelo período de 90 (noventa) dias:

NOME	CARGO	MATRICULA Nº
Célia Aparecida Heleno da Silva	Auxiliar de Serviços Gerais	1562
Sérgio Luiz Pires Salomé	Assistente Administrativo	1589
Sebastião Barbosa de Melo	Motorista	1289
Jilvam Silvestre de Andrade	Assistente Administrativo	1623
Maysa Divina Oda Umebara	Técnica em Enfermagem	1544
Joaquim José de Andrade	Professor	72
Dalvan Nonato Alves	Operador de Máquinas Pesadas	1617
Gilmar de Souza Silva	Motorista	343
Vanilton Soares de Sousa	Pedreiro	1615
Genivaldo dos Santos	Braçal	381
Eldo Pereira dos Santos	Motorista	38

Paragrafo Único - A licença concedida se dará sem remuneração até as vésperas do seu registro de candidatura perante a Justiça Eleitoral, devendo o servidor retornar as suas atividades laborais imediatamente ao término da licença ora concedida, nos termos do art. 98, da Lei Municipal nº 135/92.

Art. 2.º - O servidor ora desincompatibilizado será removido de quaisquer conselhos municipais que faça parte.

Art. 3.º - Em relação à desincompatibilização do servidor Sérgio Luiz Pires Salomé revoga-se também a Portaria nº 90/2018.

Art. 4.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registra-se, Publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos quatorze (14) dias do mês de agosto (08) do ano de dois mil e vinte (2020).

JOEL MARINS DE CARVALHO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS

RATIFICAÇÃO DE JUSTIFICATIVA DA INEXIGIBILIDADE POR CREDENCIAMENTO 006/2020

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS DE TÉCNICO EM ENFERMAGEM E ENFERMEIRO PARA REALIZAÇÃO DE PLANTÕES PRESENCIAIS, PLANTÕES DE SOBRE AVISO, TRANSPORTES DE PACIENTES EM ESTADO DE URGÊNCIA, NA UNIDADE DO PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL DE ARENAPOLIS-MT.

O Município de Arenápolis – MT, através do Prefeito Municipal, Sr. JOSE MAURO FIGUEIREDO, torna público que, em virtude de haver concordado com as justificativa apresentada pela Secretaria Municipal de Saúde, e emissão de Parecer Juridico com com condições favoráveis pela Assessoria Juridica do Municipio, sobre contratação de Prestação de serviços do objeto acima: aos participantes para o **Lote 01- Enfermeira(o)**: **ALINE PORFÍRIO DA SILVA**, no valor total de **R$ 6.820,00 (seis mil oitocentos e vinte reais),** a participante **ANA KAROLINA SOUZA BARROS**, no valor total de **R$ 6.720,00 (seis mil setecentos e vinte reais),** a participante **KARLA FERNANDA DA SILVA,** no valor total de **R$ 6.820,00 (seis mil oitocentos e vinte reais),** a participante **MARIA ISABEL PERES CASTILHO**, no valor total de **R$ 6.720,00 (seis mil setecentos e vinte reais),** a participante **ZEIZY THAIS MENEGUELI FAVALESSA**, no valor total de **R$ 6.590,00 (seis mil quinhentos e noventa reais)** ea participante **CAMILA PORFÍRIO DA SILVA**, no valor total de **R$ 6.490,00 (seis mil quatrocentos e noventa reais). No Lote 002- técnico(a) em Enfermagem**, foram credenciados 06 (seis) Técnicas em Enfermagem e ficou assim classificadas: a participante **MARIA DAS DORES SILVA**, no valor total de **R$ 4. 640,00 (quatro mil seiscentos e quarenta reais),** a participante **DALVA DOS SANTOS SILVA RODRIGUES**, no valor total de **R$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais),** a participante **DANILA QUEIROZ MENDES**, no valor total de **R$ 4.420,00 (quatro mil quatrocentos e vinte reais),** a participante **GRACIELE RODRIGUES SIMPLICIO**, no valor total de **R$ 4.420,00 (quatro mil quatrocentos e vinte reais),** participante **ONDINA PEDROSA ANDRADE**, no valor total de **R$ 4.420,00 (quatro mil quatrocentos e vinte reais)** e a participante **KATIANA DE OLIVEIRA**, no valor total de **R$ 4.420,00 (quatro mil quatrocentos e vinte reais)**; a serem pagos conforme o contrato, onde formulou-se expediente de inexigibilidade por Credenciamento de licitação, fulcrada no artigo 25 da Lei 8.666/93, resolve RATIFICAR a justificativa apresentada e autoriza a contratação, dando cumprimento ao que dispõe o artigo 26 do mesmo diploma legal.

Arenápolis – MT, 14 de Agosto de 2020.

JOSE MAURO FIGUEIREDO

Prefeito Municipal

AVISO DE ABERTURA DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 004/2020

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS PARA PAVIMENTAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE VIAS URBANAS EM DIVERSAS RUAS DO MUNICIPIO DE ARENAPOLIS-MT, COM ESPECIFICAÇÕES DETALHADA NO PROJETO BASICO, PLANILHAS E MEMORIAL NO ANEXO I DO EDITAL, através de sua Comissão Permanente de Licitação, torna público a todos os interessados que realizará as **09:00 HORAS NO DIA 01 DE SETEMBRO DE 2020**. Em sua sede na Rua Presidente Costa e Silva, nº 105E – Bairro Vila Nova – Arenápolis - MT, LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS, regida pela Lei 8.666/93, para contratação do objeto supracitado. Sendo que o Edital está à disposição dos interessados no site www.arenapolis.mt.gov.br, valor das cópias de reprodução do edital e seus anexos são mediante o pagamento da quantia não reembolsável de **R$ 100,00 (cem reais).**

Arenápolis - MT, em 14 de Agosto de 2020.

RODRIGO PAULINO DE MATOS

Presidente da CPL

COVID-19: AVISO DE ABERTURA DO EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS N° 025/2020

O MUNICÍPIO DE ARENÁPOLIS, Estado de Mato Grosso, através da Pregoeira Oficial, torna público aos interessados que fará realizar, no dia 21 de Agosto de 2020, às 09h00min (Horário Oficial de Mato Grosso), na sala de Licitações da Prefeitura Municipal, situada à

Rua Presidente Costa e Silva nº 105E, Vila Nova, neste Município de Arenápolis-MT, O PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS 025/2020, Menor Preço por Item, com a finalidade de REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE INSUMOS HOSPITALARES E EPI`S DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE ARENAPOLIS/MT, PARA ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA COVID19. O edital completo esta disponível no site www.arenapolis.mt.gov.br. Maiores informações na sede da Prefeitura Municipal durante o horário normal de expediente das 07h00-min às 13h00min, ou através do telefone: (65) 3343-1105.

Arenápolis-MT, 14 de Agosto de 2020**.**

REGINA LÚCIA DE SOUZA

PREGOEIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 12.235/2020

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 96 da Lei Complementar n.º. 001/99 e no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

CONCEDER, a funcionária efetiva Sra. **MARIA RODRIGUES GOMES**,portadora da Cédula de Identidade RG nº. 1115683-0 SSP/MT e inscrita no CPF sob o nº. 346.021.941-68, ocupante do Cargo de Carreira de **MERENDEIRA**, *lotada na Secretaria Municipal de Saúde,* **Licença para Atividade Política,** conforme requerimento protocolizado sob o n°. 621/2020, a partir de 15/08/2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 14 dias de agosto de 2. 020.

ADIR VIEIRA FERREIRA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

CLAUDIA MARIA TSCHA

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 12.240/2020

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 96 da Lei Complementar n.º. 001/99 e no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

CONCEDER, ao funcionário efetivo Srº. **GEDEON COELHO DA SILVA**, brasileiro, solteiro, portador da Cédula de Identidade RG nº. 1995671-1 SSP/MT e do CPF nº. 004.687.561-16, ocupante do Cargo de Carreira de **AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS,** *lotado* na *Secretaria Municipal de Saúde***,Licença para Atividade Política,** conforme requerimento protocolizado sob o n°. 737/2020, a partir de 15/08/2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 14 dias de agosto de 2. 020.

ADIR VIEIRA FERREIRA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

CLAUDIA MARIA TSCHA

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 12.239/2020

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 96 da Lei Complementar n.º. 001/99 e no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

CONCEDER, ao funcionário efetivo Sr. **GUIOMAR LUIZ LOPES,** portador da Cédula de Identidade RG nº. 000651659 SSP/RO e inscrito no CPF sob o nº. 699655872-72, ocupante do Cargo de Carreira de **PROFESSOR 2** Classe **"C",** Matricula nº 2526, *lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Lazer*, **Licença para Atividade Política,** conforme requerimento protocolizado sob o n°. 579/2020, a partir de 15/08/2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 14 dias de agosto de 2. 020.

ADIR VIEIRA FERREIRA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

CLAUDIA MARIA TSCHA

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 12.234/2020

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 96 da Lei Complementar n.º. 001/99 e no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

CONCEDER, a funcionária efetiva Sra. **VANCLEIA RIBEIRO DA SILVA**,portadora da Cédula de Identidade RG nº. 725.844 SSP/RO e inscrita no CPF sob o nº. 872.706.922-20, ocupante do Cargo de Carreira de **PROFESSOR** Classe **"C"** *lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Lazer*,Matriculas 2505 e 3227, **Licença para Atividade Política,** conforme requerimento protocolizado sob o n°. 620/2020, a partir de 15/08/2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 14 dias de agosto de 2. 020.

ADIR VIEIRA FERREIRA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

CLAUDIA MARIA TSCHA

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 12.241/2020

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 96 da Lei Complementar n.º. 001/99 e no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

CONCEDER, ao funcionário efetivo Srº. **JOSEB LANDE BISPO**,portador da Cédula de Identidade RG nº. 36.172.388-X SSP/SP e inscrito no CPF sob o nº. 006.946.596-73, ocupante do Cargo de Carreira de **AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE,** *lotado na Secretaria Municipal de Saúde,* **Licença para Atividade Política,** conforme requerimento protocolizado sob o n°. 738/2020, a partir de 15/08/2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 14 dias de agosto de 2. 020.

ADIR VIEIRA FERREIRA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

CLAUDIA MARIA TSCHA

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 12.236/2020

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 96 da Lei Complementar n.º. 001/99 e no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

CONCEDER, ao funcionário efetivo Sr. **ACIR DO AMARAL**, portador da Cédula de Identidade RG nº. 4.359.155-0 SSP/PR e inscrito no CPF sob o nº. 598.574.989-49, ocupante do Cargo de Carreira de **MOTORISTA DE CAMINHÃO/ÔNIBUS,** *lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social,* **Licença para Atividade Política,** conforme requerimento protocolizado sob o n°. 717/2020, a partir de 15/08/2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 14 dias de agosto de 2. 020.

ADIR VIEIRA FERREIRA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

CLAUDIA MARIA TSCHA

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 12.231/2020

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 96 da Lei Complementar n.º. 001/99 e no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

CONCEDER, a funcionária efetiva Sra. **ROSEMARI ZANELA**,portadora da Cédula de Identidade RG nº 1581518-8 SSP/MT e inscrita no CIC sob o nº 975.655.631-53, ocupante do Cargo de Carreira de **AGENTE ADMINISTRATIVO - PCCS EDUC.: SEDE DO MUNICÍPIO**, *lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Lazer,***Licença para Atividade Política,** conforme requerimento protocolizado sob o n°. 587/2020, a partir de 15/08/2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 14 dias de agosto de 2. 020.

ADIR VIEIRA FERREIRA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

CLAUDIA MARIA TSCHA

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 12.230/2020

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 96 da Lei Complementar n.º. 001/99 e no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

CONCEDER, ao funcionário efetivo Sr. **GILMAR ROBERTO SILVA,** portador da Cédula de Identidade RG nº 1624597-0 SSPMT e inscrito no CIC sob o nº 013.806.021-57, ocupante do Cargo de Carreira de **ASSISTENTE SOCIAL,** *lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social,* **Licença para Atividade Política,** conforme requerimento protocolizado sob o n°. 586/2020, a partir de 15/08/2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 14 dias de agosto de 2. 020.

ADIR VIEIRA FERREIRA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

CLAUDIA MARIA TSCHA

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 12.229/2020

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 96 da Lei Complementar n.º. 001/99 e no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

CONCEDER, ao funcionário efetivo Sr. **LUIZ ANTONIO MARTINELLI,** portador da Cédula de Identidade RG nº. 035.267 SSP/MT e do CPF nº. 109.193.411-87, ocupante do Cargo de Carreira de **ENGENHEIRO CIVIL - SEDE DO MUNICÍPIO,** *lotado na Secretaria Municipal de Governo e Planejamento,* **Licença para Atividade Política,** conforme requerimento protocolizado sob o n°. 525/2020, a partir de 15/08/2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 14 dias de agosto de 2. 020.

ADIR VIEIRA FERREIRA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

CLAUDIA MARIA TSCHA

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 12.232/2020

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 96 da Lei Complementar n.º. 001/99 e no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

CONCEDER, ao funcionário efetivo Sr. **AGENOR MENDES DE FARIA**,portador da Cédula de Identidade RG nº 1.332.640 SSP/GO e inscrito no CPF sob o nº 278.271.781-20, ocupante do Cargo de Carreira de **MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR,** *lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Lazer,* **Licença para Atividade Política,** conforme requerimento protocolizado sob o n°. 589/2020, a partir de 15/08/2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 14 dias de agosto de 2. 020.

ADIR VIEIRA FERREIRA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

CLAUDIA MARIA TSCHA

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 12.238/2020

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 96 da Lei Complementar n.º. 001/99 e no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

CONCEDER, ao funcionário efetivo Sr. **JEFERSON BARROS DE FARIA,** portadora da Cédula de Identidade RG nº. 8.565.010-6 SESP/PR e do CPF nº. 051.630.419-40, ocupante do Cargo de Carreira de **ENGENHEIRO AMBIENTAL**, *lotado na Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Turismo, Indústria e Comércio,* **Licença para Atividade Política,** conforme requerimento protocolizado sob o n°. 510/2020, a partir de 15/08/2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 14 dias de agosto de 2. 020.

ADIR VIEIRA FERREIRA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

CLAUDIA MARIA TSCHA

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
REPUBLICADO APÓS REVISÃO

DECRETO Nº 3.922/2020.

SÚMULA:

"DISPÕE SOBRE A COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DA CIDADE, COM AMPARO NA LEI MUNICIPAL Nº 1.427/2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Artigo 1º O Conselho Municipal da Cidade de Aripuanã será presidido pelo Secretário Municipal de Governo e composto por 08 (oito) membros e respectivos suplentes, com amparo na Lei Municipal n° 1.427/2016, e terá a seguinte composição:

I – 03 (dois) representantes do poder público municipal;

a) O Secretário de Governo na qualidade de presidente do Conselho;

- Titular: Helber Chodascki de Andrade

- Suplente: Daniel Botoni

b) 01 (um) representante da Secretaria de Assistência Social;

- Titular: Maria do Carmo Ferreira Vieira

- Suplente: Marinalva Gomes Farias

c) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Turismo, Indústria, Comércio – SEMATIC

- Titular: Claudionaldo de Souza Aguilar

- Suplente: Israel Soares Freitas

II – 01 (um) representante do Poder Legislativo Municipal, indicado pelo Presidente da Câmara Municipal;

- Titular: Carla Melo de Souza

- Suplente: Silane Silva dos Anjos

III – 01 (um) representante da Associação Comercial e Empresarial – ACIA

- Titular: Cleonice Arnutti Battisti

- Suplente: Fabiane Lima Guimarães

IV – 01 (um) representante do Sindicato de Trabalhadores (SISPUMA);

- Titular: Valdir Francisco Pacito Xavier

- Suplente: Evaldo Brito

V - 01(um) representante de Congregações Religiosas;

- Titular: Redinaldo Santos Pires

- Suplente: José Rodrigues Braga Filho

VI - 01(um) representante de Associação de Bairros.

- Titular: Manoel Jesus Costa

- Suplente: Camila Aparecida David da Silva

Artigo 2º Os membros do Conselho Municipal da Cidade de Aripuanã terão mandato de 03 (três) anos permitida uma recondução.

Artigo 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 03 dias do mês de agosto de 2020.

ADIR VIEIRA FERREIRA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

CLAUDIA MARIA TSCHA

Secretaria Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 12.237/2020

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 96 da Lei Complementar n.º. 001/99 e no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

CONCEDER, ao funcionário efetivo Sr. **ELOI AUGUSTO EGER**, portador da Cédula de Identidade RG nº. 1305153-9 SSP/MT, inscrito no CPF sob o nº. 884.984.841-20,ocupante do Cargo de Carreira de **AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE,** *lotado na Secretaria Municipal de Saúde***, Licença para Atividade Política,** conforme requerimento protocolizado sob o n°. 735/2020, a partir de 15/08/2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 14 dias de agosto de 2. 020.

ADIR VIEIRA FERREIRA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

CLAUDIA MARIA TSCHA

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 3.937/2020.

SÚMULA:

"NOMEIA EM SUBSTITUIÇÃO MEMBROS PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER - CMDM".

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados em substituição os membros para compor o Conselho Municipal dos Direito da Mulher – CMDM, de acordo com a Lei Municipal nº 1.165/2014 e alteração, modificando o **Decreto nº 3.521/ 2019**, que passa a constar com a seguinte formação:

I-REPRESENTANTES DO PODER PUBLICO MUNICIPAL:

.....

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

- Titular: Lucinéia Alves da Silva

- Suplente: Isabella Cristina Macedo Aguilar

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

Sandreli Mazurek – Titular

Marinalva Gomes Farias – Suplente

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

Fabiana Gomes de Oliveira - Titular

Rejane Lina de Oliveira - Suplente

CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

Carla Melo de Souza - Titular

Silane Silva dos Anjos - Suplente

II- REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL:

.....

Associação Comercial e Industrial de Aripuanã-ACIA

- Titular: Sirlei Martins da Silva

- Suplente: Fabiane Lima Guimaraes

Art. 2º - Permanecem inalteradas as demais nomeações.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 14 dias do mês de agosto de 2.020.

ADIR VIEIRA FERREIRA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

CLAUDIA MARIA TSCHA

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 3.935/2020.

SÚMULA:

"NOMEIA EM SUBSTITUIÇÃO MEMBROS PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO – CMHa".

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados em substituição os membros para compor o Conselho Municipal de Habitação – CMHa, de acordo com Lei Municipal nº 730/2007 e Alteração devidamente regulamentada através do Decreto nº 1.612/2009, modificando o **Decreto nº 3.510/2019 e 3.854/2020**, que passam a constar com a seguinte formação:

I-REPRESENTANTES DO PODER PUBLICO MUNICIPAL:

Representantes do Poder Legislativo

Titular: Carla Melo de Souza

Suplente: Silane Silva dos Anjos

II- REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL:

Representantes da Associação Comercial e Industrial de Aripuanã-ACIA

Fabiane Lima Guimaraes- Titular

Cleunice Arnutti Battisti - Suplente

Representantes da Associação Boa Esperança

Andreia de Amorim Gonçalves – Titular

Sorrayla Pereira de Souza – Suplente

Art. 2º - Permanecem inalteradas as demais nomeações.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 14 dias do mês de agosto de 2.020.

ADIR VIEIRA FERREIRA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

CLAUDIA MARIA TSCHA

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 12.242/2020

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 96 da Lei Complementar n.º. 001/99 e no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

CONCEDER, a funcionária efetiva Sra. **LUCILEI DA SILVA SOUZA**,portadora da Cédula de Identidade RG nº.1753379-1 SSP/MT e inscrita no CPF sob o nº. nº. 015.380.811-05, ocupante do Cargo de Carreira de **AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE,** *lotada na Secretaria Municipal de Saúde,* **Licença para Atividade Política,** conforme requerimento protocolizado sob o n°. 739/2020, a partir de 15/08/2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 14 dias de agosto de 2. 020.

ADIR VIEIRA FERREIRA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

CLAUDIA MARIA TSCHA

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 12.243/2020

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 96 da Lei Complementar n.º. 001/99 e no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

CONCEDER, ao funcionário efetivo Srº. **FERNANDO VIEIRA BARBOSA,** portador da Cédula de Identidade RG nº 6.892.136-8 SSP/PR e inscrito no CIC sob o nº 031.301.909-61, ocupante do Cargo de Carreira de **PROFESSOR,** Matriculas864 e 3914,*lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura*, *Esporte e Lazer,* **Licença para Atividade Política,** conforme requerimentos protocolizados sob o n°s. 740 e 741/2020, a partir de 15/08/ 2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 14 dias de agosto de 2. 020.

ADIR VIEIRA FERREIRA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

CLAUDIA MARIA TSCHA

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 12.233/2020

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 96 da Lei Complementar n.º. 001/99 e no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

CONCEDER, ao funcionário efetivo Sr. **LUIZ CARLOS LEANDRO DE SOUSA,**brasileiro,portador da Cédula de Identidade RG nº. 3.536.672-5 SSP/PR e do CPF sob o nº. 482.511.199-87, ocupante do Cargo de Carreira de **PROFESSOR 6, Classe "C",** *lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Lazer*, **Licença para Atividade Política,** conforme requerimento protocolizado sob o n°. 583/2020, a partir de 15/ 08/2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 14 dias de agosto de 2. 020.

ADIR VIEIRA FERREIRA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

CLAUDIA MARIA TSCHA

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 3.936/2020.

SÚMULA:

"NOMEIA EM SUBSTITUIÇÃO MEMBROS PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS".

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados em substituição os membros para compor o Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, de acordo com a Lei Municipal nº 254/95 e n° 1.089/2013, modificando o **Decreto nº 3.519/ 2019**, que passa a constar com a seguinte formação:

III) REPRESENTANTES DOS USUÁRIOS:

.....

a) Representantes da Igreja do Evangelho Quadrangular

-Titular: Luciano Vasconcelos Costa

- Suplente: Marcelo Rocha da Silva

Art. 2º - Permanecem inalteradas as demais nomeações.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 14 dias do mês de agosto de 2.020.

ADIR VIEIRA FERREIRA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

CLAUDIA MARIA TSCHA

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 12.228/2020

O prefeito Municipal de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 141, Inciso II da Lei Complementar n.º 95/2014e no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

CONCEDER, à funcionária Srª. **NILZE MARIA MALAGUTI,** portadora da Cédula de Identidade RG. nº. 5724968-4 SSP/PR e do CPF nº. 015.467. 389-75, ocupante do Cargo de Carreira de **PROFESSOR 5**, Classe **"D",** *lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Lazer,* **LICENÇA** paraexercer função de natureza técnico-pedagógica em órgão do Estado, sem ônus para o órgão de origem,no período de 16/08/2020 a 31/12/2021.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 14 dias de agosto de 2. 020.

ADIR VIEIRA FERREIRA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

CLAUDIA MARIA TSCHA

Secretária Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE MELGAÇO

COVID-19: DECRETO COVID BARÃO

DECRETO Nº 40 DE 14 DE AGOSTO DE 2020

COVID-19

"UNIFICA E PRORROGA POR MAIS 15 DIAS, NO MUNICÍPIO, AS DETERMINAÇÕES DOS DECRETOS 32, 36 e 38 DE 2020, FLEXIBILIZA RESTRIÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O PREFEITO MUNICIPAL DE BARÃO DE MELGAÇO, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe é conferida pela Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO o aumento de números de casos de contaminação pelo COVID-19.

CONSIDERANDO a necessidade de adoção de medidas de acordo com o avanço da contaminação do COVID-19 para garantir o atendimento médico da população;

CONSIDERANDO que o Decreto Estadual nº 522/2020 adotou critérios para classificação de risco de disseminação do COVID-19, recomendando a adoção de medidas por parte dos Municípios Mato-grossenses;

CONSIDERANDO as alterações do Decreto Estadual nº 522/2020 pelo Decreto n. 573/2020 que ao invés de recomendar, DETERMINOU a adoção de medidas por parte dos Municípios Mato-grossenses;

CONSIDERANDO as deliberações do Comitê de Enfrentamento ao COVID-19 na reunião extraordinária realizada em 10/08/2020.

CONSIDERANDO a medida liminar deferida em Mandado de Segurança que tramita na Vara Única da Comarca de Santo Antonio do Leverger sob o nº 1001156-63.2020.8.11.0053, onde o magistrado suspendeu os efeitos do artigo 3º do Decreto nº 036/2020 permitindo desta forma que as pousadas possam exercer sua atividade econômica,

RESOLVE:

Art. 1º - Não será permitido o atendimento presencial na Prefeitura Municipal e em todas as secretarias e departamentos da Administração Pública Municipal, direta ou indireta, com exceção da Secretaria de Saúde, que trabalharão de portas fechadas para o público, sendo que também não será permitido o acesso a pessoas estranhas ao serviço público, que só poderão adentrar ao prédio se devidamente autorizadas pela administração, sendo que para as urgências será disponibilizado o atendimento por telefone.

Art. 2º - Serão montadas barreiras em todas as duas entradas do município de Barão de Melgaço, onde serão supervisionados a entrada de pessoas, não sendo permitida a entrada daqueles que não residem no município, salvo casos justificados que serão deliberados e acompanhados pelo fiscal de vigilância sanitária;

§ 1º - As pessoas que pretenderem ingressar no município com a alegação de que são residentes em Barão de Melgaço deverão comprovar o fato nas barreiras sanitárias apresentando comprovante de endereço;

§ 2º - As pessoas que comprovarem nas barreiras sanitárias, que residem em Barão de Melgaço deverão comprovar que as demais pessoas que estão no interior do veículo são membros de sua família por meio de apresentação de documento de identificação, e se forem pessoas viajando de carona, estas deverão apresentar também comprovante de residência;

§ 3º - Será permitido ingressar no município as pessoas que tiverem reservas de hospedagem em qualquer das pousadas locais;

Art. 3º - Fica permitido aos Hotéis e Pousadas do município de Barão de Melgaço a hospedagem de turistas, respeitada a capacidade de 50% e sendo observadas todas as medidas de cuidado e prevenção ao contágio do COVID19 orientados pela OMS e pelo Decreto Lei Estadual;

Art. 4º. Fica determinada a proibição de locomoção de qualquer cidadão no território do Município de Barão de Melgaço, do dia 15 ao dia 31 de agosto de 2020, no período compreendido entre 21:00h às 05:00h.

§ 1º O disposto no caput não restringe a circulação de quem estiver transitando para acessar ou prestar serviços na área de saúde, segurança pública e privada, assistência social, serviços públicos e serviços essenciais, preferencialmente, de maneira individual, sem acompanhante.

§ 2º Não estão sujeitos à restrição contida neste artigo os funcionários de empresas privadas que estejam trabalhando no período noturno, inclusive entregas serviço delivery, desde que comprovada a necessidade, urgência no deslocamento e portando identificação funcional.

§ 3º O cumprimento do disposto no caput ficará a cargo da fiscalização conjunta da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso e dos Agentes Municipais de Fiscalização.

Art. 4ºA - A Polícia Militar do Estado de Mato Grosso deve atuar de forma ostensiva no apoio aos fiscais municipais, vigilância sanitária, ACS, ACE e Conselho Tutelar para garantir o cumprimento das medidas restritivas adotadas por decisão de autoridade municipal ou judicial.

Parágrafo único. O descumprimento das medidas restritivas sujeita as pessoas físicas ou os representantes das pessoas jurídicas infratoras à aplicação das sanções administrativas, cíveis e criminais cabíveis pelas autoridades policiais, sanitárias e fiscais estaduais e municipais.

Art. 5º. FICA TERMINANTEMENTE PROIBIDO O ACESSO, A PERMANÊNCIA E CIRCULAÇÃO DE PESSOAS EM PRAÇAS PÚBLICAS, CLUBES DE RECREAÇÃO E ESPAÇOS DESTINADOS A EVENTOS COLETIVOS;

§ 1º : fica autorizada a pratica de caminhada e ciclismo nas vias públicas de Barão de Melgaço, respeitando o horário de recolhimento prescrito no artigo 2º que é das 21:00 as 5:00 horas.

§ 2º - Fica autorizada a prática esportiva de volei na quadra de areia da Cohab, limitada aos números de integrantes dos dois times adversos, ficando desde já determinado que aos presentes que não estiverem praticando o esporte, deverão manter a distância mínima de 1,5 metros um do outro

§ 3º - Se observado aglomeração durante a prática desportiva do vôlei na quadra de areia da Cohab, fica desde já determinado que a fiscalização municipal poderá interromper a partida até posterior deliberações;

§ 4º - ¬¬Fica autorizado o funcionamento de igrejas, condicionado a lotação máxima de 30% (trinta porcento) da capacidade, em qualquer dia da semana, vedada a realização de reuniões e celebrações nas residências"

Art. 6º. Fica determinada a quarentena domiciliar obrigatória às pessoas pertencentes do Grupo de Risco, em especial:

a) idosos (maiores de 60 anos);

b) gestantes, lactantes, crianças menores de 5 (cinco) anos;

c) portadores de doenças crônicas tais como:

1. Diabetes insulinodependentes;

2. Insuficiência renal crônica classe;

3. Doença respiratória crônica;

4. Com doença autoimune ou outras afecções que deprimam o sistema imunológico;

5. Obesidade mórbida IMC > 40;

7. Hipertensos;

d) pessoas que apresentarem quaisquer sintomas característicos de gripe, tais como febre, tosse, coriza e outros sintomas respiratórios.

Art. 7º. Fica permitido o funcionamento dos comércios e atividades não essenciais, que deverão funcionar em horário diferenciado, DE SEGUNDA À SEXTA-FEIRA, DAS 07:00H ÀS 17:00H, aos sábados até as 13:00hs, devendo obedecer integralmente às medidas de prevenção ao contágio estabelecidas pelo Decreto Municipal nº 12, de 18 de março de 2020 e posteriores.

Art. 8º. As atividades de SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO (lanchonetes, espetinhos e congêneres, pizzarias, sorveterias/açaí/similares e padarias) estas, depois das 17:00 hs poderão funcionar APENAS POR ENTREGA, REALIZADAS POR MEIO DE DELIVERY, LIMITADA ATÉ AS 22:OO HS SENDO VEDADO O CONSUMO NO LOCAL DO ESTABELECIMENTO.

Art. 9º. As Farmácias de Plantão, poderão permanecer em atendimento até as 22h00min, inclusive nos sábados, domingos e feriados;

Art. 10º. Fica limitada a entrada de apenas uma pessoa por família em supermercados e estabelecimentos congêneres.

Art. 11. Fica proibida a entrada de crianças em supermercados e estabelecimentos congêneres.

§1º. Considera-se criança, para os efeitos deste Decreto, a pessoa até doze anos de idade incompletos.

Art. 12. Fica autorizada, para gravação de lives de atividades religiosas, a concentração de, no máximo, 10 pessoas no ambiente, obedecidas as determinações do Ministério da Saúde e Organização Mundial da Saúde quanto as medidas preventivas ao contágio.

Art. 13. Os proprietários de imóvel no âmbito do Município de Barão de Melgaço que residem em Municípios que estejam com a classificação de risco MUITO ALTO de que trata o Decreto Estadual n. 522/2020, ao se deslocar para Barão de Melgaço/MT deverão permanecer em QUARENTENA e comunicar imediatamente a sua estadia para a Secretaria Municipal de Saúde.

§ 1º - Para fins do caput deste artigo considera-se quarentena a medida administrativa imposta pelo Poder Executivo Municipal com base no art. 5º, inciso IV, alínea “b” do Decreto Estadual n. 522/2020, pelo qual é imposto o confinamento obrigatório de pessoas em suas habitações, com restrição ao trânsito de pessoas, ficando permitida a circulação apenas para o exercício e/ou acesso às atividades essenciais.

§ 2º - A pessoa que violar o disposto no caput do presente artigo será penalizado com uma multa de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) a R$ 10.000,00 (dez mil reais) a ser aplicada de acordo com a capacidade financeira do infrator.

Art. 14. A qualquer pessoa que residente no Município de Barão de Melgaço /MT só será permitido o deslocamento aos municípios que estejam classificados com o nível de risco MUITO ALTO de que trata o Decreto Estadual n. 522/2020 para o exercício e/ou acesso às atividades essenciais e, quando do retorno, deverá comunicar a Secretaria Municipal de Saúde e permanecer em quarentena por 14 (quatorze) dias, com exceção dos profissionais que atuam nas atividades consideradas essenciais.

Parágrafo Único. A violação ao caput deste artigo ensejará a aplicação de multa de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) a R$ 10.000,00 (dez mil reais) a ser aplicada de acordo com a capacidade financeira do infrator.

Art. 15. Enquanto o nível de classificação de risco do município esteja ALTO ou MUITO ALTO fica proibido, no âmbito do Município de Barão de Melgaço /MT, a locação de imóveis urbanos ou rurais para temporada e finais de semana, bem como tablados para pesca, cuja violação sujeita o proprietário do imóvel a uma multa de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) a R$ 10.000,00 (dez mil reais) a ser aplicada de acordo com a capacidade financeira do infrator.

Art. 16. Enquanto o nível de classificação de risco do município esteja ALTO ou MUITO ALTO fica proibido a realização de festas e confraternizações familiares e congêneres, ainda que realizadas em âmbito domiciliar.

Parágrafo único. A violação ao disposto no caput do presente artigo ensejará a aplicação de multa de R$ 2.000,00 (dois mil reais) a R$ 5.000,00 (cinco mil reais).

Art. 17. O proprietário do imóvel em que esteja sendo realizado festas, confraternizações ou eventos congêneres com aglomeração de pessoas será penalizado com uma multa de R$ 10.000,00 (dez mil reais) a R$ 20.000,00 (vinte mil reais) a ser aplicada de acordo com a capacidade financeira do infrator.

Art. 18 - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, com efeitos a partir do dia 15 de agosto de 2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de Barão de Melgaço - MT, aos 14 dias do mês de agosto de 2020.

ELVIO DE SOUZA QUEIROZ

Prefeito Municipal

BARÃO PREVI DE COOPERAÇÃO 01-2020

TERMO DE COOPERAÇÃO Nº 01/2020

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE MELGAÇO, A CÂMARA MUNICIPAL DE BARÃO DE MELGAÇO E F*UNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE BARÃO DE MELGAÇO/MT – BARAO-PREVI *VISANDO A OPERACIONALIZAÇÃO DA CONCESSÃO DOS BENEFÍCIOS DE AUXÍLIO-DOENÇA, AUXÍLIO-RECLUSÃO, SALÁRIO-MATERNIDADE E SALÁRIO-FAMÍLIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE MELGAÇO inscrita no CNPJ sob o nº 03.507.563/0001-69, com sede em Avenida Augusto Leverger, s/n - Centro, 78190-000 neste ato representada por seu Prefeito, Elvio de Souza Queiroz , portador da Carteira de Identidade nº 866657 SSP/MT e CPF nº 651.105.011-49, e a **CÂMARA MUNICIPAL DE BARÃO DE MELGAÇO**, inscrita no CNPJ sob o nº 00.008.714/0001-01, com sede na Avenida Augusto Leverger, Nº 1440 , Centro CEP 78190-000, neste ato representada por seu Presidente, Ênio de Arruda Junior, portador da Carteira de Identidade nº 0773594-4 SSP/MT e CPF nº629.459.391-34, e o ***BARAO-PREVI - FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE BARÃO DE MELGAÇO***, inscrito no CNPJ sob o n.º 05.204.707/0001-33, com sede em Avenida Augusto Leverger, s/n neste ato representado pela Secretária, Vera Lucia Dias Moreno nomeada por meio da Portaria nº 099/2019 03 de Setembro de 2019, publicado no Diário Oficial eletrônico dos Municípios nº **3.307**, portador da Carteira de Identidade nº 01347837 SSP/MT, CPF nº 229.543.681-87, resolvem celebrar o pre-

sente Termo de Cooperação Técnica, mediante as condições expressas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente termo o estabelecimento de princípios básicos de cooperação técnica que venham a ser desenvolvidos pelas partes, visando a operacionalização da concessão dos benefícios de auxílio-doença, auxílio-reclusão, salário-maternidade e salário-família dos servidores públicos pelo **FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE BARÃO DE MELGAÇO/MT – BARAO- PREVI.**

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ATRIBUIÇÕES

Para a consecução do objeto estabelecido neste Termo de Cooperação, constituem atribuições:

I – A PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE MELGAÇO:

a) Para a concessão do benefício de auxílio-doença disponibilizará:

1. Termo de posse do servidor;

2. Cópias dos documentos pessoais do servidor (RG e CPF);

3. Contracheque ou Ficha Financeira do servidor, referente ao mês anterior a concessão do benefício;

4. Atestado Médico;

5. Laudo médico pericial, necessário quando o período concedido para o afastamento, ultrapassar 60 (sessenta dias).

Ressaltando que quando se tratar de prorrogação do benefício será necessária toda documentação novamente.

b) Para a concessão do benefício de auxílio-reclusão disponibilizará:

1. Termo de posse do servidor;

2. Cópias dos documentos pessoais do servidor (RG e CPF);

3. Contracheque ou Ficha Financeira do servidor, referente ao mês anterior a concessão do benefício;

4. Cópias dos documentos pessoais dos dependentes (RG e CPF);

5. Comprovação da condição de dependência: certidão de nascimento dos dependentes, certidão de casamento ou declaração de convivência;

6. Certidão de prisão preventiva ou sentença de condenatória;

7. Laudo médico pericial (caso dependente seja inválido);

c) Para a concessão do benefício de salário-maternidade disponibilizará:

1. Termo de posse do servidor;

2. Cópias dos documentos pessoais do servidor (RG e CPF);

3. Contracheque ou Ficha Financeira do servidor, referente ao mês anterior a concessão do benefício;

4. Certidão de nascimento dos dependentes ou atestado médico;

d) Para a concessão do benefício de salário-família disponibilizará:

1. Termo de posse do servidor;

2. Cópias dos documentos pessoais do servidor (RG e CPF);

3. Contracheque ou Ficha Financeira do servidor, referente ao mês anterior a concessão do benefício;

4. Certidão de nascimento dos dependentes;

5. Cartão de vacinas dos dependentes, caso tenham idade inferior a 7 (sete) anos.

6. Atestado de escolaridade dos dependentes, caso tenham idade superior a 7 (Sete) e inferior a 14 (quatorze) anos.

II – A CÂMARA MUNICIPAL DE BARÃO DE MELGAÇO:

a) Para a concessão do benefício de auxílio-doença disponibilizará:

1. Termo de posse do servidor;

2. Cópias dos documentos pessoais do servidor (RG e CPF);

3. Contracheque ou Ficha Financeira do servidor, referente ao mês anterior a concessão do benefício;

4. Atestado Médico;

5. Laudo médico pericial, necessário quando o período concedido para o afastamento, ultrapassar 60 (sessenta dias).

Ressaltando que quando se tratar de prorrogação do benefício será necessária toda documentação novamente.

b) Para a concessão do benefício de auxílio-reclusão disponibilizará:

1. Termo de posse do servidor;

2. Cópias dos documentos pessoais do servidor (RG e CPF);

3. Contracheque ou Ficha Financeira do servidor, referente ao mês anterior a concessão do benefício;

4. Cópias dos documentos pessoais dos dependentes (RG e CPF);

5. Comprovação da condição de dependência: certidão de nascimento dos dependentes, certidão de casamento ou declaração de convivência;

6. Certidão de prisão preventiva ou sentença de condenatória;

7. Laudo médico pericial (caso dependente seja inválido);

c) Para a concessão do benefício de salário-maternidade disponibilizará:

1. Termo de posse do servidor;

2. Cópias dos documentos pessoais do servidor (RG e CPF);

3. Contracheque ou Ficha Financeira do servidor, referente ao mês anterior a concessão do benefício;

4. Certidão de nascimento dos dependentes ou atestado médico;

d) Para a concessão do benefício de salário-família disponibilizará:

1. Termo de posse do servidor;

2. Cópias dos documentos pessoais do servidor (RG e CPF);

3. Contracheque ou Ficha Financeira do servidor, referente ao mês anterior a concessão do benefício;

4. Certidão de nascimento dos dependentes;

5. Cartão de vacinas dos dependentes, caso tenham idade inferior a 7 (sete) anos.

6. Atestado de escolaridade dos dependentes, caso tenham idade superior a 7 (Sete) e inferior a 14 (quatorze) anos.

III – AO FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE BARÃO DE MELGAÇO/MT – BARAO-PREVI

a) Para a concessão dos benefícios de auxílio-doença, auxílio-reclusão, salário maternidade e salário-família irá:

1. Operacionalizar a concessão;

2. Encaminhar os relatórios necessários para o pagamento dos benefícios pelos Órgãos competentes.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS RESPONSABILIDADES

O órgão de origem se responsabiliza pelo pagamento das despesas necessárias para consecução da documentação necessária para a confecção dos processos administrativos, em especial os laudos médicos periciais, bem como os demais custos quando existentes.

CLÁUSULA QUARTA - DOS RECURSOS

A execução do presente Termo de Cooperação não implica em transferência de recursos financeiros entre as partes.

CLÁUSULA QUINTA - DO SIGILO DOS DADOS

Os partícipes obrigam-se a observar e guardar, em toda a sua extensão, no que for devido, o sigilo de que se revestem os dados cadastrais pessoais e funcionais.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA E ALTERAÇÕES

A vigência do presente instrumento iniciar-se-á na data de publicação de seu extrato no Diário Oficial 27 de Julho de 2020 e encerrar-se-á em 31 de dezembro de 2020, podendo ser alterado ou prorrogado mediante acordo prévio entre as partes, constituindo-se as alterações ajustadas em objeto de Termos Aditivos, que daquele serão parte integrante para todos os efeitos e direitos.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA DENÚNCIA OU RESCISÃO

O presente Termo de Cooperação poderá ser rescindido a qualquer tempo, unilateralmente, mediante comunicação por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, ou rescindido por acordo entre os partícipes, ou, ainda, por descumprimento das cláusulas e condições estabelecidas ou por superveniência de legislação que o torne inexequível, respondendo os mesmos pelas obrigações até então assumidas.

CLÁUSULA OITAVA - DA PUBLICAÇÃO

A publicação do presente Termo de Cooperação será efetivada por extrato em Diário Oficial, no prazo de 05 dias a contar de sua assinatura.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

As partes elegem o foro da Justiça Estadual de Mato Grosso, para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios que porventura possam surgir da execução do presente Termo de Cooperação, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA - DOS REPRESENTANTES

Para acompanhamento e execução do presente Termo de Cooperação, as partes indicam Prefeito Municipal, Presidente da Câmara e Secretária de Administração, como responsáveis, em suas respectivas esferas, pela realização de trabalhos dessa natureza.

E, por assim estarem devidamente justos e acordados, as partes, inicialmente nomeados, firmam o presente Termo de Cooperação, em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

Cuiabá-MT, 27 de Julho de 2020

_____

Prefeito Municipal de Barão de Melgaço

_____

Presidente da Câmara Municipal de Barão de Melgaço

_____

Gestor do Fundo Municipal de Previdência de Barão de Melgaço

COVID-19: RATIFICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 007/2020

O Prefeito do Município de Barão de Melgaço-MT, Sr. **ELVIO DE SOUZA QUEIROZ**torna público que em virtude de haver concordado com as justificativas apresentadas pelo Secretario de Administração e ratificação do parecer técnico jurídico apresentado no processo de dispensa de licitação para a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÂO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA REFORMA E AMPLIAÇÃO DO CEMITERIO NO BAIRRO DA COHAB NO MUNICIPIO DE BARÂO DE MELGAÇO-MT**, conforme Memoriais Descritivos, Cronogramas Físicos Financeiros e Planilhas Orçamentárias. em conformidade com art. 24 Inc. IV, da Lei 8.666/93 e lei 13.979/2020, com as alterações promovidas pela MP 926/2020, realizou contratação junto a Empresa A. G. DE ARAUJO EIRELI – Inscrita no CNPJ. 11.566.598/0001-05. O valor da Contratação é de **R$ 164.577,09 (cento e sessenta e quatro mil quinhentos e setenta e sete reais e nove centavos),** onde se formulou expediente de dispensa de licitação, conforme fundamentado art. 24 Inc. IV, da Lei 8.666/93 e lei 13.979/2020, com as alterações promovidas pela MP 926/2020, **RATIFICA** a justificativa apresentada e autoriza a contratação, dando cumprimento ao que dispõe o art. 26 do mesmo diploma legal.

Barão de Melgaço-MT, 15 de agosto de 2020.

ELVIO DE SOUZA QUEIROZ

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 224/2020

PORTARIA Nº 224/2020

RAIMUNDO NONATO DE ABREU SOBRINHO, Prefeito Municipal de Barra do Bugres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

R/E/S/O/L/V/E:

Art.1º - Conceder a Servidora **SUELI DE SOUZA SANTOS**,ocupante do cargo de **PROFESSOR, NÍVEL 05**, **CLASSE C**, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Licença para o Concorrer a Cargo Eletivo nas Eleições Municipais de 2020, em conformidade com os Artigos 129 e 130, da Lei Complementar Nº 001/2005.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre - se

Publique - se

Cumpra - se

Gabinete do Prefeito, em 14 de agosto de 2020.

RAIMUNDO NONATO DE ABREU SOBRINHO

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 214/2020

PORTARIA Nº 214/2020

RAIMUNDO NONATO DE ABREU SOBRINHO, Prefeito Municipal de Barra do Bugres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

R/E/S/O/L/V/E:

Art.1º - Conceder ao Servidor **SIDNEI GOMES DE SOUZA**,ocupante do cargo de **MECÂNICO, NÍVEL 08**, **CLASSE E**, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, Licença para o Concorrer a Cargo Eletivo nas Eleições Municipais de 2020, em conformidade com os Artigos 129 e 130, da Lei Complementar Nº 001/2005.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre - se

Publique - se

Cumpra - se

Gabinete do Prefeito, em 14 de agosto de 2020.

RAIMUNDO NONATO DE ABREU SOBRINHO

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 213/2020

PORTARIA Nº 213/2020

RAIMUNDO NONATO DE ABREU SOBRINHO, Prefeito Municipal de Barra do Bugres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

R/E/S/O/L/V/E:

Art.1º - Conceder ao Servidor **ISMAEL RODRIGUES DE SOUZA**, ocupante do cargo de **PROFESSOR, NÍVEL 11, CLASSE C**, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Licença para o Concorrer a Cargo Eletivo nas Eleições Municipais de 2020, em conformidade com os Artigos 129 e 130, da Lei Complementar Nº 001/2005.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre - se

Publique - se

Cumpra - se

Gabinete do Prefeito, em 14 de agosto de 2020.

RAIMUNDO NONATO DE ABREU SOBRINHO

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
EDITAL Nº 048/2020 – CONVOCAÇÃO - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N. 001/SMEC/2020

A Secretária Municipal de Educação e Cultura de Barra do Bugres, Estado de Mato Grosso, Sr.ª **IVONE DA ROCHA** e o Presidente da Comissão do Teste Seletivo da SMEC, Sr. **OSMAR NEVES SCHWARTZ**, no exercício de suas atribuições legais e de acordo com o Resultado Final doProcesso Seletivo Simplificado nº 001/SMEC/2020, **CONVOCA** a candidata abaixo a comparecer na Secretaria Municipal de Educação e Cultura para, localizada na Rua Frederico Josetti, SN, Beira Rio, no prazo de 03 (três) dias, munido dos documentos necessários à comprovação dos requisitos para provimento do cargo pleiteado, sob pena de ser considerado como desistente, perdendo a respectiva vaga:

Cargo: PROFESSOR – PEDAGOGIA – SEDE, CRECHE, PRÉ-ESCOLA E ANOS INICIAIS

Nome	Nº de Inscrição
CELIA REGINA FERREIRA DA SILVA	155
Este edital entra em vigor na data de sua publicação.	

Barra do Bugres-MT, 14 de agosto de 2020.

Ivone da Rocha

Secretária Municipal de Educação e Cultura

Portaria nº 022/2019

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 212/2020

PORTARIA Nº 212/2020

RAIMUNDO NONATO DE ABREU SOBRINHO, Prefeito Municipal de Barra do Bugres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

R/E/S/O/L/V/E:

Art.1º - Conceder a Servidora **ELIANE SANTANA ALVES**,ocupante do cargo de **AGENTE DE SERVIÇO PÚBLICO, NÍVEL 06**, **CLASSE D**, lotada na Secretaria Municipal de Administração, Licença para o Concorrer a Cargo Eletivo nas Eleições Municipais de 2020, em conformidade com os Artigos 129 e 130, da Lei Complementar Nº 001/2005.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre - se

Publique - se

Cumpra - se

Gabinete do Prefeito, em 14 de agosto de 2020.

RAIMUNDO NONATO DE ABREU SOBRINHO

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 2.426/2020

LEI MUNICIPAL Nº 2.426/2020

INSTITUI A IMPLANTAÇÃO DA UNIDADE DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA ADULTOS E FAMÍLIAS - MODALIDADE: CASA DE PASSAGEM.

A Câmara Municipal de Barra do Bugres, tendo em vista o que dispõe o artigo 59 da Lei Orgânica Municipal, aprova e o Prefeito Municipal ***RAIMUNDO NONATO DE ABREU SOBRINHO****, nos termos do artigo 77 da Lei Orgânica Municipal, sanciona a seguinte lei.*

Art. 1º - Fica instituída no Município, a Unidade de Acolhimento Institucional – Modalidade: Casa de Passagem para adultos e famílias que pertence ao Serviço da Proteção Social Especial – Alta Complexidade, a fim de garantir proteção integral, com funcionamento 24 horas por dia, 07 dias por semana.

Art. 2º - A Unidade de Acolhimento Institucional - Casa de Passagem, tem por objetivo, acolher em caráter emergencial e provisório, adultos e famílias em situação de rua e desabrigo por abandono, migração e ausência de residência ou pessoas em trânsito e sem condições de se sustentarem.

Parágrafo único - A casa de passagem NÃO se destina a tratamento de pessoas com problemas relacionados a alcoolismo ou quaisquer outras substâncias, sejam lícitas ou ilícitas, sendo vedado o ingresso de pessoas nestas condições, bem como aquelas que respondem judicialmente por crimes ou ato infracionais ou estiverem cumprindo pena em razão dos mesmos.

Art. 3º - É de responsabilidade do Município a oferta de abrigo, alimentação, assistência social, psicológica e jurídica, aos acolhidos, que são pessoas em situação de rua e desabrigo por abandono, migração e ausência de residência ou pessoas em trânsito e sem condições de auto-sustento, com objetivo e intuito de superar a situação de risco, bem como contribuir para o restabelecimento dos vínculos familiares e sociais prejudicados e/ou rompidos, possibilitar ao usuário condições para retomar sua autonomia e diminuir a reincidência de pessoas em situação de rua e a exposição à violência.

Art. 4º - Poderá encaminhar para a Unidade de Acolhimento Institucional - Casa Passagem de forma exclusiva pela equipe técnica da unidade de atendimento: Centro de Referência Especializado da Assistência Social – CREAS de Barra do Bugres/MT, respeitada a disponibilidade de vagas e as condições definidas no parágrafo único do art. 2º.

Parágrafo único. A abrangência do Serviço de Acolhimento Institucional será de âmbito municipal, com vagas exclusivas do município de Barra do Bugres/MT.

Art. 5º - A Unidade de Acolhimento Institucional Casa de Passagem é um Serviço de Proteção Social do Sistema Único da Assistência Social – SUAS, fica vinculada a Secretaria Municipal de Assistência Social de Barra do Bugres/MT, para a Gestão, planejamento e execução do serviço.

Art. 6º - O tempo de permanência na Casa de Passagem, por se tratar de um abrigo provisório, não poderá ser superior de 30 (trinta) dias. Salvo exceção através de avaliação da equipe técnica do CREAS de Barra do Bugres/MT.

Parágrafo Único. Os adultos e jovens abrigados que exerçam atividades remuneradas poderão sair e retornar livremente em virtude de seu ofício, mesma condição estendida a quem estiver buscando inserção no mercado de trabalho.

Art. 7º - A Casa de Passagem será mantida por conta de recursos orçamentários do Município, bem como verbas originárias de Co-financiamento Federal, Estadual e outros convênios.

Art. 8º - O Município regulamentará por decreto, o funcionamento e uso da casa de passagem, estabelecendo regimento interno.

Art. 9º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 14 de agosto de 2020.

RAIMUNDO NONATO DE ABREU SOBRINHO

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 256/2019

PORTARIA Nº 256/2019

RAIMUNDO NONATO DE ABREU SOBRINHO, Prefeito Municipal de Barra do Bugres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

Considerando o pedido de Licença para exercício de mandato eletivo, feito pelo servidor Sr. JAMIL PINHEIRO DOS SANTOS, nos termos do §3º, Inciso II do Artigo 131, da Lei Complementar.

R/E/S/O/L/V/E:

Art.1º - Conceder ao Servidor **JAMIL PINHEIRO DOS SANTOS**,ocupante do cargo de **ESCRITURÁRIO, NÍVEL 13**, **CLASSE B**, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, Licença para o Exercício de mandato eletivo, pelo período compreendido entre os dias **10/10/2019 a 31/12/2020**, em conformidade com §3º, inciso II do artigo 131, da Lei Complementar nº 001/2005, alterada pela Lei Complementar nº 045/2012.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre - se

Publique - se

Cumpra - se

Gabinete do Prefeito, em 10 de outubro de 2019.

RAIMUNDO NONATO DE ABREU SOBRINHO

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 211/2020

PORTARIA Nº 211/2020

RAIMUNDO NONATO DE ABREU SOBRINHO, Prefeito Municipal de Barra do Bugres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

R/E/S/O/L/V/E:

Art.1º - Exonerar o Sr. **SEBASTIÃO DEODATO DOS SANTOS** do cargo de **CHEFE DA SEÇÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO**, junto a Secretaria Municipal de Administração, nomeado pela Portaria nº 254/2017 de 04/04/2017.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre - se

Publique - se

Cumpra - se

Gabinete do Prefeito, em 14 de agosto de 2020.

RAIMUNDO NONATO DE ABREU SOBRINHO

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 2.427/2020

LEI MUNICIPAL Nº 2.427/2020

"Que dispõe sobre o aumento de alíquota para suplementação de dotações orçamentárias.

A Câmara Municipal de Barra do Bugres, tendo em vista o que dispõe o artigo 59 da Lei Orgânica Municipal, aprova e o Prefeito Municipal **RAIMUNDO NONATO DE ABREU SOBRINHO**, nos termos do artigo 77 da Lei Orgânica Municipal, sanciona a seguinte lei.

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir créditos adicionais suplementares em mais 20% (vinte por cento) do total das despesas fixadas no orçamento do Município de Barra do Bugres do exercício de 2020, Lei Municipal nº 2.402/2019, utilizando para esse fim, os recursos previstos no Artigo 43, § I , inciso 3º da Lei Federal 4.320/64.

Artigo 2º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder os ajustes ao Anexo de Metas e Prioridades da Lei Municipal nº 2.401/2019, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2020, e na Lei Municipal nº 2.305/2017 – Plano Plurianual 2018/2021.

Artigo 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Barra do Bugres, MT, aos 14 dias do mês de agosto do ano de 2020.

RAIMUNDO NONATO DE ABREU SOBRINHO

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 222/2020

PORTARIA Nº 222/2020

RAIMUNDO NONATO DE ABREU SOBRINHO, Prefeito Municipal de Barra do Bugres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

R/E/S/O/L/V/E:

Art.1º - Conceder ao Servidor **JOSÉ APARECIDO DE CARVALHO**,ocupante do cargo de **AGENTE DE VIGILÂNCIA, NÍVEL 12**, **CLASSE D**, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Licença para o Concorrer a Cargo Eletivo nas Eleições Municipais de 2020, em conformidade com os Artigos 129 e 130, da Lei Complementar Nº 001/2005.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre - se

Publique - se

Cumpra - se

Gabinete do Prefeito, em 14 de agosto de 2020.

RAIMUNDO NONATO DE ABREU SOBRINHO

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 2.428/2020

LEI MUNICIPAL Nº 2.428/2020

"Dispõe Sobre Abertura de Credito Adicional Suplementar por Excesso de Arrecadação e da Outras Providencias"

A Câmara Municipal de Barra do Bugres, tendo em vista o que dispõe o artigo 59 da Lei Orgânica Municipal, aprova e o Prefeito Municipal **RAIMUNDO NONATO DE ABREU SOBRINHO**, nos termos do artigo 77 da Lei Orgânica Municipal, sanciona a seguinte lei.

Artigo 1º – Fica aberto no Orçamento Programa vigente, Lei Municipal nº 2.402/2019 – Lei Orçamentária Anual, um Credito Adicional Suplementar no valor de **R$ 5.042.499,32 (Cinco milhões e quarenta e dois mil, quatrocentos e noventa e nove reais e trinta e dois centavos).**

Parágrafo Único – O valor constante do caput do artigo foi encontrado conforme o comportamento da tendência de arrecadação do exercício prevista no § 3º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64, cuja memória de cálculo constante do anexo integrante a esta Lei.

Artigo 2º - Para cobrir o crédito aberto no artigo anterior serão utilizados os recursos mencionados no Inciso II e § 1º do artigo 43 da Lei 4.320/64, os resultantes do Excesso de Arrecadação.

Artigo 3º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder aos ajustes necessários ao Anexo de Metas e Prioridades da Lei Municipal n°.2.401/2019, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2020, e na Lei Municipal nº. 2.305/2017, Plano Plurianual 2018/2021.

Artigo 4º – Esta Lei entrara em vigor na data da sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Barra do Bugres, MT, aos 14 dias do mês de agosto do ano de 2020.

RAIMUNDO NONATO DE ABREU SOBRINHO

Prefeito Municipal

ANEXO I

LEI MUNICIPAL Nº 2.428/2020

DEMOSTRATIVO DE TENDENCIA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO

Elemento do cálculo:

-Arrecadação do 1º Período de 2019 Fonte 0100000 (Jan. a Jul.) R$ 17. 345.670,55

- Arrecadação do 2º Período de 2019 Fonte 0100000 (Ago. e Dez.) R$ 17. 971.870,93

- Arrecadação do 1º Período de 2020 Fonte 0100000 (Jan. a Jul.) R$ 20. 332.007,76

1- Metodologia de Cálculo do Excesso de Arrecadação e Tendência do Exercício **Fonte 0100000**

Arrecadação 1º período de 2020

---------- = taxa de incremento

Arrecadação 1º período de 2019

R$ 20.332.007,76

---------- = 1,17

R$ 17.345.670,55

Calculo da Arrecadação do 2º período de 2019 X taxa de incremento = Arrecadação provável do 2º período de 2020

- Fonte 0100000 R$ 17.971.870,93 x 1,17 = 21.027.088,99

2. Demonstrativo do Cálculo da Tendência **Fonte 0100000** - Arrecadação 1º Período de 2019 R$ 18.345.670,65 - Arrecadação provável do 2º período de 2020 R$ 21.027.088,99 - Arrecadação Provável do Exercício 2020 R$ 39.372.759,64 (-) Previsão Orçamentaria para 2019 R$ 34.330.260,32 **(=) Provável Excesso R$ 5.042.499,32**

RAIMUNDO NONATO DE ABREU SOBRINHO

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 221/2020

PORTARIA Nº 221/2020

RAIMUNDO NONATO DE ABREU SOBRINHO, Prefeito Municipal de Barra do Bugres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

R/E/S/O/L/V/E:

Art.1º - Conceder ao Servidor **MOACIR JÚLIO DIAS**,ocupante do cargo de **AGENTE DE OPERACIONAL - MOTORISTA, NÍVEL 10**, **CLASSE D**, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Licença para o Concorrer a Cargo Eletivo nas Eleições Municipais de 2020, em conformidade com os Artigos 129 e 130, da Lei Complementar Nº 001/2005.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre - se

Publique - se

Cumpra - se

Gabinete do Prefeito, em 14 de agosto de 2020.

RAIMUNDO NONATO DE ABREU SOBRINHO

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 220/2020

PORTARIA Nº 220/2020

RAIMUNDO NONATO DE ABREU SOBRINHO, Prefeito Municipal de Barra do Bugres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

R/E/S/O/L/V/E:

Art.1º - Conceder ao Servidor **OSMAR FRANCISCO DA SILVA**,ocupante do cargo de **AGENTE DE SERVIÇO PÚBLICO, NÍVEL 10**, **CLASSE A**, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Licença para o Concorrer a Cargo Eletivo nas Eleições Municipais de 2020, em conformidade com os Artigos 129 e 130, da Lei Complementar Nº 001/2005.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre - se

Publique - se

Cumpra - se

Gabinete do Prefeito, em 14 de agosto de 2020.

RAIMUNDO NONATO DE ABREU SOBRINHO

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 219/2020

PORTARIA Nº 219/2020

RAIMUNDO NONATO DE ABREU SOBRINHO, Prefeito Municipal de Barra do Bugres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

R/E/S/O/L/V/E:

Art.1º - Conceder ao Servidor **WALDECY SOARES DOS SANTOS**,ocupante do cargo de **AGENTE DE SERVIÇO PÚBLICO, NÍVEL 15**, **CLASSE A**, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, Licença para o Concorrer a Cargo Eletivo nas Eleições Municipais de 2020, em conformidade com os Artigos 129 e 130, da Lei Complementar Nº 001/2005.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre - se

Publique - se

Cumpra - se

Gabinete do Prefeito, em 14 de agosto de 2020.

RAIMUNDO NONATO DE ABREU SOBRINHO

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 223/2020

PORTARIA Nº 223/2020

RAIMUNDO NONATO DE ABREU SOBRINHO, Prefeito Municipal de Barra do Bugres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

R/E/S/O/L/V/E:

Art.1º - Conceder ao Servidor **SEBASTIÃO FALANQUE**,ocupante do cargo de **AGENTE DE VIGILÂNCIA, NÍVEL 07**, **CLASSE D**, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social, Licença para o concorrer a Cargo Eletivo nas Eleições Municipais de 2020, em conformidade com os Artigos 129 e 130, da Lei Complementar Nº 001/2005.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre - se

Publique - se

Cumpra - se

Gabinete do Prefeito, em 14 de agosto de 2020.

RAIMUNDO NONATO DE ABREU SOBRINHO

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 218/2020

PORTARIA Nº 218/2020

RAIMUNDO NONATO DE ABREU SOBRINHO, Prefeito Municipal de Barra do Bugres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

R/E/S/O/L/V/E:

Art.1º - Conceder ao Servidor **ELDES DA COSTA,**ocupante do cargo de **OPERADOR DE MÁQUINA PESADA, NÍVEL 12**, **CLASSE A**, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, Licença para o Concorrer a Cargo Eletivo nas Eleições Municipais de 2020, em conformidade com os Artigos 129 e 130, da Lei Complementar Nº 001/2005.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre - se

Publique - se

Cumpra - se

Gabinete do Prefeito, em 14 de agosto de 2020.

RAIMUNDO NONATO DE ABREU SOBRINHO

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 217/2020

PORTARIA Nº 217/2020

RAIMUNDO NONATO DE ABREU SOBRINHO, Prefeito Municipal de Barra do Bugres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

R/E/S/O/L/V/E:

Art.1º - Conceder a Servidora **CLEIDE RODRIGUES DE OLIVEIRA**,ocupante do cargo de **PROFESSOR, NÍVEL 07**, **CLASSE C**, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Licença para o Concorrer a Cargo Eletivo nas Eleições Municipais de 2020, em conformidade com os Artigos 129 e 130, da Lei Complementar Nº 001/2005.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre - se

Publique - se

Cumpra - se

Gabinete do Prefeito, em 14 de agosto de 2020.

RAIMUNDO NONATO DE ABREU SOBRINHO

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 216/2020

PORTARIA Nº 216/2020

RAIMUNDO NONATO DE ABREU SOBRINHO, Prefeito Municipal de Barra do Bugres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

R/E/S/O/L/V/E:

Art.1º - Conceder a Servidora **CLEIDE BRAGA OJEDA GONÇALVES**,ocupante do cargo de **PROFESSOR, NÍVEL 05**, **CLASSE C**, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Licença para o Concorrer a Cargo Eletivo nas Eleições Municipais de 2020, em conformidade com os Artigos 129 e 130, da Lei Complementar Nº 001/2005.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre - se

Publique - se

Cumpra - se

Gabinete do Prefeito, em 14 de agosto de 2020.

RAIMUNDO NONATO DE ABREU SOBRINHO

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 215/2020

PORTARIA Nº 215/2020

RAIMUNDO NONATO DE ABREU SOBRINHO, Prefeito Municipal de Barra do Bugres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

R/E/S/O/L/V/E:

Art.1º - Conceder a Servidora **CÉLIA APARECIDA DIAS FERREIRA LOUZADA**,ocupante do cargo de **PROFESSOR, NÍVEL 05**, **CLASSE C**, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Licença para o Concorrer a Cargo Eletivo nas Eleições Municipais de 2020, em conformidade com os Artigos 129 e 130 da Lei Complementar Nº 001/2005.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre - se

Publique - se

Cumpra - se

Gabinete do Prefeito, em 14 de agosto de 2020.

RAIMUNDO NONATO DE ABREU SOBRINHO

Prefeito Municipal

FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE BARRA DO BUGRES
PORTARIA Nº023/2020

"Dispõe sobre o ***cancelamento*** *da Portaria nº 021/2020 de concessão do benefício* ***Aposentadoria por Tempo de Contribuição,*** *ao servidor* ***Sr.*** **Onerlino Batista da Silva***"*

O Diretor Executivo do Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Barra do Bugres/MT – BARRA-PREVI, no uso de suas atribuições legais e;

Resolve:

Art. 1º CANCELAR a Portaria nº 021/2020, publicada em 05/08/2020 no Diário Oficial Eletrônicos dos Municípios do Estado de Mato Grosso, edição Ano XV, Edição Nº 3.536 que concedeu o benefício de **Aposentadoria por Tempo de Contribuição**, ao servidor, **SR. Onerlino Batista da Silva,** brasileiro, portador do RG n.º 0289530-7 SSP/MT e do CPF n.º 206. 394.651.53, residente e domiciliado no Município de Barra do Bugres/MT, servidor efetivo no cargo de Assistente Legislativo, com carga horária de 40 horas semanais, Classe "A", Nível "XVII", lotado na Câmara Municipal de Barra do Bugres, devidamente matriculada sob n° 0001, contando com **39 (trinta e nove) anos, 09 (nove) mês e 09 (nove) dias** de tempo de contribuição, **com proventos integrais**, conforme processo administrativo do BARRA-PREVI, n.º **2020.04.00017P**, a partir da data de **04/08/2020**, até posterior deliberação.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, **retroagindo os efeitos legais a data de 04 de agosto de 2020,** revogadas as disposições em contrário

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Barra do Bugres/MT, 11 de agosto de 2020.

José Epifânio Braga

Diretor Executivo do BARRA-PREVI

Homologo:

Raimundo Nonato de Abreu Sobrinho

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 225/2020

PORTARIA Nº 225/2020

RAIMUNDO NONATO DE ABREU SOBRINHO, Prefeito Municipal de Barra do Bugres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

R/E/S/O/L/V/E:

Art.1º - Conceder a Servidora **ODETE PEREIRA DE SOUZA**,ocupante do cargo de **PROFESSOR, NÍVEL 11, CLASSE C**, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Licença para o concorrer a Cargo Eletivo nas Eleições Municipais de 2020, em conformidade com os Artigos 129 e 130, da Lei Complementar Nº 001/2005.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre - se

Publique - se

Cumpra - se

Gabinete do Prefeito, em 14 de agosto de 2020.

RAIMUNDO NONATO DE ABREU SOBRINHO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ARAGUAIA

PREFEITURA
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO 023/2020

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 023/2020

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

A PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ARAGUAIA-MT, através do seu **PREGOEIRO,** torna público, para conhecimento de todos os interessados, quefará realizar licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS,** do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, **às 08h00min (Brasília) do dia 01 de Setembro de 2020**, na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Araguaia/MT, à Avenida Marco Aurelio Fullin, S/N, Centro, Bom Jesus do Araguaia/MT, conforme descrito neste edital e seus anexos, de conformidade com as Leis 10.520/2002 e 8.666/93.

OBJETO DA LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PERMANENTES E MATERIAIS DE CONSUMO PARA USO DO SETOR DE FISIOTERAPIA.

RETIRADA DO EDITAL: no site www.bomjesusdoaraguaia.mt.gov.br**,** solicitação via e-mail: bjaliticao@gmail.com e Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Araguaia/MT, das 07h30min às 11h30 e 13h30m às 17h30m.

INFORMAÇÕES: As empresas interessadas poderão solicitar informações junto a Comissão de Licitação, Pregoeiro e Equipe de Apoio pelo fone abaixo.

TELEFONE PARA CONTATO: (0**66) 3538-1201.

Bom Jesus do Araguaia - MT, 14 de Agosto de 2020

_____

WILLEN RARYTTON DE SOUZA ROSA

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES

DECRETO Nº. 434 DE 12 DE AGOSTO DE 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e a **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado através do Decreto º 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO a Lei nº 2.473, de 29 de abril de 2015;

CONSIDERANDO o que consta no Processo sob Memorando nº. 25.118, de 11 de agosto de 2020;

RESOLVEM:

Art.1º Nomear a senhora relacionada abaixo para compor como membro representante do **CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE - CMDCA**, para o biênio 2019/2021.

REPRESENTANTE DA ENTIDADE NÃO GOVERNAMENTAL

INSTITUTO COMETA

Suplente: Melânia Fernanda de Oliveira Ferri em substituição ao senhor Yuri Felipe Silveira.

Art.2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 12 de agosto de 2020.

ELIANE BATISTA

Secretária Municipal de Assistência Social

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito de Municipal Cáceres

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N°. 016/2019

O **PREVI-CÁCERES – Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Cáceres**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o n°. 02.332.486/0001-90, comunica a contratação de prestação de serviços:

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N°. 016/2019

CONTRATANTE: INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES – PREVI-CÁCERES

CONTRATADO: ANDRE ALVARENGA FERNANDES

CPF: 695.702.481-49

OBJETO: Contratação de Prestação de Serviços Médicos Especializados na realização de Perícias Médicas Previdenciárias, para avaliação e/ou reavaliação, nos segurados desta Autarquia Municipal, em gozo de licença de tratamento de saúde, bem como para concessão do benefício de aposentadoria por invalidez, além de outras atribuições de ordem previdenciária.

PRAZO: 12 (doze) meses

VALOR GLOBAL ESTIMADO: R$ 20.000,00 (vinte mil reais)

PRORROGAÇÃO A PARTIR DE: 19/08/2020

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: *3.3.90.36.00 – Pessoa Física.*

Cáceres/MT, 14 de agosto de 2020.

Luana Aparecida Ortega Piovesan

Diretora Executiva

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N°. 017/2019

O **PREVI-CÁCERES – Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Cáceres**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o n°. 02.332.486/0001-90, comunica a contratação de prestação de serviços:

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N°. 017/2019

CONTRATANTE: INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES – PREVI-CÁCERES

CONTRATADO: KAREN CRISTINA SALES PAIS

CPF: 790.795.711-72

OBJETO: Contratação de Prestação de Serviços Médicos Especializados na realização de Perícias Médicas Previdenciárias, para avaliação e/ou reavaliação, nos segurados desta Autarquia Municipal, em gozo de licença de tratamento de saúde, bem como para concessão do benefício de aposentadoria por invalidez, além de outras atribuições de ordem previdenciária.

PRAZO: 12 (doze) meses

VALOR GLOBAL ESTIMADO: R$ 20.000,00 (vinte mil reais)

PRORROGAÇÃO A PARTIR DE: 19/08/2020

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: *3.3.90.36.00 – Pessoa Física.*

Cáceres/MT, 14 de agosto de 2020.

Luana Aparecida Ortega Piovesan

Diretora Executiva

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ADITIVO Nº 164 ADITIVO DE ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA TEMPORÁRIA DE JULHO 2020/SME EMENTA: ADITIVO CONTRATUAL – PROCESSOS SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS E TÍTULOS N° 005/2019

A **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,** no uso das suas atribuições que lhe confere a Lei nº 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Acrescentar a carga horária no contrato **nº 021**por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público, com vínculo previdenciário ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, de **CONCEIÇÃO OLIVEIRA,** Licenciada em Pedagogia na E.M Dom Máximo Biennés, acréscimo de **20 horas/Semanais com efeito retroativo** a partir de 15/07/2020 a 09/10/2020.Na turma do 1º Ano Vespertino, em substituição a Prof.ª efetiva Nélia Silva de Andrade que se encontra de Licença Prêmio.

Cáceres, 31 de Julho de 2020

_____

_____

Luzinete jesus De Oliveira Tolomeu

Servidor (a) Secretária Municipal de Educação

TESTEMUNHAS:

NOME: _____ NOME:_____

RG Nº: _____ RG Nº:_____

CPF Nº: _____ CPF Nº: _____

PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO
COVID-19: LEI Nº 2.893, DE 14 DE AGOSTO DE 2020

"Dispõe sobre autorização para abertura de Crédito Adicional Especial em favor da Secretaria Municipal de Assistência Social e dá outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO: no uso das prerrogativas que lhe são estabelecidas pelo Artigo 74, Inciso IV da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal de Cáceres-MT, aprovou e eu sanciono a presente Lei.

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento vigente, Crédito Adicional Especial no valor de R$ 417.163,02 (quatrocentos e dezessete mil sento e sessenta e três reais e dois centavos).

Art. 2º O Crédito preconizado no art. 1º desta Lei destinar-se-á especificamente a possibilitar cobrir despesas da Secretaria Municipal de Assistência Social, pela inclusão de programa, atividade, categoria econômica, grupo de natureza de despesa, modalidade de aplicação, elementos de despesas, fonte de recursos e terão as seguintes características financeiras e funcional-programáticas:

Órgão:	12 - SEC. MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade:	02 – FUNDO MUNCIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Função:	08 – Assistência Social
Subfunção:	244 – Assistência Comunitária
Programa:	1013 – COVID - Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública decorrente do Coronavírus.
Proj/Atividade:	**2.244 – AÇÕES DE ENFRENTAMENTO A PANDEMIA DO CORONAVIRUS-COVID-19 NO ÂMBITO DO SUAS.**

Natureza da Despesa	**Fonte de Recursos/Detalhamento da Fonte de Recursos**	**Valor R$**
3.3.90.30 Material de Consumo	(129-074000) Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS – Ações de saúde para o enfrentamento Coronovírus-COVID-19.	243.363,02
3.3.90.32 Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	(129-074000) transferência de recursos do fundo nacional de assistência social – fnas – ações de saúde para o enfrentamento coronovírus-covid-19.	33.100,00
3.3.90.39 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	(129-074000) Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS – Ações de saúde para o enfrentamento Coronovírus-COVID-19.	120.000,00
4.4.90.52 Equipamentos e Material Permanente	(129-074000) Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS – Ações de saúde para o enfrentamento Coronovírus-COVID-19.	20.700,00

Art. 3° Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1o serão cobertos com o EXCESSO DE ARRECADAÇÃO de acordo com o art. 43, parágrafo 1º inciso II da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 4ºA inclusão de Projeto Atividade, Categoria Econômica, Grupo e Modalidade de Aplicação, contida nesta Lei, o Crédito Adicional Especial passa a integrar a Lei nº 2.827, de 26 de dezembro de 2019-LOA/2020, Lei nº 2.820, de 24 de dezembro de 2019-LDO/2020 e Lei nº 2.618, de 19 de dezembro de 2017-PPA/2018-2021 e suas alterações.

Art. 5° Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Cáceres-MT, em 14 de agosto de 2020.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ADITIVO Nº 172 ADITIVO DE ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA TEMPORÁRIA DE AGOSTO 2020/SME EMENTA: ADITIVO CONTRATUAL – PROCESSOS SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS E TÍTULOS N° 003/2019

A **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,** no uso das suas atribuições que lhe confere a Lei nº 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Acrescentar a carga horária no contrato **nº 204** por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público, com vínculo previdenciário ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, de **GENICE MOURA FERREIRA,** Licenciada em Ciências Biológicas na E.M 16 de Março-Núcleo Sadia, acréscimo de **10 horas/Semanais com efeito retroativo** a partir de 15/07/2020 a 16/12/2020.Objetivando reposição das aulas, e cumprimento do calendário escolar.

Cáceres, 05 de Agosto de 2020

_____

_____

Luzinete jesus De Oliveira Tolomeu

Servidor (a) Secretária Municipal de Educação

TESTEMUNHAS:

NOME: _____ NOME:_____

RG Nº: _____ RG Nº:_____

CPF Nº: _____ CPF Nº: _____

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N°. 014/2019

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N°. 014/2019

O **PREVI-CÁCERES – Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Cáceres**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o n°. 02.332.486/0001-90, comunica a contratação de prestação de serviços:

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N°. 014/2019

CONTRATANTE: INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES – PREVI-CÁCERES

CONTRATADO: JUN OKADA

CPF: 501.955.577-00

OBJETO: Contratação de Prestação de Serviços Médicos Especializados na realização de Perícias Médicas Previdenciárias, para avaliação e/ou reavaliação, nos segurados desta Autarquia Municipal, em gozo de licença de tratamento de saúde, bem como para concessão do benefício de aposentadoria por invalidez, além de outras atribuições de ordem previdenciária.

PRAZO: 12 (doze) meses

VALORGLOBAL ESTIMADO: R$ 20.000,00 (vinte mil reais)

PRORROGAÇÃO A PARTIR DE: 19/08/2020

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: *3.3.90.36.00 – Pessoa Física.*

Cáceres/MT, 14 de agosto de 2020.

Luana Aparecida Ortega Piovesan

Diretora Executiva

PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO
LEI Nº 2.891, DE 14 DE AGOSTO DE 2020

"Dispõe sobre autorização para firmar Termo de Fomento com o Lar Servas de Maria de Cáceres-MT e abertura de Crédito Adicional Especial em favor da Secretaria Municipal de Assistência Social e dá outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO: no uso das prerrogativas que lhe são estabelecidas pelo Artigo 74, Inciso IV da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal de Cáceres-MT, aprovou e eu sanciono a presente Lei.

Art. 1º Fica o Município de Cáceres autorizado a firmar Termo de Fomento com o Lar Servas de Maria de Cáceres-MT.

Art. 2º Os recursos repassados ao Lar das Servas de Maria de Cáceres serão aplicados conforme Plano de Trabalho apresentado pela entidade no ato de sua formalização, que tem como objetivo executar ações voltadas à pessoa idosa com ou sem vínculos familiares, considerando que a Secretaria de Assistência Social não executa estes serviços diretamente, realizando assim, a articulação com os serviços complementares prestados pelas entidades e organizações de assistência social da rede local.

Parágrafo único. O recurso deve ser utilizado para transferência ao Lar das Servas de Maria, entidade privada sem fins lucrativos, vinculadas ao SUAS, conforme disposto na Resolução n.º 109/2009/CNAS, observadas também a Lei Orgânica de Assistência Social, da Política Nacional de Assistência Social e Norma Operacional Básica – NOB/SUAS 2005, e suas alterações.

Art. 3º A entidade deverá prestar contas dos recursos recebidos, na forma da lei e conforme disposto no Plano de Trabalho e no Termo de Fomento.

Parágrafo único. O Município designará uma Comissão para fiscalizar e acompanhar a execução do Termo.

Art. 4º Fica aberto, no Orçamento vigente, Crédito Adicional Especial no valor de R$ 20.400,00 (vinte mil e quatrocentos reais).

Art. 5º O Crédito preconizado no art. 4º desta Lei destinar-se-á especificamente a possibilitar o repas- se do valor pela Secretaria Municipal de Assistência Social ao Lar das Servas de Maria e terá as seguintes características financeiras e Funcional Programáticas:

Órgão:	12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Unidade:	02 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Funcão:	08– ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Subfunção:	241 – ASSISTÊNCIA AO IDOSO	
Programa:	1009 – ASSISTENCIA SOCIAL	
Proj/Atividade:	**1.262 – CONTRIBUIÇÃO AO LAR SERVAS DE MARIA DE CÁCERES**	
Natureza da Despesa	**Fonte de Recursos**	**Valor R$**
3.3.50. Subvenção Social	(329) Rec. de Reprogramação - Assistência Social	20. 400,00
Total do Crédito Adicional Especial.....		**20. 400,00**

Art. 6° Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 4o serão cobertos com o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior.

Art. 7º A inclusão de Projeto Atividade, Categoria Econômica, Grupo e Modalidade de Aplicação, contida nesta Lei, o Crédito Adicional Especial passa a integrar a Lei nº 2.827, de 26 de dezembro de 2019-LOA/2020, Lei nº 2.820, de 24 de dezembro de 2019-LDO/2020 e Lei nº 2.618, de 19 de dezembro de 2017-PPA/2018-2021 e suas alterações.

Art. 8° Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Cáceres-MT, em 14 de agosto de 2020.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ADITIVO Nº 01 CONTRATOS N° 167 ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO TEMPORÁRIO AGOSTO 2020/SME EMENTA: ADITIVO CONTRATUAL – PROCESSOS SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS E TÍTULOS N° 003/2019

Celebram as partes o presente Aditivo de Prorrogação do Contrato nº**167**, firmado entre o Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n° 03.214.145/0001-83, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, **LUZINETE JESUS DE OLIVEIRA TOLOMEU**, ora denominada contratante, e senhor(a) **ELIANE DE MOURA CEBALHO** denominado(a) contratado(a), no cargo de Guarda para exercer sua função na E.M Paulo Freire, substituição a servidora Eva Maria da Silva Auxiliar de serviços gerais que está de atestado médico, pelas Clausulas a seguir:

Art. 1º) Fica o presente Contrato Temporário de Prestação de Serviço prorrogado a partir de 10/08/2020 até 16/12/2020 a fim de viabilizar o cumprimento do calendário letivo do ano de 2020 e poderá extinguir com fundamentos previsto na Lei 1931/2005.

Art. 2º) Este Aditivo Contratual se firma mediante ao instituído no **Art. 2º do Decreto nº 268/2020 onde os contratos mantiveram seus efeitos suspensos em decorrência da paralização das aulas da Rede Municipal de Ensino no período de "***06 de abril de 2020 até 30 de junho"***, e em conformidade ao Art. 3º parágrafo primeiro do mesmo decreto instituiu-se que "***Os contratos de trabalho por prazo determinado terão o termo final da vigência automaticamente alterado, com a desconsideração no cômputo da vigência do período de suspensão, para que deverá ser realizada a recontagem do prazo de vigência*".

Art.3° O presente Aditivo Contratual poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Parágrafo único- Haverá a rescisão antecipada prevista nesta clausula em caso de concurso público, tão logo seja preenchida vaga por servidor efetivo regularmente aprovado aplicando-se na hipótese deste artigo as regras da Lei mencionada no caput.

Art.4° Todas as demais cláusulas do Contrato Principal permanecerão em vigor, as quais haverão de ser interpretadas à luz das modificações introduzidas pelo presente aditivo.

Art.5° Por estarem, assim, justas e contratadas, assinam o presente em vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Cáceres, 11 de Agosto de 2020

_____

_____

Luzinete Jesus de Oliveira Tolomeu

Contratado (a) Secretária Municipal de Educação

TESTEMUNHAS:

NOME: _____ NOME:_____

RG Nº: _____ RG Nº:_____

CPF Nº: _____ CPF Nº: _____

PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO
COVID-19: LEI Nº 2.892, DE 14 DE AGOSTO DE 2020

"Dispõe sobre autorização para abertura de Crédito Adicional Especial em favor da Secretaria Municipal de Saúde e dá outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO: no uso das prerrogativas que lhe são estabelecidas pelo Artigo 74, Inciso IV da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal de Cáceres-MT, aprovou e eu sanciono a presente Lei.

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento vigente, Crédito Adicional Especial no valor de R$ 2.144.016,00 (dois milhões cento e quarenta e quatro mil e dezesseis reais).

Art. 2º O Crédito preconizado no art. 1º desta Lei destinar-se-á especificamente a possibilitar cobrir despesas da Secretaria Municipal de Saúde, pela inclusão de programa, atividade, categoria econômica, grupo de natureza de despesa, modalidade de aplicação, elementos de despesas, fonte de recursos e terão as seguintes características financeiras e funcional-programáticas:

Órgão:	06 - SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE	
Unidade:	02 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Função:	10 – Saúde	
Subfunção:	301 – Atenção Básica	
Programa:	1013 – COVID - Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública decorrente do Coronavírus.	
Proj/Atividade:	**2.243 – AÇÕES DE ENFRENTAMENTO A PANDEMIA DO CORONAVIRUS-COVID-19 NO ÂMBITO DO SUS.**	
Natureza da Despesa	**Fonte de Recursos/Detalhamento da Fonte de Recursos**	**Valor R$**
3.3.90.30 Material de Consumo	(146-074000) Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Ações de saúde para o enfrentamento Coronovírus-COVID-19.	1.294.016,00
3.3.90.39 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	(146-074000) Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Ações de saúde para o enfrentamento Coronovírus-COVID-19.	550.000,00
4.4.90.52 Equipamentos e Material Permanente	(146-074000) Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Ações de saúde para o enfrentamento Coronovírus-COVID-19.	300.000,00

Art. 3° Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1o serão cobertos com o EXCESSO DE ARRECADAÇÃO de acordo com o art. 43, parágrafo 1º inciso II da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 4º A inclusão de Projeto Atividade, Categoria Econômica, Grupo e Modalidade de Aplicação, contida nesta Lei, o Crédito Adicional Especial passa a integrar a Lei nº 2.827, de 26 de dezembro de 2019-LOA/2020, Lei nº 2.820, de 24 de dezembro de 2019-LDO/2020 e Lei nº 2.618, de 19 de dezembro de 2017-PPA/2018-2021 e suas alterações.

Art. 5° Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cáceres-MT, em 14 de agosto de 2020.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE EDITAL - TOMADA DE PREÇO Nº 08/2020

O MUNICÍPIO DE CÁCERES, Estado de Mato Grosso por intermédio da Comissão Permanente de Licitação – CPL torna público, a realização de licitação na modalidade TOMADA DE PREÇO, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL objetivando a Contratação de empresa especializada em engenharia para a execução das obras da Rede de Iluminação Pública na BR 174 - COMUNIDADE NOVA CÁCERES, de acordo como Projeto apresentado, através de empreitada global, incluindo o fornecimento de materiais e mão de obra, e pelas condições estabelecidas no Edital e Termo de Referência no Município de Cáceres-MT.

Estimativa do Valor: **R$ 405.432,12** (quatrocentos e cinco mil e quatrocentos e trinta e dois reais e doze centavos).

Realização: 02 de Setembro de 2020 às 08:30 horas, Horário de Cuiabá-MT

Observação: O Edital e seus anexos poderão ser obtidos, na Prefeitura de Cáceres-MT, situada na Avenida Brasil nº 119 – C.O.C. – Jardim Celeste, CEP: 78210-906 - Cáceres-MT, ou através do portal http://www.caceres.mt.gov.br/licitacao/. As despesas oriundas com fotocópias e outros serviços ficam por conta da empresa solicitante.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 14 de Agosto de 2020.

MARIA SOLANGE SÁ LEITE

Presidente em Substituição da Comissão Permanente de Licitação

Portaria nº 0459/2020

AGUAS DO PANTANAL
1º PROCESSO SELETIVO DE 2020 PARA ESTÁGIO DE NÍVEL SUPERIOR (GRADUAÇÃO) E FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA DO SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO PANTANAL

EDITAL SSAAP Nº 02/2020 – RESULTADO FINAL

O Diretor Executivo juntamente com a Comissão Organizadora do Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal, Município de Cáceres/MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 3º inciso VI e IX, da Lei Complementar nº 106, de 07/10/2015.

Após proceder às analises conforme item nº 3.1 e 3.2 do Edital Nº 01/2020, segue RESULTADO FINAL:

ENGENHARIA CIVIL: 30 HORAS

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO (A)	NOTA TOTAL	SITUAÇÃO
1	Luiz Felipe Deluqui Vieira	8,50	CLASSIFICADO
2	Bruno Rafael Garcia dos Santos	7,50	CLASSIFICADO
3	Thiago Motta da Silva	7,00	CADASTRO RESERVA
4	Lucas Rios	6,50	CADASTRO RESERVA
5	Athos Deliberaes Montecchi	6,00	CADASTRO RESERVA

Engenharia Ambiental e Sanitária: 30 HORAS

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO	NOTA TOTAL	SITUAÇÃO
1	Cícero Leandro dos S. S. Simões	9,50	CADASTRO RESERVA
2	Leandra dos Santos Moura	9,00	CADASTRO RESERVA

Direito: 30 HORAS

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO	NOTA TOTAL	SITUAÇÃO
1	Angela Thainara de J. Lopes	8,69	CADASTRO RESERVA
2	Beatriz Guerrero Tobal	8,67	CADASTRO RESERVA

3	Arthur de Barros Rodrigues	8,39	CADASTRO RESERVA
4	Yaggo Pouso de Souza	8,81	CADASTRO RESERVA
5	Julia Leite Nunes	8,50	CADASTRO RESERVA
6	Erick Maciel de O. Rodrigues	8,31	CADASTRO RESERVA
7	Valdo Silva de Oliveira Junior	7,60	CADASTRO RESERVA
8	Bruna de Alcantara Ramires	7,50	CADASTRO RESERVA
9	Wellerson Oliveira P. de Miranda	7,50	CADASTRO RESERVA
10	Thamires Motta da Silva	7,41	CADASTRO RESERVA
11	Melissa Canhet Pereira Leite	7,31	CADASTRO RESERVA
12	Liandra Gomes da Silva	7,20	CADASTRO RESERVA
13	Lidia Rayani de Assis V. Machado	7,07	CADASTRO RESERVA

Ciências Contábeis: 30 HORAS

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO	NOTA TOTAL	SITUAÇÃO
1	Rafaela Garcia dos Santos	8,64	CADASTRO RESERVA
2	Alexandre Campos Silva	8,21	CADASTRO RESERVA
3	Marcia Cristina dos Santos Silva	7,89	CADASTRO RESERVA
4	Bruna Maria do Nascimento	7,62	CADASTRO RESERVA
5	Felipe Douglas da Costa Silva	7,18	CADASTRO RESERVA
6	Victor Hugo Soares Pereira	6,50	CADASTRO RESERVA
7	Janaine Surubi da Silva	6,36	CADASTRO RESERVA

Administração: 30 HORAS

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO	NOTA TOTAL	SITUAÇÃO
1	Wuelison Conceição Soares	9,00	CADASTRO RESERVA

Este resultado final entrará em vigor na data da sua publicação.

Cáceres, 13 de agosto de 2020.

JUNIOR CEZAR DIAS TRINDADE

DIRETOR EXECUTIVO

AGUAS DO PANTANAL
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DO TERMO DE ESTÁGIO REMUNERADO

O Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal, aqui denominada CONCEDENTE, de acordo com sua demanda e com base no EDITAL N° 01/2020 de 23 de julho de 2020, faz saber a todos os estagiários da lista de convocação para assinatura do TERMO DE ESTÁGIO REMUNERADO não obrigatório, desta Entidade Autárquica.

A presente lista de convocação para assinatura de termo de estágio, conforme Lista dos Classificados no processo seletivo, tornou público o processo de seleção de estagiários em Nível Superior, para credenciamento junto ao Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal.

Conforme especificado em Edital, o Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal (Concedente) está realizando a chamada de estagiários selecionados, conforme ordem de classificação, bem como embasado nos critérios de seleção descrito no edital.

Os candidatos classificados abaixo elencados devem comparecer no Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal no Setor de Recursos Humanos, Tesouraria e Assistência Social, nas seguintes datas e horários:

De 17/08/2020 a 21/08/2020, das 07h30 as 11h30 e das 13h30 as 17h30.

ENGENHARIA CIVIL: 30 HORAS

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO (A)	NOTA TOTAL	SITUAÇÃO
1	Luiz Felipe Deluqui Vieira	8,50	CLASSIFICADO
2	Bruno Rafael Garcia dos Santos	7,50	CLASSIFICADO

Os documentos exigidos na forma do anexo I devem ser apresentados na Coordenação de Recursos Humanos, Tesouraria e Assistência Social do Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal, no período acima elencado.

O estagiário convocado que não apresentar os documentos necessários à formalização do termo de compromisso de estágio ou deixar de apresentar no prazo pré-estabelecido será considerado desistente, implicando automaticamente na sua desclassificação, com perda dos direitos decorrentes.

O estagiário investido convocado submeter-se-á ao regime jurídico vinculado a Lei nº 11.788/2008.

Cáceres, 13 de agosto de 2020.

JUNIOR CEZAR DIAS TRINDADE

DIRETOR EXECUTIVO

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 0025/2020 – LIMPEZA DE TERRENOS

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO – PRAZO DE 10 DIAS – A PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES, na forma da lei, faz saber a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que por ele **NOTIFICA** o sujeito (s) passivo (s)**,** se encontra em lugar incerto e não sabido, para realizarem a limpeza dos terrenos abaixo relacionados ou seu comparecimento a PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES para comprovação de limpeza, sito Av. Brasil, 119, Bairro Jd. Celeste, em dia útil no funcionamento normal da unidade. O prazo para regularização da limpeza do lote que se encontra sujo inicia-se desde a publicação desde edital dos terrenos que estão relacionados abaixo. A não realização da limpeza do terreno de posse do sujeito passivo ou seu representante legal no prazo estipulado ensejará a aplicação de multa e a devida limpeza pelo Município, nos termos do Código Tributário Municipal (Lei n°. 148/2019) e concomitantemente o Código de Obras e Postura Municipais (Lei nº. 19/1995) com a consequente inscrição do contribuinte na DIVIDA ATIVA da PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES, para fins de propositura da Ação de Execução Fiscal.

SUJEITO (S) PASSIVO (S)	CPF/ CNPJ	INCRIÇÃO IMOBILIARIA	ENDEREÇO DO TERRENO
MARILDA SOARES DA SILVA	801. 999. 841-15	400100720079001	Av. dos Estados, L: 04, Q: 02 - Jardim Celestel
OLINDA BRITO LEÃO TORRES	283. 919. 771-53	400100720103001	Av. dos Estados, L: 06, Q: 02 - Jardim Celestel
FRANCISCO EDUARDO CAMPESSATO VIEIRA	572. 188. 891-15	100300360738001	Via Arco Íris - Vila Irene

Às providencias.

Cáceres, MT, 14 de agosto de 2020.

Gustavo Calábria Rondon

Secretário Municipal de Fazenda

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
PAUTA DE JULGAMENTO - CONSELHO DE CONTRIBUINTES DE CÁCERES

A presidente do Conselho de Contribuintes de Cáceres, no uso de suas atribuições, conferidas pelo Decreto nº. 144 de 30 de março de 2020, e pelo Decreto nº. 253 de 07 de maio de 2020;

Considerando o estabelecido pelo Artigo 41, Seção V do Decreto nº. 144 de 30 de março de 2020;

Torna pública a pauta de julgamento de processos para a sessão do Conselho de Contribuintes de Cáceres, que ocorrerá no dia 17 de agosto de 2020, às 8 horas da manhã, por vídeo conferência.

PROCESSO	REQUERENTE	CONSELHEIRO RELATOR
10297/2019	Radiadores Brasil LTDA	Eliana da Silva Carvalho Duarte
10413/2019	Paulo C. de A. Nunes ME	Antonio Carlos Leite
12315/2019	Maria Benedita Pinheiro Pousan	Eliana da Silva Carvalho Duarte
15237/2019	William Andrade Cardoso	Nycollas Fernandes de Almeida

Conforme parágrafo 2º do Artigo 42 do Decreto nº. 144 de 30 de março de 2020, que institui o Conselho de Contribuintes de Cáceres, poderá a parte interessada requerer o tempo de 15 (quinze) minutos para sustentação oral de seus argumentos, desde que solicitado com o prazo de 48 (quarenta e oito) horas a contar da presente publicação.

Cáceres, 11 de agosto de 2020

ELIANA DA SILVA CARVALHO DUARTE

Presidente

PORTARIA Nº. 553 DE 13 DE AGOSTO DE 2020.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153 de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o artigo 105, da Lei Complementar nº. 25, de 27 de novembro de 1997;

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Memorando sob nº 22.902, de 24 de julho de 2020;

RESOLVE:

Art. 1º Afastar, a pedido, o servidor **NILSON MAGALHÃES,** do cargo de Guarda**,** lotado na Secretaria de Saúde, sem ônus para esta administração Pública Municipal, para tratar de assuntos de interesse particular por 02 (dois) anos, pelo período de 01 de agosto de 2020 a 31 de julho de 2022.

Art. 2º Durante o período de afastamento não se contará o tempo de serviço para nenhum efeito.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 13 de agosto de 2020.

SILVANA MARIA DE SOUZA

Secretária Municipal de Saúde

PORTARIA Nº. 552 DE 13 DE AGOSTO DE 2020.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL INTERINA DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere **a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010,** o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011 e o Decreto nº 153 de 01 de abril de 2013,

CONSIDERANDO a emenda constitucional nº. 103 de 13/11/2019, em seu art. 9, § 3º, no qual estabelece que afastamentos por incapacidade temporária para o trabalho e o salário-maternidade serão pagos diretamente pelo ente federativo e não correrão à conta do regime próprio de previdência social ao qual o servidor se vincula;

CONSIDERANDO o que consta no processo sob Memorando nº **20.286** de 01 de julho de 2020;

RESOLVE:

Art.1º Prorrogar o benefício de afastamento médico à servidora **BEATRIZ PEREIRA DA SILVA NORTHFLEET,** portadora do CPF nº 868.986. 557-87, efetiva no cargo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com a integralidade da remuneração contributiva pelo período 04/08/2020 a 01/10/2020.

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário, com seus efeitos desde período 04/08/2020.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 13 de agosto de 2020.

ARLY MONTEIRO RODRIGUES

Secretária Municipal Interina de Administração

PORTARIA Nº. 549 DE 13 DE AGOSTO DE 2020.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL INTERINA DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere **a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010,** o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011 e o Decreto nº 153 de 01 de abril de 2013,

CONSIDERANDO a emenda constitucional nº. 103 de 13/11/2019, em seu art. 9, § 3º, no qual estabelece que afastamentos por incapacidade temporária para o trabalho e o salário-maternidade serão pagos diretamente pelo ente federativo e não correrão à conta do regime próprio de previdência social ao qual o servidor se vincula;

CONSIDERANDO o que consta no processo sob Memorando nº 23.247 de 28 de julho de 2020;

RESOLVE:

Art.1º Prorrogar o benefício de afastamento médico ao servidor **ADÃO DE SOUZA BENEVIDES**, portador do CPF nº 140.534.201-30, efetivo no cargo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Educação, com a integralidade da remuneração contributiva pelo período de 03.08.2020 a 27. 09.2020.

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário, com seus efeitos desde 03 de agosto de 2020.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 13 de agosto de 2020.

ARLY MONTEIRO RODRIGUES

Secretária Municipal Interina de Administração

SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO PANTANAL ADENDO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/2020 - SSAAP

PROC. ADMINISTRATIVO DIGITAL N° 013/2020 – 1Doc

PROMOTORA:

ÁGUAS DO PANTANAL–Serviços de Saneamento Ambiental de Cáceres-MT.

OBJETO: Licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO tendo por objeto** a contratação de Empresa especializada no **serviço de levantamento e restruturação patrimonial,** de acordo com especificação detalhada no item 1.2, do **TERMO DE** REFERÊNCIA parte integrante do Edital, visando promover a conciliação física com os relatórios dos bens inventariados emitidos pelo Sistema Informatizado de Administração de Material e Patrimônio do **SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO PANTANAL**.

DATA:

Dia: **21/08/2020**, às **09h00m** - **(HORÁRIO OFICIAL DE BRASÍLIA – DF)**.

ADENDO:

14.5.3. A (s) empresa (s) licitante (s) deverá (ão) apresentar prova de registro em conselho de classe que tenha pertinência ao objeto da presente licitação.

Cáceres-MT, 14 de agosto de 2020.

JUNIOR CEZAR DIAS TRINDADE

Diretor Executivo

PORTARIA Nº 531 DE 10 DE AGOSTO DE 2020.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o art. 67 de Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, onde determina que a execução dos Contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública;

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Memorando sob nº 24.845 de 10 de agosto de 2020;

RESOLVE:

Art.1º Designar os servidores, lotados na Secretaria Municipal Educação, como responsáveis pela fiscalização e controle do contrato relacionado abaixo.

Titular: Antônio Carlos de Jesus Mendes.

Suplente: ThaisDutraMilitão.

Nº	Contratado	Objeto	Data da Assinatura do Contrato	Vigência
082/20	J.B. SILVA	Contratação de empresa para Prestação de Serviço Especializado em Controle de Pragas, Limpeza e Conservação, visando atender a Secretaria Municipal de Finanças.	07.08.2020	12 meses

§ 1º Os servidores acima designados devem acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, bem como, registrar detalhadamente por escrito todas as ocorrências, encaminhá-las à Secretaria Municipal de Educação e determinar o que for necessário para a regularização.

§ 2º Os casos em que excederem a competência do servidor responsável pelas fiscalizações, deverão ser repassados ao Gestor da Pasta, para a adoção das providências necessárias.

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação

Prefeitura Municipal de Cáceres, 10 de agosto de 2020.

LUZINETE JESUS DE OLIVEIRA TOLOMEU

Secretária Municipal de Educação

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N°. 015/2019

O **PREVI-CÁCERES – Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Cáceres**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o n°. 02.332.486/0001-90, comunica a contratação de prestação de serviços:

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N°. 015/2019

CONTRATANTE: INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES – PREVI-CÁCERES

CONTRATADO: FLÁVIA GATTASS DE OLIVEIRA

CPF: 014.616.271-41

OBJETO: Contratação de Prestação de Serviços Médicos Especializados na realização de Perícias Médicas Previdenciárias, para avaliação e/ou reavaliação, nos segurados desta Autarquia Municipal, em gozo de licença de tratamento de saúde, bem como para concessão do benefício de aposentadoria por invalidez, além de outras atribuições de ordem previdenciária.

PRAZO: 12 (doze) meses

VALOR GLOBAL ESTIMADO: R$ 20.000,00 (vinte mil reais)

PRORROGAÇÃO A PARTIR DE: 19/08/2020

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: *3.3.90.36.00 – Pessoa Física.*

Cáceres/MT, 14 de agosto de 2020.

Luana Aparecida Ortega Piovesan

Diretora Executiva

PORTARIA Nº. 505 DE 30 DE JULHO DE 2020.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, e:

CONSIDERANDO o Inciso II, Alínea "I", do Art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, bem como, o Art. 100, da Lei Complementar nº 25, de 27 de novembro de 1997;

CONSIDERANDO o que consta no Processo sob Protocolo nº. 12.168, de 24 de junho de 2020;

RESOLVE:

Art. 1º Afastar a pedido, do cargo de Agente de Combate as Endemias, o servidor **MAURO FERREIRA DA SILVA**,lotado na Secretaria Municipal de Saúde, com a finalidade de concorrer a um cargo de Vereador na Câmara Municipal de Cáceres, no pleito eleitoral de 15 de novembro de 2020, com ônus para esta Administração Pública Municipal, a partir de 15 de agosto de 2020 a 30 de novembro de 2020.

Art. 2º Para todos os efeitos legais, durante o período de afastamento será contado o tempo de serviço.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 30 de julho de 2020.

SILVANA MARIA DE SOUZA

Secretária Municipal de Saúde

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE Nº 294 DE 14 DE AGOSTO DE 2020

"DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DO SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JEOVAN FARIA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e,

CONSIDERANDO o teor do requerimento do servidor protocolado em 14 de agosto de 2020 para ser pré-candidato nas eleições de 2020.

RESOLVE

I – Exonerar o servidor abaixo relacionado que exercia suas funções junto a **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA**, desta Prefeitura Municipal.

NOME	CARGO	LOCALIDADE
Felisberto Uruna Tseredzati	Professor	Sede

II – Revogar em partes as Portarias nº 052 de 10 de fevereiro de 2020.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Campinápolis - MT, 14 de agosto de 2020.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 004/2020

Estabelece normas para a seleção de profissionais com o fim de prover vagas temporárias de excepcional interesse público na rede municipal de educação e dá outras providências".

JEOVAN FARIA, Prefeito Municipal de Campinápolis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o esgotamento de candidatos aprovados nos processos seletivo simplificado nº 004/2018, 001/2019 e 001/2020.

Considerando que o acesso e permanência à educação pública é Direito previsto na Constituição Federal do Brasil;

RESOLVE

Tornar público os procedimentos para a **CHAMADA PÚBLICA** destinada a seleção para posterior provimento de vaga temporária para Escolas Municipais Indígenas, cargos de Professor.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O presente Processo de Seleção tem como finalidade selecionar, para posterior recrutamento e contratação de Professor nas Escolas Municipais Indígenas, conforme o quadro de vagas constante do quadro 1, Item 2 deste Edital.

1.2 O Processo de Seleção Sumária escopo desta Chamada Pública, será de caráter classificatório.

1.3. Se o número de candidatos que atenderem ao disposto neste Edital for superior ao número de vagas ofertadas, os excedentes comporão **cadastro de reserva** para atendimento às necessidades posteriormente apresentadas.

1.4. Os candidatos aprovados neste processo sumário de seleção serão regidos pelo Regime de Direito Administrativo – Lei Complementar nº 001/1993 – Lei Complementar nº 027/2011 e alterações posteriores - e serão contribuintes obrigatórios do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

1.5. O Contrato dos candidatos aprovados neste Processo de Seleção Sumária se dará a **título precário**.

1.6. O contrato oriundo da presente Chamada Pública **se limitará ao prazo** ao calendário letivo 2020.

2. DOS CARGOS, VAGAS, CARGA HORÁRIA, SALÁRIOS, ESCOLARIDADE EXIGIDA E LOCAL DE VAGA

2.1. O quantitativo de vagas, a carga horária semanal, a remuneração, a formação exigida e a unidade de lotação constam do quadro 1 abaixo.

Quadro 1. Discriminação das Vagas

Função	Localidade	Escola	Provimento Imediato	Formação	Remuneração
Professor	Área Indígena	E.M.I Abdzuwe S.A.Alto da Vitória	01	Ensino Fundamental	Conforme Escolaridade e carga horária atribuída
Professor	Área Indígena	E.M.I São Miguel S.A.Mato Grosso	01	Ensino Fundamental	Conforme Escolaridade e carga horária atribuída

3.DAS INSCRIÇÕES

3.1. As inscrições e preenchimento dos requisitos acessórios (entrega de documentos comprobatórios) serão realizadas presencialmente pelo candidato ou por pessoa autorizada mediante a apresentação de procuração, no período de 12(doze) a 14(catorze) de Agosto de 2020, das 13:00h ás 17:00h horas, na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, situada na AV. Benônico José Lourenço, Nº 2640, Setor União, Campinápolis-MT.

3.2. Poderão se inscrever os interessados que atenderem, no ato da inscrição, as exigências descritas no quadro 1 deste edital e, ao seguinte:

a) Ter nacionalidade brasileira e/ou ser naturalizado;

b) Ter, no ato da inscrição, idade igual ou superior a 18(dezoito) anos;

c) Estar quite com as obrigações eleitorais;

d) Estar em dia com as obrigações militares (se do sexo masculino).

4. DOS CRITÉRIOS PARA A SELEÇÃO

Os critérios para a seleção dos Profissionais elencados no quadro 1 deste Edital, consistirão na análise curricular, conforme os requisitos discriminados nos quadros abaixo:

Quadro 2- Requisitos para análise curricular Escolas Municipais Indígenas: Professor

Título	Forma de Comprovação	Pontuação
Ensino Fundamental	Histórico	10.0 (dez) pontos
Ensino Médio	Histórico	15.0(quinze) pontos
Magistério	Diploma ou Histórico	20.0 (vinte) pontos
Bacharelado	Diploma ou Histórico	25.0 (vinte e cinco) pontos
Graduação	Diploma ou Histórico	30.0(trinta) pontos

5. DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

5.1. Para desempate entre os candidatos serão obedecidos, respectivamente os seguintes critérios:

a) Maior nível de escolarização;

b) Maior idade.

6. DO RESULTADO E CONVOCAÇÃO

6.1. O resultado será divulgado a partir no dia 14/08/2020, no site da Prefeitura Municipal e Jornal Oficial dos Municípios.

6.2. A convocação para apresentação da documentação exigida para a admissão será feita nos meios de divulgação oficiais do Município de Campinápolis-MT.

6.3. Por ocasião da contratação/admissão deverão ser apresentados cópias e originais dos seguintes documentos:

a) CPF;

b) Título de Eleitor;

c) Carteira de Identidade - RG;

d) Certidão de Regularidade Eleitoral;

e) Certificado de Escolaridade ou Diploma/Atestado de Conclusão acompanhado do Histórico Escolar;

f) Certidão de Nascimento ou casamento;

g) Certificado Militar (se homem);

h) Certidão de Nascimento dos Filhos Menores de 14 Anos;

i) Número de conta corrente do Banco do Brasil;

j) Comprovante de endereço com telefone de contato;

l) Número do PIS/PASEP;

m) Atestado de saúde;

n) Declaração de acumulação ou não de Cargo, Emprego ou Função Pública;

o) Declaração de Bens.

7. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

7.1. A análise curricular será analisada pela comissão constituída por 03 (três) membros.

a) Armanda Guedes Parreira

b) Nelson Gonçalves de Melo

c) Vanderlande José Silva

7.3. A Comissão nomeada procederá com a anotação do resultado e adotará os meios para assegurar ampla publicidade

7.4. A Comissão, obrigatoriamente ao analisar a documentação entregue pelo candidato deverá atestar a conferência com o original, quando apresentada em fotocópias.

7.5. O resultado individualizado de cada candidato, deverá obrigatoriamente ser assinado por todos os membros da Comissão.

Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal, em Campinápolis – MT,12 de Agosto de 2020.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
ATA Nº 004/2020 - CONSIDERANDO O EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº004/2020

Contagem de Títulos da 4ª Chamada Pública para contratação Professor Área indígena

Aos catorze dias do mês de Agosto de dois mil e vinte, reuniram-se nas dependências da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, às 17h e 00 min, os membros da Comissão de Contagem de Pontos para a 4ª Chamada Pública destinada à contratação de Professor Área indígena

Inscreveu-se para o cargo de Professor Área indígena E.M.I. Abdzuwe S. A. Alto da Vitória o candidato Alvelino Tsarebe Tsereduptae após a análise dos documentos apresentado verificou-se os pontos do candidato :

CANDIDATO	Pontuação	Professor Área indígena
ALVELINO TSAREBE TSEREDUPTA	10,0	E.M.I. Abdzuwe S.A. Alto da Vitória
Não houve candidato	---	E.M.I. São Miguel S.A. Mato Grosso

Encerrado às 17h e 10 min. Sem nada mais a relatar, a ata vai assinada pelos membros da comissão após lida e aprovada por todos.

Campinápolis – MT, 14 de Agosto de 2020.

Membros da Comissão de Contagem de Pontos

_____

Armanda Guedes Parreira

_____

Nelson Gonçalves de Melo

_____

Vanderlande Jose Silva

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE Nº 295 DE 14 DE AGOSTO DE 2020

"DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DOS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JEOVAN FARIA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e,

CONSIDERANDO o teor dos requerimentos dos servidores a pré candidatos nas eleições de 2020.

CONSIDERADO o teor do Edital de Convocação nº028/2020 de 14 de agosto de 2020.

CONSIDERADO o teor da Chamada Publica 004/2020 e Ata do Resultado.

CONSIDERANDO o teor do seletivo de 004/2018.

RESOLVE

I – Contratar os servidores abaixo relacionados para exercerem as respectivas funções junto a **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA**, desta Prefeitura Municipal.

NOME	CARGO	LOCALIDADE
Alvelino Tsarebe Tseredupto	Professor	Área Indígena
Miguelito Tserewadzu Waradahite	Professor	Área Indígena
Marcelino Tsi Eiwada Adi	Professor	Área Indígena

II - Delegar aos mesmos todos os poderes, competências e atribuições inerentes ao cargo acima citado.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Campinápolis - MT, 14 de agosto de 2020.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
DECRETO DE Nº 3.430 DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO SRº. **JAIME JOSÉ RIBEIRO PADILHA** E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JEOVAN FARIA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município.

Considerando o Concurso Público 001/2018;

Considerando o Edital de Convocação 026/2020.

DECRETA

Art. 1º - Fica nomeado em caráter efetivo o Srº **JAIME JOSÉ RIBEIRO PADILHA,** para exercer o cargo de **MOTORISTA- Sede do Município, Classe "A", Nível "01**", junto a **Secretaria Municipal de Transportes**, desta Prefeitura.

Art. 2º - A validade da nomeação deste Decreto, fica condicionada à não infringência do disposto inciso III do Art. 37 da Constituição Federal.

Art. 3º - Será considerado desistente o Candidato nomeado por este decreto e não comparecer no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data da publicação do presente Decreto, para tomar posse no cargo.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Campinápolis - MT, 14 de Agosto de 2020.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 028/2020 GPM - PSS 004/2018

"Dispõe sobre a convocação de candidatos aprovados no Processo Seletivo

Simplificado que menciona e dá outras providências."

JEOVAN FARIA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 77, VIII, da Lei Orgânica Municipal e;

Considerando a homologação do Processo Seletivo Simplificado nº 004/2018.

Considerando que o provimento das funções da Administração Pública Municipal são prerrogativas do Poder Executivo conforme preceitua a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE: 1.CONVOCAR candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 004/2018, elencado no Anexo I deste Edital para apresentação da documentação constante do item 2 deste Edital para a respectiva contratação temporária. **2.** Convocação decorrente a cobrir vagas relacionadas a afastamentos de servidores para pleiterar cargos eleitoreiros. a. CPF, RG, Título de Eleitor (fotocópia e original). b. Certidão de Nascimento ou Casamento (fotocópia e original). c. Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos (fotocópia e original). d. Comprovante de escolaridade para o cargo que se habilitou (fotocópia e original). e. Cartão de vacina de filhos menores de 14 anos (fotocópia e original). f. Cópia do contrato de abertura de conta ou cópia do cartão (conta corrente – Banco do Brasil); g. Comprovante de quitação eleitoral (cópia). h. Declaração de bens. i. Declaração de não acúmulo de cargo público. j. Exame Admissional/Atestado Médico (original). l. Cópia da primeira da Carteira de Trabalho (número e série) e segunda parte (emissão da carteira). m. Cartão PIS/PASEP (fotocópia e original). n. Certificado de reservista para os candidatos do sexo masculino (fotocópia e original). **3.** Além das exigências previstas neste edital, os candidatos convocados deverão preencher todos os requisitos contidos no edital de Abertura do Processo Seletivo Simplificado nº004/2018. **4.** Após o cumprimento de todas as exigências dispostas neste Edital e Editais que regulamentaram o Processo Seletivo Simplificado nº 004/2018, por parte do candidato, deverão, a Diretoria de Recursos

Humanos atestar a entrega de documentos, para fins de apresentação junto a Secretaria de Lotação.

5. A inobservância aos prazos e condições estabelecidos neste Edital implicará **na eliminação** do candidato ora convocado. **6.** A declaração de bens, Declaração de acúmulo ou não de Cargo, Emprego ou Função pública (modelo a ser fornecido), será preenchida junto a Diretoria de Recursos Humanos no momento da entrega dos demais documentos.

Publique-se. Registre-se.

Gabinete do Prefeito Municipal, 14 de Agosto de 2020.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

ANEXO I

Aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 004/2018

PROFESSOR	
NOME	ALDEIA/ESCOLA
MIGUELITO TSEREWADZU WARADAHITE	ALDEIA SÃO PEDRO – EMI IMACULADA CONCEIÇÃO
MARCELINO TSI EIWA ADI	ALDEIA SANTA CLARA – EMI SANTA CLARA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
DECRETO EXECUTIVO Nº 174, DE 14 AGOSTO DE 2020.

REVOGA O DECRETO EXECUTIVO Nº 164/2020, QUE ALTERA-SE A NOMENCLATURA DO CARGO DE DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO, VINCULADO A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

O PREFEITO MUNICIPAL de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO:

que a administração pode rever seus atos a qualquer momento conforme Súmulas 346 e 473 do STF; o memorando nº 667/2020, da Secretaria Municipal de Saúde, datado de 10 de março de 2020; a necessidade administrativa e o interesse público.

DECRETA:

Art. 1º Fica revogado o Decreto Executivo Nº 164, de 04 de agosto de 2020.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 14 dia do mês de agosto de 2020.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, no Portal da Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

GIRLEI AUGUSTO PEZ BOLZAN

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 652, DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

DESINCOMPATIBILIZA A SERVIDORA **JANES SALETE BRAZ DA SILVA** PARA FINS DE CONCORRER AO PLEITO MUNICIPAL DE 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferida pela Lei Orgânica do Município e,

CONSIDERANDO:

as disposições da Lei Complementar 64/90;

os artigos 130 e 131 da Lei Municipal 1.130/2006;

o Requerimento da servidora Janes Salete Braz da Silva, datado em 15 de julho de 2020;

RESOLVE:

1. DESINCOMPATIBILIZAR, a pedido, a partir do dia 15 de agosto de 2020, a senhora **JANES SALETE BRAZ DA SILVA**, inscrita no CPF nº 735.640.529-68, ocupante do cargo de Professora, com matrícula funcional nº 512, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para fins de concorrer ao pleito municipal de 2020, com direito à percepção de sua remuneração integral.

2. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos à 15 de agosto de 2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 14 dias de agosto de 2020.

RAFAEL MACHADO Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

GIRLEI AUGUSTO PEZ BOLZAN

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 650, DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

EXONERA O SENHOR **HEBERT PAULO RIBEIRO** DO CARGO EM COMISSÃO DE *COORDENADOR DO DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA,* VINCULADO À SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

PORTARIA Nº 655, DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

DESINCOMPATIBILIZA A SERVIDORA **ANGELA MARIA DE CASTRO** PARA FINS DE CONCORRER AO PLEITO MUNICIPAL DE 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferida pela Lei Orgânica do Município e,

CONSIDERANDO:

as disposições da Lei Complementar 64/90;

os artigos 130 e 131 da Lei Municipal 1.130/2006;

o Requerimento da servidora Ângela Maria de Castro, datado em 14 de agosto de 2020;

RESOLVE:

1. DESINCOMPATIBILIZAR, a pedido, a partir do dia 15 de agosto de 2020, a senhora **ANGELA MARIA DE CASTRO**, inscrita no CPF nº 781.938.779-34, ocupante do cargo de Professora, com matrícula funcional nº 84, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para fins de concorrer ao pleito municipal de 2020, com direito à percepção de sua remuneração integral.

2. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos à 15 de agosto de 2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 14 dias de agosto de 2020.

RAFAEL MACHADO Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

GIRLEI AUGUSTO PEZ BOLZAN

Secretário Municipal de Administração

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
PUBLICAÇÃO

Convocação dos nomes cadastrados para o Residencial Parecis, com o prazo de 5 dias úteis a contar da data da publicação , a comparecer no setor do Cad Único no Cras Boa Esperança, ou Sacs Jardim das Palmeiras, para atualização cadastral.

1. BRUNA CRISTINA SOLÃO

2. ELIZANGELA TEODORO BISPO

3. MARIA DA PIEDADE DA SILVA

4. ROSELENE RAMONA AGUERO MIRANDA

5. ROSENI SOLÃO

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
EXTRATO DE ADITAMENTO

Aditivo nº 005 ao Contrato de Prestação de Serviço nº 24/2018

Partes: Município de Campo Novo do Parecis x **CONSTRUTORA SÃO VALENTIN LTDA –ME**, CNPJ 10.789.288/0001-89.

Objeto: Prorroga-se o prazo do contrato e execução da obra pelo período de 139 (cento e trinta e nove) dias, contados a partir de 14 de agosto de 2020 a 31 de dezembro de 2020.

Data: 14/08/2020

Procedimento Licitatório: Tomada de Preços **n° 002/2018**

Secretaria: Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente

PORTARIA Nº 653, DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

DESINCOMPATIBILIZA O SERVIDOR **VAGNER ROGÉRIO VASCONCELOS** PARA FINS DE CONCORRER AO PLEITO MUNICIPAL DE 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferida pela Lei Orgânica do Município e,

CONSIDERANDO:

as disposições da Lei Complementar 64/90;

os artigos 130 e 131 da Lei Municipal 1.130/2006;

o Requerimento do servidor Vagner Rogério Vasconcelos, datado em 14 de agosto de 2020;

RESOLVE:

1. DESINCOMPATIBILIZAR, a pedido, a partir do dia 15 de agosto de 2020, o senhor **VAGNER ROGÉRIO VASCONCELOS**, inscrito no CPF nº 868.066.021-34, ocupante do cargo de Motorista de Veículos Pesados, com matrícula funcional nº 1928, lotado na Secretaria Municipal de Infra-estrutura, para fins de concorrer ao pleito municipal de 2020, com direito à percepção de sua remuneração integral.

2. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos à 15 de agosto de 2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 14 dias de agosto de 2020.

RAFAEL MACHADO Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

GIRLEI AUGUSTO PEZ BOLZAN

Secretário Municipal de Administração

1° TERMO ADITIVO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 049/2020

PREGÃO ELETRÔNICO N° 005/2020– REGISTRO DE PREÇOS

Pelo presente instrumento, o ***MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT***, pessoa jurídica do direito público, estabelecida na Avenida Mato Grosso, 66-NE, na cidade de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, inscrita no CNPJ sob n° 24.772.287/0001-36, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Senhor ***RAFAEL MACHADO,*** brasileiro, casado, Publicitário, portador do RG 5060425773 SSP/RS e CPF nº 929.162.010-68, residente e domiciliado na Rua Caqui nº 90 NE Jardim Alvorada, nesta cidade, doravante denominado ***CONTRATANTE*** e a empresa **EMAM EMULSÕES E TRANSPORTES**,inscrita no CNPJ sob n° ***04.420.916/0003-13***, estabelecida na Rodo dos Imigrantes, Km:8, Capela do Pissarrão, Várzea Grande/MT, representada neste ato pelo seu Representante Legal, Senhor **Leonardo Machado de Azevedo Vilela**, portador do CPF nº 001.481.006-94, doravante denominada simplesmente, ***FORNECEDORA***, acordam proceder, nos termos do **Edital de Pregão RP nº 005/2020**, ao **REGISTRO DE PREÇOS,** com seus respectivos preços unitários e totais nas quantidades estimadas, atendendo as condições previstas no Edital e as constantes desta Ata de Registro de Preços, conforme as Leis nº 10.520/2002 e 8.666/93 e Decreto Municipal 079/2017, resolvem aditar a **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 049/2020**, nos seguintes termos.

Cláusula Primeira – Do Objeto

1. O presente Termo Aditivo tem por objeto o reequilíbrio dos preços aos valores praticados pelo mercado dos itens inicialmente registrados, da **Ata de Registro de Preços nº 049/2020, do Pregão Eletrônico nº 005/2020**, conforme abaixo indicados, em conformidade com as disposições do artigo 65, II, “d”, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e Decreto Municipal 079/2017, da Ata de Registro de Preços.

Cláusula Segunda – Do Reequilíbrio Dos Preços

2. Ficam reequilibrados para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente, com fins de equilíbrio econômico-financeiro, com base no valor praticado no mercado, dos seguintes produtos

Item	Cód.	Unidade	Descrição	Valor Unit. Atual R$	Valor Reequilibrado R$
01	42845	T-Tonelada	CIMENTO SFALTICO DE PETRÓLEO CAP 30/45	**R$ 3.249,00**	**R$ 3.448,49**
02	38015	T-Tonelada	AQUISIÇÃO DE MATERIAL BETUMINOSO TIPO RR2C , OS MATERIAIS DEVERAM ATENDER TODAS AS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS CONFORME NORMASTECNICAS PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM TSD INCLUSIVE ACOMPANHAMENTO DO CONTROLE LABORATORIALNO ATO DA ENTREGA DO PRODUTO. O MATERIAL SERA ENTREGUE NA SEDE DO MUNICIPIO	**R$ 2.435,90**	**R$ 2.533,34**

2.1 O referido aditamento para reequilíbrio dos preços passa a ter a sua vigência a partir de sua publicação.

Cláusula Terceira - Condições Gerais

As demais cláusulas, condições e estipulações da Ata Originária permanecem inalteradas.

Campo Novo do Parecis, 14 de agosto de 2020.

Rafael MachadoLeonardo Machado de Azevedo Vilela

Prefeito MunicipalEmam Emulsões e Transportes

Contratante Fornecedora

José Marinho da SilvaMille Rion Herculano da Silva

Agente FiscalizadorSuplente

PORTARIA Nº 649, DE 06 DE AGOSTO 2020.

NOMEIA A SERVIDORA **FLANCIELLI THAIS PERES LEAL** PARA OCUPAR A FUNÇÃO DE SECRETÁRIA ESCOLAR DAS ESCOLAS RURAIS E DA EDUCAÇÃO INFANTIL, VINCULADO À SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 654, DE 14 DE AGOSTO DE 2020

DELEGA À SERVIDORA **LISANDRA AGUERA CAPEL CALONEGO** A FUNÇÃO E RESPONSABILIDADE DA ASSESSORIA JURÍDICA FISCAL E COORDENADORIA DE MEIO AMBIENTE.

O PREFEITO MUNICIPAL de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferida pela Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO:

o Memorando nº 082/2020, proveniente da Secretaria Municipal de Finanças, datado de 05 de agosto de 2020;

a necessidade administrativa;

RESOLVE:

1. DELEGAR à servidora **LISANDRA AGUERA CAPEL CALONEGO**, Assessora Jurídica, matrícula 4296, inscrita na OAB/MT sob nº 28.061/B, vinculada ao Gabinete do Governo Municipal, a função e responsabilidade da Assessoria Jurídica Fiscal e Coordenadoria de Meio Ambiente no período compreendido entre **17 de agosto a 31 de agosto de 2020** em virtude de período de férias e licença da titular, servidora **Deisi Kolling**, matrícula nº 2814, vinculada à Secretaria Municipal de Finanças. **2.** Conceder a diferença salarial do vencimento básico atual da servidora Deisi Kolling para a servidora **LISANDRA AGUERA CAPEL CALONEGO**, com efeitos pelo período de 17 de agosto à 31 de agosto de 2020. **3. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.**

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 14 dias do mês de agosto de 2020.

RAFAEL MACHADO Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

GIRLEI AUGUSTO PEZ BOLZAN

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 651, DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE À SERVIDORA MUNICIPAL JAILMA FERREIRA DOS SANTOS.

A licença concedida será de 180 (cento e oitenta) dias, com início em 01/08/2020 e termino em 27/01/2021;

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
TERMO DE RESCISÃO PARCIAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 189/2019

PROCESSO N° 5154/2019

PREGÃO N° 076/2019

O MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE – MT, pessoa jurídica de direito público, com sede à Praça dos Três Poderes, n° 03, CEP 78840-000, Campo Verde, MT, inscrito no CNPJ no 24.950.495/0002-69, neste ato representado pelo Senhor Prefeito Municipal**, Fábio Schroeter**, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade no 3296068-5 SSP/PR, CPF no 346.080.601-04, residente e domiciliado no município de Campo Verde – MT,

Resolve:

Cancelar o Lote 25, do Registro de Preço para futura e eventual aquisição de Medicamentos, nos termos do item informados abaixo, proveniente da sessão pública do Pregão Presencial em epígrafe, sucedido em sua sessão de abertura realizada em 05 de agosto de 2019, a pedido da Contratada, a qual alega impossibilidade de entrega do material, devido ao aumento de preços dos medicamentos.

1- DO FUNDAMENTO LEGAL

1.1- Decreto Federal nº 7.892/2013, (artigo 21,II) dispõe que "O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados" "II - a pedido do fornecedor".

2 – DO FORNECEDOR E DOS ITENS DO DESTRATO

MED VITTA COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA – ME, inscrita no CNPJ sob o nº 28.418.133/0001-00, com endereço à Avenida das Laranjeiras, s/n, Qd. 45, Lt. 06E, Galpão 03 – bairro Parque Primavera, munícipio Aparecida de Goiânia, CEP 74913-122, telefone (62) 3416-8300, licitacao-o1@medvittadist.com.br, neste ato representada pelo sócio administrador CÁSSIO MARTINS DE FREITAS, portador da Carteira Nacional de Habilitação – CNH nº 04313458999 DETRAN-MT, onde consta o CPF nº 032.868.041-93 e o RG nº 5040142 SPTC-GO.

LOTE 25

ITEM	PRODUTOS
25	CIMETIDINA - CONCENTRACAO/DOSAGEM 150 MG/ML, FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO INJETAVEL, FORMA DE APRESENTACAO AMPOLA 2ML, VIA DE ADMINISTRACAO PARENTERAL.

3- DO OBJETO

3.1- Constitui objeto do presente certame o **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS.**

4- DO EFEITO DO CANCELAMENTO

4.1- O presente instrumento tem seu efeito a partir da sua assinatura e, é firmado em caráter de expressa irrevogabilidade e irretratabilidade não cabendo as partes o direito de arrependimento ou desistência.

5- DO FORO

5.1- Para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente termo, elegem as partes o Foro da Justiça Estadual da Comarca de Campo Verde, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem plenamente ajustada, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor.

Campo Verde-MT, 31 de julho de 2020.

FÁBIO SCHROETER

PREFEITO MUNICIPAL

CÁSSIO MARTINS DE FREITAS

MED VITTA COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA – ME

Fornecedor

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
COVID-19: RATIFICAÇÃO DE DISPENSA

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

RATIFICAÇÃO DA DISPENSA Nº 027/2020

A Prefeitura Municipal de Campo Verde torna pública a adjudicação à RINALDI & COGO LTDA, CNPJ: 07.269.677/0001-79, modalidade **DISPENSA Nº 027/2020** – DISPENSA DE EMERGENCIAL PARA AQUISIÇÃO DE SWAB DE RAYON E TUBO CONICO TIPO FALCON **PARA REALIZAÇÃO DAS COLETAS DOS EXAMES DE RT-PCR – COVID – 19**, Processo nº 1918/2020, no valor de R$ 2.800,00 (DOIS MIL E OITOCENTOS REAIS). Demais informações: E-mail:compras@campoverde.mt.gov.br ou telefone (66) 3419-1244. Em conformidade com a legislação em vigor. Campo Verde - MT, 14 de agosto de 2020.

Ana Carolina S. Braga Blume

Presidente da CPL

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
NOTIFICAÇÃO DE EMPRESA

Assunto: INEXECUÇÃO DE ENTREGA

PREGÃO: 106/2019

NOTIFICADO: COMERCIAL MARK COM. ATACADISTA EIRELI

CNPJ sob nº 09.315.996/0001-07

Assis Chateaubriand – PR

1. Vimos através da presente, **NOTIFICAR** a empresapela não entrega dos itens constante(s) na(s) NADs 2686.21.1, **conforme prazo de entrega estipulado no Edital.**

2. Tendo a Contratada descumprido as obrigações das quais assumiu perante a(s) Ata(s) de Registro de Preços **nº 279/2019,** FICA ESTA EMPRESA **NOTIFICADA** PARA, QUERENDO, ENTREGAR OS ITENS/ OU APRESENTAR DEFESA PRÉVIA REFERENTE AO DESCUMPRIMENTO DE SUAS OBRIGAÇÕES, NO **PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS ÚTEIS**, a contar da data de PUBLICAÇÃO desta Notificação.

3. A NÃO ENTREGA DOS ITENS/OU APRESENTAÇÃO DA DEFESA, NO PRAZO FIXADO, implicará a contratada o imediato CANCELAMENTO de qualquer ATA/CONTRATO firmado com está Administração Pública.

4. Após a Publicação do Termo de Cancelamento, será encaminhado o processo administrativo para o setor jurídico desta Administração, para aplicação das penalidades previstas no referido Edital com base na lei 10. 520/2002, subsidiariamente com a lei 8.666/93 e suas alterações.

5. Informamos que esta notificação será publicada no Diário Oficial dos Municípios, através da mesma a Prefeitura considera a empresa **NOTIFICADA** a partir desta data.

Campo Verde-MT, 14 de agosto de 2020.

LEILA GUBERT

Gerente de Compras

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
NOTIFICAÇÃO DE EMPRESA

Assunto: INEXECUÇÃO DE ENTREGA

PREGÃO: 086/2019, 106/2019 e 046/2020

NOTIFICADO: CIENTÍFICA MÉDICA HOSPITALAR LTDA.

CNPJ 07.847.837/0001-10

Goiânia – GO

1. Vimos através da presente, **NOTIFICAR** a empresapela não entrega dos itens constante(s) na(s) NADs 2248.140,1, 2686.22.1, 2686.19.1 (parcial), 2248.152.1, 1239.18.1 (parcial) e 2248.163.1, **conforme prazo de entrega estipulado no Edital.**

2. Tendo a Contratada descumprido as obrigações das quais assumiu perante a(s) Ata(s) de Registro de Preços nº **223/2019**, **276/2019 e 119/2020** FICA ESTA EMPRESA **NOTIFICADA** PARA, QUERENDO, ENTREGAR OS ITENS/ OU APRESENTAR DEFESA PRÉVIA REFERENTE AO DESCUMPRIMENTO DE SUAS OBRIGAÇÕES, NO **PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS ÚTEIS**, a contar da data de PUBLICAÇÃO desta Notificação.

3. A NÃO ENTREGA DOS ITENS/OU APRESENTAÇÃO DA DEFESA, NO PRAZO FIXADO, implicará a contratada o imediato CANCELAMENTO de qualquer ATA/CONTRATO firmado com está Administração Pública.

4. Após a Publicação do Termo de Cancelamento, será encaminhado o processo administrativo para o setor jurídico desta Administração, para aplicação das penalidades previstas no referido Edital com base na lei 10. 520/2002, subsidiariamente com a lei 8.666/93 e suas alterações.

5. Informamos que esta notificação será publicada no Diário Oficial dos Municípios, através da mesma a Prefeitura considera a empresa **NOTIFICADA** a partir desta data.

Campo Verde-MT, 14 de agosto de 2020.

LEILA GUBERT

Gerente de Compras

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATOS TEMPORÁRIOS 2020 - 218 A 222

CONTRATO TEMPORÁRIO N.º 218/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

CONTRATADO: SUELY ALVES MARTINS DELMONDES

OBJETIVO: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRESPONDENTE A FUNÇÃO DE AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE.

VALOR: R$ 1.449,23 (HUM MIL, QUATROCENTOS E QUARENTA E NOVE REAIS E VINTE E TRES CENTAVOS) MENSAIS.

VIGÊNCIA: INICIANDO EM 30 DE JULHO DE 2020.

CONTRATO TEMPORÁRIO N.º 219/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

CONTRATADO: GEOVANY PEREIRA DA COSTA

OBJETIVO: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRESPONDENTE A FUNÇÃO DE AUXILIAR ADMINISTRATIVO.

VALOR: R$ 1.570,00 (HUM MIL, QUINHENTOS E SETENTA REAIS) MENSAIS.

VIGÊNCIA: INICIANDO EM 03 DE AGOSTO DE 2020 E COM TÉRMINO EM 03 DE NOVEMBRO DE 2020.

CONTRATO TEMPORÁRIO N.º 220/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

CONTRATADO: JULIANA BACCI

OBJETIVO: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRESPONDENTE A FUNÇÃO DE ENFERMEIRA.

VALOR: R$ 5.635,90 (CINCO MIL, SEISCENTOS E TRINTA E CINCO REAIS E NOVENTA CENTAVOS) MENSAIS.

VIGÊNCIA: INICIANDO EM 03 DE AGOSTO DE 2020 E COM TÉRMINO EM 03 DE NOVEMBRO DE 2020.

CONTRATO TEMPORÁRIO N.º 221/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

CONTRATADO: CAMILA FRANCINE AULER

OBJETIVO: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRESPONDENTE A FUNÇÃO DE AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL.

VALOR: R$ 2.012,82 (DOIS MIL E DOZE REAIS E OITENTA E DOIS CENTAVOS) MENSAIS.

VIGÊNCIA: INICIANDO EM 12 DE AGOSTO DE 2020 E COM TÉRMINO EM 12 DE AGOSTO DE 2021.

CONTRATO TEMPORÁRIO N.º 222/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

CONTRATADO: GISELA CHERUBINI PEREIRA COSTA

OBJETIVO: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRESPONDENTE A FUNÇÃO DE PSICÓLOGA.

VALOR: R$ 5.635,90 (CINCO MIL, SEISCENTOS E TRINTA E CINCO REAIS E NOVENTA CENTAVOS) MENSAIS.

VIGÊNCIA: INICIANDO EM 14 DE AGOSTO DE 2020 E COM TÉRMINO EM 14 DE AGOSTO DE 2021.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA PUBLICAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO PÚBLICA

A Prefeitura Municipal de Campo Verde torna público que solicitou a EXPEDIÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO no loteamento denominado JARDIM CIDADE VERDE, neste município de CAMPO VERDE, a(s) seguinte (s) pessoa(s) e alegando a propriedade sobre o(s) seguinte(s) imóvel (is):

LETICIA DE PIETRO FURINI GARDEZ, LARISSA DE PIETRO FURINI e LÉLIO HENRIQUE DE PIETRO FURINI, requerendo a AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO DO IMÓVEL LOTE 19 da QUADRA 06, LOCALIZADO NA AV. MATO GROSSO, S/Nº LOTEAMENTO JARDIM CIDADE VERDE, CAMPO VERDE – MT.

Abre-se o prazo de 15 (dias) para oposição de terceiros devendo esta ser apresentada fundamentada junto a SECRETARIA DE FAZENDA DO MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE – MT. Superado este prazo, o processo de emissão continuará em seu tramite normal até EXPEDIÇÃO DA AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO REQUERIDA.

Secretaria Municipal de Fazenda.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA PUBLICAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO PÚBLICA

A Prefeitura Municipal de Campo Verde torna público que solicitou a EXPEDIÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO no loteamento denominado JARDIM CIDADE VERDE, neste município de CAMPO VERDE, a(s) seguinte (s) pessoa(s) e alegando a propriedade sobre o(s) seguinte(s) imóvel (is):

VOLMIR LORENZETTI , requerendo a AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO DO IMÓVEL LOTE 14 da QUADRA 03, LOCALIZADO NA RUA BELO HORIZONTE, S/Nº LOTEAMENTO JARDIM CIDADE VERDE, CAMPO VERDE – MT.

Abre-se o prazo de 15 (dias) para oposição de terceiros devendo esta ser apresentada fundamentada junto a SECRETARIA DE FAZENDA DO MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE – MT. Superado este prazo, o processo de emissão continuará em seu tramite normal até EXPEDIÇÃO DA AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO REQUERIDA.

Secretaria Municipal de Fazenda.

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DAS PORTARIAS N° 555 A 569

PORTARIA Nº 555, DE 10 DE AGOSTO DE 2020.

NOMEIA O SENHOR LUCIANO ANDRADE DE OLIVEIRA PARA EXERCER O CARGO DE CHEFE DE DIVISÃO DE OPERADOR MASTER DO CADASTRO ÚNICO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

PORTARIA Nº 556, DE 11 DE AGOSTO DE 2020.

CONCEDE LICENÇA MÉDICA A SERVIDORA MUNICIPAL JULIENE GODOI DE OLIVEIRA A PARTIR DO DIA 31 DE JULHO DE 2020.

PORTARIA Nº 557, DE 11 DE AGOSTO DE 2020.

CONCEDE LICENÇA AO SERVIDOR MUNICIPAL DENIVAL FRANCISCO DE PAULA PARA CONCORRER A CARGO ELETIVO.

PORTARIA Nº 558, DE 11 DE AGOSTO DE 2020.

CONCEDE LICENÇA A SERVIDORA MUNICIPAL SIMONE ALVES DELGADO MEDINA PARA CONCORRER A CARGO ELETIVO.

PORTARIA Nº 559, DE 11 DE AGOSTO DE 2020.

CONCEDE AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ONILDES GOMES SEVERINO APOSENTADORIA POR IDADE, DO CARGO DE OPERÁRIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE.

PORTARIA Nº 560, DE 11 DE AGOSTO DE 2020.

CONCEDE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL NEUZA DA SILVA BARBOSA APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, DO CARGO DE PROFESSORA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE.

PORTARIA Nº 561, DE 11 DE AGOSTO DE 2020.

CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE À SERVIDORA MUNICIPAL ANELISSE MORAES CHAGAS PELO PERÍODO DE CENTO E VINTE DIAS.

PORTARIA Nº 562, DE 12 DE AGOSTO DE 2020.

NOMEIA O SENHOR ADEMAR CARIA LIMA PARA EXERCER O CARGO DE CONSELHEIRO TUTELAR EM SUBSTITUIÇÃO DESTE MUNICÍPIO.

PORTARIA Nº 563, DE 12 DE AGOSTO DE 2020.

TRANSFERE O SERVIDOR MUNICIPAL ADEMILSON FRANCISCO ROSA.

PORTARIA Nº 564, DE 12 DE AGOSTO DE 2020.

TRANSFERE SERVIDORES MUNICIPAIS DE LOTAÇÃO.

PORTARIA Nº 566, DE 13 DE AGOSTO DE 2020.

NOMEIA EM ESTÁGIO PROBATÓRIO A SENHORA MARCIA DE JESUS BARRETO DE OLIVEIRA, PARA EXERCER O CARGO DE TÉCNICA EM ENFERMAGEM – ZONA URBANA, JUNTO A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE-MT.

PORTARIA Nº 567, DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

PRORROGA A LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA, SEM REMUNERAÇÃO, DA SERVIDORA MUNICIPAL ANA LUIZA CARAMORI DE LEMOS PELO PERÍODO DE 60 (SESSENTA) DIAS.

PORTARIA Nº 568, DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

EXONERA O SENHOR JOSE CLOIR CAMARA FLORENCIO DO CARGO DE MOTORISTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

PORTARIA Nº 569, DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA, AO SERVIDOR MUNICIPAL ESMERALDO ALVES DOS SANTOS PELO PERÍODO DE 60 (SESSENTA) DIAS.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO

LICITAÇÃO
COVID-19: AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO "SRP" Nº 038/2020

O Pregoeiro Oficial do Municipio de Campos de Júlio - MT, nomeado pelo Decreto Municipal nº 006/2018, vem a público divulgar, para conhecimento dos interessados, o resultado do Pregão Eletrônico 'SRP" nº 038/2020, do tipo menor preço por item, com abertura no dia 23/07/2020, às 08h00, horário local, com a finalidade de **"Registro de preços para aquisições futuras de materiais hospitalares, medicamentos, equipamentos de proteção individual (IPIs), gases medicinais, testes rápidos, descartáveis de copa e cozinha e materiais permanentes hospitalares, para fins de enfrentamento do novo Coronavírus, causador da COVID-19, para atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde",** sendo declaradas vencedoras do certame as empresas: **ADOVANDRO LUIZ FRAPORTI-EPP, CNPJ/MF nº 07.554.943/0001-05**, vencedora do item (10), com valor total de R$ 10.500,00 (dez mil e quinhentos reais), **ASCLÉPIOS EQUIPAMENTOS HOSPITALARES EIRELI-ME, CNPJ/MF nº 33.068.320/0001-32,** vencedora dos itens (02, 37, 38, 47 e 50), com valor total de R$ 27.560,00 (vinte e sete mil, quinhentos e sessenta reais), **ATIVIDADE COM. DE MEDICAMENTOS E PROD. HOSPITALARES LTDA-ME, CNPJ/MF nº 33.772.464/0001-75,** vencedora dos itens (09, 12, 21 e 49), com valor total de R$ 14.800,00 (catorze mil e oitocentos reais), **BETANIAMED COMERCIAL EIRELI-EPP, CNPJ/MF nº 09.560.267/0001-08**, vencedora do item (30), com valor total de R$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), **BH LABORATÓRIOS LTDA, CNPJ/MF nº 22.283.196/0001-01**, vencedora do item (18), com valor total de R$ 110.000,00 (cento e dez mil reais), **BLUE OCEAN CONFECÇÕES S.A, CNPJ/MF nº 03.475.822/0001-17**, vencedora do item (29), com valor total de R$ 29.700,00 (vinte e nove mil e setecentos reais), **CENTERMEDICA PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI, CNPJ/MF nº 05.443.348/0001-77**, vencedora do item (01), com valor total R$ 11.976,00 (onze mil, novecentos e setenta e seis reais), **CIRURGICA GONÇALVES LTDA-EPP, CNPJ/MF nº 15.371.628/0001-70**, vencedora dos itens (04 e 39), com o valor total de R$ 7.680,00 (sete mil, seiscentos e oitenta reais), **CIRURGICA SÃO FELIPE PRODUTOS PARA SAÚDE EIRELI, CNPJ/MF nº 07.626.776/0001-60**, vencedora do item (41), com o valor total de R$ 110.250,00 (cento e dez mil e duzentos e cinquenta reais), **CMC HOSPITALARES LTDA-ME, CNPJ/MF nº 13.470.384/0001-58**, vencedora dos itens (05, 19, 43 e 44), com valor total de R$ 357.500,00 (trezentos e cinquenta e sete mil e quinhentos reais), **DIMALAB ELETRÔNICS DO BRASIL EIRELI-EPP, CNPJ/MF nº 02.472.743/0001-90**, vencedora do item (46), com valor total de R$ 18.000,00 (dezoito mil reais), **ESTRATTI VEGETAL FARMÁCIA E MANIPULAÇÃO EIRELI-EPP, CNPJ/MF nº 04.162.170/0001-23**, vencedora dos itens (27 e 32), com valor total de R$ 21.951,60 (vinte e um mil, novecentos e cinquenta e um reais e sessenta centavos), **FARMÁCIA FLORACEL LTDA-EPP, CNPJ/MF nº 74.194.747/0001-64**, vencedora do item (26), com valor total de R$ 44.200,00 (quarenta e quatro mil e duzentos reais), **FLYMED COMÉRCIO DE PROD. HOSPITALARES LTDA-EPP, CNPJ/MF nº 25.034.906/0001-58**, vencedora do item (40), com o valor total de R$ 3.940,00 (três mil, novecentos e quarenta reais), **GDB COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI-EPP, CNPJ/MF nº 23.813.386/0001-56**, vencedora dos itens (22 e 23), com o valor total de R$ 14.000,00 (catorze mil reais), **GOLDENPLUS – COM. DE MEDIC. E PROD. HOSPITALARES LTDA, CNPJ/MF n º 17.472.278/0001-64**, vencedora do item (36), com valor total R$ 255.000,00 (duzentos e cinquenta e cinco mil reais), **LEISTUNG EQUIPAMENTOS LTDA, CNPJ/MF nº 04.187.384/0001-54**, vencedora do item (51), com o valor total de R$ 120.000,00 (cento e mil reais), **MEDICAMENTOS DE AZ EIRELI-EPP, CNPJ/MF nº 09.676.256/0001-98**, vencedora do item (17), com valor total de R$ 1.603,00 (um mil, seiscentos e três reais), **NACIONAL SAFETY EQUIP. DE SEGURANÇA~EIRELI-ME, CNPJ/MF nº 24.402.903/0001-67**, vencedora dos itens (28 e 35), com valor total de R$ 105.408,50 (cento e cinco mil, quatrocentos e oito reais e cinquenta centavos), **RET FARMA-DISTRIB. DE MEDIC. E PROD. HOSP.EIRELI-ME, CNPJ/MF nº 12.313.826/0001-90**, vencedora do item (45), com valor total de R$ 10.668,00 (dez mil, seiscentos e sessenta e oito reais), **SANIMED PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI, CNPJ/MF nº 05.129.835/0001-60**, vencedora dos itens (06 e 24), com valor total de R$ 110.050,00 (cento e dez mil e cinquenta reais), **SUPER UTIL COMERCIAL LTDA, CNPJ/MF nº 15.392.562/0001-03**, vencedora dos itens (14, 16, 25, 31 e 42), com valor total de R$ 15.390,80 (quinze mil, trezentos e noventa reais e oitenta centavos), **SUPERBRANDS COM. DE PROD. DE USO PESSOAL EIRELI-EPP, CNPJ/MF nº 08.959.556/0001-11**, vencedora do item (48), com o valor total de R$ 127.000,00 (cento e vinte sete mil reais) e **TERRA SUL COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA-ME, CNPJ/MF nº 32.364.822/0001-48**, vencedora dos itens (07,15, 20 e 33), com valor total de R$ 333.700,00 (trezentos e trinta e três mil e setecentos reais). Os itens (03, 11, 13 e 34), foram declarados "DESERTOS". O item (08), foi declarado "CANCELADO"

Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone (65) 3387 – 2800, (65) 9.9963-3595 ou pelo e-mail: licitacao2@camposdejulio.mt.gov.br.

Campos de Júlio - MT, 12 de agosto de 2020.

Marcelo José Batista dos Santos Lino

Pregoeiro Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANABRAVA DO NORTE

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N. 366/2020, DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

PORTARIA N. 366/2020, DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA REMUNERADA A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PARA CONCORRER A CARGO ELETIVO."

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, em conformidade com o art. 83º, III E XXX, da Lei Orgânica Municipal, no uso de suas atribuições legais, e,

CONSIDERANDO requerimento apresentado pelo Servidor, protocolado no dia 13 de Agosto de 2020, quando se pleiteou Licença Remunerada para concorrer a cargo eletivo, no pleito de 2020;

CONSIDERANDO o que determina a legislação eleitoral vigente, notadamente os ditames da Lei Complementar Federal nº 064/1990.

RESOLVE:

Art. 1°. Conceder Licença Remunerada ao Sr. **ADBALDO NUNES MILHOMEM**, servidor público municipal, portadora da Carteira de Identidade – CI/RG nº 4557401, emitido por SPTC/GO, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF sob o nº 792.458.701-20, ocupante do cargo de motorista de veículos pesados, na Secretaria Municipal de Educação, Esporte, Lazer, Cultura e Turismo, pelo período de 03 (três) meses, para o fim de concorrer a cargo eletivo, com início em 14 de Agosto de 2020 e término em 15 de novembro de 2020, data prevista para a desincompatibilização.

Art. 2°. Fica garantida remuneração integral, salvo aquelas vantagens que exijam a efetiva prestação de serviços, tais como serviço extraordinário, gratificação de assiduidade entre outros.

Art. 3°. O Servidor fica obrigado a entregar o Registro de Candidatura, expedido pelo Tribunal Regional Eleitoral, no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal, sob pena de ter revogada a licença o Servidor que não o fizer.

Art. 4º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se

Registre-se.

Cumpra-se.

De Cuiabá – MT para Canabrava do Norte - MT, em 14 de Agosto de 2020**.**

_____

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
ATO REVOGATÓRIO N. 003/2020/GAPRE

ATO REVOGATÓRIO N. 003/2020/GAPRE

"REVOGA ATO DE DESIGNAÇÃO N. 001/2020/GAPRE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, em conformidade com o art. 83º, III e X, da Lei Orgânica Municipal, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1°. REVOGAR oAto de Designação n. **N. 001/2020/GAPRE**, que designou o Servidor Público Municipal Sr. **ADBALDO NUNES MILHOMEM,** matrícula funcional n. 1761 e inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda- CPF/MF sob o 792.458.701-20, ocupante do cargo de **GERENTE DE ESPORTE E LAZER,** conforme a portaria n. 129/2019, de 12 de abril de 2019, para desempenharcumulativamente as funções do cargo de **GERENTE DE TURISMO E CULTURA**, conforme especificado no Art. 68º da Lei n. 908/2019, de 29 de abril de 2019.

Art. 2º. Este ato entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se toda e qualquer disposição em contrário.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

De Cuiabá - MT para Canabrava do Norte – MT, em 13 de Agosto de 2020.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N. 369/2020, DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

PORTARIA N. 369/2020, DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE GERENTE DE ESPORTE E LAZER, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, em conformidade com o art. 83º, II e III, da Lei Orgânica Municipal, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR, a servidora pública municipal Sr.ª**VÂNIA MARIA DAMASCENO**, brasileira, solteira, portadora da Carteira de Identidade – CI/RG n. 4342618, emitido por DGPC/GO, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF n. 956.255.691-34, para exercer o cargo de **GERENTE DE ESPORTE E LAZER,** deste município**.**

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se toda e qualquer disposição em contrário.

Registra-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

De Cuiabá – MT para Canabrava do Norte - MT, em 14 de Agosto de 2020.

_____

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N. 363/2020, DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

PORTARIA N. 363/2020, DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA REMUNERADA A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PARA CONCORRER A CARGO ELETIVO."

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, em conformidade com o art. 83º, III E XXX, da Lei Orgânica Municipal, no uso de suas atribuições legais, e,

CONSIDERANDO requerimento apresentado pelo Servidor, protocolado no dia 13 de Agosto de 2020, quando se pleiteou Licença Remunerada para concorrer a cargo eletivo, no pleito de 2020;

CONSIDERANDO o que determina a legislação eleitoral vigente, notadamente os ditames da Lei Complementar Federal nº 064/1990.

RESOLVE:

Art. 1°. Conceder Licença Remunerada ao Sr. **ALDENOR BORGES BARBOSA,** Servidor Público, portador da Carteira de Identidade – RG n.º 12324531, Órgão emissor SJ/MT, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda - CPF/MF sob o nº 826.207.841-15, ocupante do Cargo de GUARDA MUNICIPAL VIGILANCIA, lotado na Secretaria Municipal de Habitação, Trabalho e Assistência Social, pelo período de 03 (três) meses, para o fim de concorrer a cargo eletivo, com início em 14 de Agosto de 2020 e término em 15 de novembro de 2020, data prevista para a desincompatibilização.

Art. 2°. Fica garantida remuneração integral, salvo aquelas vantagens que exijam a efetiva prestação de serviços, tais como serviço extraordinário, gratificação de assiduidade entre outros.

Art. 3°. O Servidor fica obrigado a entregar o Registro de Candidatura, expedido pelo Tribunal Regional Eleitoral, na Coordenadoria de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal, sob pena de ter revogada a licença o Servidor que não o fizer.

Art. 4º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se

Registre-se.

Cumpra-se.

De Cuiabá – MT para Canabrava do Norte - MT, em 14 de Agosto de 2020**.**

_____

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N. 368/2020, DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

PORTARIA N. 368/2020, DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA REMUNERADA A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL PARA CONCORRER A CARGO ELETIVO."

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, em conformidade com o art. 83º, III E XXX, da Lei Orgânica Municipal, no uso de suas atribuições legais, e,

CONSIDERANDO requerimento apresentado pela Servidora, protocolado no dia 13 de Agosto de 2020, quando se pleiteou Licença Remunerada para concorrer a cargo eletivo, no pleito de 2020;

CONSIDERANDO o que determina a legislação eleitoral vigente, notadamente os ditames da Lei Complementar Federal nº 064/1990.

RESOLVE:

Art. 1°. Conceder Licença Remunerada a Sr.ª **SIRLEIDE DE SOUZA SILVA,** servidora pública municipal, portadora da Carteira de Identidade – CI/RG nº 1.571.608, emitido por SSP/DF, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF sob o nº 842.202.011-49, ocupante do cargo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Esporte, Lazer, Cultura e Turismo, pelo período de 03 (três) meses, para o fim de concorrer a cargo eletivo, com início em 14 de Agosto de 2020 e término em 15 de novembro de 2020, data prevista para a desincompatibilização.

Art. 2°. Fica garantida remuneração integral, salvo aquelas vantagens que exijam a efetiva prestação de serviços, tais como serviço extraordinário, gratificação de assiduidade entre outros.

Art. 3°. O Servidor fica obrigado a entregar o Registro de Candidatura, expedido pelo Tribunal Regional Eleitoral, no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal, sob pena de ter revogada a licença o Servidor que não o fizer.

Art. 4º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se

Registre-se.

Cumpra-se.

De Cuiabá - MT para Canabrava do Norte - MT, em 14 de Agosto de 2020**.**

_____

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N. 367/2020, DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

PORTARIA N. 367/2020, DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA REMUNERADA A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL PARA CONCORRER A CARGO ELETIVO."

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, em conformidade com o art. 83º, III E XXX, da Lei Orgânica Municipal, no uso de suas atribuições legais, e,

CONSIDERANDO requerimento apresentado pela Servidora, protocolado no dia 13 de Agosto de 2020, quando se pleiteou Licença Remunerada para concorrer a cargo eletivo, no pleito de 2020;

CONSIDERANDO o que determina a legislação eleitoral vigente, notadamente os ditames da Lei Complementar Federal nº 064/1990.

RESOLVE:

Art. 1°. Conceder Licença Remunerada a Sr.ª **JANEIDE ALVES TENÓRIO**, servidora pública municipal, portadora da Carteira de Identidade – CI/RG nº 4721295, emitido por DGPC/GO, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF sob o nº 005.614.271-43, ocupante do cargo de Apoio Adm. Educ/Agente de Limpeza Profissionalizado lotada na Secretaria Municipal de Educação, Esporte, Lazer, Cultura e Turismo, pelo período de 03 (três) meses, para o fim de concorrer a cargo eletivo, com início em 14 de Agosto de 2020 e término em 15 de novembro de 2020, data prevista para a desincompatibilização.

Art. 2°. Fica garantida remuneração integral, salvo aquelas vantagens que exijam a efetiva prestação de serviços, tais como serviço extraordinário, gratificação de assiduidade entre outros.

Art. 3°. O Servidor fica obrigado a entregar o Registro de Candidatura, expedido pelo Tribunal Regional Eleitoral, no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal, sob pena de ter revogada a licença o Servidor que não o fizer.

Art. 4º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se

Registre-se.

Cumpra-se.

De Cuiabá – MT para Canabrava do Norte - MT, em 14 de Agosto de 2020**.**

_____

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

AVISO DE REABERTURA DE LICITAÇÃO NÃO REALIZADA PREGÃO ELETRÔNICO Nº 025/2020

O Ordenador de Despesas/Prefeito Municipal de Canabrava do Norte/MT, por intermédio da Equipe de Pregão, torna público para conhecimento de todos que o certame acima especificado, cuja sessão de habilitação e abertura de propostas ocorreria em 12 de Agosto de 2020, às 08h:30min, onde devido a fatores externos que impossibilitou a realização do certame a mesma não foi realizada.

Após análise ao procedimento, tornamos público a sua **REABERTURA**, que ocorrerá no dia **31 de Agosto de 2020, às 08h30min** no site https://licitanet.com.br, reiterando todos os termos do edital, cujo **OBJETO:** Registro de Preços para possível e eventual aquisição de baterias automotivas para atender a demanda das Secretarias do Poder Executivo Municipal pelo período de 12 meses. **TIPO:** Menor Preço por Item. **LEGISLAÇÃO:** Lei Nº: 8.666/93, Lei Nº: 10.520/2002 e Leis Complementares Nºs: 123/2006 e 147/2014. Informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal das 07h30min às 11h30min, de segunda á sexta-feira. Informações adicionais pelo telefone (0xx66) 3577-1152. E-mail. licitacao.cbn@gmail.com. Edital e Anexos no Site da Prefeitura www.canabravadonorte.mt.gov.br/transparencia e https://licitanet.com.br.

Canabrava do Norte/MT, 14 de Agosto de 2020

Iranizo Matos Rodrigues

Pregoeiro

Portaria nº 136/2020

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N. 362/2020, DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

PORTARIA N. 362/2020, DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA REMUNERADA A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PARA CONCORRER A CARGO ELETIVO."

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, em conformidade com o art. 83º, III E XXX, da Lei Orgânica Municipal, no uso de suas atribuições legais, e,

CONSIDERANDO requerimento apresentado pelo Servidor, protocolado no dia 13 de Agosto de 2020, quando se pleiteou Licença Remunerada para concorrer a cargo eletivo, no pleito de 2020;

CONSIDERANDO o que determina a legislação eleitoral vigente, notadamente os ditames da Lei Complementar Federal nº 064/1990.

RESOLVE:

Art. 1°. Conceder Licença Remunerada ao Sr. **IDEVALDO DE PAULA FARIA**, servidor público municipal, portador da Carteira de Identidade – CI/RG nº 4762536, emitido por SGPC/GO, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF sob o nº 003.567.551-93, ocupante do Cargo de Fiscal Ambiental lotado na Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura, pelo período de 03 (três) meses, para o fim de concorrer a cargo eletivo, com início em 14 de Agosto de 2020 e término em 15 de novembro de 2020, data prevista para a desincompatibilização.

Art. 2°. Fica garantida remuneração integral, salvo aquelas vantagens que exijam a efetiva prestação de serviços, tais como serviço extraordinário, gratificação de assiduidade entre outros.

Art. 3°. O Servidor fica obrigado a entregar o Registro de Candidatura, expedido pelo Tribunal Regional Eleitoral, no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal, sob pena de ter revogada a licença o Servidor que não o fizer.

Art. 4º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se

Registre-se.

Cumpra-se.

De Cuiabá – MT para Canabrava do Norte - MT, em 14 de Agosto de 2020**.**

_____

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N. 365/2020, DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

PORTARIA N. 365/2020, DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA REMUNERADA A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL PARA CONCORRER A CARGO ELETIVO."

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, em conformidade com o art. 83º, III E XXX, da Lei Orgânica Municipal, no uso de suas atribuições legais, e,

CONSIDERANDO requerimento apresentado pela Servidora, protocolado no dia 13 de Agosto de 2020, quando se pleiteou Licença Remunerada para concorrer a cargo eletivo, no pleito de 2020;

CONSIDERANDO o que determina a legislação eleitoral vigente, notadamente os ditames da Lei Complementar Federal nº 064/1990.

RESOLVE:

Art. 1°. Conceder Licença Remunerada a Sr.ª **ELIVAINE ALVES CÂNDIDO**, servidora pública municipal, portadora da Carteira de Identidade – CI/RG nº 0818862-9, emitido por SEJS/MT, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF sob o nº 545.821.211-87, ocupante do cargo de Professora lotada na Secretaria Municipal de Educação, Esporte, Lazer, Cultura e Turismo, pelo período de 03 (três) meses, para o fim de concorrer a cargo eletivo, com início em 14 de Agosto de 2020 e término em 15 de novembro de 2020, data prevista para a desincompatibilização.

Art. 2°. Fica garantida remuneração integral, salvo aquelas vantagens que exijam a efetiva prestação de serviços, tais como serviço extraordinário, gratificação de assiduidade entre outros.

Art. 3°. O Servidor fica obrigado a entregar o Registro de Candidatura, expedido pelo Tribunal Regional Eleitoral, no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal, sob pena de ter revogada a licença o Servidor que não o fizer.

Art. 4º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se

Registre-se.

Cumpra-se.

De Cuiabá - MT para Canabrava do Norte - MT, em 14 de Agosto de 2020**.**

_____

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
ATO REVOGATÓRIO DO TERMO DE ADESÃO A SERVIÇO VOLUNTÁRIO N. 001/2019.

ATO REVOGATÓRIO DO TERMO DE ADESÃO A SERVIÇO VOLUNTÁRIO N. 001/2019.

"REVOGA TERMO DE ADESÃO A SERVIÇO VOLUNTÁRIO N. 001/2019, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, em conformidade com o art. 83º, III e X, da Lei Orgânica Municipal, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1°. REVOGAR a pedido o Termo de Adesão a Serviço Voluntário N. 001/2019 de 08 de outubro de 2019 do senhor **ELÇO JOSÉ SIQUEIRA DIAS**, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade – CI/RG n. 15638561, emitido por SSP/MT, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF sob o n. 964.634.141-15, portador do Título Eleitoral n. 022409791830, Portador do Registro Nacional de Carteira de Habilitação - RENACH n. 03626436464.

Art. 2º. Este ato entrará em vigor na data de sua publicação no dia 14 de agosto de 2020, revogando-se toda e qualquer disposição em contrário.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

De Cuiabá – MT para Canabrava do Norte – MT, em 14 de Agosto de 2020.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N. 364/2020, DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

PORTARIA N. 364/2020, DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA REMUNERADA AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PARA CONCORRER A CARGO ELETIVO."

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, em conformidade com o art. 83º, III E XXX, da Lei Orgânica Municipal, no uso de suas atribuições legais, e,

CONSIDERANDO requerimento apresentado pelo Servidor, protocolado no dia 12 de Agosto de 2020, quando se pleiteou Licença Remunerada para concorrer a cargo eletivo, no pleito de 2020;

CONSIDERANDO o que determina a legislação eleitoral vigente, notadamente os ditames da Lei Complementar Federal nº 064/1990.

RESOLVE:

Art. 1°. Conceder Licença Remunerada ao Sr. **ALTAMIRO JOSÉ DE OLIVEIRA PANTALEÃO**, servidor público municipal, portador da Carteira de Identidade – CI/RG nº 2975499-2, emitido por SSP/MT, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF sob o nº 886. 408.921-72, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde lotado na Secretaria Municipal de Saúde, pelo período de 03 (três) meses, para o fim de concorrer a cargo eletivo, com início em 14 de Agosto de 2020 e término em 15 de novembro de 2020, data prevista para a desincompatibilização.

Art. 2°. Fica garantida remuneração integral, salvo aquelas vantagens que exijam a efetiva prestação de serviços, tais como serviço extraordinário, gratificação de assiduidade entre outros.

Art. 3°. O Servidor fica obrigado a entregar o Registro de Candidatura, expedido pelo Tribunal Regional Eleitoral, no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal, sob pena de ter revogada a licença o Servidor que não o fizer.

Art. 4º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se

Registre-se.

Cumpra-se.

De Cuiabá – MT para Canabrava do Norte - MT, em 14 de Agosto de 2020**.**

_____

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N. 361/2020, DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

PORTARIA N. 361/2020, DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA REMUNERADA A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL PARA CONCORRER A CARGO ELETIVO."

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, em conformidade com o art. 83º, III E XXX, da Lei Orgânica Municipal, no uso de suas atribuições legais, e,

CONSIDERANDO requerimento apresentado pela Servidora, protocolado no dia 13 de Agosto de 2020, quando se pleiteou Licença Remunerada para concorrer a cargo eletivo, no pleito de 2020;

CONSIDERANDO o que determina a legislação eleitoral vigente, notadamente os ditames da Lei Complementar Federal nº 064/1990.

RESOLVE:

Art. 1°. Conceder Licença Remunerada a Sr.ª **ALCIONE LOURDES DOS SANTOS**, servidora pública municipal, portadora da Carteira de Identidade – CI/RG nº 1139335-1, emitido por SSP/MT, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF sob o nº 872.741.831-68, ocupante do cargo de Engenheira Florestal, lotada na Secretaria Municipal Meio Ambiente e Agricultura, pelo período de 03 (três) meses, para o fim de concorrer a cargo eletivo, com início em 14 de Agosto de 2020 e término em 15 de novembro de 2020, data prevista para a desincompatibilização.

Art. 2°. Fica garantida remuneração integral, salvo aquelas vantagens que exijam a efetiva prestação de serviços, tais como serviço extraordinário, gratificação de assiduidade entre outros.

Art. 3°. O Servidor fica obrigado a entregar o Registro de Candidatura, expedido pelo Tribunal Regional Eleitoral, no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal, sob pena de ter revogada a licença o Servidor que não o fizer.

Art. 4º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se

Registre-se.

Cumpra-se.

De Cuiabá – MT para Canabrava do Norte - MT, em 14 de Agosto de 2020**.**

_____

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

GABINETE
LEI N. 1033/2020, DE 11 DE AGOSTO DE 2020.

LEI N. 1033/2020, DE 11 DE AGOSTO DE 2020.

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, NO ORÇAMENTO DO EXERCÍCIO FINANCEIRODE 2020, NO VALOR DE R$ 129.907,96, E DÁ OUTRASPROVIDÊNCIAS".

JOÃO CLEITON ARAUJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte-MT, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a promover abertura de crédito especial, no orçamento financeiro de 2020, no valor de R$ 129.907,96 (cento e vinte e nove mil novecentos e sete reais e noventa e seis centavos), adicionado recursos ao orçamento do Município, proveniente de **ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO,** nas seguintes dotações:

Fica Adicionado:

ÓRGÃO: 04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE, LAZER E CULTURA.

UNIDADE: 003 - COORDENADORIA DO ESPORTE E LAZER

FUNÇÃO 27 – DESPORTO E LAZER

SUBFUNÇÃO 812- DESPORTO COMUNITARIO

PROGRAMA 0047- DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE E LAZER

PROJ/ATIVIDADE: 1067 – CONSTRUÇÃO DE CAMPO DE FUTEBOL SOCIETY

ELEMENTO DA DESPESA: 4.4.90.51.00.00.00.00 ---------- R$ 129. 907,96

CODIGO REDUZIDO: 456 – OBRAS E INSTALAÇÕES

FONTE DE RECURSO: 100 – RECURSOS ORDINARIOS

Art. 2º. Para cobertura ao crédito adicional especial, aberto no Artigo 1º, serão utilizados recursos conforme o artigo 43 da Lei Federal n°4.320/64, Inciso III – Anulação Parcial ou Total de Dotações, mantendo o equilíbrio orçamentário, conforme o seguinte detalhamento:

ANULAR:

ÓRGÃO: 04- Secretaria Municipal de Educação, Esporte, Lazer e Cultura**.**

UNIDADE: 001 –Coordenadoria de Assistência Técnica e Pedagógica.

FUNÇÃO: 12 – Educação

SUBFUNÇÃO: 361- Ensino Fundamental

PROGRAMA:0042 – Educação Transformadora

PROJ. ATIVIDADE: 2017 – Folha de Pagamento encargos – Coord de As. Técnica e Pedagógica

ELEMENTO DE DESPESA: 31.90.11 - Vencimento e Vantagens Fixas – Pessoa Civil--- **R$ 23.036,87**

CÓD. REDUZIDO: 55

FONTE DE RECURSO: 100 – Recursos Ordinários

ÓRGÃO: 04 - Secretaria Municipal de Educação, Esporte, Lazer e Cultura**.**

UNIDADE: 001 –Coordenadoria de Assistência Técnica e Pedagógica.

FUNÇÃO: 12 – Educação

SUBFUNÇÃO: 361- Ensino Fundamental

PROGRAMA: 0042 – Educação Transformadora

PROJ. ATIVIDADE: 2017 – Folha de Pagamento encargos – Coord de As. Técnica e Pedagógica

ELEMENTO DE DESPESA: 319013 Obrigações Patronais--- R$ 70. 000,00

CÓD. REDUZIDO: 56

FONTE DE RECURSO: 01.01 – Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos - Educação

ÓRGÃO: Secretaria Municipal de Educação, Esporte, Lazer e Cultura**.**

UNIDADE: 04.001 –Coordenadoria de Assistência Técnica e Pedagógica.

FUNÇÃO: 12 – Educação

SUBFUNÇÃO: 365- Educação Infantil

PROGRAMA:0042 – Educação Transformadora

PROJ. ATIVIDADE: 2020 – Folha de Pagamento encargos – da Educação Infantil

ELEMENTO DE DESPESA: 319011 Vencimento e Vantagens Fixas – Pessoa Civil --- **R$ 2.000,00**

CÓD. REDUZIDO: 76

FONTE DE RECURSO: 100 – Recursos Ordinários

ÓRGÃO: Secretaria Municipal de Educação, Esporte, Lazer e Cultura**.**

UNIDADE: 04.001 –Coordenadoria de Assistência Técnica e Pedagógica.

FUNÇÃO: 12 – Educação

SUBFUNÇÃO: 365- Educação Infantil

PROGRAMA:0042 – Educação Transformadora

PROJ. ATIVIDADE: 2020 – Folha de Pagamento encargos – da Educação Infantil

ELEMENTO DE DESPESA: 319013 Obrigações Patronais --- R$ 2.000,00

CÓD. REDUZIDO: 77

FONTE DE RECURSO: 01.01 – Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos – Educação

ÓRGÃO: Secretaria Municipal de Educação, Esporte, Lazer e Cultura**.**

UNIDADE: 04.001 –Coordenadoria de Assistência Técnica e Pedagógica.

FUNÇÃO: 12 – Educação

SUBFUNÇÃO: 361- Ensino Fundamental

PROGRAMA:0042 – Educação Transformadora

PROJ. ATIVIDADE: 2026 – Manutenção do Transporte Escolar

ELEMENTO DE DESPESA: 339039 Outros Serviços de Terceiro Pessoa Jurídica--- **R$ 20.000,00**

CÓD. REDUZIDO: 62

FONTE DE RECURSO: 130 – FETHAB – Transporte Escolar

ÓRGÃO: Secretaria Municipal de Educação, Esporte, Lazer e Cultura**.**

UNIDADE: .001 –Coordenadoria de Assistência Técnica e Pedagógica.

FUNÇÃO: 12 – Educação

SUBFUNÇÃO: 361- Ensino Fundamental

PROGRAMA:0042 – Educação Transformadora

PROJ. ATIVIDADE: 2028 – Manutenção da Coorden da Assist Técnica e Pedagógica.

ELEMENTO DE DESPESA: 339093 Indenizações e Restituições-------- R$ 5.000,00

CÓD. REDUZIDO: 71

FONTE DE RECURSO: 01.01 – Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos – Educação

ÓRGÃO: Secretaria Municipal de Educação, Esporte, Lazer e Cultura**.**

UNIDADE: 001 –Coordenadoria de Assistência Técnica e Pedagógica.

FUNÇÃO: 12 – Educação

SUBFUNÇÃO: 361- Ensino Fundamental

PROGRAMA:0042 – Educação Transformadora

PROJ. ATIVIDADE: 2028 – Manutenção da Coorden da Assist Técnica e Pedagógica.

ELEMENTO DE DESPESA: 339036 - Outros Serviços de Terceiro Pessoa Física-------- R$1.000,00

CÓD. REDUZIDO: 67

FONTE DE RECURSO: 115 - Transferência de Recursos de Terceiros Pessoa Física

ÓRGÃO: Secretaria Municipal de Educação, Esporte, Lazer e Cultura**.**

UNIDADE: 04.001 –Coordenadoria de Assistência Técnica e Pedagógica.

FUNÇÃO: 12 – Educação

SUBFUNÇÃO: 361- Ensino Fundamental

PROGRAMA:0042 – Educação Transformadora

PROJ. ATIVIDADE: 2028 – Manutenção da Coorden da Assist Técnica e Pedagógica.

ELEMENTO DE DESPESA: 339039 - Outros Serviços de Terceiro Pessoa Jurídica-------- R$5.000,00

CÓD. REDUZIDO: 68

FONTE DE RECURSO: 115 - Transferência de Recursos de Terceiros Pessoa Física

ÓRGÃO: Secretaria Municipal de Educação, Esporte, Lazer e Cultura**.**

UNIDADE: 04.001 –Coordenadoria de Assistência Técnica e Pedagógica.

FUNÇÃO: 12 – Educação

SUBFUNÇÃO: 364- Ensino Superior

PROGRAMA:0042 – Educação Transformadora

PROJ. ATIVIDADE: 2079 – Programa de Apoio ao Estudante do Ensino Superior.

ELEMENTO DE DESPESA: 339039 Outros Serviços de Terceiro Pessoa Jurídica --- **R$ 1.200,00**

CÓD. REDUZIDO: 73

FONTE DE RECURSO: 01.01 – Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos – Educação

ÓRGÃO: Secretaria Municipal de Educação, Esporte, Lazer e Cultura**.**

UNIDADE: 003 –Coordenadoria de Assistência Técnica e Pedagógica.

FUNÇÃO: 27 – Desporto e Lazer

SUBFUNÇÃO: 812- Desporto Comunitário

PROGRAMA:0047 – Desenvolvimento do Esporte e do Lazer

PROJ. ATIVIDADE: 2030 –Manutenção da Coorden de Esporte e Lazer

ELEMENTO DE DESPESA: 339031 Premiações Culturais Artística, Cientificas Des--- **R$ 671,09**

CÓD. REDUZIDO: 106

FONTE DE RECURSO: 124 – Transferência de Convenio – Outros (não relacionados á Educação/Assistência Social)

Art. 3º. Fica o Poder Executivo autorizado a atualizar o Anexo I a Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício 2020, Lei n. 953/2019 (LDO), incluindo os Programas e Ações abertos no Artigo 1°.

Art. 4º. Fica o Poder Executivo autorizado a proceder com a atualização do Anexo I da Lei Orçamentária Anual – LOA, Lei n. 963/2019, incluindo os Programas e Ações abertos no Artigo 1°.

Art. 5º. Fica modificado o atual Plano Plurianual (PPA - 2018/2021) nos mesmos moldes e naquilo que for pertinente, conforme descrito no Artigo 1º desta Lei.

Art. 6º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

De Cuiabá-MT para Canabrava do Norte - MT, em 11 de Agosto de 2020.

_____

JOÃO CLEITON ARAUJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

PORTARIA N.º 518/2020

Portaria n.º 518/2020

De 14 de agosto de 2020.

Dispõe sobre Licença Política.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e com base no que dispõe o Art. 74-VII da Lei Municipal Complementar nº 028/2002, de 23 de dezembro de 2002 - Estatuto dos Servidores Públicos,

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder licença para atividade política ao servidor público **JEREMIAS RODRIGUES DE SOUZA** no cargo de provimento efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, da Lei Complementar nº 125/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, 14 de agosto de 2020.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

PORTARIA 494/2020

Portaria 494/2020

De 11 de agosto de 2020.

Dispõe sobre licença Política.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e com base no que dispõe o Art. 74-VII da Lei Municipal Complementar nº 028/2002, de 23 de dezembro de 2002 - Estatuto dos Servidores Públicos,

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder licença para atividade política a servidora pública **Cristiane de Oliveira** no cargo de provimento efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS ESCOLAR, da Lei Complementar nº 174/2018, a partir de 14 de agosto de 2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, 11 de agosto de 2020.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 502/2020

Portaria n.º 502/2020

De 13 de agosto de 2020

Conceder Férias a Servidora Pública**Ilneide Lopes da Costa** e dá outras providências.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legaise em conformidade com o artigo 69 e § 1º do artigo 73 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Canarana.

R E S O L V E

Art. 1º - Conceder férias regulamentares a Servidora **Ilneide Lopes Da Costa,** por um período de 20 dias que serão usufruídas no período abaixo discriminado, e 10 dias serão convertidos em abono pecuniário.

Gozo de 20 dias, 17 de agosto de 2020 a 05 de setembro de 2020.

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende a 01/04/2019 a 01/04/2020.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso em de 13 de agosto de 2020.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 503/2020

Portaria n.º 503/2020

De 13 de agosto de 2020

Nomeia Servidor para Cargo em Comissão.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e com base no que dispõe o Art. 11 § 2º da Lei Municipal Complementar nº 029/2002, de 23 de dezembro de 2002 - Estatutos dos Funcionários Públicos,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear **Alan Ricardo Sousa Gomes** para exercer o cargo Coordenador Educacional De Educação, cargo de Provimento em Comissão constante no Anexo I da Lei Complementar n°156/2017 de 22 de março de 2017, a partir de 14 de agosto de 2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT,13 de agosto de 2020.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 054/2020

Processo nº 126/2020 Modalidade: Dispensa de Licitação nº 054/2020

RATIFICO o ato da Comissão Permanente de Licitação, que dispensou licitação com fundamento no **Artigo 1º, inciso I, alínea "b" da Medida Provisória nº 961 de 06 de maio de 2020**, que alterou temporariamente os limites estabelecidos nos incisos I e II do **caput** do art. 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para a contratação da empresa **SCHONHOLZER E SCHONHOLZER DA CRUZ LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 31.765.146/0001-51, estabelecida na Rua Campo Novo, nº 767, Sala B, Bairro Jardim Bela Vista, Canarana-MT, que irá fornecer **todos os materiais de consumo** ao custo total de **R$ 41.516,00 (quarenta e um mil, quinhentos e dezesseis reais)**, para o fornecimento de **diversos materiais de consumo para a entrega de kits alimentação e higiene para atendimento dos programas sociais na prevencão e combate ao coronavirus (COVID-19),** face ao disposto no art. 26 da Lei nº 8.666/93, vez que o processo se encontra devidamente instruído.

As despesas decorrentes da contratação do objeto do presente correrão à conta de dotação do orçamento vigente para o exercício de 2020, na seguinte classificação: 3.3.90.30 – Material de Consumo.

Publique-se.

Canarana-MT, 14 de Agosto de 2020.

FÁBIO MARCOS PEREIRA DE FARIA

Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 509/2020

Portaria n.º 509/2020

De 13 de agosto de 2020.

Dispõe sobre Licença Política.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e com base no que dispõe o Art. 74-VII da Lei Municipal Complementar nº 028/2002, de 23 de dezembro de 2002 - Estatuto dos Servidores Públicos,

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder licença para atividade política ao servidor público **Paulo José Gonçalves** no cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Enfermagem, da Lei Complementar nº 123/2014, de 02 de setembro de 2014, a partir de 14 de agosto de 2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, 13 de agosto de 2020.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 517/2020

Portaria n.º 517/2020

De 14 de agosto de 2020.

Dispõe sobre Licença Política.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e com base no que dispõe o Art. 74-VII da Lei Municipal Complementar nº 028/2002, de 23 de dezembro de 2002 - Estatuto dos Servidores Públicos,

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder licença para atividade política a servidora pública **ADRIANA ALVES RIBEIRO** no cargo de provimento efetivo de AUXILAR DE ADMINISTRAÇÃO EM SAÚDE, da Lei Complementar nº 123/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, 14 de agosto de 2020.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

PORTARIA N.º510/2020

Portaria n.º510/2020

De 13 de agosto de 2020.

Dispõe sobre Licença Política.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e com base no que dispõe o Art. 74-VII da Lei Municipal Complementar nº 028/2002, de 23 de dezembro de 2002 - Estatuto dos Servidores Públicos,

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder licença para atividade política a servidora pública **Maria Dalva da Costa** no cargo de provimento efetivo de **Agente de Combate Endemias,** da Lei Complementar nº 123/2014, a partir de 14 de agosto de 2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, 13 de agosto de 2020.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 511/2020

Portaria n.º 511/2020

De 13 de agosto de 2020.

Dispõe sobre Licença Política.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e com base no que dispõe o Art. 74-VII da Lei Municipal Complementar nº 028/2002, de 23 de dezembro de 2002 - Estatuto dos Servidores Públicos,

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder licença para atividade política a servidora pública **Neila Conceição Braga** no cargo de provimento efetivo de Agente Comunitária de Saúde, da Lei Complementar nº 123/2014, de 02 de setembro de 2014, a partir de 14 de agosto de 2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, 13 de agosto de 2020.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 516/2020

Portaria n.º 516/2020

De 14 de agosto de 2020.

Dispõe sobre Licença Política.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e com base no que dispõe o Art. 74-VII da Lei Municipal Complementar nº 028/2002, de 23 de dezembro de 2002 - Estatuto dos Servidores Públicos,

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder licença para atividade política a servidora pública **CARLA CRISTINA DUTRA MOLINA** no cargo de provimento efetivo de PROFESSORA, da Lei Complementar nº 174/2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, 14 de agosto de 2020.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 491/2020

Portaria n.º 491/2020

De 11 de agosto de 2020.

Eleva de Classe, do Servidor, no Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito do Município de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que lhe faculta o Art. 108º,II da Lei Orgânica do Município e Lei Complementar nº 125/2014, de 02 de setembro de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º – Apresenta-se a elevação de CLASSE e NÍVEL, do servidor abaixo:

Servidor(a)	Cargo	Situação atual			Elevar para:			
		Classe	Nível	Valor	Classe	Nível	Valor	Data
ERONI NILO TIEPPO	AGENTE DE SERVIÇOS II	C	V	2.387,08	D	V	2.578,05	11/08/2020

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, 11 de agosto de 2020.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº 3107/2020

Decreto Municipal nº 3107/2020

De 14 de agosto de 2020

Dispõe sobre novas medidas complementares para o enfrentamento da emergência de saúde pública e prevenção em decorrência do surto epidêmico pelo COVID-19 no Município de Canarana – MT.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana - MT, no uso de suas atribuições legais e considerando a existência da pandemia do COVID-19, nos termos declarados pela Organização Mundial da Saúde;

Considerando que deve o poder público tomar medidas para conter a propagação dessa pandemia e realizar ações locais preventivas;

Considerando, também, que ainda ocorrem aglomerações de pessoas, acarretando aumento do risco de contaminação;

Considerando que, embora houvesse uma rápida propagação do vírus no Município de Canarana-MT, as providencias adotadas pela Administração e seus parceiros resultaram numa ligeira diminuição dos casos de contaminação;

DECRETA:

CAPÍTULO I

DAS MEDIDAS DE ENFRENTAMENTO

Art. 1º Fica mantido o Toque de Recolher enquanto houver a pandemia, porém, apenas nos horários compreendidos entre 23:30h às 05:00 da manhã do dia seguinte, com o seguinte cronograma:

I - 23:00 h: fechamento do comércio;

II - 23:30 h: cessação de circulação de pessoas.

Art. 2º Fica terminantemente proibida a locomoção de qualquer cidadão no território do Município de Canarana, no período compreendido entre as 23:30 horas às 05:00 horas do dia seguinte.

§ 1º Excetuam-se da proibição disposta no caput do presente artigo:

I - estabelecimentos hospitalares;

II - farmácias e laboratórios;

III - funerárias e serviços relacionados; IV - serviço de segurança pública e privada; V - serviços de taxi e moto táxi de transporte individual remunerado de passageiros; VI - profissionais da área da Saúde; VII - servidores públicos das áreas de fiscalização das Secretarias Municipais de Agricultura, Administração ou de outra Secretaria, quando em pleno exercício da função; VIII – pessoas em deslocamento para o trabalho; IX - postos de combustíveis apenas para abastecimento e troca de óleo lubrificante de veículos; § 2º Fica mantida a proibição de aglomeração de pessoas em quaisquer lugares, como praças, ruas, avenidas, e em qualquer estabelecimento, seja público ou privado.

Art. 3º É obrigatório, a toda a população, o uso de máscara facial, de forma individual e sempre que necessário saírem de suas casas, com a higienização frequente das mãos, uso de soluções antissépticas à base de álcool em gel a 70%, desinfecção de superfícies, distanciamento social, entre outras.

CAPÍTULO II

DA FISCALIZAÇÃO E DAS PENALIDADES

Art. 4º A fiscalização será feita pelas autoridades sanitárias competentes nos termos do artigo 200 do Código Sanitário Municipal, ficando também, ainda em razão da urgência e da necessidade, delegado às Policias Militar e Civil, em caráter excepcional, e pelo período de vigência deste Decreto, os poderes de fiscalização pertinentes.

Art. 5º Qualquer ato de descumprimento das disposições constantes dos artigos, 1º, 2º e 3º, será considerado infração grave nos termos do artigo 205, II, cumulado com o artigo 208, Agravantes K), ambos do Código Sanitário Municipal.

Art. 6º Havendo o descumprimento dos dispositivos acima citados, será aplicada multa nos termos do artigo 219 Código Sanitário Municipal, por estabelecimento ou por pessoa, além das penalidades previstas no Código Penal.

Art. 7º Poderá, ainda, ocorrer a apreensão do veículo e condução forçada de pessoas pelas autoridades, em decorrência do descumprimento do toque de recolher.

CAPÍTULO III

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 8º O descumprimento deste Decreto pode ser informado por qualquer cidadão às autoridades sanitárias pelos telefones 66 98436 1255, ou às autoridades policiais pelos telefones 66 3478 1190 e 3478 1360;

Art. 9º Este Decreto entrará em vigor a partir de 14 de agosto de 2020.

Art. 10 Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, em 14 de agosto de 2020.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 512/2020

Portaria n.º 512/2020

De 13 de agosto de 2020.

Dispõe sobre Licença Política.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e com base no que dispõe o Art. 74-VII da Lei Municipal Complementar nº 028/2002, de 23 de dezembro de 2002 - Estatuto dos Servidores Públicos,

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder licença para atividade política ao servidor público **Elton Carlos Michelson** no cargo de provimento efetivo de Técnico em Educação Física, da Lei Complementar nº 125/2014, a partir de 14 de agosto de 2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, 13 de agosto de 2020.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 514/2020

Portaria n.º 514/2020

De 13 de agosto de 2020.

Dispõe sobre Licença Política.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e com base no que dispõe o Art. 74-VII da Lei Municipal Complementar nº 028/2002, de 23 de dezembro de 2002 - Estatuto dos Servidores Públicos,

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder licença para atividade política a servidora pública **CLAUDIA MARCIA GERVAZONI COSTA CHACON** no cargo de provimento efetivo de MÉDICO CLÍNICO GERAL, da Lei Complementar nº 123/2014, a partir de 14 de agosto de 2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, 13 de agosto de 2020.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 504/2020

Portaria n.º 504/2020

De 13 de agosto de 2020.

Dispõe sobre Licença Política.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e com base no que dispõe o Art. 74-VII da Lei Municipal Complementar nº 028/2002, de 23 de dezembro de 2002 - Estatuto dos Servidores Públicos,

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder licença para atividade política ao servidor público **Moacir Ataíde** no cargo de provimento efetivo de Motorista de Ambulância, da Lei Complementar nº 123/2014, de 02 de setembro de 2014, a partir de 14 de agosto de 2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, 13 de agosto de 2020.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

PORTARIA 495/2020

Portaria 495/2020

De 11 de agosto de 2020.

Dispõe sobre licença Política.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e com base no que dispõe o Art. 74-VII da Lei Municipal Complementar nº 028/2002, de 23 de dezembro de 2002 - Estatuto dos Servidores Públicos,

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder licença para atividade política ao servidor público **David dos Santos Lima** no cargo de provimento efetivo de VIGILANTE ESCOLAR, da Lei Complementar nº 174/2018, de 04 de dezembro de 2018, a partir de 14 de agosto de 2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, 11 de agosto de 2020.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

PORTARIA 493/2020

Portaria 493/2020

De 11 de agosto de 2020.

Dispõe sobre licença Política.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e com base no que dispõe o Art. 74-VII da Lei Municipal Complementar nº 028/2002, de 23 de dezembro de 2002 - Estatuto dos Servidores Públicos,

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder licença para atividade política ao servidor público **MILTON BLASS** no cargo de provimento efetivo de MOTORISTA ESCOLAR, da Lei Complementar nº 174/2018, de 04 de dezembro de 2018, a partir de 14 de agosto de 2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, 11 de agosto de 2020.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 515/2020

Portaria n.º 515/2020

De 13 de agosto de 2020.

Dispõe sobre Licença Política.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e com base no que dispõe o Art. 74-VII da Lei Municipal Complementar nº 028/2002, de 23 de dezembro de 2002 - Estatuto dos Servidores Públicos,

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder licença para atividade política ao servidor público **THIAGO BITERCOURT IANHES BARBOSA** no cargo de provimento efetivo de MÉDICO CLÍNICO GERAL, da Lei Complementar nº 123/2014, de 02 de setembro de 2014, a partir de 14 de agosto de 2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, 13 de agosto de 2020.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 497/2020

Portaria n.º 497/2020

De 12 de agosto de 2020.

Converte em abono pecuniário Licença Prêmio do servidor da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

R E S O L V E

Art. 1º – Converter em abono pecuniário Licença Prêmio do Servidor Rone Clay Ribeiro, Vigilante Escolar, matricula 3558. A Licença foi deferida através da Portaria nº 036/2020 de 15 de janeiro de 2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Art. 3° - Revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso em 12 de agosto de 2020.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

PORTARIA 496/2020

Portaria 496/2020

De 11 de agosto de 2020.

Dispõe sobre licença Política.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e com base no que dispõe o Art. 74-VII da Lei Municipal Complementar nº 028/2002, de 23 de dezembro de 2002 - Estatuto dos Servidores Públicos,

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder licença para atividade política a servidora pública **Marcia Ilse Schimidt** no cargo de provimento efetivo de Agente Comunitária de Saúde, da Lei Complementar nº 123/2014, a partir de 14 de agosto de 2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, 11 de agosto de 2020.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 063/2020

Processo Seletivo 002/2019

Edital de Convocação N° 063/2020

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e considerando o resultado final do Processo Seletivo Simplificado 002/2019 homologado pelo decreto n°3039 de 20 de janeiro de 2020.

RESOLVE TORNAR PÚBLICO:

O presente Edital que estabelece a convocação, para fins de suprimento de cargos em caráter temporário no quadro de pessoal da Secretaria Municipal de Saúde durante o período de Pandemia, como segue:

CANDIDATO	CARGO	PROCESSO SELETIVO
NONICA FRANCISCA DOS SANTOS	TECNICO EM ENFERMAGEM	002/2019
CLAUDIANA VALVERDE DOS SANTOS	TECNICO EM ENFERMAGEM	002/2019
TAIS FRANCIELE MOLINA BASTOS	TECNICO EM ENFERMAGEM	002/2019
ANDRE RICARDO IRBER	TECNICO EM ENFERMAGEM	002/2019
RAIANNI MENDES NERES	TECNICO EM ENFERMAGEM	002/2019

Os candidatos convocados terão 05 (cinco) dias contados a partir da publicação do presente edital, para se apresentarem e manifestarem sobre a aceitação ou não do cargo no departamento de Recursos Humanos da Secretaria de Administração.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, em 06 de agosto de 2020.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

PORTARIA N.º498/2020

Portaria n.º498/2020

De 12 de agosto de 2020.

Converte Período de férias da servidora **Silvane Goldoni Correa** e da outras providências.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 73 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Canarana.

R E S O L V E

Art. 1º – Converter os últimos 10 dias das férias da servidora, **Silvane Goldoni Correa,** agendada por meio da portaria n°728/2019 de 18 de dezembro de 2019, para abono pecuniário.

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º será pago 1/3 a mais da sua remuneração.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou a fixação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso em 12 de agosto de 2020.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº501/2020

Portaria Nº501/2020

De 12 de agosto de 2020.

Exonera Servidora a pedido.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e com base no que dispõe o Art. 11 § 1º da Lei Municipal Complementar nº 028/2002, de 23 de dezembro de 2002 - Estatuto dos Servidores Públicos,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar **Claci da Silva** do cargo Coordenador Educacional de Educação Básica, cargo de Provimento em Comissão constante no Anexo I da Lei Complementar n°156/2017 de 22 de março de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, 12 de agosto de 2020.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 513/2020

Portaria n.º 513/2020

De 13 de agosto de 2020.

Dispõe sobre Licença Política.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e com base no que dispõe o Art. 74-VII da Lei Municipal Complementar nº 028/2002, de 23 de dezembro de 2002 - Estatuto dos Servidores Públicos,

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder licença para atividade política ao servidor público **MAURICIO PEREIRA BRILHANTE** no cargo de provimento efetivo de GARI, da Lei Complementar nº 125/2014, a partir de 14 de agosto de 2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, 13 de agosto de 2020.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 017/2020

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA – Estado de Mato Grosso**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida Tancredo Neves, s/nº, Centro, Carlinda – MT, inscrita no CNPJ 01. 617.905/0001-78, através da sua CPL – Comissão Permanente de Licitação, nomeada pelo Decreto n° 157/2020, torna Público para conhecimento os interessados, que realizará às **08h00min** (Horário Oficial de Carlinda – MT), do dia **01 de Setembro de 2019**, na Sala de Licitação da Prefeitura Municipal, sito a Avenida Tancredo Neves, s/n° Centro, Carlinda - MT, abertura da Tomada de Preços nº 017/2020, pelo MENOR PREÇO GLOBAL, para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA APLICAÇÃO DE LAMA ASFALTICA EM RUAS E AVENIDAS DO MUNICIPIO DE CARLINDA/MT.** O edital poderá ser obtido junto a Prefeitura Municipal de Carlinda – MT, localizada na Avenida Tancredo Neves, s/n°, Centro, durante o horário de expediente de segunda a sexta-feira, das 07h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min.

Maiores informações poderão ser obtidas junto a Comissão Permanente de Licitação, na Prefeitura Municipal, em horário de expediente, das 07h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min, ou através do telefone (66) 3525-2000.

Carlinda – MT, 14 de Agosto de 2020.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

DEISE DIONE MUTSCHALL

Presidente da CPL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 192/2020

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA ATIVIDADES POLÍTICAS DE SERVIDORES PÚBLICOS EFETIVOS DO MUNICÍPIO DE CARLINDA/MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Artigo 1º - **A PEDIDO** fica **CONCEDIDO** ao Senhor **IDAMASIO BARBOSA DO NASCIMENTO,** efetivo no cargo de Motorista CNH D/E, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, licença para atividades políticas no período de 15 de agosto de 2020 a 15 de novembro de 2020.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data sua publicação.

.

Artigo 3º - Revogam se as disposições em contrario.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 14 de agosto de 2020.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 188/2020

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA ATIVIDADES POLÍTICAS DE SERVIDORES PÚBLICOS EFETIVOS DO MUNICÍPIO DE CARLINDA/MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Artigo 1º - **A PEDIDO** fica **CONCEDIDO** a Senhora **SANDRA CRISTINA COSTA,** efetiva no cargo de TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL DEFINITIVO, lotada na Secretaria Municipal de Educação, licença para atividades políticas no período de 15 de agosto de 2020 a 15 de novembro de 2020.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data sua publicação.

.

Artigo 3º - Revogam se as disposições em contrario.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 14 de agosto de 2020.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 190/2020

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA ATIVIDADES POLÍTICAS DE SERVIDORES PÚBLICOS EFETIVOS DO MUNICÍPIO DE CARLINDA/MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Artigo 1º - **A PEDIDO** fica **CONCEDIDO** ao Senhor **JACÓ DE SOUZA DOS SANTOS,** efetivo no cargo de Professor, lotado na Secretaria Municipal de Educação, licença para atividades políticas no período de 15 de agosto de 2020 a 15 de novembro de 2020.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data sua publicação.

.

Artigo 3º - Revogam se as disposições em contrario.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 14 de agosto de 2020.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 193/2020

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA ATIVIDADES POLÍTICAS DE SERVIDORES PÚBLICOS EFETIVOS DO MUNICÍPIO DE CARLINDA/MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Artigo 1º - **A PEDIDO** fica **CONCEDIDO** a Senhora**SOLANGE APARECIDA DOREA FRANCO, efetiva no** cargo de AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, licença para atividades políticas no período de 15 de agosto de 2020 a 15 de novembro de 2020.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data sua publicação.

.

Artigo 3º - Revogam se as disposições em contrario.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 14 de agosto de 2020.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 189/2020

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA ATIVIDADES POLÍTICAS DE SERVIDORES PÚBLICOS EFETIVOS DO MUNICÍPIO DE CARLINDA/MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Artigo 1º - **A PEDIDO** fica **CONCEDIDO** ao Senhor **GILBERTO PISKLEVTZ,** efetivo no cargo de Técnico em Agropecuária, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária, Indústria, Comércio, Meio Ambiente e Turismo, licença para atividades políticas no período de 15 de agosto de 2020 a 15 de novembro de 2020.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data sua publicação.

.

Artigo 3º - Revogam se as disposições em contrario.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 14 de agosto de 2020.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 187/2020

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA ATIVIDADES POLÍTICAS DE SERVIDORES PÚBLICOS EFETIVOS DO MUNICÍPIO DE CARLINDA/MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Artigo 1º - **A PEDIDO** fica **CONCEDIDO** a Senhora **REGIANI MACARONELI CARDOSO GOMES,** efetiva no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, licença para atividades políticas no período de 15 de agosto de 2020 a 15 de novembro de 2020.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data sua publicação.

.

Artigo 3º - Revogam se as disposições em contrario.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 14 de agosto de 2020.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 186//2020

SÚMULA: "SUSPENDE LICENÇA PREMIO DA SERVIDORA REGIANI MACARONELI CARDOSO GOMES E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO, Portaria nº. 129/2020.

CONSIDERANDO, Portaria nº. 187/2020.

CONSIDERANDO; Artigo 122 da Lei Municipal nº. 892/2015;

RESOLVE:

Artigo 1º - **SUSPENDER**, a partir do dia 15 de agosto de 2020 até 15 de Novembro de 2020 o gozo da Licença Prêmio da servidora **REGIANI MACARONELI CARDOSO GOMES**, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, sem prejuízo à servidora, que terá o direito de gozar o período suspenso em outra data.

Artigo 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 14 de agosto de 2020.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 191/2020

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA ATIVIDADES POLÍTICAS DE SERVIDORES PÚBLICOS EFETIVOS DO MUNICÍPIO DE CARLINDA/MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Artigo 1º - **A PEDIDO** fica **CONCEDIDO** ao Senhor **VALTER DE SOUZA SÁ,** efetivo no cargo de Motorista CNH A/B, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social, licença para atividades políticas no período de 15 de agosto de 2020 a 15 de novembro de 2020.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data sua publicação.

.

Artigo 3º - Revogam se as disposições em contrario.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 14 de agosto de 2020.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

LICITAÇÃO
TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO Nº 035/2020

TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO Nº 035/2020

O MUNICIPIO DE CARLINDA, pessoa jurídica de direito público, com sede à Av. Tancredo de Almeida Neves, inscrita no CNPJ sob n.º 01.617.905/0001-78, representada neste ato pela Prefeita Municipal, Srª. **CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO,** brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade nº 1165982-3 SSP/MT, inscrito no CPF sob o nº 854.225.171-72, residente e domiciliada na Estrada F, Comunidade São Francisco, zona rural, Município de Carlinda, Estado de Mato Grosso, e, de outro lado, a empresa **C. CEZAR DOS SANTOS EIRELI ME CNPJ 34.134.962/0001-55** situada na Jorge Amado, s/nº, bairro Jardim Novo Horizonte, município de Poxoréo/MT, CEP: 78.800-00, sendo representada pelo Sr. CARLOS CEZAR DOS SANTOS portador do RG 142174864 SSP/MT e CPF 997.003.101-59, doravante denominada **Contratada**, resolvem rescindir o contrato nº 035/2020, com fulcro nos artigos 78, inc. XII e 79, inc. I, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1.993, e ainda mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O presente Termo tem por objeto a RESCISÃO do **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA APLICAÇÃO DE LAMA ASFALTICA EM RUAS E AVENIDAS DO MUNICIPIO DE CARLINDA/MT.**

CLÁUSULA SEGUNDA – DA MOTIVAÇÃO

2.1. A presente rescisão tem como motivação a alteração no projeto básico, gerando assim um novo processo licitatório na mesma modalidade. Logo, no presente momento, a referida contratação não se mostra mais conveniente e oportuna para Administração, pois trará economia aos cofres públicos, justificando, assim, a presente rescisão.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

3.1. A rescisão ora efetivada, encontra respaldo naquilo disposto nos artigos 78, inc. XII e 79, inc. II, todos da Lei Federal n° 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA - DA LIQUIDAÇÃO DAS DESPESAS

4.1. Todas as despesas do Contrato ora rescindido, serão pagas integralmente pelo **CONTRATANTE**, na forma pactuada e executada até a presente data, não restando, a partir de então, mais nada a ressarcir à **CONTRATADA.**

CLÁUSULA QUINTA - DA PUBLICAÇÃO

5.1. O CONTRATANTE providenciará a publicação deste Termo de Rescisão, por extrato, que será publicado no Diário Oficial, nos termos do parágrafo único, artigo 61, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, correndo as respectivas despesas à suas expensas.

E, por estarem de pleno acordo, assinam o presente Termo de Rescisão em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para todos os fins, perante as testemunhas abaixo.

Carlinda - MT, 14 de Agosto de 2020.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

PREFEITA MUNICIPAL

CONTRATANTE

C. CEZAR DOS SANTOS EIRELI ME

CNPJ 34.134.962/0001-55

CONTRATADA

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 194/2020

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA ATIVIDADES POLÍTICAS DE SERVIDORES PÚBLICOS EFETIVOS DO MUNICÍPIO DE CARLINDA/MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Artigo 1º - **A PEDIDO** fica **CONCEDIDO** ao Senhor **IVONILDO LIMA BARBOSA,** efetivo no cargo de Educador Físico, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, licença para atividades políticas no período de 15 de agosto de 2020 a 15 de novembro de 2020.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data sua publicação.

.

Artigo 3º - Revogam se as disposições em contrario.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 14 de agosto de 2020.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES

LEI N° 1.838 DE 14 DE AGOSTO DE 2020

LEI N° 1.838 DE 14 DE AGOSTO DE 2020

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DO ART. 1° INCISO I, DA LEI MUNICIPAL N° 1.826/2020.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA, Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º – O inciso I, do art. 1º da Lei Municipal nº 1.826/2020 passa a viger com a seguinte redação:

I – até o limite de 30% (trinta por cento) da despesa inicialmente fixada Lei Municipal nº 1.821/2019, para abertura de créditos suplementares à conta de recursos provenientes de anulação parcial ou total de dotações, e provenientes de excesso de arrecadação.

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de agosto de 2020.

Chapada dos Guimarães-MT, 14 de Agosto de 2020.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA

Prefeita Municipal

COVID-19: LEI N° 1.839 DE 14 DE AGOSTO DE 2020

LEI N° 1.839 DE 14 DE AGOSTO DE 2020

Autoriza o Poder Executivo a abertura de crédito adicional no orçamento vigente, para o custeio de ações na Prevenção do COVID-19, vinculados ao Fundo Municipal de Assistência Social, e dá outras providências;

APrefeita Municipal de Chapada dos Guimarães, Estado de Mato Grosso, **THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA**, considerando o disposto pelo § 2º, do Art. 167 da Constituição Federal, combinado com o estabelecido no inciso II, Art. 41 da Lei federal nº. 4.320/64, faz saber que a Câmara Municipal de Chapada dos Guimarães – MT, aprova e ele **sanciona** a seguinte Lei:

Art. 1º – Fica autorizado a abertura de crédito Adicional Especial no orçamento vigente, Lei Municipal nº 1.821/2019, no valor de **R$ 62.475,00 (Sessenta e Dois Mil, Quatrocentos e Setenta e Cinco Reais)**,a ser utilizado no custeio de ações e serviços públicos de Assistência Social, necessários para o enfrentamento e prevenção do Corona Vírus – COVID-19, a ser consignado nas seguintes Dotações Orçamentárias:

ÓRGÃO	11	Secretaria Municipal de Assistência Social	
Unidade	003	Fundo Municipal de Assistência Social	
Função	08	Assistência Social	
Sub-função	244	Assistência Comunitária	
Programa	0075	COVID19	
Atividade	2.0246	Enfrentamento do COVID-19 – FMAS	
Descrição	Conjunto de medidas que se fizerem necessárias ao enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente da pandemia causada pelo agente Coronavírus (COVID-19), mediante ações de prevenção, preparação e assistência à população, bem como outras despesas necessárias para o seu enfrentamento.		
Produto	Ação Realizada.		
Especificação do Produto	Realização da ação coordenada de enfrentamento do corona vírus no âmbito do Município.		
Beneficiário / Público Alvo	Sociedade Brasileira / População.		
Elemento Despesa	**Descrição**	**Fonte**	**R$ Valor**
33.90.32.00.00.00	Material de Distribuição Gratuita	**1.29.074000**	**62.475,00**
33.90.30.00.00.00	Material de Consumo		
33.90.36.00.00.00	Outros Serviços Terceiros - Pessoa Física		
33.90.39.00.00.00	Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica		
44.90.52.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente		

Art. 2º Para amparar o crédito aberto no artigo anterior, serão utilizados os recursos mencionados no Art. 43, inciso II da Lei Federal nº. 4.320/1964, provenientes do Excesso de Arrecadação das transferências realizadas pelo Fundo Nacional de Assistência Social por meio da Portaria n°. 369/2020 e Incrementos Temporários de caráter Fundo a Fundo.

Art. 3º Autoriza à inclusão da programação orçamentária que trata o artigo 1º desta lei, ao Anexo de Metas e Prioridades da Lei Municipal n°. 1.817/2019, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2020 - LDO, e na Lei Municipal nº. 1.752/2017, Plano Plurianual 2018/2021.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Chapada dos Guimarães/MT, 14 de Agosto de 2020.

Thelma Pimentel Figueiredo de Oliveira

Prefeita Municipal

COVID-19: LEI N° 1.840 DE 14 DE AGOSTO DE 2020

LEI N° 1.840 DE 14 DE AGOSTO DE 2020

Autoriza o Poder Executivo a abertura de credito adicional no orçamento vigente, para o custeio de ações da Lei Complementar nº 173, de 27 de Maio de 2020, e dá outras providencias;

APrefeita Municipal de Chapada dos Guimarães, Estado de Mato Grosso, **THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA**, considerando o disposto pelo § 2º, do Art. 167 da Constituição Federal, combinado com o estabelecido no inciso II, Art. 41 da Lei federal nº. 4.320/64, faz saber que a Câmara Municipal de Chapada dos Guimarães - MT, aprova e ele **sanciona** a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizado a abertura de crédito Adicional Especial no orçamento vigente, Lei Municipal nº 1.821/2019, no valor de **R$ 286.078,64 (Duzentos e Oitenta e Seis Mil, Setenta e Oito Reais e Sessenta e Quatro Centavos), com base ao art. 5., I, da Lei Complementar 173/2020** a ser utilizado no custeio de ações e serviços públicos de Saúde e Assistência Social, necessários para o enfrentamento do Corona Vírus – COVID-19, a ser consignado nas seguintes Dotações Orçamentárias:

ÓRGÃO	10	Secretaria Municipal de Saúde.
Unidade	001	Fundo Municipal de Saúde.
Função	10	Saúde.
Sub-função	122	Administração Geral
Programa	0075	COVID19
Atividade	2.0247	Enfrentamento da pandemia causada pelo agente Coronavírus (COVID-19), LC 173, Art. 5. I
Descrição	Conjunto de medidas que se fizerem necessárias ao enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente da pandemia causada pelo agente Coronavírus (COVID-19), mediante ações de prevenção, preparação e assistência à população, bem como outras despesas necessárias para o seu enfrentamento.	
Produto	Ação Realizada.	
Especificação do Produto	Realização da ação coordenada de enfrentamento do corona vírus no âmbito do Município.	
Beneficiário / Público Alvo	Sociedade Brasileira / População.	

Elemento Despesa	Descrição	Fonte	R$ Valor
31.90.04.00.00.00	Contratação por Tempo Determinado	**1.26.076000**	**228.862,91**
31.90.11.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil		
33.90.30.00.00.00	Material de Consumo		
33.90.32.00.00.00	Material de Distribuição Gratuita		
33.90.36.00.00.00	Outros Serviços Terceiros – Pessoa Física		
33.90.39.00.00.00	Outros Serviços Terceiros – Pessoa Jurídica		
44.90.52.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente		

ÓRGÃO	11	Secretaria Municipal de Assistência Social
Unidade	003	Fundo Municipal de Assistência
Função	08	Assistência Social
Sub-função	244	Assistência Comunitária
Programa	0075	COVID 19
Atividade	2.0248	Enfrentamento da pandemia causada pelo agente Coronavírus (COVID-19) LC 173, Art. 5. I
Descrição	Conjunto de medidas que se fizerem necessárias ao enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente da pandemia causada pelo agente Coronavírus (COVID-19), mediante ações de prevenção, preparação e assistência à população, bem como outras despesas necessárias para o seu enfrentamento.	
Produto	Ação Realizada.	
Especificação do Produto	Realização da ação coordenada de enfrentamento do corona vírus no âmbito do Município.	
Beneficiário / Público Alvo	Sociedade Brasileira / População.	

Elemento Despesa	Descrição	Fonte	R$ Valor
31.90.04.00.00.00	Contratação por Tempo Determinado	**1.27.076000**	**57.215,73**
31.90.11.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil		
33.90.32.00.00.00	Material de Distribuição Gratuita		
33.90.30.00.00.00	Material de Consumo		
33.90.32.00.00.00	Material de Distribuição Gratuita		
33.90.36.00.00.00	Outros Serviços Terceiros - Pessoa Física		
33.90.39.00.00.00	Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica		
44.90.52.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente		

Art. 2º - Fica autorizado a abertura de crédito Adicional Suplementar no orçamento vigente, Lei Municipal nº 1.821/2019, no valor de **R$ 5.167.135,12 (Cinco Milhões, Cento e Sessenta e Sete Mil, Cento e Trinta e Cinco Reais e Doze centavos), com base ao art. 5., II, da Lei Complementar 173/ 2020** a ser utilizado no reforço das Ações das Dotações Orçamentárias já existentes no Orçamento Municipal, vinculados conforme Fonte de recursos, em virtude da Mitigação dos efeitos Financeiros Causados pelo COVID-19:

ÓRGÃO	FONTE	VALOR
Secretaria Municipal de Educação	**1.01.077000**	**5.167.135,12**
Secretaria Municipal de Saúde	**1.02.077000**	
Gabinete da Prefeita	**1.00.077000**	
Secretaria Mun. de Planejamento e Orçamento		
Secretaria Mun. de Administração		
Secretaria Mun. de Fazenda e Finança		
Secretaria Mun. De Governo e Comunicação		
Secretaria Mun. de Agricultura Assuntos Fundiários		
Secretaria Mun. de Obras e Serviços Urbanos		
Secretaria Mun. de Assistência Social		
Secretaria Mun. De Turismo, Cultura e Meio Ambiente		
Secretaria Mun. De Esporte e Lazer		

Art. 3º Para amparar os créditos abertos nos artigos anteriores, serão utilizados os recursos mencionados no Art. 43, inciso II da Lei Federal nº. 4.320/ 1964, provenientes do Excesso de Arrecadação das transferências realizadas pela Lei Complementar nº 173 de 27/05/2020, art. 5º, I e II.

Art. 4º Autoriza à inclusão da programação orçamentária que trata o artigo 1º desta lei, ao Anexo de Metas e Prioridades da Lei Municipal n°. 1.817/ 2019, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2020 - LDO, e na Lei Municipal nº. 1.752/2017, Plano Plurianual 2018/2021.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, tendo efeitos retroativos a 09 de Junho de 2020 e revogando as disposições em contrário.

Chapada dos Guimarães/MT, 14 de Agosto de 2020.

Thelma Pimentel Figueiredo de Oliveira

Prefeita Municipal

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 418/GP/2020 EM, 14 DE AGOSTO DE 2020.

Portaria nº 418/GP/2020

Em, 14 de agosto de 2020.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA, Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães-MT, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E

DISTRATAR – À Prestadora de Serviços, na situação de contratada **Sr.ª ELIANE RODRIGUES RIBEIRO,** portadora do RG nº 1120352-8 e CPF nº 832.381.151-20, na função de PROFESSOR II 30 HORAS, lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO, a partir de 10/08/2020.

Esta portaria entra em vigor a partir de 10/08/2020.

REGISTRADA

PUBLICADA

CUMPRA-SE

Chapada dos Guimarães-MT, 14 de agosto de 2020.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA

Prefeita Municipal

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 417/GP/2020 EM, 14 DE AGOSTO DE 2020.

Portaria nº 417/GP/2020

Em, 14 de agosto de 2020.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA, Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães-MT, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E

CONCEDER – A Servidora Pública Municipal efetiva **Sr.ª LILIANE DA SILVA OCAMPOS,** portadora do RG nº 748404 e CPF nº 537.404.401-04, no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO, lotada na SECRETARIA DE SAÚDE, Licença para Atividade Política, concorrendo ao Cargo Eletivo nas Eleições de 15 de novembro de 2020, conforme processo protocolado de nº 1897/2020, em conformidade com o artigo 97 da Lei Municipal nº 581/91.

A Licença de que se trata a presente portaria terá início em 15/08/2020 e termino até o décimo dia seguinte à eleição, o servidor fará jus a licença remunerada, como se em efetivo exercício estivesse. Artigo 97 – parágrafo 2º da citada Lei.

Esta portaria entra em vigor a partir de 15/08/2020.

REGISTRADA

PUBLICADA

CUMPRA-SE

Chapada dos Guimarães-MT, 14 de agosto de 2020.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA

Prefeita Municipal

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 413/GP/2020 EM, 14 DE AGOSTO DE 2020.

Portaria nº 413/GP/2020

Em, 14 de agosto de 2020.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA, Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães-MT, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E

CONCEDER – A Servidora Municipal Pública efetiva **Sr.ª MARIA JOSE ALVES BARBOSA,** portadora do RG nº 01122207 e CPF nº 138.497. 941-72, no cargo de PROFESSOR III 30 HORAS, lotada na SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**,** 30 (trinta) dias de afastamento do trabalho por motivo de saúde, conforme Perícia Médica do Dr.º Carlos Emanoel Baçan – CRM/ MT 6329, de acordo com o artigo 210 da Lei Municipal 581/91.

Terá início em 05/08/2020 e término em 03/09/2020, devendo a servidora apresentar- se ao trabalho em 04/09/2020.

Esta portaria entra em vigor com efeitos retroativos a partir de 05/08/2020.

REGISTRADA

PUBLICADA

CUMPRA-SE

Chapada dos Guimarães-MT, 14 de agosto de 2020.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA

Prefeita Municipal

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 416/GP/2020 EM, 14 DE AGOSTO DE 2020.

Portaria nº 416/GP/2020

Em, 14 de agosto de 2020.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA, Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães-MT, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E

DISTRATAR – À Prestadora de Serviços, na situação de contratada **Sr.ª SILBENE SEBASTIANA DOS SANTOS,** portadora do RG nº 180032818 e CPF nº 016.461.451-60, na função de AUXILIAR EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL, lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO, a partir de 15/08/2020.

Esta portaria entra em vigor a partir de 15/08/2020.

REGISTRADA

PUBLICADA

CUMPRA-SE

Chapada dos Guimarães-MT, 14 de agosto de 2020.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA

Prefeita Municipal

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 415/GP/2020 EM, 14 DE AGOSTO DE 2020.

Portaria nº 415/GP/2020

Em, 14 de agosto de 2020.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA, Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães-MT, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E

CONCEDER – A Servidora Pública Municipal efetiva **Sr.ª HELIA MARIA MOREIRA PACHECO DE MELLO,** portadora do RG nº 345636 e CPF nº 384.384.101-20, no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO, lotada na SECRETARIA DE FINANÇAS, Licença para Atividade Política, concorrendo ao Cargo Eletivo nas Eleições de 15 de novembro de 2020, conforme processo protocolado de nº 1897/2020, em conformidade com o artigo 97 da Lei Municipal nº 581/91.

A Licença de que se trata a presente portaria terá início em 15/08/2020 e termino até o décimo dia seguinte à eleição, o servidor fará jus a licença remunerada, como se em efetivo exercício estivesse. Artigo 97 – parágrafo 2º da citada Lei.

Esta portaria entra em vigor a partir de 15/08/2020.

REGISTRADA

PUBLICADA

CUMPRA-SE

Chapada dos Guimarães-MT, 14 de agosto de 2020.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA

Prefeita Municipal

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 414/GP/2020 EM, 14 DE AGOSTO DE 2020.

Portaria nº 414/GP/2020

Em, 14 de agosto de 2020.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA, Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães-MT, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E

CONCEDER – Ao Servidor Público Municipal efetivo **Sr.º CARLOS EDUARDO DE LIMA OLIVEIRA,** portador do RG nº 15291634 e CPF nº 004.620.841-08, no cargo de TECNICO DE INFORMATICA, lotado na SECRETARIA DE ADMINISTRACAO, Licença para Atividade Política, concorrendo ao Cargo Eletivo nas Eleições de 15 de novembro de 2020, conforme processo protocolado de nº 1897/2020, em conformidade com o artigo 97 da Lei Municipal nº 581/91.

A Licença de que se trata a presente portaria terá início em 15/08/2020 e termino até o décimo dia seguinte à eleição, o servidor fará jus a licença remunerada, como se em efetivo exercício estivesse. Artigo 97 – parágrafo 2º da citada Lei.

Esta portaria entra em vigor a partir de 15/08/2020.

REGISTRADA

PUBLICADA

CUMPRA-SE

Chapada dos Guimarães-MT, 14 de agosto de 2020.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA

Prefeita Municipal

GABINETE DA PREFEITA
ATO Nº 072/2020.

ATO Nº 072/2020.

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DA DIRETORA DA ESCOLA PROFESSORA MARIA LUÍZA DE ARAÚJO GOMES DO MUNICÍPIO.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA, Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães/MT, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

I – **EXONERAR** a pedido a Sra. **ELIANE RODRIGUES RIBEIRO** do cargo de Diretora da Escola Professora Maria Luíza de Araújo Gomes do Município de Chapada dos Guimarães/MT.

II – Este ato entra em vigor na data da sua publicação.

III – REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães/MT, 14 de agosto de 2020.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA

Prefeita Municipal

LEI N° 1.841 DE 14 DE AGOSTO DE 2020

LEI N° 1.841 DE 14 DE AGOSTO DE 2020

"**Autoriza abertura de crédito adicional suplementar, no Orçamento Geral do Município, do Exercício Financeiro de 2020, em cumprimento ao Art. 29-A da C.F. e Emenda Constitucional n.º 58/2009 e dá outras providências".**

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA, Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães, Estado de Mato Grosso, no uso de suas

atribuições legais, faz saber que à Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono a seguinte:

Artigo 1º – Fica aberto no Orçamento Programa vigente, Lei Municipal **nº 1.821/2019 – Lei Orçamentária Anual**, um Credito Adicional Suplementar no valor de **R$ 146.624,94 (Cento e Quarenta e Seis Mil, Seiscentos e Vinte e Quatro Reais e Noventa e Quatro Centavos),** a ser Suplementado no seguinte Órgão:

Órgão	01 – Câmara Municipal de Chapada dos Guimarães
Unid. Orç.	001 – Câmara Municipal de Chapada dos Guimarães
Função	01 – Legislativa
Sub-Função	031 – Ação Legislativa
Programa	0001 – Legislativo Municipal
Valor R$	**146.624,94**

Art. 2º - Para amparar o Crédito aberto no artigo anterior, serão utilizados os recursos mencionados no artigo 43, Inciso III, da Lei 4.320/64, proveniente de anulação total ou parcial de Dotações Orçamentárias com saldo disponível junto ao orçamento do Executivo Municipal.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Chapada dos Guimarães/MT, 14 de Agosto de 2020.

Thelma Pimentel Figueiredo de Oliveira

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

RH
PORTARIA N° 520/2020

DATA: 14 de Agosto de 2020.

SÚMULA: Conceder Licença para Atividade Política de 03 meses ao Sr. **Antônio Candido da Silva** e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, ALTAMIR KURTEN, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a pedido, Licença para Atividade Política o servidor Sr. **Antônio Candido da Silva**, ocupante do cargo efetivo de **Professor 30 horas**, Matricula n° 18, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 14 de Agosto de 2020.

ALTAMIR KURTEN

Prefeito Municipal

REGISTRE - SE

PUBLIQUE - SE

CUMPRE - SE

RH
PORTARIA N° 519/2020

DATA: 14 de Agosto de 2020.

SÚMULA: Conceder Licença para Atividade Política de 03 meses a Sra. **Sirlei Andrighi de Lima** e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, ALTAMIR KURTEN, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a pedido, Licença para Atividade Política a servidora Sra. **Sirlei Andrighi de Lima**, ocupante do cargo efetivo de **Vigia**, Matricula n° 2460, lotada na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 14 de Agosto de 2020.

ALTAMIR KURTEN

Prefeito Municipal

REGISTRE - SE

PUBLIQUE - SE

CUMPRE - SE

RH
PORTARIA N° 524/2020

DATA: 14 de Agosto de 2.020.

SÚMULA: Nomeia em cargo comissionado a Sra. **Bruna Teixeira Hoshino e** dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, ALTAMIR KÜRTEN, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

RESOLVE:

Art.1° **- Nomeia em cargo comissionado a** Sra. **Bruna Teixeira Hoshino,** portadora do RG Nº 1579457-1 SSP/MT e inscrito no CPF nº 034.271.741.31, do cargo de Advogada, para o cargo de Chefe de Gabinete, lotada no Gabinete do Prefeito.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 14 de Agosto de 2.020.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

REGISTRE - SE

PUBLIQUE - SE

CUMPRE - SE

RH
PORTARIA N° 518/2020

DATA: 14 de Agosto de 2020.

SÚMULA: Conceder Licença para Atividade Política de 03 meses a Sra. **Izolete Adriane Guareze** e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, ALTAMIR KURTEN, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a pedido, Licença para Atividade Política a servidora Sra. **Izolete Adriane Guareze**, ocupante do cargo efetivo de **Nutrição Escolar**, Matricula n° 1194, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 14 de Agosto de 2020.

ALTAMIR KURTEN

Prefeito Municipal

REGISTRE - SE

PUBLIQUE - SE

CUMPRE - SE

RH
PORTARIA N° 521/2020

DATA: 14 de Agosto de 2020.

SÚMULA: Revoga FG- 06 de R$ 300,00 Presidente da Comissão de Licitação a Sra. **Aline Mass Serafim** e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, ALTAMIR KÜRTEN, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

RESOLVE:

Art.1° - Revoga FG- 06 de R$ 300,00 Presidente da Comissão de Licitação a Sra. **Aline Mass Serafim,** portadora do RG n° 19526296 SSP/MT e CPF n° 022.412.561-37no Cargo de Coordenador de Departamento, lotada na Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus ao dia 03 de Agosto de 2.020.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 14 de Agosto de 2020.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

REGISTRE - SE

PUBLIQUE - SE

CUMPRE - SE

RH
PORTARIA N° 523/2020

DATA: 14 de Agosto de 2.020.

SÚMULA: Nomeia em cargo comissionado o Sr. **Lywderlan de Sousa Rodrigues e** dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, ALTAMIR KÜRTEN, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

RESOLVE:

Art.1° **- Nomeia em cargo comissionado o** Sr. **Lywderlan de Sousa Rodrigues,** portador do RG Nº 1606919-6 SSP/MT e inscrito no CPF nº 013. 167.431.52, do cargo de Vigia, para o cargo de Diretor de Departamento, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 14 de Agosto de 2.020.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

REGISTRE - SE

PUBLIQUE - SE

CUMPRE - SE

RH
PORTARIA N° 522/2020

DATA: 14 de Agosto de 2020.

SÚMULA: Revoga FG- 08 de R$ 150,00 Equipe de Apoio de Licitação a Sra. **Edineia Valtrick** e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipalde Cláudia, Estado de Mato Grosso, ALTAMIR KÜRTEN, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

RESOLVE:

Art.1° - Revoga FG- 08 de R$ 150,00 Equipe de Apoio de licitação a Sra. **Edineia Valtrick,** portadora do RG n° 1477848-3 SSP/MT e CPF n° 980. 578.711.72 no Cargo de Assistente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 03 de Agosto de 2020.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 14 de Agosto de 2020.

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

REGISTRE - SE

PUBLIQUE - SE

CUMPRE - SE

PREFEITURA MUNICIPAL DE COCALINHO

DECRETO MUNICIPAL Nº 1835/2020, 14 DE AGOSTO DE 2020.

DECRETO MUNICIPAL Nº 1835/2020, DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

"Dispõe sobre rescisão do contrato a pedido de servidor e dá outras providências".

A Prefeita Municipal de Cocalinho, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e pelo Artigo 37, Inciso II da Constituição Federal;

DECRETA:

Art. 1º. Fica rescindido o contrato do servidor no cargo de agente de Serviços Urbanos referente ao Processo Seletivo 01/2018, o senhor **LUZIMAR MARTINS DOS SANTOS**, portador da CI-RG n° 5279417 SPTC-GO e inscrito no CPF n° 003.768.271-73;

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação**;**

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE COCALINHO, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS QUATORZE DIAS DO MÊS DE AGOSTO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE.

Dalva Maria de Lima Peres

Prefeita Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº 1834/2020, 14 DE AGOSTO DE 2020.

DECRETO MUNICIPAL Nº 1834/2020, 14 DE AGOSTO DE 2020.

"Dispõe sobre desincompatibilização a pedido de servidor e dá outras providências".

A Prefeita Municipal de Cocalinho, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e pelo Artigo 37, Inciso II da Constituição Federal;

DECRETA:

Art. 1º. Ficam **desincompatibilizados** os servidores a pedido, de cargos efetivos no município de Cocalinho - MT:

A) **KÁRITA NAYARA RODRIGUES**, portador da CI-RG n° 5100653 SSP-GO e inscrito no CPF n° 021.100.441-36, desincompatibilizada do cargo efetivo de Agente de Serviços Urbanos;

B)**EULLENIZIA PEREIRA MATOS ANDRADE**, portador da CI-RG n° 2865179-0 SSP-MT e inscrito no CPF n° 967.280.941-72 desincompatibilizada do cargo efetivo de Agente de Serviços Urbanos;

C) **FÁBIO ARRUDA PEREIRA**, portador da CI-RG n° 1127969-9 SSP-MT e inscrito no CPF n° 889.779.431-91, desincompatibilizado do cargo efetivo de vigilante;

D) **ÉRICO ALVES BARRETO**, portador da CI-RG n° 4225267 DGPC-GO e inscrito no CPF n° 848.743.251-41, desincompatibilizado do cargo efetivo de motorista de veículo leve;

F) **LUCINEIDE LOPES DE SOUZA MESQUITA**, portador da CI-RG n° 12512168 SESP-MT e inscrito no CPF n° 879.106.321-34, desincompatibilizada do cargo efetivo de recepcionista;

G) **FERNANDO HUMBERTO AGUIAR DE SOUZA**, portador da CI-RG n° 13501895 SSP-MT e inscrito no CPF n° 030.350.991-03, desincompatibilizado do cargo efetivo de Nutricionista;

H) **WISLEY ARAÚJO SILVA**, portador da CI-RG n° 4110716/2ªvia DGPC-GO e inscrito no CPF n° 011.437.841-03, desincompatibilizado do cargo efetivo de auxiliar de mecânica e manutenção;

I) **ALFREDO PEREIRA TIAGO NETO**, portador da CI-RG n° 4110716/2ª-via DGPC-GO e inscrito no CPF n° 011.437.841-03, desincompatibilizado do cargo efetivo de apoio educacional de transporte;

J) **PAULO FERREIRA XAVIER**, portador da CI-RG n° 1221034/2ªvia DGPC-GO e inscrito no CPF n° 260.794.451-15, desincompatibilizado do cargo efetivo de Pedreiro;

K) **ALDENOR PEREIRA DE OLIVEIRA FILHO**, portador da CI-RG n° 1030330-8 SSP-MT e inscrito no CPF n° 951.605.741-15, desincompatibilizado do cargo efetivo de técnico de análises clínica;

l) **CARLOS ROBERTO JERÔNIMO DA SILVA**, portador da CI-RG n° 1035699-1 SSP-MT e inscrito no CPF n° 777.169.811-53, desincompatibilizado do cargo efetivo de Jardineiro; **Art. 2º.** Este decreto entra em vigor na data de sua publicação**;**

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE COCALINHO, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS QUATORZE DIAS DO MÊS DE AGOSTO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE.

Dalva Maria de Lima Peres

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER

DEPARTAMENTO PESSOAL
ESTADO DE MATO GROSSO PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Ofício nº 215/2020/SME	Colíder, 12 de agosto de 2020.

Senhor Secretário:

Solicitamos a concessão de licença prêmio aos profissionais da educação, conforme quadro:

ESCOLA FÁBIO RIBEIRO DA CRUZ

NOME	CARGO	PERÍODO	Total dias	Período aquisitivo
1. Luzia Cavalcante da Silva	Manutenção	10/08/20 a 08/09/20	30	2012/2017

ESCOLA CRIANÇA ESPERANÇA

NOME	CARGO	PERÍODO	Total dias	Período aquisitivo
1. Maria Lucilene de Jesus Santos	Manutenção	09/09/20 a 08/10/20	30	2014/2019

ESCOLA BOM JESUS

NOME	CARGO	PERÍODO	Total dias	Período aquisitivo
1. Geni Dias Zacome	Nutrição	10/08/20 a 08/09/20	30	2015/2020
2. Noeli Ribeiro de Oliveira	Manutenção	02/09/20 a 31/10/20	60	2014/2019

ESCOLA SANTA PAULINA

NOME	CARGO	PERÍODO	Total dias	Período aquisitivo
1. Antônia Maria Custódio	TDI	10/08/20 a 08/09/20	30	2011/2016

Atenciosamente,

Ao Senhor Vanderlei Aparecido Borges da Silva,

Secretário Municipal de Planejamento, Fazenda e Administração,

Colíder/MT.

MBM

DEPARTAMENTO PESSOAL
ESTADO DE MATO GROSSO PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Ofício nº 218/2020/SME	Colíder, 12 de agosto de 2020.

Senhor Secretário:

Solicitamos uma errata no Ofício nº 206/2020 no quadro anexo 3 concessão de licença prêmio onde consta o servidor Luiz Cesar de Souza em licença prêmio de 03/08/20 a 01/10/20, sendo o correto licença prêmio no período de 13/08/20 a 11/10/20 (60 dias) referente ao período aquisitivo 2012/2017.

Atenciosamente,

.

Ao Senhor Vanderlei Aparecido Borges da Silva,

Secretário Municipal de Planejamento, Fazenda e Administração,

Colíder/MT.

LS

ERRATA

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Ofício nº 206/2020/SME	Colíder, 31 de julho de 2020.

Senhor Secretário:

Considerando a concessão de licença prêmio dos profissionais da educação publicada em 10/06/2020 para o período de 09/06/20 a 06/09/20 (90 dias), solicitamos a interrupção a partir do dia 08/08/20, conforme quadro anexo 1.

Solicitamos também a concessão de férias dos funcionários conforme quadro anexo 2 e de licença prêmio no quadro anexo 3.

Atenciosamente,

Ao Senhor Vanderlei Aparecido Borges da Silva,

Secretário Municipal de Planejamento, Fazenda e Administração,

Colíder/MT.

MBM

ERRATA:

Na publicação do dia 07 de agosto de 2020, Edição 3538, às páginas 151 e 153 do Jornal Oficial dos Municípios do Estado de Mato Grosso – AMM.

Onde se lê:

Quadro 1 – Interrupção de licença prêmio

NOME	CARGO	PERÍODO	TOTAL DIAS	PERÍODO AQUISITIVO
Debora Mirian Martins Rodrigues Soares	Professor	09/06/20 a 07/08/20	60	2012/2017
Marcia da Silva Furlanetto	Professor	09/06/20 a 07/08/20	60	2014/2019
Neide de Oliveira da Silva	TDI	09/06/20 a 07/08/20	60	2014/2019

Quadro 2 – Concessão de férias

ESCOLA GUSTAVO GUARAGNI

NOME	CARGO	PERÍODO	TOTAL DIAS	PERÍODO AQUISITIVO
1. Maria Conceição Pinto dos Santos	TDI	03/08/20 a 14/08/20	12	2019/2020
2. Silvania Rodrigues Salomão	TDI	03/08/20 a 01/09/20	30	2011/2016 (30)

ESCOLA ATALAIA

NOME		PERÍODO	TOTAL DIAS	PERÍODO AQUISITIVO
1. Angela Monteiro dos Santos	Professor	03/08/20 a 01/09/20	30	2019/2020

Quadro 3 – Concessão de Licença Prêmio

ESCOLA IVANIRA MOREIRA JUNGLOS

NOME	CARGO	PERÍODO	TOTAL DIAS	PERÍODO AQUISITIVO
1. Pedro Leonir Camargo	Vigia	10/08/20 a 08/09/20	30	2012/2017

ESCOLA SOL NASCENTE

NOME	CARGO	PERÍODO	TOTAL DIAS	PERÍODO AQUISITIVO
1. Claudinéia Vieira	Manutenção	10/08/20 a 08/09/20	30	2015/2020

ESCOLA FÁBIO RIBEIRO DA CRUZ

NOME	CARGO	PERÍODO	TOTAL DIAS	PERÍODO AQUISITIVO
1. Janete Bosquetti	Vigia	10/08/20 a 08/09/20	30	2011/2016
2. Leonildo Fernandes de Souza	Vigia	17/08/20 a 14/11/20	90	2011/2016
3. Edith Aparecida Muniz Terçariol	Professor	03/08/20 a 31/10/20	90	2015/2020
4. Franciele Altrão	Professor	03/08/20 a 01/09/20	30	2015/2020 (30)

ESCOLA CRIANÇA ESPERANÇA

NOME	CARGO	PERÍODO	TOTAL DIAS	PERÍODO AQUISITIVO
1. Maria Lucilene de Jesus Santos	Manutenção	10/08/20 a 08/09/20	30	2014/2019 (30)

ESCOLA JOSÉ DE FREITAS

NOME	CARGO	PERÍODO	TOTAL DIAS	PERÍODO AQUISITIVO
1. Hélio Antônio de Souza	Vigia	10/08/20 a 08/09/20	30	2014/2019 (60)

ESCOLA BOM JESUS

NOME	CARGO	PERÍODO	TOTAL DIAS	PERÍODO AQUISITIVO
1. Noeli Ribeiro de Oliveira	Manutenção	03/08/20 a 01/09/20	30	2014/2019 (60)

Secretaria Municipal de Educação

NOME	CARGO	PERÍODO	TOTAL DIAS	PERÍODO AQUISITIVO
1. Altamir Martins Macedo	Motorista	03/08/20 a 01/10/20	60	2012/2017 (30)
2. Francisco Alfredo Semeler	Motorista	03/08/20 a 14/08/20 17/08/20 a 15/10/20	12 60	2010/2015 2015/2020 (30)
3. João da Rocha	Motorista	08/09/20 a 06/11/20	60	2012/2017 (30)
4. Judineis Lima Goulart	Motorista	03/08/20 a 01/09/20	30	2013/2018(30)
5. Luiz Cesar de Souza	Vigia	03/08/20 a 01/10/20	60	2012/2017
6. Niuton Alves da Silva	Motorista	03/08/20 a 01/09/20	30	2014/2019 (30)

ESCOLA GUSTAVO GUARAGNI

NOME	CARGO	PERÍODO	TOTAL DIAS	PERÍODO AQUISITIVO
3. Silvania Rodrigues Salomão	TDI	03/08/20 a 01/09/20	30	2011/2016 (30)

Leia se:

Quadro 1 – Interrupção de licença prêmio

NOME	CARGO	PERÍODO	TOTAL DIAS	PERÍODO AQUISITIVO
Debora Mirian Martins Rodrigues Soares	Professor	09/06/20 a 07/08/20	60	2012/2017
Marcia da Silva Furlanetto	Professor	09/06/20 a 07/08/20	60	2014/2019
Neide de Oliveira da Silva	TDI	09/06/20 a 07/08/20	60	2014/2019

Quadro 2 – Concessão de férias

ESCOLA GUSTAVO GUARAGNI

NOME	CARGO	PERÍODO	TOTAL DIAS	PERÍODO AQUISITIVO
4. Maria Conceição Pinto dos Santos	TDI	03/08/20 a 14/08/20	12	2019/2020
5. Silvania Rodrigues Salomão	TDI	03/08/20 a 01/09/20	30	2011/2016 (30)

ESCOLA ATALAIA

NOME		PERÍODO	TOTAL DIAS	PERÍODO AQUISITIVO
2. Angela Monteiro dos Santos	Professor	03/08/20 a 01/09/20	30	2019/2020

Quadro 3 – Concessão de Licença Prêmio

ESCOLA IVANIRA MOREIRA JUNGLOS

NOME	CARGO	PERÍODO	TOTAL DIAS	PERÍODO AQUISITIVO
2. Pedro Leonir Camargo	Vigia	10/08/20 a 08/09/20	30	2012/2017

ESCOLA SOL NASCENTE

NOME	CARGO	PERÍODO	TOTAL DIAS	PERÍODO AQUISITIVO
2. Claudinéia Vieira	Manutenção	10/08/20 a 08/09/20	30	2015/2020

ESCOLA FÁBIO RIBEIRO DA CRUZ

NOME	CARGO	PERÍODO	TOTAL DIAS	PERÍODO AQUISITIVO
5. Janete Bosquetti	Vigia	10/08/20 a 08/09/20	30	2011/2016
6. Leonildo Fernandes de Souza	Vigia	17/08/20 a 14/11/20	90	2011/2016
7. Edith Aparecida Muniz Terçariol	Professor	03/08/20 a 31/10/20	90	2015/2020
8. Franciele Altrão	Professor	03/08/20 a 01/09/20	30	2015/2020 (30)

ESCOLA CRIANÇA ESPERANÇA

NOME	CARGO	PERÍODO	TOTAL DIAS	PERÍODO AQUISITIVO
2. Maria Lucilene de Jesus Santos	Manutenção	10/08/20 a 08/09/20	30	2014/2019 (30)

ESCOLA JOSÉ DE FREITAS

NOME	CARGO	PERÍODO	TOTAL DIAS	PERÍODO AQUISITIVO
2. Hélio Antônio de Souza	Vigia	10/08/20 a 08/09/20	30	2014/2019 (60)

ESCOLA BOM JESUS

NOME	CARGO	PERÍODO	TOTAL DIAS	PERÍODO AQUISITIVO
2. Noeli Ribeiro de Oliveira	Manutenção	03/08/20 a 01/09/20	30	2014/2019 (60)

Secretaria Municipal de Educação

NOME	CARGO	PERÍODO	TOTAL DIAS	PERÍODO AQUISITIVO
7. Altamir Martins Macedo	Motorista	03/08/20 a 01/10/20	60	2012/2017 (30)
8. Francisco Alfredo Semeler	Motorista	03/08/20 a 14/08/20 17/08/20 a 15/10/20	12 60	2010/2015 2015/2020 (30)
9. João da Rocha	Motorista	08/09/20 a 06/11/20	60	2012/2017 (30)
10. Judineis Lima Goulart	Motorista	03/08/20 a 01/09/20	30	2013/2018(30)
11. Luiz Cesar de Souza	Vigia	13/08/20 a 11/10/20	60	2012/2017
12. Niuton Alves da Silva	Motorista	03/08/20 a 01/09/20	30	2014/2019 (30)

ESCOLA GUSTAVO GUARAGNI

NOME	CARGO	PERÍODO	TOTAL DIAS	PERÍODO AQUISITIVO
6. Silvania Rodrigues Salomão	TDI	03/08/20 a 01/09/20	30	2011/2016 (30)

PREFEITURA DE COLIDER/LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 024/2020

A PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER - MT, através de seu Pregoeiro, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade de PREGÃO em sua forma ELETRÔNICA sob o nº 024/2020; TIPO: Menor Preço por Item; OBJETO: ***Registro de preços para futura e eventual aquisição de medicamentos e injetáveis para manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico de Colider/MT****; ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: 27/08/2020 às 08h30min. (Horário de Brasília-DF); REALIZAÇÃO: Por meio do site www.portaldecompraspublicas.com.br; INTEGRA do EDITAL: por meio do site: www.portaldecompraspublicas.com.br e no site da Prefeitura: www.colider.mt.gov.br (Ícone: Cidadão - Portal Transparência - Licitações).*

Colider/MT, 14 de agosto de 2020

ERIVALDO EVARISTO DE LIMA

Pregoeiro Oficial

Publique-se

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 285/GP/2020

PORTARIA Nº285/GP/2020, DE 14 DEAGOSTO DE 2020.

CELSO LEITE GARCIA, Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

ART. 1º - CONCEDER LICENÇA A TITULO DE DESINCOMPATIBILIZAÇÃO a partir do dia 14 de agosto de 2020, a Servidora Pública Municipal MARILETE MARIA DA SILVA, matricula nº. 2506, do Cargo de Agente Comunitário de Saúde, conforme Art. 102, inciso IV e Art. 107, §1º e § 2º da Lei Municipal nº. 499/2011- Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e Art. 1º, II, "l" da Lei Complementar Federal nº. 64 de 18 de maio de 1.990.

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 14 de agosto de 2020.

Certidão de Publicação
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT, conforme autorização da Lei Municipal nº. 012/2001.
Colniza/MT, em 14 de agosto de 2020.

Elvira Mund da Costa
Secretária Adjunta de Administração

CELSO LEITE GARCIA

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
ERRATA

ERRATA DA PORTARIA Nº. 257/GP/2020, de 11 de agosto de 2020, que dispõe sobre exoneração a pedido da Servidora CELIA MARCIA NUNES MACHADO.

Onde se lê:

PORTARIA Nº **257**/GP/2020, DE 11 DE AGOSTO DE 2020.

Leia-se:

PORTARIA Nº **258**/GP/2020, DE 11 DE AGOSTO DE 2020.

Registra-se;

Publique-se e

Cumpra-se.

Secretaria Municipal de Administração, em 14 de agosto de 2020.

ELVIRA M. DA COSTA

SEC. ADJUNTA DE ADMINISTRAÇÃO

CAMARA MUNICIPAL DE COLNIZA/MT

EXTRATO DE CONTRATO Nº 004/2020.

CONTRATANTE: CAMARA MUNICIPAL DE COLNIZA/MT.

CONTRATADA: VIVÁ PROJETOS & CONSTRUÇOES LTDA

CNPJ Nº 18.979.234/0001-98

OBJETO: **Pelo presente Termo de Contrato, as partes supra-identificadas, de comum acordo, resolve celebrar o presente contrato de Contratação de empresa especializada em serviços na área de Engenharia/Arquitetura para a Execução de Manutenção e Reforma do Edifício da Câmara Municipal de Colniza – MT.**

PRAZO: **08 semanas a partir da Ordem de Serviço.**

VALOR GLOBAL: R$ 236.531,54 **(Duzentos e trinta e seis mil quinhentos e trinta e um reais e cinquenta e quatro centavos).**

Colniza – MT, 14 de agosto de 2020.

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 286/GP/2020

PORTARIA Nº286/GP/2020, DE 14 DEAGOSTO DE 2020.

CELSO LEITE GARCIA, Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

ART. 1º - CONCEDER LICENÇA A TITULO DE DESINCOMPATIBILIZAÇÃO a partir do dia 14 de agosto de 2020, a Servidora Pública Municipal GEIZIMARI GUIMARAES, matricula nº. 6486, do Cargo de Tecnico de Desenvolvimento Infantil, conforme Art. 102, inciso IV e Art. 107, §1º e § 2º da Lei Municipal nº. 499/2011- Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e Art. 1º, II, "l" da Lei Complementar Federal nº. 64 de 18 de maio de 1.990.

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 14 de agosto de 2020.

Certidão de Publicação
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT, conforme autorização da Lei Municipal nº. 012/2001.
Colniza/MT, em 14 de agosto de 2020.

Elvira Mund da Costa
Secretária Adjunta de Administração

CELSO LEITE GARCIA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

CONTABILIDADE
DECRETO DE SUPLEMENTAÇÃO 92 2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA
ESTADO DE MATO GROSSO

DECRETO Nº 000092/20 de 13 de Agosto de 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE Confresa no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela a Lei da Confresa de Confresa e autorização contida na Lei Municipal nº 000956/20 de [illegible]
DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício Crédito para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

02 - GABINETE DO PREFEITO	
02.01 - GABINETE DO PREFEITO	
(15) 3.3.90.39.00.00.00.00.2.004-0000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESS	4.614,34
06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
06.03 - GESTÃO EM SAÚDE	
(505) 3.3.90.36.00.00.00.00.2.029-0002 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PES	2.800,00
(499) 3.3.90.14.00.00.00.00.2.029-0002 - DIARIAS - CIVIL	390,41
06.04 - ATENÇÃO BÁSICA	
(771) 3.3.90.36.00.00.00.00.2.110-0046 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PES	4.992,50
06.06 - MAC - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	
(964) 3.3.90.36.00.00.00.00.2.022-0046 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PES	900,00
07 - SECRETARIA MUN. VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS	
07.02 - URBANISMO	
(1235) 3.3.90.30.00.00.00.00.2.052-0000 - MATERIAL DE CONSUMO	121.000,00
09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E AÇÃO SOCIAL	
09.05 - FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
(1697) 3.3.90.39.00.00.00.00.2.071-0000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PE	5.979,78
Total Suplementação:	**140.677,03**

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões)

07 - SECRETARIA MUN. VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS	
07.04 - SETOR DE TRANSPORTES	
(1297) 4.4.90.51.00.00.00.00.1.131-0024 - OBRAS E INSTALACOES	37.842,00
(1281) 3.3.90.30.00.00.00.00.1.128-0024 - MATERIAL DE CONSUMO	6.607,03
(1283) 3.3.90.39.00.00.00.00.1.128-0024 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PE	13.070,00
(1303) 4.4.90.51.00.00.00.00.1.183-0024 - OBRAS E INSTALACOES	83.158,00
Total Anulação:	**140.677,03**

Art. 3º Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

RONIO CONDAO BARROS MILHOMEM
PREFEITO MUNICIPAL

Página: 1/1

MÁRCIA

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
COVID-19: ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 141/2020

Aos 14 dias do mês de Agosto do ano de dois mil e Vinte, o MUNICÍPIO DE CONFRESA, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Av. Centro Oeste nº 286, Centro, Confresa - MT, devidamente inscrita no C.N.P.J./MF, sob o nº 37.464.716/0001-50, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal o Sr. Ronio Condão Barros Milhomem, brasileiro, casado, médico, residente e domiciliado na Avenida Ayrton Senna da Silva, n° 133 – Centro, nesta cidade, portador da Carteira de Identidade RG n. 0875190-0 SSP-MT e inscrito no CPF sob o n. 535.561.191-53 **a seguir denominada simplesmente ÓRGÃO GERENCIADOR, institui a presente Ata de Registro de Preços (ARP), decorrente da licitação Processo Licitatório nº 159/2020 na modalidade Pregão Eletronico nº 010/2020 da Prefeitura Municipal de Confresa-MT, Homologado em 13/08/2020 , cujo objetivo é a Aquisição de Insumos e Equipamentos de Proteção, como medida de enfrentamento de emergência de Saúde Publica conforme lei federal 13.979/2020 de 06 de fevereiro de 2020 que dispõe sobre as medidas de enfrentamento de emergência de saúde publica em virtude da pandemia de corona vírus – COVID 19, para atender as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social, do Município de Confresa/MT,** a qual se constitui em documento vinculativo e obrigacional às partes, conforme o disposto no art. 15 da Lei nº 8.666/93, regulamentado pelo Decreto Municipal nº26 e 27/2009, de 29 de Maio de 2009, **E DECRETO 030/2020** , segundo as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

A presente Ata de Registro de Preços estabelece as cláusulas e condições gerais para o registro de preços referente **a Aquisição de Insumos e Equipamentos de Proteção, como medida de enfrentamento de emergência de saúde publica conforme lei federal 13.979/2020 de 06 de fevereiro de 2020 que dispõe sobre as medidas de enfrentamento de emergência de Saúde Publica em virtude da pandemia de corona vírus – COVID 19, para atender as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social, do Município de Confresa/MT.**

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS ÓRGÃOS INTEGRANTES

Integra a presente ARP a PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA, localizada na Av. Centro Oeste nº286, Centro, em Confresa-MT, na qualidade de **ÓRGÃO GERENCIADOR;**

Parágrafo único – qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal poderá solicitar a utilização da presente ARP, independentemente da participação ou não na licitação em epígrafe.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

O ÓRGÃO GERENCIADOR, através da Seção de Licitação e Contratos, obriga-se a:

a) gerenciar a presente ARP, indicando, sempre que solicitado, os nomes dos fornecedores, os preços, os quantitativos disponíveis e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação;

b) convocar os particulares via fax, telefone ou e-mail, para assinatura da ARP e retirada da nota de empenho;

c) observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive com solicitação de novas certidões ou documentos vencidos;

d) conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades;

e) realizar, quando necessário, prévia reunião com os licitantes objetivando a familiarização das peculiaridades do Sistema de Registro de Preços;

f) consultar os fornecedores registrados (observada a ordem de classificação) quanto ao interesse em fornecimento dos materiais a outros órgãos da Administração Pública que externem a intenção de utilizar a presente ARP;

g) comunicar aos gestores dos órgãos participantes possíveis alterações ocorridas na presente ARP;

h) coordenar a qualificação mínima dos respectivos gestores dos órgãos participantes;

i) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação, na presente ARP.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE E NÃO PARTICIPANTE

O ÓRGÃO PARTICIPANTE e o ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE, através de gestor próprio indicado, obrigam-se a:

a) tomar conhecimento da presente ARP, inclusive às respectivas alterações, para fins de utilização de forma correta da mesma;

b) consultar, previamente, o ÓRGÃO GERENCIADOR objetivando a obtenção das informações necessárias à aquisição pretendida;

c) verificar a conformidade das condições registradas na presente ARP junto ao mercado local, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR, eventuais desvantagens verificadas;

d) encaminhar ao ÓRGÃO GERENCIADOR a respectiva nota de empenho;

e) enviar, no prazo máximo de **05 (cinco) dias** úteis, as informações sobre a contratação efetivamente realizada;

f) acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações contidas no edital da licitação e na presente ARP, informando ao ÓRGÃO GERANCIADOR qualquer irregularidade ou inadimplemento do particular.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

O FORNECEDOR obriga-se a:

a) Assinar a ARP, retirar a respectiva nota de empenho e assinar o contrato no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação, no que couber;

b) Informar, no prazo máximo de 01 (um) dia, quanto à aceitação ou não do fornecimento a outro órgão da Administração Pública (não participante) que venha a manifestar o interesse de utilizar a presente ARP;

c) Os materiais solicitados nos prazos estabelecidos e conforme autorização de fornecimento, conforme solicitado no edital;

d) Os materiais, conforme especificações e preços registrados na presente ARP;

e) Os materiais solicitados no respectivo endereço do órgão participante ou não participante da presente ARP, sem nenhum ônus adicional ao Município de Confresa;

f) Providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERANCIADOR referentes às condições firmadas na presente ARP;

g) Fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;

h) Prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da assinatura da presente ARP;

i) Ressarcir os eventuais prejuízos causados ao órgão gerenciador e participante e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na presente ARP;

j) Pagar, pontualmente, o fornecedor e cumprir com as obrigações fiscais, relativos aos materiais entregues, com base na presente ARP, exonerando a Administração Pública de responsabilidade solidária ou subsidiária por tal pagamento;

k) O objeto licitatório deverá ser entregue na Secretaria Municipal solicitante, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após solicitação - (entrega da A.F.), junto ao Município de Confresa/MT, sem nenhum ônus adicional para a contratante.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de até um ano, a contar da data da sua assinatura, vigorando até o dia 14 de Agosto de **2021.**

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços, as quantidades, o fornecedor e as especificações dos itens registrados nesta Ata encontram-se indicados nos quadros abaixo, observando-se a ordem de classificação obtida no certame licitatório:

EMPRESA: **BETANIAMED COMERCIAL EIRELI – EPP.** CNPJ: 09.560.267/0001-08 FONE/FAX: (31) 3374-7799 END.: RUA ANTÔNIO GRAVATÁ N°132 BAIRRO BETÂNIA CIDADE: BELO HORIZONTE/MG CEP: 30.570-040 EMAIL: betaniamed@bol.com.br REPRESENTANTE LEGAL: LEONARDO ANTÔNIO RODRIGUES CURY RG: M 4.010.917 E CPF: 758.729.606-97 DADOS BANCÁRIOS: BANCO BRASIL AGÊNCIA: 1229-7 C/C: 124.000-5 ITEM: 12. Especificação - Valor Unitário - Quantidade

ITEM	CÓD. TCE	CÓD. SIST.	UNID	QTD	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
12	186472-6	1108	UNID	496	MASCARA N 95	BETANIAMED KN95	R$ 2,82	R$ 1.398,72
							R$ 1.398,72	

CLÁUSULA OITAVA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado em até **30 (trinta)** dias condicionado à prestação do serviço e apresentação da Nota Fiscal/Fatura. Para tanto, o FORNECEDOR deverá apresentar Nota Fiscal/Fatura à qual deverá ser atestada pelo setor de compras, ou outro servidor formalmente designado;

Parágrafo primeiro – o pagamento só se efetivará depois de confirmada a situação de regularidade fiscal para com a seguridade social (INSS), com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e com a Fazenda Federal através da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; com a Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa de débitos.

Parágrafo segundo – o pagamento será condicionado ao cumprimento das obrigações fixadas na presente ARP.

CLÁUSULA NONA – DA DOTAÇÃO

ORGAO.: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

UNID.: 06 – MAC – MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE

PROJ. ATIV.: 2.132 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA COVID 19

COD. REDUZIDO: 2010 – MATERIAL DE CONSUMO

FONTE.: 0046 – TRANSF. DE FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO

ELEMENTO.: 3.3.90.30.00.00.00.01

CLÁUSULA DÉCIMA – DA CONDIÇÃO ESPECÍFICA

A existência desta Ata de Registro de Preços não obriga o ÓRGÃO GERENCIADOR, nem o ÓRGÃO PARTICIPANTE, se for o caso, a firmar as futuras aquisições, sendo-lhe facultada a realização de procedimento específico para determinada contratação, assegurado ao particular cujo preço foi registrado, em caso de igualdade de condições, a preferência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DA PUBLICIDADE

Os preços, os quantitativos, o fornecedor e as especificações resumidos do objeto, como também as possíveis alterações da presente ARP, serão publicadas no Diário Oficial do Município, na forma de extrato, em conformidade com o disposto no parágrafo único do artigo 61 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO CRITERIO DE REAJUSTE

O preço da presente contratação será fixo e irreajustável

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – POSSIBILIDADE DE SUPRESSÕES E/OU ACRESCIMOS.

A empresa contratada obrigar-se-á a aceitar, nas mesmas condições estabelecidas no Edital/contrato, os acréscimos e/ou supressões que se fizerem necessários nos serviços, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial contratado atualizado, nos termos do art. 65, § 1º da Lei 8.666/1993.

As supressões e/ou acréscimos não poderão exceder os limites acima mencionados, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes, com fulcro no art. 65, § 2º, da Lei 8.666/1993.

As supressões e/ou acréscimos referenciados serão considerados formalizados mediante assinatura de Termo de Aditamento Contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR-

O FORNECEDOR terá seu registro cancelado nos seguintes casos:

I – Por iniciativa da Administração, quando:

a) não cumprir as exigências do instrumento convocatório da licitação supracitada e as condições da presente ARP;

b) recusarem-se a retirar a nota de empenho no prazo estabelecido, salvo por motivo devidamente justificado e aceito pela Administração;

c) der causa à rescisão administrativa decorrente desta ARP;

d) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial relativa ao presente Registro de Preços;

e) não manutenção das condições de habilitação e compatibilidade;

f) não aceitar a redução dos preços registrados, nas hipóteses previstas na legislação;

g) em razões de interesse público, devidamente justificadas.

II – Por iniciativa do próprio FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar a impossibilidade de cumprimento das exigências insertas neste Registro de Preços, tendo em vista fato superveniente, aceito pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, que comprovadamente venha a comprometer a perfeita execução contratual;

Parágrafo único – o cancelamento de registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, deverá ser formalizado mediante competente processo administrativo com despacho fundamentado do Prefeito Municipal, gestor do ÓRGÃO GERENCIADOR.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS PENALIDADES

15.1 - Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração direta e do Município de CONFRESA /MT pelo prazo de até 05 (cinco) anos, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, a pessoa que praticar quaisquer atos previstos no artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.

15.2 - Pela inexecução total ou parcial da ATA DE REGISTRO DE PREÇO ou pelo atraso injustificado na execução da ATA DE REGISTRO DE PREÇO sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista no Art. 86 e Art. 87 da Lei nº. 8.666/93; a Administração poderá garantida a prévia defesa, aplicar ao Contratado as seguintes sanções:

I - Advertência;

II - multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou na ATA DE REGISTRO DE PREÇO; neste caso a Contratante aplicará a MULTA CONTRATUAL correspondente a:

a) 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso no prazo de execução dos serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplida;

O atraso para efeito de cálculo, mencionado no item anterior será contado em dias corridos, a partir do 1º dia útil subsequente ao término do prazo ajustado em até 20 (vinte) dias;

b) 20% (vinte por cento) sobre o valor da Ordem de Serviço/Empenho, pelo descumprimento de qualquer clausula contratual exceto prazo de execução;

c)10% (dez por cento) sobre o valor constante da ATA DE REGISTRO DE PREÇO, pela inexecução total do objeto, sem prejuízo das outras sanções cabíveis;

d) A multa será descontada dos créditos constantes da Fatura, ou outra forma de cobrança Administrativa ou Judicial.

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sansão aplicada com base no inciso anterior.

15.3 - Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa previa do interessado e recurso dos prazos definidos em lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização da execução dos Serviços será exercida pelos servidores credenciados, nomeado mediante portaria Municipal, independentemente de qualquer outra supervisão, assessoramento e/ou acompanhamento do objeto que venha a ser determinado pelo FORNECEDOR, o seu exclusivo juízo:

SECRETÁRIA	SERVIDOR	PORTARIA
S SECRETÁRIA DE SAÚDE	CLEYTON GEOVANI KREMER DE CESARO	232/2020

CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA– DA DOCUMENTAÇÃO

A presente Ata de Registro de Preços vincula-se às disposições contidas nos documentos a seguir especificados, cujos teores são conhecidos e acatados pelas partes:

a) Edital do **Pregão Eletronico** nº **010/2020** e anexos;

b) Proposta Comercial da FORNECEDORA.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

Para dirimir as questões decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, fica eleito o foro da Comarca de Porto Alegre do Norte-MT, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

_____

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

_____

BETANIAMED COMERCIAL EIRELI – EPP.

CNPJ: 09.560.267/0001-08

Representante Legal: Leonardo Antônio Rodrigues Cury

RG: M 4.010.917 E CPF: 758.729.606-97

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
COVID-19: ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 147/2020

Aos 14 dias do mês de Agosto do ano de dois mil e Vinte, o MUNICÍPIO DE CONFRESA, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Av. Centro Oeste nº 286, Centro, Confresa - MT, devidamente inscrita no C.N.P.J./MF, sob o nº 37.464.716/0001-50, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal o Sr. Ronio Condão Barros Milhomem, brasileiro, casado, médico, residente e domiciliado na Avenida Ayrton Senna da Silva, n° 133 – Centro, nesta cidade, portador da Carteira de Identidade RG n. 0875190-0 SSP-MT e inscrito no CPF sob o n. 535.561.191-53 a seguir denominada simplesmente ÓRGÃO GERENCIADOR, institui a presente Ata de Registro de Preços (ARP), decorrente da licitação **Processo Licitatório nº 159/2020** na modalidade **Pregão Eletronico nº 010/2020** da Prefeitura Municipal de Confresa-MT, **Homologado em 13/08/2020** , **cujo objetivo é a Aquisição de Insumos e Equipamentos de Proteção, como medida de enfrentamento de emergência de Saúde Publica conforme lei federal 13.979/2020 de 06 de fevereiro de 2020 que dispõe sobre as medidas de enfrentamento de emergência de saúde publica em virtude da pandemia de corona vírus – COVID 19, para atender as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social, do Município de Confresa/MT,** a qual se constitui em documento vinculativo e obrigacional às partes, conforme o disposto no art. 15 da Lei nº 8.666/93, regulamentado pelo Decreto Municipal nº26 e 27/2009, de 29 de Maio de 2009, **E DECRETO 030/2020** , segundo as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

A presente Ata de Registro de Preços estabelece as cláusulas e condições gerais para o registro de preços referente **a Aquisição de Insumos e Equipamentos de Proteção, como medida de enfrentamento de emergência de saúde publica conforme lei federal 13.979/2020 de 06 de fevereiro de 2020 que dispõe sobre as medidas de enfrentamento de emergência de Saúde Publica em virtude da pandemia de corona vírus – COVID 19, para atender as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social, do Município de Confresa/MT.**

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS ÓRGÃOS INTEGRANTES

Integra a presente ARP a PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA, localizada na Av. Centro Oeste nº286, Centro, em Confresa-MT, na qualidade de **ÓRGÃO GERENCIADOR;**

Parágrafo único – qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal poderá solicitar a utilização da presente ARP, independentemente da participação ou não na licitação em epígrafe.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

O ÓRGÃO GERENCIADOR, através da Seção de Licitação e Contratos, obriga-se a:

a) gerenciar a presente ARP, indicando, sempre que solicitado, os nomes dos fornecedores, os preços, os quantitativos disponíveis e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação;

b) convocar os particulares via fax, telefone ou e-mail, para assinatura da ARP e retirada da nota de empenho;

c) observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive com solicitação de novas certidões ou documentos vencidos;

d) conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades;

e) realizar, quando necessário, prévia reunião com os licitantes objetivando a familiarização das peculiaridades do Sistema de Registro de Preços;

f) consultar os fornecedores registrados (observada a ordem de classificação) quanto ao interesse em fornecimento dos materiais a outros órgãos da Administração Pública que externem a intenção de utilizar a presente ARP;

g) comunicar aos gestores dos órgãos participantes possíveis alterações ocorridas na presente ARP;

h) coordenar a qualificação mínima dos respectivos gestores dos órgãos participantes;

i) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação, na presente ARP.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE E NÃO PARTICIPANTE

O ÓRGÃO PARTICIPANTE e o ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE, através de gestor próprio indicado, obrigam-se a:

a) tomar conhecimento da presente ARP, inclusive às respectivas alterações, para fins de utilização de forma correta da mesma;

b) consultar, previamente, o ÓRGÃO GERENCIADOR objetivando a obtenção das informações necessárias à aquisição pretendida;

c) verificar a conformidade das condições registradas na presente ARP junto ao mercado local, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR, eventuais desvantagens verificadas;

d) encaminhar ao ÓRGÃO GERENCIADOR a respectiva nota de empenho;

e) enviar, no prazo máximo de **05 (cinco) dias** úteis, as informações sobre a contratação efetivamente realizada;

f) acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações contidas no edital da licitação e na presente ARP, informando ao ÓRGÃO GERANCIADOR qualquer irregularidade ou inadimplemento do particular.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

O FORNECEDOR obriga-se a:

a) Assinar a ARP, retirar a respectiva nota de empenho e assinar o contrato no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação, no que couber;

b) Informar, no prazo máximo de 01 (um) dia, quanto à aceitação ou não do fornecimento a outro órgão da Administração Pública (não participante) que venha a manifestar o interesse de utilizar a presente ARP;

c) Os materiais solicitados nos prazos estabelecidos e conforme autorização de fornecimento, conforme solicitado no edital;

d) Os materiais, conforme especificações e preços registrados na presente ARP;

e) Os materiais solicitados no respectivo endereço do órgão participante ou não participante da presente ARP, sem nenhum ônus adicional ao Município de Confresa;

f) Providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERANCIADOR referentes às condições firmadas na presente ARP;

g) Fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;

h) Prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da assinatura da presente ARP;

i) Ressarcir os eventuais prejuízos causados ao órgão gerenciador e participante e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na presente ARP;

j) Pagar, pontualmente, o fornecedor e cumprir com as obrigações fiscais, relativos aos materiais entregues, com base na presente ARP, exonerando a Administração Pública de responsabilidade solidária ou subsidiária por tal pagamento;

k) O objeto licitatório deverá ser entregue na Secretaria Municipal solicitante, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após solicitação - (entrega da A.F.), junto ao Município de Confresa/MT, sem nenhum ônus adicional para a contratante.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de até um ano, a contar da data da sua assinatura, vigorando até o dia 14 de Agosto de **2021.**

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços, as quantidades, o fornecedor e as especificações dos itens registrados nesta Ata encontram-se indicados nos quadros abaixo, observando-se a ordem de classificação obtida no certame licitatório:

EMPRESA: PRIORITTA PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI

CNPJ: 29.700.587/0001-23

END: RUA SAÍRA MILITAR NR° 570

CIDADE: ARAPONGAS/PR CEP:86.702-700

TELEFONE: (43) 3152-8902 **EMAIL:** prioritta.saude@gmail.com

REPRESENTANTE LEGAL: VINICIUS LOPES SALVI

RG: 108654511 E CPF: 078.204.279-14

DADOS BANCÁRIOS: BANCO DO BRASIL AGÊNCIA: 0359-X C/C: 65.597-X

ITENS: 3, 10 E 14.

Especificação - Valor Unitário - Quantidade

ITEM	CÓD. TCE	CÓD. SIST.	UND	QTD	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
3	266423-2	133123121	UND	196	CAPOTE - PARA USO HOSPITALAR, PARA PROFISSIONAIS DE SAUDE, ADRONAGEM LISA, MANGA LONGA, IMPERMEAVEL EM SMS LAMINADO 40G/M2	FITESA	R$ 12,78	R$ 2. 504,88
10	127400-7	1797	CX	687	MASCARA C/ ELASTICO TRIPLA PROTECAO, CAIXA C/50 UNIDADES	BUCKLE	R$ 29,55	R$ 20. 300,85

14	266436-4	133123120	UND	103	OCULOS DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA EM POLICARBONATO, AMPLA VISÃO ANTIEMBASSANTE, TRANSPARENTE TAMANHO PADRÃO	PLASTCOR	R$ 5,64	R$ 580,92
						VALOR TOTAL	**R$ 23.386,65**	

CLÁUSULA OITAVA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado em até **30 (trinta)** dias condicionado à prestação do serviço e apresentação da Nota Fiscal/Fatura. Para tanto, o FORNECEDOR deverá apresentar Nota Fiscal/Fatura à qual deverá ser atestada pelo setor de compras, ou outro servidor formalmente designado;

Parágrafo primeiro – o pagamento só se efetivará depois de confirmada a situação de regularidade fiscal para com a seguridade social (INSS), com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e com a Fazenda Federal através da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; com a Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa de débitos.

Parágrafo segundo – o pagamento será condicionado ao cumprimento das obrigações fixadas na presente ARP.

CLÁUSULA NONA – DAS DOTAÇÕES

ORGAO.: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

UNID.: 06 – MAC – MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE

PROJ. ATIV.: 2.132 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA COVID 19

COD. REDUZIDO: 2010 – MATERIAL DE CONSUMO

FONTE.: 0046 – TRANSF. DE FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO

ELEMENTO.: 3.3.90.30.00.00.00.01

CLÁUSULA DÉCIMA – DA CONDIÇÃO ESPECÍFICA

A existência desta Ata de Registro de Preços não obriga o ÓRGÃO GERENCIADOR, nem o ÓRGÃO PARTICIPANTE, se for o caso, a firmar as futuras aquisições, sendo-lhe facultada a realização de procedimento específico para determinada contratação, assegurado ao particular cujo preço foi registrado, em caso de igualdade de condições, a preferência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DA PUBLICIDADE

Os preços, os quantitativos, o fornecedor e as especificações resumidos do objeto, como também as possíveis alterações da presente ARP, serão publicadas no Diário Oficial do Município, na forma de extrato, em conformidade com o disposto no parágrafo único do artigo 61 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO CRITERIO DE REAJUSTE

O preço da presente contratação será fixo e irreajustável

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – POSSIBILIDADE DE SUPRESSÕES E/OU ACRESCIMOS.

A empresa contratada obrigar-se-á a aceitar, nas mesmas condições estabelecidas no Edital/contrato, os acréscimos e/ou supressões que se fizerem necessários nos serviços, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial contratado atualizado, nos termos do art. 65, § 1º da Lei 8.666/1993.

As supressões e/ou acréscimos não poderão exceder os limites acima mencionados, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes, com fulcro no art. 65, § 2º, da Lei 8.666/1993.

As supressões e/ou acréscimos referenciados serão considerados formalizados mediante assinatura de Termo de Aditamento Contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR-

O FORNECEDOR terá seu registro cancelado nos seguintes casos:

I – Por iniciativa da Administração, quando:

a) não cumprir as exigências do instrumento convocatório da licitação supracitada e as condições da presente ARP;

b) recusarem-se a retirar a nota de empenho no prazo estabelecido, salvo por motivo devidamente justificado e aceito pela Administração;

c) der causa à rescisão administrativa decorrente desta ARP;

d) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial relativa ao presente Registro de Preços;

e) não manutenção das condições de habilitação e compatibilidade;

f) não aceitar a redução dos preços registrados, nas hipóteses previstas na legislação;

g) em razões de interesse público, devidamente justificadas.

II – Por iniciativa do próprio FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar a impossibilidade de cumprimento das exigências insertas neste Registro de Preços, tendo em vista fato superveniente, aceito pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, que comprovadamente venha a comprometer a perfeita execução contratual;

Parágrafo único – o cancelamento de registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, deverá ser formalizado mediante competente processo administrativo com despacho fundamentado do Prefeito Municipal, gestor do ÓRGÃO GERENCIADOR.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS PENALIDADES

15.1 - Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração direta e do Município de CONFRESA /MT pelo prazo de até 05 (cinco) anos, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, a pessoa que praticar quaisquer atos previstos no artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.

15.2 - Pela inexecução total ou parcial da ATA DE REGISTRO DE PREÇO ou pelo atraso injustificado na execução da ATA DE REGISTRO DE PREÇO sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista no Art. 86 e Art. 87 da Lei nº. 8.666/93; a Administração poderá garantida a prévia defesa, aplicar ao Contratado as seguintes sanções:

I - Advertência;

II - multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou na ATA DE REGISTRO DE PREÇO; neste caso a Contratante aplicará a MULTA CONTRATUAL correspondente a:

a) 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso no prazo de execução dos serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplida;

O atraso para efeito de cálculo, mencionado no item anterior será contado em dias corridos, a partir do 1º dia útil subsequente ao término do prazo ajustado em até 20 (vinte) dias;

b) 20% (vinte por cento) sobre o valor da Ordem de Serviço/Empenho, pelo descumprimento de qualquer clausula contratual exceto prazo de execução;

c)10% (dez por cento) sobre o valor constante da ATA DE REGISTRO DE PREÇO, pela inexecução total do objeto, sem prejuízo das outras sanções cabíveis;

d) A multa será descontada dos créditos constantes da Fatura, ou outra forma de cobrança Administrativa ou Judicial.

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sansão aplicada com base no inciso anterior.

15.3 - Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa previa do interessado e recurso dos prazos definidos em lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização da execução dos Serviços será exercida pelos servidores credenciados, nomeado mediante portaria Municipal, independentemente de qualquer outra supervisão, assessoramento e/ou acompanhamento do objeto que venha a ser determinado pelo FORNECEDOR, o seu exclusivo juízo:

SECRETÁRIA	SERVIDORES	PORTARIA
S SECRETÁRIA DE SAÚDE	**CLEYTON GEOVANI KREMER DE CESARO**	232/2020

CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA– DA DOCUMENTAÇÃO

A presente Ata de Registro de Preços vincula-se às disposições contidas nos documentos a seguir especificados, cujos teores são conhecidos e acatados pelas partes:

a) Edital do **Pregão Eletronico** nº **010/2020** e anexos;

b) Proposta Comercial da FORNECEDORA.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

Para dirimir as questões decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, fica eleito o foro da Comarca de Porto Alegre do Norte-MT, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

_____

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

_____

PRIORITTA PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI

CNPJ: 29.700.587/0001-23

Representante Legal: Vinicius Lopes Salvi

RG: 108654511 E CPF: 078.204.279-14

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
COVID-19: PORTARIA 232/2020 ADM DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

DESIGNAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS PARA FISCALIZAR A EXECUÇÃO DE ATAS FIRMADO POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO: o disposto na Instrução Normativa do Sistema de Licitações, Compras e Contratos, a qual dispõe sobre os procedimentos e normas para a celebração e acompanhamento da execução de contratos, aditivos e instrumentos congêneres no Poder Executivo Municipal, e no art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93 Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

CONSIDERANDO:a necessidade de padronizar, otimizar a fiscalização e o acompanhamento da execução dos contratos de prestação de serviços e fornecedores da Prefeitura Municipal de Confresa.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores públicos municipais, abaixo qualificados como **FISCAL DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.**

SECRETARIA	FISCAL TITULAR
SEC. SAÚDE	CLEYTON GEOVANI KREMER DE CESARO
SEC. DE ASSISTÊNCIA	ISMENIA MEIRE DA S. ALVES

Art. 2º - Os servidores designados ficaram responsáveis pelas Atas respectiva a vossa secretaria, departamento e/ou unidade gestora.

ATAS DE REGISTRO	141-142-143-144-145-146-147/2020	CNPJ	VALOR TOTAL
CONTRATADA	BETANIAMED COMERCIAL EIRELI – EPP.	09.560.267/0001-08	R$ 1.398,72
CONTRATADA	CENTERMEDICA PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.	05.443.348/0001-77	R$ 444.457,08
CONTRATADA	G D C DA SILVA COSTA EIRELI EPP	09.721.729/0001-21	R$ 3.378,87
CONTRATADA	MED VITTA COMERCIO DE PROD.HOSPITALARES LTDA.	28.418.133/0001-00	R$ 86.013,00
CONTRATADA	MILLENIUM SERVIÇOS, COMERCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA	04.258.235/0001-39	R$ 54.000,00
CONTRATADA	PIZANI EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA	19.611.064/0001-57	R$ 54.188,53
CONTRATADA	PRIORITTA PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI	29.700.587/0001-23	R$ 23.386,65
OBJETO	AQUISIÇÃO DE INSUMOS E EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO, COMO MEDIDA DE ENFRENTAMENTO DE EMERGÊNCIA DE SAÚDE PUBLICA CONFORME LEI FEDERAL 13.979/2020 DE 06 DE FEVEREIRO DE 2020 QUE DISPÕE SOBRE AS MEDIDAS DE ENFRENTAMENTO DE EMERGÊNCIA DE SAÚDE PUBLICA EM VIRTUDE DA PANDEMIA DE CORONA VÍRUS – COVID 19, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL, DO MUNICÍPIO DE CONFRESA/MT.		
VIGÊNCIA	12 MESES - 14/08/2020 A 14/08/2021.		

Art. 3º - O Departamento de Compras e CPL - Comissão Permanente de Licitações disponibilizará aos Fiscais designados, logo após a sua nomeação, em cumprimento ao disposto no contrato, do edital da licitação, do projeto básico ou do termo de referência, da proposta da Contratada, e, oportunamente, dos aditivos bem como, do setor competente, a relação das faturas recebidas e das pagas, sem prejuízo de outros documentos que o Fiscal entender necessários ao exercício da fiscalização.

Art. 4º - Os documentos mencionados no art. 2º poderão ser disponibilizados tanto em meio físico quanto digital devendo, neste último caso, serem lançados na pasta compartilhada na rede denominada “Pública” e em pastas e subpastas específicas com a identificação do respectivo fiscal e do contrato objeto da fiscalização.

Art. 5º - Fica garantido ao Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo aos Contratos sob fiscalização.

Art. 6º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 14 de Agosto de 2020.

_____ RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
COVID-19: ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 142/2020

Aos 14 dias do mês de Agosto do ano de dois mil e Vinte, o MUNICÍPIO DE CONFRESA, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Av. Centro Oeste nº 286, Centro, Confresa - MT, devidamente inscrita no C.N.P.J./MF, sob o nº 37.464.716/0001-50, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal o Sr. Ronio Condão Barros Milhomem, brasileiro, casado, médico, residente e domiciliado na Avenida Ayrton Senna da Silva, n° 133 – Centro, nesta cidade, portador da Carteira de Identidade RG n. 0875190-0 SSP-MT e inscrito no CPF sob o n. 535.561.191-53 a seguir denominada simplesmente ÓRGÃO GERENCIADOR, institui a presente Ata de Registro de Preços (ARP), decorrente da licitação **Processo Licitatório nº 159/2020** na modalidade **Pregão Eletronico nº 010/2020** da Prefeitura Municipal de Confresa-MT, **Homologado em 13/08/2020** , **cujo objetivo é a Aquisição de Insumos e Equipamentos de Proteção, como medida de enfrentamento de emergência de Saúde Publica conforme lei federal 13.979/2020 de 06 de fevereiro de 2020 que dispõe sobre as medidas de enfrentamento de emergência de saúde publica em virtude da pandemia de corona vírus – COVID 19, para atender as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social, do Município de Confresa/MT,** a qual se constitui em documento vinculativo e obrigacional às partes, conforme o disposto no art. 15 da Lei nº 8.666/93, regulamentado pelo Decreto Municipal nº26 e 27/2009, de 29 de Maio de 2009, **E DECRETO 030/2020** , segundo as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

A presente Ata de Registro de Preços estabelece as cláusulas e condições gerais para o registro de preços referente **a Aquisição de Insumos e Equipamentos de Proteção, como medida de enfrentamento de emergência de saúde publica conforme lei federal 13.979/2020 de 06 de fevereiro de 2020 que dispõe sobre as medidas de enfrentamento de emergência de Saúde Publica em virtude da pandemia de corona vírus – COVID 19, para atender as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social, do Município de Confresa/MT.**

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS ÓRGÃOS INTEGRANTES

Integra a presente ARP a PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA, localizada na Av. Centro Oeste nº286, Centro, em Confresa-MT, na qualidade de **ÓRGÃO GERENCIADOR;**

Parágrafo único – qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal poderá solicitar a utilização da presente ARP, independentemente da participação ou não na licitação em epígrafe.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

O ÓRGÃO GERENCIADOR, através da Seção de Licitação e Contratos, obriga-se a:

a) gerenciar a presente ARP, indicando, sempre que solicitado, os nomes dos fornecedores, os preços, os quantitativos disponíveis e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação;

b) convocar os particulares via fax, telefone ou e-mail, para assinatura da ARP e retirada da nota de empenho;

c) observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive com solicitação de novas certidões ou documentos vencidos;

d) conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades;

e) realizar, quando necessário, prévia reunião com os licitantes objetivando a familiarização das peculiaridades do Sistema de Registro de Preços;

f) consultar os fornecedores registrados (observada a ordem de classificação) quanto ao interesse em fornecimento dos materiais a outros órgãos da Administração Pública que externem a intenção de utilizar a presente ARP;

g) comunicar aos gestores dos órgãos participantes possíveis alterações ocorridas na presente ARP;

h) coordenar a qualificação mínima dos respectivos gestores dos órgãos participantes;

i) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação, na presente ARP.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE E NÃO PARTICIPANTE

O ÓRGÃO PARTICIPANTE e o ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE, através de gestor próprio indicado, obrigam-se a:

a) tomar conhecimento da presente ARP, inclusive às respectivas alterações, para fins de utilização de forma correta da mesma;

b) consultar, previamente, o ÓRGÃO GERENCIADOR objetivando a obtenção das informações necessárias à aquisição pretendida;

c) verificar a conformidade das condições registradas na presente ARP junto ao mercado local, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR, eventuais desvantagens verificadas;

d) encaminhar ao ÓRGÃO GERENCIADOR a respectiva nota de empenho;

e) enviar, no prazo máximo de **05 (cinco) dias** úteis, as informações sobre a contratação efetivamente realizada;

f) acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações contidas no edital da licitação e na presente ARP, informando ao ÓRGÃO GERANCIADOR qualquer irregularidade ou inadimplemento do particular.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

O FORNECEDOR obriga-se a:

a) Assinar a ARP, retirar a respectiva nota de empenho e assinar o contrato no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação, no que couber;

b) Informar, no prazo máximo de 01 (um) dia, quanto à aceitação ou não do fornecimento a outro órgão da Administração Pública (não participante) que venha a manifestar o interesse de utilizar a presente ARP;

c) Os materiais solicitados nos prazos estabelecidos e conforme autorização de fornecimento, conforme solicitado no edital;

d) Os materiais, conforme especificações e preços registrados na presente ARP;

e) Os materiais solicitados no respectivo endereço do órgão participante ou não participante da presente ARP, sem nenhum ônus adicional ao Município de Confresa;

f) Providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERANCIADOR referentes às condições firmadas na presente ARP;

g) Fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;

h) Prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da assinatura da presente ARP;

i) Ressarcir os eventuais prejuízos causados ao órgão gerenciador e participante e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na presente ARP;

j) Pagar, pontualmente, o fornecedor e cumprir com as obrigações fiscais, relativos aos materiais entregues, com base na presente ARP, exonerando a Administração Pública de responsabilidade solidária ou subsidiária por tal pagamento;

k) O objeto licitatório deverá ser entregue na Secretaria Municipal solicitante, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após solicitação - (entrega da A.F.), junto ao Município de Confresa/MT, sem nenhum ônus adicional para a contratante.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de até um ano, a contar da data da sua assinatura, vigorando até o dia 14 de Agosto de **2021.**

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços, as quantidades, o fornecedor e as especificações dos itens registrados nesta Ata encontram-se indicados nos quadros abaixo, observando-se a ordem de classificação obtida no certame licitatório:

EMPRESA: **CENTERMEDICA PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.**

CNPJ: 05.443.348/0001-77

END: AV. SEGUNDA RADIAL, Nº363, ST. PEDRO LUDOVICO

MUNICÍPIO: GOIÂNIA-GO - **CEP**: 74.280-090

TELEFONE: (62) 3241-8277 - **E-MAIL:**centermedica.hospitalar@hotmail.com

REPRESENTANTE LEGAL: MARIA BETÂNIA SILVA ROCHA VIDAL

RG: 1.618.362 SSP/GO E CPF: 438.940.891-72

DADOS BANCÁRIOS: BANCO DO BRASIL AGÊNCIA: 4148-3 C/C: 105436-8

ITENS: 2, 5, 6, 16 e 18.

Especificação - Valor Unitário - Quantidade

ITEM	CÓD. TCE	CÓD. SIST.	UND	QTD	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
2	45513-0	33120932	FR	336	ALCOOL ETILICO A 70%-CONCENTACAO/DOSAGEM A 70% FORMA DE APRESENTACAO EM FRASCO, FORMA FARMACEUTICA GEL INDICACAO DE USO:ANTISSEPTICO, DESINFETANTE ALCOOL EM GEL 1 LITRO	ITAJA	R$ 11,30	R$ 3.796,80
5	420513-8	12679	CX	690	LUVA DE PROCEDIMENTO TAMANHO PP OBS: LUVAS PARA PROCEDIMENTO MÉDICOS "PP" C/100 UNIDADES	TALGE	R$ 54,00	R$ 37.260,00
6	418526-9	2327	CX	867	LUVA DESCARTAVEL PARA PROCEDIMENTO - DE LATEX, LUBRIFICADA INTERNAMENTE COM PO, COM PERFEITA ADAPTACAO ANATOMICO, AMBIDESTRA, NAO ESTERIL, AJUSTE PERFEITO, RESISTENTE A TRACAO, COM BOA SENSIBILIDADE TATIL, TEXTURA UNIFORME, NO TAMANHO GRANDE, CONSTANDO EXTERNAMENTE PROCEDENCIA, CONSTANDO EXTERNAMENTE DATA DE FABRICACAO, CONSTANDO EXTERNAMENTE DATA DE VALIDADE OBS: LUVAS PARA PROCEDIMENTO MÉDICOS "G" C/100 UNIDADES	TALGE	R$ 49,90	R$ 43.263,30
16	0001869	133123123	PCT	1650	SWAB HASTE DE PLASTICO, PONTA 100% RAYON PACOTE COM 100 UNIDADES	LABOR IMPORT	R$ 216,00	R$ 356.400,00
18	99718-8	533	PCT	234	TOUCA DESCARTÁVEL TOUCA DESCARTÁVEL CONFECCIONADA EM TNT- COM GRAMATURA DE 20 OU 30 GR/M2 EM FORMATO DE CIRCUNFERÊNCIA (DISCO) TAMANHO UNICO DE DIMENSÃO SUFICIENTE PARA ABRIGAR TODA A CABEÇA, FECHAMENTO NAS BORDAS COM ELÁSTICO RECOBERTO E PRESO A TOUCA COM COSTURA SIMPLES. PRODUTO DE 1ª QUALIDADE. PCT COM 100 UNIDADES-	TALGE	R$ 15,97	R$ 3.736,98
						VALOR TOTAL	**R$ 444.457,08**	

CLÁUSULA OITAVA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado em até **30 (trinta)** dias condicionado à prestação do serviço e apresentação da Nota Fiscal/Fatura. Para tanto, o FORNECEDOR deverá apresentar Nota Fiscal/Fatura à qual deverá ser atestada pelo setor de compras, ou outro servidor formalmente designado;

Parágrafo primeiro – o pagamento só se efetivará depois de confirmada a situação de regularidade fiscal para com a seguridade social (INSS), com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e com a Fazenda Federal através da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; com a Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa de débitos.

Parágrafo segundo – o pagamento será condicionado ao cumprimento das obrigações fixadas na presente ARP.

CLÁUSULA NONA – DAS DOTAÇÕES

ORGAO.: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

UNID.: 06 – MAC – MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE

PROJ. ATIV.: 2.132 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA COVID 19

COD. REDUZIDO: 2010 – MATERIAL DE CONSUMO

FONTE.: 0046 – TRANSF. DE FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO

ELEMENTO.: 3.3.90.30.00.00.00.01

ITEM	CÓD. TCE	CÓD. SIST.	UND	QTD	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
5	420513-8	12679	CX	690	LUVA DE PROCEDIMENTO TAMANHO PP OBS: LUVAS PARA PROCEDIMENTO MÉDICOS "PP" C/100 UNIDADES	TALGE	R$ 54,00	R$ 37.260,00
6	418526-9	2327	CX	867	LUVA DESCARTAVEL PARA PROCEDIMENTO - DE LATEX, LUBRIFICADA INTERNAMENTE COM PO, COM PERFEITA ADAPTACAO ANATOMICO, AMBIDESTRA, NAO ESTERIL, AJUSTE PERFEITO, RESISTENTE A TRACAO, COM BOA SENSIBILIDADE TATIL, TEXTURA UNIFORME, NO TAMANHO GRANDE, CONSTANDO EXTERNAMENTE PROCEDENCIA, CONSTANDO EXTERNAMENTE DATA DE FABRICACAO, CONSTANDO EXTERNAMENTE DATA DE VALIDADE OBS: LUVAS PARA PROCEDIMENTO MÉDICOS "G" C/100 UNIDADES	TALGE	R$ 49,90	R$ 43.263,30
16	0001869	133123123	PCT	1650	SWAB HASTE DE PLASTICO, PONTA 100% RAYON PACOTE COM 100 UNIDADES	LABOR IMPORT	R$ 216,00	R$ 356.400,00
18	99718-8	533	PCT	166	TOUCA DESCARTÁVEL TOUCA DESCARTÁVEL CONFECCIONADA EM TNT- COM GRAMATURA DE 20 OU 30 GR/M2 EM FORMATO DE CIRCUNFERÊNCIA (DISCO) TAMANHO UNICO DE DIMENSÃO SUFICIENTE PARA ABRIGAR TODA A CABEÇA, FECHAMENTO NAS BORDAS COM ELÁSTICO RECOBERTO E PRESO A TOUCA COM COSTURA SIMPLES. PRODUTO DE 1ª QUALIDADE. PCT COM 100 UNIDADES-	TALGE	R$ 15,97	R$ 2.651,02
							TOTAL GERAL	**R$ 439.574,32**

ORGAO.: 05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

UNID.: 05 – FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL

PROJ. ATIV.: 2.135 – ENFRENTAMENTO DO COVID 19 NO SUAS - IPIS

COD. REDUZIDO: 2026 – MATERIAL DE CONSUMO

FONTE: 0029 – RECURSO ENFRETAMENTO DA COVID NO SUAS - EPIS

ELEMENTO.: 3.3.90.30.00.00.00.00

ITEM	CÓD. TCE	CÓD. SIST.	UND	QTD	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
2	45513-0	33120932	FR	336	ALCOOL ETILICO A 70%-CONCENTACAO/DOSAGEM A 70% FORMA DE APRESENTA-CAO EM FRASCO, FORMA FARMACEUTICA GEL INDICACAO DE USO:ANTISSEPTICO, DESINFETANTE ALCOOL EM GEL 1 LITRO	ITAJA	R$ 11,30	R$ 3. 796,80
18	99718-8	533	PCT	68	TOUCA DESCARTÁVEL TOUCA DESCARTÁVEL CONFECCIONADA EM TNT- COM GRAMATURA DE 20 OU 30 GR/M2 EM FORMATO DE CIRCUNFERÊNCIA (DISCO) TA-MANHO ÚNICO DE DIMENSÃO SUFICIENTE PARA ABRIGAR TODA A CABEÇA, FECHAMENTO NAS BORDAS COM ELÁSTICO RECOBERTO E PRESO A TOUCA COM COSTURA SIMPLES. PRODUTO DE 1ª QUALIDADE. PCT COM 100 UNIDADES-	TALGE	R$ 15,97	R$ 1. 085,96
							VALOR TOTAL	**R$ 4. 882, 76**

CLÁUSULA DÉCIMA – DA CONDIÇÃO ESPECÍFICA

A existência desta Ata de Registro de Preços não obriga o ÓRGÃO GERENCIADOR, nem o ÓRGÃO PARTICIPANTE, se for o caso, a firmar as futuras aquisições, sendo-lhe facultada a realização de procedimento específico para determinada contratação, assegurado ao particular cujo preço foi registrado, em caso de igualdade de condições, a preferência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DA PUBLICIDADE

Os preços, os quantitativos, o fornecedor e as especificações resumidos do objeto, como também as possíveis alterações da presente ARP, serão publicadas no Diário Oficial do Município, na forma de extrato, em conformidade com o disposto no parágrafo único do artigo 61 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO CRITERIO DE REAJUSTE

O preço da presente contratação será fixo e irreajustável

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – POSSIBILIDADE DE SUPRESSÕES E/OU ACRESCIMOS.

A empresa contratada obrigar-se-á a aceitar, nas mesmas condições estabelecidas no Edital/contrato, os acréscimos e/ou supressões que se fizerem necessários nos serviços, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial contratado atualizado, nos termos do art. 65, § 1º da Lei 8.666/1993.

As supressões e/ou acréscimos não poderão exceder os limites acima mencionados, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes, com fulcro no art. 65, § 2º, da Lei 8.666/1993.

As supressões e/ou acréscimos referenciados serão considerados formalizados mediante assinatura de Termo de Aditamento Contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR-

O FORNECEDOR terá seu registro cancelado nos seguintes casos:

I – Por iniciativa da Administração, quando:

a) não cumprir as exigências do instrumento convocatório da licitação supracitada e as condições da presente ARP;

b) recusarem-se a retirar a nota de empenho no prazo estabelecido, salvo por motivo devidamente justificado e aceito pela Administração;

c) der causa à rescisão administrativa decorrente desta ARP;

d) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial relativa ao presente Registro de Preços;

e) não manutenção das condições de habilitação e compatibilidade;

f) não aceitar a redução dos preços registrados, nas hipóteses previstas na legislação;

g) em razões de interesse público, devidamente justificadas.

II – Por iniciativa do próprio FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar a impossibilidade de cumprimento das exigências insertas neste Registro de Preços, tendo em vista fato superveniente, aceito pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, que comprovadamente venha a comprometer a perfeita execução contratual;

Parágrafo único – o cancelamento de registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, deverá ser formalizado mediante competente processo administrativo com despacho fundamentado do Prefeito Municipal, gestor do ÓRGÃO GERENCIADOR.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS PENALIDADES

15.1 - Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração direta e do Município de CONFRESA /MT pelo prazo de até 05 (cinco) anos, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, a pessoa que praticar quaisquer atos previstos no artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.

15.2 - Pela inexecução total ou parcial da ATA DE REGISTRO DE PREÇO ou pelo atraso injustificado na execução da ATA DE REGISTRO DE PREÇO sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista no Art. 86 e Art. 87 da Lei nº. 8.666/93; a Administração poderá garantida a prévia defesa, aplicar ao Contratado as seguintes sanções:

I - Advertência;

II - multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou na ATA DE REGISTRO DE PREÇO; neste caso a Contratante aplicará a MULTA CONTRATUAL correspondente a:

a) 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso no prazo de execução dos serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplida;

O atraso para efeito de cálculo, mencionado no item anterior será contado em dias corridos, a partir do 1º dia útil subsequente ao término do prazo ajustado em até 20 (vinte) dias;

b) 20% (vinte por cento) sobre o valor da Ordem de Serviço/Empenho, pelo descumprimento de qualquer clausula contratual exceto prazo de execução;

c)10% (dez por cento) sobre o valor constante da ATA DE REGISTRO DE PREÇO, pela inexecução total do objeto, sem prejuízo das outras sanções cabíveis;

d) A multa será descontada dos créditos constantes da Fatura, ou outra forma de cobrança Administrativa ou Judicial.

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sansão aplicada com base no inciso anterior.

15.3 - Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa previa do interessado e recurso dos prazos definidos em lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização da execução dos Serviços será exercida pelos servidores credenciados, nomeado mediante portaria Municipal, independentemente de qualquer outra supervisão, assessoramento e/ou acompanhamento do objeto que venha a ser determinado pelo FORNECEDOR, o seu exclusivo juízo:

SECRETÁRIA	SERVIDORES	PORTARIA
S SECRETÁRIA DE SAÚDE	**CLEYTON GEOVANI KREMER DE CESARO**	232/2020
S SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA	**ISMENIA MEIRE DA S. ALVES**	

CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA– DA DOCUMENTAÇÃO

A presente Ata de Registro de Preços vincula-se às disposições contidas nos documentos a seguir especificados, cujos teores são conhecidos e acatados pelas partes:

a) Edital do **Pregão Eletronico** nº **010/2020** e anexos;

b) Proposta Comercial da FORNECEDORA.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

Para dirimir as questões decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, fica eleito o foro da Comarca de Porto Alegre do Norte-MT, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

_____

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

_____

CENTERMEDICA PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.

05.443.348/0001-77

Representante Legal: Maria Betânia Silva Rocha Vidal

CPF: 438.940.891-72

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
COVID-19: ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 143/2020

Aos 14 dias do mês de Agosto do ano de dois mil e Vinte, o MUNICÍPIO DE CONFRESA, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Av. Centro Oeste nº 286, Centro, Confresa - MT, devidamente inscrita no C.N.P.J./MF, sob o nº 37.464.716/0001-50, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal o Sr. Ronio Condão Barros Milhomem, brasileiro, casado, médico, residente e domiciliado na Avenida Ayrton Senna da Silva, n° 133 – Centro, nesta cidade, portador da Carteira de Identidade RG n. 0875190-0 SSP-MT e inscrito no CPF sob o n. 535.561.191-53 a seguir denominada simplesmente ÓRGÃO GERENCIADOR, institui a presente Ata de Registro de Preços (ARP), decorrente da licitação **Processo Licitatório nº 159/2020** na modalidade **Pregão Eletronico nº 010/2020** da Prefeitura Municipal de Confresa-MT, **Homologado em 13/08/2020** , **cujo objetivo é a Aquisição de Insumos e Equipamentos de Proteção, como medida de enfrentamento de emergência de Saúde Publica conforme lei federal 13.979/2020 de 06 de fevereiro de 2020 que dispõe sobre as medidas de enfrentamento de emergência de saúde publica em virtude da pandemia de corona vírus – COVID 19, para atender as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social, do Município de Confresa/MT,** a qual se constitui em documento vinculativo e obrigacional às partes, conforme o disposto no art. 15 da Lei nº 8.666/93, regulamentado pelo Decreto Municipal nº26 e 27/2009, de 29 de Maio de 2009, **E DECRETO 030/2020** , segundo as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

A presente Ata de Registro de Preços estabelece as cláusulas e condições gerais para o registro de preços referente **a Aquisição de Insumos e Equipamentos de Proteção, como medida de enfrentamento de emergência de saúde publica conforme lei federal 13.979/2020 de 06 de fevereiro de 2020 que dispõe sobre as medidas de enfrentamento de emergência de Saúde Publica em virtude da pandemia de corona vírus – COVID 19, para atender as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social, do Município de Confresa/MT.**

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS ÓRGÃOS INTEGRANTES

Integra a presente ARP a PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA, localizada na Av. Centro Oeste nº286, Centro, em Confresa-MT, na qualidade de **ÓRGÃO GERENCIADOR;**

Parágrafo único – qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal poderá solicitar a utilização da presente ARP, independentemente da participação ou não na licitação em epígrafe.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

O ÓRGÃO GERENCIADOR, através da Seção de Licitação e Contratos, obriga-se a:

a) gerenciar a presente ARP, indicando, sempre que solicitado, os nomes dos fornecedores, os preços, os quantitativos disponíveis e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação;

b) convocar os particulares via fax, telefone ou e-mail, para assinatura da ARP e retirada da nota de empenho;

c) observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive com solicitação de novas certidões ou documentos vencidos;

d) conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades;

e) realizar, quando necessário, prévia reunião com os licitantes objetivando a familiarização das peculiaridades do Sistema de Registro de Preços;

f) consultar os fornecedores registrados (observada a ordem de classificação) quanto ao interesse em fornecimento dos materiais a outros órgãos da Administração Pública que externem a intenção de utilizar a presente ARP;

g) comunicar aos gestores dos órgãos participantes possíveis alterações ocorridas na presente ARP;

h) coordenar a qualificação mínima dos respectivos gestores dos órgãos participantes;

i) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação, na presente ARP.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE E NÃO PARTICIPANTE

O ÓRGÃO PARTICIPANTE e o ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE, através de gestor próprio indicado, obrigam-se a:

a) tomar conhecimento da presente ARP, inclusive às respectivas alterações, para fins de utilização de forma correta da mesma;

b) consultar, previamente, o ÓRGÃO GERENCIADOR objetivando a obtenção das informações necessárias à aquisição pretendida;

c) verificar a conformidade das condições registradas na presente ARP junto ao mercado local, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR, eventuais desvantagens verificadas;

d) encaminhar ao ÓRGÃO GERENCIADOR a respectiva nota de empenho;

e) enviar, no prazo máximo de **05 (cinco) dias** úteis, as informações sobre a contratação efetivamente realizada;

f) acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações contidas no edital da licitação e na presente ARP, informando ao ÓRGÃO GERANCIADOR qualquer irregularidade ou inadimplemento do particular.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

O FORNECEDOR obriga-se a:

a) Assinar a ARP, retirar a respectiva nota de empenho e assinar o contrato no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação, no que couber;

b) Informar, no prazo máximo de 01 (um) dia, quanto à aceitação ou não do fornecimento a outro órgão da Administração Pública (não participante) que venha a manifestar o interesse de utilizar a presente ARP;

c) Os materiais solicitados nos prazos estabelecidos e conforme autorização de fornecimento, conforme solicitado no edital;

d) Os materiais, conforme especificações e preços registrados na presente ARP;

e) Os materiais solicitados no respectivo endereço do órgão participante ou não participante da presente ARP, sem nenhum ônus adicional ao Município de Confresa;

f) Providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERANCIADOR referentes às condições firmadas na presente ARP;

g) Fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;

h) Prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da assinatura da presente ARP;

i) Ressarcir os eventuais prejuízos causados ao órgão gerenciador e participante e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na presente ARP;

j) Pagar, pontualmente, o fornecedor e cumprir com as obrigações fiscais, relativos aos materiais entregues, com base na presente ARP, exonerando a Administração Pública de responsabilidade solidária ou subsidiária por tal pagamento;

k) O objeto licitatório deverá ser entregue na Secretaria Municipal solicitante, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após solicitação - (entrega da A.F.), junto ao Município de Confresa/MT, sem nenhum ônus adicional para a contratante.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de até um ano, a contar da data da sua assinatura, vigorando até o dia 14 de Agosto de **2021.**

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços, as quantidades, o fornecedor e as especificações dos itens registrados nesta Ata encontram-se indicados nos quadros abaixo, observando-se a ordem de classificação obtida no certame licitatório:

EMPRESA: **G D C DA SILVA COSTA EIRELI EPP**

CNPJ: 09.721.729/0001-21.

END: RUA GARRINCHA DO MATO GROSSO NR°440 SETOR 1 JARDIM VALE DAS PEROBAS

MUNICÍPIO: ARAPONGAS-PR **CEP**: 86.709-742

TELEFONE: (62) 3241-8277 - **E-MAIL:**guilherme@gdcdobrasil.com.br

REPRESENTANTE LEGAL: GUILHERME DELMONICO CESTARI DA SILVA COSTA

RG: 9.924.919-6 SSP/PR E CPF: 056.022.859-70

DADOS BANCÁRIOS - BANCO DO BRASIL - AG 0359-X - C/C 42.692-X.

ITENS: 11 e 15.

Especificação - Valor Unitário - Quantidade

ITEM	CÓD. TCE	CÓD. SIST.	UND	QTD	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
11	38389	133123129	UND	113	MASCARA FACIAL - (FACE SHIELD) ANTIRESPINGO, POLICARBONATO DE 0,5 MM DE ESPESSURA, ULTRA	ULTRAMASTER ULTRAMAS	R$ 19,99	R$ 2. 258,87
15	0008503	33121433	PAR	28	SAPATO - CALCADO OCUPACIONAL DE SEGURANCA COR PRETA, FECHADO NA PARTE SUPERIOR E TRASEIRA, TIPO TENIS COM LISTA LATERAL, CONFECCIONADO EM EVA E SOLADO DE BORRACHA ANTIDERRAPANTE, RESISTENTE A ESCORREGAMENTO EM PISO CERAMICO. IMPERMEAVEL.	WORKLIGHT	R$ 40,00	R$ 1. 120,00
						VALOR TOTAL	**R$ 3.378,87**	

CLÁUSULA OITAVA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado em até **30 (trinta)** dias condicionado à prestação do serviço e apresentação da Nota Fiscal/Fatura. Para tanto, o FORNECEDOR deverá apresentar Nota Fiscal/Fatura à qual deverá ser atestada pelo setor de compras, ou outro servidor formalmente designado;

Parágrafo primeiro – o pagamento só se efetivará depois de confirmada a situação de regularidade fiscal para com a seguridade social (INSS), com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e com a Fazenda Federal através da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; com a Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa de débitos.

Parágrafo segundo – o pagamento será condicionado ao cumprimento das obrigações fixadas na presente ARP.

CLÁUSULA NONA – DAS DOTAÇÕES

ORGAO.: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

UNID.: 06 – MAC – MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE

PROJ. ATIV.: 2.132 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA COVID 19

COD. REDUZIDO: 2010 – MATERIAL DE CONSUMO

FONTE.: 0046 – TRANSF. DE FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO

ELEMENTO.: 3.3.90.30.00.00.00.01

ITEM	CÓD. TCE	CÓD. SIST.	UND	QTD	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
11	38389	133123129	UND	85	MASCARA FACIAL - (FACE SHIELD) ANTIRESPINGO, POLICARBONATO DE 0,5 MM DE ESPESSURA, ULTRA	ULTRAMASTER ULTRAMAS	R$ 19,99	**R$ 1. 699,15**

ORGAO.: 05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

UNID.: 05 – FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL

PROJ. ATIV.: 2.135 – ENFRENTAMENTO DO COVID 19 NO SUAS - IPIS

COD. REDUZIDO: 2026 – MATERIAL DE CONSUMO

FONTE: 0029 – RECURSO ENFRETAMENTO DA COVID NO SUAS - EPIS

ELEMENTO.: 3.3.90.30.00.00.00.00

ITEM	CÓD. TCE	CÓD. SIST.	UND	QTD	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
11	38389	133123129	UND	28	MASCARA FACIAL - (FACE SHIELD) ANTIRESPINGO, POLICARBONATO DE 0,5 MM DE ESPESSURA, ULTRA	ULTRAMASTER ULTRAMAS	R$ 19,99	R$ 559,72
15	0008503	33121433	PAR	28	SAPATO - CALCADO OCUPACIONAL DE SEGURANCA COR PRETA, FECHADO NA PARTE SUPERIOR E TRASEIRA, TIPO TENIS COM LISTA LATERAL, CONFECCIONADO EM EVA E SOLADO DE BORRACHA ANTIDERRAPANTE, RESISTENTE A ESCORREGAMENTO EM PISO CERAMICO. IMPERMEAVEL.	WORKLIGHT	R$ 40,00	R$ 1. 120,00
							TOTAL GERAL	**R$ 1. 679,72**

CLÁUSULA DÉCIMA – DA CONDIÇÃO ESPECÍFICA

A existência desta Ata de Registro de Preços não obriga o ÓRGÃO GERENCIADOR, nem o ÓRGÃO PARTICIPANTE, se for o caso, a firmar as futuras aquisições, sendo-lhe facultada a realização de procedimento específico para determinada contratação, assegurado ao particular cujo preço foi registrado, em caso de igualdade de condições, a preferência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DA PUBLICIDADE

Os preços, os quantitativos, o fornecedor e as especificações resumidos do objeto, como também as possíveis alterações da presente ARP, serão publicadas no Diário Oficial do Município, na forma de extrato, em conformidade com o disposto no parágrafo único do artigo 61 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO CRITERIO DE REAJUSTE

O preço da presente contratação será fixo e irreajustável

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – POSSIBILIDADE DE SUPRESSÕES E/OU ACRESCIMOS.

A empresa contratada obrigar-se-á a aceitar, nas mesmas condições estabelecidas no Edital/contrato, os acréscimos e/ou supressões que se fizerem necessários nos serviços, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial contratado atualizado, nos termos do art. 65, § 1º da Lei 8.666/1993.

As supressões e/ou acréscimos não poderão exceder os limites acima mencionados, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes, com fulcro no art. 65, § 2º, da Lei 8.666/1993.

As supressões e/ou acréscimos referenciados serão considerados formalizados mediante assinatura de Termo de Aditamento Contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR-

O FORNECEDOR terá seu registro cancelado nos seguintes casos:

I – Por iniciativa da Administração, quando:

a) não cumprir as exigências do instrumento convocatório da licitação supracitada e as condições da presente ARP;

b) recusarem-se a retirar a nota de empenho no prazo estabelecido, salvo por motivo devidamente justificado e aceito pela Administração;

c) der causa à rescisão administrativa decorrente desta ARP;

d) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial relativa ao presente Registro de Preços;

e) não manutenção das condições de habilitação e compatibilidade;

f) não aceitar a redução dos preços registrados, nas hipóteses previstas na legislação;

g) em razões de interesse público, devidamente justificadas.

II – Por iniciativa do próprio FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar a impossibilidade de cumprimento das exigências insertas neste Registro de Preços, tendo em vista fato superveniente, aceito pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, que comprovadamente venha a comprometer a perfeita execução contratual;

Parágrafo único – o cancelamento de registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, deverá ser formalizado mediante competente processo administrativo com despacho fundamentado do Prefeito Municipal, gestor do ÓRGÃO GERENCIADOR.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS PENALIDADES

15.1 - Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração direta e do Município de CONFRESA /MT pelo prazo de até 05 (cinco) anos, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, a pessoa que praticar quaisquer atos previstos no artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.

15.2 - Pela inexecução total ou parcial da ATA DE REGISTRO DE PREÇO ou pelo atraso injustificado na execução da ATA DE REGISTRO DE PREÇO sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista no Art. 86 e Art. 87 da Lei nº. 8.666/93; a Administração poderá garantida a prévia defesa, aplicar ao Contratado as seguintes sanções:

I - Advertência;

II - multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou na ATA DE REGISTRO DE PREÇO; neste caso a Contratante aplicará a MULTA CONTRATUAL correspondente a:

a) 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso no prazo de execução dos serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplida;

O atraso para efeito de cálculo, mencionado no item anterior será contado em dias corridos, a partir do 1º dia útil subsequente ao término do prazo ajustado em até 20 (vinte) dias;

b) 20% (vinte por cento) sobre o valor da Ordem de Serviço/Empenho, pelo descumprimento de qualquer clausula contratual exceto prazo de execução;

c)10% (dez por cento) sobre o valor constante da ATA DE REGISTRO DE PREÇO, pela inexecução total do objeto, sem prejuízo das outras sanções cabíveis;

d) A multa será descontada dos créditos constantes da Fatura, ou outra forma de cobrança Administrativa ou Judicial.

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sansão aplicada com base no inciso anterior.

15.3 - Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa previa do interessado e recurso dos prazos definidos em lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização da execução dos Serviços será exercida pelos servidores credenciados, nomeado mediante portaria Municipal, independentemente de qualquer outra supervisão, assessoramento e/ou acompanhamento do objeto que venha a ser determinado pelo FORNECEDOR, o seu exclusivo juízo:

SECRETÁRIA	SERVIDORES	PORTARIA
S SECRETÁRIA DE SAÚDE	**CLEYTON GEOVANI KREMER DE CESARO**	232/2020
S SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA	**ISMENIA MEIRE DA S. ALVES**	

CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA– DA DOCUMENTAÇÃO

A presente Ata de Registro de Preços vincula-se às disposições contidas nos documentos a seguir especificados, cujos teores são conhecidos e acatados pelas partes:

a) Edital do **Pregão Eletronico** nº **010/2020** e anexos;

b) Proposta Comercial da FORNECEDORA.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

Para dirimir as questões decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, fica eleito o foro da Comarca de Porto Alegre do Norte-MT, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

_____

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

_____

G D C DA SILVA COSTA EIRELI EPP

CNPJ: 09.721.729/0001-21.

Representante Legal: Guilherme Delmonico Cestari Da Silva Costa

RG: 9.924.919-6 SSP/PR E CPF: 056.022.859-70

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
COVID-19: ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 144/2020

Aos 14 dias do mês de Agosto do ano de dois mil e Vinte, o MUNICÍPIO DE CONFRESA, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Av. Centro Oeste nº 286, Centro, Confresa - MT, devidamente inscrita no C.N.P.J./MF, sob o nº 37.464.716/0001-50, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal o Sr. Ronio Condão Barros Milhomem, brasileiro, casado, médico, residente e domiciliado na Avenida Ayrton Senna da Silva, n° 133 – Centro, nesta cidade, portador da Carteira de Identidade RG n. 0875190-0 SSP-MT e inscrito no CPF sob o n. 535.561.191-53 a seguir denominada simplesmente ÓRGÃO GERENCIADOR, institui a presente Ata de Registro de Preços (ARP), decorrente da licitação **Processo Licitatório nº 159/2020** na modalidade **Pregão Eletronico nº 010/2020** da Prefeitura Municipal de Confresa-MT, **Homologado em 13/08/2020** , **cujo objetivo é a Aquisição de Insumos e Equipamentos de Proteção, como medida de enfrentamento de emergência de Saúde Publica conforme lei federal 13.979/2020 de 06 de fevereiro de 2020 que dispõe sobre as medidas de enfrentamento de emergência de saúde publica em virtude da pandemia de corona vírus – COVID 19, para atender as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social, do Município de Confresa/MT,** a qual se constitui em documento vinculativo e obrigacional às partes, conforme o disposto no art. 15 da Lei nº 8.666/93, regulamentado pelo Decreto Municipal nº26 e 27/2009, de 29 de Maio de 2009, **E DECRETO 030/2020** , segundo as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

A presente Ata de Registro de Preços estabelece as cláusulas e condições gerais para o registro de preços referente **a Aquisição de Insumos e Equipamentos de Proteção, como medida de enfrentamento de emergência de saúde publica conforme lei federal 13.979/2020 de 06 de fevereiro de 2020 que dispõe sobre as medidas de enfrentamento de emergência de Saúde Publica em virtude da pandemia de corona vírus – COVID 19, para atender as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social, do Município de Confresa/MT.**

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS ÓRGÃOS INTEGRANTES

Integra a presente ARP a PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA, localizada na Av. Centro Oeste nº286, Centro, em Confresa-MT, na qualidade de **ÓRGÃO GERENCIADOR;**

Parágrafo único – qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal poderá solicitar a utilização da presente ARP, independentemente da participação ou não na licitação em epígrafe.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

O ÓRGÃO GERENCIADOR, através da Seção de Licitação e Contratos, obriga-se a:

a) gerenciar a presente ARP, indicando, sempre que solicitado, os nomes dos fornecedores, os preços, os quantitativos disponíveis e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação;

b) convocar os particulares via fax, telefone ou e-mail, para assinatura da ARP e retirada da nota de empenho;

c) observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive com solicitação de novas certidões ou documentos vencidos;

d) conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades;

e) realizar, quando necessário, prévia reunião com os licitantes objetivando a familiarização das peculiaridades do Sistema de Registro de Preços;

f) consultar os fornecedores registrados (observada a ordem de classificação) quanto ao interesse em fornecimento dos materiais a outros órgãos da Administração Pública que externem a intenção de utilizar a presente ARP;

g) comunicar aos gestores dos órgãos participantes possíveis alterações ocorridas na presente ARP;

h) coordenar a qualificação mínima dos respectivos gestores dos órgãos participantes;

i) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação, na presente ARP.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE E NÃO PARTICIPANTE

O ÓRGÃO PARTICIPANTE e o ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE, através de gestor próprio indicado, obrigam-se a:

a) tomar conhecimento da presente ARP, inclusive às respectivas alterações, para fins de utilização de forma correta da mesma;

b) consultar, previamente, o ÓRGÃO GERENCIADOR objetivando a obtenção das informações necessárias à aquisição pretendida;

c) verificar a conformidade das condições registradas na presente ARP junto ao mercado local, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR, eventuais desvantagens verificadas;

d) encaminhar ao ÓRGÃO GERENCIADOR a respectiva nota de empenho;

e) enviar, no prazo máximo de **05 (cinco) dias** úteis, as informações sobre a contratação efetivamente realizada;

f) acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações contidas no edital da licitação e na presente ARP, informando ao ÓRGÃO GERANCIADOR qualquer irregularidade ou inadimplemento do particular.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

O FORNECEDOR obriga-se a:

a) Assinar a ARP, retirar a respectiva nota de empenho e assinar o contrato no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação, no que couber;

b) Informar, no prazo máximo de 01 (um) dia, quanto à aceitação ou não do fornecimento a outro órgão da Administração Pública (não participante) que venha a manifestar o interesse de utilizar a presente ARP;

c) Os materiais solicitados nos prazos estabelecidos e conforme autorização de fornecimento, conforme solicitado no edital;

d) Os materiais, conforme especificações e preços registrados na presente ARP;

e) Os materiais solicitados no respectivo endereço do órgão participante ou não participante da presente ARP, sem nenhum ônus adicional ao Município de Confresa;

f) Providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERANCIADOR referentes às condições firmadas na presente ARP;

g) Fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;

h) Prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da assinatura da presente ARP;

i) Ressarcir os eventuais prejuízos causados ao órgão gerenciador e participante e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na presente ARP;

j) Pagar, pontualmente, o fornecedor e cumprir com as obrigações fiscais, relativos aos materiais entregues, com base na presente ARP, exonerando a Administração Pública de responsabilidade solidária ou subsidiária por tal pagamento;

k) O objeto licitatório deverá ser entregue na Secretaria Municipal solicitante, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após solicitação - (entrega da A.F.), junto ao Município de Confresa/MT, sem nenhum ônus adicional para a contratante.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de até um ano, a contar da data da sua assinatura, vigorando até o dia 14 de Agosto de **2021.**

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços, as quantidades, o fornecedor e as especificações dos itens registrados nesta Ata encontram-se indicados nos quadros abaixo, observando-se a ordem de classificação obtida no certame licitatório:

EMPRESA: MED VITTA COMERCIO DE PROD.HOSPITALARES LTDA.

CNPJ: 28.418.133/0001-00

END: AV.DAS LARANJEIRAS QD 45 LT 006 E GALPÃO 03PARQUE PRIMAVERA

CIDADE: APARECIDA DE GOIÂNIA-GO CEP:74.913-122.

TELEFONE: (62) 3416-8300 **EMAIL:** licitacao01@medvittadist.com.br

REPRESENTANTE LEGAL: CÁSSIO MARTINS DE FREITAS

RG: 5040142 SPTC/GO E CPF: 032.868.041-93

DADOS BANCÁRIOS: BANCO DO BRASIL AGÊNCIA: 4148-3 C/C: 23.807-4

ITENS: 1, 7 E 8.

Especificação - Valor Unitário - Quantidade

ITEM	CÓD. TCE	CÓD. SIST.	UND	QTD	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	151285-4	133123128	FR	336	ALCOOL ETILICO - COM TEOR ALCOOLICO ENTRE 96- HIDRATADO, EMBALADO EM FRASCO PLASTICO DE 1 LT	PROLINK	R$ 7,30	R$ 2.452,80
7	418525-0	2328	CX	304	LUVA DESCARTAVEL PARA PROCEDIMENTO - DE LATEX, LUBRIFICADA INTERNAMENTE COM PO, COM PERFEITA ADAPTACAO ANATOMICO, AMBIDESTRA, NAO ESTERIL, AJUSTE PERFEITO, RESISTENTE A TRACAO, COM BOA SENSIBILIDADE TATIL, TEXTURA UNIFORME, EM TAMANHO MEDIO, CONSTANDO EXTERNAMENTE PROCEDENCIA, CONSTANDO EXTERNAMENTE DATA DE FABRICACAO, CONSTANDO EXTERNAMENTE DATA DE VALIDADE OBS: LUVAS PARA PROCEDIMENTO MÉDICOS "M" C/100 UNIDADES	UNIGLOVES	R$ 45,00	R$ 13.680,00
8	006312	2329	CX	1209	LUVA DESCARTAVEL PARA PROCEDIMENTO - DE LATEX, LUBRIFICADA INTERNAMENTE COM PO, FORMATO ANATOMICO, AMBIDESTRA, COM BOA ELASTICIDADE, RESISTENTE, PERMITINDO SENSIBILIDADE TATIL, NAO ESTERIL, TAMANHO PEQUENO, COM PROCEDENCIA, DATA DE FABRICACAO, E VALIDADE. OBS: LUVAS PARA PROCEDIMENTO MÉDICOS "P" C/100 UNIDADES	UNIGLOVES	R$ 57,80	R$ 69.880,20
						VALOR TOTAL	**R$ 86.013,00**	

CLÁUSULA OITAVA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado em até **30 (trinta)** dias condicionado à prestação do serviço e apresentação da Nota Fiscal/Fatura. Para tanto, o FORNECEDOR deverá apresentar Nota Fiscal/Fatura à qual deverá ser atestada pelo setor de compras, ou outro servidor formalmente designado;

Parágrafo primeiro – o pagamento só se efetivará depois de confirmada a situação de regularidade fiscal para com a seguridade social (INSS), com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e com a Fazenda Federal através da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; com a Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa de débitos.

Parágrafo segundo – o pagamento será condicionado ao cumprimento das obrigações fixadas na presente ARP.

CLÁUSULA NONA – DAS DOTAÇÕES

ORGAO.: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

UNID.: 06 – MAC – MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE

PROJ. ATIV.: 2.132 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA COVID 19

COD. REDUZIDO: 2010 – MATERIAL DE CONSUMO

FONTE.: 0046 – TRANSF. DE FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO

ELEMENTO.: 3.3.90.30.00.00.00.01

ITEM	CÓD. TCE	CÓD. SIST.	UND	QTD	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
7	418525-0	2328	CX	280	LUVA DESCARTAVEL PARA PROCEDIMENTO - DE LATEX, LUBRIFICADA INTERNAMENTE COM PO, COM PERFEITA ADAPTACAO ANATOMICO, AMBIDESTRA, NAO ESTERIL, AJUSTE PERFEITO, RESISTENTE A TRACAO, COM BOA SENSIBILIDADE TATIL, TEXTURA UNIFORME, EM TAMANHO MEDIO, CONSTANDO EXTERNAMENTE PROCEDENCIA, CONSTANDO EXTERNAMENTE DATA DE FABRICACAO, CONSTANDO EXTERNAMENTE DATA DE VALIDADE OBS: LUVAS PARA PROCEDIMENTO MÉDICOS "M" C/100 UNIDADES	UNIGLOVES	R$ 45,00	R$ 12.600,00
8	006312	2329	CX	1065	LUVA DESCARTAVEL PARA PROCEDIMENTO - DE LATEX, LUBRIFICADA INTERNAMENTE COM PO, FORMATO ANATOMICO, AMBIDESTRA, COM BOA ELASTICIDADE, RESISTENTE, PERMITINDO SENSIBILIDADE TATIL, NAO ESTERIL, TAMANHO PEQUENO, COM PROCEDENCIA, DATA DE FABRICACAO, E VALIDADE. OBS: LUVAS PARA PROCEDIMENTO MÉDICOS "P" C/100 UNIDADES	UNIGLOVES	R$ 57,80	R$ 61.557,00
							VALOR TOTAL	**R$ 74.157,00**

ORGAO.: 05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

UNID.: 05 – FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL

PROJ. ATIV.: 2.135 – ENFRENTAMENTO DO COVID 19 NO SUAS - IPIS

COD. REDUZIDO: 2026 – MATERIAL DE CONSUMO

FONTE: 0029 – RECURSO ENFRETAMENTO DA COVID NO SUAS - EPIS

ELEMENTO.: 3.3.90.30.00.00.00.00

ITEM	CÓD. TCE	CÓD. SIST.	UND	QTD	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	151285-4	133123128	FR	336	ALCOOL ETILICO - COM TEOR ALCOOLICO ENTRE 96- HIDRATADO, EMBALADO EM FRASCO PLASTICO DE 1 LT	PROLINK	R$ 7,30	R$ 2.452,80
7	418525-0	2328	CX	24	LUVA DESCARTAVEL PARA PROCEDIMENTO - DE LATEX, LUBRIFICADA INTERNAMENTE COM PO, COM PERFEITA ADAPTACAO ANATOMICO, AMBIDESTRA, NAO ESTERIL, AJUSTE PERFEITO, RESISTENTE A TRACAO, COM BOA SENSIBILIDADE TATIL, TEXTURA UNIFORME, EM TAMANHO MEDIO, CONSTANDO EXTERNAMENTE PROCEDENCIA, CONSTANDO EXTERNAMENTE DATA DE FABRICACAO, CONSTANDO EXTERNAMENTE DATA DE VALIDADE OBS: LUVAS PARA PROCEDIMENTO MÉDICOS "M" C/100 UNIDADES	UNIGLOVES	R$ 45,00	R$ 1.080,00
8	006312	2329	CX	144	LUVA DESCARTAVEL PARA PROCEDIMENTO - DE LATEX, LUBRIFICADA INTERNAMENTE COM PO, FORMATO ANATOMICO, AMBIDESTRA, COM BOA ELASTICIDADE, RESISTENTE, PERMITINDO SENSIBILIDADE TATIL, NAO ESTERIL, TAMANHO PEQUENO, COM PROCEDENCIA, DATA DE FABRICACAO, E VALIDADE. OBS: LUVAS PARA PROCEDIMENTO MÉDICOS "P" C/100 UNIDADES	UNIGLOVES	R$ 57,80	R$ 8.323,20
						VALOR TOTAL	**R$ 11.856,00**	

CLÁUSULA DÉCIMA – DA CONDIÇÃO ESPECÍFICA

A existência desta Ata de Registro de Preços não obriga o ÓRGÃO GERENCIADOR, nem o ÓRGÃO PARTICIPANTE, se for o caso, a firmar as futuras aquisições, sendo-lhe facultada a realização de procedimento específico para determinada contratação, assegurado ao particular cujo preço foi registrado, em caso de igualdade de condições, a preferência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DA PUBLICIDADE

Os preços, os quantitativos, o fornecedor e as especificações resumidos do objeto, como também as possíveis alterações da presente ARP, serão publicadas no Diário Oficial do Município, na forma de extrato, em conformidade com o disposto no parágrafo único do artigo 61 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO CRITERIO DE REAJUSTE

O preço da presente contratação será fixo e irreajustável

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – POSSIBILIDADE DE SUPRESSÕES E/OU ACRESCIMOS.

A empresa contratada obrigar-se-á a aceitar, nas mesmas condições estabelecidas no Edital/contrato, os acréscimos e/ou supressões que se fizerem necessários nos serviços, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial contratado atualizado, nos termos do art. 65, § 1º da Lei 8.666/1993.

As supressões e/ou acréscimos não poderão exceder os limites acima mencionados, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes, com fulcro no art. 65, § 2º, da Lei 8.666/1993.

As supressões e/ou acréscimos referenciados serão considerados formalizados mediante assinatura de Termo de Aditamento Contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR-

O FORNECEDOR terá seu registro cancelado nos seguintes casos:

I – Por iniciativa da Administração, quando:

a) não cumprir as exigências do instrumento convocatório da licitação supracitada e as condições da presente ARP;

b) recusarem-se a retirar a nota de empenho no prazo estabelecido, salvo por motivo devidamente justificado e aceito pela Administração;

c) der causa à rescisão administrativa decorrente desta ARP;

d) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial relativa ao presente Registro de Preços;

e) não manutenção das condições de habilitação e compatibilidade;

f) não aceitar a redução dos preços registrados, nas hipóteses previstas na legislação;

g) em razões de interesse público, devidamente justificadas.

II – Por iniciativa do próprio FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar a impossibilidade de cumprimento das exigências insertas neste Registro de Preços, tendo em vista fato superveniente, aceito pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, que comprovadamente venha a comprometer a perfeita execução contratual;

Parágrafo único – o cancelamento de registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, deverá ser formalizado mediante competente processo administrativo com despacho fundamentado do Prefeito Municipal, gestor do ÓRGÃO GERENCIADOR.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS PENALIDADES

15.1 - Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração direta e do Município de CONFRESA /MT pelo prazo de até 05 (cinco) anos, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, a pessoa que praticar quaisquer atos previstos no artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.

15.2 - Pela inexecução total ou parcial da ATA DE REGISTRO DE PREÇO ou pelo atraso injustificado na execução da ATA DE REGISTRO DE PREÇO sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista no Art. 86 e Art. 87 da Lei nº. 8.666/93; a Administração poderá garantida a prévia defesa, aplicar ao Contratado as seguintes sanções:

I - Advertência;

II - multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou na ATA DE REGISTRO DE PREÇO; neste caso a Contratante aplicará a MULTA CONTRATUAL correspondente a:

a) 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso no prazo de execução dos serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplida;

O atraso para efeito de cálculo, mencionado no item anterior será contado em dias corridos, a partir do 1º dia útil subsequente ao término do prazo ajustado em até 20 (vinte) dias;

b) 20% (vinte por cento) sobre o valor da Ordem de Serviço/Empenho, pelo descumprimento de qualquer clausula contratual exceto prazo de execução;

c)10% (dez por cento) sobre o valor constante da ATA DE REGISTRO DE PREÇO, pela inexecução total do objeto, sem prejuízo das outras sanções cabíveis;

d) A multa será descontada dos créditos constantes da Fatura, ou outra forma de cobrança Administrativa ou Judicial.

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sansão aplicada com base no inciso anterior.

15.3 - Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa previa do interessado e recurso dos prazos definidos em lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização da execução dos Serviços será exercida pelos servidores credenciados, nomeado mediante portaria Municipal, independentemente de qualquer outra supervisão, assessoramento e/ou acompanhamento do objeto que venha a ser determinado pelo FORNECEDOR, o seu exclusivo juízo:

SECRETÁRIA	SERVIDORES	PORTARIA
S SECRETÁRIA DE SAÚDE	**CLEYTON GEOVANI KREMER DE CESARO**	232/2020
S SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA	**ISMENIA MEIRE DA S. ALVES**	

CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA– DA DOCUMENTAÇÃO

A presente Ata de Registro de Preços vincula-se às disposições contidas nos documentos a seguir especificados, cujos teores são conhecidos e acatados pelas partes:

a) Edital do **Pregão Eletronico** nº **010/2020** e anexos;

b) Proposta Comercial da FORNECEDORA.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

Para dirimir as questões decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, fica eleito o foro da Comarca de Porto Alegre do Norte-MT, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

_____

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

_____

MED VITTA COMERCIO DE PROD. HOSPITALARES LTDA

CNPJ: 28.418.133/0001-00

Representante Legal: Cássio Martins de Freitas

RG: 5040142 SPTC/GO E CPF: 032.868.041-93

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO N°68/2020

PROCESSO LICITATÓRIO N° 167/2020

PREGÃO PRESENCIAL N° 096/2020

OBJETO:. Adesão Ata de Registro de Preços Nº018/2020, decorrente do Pregão Presencial – SRP nº 13/2020 da Prefeitura Municipal de Poconé-MT., cuja a Detentora da Ata é a empresa RICARDO MURILO DE ARRUDA ALVES-ME CNPJ:13.243.387/0001-59, a referida adesãotem por **objeto: LOCAÇÃO DE VEÍCULO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CONFRESA-MT.**

DO VALOR GLOBAL: R$ 74.400,00

VIGÊNCIA: 12 meses – 13/08/2020 a 13/08/2021.

DATA: Confresa, 13 de Agosto de 2020.

PARTES: Prefeitura Municipal de Confresa – MT – **CONTRATADA: RICARDO MURILO DE ARRUDA ALVES - ME, inscrita no CNPJ sob o n° 13.243.387/0001-59.**

FORO: Porto Alegre do Norte - MT.

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
COVID-19: ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 145/2020

Aos 14 dias do mês de Agosto do ano de dois mil e Vinte, o MUNICÍPIO DE CONFRESA, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Av. Centro Oeste nº 286, Centro, Confresa - MT, devidamente inscrita no C.N.P.J./MF, sob o nº 37.464.716/0001-50, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal o Sr. Ronio Condão Barros Milhomem, brasileiro, casado, médico, residente e domiciliado na Avenida Ayrton Senna da Silva, n° 133 – Centro, nesta cidade, portador da Carteira de Identidade RG n. 0875190-0 SSP-MT e inscrito no CPF sob o n. 535.561.191-53 a seguir denominada simplesmente ÓRGÃO GERENCIADOR, institui a presente Ata de Registro de Preços (ARP), decorrente da licitação **Processo Licitatório nº 159/2020** na modalidade **Pregão Eletronico nº 010/2020** da Prefeitura Municipal de Confresa-MT, **Homologado em 13/08/2020** , **cujo objetivo é a Aquisição de Insumos e Equipamentos de Proteção, como medida de enfrentamento de emergência de Saúde Publica conforme lei federal 13.979/2020 de 06 de fevereiro de 2020 que dispõe sobre as medidas de enfrentamento de emergência de saúde publica em virtude da pandemia de corona vírus – COVID 19, para atender as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social, do Município de Confresa/MT,** a qual se constitui em documento vinculativo e obrigacional às partes, conforme o disposto no art. 15 da Lei nº 8.666/93, regulamentado pelo Decreto Municipal nº26 e 27/2009, de 29 de Maio de 2009, **E DECRETO 030/2020** , segundo as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

A presente Ata de Registro de Preços estabelece as cláusulas e condições gerais para o registro de preços referente **a Aquisição de Insumos e Equipamentos de Proteção, como medida de enfrentamento de emergência de saúde publica conforme lei federal 13.979/2020 de 06 de fevereiro de 2020 que dispõe sobre as medidas de enfrentamento de emergência de Saúde Publica em virtude da pandemia de corona vírus – COVID 19, para atender as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social, do Município de Confresa/MT.**

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS ÓRGÃOS INTEGRANTES

Integra a presente ARP a PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA, localizada na Av. Centro Oeste nº286, Centro, em Confresa-MT, na qualidade de **ÓRGÃO GERENCIADOR;**

Parágrafo único – qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal poderá solicitar a utilização da presente ARP, independentemente da participação ou não na licitação em epígrafe.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

O ÓRGÃO GERENCIADOR, através da Seção de Licitação e Contratos, obriga-se a:

a) gerenciar a presente ARP, indicando, sempre que solicitado, os nomes dos fornecedores, os preços, os quantitativos disponíveis e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação;

b) convocar os particulares via fax, telefone ou e-mail, para assinatura da ARP e retirada da nota de empenho;

c) observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive com solicitação de novas certidões ou documentos vencidos;

d) conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades;

e) realizar, quando necessário, prévia reunião com os licitantes objetivando a familiarização das peculiaridades do Sistema de Registro de Preços;

f) consultar os fornecedores registrados (observada a ordem de classificação) quanto ao interesse em fornecimento dos materiais a outros órgãos da Administração Pública que externem a intenção de utilizar a presente ARP;

g) comunicar aos gestores dos órgãos participantes possíveis alterações ocorridas na presente ARP;

h) coordenar a qualificação mínima dos respectivos gestores dos órgãos participantes;

i) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação, na presente ARP.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE E NÃO PARTICIPANTE

O ÓRGÃO PARTICIPANTE e o ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE, através de gestor próprio indicado, obrigam-se a:

a) tomar conhecimento da presente ARP, inclusive às respectivas alterações, para fins de utilização de forma correta da mesma;

b) consultar, previamente, o ÓRGÃO GERENCIADOR objetivando a obtenção das informações necessárias à aquisição pretendida;

c) verificar a conformidade das condições registradas na presente ARP junto ao mercado local, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR, eventuais desvantagens verificadas;

d) encaminhar ao ÓRGÃO GERENCIADOR a respectiva nota de empenho;

e) enviar, no prazo máximo de **05 (cinco) dias** úteis, as informações sobre a contratação efetivamente realizada;

f) acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações contidas no edital da licitação e na presente ARP, informando ao ÓRGÃO GERANCIADOR qualquer irregularidade ou inadimplemento do particular.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

O FORNECEDOR obriga-se a:

a) Assinar a ARP, retirar a respectiva nota de empenho e assinar o contrato no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação, no que couber;

b) Informar, no prazo máximo de 01 (um) dia, quanto à aceitação ou não do fornecimento a outro órgão da Administração Pública (não participante) que venha a manifestar o interesse de utilizar a presente ARP;

c) Os materiais solicitados nos prazos estabelecidos e conforme autorização de fornecimento, conforme solicitado no edital;

d) Os materiais, conforme especificações e preços registrados na presente ARP;

e) Os materiais solicitados no respectivo endereço do órgão participante ou não participante da presente ARP, sem nenhum ônus adicional ao Município de Confresa;

f) Providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERANCIADOR referentes às condições firmadas na presente ARP;

g) Fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;

h) Prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da assinatura da presente ARP;

i) Ressarcir os eventuais prejuízos causados ao órgão gerenciador e participante e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na presente ARP;

j) Pagar, pontualmente, o fornecedor e cumprir com as obrigações fiscais, relativos aos materiais entregues, com base na presente ARP, exonerando a Administração Pública de responsabilidade solidária ou subsidiária por tal pagamento;

k) O objeto licitatório deverá ser entregue na Secretaria Municipal solicitante, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após solicitação - (entrega da A.F.), junto ao Município de Confresa/MT, sem nenhum ônus adicional para a contratante.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de até um ano, a contar da data da sua assinatura, vigorando até o dia 14 de Agosto de **2021.**

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços, as quantidades, o fornecedor e as especificações dos itens registrados nesta Ata encontram-se indicados nos quadros abaixo, observando-se a ordem de classificação obtida no certame licitatório:

EMPRESA: MILLENIUM SERVIÇOS, COMERCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA

CNPJ: 04.258.235/0001-39

END: RUA QUIRINO LUIZ DA COSTA NR°280 BAIRRO ESTADOS UNIDOS

CIDADE: UBERADA-MG CEP:38.015-430.

TELEFONE: (34) 3215-3444 **EMAIL:** mscdltda@gmail.com

REPRESENTANTE LEGAL: IVO GONÇALVES REZENDE JUNIOR

RG: M.2.768.206 E CPF: 452.696.966-49

DADOS BANCÁRIOS: BANCO DO BRASIL AGÊNCIA: 0015-9 C/C: 49.159-4

ITEM: 17.

Especificação - Valor Unitário - Quantidade

ITEM	CÓD. TCE	CÓD. SIST.	UND	QTD	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
17	00037159	133122992	CX	120	TESTE - RAPIDO COVID 19 IGG/IGM OBS: CX COM 25 UNIDS	ANALISA SARS-COV-2 I	R$ 450,00	R$ 54.000,00
						VALOR TOTAL	**R$ 54.000,00**	

CLÁUSULA OITAVA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado em até **30 (trinta)** dias condicionado à prestação do serviço e apresentação da Nota Fiscal/Fatura. Para tanto, o FORNECEDOR deverá apresentar Nota Fiscal/Fatura à qual deverá ser atestada pelo setor de compras, ou outro servidor formalmente designado;

Parágrafo primeiro – o pagamento só se efetivará depois de confirmada a situação de regularidade fiscal para com a seguridade social (INSS), com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e com a Fazenda Federal através da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; com a Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa de débitos.

Parágrafo segundo – o pagamento será condicionado ao cumprimento das obrigações fixadas na presente ARP.

CLÁUSULA NONA – DAS DOTAÇÕES

ORGAO.: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

UNID.: 06 – MAC – MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE

PROJ. ATIV.: 2.132 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA COVID 19

COD. REDUZIDO: 2010 – MATERIAL DE CONSUMO

FONTE.: 0046 – TRANSF. DE FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO

ELEMENTO.: 3.3.90.30.00.00.00.01

CLÁUSULA DÉCIMA – DA CONDIÇÃO ESPECÍFICA

A existência desta Ata de Registro de Preços não obriga o ÓRGÃO GERENCIADOR, nem o ÓRGÃO PARTICIPANTE, se for o caso, a firmar as futuras aquisições, sendo-lhe facultada a realização de procedimento específico para determinada contratação, assegurado ao particular cujo preço foi registrado, em caso de igualdade de condições, a preferência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DA PUBLICIDADE

Os preços, os quantitativos, o fornecedor e as especificações resumidos do objeto, como também as possíveis alterações da presente ARP, serão publicadas no Diário Oficial do Município, na forma de extrato, em conformidade com o disposto no parágrafo único do artigo 61 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO CRITERIO DE REAJUSTE

O preço da presente contratação será fixo e irreajustável

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – POSSIBILIDADE DE SUPRESSÕES E/OU ACRESCIMOS.

A empresa contratada obrigar-se-á a aceitar, nas mesmas condições estabelecidas no Edital/contrato, os acréscimos e/ou supressões que se fizerem necessários nos serviços, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial contratado atualizado, nos termos do art. 65, § 1º da Lei 8.666/1993.

As supressões e/ou acréscimos não poderão exceder os limites acima mencionados, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes, com fulcro no art. 65, § 2º, da Lei 8.666/1993.

As supressões e/ou acréscimos referenciados serão considerados formalizados mediante assinatura de Termo de Aditamento Contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR-

O FORNECEDOR terá seu registro cancelado nos seguintes casos:

I – Por iniciativa da Administração, quando:

a) não cumprir as exigências do instrumento convocatório da licitação supracitada e as condições da presente ARP;

b) recusarem-se a retirar a nota de empenho no prazo estabelecido, salvo por motivo devidamente justificado e aceito pela Administração;

c) der causa à rescisão administrativa decorrente desta ARP;

d) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial relativa ao presente Registro de Preços;

e) não manutenção das condições de habilitação e compatibilidade;

f) não aceitar a redução dos preços registrados, nas hipóteses previstas na legislação;

g) em razões de interesse público, devidamente justificadas.

II – Por iniciativa do próprio FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar a impossibilidade de cumprimento das exigências insertas neste Registro de Preços, tendo em vista fato superveniente, aceito pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, que comprovadamente venha a comprometer a perfeita execução contratual;

Parágrafo único – o cancelamento de registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, deverá ser formalizado mediante competente processo administrativo com despacho fundamentado do Prefeito Municipal, gestor do ÓRGÃO GERENCIADOR.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS PENALIDADES

15.1 - Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração direta e do Município de CONFRESA /MT pelo prazo de até 05 (cinco) anos, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, a pessoa que praticar quaisquer atos previstos no artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.

15.2 - Pela inexecução total ou parcial da ATA DE REGISTRO DE PREÇO ou pelo atraso injustificado na execução da ATA DE REGISTRO DE PREÇO sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista no Art. 86 e Art. 87 da Lei nº. 8.666/93; a Administração poderá garantida a prévia defesa, aplicar ao Contratado as seguintes sanções:

I - Advertência;

II - multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou na ATA DE REGISTRO DE PREÇO; neste caso a Contratante aplicará a MULTA CONTRATUAL correspondente a:

a) 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso no prazo de execução dos serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplida;

O atraso para efeito de cálculo, mencionado no item anterior será contado em dias corridos, a partir do 1º dia útil subsequente ao término do prazo ajustado em até 20 (vinte) dias;

b) 20% (vinte por cento) sobre o valor da Ordem de Serviço/Empenho, pelo descumprimento de qualquer clausula contratual exceto prazo de execução;

c)10% (dez por cento) sobre o valor constante da ATA DE REGISTRO DE PREÇO, pela inexecução total do objeto, sem prejuízo das outras sanções cabíveis;

d) A multa será descontada dos créditos constantes da Fatura, ou outra forma de cobrança Administrativa ou Judicial.

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sansão aplicada com base no inciso anterior.

15.3 - Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa previa do interessado e recurso dos prazos definidos em lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização da execução dos Serviços será exercida pelos servidores credenciados, nomeado mediante portaria Municipal, independentemente de qualquer outra supervisão, assessoramento e/ou acompanhamento do objeto que venha a ser determinado pelo FORNECEDOR, o seu exclusivo juízo:

SECRETÁRIA	SERVIDOR	PORTARIA
S SECRETÁRIA DE SAÚDE	**CLEYTON GEOVANI KREMER DE CESARO**	232/2020

CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA– DA DOCUMENTAÇÃO

A presente Ata de Registro de Preços vincula-se às disposições contidas nos documentos a seguir especificados, cujos teores são conhecidos e acatados pelas partes:

a) Edital do **Pregão Eletronico** nº **010/2020** e anexos;

b) Proposta Comercial da FORNECEDORA.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

Para dirimir as questões decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, fica eleito o foro da Comarca de Porto Alegre do Norte-MT, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

_____

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

_____

MILLENIUM SERVIÇOS, COMERCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA

CNPJ: 04.258.235/0001-39

Representante Legal: Ivo Gonçalves Rezende Junior

RG: M.2.768.206 E CPF: 452.696.966-49

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
PORTARIA 231/2020 ADM DE 13 DE AGOSTO 2020.

DESIGNAÇÃO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL PARA FISCALIZAR A EXECUÇÃO DO CONTRATO FIRMADO POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO: o disposto na Instrução Normativa do Sistema de Licitações, Compras e Contratos, a qual dispõe sobre os procedimentos e normas para a celebração e acompanhamento da execução de contratos, aditivos e instrumentos congêneres no Poder Executivo Municipal, e no art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93 Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

CONSIDERANDO:a necessidade de padronizar, otimizar a fiscalização e o acompanhamento da execução dos contratos de prestação de serviços e fornecedores da Prefeitura Municipal de Confresa.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora pública municipal como **FISCAL DE CONTRATO,** do Contrato abaixo discriminado.

SECRETARIA	SERVIDORA
GABINETE DO PREFEITO	LÚCIA HELENA DE OLIVEIRA GONSALVES CPF: 605.451.941-72

CONTRATO	68/2020	CNPJ	VALOR TOTAL
CONTRATADA	RICARDO MURILO DE ARRUDA ALVES - ME	13.243.387/0001-59	R$ 74.400,00
OBJETO	ADESÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº018/2020, DECORRENTE DO PREGÃO PRESENCIAL – SRP Nº 13/2020 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ-MT., CUJA A DETENTORA DA ATA É A EMPRESA RICARDO MURILO DE ARRUDA ALVES-ME CNPJ:13.243.387/0001-59, A REFERIDA ADESÃO TEM POR OBJETO: LOCAÇÃO DE VEÍCULO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CONFRESA-MT.		
VIGÊNCIA	12 MESES, 13/08/2020 A 13/08/2021.		

Art. 2º - O Departamento de Compras e CPL - Comissão Permanente de Licitações disponibilizará ao Fiscal designado, logo após a sua nomeação, em cumprimento ao disposto no contrato, do edital da licitação, do projeto básico ou do termo de referência, da proposta da Contratada, e, oportunamente, dos aditivos bem como, do setor competente, a relação das faturas recebidas e das pagas, sem prejuízo de outros documentos que o Fiscal entender necessários ao exercício da fiscalização.

Art. 3º - Os documentos mencionados no art. 2º poderão ser disponibilizados tanto em meio físico quanto digital devendo, neste último caso, serem lançados na pasta compartilhada na rede denominada “Pública” e em pastas e subpastas específicas com a identificação do respectivo fiscal e do contrato objeto da fiscalização.

Art. 4º - Fica garantido aos Fiscais do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo aos Contratos sob fiscalização.

Art. 5º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 13 de Agosto de 2020.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
COVID-19: ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 146/2020

Aos 14 dias do mês de Agosto do ano de dois mil e Vinte, o MUNICÍPIO DE CONFRESA, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Av. Centro Oeste nº 286, Centro, Confresa - MT, devidamente inscrita no C.N.P.J./MF, sob o nº 37.464.716/0001-50, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal o Sr. Ronio Condão Barros Milhomem, brasileiro, casado, médico, residente e domiciliado na Avenida Ayrton Senna da Silva, n° 133 – Centro, nesta cidade, portador da Carteira de Identidade RG n. 0875190-0 SSP-MT e inscrito no CPF sob o n. 535.561.191-53 a seguir denominada simplesmente ÓRGÃO GERENCIADOR, institui a presente Ata de Registro de Preços (ARP), decorrente da licitação **Processo Licitatório nº 159/2020** na modalidade **Pregão Eletronico nº 010/2020** da Prefeitura Municipal de Confresa-MT, **Homologado em 13/08/2020** , **cujo objetivo é a Aquisição de Insumos e Equipamentos de Proteção, como medida de enfrentamento de emergência de Saúde Publica conforme lei federal 13.979/2020 de 06 de fevereiro de 2020 que dispõe sobre as medidas de enfrentamento de emergência de saúde publica em virtude da pandemia de corona vírus – COVID 19, para atender as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social, do Município de Confresa/MT,** a qual se constitui em documento vinculativo e obrigacional às partes, conforme o disposto no art. 15 da Lei nº 8.666/93, regulamentado pelo Decreto Municipal nº26 e 27/2009, de 29 de Maio de 2009, **E DECRETO 030/2020** , segundo as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

A presente Ata de Registro de Preços estabelece as cláusulas e condições gerais para o registro de preços referente **a Aquisição de Insumos e Equipamentos de Proteção, como medida de enfrentamento de emergência de saúde publica conforme lei federal 13.979/2020 de 06 de fevereiro de 2020 que dispõe sobre as medidas de enfrentamento de emergência de Saúde Publica em virtude da pandemia de corona vírus – COVID 19, para atender as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social, do Município de Confresa/MT.**

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS ÓRGÃOS INTEGRANTES

Integra a presente ARP a PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA, localizada na Av. Centro Oeste nº286, Centro, em Confresa-MT, na qualidade de **ÓRGÃO GERENCIADOR;**

Parágrafo único – qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal poderá solicitar a utilização da presente ARP, independentemente da participação ou não na licitação em epígrafe.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

O ÓRGÃO GERENCIADOR, através da Seção de Licitação e Contratos, obriga-se a:

a) gerenciar a presente ARP, indicando, sempre que solicitado, os nomes dos fornecedores, os preços, os quantitativos disponíveis e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação;

b) convocar os particulares via fax, telefone ou e-mail, para assinatura da ARP e retirada da nota de empenho;

c) observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive com solicitação de novas certidões ou documentos vencidos;

d) conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades;

e) realizar, quando necessário, prévia reunião com os licitantes objetivando a familiarização das peculiaridades do Sistema de Registro de Preços;

f) consultar os fornecedores registrados (observada a ordem de classificação) quanto ao interesse em fornecimento dos materiais a outros órgãos da Administração Pública que externem a intenção de utilizar a presente ARP;

g) comunicar aos gestores dos órgãos participantes possíveis alterações ocorridas na presente ARP;

h) coordenar a qualificação mínima dos respectivos gestores dos órgãos participantes;

i) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação, na presente ARP.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE E NÃO PARTICIPANTE

O ÓRGÃO PARTICIPANTE e o ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE, através de gestor próprio indicado, obrigam-se a:

a) tomar conhecimento da presente ARP, inclusive às respectivas alterações, para fins de utilização de forma correta da mesma;

b) consultar, previamente, o ÓRGÃO GERENCIADOR objetivando a obtenção das informações necessárias à aquisição pretendida;

c) verificar a conformidade das condições registradas na presente ARP junto ao mercado local, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR, eventuais desvantagens verificadas;

d) encaminhar ao ÓRGÃO GERENCIADOR a respectiva nota de empenho;

e) enviar, no prazo máximo de **05 (cinco) dias** úteis, as informações sobre a contratação efetivamente realizada;

f) acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações contidas no edital da licitação e na presente ARP, informando ao ÓRGÃO GERANCIADOR qualquer irregularidade ou inadimplemento do particular.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

O FORNECEDOR obriga-se a:

a) Assinar a ARP, retirar a respectiva nota de empenho e assinar o contrato no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação, no que couber;

b) Informar, no prazo máximo de 01 (um) dia, quanto à aceitação ou não do fornecimento a outro órgão da Administração Pública (não participante) que venha a manifestar o interesse de utilizar a presente ARP;

c) Os materiais solicitados nos prazos estabelecidos e conforme autorização de fornecimento, conforme solicitado no edital;

d) Os materiais, conforme especificações e preços registrados na presente ARP;

e) Os materiais solicitados no respectivo endereço do órgão participante ou não participante da presente ARP, sem nenhum ônus adicional ao Município de Confresa;

f) Providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERANCIADOR referentes às condições firmadas na presente ARP;

g) Fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;

h) Prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da assinatura da presente ARP;

i) Ressarcir os eventuais prejuízos causados ao órgão gerenciador e participante e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na presente ARP;

j) Pagar, pontualmente, o fornecedor e cumprir com as obrigações fiscais, relativos aos materiais entregues, com base na presente ARP, exonerando a Administração Pública de responsabilidade solidária ou subsidiária por tal pagamento;

k) O objeto licitatório deverá ser entregue na Secretaria Municipal solicitante, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após solicitação - (entrega da A.F.), junto ao Município de Confresa/MT, sem nenhum ônus adicional para a contratante.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de até um ano, a contar da data da sua assinatura, vigorando até o dia 14 de Agosto de **2021.**

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços, as quantidades, o fornecedor e as especificações dos itens registrados nesta Ata encontram-se indicados nos quadros abaixo, observando-se a ordem de classificação obtida no certame licitatório:

EMPRESA: PIZANI EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA

CNPJ: 19.611.064/0001-57

END: RUA DESEMBARGADOR ERNANI GUARITA CARTAXO N°303 BAIRRO ALTO DA XV SALA 01.

CIDADE: GUARAPUAVA/PR CEP:85.065-140

TELEFONE: (42) 3304-2264 **EMAIL:** comercial@pizaniltda.com

REPRESENTANTE LEGAL: ANA PAULA CIRQUEIRA LUCAS PIZANI

RG: 9.926.421-7 E CPF: 061.825.619-98

ITENS: 4, 9 E 13.

Especificação - Valor Unitário - Quantidade

ITEM	CÓD. TCE	CÓD. SIST.	UND	QTD	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
4	158137-6	33121590	PCT	905	CAPOTE-DESCARTAVEL PARA USO HOSPITALAR PADRONAGEM LISA, MANGA LONGA, PCT COM 10 UNIDADES	ARCLAN RDC 356	R$ 49,97	R$ 45. 222,85
9	404490-8	133123131	UNID	187	MACACAO DE PROTECAO - 100% EM POLIETILENO, COM CAPUZ E FECHAMENTO COM ZIPER, PROTECAO QUIMICA TIPO 3 E 4 DE ACORDO COM ISO 16602, NIVEL B E C (NFPA EPA) E NIVEL 3 (ISO 27065), OFERECENDO BARREIRA DE PERMEACAO CONTRA AGENTES QUIMICOS E BIOLOGICOS NO ESTADO LIQUIDO, COSTURAS TERMOSSELADAS, ELASTICO NOS PUNHOS E TORNOZELOS.TAMANHO GRANDE	INTERPROTCA 34535	R$ 37,20	R$ 6. 956,40
13	152933-1	15068	UNID	672	MASCARA PFF2 COM VALVULA	CAMPER CA 38944	R$ 2,99	R$ 2. 009,28
						VALOR TOTAL	**R$ 54.188,53**	

CLÁUSULA OITAVA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado em até **30 (trinta)** dias condicionado à prestação do serviço e apresentação da Nota Fiscal/Fatura. Para tanto, o FORNECEDOR deverá apresentar Nota Fiscal/Fatura à qual deverá ser atestada pelo setor de compras, ou outro servidor formalmente designado;

Parágrafo primeiro – o pagamento só se efetivará depois de confirmada a situação de regularidade fiscal para com a seguridade social (INSS), com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e com a Fazenda Federal através da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; com a Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa de débitos.

Parágrafo segundo – o pagamento será condicionado ao cumprimento das obrigações fixadas na presente ARP.

CLÁUSULA NONA – DAS DOTAÇÕES

ORGAO.: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

UNID.: 06 – MAC – MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE

PROJ. ATIV.: 2.132 – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA COVID 19

COD. REDUZIDO: 2010 – MATERIAL DE CONSUMO

FONTE.: 0046 – TRANSF. DE FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO

ELEMENTO.: 3.3.90.30.00.00.00.01

ITEM	CÓD. TCE	CÓD. SIST.	UND	QTD	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
4	158137-6	33121590	PCT	569	CAPOTE-DESCARTAVEL PARA USO HOSPITALAR PADRONAGEM LISA, MANGA LONGA, PCT COM 10 UNIDADES	ARCLAN RDC 356	R$ 49,97	R$ 28.432,93
9	404490-8	133123131	UNID	187	MACACAO DE PROTECAO - 100% EM POLIETILENO, COM CAPUZ E FECHAMENTO COM ZIPER, PROTECAO QUIMICA TIPO 3 E 4 DE ACORDO COM ISO 16602, NIVEL B E C (NFPA EPA) E NIVEL 3 (ISO 27065), OFERECENDO BARREIRA DE PERMEACAO CONTRA AGENTES QUIMICOS E BIOLOGICOS NO ESTADO LIQUIDO, COSTURAS TERMOSSELADAS, ELASTICO NOS PUNHOS E TORNOZELOS.TAMANHO GRANDE	INTERPROTCA 34535	R$ 37,20	R$ 6.956,40
						VALOR TOTAL	R$ 35.389,33	

ORGAO.: 05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

UNID.: 05 – FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL

PROJ. ATIV.: 2.135 – ENFRENTAMENTO DO COVID 19 NO SUAS - IPIS

COD. REDUZIDO: 2026 – MATERIAL DE CONSUMO

FONTE: 0029 – RECURSO ENFRETAMENTO DA COVID NO SUAS - EPIS

ELEMENTO.: 3.3.90.30.00.00.00.00

ITEM	CÓD. TCE	CÓD. SIST.	UND	QTD	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
4	158137-6	33121590	PCT	336	CAPOTE-DESCARTAVEL PARA USO HOSPITALAR PADRONAGEM LISA, MANGA LONGA, PCT COM 10 UNIDADES	ARCLAN RDC 356	R$ 49,97	R$ 16.789,92
13	152933-1	15068	UNID	672	MASCARA PFF2 COM VALVULA	CAMPER CA 38944	R$ 2,99	R$ 2.009,28
						VALOR TOTAL	R$ 18.799,20	

CLÁUSULA DÉCIMA – DA CONDIÇÃO ESPECÍFICA

A existência desta Ata de Registro de Preços não obriga o ÓRGÃO GERENCIADOR, nem o ÓRGÃO PARTICIPANTE, se for o caso, a firmar as futuras aquisições, sendo-lhe facultada a realização de procedimento específico para determinada contratação, assegurado ao particular cujo preço foi registrado, em caso de igualdade de condições, a preferência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DA PUBLICIDADE

Os preços, os quantitativos, o fornecedor e as especificações resumidos do objeto, como também as possíveis alterações da presente ARP, serão publicadas no Diário Oficial do Município, na forma de extrato, em conformidade com o disposto no parágrafo único do artigo 61 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO CRITERIO DE REAJUSTE

O preço da presente contratação será fixo e irreajustável

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – POSSIBILIDADE DE SUPRESSÕES E/OU ACRESCIMOS.

A empresa contratada obrigar-se-á a aceitar, nas mesmas condições estabelecidas no Edital/contrato, os acréscimos e/ou supressões que se fizerem necessários nos serviços, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial contratado atualizado, nos termos do art. 65, § 1º da Lei 8.666/1993.

As supressões e/ou acréscimos não poderão exceder os limites acima mencionados, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes, com fulcro no art. 65, § 2º, da Lei 8.666/1993.

As supressões e/ou acréscimos referenciados serão considerados formalizados mediante assinatura de Termo de Aditamento Contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR-

O FORNECEDOR terá seu registro cancelado nos seguintes casos:

I – Por iniciativa da Administração, quando:

a) não cumprir as exigências do instrumento convocatório da licitação supracitada e as condições da presente ARP;

b) recusarem-se a retirar a nota de empenho no prazo estabelecido, salvo por motivo devidamente justificado e aceito pela Administração;

c) der causa à rescisão administrativa decorrente desta ARP;

d) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial relativa ao presente Registro de Preços;

e) não manutenção das condições de habilitação e compatibilidade;

f) não aceitar a redução dos preços registrados, nas hipóteses previstas na legislação;

g) em razões de interesse público, devidamente justificadas.

II – Por iniciativa do próprio FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar a impossibilidade de cumprimento das exigências insertas neste Registro de Preços, tendo em vista fato superveniente, aceito pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, que comprovadamente venha a comprometer a perfeita execução contratual;

Parágrafo único – o cancelamento de registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, deverá ser formalizado mediante competente processo administrativo com despacho fundamentado do Prefeito Municipal, gestor do ÓRGÃO GERENCIADOR.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS PENALIDADES

15.1 - Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração direta e do Município de CONFRESA /MT pelo prazo de até 05 (cinco) anos, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, a pessoa que praticar quaisquer atos previstos no artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.

15.2 - Pela inexecução total ou parcial da ATA DE REGISTRO DE PREÇO ou pelo atraso injustificado na execução da ATA DE REGISTRO DE PREÇO sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista no Art. 86 e Art. 87 da Lei nº. 8.666/93; a Administração poderá garantida a prévia defesa, aplicar ao Contratado as seguintes sanções:

I - Advertência;

II - multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou na ATA DE REGISTRO DE PREÇO; neste caso a Contratante aplicará a MULTA CONTRATUAL correspondente a:

a) 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso no prazo de execução dos serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplida;

O atraso para efeito de cálculo, mencionado no item anterior será contado em dias corridos, a partir do 1º dia útil subsequente ao término do prazo ajustado em até 20 (vinte) dias;

b) 20% (vinte por cento) sobre o valor da Ordem de Serviço/Empenho, pelo descumprimento de qualquer clausula contratual exceto prazo de execução;

c)10% (dez por cento) sobre o valor constante da ATA DE REGISTRO DE PREÇO, pela inexecução total do objeto, sem prejuízo das outras sanções cabíveis;

d) A multa será descontada dos créditos constantes da Fatura, ou outra forma de cobrança Administrativa ou Judicial.

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sansão aplicada com base no inciso anterior.

15.3 - Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa previa do interessado e recurso dos prazos definidos em lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização da execução dos Serviços será exercida pelos servidores credenciados, nomeado mediante portaria Municipal, independentemente de qualquer outra supervisão, assessoramento e/ou acompanhamento do objeto que venha a ser determinado pelo FORNECEDOR, o seu exclusivo juízo:

SECRETÁRIA	SERVIDORES	PORTARIA
S SECRETÁRIA DE SAÚDE	**CLEYTON GEOVANI KREMER DE CESARO**	232/2020
S SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA	**ISMENIA MEIRE DA S. ALVES**	

CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA– DA DOCUMENTAÇÃO

A presente Ata de Registro de Preços vincula-se às disposições contidas nos documentos a seguir especificados, cujos teores são conhecidos e acatados pelas partes:

a) Edital do **Pregão Eletronico** nº **010/2020** e anexos;

b) Proposta Comercial da FORNECEDORA.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

Para dirimir as questões decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, fica eleito o foro da Comarca de Porto Alegre do Norte-MT, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

_____

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

_____

PIZANI EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA

CNPJ: 19.611.064/0001-57

Representante Legal: Ana Paula Cirqueira Lucas Pizani

RG: 9.926.421-7 E CPF: 061.825.619-98

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
AVISO DE LICITACÃO DESERTA PROCESSO LICITATÓRIO Nº135/2020. PREGÃO ELETRONICO SRP Nº006/2020.

AVISO DE LICITACÃO DESERTA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº135/2020.

MODALIDADE: PREGÃO ELETRONICO SRP Nº006/2020.

A Prefeitura de Confresa, Estado de Mato Grosso, através do Pregoeiro, torna público que o **PROCESSO LICITATÓRIO Nº135/2020, PREGÃO**

ELETRONICO – SRP Nº006/2020 que foi aberto no dia **26 de JUNHO de 2020, às 09h00min** (horário local), foi declarado **DESERTO,** haja visto que nenhuma empresa teve interesse em apresentar proposta para o presente Certame.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTES SENDO CONJUNTO REFEITORIO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS ESCOLAS NO AMBITO MUNICIPAL JUNTAMENTE COM A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICIPIO DE CONFRESA/MT.

Confresa-MT, 29 de JUNHO de 2020.

CEZAR QUEIROZ DA SILVA

Pregoeiro Municipal

Portaria nº082/2020

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 215/2020 DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

Portaria 215/2020 de 14 de Agosto de 2020.

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO E POSSE DOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO a Lei 943/2019 de 19/12/2019 e suas disposições.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os membros do CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA, com sua titularidade, suplência e sua respectiva representatividade.

REPRESENTAÇÃO	MEMBRO	TIPO
SECRETARIA DE CULTURA	SAMUEL GONÇALVES SANTOS	TITULAR
	DJALMA RORIZ MAIERO DE SOUZA	SUPLENTE
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	JANAINA GALDINO DA SILVA	TITULAR
	DARC APARECIDA LEITE LEONEL	SUPLENTE
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	DANILO FERNANDO LUZ OLIVEIRA	TITULAR
	EDELAINE MENDES DA SILVA	SUPLENTE
SECRETARIA DE SAÚDE	ELAINE DA SILVA PAULINO	TITULAR
	MARIA DO AMPARO BRITO BARROS	SUPLENTE
SOCIEDADE CIVIL	LUCIANO BORGES DE AQUINO	TITULAR
	ANDERSON AUGUSTO DA SILVA	SUPLENTE
ARTES VISUAIS	ANDRÉ LUIZ PIRES	TITULAR
	WANDERLEY QUIXABEIRA SIRQUEIRA CAMPOS	SUPLENTE
ARTESANATO	LUIZ CARLOS SANTOS SOARES	TITULAR
	WANDERSON GOVEIA DE CARVALHO	SUPLENTE
LITERATURA	MEYRE RODA RODRIGUES DE CARVALHO	TITULAR
	ALLINE DE OLIVEIRA LIMA	SUPLENTE
MUSICA	TELMA DA SILVA AGUIAR	TITULAR
	PAULO RODRIGUES DE SOUSA	SUPLENTE

Art. 2º - Ficam empossados os membros do CMC Conselho Municipal de Cultura para um mandato de 02 (dois) anos.

Art. 3º A participação dos membros nomeados e empossados na conformidade do artigo primeiro será considerada serviço público relevante, vedada a sua remuneração.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 14 de Agosto de 2020.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
TERMO DE REVOGAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº125/2020
PREGÃO PRESENCIAL Nº076/2020

TERMO DE REVOGAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº125/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº076/2020

SETOR DE LICITAÇÃO

Procedimento administrativo licitatório

Descrição: Processo licitatório nº 125/2020 – Pregão Presencial nº076/2020- Objeto: ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO DE Nº037/2020 ORIUNDA DO PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº015/2020 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ-MT, AQUISIÇÃO DE MOTONIVELADORA NOVA ZERO HORA DE USO, POTENCIA LIQUIDA DO MOTOR MINIMA DE 140 HP E MAXIMA DE 180 HP, PESO OPERACIONAL MINIMO DE 13.704 E MAXIMO DE 20.766 KGS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS DO MUNICIPIO DE CONFRESA-MT.CONFORME CONTRATO DE REPASSE Nº873560/2018/MAPA/CAIXA/PREFEITURA MUN. DE CONFRESA-MT.

O Município de Confresa, pessoa jurídica de direito público interno, ora presentado pela Prefeitura Municipal de Confresa, enquanto órgão encarregado de gerir a condução de sua atividade administrativa e da prestação dos serviços públicos essências ao município de Confresa/MT, dentre outras atividades que lhes são inerentes vem, por meio desta, com fundamento no exercício da autotutela administrativa, e nos verbetes de sumulas 473 e 346 do Supremo Tribunal Federal, revogar o procedimento licitatório nº125/2020, pregão presencial nº076/2020 cujo objeto licitatório refere-se à **ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO DE Nº037/2020 ORIUNDA DO PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº015/2020 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ-MT, AQUISIÇÃO DE MOTONIVELADORA NOVA ZERO HORA DE USO, POTENCIA LIQUIDA DO MOTOR MINIMA DE 140 HP E MAXIMA DE 180 HP, PESO OPERACIONAL MINIMO DE 13.704 E MAXIMO DE 20.766 KGS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS DO MUNICIPIO DE CONFRESA-MT.CONFORME CONTRATO DE REPASSE Nº873560/2018/MAPA/CAIXA/PREFEITURA MUN. DE CONFRESA-MT**.

SÚMULA 473**, STF**:

A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

SÚMULA 346**, STF**:

A administração pública pode declarar a nulidade dos seus próprios atos.

Lei 9.784/99 - Art. 53. A Administração deve anular seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, e pode revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos.

Anexar este documento aos autos do procedimento administrativo licitatório em questão.

Confresa – MT, 04 de JUNHO de 2020.

Ronio Condão Barros Milhomem

Prefeito Municipal

Publique-se.

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
TERMO DE REVOGAÇÃO DE PROCEDIMENTO LICITATORIO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº153/2020

PREGÃO PRESENCIAL– SRP Nº090/2020

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CONFRESA-MT, no uso das prerrogativas que lhe são conferidas pela Legislação Municipal, ainda, com base nas disposições contidas na Súmula nº 473 do Supremo Tribunal Federal tem o seguinte enunciado:

"A administração pode anular seus próprios atos, quando ceivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial. "

Decide:

REVOGAR O **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 153/2020** – PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 090/2020, cujo o objeto e "**PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA DE SAÚDE DOMUNICÍPIO DE CONFRESA - MT."**,pela seguinte motivação:

1º - **CONSIDERANDO** que a administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revoga-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial (SUMULA 473, STF)

2º - **CONSIDERANDO** a administração pública pode declarar a nulidade dos seus próprios atos (SUMULA 346, STF)

3º - **CONSIDERANDO** a administração deve anular seus próprios atos, quando eivados de vícios de legalidade, e pode revoga-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos (LEI 9. 784/99 – Art. 53).

4º **CONSIDERANDO** o parecer jurídico no que tange ao processamento do certame, tratando-se de recurso de fonte orçamentaria de transferência da União e que por determinação do Parag. 3º do Art. 1º, Decreto nº 10. 024/2019, é obrigatório a realização de pregão eletrônico para a aquisição de bens e contratação de serviços, devendo a administração seguir na integra o seu teor.

PORTANTO REVOGA-SE O PROCESSO LICITATÓRIO Nº 153/2020 – PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº090/2020.

Confresa - MT, 14 de Agosto de 2020.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
AVISO DE ADESÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO PROCESSO LICITATÓRIO Nº173/2020

PROCESSO LICITATÓRIO Nº173/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº100/2020

ADESÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº-007/2020, DECORRENTE DO PREGÃO PRESENCIAL – SRP Nº0006/2020 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ - MT, CUJA A DETENTORA DA ATA: RICARDO MURILO DE ARRUDA ALVES-MECNPJ:13.243.387/0001-59.

A Prefeitura de Confresa/MT, Declara que aderiu a Adesão Ata de Registro de Preços Nº**007/2020,** decorrente do **Pregão Presencial – SRP nº 006/2020** da **Prefeitura Municipal de POCONÉ-MT.**, cuja a Detentora da Ata é a empresa **RICARDO MURILO DE ARRUDA ALVES-MECNPJ:13.243.387/0001-59**, a referida adesão **tem por objeto " LOCAÇÃO DE VEÍCULO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS E AGRICULTURA DE CONFRESA-MT."** conforme quantidade abaixo relacionada, com um valor Global Estimado de **Valor de Referência:** R$ **106.800,00 (Cento Seis Mil Oitocentos Reais).**

Item	Descrição	UND.	QTDE	Valor Unit. Mensal	Valor Total Meses
02	SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE VEICULO UTILITARIO TIPO PICKUP INTERMEDIARIA, ZERO KM, CABINE DUPLA, BIOCOMBUSTÍVEL, 4 PORTAS 1.6, 5 LUGARES DIREÇÃO HIDRAULICA, CAMBIO MANUAL	Mês	12	R$ 4. 450,00	R$ 53. 400,00
03	SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE VEICULO UTILITARIO TIPO PICKUP INTERMEDIARIA, ZERO KM, CABINE DUPLA, BIOCOMBUSTÍVEL, 4 PORTAS 1.6, 5 LUGARES DIREÇÃO HIDRAULICA, CAMBIO MANUAL	Mês	12	R$ 4. 450,00	R$ 53. 400,00
	VALOR TOTAL				**R$ 106. 800,00**

Valor R$ 106.800,00 (Cento Seis Mil Oitocentos Reais).

Empresa Detentora da Ata de Registro de Preços:

RICARDO MURILO DE ARRUDA ALVES-MECNPJ: 13.243.387/0001-59

CIDADE: CUIABÁ-MT.

END: Av. DOUTOR HÉLIO RIBEIRO

FONE: (65) 98419-2147

CEP:78.048-250

RICARDO MURILO DE ARRUDA

REPRESENTANTE LEGAL

Confresa-MT, 14 de AGOSTO de 2.020

CEZAR QUEIROZ DA SILVA

PREGOEIRO Municipal

PORTARIA Nº082/2020

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 215/2020 DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

Portaria 215/2020 de 14 de Agosto de 2020.

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO E POSSE DOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO a Lei 943/2019 de 19/12/2019 e suas disposições.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os membros do CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA, com sua titularidade, suplência e sua respectiva representatividade.

REPRESENTAÇÃO	MEMBRO	TIPO
SECRETARIA DE CULTURA	SAMUEL GONÇALVES SANTOS	TITULAR
	DJALMA RORIZ MAIERO DE SOUZA	SUPLENTE
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	JANAINA GALDINO DA SILVA	TITULAR
	DARC APARECIDA LEITE LEONEL	SUPLENTE
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	DANILO FERNANDO LUZ OLIVEIRA	TITULAR
	EDELAINE MENDES DA SILVA	SUPLENTE
SECRETARIA DE SAÚDE	ELAINE DA SILVA PAULINO	TITULAR
	MARIA DO AMPARO BRITO BARROS	SUPLENTE
SOCIEDADE CIVIL	LUCIANO BORGES DE AQUINO	TITULAR
	ANDERSON AUGUSTO DA SILVA	SUPLENTE
ARTES VISUAIS	ANDRÉ LUIZ PIRES	TITULAR
	WANDERLEY QUIXABEIRA SIRQUEIRA CAMPOS	SUPLENTE
ARTESANATO	LUIZ CARLOS SANTOS SOARES	TITULAR
	WANDERSON GOVEIA DE CARVALHO	SUPLENTE
LITERATURA	MEYRE RODA RODRIGUES DE CARVALHO	TITULAR
	ALLINE DE OLIVEIRA LIMA	SUPLENTE
MUSICA	TELMA DA SILVA AGUIAR	TITULAR
	PAULO RODRIGUES DE SOUSA	SUPLENTE

Art. 2º - Ficam empossados os membros do CMC Conselho Municipal de Cultura para um mandato de 02 (dois) anos.

Art. 3º A participação dos membros nomeados e empossados na conformidade do artigo primeiro será considerada serviço público relevante, vedada a sua remuneração.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 14 de Agosto de 2020.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

CONTABILIDADE
DECRETO DE SUPLEMENTAÇÃO 88 2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA
ESTADO DE MATO GROSSO

DECRETO Nº 000088/20 de 12 de Agosto de 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE Confresa no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela a Lei da Confresa de Confresa e autorização contida na Lei Municipal nº 000956/20 de [illegible]
DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício Crédito para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

03 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	
03.01 - GESTÃO ADMINISTRATIVA	
(40) 3.3.90.39.00.00.00.00.2.007-0000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESS	510,00
06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
06.04 - ATENÇÃO BÁSICA	
(595) 3.3.90.39.00.00.00.00.2.014-0002 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PES	1.187,00
09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E AÇÃO SOCIAL	
09.05 - FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
(1694) 3.3.90.36.00.00.00.00.2.071-0000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PE	942,00
(1697) 3.3.90.39.00.00.00.00.2.071-0000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PE	2.159,00
(1758) 3.3.90.39.00.00.00.00.2.117-0043 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PE	2.203,00
10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA	
10.01 - GABINETE DO SECRETÁRIO	
(1946) 3.3.90.39.00.00.00.00.2.038-0000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PE	9.500,00
11 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO	
11.01 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO	
(2002) 3.3.90.39.00.00.00.00.2.012-0000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PE	614,00
Total Suplementação:	**17.115,00**

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões)

07 - SECRETARIA MUN. VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS	
07.03 - EXTENSÃO DA REDE ELÉTRICA	
(1268) 4.4.90.52.00.00.00.00.1.121-0000 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANEN	3.050,00
(1269) 4.4.90.52.00.00.00.00.1.121-0017 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANEN	2.860,00
07.04 - SETOR DE TRANSPORTES	
(1281) 3.3.90.30.00.00.00.00.1.128-0024 - MATERIAL DE CONSUMO	6.491,00
(1270) 3.3.90.30.00.00.00.00.1.125-0000 - MATERIAL DE CONSUMO	4.714,00
Total Anulação:	**17.115,00**

Art. 3º Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

RONIO CONDAO BARROS MILHOMEM
PREFEITO MUNICIPAL

Página: 1/1

MÁRCIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA D`OESTE

SDS/UNIDADE DESCENTRALIZADA DE MEIO AMBIENTE PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA D OESTE

LICENÇA PREVIA	
LP N°: 018/2020	**VÁLIDA ATÉ: 13/08**/2022
PROCESSO N°:500/2020	**DATA DE PROTOCOLO:** 20/05/2020
A **SECRETARIA DESENVOLVIMENTO SUSTENTADO – SDS**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela a Lei n° 497/2016 e Lei nº 548/2019 que dispõe sobre a Política Municipal de Gestão e Proteção Ambiental do Município de Conquista D Oeste, MT, concede a presente Licença.	
DENOMINAÇÃO DA PROPRIEDADE OU EMPREENDIMENTO: INSPELL ENGENHARIA	
ATIVIDADE LICENCIADA: FABRICAÇÃO DE ARTIGOS DE SERRALHERIA - EXCETO ESQUADRIAS	
LOCALIZAÇÃO: Avenida das Palmeiras, s/n, Centro – Conquista D' Oeste – MT – CEP: 78254000 Coordenadas geográficas: lat: 14°32'25.836" long: 59°32'20,688"	
NOME / RAZÃO SOCIAL DO INTERESSADO: INSPELL ENGENHARIA **CNPJ:** 32.812.932/0001-25	
ATIVIDADE PRINCIPAL: FABRICAÇÃO DE ARTIGOS DE SERRALHERIA - EXCETO ESQUADRIAS	
RESTRIÇÕES: As contidas no Processo de Licenciamento e na Legislação em Vigor. É obrigatório a manutenção do parecer técnico no local da atividade licenciada juntamente com a licença emitida, bem como a comprovação do cumprimento das condicionantes e solicitações existentes, caso haja.	
DOCUMENTOS ANEXOS E CONDIÇÕES GERAIS DE VALIDADE DESTA LICENÇA: - Conforme Parecer Técnico n°: 027/SDS/2020	
LOCAL E DATA Conquista D' Oeste – MT 13/08/2020	**Secretaria Desenvolvimento Sustentado Marlene Aparecida da Silva Secretaria/SDS** **Analista Ambiental de Conquista D Oeste Eliane Aparecida de Freitas**

Obs.: Esta Licença Ambiental deve ser afixada em local de fácil acesso e visualização.

SDS/UNIDADE DESCENTRALIZADA DE MEIO AMBIENTE PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA D OESTE

LICENÇA DE OPERAÇÃO	
LO N°: 014/2020	**VÁLIDA ATÉ: 13/08**/2023
PROCESSO N°:500/2020	**DATA DE PROTOCOLO:** 20/05/2020
A **SECRETARIA DESENVOLVIMENTO SUSTENTADO – SDS**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela a Lei n° 497/2016 e Lei nº 548/2019 que dispõe sobre a Política Municipal de Gestão e Proteção Ambiental do Município de Conquista D Oeste, MT, concede a presente Licença.	
DENOMINAÇÃO DA PROPRIEDADE OU EMPREENDIMENTO: INSPELL ENGENHARIA	
ATIVIDADE LICENCIADA: FABRICAÇÃO DE ARTIGOS DE SERRALHERIA - EXCETO ESQUADRIAS	
LOCALIZAÇÃO: Avenida das Palmeiras, s/n, Centro – Conquista D' Oeste – MT – CEP: 78254000 Coordenadas geográficas: lat: 14°32'25.836" long: 59°32'20,688"	
NOME / RAZÃO SOCIAL DO INTERESSADO: INSPELL ENGENHARIA **CNPJ:** 32.812.932/0001-25	
ATIVIDADE PRINCIPAL: FABRICAÇÃO DE ARTIGOS DE SERRALHERIA - EXCETO ESQUADRIAS	
RESTRIÇÕES: As contidas no Processo de Licenciamento e na Legislação em Vigor. É obrigatório a manutenção do parecer técnico no local da atividade licenciada juntamente com a licença emitida, bem como a comprovação do cumprimento das condicionantes e solicitações existentes, caso haja.	
DOCUMENTOS ANEXOS E CONDIÇÕES GERAIS DE VALIDADE DESTA LICENÇA: - Conforme Parecer Técnico n°: 027/SDS/2020	
LOCAL E DATA Conquista D' Oeste – MT 13/08/2020	**Secretaria Desenvolvimento Sustentado Marlene Aparecida da Silva Secretaria/SDS** **Analista Ambiental de Conquista D Oeste Eliane Aparecida de Freitas**

Obs.: Esta Licença Ambiental deve ser afixada em local de fácil acesso e visualização.

A renovação da licença deve ser protocolada 90 dias antes de seu vencimento.

SDS/UNIDADE DESCENTRALIZADA DE MEIO AMBIENTE PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA D OESTE

LICENÇA DE INSTALAÇÃO	
LI N°: 018/2020	**VÁLIDA ATÉ: 13/08**/2022
PROCESSO N°:500/2020	**DATA DE PROTOCOLO:** 20/05/2020
A **SECRETARIA DESENVOLVIMENTO SUSTENTADO – SDS**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela a Lei n° 497/2016 e Lei nº 548/2019 que dispõe sobre a Política Municipal de Gestão e Proteção Ambiental do Município de Conquista D Oeste, MT, concede a presente Licença.	
DENOMINAÇÃO DA PROPRIEDADE OU EMPREENDIMENTO: INSPELL ENGENHARIA	
ATIVIDADE LICENCIADA: FABRICAÇÃO DE ARTIGOS DE SERRALHERIA - EXCETO ESQUADRIAS	
LOCALIZAÇÃO: Avenida das Palmeiras, s/n, Centro – Conquista D' Oeste – MT – CEP: 78254000 Coordenadas geográficas: lat: 14°32'25.836" long: 59°32'20,688"	
NOME / RAZÃO SOCIAL DO INTERESSADO: INSPELL ENGENHARIA **CNPJ:** 32.812.932/0001-25	
ATIVIDADE PRINCIPAL: FABRICAÇÃO DE ARTIGOS DE SERRALHERIA - EXCETO ESQUADRIAS	
RESTRIÇÕES: As contidas no Processo de Licenciamento e na Legislação em Vigor. É obrigatório a manutenção do parecer técnico no local da atividade licenciada juntamente com a licença emitida, bem como a comprovação do cumprimento das condicionantes e solicitações existentes, caso haja.	
DOCUMENTOS ANEXOS E CONDIÇÕES GERAIS DE VALIDADE DESTA LICENÇA: - Conforme Parecer Técnico n°: 027/SDS/2020	
LOCAL E DATA Conquista D' Oeste – MT 13/08/2020	**Secretaria Desenvolvimento Sustentado Marlene Aparecida da Silva Secretaria/SDS** **Analista Ambiental de Conquista D Oeste Eliane Aparecida de Freitas**

Obs.: Esta Licença Ambiental deve ser afixada em local de fácil acesso e visualização.

A renovação da licença deve ser protocolada 90 dias antes de seu vencimento.

PORTARIA/DECRETO
PORTARIA Nº 133/2020

"Dispõe sobre Afastamento para fins de atividade política, de servidor que menciona."

MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO, Prefeita do Município de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de competência que lhe é conferida pela Lei Orgânica do Município, com fundamento no art. 74, VII e art. 100 da Lei Complementar n° 001/2001 c/c Lei Complementar 64/90.

RESOLVE:

Art. 1° AUTORIZAR O AFASTAMENTO da servidora **FLORIPA MARGARIDA JANUARIA ALVES SOUZA**, portadora do RG nº 1441720-0 SSP/MT, matrícula nº 280, lotada na Secretaria Municipal de Educação, onde exerce o cargo de monitor de educação infantil, regime estatutário, a partir de 14/08/2020, e se estenderá até o 15º (décimo quinto) dia seguinte ao pleito, para concorrer ao cargo eletivo de vereador, em licença renumerada.

Art. 2° A regularidade do afastamento fica condicionada à apresentação de copia da certidão expedida pela Justiça Eleitoral que ateste a homologação do registro de candidatura.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Gabinete da Prefeita, em 14 de agosto de 2020.

Maria Lucia de Oliveira Porto

Prefeita Municipal

PORTARIA/DECRETO
PORTARIA Nº 134/2020

"Dispõe sobre Afastamento para fins de atividade política, de servidor que menciona."

MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO, Prefeita do Município de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de competência que lhe é conferida pela Lei Orgânica do Município, com fundamento no art. 74, VII e art. 100 da Lei Complementar n° 001/2001 c/c Lei Complementar 64/90.

RESOLVE:

Art. 1° AUTORIZAR O AFASTAMENTO do servidor **EDSON MARCOS RODRIGUES**, portadora do RG nº 14524430 SSP/MT, matrícula nº 490, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, onde exerce o cargo de técnico em radiologia, regime estatutário, a partir de 14/08/2020, e se estenderá até o 15º (décimo quinto) dia seguinte ao pleito, para concorrer ao cargo eletivo de vereador, em licença renumerada.

Art. 2° A regularidade do afastamento fica condicionada à apresentação de copia da certidão expedida pela Justiça Eleitoral que ateste a homologação do registro de candidatura.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Gabinete da Prefeita, em 14 de agosto de 2020.

Maria Lucia de Oliveira Porto

Prefeita Municipal

PORTARIA/DECRETO
PORTARIA Nº 135/2020

"Dispõe sobre Afastamento para fins de atividade política, de servidor que menciona."

MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO, Prefeita do Município de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de competência que lhe é conferida pela Lei Orgânica do Município, com fundamento no art. 74, VII e art. 100 da Lei Complementar n° 001/2001 c/c Lei Complementar 64/90.

RESOLVE:

Art. 1° AUTORIZAR O AFASTAMENTO do servidor **MARCELINO BARBOSA PRATES**, portador do RG nº 1399094-2 SSP/MT, matrícula nº 881, lotado na Secretaria Municipal de Obra e Serviço Publico, onde exerce o cargo de Operador de Máquinas, regime estatutário, a partir de 14/08/2020, e se estenderá até o 15º (décimo quinto) dia seguinte ao pleito, para concorrer ao cargo eletivo de vereador, em licença renumerada.

Art. 2° A regularidade do afastamento fica condicionada à apresentação de copia da certidão expedida pela Justiça Eleitoral que ateste a homologação do registro de candidatura.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Gabinete da Prefeita, em 14 de agosto de 2020.

Maria Lucia de Oliveira Porto

Prefeita Municipal

PORTARIA/DECRETO
PORTARIA Nº 136/2020

"Dispõe sobre Afastamento para fins de atividade política, de servidor que menciona."

MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO, Prefeita do Município de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de competência que lhe é conferida pela Lei Orgânica do Município, com fundamento no art. 74, VII e art. 100 da Lei Complementar n° 001/2001 c/c Lei Complementar 64/90.

RESOLVE:

Art. 1° AUTORIZAR O AFASTAMENTO do servidor **OSSENI JUREMEIRA DE ARAUJO**, portador do RG nº 1087670-7 SSP/MT, matrícula nº 1061, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, onde exerce o cargo de Técnico de enfermagem, regime estatutário, a partir de 14/08/2020, e se estenderá até o 15º (décimo quinto) dia seguinte ao pleito, para concorrer ao cargo eletivo de vereador, em licença renumerada.

Art. 2° A regularidade do afastamento fica condicionada à apresentação de copia da certidão expedida pela Justiça Eleitoral que ateste a homologação do registro de candidatura.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Gabinete da Prefeita, em 14 de agosto de 2020.

Maria Lucia de Oliveira Porto

Prefeita Municipal

PORTARIA/DECRETO
PORTARIA Nº 137/2020

"Dispõe sobre Afastamento para fins de atividade política, de servidor que menciona."

MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO, Prefeita do Município de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de competência que lhe é conferida pela Lei Orgânica do Município, com fundamento no art. 74, VII e art. 100 da Lei Complementar n° 001/2001 c/c Lei Complementar 64/90.

RESOLVE:

Art. 1° AUTORIZAR O AFASTAMENTO do servidor **NOEL DE SOUZA**, portador do RG nº 972199 SSP/MT, matrícula nº 349, lotado na Secretaria Municipal de Educação, onde exerce o cargo de Motorista, regime estatutário, a partir de 14/08/2020, e se estenderá até o 15º (décimo quinto) dia seguinte ao pleito, para concorrer ao cargo eletivo de vereador, em licença renumerada.

Art. 2° A regularidade do afastamento fica condicionada à apresentação de copia da certidão expedida pela Justiça Eleitoral que ateste a homologação do registro de candidatura.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Gabinete da Prefeita, em 14 de agosto de 2020.

Maria Lucia de Oliveira Porto

Prefeita Municipal

PORTARIA/DECRETO
PORTARIA 138/2020

"Exonera servidor do cargo em comissão que especifica".

MARIA LUCIA OLIVEIRA PORTO, Prefeita Municipal de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições legais e especialmente as contidas na Lei Municipal nº 002/2001,

RESOLVE:

Art.1° - Exonerar, o servidor **NOEL DE SOUZA**, portador da cédula de identidade RG nº 972199, expedida pela SSP/MT e do CPF 595.091. 471-68 do cargo em comissão de **COORDENADOR DE TRANSPORTE ESCOLAR,** a partir desta data.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 14 de Agosto de 20209.

MARIA LUCIA OLIVEIRA PORTO

Prefeita Municipal

PORTARIA/DECRETO
PORTARIA 139/2020

"Exonera servidor do cargo em comissão que especifica".

MARIA LUCIA OLIVEIRA PORTO, Prefeita Municipal de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições legais e especialmente as contidas na Lei Municipal nº 002/2001,

RESOLVE:

Art.1° - Exonerar, a servidora **SIRLEY ROSA ORLANDO**, portadora da cédula de identidade RG nº 1515915-9, expedida pela SSP/MT e do CPF 004.269.211-35 do cargo em comissão de **Diretor de Divisão de Agricultura,** a partir de 14/08/2020, para concorrer ao cargo eletivo de vereador

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 14 de Agosto de 20209.

MARIA LUCIA OLIVEIRA PORTO

Prefeita Municipal

PORTARIA/DECRETO
PORTARIA 140/2020

"Exonera servidor do cargo em comissão que especifica".

MARIA LUCIA OLIVEIRA PORTO, Prefeita Municipal de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições legais e especialmente as contidas na Lei Municipal nº 002/2001,

RESOLVE:

Art.1° - Exonerar, a servidora **NEIDE NAZARIO**, portadora da cédula de identidade RG nº 3081499-5, expedida pela SSP/MT e do CPF 886.062. 449-53, do cargo em comissão de **Diretor de Divisão de Programa Assistencial,** a partir desta data.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 14 de Agosto de 20209.

MARIA LUCIA OLIVEIRA PORTO

Prefeita Municipal

PORTARIA/DECRETO
PORTARIA Nº 141/2020

"Dispõe sobre Afastamento para fins de atividade política, de servidor que menciona."

MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO, Prefeita do Município de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de competência que lhe é conferida pela Lei Orgânica do Município, com fundamento no art. 74, VII e art. 100 da Lei Complementar n° 001/2001 c/c Lei Complementar 64/90.

RESOLVE:

Art. 1° AUTORIZAR O AFASTAMENTO da servidora **IVANILDA MATIAS CACERES**, portadora do RG nº 1558509-3 SSP/MT, matrícula nº 165, lotado na Secretaria Municipal de Educação, onde exerce o cargo de Merendeira, regime estatutário, a partir de 14/08/2020, e se estenderá até o 15º (décimo quinto) dia seguinte ao pleito, para concorrer ao cargo eletivo de vereador, em licença renumerada.

Art. 2° A regularidade do afastamento fica condicionada à apresentação de copia da certidão expedida pela Justiça Eleitoral que ateste a homologação do registro de candidatura.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Gabinete da Prefeita, em 14 de agosto de 2020.

Maria Lucia de Oliveira Porto

Prefeita Municipal

PORTARIA/DECRETO
PORTARIA Nº 142/2020

"Dispõe sobre Afastamento para fins de atividade política, de servidor que menciona."

MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO, Prefeita do Município de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de competência que lhe é conferida pela Lei Orgânica do Município, com fundamento no art. 74, VII e art. 100 da Lei Complementar n° 001/2001 c/c Lei Complementar 64/90.

RESOLVE:

Art. 1° AUTORIZAR O AFASTAMENTO da servidora **CREUZA MARTINS DE SOUZA**, portadora do RG nº 1414858-7 SSP/MT, matrícula nº 141, lotado na Secretaria Municipal de Educação, onde exerce o cargo de Coordenado Pedagógica Indígena, regime estatutário, a partir de 14/08/2020, e se estenderá até o 15º (décimo quinto) dia seguinte ao pleito, para concorrer ao cargo eletivo de vereador, em licença renumerada.

Art. 2° A regularidade do afastamento fica condicionada à apresentação de copia da certidão expedida pela Justiça Eleitoral que ateste a homologação do registro de candidatura.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Gabinete da Prefeita, em 14 de agosto de 2020.

Maria Lucia de Oliveira Porto

Prefeita Municipal

PORTARIA/DECRETO
PORTARIA Nº 143/2020

"Dispõe sobre Exoneração para fins de atividade política, de servidor que menciona."

MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO, Prefeita do Município de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de competência que lhe é conferida pela Lei Orgânica do Município, com fundamento no art. 74, VII e art. 100 da Lei Complementar n° 001/2001 c/c Lei Complementar 64/90.

RESOLVE:

Art. 1° EXONERAR a servidora **IVA OKENAXOKAIRO**, portadora do RG nº 1939236-2 SSP/MT, matrícula nº 1216, contrato por tempo determinado, lotada na Secretaria Municipal de Educação, onde exerce o cargo de Merendeira Escolar Indígena, a partir de 14/08/2020, para concorrer ao cargo eletivo de vereador.

Art. 2° A regularidade do afastamento fica condicionada à apresentação de copia da certidão expedida pela Justiça Eleitoral que ateste a homologação do registro de candidatura.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Gabinete da Prefeita, em 14 de agosto de 2020.

Maria Lucia de Oliveira Porto

Prefeita Municipal

PORTARIA/DECRETO
PORTARIA 144/2020

"Exonera servidor do cargo em comissão que especifica".

MARIA LUCIA OLIVEIRA PORTO, Prefeita Municipal de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições legais e especialmente as contidas na Lei Municipal nº 002/2001,

RESOLVE:

Art.1° - Exonerar, a servidora **CREUZA MARTINS DE SOUZA**, portadora da cédula de identidade RG nº 1414858-7, expedida pela SSP/MT e do CPF 894.691.194-34 do cargo em comissão de **COORDENADORA PEDAGOGICA INDIGENA,** a partir desta data.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 14 de Agosto de 20209.

MARIA LUCIA OLIVEIRA PORTO

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N° 188/2020

DISPÕE SOBRE CONCEDER LICENÇA PARA CONCORRER A CARGO ELETIVO

JAIR KLASNER, Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

Considerando o artigo 128, da Lei Complementar 019/2008 de 16 de Dezembro de 2005 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Cotriguaçu).

Considerando o teor do requerimento apresentado e protocolado pelo servidor, para efeito de desincompatibilização.

RESOLVE:

Artigo 1º. Conceder a pedido, o afastamento temporário para concorrer a cargo eletivo a partir de 15 de Agosto de 2020, a Sra. FABIANE DIAS FERREIRA**, portadora do CPF nº 039.117.856-31, Efetiva no cargo de Especialista em Saúde - Enfermeiro, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento**.

Artigo 2º **Esta portaria entra em vigor na data de** 15 de Agosto de 2020**, revogando as disposições em contrário.**

Registre-se, Publique-se.

Cotriguaçu – MT, em 14 de Agosto de 2020.

JAIR KLASNER

Prefeito Municipal

TERMO DE RESULTADO E HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL 75/2020 PROCESSO 135/2020

Do resultado:

A Prefeitura Municipal de Cotriguaçu/MT, torna público o resultado da Licitação, para conhecimento dos interessados que o Pregão Presencial - SRP nº 75/2020 objeto**: "REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO E PLACAS DESERTO NO PREGÃO PRESENCIAL 66/2020 PARA EXECUÇÃO DO CONVÊNIO 01/2020 NO MUNICÍPIO DE COTRIGUAÇU".**Obteve os seguintes resultados**:**

A empresa: PREMOLDADOS JUINA LTDA 07.753.036/0001-95 foi vencedora da licitação dos itens: 4, 5, 6 Com o valor global de R$ 334.214,44 reais.

A empresa: RODRIGO JESUINO PADILHA - ME 16.698.725/0001-35 foi vencedora da licitação dos itens: 1, 2, 3 . Com o valor global de R$ 26. 265,00 reais.

Da homologação:

O Prefeito Municipal, JAIR KLASNER, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Nrº: 135/2020

b) Licitação Nrº: 75/2020

c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

d) Data Homologação: 14/08/2020

O Processo Administrativo referente à licitação acima se encontra a disposição dos interessados na sala de licitações da referida Prefeitura, localizada na av. 20 de Dezembro, nº 725, Centro, neste município de Cotriguaçu-MT, 14 de agosto de 2020.

Gislaine Moreira de Oliveira

Pregoeira/Port075-2020.

ORDEM DE INICIO DE SERVIÇO TOMADA DE PREÇO 002/2020 PROCESSO 017/2020

A Prefeitura Municipal e Cotriguaçu, estado de Mato Grosso, inscrita no CNPJ: 13.465.309/0001-67, AUTORIZA a empresa POLI ENGENHARIA

E COMERCIO LTDA, inscrita no CNPJ: 01.379.965/0001-08, localizada na Av. nove de maio n° 202 – centro, na cidade de Juína, Estado de Mato Grosso, através do contrato nº 020/2020 celebrado entre as parte de acordo com a Licitação na modalidade TOMADA DE PREÇO 002/2020 Processo de Compra nº 017/2020 OBJETO: : "TOMADA DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM OBRAS E INSTALAÇÕES, PARA CONSTRUÇÃO DE UNIDADE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE - LABORATÓRIO, CONFORME PROJETO, PLANILHAS E MEMORIAL EM ANEXO, CONVÊNIO 851389/2017/FNS" a dar início aos serviços da obra objeto do contrato acima, no endereço RUA GENECI CASTANHA, N° 107, ESQUINA COM A TRAVESSA BURITI,QUADRA 16, CENTRO - COTRIGUAÇU/MT, CEP: 78.330-000, obedecendo os padrões técnicos e as exigências descritas no edital e CONTRATO assinada entre as partes.

Cotriguaçu-MT, 14 de agosto de 2020.

Matheus Vinicius Volpato

Crea 045.807

Cpf 024.463.101-84

Jair Klasner

Prefeito Municipal

TERMO DE RESULTADO E HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL 81/2020 PROCESSO 146/2020

Do resultado:

A Prefeitura Municipal de Cotriguaçu/MT, torna público o resultado da Licitação, para conhecimento dos interessados que o Pregão Presencial - SRP nº 81/2020 objeto**:.**Obteve os seguintes resultados**: "REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA E TRANSPORTE, A SER ADQUIRIDO COM REPASSES DE EMENDA ESPECIAL PARA PAVIMENTAÇÃO DE RUAS NO PERIMETRO URBANO NO MUNICÍPIO DE COTRIGUAÇU/MT"**

A empresa: ARAPETRO DISTRIBUIDORA DE PETROLEO LTDA 07. 489.111/0001-52 foi vencedora da licitação dos itens: 01. Com o valor global de R$ 306.791,86 reais.

O item 02 foi declarado fracassado.

Da homologação:

O Prefeito Municipal, JAIR KLASNER, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Nrº: 146/2020

b) Licitação Nrº: 81/2020

c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

d) Data Homologação: 14/08/2020

O Processo Administrativo referente à licitação acima se encontra a disposição dos interessados na sala de licitações da referida Prefeitura, localizada na av. 20 de Dezembro, nº 725, Centro, neste município de Cotriguaçu-MT, 14 de agosto de 2020.

Gislaine Moreira de Oliveira

Pregoeira/Port075-2020.

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N° 187/2020

DISPÕE SOBRE CONCEDER LICENÇA PARA CONCORRER A CARGO ELETIVO

JAIR KLASNER, Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

Considerando o artigo 128, da Lei Complementar 019/2008 de 16 de Dezembro de 2005 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Cotriguaçu).

Considerando o teor do requerimento apresentado e protocolado pelo servidor, para efeito de desincompatibilização.

RESOLVE:

Artigo 1º. Conceder a pedido, o afastamento temporário para concorrer a cargo eletivo a partir de 15 de Agosto de 2020, a Sra. ADRIANE MARI LOUREIRO PESTANA**, portadora do CPF nº 200.080.948-02, Efetiva no cargo de Especialista em Saúde - Enfermeiro, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento**.

Artigo 2º **Esta portaria entra em vigor na data de** 15 de Agosto de 2020**, revogando as disposições em contrário.**

Registre-se, Publique-se.

Cotriguaçu – MT, em 14 de Agosto de 2020.

JAIR KLASNER

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N° 186/2020

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

JAIR KLASNER, Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE

Art. 1º. NOMEAR a partir de 14/08/2020 o Sr. PAULINO ALVES DE CARVALHO, portador do CPF n.º 828.968.101-10, para exercer o cargo em Comissão de Diretor do Departamento lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, 14 de Agosto de 2020.

JAIR KLASNER

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N° 189/2020

DISPÕE SOBRE CONCEDER LICENÇA PARA CONCORRER A CARGO ELETIVO

JAIR KLASNER, Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

Considerando o artigo 128, da Lei Complementar 019/2008 de 16 de Dezembro de 2005 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Cotriguaçu).

Considerando o teor do requerimento apresentado e protocolado pelo servidor, para efeito de desincompatibilização.

RESOLVE:

Artigo 1º. Conceder a pedido, o afastamento temporário para concorrer a cargo eletivo a partir de 15 de Agosto de 2020, a Sr. ABADIO ADILSON ALMEIDA**, portador do CPF nº 872.516.201-20, Efetivo no cargo de Apoio Operacional - Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura**.

Artigo 2º **Esta portaria entra em vigor na data de** 15 de Agosto de 2020**, revogando as disposições em contrário.**

Registre-se, Publique-se.

Cotriguaçu – MT, em 14 de Agosto de 2020.

JAIR KLASNER

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N° 195/2020

DISPÕE SOBRE CONCEDER LICENÇA PARA CONCORRER A CARGO ELETIVO

JAIR KLASNER, Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

Considerando o artigo 128, da Lei Complementar 019/2008 de 16 de Dezembro de 2005 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Cotriguaçu).

Considerando o teor do requerimento apresentado e protocolado pelo servidor, para efeito de desincompatibilização.

RESOLVE:

Artigo 1º. Conceder a pedido, o afastamento temporário para concorrer a cargo eletivo a partir de 15 de Agosto de 2020, a Sr. ANDRÉ LUIZ SILVEIRA**, portador do CPF nº 000.942.831.33, Efetivo no cargo de Psicólogo, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social**.

Artigo 2º **Esta portaria entra em vigor na data de** 15 de Agosto de 2020**, revogando as disposições em contrário.**

Registre-se, Publique-se.

Cotriguaçu – MT, em 14 de Agosto de 2020.

JAIR KLASNER

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N° 170/2020

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE COORDENADOR

JAIR KLASNER, Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Artigo 1º. Exonerar a partir de 31/07/2020, a Sra. DAIANE CAMPOS LAZARIM, portadora do CPF: 054.619.231-94, Designada pela Portaria 179/2019, no cargo de Coordenador, na função de Coordenadora Administrativa e Assistência da Unidade Básica de Saúde de Nova União, Lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Artigo 2º **Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.**

Cotriguaçu – MT, em 03 de Agosto de 2020.

JAIR KLASNER

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N° 194/2020

DISPÕE SOBRE CONCEDER LICENÇA PARA CONCORRER A CARGO ELETIVO

JAIR KLASNER, Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

Considerando o artigo 128, da Lei Complementar 019/2008 de 16 de Dezembro de 2005 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Cotriguaçu).

Considerando o teor do requerimento apresentado e protocolado pelo servidor, para efeito de desincompatibilização.

RESOLVE:

Artigo 1º. Conceder a pedido, o afastamento temporário para concorrer a cargo eletivo a partir de 15 de Agosto de 2020, a Sra. SHEILA APARECIDA MONTOVANI DA SILVA, portador do CPF nº 694.431.902-06, Ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento.

Artigo 2º **Esta portaria entra em vigor na data de** 15 de Agosto de 2020**, revogando as disposições em contrário.**

Registre-se, Publique-se.

Cotriguaçu – MT, em 14 de Agosto de 2020.

JAIR KLASNER

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N° 193/2020

DISPÕE SOBRE CONCEDER LICENÇA PARA CONCORRER A CARGO ELETIVO

JAIR KLASNER, Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

Considerando o artigo 128, da Lei Complementar 019/2008 de 16 de Dezembro de 2005 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Cotriguaçu).

Considerando o teor do requerimento apresentado e protocolado pelo servidor, para efeito de desincompatibilização.

RESOLVE:

Artigo 1º. Conceder a pedido, o afastamento temporário para concorrer a cargo eletivo a partir de 15 de Agosto de 2020, a Sr. CARLOS ROBERTO FERNANDES**, portador do CPF nº 025.898.568-22, Efetivo no cargo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento**.

Artigo 2º **Esta portaria entra em vigor na data de** 15 de Agosto de 2020**, revogando as disposições em contrário.**

Registre-se, Publique-se.

Cotriguaçu – MT, em 14 de Agosto de 2020.

JAIR KLASNER

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N° 192/2020

DISPÕE SOBRE CONCEDER LICENÇA PARA CONCORRER A CARGO ELETIVO

JAIR KLASNER, Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

Considerando o artigo 128, da Lei Complementar 019/2008 de 16 de Dezembro de 2005 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Cotriguaçu).

Considerando o teor do requerimento apresentado e protocolado pelo servidor, para efeito de desincompatibilização.

RESOLVE:

Artigo 1º. Conceder a pedido, o afastamento temporário para concorrer a cargo eletivo a partir de 15 de Agosto de 2020, a Sr. JOSÉ CARLOS DE MIRANDA**, portador do CPF nº 663.029.949-34, Efetivo no cargo de Agente de Vigilância, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura**.

Artigo 2º **Esta portaria entra em vigor na data de** 15 de Agosto de 2020**, revogando as disposições em contrário.**

Registre-se, Publique-se.

Cotriguaçu – MT, em 14 de Agosto de 2020.

JAIR KLASNER

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N° 191/2020

DISPÕE SOBRE CONCEDER LICENÇA PARA CONCORRER A CARGO ELETIVO

JAIR KLASNER, Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

Considerando o artigo 128, da Lei Complementar 019/2008 de 16 de Dezembro de 2005 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Cotriguaçu).

Considerando o teor do requerimento apresentado e protocolado pelo servidor, para efeito de desincompatibilização.

RESOLVE:

Artigo 1º. Conceder a pedido, o afastamento temporário para concorrer a cargo eletivo a partir de 15 de Agosto de 2020, a Sr. SANDRO TRETTEL DA SILVA**, portador do CPF nº 894.940.671-34, Efetivo no cargo de Professor, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura**.

Artigo 2º **Esta portaria entra em vigor na data de** 15 de Agosto de 2020**, revogando as disposições em contrário.**

Registre-se, Publique-se.

Cotriguaçu – MT, em 14 de Agosto de 2020.

JAIR KLASNER

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N° 190/2020

DISPÕE SOBRE CONCEDER LICENÇA PARA CONCORRER A CARGO ELETIVO

JAIR KLASNER, Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

Considerando o artigo 128, da Lei Complementar 019/2008 de 16 de Dezembro de 2005 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Cotriguaçu).

Considerando o teor do requerimento apresentado e protocolado pelo servidor, para efeito de desincompatibilização.

RESOLVE:

Artigo 1º. Conceder a pedido, o afastamento temporário para concorrer a cargo eletivo a partir de 15 de Agosto de 2020, a Sr. CARLOS ALBERTO BONAVIGO**, portador do CPF nº 703.623.789-91, Efetivo no cargo de Agente de Manutenção e Conservação, lotado na Secretaria Municipal da Cidade**.

Artigo 2º **Esta portaria entra em vigor na data de** 15 de Agosto de 2020**, revogando as disposições em contrário.**

Registre-se, Publique-se.

Cotriguaçu – MT, em 14 de Agosto de 2020.

JAIR KLASNER

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 169/2020

Jair Klasner, Prefeito Municipal de Cotriguaçu, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

Retifica a Portaria Nº 169/2020 de 03 de Agosto de 2020, da matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Mato Grosso no dia 14 de Agosto de 2020, edição 3.543.

ONDE SE LÊ:

Art. 1º. NOMEAR a partir de 11/08/2018 o Sr. LEANDRO INACIO DOS SANTOS, portador do CPF n.º 033.607.361-50, para exercer o cargo em Comissão de Diretor do Departamento de Licitação Lotado na Secretaria Municipal de Finanças.

LÊ-SE-Á:

Art. 1º. NOMEAR a partir de 11/08/2020 o Sr. LEANDRO INACIO DOS SANTOS, portador do CPF n.º 033.607.361-50, para exercer o cargo em Comissão de Diretor do Departamento de Licitação Lotado na Secretaria Municipal de Finanças.

Cotriguaçu-MT 14 de Agosto de 2020

JAIR KLASNER

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ

RESULTADO FINAL

CONCORRÊNCIA Nº 004/2020/PMC

O MUNICÍPIO DE CUIABÁ, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS - SMOP, mediante a Comissão Permanente de Licitação, designada pela Portaria SMGE n° 1.122/2019, divulgada no Diário Oficial de Contas no dia 02 de Outubro de 2019, torna público para conhecimento dos interessados, o **RESULTADO FINAL** da licitação na modalidade **CONCORRÊNCIA Nº 004/2020/PMC** – Processo Administrativonº **013.375/2020**, cujo objeto **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DA OBRA DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E DRENAGEM NO ASSENTAMENTO GAMALIEL - ZONA RURAL, NO MUNICÍPIO DE CUIABÁ.**

LICITANTE	CNPJ	VALOR
LEÃO MARCONDES CONSTRUÇÕES LOCAÇÃO E MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS PESADAS LTDA	19.324.875/0001-77	R$ 3.655.871,17
VALOR POR EXTENSO: (três milhões, seiscentos e cinquenta e cinco mil, oitocentos e setenta e um reais e dezessete centavos)		

Cuiabá, 14 de agosto de 2020.

Luciana Carla Pirani Nascimento

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Agmar Divino Lara de Siqueira

Diretor Especial de Licitações e Contratos

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

CONCORRÊNCIA Nº 004/2020/PMC

O Secretário Municipal de Obras Públicas - SMOP, no uso de suas atribuições e com fulcro no inciso VI do art. 43 da Lei 8.666/93, **ADJUDICA e HOMOLOGA** a empresa **LEÃO MARCONDES CONSTRUÇÕES LOCAÇÃO E MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS PESADAS LTDA**,no valor total de **R$ 3.655.871,17** (três milhões, seiscentos e cinquenta e cinco mil, oitocentos e setenta e um reais e dezessete centavos) a **CONCORRÊNCIA Nº 004/2020/PMC,** do procedimento licitatório nº 013.375/2020 -cujo objeto **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DA OBRA DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E DRENAGEM NO ASSENTAMENTO GAMALIEL - ZONA RURAL, NO MUNICÍPIO DE CUIABÁ.**

Cuiabá, 14 de agosto de 2020.

VANDERLÚCIO RODRIGUES DA SILVA

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS - SMOP

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA MUNICIPAL Nº 250/2020

*NOMEIA **COORDENADOR DE PROGRAMA DE SAÚDE**, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.*

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA - Prefeito Municipal de Curvelândia-MT, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE,

Art. 1º - Nomear **BENEDITA CRISTIANE MARTINS DA SILVA**, portadora do RG 1863882-1 SSP/MT, CPF 020.912.171-82, para exercer o cargo de **COORDENADOR DE PROGRAMAS DE SAÚDE**, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde, a partir dessa data.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogada as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Curvelândia - MT, 14 de agosto de 2020.

_____

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA

Prefeito Municipal

CONTRATOS
EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 028/2016

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 028/2016

Contratante: Prefeitura Municipal de Curvelândia - MT.

Contratada: OMEGA TECNOLOGIA DA INFORMATICA LTDA - ME**.**

CNPJ: 17.685.557/0001-54

OBJETO: Contratação de Empresa Especializada para prestação de Serviços de Locação de Sistema de Gestão Educacional, para serem utilizados nas Unidades Escolares e na Secretaria de Educação do Município de Curvelândia – MT.

Valor: 57.947,40 (Cinquenta e Sete Mil, Novecentos e Quarenta e Sete Reais e Quarenta Centavos).

Vigência: 15/08/2020 à 14/08/2021.

Processo nº 021/2016.

Adesão Nº 005/2016.

ASSINAM: Pelo Município de Curvelândia – MT, o Sr. SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA, Prefeito Municipal, pela parte CONTRATADA, Sr. ENIO ADRIANO DE MOURA PELEGRINO, Sócio Administrador.

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA MUNICIPAL Nº 238/2020

*EXONERA **GERENTE DE OBRAS E SERVICOS PUBLICOS,** E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.*

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA - Prefeito Municipal de Curvelândia-MT, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE,

Art. 1º - Exonerar **ADEMIR DOS SANTOS**, matrícula funcional N° 2672, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos do cargo de ***GERENTE DE OBRAS E SERVICOS PUBLICOS***, a partir dessa data.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Curvelândia-MT, 13 de agosto de 2020.

_____

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA MUNICIPAL Nº 239/2020

*NOMEIA **DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE ÁGUA, ESGOTO E ILUMINAÇÃO PÚBLICA**, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.*

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA - Prefeito Municipal de Curvelândia-MT, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE,

Art. 1º - Nomear **ADEMIR DOS SANTOS**, portador do RG 1356806-0 SSP/MT, CPF 891.839.671-68, para exercer o cargo de **DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO DE ÁGUA, ESGOTO E ILUMINAÇÃO PÚBLICA,** com lotação na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, a partir dessa data.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogada as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Curvelândia - MT, 13 de agosto de 2020.

_____

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA

Prefeito Municipal

CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 047/2020

EXTRATO DE CONTRATO

ESPÉCIE: Contrato Administrativo Nº 047/2020

CONTRATANTE: Município de Curvelândia - MT

CONTRATADA: M DAS G PASSOS EIRELI - ME

CNPJ Nº 24.751.780/0001-70

OBJETO: Contratação de empresa especializada em serviços de engenharia para Construção de Faixas Elevadas na Avenida Rio Branco, perto da Feira Municipal, na Avenida Mariana em frente à Escola Estadual, e ao lado da Secretaria de Educação. Essas faixas elevadas proporcionam melhoria das condições de acessibilidade, conforto e segurança, garantindo a segurança e travessia de pedestre para a cidade de Curvelândia/MT.

VALOR: R$ 23.387,27 (Vinte e Três Mil, Trezentos e Oitenta e Sete Reais e Vinte e sete Centavos).

VIGÊNCIA: Este contrato terá vigência até 12/09/2020.

DATA DE ASSINATURA: 13/08/2020.

ASSINAM: Pelo Município de Curvelândia – MT, o Sr. SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA, Prefeito Municipal. Pela parte CONTRATADA, Sra. MARIA DAS GRAÇAS PASSOS – Administradora.

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA MUNICIPAL Nº 240/2020

*EXONERA **COORDENADOR DE SERVIÇOS PÚBLICOS,** E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.*

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA - Prefeito Municipal de Curvelândia-MT, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE,

Art. 1º - Exonerar **ANDREA DA SILVA MEIRA**, matrícula funcional N° 2888, lotada na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos do cargo de **COORDENADOR DE SERVIÇOS PÚBLICOS**, a partir dessa data.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Curvelândia-MT, 13 de agosto de 2020.

_____

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA MUNICIPAL Nº 241/2020

*NOMEIA **DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL TRÂNSITO**, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.*

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA - Prefeito Municipal de Curvelândia-MT, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE,

Art. 1º - Nomear **ANDREA DA SILVA MEIRA**, portadora do RG 2416354-6 SEJSP/MT, CPF 058.104.031-74, para exercer o cargo de **DIRETOR GERAL DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL TRÂNSITO,** com lotação na Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, a partir dessa data.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogada as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Curvelândia - MT, 13 de agosto de 2020.

_____

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA MUNICIPAL 244/2020

CONCEDE LICENÇA, COM VENCIMENTO, A SERVIDOR PÚBLICO DESTE MUNICÍPIO, EM VIRTUDE DA NECESSIDADE DE SUA DESINCOMPATIBILIZAÇÃO A FIM DE CANDIDATAR-SE A MANDATO ELETIVO.

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA, Prefeito Municipal de Curvelândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais estabelecidas no artigo 100, inciso II, alíneas “a” e “b”, da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder afastamento a título de desincompatibilização para concorrer a cargo eletivo, no pleito 2020, município de Curvelândia/MT, a servidora **ANTONIA APARECIDA DANTAS DA SILVA,** matricula funcional 1869, RG nº. 652.228 SSP/MT e CPF n° 850.551.071-20, no período de 15/08/2020 a 15/11/2020.

Art. 2º – Fica garantido o direito à percepção dos seus vencimentos integrais.

Art. 3º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Curvelândia/MT, 14 de agosto de 2020.

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA MUNICIPAL 245/2020

CONCEDE LICENÇA, COM VENCIMENTO, A SERVIDOR PÚBLICO DESTE MUNICÍPIO, EM VIRTUDE DA NECESSIDADE DE SUA DESINCOMPATIBILIZAÇÃO A FIM DE CANDIDATAR-SE A MANDATO ELETIVO.

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA, Prefeito Municipal de Curvelândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais estabelecidas no artigo 100, inciso II, alíneas “a” e “b”, da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder afastamento a título de desincompatibilização para concorrer a cargo eletivo, no pleito 2020, município de Curvelândia/MT, a servidora **MARIA PEREIRA FERNADES,** matricula funcional 2883, RG nº. 1157356-2 SJ/MT e CPF n° 831.513.701-87, no período de 15/08/2020 a 15/11/2020.

Art. 2º – Fica garantido o direito à percepção dos seus vencimentos integrais.

Art. 3º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Curvelândia/MT, 14 de agosto de 2020.

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA MUNICIPAL 246/2020

CONCEDE LICENÇA, COM VENCIMENTO, A SERVIDOR PÚBLICO DESTE MUNICÍPIO, EM VIRTUDE DA NECESSIDADE DE SUA DESINCOMPATIBILIZAÇÃO A FIM DE CANDIDATAR-SE A MANDATO ELETIVO.

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA, Prefeito Municipal de Curvelândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais estabelecidas no artigo 100, inciso II, alíneas “a” e “b”, da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder afastamento a título de desincompatibilização para concorrer a cargo eletivo, no pleito 2020, município de Curvelândia/MT, a servidora **ELIZANGELA PEREIRA DOS SANTOS,** matricula funcional 2914, RG nº. 1166741-9 SESP/MT e CPF n° 693.211.831-91, no período de 15/08/2020 a 15/11/2020.

Art. 2º – Fica garantido o direito à percepção dos seus vencimentos integrais.

Art. 3º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Curvelândia/MT, 14 de agosto de 2020.

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA MUNICIPAL Nº 247/2020

*EXONERA **COORDENADOR DE PROTOCOLO DA SAÚDE**,E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.*

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA - Prefeito Municipal de Curvelândia-MT, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE,

Art. 1º - Exonerar **LAURA BATISTA PINHEIRO**, matrícula funcional N° 2718, lotada na Secretaria Municipal de Saúde do cargo de **COORDENADOR DE PROTOCOLO DA SAÚDE**, a pedido da mesma para candidatar-se a cargo eletivo.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Curvelândia-MT 14 de agosto de 2020.

_____

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA MUNICIPAL Nº 248/2020

*EXONERA **COORDENADOR DE PROGRAMAS DE SAÚDE**,E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.*

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA - Prefeito Municipal de Curvelândia-MT, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE,

Art. 1º - Exonerar **VALDILÉIA DA CRUZ SIMÃO**, matrícula funcional N° 2894, lotada na Secretaria Municipal de Saúde do cargo de **COORDENADOR DE PROGRAMAS DE SAÚDE**.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Curvelândia-MT, 14 de agosto de 2020.

_____

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA MUNICIPAL Nº 249/2020

*NOMEIA **COORDENADOR DE PROTOCOLO DA SAÚDE**, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.*

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA - Prefeito Municipal de Curvelândia-MT, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE,

Art. 1º - Nomear **VALDILÉIA DA CRUZ SIMÃO**, portadora do RG 1725381-0 SSP/MT, CPF 013.086.821-31, para exercer o cargo de **CO-ORDENADOR DE PROTOCOLO DA SAÚDE**, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde, a partir dessa data.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogada as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Curvelândia - MT, 14 de agosto de 2020.

_____

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA MUNICIPAL 251/2020

CONCEDE LICENÇA, COM VENCIMENTO, A SERVIDOR PÚBLICO DESTE MUNICÍPIO, EM VIRTUDE DA NECESSIDADE DE SUA DESINCOMPATIBILIZAÇÃO A FIM DE CANDIDATAR-SE A MANDATO ELETIVO.

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA, Prefeito Municipal de Curvelândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais estabelecidas no artigo 100, inciso II, alíneas “a” e “b”, da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder afastamento a título de desincompatibilização para concorrer a cargo eletivo, no pleito 2020, município de Curvelândia/MT, ao servidor **UELITON LUIZ ROSSIN,** matricula funcional 1698, RG nº. 1593306-7 SSP/MT e CPF n° 746.710.061-20, no período de 15/08/2020 a 15/11/2020.

Art. 2º – Fica garantido o direito à percepção dos seus vencimentos integrais.

Art. 3º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Curvelândia/MT, 14 de agosto de 2020.

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
RESUMO DO DISTRATO/RESCISÃO DO CONTRATO DE PESSOAL N°. 021/2019

Contratado(a): **ELIZANGELA PAULA DE BARROS; Objeto: Prestação de serviços no cargo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO** Motivo: Rescisão sem justa causa por iniciativa do Empregado, para candidata-se a cargo eletivo; Vigência: 06/06/2019 a 31/12/2020; Vencimento: R$ 1.119,71 mensal; Distrato em 14/08/2020.

CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 045/2020

EXTRATO DE CONTRATO

ESPÉCIE: Contrato Administrativo Nº 045/2020

CONTRATANTE: Município de Curvelândia - MT

CONTRATADO: TELEFÔNICA BRASIL S/A

CNPJ: 02.558.157/0001-62

OBJETO: Contratação de empresa especializada para fornecimento de internet através de modem incluso, que possibilite o seu transporte e uso para qualquer localização onde haja sinal da operadora e fonte de energia, sem que seja necessário estar conectado a cabos de rede de internet, para ser utilizado nas atividades administrativas deste Município.

VALOR: R$ 2.760,00 (Dois Mil, Setecentos e Sessenta Reais).

VIGÊNCIA: Este contrato terá vigência até 02/08/2021.

DATA DE ASSINATURA: 03/08/2020.

ASSINAM: Pelo Município de Curvelândia – MT, o Sr. SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA, Prefeito Municipal. Pela parte CONTRATADA Srs. RICARDO JOSÉ FIGUEIRA e FÁBIO MARQUES DE SOUZA LEVORIN, Representantes Legal.

RECURSOS HUMANOS
RESUMO DO DISTRATO/RESCISÃO DO CONTRATO DE PESSOAL N°. 015/2019

Contratado(a): **GILBERTO QUIRINO CARDOSO**; Objeto: Prestação de serviços no cargo de **MOTORISTA I (AMBULÂNCIA)** Motivo: Rescisão sem justa causa por iniciativa do Empregado, para candidata-se a cargo eletivo; Vigência: 20/05//2019 a 31/12/2020; Vencimento: R$ 1167,69 mensal; Distrato em 14/08/2020.

CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 046/2020

EXTRATO DE CONTRATO

ESPÉCIE: Contrato Administrativo Nº 046/2020

CONTRATANTE: Município de Curvelândia - MT

CONTRATADA: CKS COMÉRCIO DE VEÍCULOS EIRELI

CNPJ Nº 30.330.883/0001-69

OBJETO: Aquisição de Veículo Ambulância, para transporte de pacientes em atendimento de Urgência e Emergência regulados pela Unidade Básica de Saúde do Município de Curvelândia – MT, para os municípios de referências.

VALOR: R$ 185.000,00 (Cento e Oitenta e Cinco Mil Reais).

VIGÊNCIA: Este contrato terá vigência até 09/08/2021.

DATA DE ASSINATURA: 10/08/2020.

ASSINAM: Pelo Município de Curvelândia – MT, o Sr. SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA, Prefeito Municipal. Pela parte CONTRATADA, Sra. SARA VIANNA FREITAS – Representante Legal.

GABINETE
COVID-19: DECRETO MUNICIPAL Nº 103 DE 13 DE AGOSTO DE 2020

"Decreta medidas temporárias restritivas às atividades privadas, para a prevenção dos riscos de disseminação do Coronavírus no território do Município de Curvelândia/MT, e dá outras providências".

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA, Prefeito do Município de Curvelândia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo inciso VIII, do artigo 74, da Lei Orgânica do Município e;

CONSIDERANDO que o artigo 196 da Constituição Federal reconhece a saúde como um direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação;

CONSIDERANDO a Medida Provisória nº 966/2020, que dispõe sobre a responsabilização de agentes públicos por ações ou omissões em atos relacionados a pandemia da COVID-19.

DECRETA:

Art. 1º Este Decreto atualiza as diretrizes para adoção de medidas não farmacológicas excepcionais, de caráter temporário, restritivas à circulação de pessoas e às atividades privadas, para a prevenção dos riscos de contágio pelo Coronavírus, face ao cenário de disseminação do vírus, sem prejuízo das ações definidas pelos decretos municipais anteriores, válidas em todo o território de Curvelândia/MT, **até determinação em contrário.**

Art. 2º Fica determinada a proibição de locomoção (toque de recolher) de qualquer cidadão no território do Município de Curvelândia/MT, **no período compreendido entre as 22h:00m às 05h:00m, de 14 de agosto à 31 de agosto de 2020.**

Parágrafo único: Será permitida excepcionalmente a circulação de pessoas no horário das 22h00min às 05h00min, nas seguintes circunstancias:

I. para fins de acesso aos serviços industriais, essenciais e/ou sua prestação, comprovando-se a necessidade e urgência, preferencialmente, de maneira individual, sem acompanhante.

II. quando em trânsito decorrente de retomo e/ou partida de viagens oriundas do Terminal Rodoviário de Curvelândia/MT.

III. Para as entregas via delivery até as 22h00min.

Art. 3º Está proibido atividade de lazer que cause aglomeração, tais como shows, jogos de futebol, cinema, teatro, casa noturna e congêneres, festas e confraternizações familiares e congêneres, com intensa e especial fiscalização pelos agentes fiscais, inclusive com apoio policial. Fica recomendada que as reuniões obedecerão ao máximo de 50% (cinquenta por cento) da capacidade de lotação.

Art. 4º Manutenção do funcionamento em capacidade plena apenas dos **serviços públicos e atividades essenciais,** em consonância com o Decreto Federal nº 10.282, de 20 de março de 2020, possibilitada a comercialização por meio virtual de serviços e produtos, mediante entrega por *delivery* até as 22:00 (vinte e duas horas), quando for o caso. Incluindo o exercício da advocacia, os serviços de contabilidade e os meios de hospedagem.

Art. 5º As feiras livres poderão funcionar de segunda-feira aos domingos, seguindo todas as medidas abaixo, bem como as demais do artigo 8º deste Decreto:

§ 1º O feirante fica obrigado a manter o distanciamento de no mínimo 50 m (cinquenta metros) entre as bancas de produtos/itens.

§ 2º Em locais públicos (igrejas e praças) fica proibido essa atividade comercial.

§ 3º Esse tipo de atividade descrita no *caput,* não poderá atrapalhar o trânsito de veículos e pessoas nas ruas, seguindo as normas de trânsito.

Art. 6º Os serviços e as atividades **não essenciais privadas** e os demais serviços e atividades, funcionarão com, no máximo, 50% (cinquenta por cento) da respectiva capacidade, possibilitada a comercialização por meio virtual de serviços e produtos, mediante entrega por *delivery* até as 22:00 (vinte e duas horas), quando for o caso.

Art. 7º É permitido a entrega por *delivery* ou retirada no localaté as 22:00 (vinte e duas horas), que somente poderá ser realizada de gêneros alimentícios e por funcionário devidamente uniformizado.

Art. 8º Permanecem inalteradas as seguintes medidas:

a) evitar circulação de pessoas pertencentes ao Grupo de Risco, conforme definição do Ministério da Saúde;

b) isolamento domiciliar de pacientes em situação confirmada de COVID-19, em caráter obrigatório, por prescrição médica, pelos prazos definidos em protocolos;

c) quarentena domiciliar de pacientes sintomáticos em situação de caso suspeito para de COVID-19, e de daqueles que com ele tiveram contato, em caráter obrigatório, por prescrição médica;

d) disponibilizar, em estabelecimentos públicos e privados, locais adequados para lavagem frequente das mãos com água e sabão e/ou disponibilização de álcool na concentração de 70%;

e) ampliar, em estabelecimentos públicos e privados, a frequência diária de limpeza e desinfecção de locais frequentemente tocados, tais como pisos, corrimãos, maçanetas, banheiros, interruptores, janelas, telefones, teclados de computador, controles remotos, máquinas acionadas por toque manual, elevadores e outros;

f) recomenda a não realização presencial de reuniões de trabalho e priorizar a realização de atividades de forma remota mediante o uso de ferramentas tecnológicas;

g) garantir o distanciamento mínimo de 1,5m entre as pessoas;

h) vedar o acesso a estabelecimentos públicos e privados de funcionários, consumidores e usuários que não estejam utilizando máscara de proteção facial, ainda que artesanal;

i) manter os ambientes arejados por ventilação natural;

j) adotar as recomendações atuais de isolamento domiciliar para os profissionais pertencentes ao Grupo de Risco, conforme definido pelo Ministério da Saúde;

k) observar as determinações das autoridades sanitárias para a contenção de riscos, especialmente quando a atividade exigir atendimento presencial da população, com a orientação aos funcionários sobre o modo correto de relacionamento com o público no período de emergência em saúde pública.

Art. 9º A Polícia Militar deve atuar de forma ostensiva na fiscalização das regras deste Decreto, mediante atuação direta ou por auxílio aos agentes fiscais municipais.

§ 1º O descumprimento das medidas restritivas sujeita as pessoas físicas ensejará a lavratura de Termo Circunstanciado de Ocorrência pela autoridade policial competente.

§ 2º O descumprimento das medidas restritivas por pessoas jurídicas ensejará aplicação das sanções administrativas, cíveis e criminais cabíveis, inclusive multas e interdição temporária, pelas autoridades policiais, sanitárias e fiscais estaduais e municipais.

Art. 10 As medidas previstas neste Decreto poderão ser reavaliadas a qualquer momento, de acordo com a situação epidemiológica do Município.

Art. 11 O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revoga-se disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Curvelândia/ MT, 13 de agosto de 2020.

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE DENISE

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 121/2020 - DENISE/MT

PORTARIA Nº 121/2020. DENISE/MT, 14 DE AGOSTO DE 2020.

EMENTA: CONCEDE LICENÇA PARA ATIVIDADE POLITICA AO SERVIDOR (A) DE CARGO EFETIVO (A) O SENHOR (A) DILZA FERREIRA DA SILVA PINHEIRO E ESTABELECE OUTRAS PROVIDENCIAS.

A SenhorA **ELIANE LINS DA SILVA**, PrefeitA Municipal de Denise, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais, consoante às normas gerais de Direito Público, expede a seguinte portaria,

CONSIDERANDO o Requerimento recebido em 14/08/2020, com pedido de licença do cargo de provimento efetivo, para concorrer uma vaga do cargo eletivo nas eleições de 2020, a partir de 14/08/2020;

CONSIDERANDO as disposições constantes da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, bem como as disposições prevista nas Resoluções n° 23.606 de 17 de dezembro de 2019, Resolução n° 23.609 de 18 de dezembro de 2019 e Emenda Constitucional n.º 107 de 2020;

CONSIDERANDO o que dispõe naLei Municipal n.º 149/94 de 01/01/94, Seção IV, Art. 72, § 1º, Estatuto do Servidor Público Municipal;

R E S O L V E:

Art. 1º. CONCEDER ao funcionário (a) público (a) municipal, Senhor (a) **DILZA FERREIRA DA SILVA PINHEIRO,** brasileiro (a), portador (a) da Cédula de Identidade RG. nº 05066271 SSP/MT e CPF nº 481.814.391-04, município de Denise-MT, lotado na Secretaria Municipal de Educação, exercendo a função Cargo de Provimento Efetivo de **PPROFESSORA,** LICENÇA PARA ATIVIDADE POLÍTICA para concorrer cargo eletivo NO PLEITO ELEITORAL DE 2020.

Parágrafo Único - Fica assegurado, nos termos da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, o direito à percepção de seus vencimentos ou salário.

Art. 2º. O servidor deverá apresentar os seguintes documentos de acordo com calendário eleitoral:

I - Cópia autenticada da ata da convenção partidária que indicou os candidatos ao pleito, devidamente rubricada pela Justiça Eleitoral: até o 5º (quinto) dia útil contado a partir da data da escolha dos candidatos;

II - Certidão expedida pela Justiça Eleitoral da decisão do pedido de registro de sua candidatura, inclusive se impugnado: até o dia 26 de setembro de 2020;

III - Certidão expedida pela Justiça Eleitoral atestando a interposição de recurso, perante o Tribunal Regional Eleitoral, da decisão que indeferiu o registro de sua candidatura: até o 3º (terceiro) dia útil do protocolamento do recurso;

IV - Certidão expedida pela Justiça Eleitoral atestando a interposição de recurso, perante o Tribunal Superior Eleitoral, da decisão que indeferiu o registro de sua candidatura: até o 3º (terceiro) dia útil do protocolamento do recurso.

Art. 3º. O servidor deverá reassumir o exercício do cargo ou função no primeiro dia útil subsequente:

I - Ao da realização da Convenção Partidária, caso seu nome não seja referendado como candidato;

II – Ao da decisão que indeferir ou cancelar o registro de sua candidatura, se contra ela não interpuser recurso perante o Tribunal Regional Eleitoral;

III– Ao da decisão que julgar improcedente o recurso interposto contra o indeferimento ou cancelamento de sua candidatura, se contra ela não interpuser recurso perante o Tribunal Superior Eleitoral;

IV – Ao da decisão que julgar improcedente o recurso interposto contra o acórdão do Tribunal Superior Eleitoral;

V - Ao da data do protocolo do pedido de sua desistência da candidatura;

VI - Ao da ocorrência de qualquer outro fato que torne injustificada a continuidade do afastamento;

VII – Ao das eleições.

Art. 4º - O Servidor que se licenciar para atividade política e não comprovar a situação de candidato, conforme disposto no art. 2º desta Portaria, deverá devolver aos cofres municipais toda a remuneração recebida no período de licenciamento;

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se, na data supra, na forma da lei.

Paço Municipal de Denise, Estado de Mato Grosso, aos 14 (doze) dias do mês de Agosto do ano de 2020.

ELIANE LINS DA SILVA

PREFEITA MUNICIPAL

Registrado e publicado, na data supra, na forma da lei.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

SETOR RH
EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO - MOTORISTAS

ADITIVO AO CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº: 054/2019

CONTRATADO(a): ALDINEI FERREIRA ROSA

OBJETO: O presente Aditivo altera a Cláusula Segunda do Contrato, prorrogando-se o termo final de vigência para 31/10/2020.

ADITIVO AO CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº: 210/2019

CONTRATADO(a): ANDERSON ALBINO DA COSTA

OBJETO: O presente Aditivo altera a Cláusula Segunda do Contrato, prorrogando-se o termo final de vigência para 31/10/2020.

ADITIVO AO CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº: 191/2019

CONTRATADO(a): CLEBER SILVA SANTANA

OBJETO: O presente Aditivo altera a Cláusula Segunda do Contrato, prorrogando-se o termo final de vigência para 31/10/2020.

ADITIVO AO CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº: 049/2019

CONTRATADO(a): DOMINGOS ARAUJO DOS SANTOS NETO

OBJETO: O presente Aditivo altera a Cláusula Segunda do Contrato, prorrogando-se o termo final de vigência para 31/10/2020.

ADITIVO AO CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº: 055/2019

CONTRATADO(a): EDSON PEREIRA RODRIGUES

OBJETO: O presente Aditivo altera a Cláusula Segunda do Contrato, prorrogando-se o termo final de vigência para 31/10/2020.

ADITIVO AO CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº: 052/2019

CONTRATADO(a): FRANCISCO SILVA CORREA

OBJETO: O presente Aditivo altera a Cláusula Segunda do Contrato, prorrogando-se o termo final de vigência para 31/10/2020.

ADITIVO AO CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº: 051/2019

CONTRATADO(a): JOÃO DE DEUS DE PINHO

OBJETO: O presente Aditivo altera a Cláusula Segunda do Contrato, prorrogando-se o termo final de vigência para 31/10/2020.

ADITIVO AO CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº: 192/2019

CONTRATADO(a): JOEL JOÃO DA SILVA

OBJETO: O presente Aditivo altera a Cláusula Segunda do Contrato, prorrogando-se o termo final de vigência para 31/10/2020.

ADITIVO AO CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº: 048/2019

CONTRATADO(a): SANTANA PEREIRA DE LOYOLA

OBJETO: O presente Aditivo altera a Cláusula Segunda do Contrato, prorrogando-se o termo final de vigência para 31/10/2020.

ADITIVO AO CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº: 194/2019

CONTRATADO(a): ESMAEL DE OLIVEIRA MAIA

OBJETO: O presente Aditivo altera a Cláusula Terceira do Contrato, prorrogando-se o termo final de vigência para 31/10/2020.

SETOR RH
EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO - EM MARIA EUZÉBIA FERREIRA

ADITIVO AO CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº: 069/2019

CONTRATADO(a): AUGUSTA SANTANA DE LARA AYRES

OBJETO: O presente Aditivo altera a Cláusula Segunda Contrato, prorrogando-se o termo final de vigência para 31/10/2020.

ADITIVO AO CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº: 084/2019

CONTRATADO(a): JANY PAULA PEREIRA LOPES

OBJETO: O presente Aditivo altera a Cláusula Segunda do Contrato, prorrogando-se o termo final de vigência para 31/10/2020.

ADITIVO AO CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº: 183/2019

CONTRATADO(a): NATALINA FERREIRA MENDES

OBJETO: O presente Aditivo altera a Cláusula Segunda do Contrato, prorrogando-se o termo final de vigência para 31/10/2020.

SETOR RH
DECRETO MUNICIPAL Nº 149/2020

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO/CONVOCAÇÃO DE SERVIDORES APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº 01/2018, PARA PROVIMENTO DE CARGOS EFETIVOS DO QUADRO DE PESSOAL DO MUNICÍPIO.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Diamantino/MT, no uso de suas atribuições legais e, considerando as determinações contidas na Constituição Federal, Lei Orgânica do Município, Leis Municipais integrantes do Edital e alterações,

CONSIDERANDO o resultado final do Concurso Público, devidamente HOMOLOGADO EM 08/04/2019, através do Decreto Municipal de nº 060/2019, publicado como determinado em Lei,

CONSIDERANDO a necessidade imperiosa de se admitir de forma legal, transparente e idônea, servidores para o Município,

CONSIDERANDO a necessidade de regularizar a situação de Servidores, provendo e adequando de forma correta a máquina administrativa,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os candidatos relacionados no Anexo I.

Art. 2º - Os candidatos nomeados relacionados no anexo I, devido a suspensão do atendimento ao público, na forma do Decreto nº 111/2020, desde já, convocados para, no prazo de 30 (trinta) dias, fazer o agendamento da sua apresentação, via telefone (65)n 3336 6434, a contar da publicação deste Decreto, perante o Departamento de Recursos Humanos , no horário de 13h as 17h, para assumir suas funções na conformidade da Lei, munidos dos documentos de acordo com o Anexo III do Edital do Concurso Público nº 01/2018, representado pelo Anexo II deste Decreto.

§1º - A documentação deverá ser apresentada em cópia simples, o candidato deverá apresentar, conjuntamente, a via original, para simples conferência.

§2º - É obrigatória a apresentação de todos os documentos para recebimento pelo Departamento de Recursos Humanos, caso contrário, a documentação será recusada e devolvida no ato da apresentação.

§3º - O Departamento de Recursos Humanos terá 10 (dez) dias para proceder a análise da documentação apresentada e verificação do cumprimento dos demais requisitos legais e constantes do Edital do Concurso Público nº 01/2018.

Art. 3º - O não comparecimento do candidato nomeado ou a não apresentação dos documentos, implicará no reconhecimento da DESISTÊNCIA e RENÚNCIA quanto ao cargo de aprovação, enquanto que a reprovação dos documentos na análise prevista no §3º ao artigo anterior, implicará automaticamente em nulidade da aprovação e nomeação, com perda dos direitos decorrentes. Em ambas as hipóteses, fica reservado o direito da Administração de convocar outro candidato.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Diamantino/MT, 13 de Agosto de 2020.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA Prefeito Municipal

ANEXO I DO DECRETO Nº. 149/2020

Cargo: 015 - MÉDICO CLÍNICO GERAL - DIAMANTINO

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO
17º	CLAUDIO JÚNIOR GRETTER

ANEXO II DO DECRETO Nº 149/2020

Ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da Lei (art. 12 e 37, I da CF/88)
Comprovante de Residência ou Declaração contendo endereço residencial
Declaração de acumulo ou não de Cargo público
Declaração de Bens
Atestado de Médico Pericial (anexo III - I) do Edital de Concurso Público nº 001/2018), expedido por profissional da Medicina do Trabalho.
Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS ***(págs. fotografia e identificação e página do último contrato de trabalho, ou somente página em branco para quem nunca teve carteira assinada)***
Cadastro de Pessoa Física - CPF
Cédula de Identidade - RG
Título de Eleitor e Certidão de Quitação Eleitoral - **http://www.tse.jus.br/eleitor/certidoes/certidao-d...**
Certificado de Reservista (quando do sexo masculino)
Cartão do PIS/PASEP. (Obs: O candidato que não for cadastrado no programa PIS/PASEP deverá apresentar;
Certidão de Nascimento ou Casamento conforme o caso
RG E CPF do cônjuge caso for casado no civil
Certidão de Nascimento ou RG dos filhos menores de 14 anos de idade (se for o caso)
CPF dos dependentes até 21 anos ou Autorização de não inclusão dos dependentes.
JUSTIÇA FEDERAL - 1ª REGIÃO - **http://www.trf1.jus.br/Servicos/Certidao/ (Autenticação no site)**
Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da Comarca do domicilio dos últimos cinco anos, relativa a existência ou inexistência de ações cíveis e criminais (com transito em julgado) - **http://cidadao.tjmt.jus.br/Servicos/CertidaoNegati... (Autenticação no site) - 1º e 2º Grau**
Certidão Conjunta da Receita Federal;
Certidão Negativa de Débitos para com o Município **(SETOR DE TRIBUTOS DA PREFEITURA)**
Declaração de Disponibilidade para cumprimento de carga horária do cargo em que exercera sua função
Declaração de que não infringiu as leis que fundamentaram este Decreto.
Comprovante de Escolaridade
Carteira do Registro no Conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se comprovante de quitação de anuidade e certidão de regularidade.
Carteira de Habilitação CNH - conforme o cargo
Conta Corrente BANCO DO BRASIL - Agência de Diamantino - Cópia do Cartão
Número de Contato (fixo ou celular):
Email:
01 FOTO 3X4 COLORIDA ATUAL
APRESENTAR DOCUMENTOS ORIGINAIS NO ATO DA ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO.
Declaração de veracidade dos documentos apresentados **(EMISSÃO FEITO NO SETOR DE RH)**

LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 047/2020

Considerando as informações prestadas pela Comissão Permanente de Licitação, bem como pelo contido no presente Processo de Dispensa de Licitação, com todos seus documentos, juntamente com o parecer da Assessoria Jurídica, **RATIFICO** todos os atos do presente Processo de Dispensa nº 047/2020, e autorizo a contratação direta da empresa **WALLYSSON MARCELO DOS S. DE CAMPOS-ME**, inscrito no **CNPJ n° 29.046.045/0001-89,** objetivando **AQUISIÇÃO DE TOTENS GEL PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA PARA ATENDER AS ESCOLAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE DIAMANTINO - MT,** no valor de **R$ 3.780,00 (Três mil setecentos e oitenta reais).** A presente Dispensa de Licitação esta enquadrada no inciso II do artigo 24, da Lei Federal nº 8.666/93, e suas alterações posteriores.

Publique-se, para os fins do artigo 26 da Lei nº 8.666/93.

Diamantino-MT, 14 de Agosto de 2020.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 035/2020/SRP

A Prefeitura Municipal de DIAMANTINO /MT torna público que ás 08:00 horas do dia 27 de Agosto de 2020, estará abrindo o pregão presencial, para o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE TROFÉUS, MEDALHAS E MATERIAIS ESPORTIVOS PARA ATENDER AOS EVENTOS E ESCOLINHAS DA SECRETARIA DE ESPORTES, LAZER E TURISMO DO MUNICÍPIO DE DIAMANTINO - MT.** O Edital poderá ser obtido junto ao Setor de Licitação do Poder Executivo de Diamantino, durante o horário de expediente e também estará disponível no site www.diamantino.mt.gov.br Maiores informações poderão ser solicitadas em horário de expediente através do telefone (65) 3336-6400/6423.

Diamantino /MT, 17 de Agosto de 2020.

NICHOLAS DA COSTA MACHADO

Pregoeiro Oficial

SETOR RH
EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO - EM PREFEITO JOÃO BATISTA DE ALMEIDA

ADITIVO AO CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº: 078/2019

CONTRATADO(a): EDILEIA RODRIGUES DE SOUZA

OBJETO: O presente Aditivo altera a Cláusula Segunda do Contrato, prorrogando-se o termo final de vigência para 31/10/2020.

ADITIVO AO CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº: 081/2019

CONTRATADO(a): ANDREA CARLA BRAGUIN ANDREANI

OBJETO: O presente Aditivo altera a Cláusula Segunda do Contrato, prorrogando-se o termo final de vigência para 31/10/2020.

GABINETE
PORTARIA Nº 189, DE 14 DE AGOSTO DE 2020

CONCEDE LICENÇA PARA ATIVIDADE POLÍTICA AOS SERVIDORES EFETIVOS

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Diamantino, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições, com fundamento na Lei Municipal 06/1990, Lei Complementar nº 64/1990 e Emenda Constitucional Nº 107/2020,

RESOLVE:

ART. 1º - Conceder Licença para Atividade Política, COM REMUNERAÇÃO, na forma do art. 72 do Estatuto do Servidor Municipal (Lei Municipal nº 06/1990) C/C art. 1º, inciso II, alínea "L", da Lei Complementar nº 64/1990, aos servidores abaixo relacionados:

I. Donata Glorinha Ferreira Nascimento;

II. Edevaldo Alves Teixeira;

III. Gerson Vidal de Souza;

IV. Gislene Aparecida de Souza;

V. Michele Cristina Carrasco Mauriz;

VI. Osvaldino Gomes;

VII. Osvanil Dias da Silva;

VIII. Cristina Carmelita da Silva;

IX. Edimilson Freitas Almeida;

X. Maria Rosa Lima;

XI. Gildo Gobira de Souza.

XII. Marta Santana de Pinho Scardua

Parágrafo Único - A licença será de 15 de agosto de 2020 até o décimo quinto dia seguinte ao da eleição (30.11.2020), conforme prevê o parágrafo único, art. 72, do Estatuto do Servidor.

ART. 2º - O servidor licenciado deverá apresentar para o Departamento de Recursos Humanos, mediante protocolo junto à recepção desta Prefeitura Municipal, cópia da Ata da Convenção Partidária demonstrando que seu nome estava cotado como pré-candidato ao pleito eleitoral.

§1º - Ao servidor licenciado escolhido em convenção partidária, bastará a apresentação do respectivo registro da candidatura perante a Justiça Eleitoral.

§2º - Caso o servidor licenciado descumpra os dispositivos anteriores, serão lançadas faltas injustificadas em seus registros, pelo período da licença, a contar de seu início (15.08.2020) e, por derradeiro, apurada a responsabilidade disciplinar do mesmo, mediante abertura do respectivo processo administrativo, sendo, ainda, obrigado a devolver os valores recebidos.

ART. 3º - O servidor licenciado que não for escolhido em convenção, fica obrigado, no dia útil seguinte, a retornar ao trabalho, findando-se, automaticamente, a sua licença.

ART. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 14 de agosto de 2020.

ART. 5º - Ficam revogadas as deposições em contrário.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM AQUINO

GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, LICITAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
PORTARIA Nº 184/2020 DE 14 DE AGOSTO DE 2020

DISPÕE SOBRE ATRIBUIÇÕES AO SENHOR EDIMICIO PEREIRA DE LIMA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA, Prefeito Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por lei e com base no Inciso VI, Artigo 107 da Lei Orgânica do Município**.**

R E S O L V E

ART. 1º - Designar o senhor **EDIMICIO PEREIRA DE LIMA – Engenheiro Civil** para responder como Fiscal deste município da seguinte obra:

Ø CONSTRUÇÃO DE UMA GALERIA DUPLA EM CONCRETO "BUEIRO CELULAR" NO CORREGO DOS VEADOS, ESTRADA VICINAL, DISTRITO DE ENTRE RIOS, COM AREA CONSTRUIDA DE 29,70 M².

ART. 2º - O Engenheiro terá a função de fiscalizar e acompanhar a obra acima descrita.

ART. 3º - O prazo de validade desta Portaria será do início ao final da obra.

ART. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal em 14 de Agosto de 2020.

Valdécio Luiz da Costa

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria Municipal e publicada no Diário Oficial da AMM, Diário Oficial do TCE/MT e por afixação no local público de costume, conforme determina a Legislação em vigor.

Francisco Guedes Neto

Chefe de Gabinete

GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, LICITAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
PORTARIA Nº 185/2020 DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE 03 (TRÊS) MESES DE LICENÇA PARA ATIVIDADE POLÍTICA A SERVIDORA MARIA HELENICIA BRAGA DE SOUZA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDECIO LUIZ DA COSTA, Prefeito Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por Lei, considerando a Lei Municipal nº 854 de 10 de Junho de 2003, considerando o pedido de Afastamento do Servidor, para fins eleitorais e de acordo com Lei Complementar nº 64/1990,

R E S O L V E:

ART. 1º - Conceder 03 (três) meses de Licença para Atividade Política a servidora **MARIA HELENICIA BRAGA DE SOUZA.**

ART. 2º - A Licença concedida no artigo anterior compreenderá o período de **15 DE AGOSTO DE 2020 A 15 DE NOVEMBRO DE 2020**.

ART. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação

ART. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal em 14 de Agosto de 2020.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria Municipal e publicada no Diário Oficial da AMM, Diário Oficial do TCE/MT e por afixação no local público de costume, conforme determina a Legislação em vigor.

FRANCISCO GUEDES NETO

Chefe de Gabinete

GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, LICITAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
PORTARIA Nº 189/2020 DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE 30 (TRINTA) DIAS DE FÉRIAS A CONSUELO AUXILIADORA MARTINS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA, Prefeito Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por lei e considerando que a (o) servidor (a) trabalhou na Secretaria Municipal de Saúde, no cargo de DENTISTA, no período aquisitivo de 17/02/2019 A 17/02/2020**.**

R E S O L V E

ART. 1º - Conceder 30 (trinta) dias de Férias a **CONSUELO AUXILIADORA MARTINS**.

ART. 2º - Conceder 1/3 (um terço) a mais que o salário normal, de acordo com o item XVIII, art. 7º da Constituição Federal.

ART. 3º - As Férias concedidas no art. 1º compreenderá o período de **18/08/2020 a 17/09/2020.**

ART. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal 14 de Agosto de 2020.

Valdécio Luiz da Costa

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria Municipal e publicada no Diário Oficial da AMM, Diário Oficial do TCE/MT e por afixação no local público de costume, conforme determina a Legislação em vigor.

Francisco Guedes Neto

Chefe de Gabinete

GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, LICITAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
PORTARIA Nº 188/2020 DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE 03 (TRÊS) MESES DE LICENÇA PARA ATIVIDADE POLÍTICA AO SERVIDOR CLALDIONEI AGUIAR DE SOUZA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDECIO LUIZ DA COSTA, Prefeito Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por Lei, considerando a Lei Municipal nº 854 de 10 de Junho de 2003, considerando o pedido de Afastamento do Servidor, para fins eleitorais e de acordo com Lei Complementar nº 64/1990,

R E S O L V E:

ART. 1º - Conceder 03 (três) meses de Licença para Atividade Política a servidora **CLALDIONEI AGUIAR DE SOUZA.**

ART. 2º - A Licença concedida no artigo anterior compreenderá o período de **15 DE AGOSTO DE 2020 A 15 DE NOVEMBRO DE 2020**.

ART. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação

ART. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal em 14 de Agosto de 2020.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria Municipal e publicada no Diário Oficial da AMM, Diário Oficial do TCE/MT e por afixação no local público de costume, conforme determina a Legislação em vigor.

FRANCISCO GUEDES NETO

Chefe de Gabinete

GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, LICITAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
PORTARIA Nº 187/2020 DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE 03 (TRÊS) MESES DE LICENÇA PARA ATIVIDADE POLÍTICA AO SERVIDOR WELLINTON ROBERTO NASCIMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDECIO LUIZ DA COSTA, Prefeito Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por Lei, considerando a Lei Municipal nº 854 de 10 de Junho de 2003, considerando o pedido de Afastamento do Servidor, para fins eleitorais e de acordo com Lei Complementar nº 64/1990,

R E S O L V E:

ART. 1º - Conceder 03 (três) meses de Licença para Atividade Política a servidora **WELLINTON ROBERTO NASCIMENTO.**

ART. 2º - A Licença concedida no artigo anterior compreenderá o período de **15 DE AGOSTO DE 2020 A 15 DE NOVEMBRO DE 2020**.

ART. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação

ART. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal em 14 de Agosto de 2020.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria Municipal e publicada no Diário Oficial da AMM, Diário Oficial do TCE/MT e por afixação no local público de costume, conforme determina a Legislação em vigor.

FRANCISCO GUEDES NETO

Chefe de Gabinete

GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, LICITAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
PORTARIA Nº 181/2020 DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE 03 (TRÊS) MESES DE LICENÇA PARA ATIVIDADE POLÍTICA A SERVIDORA GUARACY SALES RIBEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDECIO LUIZ DA COSTA, Prefeito Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por Lei, considerando a Lei Municipal nº 854 de 10 de Junho de 2003, considerando o pedido de Afastamento do Servidor, para fins eleitorais e de acordo com Lei Complementar nº 64/1990,

R E S O L V E:

ART. 1º - Conceder 03 (três) meses de Licença para Atividade Política a servidora **GUARACY SALES RIBEIRO.**

ART. 2º - A Licença concedida no artigo anterior compreenderá o período de **15 DE AGOSTO DE 2020 A 15 DE NOVEMBRO DE 2020**.

ART. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação

ART. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal em 14 de Agosto de 2020.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria Municipal e publicada no Diário Oficial da AMM, Diário Oficial do TCE/MT e por afixação no local público de costume, conforme determina a Legislação em vigor.

FRANCISCO GUEDES NETO

Chefe de Gabinete

GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, LICITAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
PORTARIA Nº 183/2020 DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE 03 (TRÊS) MESES DE LICENÇA PARA ATIVIDADE POLÍTICA A SERVIDORA SELMA FATIMA SIQUEIRA OLIVEIRA CAMPOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDECIO LUIZ DA COSTA, Prefeito Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por Lei, considerando a Lei Municipal nº 854 de 10 de Junho de 2003, considerando o pedido de Afastamento do Servidor, para fins eleitorais e de acordo com Lei Complementar nº 64/1990,

R E S O L V E:

ART. 1º - Conceder 03 (três) meses de Licença para Atividade Política a servidora **SELMA FATIMA SIQUEIRA OLIVEIRA CAMPOS.**

ART. 2º - A Licença concedida no artigo anterior compreenderá o período de **15 DE AGOSTO DE 2020 A 15 DE NOVEMBRO DE 2020**.

ART. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação

ART. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal em 14 de Agosto de 2020.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria Municipal e publicada no Diário Oficial da AMM, Diário Oficial do TCE/MT e por afixação no local público de costume, conforme determina a Legislação em vigor.

FRANCISCO GUEDES NETO

Chefe de Gabinete

GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, LICITAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
PORTARIA Nº 182/2020 DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE 03 (TRÊS) MESES DE LICENÇA PARA ATIVIDADE POLÍTICA A SERVIDORA MARIA DE SOUZA OLIVEIRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDECIO LUIZ DA COSTA, Prefeito Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por Lei, considerando a Lei Municipal nº 854 de 10 de Junho de 2003, considerando o pedido de Afastamento do Servidor, para fins eleitorais e de acordo com Lei Complementar nº 64/1990,

R E S O L V E:

ART. 1º - Conceder 03 (três) meses de Licença para Atividade Política a servidora **MARIA DE SOUZA OLIVEIRA.**

ART. 2º - A Licença concedida no artigo anterior compreenderá o período de **15 DE AGOSTO DE 2020 A 15 DE NOVEMBRO DE 2020**.

ART. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação

ART. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal em 14 de Agosto de 2020.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria Municipal e publicada no Diário Oficial da AMM, Diário Oficial do TCE/MT e por afixação no local público de costume, conforme determina a Legislação em vigor.

FRANCISCO GUEDES NETO

Chefe de Gabinete

GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, LICITAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
PORTARIA Nº 186/2020 DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE 03 (TRÊS) MESES DE LICENÇA PARA ATIVIDADE POLÍTICA A SERVIDORA DALVA MARIA DA SILVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDECIO LUIZ DA COSTA, Prefeito Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por Lei, considerando a Lei Municipal nº 854 de 10 de Junho de 2003, considerando o pedido de Afastamento do Servidor, para fins eleitorais e de acordo com Lei Complementar nº 64/1990,

7 R E S O L V E:

ART. 1º - Conceder 03 (três) meses de Licença para Atividade Política a servidora **DALVA MARIA DA SILVA.**

ART. 2º - A Licença concedida no artigo anterior compreenderá o período de **15 DE AGOSTO DE 2020 A 15 DE NOVEMBRO DE 2020**.

ART. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação

ART. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal em 14 de Agosto de 2020.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria Municipal e publicada no Diário Oficial da AMM, Diário Oficial do TCE/MT e por afixação no local público de costume, conforme determina a Legislação em vigor.

FRANCISCO GUEDES NETO

Chefe de Gabinete

LICITAÇÃO, GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO TOMADA DE PREÇOS 001/2020

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO TOMADA DE PREÇOS 001/2020

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DA TOMADA DE PREÇOS 001/2020, TEM POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PERTINENTE, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, DE CONSTRUÇÃO DE UMA GALERIA DUPLA EM CONCRETO "BUEIRO CELULAR" NO CORREGO DOS VEADOS, ESTRADA VICINAL, DISTRITO DE ENTRE RIOS, COM ÁREA CONSTRUIDA DE 29,70 M², DE ACORDO COM A DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS, PROJETO, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA E CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO, ***CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES, CONSTANTE NO EDITAL*** *E SEUS ANEXOS.*

O MUNICÍPIO DE DOM AQUINO-MT, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista que o Processo Licitatório na modalidade de TOMADA DE PREÇOS transcorreu em todas as fases sem nenhum questionamento por parte dos licitantes e que foram obedecidos os ditames da Legislação em vigor, conforme as Leis Federais 8.666/93 e as suas alterações.

R E S O L V E :

HOMOLOGAR e **ADJUDICAR** a Empresa: ***M.DAS G. PASSOS EIRELLI ME****, CNPJ: 24.751.780/0001-70, Avenida Airton Senna da Silva, nº 998, Bairro Maracanã, Barra do Bugres – MT, CEP: 78.390-000, neste ato representada por Wesley Passos Rigolei inscrito no CPF 333.400.858-46*, no valor global de R$ 72.874,34 (setenta e dois mil, oitocentos e setenta e quatro mil e trinta e quatro centavos)**,** conforme resultado da tomada de preços 001/2020, destinado a atender a demanda da **Secretaria de Obras Públicas e Urbanismo deste município**.

Determina ainda ao departamento de Contabilidade a emissão do respectivo empenho em favor da Empresa vencedora.

Dom Aquino-MT, 14 de agosto de 2020.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA

Prefeito Municipal

GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, LICITAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
PORTARIA Nº 180/2020 DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE 03 (TRÊS) MESES DE LICENÇA PARA ATIVIDADE POLÍTICA AO SERVIDOR FABRICIO RIBEIRO DA SILVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDECIO LUIZ DA COSTA, Prefeito Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por Lei, considerando a Lei Municipal nº 854 de 10 de Junho de 2003, considerando o pedido de Afastamento do Servidor, para fins eleitorais e de acordo com Lei Complementar nº 64/1990,

R E S O L V E:

ART. 1º - Conceder 03 (três) meses de Licença para Atividade Política ao servidor **FABRICIO RIBEIRO DA SILVA.**

ART. 2º - A Licença concedida no artigo anterior compreenderá o período de **15 DE AGOSTO DE 2020 A 15 DE NOVEMBRO DE 2020**.

ART. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação

ART. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal em 14 de Agosto de 2020.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria Municipal e publicada no Diário Oficial da AMM, Diário Oficial do TCE/MT e por afixação no local público de costume, conforme determina a Legislação em vigor.

FRANCISCO GUEDES NETO

Chefe de Gabinete

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL
PORTARIA MUNICIPAL 269/2020

DATA: 03 DE AGOSTO DE 2020

RAFAEL PAVEI, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 65 e 68 da Lei Complementar nº 003/2007.

Considerando a necessidade de dar continuidade às medidas até agora implementadas para prevenção ao contágio do novo Corona-Vírus (COVID-19);

Considerando que são mais vulneráveis ao contágio pessoas com idades a partir de 60 anos, portadoras de doenças crônicas e outras pessoas classificadas em grupos de risco;

Considerando que existem servidores cujas funções estão paralisadas em face disposto em legislação Federal, Estadual e Municipal;

Considerando o Decreto Municipal N° 051/2020 que regulamenta a concessão compulsória;

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder Férias à Sra. **MARLENE DE JESUS PONCE,** ocupante do cargo efetivo de **AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS I**, lotada junto a Secretaria Municipal de Saúde, pelo período de 03/08/2020 a 01/09/2020.

Parágrafo único: As férias concedidas referem-se ao período aquisitivo de 2017/2018.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam–se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS TRÊS DIAS DO MÊS DE AGOSTO DE 2020.

RAFAEL PAVEI

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL
PORTARIA MUNICIPAL Nº 275/2020

DATA: 03 DE AGOSTO DE 2020

RAFAEL PAVEI, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por Lei, em especial o artigo 48 da Lei Complementar 037/2015,

Considerando a necessidade de dar continuidade às medidas até agora implementadas para prevenção ao contágio do novo Corona-Vírus (COVID-19);

Considerando que existem servidores cujas funções estão paralisadas em face disposto em legislação Federal, Estadual e Municipal;

Considerando o Decreto Municipal N° 051/2020 que regulamenta a concessão compulsória;

RESOLVE:

ART. 1º - Conceder **Licença Prêmio por Assiduidade** a Servidora Pública Municipal, Sra. **ORILDES DE FATIMA DAL AQUA**,matrícula nº 315, ocupante do cargo efetivo de **AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS I,** lotada junto a Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 08/03/2015 a 05/03/2020.

PARÁGRAFO ÚNICO - A licença ora concedida será usufruída no período de 03/08/2020 a 31/10/2020.

ART. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS TRÊS DIAS DO MÊS DE AGOSTO DE 2020.

RAFAEL PAVEI

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL
PORTARIA MUNICIPAL 271/2020

DATA: 03 DE AGOSTO DE 2020

RAFAEL PAVEI, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 65 e 68 da Lei Complementar nº 003/2007.

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder Férias à Sra. **TALITA LOPES RAMOS AFINOVICZ,** ocupante do cargo comissionado de **CONTROLADORA MUNICIPAL**, lotada junto a Chefia do Executivo, pelo período de 03/08/2020 A 01/09/2020.

Parágrafo único: As férias concedidas referem-se ao período aquisitivo de 2018/2019.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam–se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS TRÊS DIAS DO MÊS DE AGOSTO DE 2020.

RAFAEL PAVEI

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL
PORTARIA MUNICIPAL N.º289/2020.

DATA: 14 DE AGOSTO DE 2020.

RAFAEL PAVEI, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por lei;

RESOLVE:

Artigo 1.º Nos termos do artigo 1º, inciso II, letra I, da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, nos termos do caput do Art. 107 e § 2º da lei Complementar 003/2007, conceder licença à servidora efetiva Sr.ª **SILVANA DE JESUS,** matricula 1498**,** das atividades no serviço público municipal, para concorrer ao cargo de vereadora no pleito de 15 de Novembro de 2020, conforme requerimento protocolado em 14/08/2020.

Parágrafo Primeiro - A servidora efetiva terá direito à licença, mas sem remuneração, durante o período que mediar entre a sua escolha em convenção partidária, como candidato a cargo eletivo, e o efetivo registro de sua candidatura, perante a Justiça Eleitoral.

Parágrafo Segundo - A servidora licenciada faz jus à percepção dos vencimentos do referido cargo efetivo, pelo período de três meses, devendo retornar às suas atividades no dia 16 de Novembro de 2020.

Artigo 2.º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL ESTADO DE MATO GROSSO AOS QUATORZE DIAS DO MÊS de AGOSTO de 2020.

RAFAEL PAVEI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE - SE

CUMPRA-SE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL – MT AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 025/2020 REGISTRO DE PREÇOS Nº. 024/2020

A Prefeitura Municipal de Feliz Natal - MT, através de seu Pregoeiro, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar às 08h00-min do dia 28 de agosto de 2020, em sua Sede, na Av. Maravilha, Praça da Bíblia, **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 025/2020, REGISTRO DE PREÇOS Nº. 024/2020**, objetivando ao**PREGÃO PRESENCIAL COM REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS NATALINOS PARA A DECORAÇÃO NATALINA NAS AVENIDAS E PRAÇAS DO MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL - MT.**

O edital encontra-se disponível no endereço eletrônico www.feliznatal.mt.gov.br. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Feliz Natal - MT, situado à Av. Maravilha, Praça da Bíblia, na cidade de Feliz Natal - MT, ou pelo telefone (66) 3585-2700.

Feliz Natal – MT, 14 de agosto de 2020.

MARCOS PAGNO

PREGOEIRO

PORTARIA MUNICIPAL Nº. 005/2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL
PORTARIA MUNICIPAL 270/2020

DATA: 03 DE AGOSTO DE 2020

RAFAEL PAVEI, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 65 e 68 da Lei Complementar nº 003/2007.

Considerando a necessidade de dar continuidade às medidas até agora implementadas para prevenção ao contágio do novo Corona-Vírus (COVID-19);

Considerando que são mais vulneráveis ao contágio pessoas com idades a partir de 60 anos, portadoras de doenças crônicas e outras pessoas classificadas em grupos de risco;

Considerando que existem servidores cujas funções estão paralisadas em face disposto em legislação Federal, Estadual e Municipal;

Considerando o Decreto Municipal N° 051/2020 que regulamenta a concessão compulsória;

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder Férias à Sra. **EVA KRAUS,** ocupante do cargo efetivo de **AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS I**, lotada junto a Secretaria Municipal de Saúde, pelo período de 03/08/2020 a 01/09/2020.

Parágrafo único: As férias concedidas referem-se ao período aquisitivo de 2019/2020.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam–se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS TRÊS DIAS DO MÊS DE AGOSTO DE 2020.

RAFAEL PAVEI

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL
PORTARIA MUNICIPAL Nº 274/2020

DATA: 03 DE AGOSTO DE 2020

RAFAEL PAVEI, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por Lei, em especial o artigo 48 da Lei Complementar 037/2015,

Considerando a necessidade de dar continuidade às medidas até agora implementadas para prevenção ao contágio do novo Corona-Vírus (COVID-19);

Considerando que existem servidores cujas funções estão paralisadas em face disposto em legislação Federal, Estadual e Municipal;

Considerando o Decreto Municipal N° 051/2020 que regulamenta a concessão compulsória;

RESOLVE:

ART. 1º - Conceder **Licença Prêmio por Assiduidade** a Servidora Pública Municipal, Sra. **LUCIA RAMOS FERNANDES**,matrícula nº 248, ocupante do cargo efetivo de **AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS I,** lotada junto a Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, referente ao período aquisitivo de 26/03/2012 a 26/03/2017.

PARÁGRAFO ÚNICO - A licença ora concedida será usufruída no período de 03/08/2020 a 31/10/2020.

ART. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS TRÊS DIAS DO MÊS DE AGOSTO DE 2020.

RAFAEL PAVEI

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
COVID-19: PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL – MT AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N°. 010/2020

EDITAL DE PUBLICIDADE

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Feliz Natal – MT, nomeada pela Portaria Municipal nº. 004/2020, torna público que nos precisos termos do Art. 4º e seguintes, da Lei Federal Nº.13.979/20 e alterações posteriores que realizará o processo licitatório de **DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 010/2020**, visando a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE EPIs (Equipamento de proteção individual).**

Feliz Natal – MT, em, 14 de agosto de 2020.

_____

DULCILENE TSCHINKEL

PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PORTARIA MUNICIPAL Nº. 004/2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL
PORTARIA MUNICIPAL Nº 273/2020

DATA: 03 DE AGOSTO DE 2020

RAFAEL PAVEI, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por Lei, em especial o artigo 48 da Lei Complementar 037/2015,

Considerando a necessidade de dar continuidade às medidas até agora implementadas para prevenção ao contágio do novo Corona-Vírus (COVID-19);

Considerando que existem servidores cujas funções estão paralisadas em face disposto em legislação Federal, Estadual e Municipal;

Considerando o Decreto Municipal N° 051/2020 que regulamenta a concessão compulsória;

RESOLVE:

ART. 1º - Conceder **Licença Prêmio por Assiduidade** ao Servidor Público Municipal, Sr. **JOSÉ RAIMUNDO COSTA**,matrícula nº 271, ocupante do cargo efetivo de **VISITADOR SANITÁRIO,** lotado junto a Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 28/02/2010 a 26/02/2015.

PARÁGRAFO ÚNICO - A licença ora concedida será usufruída no período de 03/08/2020 a 31/10/2020.

ART. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS TRÊS DIAS DO MÊS DE AGOSTO DE 2020.

RAFAEL PAVEI

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

PREFEITURA ADMINISTRATIVO
COVID-19: TERCEIRO TERMO ADITIVO DE VALOR CONTRATO DE RATEIO Nº001/2020.

CONCEDENTE: MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL/MT.

CONTRATO DE RATEIO Nº: 001/2020 – 3º TERMO ADITIVO

DATA ASSINATURA: 10 DE AGOSTO DE 2020

PROPONENTE: CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE VALE DO TELES PIRES

VALOR: R$ 232.000,00 (DUZENTOS E TRINTA E DOIS MIL REAIS)

OBJETO: O VALOR REFERENTE ÀS DESPESAS COM AS AÇÕES E AQUISIÇÕES PARA PREVENÇÃO E COMBATE AO CORONAVÍRUS - (COVID- 19), QUE SERÁ PAGO CONFORME UTILIZAÇÃO PELO MUNICÍPIO.

PREVIDÊNCIA MUNICIPAL
CONTRATO N.º 006/2020

CONTRATO N.º 006/2020

CONTRATANTE: FELIZ PREVI - Fundo Municipal de Previ. Social dos Servidores de Feliz Natal.

CONTRATADO: **JONAS ALBERT SCHMIDT**

DATA ASSINATURA: **14/08/2020**

VIGENCIA: **31/12/2020**

VALOR: R$ 4.000,00 (Quatro mil reais), os quais serão pagos de 5 parcelas de R$ 800,00 (oitocentos reais) após apresentação de Nota Fiscal

OBJETO: Contrato de Credenciamento para Prestação de Serviços Assessoria Jurídica na concessão de Benefícios previdenciários, elaboração de parecer e Consultoria jurídica sobre mudanças trazidas pela EC. n. 103/19.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL
PORTARIA MUNICIPAL 272/2020

DATA: 03 DE AGOSTO DE 2020

RAFAEL PAVEI, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 65 e 68 da Lei Complementar nº 003/2007.

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder Férias ao Sr. **VALTER BONIFACIO DOS SANTOS,** ocupante do cargo efetivo de **AGENTE DE TRIBUTOS I**, lotado junto a Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, pelo período de 03/08/2020 A 01/09/2020.

Parágrafo único: As férias concedidas referem-se ao período aquisitivo de 2018/2019.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam–se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS TRÊS DIAS DO MÊS DE AGOSTO DE 2020.

RAFAEL PAVEI

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL
PORTARIA MUNICIPAL N.º 268/2020

DATA: 31 DE JULHO DE 2020

RAFAEL PAVEI, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 65 e 68 da Lei Complementar nº 003/2007.

RESOLVE:

Artigo 1.º Conceder a pedido, licença sem remuneração pelo período de um ano, à Servidora Pública Municipal, Sra. **EUNICE GAMARRA**, matrícula n° 0592, ocupante do cargo efetivo de **APOIO EM NUTRIÇÃO ESCOLAR**, com início em 31/07/2020 A 30/07/2021.

Artigo 2.º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE GROSSO, AOS TRINTA E UM DIAS DO MÊS DE JULHO DE 2020.

RAFAEL PAVEI

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL
PORTARIA MUNICIPAL 277/2020

DATA: 03 DE AGOSTO DE 2020

RAFAEL PAVEI, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 65 e 68 da Lei Complementar nº 003/2007.

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder Férias ao Sr. **MARIO ERNESTO NOETZOLD,** ocupante do cargo comissionado de **CHEFE DE DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS**, lotado junto a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras, pelo período de 03/08/2020 a 01/09/2020.

Parágrafo único: As férias concedidas referem-se ao período aquisitivo de 2018/2019.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam–se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS TRÊS DIAS DO MÊS DE AGOSTO DE 2020.

RAFAEL PAVEI

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE

PORTARIA MUNICIPAL Nº. 384 /2020.

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Voney Rodrigues Goulart, Prefeito Municipal de Gaúcha do Norte-MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei.

RESOLVE:

Art. 1° - Nomear o Sr. RENATO DE SOUZA BEJOS, brasileiro, filho de IRAIDES DE SOUZA BEJOS e JOSE GONÇCALVES BEJOS, nascido em 16/09/1976, portador do RG 1023453-5, SSP/ MT e CPF 583.420.951-34, para ocupar cargo de **Fiscal de Contratos da Secretaria Municipal de Saúde**, a partir de 14/08/2020.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na presente data, revogadas as disposições em contrário.

Gaúcha do Norte-MT, 14 de agosto 2020.

Voney Rodrigues Goulart

Prefeito Municipal

PORTARIA MUNICIPAL Nº. 386/2020.

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE FISCAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS E, DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Voney Rodrigues Goulart, Prefeito Municipal de Gaúcha do Norte-MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica Nomeado O Sr. **LEANDRO GONÇALVES LOPES** brasileiro (a), filho(a) de Claudionor Lopes e Lais Gonçalves da Silva Lopes, nascido(a) em 01/09/1992, portador (a) do RG N° 1813757 SSP/MS e CPF: 035.930.741-84, e CREA-SP: 2616.4323-66 como **FISCAL DE OBRAS E INFRA ESTRUTURA** para Fiscalizar a obra indireta, **Ponte sobre o Córrego Anta**, na Comunidade Nova Aliança, Distrito de Gaúcha do Norte - MT, a partir de 14/08/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em Contrário.

Gaúcha do Norte-MT, 14 de agosto de 2020.

Voney Rodrigues Goulart

Prefeito Municipal

NOTA DE EMPENHO - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS REFORMA PONTE ANTA

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE - MT
AVENIDA BRASIL, Nº 1200, CENTRO, GAUCHA DO NORTE - MATO GROSSO CNPJ:

NOTA DE EMPENHO

NÚMERO: **6229/2020** TIPO DO EMPENHO: GLOBAL DATA DO EMPENHO: 13/08/2020

PROCESSO DE COMPRA

PROCESSO DE COMPRA: 00001243/2020 PROCESSO LICITATÓRIO: 00000047/2020
MODALIDADE: PREGÃO
Nº MODALIDADE: 00000026/2020 TIPO PROC. COMPRA: NORMAL
CONTRATO: 00000000/0 TIPO: NAD: 1243/1/1
PED. FORNE: 2903/2020

DOTAÇÃO

CÓDIGO REDUZIDO: 341
ORGÃO: 09 SEC. MUN. DE OBRAS E SERV. URBANOS
UNIDADE: 001 SEC. MUN. DE OBRAS E SERV. URBANOS E UNIDADES FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 26.782.0260.10044 CONSTRUÇÃO E REFORMAS DE PONTES
ELEMENTO DA DESPESA: 4.4.90.51.00.00 OBRAS E INSTALAÇÕES
SUBELEMENTO: 91 OBRAS EM ANDAMENTO FONTE DE RECURSO: 0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS
NATUREZA DE EMPENHO: NAO INFORMADO

CREDOR

CÓDIGO: 42233589DEIZO DA SILVA GOMES ME CPF/CNPJ: 27.970.739/0001-82
ENDEREÇO: RUA HUMBERTO MARSÍLIO NÚMERO: S/N
BAIRRO: CENTRO CEP: 78775000
CIDADE: TESOURO UF: MT
Banco: Agência: Conta: Digito:

DESCRIÇÃO

ATA: 46/2020
REFERENTE AO SERVIÇOS DO CÓRREGO ANTA COMUNIDADE NOVA ALIANÇA.

VALORES

SALDO DA DOTAÇÃO: 52.648,44 EMPENHA-SE PELA QUANTIA DE:
VALOR DO EMPENHO: **22.602,63** ** VINTE E DOIS MIL E SEISCENTOS E DOIS REAIS E SESSENTA E TRES CENTAVOS **
SALDO ATUAL: 30.045,81

VONEY RODRIGUES GOULART CLEUSA PETREKIC CLAUDINEI MARCELO KLEIN PREFEITO MUNICIPAL SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS CONTADOR
CRC MT-019904/0-6
Impresso por: ELIZANDRA JESSICA DA SILVA BRASIL Data: 14/08/2020 Incluído por: ELIZANDRA JESSICA DA SILVA BRASIL

Página: 1 / 1

NOTA DE EMPENHO - SERVIÇOS COM REFORMA DA PONTE DO PACUNEIRO.

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE - MT
AVENIDA BRASIL, Nº 1200, CENTRO, GAUCHA DO NORTE - MATO GROSSO CNPJ:

NOTA DE EMPENHO

NÚMERO: **6230/2020** TIPO DO EMPENHO: GLOBAL DATA DO EMPENHO: 13/08/2020

PROCESSO DE COMPRA

PROCESSO DE COMPRA: 00001243/2020 PROCESSO LICITATÓRIO: 00000047/2020
MODALIDADE: PREGÃO
Nº MODALIDADE: 00000026/2020 TIPO PROC. COMPRA: NORMAL
CONTRATO: 00000000/0 TIPO: NAD: 1243/2/1
PED. FORNE: 2904/2020

DOTAÇÃO

CÓDIGO REDUZIDO: 341
ORGÃO: 09 SEC. MUN. DE OBRAS E SERV. URBANOS
UNIDADE: 001 SEC. MUN. DE OBRAS E SERV. URBANOS E UNIDADES FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 26.782.0260.10044 CONSTRUÇÃO E REFORMAS DE PONTES
ELEMENTO DA DESPESA: 4.4.90.51.00.00 OBRAS E INSTALAÇÕES
SUBELEMENTO: 91 OBRAS EM ANDAMENTO FONTE DE RECURSO: 0.1.00.000000 RECURSOS ORDINÁRIOS
NATUREZA DE EMPENHO: NAO INFORMADO

CREDOR

CÓDIGO: 42233589DEIZO DA SILVA GOMES ME CPF/CNPJ: 27.970.739/0001-82
ENDEREÇO: RUA HUMBERTO MARSÍLIO NÚMERO: S/N
BAIRRO: CENTRO CEP: 78775000
CIDADE: TESOURO UF: MT
Banco: Agência: Conta: Digito:

DESCRIÇÃO

ATA: 46/2020
SERVIÇOS COM REFORMA DA PONTE DO PACUNEIRO.

VALORES
SALDO DA DOTAÇÃO: 51.362,81 EMPENHA-SE PELA QUANTIA DE: VALOR DO EMPENHO: **51.362,26** ** CINQUENTA E UM MIL E TREZENTOS E SESSENTA E DOIS REAIS E VINTE E SEIS CENTAVOS ** SALDO ATUAL: 0,55
VONEY RODRIGUES GOULART CLEUSA PETREKIC CLAUDINEI MARCELO KLEIN PREFEITO MUNICIPAL SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS CONTADOR CRC MT-019904/0-6 Impresso por: ELIZANDRA JESSICA DA SILVA BRASIL Data: 14/08/2020 Incluído por: ELIZANDRA JESSICA DA SILVA BRASIL

Página: 1 / 1

PORTARIA MUNICIPAL Nº 385/2020

DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA ATIVIDADE POLITICA DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VONEY RODRIGUES GOULART, Prefeito Municipal de Gaúcha do Norte - MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

CONSIDERANDO o requerimento para Afastamento em decorrência da candidatura a Vereadora nas eleições 2020.

Resolve:

Art. 1° - Conceder Licença para atividades política ao servidor (a) ADENISE ALVES GARCIA, brasileiro (a), filho (a) de MARIA DIVINA ALVES e ISAMAR LINHARES DA SILVA, nascido (a) em 05/10/1986, portador (a) do RG N°. 19518072 SSP/MT e CPF 026.578.821-88 do cargo de PROFESSOR LICENCIATURA PLENA _ 30 HORAS, lotado (a) na SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E LAZER, no período de 14/08/2020 a 16/11/2020, com remuneração.

Art. 2° - Fica o respectivo servidor desvinculado de qualquer conselho ou comissão do qual seja membro.

Art. 3° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em Contrário.

Gaúcha do Norte - MT, 14 de agosto de 2020.

Voney Rodrigues Goulart

Prefeito Municipal

PORTARIA MUNICIPAL Nº. 387/2020.

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE FISCAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS E, DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Voney Rodrigues Goulart, Prefeito Municipal de Gaúcha do Norte-MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica Nomeado O Sr. **LEANDRO GONÇALVES LOPES** brasileiro (a), filho(a) de Claudionor Lopes e Lais Gonçalves da Silva Lopes, nascido(a) em 01/09/1992, portador (a) do RG N° 1813757 SSP/MS e CPF: 035.930.741-84, e CREA-SP: 2616.4323-66 como **FISCAL DE OBRAS E INFRA ESTRUTURA** para Fiscalizar a obra indireta da **Ponte sobre o Rio Pacuneiro**, na Cidade de Gaúcha do Norte - MT, a partir de 14/08/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em Contrário.

Gaúcha do Norte-MT, 14 de agosto de 2020.

Voney Rodrigues Goulart

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA D´OESTE

PORTARIA N.º 088 DE 10 DE AGOSTO DE 2020.

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR DO MUNICÍPIO DE GLÓRIA D´OESTE - MT.

O Excelentíssimo Senhor **PAULO REMÉDIO,** Prefeito Municipal de Glória D´Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições, e tendo em vista o disposto no Artigo 84, inciso IX da lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Artigo I - **CONCEDER** 02 (dois) meses de Licença Prêmio, nos termos do Artigo 90 da Lei Complementar N. º 057 de 16/02/2016 ao Servidor **MANOEL MESSIAS SILVEIRA ALVES,** brasileiro, portador do RG n. º 074875 SSP/MT e do CPF 257.474.791-72 que exerce o Cargo de MOTORISTA – CAT D, referente ao período de 2010/2015 a partir de 03/08/2020.

Artigo II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação retroagindo seus efeitos no dia 03 de agosto de 2020.

Artigo III – Revogam – se as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

EDIFICIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA D'OESTE

ESTADO DE MATO GROSSO EM 10 DE AGOSTO DE 2020.

PAULO REMÉDIO

Prefeito do Município de Glória D´Oeste/MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ
RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL N° 026/2020

A Pregoeira e Equipe de Apoio da Prefeitura Municipal de Itanhangá-MT, nomeados através da Portaria n° 002/2020 de 06/01/2020, torna público para conhecimento dos interessados que na Licitação tipo **Pregão Presencial n° 026/2020**, instaurada para o **"Registro de Preços para futura e eventual aquisição de cestas básicas para distribuição de benefícios eventuais para atender a demanda da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Trabalho do Município de Itanhangá – MT.".,** sagrou-se vencedora a seguinte empresa: **ELIZEU DE OLIVEIRA & CIA LTDA – EPP – CNPJ: 10.545.178/0001-71,** sagrou-se vencedora com o valor unitário de R$ 120,97 (cento e vinte reais e noventa e sete centavos) para o item 01 e o valor unitário de R$ 192,62 (cento e noventa e dois reais e sessenta e dois centavos) para o item 02, totalizando o valor de R$ 112. 222,50 (cento e doze mil duzentos e vinte e dois reais e cinquenta centavos).

Itanhangá-MT, 14 de agosto de 2020.

CAMILA BRUNA MORESCO

Pregoeira Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 031/2020

Pregão Presencial n° 025/2020

Vigência: 12 (doze) meses

Aos quatorze dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte, na sede da Prefeitura Municipal de Itanhangá, de um lado o **MUNICIPIO DE ITANHANGÁ**, **ESTADO DE MATO GROSSO,** inscrita no CNPJ n° 07.209.225/0001-00, situada na Av. Santa Catarina, n° 314, Bairro: Centro, CEP: 78579-000, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. **EDU LAUDI PASCOSKI**, brasileiro, casado, portador do RG n° 408.854 SSP/MS, inscrito no CPF

sob n° 411.269.551-91, residente e domiciliado na Rua das Flores, n° 409, Centro, neste município, doravante e denominado **"MUNICIPIO"** e do outro lado a empresa **COOPERATIVA DE TRABALHO DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS – COOPSERV'S,** pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob n°02.355.192/0001-84**,** situada na Av. Adolino Bedin, n°. 664, bairro: Jardim das Américas, CEP: 78.890-000, Sorriso – MT, neste ato representada por seu diretor presidente Edmar Correa, portador do RG n°. 2.106.558-6 SSP/MS e inscrito no CPF sob n°. 368.578.661-04, doravante e denominado **"DENTENTORA DA ATA"**, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, da Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Municipal 001/2010, e 081/2015, que regulamenta o Pregão Presencial e o Registro de Preços no Município e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial Nº 025/2020, para REGISTRO DE PREÇOS, firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, obedecidas as disposições da Lei Federal nº 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

1. DO OBJETO E DOS PREÇOS

1.1. A presente ata tem por objeto **"Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para prestação de serviços de pedreiro e servente de pedreiro a fim de realizar manutenção preventiva e corretiva nas instalações prediais, envolvendo construção, recuperação, manutenção e conservação dos bens públicos, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serv. Públicos do Município de Itanhangá – MT",** conforme condições e especificações constantes no Termo de Referência (anexo I) do Edital do Pregão Presencial n° 025/2020.

1.2. Os preços a serem pagos a Detentora da Ata são os aqui registrados, conforme especificações dos itens abaixo:

Item	Descrição dos Serviços	Quant.	Und	Valor Unit.	Valor Total
01	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA DE PEDREIRO PROFISSIONAL SENDO DE CARATER PREVENTIVO E CORRETIVO NAS INSTALAÇÕES PREDIAIS, ENVOLVENDO CONSTRUÇÃO, RECUPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA.	3.600	Horas	R$ 17,50	R$ 63.000,00
02	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA DE SERVENTE DE PEDREIRO, SENDO DE CARATER PREVENTIVO E CORRETIVO NAS INSTALAÇÕES PREDIAIS, ENVOLVENDO CONSTRUÇÃO, RECUPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA.	3.600	Horas	R$ 11,80	R$ 42.480,00
Valor total dos Itens: R$ 105.480,00 (cento e cinco mil quatrocentos e oitenta reais).					

2. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A Ata de Registro de Preços, ora firmada, terá validade de **12 (doze) meses**,contados a partir da data de sua assinatura, de **14/08/2020** até **14/08/2021.**

2.2. Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal n° 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Itanhangá não será obrigado a contratação, exclusivamente por seu intermédio, os serviços referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3. Em cada contratação decorrente desta Ata serão observadas, quanto ao preço, às cláusulas e condições constantes do edital do Pregão Presencial n° 025/2020, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

3. DO PRAZO DE VIGÊNCIA

3.1. O prazo de execução dos serviços do objeto é de até **12 (doze) meses**, contados a partir da data de sua assinatura até 14/08/2021.

3.1.1. As vigências da Ata de Registro de Preços e dos contratos administrativos dela derivados são autônomas e independentes entre si. O contrato administrativo celebrado em decorrência e durante a vigência do Registro de Preços rege-se pelas normas estampadas na Lei de Licitações, podendo ter seu prazo prorrogado, desde que as situações fáticas de prorrogação se enquadrem nos permissivos delineados no artigo 57 da Lei 8.666/1993.

4. DO PRAZO E FORMA DE FORNECIMENTO

4.1. Os serviços deverão ser prestados de forma parcelada, conforme quantidade contratada, na Sede do município, sendo que o início da execução dos serviços será em até 48 (quarenta e oito) horas, após cada solicitação, sendo que os serviços só poderão executados após recebimento da Nota de Autorização de Despesa, nas quantidades solicitadas pela Secretaria Municipal requisitante;

4.1.1. Os serviços licitados somente serão adquiridos se houver eventual necessidade de contratação pelas Secretarias Municipais do Município de Itanhangá – MT.

4.1.2. Os prazos podem ser reduzidos ou prorrogados de acordo com a urgência e necessidade dos casos, encaminhada para as empresas/entidades, a fim de não prejudicar o serviço público emergencial.

4.1.3. Nos casos de execução de serviços na zona rural, comunidades e Distritos localizados no município de Itanhangá/MT, as despesas de deslocamento até o local de realização dos serviços (trecho de ida e volta), serão custeados por conta da CONTRATADA, rodados pelo veículo da empresa prestadora dos serviços;

4.2. Os itens deverão ser fornecidos de acordo com as especificações e exigências contidas no Termo de Referência encaminhando pela secretaria solicitante que é parte integrante do presente edital.

4.3. Os serviços deverão ser fornecidos de acordo com as especificações e exigências contidas no Termo de Referência encaminhado pela Secretaria solicitante que é parte integrante do Edital do Pregão Presencial n° 025/2020.

4.4. A DETENTORA DA ATA sujeitar-se-á a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte do Município, encarregada de acompanhar a entrega dos serviços prestando esclarecimentos solicitados, atendendo as reclamações formuladas, inclusive todas as entregas e anexar a Nota Fiscal, qual deverá ser acompanhado por um encarregado da Pasta;

4.5. A empresa prestadora de serviços deverá emitir Relatório, na impossibilidade de execução dos serviços, especificando a causa no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do comparecimento ao local;

4.6. As despesas relativas aos deslocamentos de técnicos e veículos, decorrentes da execução dos serviços contratados, correrão por conta da CONTRATADA e sob a sua exclusiva responsabilidade, devendo para isso computá-las na sua proposta, não sendo aceitas alegações posteriores.

4.7. Não será admitido em hipótese alguma o fornecimento de produtos ou prestação de serviços de má qualidade, ou em desacordo com a especificação contida no Termo de Referência.

4.8. Ficará a cargo da contratada todas as despesas com a execução dos serviços em locais indicado pela secretaria solicitante, incluindo a troca dos que porventura forem fornecidos em desacordo com as especificações contidas no Termo de Referência.

4.8.1. Independentemente da aceitação, a adjudicatária garantirá a qualidade dos serviços obrigando-se a repor aquele que apresentar defeito ou for entregue em desacordo com o apresentado na proposta;

4.8.2. Em caso de recusa dos serviços pelas secretarias do Município de Itanhangá - MT, será lavrado o Termo de Recusa, expedido pelo responsável da Pasta, no qual se consignarão as desconformidades, devendo os itens serem substituído pela CONTRATADA, quando serão realizadas novamente as verificações antes referidas, consoantes o que dispõe no Art. 69 da Lei n° 8.666/93);

5. DO PAGAMENTO

5.1. Os pagamentos das notas fiscais apresentadas corresponderão aos serviços efetivamente executados, observados os valores unitários apresentados pela proponente por ocasião da licitação, devendo ser pago conforme disponibilidade financeira da secretaria solicitante, através de ordem bancária até 30 (trinta) dias após a entrega da nota fiscal devidamente atestada pelo servidor responsável da Secretaria Municipal solicitante;

5.2. A DETENTORA DA ATA deverá comprovar sua regularidade fiscal, anexando juntamente com a Nota Fiscal, as certidões de regularidade Fiscal com as Fazendas Federal, Estadual, Municipal, INSS e FGTS e Trabalhista, atualizada até a data da emissão da nota fiscal do mês de sua competência.

5.2.1. A apresentação das certidões, acima mencionadas, é de responsabilidade da licitante vencedora;

5.2.2. A validade das certidões deverá ser correspondente à época da programação de pagamento, devendo a Licitante vencedora ficar responsável pela conferência de tal validade.

5.2.3. Nos casos de execução de serviços na zona rural, comunidades e Distritos localizados no município de Itanhangá/MT, as despesas de deslocamento até o local de realização dos serviços (trecho de ida e volta), serão custeados por conta da CONTRATADA, rodados pelo veículo da empresa prestadora dos serviços;

5.3. A DETENTORA DA ATA deverá indicar no corpo da Nota Fiscal, descrição dos serviços realizados, o número da Nota de Autorização de Despesa (NAD) o número e nome do banco, agência e número da conta e nome da empresa contratada, onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária, sem rasuras e devidamente atestada pelo Servidor designado da Administração, devendo ainda estar acompanhada da cópia da Nota de Autorização de Despesa (NAD) autorizadas pela Secretaria Municipal solicitante.

5.4. Nenhum pagamento será efetuado a licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

5.5. Caso seja constatado alguma irregularidade nas notas fiscais, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais. O prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação;

5.5.1. Nenhum pagamento isentará licitante vencedora das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

5.6. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da Detetora da Ata.

5.7. O CNPJ da DETENTORA DA ATA constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

5.8. Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas, simultaneamente, com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

5.9. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

6. DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

6.1. São direitos e responsabilidades do Município:

6.1.1. Disponibilizar todos os meios necessários para o recebimento dos produtos e/ou execução dos serviços, objeto da contratação;

6.1.2. Comunicar imediatamente a Contratada, qualquer irregularidade no fornecimento do objeto licitado e/ou vício no produto adquirido para que seja providenciada a regularização no prazo de 24 (vinte e quatro) horas do recebimento da comunicação;

6.1.3. Atestar nas notas fiscais e/ou faturas, mediante a efetiva entrega do objeto desta Ata, conforme ajuste representado pela nota de empenho;

6.1.4. Aplicar à detentora da ata as penalidades, quando for o caso;

6.1.5. Prestar à detentora da ata toda e qualquer informação, por estas solicitadas, necessárias à perfeita execução da nota de empenho;

6.1.6. Efetuar o pagamento à detentora da ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal, devidamente atestada, no setor competente;

6.1.7. Notificar, por escrito, à detentora da ata da aplicação de qualquer sanção.

6.1.8. Conferir e fiscalizar a entrega dos itens objeto da presente licitação.

6.1.9. Receber ou rejeitar os produtos/serviços após verificar a qualidade e quantidade do mesmo.

6.1.10. Rejeitar os produtos/serviços no todo ou em parte entregues/prestados em desacordo com as obrigações assumidas.

6.1.11. Observar para que sejam mantidas, todas as condições de habilitação e qualificação da licitante contratada exigidas no edital, incluindo o cumprimento das obrigações e encargos sociais e trabalhistas pela contratada.

6.1.12. Emitir empenho e ordem de fornecimento no valor e quantidade a ser adquirida/contratada;

6.1.13. Receber, analisar e decidir sobre os produtos entregues em prazo não superior a 05 (cinco) dias úteis, atestando a Nota Fiscal e encaminhando para o pagamento;

6.1.14. Realizar pagamento de acordo com o empenho, os itens e as quantidades solicitadas;

6.1.15. Fiscalizar a execução do objeto do contrato;

6.1.16. Comunicar por escrito e tempestivamente ao contratado qualquer alteração ou irregularidade na execução do contrato.

6.2. São direitos e responsabilidades da Detentora da Ata:

6.2.1. É responsabilidade da empresa fornecedora a prestação de serviços nas quantidades, no horário e nas datas estipuladas, com a qualidade exigida, bem como nas condições estabelecidas no edital.

6.2.2. Executar os serviços nas especificações e com a qualidade exigida no Termo de Referência, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento da condição estabelecida;

6.2.3. Manter, durante a validade da Ata, as mesmas condições de habilitação;

6.2.4. Pagar todos os tributos, despesas com transporte e outras e custos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os itens fornecidos;

6.2.5. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente a Contratante ou a terceiros, decorrentes de culpa e dolo, quando da execução do fornecimento, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Contratante.

6.2.6. Levar imediatamente ao conhecimento da Contratante quaisquer irregularidades ocorridas no fornecimento do objeto.

6.2.7. Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

6.2.8. Prestar informações/esclarecimentos solicitados pelo Contratante, bem como atender suas reclamações inerentes ao fornecimento do objeto, principalmente quanto à qualidade, providenciando a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo Contratante.

6.2.9. Sujeitar-se a ampla e irrestrita fiscalização por parte da Contratante para acompanhamento da execução da Ata de Registro de Preços. A existência da fiscalização de modo algum diminui ou atenua a responsabilidade do fornecedor pela entrega do produto.

6.2.10. O ônus decorrente do cumprimento da obrigação de fornecimento, ficará a cargo exclusivamente da CONTRATADA;

6.2.11. Comunicar à fiscalização da CONTRATANTE, por escrito, quando verificar quaisquer condições inadequadas à entrega dos produtos ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita execução do contrato, sendo que caso não o faça dentro do prazo estipulado, a CONTRATANTE poderá descontar o valor do ressarcimento da fatura a vencer ou cobrar em juízo;

6.2.12. Não transferir total ou parcialmente qualquer parte da Ata de Registro de Preço, sem prévia autorização do Município e não se eximindo, com isso de suas responsabilidades e obrigações derivadas deste;

6.2.13. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela fiscalização da CONTRATANTE, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente;

6.2.14. Não havendo possibilidade de entrega dos itens/execução dos serviços, emitir Relatório de Não Conformidade descrevendo o(s) motivo(s) da impossibilidade;

6.2.15. Obedecer rigorosamente à Nota de Autorização de Despesa quanto a entrega, com as datas, horários, locais e quantidades.

6.2.16. A CONTRATADA obriga-se a substituir prontamente os itens que estiverem em desacordo com o que foi solicitado pelo fiscal do contrato.

6.2.17. Indenizar terceiros e/ou ao Município, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

6.2.18. Prover todos os meios necessários à garantia da plena execução dos serviços, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

6.2.19. Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se à independentemente do que será exercido pelo Município de Itanhangá;

6.2.20. Observar as normas de segurança e disponibilizar equipamento de proteção individual e item de identificação da empresa para todos os seus funcionários que estejam trabalhando.

6.2.21. Substituir em qualquer hipótese e sem qualquer ônus ao Município de Itanhangá toda ou parte dos serviços executados pela mesma no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, caso constatado defeito e/ou divergências nos serviços prestados;

6.2.22. O Município de Itanhangá– MT, reserva-se o direito de rejeitar qualquer serviço que não atenda as exigências, cabendo à empresa refazer os serviços, sendo que a rejeição não poderá ser alegada como justificativa para atraso na execução dos serviços e também isenta o Município de responsabilidades quanto ao cumprimento dos termos de garantia de serviços.

6.2.23. A falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto deste contrato e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas;

6.2.24. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao Município ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços prestados, objeto desta Ata de Registro de Preços, independente da fiscalização ou acompanhamento do Município;

6.2.25. A fornecedora reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa nas situações prevista no art. 77 da lei n. 8.666/93.

6.2.26. Em caso do não cumprimento das especificações exigidas no edital, A empresa se responsabilizará pela realização de nova entrega de produto, sem ônus algum à contratante.

7. DAS PENALIDADES

7.1. A recusa injustificada em entregar os itens licitados da empresa com proposta classificada na licitação conforme instruções deste edital ensejarão a aplicação das penalidades enunciadas no art. 87 da Lei Federal 8.666/93 com as alterações posteriores.

7.2. O Contratado que atrasar a entrega do objeto ou inadimplir o contrato incorrerá nas penalidades administrativas previstas no art. 86 da Lei n. 8.666/93 e art. 7º da Lei n. 10.520/02.

7.3. A multa moratória, quando cabível, será da ordem de 1% (um por cento) ao dia, até chegar o limite de 10% (dez por cento), incidente sobre o valor da parte inadimplida.

7.4. A multa por inadimplemento, total ou parcial do contrato, será da ordem de 20% (vinte por cento), incidente sobre o valor da parte inadimplida.

7.5. A aplicação das multas não afasta as demais penalidades, a seguir tipificadas:

a) Não celebra o contrato: impedido de licitar e contratar com a Administração Pública por 02 anos. b) Deixar de entregar a documentação: impedido de licitar e contratar com a Administração Pública por 02 anos. c) Apresentar a documentação falsa: impedido de licitar e contratar com a Administração Pública por 02 anos. d) Atraso na execução do objeto: impedido de licitar e contratar com a Administração Pública por 02 anos. e) Não mantiver a proposta: impedido de licitar e contratar com a Administração Pública por 02 anos. f) Falhar na execução do contrato: impedido de licitar e contratar com a Administração Pública por 02 anos. g) Fraudar a execução do contrato: impedido de licitar e contratar com a Administração Pública por 02 anos. h) Comportar-se de modo inidôneo: impedido de licitar e contratar com a Administração Pública por 02 anos. i) Cometer fraude fiscal: impedido de licitar e contratar com a Administração Pública por 02 anos. j) Declaração de Inidoneidade.

7.6. De qualquer sanção imposta, a Fornecedora poderá, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contado da intimação do ato, oferecer recurso à Prefeitura Municipal de Itanhangá - MT, devidamente fundamentado.

7.7. A segunda adjudicatária, em ocorrendo à hipótese do item precedente, ficará sujeita às mesmas condições estabelecidas neste Edital.

8. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

8.1.1. Considera-se incluso no preço dos serviços para fins de desconto todas as despesas e custos, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), transporte, embalagens, seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, assessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma;

8.2. Os preços poderão ser revistos nas hipóteses de oscilação de preços, para mais ou para menos, devidamente comprovadas, em decorrência de situações previstas na alínea “d” do inciso II e do § 5º do art. 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações (situações supervenientes e imprevistas, força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que configurem área econômica extraordinária e extracontratual).

8.2.1. O índice a ser utilizado como base para eventuais reajustes será o INPC.

8.3. O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

8.4. No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

8.5. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, O Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item ou item visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

8.6. Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.

8.7. Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

8.8. Quando o preço registrado tornar-se inferior aos praticados no mercado, e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá, mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento de seu registro.

8.8.1. A comprovação, para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro, deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados.

8.9. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido.

8.10. Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando a manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

8.11. Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade.

8.12. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Gestor da Ata proceder à nova licitação para a contratação dos serviços, sem que caiba direito de recurso.

9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. A presente ata poderá ser cancelada pelo Município, nos casos previstos no art. 77 da Lei n. 8.666/93, ou de comum acordo, sem ônus, o que deverá ser feito mediante notificação extrajudicial com antecedência mínima de 10 (dez) dias, no caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas do documento pela "PROMITENTE FORNECEDORA".

9.2. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata quando:

a) A detentora não retirar qualquer nota de empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa; b) A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério do MUNICÍPIO; observada a legislação em vigor; c) Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pelo MUNICÍPIO, com observância das disposições legais; d) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos; e) Por razões de interesse públicos devidamente demonstrados e justificados pela Administração. f) A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços. g) No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Órgão Oficial do Estado, por 01 (uma) vez, considerando-se cancelado o preço e registrado a partir da última publicação. h) Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do MUNICÍPIO, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal nº 8.666/93. i) A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada á Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

9.3. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação nos Diários Oficiais da AMM e Diário Oficial de Contas (TCE-MT), por 01 (uma) vez, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

9.4. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada á Administração a aplicação das penalidades previstas neste Edital, caso não aceitas as razões do pedido;

9.5. Caso a Prefeitura não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

9.6. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata, ou, a juízo do Município, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no art. 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal n° 8.666/93;

9.7. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, conforme Art. 77 da lei 8666/93.

10. DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser alterada, com as devidas justificativas desde que ocorra o motivo relevante e devidamente justificado pelo Poder Público;

11. DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

11.1. A presente ata de registro de preços obedece aos termos do Edital do Pregão Presencial n° 025/2020, bem como Proposta de Preços apresentada pela detentora da ata e ao que determina a Lei Federal 8.666/93, a Lei Federal 10.520/02, o Decreto Municipal n° 001/2010 e Decreto Municipal n° 081/2015, bem como alterações posteriores.

12. DA PUBLICAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. O Município de Itanhangá-MT, promoverá a publicação resumida da presente Ata de Registro de preços na Imprensa Oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, conforme dispõe o Art. 61 da Lei Federal n° 8.666/93;

13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e a Lei 10.520/2002 no que não colidir com a primeira e as demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

13.2. O compromisso de fornecimento só estará caracterizado mediante recebimento da nota de autorização de despesa ou instrumento equivalente decorrente da ata.

13.3. Na hipótese de a detentora da ata se negar a receber o pedido, este deverá ser enviado pelo

correio, registrado, considerando-se como efetivamente recebido na data do registro, para todos os

efeitos legais.

14. DO FORO

14.1. Para dirimir as questões decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, fica eleito o foro da Comarca de Tapurah-MT, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo:

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ

Edu Laudi Pascoski **–** Prefeito Municipal

CONTRATANTE

COOPERATIVA DE TRABALHO DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS – COOPSERV'S

Edmar Correa – Diretor Presidente

CONTRATADA

Testemunhas:

Nome: CPF:	Nome: CPF:

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
RETIFICAÇÃO DE PORTARIA N° 151/2020

RETIFICAÇÃO DE PORTARIA N° 151/2020

Fica retificado a publicação da Portaria N° 151/2020, divulgada na Edição do Diário Oficial da AMM, ANO XV | N° 3.541, na data de 12 de agosto de 2020.

ONDE SE-LÊ: Art. 1º Alterar a portaria 053/2020 a qual solicita a servidora SUZANA BESS, matricula 226, lotada na Secretaria de Educação e Cultura do Município de Itanhangá - MT, o retorno antecipado de suas férias, tendo como novo período de gozo os dias 11/08/2020 a 16/08/2020 retorna suas atividades no dia 17/09/2020.

LEIA-SÊ: **Art. 1º Alterar a portaria 053/2020 a qual solicita a servidora SUZANA BESS, matricula 226, lotada na Secretaria de Educação e Cultura do Município de Itanhangá - MT, o retorno antecipado de suas férias, tendo como novo período de gozo os dias 11/08/2020 a 16/08/2020 retorna suas atividades no dia** 17/08/2020.

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ
PORTARIA DLC N° 217/2020

DATA: 14 de agosto de 2020.

SÚMULA: *"Designar os servidores, para exercer a função de fiscal de Ata de Registro de Preços e dá outras providências."*

O **PREFEITO MUNICIPAL DE ITANHANGÁ, ESTADO DE MATO GROSSO,** Exmo. Senhor **EDU LAUDI PASCOSKI**, no uso de suas atribuições legais e amparado pelo Art. 67, da Lei 8.666/93 e suas alterações;

RESOLVE

Art. 1º - Designar o servidor Neimar da Silva, inscrito no CPF n° 048.663.701-81, para exercer a função de Fiscal Titular da Ata de Registro de Preços n° 031/2020, oriunda do Pregão Presencial n° 025/2020, qual tem por objeto o **"Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para prestação de serviços de pedreiro e servente de pedreiro a fim de realizar manutenção preventiva e corretiva nas instalações prediais, envolvendo construção, recuperação, manutenção e conservação dos bens públicos, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serv. Públicos do Município de Itanhangá – MT"**, celebrado entre o Município de Itanhangá-MT e a empresa **COOPERATIVA DE TRABALHO DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS – COOPSERV'S**, inscrita no CNPJ sob o nº 02.355.192/0001-84.

Art. 2° - Fica designado para atuar como Fiscal Suplente, em caso de férias e/ou afastamento do titular, o servidor Altair Colombo – CPF: 921.144.740-20.

Art. 3° - Os servidores acima designados serão responsáveis pelas responsabilidades atribuídas aos fiscais referentes a Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serv. Públicos, quais sejam:

a) Ler atentamente a Ata de Registro de Preços, Edital, anexos bem como o termo de referência qual originou a presente ata, e anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à sua execução;

b) Verificar se o fornecimento de produtos, ou prestação de serviços se desenvolve de acordo com o previsto em Edital, Termo de Referência e Ata de Registro de Preços: prazo, especificações, valores, e demais condições;

c) Arquivar de maneira física ou em mídia digital, todos os documentos pertinentes ao acompanhamento e fiscalização da Ata de Registro de Preços de sua responsabilidade que estarão disponíveis no site Oficial do Município;

d) Verificar a execução do objeto da Ata de Registro de Preços, proceder à sua conferência e formalizar a atestação. Em caso de dúvida, buscar, obrigatoriamente, auxílio para que efetue corretamente a atestação da Nota Fiscal;

d-1) Todo serviço ou fornecimento de material originado de uma Ata de Registro de Preços deverá ser executado a partir da sua assinatura e publicação, de uma Nota Fiscal, Nota de Autorização de Despesa, Nota de Empenho ou Ordem de execução de serviços, exarados pelas autoridades competentes;

d-2) Nota de Autorização de Despesa, Nota de Empenho ou Ordem de execução de serviços deverão observar o cronograma de execução estabelecido na Ata de Registro de Preços e Termo de Referência do Edital de licitação;

e) Receber e encaminhar as Notas Fiscais, devidamente atestadas, acompanhada das certidões de regularidade fiscal e trabalhista, entre outras obrigações da Detentora da Ata, observando se a Nota Fiscal/fatura apresentada pela contratada refere-se ao serviço que foi autorizado e efetivamente prestado no período. Em caso de dúvida, buscar, obrigatoriamente, auxílio para que efetue corretamente a atestação/medição;

f) Antecipar-se a solucionar problemas que afetem a relação contratual (greve, chuvas, fim de prazo);

g) Esclarecer dúvidas do preposto/representante da Contratada que estiverem sob a sua alçada, encaminhando às áreas competentes os problemas que surgirem quando lhe faltar competência;

h) Controlar os saldos existentes dos produtos ou serviços registrados;

i) Pronunciar-se com antecedência mínima de 90 (noventa) dias do término da vigência da Ata – ou no caso de consumação de saldo - à autoridade competente, visando garantir tempo hábil para que seja realizado novo processo licitatório, se necessário;

j) Anotar todas as ocorrências em registro próprio, tomando as providências que estejam sob sua alçada e encaminhando às instâncias competentes aquelas que fugirem de sua alçada;

k) Notificar empresa, se necessário, fazendo constar todos os acontecimentos relevantes relacionados;

l) Manter organizadas todas as notificações feitas, inclusive as soluções apresentadas pelo contratado, a fim de permitir a elaboração de relatório circunstanciado, se assim solicitado;

m) Comunicar ao Secretário da Pasta em caso de recorrentes notificações a empresa, de forma a compor relatório, solicitando que o caso seja levado ao Prefeito Municipal para adoção das medidas cabíveis;

Art. 4º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento da Ata de Registro de Preços e de sua garantia, quando houver.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário;

Itanhangá-MT, 14 de agosto de 2020.

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

JEFERSON DA SILVA SANTOS

Secretário Municipal de Transportes, Obras e Serv. Públicos

Registre-se, publique-se e Afixe-se

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL N° 025/2020

Nos termos do Art.43, inciso da Lei Federal n° 8.666/93 e suas alterações, o Prefeito Municipal de Itanhangá-MT, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, abaixo assinado, acolhendo a manifestação da Pregoeira, levando em consideração a abertura e julgamento do presente PROCESSO DE LICITAÇÃO, tendo cumprido todos os requisitos e princípios estabelecidos em lei, **HOMOLOGA** o objeto da Licitação supracitada, que tem como vencedor abaixo e cujo objeto é:

OBJETO: "Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para prestação de serviços de pedreiro e servente de pedreiro a fim de realizar manutenção preventiva e corretiva nas instalações prediais, envolvendo construção, recuperação, manutenção e conservação dos bens públicos, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serv. Públicos do Município de Itanhangá – MT".

VENCEDOR:

Nome	CPF/CNPJ:
COOPERATIVA DE TRABALHO DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS – COOPSERV'S	02.355.192/0001-84

Ciência aos interessados, observando as prescrições legais.

Itanhangá-MT, 14 de agosto de 2020.

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA

PROCURADORIA JURIDICA
PORTARIA N° 331, DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

"Conceder, a pedido do servidor que menciona, Licença para Atividade Política, e dá outras providências. "

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 51, combinado com o art. 95, inciso II da Lei Orgânica do Município, e;

CONSIDERANDO a Licença para Atividade Política prevista no artigo 85 da Lei Municipal nº 379/99, bem como as jurisprudências pertinentes ao assunto;

CONSIDERANDO a necessidade do servidor público desincompatibilizar do cargo para disputar as eleições municipais que ocorrerá no dia 15 de novembro de 2020.

CONSIDERANDO o requerimento protocolado no órgão/unidade administrativa competente do Poder Executivo/Prefeitura Municipal,

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder a Licença para Atividade Política, para fins de desincompatibilização do cargo, bem como, de qualquer conselho que vier a fazer parte neste Poder Executivo Municipal, ao **Servidor abaixo relacionado a partir do dia 15 de agosto de 2020:**

1. JOEL CARVALHO DOS REIS

CPF: 318.945.341-15

MECÂNICO

Art. 2º - Determinar ao órgão/unidade administrativa competente do Poder Executivo, as providências cabíveis, inclusive as de caráter orçamentário e financeiro, se devidas.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação e revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira, 14 de agosto de 2020.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

HUMBERTO BORTOLINI

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURIDICA
COVID-19: LEI MUNICIPAL Nº 1.099, DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

LEI MUNICIPAL Nº 1.099, DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

"Dispõe sobre a autorização para abertura de crédito adicional especial e acrescenta elemento de despesa às ações da Lei Orçamentária Anual - LOA 2020, e dá outras providências".

O **PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA,** Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e Eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica incluído à Lei Orçamentária Anual - LOA 2020, nº 1.078, de 17/12/2019, acrescentando elemento de despesa às ações.

Art. 2º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Especial no valor de R$ **430.000,00 (quatrocentos e trinta mil reais)**, destinado a atender a dotação orçamentária, não prevista no orçamento de 2020, conforme discriminado abaixo:

Órgão: 10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 02 – Fundo Municipal de Saúde

Função: 10 – Saúde

Sub-Função: 122 – Administração Geral

Programa: 0101 **– Ações de Saúde para o Enfrentamento do Coronavírus - COVID 19**

Recurso: 00.01.0000 – Recursos Ordinários

Projeto/Atividade: 2.209 – Manutenção e Encargos com o Programa de Ações de Saúde para o Enfrentamento do Coronavírus – COVID 19

Elemento de Despesa: 3.3.90.93.00.00.01.0000 – Indenizações e Restituições

Valor: R$ 30.000,00

Órgão: 10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 02 – Fundo Municipal de Saúde

Função: 10 – Saúde

Sub-Função: 302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial

Programa: 0101 **– Ações de Saúde para o Enfrentamento do Coronavírus - COVID 19**

Recurso: 00.01.0000 – Recursos Ordinários

Projeto/Atividade: 2.209 – Manutenção e Encargos com o Programa de Ações de Saúde para o Enfrentamento do Coronavírus – COVID 19

Elemento de Despesa: 3.3.90.93.00.00.01.0000 – Indenizações e Restituições

Valor: R$ 195.000,00

Órgão: 10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 02 – Fundo Municipal de Saúde

Função: 10 – Saúde

Sub-Função: 301 – Atenção Básica

Programa: 0101 **– Ações de Saúde para o Enfrentamento do Coronavírus - COVID 19**

Recurso: 00.01.0000 – Recursos Ordinários

Projeto/Atividade: 2.209 – Manutenção e Encargos com o Programa de Ações de Saúde para o Enfrentamento do Coronavírus – COVID 19

Elemento de Despesa: 3.3.90.93.00.00.01.0000 – Indenizações e Restituições

Valor: R$ 38.000,00

Órgão: 10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 02 – Fundo Municipal de Saúde

Função: 10 – Saúde

Sub-Função: 304 – Vigilância Sanitária

Programa: 0101 **– Ações de Saúde para o Enfrentamento do Coronavírus - COVID 19**

Recurso: 00.01.0000 – Recursos Ordinários

Projeto/Atividade: 2.209 – Manutenção e Encargos com o Programa de Ações de Saúde para o Enfrentamento do Coronavírus – COVID 19

Elemento de Despesa: 3.3.90.93.00.00.01.0000 – Indenizações e Restituições

Valor: R$ 6.000,00

Órgão: 10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 02 – Fundo Municipal de Saúde

Função: 10 – Saúde

Sub-Função: 305 – Vigilância Epidemiológica

Programa: 0101 **– Ações de Saúde para o Enfrentamento do Coronavírus - COVID 19**

Recurso: 00.01.0000 – Recursos Ordinários

Projeto/Atividade: 2.209 – Manutenção e Encargos com o Programa de Ações de Saúde para o Enfrentamento do Coronavírus – COVID 19

Elemento de Despesa: 3.3.90.93.00.00.01.0000 – Indenizações e Restituições

Valor: R$ 2.000,00

Órgão: 10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 02 – Fundo Municipal de Saúde

Função: 10 – Saúde

Sub-Função: 303 – Suporte Profilático e Terapêutico

Programa: 0101 **– Ações de Saúde para o Enfrentamento do Coronavírus - COVID 19**

Recurso: 00.01.0000 – Recursos Ordinários

Projeto/Atividade: 2.209 – Manutenção e Encargos com o Programa de Ações de Saúde para o Enfrentamento do Coronavírus – COVID 19

Elemento de Despesa: 3.3.90.93.00.00.01.0000 – Indenizações e Restituições

Valor: R$ 15.000,00

Órgão: 10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 02 – Fundo Municipal de Saúde

Função: 10 – Saúde

Sub-Função: 301 – Atenção Básica

Programa: 0101 **– Ações de Saúde para o Enfrentamento do Coronavírus - COVID 19**

Recurso: 00.01.0046 – Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde –SUS/UNIÃO

Projeto/Atividade: 2.209 – Manutenção e Encargos com o Programa de Ações de Saúde para o Enfrentamento do Coronavírus – COVID 19

Elemento de Despesa: 3.3.90.93.00.00.01.0000 – Indenizações e Restituições

Valor: R$ 116.000,00

Órgão: 10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 02 – Fundo Municipal de Saúde

Função: 10 – Saúde

Sub-Função: 302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial

Programa: 0101 **– Ações de Saúde para o Enfrentamento do Coronavírus - COVID 19**

Recurso: 00.01.0046 – Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde –SUS/UNIÃO

Projeto/Atividade: 2.209 – Manutenção e Encargos com o Programa de Ações de Saúde para o Enfrentamento do Coronavírus – COVID 19

Elemento de Despesa: 3.3.90.93.00.00.01.0000 – Indenizações e Restituições

Valor: R$ 20.000,00

Órgão: 10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 02 – Fundo Municipal de Saúde

Função: 10 – Saúde

Sub-Função: 305 – Vigilância Epidemiológica

Programa: 0101 **– Ações de Saúde para o Enfrentamento do Coronavírus - COVID 19**

Recurso: 00.01.0046 – Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde –SUS/UNIÃO

Projeto/Atividade: 2.209 – Manutenção e Encargos com o Programa de Ações de Saúde para o Enfrentamento do Coronavírus – COVID 19

Elemento de Despesa: 3.3.90.93.00.00.01.0000 – Indenizações e Restituições

Valor: R$ 8.000,00

Art. 3º Para cobrir o crédito aberto no artigo anterior serão utilizados os recursos mencionados no artigo 43, § 1º, III da Lei 4.320/64, os resultantes da anulação total ou parcial das dotações abaixo discriminadas:

Órgão: 06 – SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJ. E DES. URBANO

Unidade: 01 – Gabinete do Sec. Mun. de Administração, Planej. e Des. Urbano

Função: 04 – Administração

Sub-Função: 122 – Administração Geral

Programa: 0009 **– Planejamento Governamental**

Recurso: 00.01.0000 – Recursos Ordinários

Projeto/Atividade: 2.015 – Manutenção e Encargos com a Coordenadoria de Gestão e Planejamento

Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00.00.01.0000 – Material de Consumo

Valor: R$ 5.000,00

Órgão: 13 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, TURISMO E CULTURA

Unidade: 01 – Gabinete do Secretário Municipal de Esporte, Turismo e Cultura

Função: 18 – Gestão Ambiental

Sub-Função: 695 – Turismo

Programa: 0065 **– Turismo**

Recurso: 00.01.0000 – Recursos Ordinários

Projeto/Atividade: 2.206 – Promoção de Eventos p/ Estímulo ao Ecoturismo/Educação Ambiental e Apoio a Comunidades e Associações

Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00.00.01.0000 – Material de Consumo R$ 50.000,00

Elemento de Despesa: 3.3.90.36.00.00.01.0000 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física R$ 40.000,00

Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00.00.01.0000 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica R$ 60.000,00

Valor Total: R$ 150.000,00

Órgão: 13 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, TURISMO E CULTURA

Unidade: 02 – Secretaria Adjunta de Cultura

Função: 13 – Cultura

Sub-Função: 392 – Difusão Cultural

Programa: 0048 **– Cultura**

Recurso: 00.01.0000 – Recursos Ordinários

Projeto/Atividade: 1.112 – Construção de Centro Cultural e de Lazer

Elemento de Despesa: 4.4.90.51.00.00.01.0000 – Obras e Instalações

Valor Total: R$ 135.000,00

Órgão: 13 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, TURISMO E CULTURA

Unidade: 02 – Secretaria Adjunta de Cultura

Função: 13 – Cultura

Sub-Função: 392 – Difusão Cultural

Programa: 0048 **– Cultura**

Recurso: 00.01.0000 – Recursos Ordinários

Recurso: 00.01.0024 – Transferências de Convênios – Outros – Tesouro Ex Cor.

Projeto/Atividade: 1.113 – Construção e Reforma de Centro Comunitário

Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00.00.01.0000 – Material de Consumo R$ 20.000,00

Elemento de Despesa: 3.3.90.36.00.00.01.0000 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física R$ 10.000,00

Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00.00.01.0000 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica R$ 10.000,00

Elemento de Despesa: 4.4.90.51.00.00.01.0000 – Obras e Instalações R$ 50.000,00

Elemento de Despesa: 4.4.90.51.00.00.01.0024 – Obras e Instalações R$ 50.000,00

Valor Total: R$ 140.000,00

Art. 4º O crédito adicional especial aberto no artigo segundo desta Lei poderá ser suplementado caso seja necessário.

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal *"Rosa Pereira Campos"*, Gabinete do Prefeito, em Itiquira, aos 14 de agosto de 2020.

HUMBERTO BORTOLINI

PREFEITO MUNICIPAL

PROCURADORIA JURIDICA
PORTARIA N° 338, DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

"Conceder, a pedido do servidor que menciona, Licença para Atividade Política, e dá outras providências. "

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 51, combinado com o art. 95, inciso II da Lei Orgânica do Município, e;

CONSIDERANDO a Licença para Atividade Política prevista no artigo 85 da Lei Municipal nº 379/99, bem como as jurisprudências pertinentes ao assunto;

CONSIDERANDO a necessidade do servidor público desincompatibilizar do cargo para disputar as eleições municipais que ocorrerá em 15 de novembro de 2020.

CONSIDERANDO o requerimento protocolado no órgão/unidade administrativo competente do Poder Executivo/Prefeitura Municipal,

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder a Licença para Atividade Política, para fins de desincompatibilização do cargo, bem como de qualquer conselho que vier a fazer parte neste Poder Executivo Municipal, ao **Servidor abaixo relacionado a partir do dia 15 de agosto de 2020:**

1. ALCIDES ANFILOFIO DE CAMPOS FERREIRA

CPF: 615.604.641-00

AGENTE ADMINISTRATIVO

Art. 2º - Determinar ao órgão/unidade administrativa competente do Poder Executivo, as providências cabíveis, inclusive as de caráter orçamentária e financeira, se devidas.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação e revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira, 14 de agosto de 2020.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

HUMBERTO BORTOLINI

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURIDICA
PORTARIA N° 337, DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

"Conceder, a pedido do servidor que menciona, Licença para Atividade Política, e dá outras providências. "

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 51, combinado com o art. 95, inciso II da Lei Orgânica do Município, e;

CONSIDERANDO a Licença para Atividade Política prevista no artigo 85 da Lei Municipal nº 379/99, bem como as jurisprudências pertinentes ao assunto;

CONSIDERANDO a necessidade do servidor público desincompatibilizar do cargo para disputar as eleições municipais que ocorrerá em 15 de novembro de 2020.

CONSIDERANDO o requerimento protocolado no órgão/unidade administrativo competente do Poder Executivo/Prefeitura Municipal,

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder a Licença para Atividade Política, para fins de desincompatibilização do cargo, bem como de qualquer conselho que vier a fazer parte neste Poder Executivo Municipal, ao Servidor abaixo relacionado **a partir do dia 15 de agosto de 2020**:

1. JOSEVALDO CANAVERDE COSTA

CPF: 615.609.871-20

MOTORISTA

Art. 2º - Determinar ao órgão/unidade administrativa competente do Poder Executivo, as providências cabíveis, inclusive as de caráter orçamentária e financeira, se devidas.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação e revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira, 14 de agosto de 2020.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

HUMBERTO BORTOLINI

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURIDICA
PORTARIA N° 336, DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

"Conceder, a pedido do servidor que menciona, Licença para Atividade Política, e dá outras providências. "

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 51, combinado com o art. 95, inciso II da Lei Orgânica do Município, e;

CONSIDERANDO a Licença para Atividade Política prevista no artigo 85 da Lei Municipal nº 379/99, bem como as jurisprudências pertinentes ao assunto;

CONSIDERANDO a necessidade do servidor público desincompatibilizar do cargo para disputar as eleições municipais que ocorrerá em 15 de novembro de 2020.

CONSIDERANDO o requerimento protocolado no órgão/unidade administrativo competente do Poder Executivo/Prefeitura Municipal,

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder a Licença para Atividade Política, para fins de desincompatibilização do cargo, bem como de qualquer conselho que vier a fazer parte neste Poder Executivo Municipal, ao Servidor abaixo relacionado **a partir do dia 15 de agosto de 2020**:

1. FRANCIANO GONÇALVES MENEZES DE JESUS

CPF: 028.798.291-27

CONSELHEIRO TUTELAR

Art. 2º - Determinar ao órgão/unidade administrativa competente do Poder Executivo, as providências cabíveis, inclusive as de caráter orçamentária e financeira, se devidas.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação e revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira, 14 de agosto de 2020.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

HUMBERTO BORTOLINI

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURIDICA
PORTARIA N° 335, DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

"Conceder, a pedido do servidor que menciona, Licença para Atividade Política, e dá outras providências. "

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 51, combinado com o art. 95, inciso II da Lei Orgânica do Município, e;

CONSIDERANDO a Licença para Atividade Política prevista no artigo 85 da Lei Municipal nº 379/99, bem como as jurisprudências pertinentes ao assunto;

CONSIDERANDO a necessidade do servidor público desincompatibilizar do cargo para disputar as eleições municipais que ocorrerá em 15 de novembro de 2020.

CONSIDERANDO o requerimento protocolado no órgão/unidade administrativo competente do Poder Executivo/Prefeitura Municipal,

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder a Licença para Atividade Política, para fins de desincompatibilização do cargo, bem como de qualquer conselho que vier a fazer parte neste Poder Executivo Municipal, ao Servidor abaixo relacionado **a partir do dia 15 de agosto de 2020**:

1. JOVACI FERREIRA DA SILVA

CPF: 813.823.321-49

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

Art. 2º - Determinar ao órgão/unidade administrativa competente do Poder Executivo, as providências cabíveis, inclusive as de caráter orçamentária e financeira, se devidas.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação e revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira, 14 de agosto de 2020.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

HUMBERTO BORTOLINI

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURIDICA
PORTARIA N° 334, DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

"Conceder, a pedido do servidor que menciona, Licença para Atividade Política, e dá outras providências. "

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 51, combinado com o art. 95, inciso II da Lei Orgânica do Município, e;

CONSIDERANDO a Licença para Atividade Política prevista no artigo 85 da Lei Municipal nº 379/99, bem como as jurisprudências pertinentes ao assunto;

CONSIDERANDO a necessidade do servidor público desincompatibilizar do cargo para disputar as eleições municipais que ocorrerá em 15 de novembro de 2020.

CONSIDERANDO o requerimento protocolado no órgão/unidade administrativo competente do Poder Executivo/Prefeitura Municipal,

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder a Licença para Atividade Política, para fins de desincompatibilização do cargo, bem como de qualquer conselho que vier a fa-

zer parte neste Poder Executivo Municipal, ao Servidor abaixo relacionado **a partir do dia 15 de agosto de 2020**:

1. JOÃO DA SILVA FILHO

CPF: 535.110.501-20

OPERADOR DE MÁQUINAS

Art. 2º - Determinar ao órgão/unidade administrativa competente do Poder Executivo, as providências cabíveis, inclusive as de caráter orçamentária e financeira, se devidas.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação e revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira, 14 de agosto de 2020.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

HUMBERTO BORTOLINI

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURIDICA
PORTARIA N° 333, DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

"Conceder, a pedido do servidor que menciona, Licença para Atividade Política, e dá outras providências. "

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 51, combinado com o art. 95, inciso II da Lei Orgânica do Município, e;

CONSIDERANDO a Licença para Atividade Política prevista no artigo 85 da Lei Municipal nº 379/99, bem como as jurisprudências pertinentes ao assunto;

CONSIDERANDO a necessidade do servidor público desincompatibilizar do cargo para disputar as eleições municipais que ocorrerá em 15 de novembro de 2020.

CONSIDERANDO o requerimento protocolado no órgão/unidade administrativo competente do Poder Executivo/Prefeitura Municipal,

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder a Licença para Atividade Política, para fins de desincompatibilização do cargo, bem como de qualquer conselho que vier a fazer parte neste Poder Executivo Municipal, ao Servidor abaixo relacionado **a partir do dia 15 de agosto de 2020**:

1. MARCOS CÉLIO DE FREITAS

CPF: 767.478.241-72

PROFESSOR NÍVEL I

Art. 2º - Determinar ao órgão/unidade administrativa competente do Poder Executivo, as providências cabíveis, inclusive as de caráter orçamentária e financeira, se devidas.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação e revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira, 14 de agosto de 2020.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

HUMBERTO BORTOLINI

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURIDICA
PORTARIA N° 332, DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

"Conceder, a pedido do servidor que menciona, Licença para Atividade Política, e dá outras providências. "

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 51, combinado com o art. 95, inciso II da Lei Orgânica do Município, e;

CONSIDERANDO a Licença para Atividade Política prevista no artigo 85 da Lei Municipal nº 379/99, bem como as jurisprudências pertinentes ao assunto;

CONSIDERANDO a necessidade do servidor público desincompatibilizar do cargo para disputar as eleições municipais que ocorrerá em 15 de novembro de 2020.

CONSIDERANDO o requerimento protocolado no órgão/unidade administrativo competente do Poder Executivo/Prefeitura Municipal,

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder a Licença para Atividade Política, para fins de desincompatibilização do cargo, bem como de qualquer conselho que vier a fazer parte neste Poder Executivo Municipal, ao Servidor abaixo relacionado **a partir do dia 15 de agosto de 2020**:

1. JOSMAR FERREIRA DA COSTA

CPF: 004.973.068-16

FARMACÊUTICO

Art. 2º - Determinar ao órgão/unidade administrativa competente do Poder Executivo, as providências cabíveis, inclusive as de caráter orçamentária e financeira, se devidas.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação e revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira, 14 de agosto de 2020.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

HUMBERTO BORTOLINI

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURIDICA
PORTARIA N° 339, DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

"Conceder, a pedido do servidor que menciona, Licença para Atividade Política, e dá outras providências. "

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 51, combinado com o art. 95, inciso II da Lei Orgânica do Município, e;

CONSIDERANDO a Licença para Atividade Política prevista no artigo 85 da Lei Municipal nº 379/99, bem como as jurisprudências pertinentes ao assunto;

CONSIDERANDO a necessidade do membro de conselhos municipais desincompatibilizar do cargo para disputar as eleições municipais que ocorrerá em 15 de novembro de 2020.

CONSIDERANDO o requerimento protocolado no órgão/unidade administrativo competente do Poder Executivo/Prefeitura Municipal,

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder a Licença para Atividade Política, para fins de desincompatibilização de qualquer conselho que vier a fazer parte neste Poder Executivo Municipal, ao membro abaixo relacionado **a partir do dia 15 de agosto de 2020**:

1. THIERRY APARECIDO BERNARDES BORTOLINI

CPF: 010.213.542-52

MEMBRO DE CONSELHOS MUNICIPAIS

Art. 2º - Determinar ao órgão/unidade administrativa competente do Poder Executivo, as providências cabíveis, inclusive as de caráter orçamentária e financeira, se devidas.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação e revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira, 14 de agosto de 2020.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

HUMBERTO BORTOLINI

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURIDICA
COVID-19: LEI MUNICIPAL Nº 1.100, DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

LEI MUNICIPAL Nº 1.100, DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

"***Dispõe sobre a criação da Verba Indenizatória Extraordinária de Combate à Covid-19 aos servidores públicos municipais, lotados na Secretaria Municipal de Saúde, por exposição ao coronavírus (Covid-19) no combate à pandemia, em virtude do estado de emergência em saúde pública e dá outras providências".***

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e Eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituída a Verba Indenizatória Extraordinária de Combate à Covid-19, a ser paga a todos os servidores públicos municipais efetivos, contratados temporariamente e comissionados, sem distinção de cargos, lotados na Secretaria Municipal de Saúde, que efetivamente estejam prestando serviços e potencialmente expostos ao contágio pelo Coronavírus (COVID-19) no combate à pandemia.

§1º Os servidores públicos municipais de que trata o *caput* deste artigo, serão os servidores públicos que integram a Secretaria Municipal de Saúde, bem como, os de secretarias diversas do Município que estiverem designados, por meio de Portaria, para atuarem especificamente no combate à pandemia.

§2º O valor da verba indenizatória será de R$ 508,00 (quinhentos e oito reais) para todos os cargos, paga mensalmente, com vigência temporária, pelo prazo de 04 (quatro) meses, podendo ser prorrogado enquanto durar o estado de emergência em saúde pública.

§ 3º Na hipótese de acumulação lícita de cargos públicos o servidor terá direito a apenas 01 (uma) verba indenizatória.

Art. 2º Fica vedado o pagamento da verba indenizatória aos servidores que se encontrarem reclusos, licenciados ou afastados a qualquer título e, ainda:

I - todas as licenças previstas no art. 80 da lei Municipal nº 379/1999;

II - cedido para outro órgão público, exceto se houver lei específica;

III - afastamento para o exercício de mandato eletivo, ou licença para atividade política;

IV - suspenso em decorrência de sindicância ou instauração de processo disciplinar;

V - o servidor, que faltar injustificadamente por mais de 02 (dois) dias, perderá o benefício da concessão da verba indenizatória prevista na presente Lei integralmente no respectivo mês;

VI- o servidor que se encontrar de gozo de férias regulares;

VII - o servidor que se encontrar de auxilio doença, exceto se afastados de suas funções por ter contraído a COVID-19 ou para ficar em isolamento mediante a decretação pela autoridade em saúde

Parágrafo Único. Os afastamentos a que se refere o *caput* deste artigo não abrangem os servidores requisitados pela Justiça Eleitoral para o período de eleições, quando convocados para participar de Tribunal de Júri ou para doar sangue.

Art. 3º O valor recebido na forma do art. 1º desta Lei tem natureza indenizatória, não se incorporando na remuneração para nenhum efeito e não poderá ser utilizado como base de cálculo para quaisquer outras vantagens, inclusive para fins previdenciários.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentária no orçamento vigente, suplementadas se necessário.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de agosto de 2020.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal *"Rosa Pereira Campos"*, Gabinete do Prefeito, em Itiquira, aos 14 de agosto de 2020.

HUMBERTO BORTOLINI

PREFEITO MUNICIPAL

PROCURADORIA JURIDICA
PORTARIA N° 340, DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

"Conceder, a pedido do servidor que menciona, Licença para Atividade Política, e dá outras providências. "

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 51, combinado com o art. 95, inciso II da Lei Orgânica do Município, e;

CONSIDERANDO a Licença para Atividade Política prevista no artigo 85 da Lei Municipal nº 379/99, bem como as jurisprudências pertinentes ao assunto;

CONSIDERANDO a necessidade do servidor público desincompatibilizar do cargo para disputar as eleições municipais que ocorrerá em 15 de novembro de 2020.

CONSIDERANDO o requerimento protocolado no órgão/unidade administrativo competente do Poder Executivo/Prefeitura Municipal,

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder a Licença para Atividade Política, para fins de desincompatibilização do cargo, bem como de qualquer conselho que vier a fazer parte neste Poder Executivo Municipal, ao **Servidor abaixo relacionado a partir do dia 15 de agosto de 2020:**

1. JOSE CARLOS BATISTA

CPF: 432.772.411-49

TECNICO EM AGROPECUARIA

Art. 2º - Determinar ao órgão/unidade administrativa competente do Poder Executivo, as providências cabíveis, inclusive as de caráter orçamentária e financeira, se devidas.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação e revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira, 14 de agosto de 2020.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

HUMBERTO BORTOLINI

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURIDICA
PORTARIA N° 341, DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

"Conceder, a pedido do servidor que menciona, Licença para Atividade Política, e dá outras providências. "

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 51, combinado com o art. 95, inciso II da Lei Orgânica do Município, e;

CONSIDERANDO a Licença para Atividade Política prevista no artigo 85 da Lei Municipal nº 379/99, bem como as jurisprudências pertinentes ao assunto;

CONSIDERANDO a necessidade do servidor público desincompatibilizar do cargo para disputar as eleições municipais que ocorrerá em 15 de novembro de 2020.

CONSIDERANDO o requerimento protocolado no órgão/unidade administrativo competente do Poder Executivo/Prefeitura Municipal,

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder a Licença para Atividade Política, para fins de desincompatibilização do cargo, bem como de qualquer conselho que vier a fazer parte neste Poder Executivo Municipal, ao **Servidor abaixo relacionado a partir do dia 15 de agosto de 2020:**

1. ALVARO JOSE MENEZES MONTEIRO NETO

CPF: 901.548.781-20

FONOAUDIÓLOGO

Art. 2º - Determinar ao órgão/unidade administrativa competente do Poder Executivo, as providências cabíveis, inclusive as de caráter orçamentária e financeira, se devidas.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação e revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira, 14 de agosto de 2020.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

HUMBERTO BORTOLINI

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURIDICA
PORTARIA N° 342, DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

"Conceder, a pedido do servidor que menciona, Licença para Atividade Política, e dá outras providências. "

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 51, combinado com o art. 95, inciso II da Lei Orgânica do Município, e;

CONSIDERANDO a Licença para Atividade Política prevista no artigo 85 da Lei Municipal nº 379/99, bem como as jurisprudências pertinentes ao assunto;

CONSIDERANDO a necessidade do servidor público desincompatibilizar do cargo para disputar as eleições municipais que ocorrerá em 15 de novembro de 2020.

CONSIDERANDO o requerimento protocolado no órgão/unidade administrativo competente do Poder Executivo/Prefeitura Municipal,

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder a Licença para Atividade Política, para fins de desincompatibilização do cargo, bem como de qualquer conselho que vier a fazer parte neste Poder Executivo Municipal, ao **Servidor abaixo relacionado a partir do dia 15 de agosto de 2020:**

1. FABIANO DALLA VALLE

CPF: 804.569.361-49

ADMINISTRADOR

Art. 2º - Determinar ao órgão/unidade administrativa competente do Poder Executivo, as providências cabíveis, inclusive as de caráter orçamentária e financeira, se devidas.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação e revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira, 14 de agosto de 2020.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

HUMBERTO BORTOLINI

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURIDICA
PORTARIA N° 343, DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

"Conceder, a pedido do servidor que menciona, Licença para Atividade Política, e dá outras providências. "

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 51, combinado com o art. 95, inciso II da Lei Orgânica do Município, e;

CONSIDERANDO a Licença para Atividade Política prevista no artigo 85 da Lei Municipal nº 379/99, bem como as jurisprudências pertinentes ao assunto;

CONSIDERANDO a necessidade do servidor público desincompatibilizar do cargo para disputar as eleições municipais que ocorrerá em 15 de novembro de 2020.

CONSIDERANDO o requerimento protocolado no órgão/unidade administrativo competente do Poder Executivo/Prefeitura Municipal,

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder a Licença para Atividade Política, para fins de desincompatibilização do cargo, bem como de qualquer conselho que vier a fazer parte neste Poder Executivo Municipal, ao **Servidor abaixo relacionado a partir do dia 15 de agosto de 2020:**

1. WALTER DE ALMEIDA MAGALHÃES

CPF: 949.705.561-72

MOTORISTA

Art. 2º - Determinar ao órgão/unidade administrativa competente do Poder Executivo, as providências cabíveis, inclusive as de caráter orçamentária e financeira, se devidas.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação e revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira, 14 de agosto de 2020.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

HUMBERTO BORTOLINI

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURIDICA
PORTARIA N° 344, DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

"Conceder, a pedido do servidor que menciona, Licença para Atividade Política, e dá outras providências. "

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 51, combinado com o art. 95, inciso II da Lei Orgânica do Município, e;

CONSIDERANDO a Licença para Atividade Política prevista no artigo 85 da Lei Municipal nº 379/99, bem como as jurisprudências pertinentes ao assunto;

CONSIDERANDO a necessidade do membro de conselhos municipais desincompatibilizar do cargo para disputar as eleições municipais que ocorrerá em 15 de novembro de 2020.

CONSIDERANDO o requerimento protocolado no órgão/unidade administrativo competente do Poder Executivo/Prefeitura Municipal,

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder a Licença para Atividade Política, para fins de desincompatibilização de qualquer conselho que vier a fazer parte neste Poder Executivo Municipal, ao membro abaixo relacionado **a partir do dia 15 de agosto de 2020**:

1. ADEMIR DAL BERTI

CPF: 427.053.390-00

MEMBRO DE CONSELHOS MUNICIPAIS

Art. 2º - Determinar ao órgão/unidade administrativa competente do Poder Executivo, as providências cabíveis, inclusive as de caráter orçamentária e financeira, se devidas.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação e revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira, 14 de agosto de 2020.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

HUMBERTO BORTOLINI

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURIDICA
PORTARIA N° 345, DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

"Conceder, a pedido do servidor que menciona, Licença para Atividade Política, e dá outras providências. "

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 51, combinado com o art. 95, inciso II da Lei Orgânica do Município, e;

CONSIDERANDO a Licença para Atividade Política prevista no artigo 85 da Lei Municipal nº 379/99, bem como as jurisprudências pertinentes ao assunto;

CONSIDERANDO a necessidade do membro de conselhos municipais desincompatibilizar do cargo para disputar as eleições municipais que ocorrerá em 15 de novembro de 2020.

CONSIDERANDO o requerimento protocolado no órgão/unidade administrativo competente do Poder Executivo/Prefeitura Municipal,

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder a Licença para Atividade Política, para fins de desincompatibilização de qualquer conselho que vier a fazer parte neste Poder Executivo Municipal, ao membro abaixo relacionado **a partir do dia 15 de agosto de 2020**:

1- RONIVON DA SILVA MINGOTI

CPF Nº 617.259.431-15

MEMBRO DE CONSELHOS MUNICIPAIS

Art. 2º - Determinar ao órgão/unidade administrativa competente do Poder Executivo, as providências cabíveis, inclusive as de caráter orçamentária e financeira, se devidas.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação e revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira, 14 de agosto de 2020.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

HUMBERTO BORTOLINI

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURIDICA
PORTARIA N° 350, DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

"Exonera a pedido, o servidor nomeado em cargo comissionado **PATRÍCIA SOARES VELASCO,** e dá outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 51, combinado com o art. 95, inciso II da Lei Orgânica do Município, e;

CONSIDERANDO a necessidade de adequação funcional na estrutura administrativa do Poder Executivo/Prefeitura, para cumprimento das atribuições estabelecidas na legislação pertinente em vigor,

R E S O L V E:

Art. 1° - Exonerar a pedido, inclusive de todas designações inerentes ao cargo, a partir do **dia 14 de agosto de 2020**, o servidor nomeado em cargo comissionado, abaixo relacionado:

1 – PATRÍCIA SOARES VELASCO

CPF-MF: 999.289.571-34

Coordenadora do Hospital Municipal

Art. 2° - Caberá aos órgãos competentes do Poder Executivo, as providências pertinentes, de acordo com a legislação em vigor, inclusive quantos aos procedimentos orçamentários e financeiros.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo. Itiquira-MT, 14 de agosto de 2020.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

HUMBERTO BORTOLINI

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURIDICA
PORTARIA N° 346, DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

"Conceder, a pedido do servidor que menciona, Licença para Atividade Política, e dá outras providências. "

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 51, combinado com o art. 95, inciso II da Lei Orgânica do Município, e;

CONSIDERANDO a Licença para Atividade Política prevista no artigo 85 da Lei Municipal nº 379/99, bem como as jurisprudências pertinentes ao assunto;

CONSIDERANDO a necessidade do membro de conselhos municipais desincompatibilizar do cargo para disputar as eleições municipais que ocorrerá em 15 de novembro de 2020.

CONSIDERANDO o requerimento protocolado no órgão/unidade administrativo competente do Poder Executivo/Prefeitura Municipal,

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder a Licença para Atividade Política, para fins de desincompatibilização de qualquer conselho que vier a fazer parte neste Poder Executivo Municipal, ao membro abaixo relacionado **a partir do dia 15 de agosto de 2020**:

1- RUBENS SOARES RIBEIRO

CPF Nº 003.880.781-54

MEMBRO DE CONSELHOS MUNICIPAIS

Art. 2º - Determinar ao órgão/unidade administrativa competente do Poder Executivo, as providências cabíveis, inclusive as de caráter orçamentária e financeira, se devidas.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação e revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira, 14 de agosto de 2020.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

HUMBERTO BORTOLINI

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURIDICA
PORTARIA N° 347, DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

"Conceder, a pedido do servidor que menciona, Licença para Atividade Política, e dá outras providências. "

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 51, combinado com o art. 95, inciso II da Lei Orgânica do Município, e;

CONSIDERANDO a Licença para Atividade Política prevista no artigo 85 da Lei Municipal nº 379/99, bem como as jurisprudências pertinentes ao assunto;

CONSIDERANDO a necessidade do servidor público desincompatibilizar do cargo para disputar as eleições municipais que ocorrerá em 15 de novembro de 2020.

CONSIDERANDO o requerimento protocolado no órgão/unidade administrativo competente do Poder Executivo/Prefeitura Municipal,

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder a Licença para Atividade Política, para fins de desincompatibilização do cargo, bem como de qualquer conselho que vier a fazer parte neste Poder Executivo Municipal, ao **Servidor abaixo relacionado a partir do dia 15 de agosto de 2020:**

1. MARIA DE SOUZA DA SILVA RIBEIRO

CPF: 568.692.741-34

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

Art. 2º - Determinar ao órgão/unidade administrativa competente do Poder Executivo, as providências cabíveis, inclusive as de caráter orçamentária e financeira, se devidas.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação e revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira, 14 de agosto de 2020.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

HUMBERTO BORTOLINI

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURIDICA
PORTARIA N° 348, DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

"Conceder, a pedido do servidor que menciona, Licença para Atividade Política, e dá outras providências. "

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 51, combinado com o art. 95, inciso II da Lei Orgânica do Município, e;

CONSIDERANDO a Licença para Atividade Política prevista no artigo 85 da Lei Municipal nº 379/99, bem como as jurisprudências pertinentes ao assunto;

CONSIDERANDO a necessidade do servidor público desincompatibilizar do cargo para disputar as eleições municipais que ocorrerá em 15 de novembro de 2020.

CONSIDERANDO o requerimento protocolado no órgão/unidade administrativo competente do Poder Executivo/Prefeitura Municipal,

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder a Licença para Atividade Política, para fins de desincompatibilização do cargo, bem como de qualquer conselho que vier a fazer parte neste Poder Executivo Municipal, ao **Servidor abaixo relacionado a partir do dia 15 de agosto de 2020:**

1. EUFRASIO CABRAL DA COSTA

CPF: 411.429.341-87

AGENTE ADMINISTRATIVO

Art. 2º - Determinar ao órgão/unidade administrativa competente do Poder Executivo, as providências cabíveis, inclusive as de caráter orçamentária e financeira, se devidas.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação e revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira, 14 de agosto de 2020.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

HUMBERTO BORTOLINI

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURIDICA
PORTARIA N° 349, DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

"Conceder, a pedido do servidor que menciona, Licença para Atividade Política, e dá outras providências. "

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 51, combinado com o art. 95, inciso II da Lei Orgânica do Município, e;

CONSIDERANDO a Licença para Atividade Política prevista no artigo 85 da Lei Municipal nº 379/99, bem como as jurisprudências pertinentes ao assunto;

CONSIDERANDO a necessidade do servidor público desincompatibilizar do cargo para disputar as eleições municipais que ocorrerá em 15 de novembro de 2020.

CONSIDERANDO o requerimento protocolado no órgão/unidade administrativo competente do Poder Executivo/Prefeitura Municipal,

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder a Licença para Atividade Política, para fins de desincompatibilização do cargo, bem como de qualquer conselho que vier a fazer parte neste Poder Executivo Municipal, ao **Servidor abaixo relacionado a partir do dia 15 de agosto de 2020:**

1. MEIRE REGINA RODRIGUES ARAGÃO

CPF: 873.919.701-82

AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE

Art. 2º - Determinar ao órgão/unidade administrativa competente do Poder Executivo, as providências cabíveis, inclusive as de caráter orçamentária e financeira, se devidas.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação e revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira, 14 de agosto de 2020.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

HUMBERTO BORTOLINI

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA

PORTARIA Nº. 202/2020 DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

PORTARIA Nº. 202/2020 DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, **ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD**, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO, A Lei nº 9.504 de 30 de Setembro de 1997 a qual disciplina as eleições;

CONSIDERANDO, A Lei Complementar nº 64 de 18 de Maio de 1990.

CONSIDERANDO que as Eleições Municipais excepcionalmente acontecerão em 19 de Novembro de 2020.

Art. 1º. Efetuar a descompatibilização, afastando-as sem remuneração, a partir do dia 14/08/2020 a 16/11/2020 abaixo relacionados para concorrer ao pleito eleitoral de 2020:

- **ROSENIR MARIA MIRANDA DA SILVA** – AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL

Art. 2º - Esta Portaria retroage seus efeitos a partir da data acima mencionada, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 14 de Agosto de 2020.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal – 2017 a 2020

RONIEVON MIRANDA DA SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças / Portaria nº. 02/2018

Registrada e publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costumes estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal – 2017 a 2020

LICITAÇÃO E CONTRATOS
RESULTADO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS N. 009/2020

A Prefeitura Municipal de Jaciara, através do Presidente da Permanente de Licitação nomeado, torna público que, referente à **TOMADA DE PREÇOS nº. 009/2020,** que tem por objeto a: **"Contratação de empresa especializada para execução de Poço Artesiano Tubular Profundo no Bairro Cohab São Lourenço (anexo ao Pátio da PSF 05) - Município de Jaciara - MT"** foi vencedora a empresa **GEOPOÇOS HIDROCONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA,** no menor valor global de **R$ 445.589,60 (Quatrocentos e quarenta e cinco mil cinquentos e oitenta e nove reais e sessenta centavos)**, para atendimento ao objeto licitado. Jaciara-MT, 13 de agosto de 2020.

CORNÉLIO CASSEMIRO DE SOUZA

Presidente da CPL - SUPLENTE

LICITAÇÃO E CONTRATOS
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 046/2020

A Prefeitura Municipal de Jaciara-MT, através da Comissão Permanente de Licitação, torna pública a Dispensa de Licitação Nº 046/2020 tendo por objeto: **"Contratação de empresa para fornecimento de materiais de construção que serão utilizados pela Secretaria Municipal de Educação de Jaciara/MT para reforma do Estádio Municipal Marcio Cassiano da Silva",** com vigência de 06 (Seis) meses, nos termos do Art. 24, inciso II, da Lei 8666/93 e Art. 3º, inciso II, da Lei Municipal nº 1.745/2017. Jaciara/MT, 14 de agosto de 2020.

CORNÉLIO CASSEMIRO DE SOUZA

Presidente - Suplente

LICITAÇÃO E CONTRATOS
RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO Nº. 022/2020

A Prefeitura Municipal de Jaciara - MT, através do Pregoeiro nomeado, torna público que, referente ao o procedimento Licitatório - modalidade **PREGÃO n.º 022/2020,** cujo objeto é o **"Registro de preços para eventuais aquisições de Madeira Bruta Serrada para manutenção e construção de pontes de madeira no município de Jaciara-MT",** onde foram vencedoras as empresas: **MACHADO COMÉRCIO DE MADEIRAS LTDA** ao valor global de **R$ 572.700,00** (Quinhentos e setenta e dois mil e setecentos reais) e **PILAR COMÉRCIO VAREJISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA** ao valor global de **R$ 713.000,00** (Setecentos e treze mil reais), Jaciara-MT, 13 de agosto de 2020.

MARCOS VINÍCIOS DE JESUS ABRAHÃO

Pregoeiro Municipal

PORTARIA Nº. 200/2020 DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

PORTARIA Nº. 200/2020 DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, **ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD**, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO, A Lei nº 9.504 de 30 de Setembro de 1997 a qual disciplina as eleições;

CONSIDERANDO, A Lei Complementar nº 64 de 18 de Maio de 1990.

CONSIDERANDO que as Eleições Municipais excepcionalmente acontecerão em 19 de Novembro de 2020.

Art. 1º. Efetuar a descompatibilização, afastando-as sem remuneração, a partir do dia 14/08/2020 a 16/11/2020 abaixo relacionados para concorrer ao pleito eleitoral de 2020:

- NADIR DE OLIVEIRA MORAIS DA MATA – TÉCNICA EM ENFERMAGEM

Art. 2º - Esta Portaria retroage seus efeitos a partir da data acima mencionada, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 14 de Agosto de 2020.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal – 2017 a 2020

RONIEVON MIRANDA DA SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças / Portaria nº. 02/2018

Registrada e publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costumes estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal – 2017 a 2020

LICITAÇÃO E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 024/2020

A Prefeitura Municipal de Jaciara-MT, através do Pregoeiro nomeado, torna público que realizará licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS**, ao **MENOR VALOR POR ÍTEM**, tendo por objeto o **"Registro de Preço para Contratação de Empresa Especializada em Serviços de Manutenção (Conserto de Motor) Reparação Corretiva e Congênere de Veículo, com fornecimento de peças originais, para Ambulância Sprinter 415 - Placa QCB 8081, do Municipal de Jaciara-MT",** nos termos da Lei 10.520/02 e em conformidades a Medida Provisória nº 926/2020 em seu artigo 4ºG, § 1º, a realizar-se no dia **06 DE AGOSTO DE 2020 - 08:30 h - MT.** Os interessados poderão obter o Edital completo através do site www.jaciara.mt.gov.br ou na Prefeitura, à Av. Antonio Ferreira Sobrinho, n.º 1075, das 07:30 até às 12:30 horas. Informações: tel. (0**66) 3461 7925. Jaciara, 30 de julho de 2020.

MARCOS VINICÍOS DE JESUS ABRAHÃO

Pregoeiro

LICITAÇÃO E CONTRATOS
RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL N.º 023/2020

A Prefeitura Municipal de Jaciara - MT, através do Pregoeiro nomeado, torna público que, referente ao o procedimento Licitatório - modalidade **PREGÃO n.º 023/2020,** que tem por objeto o : **"Registro de Preços para contratação de empresa para eventual prestação de serviços especializados em realização de exames laboratoriais de pacientes encaminhados pela Secretaria Municipal de Saúde e internados no Hospital Municipal de Jaciara/MT, por níveis de complexidade e de acordo com as normas do SUS"** , foram vencedoras as empresas: **LABORATÓRIO BIOANÁLISE LTDA** ao valor global de **R$ 221.150,00 (Duzentos e vinte e um mil cento e cinquenta reais)**, e **E H GOLLUB MACHADO EIRELI** ao valor global de **R$ 49.015,00 (Quarenta e nove mil e quinze reais)**, Jaciara-MT, 06 de agosto de 2020.

MARCOS VINÍCIOS DE JESUS ABRAHÃO

Pregoeiro Municipal

LICITAÇÃO E CONTRATOS
RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO N. 024/2020

A Prefeitura Municipal de Jaciara - MT, através do Pregoeiro nomeado, torna público que, referente ao o procedimento Licitatório - modalidade **PREGÃO N.º 024/2020** tendo por objeto o**"Registro de Preço para Contratação de Empresa Especializada em Serviços de Manutenção (Conserto de Motor) Reparação Corretiva e Congênere de Veículo, com fornecimento de peças originais, para Ambulância Sprinter 415 - Placa QCB 8081, do Municipal de Jaciara-MT"**, onde foi vencedora a empresa **BENTO T DE MENDONÇA NETO -** ao valor global de **R$ 55.935,00** (cinqüenta e cinco mil novecentos e trinta e cinco reais). Jaciara-MT, 06 de agosto de 2020.

MARCOS VINICÍOS DE JESUS ABRAHÃO

Pregoeiro

PORTARIA Nº. 201/2020 DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

PORTARIA Nº. 201/2020 DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, **ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD**, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO, A Lei nº 9.504 de 30 de Setembro de 1997 a qual disciplina as eleições;

CONSIDERANDO, A Lei Complementar nº 64 de 18 de Maio de 1990.

CONSIDERANDO que as Eleições Municipais excepcionalmente acontecerão em 19 de Novembro de 2020.

Art. 1º. Efetuar a descompatibilização, afastando-as sem remuneração, a partir do dia 14/08/2020 a 16/11/2020 abaixo relacionados para concorrer ao pleito eleitoral de 2020:

- LEOMAR RODRIGUÊS SOUZA– ENCARREGADO DE TRANSPORTE

Art. 2º - Esta Portaria retroage seus efeitos a partir da data acima mencionada, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 14 de Agosto de 2020.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal – 2017 a 2020

RONIEVON MIRANDA DA SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças / Portaria nº. 02/2018

Registrada e publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costumes estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal – 2017 a 2020

PORTARIA Nº. 203/2020 DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

PORTARIA Nº. 203/2020 DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, **ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD**, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO, A Lei nº 9.504 de 30 de Setembro de 1997 a qual disciplina as eleições;

CONSIDERANDO, A Lei Complementar nº 64 de 18 de Maio de 1990.

CONSIDERANDO que as Eleições Municipais excepcionalmente acontecerão em 19 de Novembro de 2020.

Art. 1º. Efetuar a descompatibilização, afastando-as sem remuneração, a partir do dia 14/08/2020 a 16/11/2020 abaixo relacionados para concorrer ao pleito eleitoral de 2020:

- **SINVAL CHICARINO CAIRES** – PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Art. 2º - Esta Portaria retroage seus efeitos a partir da data acima mencionada, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 14 de Agosto de 2020.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal – 2017 a 2020

RONIEVON MIRANDA DA SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças / Portaria nº. 02/2018

Registrada e publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costumes estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal – 2017 a 2020

PORTARIA Nº. 205/2020 DE 14 DE AGOSTO DE 2020

PORTARIA Nº. 205/2020 DE 14 DE AGOSTO DE 2020

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, **ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD**, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. – EXONERAR, o servidor abaixo relacionado, do Cargo Comissionado, a partir do dia 14 de Agosto de 2020, conforme segue:

- **ALEXANDRE VERNIANO** – Ouvidor Municipal.

Art.2º. – Esta Portaria retroage seus efeitos a partir da data mencionada, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara – MT, 14 de Agosto de 2020.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal – 2017 a 2020

RONIEVON MIRANDA DA SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças - Portaria nº. 02/2018

Registrado e Publicado de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costume estabelecidos pela Lei Municipal. Data supra.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal – 2017 a 2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE JANGADA

PORTARIA Nº 095/2020

Dispõe DESINCOMPATIBILIZAÇÃO do Servidor EDIVALDO MARCOS TRINDADE.

EDERZIO DE JESUS MENDES, Prefeito Municipal de Jangada, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º – Conceder afastamento a título de desincompatibilização para concorrer ao cargo eletivo de vereador, no pleito 2020, município Jangada/MT, ao servidor EDIVALDO MARCOS TRINDADE, efetivo no cargo de Apoio Administrativo Educacional - Motorista, matrícula funcional nº. 903, portador do RG nº.180080537 SSP/MT e inscrito no CPF nº 014.593.431.40, a partir de 15 de agosto de 2020.

Art. 2º – Fica garantido o direito à percepção dos seus vencimentos integrais.

Art. 3º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRA-SE PUBLICA-SE CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, em Jangada – MT, 14 de agosto de 2020.

EDERZIO DE JESUS MENDES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0101/2020

Dispõe DESINCOMPATIBILIZAÇÃO da Servidora SUZANA DE ARAÚJO SILVA.

EDERZIO DE JESUS MENDES, Prefeito Municipal de Jangada, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º – Conceder afastamento a título de desincompatibilização para concorrer ao cargo eletivo de vereadora, no pleito 2020, município Jangada/MT, a servidora SUZANA DE ARAÚJO SILVA, efetiva no cargo de Apoio Administrativo Educacional, matrícula funcional nº. 103, portador do RG nº. 1132022 SSP/MT e inscrito no CPF nº 459.704.751.49, a partir de 15 de agosto de 2020.

Art. 2º – Fica garantido o direito à percepção dos seus vencimentos integrais.

Art. 3º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRA-SE PUBLICA-SE CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, em Jangada – MT, 14 de agosto de 2020.

EDERZIO DE JESUS MENDES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0108/2020

Dispõe DESINCOMPATIBILIZAÇÃO do Servidor LEANDRO MURATO PASCUTTI.

EDERZIO DE JESUS MENDES, Prefeito Municipal de Jangada, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º – Conceder afastamento a título de desincompatibilização para concorrer ao cargo eletivo de vereador, no pleito 2020, município Jangada/MT, ao servidor LEANDRO MURATO PASCUTTI, efetivo no cargo de Vigia, matrícula funcional nº. 798, portador do RG nº. 95707416 SSP/MT e inscrito no CPF nº 017.821.971.17, a partir de 15 de agosto de 2020.

Art. 2º – Fica garantido o direito à percepção dos seus vencimentos integrais.

Art. 3º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRA-SE PUBLICA-SE CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, em Jangada – MT, 14 de agosto de 2020.

EDERZIO DE JESUS MENDES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0105/2020

Dispõe DESINCOMPATIBILIZAÇÃO do Servidor JOSÉ CÍCERO ALVES DA SILVA.

EDERZIO DE JESUS MENDES, Prefeito Municipal de Jangada, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º – Conceder afastamento a título de desincompatibilização para concorrer ao cargo eletivo de vereador, no pleito 2020, município Jangada/MT, ao servidor JOSÉ CÍCERO ALVES DA SILVA, efetivo no cargo de Motorista de Ambulância, matrícula funcional nº. 238, portador do RG nº. 052935 SSP/MT e inscrito no CPF nº 273.087.151.91, a partir de 15 de agosto de 2020.

Art. 2º – Fica garantido o direito à percepção dos seus vencimentos integrais.

Art. 3º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRA-SE PUBLICA-SE CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, em Jangada – MT, 14 de agosto de 2020.

EDERZIO DE JESUS MENDES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0102/2020

Dispõe DESINCOMPATIBILIZAÇÃO da Servidora GEILDA ALESSANDRA PATRICIO DE ANDRADE.

EDERZIO DE JESUS MENDES, Prefeito Municipal de Jangada, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º – Conceder afastamento a título de desincompatibilização para concorrer ao cargo eletivo de vereadora, no pleito 2020, município Jangada/MT, a servidora GEILDA ALESSANDRA PATRICIO DE ANDRADE, efetiva

no cargo de Garí, matrícula funcional nº 417, portador do RG nº. 09252533 SSP/MT e inscrito no CPF nº 405.729.511.91, a partir de 15 de agosto de 2020.

Art. 2º – Fica garantido o direito à percepção dos seus vencimentos integrais.

Art. 3º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRA-SE PUBLICA-SE CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, em Jangada – MT, 14 de agosto de 2020.

EDERZIO DE JESUS MENDES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0104/2020

Dispõe DESINCOMPATIBILIZAÇÃO da Servidora DJEANE DANUZE FERREIRA DE ALMEIDA.

EDERZIO DE JESUS MENDES, Prefeito Municipal de Jangada, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º – Conceder afastamento a título de desincompatibilização para concorrer ao cargo eletivo de vereadora, no pleito 2020, município Jangada/MT, a servidora DJEANE DANUZE FERREIRA DE ALMEIDA, efetiva no cargo de Professora, matrícula funcional nº. 30, portador do RG nº. 879595 SSP/MT e inscrito no CPF nº 571.938.511.87, a partir de 15 de agosto de 2020.

Art. 2º – Fica garantido o direito à percepção dos seus vencimentos integrais.

Art. 3º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRA-SE PUBLICA-SE CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, em Jangada – MT, 14 de agosto de 2020.

EDERZIO DE JESUS MENDES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0106/2020

Dispõe DESINCOMPATIBILIZAÇÃO do Servidor GILMAR NASCIMENTO PASCOAL.

EDERZIO DE JESUS MENDES, Prefeito Municipal de Jangada, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º – Conceder afastamento a título de desincompatibilização para concorrer ao cargo eletivo de vereador, no pleito 2020, município Jangada/MT, ao servidor GILMAR NASCIMENTO PASCOAL, efetivo no cargo de Operador de Máquinas Pesadas, matrícula funcional nº. 939, portador do RG nº. 17983940 SSP/MT e inscrito no CPF nº 026.051.781.02, a partir de 15 de agosto de 2020.

Art. 2º – Fica garantido o direito à percepção dos seus vencimentos integrais.

Art. 3º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRA-SE PUBLICA-SE CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, em Jangada – MT, 14 de agosto de 2020.

EDERZIO DE JESUS MENDES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 092/2020

Dispõe DESINCOMPATIBILIZAÇÃO do Servidor FLÁVIO LÚCIO DE ALMEIDA RONDON.EDERZIO DE JESUS MENDES, Prefeito Municipal de Jangada, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais, resolve:Art. 1º – Conceder afastamento a título de desincompatibilização para concorrer ao cargo eletivo de vereador, no pleito 2020, município Jangada/MT, ao servidor FLÁVIO LÚCIO DE ALMEIDA RONDON, efetivo no cargo de Motorista, matrícula funcional nº. 045, portador do RG nº. 08978310 SSP/MT e inscrito no CPF nº 667.809.001-25, a partir de 15 de agosto de 2020.Art. 2º – Fica garantido o direito à percepção dos seus vencimentos integrais.Art. 3º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.REGISTRA-SE PUBLICA-SE CUMPRA-SE Gabinete do Prefeito, em Jangada – MT, 14 de agosto de 2020.EDERZIO DE JESUS MENDE

PORTARIA Nº 099/2020

Dispõe DESINCOMPATIBILIZAÇÃO do Servidor REINALDO GONÇALO DE ALMEIDA MEIRA.

EDERZIO DE JESUS MENDES, Prefeito Municipal de Jangada, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º – Conceder afastamento a título de desincompatibilização para concorrer ao cargo eletivo de vereador, no pleito 2020, município Jangada/MT, ao servidor REINALDO GONÇALO DE ALMEIDA MEIRA, efetivo no cargo de Vigia, matrícula funcional nº. 128, portador do RG nº. 454089 SSP/MT e inscrito no CPF nº 474.778.301.68, a partir de 15 de agosto de 2020.

Art. 2º – Fica garantido o direito à percepção dos seus vencimentos integrais.

Art. 3º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRA-SE PUBLICA-SE CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, em Jangada – MT, 14 de agosto de 2020.

EDERZIO DE JESUS MENDES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 094/2020

Dispõe DESINCOMPATIBILIZAÇÃO do Servidor JOSENIL PLÍNIO DE ARRUDA.

EDERZIO DE JESUS MENDES, Prefeito Municipal de Jangada, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º – Conceder afastamento a título de desincompatibilização para concorrer ao cargo eletivo de vereador, no pleito 2020, município Jangada/MT, ao servidor JOSENIL PLINIO DE ARRUDA, efetivo no cargo de Garí, matrícula funcional nº. 889, portador do RG nº. 08513295 SSP/MT e inscrito no CPF nº 550.066.801.30, a partir de 15 de agosto de 2020.

Art. 2º – Fica garantido o direito à percepção dos seus vencimentos integrais.

Art. 3º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRA-SE PUBLICA-SE CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, em Jangada – MT, 14 de agosto de 2020.

EDERZIO DE JESUS MENDES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 098/2020

Dispõe DESINCOMPATIBILIZAÇÃO do Servidor VITOR JOÃO DA CONCEIÇÃO.EDERZIO DE JESUS MENDES, Prefeito Municipal de Jangada, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais, resolve:Art. 1º – Conceder afastamento a título de desincompatibilização para concorrer ao cargo eletivo de vereador, no pleito 2020, município Jangada/MT, ao servidor VITOR JOÃO DA CONCEIÇÃO, efetivo no cargo de Professor e função de Diretor de Escola Municipal, matrícula funcional nº. 118, portador do RG nº. 06704778 SSP/MT e inscrito no CPF nº 581.490.231.00, a partir de 15 de agosto de 2020.Art. 2º – Fica garantido o direito à percepção dos seus vencimentos integrais.Art. 3º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.REGISTRA-SE PUBLICA-SE CUMPRA-SE Gabinete do Prefeito, em Jangada – MT, 14 de agosto de 2020.EDERZIO DE JESUS MENDESPrefeito Municipal

PORTARIA Nº 096/2020

Dispõe DESINCOMPATIBILIZAÇÃO do Servidor EDENILSON JOSÉ DE BARROS.

EDERZIO DE JESUS MENDES, Prefeito Municipal de Jangada, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º – Conceder afastamento a título de desincompatibilização para concorrer ao cargo eletivo de vereador, no pleito 2020, município Jangada/MT, ao servidor EDENILSON JOSÉ DE BARROS, efetivo no cargo de Motorista, matrícula funcional nº. 33, portador do RG nº.12453293 SSP/MT e inscrito no CPF nº 786.696.341-04, a partir de 15 de agosto de 2020.

Art. 2º – Fica garantido o direito à percepção dos seus vencimentos integrais.

Art. 3º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRA-SE PUBLICA-SE CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, em Jangada – MT, 14 de agosto de 2020.

EDERZIO DE JESUS MENDES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0100/2020

PORTARIA Nº 0100/2020

Dispõe DESINCOMPATIBILIZAÇÃO da Servidora GEISIANY RODRUIGES DA SILVA DANTAS.

EDERZIO DE JESUS MENDES, Prefeito Municipal de Jangada, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º – Conceder afastamento a título de desincompatibilização para concorrer ao cargo eletivo de vereadora, no pleito 2020, município Jangada/MT, a servidora GEISIANY RODRIGUES DA SILVA DANTAS, efetiva no cargo de Agente Administrativo, matrícula funcional nº. 130, portador do RG nº. 16862775 SSP/MT e inscrito no CPF nº 006.789.891.25, a partir de 15 de agosto de 2020.

Art. 2º – Fica garantido o direito à percepção dos seus vencimentos integrais.

Art. 3º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRA-SE PUBLICA-SE CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, em Jangada – MT, 14 de agosto de 2020.

EDERZIO DE JESUS MENDES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0103/2020

Dispõe DESINCOMPATIBILIZAÇÃO da Servidora MARIANY SILVA LARA.

EDERZIO DE JESUS MENDES, Prefeito Municipal de Jangada, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º – Conceder afastamento a título de desincompatibilização para concorrer ao cargo eletivo de vereadora, no pleito 2020, município Jangada/MT, a servidora MARIANY SILVA LARA, efetiva no cargo de Apoio Administrativo Educacional - ADI, matrícula funcional nº. 742, portador do RG nº. 20147902 SSP/MT e inscrito no CPF nº 032.207.691.95, a partir de 15 de agosto de 2020.

Art. 2º – Fica garantido o direito à percepção dos seus vencimentos integrais.

Art. 3º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRA-SE PUBLICA-SE CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, em Jangada – MT, 14 de agosto de 2020.

EDERZIO DE JESUS MENDES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 093/2020

Dispõe DESINCOMPATIBILIZAÇÃO do Servidor EDISON DA GUIA MEIRA.

EDERZIO DE JESUS MENDES, Prefeito Municipal de Jangada, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º – Conceder afastamento a título de desincompatibilização para concorrer ao cargo eletivo de vereador, no pleito 2020, município Jangada/MT, ao servidor EDISON DA GUIA MEIRA, efetivo no cargo de Motorista, matrícula funcional nº. 512, portador do RG nº. 13470876 SSP/MT e inscrito no CPF nº 942.141.741-00, a partir de 15 de agosto de 2020.

Art. 2º – Fica garantido o direito à percepção dos seus vencimentos integrais.

Art. 3º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRA-SE PUBLICA-SE CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, em Jangada – MT, 14 de agosto de 2020.

EDERZIO DE JESUS MENDES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0107/2020

Dispõe DESINCOMPATIBILIZAÇÃO da Servidora DEIZE DA COSTA ALMEIDA MACHADO.

EDERZIO DE JESUS MENDES, Prefeito Municipal de Jangada, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º – Conceder afastamento a título de desincompatibilização para concorrer ao cargo eletivo de vereadora, no pleito 2020, município Jangada/MT, a servidora MARIANY SILVA LARA, efetiva no cargo de Professora, matrícula funcional nº. 28, portador do RG nº. 0625993-6 SSP/MT e inscrito no CPF nº 544.567.381.20, a partir de 15 de agosto de 2020.

Art. 2º – Fica garantido o direito à percepção dos seus vencimentos integrais.

Art. 3º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRA-SE PUBLICA-SE CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, em Jangada – MT, 14 de agosto de 2020.

EDERZIO DE JESUS MENDES

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAURU

ORDEM DE SERVIÇOS

ORDEM DE INICIO DOS SERVIÇOS

N°. 003/2020.

Vimos através da presente, autorizar V. Sª. a **dar inicio a execução dos serviços** de **CONSTRUÇÃO DE GALERIA DE CONCRETO, TIPO BUEIRO CELULAR, BTCC 3,00X3,00M, CONFORME TERMO DE CONVENIO Nº. 884147/2019/MINISTERIO DA DEFESA, NESTE MUNICÍPIO, CONFORME PROJETO BÁSICO**, em conformidade com o Contrato de Prestação de Serviço n° 0163/2020, firmado com a Empresa **L. M. DA SILVA EIRELI - EPP,** no dia 13 de agosto de 2020, decorrente do Edital de Tomada de Preços n° 003/2020.

O faturamento das despesas relativas ao contrato supra citado deverá limitar-se ao montante empenhado, através do **CONVENIO Nº 884147/2019/MINISTERIO DA DEFESA/PMJ.**

Paço Municipal "José Peres", em Jauru-MT, 14 de agosto de 2020.

PEDRO FERREIRA DE SOUZA

Prefeito Municipal

À

L. M. DA SILVA EIRELI - EPP

RUA ANTONIO BENTO NETO, Nº. 561-A - CENTRO.

PONTES E LACERDA-MT.

DECRETO Nº 106/2020

DECRETO Nº. 106, DE 14 DE AGOSTO DE 2.020

"DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DO PRAZO PARA PAGAMENTO DA CONTA ÚNICA, COM DESCONTO DE 20%, DO IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL URBANO –IPTU, EXERCÍCIO 2.020, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

PEDRO FERREIRA DE SOUZA, Prefeito Municipal de Jauru, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Artigo 1º - Fica prorrogado até o dia 30 de setembro de 2.020, o prazo para pagamento do Imposto Predial Territorial Urbano – IPTU, em cota única com desconto de 20% (vinte por cento) referente ao exercício de 2.020.

Parágrafo Único: o Contribuinte que efetuou o pagamento de alguma parcela, poderá optar pelo pagamento em cota única com direito ao desconto, desde que efetue o pagamento da diferença até o prazo final discriminado no *caput* deste artigo.

Artigo. 2º. O contribuinte que optar pelo pagamento em conta única com direito ao desconto, deverá comparecer ao setor tributário munido com o carnê do IPTU vencido e retirar novo Boleto referente ao Imposto Predial Territorial Urbano – IPTU, referente ao exercício de 2.020, com vencimento até o dia 30 de setembro de 2.020.

Artigo. 3º. O prazo de vencimento referente as parcelas do Imposto Predial Territorial Urbano – IPTU permanecem inalterados.

Artigo 6º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Paço Municipal "Jose Perez", em Jauru-MT, 14 de agosto de 2.020.

_____

PEDRO FERREIRA DE SOUZA

Prefeito Municipal

ERRATA

ERRATA

Na Publicação do dia 12 de agosto de 2020, no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, na página 176, referente ao Termo de Adjudicação da Carta Convite nº. 11/2020, Onde se Lê 173. 900,00 (cento e setenta e três mil e novecentos reais) LEIA – SE 148. 200,00 (cento e quarenta e oito mil e duzentos reais).

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 084/2020

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JAURU

CONTRATADA: CPS – CONSTRUÇÕES, PAVIMENTAÇÕES E SANEAMENTO EIRELI

OBJETO: PRORROGAÇÃO DA VIGENCIA DE PRAZO

VIGENCIA: 90 (noventa) dias

TERMO DE RATIFICAÇÃO

Dispensa a Licitação nº 063/2020

Processo Administrativo nº 2332/2020

Objeto: CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ELABORAÇÃO DO PLANO BÁSICO DE ZONA DE PROTEÇÃO DE AERÓDROMO, PARA PREFEITURA MUNICIPAL DE JAURU-MT

Pelo presente **Termo De Ratificação**, tendo recebido nesta data, parecer técnico da Comissão Permanente de Licitação, designada através de Portaria nº 002/2020 e do reconhecimento da presença de requisitos exigidos pelo art. 24, inc. I, da Lei nº 8.666/93 e MP n.961/2020 , **RATIFICO** o referido **PROCESSO DE DISPENSA DE LICITACÃO**, no valor global de **R$ 27.900,00 (vinte e sete mil e novecentos reais),** bem como encaminho o presente processo para o Departamento Competente para as devidas providências quanto à aquisição do objeto em epígrafe.

Jauru – MT, 14 de agosto de 2020.

JOÃO RAMALHO CORREA

Secretário Municipal de Obras, Infraestrutura Urbana e Rural

Contratante

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 162/2020

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JAURU

CONTRATADA: JOÃO BATISTA DE MORAES – MEI

OBJETO**:** O Objeto é prestação de serviços para Manutenção da Rede de Iluminação Pública da cidade de Jauru.

VIGENCIA: 12 (doze) meses

VALOR EM R$: 148.200,00 (cento e quarenta e oito mil e duzentos reais)

CONTRATO Nº. 164/2020

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JAURU

CONTRATADA: WANDERSON NOVAIS DE SOUZA – MEI

OBJETO**:** Contratação de empresa para prestação de serviços comPreparação de terreno, cultivo e colheita.

VIGENCIA: 60 (sessenta) dias

VALOR EM R$: 2.600,00 (dois mil e seiscentos reais)

CONTRATO Nº. 165/2020

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JAURU

CONTRATADA: Elivaldo Marques Costa – MEI

OBJETO**:** Contratação de empresa para prestação de serviços comPreparação de terreno, cultivo e colheita.

VIGENCIA: 60 (sessenta) dias

VALOR EM R$: 2.600,00 (dois mil e seiscentos reais)

CONTRATO Nº. 166/2020

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JAURU

CONTRATADA: Nilo Soares Lemos – MEI

OBJETO**:** Contratação de empresa para prestação de serviços comPreparação de terreno, cultivo e colheita.

VIGENCIA: 60 (sessenta) dias

VALOR EM R$: 2.600,00 (dois mil e seiscentos reais)

CONTRATO Nº. 167/2020

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JAURU

CONTRATADA: Wilson Gonçalves de Souza – MEI

OBJETO**:** Contratação de empresa para prestação de serviços comPreparação de terreno, cultivo e colheita.

VIGENCIA: 60 (sessenta) dias

VALOR EM R$: 2.600,00 (dois mil e seiscentos reais)

CONTRATO Nº. 168/2020

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JAURU

CONTRATADA: Tiago Mendes dos Santos – MEI

OBJETO**:** Contratação de empresa para prestação de serviços comPreparação de terreno, cultivo e colheita.

VIGENCIA: 60 (sessenta) dias

VALOR EM R$: 2.600,00 (dois mil e seiscentos reais)

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO N. 169/2020

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JAURU

CONTRATADO: ATZ SOLUÇÕES AERONÁUTICAS LTDA

Objeto: Prestação de serviço de elaboração do plano básico de zona de proteção de aeródromo para a Prefeitura Municipal de Jauru.

Vigência: 120 (cento e vinte) dias

VALOR: R$ 27.900,00 (vinte e sete mil e novecentos reais).

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 163/2020

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JAURU

CONTRATADA: L. M. DA SILVA EIRELI EPP

OBJETO**:** O contrato tem por objeto a “CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DE GALERIA DE CONCRETO, TIPO BUEIRO CELULAR, BTCC 3,00X3,00M, CONFORME TERMO DE CONVENIO Nº. 884147/2019/MINISTERIO DA DEFESA, NESTE MUNICÍPIO, CONFORME PROJETO BÁSICO ANEXO A ESTE EDITAL

VIGENCIA: 240 (duzentos e quarenta dias)

EXECUÇÃO DA OBRA: 90 (noventa) dias

VALOR EM R$: 438.686,98 (quatrocentos e trinta e oito mil seiscentos e oitenta e seis reais e noventa e oito centavos).

TERMO DE RATIFICAÇÃO

Dispensa a Licitação nº 64/2020

Processo Administrativo nº 2398/2020

Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTO PARA ENFRENTAMENTO DO COVID-19.

Pelo presente **Termo De Ratificação**, tendo recebido nesta data, parecer técnico da Comissão Permanente de Licitação, designada através de Portaria nº 002/2020 e do reconhecimento da presença de requisitos exigidos pelo art. 24, inc. IV da Lei nº 8.666/93, combinado com a Lei Federal n. 13.979. de 06 de fevereiro de 2020, **RATIFICO** o referido **PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**, no valor global de **R$ 30.400,00 (trinta mil e quatrocentos reais),** bem como encaminho o presente processo para o Departamento Competente para as devidas providências quanto à aquisição do objeto em epígrafe.

Jauru – MT, 14 de agosto de 2020

DIONNE APARECIDA CARRIJO DE SOUZA

Secretária Municipal de Saúde

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA

SEC. MUN. PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E GESTÃO COVID-19: DECRETO Nº 1.537/2020

Decreto nº 1.537, de 14 de agosto de 2020.

Altera o art. 2º do Decreto nº 1.491/2020 que Dispõe sobre a regulamentação temporária dos incentivos financeiros dos servidores públicos municipais lotados no Hospital Municipal de Juara-MT.

O Prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o art. 2º do Decreto nº 1.491, de 05 de maio de 2020, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º Fica instituído provisoriamente, enquanto durar a situação de emergência em saúde pública em decorrência da COVID-19, o ICEC - Incentivo de Combate a Epidemia COVID-19, **aos servidores públicos do Hospital Municipal de Juara, do Laboratório e do Centro Municipal de Atenção a COVID-19**, todos na prevenção e combate à COVID-19, conforme descrito na Tabela abaixo:

CARGOS
Agente de Vigilância Auxiliar Administrativo Agente de Serviços Urbanos Agente de Serviço Motorista Agente Operacional Agente Administrativo Agente de Saúde
Técnico de Saúde Técnico de Saúde Readequado
Especialista Saúde Enfermeiro Técnico de Nível Superior

Art. 2º As demais disposições do Decreto nº 1.491/2020 permanecem inalteradas enquanto persistir a Emergência em Saúde Pública de Interesse Internacional de que trata o Decreto nº 1.461/2020 e suas alterações.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Governo Municipal de Juara, Estado de Mato

Grosso, 14 de agosto de 2020.

Carlos Amadeu Sirena

Prefeito do Município

SEC. MUN. PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E GESTÃO
DECRETO Nº 1.539/2020

Decreto nº 1.539, de 14 de agosto de 2020.

Dispõe sobre o horário de atendimento ao público na Administração Pública Municipal.

O Prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e

Considerando o advento de final de Gestão, haverá necessidade das unidades administrativas do Município, reduzir as despesas da Administração Pública.

D E C R E T A:

Art. 1º Fica estabelecido que a partir de 17 de agosto de 2020 o expediente na Administração Pública Municipal, será das 07:00 as 13:00 horas, com exceção daquelas cujo funcionamento for indispensável ou essencial, que por sua natureza não possam ser paralisados ou interrompidos, Secretaria Municipal de Transporte, Secretaria Municipal de Cidade e seus departamentos, entre outras.

§ 1º A exceção contida *caput* se fundamenta na necessidade de manutenção dos serviços públicos essenciais à população e outros necessários ao bom andamento administrativos dos processos internos.

§ 2º Fica a critério de cada Secretaria Municipal definir outras atividades que, em razão de sua natureza não possam ser suspensas, disciplinando sua oferta ao público.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Governo Municipal de Juara, Estado de Mato

Grosso, 14 de agosto de 2020.

Carlos Amadeu Sirena

Prefeito do Município

SEC. MUN. PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E GESTÃO
COVID-19: DECRETO Nº 1.538/2020

Decreto nº 1.538, de 14 de agosto de 2020.

Dispõe sobre a Instituição do Plano Estratégico de retomada gradativa e segura das Atividades corporativas/empresariais no Município de Juara, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO que o Município de Juara, em decorrência das medidas amplas e estratégicas pelo Poder Executivo Municipal, a evolução da COVID-19 se comportou dentro dos padrões que permitem, nesse momento, a retomada gradativa e segura das atividades;

CONSIDERANDO a redução, desde o início de julho, da média móvel de casos confirmados de COVID-19 e de hospitalizações em enfermaria e UTIs no âmbito Estadual e Municipal;

CONSIDERANDO que o Estado de Mato Grosso ampliou fortemente sua capacidade de testagem e de distribuição de medicamentos prescritos por médicos, de modo a obter diagnóstico e tratamento precoces, evitando-se internações hospitalares e óbitos;

CONSIDERANDO que no Município de Juara atualmente conta com baixo número de casos confirmados da COVID-19, o que, ainda não prejudica a capacidade dos leitos disponíveis nos hospitais públicos e privados do município;

CONSIDERANDO a importância e a necessidade da retomada gradativa das atividades sociais e econômicas, respeitada a situação epidemiológica local, associado ao cumprimento das exigências para prevenção e mitigação da disseminação da COVID-19;

CONSIDERANDO a classificação pelo Estado de Mato Grosso no último Boletim Epidemiológico de que o Município de Juara está com o risco de contaminação Baixo, e por fim, Considerando que em diversos Estados da federação brasileira, inclusive municípios do Estado de Mato Grosso foi liberada a prática de palestras corporativas, cursos e correlatos;

CONSIDERANDO o prejuízo econômico causado ao comércio local em decorrência das restrições impelidas aos mesmos no combate à COVID-19;

CONSIDERANDO a necessidade de tomada de medidas de preservação de emprego e renda, bem como, a extrema necessidade do reestabelecimento da economia local.

D E C R E T A:

Art. 1º Ficam alteradas as disposições do Decreto nº 1.461/2020 nos seguintes termos:

Art. 25.

(...)

§ 13. Fica permitida a realização de palestras corporativas/empresariais, cursos técnicos, profissionalizantes, idiomas e correlatos, mediante um ambiente devidamente controlado e medidas sanitárias e restritivas previstas neste decreto, e ainda:

I – intercalar a utilização de bancos, poltronas e/ou cadeiras, de modo a manter distância mínima de 2(dois) metros entre as pessoas;

II – realizar a desinfecção do local antes e depois da utilização;

III – evitar aglomerações e/ou filas interna e externa, adotando medidas, se necessário, como distribuição de senhas e/ou, para o caso inevitável de filas, marcação no chão com distância de 2 (dois) metros entre uma e outra pessoa;

IV –impor medidas para evitar qualquer contato físico de qualquer gênero, antes, durante e depois da realização, ficando vedada a disponibilização de “coffee break”, almoço, jantar ou equivalente;

V – para realizações que ultrapassem o número de 50 (cinqüenta) pessoas até o máximo de 100 pessoas, fica condicionado à apresentação, para aprovação prévia do órgão responsável, do “Plano de Contingência em Saúde”, a ser protocolado em até 72 (setenta e duas horas) antes da data do início – computadas somente em dias úteis, junto à Vigilância Sanitária da Secretaria Municipal de Saúde – SMS, em horário de expediente;

VI – que as inscrições, emissão de crachá e outros congêneres sejam realizadas de forma *online*, sendo que no caso de indisponibilidade técnica comprovada, para cumprimento do disposto neste inciso deverão ser tomadas as seguintes providências:

a) aumento significativo de guichês para recepção dos participantes;

b) organização de filas, com a utilização de marcação no chão com distância de 2m (dois metros) entre uma pessoa e outra.”

VII – a entrada nas dependências aos locais de palestra/treinamento só será permitida com aferição de temperatura por método digital infravermelho. Considera-se a temperatura corpórea de corte máximo de 37° graus;

VIII – disponibilizar álcool em gel 70% em todas as instalações do estabelecimento para a higienização das mãos;

IX – recomenda-se que todos os participantes inclusive organizadores façam o uso corretamente de máscaras enquanto permanecerem no local, sem prejuízo da utilização de outros Equipamentos de Proteção Individual (EPI);

X – cada empresa deve nomear um representante administrativo que será responsável pela fiscalização do cumprimento das medidas de controle sanitário relacionadas aos participantes;

XI – fica proibido a venda e consumo de bebidas alcoólica e alimentos em geral;

XII – os bebedouros do tipo jato inclinado deverão ser adaptados, de modo que somente seja possível o consumo de água com o uso de copo descartável;

XIII – todos os participantes e/ou colaboradores que apresentarem sintomas respiratórios como tosse, febre, dor de garganta e mal estar geral devem ser proibidos de adentrar ao local, devendo o representante responsável pela fiscalização comunicar a Vigilância Epidemiológica Municipal imediatamente;

XIV- divulgar em local visível nos eventos, as informações de prevenção ao COVID-19 estabelecidas pelo Governo do Estado;

Art. 2º É de responsabilidade da Vigilância em Saúde, compartilhada com a Polícia Militar e demais órgãos fiscalizadores, quando for o caso, fiscalizar todos os estabelecimentos e locais públicos com vista a garantir o cumprimento das medidas sanitárias exigidas.

Art. 3º As medidas previstas neste Decreto poderão ser reavaliadas a qualquer momento de acordo com a situação epidemiológica do Município.

Art. 4º As demais disposições do Decreto Municipal nº 1.461/2020 permanecem inalteradas enquanto persistir a Emergência em Saúde Pública de Interesse Internacional de que trata o mencionado Decreto.

Art. 5º Fica revogado o Decreto nº 1.507, de 16 de junho de 2020.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Governo Municipal de Juara, Estado de Mato

Grosso, em 14 de agosto de 2020.

Carlos Amadeu Sirena

Prefeito do Município

PRIMEIRO TERMO ADITIVO, AO CONTRATO N. 149/2020.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO, AO CONTRATO N. 149/2020, FORMALIZADO ATRAVÉS DO PROCESSO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 065/2019 - PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO N.º 065/2019 - PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA/MT, EPREGÃO: Nº. 023/2020/SECAD QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA – ESTADO DE MATO GROSSO E A EMPRESA VÓLUS TECNOLOGIA E GESTÃO DE BENEFÍCIOS LTDA, CNPJ 03.817.702/0001-50.

Aos 14 dia do mês de agosto de 2020, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA – ESTADO DE MATO GROSSO**, pessoa jurídica de Direito Público, inscrito no C.G. C/MF nº. 15.072.663/0001-99, com sede administrativa na Rua Niterói, 81 – N, Centro, na cidade de Juara-MT, neste ato representada pelo Prefeito Municipal **Sr. Carlos Amadeu Sirena**, brasileiro, empresário, portador da Cédula de Identidade n. 2.181.389-3 SSP/PR e do CPF nº 578.160.189-91, residente e domiciliado nesta cidade de Juara/MT, e de outro lado a empresa **VÓLUS TECNOLOGIA E GESTÃO DE BENEFÍCIOS LTDA, CNPJ 03.817.702/0001-50**, com sua sede na Rua Rosulino Ferreira Guimarães, nº 839, Centro, Rio Verde – GO, CEP:75901-260, neste ato representado pelo Senhor **Dário da Costa Barbosa Júnior**, Brasileiro, Casado sob o regime de comunhão parcial de bens, empresário, portador da cédula de identidade nº 750.371 RG-SSP-GO 2ª via, inscrito no CPF sob nº 236.491.001-34, residente e domiciliado na Rua Filadelfo Cruvinel nº 267, Residencial Araguaia, Rio Verde – GO, CEP: 75909-394, resolvem celebrar o presente **TERMO ADITIVO, AO CONTRATO N. 149/2020**, observado as disposições na Lei n. 8.666/93, mediante as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 –Este instrumento tem como objeto a **SUPRESSÃO** de valores ao contrato original, por se tratar de **Registro de Preços para Futura e Eventual Contratação de Empresa Especializada em Serviços de Intermediação, Implantação, Operação e Gerenciamento da frota de Veículos através de Internet, com a utilização de Cartões Magnéticos Individuais**, por meiode rede de estabelecimentos Credenciados na Cidade de Juara/MT e Estado de Matogrosso, para **Fornecimento de peças e acessórios** originais e/ou genuínos e/ou similares dos fabricantes, para atender a frota de veículos, equipamentos, implementos e máquinas pesadas, a pedido da Secretaria Municipal de Administração e demais secretarias de Juara/MT-MT.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FINALIDADE

2.1 – A finalidade deste instrumento é manter os serviços contratados, através da **SUPRESSÃO** de valores contratual.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

3.1 – Este instrumento entra em vigor a partir da data de sua assinatura.

CLÁUSULA QUARTA – DOS VALORES SUPRIMIDOS

4.1 **–** Os valores SUPRIMIDOS do contrato é de R$ 1.941.746,75 (um milhão novecentos e quarenta e um mil setecentos e quarenta e seis reais e setenta e cinco centavos)

ü Gabinete ü Material de Consumo ü Fonte de Recurso - Próprio ü 02.100.04.122.0004.2002.33.90.30 – 097 ü Valor Global: R$ 25.800,00 ü Secretaria Municipal de Saúde ü Hospital Municipal de Juara ü Material de Consumo ü Fonte de Recurso - Sus/União - 142 ü 09.101.10.302.0004.2055.33.90.30 – 567 ü Valor Global: R$ 213.247,75 ü Secretaria Municipal de Saúde ü ESFS ü Material de Consumo ü Fonte de Recurso - Sus/Estado - 142 ü 09.101.10.301.0004.2063.33.90.30 – 514 ü Valor Global: R$ 36.000,00 ü Secretaria Municipal de Saúde ü Departamento de Gestão Administrativa ü Material de Consumo ü Fonte de Recurso - Sus/União - 146 ü 09.101.10.302.0004.2057.33.90.30 – 573 ü Valor Global: R$ 36.000,00 ü Secretaria Municipal de Assistência Social ü Conselho Tutelar ü Material de Consumo ü Fonte de Recurso - Próprio ü 10.101.08.243.0004.2090.33.90.30 – 722 ü Valor Global: R$ 15.000,00 ü Secretaria Municipal de Assistência Social ü Cras ü Material de Consumo ü Fonte de Recurso - Federal - 129 ü 10.101.08.244.0004.2087.33.90.30 – 763 ü Valor 2021: R$ 12.423,28 ü Secretaria Municipal de Assistência Social ü Creas ü Material de Consumo ü Fonte de Recurso - Federal - 129 ü 10.101.08.244.0004.2086.33.90.30 – 758 ü Valor Global: R$ 15.000,00 ü Secretaria Municipal de Assistência Social ü Material de Consumo ü Fonte de Recurso - Próprio ü 10.101.08.122.0004.2077.33.90.30 – 677 ü Valor Global: R$ 18.000,00 ü Secretaria Municipal de Educação ü Transporte Escolar ü Material de Consumo ü Fonte de Recurso - Próprio ü 08.007.12.361.0007.2036.33.90.30 – 390 ü Valor Global: R$ 334.071,17 ü Secretaria Municipal de Educação ü Material de Consumo ü Fonte de Recurso - Próprio ü 08.100.12.122.0007.2026.33.90.30 – 414 ü Valor Global: R$ 15.000,00 ü Secretaria Municipal de Educação ü Ensino Fundamental ü Material de Consumo ü Fonte de Recurso - Próprio ü 08.005.12.361.0007.2028.33.90.30 – 0300 ü Valor Global: R$ 12.000,00 ü Secretaria Municipal de Transporte ü Divisão de Obras Serviços Rurais ü Material de Consumo ü Fonte de Recurso - Fethab ü 14.100.26.782.0018.2107.33.90.30 – 0939 ü Valor Global: R$ 444.243,42 ü Secretaria Municipal de Transporte ü Material de Consumo ü Fonte de Recurso - Próprio ü 14.100.26.782.0018.2106.33.90.30 – 0932 ü Valor Global: R$ 360.000,00 ü Secretaria Municipal de Agricultura ü Material de Consumo ü Fonte de Recurso - Próprio ü 11.001.20.605.0004.2099.33.90.30 – 806 ü Valor Global: R$ 20.281,13 ü Secretaria Municipal de Agricultura ü Divisão de Meio Ambiente ü Material de Consumo ü Fonte de Recurso - Próprio ü 11.002.18.541.0004.2100.33.90.30 – 819 ü Valor Global: R$ 30.000,00 ü Secretaria Municipal de Finanças ü Material de Consumo ü Fonte de

Recurso - Próprio ü 05.100.04.123.0011.2013.33.90.30 – 132 ü Valor Global: R$ 15.000,00 ü Secretaria Municipal de Cidade ü Departamento de Urbanismo ü Material de Consumo ü Fonte de Recurso - Próprio ü 06.005.15.452.0018.2020.33.90.30 – 0189 ü Valor Global: R$ 297.680,00 ü Secretaria Municipal de Esportes Lazer e Juventude ü Material de Consumo ü Fonte de Recurso - Próprio ü 12.100.27.122.0004.2101.33.90.30 – 864 ü Valor Global: R$ 30.000,00 ü Secretaria Municipal de Administração ü Material de Consumo ü Fonte de Recurso - Próprio ü 07.100.04.122.0003.2021.33.90.30 – 0253 ü Valor Global: R$ 12.000,00

CLÁUSULA QUINTA – DA RATIFICAÇÃO

5.1 – Permanecem inalteradas e ratificadas as demais condições do contrato e demais cláusulas do ato convocatório, que são partes integrantes deste instrumento, independentemente de sua transcrição.

CLÁUSULA SEXTA – DA DIVULGAÇÃO

6.1 – A alteração será divulgada na imprensa oficial.

CLÁUSULA SETIMA – DO FORO

7.1 – As dúvidas decorrentes do presente termo serão dirimidas no Foro e Comarca de Juara – Estado de Mato Grosso, com renuncio de qualquer outro.

E por estarem devidamente acordados, declaram as partes aceitar as disposições estabelecidas neste Instrumento, sujeitando-se às normas contidas na Lei nº 8.666/93 e assinam o presente em 04 (quatro) vias de igual valor e teor e para todos os efeitos legais.

Juara - MT, 14 de agosto de 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA

Carlos Amadeu Sirena

Contratante

VÓLUS TECNOLOGIA E GESTÃO DE BENEFÍCIOS LTDA

CNPJ 03.817.702/0001-50

Dário da Costa Barbosa Júnior

CPF: 236.491.001-34 e RG: 750.371 RG-SSP-GO

Contratada

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 08-2020

PORTARIA Nº 837/2020.

DISPOE SOBRE A REVOGAÇÃO DA PORTARIA Nº216/2020 QUE DESIGNOU O SERVIDOR ERNESTO HENRIQUE CAMILO GRACIA NO CARGO COMISSIONADO DE DIRETOR.

CARLOS AMADEU SIRENA, Prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que a Lei Orgânica lhe confere;

RESOLVE:

Art. 1º - Revogar a Portaria nº 216/2020 que designou o servidor **ERNESTO HENRIQUE CAMILO GRACIA-5558**, brasileiro, maior, residente e domiciliado nesta cidade de Juara, Estado de Mato Grosso, portador da CI RG nº 2064544-9 SSP/MT e do CPF nº 040.516.361-43, para exercer o cargo de confiança provido em comissão de **DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ASSESSORIA NA CAPITAL DO ESTADO,** junto ao Gabinete do Prefeito Municipal/Departamento de Assessoria na Capital do Estado, **retornando** o mesmo ao cargo de origem **Auxiliar Administrativo**, junto a Secretaria Municipal de Cidade/Divisão de Engenharia, até posterior deliberação.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor nesta data revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, 03 de agosto de 2020.

MARCIA REGINA F. ARAUJO CARLOS AMADEU SIRENA

Secretária Mun. Administração Prefeito do Município

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se!

PORTARIA Nº 900/2020.

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DO SERVIDOR FRANCISMAR DE AGUIAR LIMA NO CARGO DE CHEFE DE SETOR.

CARLOS AMADEU SIRENA, Prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que a Lei Orgânica lhe confere;

Considerando, Processo SAD nº 10.283/2020.

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar o servidor**Francismar de Aguiar Lima-7930,** brasileiro, maior, residente e domiciliado nesta cidade de Juara, Estado de Mato Grosso, portador da CI RG nº 26669259 SEJSP/MT e do CPF nº058.366. 801-16, que exercia o cargo de confiança provido em comissão de **Chefe do Setor de Acompanhamento e Apoio Logístico,** junto a Secretaria Municipal de Transportes/Departamento de Estradas Vicinais/Setor de Acompanhamento e Apoio Logístico, a partir desta data até posterior deliberação.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor nesta data revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, 13 de agosto de 2020.

MARCIA REGINA F. ARAUJO CARLOS AMADEU SIRENA

Secretária Mun. Administração Prefeito do Município

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se!

PORTARIA Nº 901/2020.

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DO SERVIDOR APARICIO CARDOZO DA ROZA NO CARGO DE DIRETOR.

CARLOS AMADEU SIRENA, Prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que a Lei Orgânica lhe confere;

Considerando, Processo SAD nº 10.289/2020.

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar o servidor **APARICIO CARDOZO DA ROZA-7873**, brasileiro, maior, residente e domiciliado nesta cidade de Juara, Estado de Mato Grosso, portador da CI RG nº 2116287 SSP/PR e do CPF nº 334. 755.209-15, que exercia o cargo de confiança provido em comissão de **DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE IMPRENSA E RELAÇÕES PÚBLICAS**, junto ao Gabinete do Prefeito/Chefia de Gabinete/Departamento de Imprensa e Relações Públicas, a partir desta data até posterior deliberação.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor nesta data revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, 14 de agosto de 2020.

MARCIA REGINA F. ARAUJO CARLOS AMADEU SIRENA

Secretária Mun. Administração Prefeito do Município

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se!

PORTARIA Nº 902/2020.

DISPÕE SOBRE A REVOGAÇÃO DA PORTARIA Nº 378/2018 QUE DESIGNOU A SERVIDORA ALEXANDRA ROSA SILVA PARA EXERCER O CARGO DE COORDENADOR.

CARLOS AMADEU SIRENA, Prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que a Lei Orgânica lhe confere;

RESOLVE:

Art. 1º - Revogar a Portaria nº 378/2018 que designou a servidora **ALEXANDRA ROSA SILVA,** brasileira, maior, residente e domiciliada nesta cidade de Juara, Estado de Mato Grosso, portadora da CI RG nº. 1096382-0 -SJ/MT e do CPF nº 818.932.301-63, para exercer o cargo de confiança provido em comissão de **COORDENADORA DA DIVISÃO DE COMPRAS,** junto a Secretaria Municipal de Administração/Divisão de Compras, **retornando** a mesma ao cargo de origem **AGENTE ADMINISTRATIVO II EXTINÇÃO**, lotada na Secretaria Municipal de Administração/Divisão de Compras, partir desta data, até posterior deliberação.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor nesta data revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, 14 de agosto de 2020.

MARCIA REGINA F. ARAUJO CARLOS AMADEU SIRENA

Secretária Mun. Administração Prefeito do Município

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se!

PORTARIA Nº 903/2020.

DISPÕE SOBRE A REVOGAÇÃO DA PORTARIA Nº077/2019 QUE DESIGNOU A SERVIDORA LAIRCE VALÉRIO PESTANA NO CARGO DE COORDENADORA.

CARLOS AMADEU SIRENA, Prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que a Lei Orgânica lhe confere;

RESOLVE:

Art.1º-Revogar a Portaria nº077/2019 que designou a servidora **LAIRCE VALÉRIO PESTANA,** brasileira, maior, residente e domiciliada nesta cidade de Juara, Estado de Mato Grosso, portadora da CI RG nº 13110306-SSP/MT e do CPF nº 571.486.271-68, para exercer o cargo de confiança provido em comissão de **COORDENADORA DA DIVISÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO,** junto a Secretaria Municipal de Assistência Social e Diversidade Cultural/Departamento de Diversidade Cultural/Divisão de Apoio Administrativo, **retornando** a mesma ao cargo de origem **AGENTE ADMINISTRATIVO II-EXTINCÃO**, junto a Secretaria Municipal de Assistência Social e Trabalho/Divisão de Apoio Administrativo, a partir desta data até posterior deliberação.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor nesta data revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, 14 de agosto de 2020.

MARCIA REGINA F. ARAUJO CARLOS AMADEU SIRENA

Secretária Mun. Administração Prefeito do Município

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se!

PORTARIA Nº 904/2020.

DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DA SERVIDORA ANA LUCIA DE ARAÚJO TAVARES PARA EXERCER O CARGO DE COORDENADOR.

CARLOS AMADEU SIRENA, Prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que a Lei Orgânica lhe confere;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora **ANA LUCIA DE ARAÚJO TAVARES-6147,** brasileira, maior, residente e domiciliada nesta cidade de Juara, Estado de Mato Grosso, portadora da CI RG nº.20072015 -SSP/MT e do CPF nº 009. 995.461-39, **AUXILIAR ADMINISTRATIVO**, lotada na Secretaria Municipal de Administração/Divisão de Compras para exercer o cargo de confiança provido em comissão de **COORDENADORA DA DIVISÃO DE COMPRAS,** junto a Secretaria Municipal de Administração/Divisão de Compras, a partir desta data, até posterior deliberação.

Art. 2º - Esta despesa correrá por conta da seguinte dotação Orçamentária:

07	- Secretaria Municipal de Administração
07.06	- Divisão de Compras
2021	- Manut. de Serviços Administrat. Secr. Administr/Div/Set
31.90.11.00	- Vencimentos e Vantagens Fixas- Pessoal Civil

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor nesta data revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, 14 de agosto de 2020.

MARCIA REGINA F. ARAUJO CARLOS AMADEU SIRENA

Secretária Mun. Administração Prefeito do Município

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se!

PORTARIA Nº 905/2020.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA SERVIDORA RITA DE CASSIA PEREIRA NO CARGO DE COORDENADORA.

CARLOS AMADEU SIRENA, Prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que a Lei Orgânica lhe confere;

Considerando, o Processo SAD nº 10.339 de 14/08/2020.

RESOLVE:

Art.1º-Nomear a servidora **RITA DE CASSIA PEREIRA,** brasileira, maior, residente e domiciliada nesta cidade de Juara, Estado de Mato Grosso, portadora da CI RG nº 12464872 SSP/MT e do CPF nº 875.432.811-04, para exercer o cargo de confiança provido em comissão de **COORDENADORA DA DIVISÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO,** junto a Secretaria Municipal de Assistência Social e Trabalho/Divisão de Apoio Administrativo, a partir desta data até posterior deliberação.

Art. 2º - Esta despesa correrá por conta da seguinte dotação Orçamentária:

10	- Secretaria Municipal de Assistência Social e Trabalho
10.03	- Divisão de Apoio Administrativo
2089	- Manut. enc Serviços do Programa Atenção Criança Adolescente
31.90.11.00	- Vencimentos e Vantagens Fixas- Pessoal Civil

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor nesta data revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, 14 de agosto de 2020.

MARCIA REGINA F. ARAUJO CARLOS AMADEU SIRENA

Secretária Mun. Administração Prefeito do Município

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se!

PORTARIA Nº 906/2020.

DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA CONCORRER CARGO ELETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

CARLOS AMADEU SIRENA, Prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que a Lei Orgânica lhe confere;

Considerando o disposto na Lei Federal Complementar nº 64/1990 e Emenda Constitucional nº107/2020 c/c com Art. 132 e 133 da Lei Mu-

nicipal Complementar nº 028/2007 – Estatuto do Servidor Público Municipal; e

Considerando Ofício nº 307/2020/PAM/SMS/GS protocolado junto a SAD sob o nº 8.949 de 10/07/2020.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder **Licença para concorrer a cargo Eletivo,** no período de 14/08/2020 a 15/11/2020 ao servidor **Almir Rogério dos Santos-5068,** brasileiro, residente e domiciliado nesta cidade de Juara, Estado de Mato Grosso, portador do RG Nº 27.894.927-7 SSP/MT e do CPF Nº 266.169. 218-59, que exerce o cargo de **Enfermeiro**, junto a Secretaria Municipal de Saúde/Departamento Técnico Ambulatorial, até posterior deliberação.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor nesta data revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso,14 de agosto de 2020.

MARCIA REGINA F. ARAUJO CARLOS AMADEU SIRENA

Secretária Mun. Administração Prefeito do Município

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se!

PORTARIA Nº 907/2020.

DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA CONCORRER CARGO ELETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

CARLOS AMADEU SIRENA, Prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que a Lei Orgânica lhe confere;

Considerando o disposto na Lei Federal Complementar nº 64/1990 e Emenda Constitucional nº107/2020 c/c com Art. 132 e 133 da Lei Municipal Complementar nº 028/2007 – Estatuto do Servidor Público Municipal; e

Considerando Ofício nº 1230/SME/2020 protocolado junto a SAD sob o nº. 9.113/2020

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder **Licença para concorrer a cargo Eletivo,** no período de 14/08/2020 a 15/11/2020 a servidora **Silvane Alves de Souza Farias-7586,** brasileira, residente e domiciliada nesta cidade de Juara, Estado de Mato Grosso, portadora do RG Nº 882.054 SSP/MT e do CPF Nº 571. 464.541-34, que exerce o cargo de **Professor**, junto a Secretaria Municipal de Educação/Divisão de Educação Infantil/Setor de Educação Infantil/ FINDEB/Pré Escola, até posterior deliberação.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor nesta data revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, 14 de agosto de 2020.

MARCIA REGINA F. ARAUJO CARLOS AMADEU SIRENA

Secretária Mun. Administração Prefeito do Município

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se!

PORTARIA Nº 908/2020.

DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA CONCORRER CARGO ELETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

CARLOS AMADEU SIRENA, Prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que a Lei Orgânica lhe confere;

Considerando o disposto na Lei Federal Complementar nº 64/1990 e Emenda Constitucional nº107/2020 c/c com Art. 132 e 133 da Lei Municipal Complementar nº 028/2007 – Estatuto do Servidor Público Municipal; e

Considerando Ofício nº 1230/SME/2020 protocolado junto a SAD sob o nº. 9.113/2020.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder **Licença para concorrer a cargo Eletivo,** no período de 14/08/2020 a 15/11/2020 ao servidor **Luiz Eduardo de Brito Correia-498,** brasileiro, residente e domiciliado nesta cidade de Juara, Estado de Mato Grosso, portador do RG Nº 2814754-5 SSP/MT e do CPF Nº 511.799. 544-91, que exerce o cargo de **Professor**, junto a Secretaria Municipal de Educação/Divisão de Assuntos Políticos e Educacionais/Setor de Ensino Fundamental/FUNDEB, até posterior deliberação.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor nesta data revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, 14 de agosto de 2020.

MARCIA REGINA F. ARAUJO CARLOS AMADEU SIRENA

Secretária Mun. Administração Prefeito do Município

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se!

PORTARIA Nº 909/2020.

DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA CONCORRER CARGO ELETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

CARLOS AMADEU SIRENA, Prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que a Lei Orgânica lhe confere;

Considerando o disposto na Lei Federal Complementar nº 64/1990 e Emenda Constitucional nº107/2020 c/c com Art. 132 e 133 da Lei Municipal Complementar nº 028/2007 – Estatuto do Servidor Público Municipal; e

Considerando o Requerimento protocolado junto a SAD sob o nº. 9. 892 de 04/08/2020.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder **Licença para concorrer a cargo Eletivo,** no período de 14/08/2020 a 15/11/2020 a servidora **Lairce Valério Pestana-205,** brasileira, residente e domiciliada nesta cidade de Juara, Estado de Mato Grosso, portadora do RG Nº 13110306 SSP/MT e do CPF Nº 571.486.271-68, que exerce o cargo de **Agente Administrativo II-Extinção**, junto a Secretaria Municipal de Assistência Social e Trabalho/Divisão de Apoio Administrativo, até posterior deliberação.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor nesta data revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, 14 de agosto de 2020.

MARCIA REGINA F. ARAUJO CARLOS AMADEU SIRENA

Secretária Mun. Administração Prefeito do Município

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se!

PORTARIA Nº 910/2020.

DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA CONCORRER CARGO ELETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

CARLOS AMADEU SIRENA, Prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que a Lei Orgânica lhe confere;

Considerando o disposto na Lei Federal Complementar nº 64/1990 e Emenda Constitucional nº107/2020 c/c com Art. 132 e 133 da Lei Municipal Complementar nº 028/2007 – Estatuto do Servidor Público Municipal; e

Considerando Ofício nº 138/2020 protocolado junto a SAD sob o nº. 9. 888 de 04/08/2020.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder **Licença para concorrer a cargo Eletivo,** no período de 14/08/2020 a 15/11/2020 ao servidor J**oão Venâncio da Silva-1608,** brasileiro, residente e domiciliado nesta cidade de Juara, Estado de Mato Grosso, portador do RG Nº 1.216.455-0 SSP/MT e do CPF Nº 000.126. 711-69, que exerce o cargo de **Agente de Conservação/Jardineiro**, junto a Secretaria Municipal de Esporte Lazer e Juventude/Setor de Atividades Esportivas, até posterior deliberação.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor nesta data revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, 14 de agosto de 2020.

MARCIA REGINA F. ARAUJO CARLOS AMADEU SIRENA

Secretária Mun. Administração Prefeito do Município

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se!

PORTARIA Nº 911/2020.

DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA CONCORRER CARGO ELETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

CARLOS AMADEU SIRENA, Prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que a Lei Orgânica lhe confere;

Considerando o disposto na Lei Federal Complementar nº 64/1990 e Emenda Constitucional nº107/2020 c/c com Art. 132 e 133 da Lei Municipal Complementar nº 028/2007 – Estatuto do Servidor Público Municipal; e

Considerando o Requerimento protocolado junto a SAD sob o nº. 9. 999 de 06/08/2020.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder **Licença para concorrer a cargo Eletivo,** no período de 14/08/2020 a 15/11/2020 ao servidor **Flavio do Nascimento Melo-7945,** brasileiro, residente e domiciliado nesta cidade de Juara, Estado de Mato Grosso, portador do RG Nº 13979736 SSP/MT e do CPF Nº 009.995. 481-82, que exerce o cargo de **Conselheiro Tutelar**, junto a Secretaria Municipal de Assistência Social e Trabalho/Divisão de Programas e Projetos Sociais/Setor de Programas de Atenção a Criança e Adolescente, até posterior deliberação.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor nesta data revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, 14 de agosto de 2020.

MARCIA REGINA F. ARAUJO CARLOS AMADEU SIRENA

Secretária Mun. Administração Prefeito do Município

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se!

PORTARIA Nº 912/2020.

DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA CONCORRER CARGO ELETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

CARLOS AMADEU SIRENA, Prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que a Lei Orgânica lhe confere;

Considerando o disposto na Lei Federal Complementar nº 64/1990 e Emenda Constitucional nº107/2020 c/c com Art. 132 e 133 da Lei Municipal Complementar nº 028/2007 – Estatuto do Servidor Público Municipal; e

Considerando o Requerimento protocolado junto a SAD sob o nº. 10. 185 de 11/08/2020.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder **Licença para concorrer a cargo Eletivo,** no período de 14/08/2020 a 15/11/2020 a servidora **Magali Maria da Silva-224,** brasileira, residente e domiciliada nesta cidade de Juara, Estado de Mato Grosso, portadora do RG Nº 08926549 SSP/MT e do CPF Nº 774.803.761-20, que exerce o cargo de **Técnico Saúde-Readequado**, junto a Secretaria Municipal de Saúde/Departamento de Gestão Administrativo/Divisão de Saúde Coletiva/Setor de Unidade de Estratégia a Saúde da Família-ESF, até posterior deliberação.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor nesta data revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, 14 de agosto de 2020.

MARCIA REGINA F. ARAUJO CARLOS AMADEU SIRENA

Secretária Mun. Administração Prefeito do Município

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se!

PORTARIA Nº913/2020.

DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA CONCORRER CARGO ELETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

CARLOS AMADEU SIRENA, Prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que a Lei Orgânica lhe confere;

Considerando o disposto na Lei Federal Complementar nº 64/1990 e Emenda Constitucional nº107/2020 c/c com Art. 132 e 133 da Lei Municipal Complementar nº 028/2007 – Estatuto do Servidor Público Municipal; e

Considerando o Requerimento protocolado junto a SAD sob o nº. 10.186 de 11/08/2020.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder **Licença para concorrer a cargo Eletivo,** no período de 14/08/2020 a 15/11/2020 a servidora **Benedita Maria de Jesus de Oliveira,** brasileira, residente e domiciliada nesta cidade de Juara, Estado de Mato Grosso, portadora do RG Nº 08051135 SSP/MT e do CPF Nº 537.195.061-34, que exerce o cargo de **Auxiliar Administrativo**, junto a Secretaria Municipal de Saúde/Departamento de Gestão Administrativo/ Divisão de Saúde Coletiva/Setor de Unidade de Estratégia a Saúde da Família-ESF, até posterior deliberação.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor nesta data revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, 14 de agosto de 2020.

MARCIA REGINA F. ARAUJO CARLOS AMADEU SIRENA

Secretária Mun. Administração Prefeito do Município

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se!

PORTARIA Nº 914/2020.

DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA CONCORRER CARGO ELETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

CARLOS AMADEU SIRENA, Prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que a Lei Orgânica lhe confere;

Considerando o disposto na Lei Federal Complementar nº 64/1990 e Emenda Constitucional nº107/2020 c/c com Art. 132 e 133 da Lei Municipal Complementar nº 028/2007 – Estatuto do Servidor Público Municipal; e

Considerando o Requerimento protocolado junto a SAD sob o nº. 10. 234 de 12/08/2020.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder **Licença para concorrer a cargo Eletivo,** no período de 14/08/2020 a 15/11/2020 ao servidor **Ernesto Henrique Camilo Gracia-5558,** brasileiro, residente e domiciliado nesta cidade de Juara, Estado de Mato Grosso, portador do RG Nº 20645449 SSP/MT e do CPF Nº 040.516.361-43, que exerce o cargo de **Auxiliar Administrativo**, junto ao Gabinete do Prefeito/Departamento de Assessoria Capital do Estado, até posterior deliberação.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor nesta data revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, 14 de agosto de 2020.

MARCIA REGINA F. ARAUJO CARLOS AMADEU SIRENA

Secretária Mun. Administração Prefeito do Município

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se!

PORTARIA Nº915/2020.

DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA CONCORRER CARGO ELETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

CARLOS AMADEU SIRENA, Prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que a Lei Orgânica lhe confere;

Considerando o disposto na Lei Federal Complementar nº 64/1990 e Emenda Constitucional nº107/2020 c/c com Art. 132 e 133 da Lei Municipal Complementar nº 028/2007 – Estatuto do Servidor Público Municipal; e

Considerando Ofício nº526/SME/2020 junto a SAD sob o nº. 10.259 de 12/08/2020.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder **Licença para concorrer a cargo Eletivo,** no período de 14/08/2020 a 15/11/2020 ao servidor **Pedro Alcântara Mota-325,** brasileiro, residente e domiciliado nesta cidade de Juara, Estado de Mato Grosso, portador do RG Nº 4910940 SSP/MT e do CPF Nº 352.809.891-49, que exerce o cargo de **Técnico Administrativo Educacional**, junto a Secretaria Municipal de Educação/Departamento de Recursos Humanos, até posterior deliberação.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor nesta data revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, 14 de agosto de 2020.

MARCIA REGINA F. ARAUJO CARLOS AMADEU SIRENA

Secretária Mun. Administração Prefeito do Município

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se!

PORTARIA Nº916/2020.

DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA CONCORRER CARGO ELETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

CARLOS AMADEU SIRENA, Prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que a Lei Orgânica lhe confere;

Considerando o disposto na Lei Federal Complementar nº 64/1990 e Emenda Constitucional nº107/2020 c/c com Art. 132 e 133 da Lei Municipal Complementar nº 028/2007 – Estatuto do Servidor Público Municipal; e

Considerando o Requerimento protocolado junto a SAD sob o nº. 10.290 de 13/08/2020.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder **Licença para concorrer a cargo Eletivo,** no período de 14/08/2020 a 15/11/2020 ao servidor **Marcos Medeiros dos Reis-7167,** brasileiro, residente e domiciliado nesta cidade de Juara, Estado de Mato Grosso, portador do RG Nº 10973206 SSP/MT e do CPF Nº 814.515.151-00, que exerce o cargo de **Agente Operacional**, junto a Secretaria Municipal de Assistência Social e Trabalho/Divisão de Apoio Administrativo, até posterior deliberação.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor nesta data revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, 14 de agosto de 2020.

MARCIA REGINA F. ARAUJO CARLOS AMADEU SIRENA

Secretária Mun. Administração Prefeito do Município

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se!

PORTARIA Nº917/2020.

DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA CONCORRER CARGO ELETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

CARLOS AMADEU SIRENA, Prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que a Lei Orgânica lhe confere;

Considerando o disposto na Lei Federal Complementar nº 64/1990 e Emenda Constitucional nº107/2020 c/c com Art. 132 e 133 da Lei Municipal Complementar nº 028/2007 – Estatuto do Servidor Público Municipal; e

Considerando o Requerimento protocolado junto a SAD sob o nº. 10.348 de 14/08/2020.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder **Licença para concorrer a cargo Eletivo,** no período de 14/08/2020 a 15/11/2020 a servidora **Eliane Floriano dos Santos-6378,** brasileira, residente e domiciliada nesta cidade de Juara, Estado de Mato Grosso, portadora do RG Nº 14773996 SSP/MT e do CPF Nº 843.341.691-04, que exerce o cargo de **Agente Comunitário de Saúde**, junto a Secretaria Municipal de Saúde/Departamento de Gestão Administrativo/Divisão de Saúde Coletiva/Setor de Programa de Agente Comunitário de Saúde-PACS, até posterior deliberação.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor nesta data revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, 14 de agosto de 2020.

MARCIA REGINA F. ARAUJO CARLOS AMADEU SIRENA

Secretária Mun. Administração Prefeito do Município

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se!

PORTARIA Nº918/2020.

DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA CONCORRER CARGO ELETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

CARLOS AMADEU SIRENA, Prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que a Lei Orgânica lhe confere;

Considerando o disposto na Lei Federal Complementar nº 64/1990 e Emenda Constitucional nº107/2020 c/c com Art. 132 e 133 da Lei Municipal Complementar nº 028/2007 – Estatuto do Servidor Público Municipal; e

Considerando o Requerimento protocolado junto a SAD sob o nº. 10.356 de 14/08/2020.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder **Licença para concorrer a cargo Eletivo,** no período de 14/08/2020 a 15/11/2020 a servidora **Alexandra Rosa da Silva,** brasileira, residente e domiciliada nesta cidade de Juara, Estado de Mato Gros-

so, portadora do RG Nº 10963820 SSP/MT e do CPF Nº818.932.301-63, que exerce o cargo de **Agente Administrativo II-Extinção**, junto a Secretaria Municipal de Administração/Divisão de Compras, até posterior deliberação.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor nesta data revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, 14 de agosto de 2020.

MARCIA REGINA F. ARAUJO CARLOS AMADEU SIRENA

Secretária Mun. Administração Prefeito do Município

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se!

PORTARIA Nº919/2020.

DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA CONCORRER CARGO ELETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

CARLOS AMADEU SIRENA, Prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que a Lei Orgânica lhe confere;

Considerando o disposto na Lei Federal Complementar nº 64/1990 e Emenda Constitucional nº107/2020 c/c com Art. 132 e 133 da Lei Municipal Complementar nº 028/2007 – Estatuto do Servidor Público Municipal; e

Considerando o Requerimento protocolado junto a SAD sob o nº10. 361 de 14/08/2020.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder **Licença para concorrer a cargo Eletivo,** no período de 14/08/2020 a 15/11/2020 ao servidor **Paulo Ramos Pereira-234**6**,** brasileiro, residente e domiciliado nesta cidade de Juara, Estado de Mato Grosso, portador do RG Nº 375346 SSP/MT e do CPF Nº 340.303.361-91, que exerce o cargo de **Motorista de Caminhão Ônibus e Carreta**, junto a Secretaria Municipal de Saúde/Departamento Hospitalar, até posterior deliberação.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor nesta data revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, 14 de agosto de 2020.

MARCIA REGINA F. ARAUJO CARLOS AMADEU SIRENA

Secretária Mun. Administração Prefeito do Município

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se!

PREFEITURA MUNICIPAL DE JURUENA

PORTARIA N.º 108, DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

NOMEIA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

SANDRA JOSY LOPES DE SOUZA, Prefeita Municipal de Juruena, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, combinada com a Lei Federal nº. 8666, de 21/06/1993 e suas alterações,

R E S O L V E:

ART. 1º. Nomear sem ônus para os cofres públicos municipais, para compor a **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO,** os servidores municipais **ROBSON GOMES DIAS,** portador da Cédula de Identidade Rg nº. 14504537 ssp/MT e Cpf nº. 956.127.261-04, como presidente da **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO,** o senhor **CARLOS jhonatan carvalho costa,** RG nº. 2571775-8 e CPF nº. 049.903.791-01 Secretário e a senhora **PATRICIA ROSANE MEDEIROS,** RG nº. 1609052-7 SSP/MT e CPF nº. 030.496.661-45 membro.

ART. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário em especial a Portaria nº. 11, de 17 de Janeiro de 2020.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Prefeitura Municipal de Juruena/MT, 14 de Agosto de 2020.

SANDRA JOSY LOPES DE SOUZA

Prefeita Municipal de Juruena

Registrada e publicada por afixação em local público de costume, conforme autorização da Lei Municipal nº. 484, de 04 de março de 2002.

LUIZ CARLOS DOS SANTOS

Secretário Municipal de Administração

e Finanças

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA

PORTARIA Nº 228/2020, 13 DE AGOSTO DE 2020.

"Dispõe sobre **EXONERAÇÃO** do **Cargo de Secretario de Administraçao** do Município de Juscimeira e dá outras providencias:

MOISES DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Juscimeira, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - EXONERAR a Pedido o **Srº ANTONIO CARLOS DA SILVA JUNIOR, Matricula nº 2442,** brasileiro, portador do RG nº 1249418-6 SSP/MT, CPF nº 920.207.711-87, do **Cargo de Secretário de Administração do Município de Juscimeira**.

Artigo 2º - Está Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 13 de Agosto de 2020.

MOISÉS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 227 /2020, DE 13 DE AGOSTO DE 2020.

"Dispõe sobreconcessão de **Retorno ao Serviço Publico após Afastamento concedido com fulcro no Art. 112 da Lei nº 199/91 de 12 de dezembro de 1991,** aoServidor Efetivo **Srº Rosandro de Moura Andrade,** e da outras providências".

MOISES DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Juscimeira, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE:

.

Artigo 1º - Conceder **Retorno a pedido** da Licença sem remuneração, para tratar de Interesse Particular concedido ao Servidor Público Municipal Efetivo**,** no cargode Engenheiro Agrônomo **Matrícula nº 1593 Srº Rosandro de Moura Andrade,** a partir de 13 de Agosto de 2020, ficando à disposição da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

Artigo 2º - Está Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 13 de Agosto de 2020.

MOISÉS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 220/2020, 12 DE AGOSTO DE 2020.

"Dispõe sobre **EXONERAÇÃO** do **Cargo de Gerente de Finanças** do Município de Juscimeira e dá outras providencias:

MOISES DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Juscimeira, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - EXONERAR o **Srº CARLIELSON FIRMINO DE MOURA, Matricula nº 24,** brasileiro, casado, portador do RG nº 0673308-5 SSP/MT, CPF nº 559.294.001-72, residente e domiciliado à Rua Recife, Nº 192, Centro, Juscimeira-MT, Efetivo no Cargo de Oficial Administrativo, do **Cargo de Gerente de Finanças,** lotado na Secretaria de Fazenda e Finanças.

Artigo 2º - Está Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 12 de Agosto de 2020.

JOSE JUNIOR ALVES

Secretario de Fazenda e Finanças

MOISÉS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 221/2020, 12 DE AGOSTO DE 2020.

"Dispõe sobre **EXONERAR d**o **Cargo de Gerente de Recursos Humanos** do Município de Juscimeira-MT. Srª **GRACIELLE MARTINS SILVA** e dá outras providencias:

MOISES DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Juscimeira, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - EXONERAR a Srª GACIELLE MARTINS SILVA, Matricula nº 1617, brasileira, casada, portador do RG nº 14423030 SSP/MT, CPF nº 951.059.801-15, residente e domiciliado à Av. J. K. Nº 1154, Centro, Juscimeira-MT, Efetiva no Cargo de Assistente Administrativo, do **Cargo de Gerente de Recursos humanos**.

Artigo 2º - Está Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 12 de Agosto de 2020.

ANTONIO CARLOS DA SILVA JUNIOR

Secretario de Administração

MOISÉS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO 006/2020

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA

Terça-feira, 11 de Agosto de 2020

JUSCIMEIRA - MT, AVENIDA JOAQUIM MIGUEL DOS SANTOS, Nº 210, CAJUS

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preço Nº: 20/2020
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS E HOSPITALARES, PARA ESTRUTURAÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA/MT
Contratada: C.E. CARVALHO MEDICAMENTOS - EPP
CNPJ: 24864422000173
Valor Global: 90.114,80
Modalidade: Pregão presencial 00000006/2020

Prefeito

ARRelatorio_Extrato_Ata_RegistrodePreco

Página: 1 / 1

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA

Terça-feira, 11 de Agosto de 2020

JUSCIMEIRA - MT, AVENIDA JOAQUIM MIGUEL DOS SANTOS, Nº 210, CAJUS

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preço Nº: 21/2020
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS E HOSPITALARES, PARA ESTRUTURAÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA/MT
Contratada: CIRURGICA GONÇALVES LTDA - EPP
CNPJ: 15371628000170
Valor Global: 105.548,00
Modalidade: Pregão presencial 00000006/2020

Prefeito

ARRelatorio_Extrato_Ata_RegistrodePreco

Página: 1 / 1

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA

JUSCIMEIRA - MT, AVENIDA JOAQUIM MIGUEL DOS SANTOS, Nº 210, CAJUS

Terça-feira, 11 de Agosto de 2020

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preço Nº: 31/2020
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS E HOSPITALARES, PARA ESTRUTURAÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA/MT
Contratada: DISMEQ COMERCIAL IMPORTADORA DE MAQUINAS PARA ESCRITÓRIO - EPP
CNPJ: 24722647000195
Valor Global: 38.481,10
Modalidade: Pregão presencial 00000006/2020

Prefeito

ARRelatorio_Extrato_Ata_RegistrodePreco

Página: 1 / 1

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA
JUSCIMEIRA - MT, AVENIDA JOAQUIM MIGUEL DOS SANTOS, Nº 210, CAJUS

Terça-feira, 11 de Agosto de 2020

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preço Nº: 29/2020
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS E HOSPITALARES, PARA ESTRUTURAÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA/MT
Contratada: DOUGLAS E. C. MONTEIRO EIRELI - ME
CNPJ: 32534923000110
Valor Global: 18.420,00
Modalidade: Pregão presencial 00000006/2020

Prefeito

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA
JUSCIMEIRA - MT, AVENIDA JOAQUIM MIGUEL DOS SANTOS, Nº 210, CAJUS

Terça-feira, 11 de Agosto de 2020

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preço Nº: 30/2020
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS E HOSPITALARES, PARA ESTRUTURAÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA/MT
Contratada: FAST COMERCIO EIRELI
CNPJ: 30437082000105
Valor Global: 23.750,00
Modalidade: Pregão presencial 00000006/2020

Prefeito

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA

Terça-feira, 11 de Agosto de 2020

JUSCIMEIRA - MT, AVENIDA JOAQUIM MIGUEL DOS SANTOS, Nº 210, CAJUS

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preço Nº: 25/2020
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS E HOSPITALARES, PARA ESTRUTURAÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA/MT
Contratada: JARAGUÁ MERCANTIL LTDA - EPP
CNPJ: 13390706000159
Valor Global: 21.114,00
Modalidade: Pregão presencial 00000006/2020

Prefeito

ARRelatorio_Extrato_Ata_RegistrodePreco

Página: 1 / 1

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA

Terça-feira, 11 de Agosto de 2020

JUSCIMEIRA - MT, AVENIDA JOAQUIM MIGUEL DOS SANTOS, Nº 210, CAJUS

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preço Nº: 22/2020
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS E HOSPITALARES, PARA ESTRUTURAÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA/MT
Contratada: K.C.R.S COMERCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI EPP
CNPJ: 21971041000103
Valor Global: 6.530,00
Modalidade: Pregão presencial 00000006/2020

Prefeito

ARRelatorio_Extrato_Ata_RegistrodePreco

Página: 1 / 1

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA
JUSCIMEIRA - MT, AVENIDA JOAQUIM MIGUEL DOS SANTOS, Nº 210, CAJUS

Terça-feira, 11 de Agosto de 2020

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preço Nº: 28/2020
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS E HOSPITALARES, PARA ESTRUTURAÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA/MT
Contratada: KM INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS EIRELI
CNPJ: 17344993000111
Valor Global: 32.200,00
Modalidade: Pregão presencial 00000006/2020

Prefeito

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA

Terça-feira, 11 de Agosto de 2020

JUSCIMEIRA - MT, AVENIDA JOAQUIM MIGUEL DOS SANTOS, Nº 210, CAJUS

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preço Nº: 26/2020
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS E HOSPITALARES, PARA ESTRUTURAÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA/MT
Contratada: LEITE E RIBEIRO LTDA - EPP
CNPJ: 18849143000138
Valor Global: 1.798,21
Modalidade: Pregão presencial 00000006/2020

Prefeito

ARRelatorio_Extrato_Ata_RegistrodePreco

Página: 1 / 1

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA

Terça-feira, 11 de Agosto de 2020

JUSCIMEIRA - MT, AVENIDA JOAQUIM MIGUEL DOS SANTOS, Nº 210, CAJUS

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preço Nº: 24/2020
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS E HOSPITALARES, PARA ESTRUTURAÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA/MT
Contratada: LOJA EUREKA LTDA - ME
CNPJ: 03339440000166
Valor Global: 11.219,00
Modalidade: Pregão presencial 00000006/2020

Prefeito

ARRelatorio_Extrato_Ata_RegistrodePreco

Página: 1 / 1

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA

Terça-feira, 11 de Agosto de 2020

JUSCIMEIRA - MT, AVENIDA JOAQUIM MIGUEL DOS SANTOS, Nº 210, CAJUS

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preço Nº: 23/2020
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS E HOSPITALARES, PARA ESTRUTURAÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA/MT
Contratada: OP QUIRINO DISTRIBUIDORA EIRELI ME
CNPJ: 22228679000103
Valor Global: 52.181,25
Modalidade: Pregão presencial 00000006/2020

Prefeito

ARRelatorio_Extrato_Ata_RegistrodePreco

Página: 1 / 1

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA

JUSCIMEIRA - MT, AVENIDA JOAQUIM MIGUEL DOS SANTOS, Nº 210, CAJUS

Terça-feira, 11 de Agosto de 2020

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preço Nº: 27/2020
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS E HOSPITALARES, PARA ESTRUTURAÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA/MT
Contratada: VISÃO EQUIPAMENTOS HOSPITALARES E PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA - EPP
CNPJ: 26728736000174
Valor Global: 35.000,00
Modalidade: Pregão presencial 00000006/2020

Prefeito

ARRelatorio_Extrato_Ata_RegistrodePreco

Página: 1 / 1

PORTARIA Nº 222/2020, 12 DE AGOSTO DE 2020.

"Dispõe sobre **NOMEAR para ocupar o Cargo de Supervisor de Cadastro Funcional,** do Município de Juscimeira-MT. Srª **IVANIA ALMEIDA SILVA,** e dá outras providencias:

MOISES DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Juscimeira, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - NOMEAR a Srª IVANIA ALMEIDA SILVA, Matricula nº 2924, brasileira, portadora do RG nº 5.420.391 SSP/MG, CPF nº 671.981. 046-49, residente e domiciliado à Rua Jacira Nº 991, Centro, Jaciara-MT, Efetiva no Cargo de Assistente Administrativo, para ocupar o **Cargo de Supervisora de Cadastro Funcional,** lotada na Secretaria de Administração.

Artigo 2º - Está Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 12 de Agosto de 2020.

ANTONIO CARLOS DA SILVA JUNIOR

Secretario de Administração

MOISÉS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 231/2020, 14 DE AGOSTO DE 2020.

"DISPÕE SOBRE **REVOGAÇÃO DA PORTARIA Nº 225/2020 DE 13 DE AGOSTO DE 2020,** E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS:

MOISES DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Juscimeira, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - Revogar a Portaria nº 225/2020 de 13 de Agosto de 2020, que Dispõe sobre Alteração da Portaria nº 010/2020 que Nomeia Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Juscimeira para o Exercício de 2020.

Artigo 2º - Está Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 14 de Agosto de 2020.

KATTY DAISY DE ARAUJO E LIMA

Secretaria de Administração

MOISÉS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 230/2020, 14 DE AGOSTO DE 2020.

"Dispõe sobre **NOMEAÇAO** para ocupar **o Cargo de Gerente de Licitações** do Município de Juscimeira-MT. Srª **GRACIELLE MARTINS SILVA** e dá outras providencias:

MOISES DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Juscimeira, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - NOMEAR a Srª GACIELLE MARTINS SILVA, Matricula nº 1617, brasileira, casada, portador do RG nº 14423030 SSP/MT, CPF nº 951.059.801-15, residente e domiciliado à Av. J. K. Nº 1154, Bairro Centro, Juscimeira-MT, Efetiva no Cargo de Oficial Administrativo, para ocupar o **Cargo de Gerente de Licitações,** lotada na Secretaria de Administração.

Artigo 2º - Está Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 14 de Agosto de 2020.

KATTY DAISY DE ARAUJO E LIMA

Secretaria de Administração

MOISÉS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 224/2020, 13 DE AGOSTO DE 2020.

"Dispõe sobre **NOMEAÇÃO** para ocupar o **Cargo de Gerente de Recursos Humanos** do Município de Juscimeira e dá outras providencias:

MOISES DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Juscimeira, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - NOMEAR o **Srº CARLIELSON FIRMINO DE MOURA, Matricula nº 24,** brasileiro, casado, portador do RG nº 0673308-5 SSP/MT, CPF nº 559.294.001-72, residente e domiciliado à Rua Recife, Nº 192, Centro, Juscimeira-MT, Efetivo no Cargo de Oficial Administrativo, para ocupar o **Cargo de Gerente de Recursos Humanos,** lotado na Secretaria de Fazenda e Finanças.

Artigo 2º - Está Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 13 de Agosto de 2020.

ANTONIO CARLOS DA SILVA JUNIOR

Secretario de Administração

MOISÉS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 229/2020, 13 DE AGOSTO DE 2020.

"Dispõe sobre **NOMEAÇAO** para ocupar o **Cargo de Secretaria de Administração** do Município de Juscimeira e dá outras providencias:

MOISES DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Juscimeira, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - NOMEAR a Srª KATTY DAISY DE ARAUJO E LIMA, Matricula nº 2931, brasileira, portadora do RG nº 13147820 SSP/MT, CPF nº 881.354.381-68, residente e domiciliada na Rua Belo Horizonte s/nº Centro Juscimeira-MT para ocupar o **Cargo de Secretário de Administração do Município de Juscimeira**.

Artigo 2º - Está Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 13 de Agosto de 2020.

MOISÉS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 622/2020 DE 10 DE AGOSTO DE 2020.

" ESTABELECE O VTN (VALOR DA TERRA NUA) PARA O EXERCICIO DE 2020 NO MUNICIPIO DE JUSCIMEIRA-MT, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA, Estado de Mato Grosso**, o Sr. MOISES DOS SANTOS**, no desempenho de suas atribuições legais, contidas na Lei Orgânica do Município".

Considerando, as obrigações acessórias contidas no Contrato de Convênio do ITR, firmado entre a Prefeitura Municipal de Juscimeira e a Receita Federal do Brasil;

Considerando, o preceituado na Instrução Normativa da RFB nº 1562, de 29 de abril de 2015, e na Instrução Normativa RBF nº 1640/2016, de 11 de maio de 2016, onde o Município deverá informar os Valores da Terra Nua por Hectare para fins de atualização do Sistema de Preços de Terras – SIPT da Receita Federal do Brasil;

DECRETA:

Artigo. 1º. Estabelece os valores da média geral de Terra Nua (VTN) dos imóveis rurais para fins de declaração e fiscalização do Imposto Territorial Rural – ITR para o ano de 2020, conforme segue:

I – Lavoura Aptidão Boa: R$ 15.820,64 (quinze mil, oitocentos e vinte reais e sessenta e quatro centavos); II – Lavoura Aptidão Regular: R$ 9.206,01 (nove mil, duzentos e seis reais e um centavos); III – Lavoura Aptidão Restrita: R$ 7.042,59 (sete mil, quarenta e dois reais, e cinqüenta e nove centavos); IV – Pastagem Plantada: R$ 5.206,59 (cinco mil duzentos e seis reais e cinqüenta e nove centavos); V – Silvicultura ou Pastagem Natural: R$ 3.644,28 (três mil seiscentos e quarenta e quatro reais e vinte e oito centavos); VI – Preservação da Fauna ou Flora: R$ 2.601,06 (Dois mil seiscentos e um reais e seis centavos).

Artigo 2º - Fica como Responsável pelo levantamento Engenheira Ambiental Drª Tatiana Mairosa Fortes CREA-MT: Registro nº 044541

Artigo 3º -O presente Laudo de Avaliação foi elaborado utilizando-se o Método Direto Comparativo, em conformidade com a NBR 14.653 – Parte 3 (Imóveis Rurais) da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas). Foram realizados levantamentos dos valores de comercialização de imóveis rurais negociados e/ou ofertados, levando-se em consideração a microrregião, capacidade de uso do solo, topografia e localização geográfica.

Ademais, realizou-se uma consulta à Planilha de Valor de Terra Nua(VTN), atribuído ao município de Juscimeira-MT pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA-MT)

Artigo 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua Publicação, revogando as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Juscimeira/MT, em 10 de Agosto de 2020.

MOISÉS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

JOSÉ JUNIOR ALVES

Secretário Municipal de Fazenda e Finanças

PORTARIA Nº 232/2020, DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

"Dispõe sobre ALTERAÇÃO da Portaria nº 010/2020 que Nomeia a Comissão Municipal de Licitação da Prefeitura Municipal de Juscimeira para o Exercício de 2020 e dá outras providencias:

MOISES DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Juscimeira, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, Considerando o disposto na Lei Federal nº 8.666/1983.

RESOLVE:

Artigo 1º - ALTERAR Portaria nº 010/2020 de 06 de Janeiro de 2020, a qualnomeou a Comissão Permanente de Licitações, responsável por todos os atos necessários ao processo Licitatório no de 2020, exceto pregão Presencial, que passa a ser composta pelos seguintes servidores:

JOAO PAULO BEZERRA SANTOS.....PRESIDENTE

NELSON TAVEIRA FILHO..... ..... SECRETARIO

ENILTON LEITAO DE ALMEIDA .....MEMBRO

Artigo 2º - Fica designado como Membro Suplente o Servidor, **EDJAIME FERREIRA DA SILVA.**

Artigo 3º - Está Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 14 de Agosto de 2020.

KATTY DAISY DE ARAUJO E LIMA

Secretaria de Administração

MOISÉS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

TERMO DE RATIFICAÇÃO DISPENSA LICITAÇÃO Nº 010/2020

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA

JUSCIMEIRA - MT, AVENIDA JOAQUIM MIGUEL DOS SANTOS, Nº 210, CAJUS

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito, MOISES DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Presidente da Comissão de Licitação e sua equipe de apoio, resolve:

RATIFICAR a presente Licitação nestes termos:

Licitação Nr.: 00000045/2020
Modalidade Nr.: 00000010/2020
Modalidade: DISPENSA DE LICITAÇÃO
Data da Adjudicação: 14/08/2020
Data da Homologação: 14/08/2020
Objeto da Licitação: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE LICENÇAS DE USO DE SOFTWARE WEB PARA DISPONIBILIZAÇÃO DE AULAS ONLINE ATRAVÉS DE VÍDEOS E CONTEÚDOS DIDÁTICOS; CURRICULARES E COMPLEMENTARES; SEPARADOS POR UNIDADE ESCOLAR, ETAPA, TURNO E PAINEL ADMINISTRADOR

Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação)	Detalhamento	Marca	Unid. Forn.	Qtd.	Vlr. Unitário	Total
3120 - ROBSON R MARCIDELLI DE ALMEIDA - 13320673-4						
CNPJ: 08.051.943/0001-55						
39710	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE LICENÇAS DE USO DE SOFTWARE WEB PARA DISPONIBILIZAÇÃO DE AULAS ONLINE ATRAVÉS DE VÍDEOS E CONTEÚDOS DIDÁTICOS; CURRICULARES E COMPLEMENTARES; SEPARADOS POR UNIDADE ESCOLAR, ETAPA, TURNO E PAINEL ADMINISTRADOR	KANIX WEB	MÊS	6,0000	1.700,0000	10.200,00

Total Itens: 1 **Total Fornecedor:** 10.200,0000

Total Geral: 10.200,0000

JUSCIMEIRA, Sexta-feira, 14 de Agosto de 2020

PORTARIA Nº 226/2020, DE 13 DE AGOSTO DE 2020

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDOR EFETIVO, ANDRE NUNES DA SILVA, MATRICULA Nº 397, PARA ATUAR COMO FISCAL DE CONTRATOS DO MUNICÍPIO DE JUSCIMEIRA-MT".

MOISES DOS SANTOS, Prefeito municipal de Juscimeira, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear o senhor ***ANDRE NUNES DA SILVA,*** matricula nº 397, brasileiro, portador do CPF 559.311.461-72, e RG nº 070537-1 SSP-MT residente e domiciliada na Rua Ademar de Barros Nº 210 – Bairro Beira Rio – Juscimeira/MT, para atuar na função gratificada de Fiscal de Contratos, vinculada a Secretária de Fazenda e Finanças deste município.

Art. 2º. O servidor fará jus à gratificação especial disposta no § 1 °, Art. 1º, da Lei Municipal Nº 1.147/2018 de 14 de Dezembro de 2018.

Art. 3º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, em 13 de Agosto de 2020.

JOSE JUNIOR ALVES MOISÉS DOS SANTOS

Secretario de Fazenda e Finanças Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAMBARI D´OESTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

PORTARIA Nº 192/2020,

DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

"Nomeia a Senhora ROSEMEIRE CEZARIO PEREIRA, para o exercício do Cargo em Comissão de Secretária Municipal de Promoção e Assistência Social, da Prefeitura Municipal de Lambari D'Oeste, e dá outras providencias".

O PREFEITO MUNICIPAL INTERINO DE LAMBARI D'OESTE, Estado de Mato Grosso, Senhor JOSIVAN MEDEIROS DA SILVA, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 62, incisos, VI e IX, combinado com o

art. 90, inciso II, alínea “a” da Lei Orgânica do Município e Art. 11, inciso II, da Lei Complementar nº. 25/2006, de 28 de abril 2006.

R E S O L V E:

Art. 1º Nomear a Senhora, ROSEMEIRE CEZARIO PEREIRA, Portadora da cédula de Identidade RG n° 21.142.048-7 SSP/SP e Inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas CPF n° 154793138/86, para o exercício do cargo em Comissão de Secretária Municipal de Promoção e Assistência Social da Prefeitura Municipal de Lambari D’Oeste, Estado de Mato Grosso.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do poder Executivo, em Lambari D’Oeste – MT, aos quatorze dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte.

PUBLICA-SE, REGISTRE-SE, CIENTIFIQUE-SE E, CUMPRA-SE

JOSIVAN MEDEIROS DA SILVA

Prefeito Municipal Interino

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

PORTARIA Nº 194/2020,

DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

"Nomeia o Senhor WALACI RODRIGO NEVES DA SILVA, para o exercício do Cargo em Comissão de Secretária Municipal de Desenvolvimento Econômico, da Prefeitura Municipal de Lambari D’Oeste, e dá outras providencias".

O PREFEITO MUNICIPAL INTERINO DE LAMBARI D’OESTE, Estado de Mato Grosso, Senhor JOSIVAN MEDEIROS DA SILVA, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 62, incisos, VI e IX, combinado com o art. 90, inciso II, alínea “a” da Lei Orgânica do Município e Art. 11, inciso II, da Lei Complementar nº. 25/2006, de 28 de abril 2006.

R E S O L V E:

Art. 1º Nomear o Senhor, WALACI RODRIGO NEVES DA SILVA, Portador da cédula de Identidade RG n° 16077563 SSP/MT e Inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas CPF n° 032.919.411-95, para o exercício do cargo em Comissão de Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico da Prefeitura Municipal de Lambari D’Oeste, Estado de Mato Grosso.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do poder Executivo, em Lambari D’Oeste – MT, aos quatorze dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte.

PUBLICA-SE, REGISTRE-SE, CIENTIFIQUE-SE E, CUMPRA-SE

JOSIVAN MEDEIROS DA SILVA

Prefeito Municipal Interino

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

PORTARIA Nº. 195/2020,

DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

“Concede Licença para Atividade Política a Servidora Pública Municipal, segundo o que menciona, na forma que especifica, e dá outras providências.”

O PREFEITO MUNICIPAL INTERINO DE LAMBARI D’OESTE, Estado de Mato Grosso, Senhor JOSIVAN MEDEIROS DA SILVA, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 62, incisos VI e IX, combinado com o art. 90, incisos II, letra “d” da Lei Orgânica do Município e, em especial ao disposto no Art. 72, inciso VII, C/C Art. 98, ambos da Lei Complementar nº 025, de 28/04/2006;

CONSIDERANDO: Requerimento da Servidora, para concorrer nas Eleições Municipais de 2020.

R E S O L V E:

ART. 1º - Conceder Licença para Atividade Política a servidora que menciona, na forma que especifica:

SANDRA DE SOUZA MENEZES, PROFESSOR LIC. PLENA EM PEDAGOGIA/NORMAL SUPERIOR, Nível “2”, Classe “B”, lotada na SMEC, a partir do dia 15 (quinze) de agosto de 2020, até o dia 15 de novembro de 2020.

Parágrafo único: Os servidores acima mencionados deverão entregar seus respectivos Registros de Candidatura, expedidos pelo Tribunal Regional Eleitoral, ao Departamento de Recursos Humanos, no prazo previsto, bem como informar eventual impugnação da Candidatura, sob pena de ressarcimento dos dias não trabalhados.

ART. 2º - Caberá ao órgão/unidade competente do Poder Executivo, as providências requeridas, inclusive o controle do período da licença concedida.

ART. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 15 de agosto de 2020, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo Municipal, aos quatorze dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte.

PUBLICA-SE, REGISTRE-SE, CIENTIFIQUE-SE E, CUMPRA-SE

JOSIVAN MEDEIROS DA SILVA

Prefeito Municipal Interino

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO 15/2020

RATIFICAÇÃO DE JUSTIFICATIVA

O Prefeito Municipal, Sr.º Josivam Medeiros da Silva, tendo em vista o parecer apresentado pela Assessoria Jurídica do Município, sobre a contratação direta, fulcrada no inciso II, art. 24 da Lei 8.666/93, com a empresa: REGINEY MELO DE ANDRADE – ME, inscrita no CNPJ nº 17.610.342/0001-26, para a instalação de sistema de comunicação e de video, afim de atender a Secretaria Municipal de Educação e Cultura do Município de Lambari D’Oeste – MT, com o valor de R$ 9.000,00 (nove mil reais), resolve, RATIFICAR a justificativa apresentada, e ordenar sua publicação em cumprimento ao disposto no art. 26 do supracitado diploma legal.

Lambari D’Oeste - MT, 14 de agosto de 2020.

JOSIVAM MEDEIROS DA SILVA

- Prefeito -

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

PORTARIA Nº 193/2020,

DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

"Revoga a Portaria Nº 229/2017, que designa o Senhor GUMERCINDO DA SILVA NEVES, para responder, pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico."

O PREFEITO MUNICIPAL INTERINO DE LAMBARI D’OESTE, Estado de Mato Grosso, Senhor JOSIVAN MEDEIROS DA SILVA, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 62, incisos, VI e IX, combinado com o art. 90, inciso II, alínea “a” da Lei Orgânica do Município,

R E S O L V E:

Art. 1º- Revoga a Portaria Nº 229/2017, que designa o Senhor GUMERCINDO DA SILVA NEVES, Secretário Municipal de Infraestrutura, para responder, cumulativamente, pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, de Lambari D'Oeste, Estado de Mato.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo Municipal, aos quatorze dias do mês de agosto de 2020.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CIENTIFIQUE-SE E CUMPRA-SE

JOSIVAN MEDEIROS DA SILVA

Prefeito Municipal Interino

COVID-19: GABINETE DO PREFEITO

DECRETO N.º 62 DE 04 DE JULHO DE 2020

"CONSOLIDA AS MEDIDAS EXCEPCIONAIS DE PROTEÇÃO ÀS ATIVIDADES PRIVADAS, PARA A PREVENÇÃO DOS RISCOS DE DISSEMINAÇÃO DO CORONAVÍRUS NO ÂMBITO DO MUNICIPIO DE LAMBARI D`OESTE, ESTADO DE MATO GROSSO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JOSIVAN MEDEIROS DA SILVA, Prefeito Municipal de Lambari D`Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe é conferida pela Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO que o Plenário do Supremo Tribunal Federal, nos autos da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 6341, entendeu que há competência concorrente para a tomada de providências normativas e administrativas pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos municípios para legislarem sobre saúde pública;

CONSIDERANDO a necessidade de garantir segurança jurídica às atividades privadas essenciais à saúde, segurança e sobrevivência da população, sem prejuízo da manutenção das medidas sanitárias preventivas à disseminação do coronavírus.

CONSIDERANDO a recomendação Nº 13/2020 da Promotoria de Justiça da Comarca de Rio Branco-MT.

CONSIDERANDO que o Estado de Mato Grosso ampliou fortemente sua capacidade de testagem e de distribuição de medicamentos prescritos por médicos, de modo a obter diagnóstico e tratamento precoces, evitando-se internações hospitalares e óbitos.

CONSIDERANDO o que dispõe os Decretos do Governo do Estado de Mato Grosso, especialmente o Decreto Estadual nº 522/2020 e seguintes que institui classificação de risco e atualiza as diretrizes para adoção, pelos Municípios, de medidas restritivas para prevenir a disseminação da COVID-19 e dá outras providências;

DECRETA:

Art. 1º Este Decreto consolida as medidas excepcionais de proteção às atividades privadas, para a prevenção dos riscos de disseminação do Coronavírus e Institui classificação de risco de disseminação do novo coronavírus e estabelece diretrizes para adoção de medidas não farmacológicas excepcionais, de caráter temporário, restritivas à circulação de pessoas e ao funcionamento das atividades privadas, para a prevenção dos riscos de contágio pelo coronavírus.

Art. 2º Fica VEDADO o funcionamento/realização/frequentação de:

I - balneários;

II - praias de água doce;

III - casas de shows;

IV - festas/recepções;

V - ginásios esportivos e campos de futebol;

VI - todas as atividades culturais ou comerciais que envolvam a disponibilização e o manuseio de tereré, chimarrão, narguilé ou congêneres com aglomeração de pessoas por tempo indeterminado;

VII - praças públicas e parques infantis;

VIII - outros eventos e atividades que demandem aglomeração ou reunião de pessoas.

IX – Aglomerações de forma geral (eventos, reuniões, visitas, festas, aniversários e celebrações similares) de caráter privado (residências).

Art. 3º - Fica autorizado de **segunda-feira a sábado** o consumo de produtos alimentícios e de bebidas no próprio local dos estabelecimentos como restaurantes, lanchonetes, padarias, espetarias, pizzarias, carrinhos de lanches, bares, sorveterias, distribuidoras de bebidas, conveniências, pastelaria e similares, até o horário limite das 22h00min e respeitando lotação máxima de 50% (cinquenta por cento) de sua capacidade, atendendo ao distanciamento mínimo de 1,5m entre as pessoas, com a obrigatoriedade de cumprirem todas as normas sanitárias de inspeção dos órgãos de controle, conforme Decretos Municipais anteriores.

Parágrafo Único: Aos domingos e feriados, as vendas serão exclusivamente nas modalidades de **retirada no local ou entrega em domicílio (*delivery)* por funcionário devidamente identificado, ficando expressamente proibido o consumo no local e a venda de bebidas alcoólicas.Art.**

4º Ficam permitidas as atividades de **SUPERMERCADOS/MERCEARIAS e CONGÊNERES**, sob as seguintes condições OBRIGATÓRIAS:

I - Disponibilizar na entrada do estabelecimento ou em locais estratégicos de fácil acesso, **álcool em gel na concentração de 70%** para higienização das mãos de clientes e funcionários;

II – Horário de funcionamento de segunda a sexta feira até as 19h00min, e aos sábados até as 17h00min**, vedada a abertura aos domingos**;

III - higienizar com frequência corrimão, maçaneta, mesas, carrinhos, cestas, máquinas de pagamento eletrônico, bancadas e demais superfícies com álcool 70% ou solução de água sanitária;

IV - higienizar banheiros e pisos a cada 03 horas com água sanitária (piso, parede e louças, etc.);

V - manter janelas e portas abertas garantindo a circulação do ar, manter aparelhos de ar condicionado e/ ou similares com filtros limpos e higienizados;

VI - obrigar o uso de máscara, tanto pelos clientes quanto pelos funcionários;

VI -evitar aglomeração em qualquer espaço (interno ou externo), em horário de maior movimentação/circulação deverá, OBRIGATORIAMENTE ser destinado um funcionário exclusivamente para o controle da fila e da distância mínima de 2,0m (dois metros) entre pessoas;

VII - organizar o atendimento interno de forma a não formar filas e, quando inevitável, manter distância mínima de 2,0m (dois metros) entre as pessoas (filas internas de caixas, açougue, padaria, etc.);

VII – obrigatório uso de termômetro infravermelho na entrada dos estabelecimentos para testagem de temperatura, e comunicar a unidade de saúde de aquelas com sintomas.

VIII – Fica permitido nos mercados maiores a entrada de até 15 pessoas e nos menores o máximo de 10 pessoas no interior do estabelecimento.

Art. 5º Fica autorizado o atendimento das atividades de **ODONTOLOGIA, LABORATORIOS CLÍNICOS, CLÍNICAS VETERINÁRIAS, AGROPECUARIAS, CASAS DE RAÇÕES, CLÍNICAS MÉDICAS E OS SERVIÇOS DE FISIOTERAPIA, até às 18h00min**, e aos sábados até as 15h00min com restrição de entradas, garantidas as normas de segurança, prevenção e combate ao Coronavírus, sob as seguintes condições OBRIGATÓRIAS:

I -obrigar o uso de máscara, tanto pelos clientes quanto pelos funcionários;

II -evitar aglomerações de forma que as pessoas fiquem 2,0 metros uma das outras.

III - higienizar com frequência corrimão, maçaneta, mesas, máquinas de pagamento eletrônico, bancadas e demais superfícies com álcool 70% ou solução de água sanitária;

IV - disponibilizar no estabelecimento em locais estratégicos de fácil acesso, **álcool em gel na concentração de 70%** para higienização das mãos de clientes e funcionários.

V - obrigatório uso de termômetro infravermelho na entrada dos estabelecimentos para testagem de temperatura, e comunicar a unidade de saúde aquelas com sintomas.

Art. 6º Ficam permitidas as atividades de **CABELEIREIRO, MANICURE E PEDICURE**, **até às 18h00min**, e aos sábados até as 15h00min com restrição de entradas, garantidas as normas de segurança, prevenção e combate ao Coronavírus, sob as seguintes condições OBRIGATÓRIAS:

I - agendamento individual;

II - higienizar com frequência corrimão, maçaneta, mesas, cestas, máquinas de pagamento eletrônico, utensílios de uso para exercer a atividade correspondente (escova, secador, pentes, tesoura, bacia, etc.), bancadas e demais superfícies com álcool 70% ou solução de água sanitária;

III - disponibilizar na entrada do estabelecimento ou em locais estratégicos de fácil acesso, **álcool em gel na concentração de 70%** para higienização das mãos de clientes e funcionários;

IV - uso de avental, touca e máscara;

V - Desinfecção dos kits de manicure/pedicure trazidos pelo cliente;

VI - obrigar o uso de máscara, tanto pelos clientes quanto pelos funcionários.

Art. 7º Ficam permitidas as atividades da **INDÚSTRIA**, com atendimento e acesso limitado sob as seguintes condições OBRIGATÓRIAS:

I - obrigar o uso de máscara, tanto pelos clientes quanto pelos funcionários;

II - evitar aglomerações de forma que as pessoas fiquem 2,0 metros uma das outras.

III - higienizar banheiros e pisos a cada 03 horas com água sanitária (piso, parede e louças, etc.);

IV - higienizar com frequência corrimão, maçaneta, mesas, máquinas de pagamento eletrônico, bancadas e demais superfícies com álcool 70% ou solução de água sanitária;

V - disponibilizar no estabelecimento em locais estratégicos de fácil acesso, **álcool em gel na concentração de 70%** para higienização das mãos de clientes e funcionários.

VI - escalonar os horários de refeições, entradas e saídas de funcionários.

VII - obrigatório uso de termômetro infravermelho na entrada para testagem de temperatura, e comunicar a unidade de saúde aquelas com sintomas.

Art. 8° Ficam permitidas as atividades de **FARMÁCIAS E DROGARIAS,** sob as seguintes condições OBRIGATÓRIAS:

I -obrigar o uso de máscara, tanto pelos clientes quanto pelos funcionários;

II -evitar aglomerações de forma que as pessoas fiquem 2,0 metros uma das outras.

III - higienizar com frequência corrimão, maçaneta, mesas, máquinas de pagamento eletrônico, bancadas e demais superfícies com álcool 70% ou solução de água sanitária;

IV - disponibilizar no estabelecimento em locais estratégicos de fácil acesso, **álcool em gel na concentração de 70%** para higienização das mãos de clientes e funcionários.

V - obrigatório uso de termômetro infravermelho na entrada para testagem de temperatura, e comunicar a unidade de saúde aquelas com sintomas.

Art. 9 Fica permitido o funcionamento das **ATIVIDADES COMERCIAIS NÃO ESSENCIAIS E DE SERVIÇOS**, **até às 18h00min**, e aos sábados **até as 15h00min** com restrição de entradas, garantidas as normas de segurança, prevenção e combate ao Coronavírus, sob as seguintes condições OBRIGATÓRIAS.

I - obrigar o uso de máscara, tanto pelos clientes quanto pelos funcionários;

II - evitar aglomerações de forma que as pessoas fiquem 2,0 metros uma das outras.

III **-** higienizar com frequência corrimão, maçaneta, mesas, máquinas de pagamento eletrônico, bancadas e demais superfícies com álcool 70% ou solução de água sanitária;

IV - Disponibilizar no estabelecimento em locais estratégicos de fácil acesso**, álcool em gel na concentração de 70%** para higienização das mãos de clientes e funcionários;

Art. 10 Fica permitido o funcionamento das **Academias**, **até às 20h00min**, e aos sábados **até as 15h00min** com restrição de entradas, garantidas as normas de segurança, prevenção e combate ao Coronavírus, sob as seguintes condições OBRIGATÓRIAS.

I - Utilização de máscara pelos profissionais e colaboradores no ato do atendimento, com as medidas de uso indicadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS);

II - Número de alunos por hora equivalente a uma pessoa a cada 10m² (dez metros quadrados) de área livre ou de circulação, sendo que o professor deverá agendar o horário de atendimento, possibilitando o controle do número máximo de alunos para o estabelecimento;

III - Colocação de tapete na entrada do estabelecimento, embebido com hipoclorito de sódio ou água sanitária, para a limpeza dos calçados, renovando o produto, sempre que necessário;

IV - Afixação de cartazes informativos nos espaços dos estabelecimentos sobre a prevenção da Covid-19, divulgando todas as normativas de prevenção e segurança aos clientes, usuários e colaboradores;

V - Colocação de banner na entrada do estabelecimento, informando a capacidade máxima de pessoas para o ambiente;

VI - Disponibilização de lista de presença com nome, horário de entrada e de saída dos usuários;

VII - Disponibilização de álcool 70% para higienização das mãos na entrada do estabelecimento;

VIII - Fornecimento de toalhas descartáveis para cada aluno utilizar no decorrer do treino, se necessário;

IX - A hora/aula de atividade não poderá ter duração superior a 45 minutos;

X - A higienização dos aparelhos deverá ser efetuada com álcool líquido 70% ou com hipoclorito de sódio ou água sanitária após a sua utilização individual por aluno;

XI - Suspensão das atividades para idosos, crianças (menores de 12 anos) e pessoas que integrem grupos de risco para a Covid-19, exceto para aqueles que apresentem laudo ou prescrição médica, sendo que, neste caso, somente poderá ser realizado o atendimento de um aluno por vez;

XII - Remoção de catracas e de controles biométricos de frequência ou comparecimento;

XIII - Limpeza frequente dos corrimões, torneiras, grades, maçanetas de portas e demais equipamentos e ambientes, com a utilização de álcool lí-

quido 70% ou hipoclorito de sódio ou água sanitária, com adequado registro de tais ações;

XIV - Nas dependências sanitárias, disponibilizar sabonete líquido e papel toalha;

XV - Deverá ser evitado o ingresso de mochilas ou sacolas no interior dos estabelecimentos;

XVI - Alunos e professores devem manter a distância de dois metros entre si, assim como entre os aparelhos;

XVII - Realização de higienização das mãos com frequência, sendo obrigatória no início e no término do treino;

XVIII - Interdição de bebedouros para consumo direto no local, sendo permitidos apenas para o abastecimento de garrafas de água, e realização frequente da limpeza e desinfecção das torneiras;

XIX - Cada aluno deverá levar sua garrafa d'água, não sendo permitida a utilização de copos descartáveis;

XX - Incentivo para que cada aluno leve o seu álcool gel 70%, para evitar o compartilhamento;

XXI - Manutenção a higienização dos colchonetes, acessórios e equipamentos, imediatamente ao término de seu uso, mediante a utilização de álcool líquido 70% ou hipoclorito de sódio ou água sanitária;

XXII - Não disponibilizar garrafas de chá, café ou assemelhados para uso compartilhado;

XXIII - Manter os ambientes de forma natural, abertos e bem ventilados, sendo permitida a utilização de climatizadores e condicionadores de ar desde que com janelas e portas abertas;

XXIV - Recomendar para que os usuários evitem levar as mãos ao rosto durante os treinos;

XXV - Não será permitida a permanência de acompanhante dos alunos durante as atividades.

Art. 11 Fica liberado funcionamento de **Igrejas, Templos Religiosos e afins**, condicionado ao cumprimento das seguintes condições:

I – Deve limita a presença de fiéis em até 50% da capacidade de cada templo. Os eventos religiosos devem acontecer entre às 8h e 22h. E a duração dos cultos está limitada a 60 minutos cada.

II - realizar procedimentos que garantam a higienização contínua da igreja ou do templo religioso, intensificando a limpeza das áreas e realizar frequente desinfecção com álcool 70%, quando possível, sob fricção de superfícies expostas, como maçanetas, mesas, balcões, corrimãos, interruptores, banheiros, lavatórios, pisos, entre outros.

III - disponibilização de local e produtos para higienização de mãos e calçados;

IV - distanciamento mínimo de 1,5m (um metro e meio) entre as pessoas;

V - suspensão de qualquer contato físico entre as pessoas;

VI - suspensão da entrada de pessoas sem máscara de proteção facial;

VII – o atendimento aos integrantes dos grupos de risco como idosos, hipertensos, diabéticos e gestantes deverá ser realizado exclusivamente em domicílio, de forma a evitar a exposição destas pessoas e reduzir o risco de transmissão da COVID-19;

VIII - Padres e pastores são responsáveis pela retomada das missas e cultos, mas cada cidadão que comparecer às igrejas também são responsáveis por respeitar as regras impostas para que não haja riscos de contágio por coronavírus

Art. 12 Fica instituído equipe de fiscalização municipal de controle do coronavírus, tendo poderes, para atuar, notificar e suspender alvará de funcionamento comercial, atendido o disposto nesse decreto municipal.

Parágrafo único: A equipe de fiscalização encontrando irregularidades no estabelecimento comercial, tomará as medidas necessárias para suspensão do alvará de funcionamento (haja vista que todos estabelecimentos estão cientes das suas obrigações, não cabendo mais serem notificados, e na primeira suspensão, ficará o estabelecimento impedido de funcionar por 02 dias, na segunda por 06 dias, na terceira por 60 dias, na quarta notificação de irregularidade suspenderá o alvará até que perdure a situação de pandemia.

Art. 13 Ficam permitidas, sob condições, as seguintes atividades:

I - velório, com até 10 (dez) pessoas, (quando a causa não for COVID);

II - transporte coletivo de funcionários, custeados pelos respectivos empregadores, para deslocamento para estabelecimentos industriais com metade da capacidade de passageiros, e dotado de álcool 70%;

III - transporte individual remunerado de passageiros por meio de táxi ou aplicativo, devendo ser realizada assepsia da parte interna do veículo após a finalização de cada atendimento.

Parágrafo único. As atividades listadas nos incisos deste artigo devem seguir rigorosamente as respectivas exigências sanitárias, mantendo higienização constante do estabelecimento ou veículo para prevenir a disseminação do Coronavírus e fazendo o uso da máscara.

Art. 14 Os estabelecimentos/atividades de que trata este decreto ficam obrigados a promover controle de acesso de clientes para impedir aglomeração, em caso do descumprimento das normas sanitárias, serão aplicadas as penalidades administrativas cabíveis, conforme legislação vigente, sem prejuízo da apuração de ilícitos cíveis e criminais, eventualmente praticados pela pessoa jurídica fiscalizada e/ou por seus representantes legais.

ART. 15 Fica autorizada, para gravação de lives de atividades religiosas, obedecendo as determinações do Ministério da Saúde e Organização Mundial da Saúde quanto as medidas preventivas ao contágio.

Art. 16 Fica estabelecido, por tempo indeterminado, **TOQUE DE RECOLHER das 23h00m às 05h00m**, exceto aos órgãos de segurança, vigias noturnos, *delivery*, farmácias e drogarias de plantão, profissionais na área da saúde e funcionários de empresas privadas que estejam trabalhando no período noturno, desde que comprovada a necessidade.

Art. 17 Fica proibido ao **vendedor** ambulante vender qualquer tipo de mercadoria nas localidades ou vias públicas, como também fica proibido o transporte de passageiros intermunicipais de ônibus, micro-ônibus e vans.

Art. 18 Fica suspenso o atendimento ao Público, em todas as Secretarias e Departamentos da Administração Pública Municipal, direta e indireta, com exceção da Secretaria de Saúde, a partir desta data, será realizado atendimentos por telefone e via e-mail, até a normalidade da epidemia do coronavírus.

§ 1º - Fica suspensa a realização de consultas e atendimentos ambulatoriais eletivos, com exceção das emergências e urgências médicas.

§ 2º - As unidades de Saúde Públicas proverão triagens rápidas de pacientes, no intuito de reduzir o tempo de espera no atendimento e consequente possibilidade de transmissão do Coronavírus dentro das Unidades de Saúde.

Art. 19 O descumprimento das medidas estabelecidas neste Decreto autorizam, cumulativamente, a aplicação aos proprietários dos estabelecimentos, das penalidades de multa, interdição total ou parcial da atividade e cassação de alvará de localização e funcionamento previstas na legislação municipal.

Art. 20 A não obediência das orientações dos servidores da barreira sanitária, poderá acarretar sanções conforme preceitua o art. 268 do código penal.

Art. 21 Este decreto terá vigência por prazo indeterminado e alterações conforme a necessidade municipal de adequação em resposta ao controle do coronavírus.

Art. 22 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lambari D`Oeste - MT, aos 04 dias do mês de agosto de 2020.

JOSIVAN MEDEIROS DA SILVA

Prefeito Municipal Interino

DECRETO N.º 63 DE 14 DE AGOSTO DE 2020

"CONSOLIDA AS MEDIDAS EXCEPCIONAIS DE PROTEÇÃO ÀS ATIVIDADES PRIVADAS, PARA A PREVENÇÃO DOS RISCOS DE DISSEMINAÇÃO DO CORONAVÍRUS NO ÂMBITO DO MUNICIPIO DE LAMBARI D`OESTE, ESTADO DE MATO GROSSO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JOSIVAN MEDEIROS DA SILVA, Prefeito Municipal de Lambari D`Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe é conferida pela Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO que o Plenário do Supremo Tribunal Federal, nos autos da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 6341, entendeu que há competência concorrente para a tomada de providências normativas e administrativas pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos municípios para legislarem sobre saúde pública;

CONSIDERANDO a necessidade de garantir segurança jurídica às atividades privadas essenciais à saúde, segurança e sobrevivência da população, sem prejuízo da manutenção das medidas sanitárias preventivas à disseminação do coronavírus.

CONSIDERANDO que o Estado de Mato Grosso ampliou fortemente sua capacidade de testagem e de distribuição de medicamentos prescritos por médicos, de modo a obter diagnóstico e tratamento precoces, evitando-se internações hospitalares e óbitos.

CONSIDERANDO o que dispõe os Decretos do Governo do Estado de Mato Grosso, especialmente o Decreto Estadual nº 522/2020 e seguintes que institui classificação de risco e atualiza as diretrizes para adoção, pelos Municípios, de medidas restritivas para prevenir a disseminação da COVID-19 e dá outras providências;

DECRETA:

Art. 1º Este Decreto consolida as medidas excepcionais de proteção às atividades privadas, para a prevenção dos riscos de disseminação do Coronavírus e Institui classificação de risco de disseminação do novo coronavírus e estabelece diretrizes para adoção de medidas não farmacológicas excepcionais, de caráter temporário, restritivas à circulação de pessoas e ao funcionamento das atividades privadas, para a prevenção dos riscos de contágio pelo coronavírus.

Art. 2º Fica VEDADO o funcionamento/realização/frequentação de:

I - balneários;

II - praias de água doce;

III - casas de shows;

IV - festas/recepções;

V - ginásios esportivos e campos de futebol;

VI - todas as atividades culturais ou comerciais que envolvam a disponibilização e o manuseio de tereré, chimarrão, narguilé ou congêneres com aglomeração de pessoas por tempo indeterminado;

VII - praças públicas e parques infantis;

VIII - outros eventos e atividades que demandem aglomeração ou reunião de pessoas.

IX – Aglomerações de forma geral (eventos, reuniões, visitas, festas, aniversários e celebrações similares) de caráter privado (residências).

Art. 3º - Fica autorizado o consumo de produtos alimentícios e de bebidas no próprio local dos estabelecimentos como restaurantes, lanchonetes, padarias, espetarias, pizzarias, carrinhos de lanches, bares, sorveterias, distribuidoras de bebidas, conveniências, pastelaria e similares, até o horário limite das 22h00min e respeitando lotação máxima de 50% (cinquenta por cento) de sua capacidade, atendendo ao distanciamento mínimo de 1,5m entre as pessoas, com a obrigatoriedade de cumprirem todas as normas sanitárias de inspeção dos órgãos de controle, conforme Decretos Municipais anteriores.

4º Ficam permitidas as atividades de **SUPERMERCADOS/MERCEARIAS e CONGÊNERES**, sob as seguintes condições OBRIGATÓRIAS:

I - Disponibilizar na entrada do estabelecimento ou em locais estratégicos de fácil acesso, **álcool em gel na concentração de 70%** para higienização das mãos de clientes e funcionários;

II – **Horário de funcionamento de segunda a sábado até as 20h00min, e aos domingos até as 13h00min.**

III - higienizar com frequência corrimão, maçaneta, mesas, carrinhos, cestas, máquinas de pagamento eletrônico, bancadas e demais superfícies com álcool 70% ou solução de água sanitária;

IV - higienizar banheiros e pisos a cada 03 horas com água sanitária (piso, parede e louças, etc.);

V - manter janelas e portas abertas garantindo a circulação do ar, manter aparelhos de ar condicionado e/ ou similares com filtros limpos e higienizados;

VI - obrigar o uso de máscara, tanto pelos clientes quanto pelos funcionários;

VI -evitar aglomeração em qualquer espaço (interno ou externo), em horário de maior movimentação/circulação deverá, OBRIGATORIAMENTE ser destinado um funcionário exclusivamente para o controle da fila e da distância mínima de 2,0m (dois metros) entre pessoas;

VII - organizar o atendimento interno de forma a não formar filas e, quando inevitável, manter distância mínima de 2,0m (dois metros) entre as pessoas (filas internas de caixas, açougue, padaria, etc.);

VII – obrigatório uso de termômetro infravermelho na entrada dos estabelecimentos para testagem de temperatura, e comunicar a unidade de saúde de aquelas com sintomas.

VIII – Fica permitido nos mercados maiores a entrada de até 15 pessoas e nos menores o máximo de 10 pessoas no interior do estabelecimento.

Art. 5º Fica autorizado o atendimento das atividades de **ODONTOLOGIA, LABORATORIOS CLÍNICOS, CLÍNICAS VETERINÁRIAS, AGROPECUARIAS, CASAS DE RAÇÕES, CLÍNICAS MÉDICAS E OS SERVIÇOS DE FISIOTERAPIA, até às 19h00min**, e aos sábados até as 15h00min com restrição de entradas, garantidas as normas de segurança, prevenção e combate ao Coronavírus, sob as seguintes condições OBRIGATÓRIAS:

I -obrigar o uso de máscara, tanto pelos clientes quanto pelos funcionários;

II -evitar aglomerações de forma que as pessoas fiquem 2,0 metros uma das outras.

III - higienizar com frequência corrimão, maçaneta, mesas, máquinas de pagamento eletrônico, bancadas e demais superfícies com álcool 70% ou solução de água sanitária;

IV - disponibilizar no estabelecimento em locais estratégicos de fácil acesso, **álcool em gel na concentração de 70%** para higienização das mãos de clientes e funcionários.

V - obrigatório uso de termômetro infravermelho na entrada dos estabelecimentos para testagem de temperatura, e comunicar a unidade de saúde aquelas com sintomas.

Art. 6º Ficam permitidas as atividades de **CABELEIREIRO, MANICURE E PEDICURE**, **até às 19h00min**, e aos sábados até as 17h00min com restrição de entradas, garantidas as normas de segurança, prevenção e combate ao Coronavírus, sob as seguintes condições OBRIGATÓRIAS:

I - agendamento individual;

II - higienizar com frequência corrimão, maçaneta, mesas, cestas, máquinas de pagamento eletrônico, utensílios de uso para exercer a atividade correspondente (escova, secador, pentes, tesoura, bacia, etc.), bancadas e demais superfícies com álcool 70% ou solução de água sanitária;

III - disponibilizar na entrada do estabelecimento ou em locais estratégicos de fácil acesso, **álcool em gel na concentração de 70%** para higienização das mãos de clientes e funcionários;

IV - uso de avental, touca e máscara;

V - Desinfecção dos kits de manicure/pedicure trazidos pelo cliente;

VI - obrigar o uso de máscara, tanto pelos clientes quanto pelos funcionários.

Art. 7º Ficam permitidas as atividades da **INDÚSTRIA**, com atendimento e acesso limitado sob as seguintes condições OBRIGATÓRIAS:

I - obrigar o uso de máscara, tanto pelos clientes quanto pelos funcionários;

II - evitar aglomerações de forma que as pessoas fiquem 2,0 metros uma das outras.

III - higienizar banheiros e pisos a cada 03 horas com água sanitária (piso, parede e louças, etc.);

IV - higienizar com frequência corrimão, maçaneta, mesas, máquinas de pagamento eletrônico, bancadas e demais superfícies com álcool 70% ou solução de água sanitária;

V - disponibilizar no estabelecimento em locais estratégicos de fácil acesso, **álcool em gel na concentração de 70%** para higienização das mãos de clientes e funcionários.

VI - escalonar os horários de refeições, entradas e saídas de funcionários.

VII - obrigatório uso de termômetro infravermelho na entrada para testagem de temperatura, e comunicar a unidade de saúde aquelas com sintomas.

Art. 8° Ficam permitidas as atividades de **FARMÁCIAS E DROGARIAS,** sob as seguintes condições OBRIGATÓRIAS:

I -obrigar o uso de máscara, tanto pelos clientes quanto pelos funcionários;

II -evitar aglomerações de forma que as pessoas fiquem 2,0 metros uma das outras.

III - higienizar com frequência corrimão, maçaneta, mesas, máquinas de pagamento eletrônico, bancadas e demais superfícies com álcool 70% ou solução de água sanitária;

IV - disponibilizar no estabelecimento em locais estratégicos de fácil acesso, **álcool em gel na concentração de 70%** para higienização das mãos de clientes e funcionários.

V - obrigatório uso de termômetro infravermelho na entrada para testagem de temperatura, e comunicar a unidade de saúde aquelas com sintomas.

Art. 9 Fica permitido o funcionamento das **ATIVIDADES COMERCIAIS NÃO ESSENCIAIS E DE SERVIÇOS**, **até às 19h00min**, e aos sábados **até as 17h00min** com restrição de entradas, garantidas as normas de segurança, prevenção e combate ao Coronavírus, sob as seguintes condições OBRIGATÓRIAS.

I - obrigar o uso de máscara, tanto pelos clientes quanto pelos funcionários;

II - evitar aglomerações de forma que as pessoas fiquem 2,0 metros uma das outras.

III **-** higienizar com frequência corrimão, maçaneta, mesas, máquinas de pagamento eletrônico, bancadas e demais superfícies com álcool 70% ou solução de água sanitária;

IV - Disponibilizar no estabelecimento em locais estratégicos de fácil acesso**, álcool em gel na concentração de 70%** para higienização das mãos de clientes e funcionários;

Art. 10 Fica permitido o funcionamento das **Academias**, **até às 21h30min**, com restrição de entradas, garantidas as normas de segurança, prevenção e combate ao Coronavírus, sob as seguintes condições OBRIGATÓRIAS.

I - Utilização de máscara pelos profissionais e colaboradores no ato do atendimento, com as medidas de uso indicadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS);

II - Número de alunos por hora equivalente a uma pessoa a cada 10m² (dez metros quadrados) de área livre ou de circulação, sendo que o professor deverá agendar o horário de atendimento, possibilitando o controle do número máximo de alunos para o estabelecimento;

III - Colocação de tapete na entrada do estabelecimento, embebido com hipoclorito de sódio ou água sanitária, para a limpeza dos calçados, renovando o produto, sempre que necessário;

IV - Afixação de cartazes informativos nos espaços dos estabelecimentos sobre a prevenção da Covid-19, divulgando todas as normativas de prevenção e segurança aos clientes, usuários e colaboradores;

V - Colocação de banner na entrada do estabelecimento, informando a capacidade máxima de pessoas para o ambiente;

VI - Disponibilização de lista de presença com nome, horário de entrada e de saída dos usuários;

VII - Disponibilização de álcool 70% para higienização das mãos na entrada do estabelecimento;

VIII - Fornecimento de toalhas descartáveis para cada aluno utilizar no decorrer do treino, se necessário;

IX - A hora/aula de atividade não poderá ter duração superior a 45 minutos;

X - A higienização dos aparelhos deverá ser efetuada com álcool líquido 70% ou com hipoclorito de sódio ou água sanitária após a sua utilização individual por aluno;

XI - Suspensão das atividades para idosos, crianças (menores de 12 anos) e pessoas que integrem grupos de risco para a Covid-19, exceto para aqueles que apresentem laudo ou prescrição médica, sendo que, neste caso, somente poderá ser realizado o atendimento de um aluno por vez;

XII - Remoção de catracas e de controles biométricos de frequência ou comparecimento;

XIII - Limpeza frequente dos corrimões, torneiras, grades, maçanetas de portas e demais equipamentos e ambientes, com a utilização de álcool líquido 70% ou hipoclorito de sódio ou água sanitária, com adequado registro de tais ações;

XIV - Nas dependências sanitárias, disponibilizar sabonete líquido e papel toalha;

XV - Deverá ser evitado o ingresso de mochilas ou sacolas no interior dos estabelecimentos;

XVI - Alunos e professores devem manter a distância de dois metros entre si, assim como entre os aparelhos;

XVII - Realização de higienização das mãos com frequência, sendo obrigatória no início e no término do treino;

XVIII - Interdição de bebedouros para consumo direto no local, sendo permitidos apenas para o abastecimento de garrafas de água, e realização frequente da limpeza e desinfecção das torneiras;

XIX - Cada aluno deverá levar sua garrafa d'água, não sendo permitida a utilização de copos descartáveis;

XX - Incentivo para que cada aluno leve o seu álcool gel 70%, para evitar o compartilhamento;

XXI - Manutenção a higienização dos colchonetes, acessórios e equipamentos, imediatamente ao término de seu uso, mediante a utilização de álcool líquido 70% ou hipoclorito de sódio ou água sanitária;

XXII - Não disponibilizar garrafas de chá, café ou assemelhados para uso compartilhado;

XXIII - Manter os ambientes de forma natural, abertos e bem ventilados, sendo permitida a utilização de climatizadores e condicionadores de ar desde que com janelas e portas abertas;

XXIV - Recomendar para que os usuários evitem levar as mãos ao rosto durante os treinos;

XXV - Não será permitida a permanência de acompanhante dos alunos durante as atividades.

Art. 11 Fica liberado funcionamento de **Igrejas, Templos Religiosos e afins**, condicionado ao cumprimento das seguintes condições:

I – Deve limita a presença de fiéis em até 50% da capacidade de cada templo. Os eventos religiosos devem acontecer entre às 8h e 22h. E a duração dos cultos está limitada a 60 minutos cada.

II - realizar procedimentos que garantam a higienização contínua da igreja ou do templo religioso, intensificando a limpeza das áreas e realizar frequente desinfecção com álcool 70%, quando possível, sob fricção de superfícies expostas, como maçanetas, mesas, balcões, corrimãos, interruptores, banheiros, lavatórios, pisos, entre outros.

III - disponibilização de local e produtos para higienização de mãos e calçados;

IV - distanciamento mínimo de 1,5m (um metro e meio) entre as pessoas;

V - suspensão de qualquer contato físico entre as pessoas;

VI - suspensão da entrada de pessoas sem máscara de proteção facial;

VII – o atendimento aos integrantes dos grupos de risco como idosos, hipertensos, diabéticos e gestantes deverá ser realizado exclusivamente em domicílio, de forma a evitar a exposição destas pessoas e reduzir o risco de transmissão da COVID-19;

VIII - Padres e pastores são responsáveis pela retomada das missas e cultos, mas cada cidadão que comparecer às igrejas também são responsáveis por respeitar as regras impostas para que não haja riscos de contágio por coronavírus

Art. 12 Fica instituído equipe de fiscalização municipal de controle do coronavírus, tendo poderes, para atuar, notificar e suspender alvará de funcionamento comercial, atendido o disposto nesse decreto municipal.

Parágrafo único: A equipe de fiscalização encontrando irregularidades no estabelecimento comercial, tomará as medidas necessárias para suspensão do alvará de funcionamento (haja vista que todos estabelecimentos estão cientes das suas obrigações, não cabendo mais serem notificados, e na primeira suspensão, ficará o estabelecimento impedido de funcionar por 02 dias, na segunda por 06 dias, na terceira por 60 dias, na quarta notificação de irregularidade suspenderá o alvará até que perdure a situação de pandemia.

Art. 13 Ficam permitidas, sob condições, as seguintes atividades:

I - velório, com até 10 (dez) pessoas, (quando a causa não for COVID);

II - transporte coletivo de funcionários, custeados pelos respectivos empregadores, para deslocamento para estabelecimentos industriais com metade da capacidade de passageiros, e dotado de álcool 70%;

III - transporte individual remunerado de passageiros por meio de táxi ou aplicativo, devendo ser realizada assepsia da parte interna do veículo após a finalização de cada atendimento.

Parágrafo único. As atividades listadas nos incisos deste artigo devem seguir rigorosamente as respectivas exigências sanitárias, mantendo higienização constante do estabelecimento ou veículo para prevenir a disseminação do Coronavírus e fazendo o uso da máscara.

Art. 14 Os estabelecimentos/atividades de que trata este decreto ficam obrigados a promover controle de acesso de clientes para impedir aglomeração, em caso do descumprimento das normas sanitárias, serão aplicadas as penalidades administrativas cabíveis, conforme legislação vigente, sem prejuízo da apuração de ilícitos cíveis e criminais, eventualmente praticados pela pessoa jurídica fiscalizada e/ou por seus representantes legais.

Art. 15 Fica estabelecido, por tempo indeterminado, **TOQUE DE RECOLHER das 23h00m às 05h00m**, exceto aos órgãos de segurança, vigias noturnos, *delivery*, farmácias e drogarias de plantão, profissionais na área da saúde e funcionários de empresas privadas que estejam trabalhando no período noturno, desde que comprovada a necessidade.

Art. 16 Fica proibido ao **vendedor** ambulante vender qualquer tipo de mercadoria nas localidades ou vias públicas, como também fica proibido o transporte de passageiros intermunicipais de ônibus, micro-ônibus e vans.

Art. 17 Fica suspenso o atendimento ao Público, em todas as Secretarias e Departamentos da Administração Pública Municipal, direta e indireta, com exceção da Secretaria de Saúde, a partir desta data, será realizado atendimentos por telefone e via e-mail, até a normalidade da epidemia do coronavírus.

§ 1º - Fica suspensa a realização de consultas e atendimentos ambulatoriais eletivos, com exceção das emergências e urgências médicas.

§ 2º - As unidades de Saúde Públicas proverão triagens rápidas de pacientes, no intuito de reduzir o tempo de espera no atendimento e consequente possibilidade de transmissão do Coronavírus dentro das Unidades de Saúde.

Art. 18 O descumprimento das medidas estabelecidas neste Decreto autorizam, cumulativamente, a aplicação aos proprietários dos estabelecimentos, das penalidades de multa, interdição total ou parcial da atividade e cassação de alvará de localização e funcionamento previstas na legislação municipal.

Art. 19 A não obediência das orientações dos servidores da barreira sanitária, poderá acarretar sanções conforme preceitua o art. 268 do código penal.

Art. 20 Este decreto terá vigência por prazo indeterminado e alterações conforme a necessidade municipal de adequação em resposta ao controle do coronavírus.

Art. 21 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lambari D`Oeste - MT, aos 14 dias do mês de agosto de 2020.

JOSIVAN MEDEIROS DA SILVA

Prefeito Municipal Interino

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCIARA

LEI Nº 742/2020 13 DE AGOSTO DE 2020

LEI Nº 742/2020

13DE AGOSTO DE 2020

"Dispõem Sobre a Autorização para Abertura de Crédito Adicional Suplementar Especial no valor de R$ 300.000,00 (Trezentos mil reais) por Excesso de Arrecadação e dá Outras Providências"

O Prefeito Municipal de Luciara Sr. *FAUSTO AQUINO DE AZAMBUJA FILHO*, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei. Faz saber que a Câmara Municipal aprova e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado abrir um Crédito Adicional Suplementar Especial por excesso no valor de R$ 300.000,00. (Trezentos Mil Reais), nas seguintes fontes de recursos relacionadas.

Item	Código	Nome	Valor
01	124	Outras Transferência de Convenio ou Contratos de Repasse da União (Não relacionados à educação/ saúde/ e assistência social)	300. 000,00
Total Geral			**300. 000,00**

Art. 2º - Para cobertura do valor autorizado, serão utilizados os excessos de arrecadação das fontes de recursos oriundos de emenda parlamentar.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de julho de 2020, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Luciara MT, em 13 de agosto de 2020.

FAUSTO AQUINO DE AZA MBUJA F I LHO PREFEITO MUNICIPAL

COVID-19: LEI Nº 743/2020 13 DE AGOSTO DE 2020

LEI Nº 743/2020

13DE AGOSTO DE 2020

"Dispõesobrea transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, e da outra providência. "

Fausto Aquino de Azambuja Filho, Prefeito Municipal de Luciara, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1º - Fica o Poder Executivo autorizado, no exercício de 2020, a fazer transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, constantes na Lei Orçamentaria Anual de 2019 de acordo com o inciso VI, art. 167 da Constituição Federal e artigo 66 da Lei 4.320/64.

Art.2º- Para os fins desta Lei, entende-se como:

I. **Remanejamento**: movimentação de dotações de um órgão para outro decorrente de reformas administrativas ou alteração na estrutura organizacional;

II. **Transposição**: autorização para transferências de saldo de dotações orçamentárias;

III. **Transferências**: autorizações para suplementações orçamentárias dentro da mesma categoria econômica, grupo de natureza da despesa, ou elemento econômico (desdobramento).

Art.3º- A autorização contida no caput do Art. 1º desta Lei permitirá que o Prefeito Municipal e o Presidente da Câmara, respeitadas as demais normas constitucionais, possam efetuar o:

I. Remanejamento e suplementação de dotações orçamentárias com a finalidade de ajustar os orçamentos de órgãos reestruturados, utilizando como fonte de recursos o previsto no inciso III, do § 1º. do Art. 43 da Lei nº 4.320/64, até o montante dos saldos das dotações orçamentárias dos respectivos órgãos reestruturados;

II. Remanejamento e suplementação de dotações orçamentárias em caso de movimentação de pessoal de uma unidade orçamentária para outra;

III. Transferência de dotações, por decreto e resolução, respectivamente, às dotações atribuídas ao Executivo e ao Legislativo;

IV. Transposição de recursos de uma unidade orçamentária para outra, ou de uma categoria de programação para outra.

§ 1º - A transposição de dotações orçamentárias será utilizada quando da extinção ou reestruturação de órgão ou unidade administrativa, decorrente de reforma administrativa, que venham a modificar a estrutura organizacional do município.

§ 2º - A transferência de recursos orçamentários será empregada dentro de um mesmo programa de trabalho, sendo que na estrutura do orçamento inicial, durante todo o exercício financeiro, o valor fixado e seu saldo encerrado serão apresentados na unidade orçamentária anterior aprovada na Lei Orçamentária Anual.

§ 3º - O remanejamento de saldo das dotações orçamentárias está vinculado com o remanejamento de pessoal, conforme disposto no parágrafo único do Art. 66 da Lei Federal nº 4.320/64.

Art.4º- Para efeito desta Lei a contabilidade do município evidenciará, nos balancetes mensais e Balanço Geral do Município, de forma separada, os valores referentes aos créditos adicionais – suplementares, especiais e extraordinários – e os movimentos relacionados com os remanejamentos, transferências e transposições de dotações orçamentárias, para fins de controle do valor autorizado por fontes de recursos.

Art.5º- Ficam ainda os Chefes dos Poderes Executivo e Legislativo autorizados a redistribuir parcelas das dotações de pessoal, de uma unidade orçamentária para outra, quando considerada indispensável à movimentação de pessoal, na forma do parágrafo único do artigo 66 da Lei 4.320/64.

Art.6.º- Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares em mais 30% (trinta por cento) do montante fixado pelo art. 6º da Lei Municipal nº 730/2019 Lei Orçamentaria Anual.

Art.7º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos a 01 de julho de 2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de Luciara-MT, em 13 de agosto de 2020.

FAUSTO AQUINO DE AZAMBUJA FILHO PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELÂNDIA

ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA GP Nº 345/2020

DATA: 03 de agosto de 2020.

SÚMULA: Afastamento de Servidor Público Municipal Regime

Jurídico Estatutário Efetivo, e dá outras providências.

O Sr. ARNÓBIO VIEIRA DE ANDRADE, Prefeito Municipal de

Marcelandia Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

que lhes são conferidas por Lei,

R E S O L V E:

ART. 1º - A pedido conceder afastamento de suas funções por 36

(trinta e seis) meses para tratar de assuntos particulares, de acordo com artigo 87 da Lei

Complementar 004/2005, a partir de 03 de agosto de 2020 a 03 de agosto de 2023, a Sra.

Marli Maria Cornelius, servidora efetiva no cargo de Varredor de Ruas, Classe "B",

Nível "01", carga horária 40 horas semanais, Matricula n° 2515, lotada na Secretaria

Municipal de Saúde e Saneamento.

ART. 2º - No período do afastamento a Servidora não contribuirá com

a Previdência Municipal.

ART. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação,

revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 03 de agosto de 2020.

Arnóbio Vieira de Andrade

Prefeito Municipal

Silas de Oliveira Rezende

Sec. Mun. de Saúde e Saneamento

Registre-se e afixe-se.

ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA GP Nº 357/2020

DATA: 14 de agosto de 2020.

SÚMULA: Dispõe sobre licença para concorrer a Cargo Eletivo.

O Sr. ARNÓBIO VIEIRA DE ANDRADE, Prefeito Municipal de

Marcelandia Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

que lhes são conferidas por Lei,

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder a pedido, Licença para concorrer a cargo eletivo

sem prejuízo da remuneração ao servidor Sr. Olímpio Alves de Souza, ocupante do cargo

efetivo de Motorista – 40 horas, Matricula n° 258, lotado na Secretaria de Ação Social,

Cidadania e Cultura, no período de 15 de agosto de 2020 a 15 de novembro de 2020,

devendo o mesmo apresentar até o dia 26 de setembro de 2020 registro de candidatura

realizado junto a Justiça Eleitoral.

§ A não apresentação do registro no prazo especificado no caput deste

artigo torna nula a concessão da licença.

§ Caso não seja apresentado o registro da candidatura ou ao menos

cópia da ata que comprove a participação do servidor em convenção partidária como

pretenso candidato, o Município adotará os procedimentos necessários para resguardar o

interesse público.

ART. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 14 de agosto de 2020.

Arnóbio Vieira de Andrade

Prefeito Municipal

Marley Pereira de Andrade

Secretária Municipal de Ação Social, Cidadania e Cultura.

Registre-se e afixe-se

ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA GP Nº 356/2020

DATA: 14 de agosto de 2020.

SÚMULA: Dispõe sobre licença para concorrer a Cargo Eletivo.

O Sr. ARNÓBIO VIEIRA DE ANDRADE, Prefeito Municipal de

Marcelandia Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

que lhes são conferidas por Lei,

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder a pedido, Licença para concorrer a cargo eletivo

sem prejuízo da remuneração a servidora Sra. Selma Rosana Mendes de Souza Silva,

ocupante do cargo efetivo de Professora 30 horas, Matricula n° 1918, lotada na Secretaria

Municipal de Educação, no período de 15 de agosto de 2020 até 15 de novembro de 2020,

devendo a mesma apresentar até o dia 26 de setembro de 2020 registro de candidatura

realizado junto a Justiça Eleitoral.

§ A não apresentação do registro no prazo especificado no caput deste

artigo torna nula a concessão da licença.

§ Caso não seja apresentado o registro da candidatura ou ao menos

cópia da ata que comprove a participação do servidor em convenção partidária como

pretenso candidato, o Município adotará os procedimentos necessários para resguardar o

interesse público.

ART. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 14 de agosto de 2020.

Arnóbio Vieira de Andrade

Prefeito Municipal

Sonia Martinis

Secretária Municipal de Educação

Registre-se e afixe-se

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 005/2020

A Prefeitura Municipal de Marcelândia – MT torna público para conhecimento dos interessados que no dia **02 de setembro de 2020**, as 08:00 horas (Horário de Mato Grosso), no Anfiteatro Municipal realizar-se-á abertura da **Tomada de Preço nº 005/2020**, a qual tem por objeto a **"Contratação de empresa especializada para execução de obra de pavimentação asfáltica em ruas do Jardim Vitória, jardim Pioneiros, Vila dos Trabalhadores, Vila Esperança, e no Cemitério Municipal na Cidade de Marcelândia/MT". TIPO DE LICITAÇÃO: Menor Preço Global. O Edital Completo estará disponível aos interessados de 2ª a 6ª feira das 07 horas às 11h e das 13 horas às 17 horas, na Sala de Licitações da Prefeitura, localizada na Rua Dos Três Poderes** nº 777, Centro, CEP. 78. 535-000 - Marcelândia-MT**, ou ainda no site:** www.marcelandia.mt.gov.br **(Ícone: Licitações).**

Marcelândia/MT, 14 de agosto de 2020.

Raphaella Espíndola Benício

Presidente da CPL

Publique-se

ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA GP Nº 359/2020

DATA: 14 de agosto de 2020

SÚMULA: Dispõe sobre licença para concorrer a Cargo Eletivo.

O Sr. ARNÓBIO VIEIRA DE ANDRADE, Prefeito Municipal de

Marcelandia Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

que lhes são conferidas por Lei,

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder a pedido, Licença para concorrer a cargo eletivo

sem prejuízo da remuneração a servidora Sra. Zuleide Aparecida dos Santos, matricula

2528, efetiva no cargo de Técnica em Enfermagem, carga horária 40 horas semanais, no

período de 15 de agosto a 15 de novembro de 2020, devendo a mesma apresentar até o dia

26 de setembro de 2020 registro de candidatura realizado junto a Justiça Eleitoral.

§ A não apresentação do registro no prazo especificado no caput deste

artigo tornara nula a concessão da licença.

§ Caso não seja apresentado o registro da candidatura ou ao menos

cópia da ata que comprove a participação do servidor em convenção partidária como

pretenso candidato, o Município adotará os procedimentos necessários para resguardar o

interesse público.

ART. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 14 de agosto de 2020.

Arnóbio Vieira de Andrade

Prefeito Municipal

Silas de Oliveira Rezende

Secretário de Saúde e Saneamento

Registre-se e afixe-se

ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA GP Nº 360/2020

DATA: 14 de agosto de 2020.

SÚMULA: Dispõe sobre licença para concorrer a Cargo Eletivo.

O Sr. ARNÓBIO VIEIRA DE ANDRADE, Prefeito Municipal de

Marcelandia Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

que lhes são conferidas por Lei,

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder a pedido, Licença para concorrer a cargo eletivo

sem prejuízo da remuneração ao servidor Sr. Irineu Nunes Ferreira, ocupante do cargo

efetivo de Professor 30 horas, Matricula n° 2553, lotado na Secretaria Municipal de

Educação, no período de 15 de agosto de 2020 até 15 de novembro de 2020, devendo o

mesmo apresentar até o dia 26 de setembro de 2020 registro de candidatura realizado junto a

Justiça Eleitoral.

§ A não apresentação do registro no prazo especificado no caput deste

artigo torna nula a concessão da licença.

§ Caso não seja apresentado o registro da candidatura ou ao menos

cópia da ata que comprove a participação do servidor em convenção partidária como

pretenso candidato, o Município adotará os procedimentos necessários para resguardar o

interesse público.

ART. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 14 de agosto de 2020.

Arnóbio Vieira de Andrade

Prefeito Municipal

Sonia Martinis

Secretária Municipal de Educação

Registre-se e afixe-se

ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA GP Nº 361/2020

DATA: 14 de agosto de 2020

SÚMULA: Dispõe sobre licença para concorrer a Cargo Eletivo.

O Sr. ARNÓBIO VIEIRA DE ANDRADE, Prefeito Municipal de

Marcelandia Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

que lhes são conferidas por Lei,

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder a pedido, Licença para concorrer a cargo eletivo

sem prejuízo da remuneração a servidora Sra. Amarilda Borges da Silva, matricula 2661,

ocupante do cargo efetivo de Técnica em Enfermagem, carga horária 40 horas semanais,

no período de 15 de agosto a 15 de novembro de 2020, devendo a mesma apresentar até o

dia 26 de setembro de 2020 registro de candidatura realizado junto a Justiça Eleitoral.

§ A não apresentação do registro no prazo especificado no caput deste

artigo tornara nula a concessão da licença.

§ Caso não seja apresentado o registro da candidatura ou ao menos

cópia da ata que comprove a participação do servidor em convenção partidária como

pretenso candidato, o Município adotará os procedimentos necessários para resguardar o

interesse público.

ART. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 14 de agosto de 2020.

Arnóbio Vieira de Andrade

Prefeito Municipal

Silas de Oliveira Rezende

Secretário de Saúde e Saneamento

Registre-se e afixe-se

ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA GP Nº 362/2020

DATA: 14 de agosto de 2020

SÚMULA: Dispõe sobre licença para concorrer a Cargo Eletivo.

O Sr. ARNÓBIO VIEIRA DE ANDRADE, Prefeito Municipal de

Marcelandia Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

que lhes são conferidas por Lei,

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder a pedido, Licença para concorrer a cargo eletivo

sem prejuízo da remuneração a servidora Sra. Aurineide Moreira Leite Ramires,

matricula 35, efetiva no cargo de Enfermeira, carga horária 40 horas semanais, no período

de 15 de agosto a 15 de novembro de 2020, devendo a mesma apresentar até o dia 26 de

setembro de 2020 registro de candidatura realizado junto a Justiça Eleitoral.

§ A não apresentação do registro no prazo especificado no caput deste

artigo tornara nula a concessão da licença.

§ Caso não seja apresentado o registro da candidatura ou ao menos

cópia da ata que comprove a participação do servidor em convenção partidária como

pretenso candidato, o Município adotará os procedimentos necessários para resguardar o

interesse público.

ART. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 14 de agosto de 2020.

Arnóbio Vieira de Andrade

Prefeito Municipal

Silas de Oliveira Rezende

Secretário de Saúde e Saneamento

Registre-se e afixe-se

ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA GP N° 355/2020

DATA: 11 de agosto de 2020.

SÚMULA: Prorroga Auxilio Doença de Servidora Pública Municipal

Regime Jurídico Efetivo, e dá outras providências.

O SR. Arnóbio Vieira de Andrade, Prefeito Municipal de Marcelândia

Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhes são

conferidas por Lei,

Considerando a Emenda Constitucional n° 103/2019 Art. 9° e § 3º “Os

afastamentos por incapacidade temporária para o trabalho e o salário-maternidade

serão pagos diretamente pelo ente federativo e não

correrão à conta do regime próprio de previdência social ao qual o

servidor se vincula”.

R E S O L V E:

ART. 1º - Prorrogar o Benefício de auxílio doença da Sra. Sinomar

Bernergozzi Costa, servidora efetiva no cargo de Professora 30hs, matrícula nº 322, lotada

na Secretaria Municipal de Educação, conforme Processo Administrativo de Auxilio Doença

nº 2020.01.008, até 10.11.2020, de acordo com perícia médica.

ART. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação,

revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 11 de agosto de 2020.

Arnóbio Vieira de Andrade

Prefeito Municipal

Sonia Martinis

Secretária Municipal de Educação.

Registre-se e afixe-se.

ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA GP Nº 354/2020

DATA: 10 de agosto de 2020.

SÚMULA: Transferência de Secretaria de Servidor Público Municipal

Regime Jurídico Efetivo, e dá outras providências.

O SR. Arnóbio Vieira de Andrade, Prefeito Municipal de Marcelândia

Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhes são

conferidas por Lei,

R E S O L V E:

ART. 1º - Transferir a partir de 10/08/2020 a Sra. Gisele Aparecida da

Silva Pires, servidora efetiva no cargo de Assistente Técnico Administrativo I, Classe A -

Nível 10, carga horária “40” horas semanais, matrícula 2888, lotada na Secretaria Municipal

de Ação Social, Cidadania e Cultura para Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

ART. 2º - Esta portaria entrará em vigor, na data de sua publicação,

revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 10 de agosto de 2020.

Arnóbio Vieira de Andrade

Prefeito Municipal

Marley Pereira de Andrade

Secretária Mun. de Ação Social Cidadania e Cultura

Marcelo Ricardo Cordeiro

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Registre-se e afixe-se.

ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA GP Nº 353/2020

DATA: 10 de agosto de 2020.

SÚMULA: Transferência de Secretaria de Servidora Pública Municipal

Regime Jurídico Efetivo, e dá outras providências.

O SR. Arnóbio Vieira de Andrade, Prefeito Municipal de Marcelândia

Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhes são

conferidas por Lei,

R E S O L V E:

ART. 1º - Transferir a partir de 10/08/2020 a Sra. Vanessa Lopes

Leite, servidora efetiva no cargo de Assistente Técnico Administrativo I, Classe A - Nível

10, carga horária “40” horas semanais, matrícula 2871, lotada na Secretaria Municipal de

Ação Social, Cidadania e Cultura para Secretaria Municipal de Obras, Mobilidade e Serviços

Urbanos.

ART. 2º - Esta portaria entrará em vigor, na data de sua publicação,

revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 10 de agosto de 2020.

Arnóbio Vieira de Andrade

Prefeito Municipal

Marley Pereira de Andrade

Secretária Mun. de Ação Social Cidadania e Cultura

Jancarlo Rogerio Pavaneli de Lima

Secretário Municipal de Obras, Mobilidade e Serviços Urbanos

Registre-se e afixe-se.

ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA GP Nº 365/2020

DATA: 14 de agosto de 2020.

SÚMULA: Dispõe sobre licença para concorrer a Cargo Eletivo.

O Sr. ARNÓBIO VIEIRA DE ANDRADE, Prefeito Municipal de

Marcelandia Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

que lhes são conferidas por Lei,

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder a pedido, Licença para concorrer a cargo eletivo

sem prejuízo da remuneração ao servidor Sr. Darci de Oliveira Alves, ocupante do cargo

efetivo de Professor – 20 horas, Matricula nº 373, lotado na Secretaria Municipal de

Educação, no período de 15 de agosto de 2020 a 15 de novembro de 2020, devendo o

mesmo apresentar até o dia 26 de setembro de 2020 registro de candidatura realizado junto a

Justiça Eleitoral.

§ A não apresentação do registro no prazo especificado no caput deste

artigo torna nula a concessão da licença.

§ Caso não seja apresentado o registro da candidatura ou ao menos

cópia da ata que comprove a participação do servidor em convenção partidária como

pretenso candidato, o Município adotará os procedimentos necessários para resguardar o

interesse público.

ART. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 14 de agosto de 2020.

Arnóbio Vieira de Andrade

Prefeito Municipal

Sonia Martinis

Secretária Municipal de Educação.

Registre-se e afixe-se

ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA GP Nº 352/2020

DATA: 10 de agosto de 2020.

SÚMULA: Término de Benefício de Auxilio Doença de Servidora Pública Municipal, Regime Jurídico Estatutário Efetivo, e dá outras providências.

O SR. Arnóbio Vieira de Andrade, Prefeito Municipal de Marcelândia Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas por Lei,

R E S O L V E:

ART. 1º - Encerrar o benefício de auxilio doença a partir de 10 de agosto de 2020 da Sra. Elenice Vidigal da Silva, servidora efetiva no cargo de Zeladora, 40 horas semanais, matrícula nº 1088, lotada na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, conforme Processo administrativo de Auxilio Doença nº 2020.01.023.

ART. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 10 de agosto de 2020.

Arnóbio Vieira de Andrade

Prefeito Municipal

Marcelo Ricardo Cordeiro

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Registre-se e afixe-se.

ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA GP Nº 367/2020

DATA: 14 de agosto de 2020.

SÚMULA: Dispõe sobre Licença para concorrer a Cargo Eletivo.

O Sr. ARNÓBIO VIEIRA DE ANDRADE, Prefeito Municipal de

Marcelândia Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais

que lhes são conferidas por Lei,

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder a pedido, Licença para concorrer a cargo eletivo

sem prejuízo da remuneração ao servidor Sr. Claudinei de Siqueira, ocupante do cargo

efetivo de Apoio Administrativo Escolar - Motorista, 40 horas semanais, matrícula n°

058, lotado na Secretaria Municipal de Educação, no período de 15 de agosto de 2020 a 15

de novembro de 2020, devendo o mesmo apresentar até o dia 26 de setembro de 2020

registro de candidatura realizado junto à Justiça Eleitoral.

§ A não apresentação do registro no prazo especificado no caput deste

artigo torna nula a concessão da licença.

§ Caso não seja apresentado o registro da candidatura ou ao menos

cópia da ata que comprove a participação do servidor em convenção partidária como

pretenso candidato, o Município adotará os procedimentos necessários para resguardar o

interesse público.

ART. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 14 de agosto de 2020.

Arnóbio Vieira de Andrade

Prefeito Municipal

Sonia Martinis

Secretária Municipal de Educação

Registre-se e afixe-se

ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA GP Nº 351/2020

DATA: 05 de Agosto de 2020.

SÚMULA: Afastamento de Servidor Público Municipal Regime Jurídico Estatutário Efetivo, e dá outras providências.

O Sr. ARNÓBIO VIEIRA DE ANDRADE, Prefeito Municipal de Marcelândia Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas por Lei,

R E S O L V E:

ART. 1º - A pedido conceder afastamento de suas funções por 36 (trinta e seis) meses para tratar de assuntos particulares, de acordo com artigo 87 da Lei Complementar 004/2005, a partir de 05 de agosto de 2020 a 05 de agosto de 2023, ao Sr. Jose Cicero Candido da Silva, servidor efetivo no cargo de Eletricista de Instalação em Geral, Classe “B”, Nível “14”, carga horária 40 horas semanais, Matricula n° 2507, lotado na Secretaria Municipal de Obras, Mobilidade e Serviços Urbanos.

ART. 2º - No período do afastamento o Servidor não contribuirá com a Previdência Municipal.

ART. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 05 de agosto de 2020.

Arnóbio Vieira de Andrade

Prefeito Municipal

Jancarlo Rogerio Pavaneli de Lima

Secretário Municipal de Obras, Mobilidade e Serviços Urbanos

Registre-se e afixe-se.

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
COVID-19: DECRETO N°. 081, DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

“Atualiza os critérios para aplicação de medidas não farmacológicas excepcionais, de caráter temporário, restritivas à circulação e às atividades privadas, para a prevenção dos riscos de disseminação do coronavírus em todo o território de Marcelândia-MT.”

O Prefeito de Marcelândia – MT, Arnóbio Vieira de Andrade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e,

CONSIDERANDO o artigo 18 do decreto municipal nº 042, de 23/03/20 e o artigo 4º do decreto municipal nº 046, de 08/04/2020;

CONSIDERANDO o entendimento do Supremo Tribunal Federal no sentido assegurar aos Governos Estaduais, Distrital e Municipais, no exercício de suas atribuições e no âmbito de seus territórios, competência para a adoção ou manutenção de medidas restritivas durante a pandemia da COVID-19;

CONSIDERANDO que na ADI nº 1007811-16.2020.8.11.0000, manejada pelo Ministério Público do Estado de Mato Grosso, o Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso entendeu que os municípios têm autonomia e competência legislativa para adoção de medidas restritivas de circulação de pessoas e de atividades econômicas privadas conforme as peculiaridades locais;

CONSIDERANDO o decréscimo obtido no número de casos positivos de Coronavírus, no município de Marcelândia, a partir das medidas implantadas através dos Decretos Municipais nº 066 e 070 e 072 e, a atual classificação de Marcelândia em risco baixo, de acordo com o Boletim Estadual do Governo do Estado de Mato Grosso;

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 573/2020, de 23/07/2020;

DECRETA:

Art. 1° - Manutenção do Toque de Recolher das 21:00 às 5:00 horas, no período compreendido do dia 15/08/2020 ao dia 31/08/2020, como medida de contingência à disseminação do Coronavírus (COVID-19).

Parágrafo Único - Fica proibida a circulação de pessoas no âmbito do Município de Marcelândia, durante o período mencionado, que pode ser prorrogado em caso de necessidade;

Art. 2º - Fica determinado que todo e qualquer estabelecimento comercial ou de serviço deverá começar a encerrar suas atividades a partir das 20:00 horas, finalizando totalmente às 21:00, durante o período que compreende o Toque de Recolher previsto neste Decreto.

§1º - A determinação contida nesse artigo 2º se aplica também aos trabalhadores informais, tais como ambulantes e assemelhados.

§2º - A determinação contida nesse artigo 2º não se aplica aos serviços enumerados no artigo 8º deste decreto.

§3º - Os serviços delivery tais como entrega de pizzas, lanches, refeições, sorvetes, bebidas e congêneres podem se estender até às 22:00h, inclusive aos domingos.

Art. 3º - Permanecem suspensas por tempo indeterminado as atividades presenciais da Rede Municipal de Ensino.

Parágrafo Único – As atividades presenciais da Rede Particular de Ensino de Marcelândia estão liberadas desde que os estabelecimentos sigam fielmente as orientações de seus planos de contingências protocolados perante o Comitê Municipal de Enfrentamento ao Coronavírus e, principalmente, a Cartilha de Orientações para Reabertura das Escolas da Educação Básica de Ensino no Contexto da Pandemia da Covid-19 editada pelo Ministério da Saúde e à disposição para download no site daquele Ministério.

Art. 4º - A partir de 15/08/2020 até 31/08/2020 as igrejas ou organizações religiosas podem realizar até 2 (duas) celebrações semanais, ficando a escolha dos dois dias a cargo da instituição, obedecidas as seguintes determinações:

I – Uso obrigatório de máscaras antes, durante e após as reuniões e até chegada nas residências individuais dos participantes;

II – Disponibilização de álcool gel 70% aos participantes;

III – Lotação de até 50% da capacidade do templo;

IV – Distanciamento mínimo de 1,5m entre os presentes;

V – Sem apertos de mãos e abraços;

VI – Toque de recolher a partir das 21:00h;

VII – Não haver contato durante os louvores e a oração;

VIII – Suspensão do uso de bebedouros, ficando a critério da instituição estabelecer o modo de ofertar água diretamente ao membro ou do fiel levar seu próprio recipiente;

IX - Nas saídas deve haver o controle de modo a evitar aglomerações.

X – O dirigente da celebração, cantor (a) ou vocalista de conjunto podem falar ou cantar sem máscara, desde que os microfones utilizados não sejam compartilhados e obedecida a distância mínima recomendada de 1,5m.

Art. 5º - Permanecem proibidas quaisquer tipos de atividades, lazer ou eventos que causem aglomerações, em qualquer horário, tais como shows, casa noturna e congêneres, festas e confraternizações familiares, tais como aniversários, churrascos e congêneres, ainda que realizadas em âmbito domiciliar, chácaras e sítios e também ajuntamento para consumo de tereré, chimarrão, narguilé e bebidas de toda espécie, em calçadas, ruas ou praças;

§1º - Considera-se aglomeração ou confraternizações familiares qualquer ajuntamento de mais de 20 (vinte) pessoas que não sejam familiares entre si, dentro ou fora de suas moradias habituais.

§2º - Ficam autorizadas confraternizações familiares ou entre famílias, desde que, com número máximo de até 20 (vinte) pessoas dentro da residência utilizada.

Art. 6º - Ficam autorizadas as atividades esportivas que utilizam quadras poliesportivas e esportes individuais.

§1º - As atividades esportivas são aquelas em que há a prática de atividades físicas ou mentais, visando competição ou superação de limites humanos.

§2º - Aplicam-se às atividades esportivas todas as regras sanitárias, ambientais e de segurança preconizadas na legislação federal, estadual e municipal e também as seguintes regras, enquanto durar a pandemia do Coronavírus:

I – Comunicação à Secretaria Municipal de Esportes, com antecedência mínima de 24 horas, do local e do responsável pelo evento;

II – Ausência de público;

III – Disponibilização de álcool gel 70% ou água e sabão ou sabonete na entrada do local, para higienização dos praticantes;

IV – Aferir a temperatura corporal, sem contato físico, com termômetro digital, ficando vedado o acesso àqueles que apresentarem quadro febril de 37,5ºC;

V – Praticante ou funcionário que estiver apresentando sintomas da COVID-19 deverá procurar imediatamente os serviços de saúde do município;

VI – Utilização de água sanitária 1% em tapete ou recipiente, na entrada do estabelecimento para assepsia dos calçados;

VII – Material esportivo deverá ser de uso individual;

VIII – Praticantes não podem estar descalços no ambiente ou sem o calçado específico para a prática esportiva;

IX – Suspenso o uso de bebedouro;

X – Vedado a presença de pessoas do grupo de risco e outras recomendações que porventura sejam dadas pela Vigilância Sanitária local ou Secretaria Municipal de Saúde em conjunto com a Secretaria de Esportes.

Art. 7º - No período de 15/08/2020 até 31/08/2020, com exceção dos domingos aí compreendidos, fica permitido o consumo de bebidas alcoólicas em bares, lanchonetes e restaurantes, obedecidas as seguintes determinações:

I – Uso obrigatório de máscaras, com exceção do momento de refeição ou bebida;

II – Disponibilização de álcool gel 70% aos participantes;

III – Lotação de até 30% da capacidade do estabelecimento;

IV – Distanciamento mínimo de 2,0m entre mesas;

V – Sem apertos de mãos e abraços;

VI – Toque de recolher a partir das 21:00h;

VII – Não haver contato físico entre os presentes;

VIII – Evitar qualquer tipo de aglomeração ou tumulto dentro ou fora do estabelecimento.

Art. 8º - No período de 15/08/2020 a 31/08/2020, as pessoas acima de 60 anos e grupos de risco, definidas pela autoridade sanitária, devem evitar circulação pelas ruas.

Parágrafo Único – exclui-se dessa recomendação, quando necessário e, em função do cargo que ocupam, o prefeito municipal, o vice-prefeito e os secretários municipais.

Art. 9º - Enquanto durar o Toque de Recolher, não haverá funcionamento do comércio nos domingos, dias 16/08, 23/08 e 30/08/20, com exceção:

I – dos serviços enumerados no Artigo 8º deste Decreto;

II – da Feira do Produtor;

III – de panificadoras até às 9:30h.

Art. 10 - Ficam excetuados das medidas adotadas neste Decreto os seguintes serviços essenciais:

I – tratamento e abastecimento de água;

II – captação e tratamento de lixo;

III – geração, transmissão e distribuição de energia elétrica;

IV – postos de combustíveis, com exceção de suas lojas de conveniência;

V – assistência médica e hospitalar;

VI – clínicas veterinárias, clínicas odontológicas e clínicas médicas em regime de emergência;

VII – distribuição e comercialização de medicamentos e laboratórios clínicos;

VIII – funerários e serviços relacionados;

IX – telecomunicações;

X – processamento de dados ligados a serviços essenciais;

XI – segurança privada;

XII – serviços de táxi;

XIII – imprensa;

XIV – profissionais da área da Saúde;

XV – autoridades municipais e estaduais, em serviço;

XVI – setor de hotelaria;

XVII – oficinas de automóveis e motos e borracharias.

Art. 11 - Será permitida excepcionalmente a circulação de pessoas no horário que compreende o Toque de Recolher:

I – para fins de acesso aos serviços essenciais e/ou sua prestação, comprovando-se a necessidade e urgência, preferencialmente, de maneira individual, sem acompanhante;

II – quando em trânsito decorrente de retorno e/ou partida de viagens oriundas do Terminal Rodoviário Municipal ou do ponto de apoio da Rosa Tur (Van);

Art. 12 – Os espaços públicos municipais como parques e praças públicas estarão abertos apenas para prática de exercícios físicos, proibida qualquer tipo de aglomeração.

Art. 13 – Enquanto durar a pandemia, o comércio local deve evitar a todo custo aglomeração dentro de seus recintos, mantendo apenas 50% de sua capacidade de atendimento e obedecer às exigências sanitárias descritas no Decreto Estadual nº 522, art. 5º, Inciso I, alíneas d, e, f, g, h, i.

Art. 14 – O descumprimento das medidas restritivas sujeita as pessoas físicas ou os representantes das pessoas jurídicas infratoras à aplicação das sanções administrativas, cíveis e criminais cabíveis pelas autoridades policiais, sanitárias e fiscais estaduais e municipais, além de sujeitar o infrator às penalidades previstas no Código Penal Brasileiro, dentre as quais:

I – Infração de medida sanitária preventiva, tipificada no Art. 268, do Código Penal Brasileiro, nos seguintes termos:

a) *"Art. 268 – Infringir determinação do poder público destinada a impedir introdução ou propagação de doença contagiosa:*

Pena – detenção de um mês a um ano, e multa.

Parágrafo único – A pena é aumentada de um terço, se o agente é funcionário da saúde pública ou exerce a profissão de médico, farmacêutico, dentista ou enfermeiro."

II – Será aberto Processo Administrativo para qualquer servidor público municipal que violar quaisquer das normas contidas neste Decreto;

III – Para efeito de multas, as violações aos artigos:

a) 1º, 2º, 5º e 10 serão consideradas GRAVÍSSIMAS;

b) 4º, 6º, 7º, 11, 12 e 13 serão consideradas GRAVES;

c) 8º será considerada LEVE.

Art. 15 - Serão aplicadas as seguintes multas em Unidade de Referência Municipal (URM = R$36,35):

I - nas infrações LEVES a penalidade consiste no pagamento de 1 (uma) a 100 (cem) URM's

II - nas infrações GRAVES a penalidade consiste no pagamento de 101 (cento e uma) a 500 (quinhentas) URM's;

III - nas infrações GRAVÍSSIMAS a penalidade consiste no pagamento de 501 (quinhentas e uma) a 1.000 (mil) URM's.

Art. 16 – Nos casos de reincidência ou continuidade da infração, as multas previstas neste Decreto com base em nosso Código Sanitário e Tributário, serão cobradas em dobro.

Art. 17 – Para fins de cumprimento ao disposto neste Decreto, fica determinado que os servidores públicos municipais integrantes das carreiras de fiscalização do Município, e Vigilância Sanitária, exerçam suas atribuições de polícia de forma integrada e coordenada, com o apoio da Polícia Militar local, conforme determina o Art. 6º-A, do Decreto Estadual nº 532, de 24/06/2020.

Art. 18 – As normas contidas neste Decreto poderão ser alteradas a qualquer momento e, de acordo com a situação pandêmica local.

Art. 19 - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 20 – O Decreto Municipal nº 074/2020 perde seus efeitos em 15/08/2020.

Paço Municipal, em Marcelândia – MT, 14 de agosto de 2020.

ARNÓBIO VIEIRA DE ANDRADE

PREFEITO DE MARCELÂNDIA

SILAS DE O. REZENDE

SEC. MUN. SAÚDE

ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA GP Nº 350/2020

DATA: 03 de Agosto de 2020.

SÚMULA: Transferência de Lotação de Servidora Pública Municipal Regime Jurídico Efetivo, e dá outras providências.

O SR. Arnóbio Vieira de Andrade, Prefeito Municipal de Marcelândia Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas por Lei,

R E S O L V E:

ART. 1º - Transferir a partir de 03/08/2020 a Sra. Pamela Paula Macedo, servidora efetiva no cargo de Assistente Social, carga horária "40" horas semanais, matrícula 1987, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento – Manutenção dos PSF para Núcleo de Apoio à Saúde da Família - NASF.

ART. 2º - Esta portaria entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 03 de Agosto de 2020.

Arnóbio Vieira de Andrade

Prefeito Municipal

Silas de Oliveira Rezende

Secretário Municipal de Saúde e Saneamento

Registre-se e afixe-se.

ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA GP Nº 366/2020

DATA: 14 de agosto de 2020.

SÚMULA: Dispõe sobre Licença para concorrer a Cargo Eletivo.

O Sr. ARNÓBIO VIEIRA DE ANDRADE, Prefeito Municipal de

Marcelândia Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais

que lhes são conferidas por Lei,

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder a pedido, Licença para concorrer a cargo eletivo

sem prejuízo da remuneração ao servidor Sr. José Carlos de Souza, ocupante do cargo

efetivo de Eletricista de Instalação em Geral, 40 horas semanais, matrícula n° 161, lotado

na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, no período de 15 de agosto de 2020 a

15 de novembro de 2020, devendo o mesmo apresentar até o dia 26 de setembro de 2020

registro de candidatura realizado junto à Justiça Eleitoral.

§ A não apresentação do registro no prazo especificado no caput deste

artigo torna nula a concessão da licença.

§ Caso não seja apresentado o registro da candidatura ou ao menos

cópia da ata que comprove a participação do servidor em convenção partidária como

pretenso candidato, o Município adotará os procedimentos necessários para resguardar o

interesse público.

ART. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 14 de agosto de 2020.

Arnóbio Vieira de Andrade

Prefeito Municipal

Marcelo Ricardo Cordeiro

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Registre-se e afixe-se

ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA GP Nº 364/2020

DATA: 14 de agosto de 2020.

SÚMULA: Dispõe sobre licença para concorrer a Cargo Eletivo.

O Sr. ARNÓBIO VIEIRA DE ANDRADE, Prefeito Municipal de

Marcelandia Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

que lhes são conferidas por Lei,

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder a pedido, Licença para concorrer a cargo eletivo

sem prejuízo da remuneração ao servidor Sr. Darci de Oliveira Alves, ocupante do cargo

efetivo de Professor – 30 horas, Matricula nº 74, lotado na Secretaria Municipal de

Educação, no período de 15 de agosto de 2020 a 15 de novembro de 2020, devendo o

mesmo apresentar até o dia 26 de setembro de 2020 registro de candidatura realizado junto a

Justiça Eleitoral.

§ A não apresentação do registro no prazo especificado no caput deste

artigo torna nula a concessão da licença.

§ Caso não seja apresentado o registro da candidatura ou ao menos

cópia da ata que comprove a participação do servidor em convenção partidária como

pretenso candidato, o Município adotará os procedimentos necessários para resguardar o

interesse público.

ART. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 14 de agosto de 2020.

Arnóbio Vieira de Andrade

Prefeito Municipal

Sonia Martinis

Secretária Municipal de Educação.

Registre-se e afixe-se

ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA GP Nº 349/2020

DATA: 03 de Agosto de 2020.

SÚMULA: Transferência de Lotação de Servidora Pública Municipal Regime Jurídico Efetivo, e dá outras providências.

O SR. Arnóbio Vieira de Andrade, Prefeito Municipal de Marcelândia Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas por Lei,

R E S O L V E:

ART. 1º - Transferir a partir de 03/08/2020 a Sra. Vania Aparecida Lençone Simonetti, servidora efetiva no cargo de Fisioterapeuta, carga horária “40” horas semanais, matrícula 2712, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento – Manutenção dos PSF para Núcleo de Apoio à Saúde da Família - NASF.

ART. 2º - Esta portaria entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 03 de Agosto de 2020.

Arnóbio Vieira de Andrade

Prefeito Municipal

Silas de Oliveira Rezende

Secretário Municipal de Saúde e Saneamento

Registre-se e afixe-se.

ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA GP Nº 348/2020

DATA: 03 de Agosto de 2020.

SÚMULA: Transferência de Lotação de Servidora Pública Municipal Regime Jurídico Efetivo, e dá outras providências.

O SR. Arnóbio Vieira de Andrade, Prefeito Municipal de Marcelândia Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas por Lei,

R E S O L V E:

ART. 1º - Transferir a partir de 03/08/2020 a Sra. Vanessa Viecelli Sateles, servidora efetiva no cargo de Psicóloga, carga horária “40” horas semanais, matrícula 2872, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento – Manutenção dos PSF para Núcleo de Apoio à Saúde da Família - NASF.

ART. 2º - Esta portaria entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 03 de Agosto de 2020.

Arnóbio Vieira de Andrade

Prefeito Municipal

Silas de Oliveira Rezende

Secretário Municipal de Saúde e Saneamento

Registre-se e afixe-se.

ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA GP Nº 347/2020

DATA: 03 de agosto de 2020.

SÚMULA: Dispõe sobre adicional de Insalubridade a Servidor Público

Municipal, e dá outras providências.

O SR. Arnóbio Vieira de Andrade, Prefeito Municipal de Marcelândia

Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhes são

conferidas por Lei,

R E S O L V E:

ART. 1º - Conceder a partir de 03 de agosto de 2020, a Sra. Ketlyn Maiara

Silva de Lima, servidora efetiva no cargo de Técnica em Enfermagem, matrícula n° 2925, 20%

de adicional de Insalubridade de acordo com o artigo 61 da Lei Complementar 004/2005, lotada

na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento – Manutenção dos PSF’s.

ART. 2º - Esta portaria entrará em vigor, na data de sua publicação,

revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 03 de agosto de 2020.

Arnóbio Vieira de Andrade

Prefeito Municipal

Silas de Oliveira Rezende

Secretário Municipal de Saúde e Saneamento.

Registre-se e afixe-se.

ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA GP Nº 346/2020

DATA: 03 de agosto de 2020.

Dispõe sobre a nomeação de candidato aprovado em Concurso Público, para a

admissão no serviço Público Municipal.

O Sr. Arnóbio Vieira de Andrade, Prefeito Municipal de Marcelândia Estado de

Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas por Lei, e,

considerando o resultado final do Concurso Público desta Prefeitura, nos termos

do Edital de Concurso nº 001/2019 realizado em 17 de novembro de 2019 e o

disposto no artigo 37, II da Constituição Federal e,

Considerando a realização do Concurso Público em 17 de novembro de

2019, para preenchimento dos cargos e provimento efetivo desta Prefeitura estabelecido no Edital nº

001/2019;

Considerando a Homologação do mencionado Concurso, através do

Decreto de nº 087/2019 de 17 de dezembro de 2019, do Prefeito Municipal.

Considerando a existência de vagas no órgão da Administração Pública

Municipal, bem como a real necessidade de seu preenchimento;

Considerando o Edital de Convocação de Candidatos nº 013/2020, de 09

de julho de 2020.

Considerando finalmente o disposto nas normas que regem o direito do

trabalho;

R E S O L V E:

Artigo 1º - Fica nomeada a partir de 03 de agosto de 2020 em caráter

efetivo a candidata Sra. Ketlyn Maiara Silva de Lima, portadora do RG nº 2271112-0 SESP/MT e CPF

nº. 039.644.371-07, para exercer o cargo de Técnica em Enfermagem, Classe “A” Nível 13, 01ª

Aprovada, com carga horária de 40 horas semanais, lotada junto a Secretaria Municipal de Saúde e

Saneamento.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação ou

afixação, revogando as disposições em contrário.

Marcelândia MT, 03 de agosto de 2020.

Arnóbio Vieira de Andrade

Prefeito Municipal

Silas de Oliveira Rezende

Secretário Mun. de Saúde e Saneamento

Registre-se, afixe-se.

T E R M O D E P O S S E:

Termo de posse que assina Ketlyn Maiara Silva de Lima, portadora do RG

nº 2271112-0 SESP/MT e CPF nº. 039.644.371-07, para exercer o cargo de Técnica em Enfermagem,

Classe “A” Nível 13, 01ª Aprovada, com carga horária de 40 horas semanais, conforme Portaria n°

346/2020 de 03 de agosto de 2020, lotada junto a Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento.

Perante o Exmo. Sr. Arnóbio Vieira de Andrade, Prefeito Municipal de

Marcelândia, Estado de Mato Grosso, para exercer em caráter efetivo o presente termo,

comprometido, a desempenhar Fiel e Honradamente os deveres inerentes ao Cargo, foi lhe dado

Posse, para os efeitos do disposto do Artigo 12 da Lei Complementar 004/2005 de 05 de julho

de 2005 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Marcelândia – Estado de Mato

Grosso).

Paço Municipal, em 03 de agosto de 2020.

Arnóbio Vieira de Andrade

Prefeito Municipal

Empossado: Ketlyn Maiara Silva de Lima

Obs: A Empossada apresentou no ato da posse, os documentos solicitados no edital de

convocação 013/2020 de 09 de julho de 2020.

ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA GP Nº 363/2020

DATA: 14 de agosto de 2020

SÚMULA: Dispõe sobre Licença para concorrer a Cargo Eletivo.

O Sr. ARNÓBIO VIEIRA DE ANDRADE, Prefeito Municipal de

Marcelândia Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais

que lhes são conferidas por Lei,

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder a pedido, Licença para concorrer a cargo eletivo

sem prejuízo da remuneração, a servidora Sra. Dirce Scamparini Sampaio, ocupante do

cargo efetivo de Monitor de Creche III, 40 horas semanais, matrícula n° 85, lotada na

Secretaria Municipal de Educação, no período de 15 de agosto a 15 de novembro de 2020,

devendo a mesma apresentar até o dia 26 de setembro de 2020 registro de candidatura

realizado junto à Justiça Eleitoral.

§ A não apresentação do registro no prazo especificado no caput deste

artigo tornara nula a concessão da licença.

§ Caso não seja apresentado o registro da candidatura ou ao menos

cópia da ata que comprove a participação da servidora em convenção partidária como

pretensa candidata, o Município adotará os procedimentos necessários para resguardar o

interesse público.

ART. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 14 de agosto de 2020.

Arnóbio Vieira de Andrade

Prefeito Municipal

Sonia Martinis

Secretária Municipal de Educação

Registre-se e afixe-se

ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA GP Nº 358/2020

DATA: 14 de agosto de 2020.

SÚMULA: Dispõe sobre Licença para concorrer a Cargo Eletivo.

O Sr. ARNÓBIO VIEIRA DE ANDRADE, Prefeito Municipal de

Marcelândia Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais

que lhes são conferidas por Lei,

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder a pedido, Licença para concorrer a cargo eletivo

sem prejuízo da remuneração ao servidor Sr. José Henrique Quiel, ocupante do cargo

efetivo de Apoio Administrativo Escolar – Motorista, 40 horas semanais, matrícula n°

165, lotado na Secretaria Municipal de Obras, Mobilidade e Serviços Urbanos, no período

de 15 de agosto de 2020 a 15 de novembro de 2020, devendo o mesmo apresentar até o dia

26 de setembro de 2020 registro de candidatura realizado junto à Justiça Eleitoral.

§ A não apresentação do registro no prazo especificado no caput deste

artigo torna nula a concessão da licença.

§ Caso não seja apresentado o registro da candidatura ou ao menos

cópia da ata que comprove a participação do servidor em convenção partidária como

pretenso candidato, o Município adotará os procedimentos necessários para resguardar o

interesse público.

ART. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 14 de agosto de 2020.

Arnóbio Vieira de Andrade

Prefeito Municipal

Jancarlo Rogerio Pavaneli de Lima

Secretário Municipal de Obras, Mobilidade e Serviços Urbanos

Registre-se e afixe-se

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE RESULTADO DE CREDENCIAMENTO 02/2020
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 004/2020

A Prefeitura Municipal de Matupá, através da Comissão Permanente de Licitação, comunica a todos os interessados que recebeu documentos e credenciou no PROCESSO DE CREDENCIAMENTO DAS EMPRESAS QUE TENHAM INTERESSE NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS DE CLINICO GERAL PARA ATENDER NAS UNIDADES DE SAÚDE DE FAMÍLIA DA ÁREA URBANA E NO HOSPITAL MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT a Empresa MORAIS PEREIRA SERVIÇOS E COMERCIO MÉDICO HOSPITALAR LTDA CNPJ: 37.862.868/0001-00 para o Item 01 – Medico Clinico Geral para atender a Unidade de Saúde da Família em Abrangência Urbana. Matupá – MT, 14 de agosto de 2020. ALEXSANDRA TOSTA BATISTA - Presidente Substituta da Comissão Permanente de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL - Nº. 034/2020

A Prefeitura Municipal de Matupá, através da equipe de pregoeiro (a), comunica a todos os interessados que realizou no dia 11 de agosto de 2020 na sede da Prefeitura Municipal, a “PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PERFURADOR DE SOLO E ARAME OVALADO EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT”, aonde consagrou-se vencedor o Licitante: APROCAMPO – MAQUINAS, MOTORES E PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA – ME inscrita no CNPJ 03.362.799/0001-54 com valor total de R$ 10.600,00. Matupá – MT, 14 de agosto de 2020. ALEXSANDRA TOSTA BATISTA - Pregoeira Oficial -

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ
RETIFICAÇÃO DA PORTARIA Nº 8592/2020

RETIFICAÇÃO DA PORTARIA Nº 8592/2020

Onde se lê: Secretaria Municipal de Saúde

Leia-se: Secretaria Municipal de Educação e Desporto

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ
PORTARIA Nº. 8594 DE 14 DE AGOSTO DE 2020

DISPÕE SOBRE O AFASTAMENTO A TÍTULO DE DESINCOMPATIBILIZAÇÃO POR 03 (TRÊS) MESES, POR ESTAR CONCORRENDO AO CARGO ELETIVO DE VEREADOR SEM PREJUIZO DOS VENCIMENTOS, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALTER MIOTTO FERREIRA, Prefeito Municipal de Matupá MT, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Orgânica Municipal, e

Considerando a Lei Complementar nº. 64, de 18 de maio de 1.990;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica afastadoa Título de desincompatibilização por 03 (três) meses, compreendidos a partir de 14 Agosto de 2020 à 16 de Novembro de 2020, por estar concorrendo ao cargo eletivo de vereador sem prejuízo dos vencimentos**, a** Sra**. CLEONILDE DA SILVA FREDIANI,** portadora da Cédula de Identidade RG nº 3198467-3 SESP/MT, inscrita no CPF nº 785.210.411-87, exercendo o cargo de Professor, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Desporto.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor no dia 14 de agosto do ano corrente, revogando as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, aos quatorze dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte.

VALTER MIOTTO FERREIRA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D´OESTE

PREFEITURA DE MIRASSOL D'OESTE/ RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 345/2020

PORTARIA Nº 345 DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

CONCEDE LICENÇA PARA ATIVIDADE POLITICA PARA SERVIDORA QUE ESPECIFICA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito Municipal de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas legais atribuições, com base no artigo 70. da Lei Complementar nº 157/2016, resolve baixar a seguinte.

PORTARIA

Artigo 1º - Fica concedida a partir de 15/08/2020, **LICENÇA PARA ATIVIDADE POLITICA,** para o servidor **JOSÉ MARIO DO AMARAL E SILVA**, residente e domiciliado nesta Cidade, portador do RG nº 12520459 SSP/MT e CPF nº 008.002.588-94, lotado na Secretaria de Infraestrutura, no cargo de **AGENTE DE TRANSPORTE,** conforme requerimento protocolo nº 2356/2020.

Artigo 2º - Fica o referido servidor sujeito às determinações do Artigo 70. da Lei Complementar 157/2016 e seus parágrafos, e a apresentar cópia do registro da respectiva candidatura para efeito desta Portaria.

Artigo 3º - Fica concedida a licença com vencimento do cargo comprovada o registro da candidatura no prazo legal.

Artigo 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação cuja Revogação se fará no prazo estabelecido no § 2º do Artigo 70. da Lei 157/2016.

Artigo 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PÚBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, Sede Provisória do Paço Municipal "Miguel Botelho de Carvalho", em 14 de agosto de 2020.

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO

Prefeito Municipal ESP/acqb

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D OESTE MT
EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA N. 050/2020

AUDIÊNCIA PÚBLICA VIRTUAL PARA APRESENTAÇÃO DA LOA 2021

O Prefeito do Município de Mirassol D´Oeste Estado de Mato Grosso, EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO, vêm a público comunicar a todos os cidadãos miradolenses que em atendimento a Lei Federal 13.979 de 06/02/2020; Decreto Estadual 407 de 16/03/2020; Portaria do Ministério da Saúde 356 de 11/03/2020; Decreto Federal 10.212 de 30/01/2020; Decretos Estaduais 425 de 25/03/2020 e 432 de 31/03/2020 e os Decretos Municipais 3690 de 17/03/2020; 3693 de 20/03/2020; 3694 de 22/03/2020 e 3695 de 26/03/2020, haverá Audiência Pública para apresentação e discussão da proposta da Lei Orçamentária-LOA/2021. A Audiência Pública será realizada de forma VIRTUAL através do endereço eletrônico: https://www.youtube.com/watch?v=N6V5jb-9uAE, no dia 21 de agosto de 2020 às 9h, no canal 'PREFEITURA DE MIRASSOL D'OESTE", link: https://www.youtube.com/channel/UCiSVhX5p4xvUHdre2... em atendimento ao disposto no Parágrafo Único do Art. 48, da Lei 101 de 04 de maio de 2000 (LRF). Cópia do presente Edital, publicado pela Imprensa Oficial do Município, permanecerá afixada em local visível nas dependências do Paço Municipal. Mirassol D'Oeste/MT, 14 de agosto de 2020

LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇAO

RESULTADO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL nº 17/2020. O Município de Mirassol D' Oeste através de sua Pregoeira torna público aos interessados o resultado do Pregão acima. AQUISIÇÃO DE MATERIAIS/SERVIÇOS PARA ROÇADEIRAS E MOTOSSERRAS, sendo vencedora a empresa: MAURO MOTOSSERRAS LTDA ME, CNPJ 13.260.463/0001-34 com o item 1, com o valor de R$ 5.400,00 (cinco mil e quatrocentos reais); o item 2, com o valor de R$ 300,00 (trezentos reais); o item 3, com o valor de R$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais); o item 4, com o valor de R$ 180,00 (cento e oitenta reais); o item 5, com o valor de R$ 186,50 (cento e oitenta e seis reais e cinquenta centavos); o item 6, com o valor de R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais); o item 7, com o valor de R$ 457,50 (quatrocentos e cinquenta e sete reais e cinquenta centavos); o item 8, com o valor de R$ 820,00 (oitocentos e vinte reais); o item 9, com o valor de R$ 140,00 (cento e quarenta reais); o item 10, com o valor de R$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais); o item 11, com o valor de R$ 123,70 (cento e vinte e três reais e setenta centavos); o item 12, com o valor de R$ 50,00 (cinquenta reais); o item 13, com o valor de R$ 550,00 (quinhentos e cinquenta reais); o item 14, com o valor de R$ 179,30 (cento e setenta e nove reais e trinta centavos); o item 15, com o valor de R$ 146,00 (cento e quarenta e seis reais); o item 16, com o valor de R$ 150,00 (cento e cinquenta reais); o item 17, com o valor de R$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais); o item 18, com o valor de R$ 3.000,00 (três mil reais); o item 19, com o valor de R$ 400,00 (quatrocentos reais); o item 20, com o valor de R$ 400,50 (quatrocentos reais e cinquenta centavos); o item 21, com o valor de R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais); o item 22, com o valor de R$ 2.350,00 (dois mil, trezentos e cinquenta reais); o item 23, com o valor de R$ 179,60 (cento e setenta e nove reais e sessenta centavos); o item 24, com o valor de R$ 220,00 (duzentos e vinte reais); o item 25, com o valor de R$ 650,00 (seiscentos e cinquenta reais); o item 26, com o valor de R$ 180,00 (cento e oitenta reais); o item 27, com o valor de R$ 512,80 (quinhentos e doze reais e oitenta centavos); o item 28, com o valor de R$ 2.310,00 (dois mil, trezentos e dez reais); o item 29, com o valor de R$ 343,00 (trezentos e quarenta e três reais); o item 30, com o valor de R$ 1.900,00 (um mil e novecentos reais); o item 31, com o valor de R$ 3.000,00 (três mil reais). Perfazendo o valor total de R$32. 428,90 (trinta e dois mil, quatrocentos e vinte e oito reais e noventa centavos). **Homologado em 14/08/2020**. Euclides da Silva Paixão – Prefeito. Célia Regina de M. Prado – Pregoeira. M. D' Oeste, 17/08/2020.

PREFEITURA DE MIRASSOL D'OESTE/ RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 351/2020

PORTARIA Nº 351 DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

CONCEDE LICENÇA PARA ATIVIDADE POLITICA PARA SERVIDORA QUE ESPECIFICA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito Municipal de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas legais atribuições, com base no artigo 70. da Lei Complementar nº 157/2016, resolve baixar a seguinte.

PORTARIA

Artigo 1º - Fica concedida a partir de 15/08/2020, **LICENÇA PARA ATIVIDADE POLITICA,** para o servidor **DAVI BARBOSA DA SILVA**, residente e domiciliado nesta Cidade, portador do RG nº 1184588-0 SJ/MT e CPF nº 874.297.641-34, lotado na Secretaria de Saúde, no cargo de **AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS,** conforme requerimento protocolo nº 2379/2020.

Artigo 2º - Fica o referido servidor sujeito às determinações do Artigo 70. da Lei Complementar 157/2016 e seus parágrafos, e a apresentar cópia do registro da respectiva candidatura para efeito desta Portaria.

Artigo 3º - Fica concedida a licença com vencimento do cargo comprovada o registro da candidatura no prazo legal.

Artigo 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação cuja Revogação se fará no prazo estabelecido no § 2º do Artigo 70. da Lei 157/2016.

Artigo 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PÚBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, Sede Provisória do Paço Municipal "Miguel Botelho de Carvalho", em 14 de agosto de 2020.

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO

Prefeito Municipal ESP/acqb

PREFEITURA DE MIRASSOL D'OESTE/ RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 350/2020

PORTARIA Nº 350 DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

CONCEDE LICENÇA PARA ATIVIDADE POLITICA PARA SERVIDORA QUE ESPECIFICA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito Municipal de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas legais atribuições, com base no artigo 70. da Lei Complementar nº 157/2016, resolve baixar a seguinte.

PORTARIA

Artigo 1º - Fica concedida a partir de 15/08/2020, **LICENÇA PARA ATIVIDADE POLITICA,** para o servidor **WENDERSON DE SOUZA CAMARA**, residente e domiciliada nesta Cidade, portador do RG nº 1249226-4 SSP/MT e CPF nº 869.804.831-53, lotado na Secretaria de Saúde, no cargo de **MOTORISTA,** conforme requerimento protocolo nº 2402/2020.

Artigo 2º - Fica o referido servidor sujeito às determinações do Artigo 70. da Lei Complementar 157/2016 e seus parágrafos, e a apresentar cópia do registro da respectiva candidatura para efeito desta Portaria.

Artigo 3º - Fica concedida a licença com vencimento do cargo comprovada o registro da candidatura no prazo legal.

Artigo 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação cuja Revogação se fará no prazo estabelecido no § 2º do Artigo 70. da Lei 157/2016.

Artigo 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PÚBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, Sede Provisória do Paço Municipal "Miguel Botelho de Carvalho", em 14 de agosto de 2020.

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO

Prefeito Municipal ESP/acqb

PREFEITURA DE MIRASSOL D'OESTE/ RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 349/2020

PORTARIA Nº 349 DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

CONCEDE LICENÇA PARA ATIVIDADE POLITICA PARA SERVIDORA QUE ESPECIFICA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito Municipal de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas legais atribuições, com base no artigo 70. da Lei Complementar nº 157/2016, resolve baixar a seguinte.

PORTARIA

Artigo 1º - Fica concedida a partir de 15/08/2020, **LICENÇA PARA ATIVIDADE POLITICA,** para o servidor **VILSON TOMAZ DA SILVA**, residente e domiciliada nesta Cidade, portador do RG nº 916.736 SSP/MT e CPF nº 593.999.701-59, lotado na Secretaria de Saúde, no cargo de **MOTORISTA,** conforme requerimento protocolo nº 2374/2020.

Artigo 2º - Fica o referido servidor sujeito às determinações do Artigo 70. da Lei Complementar 157/2016 e seus parágrafos, e a apresentar cópia do registro da respectiva candidatura para efeito desta Portaria.

Artigo 3º - Fica concedida a licença com vencimento do cargo comprovada o registro da candidatura no prazo legal.

Artigo 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação cuja Revogação se fará no prazo estabelecido no § 2º do Artigo 70. da Lei 157/2016.

Artigo 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PÚBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, Sede Provisória do Paço Municipal "Miguel Botelho de Carvalho", em 14 de agosto de 2020.

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO

Prefeito Municipal ESP/acqb

PREFEITURA DE MIRASSOL D'OESTE/ RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 348/2020

PORTARIA Nº 348 DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

CONCEDE LICENÇA PARA ATIVIDADE POLITICA PARA SERVIDORA QUE ESPECIFICA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito Municipal de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas legais atribuições, com base no artigo 70. da Lei Complementar nº 157/2016, resolve baixar a seguinte.

PORTARIA

Artigo 1º - Fica concedida a partir de 15/08/2020, **LICENÇA PARA ATIVIDADE POLITICA,** para o servidor **AGMAR RODRIGUES RIBEIRO**, residente e domiciliada nesta Cidade, portador do RG nº 1254291-1 SSP/MT e CPF nº 870.708.801-97, lotado na Secretaria de Saúde, no cargo de **MOTORISTA,** conforme requerimento protocolo nº 2380/2020.

Artigo 2º - Fica o referido servidor sujeito às determinações do Artigo 70. da Lei Complementar 157/2016 e seus parágrafos, e a apresentar cópia do registro da respectiva candidatura para efeito desta Portaria.

Artigo 3º - Fica concedida a licença com vencimento do cargo comprovada o registro da candidatura no prazo legal.

Artigo 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação cuja Revogação se fará no prazo estabelecido no § 2º do Artigo 70. da Lei 157/2016.

Artigo 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PÚBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, Sede Provisória do Paço Municipal "Miguel Botelho de Carvalho", em 14 de agosto de 2020.

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO

Prefeito Municipal ESP/acqb

PREFEITURA DE MIRASSOL D'OESTE/ RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 347/2020

PORTARIA Nº 347 DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

CONCEDE LICENÇA PARA ATIVIDADE POLITICA PARA SERVIDORA QUE ESPECIFICA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito Municipal de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas legais atribuições, com base no artigo 70. da Lei Complementar nº 157/2016, resolve baixar a seguinte.

PORTARIA

Artigo 1º - Fica concedida a partir de 15/08/2020, **LICENÇA PARA ATIVIDADE POLITICA,** para o servidora **MARINEZ DE CAMPOS**, residente e domiciliada nesta Cidade, portador do RG nº 529.908 SSP/MT e CPF nº 474.656.891-04, lotado na Secretaria de Saúde, no cargo de **AUXILIAR ADMINISTRATIVO,** conforme requerimento protocolo nº 2355/2020.

Artigo 2º - Fica o referido servidor sujeito às determinações do Artigo 70. da Lei Complementar 157/2016 e seus parágrafos, e a apresentar cópia do registro da respectiva candidatura para efeito desta Portaria.

Artigo 3º - Fica concedida a licença com vencimento do cargo comprovada o registro da candidatura no prazo legal.

Artigo 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação cuja Revogação se fará no prazo estabelecido no § 2º do Artigo 70. da Lei 157/2016.

Artigo 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PÚBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, Sede Provisória do Paço Municipal "Miguel Botelho de Carvalho", em 14 de agosto de 2020.

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO

Prefeito Municipal ESP/acqb

PREFEITURA DE MIRASSOL D'OESTE/ RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 346/2020

PORTARIA Nº 346 DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

CONCEDE LICENÇA PARA ATIVIDADE POLITICA PARA SERVIDORA QUE ESPECIFICA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito Municipal de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas legais atribuições, com base no artigo 70. da Lei Complementar nº 157/2016, resolve baixar a seguinte.

PORTARIA

Artigo 1º - Fica concedida a partir de 15/08/2020, **LICENÇA PARA ATIVIDADE POLITICA,** para o servidor **LAERCIO ALVES PEREIRA**, residente e domiciliado nesta Cidade, portador do RG nº 1182283 SSP/GO e CPF nº 650.980.561-87, lotado na Secretaria de Saúde, no cargo de **TÉCNICO DE ENFERMAGEM,** conforme requerimento protocolo nº 2385/2020.

Artigo 2º - Fica o referido servidor sujeito às determinações do Artigo 70. da Lei Complementar 157/2016 e seus parágrafos, e a apresentar cópia do registro da respectiva candidatura para efeito desta Portaria.

Artigo 3º - Fica concedida a licença com vencimento do cargo comprovada o registro da candidatura no prazo legal.

Artigo 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação cuja Revogação se fará no prazo estabelecido no § 2º do Artigo 70. da Lei 157/2016.

Artigo 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PÚBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, Sede Provisória do Paço Municipal "Miguel Botelho de Carvalho", em 14 de agosto de 2020.

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO

Prefeito Municipal ESP/acqb

COORDENADORIA ADMINISTRATIVA
COVID-19: DECRETO

DECRETO Nº 3.796 DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

***ALTERA O DECRETO Nº 3.782 DE , 31 DE JULHO DE 2020* CONSOLIDA, MANTÉM E DETERMINA A APLICAÇÃO DE NOVAS MEDIDAS NO MUNICÍPIO DE MIRASSOL D'OESTE, EM DECORRÊNCIA DA PANDEMIA DE COVID-19 (NOVO CORONAVÍRUS), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO, Prefeito do Município de Mirassol D´Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso das suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei,

CONSIDERANDO que o Município de Mirassol d´Oeste - MT, de acordo com os dados contidos no Boletim Informativo oficial do Estado sob nº 159, de 13 de 2020, da Secretaria Estadual de Saúde, foi classificado como risco "Moderado", uma vez que possui Taxa de Crescimento de Contaminação de 5,11% e a Taxa de Ocupação de UTI no Estado do Mato Grosso é de 72,30%;

***CONSIDERANDO** o princípio da continuidade do serviço público que deve ser observado pela Administração Pública;*

***CONSIDERANDO** a redução no número da média móvel de casos confirmados de Covid-19, de hospitalizações e de óbitos no âmbito do Estado de Mato Grosso*

CONSIDERANDO a Medida Provisória nº 966/2020, que dispõe sobre a responsabilização de agentes públicos por ações ou omissões em atos relacionados a pandemia da COVID-19;

CONSIDERANDO que o Supremo Tribunal Federal no bojo da Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental - ADPF n° 672 e da Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADI -nº 6.341, reafirmou a competência concorrente da União, Estados e Municípios para legislarem sobre normas que cuidem da saúde, dirigirem o sistema único e executem ações de vigilância sanitária e epidemiológica;

CONSIDERANDO o acordo realizado na Ação civil Pública a que se refere o Processo: 1016967-22.2020.8.11.0002, de autoria da MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL.

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 522 com suas alterações, inclusive a de 23 de julho de 2020, que determina que os Municípios devem adotar as medidas impostas pelo Estado;

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 600/2020 13 de agosto de 2020, que altera o Decreto 520/2020,

D E C R E T A:

Art. 1º. *Fica alterado o caput do art. 8º do Decreto nº 3.782, de 31de julho de 2020, ficando inalterados os seus incisos que passa a vigorar com a seguinte redação:*

*"**Art. 3º.** Fica restabelecido o atendimento presencial nas unidades do Poder Executivo Municipal, sua Autarquia e Fundação, devendo as jornadas de trabalho dos servidores públicos ocupantes de cargos efetivos, comissionados, funções de confiança, empregados públicos, estagiários, terceirizados e demais agentes colaboradores serem efetuadas conforme regulamentos.*

***Art. 2º** Fica alterado o art. 11 do Decreto nº 3.782, de 31 de Agosto de 2020, que passam a vigorar com a seguinte redação:*

***"Art. 11.** Fica decretado o **"TOQUE DE RECOLHER"** das 22:00 às 05:00 horas, no período compreendido do dia 16/08/2020 à 31/08/2020, como medida de contingência à disseminação do Coronavírus (COVID-19):*

***§1º.** Fica vedado a circulação de pessoas no âmbito do Município de Mirassol d´Oeste, pelo período identificado no caput, prorrogável se necessário.*

***§ 2º.** Fica determinado que todo e qualquer estabelecimento comercial e de serviço, deverá fechar suas portas e encerrar o atendimento presencial às 22:00 horas, pelo período que compreende o toque de recolher previsto neste Decreto.*

***§3º.** Estende-se o horário determinado no caput do presente artigo até às 23h00min, para as entrega via delivery, que somente poderá ser realizada de gêneros alimentícios e por funcionário devidamente uniformizado.*

***§4º.** A vedação contida no caput neste artigo se aplica também aos trabalhadores informais, tais como ambulantes e assemelhados.*

***§5º.** Será permitida excepcionalmente a circulação de pessoas no horário das 22h00min às 05h00min, nas seguintes circunstancias:*

• Para fins de acesso aos serviços industriais, essenciais e/ou sua prestação, comprovando-se a necessidade e urgência, preferencialmente, de maneira individual, sem acompanhante.

• Quando em trânsito decorrente de retomo e/ou partida de viagens oriundas do Terminal Rodoviário de Mirassol d´Oeste.

• Para as entregas via delivery até as 23h00min;"

Art. 3º. *Fica suprimido o Inciso V do Art. 13 do Decreto nº 3.782, de 31de julho de 2020.*

Art. 4º. *Fica alterado o inciso II do Parágrafo Único do art. 15º do Decreto nº 3.782, de 31de julho de 2020, ficando inalterados os seus demais dispositivos que passa a vigorar com a seguinte redação:*

*" **II.** Efetuar a devida desinfecção do local entre uma celebração e outra;"*

***Art. 5º**.- Fica alterado o inciso I do Parágrafo Único do art. 17º do Decreto nº 3.782, de 31de julho de 2020, ficando inalterados os seus incisos que passa a vigorar com a seguinte redação:*

"I. Após primeira advertência, fechamento do estabelecimento, aplicação de multa de que trata a LC 202/2020 e a suspensão do alvará de funcionamento pelo prazo que perdurar o toque de recolher de que trata o presente decreto."

Art. 6º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 7º. O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 16 de agosto de 2020.

Gabinete do Prefeito, Paço Municipal Miguel Botelho de Carvalho em 14 de agosto de 2020.

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO

PREFEITO

PREFEITURA DE MIRASSOL D'OESTE/ RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 344/2020

PORTARIA Nº 344 DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

CONCEDE LICENÇA PARA ATIVIDADE POLITICA PARA SERVIDORA QUE ESPECIFICA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito Municipal de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas legais atribuições, com base no artigo 70. da Lei Complementar nº 157/2016, resolve baixar a seguinte.

PORTARIA

Artigo 1º - Fica concedida a partir de 15/08/2020, **LICENÇA PARA ATIVIDADE POLITICA,** para o servidor **ADEILSON JOSE DA ROCHA**, residente e domiciliado nesta Cidade, portador do RG nº 1192585-0 SSP/MT e CPF nº 933.014.801-87, lotado na Secretaria de Saúde, no cargo de **AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE,** conforme requerimento protocolo nº 2396/2020.

Artigo 2º - Fica o referido servidor sujeito às determinações do Artigo 70. da Lei Complementar 157/2016 e seus parágrafos, e a apresentar cópia do registro da respectiva candidatura para efeito desta Portaria.

Artigo 3º - Fica concedida a licença com vencimento do cargo comprovada o registro da candidatura no prazo legal.

Artigo 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação cuja Revogação se fará no prazo estabelecido no § 2º do Artigo 70. da Lei 157/2016.

Artigo 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PÚBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, Sede Provisória do Paço Municipal "Miguel Botelho de Carvalho", em 14 de agosto de 2020.

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO

Prefeito Municipal ESP/acqb

PREFEITURA DE MIRASSOL D'OESTE/ RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 343/2020

PORTARIA Nº 343 DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

CONCEDE LICENÇA PARA ATIVIDADE POLITICA PARA SERVIDORA QUE ESPECIFICA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito Municipal de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas legais atribuições, com base no artigo 70. da Lei Complementar nº 157/2016, resolve baixar a seguinte.

PORTARIA

Artigo 1º - Fica concedida a partir de 15/08/2020, **LICENÇA PARA ATIVIDADE POLITICA,** para o servidor **EDELSON SURUBI**, residente e domiciliado nesta Cidade, portador do RG nº 1493459-0 SSP/MT e CPF nº 000.941.301-40, lotado na Secretaria de Saúde, no cargo de **VIGIA,** conforme requerimento protocolo nº 2051/2020.

Artigo 2º - Fica o referido servidor sujeito às determinações do Artigo 70. da Lei Complementar 157/2016 e seus parágrafos, e a apresentar cópia do registro da respectiva candidatura para efeito desta Portaria.

Artigo 3º - Fica concedida a licença com vencimento do cargo comprovada o registro da candidatura no prazo legal.

Artigo 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação cuja Revogação se fará no prazo estabelecido no § 2º do Artigo 70. da Lei 157/2016.

Artigo 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PÚBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, Sede Provisória do Paço Municipal "Miguel Botelho de Carvalho", em 14 de agosto de 2020.

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO

Prefeito Municipal ESP/acqb

PREFEITURA DE MIRASSOL D'OESTE/ RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 342/2020

PORTARIA Nº 342 DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

CONCEDE LICENÇA PARA ATIVIDADE POLITICA PARA SERVIDORA QUE ESPECIFICA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito Municipal de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas legais atribuições, com base no artigo 70. da Lei Complementar nº 157/2016, resolve baixar a seguinte.

PORTARIA

Artigo 1º - Fica concedida a partir de 15/08/2020, **LICENÇA PARA ATIVIDADE POLITICA,** para o servidor **RONALDO JARDIM DOS SANTOS**, residente e domiciliado nesta Cidade, portador do RG nº 12.715.301 SSP/MT e CPF nº 904.346.171-72, lotado na Secretaria de Educação, Esporte, Lazer e Cultura, no cargo de **MOTORISTA,** , conforme requerimento protocolo nº 2036/2020.

Artigo 2º - Fica o referido servidor sujeito às determinações do Artigo 70. da Lei Complementar 157/2016 e seus parágrafos, e a apresentar cópia do registro da respectiva candidatura para efeito desta Portaria.

Artigo 3º - Fica concedida a licença com vencimento do cargo comprovada o registro da candidatura no prazo legal.

Artigo 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação cuja Revogação se fará no prazo estabelecido no § 2º do Artigo 70. da Lei 157/2016.

Artigo 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PÚBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, Sede Provisória do Paço Municipal "Miguel Botelho de Carvalho", em 14 de agosto de 2020.

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO

Prefeito Municipal ESP/acqb

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D OESTE MT
COVID-19: DECRETO Nº 3792 , DE 07 DE AGOSTO DE 2020 - LEI N.1612

PREFEITURA MUN. DE MIRASSOL DOESTE
RUA ANTONIO TAVARES, 3310
03755477/0001-75 Exercício: 2020

DECRETO Nº 3792 , DE 07 DE AGOSTO DE 2020 - LEI N.1612

Abre no orçamento vigente crédito adicional especial e da outras providências

O(A) PREFEITO(A) MUNICIPAL DE MIRASSOL DOESTE, no uso de suas atribuições legais.

DECRETA:
Artigo 1o.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional especial na importância de R$ 50.000,00 distribuídos as seguintes dotações:

02 06 02 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

942	10.302.0039.2096.0000	DESPESAS COM AS AÇÕES DE ENFRENTAMENTO AO COV	40.000,00	
	3.1.90.04.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	F.R.: 0 1	46
	1	Recursos do Exercício Corrente		
	300 058	COVID-19 ENFRENTAMENTO (PORT. 1666/2020)		
944	10.302.0039.2096.0000	DESPESAS COM AS AÇÕES DE ENFRENTAMENTO AO COV	10.000,00	
	3.1.90.13.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	F.R.: 0 1	46
	1	Recursos do Exercício Corrente		
	300 058	COVID-19 ENFRENTAMENTO (PORT. 1666/2020)		

Artigo 2o.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de:

Anulação:

02 06 02 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

947	10.302.0039.2096.0000	DESPESAS COM AS AÇÕES DE ENFRENTAMENTO AO COVID	-25.000,00	
	3.3.90.32.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUIT/	F.R. Grupo: 0 1	46
	1	Recursos do Exercício Corrente		
	300 058	COVID-19 ENFRENTAMENTO (PORT. 1666/2020)		
948	10.302.0039.2096.0000	DESPESAS COM AS AÇÕES DE ENFRENTAMENTO AO COVID	-25.000,00	
	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	F.R. Grupo: 0 1	46
	1	Recursos do Exercício Corrente		
	300 058	COVID-19 ENFRENTAMENTO (PORT. 1666/2020)		

Artigo 3o.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

MIRASSOL DOESTE, 07 de agosto de 2020

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D OESTE MT
DECRETO Nº 3791 , DE 07 DE AGOSTO DE 2020

DECRETO Nº 3791 , DE 07 DE agosto DE 2020

Altera a discriminação dos elementos de despesa relativos à abertura do orçamento para o exercício financeiro de 2020, respeitados os limites impostos pela Lei nº 1573 de 18/12/2019 (Lei Orçamentária Anual - 2020).

O PREFEITO MUNICIPAL DE MIRASSOL DOESTE, no uso da atribuição que lhe confere o art., da Lei Orgânica Municipal, e tendo em vista o disposto na Lei nº 1573 de 18 de dezembro de 2019 que aprovou o orçamento do Município para o exercício de 2020.

DECRETA:

Art.1º. Fica remanejado os valores de elemento de despesa para outro elemento de despesa até o nível de modalidade de aplicação que determinou a abertura do orçamento municipal para o exercício financeiro de 2019, nos termos do anexo a este decreto.

Art.2º. A alteração introduzida pelo presente Decreto não implica em abertura de crédito adicional, suplementar, especial ou mesmo extraordinário, já que efetuada dentro dos limites dos grupos de despesa impostos na Lei Orçamentária Anual (Lei nº 1573, de 18 de dezembro de 2019) e dentro dos valores aprovados para os poderes, órgãos e unidades contemplados.

Art.3º. Os serviços de contabilidade da Prefeitura Municipal providenciarão os registros relativos ao cumprimento dos termos deste Decreto.

Art.4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

MIRASSOL DOESTE, 07 de agosto de 2020

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO
Prefeito Municipal

ANEXO

LOCAL: 08 SECRETARIA DE FAZENDA
02 EXECUTIVO
Programa: 0023 ADMINISTRAÇÃO CONTABEL, TRIBUTARIA E FINANCEIRA

ACRÉSCIMOS

Ficha	Funcional Categoria		D/C	Valor
560	04.123.0023.2052.0000 3.3.90.30.00	0023 MATERIAL DE CONSUMO		4.000,00
564	04.123.0023.2052.0000 3.3.90.39.00	0023 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA		2.900,00



PREFEITURA MUN. DE MIRASSOL DOESTE
RUA ANTONIO TAVARES, 3310
03755477/0001-75 Exercício: 2020

DECRETO Nº 3791 , DE 07 DE agosto DE 2020

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES	6.900,00

LOCAL:	08	SECRETARIA DE FAZENDA
	02	EXECUTIVO
Programa:	0023	ADMINISTRAÇÃO CONTABEL, TRIBUTARIA E FINANCEIRA

REDUÇÕES

Ficha	Funcional Categoria		D/C	Valor
559	04.123.0023.2052.0000 3.3.90.14.00	0023 DIÁRIAS - CIVIL		-4.000,00
561	04.123.0023.2052.0000 3.3.90.33.00	0023 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO		-2.900,00
TOTAL DAS ANULAÇÕES				-6.900,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D OESTE MT
DECRETO Nº 3788 , DE 05 DE AGOSTO DE 2020 - LEI N.1584

PREFEITURA MUN. DE MIRASSOL DOESTE
RUA ANTONIO TAVARES, 3310
03755477/0001-75 Exercício: 2020

DECRETO Nº 3788 , DE 05 DE AGOSTO DE 2020 - LEI N.1584

Abre no orçamento vigente crédito adicional suplementar e da outras providências

O(A) PREFEITO(A) MUNICIPAL DE MIRASSOL DOESTE, no uso de suas atribuições legais.

DECRETA:
Artigo 1o.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional suplementar na importância de R$ 48.000,00 distribuídos as seguintes dotações:

02 06 02 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

428	10.302.0029.2040.0000	MANUTENÇAO DAS DESPESAS COM ATENÇAO MAC AMBU	20.000,00
	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	F.R.: 0 1 02
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	110 000	GERAL	

02 07 02 COORDENADORIA DE OBRAS CIVIS E SERVICOS URBANOS

507	15.451.0013.1017.0000	PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA NO DISTRITO DE SONHO AZU	28.000,00
	4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	F.R.: 0 1 00
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	110 000	GERAL	

Artigo 2o.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de:

Anulação:

02 02 01 GABINETE DO PREFEITO

16	04.122.0002.1009.0000	AQS DE VEICULO P/ GABINETE PREFEITO	-20.000,00
	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	F.R. Grupo: 0 1 00
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	110 000	GERAL	

02 07 06 COORD. DE LOGISTICA E MANUTENCAO DE PRÓPRIOS

547	04.122.0002.2049.0000	MANUTENÇAO E CONSERVAÇAO DO PATRIMONIO	-28.000,00
	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	F.R. Grupo: 0 1 00
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	110 000	GERAL	

Artigo 3o.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

MIRASSOL DOESTE, 05 de agosto de 2020

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D OESTE MT
DECRETO Nº 3787 , DE 05 DE AGOSTO DE 2020 - LEI N.1574

PREFEITURA MUN. DE MIRASSOL DOESTE
RUA ANTONIO TAVARES, 3310
03755477/0001-75 Exercício: 2020

DECRETO Nº 3787 , DE 05 DE AGOSTO DE 2020 - LEI N.1574

Abre no orçamento vigente crédito adicional suplementar e da outras providências

O(A) PREFEITO(A) MUNICIPAL DE MIRASSOL DOESTE, no uso de suas atribuições legais.

DECRETA:
Artigo 1o.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional suplementar na importância de R$ 2.800,00 distribuídos as seguintes dotações:

02 07 01 GABINETE DO SEC. DE INFRAESTRUTURA

497	04.122.0002.2045.0000	MANUTENÇAO DAS DESPESAS COM A SECRETARIA	1.800,00
	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	F.R.: 0 1 00
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	110 000	GERAL	

02 09 06 FUNDO MUNICIPAL DE APOIO A POLITICA DO IDOSO

661	08.241.0021.2068.0000	ACOES DESENVOLVIDAS PELO FUMAPI	1.000,00
	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	F.R.: 0 1 00
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	100 006	FUMAPI	

Artigo 2o.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de:

Anulação:

02 07 01 GABINETE DO SEC. DE INFRAESTRUTURA

499	04.122.0002.2045.0000	MANUTENÇAO DAS DESPESAS COM A SECRETARIA	-1.800,00
	3.3.91.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	F.R. Grupo: 0 1 00
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	110 000	GERAL	

02 09 06 FUNDO MUNICIPAL DE APOIO A POLITICA DO IDOSO

668	08.241.0021.2163.0000	MANUTENÇÃO DO CENTRO DE REF. E APOIO A PESSOA IDO	-1.000,00
	3.3.90.36.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	F.R. Grupo: 0 1 00
	1	Recursos do Exercício Corrente	
	100 023	CERAPI	

Artigo 3o.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

MIRASSOL DOESTE, 05 de agosto de 2020

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 217/2020

"Dispõe sobre a exoneração do Sr. ***José Dias Filho****,e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferidas pela Lei, **RESOLVE:**

Art. 1º. – Exonerar o Sr. ***José Dias Filho***, portador do RG nº. 10612815 SSP/MT, devidamente cadastrado no CPF nº. 829.215.121-49, do cargo em Comissão de Gerente de Secretaria de Saúde.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos a partir do dia 14 de agosto de 2020, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 12 de agosto de 2020.

Leocir Hanel

Prefeito Municipal de Nobres

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 225/2020

"Dispõe sobre a concessão de afastamento com remuneração ao Sr. ***Dhener Hebart Ribeiro****,e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferidas pela Lei, **RESOLVE:**

Art. 1º. – Conceder ao Sr. ***Dhener Hebart Ribeiro***, portador do RG nº. 706427 SSP/MT, devidamente cadastrado no CPF nº. 567.616.351-87, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, função de Médico, afastamento/licença remunerada, a título de desincompatibilização.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos a partir do dia 14 de agosto de 2020 revogadas as disposições contrárias.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 14 de agosto de 2020.

Leocir Hanel **Prefeito Municipal de Nobres**

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 218/2020

"Dispõe sobre a Exoneração da Sra. ***Renata Souza Rezende,*** *e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferida pela Lei, **RESOLVE:**

Art. 1º. Exonerar a Sra. **Renata Souza Rezende,** portadora do RG nº. 560977-8 PC/GO, devidamente cadastrada no CPF nº. 040.710.351-10, do cargo em Comissão de Coordenadora de Secretaria na Secretaria de Saúde.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 03/08/2020, revogando as disposições contrárias.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 12 de agosto de 2020.

Leocir Hanel

Prefeito Municipal, de Nobres

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 227/2020

Dispõe sobre a concessão de afastamento com remuneração à Sra. ***Elizabeth Gomes Pereira Machado****, e dá outras providências.*

O Prefeito do Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferida pela Lei, **RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder à Sra. Elizabeth Gomes Pereira Machado portadora do RG nº. 0835.966-0 SSP/MT, inscrita no CPF nº. 537.793.041-04, lotada na Secretaria Municipal de Finanças, cargo efetivo Técnico Contábil afastamento/licença remunerada, a título de desincompatibilização.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, surtindo seus efeitos a partir do dia 14 de agosto de 2020, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 14 de agosto de 2020.

Leocir Hanel

Prefeito Municipal de Nobres

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 223/2020

"Dispõe sobre a nomeação do Sr. ***Carmelindo de Souza****,e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferidas pela Lei, **RESOLVE:**

Art. 1º. - Nomear o Sr. ***Carmelindo de Souza***, portador do RG nº. 00851 CTPS/MG, e devidamente cadastrado no CPF nº. 034.199.832-04, para exercer o cargo em Comissão de Gerente Secretaria.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor, surtindo seus efeitos a partir do dia 14 de agosto de 2020, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 13 de agosto de 2020.

Leocir Hanel **Prefeito Municipal de Nobres**

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial SRP Nº 55/2020

A Comissão de Apoio ao Pregão da Prefeitura Municipal de Nobres-MT, através da Pregoeira Sra. Nadir da Silva, nomeada pela portaria 179/2019, torna público aos interessados, que realizará licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL SRP N° 55/2020**, do tipo MENOR PREÇO, cuja abertura ocorrerá as 08:00hs do dia 27/08/2020, na sede da Prefeitura Municipal de Nobres, situada à Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/nº, Jardim Paraná, Nobres-MT. Objeto: **Aquisição de Combustíveis, com fornecimento continuo e fracionado, conforme demanda, por um período de 12 (doze) meses, para atender as necessidades de diversas Secretarias Municipais do Município de Nobres – MT, mediante abastecimento diretamente nas bombas localizadas nas dependências da empresa contratada, de forma parcelada**, conforme especificações contidas no Termo de Referência – anexo I, do edital. Os interessados poderão retirar o edital completo, na sede da Prefeitura Municipal de Nobres, das 07:00 às 11:00 ou através do site http://www.nobres.mt.gov.br/transparencia. Maiores informações poderão ser obtidas através do telefone (65) 3376-4200 – Ramal 4218, no horario das 07:00 as 11:00hs.

Nobres, 14 de Agosto de 2020.

NADIR DA SILVA

PREGOEIRA

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial SRP Nº 56/2020

A Comissão de Apoio ao Pregão da Prefeitura Municipal de Nobres-MT, através da Pregoeira Sra. Nadir da Silva, nomeada pela portaria 179/2019, torna público aos interessados, que realizará licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL SRP N° 56/2020**, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, cuja abertura ocorrerá as 08:00hs do dia 28/08/2020, na sede da Prefeitura Municipal de Nobres, situada à Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/nº, Jardim Paraná, Nobres-MT. Objeto: **FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS, PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL – CRAS/CREAS, CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS.** Os interessados poderão retirar o edital completo, na sede da Prefeitura Municipal de Nobres, das 07:00 às 11:00 ou através do site http://www.nobres.mt.gov.br/ . Maiores informações poderão ser obtidas através do telefone (65) 3376-4200 – Ramal 4218, no horário das 07:00 as 11:00hs.

Nobres, 14 de Agosto de 2020.

Nadir da Silva

PREGOEIRA

ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE ANULAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

AVISO DE ANULAÇÃO PUBLICAÇÃO

A prefeitura municipal de Nobres – MT, através do setor de Administração, torna público aos interessados a **ANULAÇÃO DA PUBLICAÇÃO** da PORTARIA Nº 214/2020, cujo motivo cancelamento da concessão de afastamento com remuneração à Sra. Elizabeth Gomes Pereira Machado", publicado do dia 12 de agosto de 2020, Jornal AMM, ANO XV I Nº 3.541, Pág. 224.

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 216/2020

"Dispõe sobre aConcessão de FG ao Sr. ***Marcel Karlay Albues Santiago,*** *e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferida pela Lei, **RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder o FG de 20% ao Sr. ***Marcel Karlay Albues Santiago,*** portador do RG nº. 1303456-1 SEJSP/MT, e inscrito no CPF nº. 955.914.351-49.

Art. 2º. A vigência desta concessão será até a data de 31 de dezembro de 2020, cuja autorização embasa-se na Lei nº 173/2020, Art. 8º, Parágrafo 5º.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do dia 03 de agosto de 2020, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 11 de agosto de 2020.

Leocir Hanel

Prefeito Municipal de Nobres

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 226/2020

Dispõe sobre a exoneração do Sr. ***Eliés Borges de Paula****, e dá outras providências.*

O Prefeito do Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferida pela Lei Orgânica Municipal, e

Considerando a necessidade de garantir o cumprimento do disposto na Lei Municipal nº. 1.341/2014.

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar o Sr. Eliés Borges de Paula, portador do RG nº. 1533619-0 SSP/MT, e inscrito no CPF/MF sob nº. 943.055.871-49, do cargo em comissão de Diretor Escolar da Escola Municipal Marechal Cândido Rondon, a partir de 14/08/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 14 de agosto de 2020.

Leocir Hanel

Prefeito Municipal de Nobres

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 224/2020

"Dispõe sobre a nomeação do Sr. ***Willian de Souza Romero****,e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferidas pela Lei, **RESOLVE:**

Art. 1º. - Nomear o Sr. ***Willian de Souza Romero***, portador do RG nº. 40057638-7 SSP/SP, e devidamente cadastrado no CPF nº. 735.045.051-68, para exercer o cargo em Comissão de Coordenador de Secretaria.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor, retroagindo seus efeitos a partir do dia 04 de agosto de 2020, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 13 de agosto de 2020.

Leocir Hanel **Prefeito Municipal de Nobres**

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 219/2020

"Dispõe sobre a concessão de afastamento com remuneração ao Sr. ***Marco Donato Mônaco de Araújo****e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferidas pela Lei, **RESOLVE:**

Art. 1º. – Conceder ao Sr. ***Marco Donato Mônaco de Araújo***, portador do RG nº. 940264-0 SSP/MT, devidamente cadastrado no CPF nº. 651571411-49, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, exercendo o cargo de Odontólogo, licença remunerada, para atividade política conforme a Lei nº 992/2006 Art. 87.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos a partir do dia 14 de agosto de 2020 revogadas as disposições contrárias.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 12 de agosto de 2020.

Leocir Hanel **Prefeito Municipal de Nobres**

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 220/2020

"Dispõe sobre aConcessão de FG a Sra. ***Nizeth Inês de Almeida Miranda,*** *e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferida pela Lei, **RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder o FG de 50% a Sra. ***Nizeth Inês de Almeida Miranda,*** portadora do RG nº. 0570069-8 SSP/MT, e inscrita no CPF nº. 419.937.801-49.

Art. 2º. A vigência desta concessão será até a data de 31 de dezembro de 2020, cuja autorização embasa-se na Lei nº 173/2020, Art. 8º, Parágrafo 5º.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do dia 03 de agosto de 2020, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 12 de agosto de 2020.

Leocir Hanel

Prefeito Municipal de Nobres

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 221/2020

Dispõe sobre a nomeaçãoda Sra. ***Renata Sousa de Rezende Batista,*** *e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferida pela Lei, **RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear a Sra. ***Renata Sousa de Rezende Batista,*** portadora do RG nº. 5609778 PC/GO, e inscrita no CPF nº. 040710351-10, para exercer o cargo em Comissão de Gerente de Secretaria.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 04 de agosto de 2020, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 12 de agosto de 2020.

Leocir Hanel

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 222/2020

"Dispõe sobre a exoneração do Sr. ***Carmelindo de Souza****,e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferidas pela Lei, **RESOLVE:**

Art. 1º. - Exonerar o Sr. ***Carmelindo de Souza***, portador do RG nº. 00851 CTPS/MG, e devidamente cadastrado no CPF nº. 034.199.832-04, do cargo em Comissão de Coordenador da Secretaria da Secretaria de Infraestrutura.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor, surtindo seus efeitos a partir do dia 13 de agosto de 2020, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 13 de agosto de 2020.

Leocir Hanel **Prefeito Municipal de Nobres**

PREFEITURA MUNICIPAL DE NORTELÂNDIA

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 815/2020, DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

SÚMULA: CONCEDE LICENÇA PARA EXERCÍCIO DE ATIVIDADE POLÍTICA AO SERVIDOR PÚBLICO DO PODER EXECUTIVO DESTE MUNICÍPIO DE NORTELÂNDIA–MT QUE MENCIONA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Sr. JOSSIMAR JOSÉ FERNANDES, Prefeito Municipal de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas atribuições legais, conforme as normas gerais de Direito Público, a Estrutura Administrativa, a Lei Municipal n° 155/2010 (Estatuto e PCCS dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nortelândia-MT), e com fundamento no art. 1°, inciso II, alínea "l" da LCF n° 64/90, através da presente portaria,

R E S O L V E:

Art. 1° Conceder licença para exercício de atividade política com afastamento remunerado para efeito de desincompatibilização eleitoral a Sra. **JUCÉLIA BATISTA DOURADOS DE SOUZA OLIVEIRA,** brasileira, casada,p**ortadora da Cédula de Identidade RG nº 1234415-0 SSP/MT e inscrita no CPF nº 869.701.431-04, do cargo de Agente de Saúde Ambiental, Matrícula Funcional nº 711.1, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.**

Art. 2º A licença concedida de que trata esta portaria, se faz na forma da lei, e de acordo ao pedido formulado, para efeito de desincompatibilização eleitoral para concorrer a cargo eletivo municipal no período de 14/08/2020 a 15/11/2020, sem prejuízo do que dispõe a legislação Federal.

Art. 3° A servidora municipal licenciada e nominada no art. 1° desta portaria, não sofrerá prejuízo na sua remuneração mensal.

Art. 4° Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se, comunique-se e cumpra-se

Paço Municipal Pedro Coelho Ormond, Município de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, aos 14 dias do mês de agosto de 2020, 67º da Emancipação Político-Administrativa. 14.08.2020

JOSSIMAR JOSÉ FERNANDES

Prefeito Municipal

MARLENE JULIA DE OLIVEIRA SCARPAT

Secretaria de Administração, Planej.e Finanças

AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2020

AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2020

A Comissão Permanente de Licitação-CPL da Prefeitura Municipal de Nortelândia-MT, vem, através deste, comunicar aos interessados que será realizada Licitação na modalidade Tomada de Preços, com o seguinte objeto: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO DE PAVIMENTO COM APLICAÇÃO DE LAMA ASFÁLTICA EM DIVRESAS RUAS DO MUNICÍPIO DE NORTELÂNDIA-MT", conforme descrito no Edital e anexos, com recursos provenientes do CONVÊNIO ESTADUAL Nº 0507/2020 - SINFRA. Tipo: menor preço global. Data de abertura: 02 de SETEMBRO de 2020. Horário: 07:30 horas. Local: Avenida Prefeito João Macaúba, 82, Centro, Nortelândia-MT - CEP: 78430-000. O edital completo e seus anexos estarão disponíveis na sede da Prefeitura, telefone (65) 3346-1411, ou no site www.nortelandia.mt.gov.br licitações.

Nortelândia-MT, 14 de agosto de 2020.

Rafhael Denner Berigo do Nascimento

Presidente da CPL

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 818/2020, DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

SÚMULA: CONCEDE LICENÇA PARA EXERCÍCIO DE ATIVIDADE POLÍTICA AO SERVIDOR PÚBLICO DO PODER EXECUTIVO DESTE MUNICÍPIO DE NORTELÂNDIA–MT QUE MENCIONA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Sr. JOSSIMAR JOSÉ FERNANDES, Prefeito Municipal de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas atribuições legais, conforme as normas gerais de Direito Público, a Estrutura Administrativa, a Lei Municipal n° 155/2010 (Estatuto e PCCS dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nortelândia-MT), e com fundamento no art. 1°, inciso II, alínea "l" da LCF n° 64/90, através da presente portaria,

R E S O L V E:

Art. 1° Conceder licença para exercício de atividade política com afastamento remunerado para efeito de desincompatibilização eleitoral a Sra. **ELENA REGINA CAMPANHOLI,** brasileira, divorciada,portadora da Cédula de Identidade RG nº 3238922-8 SSP/PR e inscrita no CPF nº 206. 848.781-00, do cargo de Agente Serviços Administrativos, Matrícula Funcional nº 153.1, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º A licença concedida de que trata esta portaria, se faz na forma da lei, e de acordo ao pedido formulado, para efeito de desincompatibilização eleitoral para concorrer a cargo eletivo municipal no período de 14/08/2020 a 15/11/2020, sem prejuízo do que dispõe a legislação Federal.

Art. 3° A servidora municipal licenciada e nominada no art. 1° desta portaria, não sofrerá prejuízo na sua remuneração mensal.

Art. 4° Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se, comunique-se e cumpra-se

Paço Municipal Pedro Coelho Ormond, Município de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, aos 14 dias do mês de agosto de 2020, 67º da Emancipação Político-Administrativa. 14.08.2020

JOSSIMAR JOSÉ FERNANDES

Prefeito Municipal

MARLENE JULIA DE OLIVEIRA SCARPAT

Secretaria de Administração, Planej.e Finanças

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 813/2020, DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

SÚMULA: CONCEDE LICENÇA PARA EXERCÍCIO DE ATIVIDADE POLÍTICA AO SERVIDOR PÚBLICO DO PODER EXECUTIVO DESTE MUNICÍPIO DE NORTELÂNDIA–MT QUE MENCIONA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Sr. JOSSIMAR JOSÉ FERNANDES, Prefeito Municipal de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas atribuições legais, conforme as normas gerais de Direito Público, a Estrutura Administrativa, a Lei Municipal n° 155/2010 (Estatuto e PCCS dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nortelândia-MT), e com fundamento no art. 1°, inciso II, alínea "l" da LCF n° 64/90, através da presente portaria,

R E S O L V E:

Art. 1° Conceder licença para exercício de atividade política com afastamento remunerado para efeito de desincompatibilização eleitoral ao Sr. **VAGNIR BARBOSA BATISTA,** brasileiro, casado,p**ortador da Cédula de Identidade RG nº 804673-3 SSP/MT e inscrito no CPF nº 522.505. 041-72, do cargo de Técnico em Gestão Escolar, Matrícula Funcional nº 33.1, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Desporto e Lazer.**

Art. 2º A licença concedida de que trata esta portaria, se faz na forma da lei, e de acordo ao pedido formulado, para efeito de desincompatibilização eleitoral para concorrer a cargo eletivo municipal no período de 14/08/2020 a 15/11/2020, sem prejuízo do que dispõe a legislação Federal.

Art. 3° O servidor municipal licenciado e nominado no art. 1° desta portaria, não sofrerá prejuízo na sua remuneração mensal.

Art. 4° Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se, comunique-se e cumpra-se

Paço Municipal Pedro Coelho Ormond, Município de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, aos 14 dias do mês de agosto de 2020, 67º da Emancipação Político-Administrativa. 14.08.2020

JOSSIMAR JOSÉ FERNANDES

Prefeito Municipal

MARLENE JULIA DE OLIVEIRA SCARPAT

Secretaria de Administração, Planej.e Finanças

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 812/2020, DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

SÚMULA: CONCEDE LICENÇA PARA EXERCÍCIO DE ATIVIDADE POLÍTICA AO SERVIDOR PÚBLICO DO PODER EXECUTIVO DESTE MUNICÍPIO DE NORTELÂNDIA–MT QUE MENCIONA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Sr. JOSSIMAR JOSÉ FERNANDES, Prefeito Municipal de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas atribuições legais, conforme as normas gerais de Direito Público, a Estrutura Administrativa, a Lei Municipal n° 155/2010 (Estatuto e PCCS dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nortelândia-MT), e com fundamento no art. 1°, inciso II, alínea "l" da LCF n° 64/90, através da presente portaria,

R E S O L V E:

Art. 1° Conceder licença para exercício de atividade política com afastamento remunerado para efeito de desincompatibilização eleitoral ao Sr. **BENEDITO ANTONIO DE ALMEIDA NETO,** brasileiro, casado,p**ortador da Cédula de Identidade RG nº 1158870-5 SJ/MT e inscrito no CPF nº 829.127.181-04, do cargo de Técnico em Transporte Escolar, Matrícula Funcional nº 456.1, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Desporto e Lazer.**

Art. 2º A licença concedida de que trata esta portaria, se faz na forma da lei, e de acordo ao pedido formulado, para efeito de desincompatibilização eleitoral para concorrer a cargo eletivo municipal no período de 14/08/2020 a 15/11/2020, sem prejuízo do que dispõe a legislação Federal.

Art. 3° O servidor municipal licenciado e nominado no art. 1° desta portaria, não sofrerá prejuízo na sua remuneração mensal.

Art. 4° Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se, comunique-se e cumpra-se

Paço Municipal Pedro Coelho Ormond, Município de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, aos 14 dias do mês de agosto de 2020, 67º da Emancipação Político-Administrativa. 14.08.2020

JOSSIMAR JOSÉ FERNANDES

Prefeito Municipal

MARLENE JULIA DE OLIVEIRA SCARPAT

Secretaria de Administração, Planej.e Finanças

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 817/2020, DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

SÚMULA: CONCEDE LICENÇA PARA EXERCÍCIO DE ATIVIDADE POLÍTICA AO SERVIDOR PÚBLICO DO PODER EXECUTIVO DESTE MUNICÍPIO DE NORTELÂNDIA–MT QUE MENCIONA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Sr. JOSSIMAR JOSÉ FERNANDES, Prefeito Municipal de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas atribuições legais, conforme as normas gerais de Direito Público, a Estrutura Administrativa, a Lei Municipal n° 155/2010 (Estatuto e PCCS dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nortelândia-MT), e com fundamento no art. 1°, inciso II, alínea "l" da LCF n° 64/90, através da presente portaria,

R E S O L V E:

Art. 1° Conceder licença para exercício de atividade política com afastamento remunerado para efeito de desincompatibilização eleitoral o Sr. **EWERTON LUIZ SOUZA CAMPOS,** brasileiro, solteiro,portador da Cédula de Identidade RG nº 850826 SSP/MT e inscrita no CPF nº 593.848. 161-91, do cargo de Vigia, Matrícula Funcional nº 925.1, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º A licença concedida de que trata esta portaria, se faz na forma da lei, e de acordo ao pedido formulado, para efeito de desincompatibilização eleitoral para concorrer a cargo eletivo municipal no período de 14/08/2020 a 15/11/2020, sem prejuízo do que dispõe a legislação Federal.

Art. 3° O servidor municipal licenciado e nominado no art. 1° desta portaria, não sofrerá prejuízo na sua remuneração mensal.

Art. 4° Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se, comunique-se e cumpra-se

Paço Municipal Pedro Coelho Ormond, Município de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, aos 14 dias do mês de agosto de 2020, 67º da Emancipação Político-Administrativa. 14.08.2020

JOSSIMAR JOSÉ FERNANDES

Prefeito Municipal

MARLENE JULIA DE OLIVEIRA SCARPAT

Secretaria de Administração, Planej.e Finanças

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 814/2020, DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

SÚMULA: CONCEDE LICENÇA PARA EXERCÍCIO DE ATIVIDADE POLÍTICA AO SERVIDOR PÚBLICO DO PODER EXECUTIVO DESTE MUNICÍPIO DE NORTELÂNDIA–MT QUE MENCIONA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Sr. JOSSIMAR JOSÉ FERNANDES, Prefeito Municipal de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas atribuições legais, conforme as normas gerais de Direito Público, a Estrutura Administrativa, a Lei Municipal n° 155/2010 (Estatuto e PCCS dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nortelândia-MT), e com fundamento no art. 1°, inciso II, alínea "l" da LCF n° 64/90, através da presente portaria,

R E S O L V E:

Art. 1° Conceder licença para exercício de atividade política com afastamento remunerado para efeito de desincompatibilização eleitoral a Sra. **SCARLATH RODRIGUES SILVA,** brasileira, solteira,p**ortadora da Cédula de Identidade RG nº 1638334-6 SSP/MT e inscrito no CPF nº 039. 275.881-48, do cargo de Professor, Matrícula Funcional nº 908.2, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Desporto e Lazer.**

Art. 2º A licença concedida de que trata esta portaria, se faz na forma da lei, e de acordo ao pedido formulado, para efeito de desincompatibilização eleitoral para concorrer a cargo eletivo municipal no período de 14/08/2020 a 15/11/2020, sem prejuízo do que dispõe a legislação Federal.

Art. 3° A servidora municipal licenciada e nominada no art. 1° desta portaria, não sofrerá prejuízo na sua remuneração mensal.

Art. 4° Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se, comunique-se e cumpra-se

Paço Municipal Pedro Coelho Ormond, Município de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, aos 14 dias do mês de agosto de 2020, 67º da Emancipação Político-Administrativa. 14.08.2020

JOSSIMAR JOSÉ FERNANDES

Prefeito Municipal

MARLENE JULIA DE OLIVEIRA SCARPAT

Secretaria de Administração, Planej.e Finanças

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 816/2020, DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

SÚMULA: CONCEDE LICENÇA PARA EXERCÍCIO DE ATIVIDADE POLÍTICA AO SERVIDOR PÚBLICO DO PODER EXECUTIVO DESTE MUNICÍPIO DE NORTELÂNDIA–MT QUE MENCIONA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Sr. JOSSIMAR JOSÉ FERNANDES, Prefeito Municipal de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas atribuições legais, conforme as normas gerais de Direito Público, a Estrutura Administrativa, a Lei Municipal n° 155/2010 (Estatuto e PCCS dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nortelândia-MT), e com fundamento no art. 1°, inciso II, alínea "l" da LCF n° 64/90, através da presente portaria,

R E S O L V E:

Art. 1° Conceder licença para exercício de atividade política com afastamento remunerado para efeito de desincompatibilização eleitoral a Sra. **IDELMA FERRAZ,** brasileira, solteira,portadora da Cédula de Identidade RG nº 850826 SSP/MT e inscrita no CPF nº 593.848.161-91, do cargo de Técnica em Enfermagem, Matrícula Funcional nº 404.1, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º A licença concedida de que trata esta portaria, se faz na forma da lei, e de acordo ao pedido formulado, para efeito de desincompatibilização eleitoral para concorrer a cargo eletivo municipal no período de 14/08/2020 a 15/11/2020, sem prejuízo do que dispõe a legislação Federal.

Art. 3° A servidora municipal licenciada e nominada no art. 1° desta portaria, não sofrerá prejuízo na sua remuneração mensal.

Art. 4° Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se, comunique-se e cumpra-se

Paço Municipal Pedro Coelho Ormond, Município de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, aos 14 dias do mês de agosto de 2020, 67º da Emancipação Político-Administrativa. 14.08.2020

JOSSIMAR JOSÉ FERNANDES

Prefeito Municipal

MARLENE JULIA DE OLIVEIRA SCARPAT

Secretaria de Administração, Planej.e Finanças

RESULTADO DE JULGAMENTO DE LICITAÇÃO MODALIDADE: TOMADA DE PREÇO Nº 001/2020.

RESULTADO DE JULGAMENTO DE LICITAÇÃO MODALIDADE: TOMADA DE PREÇO Nº 001/2020.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NORTELANDIA, Estado de MATO GROSSO, torna público a todos interessados, em licitação na modalidade supracitada, realizada no dia 13/08/2020 às 07:30 horas, na Sala de Licitações da Secretária Municipal da Administração desta Prefeitura, tendo como objeto: "**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO DE BUEIRO NA MT-343 DE ACESSO AO DISTRITO DO SANTANINHA ZONA RURAL**" Que após a análise detalhada da proposta pela empresa participante, foi considerada classificada e Vencedora do presente certame a seguinte empresa: **VITURINO PAVIMENTACAO E TERRAPLANAGEM EIRELI**, CNPJ: 26.367.209/0001-81, perfazendo **o valor global de R$ 132.657,23**.

Nortelândia-MT, 14 de agosto de 2020.

RAFHAEL DENNER BERIGO DO NASCIMENTO

Pregoeiro Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO

PORTARIA Nº 309/2020

Portaria nº 309/2020

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Silmar de Souza Gonçalves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar a servidora da Secretaria Municipal de Assistência Social, **ODILAINE FERNANDA DE OLIVEIRA SILVA**, brasileira, RG: 15466140S SSP/MT, CPF: 002.835.601-26, residente na Rua Gonçalo R. Prado, casa 9 Cohab Frei Salvador Rouquette em Nossa Senhora do Livramento -MT**,**

como **fiscal** do objeto do C**ontrato nº 038/2020**- Contratação de serviço profissional para facilitar Oficinas de Esporte, Lazer, Arte e Cultura dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e, Grupo de Mulheres da Secretaria Municipal de Assistência Social– Empresa MIRIAN CONCEIÇÃO DA COSTA GOMES 00618692100, a partir de 02/07/2020.

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 06 de Julho de 2020.

Silmar de Souza Goncalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 307/2020

Portaria nº 307/2020

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Silmar de Souza Gonçalves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar a servidora da Secretaria Municipal de Assistência Social, **ODILAINE FERNANDA DE OLIVEIRA SILVA**, brasileira, RG: 15466140S SSP/MT, CPF: 002.835.601-26, residente na Rua Gonçalo R. Prado, casa 9 Cohab Frei Salvador Rouquette em Nossa Senhora do Livramento -MT**,** como **fiscal** do objeto do C**ontrato nº 036/2020**- Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de digitação, produção de ofícios, montagem de planilhas em geral e outros serviços Administrativos do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) de Nossa Senhora do Livramento/M– Empresa PATRICIA SILVINA DE CAMPOS 03370111179, a partir de 05/06/2020.

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 08 de Junho de 2020.

Silmar de Souza Goncalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 308/2020

Portaria nº 308/2020

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Silmar de Souza Gonçalves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar a servidora da Secretaria Municipal de Assistência Social, **ODILAINE FERNANDA DE OLIVEIRA SILVA**, brasileira, RG: 15466140S SSP/MT, CPF: 002.835.601-26, residente na Rua Gonçalo R. Prado, casa 9 Cohab Frei Salvador Rouquette em Nossa Senhora do Livramento -MT**,** como **fiscal** do objeto do C**ontrato nº 037/2020**- CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA, MANUTENÇÃO COM PEQUENOS REPAROS E PODA DE ARVORES DA SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL E CENTRO DE EVENTOS MUNICIPAL ANTÔNIA DE CAMPOS MACIE– Empresa OSIAS SERPA 94678413120, a partir de 26/06/2020.

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 30 de Junho de 2020.

Silmar de Souza Goncalves

Prefeito Municipal

CONSELHO MUNICIPAL DE CONTROLE SOCIAL DO FUNDEB
RESOLUÇÃO Nº 002/2020/CMCSF

Nossa Senhora do Livramento

Conselho Municipal de Controle Social do FUNDEB

Resolução Nº 002/2020/CMCSF

O Conselho Municipal de Controle Social do FUNDEB - CMCSF de Nª Srª do Livramento, no uso de suas atribuições legais contidas nas Leis Nº 559/2007 que cria o Conselho, na Lei Nº 637/2009 que altera alguns artigos e a Lei Nº 805/2016 que Cria o Fundo;

Considerando o Disposto no seu Regimento Interno Cap. I e II,Art. II e & I a XIII:

Considerando a Deliberação em Reunião Ordinária do CMCSF realizada no dia 14 de Agosto de 2020 sob o Registro da Ata Nº 003/2020/CMCSF;

Resolve:

Art. Iº - Aprovar os Demonstrativos Contábeis dos Recursos Recebidos e Aplicados do FUNDEB referente aos meses de Janeiro,Fevereiro,Março,Abril e Maio de 2020.

Art. IIº: Esta Resolução terá validade a partir da data de sua publicação.

Registra-se,Publique-se e Cumpra-se!

Nª Srª do Livramento, 14 de Agosto de 2020.

Maria Elena de Campos

Presidente do CMCSF

PORTARIA Nº 306/2020

Portaria nº 306/2020

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Silmar de Souza Gonçalves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar a servidora da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, **VALERIA VANESSA PROFIRIA DA SILVA**, brasileira, RG: 2094346-6 SSP/MT, CPF: 594.683.511-49,residente em Nossa Senhora do Livramento -MT**,** como **fiscal da Ata de Registro de Preço nº 035/2020,** Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de limpeza e manutenção do Lago Público Municipal, conforme especificações contidas no Termo de Referência nº 014/2020, conforme processo administrativo 00533/2020, dispensa de licitação nº 047/2020 e parecer jurídico nº 232/2020**, Empresa ANTONIO FRANCISCO RODRIGUES NASCIMENTO 01478528389, a partir de 04/06/2020**.

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 08 de Junho de 2020.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 305/2020

Portaria nº 305/2020

DESIGNAÇÃO

Através desta Portaria, o Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, Silmar de Souza Gonçalves, no uso das atribuições que

lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando as determinações da Lei Federal nº 8.666/93. **RESOLVE:**

Designar o servidor da Secretaria Municipal de Educação o Sr. **BENEDITO BRITO ASSUNÇÃO**, brasileiro, RG: 08644071 SSP/MT, CPF: 487.973.831-04,residente na Rua Carlos Antunes em Nossa Senhora do Livramento -MT**,** como **fiscal** do objeto do C**ontrato nº 034/2020–** Contratação de Empresa para prestação de serviços, de preparação e treinamento em Atletismo, para atender a Secretaria Municipal de Educação no Projeto de Atletismo "VIVENDO O ATLETISMO NO QUILOMBO" que atenderá crianças e adolescentes entre 04 a 17 anos da Comunidade Quilombola do Município de Nossa Senhora do Livramento/MT, e acordo com as especificações e quantidades contidas no Processo Administrativo: 00563/2020 Dispensa de Licitação: 049/2020, **Empresa ANA KAROLINE DE CAMPOS SILVA 05678434160, a partir de 04/06/2020**.

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se

Nossa Senhora do Livramento/MT, 08 de Junho de 2020.

Silmar de Souza Goncalves

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES

DEPTO LICITAÇÃO
CONTRATO Nº 059/2020 TOMADA DE PREÇOS Nº 005/2020
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 065/2020

Instrumento Particular de Contrato de Empreitada pro Preço Global, que fazem entre si a **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES/MT**, e de outro lado a empresa **VM CONSTRUCOES LTDA**, como vencedora do processo Licitatório na Modalidade **Tomada de Preços nº 005/2020**

Pelo presente instrumento de Contrato Particular de Empreitada Global que fazem entre si, **a PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES/MT,** pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ nº 33.683.822/0001-73, localizada na Av. Comendador Luiz Meneghel nº 62, centro, no ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. **Valdir Pereira dos Santos,** brasileiro, casado**,** portador da Carteira de Identidade RG nº 24127310 SSP/MT, inscrito no CPF sob o nº 236.135.139-00, adiante denominada **CONTRATANTE**, e, do outro lado à empresa **VM CONSTRUCOES LTDA**, com sede na Avenida Daliberto Ferreira Costa nº 870, Santa Isabel, Município de Cuiabá – MT, inscrita no CNPJ sob o n.º **08.225.968/0001-28**, Inscrição Estadual nº 13.323.790-7, e-mail: vmconstrucoes545@gmail.com, doravante simplesmente denominada **CONTRATADA**, representada por **BARNABE PADILHA DA SILVA FILHO,** portador do RG nº 831.866 SSP/MT, e titular do CPF nº 545.396.921-00, conforme documento que fica arquivado na Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes, tendo como Responsável Técnico **MARCO ANTONIO BRENDA** portador da carteira profissional N.º. **032397-D** expedida pelo CREA **MT.**

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM DIVERSAS RUAS DO DISTRITO DE JAPURANÃ NO MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES – MT, CONFORME PLANTAS, CRONOGRAMAS, PLANILHAS E MEMORIAL DESCRITIVO, E DEMAIS DOCUMENTOS DE ENGENHARIA, AFIM DE ATENDER O CONTRATO DE FINANCIAMENTO À INFRAESTRUTURA E AO SANEAMENTO-FINISA- APOIO FINANCEIRO PARA DESPESA DE CAPITAL CONTRATO N° 0536184-74/2020.

Parágrafo Único: A CONTRATADA deverá iniciar os serviços após a assinatura do presente contrato e emissão da ordem de serviço, devendo a mesma executá-los dentro da melhor técnica, dispondo no local todos os materiais e equipamentos necessários ao pleno desenvolvimento da obra, prestando rigorosa observância às normas e instruções da fiscalização.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO SUPORTE LEGAL

2.1. Este contrato é celebrado com fundamento nos seguintes dispositivos legais:

2.1.1. Constituição da República Federativa do Brasil;

2.1.2. Lei Federal nº. 8.666, de 21/06/93, alterada pelas de nº. 8.883, de 08/06/94, e nº. 9.648, de 27/05/98.

2.1.3. Demais diplomas legais aplicáveis, aplicando-se, subsidiariamente, os princípios gerais de direito.

CLAUSULA TERCEIRA - DO PREÇO

3.1. De acordo com a Proposta Comercial apresentada no Processo Licitatório, o valor total da presente contratação é de **R$ 504.114,42 (quinhentos e quatro mil cento e quatorze reais e quarenta e dois centavos).**

3.2. Nos preços a serem pagos já estão incluídos, além dos lucros, todas as despesas de custos, como: materiais, mão-de-obra, transportes, cargas, seguros, encargos sociais e trabalhistas, limpeza do local durante a execução das obras, custos e benefícios, despesas com pessoal, tributos, licenciamentos ambientais, despesas com CREA ou CAU e quaisquer outras despesas, direta ou indiretamente relacionadas com a execução total da obra.

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

4.1. Os pagamentos serão efetuados mediante a apresentação da Nota Fiscal devidamente extraída pela CONTRATADA, acompanhada do Laudo de Medição emitido pela CONTRATANTE, desde que entregues na Tesouraria em tempo hábil apresentado pela contratada.

4.2. Os pagamentos ficarão condicionados à apresentação pela CONTRATADA do comprovante de situação de regularidade junto ao INSS e FGTS.

4.2.1. É obrigatório que a contratada faça constar, no documento fiscal, para fins de pagamento, as informações relativas aos seus dados bancários, bem como comprovação de ser optante pelo sistema SIMPLES, se for o caso.

4.3. É obrigação de a contratada manter durante a execução contratual todas as condições de habilitação exigidas, sob pena de rescisão contratual.

4.4. Caso não se encontre regularizada, a mesma terá o prazo de 15 dias, contados da sua notificação, para regularização, sem prejuízo da comunicação ao órgão fiscalizador do tributo.

4.5. Em cumprimento às normas e procedimentos previstos na IN 1234/12, expedida pela Secretaria da Receita Federal, este Município efetuará retenção dos IRPJ, COFINS e PIS/PASEP, CSLL, sobre os pagamentos que efetuar a Pessoas Jurídicas em razão do fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras, observados os procedimentos pertinentes, exceto para as empresas optantes do "SIMPLES" quando, por ocasião da apresentação da Nota Fiscal, comprovarem a referida opção mediante documento oficial fornecido pela Delegacia da Receita Federal, extraído do CNPJ.

4.6. O ISSQN será retido conforme legislação tributária municipal. (somente para prestação de serviços).

4.7. Em caso de atraso no pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido para tanto, os valores devidos poderão ser corrigidos, mediante solicitação expressa, pela variação do IPCA havida entre as datas do vencimento e do efetivo pagamento.

4.8. Executado o contrato o seu objeto será recebido:

a) Provisoriamente pela Fiscalização, mediante Termo de Recebimento Provisório, assinado pelas partes, que será procedido da elaboração da Medição Final.

b) Definitivamente pela Fiscalização, mediante Termo de Recebimento Definitivo, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou de vistoria que comprove o integral cumprimento do objeto, de acordo com os Termos contratuais.

4.9. As despesas decorrentes da obra a que se refere o presente Edital **para atender o contrato de financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento-FINISA- apoio financeiro para despesa de capital contrato n° 0536184-74/2020.**

CLAUSULA quinta - DOS PRAZOS

5.1. O prazo de vigência do presente contrato tem início a partir da sua assinatura e término em **31/12/2020.**

5.2. O Prazo máximo para a execução das obras, com todos os seus serviços, conforme constante dos projetos e dos memoriais é de **120 (cento e vinte),** dias consecutivos. Estes prazos serão contados a partir da data da Ordem de Serviço, exclusive, observados, durante a sua execução, os prazos de etapas conforme previsto no cronograma físico-financeiro, que constitui parte integrante deste Contrato.

5.3. Área encarregada da fiscalização conforme **portaria Nº 248/2020,** fará acompanhamento da execução das obras e formulará as exigências para o cumprimento de seu objeto, podendo recusar qualquer serviço que, após inspeção não seja aprovado.

5.4. A rejeição do serviço não ensejará a prorrogação do prazo de execução.

5.5. A aprovação do serviço pela inspeção ou a sua dispensa, não diminui e nem altera a plena e total garantia oferecida.

5.6. Os prazos aqui referidos poderão ser prorrogados em conformidade com o disposto na Lei nº 8.666 de 21.06.93 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA SEXTA – DA CAUÇÃO

6.1. Em cumprimento ao item 12.1 do edital de **tomada de Preços nº 005/2020** a Contratada apresenta Garantia a oferecer nos termos do artigo **56 da Lei 8.666/93** sendo o valorContratual representada por *R$ 25.205,72 (vinte e cinco mil duzentos e dois reais e setenta e dois centavos),* no valor correspondente a 5% (Cinco por cento) do valor total da obra, bem como a comprovação do seguro feito.

6.2. Na ocorrência da integralização da caução, a contratada poderá efetivá-la através de moeda corrente no país, Carta de Fiança Bancária, Seguro Garantia ou Título da Dívida Pública da União.

6.3. Será permitida a substituição de caução retida por ocasião dos pagamentos, desde que requerida pela contratada, autorizada pela Prefeitura Municipal e oferecido um dos documentos de que trata o item anterior.

6.4. Os valores referentes a adiantamentos e reajustamentos serão igualmente caucionados nas condições aqui estabelecidas.

6.5. Após o cumprimento fiel e integral desta contratação e seu objeto recebido definitivamente, a garantia prestada será liberada ou restituída, caso não tenha sido utilizada conforme os casos apontados nos artigos 86 e 87, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

6.6. Em caso de rescisão do contrato ou interrupção dos trabalhos, não serão devolvidas as cauções iniciais e seus reforços, a menos que a rescisão e/ou paralisação decorram de acordo com a Prefeitura Municipal ou falência da Contratada.

CLAUSULA SETIMA – DA SUBCONTRATAÇÃO

7.1. O critério exclusivo da Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes e mediante prévia e expressa autorização do Prefeito Municipal, desde que requerido e justificado pela contratada, o contrato poderá, em regime de responsabilidade solidária, sem prejuízo das suas responsabilidades contratuais e legais, subcontratar parte da obra ou serviço, até o limite estabelecido de 30%, desde que não alterem substancialmente as clausulas pactuadas.

7.2. No caso de subcontratação, deverá ficar demonstrado e documentado que esta somente abrangerá etapas dos serviços, ficando claro que a subcontratada apenas reforçará a capacidade técnica da contratada, que executará, por seus próprios meios, o principal dos serviços de que trata este edital, assumindo a responsabilidade direta e integral pela qualidade dos serviços contratados.

7.3. A assinatura do contrato caberá somente à empresa vencedora, por ser a única responsável perante a Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes.

7.4. A relação que se estabelece na assinatura do contrato é exclusivamente entre a Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes e a contratada, não havendo qualquer vínculo ou relação de nenhuma espécie entre o município e a subcontratada, inclusive no que pertence a medição e pagamento direto a subcontratada.

7.5. A Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes se reserva o direito de, após a contratação dos serviços, exigir que o pessoal técnico e auxiliar da empresa contratada e de suas subcontratadas se submetam a comprovação de suficiência a ser por ele realizada e de determinar a substituição de qualquer membro da equipe que não esteja apresentando o rendimento desejado.

7.6. A CONTRATADA ao requerer autorização para subcontratação de parte dos serviços deverá comprovar perante a administração a regularidade jurídico/fiscal e trabalhista de sua subcontratada, respondendo, solidariamente com esta, pelo inadimplemento destas quando relacionadas com o objeto do contrato.

CLAUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. A CONTRATADA devera apresentar a A.R.T (Anotações de Responsabilidade Técnica) ou R.R.T (Registro de Responsabilidade Técnica) referente à execução da obra, em até 15 (quinze) dias após a assinatura do contrato, ficando condicionada a emissão da ordem de serviço a apresentação da mesma.

8.2. Observar a boa prática do serviço, as normas técnicas e empregar materiais constantes das especificações do projeto e memorial descritivo, respeitando com fidelidade as formas e dimensões dos desenhos, bem como as leis, regulamentos e posturas Federais, Estaduais e Municipais relativos às obras, cumprindo imediatamente as intimações e exigências das respectivas autoridades;

8.3. Providenciar e selecionar o seu exclusivo critério e contratar em seu nome, a mão de obra necessária à execução das obras seja ela especializada ou não, técnica ou administrativamente, respondendo por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais e fiscais, não tendo o mesmo vínculo empregatício algum com a CONTRATANTE.

8.4. Arcar com todas as despesas referentes a consumo de água, energia elétrica, manutenção de alojamento, alimentação, transporte de pessoal, licenciamento ambiental, bem como todas aquelas de escritório;

8.5. Arcar com despesas de seguros contra acidentes de trabalho de seus empregados;

8.6. Manter na obra somente trabalhadora com situação profissional regular e diretamente vinculados a serviços das obras em questão, efetuando a dispensa, dentro do prazo estabelecido pela CONTRATANTE, dos operários que por esta entender prejudiciais ao bom andamento das obras.

8.7. Cumprir rigorosamente todas as disposições legais referentes à segurança, higiene e medicina do trabalho, fornecendo, por sua conta, todos os materiais necessários à segurança do pessoal que trabalha nas obras.

8.8. Responder pela operação, manutenção e reparos dos equipamentos utilizados na execução da obra;

8.9. Facultar à CONTRATANTE exercer verificação dos materiais empregados, equipamentos e serviços em execução;

8.10. Executar serviços indispensáveis à segurança da obra e construções vizinhas, além de reparos de danos causados a terceiros, arcando com seus custos, sempre que ocasionados por negligência ou imperícia de seus empregados e propostos;

8.11. Assumir integral responsabilidade pelas obras, inclusive responsabilidade técnica pela execução perante o CREA ou CAU, dotando a obra de orientação técnica e arcando com todas as despesas de engenheiro ou arquiteto e equipe administrativa locada direta ou indiretamente na obra;

8.12. Não substituir as suas equipes técnicas sem prévia verificação de documentos, informações e aceitação da PREFEITURA;

8.13. A CONTRATADA será responsável pela sinalização do trânsito durante a execução das obras;

8.14. Deverá colocar placa de obra em até 15 (quinze) dias a contar da emissão da Ordem de Serviço;

8.15. A CONTRATADA se obriga a conservar um engenheiro ou arquiteto à frente das obras;

8.16. A Ordem de Serviço e toda correspondência relativa à presente licitação, deverá ser processada por escrito;

8.17. Na hipótese de a CONTRATADA negar-se a assinar o recebimento com protocolo de qualquer correspondência a ela dirigida, a mesma será enviada pelo correio, registrada ou por Aviso de Recebimento, considerando-se desta forma entregue para todos os efeitos.

8.18. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir às suas expensas, no todo ou em parte, os serviços que se verificarem defeituosos ou incorretos, resultantes da execução ou dos materiais empregados na obra, respondendo, durante o prazo irredutível de cinco anos, pela solidez e segurança do trabalho, assim em razão dos materiais, como do solo, de acordo com o que determina o Artigo 168 do Código Civil – Lei 10.460/2002.

CLAUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. Efetuar a CONTRATADA os pagamentos, nas condições estabelecidas neste Instrumento;

9.2. Fornecer, conforme constante do edital e seus anexos o Memorial Descritivo, planilha Orçamentária e Projetos, necessários a execução da obra, e colaborar com a CONTRATADA, no estudo e interpretação do mesmo.

9.3. Oferecer todas as informações necessárias para que a contratada possa executar o objeto contratado dentro das especificações.

9.4. Acompanhar o andamento dos serviços e expedir instruções verbais ou escritas sobre a sua execução podendo impugnar os serviços que considerar insatisfatório, solicitando nova execução os quais deverão ser feitos, correndo as despesas oriundas destes serviços por conta da contratada;

9.5. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços executados fora das especificações deste Edital.

9.6. Notificar, por escrito, a contratada, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso da prestação dos serviços, fixando prazo para sua correção. 7- Intervir na prestação dos serviços ou interromper a sua execução nos casos e condições previstos na Lei n. 8.666/93;

9.7. Enviar à Contratada o documento comprovante de arrecadação competente toda vez em que ocorrer a retenção de impostos sobre a Nota Fiscal de Prestação de Serviços;

9.8. Denunciar as infrações cometidas pela Contratada e aplicar-lhe as penalidades cabíveis nos termos da Lei n. 8.666/93;

9.9. Modificar ou rescindir unilateralmente o contrato nos casos previstos na Lei n. 8.666/93;

9.10. Permitir a subcontratação de partes dos serviços, desde que seja solicitada pela contratada e que haja conveniência para a contratante.

9.11. A Prefeitura Municipal através de um Engenheiro indicado pelo Poder Público Municipal poderá, em qualquer ocasião, exercer a mais ampla fiscalização das obras, reservando-se o direito de rejeitá-las a seu critério, quando não forem consideradas satisfatórias, devendo a CONTRATADA refazê-las às suas expensas.

9.12. A fiscalização, por parte da Prefeitura, não eximirá ou reduzirá as responsabilidades da por danos que vier a causar diretamente à CONTRATANTE e/ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, seja por atos seus, de seus empregados ou prepostos.

CLÁUSULA DECIMA - DAS PENALIDADES - À CONTRATADA

10.1. Poderão ser aplicadas as penalidades expressamente previstas na Lei n' 8.666 de 21.06.93 e suas alterações posteriores e as especificadas no Edital da Licitação que originou o presente Contrato.

PARÁGRAFO ÚNICO - A Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes poderá aplicar multa à CONTRATADA em caso de atraso injustificado à execução total ou parcial, nos termos dos artigos 86 e 87, inciso II da Lei N.º. 8.666/93, conforme a seguinte gradação:

I - Em caso de execução parcial da obra ou serviço:

- 2% (dois por cento) do valor da parte não executada do Contrato, sem prejuízo da responsabilidade civil e perdas das garantias contratuais.

II - Em caso de inadimplemento ou inexecução total:

- 5% (cinco por cento) do valor do contrato, independente de rescisão unilateral e demais sanções previstas em lei.

III - Em caso de mora ou atraso na execução:

- 2% (dois por cento) incidente sobre o valor da etapa ou fase em atraso.

10.2. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

10.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre e depois de decorridos o prazo da sanção, com base no item anterior.

10.4. Os prazos para defesa prévia serão de 05 (cinco) dias úteis, nas hipóteses de advertência, multa, suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, e de 10 (dez) dias úteis na hipótese de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

10.5. As penalidades aqui previstas são autônomas e suas aplicações cumulativas serão regidas pelo artigo 87, parágrafos 2º e 3º, da Lei Federal nº. 8.666/93.

10.6. O valor das multas aplicadas será devidamente atualizado financeiramente utilizando se o índice legal, conforme legislação pertinente, até a data de seu efetivo pagamento, e recolhido aos cofres da CONTRATANTE, dentro de 03 (três) dias úteis da data de sua cominação, mediante guia de recolhimento oficial.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO DO CONTRATO

11.1. O presente Contrato poderá ser rescindido nos casos e na forma previstos na Lei Nº 8.666 de 21.06.93 e suas alterações posteriores.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO RECEBIMENTO DA OBRA

12.1. Executado o contrato, o seu objeto será recebido:

12.1.1. Provisoriamente pela Fiscalização, mediante Termo de Recebimento Provisório, assinado pelas partes, que será procedido da elaboração da Medição Final.

12.1.2. Definitivamente pela Fiscalização, mediante Termo de Recebimento Definitivo, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou de vistoria que comprove o integral cumprimento do objeto, de acordo com os Termos contratuais.

12.2. Verificando o cumprimento adequado de todas as condições contratuais, a Comissão receberá a obra definitivamente, lavrando o Termo de Recebimento Definitivo, que será assinado pelas partes e encaminhado à autoridade contratante.

12.3. No caso da vistoria constatar a ocorrência de vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução do contrato, a fiscalização lavrará relatório de verificação circunstanciado, dirigido à autoridade CONTRATANTE, no qual relatará o que houver constatado e, se for o caso, juntará orçamento das despesas que se fizerem necessárias para corrigir ou refazer a obra, no todo ou em parte.

12.4. O Chefe do Poder Executivo Municipal, à vista do relatório circunstanciado de que trata o parágrafo anterior, deverá notificar a CONTRATADA para sanar as irregularidades constatadas, no prazo a ser determinado na notificação, ao término do qual se deve proceder à nova vistoria.

12.5. O Termo de Recebimento Definitivo não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita execução da obra, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades ou incompatibilidades detectadas posteriormente, subsistindo a sua responsabilidade na forma da lei.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. O presente Contrato terá eficácia plena a partir da data da sua publicação, exclusive.

Não será permitido o início das obras sem que a CONTRATANTE emita, previamente, a respectiva Ordem de Serviço.

13.2. CONTRATADA obriga-se a execução integral do objeto deste contrato, pelo preço e nas condições oferecidas, não lhe cabendo o direito a qualquer ressarcimento por despesas decorrentes de custos ou serviços não previstos em sua proposta, quer seja por erro ou omissão, independentemente do motivo que originou o erro ou a omissão.

13.3. Os profissionais indicados pela CONTRATADA deverão participar da execução do objeto contratado, admitindo-se a substituição por outros de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela CONTRATANTE;

13.4. CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente à Administração, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, seja por atos seus, de seus empregados ou prepostos, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela CONTRATANTE.

13.5. Para os casos omissos, bem como as dúvidas surgidas na execução do contrato, prevalecerão às condições e exigências do Edital, que fica fazendo parte integrante deste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

14.1. As partes elegem, de comum acordo, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, o Fórum da cidade de Nova Monte Verde para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato.

E, por assim estarem justas e acertadas, as partes, por seu Representante Legal e Responsável Técnico, firmam o presente instrumento juntamente com o Prefeito Municipal da cidade de Nova Bandeirantes, que assinam como testemunhas.

Nova Bandeirantes - MT, 14 de agosto de 2020.

_____

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

_____

VM CONSTRUCOES LTDA

CNPJ: **08.225.968/0001-28**

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

_____ _____

Nome: Bruna Neiverth Nome: Viviane Sandes Bruno

CPF: 050.597.081-36 CPF: 060.281.821-41

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 245/2020

Ementa: Dispõe sobre a desincompatibilização, e dá outras providências,

O Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º- CONCEDER LICENÇA A TITULO DE DESINCOMPATIBILIZAÇÃO a servidora pública municipal Sra. **CELIA DEL CASTANHEL,** inscrita no CPF 498.926.499-15, do cargo efetivo de **PROFESSORA**, por estar concorrendo a cargo eletivo na esfera Municipal, conforme preceitua p Art. 90 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, e o art.1°,inciso II," L" ,da Lei Complementar Federal n°64 de 18/05/1990,bem como com a Legislação especifica das Eleições de 2020.

Artigo 2º- Esta Portaria entra em vigor na data acima.

Artigo 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se Publique-se Cumpra-se.

Nova Bandeirantes- MT, 14 de agosto de 2020.

_____

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 246/2020

Ementa: Dispõe sobre a desincompatibilização, e dá outras providências,

O Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º- CONCEDER LICENÇA A TITULO DE DESINCOMPATIBILIZAÇÃO a servidora pública municipal Sra. **ZILEIDE DA SILVA BENTO,** inscrita no CPF 003.769.951-22, do cargo efetivo de **AGENTE DE SERVIÇOS PUBLICOS**, por estar concorrendo a cargo eletivo na esfera Municipal, conforme preceitua p Art.90 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, e o art.1°,inciso II," L" ,da Lei Complementar Federal n°64 de 18/05/1990,bem como com a Legislação especifica das Eleições de 2020.

Artigo 2º- Esta Portaria entra em vigor na data acima.

Artigo 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se Publique-se Cumpra-se.

Nova Bandeirantes- MT, 14 de agosto de 2020.

_____

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 247/2020

Ementa: Dispõe sobre a desincompatibilização, e dá outras providências,

O Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º- CONCEDER LICENÇA A TITULO DE DESINCOMPATIBILIZAÇÃO ao servidor público municipal Sr. **VALDIR GONÇALVES,** inscrito no CPF 531.788.741-00, do cargo efetivo de **AGENTE OPERACIONAL**, por estar concorrendo a cargo eletivo na esfera Municipal, conforme preceitua p Art.90 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, e o art.1°,inciso II," L" ,da Lei Complementar Federal n°64 de 18/05/1990,bem como com a Legislação especifica das Eleições de 2020.

Artigo 2º- Esta Portaria entra em vigor na data acima.

Artigo 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se Publique-se Cumpra-se.

Nova Bandeirantes- MT, 14 de agosto de 2020.

_____

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 244/2020

Ementa: Dispõe sobre a desincompatibilização, e dá outras providências,

O Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º- CONCEDER LICENÇA A TITULO DE DESINCOMPATIBILIZAÇÃO ao servidor público municipal Sr. **ADAUMIR FRANCISCO DOMINGOS,** inscrito no CPF 002.026.761-45, do cargo efetivo de **AGENTE DE SERVIÇOS PUBLICOS**, por estar concorrendo a cargo eletivo na esfera Municipal, conforme preceitua p Art.90 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, e o art.1°,inciso II," L" ,da Lei Complementar Federal n°64 de 18/05/1990,bem como com a Legislação especifica das Eleições de 2020.

Artigo 2º- Esta Portaria entra em vigor na data acima.

Artigo 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se Publique-se Cumpra-se.

Nova Bandeirantes- MT, 14 de agosto de 2020.

_____

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
DECRETO N.º 176/2020

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais...

DECRETA:

Artigo 1°- Fica autorizado o Depto de Recursos Humanos a EXONERAR, do cargo de **CHEFE DEPTO DO MEIO AMBIENTE E TECNOLOGIA**, o servidor **Nomeado DORCIDO JOSE BERTUOL,** a partir da data de 14/08/2020, Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes-MT.

Artigo 2º- Este Decreto entra em vigor na data acima descrito.

Artigo 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se Publique-se Cumpra-se.

Nova Bandeirantes- MT, 14 de agosto de 2020.

_____

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

DEPTO LICITAÇÃO
PORTARIA DESIGNAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATO PORTARIA MUNICIPAL Nº 248/2020

EMENTA: "DESIGNA FISCAL PARA O CONTRATO CELEBRADO PELO MUNÍCIPIO DE NOVA BANDEIRANTES.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR VALDIR PEREIRA DOS SANTOS, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONFERIDAS PELA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, CONSTITUIÇÃO FEDERAL E DEMAIS DISPOSIÇÕES ATINENTES À MÁTERIA:

RESOLVE

Art. 1º Designar como Fiscal de Contrato os servidores:

ERONIDES CAMARGO SANTANA, Chefe Departamento de Obras, portador do CPF 002.697.321-95, matricula 5032.

De acordo com preceitua na Lei de Licitações Nº 8.666/93, nos Art. 67, e Art. 68, para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato Nº 059/2020, firmado entre a Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes e o fornecedor: VM CONSTRUCOES LTDA, tendo como objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM DIVERSAS RUAS DO DISTRITO DE JAPURANÃ NO MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES – MT, CONFORME PLANTAS, CRONOGRAMAS, PLANILHAS E MEMORIAL DESCRITIVO, E DEMAIS DOCUMENTOS DE ENGENHARIA, AFIM DE ATENDER O CONTRATO DE FINANCIAMENTO À INFRAESTRUTURA E AO SANEAMENTO-FINISA- APOIO FINANCEIRO PARA DESPESA DE CAPITAL CONTRATO N° 0536184-74/2020, com a atribuição de acompanhar e fiscalizar a correta exação do objeto aos termos contratuais, e atendendo a Instrução Normativa nº 010/2020;

Art. 2º Fica designado como Suplente do referido contrato os servidores:

AMIBSON EVANGELISTA DE ARRUDA, Chefe Departamento de Patrimônio, portador do CPF 014.704.271-25, matricula 4138.

Art. 3º Fica os servidores acima, igualmente CIENTE de que:

a) suas atribuições estão descritas no Manual para Fiscais de Contratos Administrativos dispostos na Instrução Normativa nº 010/2020;

b) a falta ou deficiência no cumprimento de suas atividades de fiscalização estão sujeitas a responsabilização na esfera civil, administrativa e criminal, inclusive com eventual propositura de ação indenizatória e de improbidade administrativa;

c) a partir deste momento o Fiscal do Contrato deve ter conhecimento do andamento da licitação e que, tão logo, seja celebrado o contrato, deve iniciar as atividades de fiscalização, independentemente de qualquer outra comunicação;

d) tão logo publicado no diário oficial do município o extrato do contrato deve buscar junto ao departamento de compra e contratos ou órgão equivalente da administração indireta uma cópia do mesmo e, se necessário, dos anexos, a fim de iniciar a atividade de fiscalização;

e) deve manter arquivada em seu local de trabalho, onde tenha fácil acesso a essa documentação, uma cópia do contrato, seguido de cópia do Termo de Fiscal de Contrato e dos originais dos Termos de Fiscalização, pela ordem cronológica, os quais estarão sempre preparados e organizados para consulta pelas autoridades, inclusive o Ministério Público e a população.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes - MT, 14 de agosto de 2020.

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Fiscal de contrato

Ciente em Assinatura Nome por extenso

Suplente

Ciente em Assinatura Nome por extenso

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N°341/2020/GP/PMNG.

O Prefeito Municipal de Nova Guarita, Estado de Mato Grosso, Srº JOSE LAIR ZAMONER, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

ART. 1° - Conceder Licença para Atividade Política, de acordo com o Art. 85 da Lei 023/95 a partir da data da presente portaria, o (a) servidor (a) público (a) municipal, Lurde Marcon ocupante do cargo de Agente comunitária de saúde, lotado no departamento de Serviços Hospitalares e Ambulatorial Atenção Básica da Secretaria Municipal de Saúde , desta Prefeitura Municipal de Nova Guarita – MT, com a remuneração de que trata o artigo 39 da Lei 023/95.

ART. 2° - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, por afixação no local de costume, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, aos catorze dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte.

Registre-se

Publique-se.

Cientifique-se.

CUMPRA-SE.

JOSE LAIR ZAMONER

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA

ADMINISTRAÇÃO DEPTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 213/2020

PORTARIA Nº 213/2020

O Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, Excelentíssimo Senhor **UILSON JOSÉ DA SILVA,** no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e nos termos da Lei Complementar 021/2005 de 15 de Dezembro de 2005, e demais legislações pertinentes,

Resolve:

Art. 1º -Em Razão da servidora estar de auxilio doença no período de 29/06/2020 a 30/09/2020**,** Concedo Licença para Atividade Política, nos Termos do dispositivo no Artigo 137, Inciso V, e no Artigo 154, ambos da Lei Complementar 021/2005, a Servidora**MARIASANDOLA DA CONCEIÇÃO, matricula 2133,** efetiva no cardo de Agente de Serviços Braçais,brasileira, portadora da C.I. N. º 000956466 SESDF/RO e CPF n.º 563.137.722-53, entre os dias 01/10/2020 a 30/11/2020**.**

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Lacerda - MT, aos 14 dias do mês de Agosto de 2020.

UILSON JOSÉ DA SILVA

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 34/2020

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 34/2020

PROC. LICITATÓRIO: 85/2020 PREGÃO PRESENCIAL: 38/2020

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Nova Lacerda-MT

OBJETO: Registro de Preço para aquisição parcelada em fornecimento de combustíveis no município de Cuiabá, para atender as Secretarias do município de Nova Lacerda - MT.

PRAZO: 12 Meses, a partir de 13 de agosto de 2020.

CONTRATADO:

B & M COMERCIO DE COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES- VALOR: R$ 494.630,00 (Quatrocentos e noventa e quatro mil e seiscentos e trinta reais).

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA –MT, 14 DE AGOSTO DE 2020.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
AVISO DE RESULTADO DA LICITAÇÃO 38/2020

AVISO DE RESULTADO DA LICITAÇÃO 38/2020

PROC. LICITATÓRIO: 85/2020 PREGÃO PRESENCIAL: 38/2020

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Nova Lacerda-MT

CONTRATADO: B & M COMERCIO DE COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES

OBJETO: Registro de Preço para aquisição parcelada em fornecimento de combustíveis no município de Cuiabá, para atender as Secretarias do município de Nova Lacerda - MT.

PRAZO: 12 Meses, a partir de 13 de agosto de 2020.

CONTRATADO:

B & M COMERCIO DE COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES- VALOR: R$ 494.630,00 (Quatrocentos e noventa e quatro mil e seiscentos e trinta reais).

Ata de Registro 34/2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA –MT, 14 DE AGOSTO DE 2020.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2020

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2020

A Prefeitura Municipal de Nova Lacerda, estado de Mato Grosso, através de seu Pregoeiro Oficial, nomeado pelo Decreto nº. 140/2020, comunica aos interessados que será aberta licitação na modalidade de Pregão Eletrônico, que será regida pelo Decreto nº. 10.024/2019 e pela Lei nº. 10. 520 de 17 de julho de 2.002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/ 93 e suas alterações posteriores e demais disposições aplicáveis. **DO OBJETO**: Registro de Preço na aquisição de 1(uma) Retroescavadeira para atender as necessidades do Município de Nova Lacerda-MT. CONVENIO 882643/2019 PROPOSTA 001368/2019.

DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: A partir do dia 17/08/2020 às 09h00min. (Horário de Brasília – DF);

DO ENCERRAMENTO DAS PROPOSTAS: A partir do dia 27/08/2020 às 08h00min. (Horário de Brasília - DF);

INICIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: A partir do dia 27/08/2020 às 09h00min. (Horário de Brasília - DF);

ENDEREÇO ELETRÔNICO: **http://bnc.org.br;**

DA RETIRADA DO EDITAL: O Edital encontra-se disponível para consulta e retirada no nos sites **https://www.novalacerda.mt.gov.br/Transparencia/** e e-mail contato@bnc.org.br , telefone (41) 3557-2301 ou (41) 99136-7677.

DAS INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: Para esclarecimento de dúvidas ou informações complementares deverá ser utilizado o endereço eletrônico licitacoes@novalacerda.mt.gov.br ou pelo telefone (65) 3259-4045 citando o nº do edital em questão.

Nova Lacerda-MT, 14 de Agosto de 2020.

Jacson Douglas Nunes Cordeiro

Pregoeiro.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO 77/2020

PREGÃO PRESENCIAL 34/2020

OBJETO: Registro de Preço na aquisição de placas de sinalização de avenidas e ruas de Nova Lacerda

O Prefeito Municipal de Nova Lacerda – MT, Uilson José da Silva, no uso de suas atribuições legais, resolve revogar a licitação, Processo Licitatório 77/2020, na modalidade de Pregão Presencial n°. 034/2020, por razões de interesse público e devido à orientação.

A presente revogação está fundamentada no artigo 49 da Lei n°. 8.666/93, art. 53 da Lei nº. 9.784/99 e Súmula 473 do STF.

Nova Lacerda- MT, 14 de agosto de 2020.

Uilson José da Silva

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA

PORTARIA Nº 016, DE 13 DE AGOSTO DE 2020 - CONCEDE LICENÇA COM REMUNERAÇÃO PARA EXERCÍCIO DE ATIVIDADE POLÍTICA A SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

PORTARIA Nº 016, de 13 de Agosto de 2020

EMENTA: CONCEDE LICENÇA COM REMUNERAÇÃO PARA EXERCÍCIO DE ATIVIDADE POLÍTICA A SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Manoel Fernandes da Silva Neto, Presidente da Câmara Municipal de Nova Marilândia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Regimento Interno, e

CONSIDERANDO: Lei Complementar 64/1990 em suas disposições, art. 1º, inciso II, `I';

CONSIDERANDO: O requerimento de lavra do servidor Neucireno Francisco Gomes;

RESOLVE:

Art. 1º. DESINCOMPATIBILIZAR, a pedido, a partir de 14 de agosto de 2020, o servidor efetivo NEUCIRENO FRANCISCO GOMES, cargo Motorista, em exercício na Câmara Municipal, do quadro de pessoal da Câmara Municipal de Nova Marilândia, para fins de concorrer ao pleito municipal de 2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo os seus efeitos a partir de 14 de agosto de 2020, revogadas as disposições em contrário.

Nova Marilândia, Estado de Mato Grosso, em 13 de agosto de 2020.

Manoel Fernandes da Silva Neto

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 146/2020

PORTARIA MUNICIPAL Nº 146/2020

Data: 14 de agosto de 2020

EMENTA: SUBSTITUI MEMBRO DA PORTARIA MUNICIPAL Nº 008/2020 QUE NOMEIA COMISSÃO PERMANENTE DE RECEBIMENTO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS DO MUNICIPIO DE NOVA MARILANDIA-MT, PARA O EXERCICIO DE 2020 E ESTABELECE OUTRAS PROVIDENCIAS.

JUVENAL ALEXANDRE DA SILVA, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONSOANTE AS NORMAS GERAIS DE DIREITO PÚBLICO E NA FORMA DO ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, EXPEDE A SEGUINTE PORTARIA:

R E S O L V E N D O

Art. 1º - Substituir membro e nomear a COMISSÃO PERMANENTE DE RECEBIMENTO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS EXECUTADAS PELO MUNICIPIO DE NOVA MARILANDIA-MT, para o exercício financeiro de 2020, que será constituída pelos seguintes membros:

GEORGE ULBERG DANTAS	PRESIDENTE
GEOVANIO FRANCISCO DA SILVA REIS	VICE – PRESIDENTE
ELZITO ANGELO DO NASCIMENTO	MEMBRO
MAICOM SOUTO NOGUEIRA	MEMBRO

Art. 2º - A comissão permanente de Recebimento e Fiscalização de Obras executadas pelo Município de Nova Marilândia – MT será responsável pela fiscalização e recebimento das Obras realizadas pelo Poder Executivo Municipal, no decorrer deste exercício de 2020 e deverá cumprir os princípios gerais de direito público, em especial, as regras e determinações instituídas pela Lei vigente.

Art. 3º - Os membros integrantes da Comissão Permanente de Recebimento e Fiscalização de Obras de que trata esta Portaria, não serão remunerados pelo exercício das respectivas funções, sendo os serviços considerados como relevantes ao interesse público.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PAÇO MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS QUATORZE DIAS DO MÊS DE AGOSTO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE – 14/08/2020.

JUVENAL ALEXANDRE DA SILVA

PREFEITO DE NOVA MARILANDIA-MT

Registrada e publicada pela Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da lei.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 144/2020

PORTARIA MUNICIPAL Nº 144/2020

Data: 14 de agosto de 2020

EMENTA: SUBSTIUI MEMBRO DA PORTARIA MUNICIPAL Nº 008/2020 QUE NOMEIA PREGOEIRO E RESPECTIVA EQUIPE DE APOIO PARA A REALIZAÇÃO DE LICITAÇÃO, NA MODALIDADE PREGÃO, NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA-MT, PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2020 E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JUVENAL ALEXANDRE DA SILVA, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONSOANTE AS NORMAS GERAIS DE DIREITO PÚBLICO E NA FORMA DO ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, EXPEDE A SEGUINTE PORTARIA.

R E S O L V E N D O:

Art. 1º - Substituir membro e nomear Pregoeiro e Respectiva Equipe de apoio para a realização de licitação, na modalidade Pregão, no âmbito do Poder Executivo deste Município de Nova Marilândia - MT, no decorrer deste exercício de 2020, conforme abaixo identificado pelos seguintes servidores:

PREGOEIRO	**SAMARA LOIDE CAMPOS**
EQUIPE DE APOIO	**ANGÉLICA DALFIOR DE OLIVEIRA** **ANDYELE SOUTO NOGUEIRA** **ELIANA DO PRADO PEREIRA**

Art. 2º - Caberá ao pregoeiro e respectiva equipe de apoio, cuja atribuição inclui, dentre outras, o recebimento das propostas e lances, a análise de sua aceitabilidade e sua classificação, bem como a habilitação e a adjudicação do objeto do certame ao licitante vencedor, e deverá cumprir aos princípios gerais de direito público, em especial, as regras e determinações instituídas pela Lei nº 10.520, de 17.07.2002, consoantes às alterações que lhe forem dadas.

Art. 3º - O Pregoeiro e a respectiva equipe de apoio, de que trata esta Portaria, não serão remunerados pelo exercício das respectivas funções, sendo os serviços considerados como relevantes ao interesse público.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PAÇO MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS QUATORZE DIAS DO MÊS DE AGOSTO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE - 07-01-2020.

JUVENAL ALEXANDRE DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e publicada pela Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da lei.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 147/2020

PORTARIA MUNICIPAL Nº 147/2020

DATA: 14 de Agosto de 2020

EMENTA: SUBSTITUI MEMBRO DA PORTARIA MUNICIPAL Nº 169/2019 E NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO CURADOR DO FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL - PREVINOM DO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA – MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JUVENAL ALEXANDRE DA SILVA,PREFEITO MUNICIPAL DE MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS EM CONFORMIDADE COM A LEI Nº 412/2006, CONSIDERANDO REQUERIMENTO DO SERVIDOR NEUCIRENO FRANCISCO GOMES, EXPEDE A SEGUINTE PORTARIA:

Considerando o Requerimento de afastamento do servidor efetivo Sr. **NEUCIRENO FRANCISCO GOMES** do dia 10 de agosto de 2020 à título de desincompatibilização para concorrer a cargo eletivo nas eleições de 2020.

Considerando Oficio da Câmara Municipal indicando novo funcionário efetivo para substituir o servidor afastado da função de membro do conselho.

R E S O L V E

Art. 1º - Nomear as pessoas abaixo citadas para compor o **CONSELHO CURADOR DO FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PUBLICOS DE NOVA MARILANDIA - PREVINOM.**

REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO
ELIANA DO PRADO PEREIRA - PRESIDENTE **RG:** 0565335 - 5 – SSP/MT **CPF:** 531.517.551-00 **REGINALDO SANTOS DA SILVA** - MEMBRO **RG:** 1073968-8 – SEJUSP/MT **CPF:** 830.358.181-34
REPRESENTANTES DOS SERVIDORES PUBLICOS ELEITOS
JHON KLEITON NATAL GONÇALVES - MEMBRO **RG:** 1702271-1 **CPF:** 031.315.761-89 **CLEBER LIMA SOUTO** - MEMBRO **RG:** 0649239-8– SSP/MT **CPF:** 429.193.201-49 **AILTON SOUTO PICALHO** - MEMBRO **RG:** 1438825-1 – SSP/MT **CPF:** 997.723.021-87 **VANDILENE FRANCISCA GOMES** - MEMBRO **RG:** 1295872-7 – SSP/MT **CPF:** 899.952.361-68 **GENIVALDO DA SILVA LEITE** - 1º SUPLENTE **RG:** 850813 – SSP/MT **CPF:** 395.397.921-34 **RAFAEL FERNANDES DERMACHI** - 2º SUPLENTE **RG:** 24821519 – SSP/MT **CPF:** 038.275.821-80

REPRESENTANTES DO PODER LEGISLATIVO
JONATAS PRATES LIMA - MEMBRO **RG: 2123559 - 7**– SSP/MT **CPF:** 033.185.771.54 **PATRICIA DE SOUZA VIEIRA** - MEMBRO **RG:** 2032017-5 SSP/MT **CPF**: 032.008.401-96

Art. 2º - Compete ao Conselho de que trata esta Portaria, o cumprimento das normas da Lei Municipal Nº 412/2006, com as demais alterações que lhe forem dadas.

Art. 3º - Os Membros ora nomeados, não serão remunerados pelos exercícios de suas respectivas funções.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos retroativos a partir do dia 13 de agosto de 2020, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE.

PAÇO MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS QUATORZE DIAS DO MÊS DE AGOSTO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE – 14/08/2020.

JUVENAL ALEXANDRE DA SILVA

Prefeito de Nova Marilândia - MT

Registrado pela Secretaria Municipal de Administração, publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso e afixado no mural da unidade gestora.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 145/2020

PORTARIA MUNICIPAL Nº 145/2020

Data: 14 de agosto de 2020.

EMENTA: SUBSTITUI MEMBRO DA PORTARIA MUNICIPAL Nº 007/2020 QUE NOMEIA COMISSÃO PERMANENTE DE RECEBIMENTO DEFINITIVO DE BENS, MATERIAIS E SERVIÇOS DO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA-MT PARA O EXERCICIO FINANCEIRO DE 2020 E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JUVENAL ALEXANDRE DA SILVA, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONSOANTE AS NORMAS GERAIS DE DIREITO PÚBLICO E NA FORMA DO ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, EXPEDE A SEGUINTE PORTARIA:

R E S O L V E N D O

Art. 1º - Substituir e nomear novo membro para compor a **COMISSÃO PERMANENTE DE RECEBIMENTO DEFINITIVO DE BENS, MATERIAIS E SERVIÇOS** adquiridos pelo MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA-MT, para o exercício financeiro de 2020, composta pelos seguintes membros:

ANDYELE SOUTO NOGUEIRA	Presidente
ADRIELLE CALDEIRA DOS SANTOS	Membro
JOSE APARECIDO DE LIMA SOUZA	Membro

Art. 2º - A Comissão Permanente de Recebimento Definitivo de Bens, Materiais e Serviços do Município de Nova Marilândia – MT terá a responsabilidade de receber os Bens, Materiais e Serviços adquiridos, realizados no Município de Nova Marilândia-MT no exercício de 2020, na forma da lei.

Art. 3º - Os membros integrantes da Comissão de que trata esta Portaria não serão remunerados pelo exercício dessa função, sendo os serviços considerados como relevantes ao interesse público.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PAÇO MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS QUATORZE DIAS DO MÊS DE AGOSTO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE – 14/08/2020.

JUVENAL ALEXANDRE DA SILVA

PREFEITO DE NOVA MARILANDIA -MT

Registrada e publicada pela Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da lei.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 197/2020

"*DISPÕE SOBRE EXONERAR DO CARGO EFETIVO DE AUXILIAR DE SERVI€OS GERAIS A SRA.* ***VIVIANE BRAZ DE OLIVEIRA****."*

JOÃO BRAGA NETO, Prefeito Municipal de Nova Maringá - MT, no uso de suas atribuições legais.

Considerando o art. 54, inciso I da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 8º, inciso II da Lei n.º 293/2003 e demais alterações, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Nova Maringá-MT.

RESOLVE:

Art. 1º – EXONERAR A PEDIDO do Cargo Efetivo a Sra***.VIVIANE BRAZ DE OLIVEIRA*** **p**ortadora do RG Nº. 1454137-8 SSP/MT, inscrita no CPF sob o n.º 026.051.821.26, do cargo de *AUXILIAR DE SERVI€OS GERAIS* do Município de Nova Maringá-MT, a partir desta data 03 de Agosto de 2020, até posterior deliberação.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando todas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Nova Maringá – MT, 03 de Agosto de 2020.

JOAO BRAGA NETO

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 201/2020

"*DISPÕE SOBRE EXONERAR DO CARGO COMISIONADO DE CHEFE DA DIVISAO DE ALMOXARIFADO A SRA.* ***KEMMYLLY EGLLYM FERREIRA FIALHE****."*

JOÃO BRAGA NETO, Prefeito Municipal de Nova Maringá - MT, no uso de suas atribuições legais.

Considerando o art. 54, inciso I da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 8º, inciso II da Lei n.º 293/2003 e demais alterações, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Nova Maringá-MT.

RESOLVE:

Art. 1º – EXONERAR A PEDIDO do Cargo Comissionado a Sra***. KEMMYLLY EGLLYM FERREIRA FIALHE*** **p**ortadora do RG Nº. 2594345-6 SSP/MT, inscrita no CPF sob o n.º 068.951.361.50, do cargo de *CHEFE DA DIVISAO DE ALMOXARIFADO* do Município de Nova Maringá-MT, a partir desta data 14 de Agosto de 2020, até posterior deliberação.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando todas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Nova Maringá – MT, 14 de Agosto de 2020.

JOAO BRAGA NETO

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 200/2020

"*DISPÕE SOBRE EXONERAR DO CARGO COMISIONADO DE CHEFE DE DIVISAO DE PROTOCOLO E EXPEDIENTE GERAL A SRA.* ***MARONILDE APARECIDA GONCALVES****."*

JOÃO BRAGA NETO, Prefeito Municipal de Nova Maringá - MT, no uso de suas atribuições legais.

Considerando o art. 54, inciso I da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 8º, inciso II da Lei n.º 293/2003 e demais alterações, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Nova Maringá-MT.

RESOLVE:

Art. 1º – EXONERAR A PEDIDO do Cargo Comissionado a Sra***.MARONILDE APARECIDA GONCALVES*** **p**ortadora do RG Nº. 779321 SSP/MT, inscrita no CPF sob o n.º 726.739.311.04, do cargo de *CHEFE DE DIVISAO DE PROTOCOLO E EXPEDIENTE GERAL* do Município de Nova Maringá-MT, a partir desta data 14 de Agosto de 2020, até posterior deliberação.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando todas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Nova Maringá – MT, 14 de Agosto de 2020.

JOAO BRAGA NETO

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 202/2020

"*DISPÕE SOBRE EXONERAR DO CARGO COMISSIONADO DE CHEFE DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO DO CRAS A SRA.* ***IVANI SOUZA COUTO OLIVEIRA****."*

JOÃO BRAGA NETO, Prefeito Municipal de Nova Maringá - MT, no uso de suas atribuições legais.

Considerando o art. 54, inciso I da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 8º, inciso II da Lei n.º 293/2003 e demais alterações, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Nova Maringá-MT.

RESOLVE:

Art. 1º – EXONERAR A PEDIDO do Cargo Comissionado a Sra.**IVANI SOUZA COUTO OLIVEIRA p**ortadora do RG Nº. 2594293-0 SEJSP/MT, inscrita no CPF sob o n.º 027.071.346-86, do cargo de *CHEFE DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO DO CRAS* do Município de Nova Maringá-MT, a partir desta data 14 de Agosto de 2020, até posterior deliberação.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando todas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Nova Maringá – MT, 14 de Agosto de 2020.

JOAO BRAGA NETO

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 199/2020

"*DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE DESINCOMPATILAZAÇÃO/LICENÇA ELEITORAL DE SERVIDORES. "*

JOAO BRAGA NETO, Prefeito Municipal de Nova Maringá - MT, no uso de suas atribuições legais.

Considerando a Lei Complementar nº 64 de 18 de maio de 1990, no pleito de 2020 e da resolução 23.609/2019.

RESOLVE:

Art. 1º – CONCEDER LICENÇA ELEITORAL

MAT	NOME	CPF	CARGO PÚBLICO
2459	SONIA APARECIDA LEODORO	175. 351. 628.51	AUXILIAR ADMINISTRATIVO
1891	ELISEU WANDERSON JUNIOR FERREIRA	531. 762. 351.00	APOIO ADM EDUCACIONAL - MOTORISTA DE TRANSP ESCOLAR
2180	IVANETE BUCHS	003. 219. 541.90	TECNICO DE ENFERMAGEM
2182	MILTES JESUS DA SILVA	016. 181. 111.67	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL -NUTRICAO ESCOLAR
2636	PAULO RICARDO RAMOS SALES OLIVEIRA	332. 330. 648.10	DENTISTA
2511	BENEDITO TOBIAS DE BRITO	298. 935. 931.15	MOTORISTA
2722	FRANCIELE NUNES DE ALMEIDA	031. 648. 161-03	FISCAL DE TRIBUTOS
9	ALVONIR ILHA	841. 011. 641.34	MOTORISTA DE AMBULANCIA
2715	SIMONE ALVES DOS SANTOS ALMEIDA	039. 202. 199.45	CONSELHEIRO TUTELAR
2051	IVANI SOUZA COUTO OLIVEIRA	027. 071. 346-86	TECNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - MONITOR

Conforme Estatuto do Servidor, Capítulo V, Seção IX, Art. 91, a partir desta data 15 de Agosto de 2020, até data de 15 de Novembro de 2020.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Nova Maringá – MT, 14 de Agosto de 2020.

JOAO BRAGA NETO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 117/2020.

SÚMULA: ALTERA O CONSELHO MUNICIPAL DO FETHAB, DE ACORDO COM A LEI Nº890/2017.

BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES, Prefeita do Município de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

DECRETA:

ARTIGO 1º - Fica alterada a Nomeação da Comissão do Conselho Municipal do Fethab.

ARTIGO 2º - A Comissão de que trata o artigo primeiro do presente decreto será composta pelos seguintes membros:

Representante do Poder Executivo:

Titular: Adauto Nequinho da silva.

Suplente: Ana Paula Christianini da Silva

Representante da Secretaria de Obras:

Titular: Devanir dos Santos Ouvernei

Suplente: Vilso Luiz Pegorini

Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais:

Titular: José Ivan Lira

Representante da Associação dos Produtores de Leite.

Titular: Neuza Gonçalves da Fonseca

Suplente: José Thomaz da Silva Filho

Representante do CDL

Titular: Cassio Ardilano Silva

Suplente: Gildeti Celestrini

Representante do Lions

Titular: Celaine de Paula Souza Marcilio

Suplente: Patrik Beloni

Representante da Afemov

Titular: Arlindo Paulino

Suplente: Samuel Santos Nascimento

ARTIGO 3º- Fica revogado o Decreto nº 115/2020, que altera a nomeação do conselho municipal do Fethab no Município de Nova Monte Verde.

ARTIGO 4º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas às disposições em contrário

Nova Monte Verde - MT, 14 de agosto de 2020.

BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES

Prefeita Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 183/2020

SÚMULA: Nomeia Fiscal Administrativo para O Contrato nº 34/2020 DEPTO/ADM/COMPRAS.

BEATRIZ DE FATIMA SUECK LEMES Prefeita Municipal em Exercício de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 90, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO que a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, em seu art. 67, exige que a execução dos contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública;

CONSIDERANDO que o Decreto nº 141, de 03 de novembro de 2011 definiu e regulamentou as atribuições do fiscal de contrato no âmbito da Administração Pública Municipal e deu outras providências;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os servidores abaixo indicados para, em observância a legislação vigente, atuarem como fiscais administrativos do Contrato nº34/2020/DPTO/ADM/COMPRAS, referente a secretaria em que foi indicado, celebrado entre o **MUNICIPIO DE NOVA MONTE VERDE** e a empresa **INDUSTRIA QUIMICA CMT LTDA, C.N.P.J./MF sob o nº. 10.717.170/0009-00.**

CONTRATO Nº 34/2020/DPTO/ADM/COMPRAS

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 3411/2020

OBJETO:

AQUISIÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA DO MUNICIPIO DE NOVA MONTE VERDE/MT.

VIGÊNCIA:

De 14 de Agosto de 2020 até 31 de Dezembro de 2020.

VALOR:

R$ 17.324,00 (dezessete mil trezentos e vinte e quatro reais).

FISCAL TITULAR E SUPLENTE RESPONSÁVEL PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

FISCAL TITULAR: CLAUDIO DOS SANTOS MARIA

RG Nº: 54032260X SSP/SP

CPF Nº: 011.945.511-06

CARGO: Diretor de Departamento

LOTAÇÃO: Secretária Municipal de Planejamento, Administração e Finanças

MATRICULA: 3490

FISCAL SUPLENTE: Emerson Vaz Maciel

RG N°: 6.083.421-0

CPF: 904.243.609-34

CARGO: GERENTE DO DAE

LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

MATRÍCULA: 046

Art. 2º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Nova Monte Verde/MT, 14 de Agosto de 2020.

Beatriz de Fátima Sueck Lemes

Prefeita Municipal

TERMO DE COMPROMISSO

Declaro estar ciente de minha designação para atuar como Fiscal Administrativo do Contrato nº 34/2020/DEPTO/ADM/COMPRAS referente ao Processo Administrativo nº 3411/2020, comprometendo-me a cumprir as disposições contidas no Decreto nº 141/2011.

Nova Monte Verde, 14 de Agosto de 2020

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO

_____

CLAUDIO DOS SANTOS MARIA

Diretor de Departamento

MATRICULA: 3490

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 184/2020

SÚMULA: FICA CONCEDIDO A SERVIDORA PUBLICA EFETIVA, SRA. **MARIA DO CARMO OLIVEIRA SOUZA LEAL,** LICENÇA PRÊMIO.

BEATRIZ DE FATIMA SUECK LEMES, Prefeita Municipal de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e,

CONSIDERANDO o art. 160-A e seguintes da Lei Municipal nº 830/2016, bem como o requerimento da servidora pública protocolado em 12 de dezembro de 2019;

ARTIGO 1º - Conceder LICENÇA-PRÊMIO por assiduidade a servidora pública efetiva **MARIA DO CARMO OLIVEIRA SOUZA LEAL,** cargo de zeladora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por 90 (noventa) dias consecutivos a partir de 20 de agosto de 2020, com vencimentos integrais e demais vantagens da função.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogada as disposições em contrário.

Nova Monte Verde-MT, 14 de agosto de 2020.

BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES

Prefeita Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 182/2020

SÚMULA: Nomeia Fiscal Administrativo para O Contrato nº 33/2020 DEPTO/ADM/COMPRAS.

BEATRIZ DE FATIMA SUECK LEMES Prefeita Municipal em Exercício de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 90, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO que a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, em seu art. 67, exige que a execução dos contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública;

CONSIDERANDO que o Decreto nº 141, de 03 de novembro de 2011 definiu e regulamentou as atribuições do fiscal de contrato no âmbito da Administração Pública Municipal e deu outras providências;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os servidores abaixo indicados para, em observância a legislação vigente, atuarem como fiscais administrativos do Contrato nº33/2020/DPTO/ADM/COMPRAS, referente a secretaria em que foi indicado, celebrado entre o **MUNICIPIO DE NOVA MONTE VERDE** e a empresa **ARAUJO RAMIRES CONSTRUTORA EIRELI, C.N.P.J./MF sob o nº. 28.229.256/0001-94.**

CONTRATO Nº 33/2020/DPTO/ADM/COMPRAS

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 3266/2020

OBJETO:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA QUE FORNEÇA SERVIÇOS DE AMPLIAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA TRATADA NO MUNICIPIO DE NOVA MONTE VERDE/MT, CONFORME PLANILHA ORÇAMENTÁRIA.

VIGÊNCIA:

De 14 de Agosto de 2020 até 31 de Dezembro de 2020.

VALOR:

R$ 329.505,15 (Trezentos e vinte e nove mil, quinhentos e cinco reais e quinze centavos).

FISCAL TITULAR E SUPLENTE RESPONSÁVEL PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO

FISCAL TITULAR: CLAUDIO DOS SANTOS MARIA

RG Nº: 54032260X SSP/SP

CPF Nº: 011.945.511-06

CARGO: Diretor de Departamento

LOTAÇÃO: Secretária Municipal de Planejamento, Administração e Finanças

MATRICULA: 3490

FISCAL SUPLENTE: LIVIA DE ALMEIDA NUNES FIDELIS DO PRADO

RG Nº: 5305627

CPF Nº: 034.055.421-54

CARGO: DIRETORA DE DEPARTAMENTO

LOTAÇÃO: SECRETARIA DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO

MATRICULA: 3563

Art. 2º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Nova Monte Verde/MT, 14 de Agosto de 2020.

Beatriz de Fátima Sueck Lemes

Prefeita Municipal

TERMO DE COMPROMISSO

Declaro estar ciente de minha designação para atuar como Fiscal Administrativo do Contrato nº 33/2020/DEPTO/ADM/COMPRAS referente ao Processo Administrativo nº 3266/2020, comprometendo-me a cumprir as disposições contidas no Decreto nº 141/2011.

Nova Monte Verde, 14 de Agosto de 2020

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO

_____

CLAUDIO DOS SANTOS MARIA

Diretor de Departamento

MATRICULA: 3490

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 185/2020

SÚMULA: FICA CONCEDIDO A SERVIDORA PÚBLICA EFETIVA, SRª. **CIRENE APARECIDA DA ROSA,** LICENÇA PARA ATIVIDADE POLÍTICA.

.

BEATRIZ DE FATIMA SUECK LEMES, Prefeita Municipal de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e,

CONSIDERANDO o art. 154 e seguintes da Lei Municipal nº 830/2016, bem como o requerimento da servidora pública, datado de 14 de agosto de 2020.

RESOLVE:

ARTIGO 1º - Conceder a servidora pública efetiva, a Sr.ª. **CIRENE APARECIDA DA ROSA,** Lotada na Secretaria Municipal Educação, Cultura e Esporte, licença para atividade política, com vencimentos integrais a partir do dia 14 de agosto de 2020.

ARTIGO 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogadas às disposições em contrário.

Nova Monte Verde/MT, 14 de agosto de 2020.

BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES

Prefeita Municipal

RECURSOS HUMANOS
EDITAL 015/2020 CONVOCAÇÃO

EDITAL 015/2020

Convocação

A Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, CONVOCA pelo presente Edital os funcionários para a Unidade Mista de Saúde, conforme relação abaixo:

Eliane Kestring dos Santos Silva – Merendeira

Irenilda de Lurdes da Silva da Costa - Zeladora

Os servidores convocados por este Edital deverão se apresentar na Unidade Mista de Saúde, no dia 15/08/2020, as 06:00 horas da manhã, para realizar o trabalho designado.

Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Nova Monte Verde-MT, 14/08/2020

NEIDE DIAS DE MELO

Secretária Municipal de Administração, Planejamento e Finanças

RECURSOS HUMANOS
EDITAL 016/2020 CONVOCAÇÃO

EDITAL 016/2020

Convocação

A Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, CONVOCA pelo presente Edital os funcionários para a Unidade Mista de Saúde, conforme relação abaixo:

Joscimara Labiak dos Santos – Merendeira

Os servidores convocados por este Edital deverão se apresentar na Unidade Mista de Saúde, no dia 15/08/2020, as 06:00 horas da manhã, para realizar o trabalho designado.

Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Nova Monte Verde-MT, 14/08/2020

NEIDE DIAS DE MELO

Secretária Municipal de Administração, Planejamento e Finanças

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 020/2020

Ementa: Dispõe sobre a nomeação do Cargo de Advogado da Câmara Municipal de Nova Monte Verde-MT.

Anderson Rodrigues dos Santos, Presidente da Câmara Municipal de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1 º - Fica Nomeado o Sr. Itamar Lima da Silva, portador do CPF n° 863.761.951-72, para ocupar o Cargo de Advogado do Poder Legislativo, em conformidade com a Lei Municipal n° 520/2011.

Art. 2 º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Registre-se Publique-se Cumpra-se

Nova Monte Verde-MT, 14 de agosto de 2020

ANDERSON RODRIGUES DOS SANTOS

Presidente

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 186/2020

SÚMULA: FICA CONCEDIDO AO SERVIDOR PÚBLICO EFETIVO, SR. **CLEBERSON LIMA SATIL,** LICENÇA PARA ATIVIDADE POLÍTICA.

BEATRIZ DE FATIMA SUECK LEMES, Prefeita Municipal de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e,

CONSIDERANDO o art. 154 e seguintes da Lei Municipal nº 830/2016, bem como o requerimento do servidor público datado de 07 de agosto de 2020.

RESOLVE:

ARTIGO 1º - Conceder ao servidor público efetivo, Sr. **CLEBERSON LIMA SATIL**, lotado na Secretaria Municipal de Educação, licença para atividade política, com vencimentos integrais a partir do dia 14 de agosto de 2020.

ARTIGO 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogadas às disposições em contrário.

Nova Monte Verde/MT, 14 de agosto de 2020.

BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES

Prefeita Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 187/2020

SÚMULA: NOMEIA **ENGENHEIRO PARA FISCALIZAÇÃO DE OBRAS** DO CONTRATO 33/2020 E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

BEATRIZ DE FATIMA SUECK LEMES, Prefeita Municipal em Exercício de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 90, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO a resolução Normativa n°06/2008 do tribunal de contas do estado de Mato Grosso, que dispõe sobre a implantação do sistema GEOOBRAS, estabelece prazos e regras para remessa de informações via internet pelas unidades gestoras estaduais e municipais de Mato Grosso e dá outras providencias:

CONSIDERANDO a Resolução Normativa n°06/2011 do Tribunal de contas do estado de Mato Grosso, que dispõe sobre a aprovação da nova versão do sistema GEO-OBRAS, estabelece prazos e regras para remessa de informações via internet pelas unidades estaduais e municipais de Mato Grosso e dá outras providencias:

CONSIDERANDO a Resolução Normativa n°20/2015 do Tribunal de contas do estado de Mato Grosso, que altera o Anexo I da Resolução Normativa n° 06/2011 e dá outras providencias:

CONSIDERANDO a necessidade do engenheiro municipal responsável pela fiscalização de obras e serviços, objetos de convênios, para de recomendação da equipe técnica do TCE/MT, para inserção de documentos no sistema GEO-OBRAS;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Nomear para exercer a fiscalização de obra de AMPLIAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA TRATADA, no município de Nova Monte Verde, oriunda da carta convite n° 01/2020, n° do contrato 33/2020, o senhor: DIEGO DE OLIVEIRA MARTINS, brasileiro, solteiro, engenheiro civil, portador da carteira de identidade/RG nº 20000685 SSP/MT, inscrito no CPF: 036.452.541-02, CREA MT 031600, residente e domiciliado na cidade de Nova Monte Verde – MT.

ARTIGO 2°- O serviço de fiscalização deverá ser exercido em conformidade com as normas do TCE/MT, e demais responsabilidades pactuadas no contrato n° 22/2018, sendo que o mesmo foi prorrogado por 10 (dez) meses através do Segundo Termo Aditivo, firmado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE e a empresa D. DE OLIVEIRA MARTINS – ENGENHARIA CIVIL – ME, assinada em 11 de março de 2020 e vigente até o dia 12 de janeiro de 2021, publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso.

ARTIGO 3° Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogadas ás disposições em contrário.

Nova Monte Verde/MT, 14 de agosto de 2020

BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES

Prefeita Municipal

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 116 /2020

SÚMULA:	EXONERA A PEDIDO O SENHOR **ELI DOS SANTOS**, DO CARGO DE **DIRETOR DE DEPARTAMENTO** DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, DO MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE, ESTADO DO MATO GROSSO.
	BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES, Prefeita do Município de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei: **DECRETA:**
ARTIGO 1º -	Fica exonerado a pedido o Senhor **ELI DOS SANTOS**, do cargo de Diretor de Departamento, lotado na Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, Divisão de Incentivo às Atividades de Lazer do Município de Nova Monte Verde.
ARTIGO 2º -	Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas às disposições em contrário.

NOVA MONTE VERDE - MT, 14 DE AGOSTO DE 2020

BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES

Prefeita Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 188/2020

SÚMULA: NOMEIA **ENGENHEIRO PARA FISCALIZAÇÃO DE OBRAS** DO CONTRATO 32/2020 E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

BEATRIZ DE FATIMA SUECK LEMES, Prefeita Municipal em Exercício de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 90, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO a resolução Normativa n°06/2008 do tribunal de contas do estado de Mato Grosso, que dispõe sobre a implantação do sistema GEOOBRAS, estabelece prazos e regras para remessa de informações via internet pelas unidades gestoras estaduais e municipais de Mato Grosso e dá outras providencias:

CONSIDERANDO a Resolução Normativa n°06/2011 do Tribunal de contas do estado de Mato Grosso, que dispõe sobre a aprovação da nova versão do sistema GEO-OBRAS, estabelece prazos e regras para remessa de informações via internet pelas unidades estaduais e municipais de Mato Grosso e dá outras providencias:

CONSIDERANDO a Resolução Normativa n°20/2015 do Tribunal de contas do estado de Mato Grosso, que altera o Anexo I da Resolução Normativa n° 06/2011 e dá outras providencias:

CONSIDERANDO a necessidade do engenheiro municipal responsável pela fiscalização de obras e serviços, objetos de convênios, para de recomendação da equipe técnica do TCE/MT, para inserção de documentos no sistema GEO-OBRAS;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Nomear para exercer a fiscalização de obra da EXECUÇÃO DE RECAPEAMENTO DE VIAS URBANAS, no município de Nova Monte

Verde, oriunda da tomada de preço n° 03/2020, n° do contrato 32/2020, o senhor: DIEGO DE OLIVEIRA MARTINS, brasileiro, solteiro, engenheiro civil, portador da carteira de identidade/RG nº 20000685 SSP/MT, inscrito no CPF: 036.452.541-02, CREA MT 031600, residente e domiciliado na cidade de Nova Monte Verde – MT.

ARTIGO 2°- O serviço de fiscalização deverá ser exercido em conformidade com as normas do TCE/MT, e demais responsabilidades pactuadas no contrato n° 22/2018, sendo que o mesmo foi prorrogado por 10 (dez) meses através do Segundo Termo Aditivo, firmado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE e a empresa D. DE OLIVEIRA MARTINS – ENGENHARIA CIVIL – ME, assinada em 11 de março de 2020 e vigente até o dia 12 de janeiro de 2021, publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso.

ARTIGO 3° Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogadas ás disposições em contrário.

Nova Monte Verde/MT, 14 de agosto de 2020

BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA

SECRETARIA MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 002/2020 COMDICA-NO

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DO PEDIDO PESSOAL DE AFASTAMENTO DO CONSELHEIRO TUTELAR TITULAR, SENHOR RICARDO DA SILVA A TÍTULO DE DESINCOMPATIBILIZAÇÃO.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – COMDICA de Nova Olímpia – MT, no uso de suas atribuições legais com base no seu Regimento Interno, na Lei Municipal n° 955/2012, reestruturada pela Lei Municipal n.° 1.034/2015 e na Lei Federal n.° 8.069/90 e Portaria Municipal nº 090/2019 de nomeação dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e suas alterações e, a deliberação da Plenária do dia 12 de agosto de 2020.

CONSIDERANDO o requerimento pessoal apresentado pelo Conselheiro Tutelar Titular, senhor Ricardo da Silva, solicitando afastamento a partir do dia 14 de agosto de 2020 a título de desincompatibilização por está concorrendo ao Cargo Eletivo de Vereador no município de Nova Olímpia - MT.

CONSIDERANDO o afastamento a pedido do Conselheiro Tutelar **RICARDO DA SILVA**, mandato de (2020/2024), no período de 14 de agosto de 2020 à 15 de novembro de 2020, a título de desincompatibilização.

Considerando o § 4º do Art. 83 da Lei Municipal nº 955 de 11 de maio de 2012que no tocante aos afastamentos e licenças, aplicam-se, subsidiariamente, as disposições do Estatuto dos Servidores do Município de Nova Olímpia – MT.

Considerando o Art. 98 da Lei Municipal Nº 775 de 13 de fevereiro de 2008. "O servidor terá direito à licença, mas **sem remuneração,** durante o período que mediar entre a sua escolha em convenção partidária, como candidato a cargo eletivo, e o efetivo registro de sua candidatura, perante a Justiça Eleitoral."

RESOLVE:

Art. 1º. – Acolher e homologar o pedido pessoal de afastamento a pedido do Conselheiro Tutelar **RICARDO DA SILVA**, mandato de (2020/2024), no período de 14 de agosto de 2020 a 15 de novembro de 2020, a título de desincompatibilização.

Art. 2º. – Dar posse temporária ao Conselheiro Tutelar Suplente, o senhor JEFFERSON RAVELLY GOMES ALVES para assumir o cargo de Conselheiro Tutelar no período de 17 de agosto de 2020 á 15 de novembro de 2020,.

Art. 3º. – Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Nova Olímpia - MT, 13 de agosto de 2020.

ELIZÂNGELA ROSA LOPES DE MEDEIROS

PRESIDENTE DO COMDICA

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – COMDICA DE NOVA OLÍMPIA/MT.

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
PORTARIA MUNICIPAL Nº 123 DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

"QUE DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PARA CONCORRER A ATIVIDADE POLÍTICA".

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE, Prefeito Municipal de Nova Olímpia, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais que lhe são inerentes por lei, expede a seguinte portaria.

R E S O L V E N D O:

Art. 1º - Conceder **LICENÇA PARA ATIVIDADE POLÍTICA** aservidora pública deste município, **Sra. ROSANGELA DE LIRA PIMENTEL MENESES,** ocupante do cargo de provimento efetivo de Enfermeira, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - O afastamento de que trata o artigo primeiro desta portaria, está em conformidade com o Artº 98, § 2º da Lei Municipal 775/2008 e de acordo com a determinação da Legislação Eleitoral e Emenda Constitucional nº 107/2020, tendo seu início no dia **15/08/2020 e término em 15/11/2020**, nos termos da Lei.

Art.3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal em Nova Olímpia – MT, 14 de Agosto de 2020.

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
ERRATA DE PUBLICAÇÃO

RETIFICA-SE O EXTRATO DE CONTRATO Nº 52/2020 PMNO

REFERENTE A TOMADA DE PREÇO Nº 009/2020/PMNO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 78/2020/PMNO

PUBLICADOS NOS SEGUINTES JORNAIS:

JORNAL OFICIAL ELETRONICO DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DE MATO GROSSO, DE 08 DE JULHO DE 2020, EDIÇÃO 3.516, PAGINA 411, DIARIO OFICIAL DO ESTADO Nº 27.788, PAGINA 49, DIARIO DA UNIÃO SEÇÃO 3, Nº 129, PAGINA 167

ONDE SE LE: **CONSTRUTORA IRMÃOS GONÇALVES EIRELI**, INSCRITA NO CNPJ Nº 21.067.579/0001-80, COM SEDE NA **AVENIDA BRASIL, Nº 610-E, CENTRO, NO MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA – MT**, NESTE ATO REPRESENTADA PELO SENHOR GEOVANO GONÇALVES DA SILVA, BRASILEIRO, CASADO, EMPRESÁRIO, PORTADOR DA CARTEIRA DE IDENTIDADE RG Nº 11020636 SSP/MT, INSCRITO NO CPF/MF Nº 695.519.791-68, RESIDENTE E DOMICILIADO NA RUA 42, Nº 191- E, JARDIM EUROPA, **NO MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA – MT.**

LEIA-SE: **CONSTRUTORA IRMÃOS GONÇALVES EIRELI- ME**, INSCRITA NO CNPJ Nº 21.067.579/0001-80, COM SEDE NA **AVENIDA SENADOR ROBERTO CAMPOS S/N KM 02 MARGENS DIREITA, BAIRRO: CHACARA, EM ARENAPOLIS-MT,** NESTE ATO REPRESENTADA PELO SENHOR GEOVANO GONÇALVES DA SILVA, BRASILEIRO, CASADO, EMPRESÁRIO, PORTADOR DA CARTEIRA DE IDENTIDADE RG

Nº 11020636 SSP/MT, INSCRITO NO CPF/MF Nº 695.519.791-68, RESIDENTE E DOMICILIADO NA RUA 42, Nº 191- E, JARDIM EUROPA, **NO MUNICIPIO DE TANGARA DA SERRA– MT.**

JOSE ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

PREFEITO MUNICIPAL

LICITAÇÃO
ERRATA DE PUBLICAÇÃO

RETIFICA-SE O EXTRATO DE CONTRATO Nº 47/2020 PMNO

REFERENTE A TOMADA DE PREÇO Nº 007/2020/PMNO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 73/2020/PMNO

PUBLICADOS NOS SEGUINTES JORNAIS:

JORNAL OFICIAL ELETRONICO DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DE MATO GROSSO, DE 24 DE JUNHO DE 2020, EDIÇÃO 3.506, PAGINA 240 E 241, DIARIO OFICIAL DO ESTADO, DE 25 DE JUNHO DE 2020 Nº 27.779, PAGINA 50, DIARIO DA UNIÃO SEÇÃO 3, DE 25 DE JUNHO DE 2020 Nº 120, PAGINA 153

ONDE SE LE: **CONSTRUTORA IRMÃOS GONÇALVES EIRELI**, INSCRITA NO CNPJ Nº 21.067.579/0001-80, COM SEDE NA **AVENIDA BRASIL, Nº 610-E, CENTRO, NO MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA – MT**, NESTE ATO REPRESENTADA PELO SENHOR GEOVANO GONÇALVES DA SILVA, BRASILEIRO, CASADO, EMPRESÁRIO, PORTADOR DA CARTEIRA DE IDENTIDADE RG Nº 11020636 SSP/MT, INSCRITO NO CPF/MF Nº 695.519.791-68, RESIDENTE E DOMICILIADO NA RUA 42, Nº 191- E, JARDIM EUROPA, **NO MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA – MT.**

LEIA-SE: **CONSTRUTORA IRMÃOS GONÇALVES EIRELI- ME**, INSCRITA NO CNPJ Nº 21.067.579/0001-80, COM SEDE NA **AVENIDA SENADOR ROBERTO CAMPOS S/N KM 02 MARGENS DIREITA, BAIRRO: CHACARA, EM ARENAPOLIS-MT,** NESTE ATO REPRESENTADA PELO SENHOR GEOVANO GONÇALVES DA SILVA, BRASILEIRO, CASADO, EMPRESÁRIO, PORTADOR DA CARTEIRA DE IDENTIDADE RG Nº 11020636 SSP/MT, INSCRITO NO CPF/MF Nº 695.519.791-68, RESIDENTE E DOMICILIADO NA RUA 42, Nº 191- E, JARDIM EUROPA, **NO MUNICIPIO DE TANGARA DA SERRA– MT.**

JOSE ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

PREFEITO MUNICIPAL

LICITAÇÃO
ERRATA DE PUBLICAÇÃO

RETIFICA-SE O EXTRATO DE CONTRATO Nº 51/2020 PMNO

REFERENTE A TOMADA DE PREÇO Nº 008/2020/PMNO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 77/2020/PMNO

PUBLICADOS NOS SEGUINTES JORNAIS:

JORNAL OFICIAL ELETRONICO DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE MATO GROSSO, DE 08 DE JULHO DE 2020, EDIÇÃO 3.516, PAGINA 411, DIARIO OFICIAL DO ESTADO, DE 08 DE JULHO DE 2020 Nº 27. 788, PAGINA 49, DIÁRIO DA UNIÃO SEÇÃO 3, DE 08 DE JULHO DE 2020 Nº 129, PAGINA 167

ONDE SE LE: **CONSTRUTORA IRMÃOS GONÇALVES EIRELI**, INSCRITA NO CNPJ Nº 21.067.579/0001-80, COM SEDE NA **AVENIDA BRASIL, Nº 610-E, CENTRO, NO MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA – MT**, NESTE ATO REPRESENTADA PELO SENHOR GEOVANO GONÇALVES DA SILVA, BRASILEIRO, CASADO, EMPRESÁRIO, PORTADOR DA CARTEIRA DE IDENTIDADE RG Nº 11020636 SSP/MT, INSCRITO NO CPF/MF Nº 695.519.791-68, RESIDENTE E DOMICILIADO NA RUA 42, Nº 191- E, JARDIM EUROPA, **NO MUNICÍPIO DE NOVA OLÍMPIA – MT.**

LEIA-SE: **CONSTRUTORA IRMÃOS GONÇALVES EIRELI- ME**, INSCRITA NO CNPJ Nº 21.067.579/0001-80, COM SEDE NA **AVENIDA SENADOR ROBERTO CAMPOS S/N KM 02 MARGENS DIREITA, BAIRRO: CHACARA, EM ARENAPOLIS-MT,** NESTE ATO REPRESENTADA PELO SENHOR GEOVANO GONÇALVES DA SILVA, BRASILEIRO, CASADO, EMPRESÁRIO, PORTADOR DA CARTEIRA DE IDENTIDADE RG Nº 11020636 SSP/MT, INSCRITO NO CPF/MF Nº 695.519.791-68, RESIDENTE E DOMICILIADO NA RUA 42, Nº 191- E, JARDIM EUROPA, **NO MUNICÍPIO DE TANGARA DA SERRA– MT.**

JOSE ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
PORTARIA MUNICIPAL Nº 122 DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

"QUE DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PARA CONCORRER A ATIVIDADE POLÍTICA".

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE, Prefeito Municipal de Nova Olímpia, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais que lhe são inerentes por lei, expede a seguinte portaria.

R E S O L V E N D O:

Art. 1º - Conceder **LICENÇA PARA ATIVIDADE POLÍTICA** aoservidor público deste município, **Sr. ORLANDO CESAR SCHWARZ,** ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte, Turismo e Lazer.

Art. 2º - O afastamento de que trata o artigo primeiro desta portaria, está em conformidade com o Artº 98, § 2º da Lei Municipal 775/2008 e de acordo com a determinação da Legislação Eleitoral e Emenda Constitucional nº 107/2020, tendo seu início no dia **15/08/2020 e término em 15/11/2020**, nos termos da Lei.

Art.3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal em Nova Olímpia – MT, 14 de Agosto de 2020.

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
PORTARIA MUNICIPAL Nº 121 DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

"QUE DISPÕE SOBRE AFASTAMENTO A TÍTULO DESINCOMPATIBILIZAÇÃO PARA CONCORRER AO CARGO ELETIVO DE VEREADOR À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL"

JOSÉ ELPÍDIO DE MORAES CAVALCANTE, Prefeito Municipal de Nova Olímpia, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais que lhe são inerentes por Lei, expede a seguinte portaria:

R E S O L V E N D O:

Art. 1º - Conceder a pedido o afastamento a título de desincompatibilização do Senhor **RICARDO DA SILVA,** brasileiro, solteiro,portador da Cédula de Identidade RG: 2253909 -3 SSP-MT e do CPF: 038.973.481-01, residente e domiciliado neste Município de Nova Olímpia-MT**,** com função de confiança popular Mandato Eletivo de **Conselheiro Tutelar Titular do Conselho Tutelar de Nova Olímpia-MT, gestão 2020/2024,** matrícula funcional nº 3564,a partir do dia 15 de agosto de 2020 até 15 de novembro de 2020 de acordo com a Lei Municipal nº 955 de 11/05/2012, Lei Municipal Nº 775 de 13 de fevereiro de 2008. Ata nº 006/2020- COMDICA/Nova Olímpia – MT e Resolução nº 002/2020/COMDICA-NO.

Art. 2º - No tocante aos afastamentos e licenças, aplicam-se, subsidiariamente, as disposições do Estatuto dos Servidores do Município de Nova Olímpia – MT.

Art. 3º - O servidor terá direito à licença, mas sem remuneração, durante o período que mediar entre a sua escolha em convenção partidária, como candidato a cargo eletivo, e o efetivo registro de sua candidatura, perante a Justiça Eleitoral.

Art. 4º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal em Nova Olímpia – MT, 14 de Agosto de 2. 020.

JOSÉ ELPÍDIO DE MORAES CAVALCANTE Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
PORTARIA MUNICIPAL N.º 120 DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

"QUE DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL."

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE, Prefeito Municipal de Nova Olímpia, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais que lhe são inerentes por lei, expede a seguinte portaria;

R E S O L V E N D O:

Art. 1º - Exonerar a pedido do servidor o Senhor **GILMAR GOMES DOS SNTOS,** brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG: n.º 953 910 SSP/MT e do CPF: n.º 616.510.281-68, nomeado para o cargo de provimento em Comissão de **CHEFE DE DEPARTAMENTO DE CULTURA** através da Portaria n.º 172/2019 de 02/09/2019 de acordo com a Lei Municipal N.º 775/2008, Símbolo DAS - 03.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Olímpia–MT, 14 de Agosto de 2020.

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
PORTARIA MUNICIPAL N.º 119 DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

"QUE DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL."

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE, Prefeito Municipal de Nova Olímpia, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais que lhe são inerentes por lei, expede a seguinte portaria;

R E S O L V E N D O:

Art. 1º - Exonerar a pedido do servidor o Senhor **VALTER PEREIRA DA SILVA,** brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG: n.º 08555650-55 - SSP/BA e do CPF: n.º 910.256.995-72, nomeado para o cargo de provimento em Comissão de **CHEFE DE DEPARTAMENTO DE ESPORTE** através da Portaria n.º 215/2019 de 01/11/2019 de acordo com a Lei Municipal N.º 775/2008, Símbolo DAS - 03.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Olímpia–MT, 14 de Agosto de 2020.

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
PORTARIA MUNICIPAL Nº 118 DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

"QUE DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PARA CONCORRER A ATIVIDADE POLÍTICA".

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE, Prefeito Municipal de Nova Olímpia, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais que lhe são inerentes por lei, expede a seguinte portaria.

R E S O L V E N D O:

Art. 1º - Conceder **LICENÇA PARA ATIVIDADE POLÍTICA** aservidora pública deste município, **Sra. APARECIDA DA SILVA BENÍCIO FRANÇA,** ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte, Turismo e Lazer.

Art. 2º - O afastamento de que trata o artigo primeiro desta portaria, está em conformidade com o Artº 98, § 2º da Lei Municipal 775/2008 e de acordo com a determinação da Legislação Eleitoral e Emenda Constitucional nº 107/2020, tendo seu início no dia **15/08/2020 e término em 15/11/2020**, nos termos da Lei.

Art.3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal em Nova Olímpia – MT, 14 de Agosto de 2020.

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
PORTARIA MUNICIPAL Nº 117 DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

"QUE DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PARA CONCORRER A ATIVIDADE POLÍTICA".

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE, Prefeito Municipal de Nova Olímpia, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais que lhe são inerentes por lei, expede a seguinte portaria.

R E S O L V E N D O:

Art. 1º - Conceder **LICENÇA PARA ATIVIDADE POLÍTICA** aservidora pública deste município, **Sra. ADRIANA DA SILVA SANTOS,** ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Públicos, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte, Turismo e Lazer.

Art. 2º - O afastamento de que trata o artigo primeiro desta portaria, está em conformidade com o Artº 98, § 2º da Lei Municipal 775/2008 e de acordo com a determinação da Legislação Eleitoral e Emenda Constitucional nº 107/2020, tendo seu início no dia **15/08/2020 e término em 15/11/2020**, nos termos da Lei.

Art.3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal em Nova Olímpia – MT, 14 de Agosto de 2020.

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
PORTARIA MUNICIPAL Nº 116 DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

"QUE DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PARA CONCORRER A ATIVIDADE POLÍTICA".

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE, Prefeito Municipal de Nova Olímpia, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais que lhe são inerentes por lei, expede a seguinte portaria.

R E S O L V E N D O:

Art. 1º - Conceder **LICENÇA PARA ATIVIDADE POLÍTICA** aoservidor pública deste município, **Sr. ALMIR ROGÉRIO BARBOSA,** ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - O afastamento de que trata o artigo primeiro desta portaria, está em conformidade com o Artº 98, § 2º da Lei Municipal 775/2008 e de acordo com a determinação da Legislação Eleitoral e Emenda Constitucional nº 107/2020, tendo seu início no dia **15/08/2020 e término em 15/11/2020**, nos termos da Lei.

Art.3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal em Nova Olímpia – MT, 14 de Agosto de 2020.

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
PORTARIA MUNICIPAL Nº 115 DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

"QUE DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PARA CONCORRER A ATIVIDADE POLÍTICA".

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE, Prefeito Municipal de Nova Olímpia, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais que lhe são inerentes por lei, expede a seguinte portaria.

R E S O L V E N D O:

Art. 1º - Conceder **LICENÇA PARA ATIVIDADE POLÍTICA** aoservidor público deste município, **Sr. AMARILDO CARMO DE MATOS,** ocupante do cargo de provimento efetivo de Vigia, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - O afastamento de que trata o artigo primeiro desta portaria, está em conformidade com o Artº 98, § 2º da Lei Municipal 775/2008 e de acordo com a determinação da Legislação Eleitoral e Emenda Constitucional nº 107/2020, tendo seu início no dia **15/08/2020 e término em 15/11/2020**, nos termos da Lei.

Art.3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal em Nova Olímpia – MT, 14 de Agosto de 2020.

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL
EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 003/2020

EXTRATO DE CONTRATO

TERMO ADITIVO Nº 003/2020

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 001/2019

ORIGEM: Processo Licitatório Nº 001/2019, modalidade Pregão Presencial Nº 001/2019.

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA

CONTRATADA: COMERCIAL DE COMBUSTÍVEIS NOVA OLÍMPIA LTDA

OBJETO: Prorrogação da vigência do contrato nº 001/2019, sobre fornecimento de combustíveis [gasolina e diesel] a serem utilizados pela frota de veículos da Câmara Municipal de Nova Olímpia-MT.

PRORROGAÇÃO DE PRAZO: De 02 de agosto de 2020 para o dia 31 de dezembro de 2020

ALTERAÇÃO DE CLÁUSULAS: Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições avençadas.

SIGNATÁRIO: Edson Noel da Silva

LICITAÇÃO
AVISO DE CANCELAMENTO CARTA CONVITE PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA-Nº. 001/2020/PMNO

AVISO DE CANCELAMENTO

CARTA CONVITE PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA-Nº. 001/2020/PMNO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 119/2020/PMNO

O município de Nova Olímpia **-** Mato Grosso,torna público para conhecimento dos interessados, que a Licitação na Modalidade CARTA CONVITE Nº 001/2020/PMNO, para seleção da melhor proposta pelo MENOR PREÇO GLOBAL, com o objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA APLICAÇÃO DE MICRO REVESTIMENTO EM DIVERSAS RUAS DO PERÍMETRO URBANO DO MUNICIPIO DE NOVA OLIMPIA-MT**. FOI CANCELADO** por interesse da administração.

Nova Olímpia/MT, 14 de agosto de 2020

JOSE ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 264/2020

EXMA PREFEITA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA, ESTADO DE MATO GROSSO, TEREZINHA GUEDES CARRARA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

RESOLVE

Art. 1º - Exonerar a pedido Servidor **TCHARLLEN FERNANDO BONFIM,** portadora do RG nº 2.164.589-2 SSP/MT e CPF 037.769.531.95, do cargo de Conselheiro Tutelar, a partir desta data.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, 14 de agosto de 2020.

TEREZINHA GUEDES CARRARA

PREFEITA MUNICIPAL

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE.

Publicado e afixado no mural desta Prefeitura Municipal no período de 14/08/2020 a 14/09/2020.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 266/2020

"DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DO PROJETO POR INTERMÉDIO DO MT-PAR E SINFRA DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM TRATAMEN-

TO SUPERFICIAL DUPLO (TSD) DRENAGEM PLUVIAL E SINALIZAÇÃO VIÁRIA EM NOVA SANTA HELENA - MT".

EXMA PREFEITA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA, ESTADO DE MATO GROSSO, TEREZINHA GUEDES CARRARA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

RESOLVE:

Artigo 1° Por meio desta Portaria, através do Setor de Engenharia do Município de Alta Floresta - MT, tornar público a APROVAÇÃO DO PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM TSD DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS E SINALIZAÇÃO NAS RUAS Av. Brasil, Rua Maranhão, Rua dos Ipês, Rua Piauí, Rua das Primaveras, Rua das Rosas, Rua das Azaléias, Rua dos Lírios e Rua das Camélias no bairro Loteamento Parque das Flores, convênio a definir – , conforme discriminação abaixo:

EXPEDIENTE OBJETO RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO

APROVAÇÃO DO PROJETO PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM TSD DRENAGEM PLUVIAL E SINALIZAÇÃO VIÁRIA. ENGENHEIRA CIVIL: ANDRÉA G. DE OLIVEIRA MATOS

CREA 120.004.431-2

PROFISSIONAIS RESPONSÁVEL PELA APROVAÇÃO:

ENGENHEIRO CIVIL: KADE RICHARD DINIZ PORFÍRIO

CREA/MT 044319

Artigo 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrária.

Gabinete da Prefeita Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, 14 de agosto de 2020.

TEREZINHA GUEDES CARRARA

PREFEITA MUNICIPAL

KADE R. DINIZ PORFÍRIO

ENGENHEIRO CIVIL

CREA-MT 044319

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE.

Publicado e afixado no mural desta Prefeitura Municipal no período de 14/08/2020 a 14/09/2020.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 265/2020

EXMA PREFEITA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA, ESTADO DE MATO GROSSO, TEREZINHA GUEDES CARRARA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

RESOLVE

Art. 1º - Nomear o Srº **TCHARLLEN FERNANDO BONFIM,** portadora do RG nº 2.164.589-2 SSP/MT e CPF 037.769.531.95 para exercer o cargo de **Secretário Municipal Adjunta de Finanças**, a partir desta data.

Artigo 2º -. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, 14 de agosto de 2020.

TEREZINHA GUEDES CARRARA

PREFEITA MUNICIPAL

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE.

Publicado e afixado no mural desta Prefeitura Municipal no período de 14/08/2020 a 14/09/2020.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 065/2020

EXTRATO DE CONTRATO Nº 065/2020

PARTE CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA, inscrita no CNPJ sob o n.º 04.214.704/001-18.

PARTE: AMPLA CONTRUÇÕES E EMPRENDIMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF nº 06.936.513/0001-95

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE RECUPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DA ESTRADA RIO DO FOGO NO MUNICÍPIO DE NOVA SANTA HELENA/MT.

VIGÊNCIA:13/08/2020 até 31/12/2020.

VALOR: **R$: 2.365.238,76**

RESPONSÁVEL PELA CONTRATANTE: TEREZINHA GUEDES CARRARA - Prefeita Municipal de Nova Santa Helena RESPONSÁVEL PELA CONTRATADA**. VALDINEY LEÃO DE LIMA:-** Contratada.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 261 /2020

A EXMA. PREFEITA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA, ESTADO DE MATO GROSSO, Sr.ª TEREZINHA GUEDES CARRARA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

Considerando o interesse público e o interesse do Servidor Luiz Carlos Pelissari de interromper sua Licença Prêmio para afastamento de Atividade Politica.

RESOLVE:

Artigo 1º - **INTERROMPER** a pedido gozo da Licença Prêmio por Assiduidade, concedida pela **Portaria 361/2019** ao Servidor **LUIZ CARLOS PELISSARI**, inscrito sob a **matrícula de nº 134**, para afastamento de atividade politica, a partir desta data.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, em 13 de agosto de 2020.

TEREZINHA GUEDES CARRARA

- Prefeita Municipal -

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE.

Publicado e afixado no mural desta Prefeitura Municipal no período de 13/08/2020 à 13/09/2020.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DISTRATO DE CONTRATO 027/2020

Espécie: Rescisão Contrato de Trabalho por Tempo Determinado 027//2020.

Participantes: Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena, CNPJ: 04.214.704/0001-18

Contratado: ANDERSON FRANCISCATO

Data Assinatura:.14/08/2020

Motivo: Por Iniciativa do Contratado

Pelo presente Termo, as partes supra-identificadas, de comum acordo, firmam o Termo de Rescisão Contratual.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 263/2020

Dispõe sobre a Concessão de Licença para Atividade Política a profissional desta Prefeitura Municipal que menciona.

A Exma. Prefeita Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, Srª. Terezinha Guedes Carrara, no uso de suas atribuições legais, e considerando o que dispõe o ***artigo 86 § 1º e 2º da Lei nº. 9527 de 10 de dezembro de 1997.***

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença para Atividade Política, aos servidor abaixo relacionados, a titulo de desincompatibilização, por estar concorrendo ao cargo eletivo de Vereador, conforme prazo fixado em Lei.

SERVIDOR	MATRÍCULA	RG Nº	CPF Nº
ADEMIR DIAS DA SILVA	141	1254508-2 SSP/MT	825.871.911.49
ADILSON RODRIGUES DA SILVA	5	6.206.423-4 SSP/PR	651.742.081.91
ALINE RAIMUNDO DIAS DA MOTA	1092	1.755.308-3 SSP/MT	030.555.671.10
ANDRÉ LUIZ PAULINO	161	21371019 SSP/SP	259.423.618.78
CLEUSA MARIAS DIAS PEREIRA MARCONDES	724	5.558.384-6 SSP/PR	775.331.359.20
EIDEJANE DONIZETE FERREIRA	17	3761849 SSP/PA	631.790.592.49
FATIMA SABINO DOS SANTOS	538	1.832.406-1 SSP/MT	003.230.141.35
JOSE ANSELMO CACEFO	1067	1.140.195-8 SSP/MT	286.420.231.04
JULIANA DA CRUZ LORCA BARRIQUELO	746	1.570.210-3 SSP/MT	010.198.241.07
LUIZ CARLOS PELISSARI	134	038.599 SSP/MS	237.028.001.82
MAILOR ROSA BASSO KOLAKOSKI	165	746225 SSP/MT	481.964.521.87
ROBERTO RODRIGUES DA SILVA	67	36.449.213-9 SSP/PR	655.764.469.68
SEBASTIAO CANDIDO	262	1.130.919-9 SSP/MT	894.942.701.00
SILVANA CARRARA	598	2.621.446-6 SSP/MT	079.470.047.06
VALDIR BRAS MORAES	135	29.163.570-2 SSP/SP	195.668.268.69
VALMIR ALMEIDA VIEIRA	780	0.323.599-8 SSP/MT	443.653.149.04
PAMELA MICHELLE LANGER DE MORAES KORTE	1156	2.017.090-4 SSP/MT	027.932.211.98
OLIVEIRA JUNIOR DA SILVA	869	2.174.533-1 SSP/MT	055.513.921.20

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, em 14 de agosto 2020.

TEREZINHA GUEDES CARRARA

PREFEITA MUNICIPAL

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE.

Publicado e afixado no mural desta Prefeitura Municipal no período de 14/08/2020 a 14/09/2020.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
AVISO DE CANCELAMENTO DE PUBLICAÇÃO

Fica cancelada a publicação, ocorrida no Diário Oficial Eletrônico dos Municípios nº 3.542 de 13 de agosto de 2020, pág. 258, referente ao seguinte ato:

PORTARIA 256/2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ

PORTARIA Nº. 0187/2020 DATA: 14 DE AGOSTO DE 2020

PORTARIA Nº. 0187/2020

DATA: 14 DE AGOSTO DE 2020

SÚMULA:

VALDENIR JOSÉ DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Nova Ubiratã-Mt, no uso de suas atribuições legais, com amparo na Lei Complementar Municipal nº. 061/2013 art. 93.

RESOLVE:

ART. 1º - CONCEDER AFASTAMENTO, ao Servidor Sr. **SILVIO ANDRÉ STOLFO,** portador da Cédula de Identidade RG nº. 1921687-4 SSP/MT e inscrito no CPF nº. 020.564.971-82, efetivo no cargo de **TECNICO DE ENFERMAGEM**, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 14 de agosto de 2020, conforme Requerimento expedido pelo Servidor.

ART. 2º O AFASTAMENTO a que se refere o Art. anterior, compreende-se até a data das eleições Municipais, compreendida em 16 de novembro de 2020.

ART. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 4º - Revogadas as disposições em contrário,

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, em 14 de agosto de 2020

VALDENIR JOSÉ DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE.

MAURO ODINEI SOLIANI

Secretário Municipal de Administração

Decreto. N° 001/2013

CÂMARA / LEGISLATIVO
PORTARIA Nº. 015/2020

SÚMULA: EXONERA SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Sr. Adilson Luiz da Silva, Presidente da Câmara Municipal de Nova Ubiratã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei complementar nº. 112/2019.

:

RESOLVE:

Art.1º - Exonerar, a pedido o servidor Sr. PAULO LUCAS VIEIRA FREITAS, portadora do RG. Nº 2.356.124-6 SSP/MT e CPF. Nº 045.524.861-36 ao cargo de ASSESSOR DE IMPRENSA, CC 03.

Art.2º. – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artº 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Nova Ubiratã, 14 de agosto 2020.

_____

ADILSON LUIZ DA SILVA

Presidente

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

PREVIDENCIA MUNICIPAL
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 003/2020

OBJETO: **PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS EM ASSESSORIA CONTINUADA NAS ÁREAS PREVIDENCIÁRIA, NA CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS E ASSESSORIA JURÍDICA.**

FUNDAMENTO LEGAL: artigo 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93, atualizado pelo art. 2º, da Lei Municipal nº 747/2017.

CONTRATADA:

PERFORMACE ASSESSORIA PÚBLICA

CNPJ: 09.517.508/0001-36

Rua Paineiras Brancas, n 08, Quadra 19, Bairro Jardim dos Ipês

Cuiabá - MT

CEP: 78.088-610

VALOR GLOBAL: **R$ 13.200,00 (Treze mil e duzentos Reais).**

VIGÊNCIA: 12 (doze) MESES.

HOMOLOGO.

Nova Ubiratã – MT, 13 de agosto de 2020.

NATHANA SIMONE RUSCH

DIRETORA EXECUTIVA

PORTARIA Nº. 0188/2020 DATA: 14 DE AGOSTO DE 2020

PORTARIA Nº. 0188/2020

DATA: 14 DE AGOSTO DE 2020

SÚMULA:

VALDENIR JOSÉ DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Nova Ubiratã-Mt, no uso de suas atribuições legais, com amparo na Lei Complementar Municipal nº. 061/2013 art. 93.

RESOLVE:

ART. 1º - CONCEDER AFASTAMENTO, ao Servidor Sr. **RONALDO VIZOLI,** portador da Cédula de Identidade RG nº. 14744082 SSP/MT e inscrito no CPF nº. 006.402.301-05, efetivo no cargo de **MOTORISTA**, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 14 de agosto de 2020, conforme Requerimento expedido pelo Servidor.

ART. 2º O AFASTAMENTO a que se refere o Art. anterior, compreende-se até a data das eleições Municipais, compreendida em 16 de novembro de 2020.

ART. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 4º - Revogadas as disposições em contrário,

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, em 14 de agosto de 2020

VALDENIR JOSÉ DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE.

MAURO ODINEI SOLIANI

Secretário Municipal de Administração

Decreto. N° 001/2013

PORTARIA Nº. 0189/2020 DATA: 14 DE AGOSTO DE 2020

PORTARIA Nº. 0189/2020

DATA: 14 DE AGOSTO DE 2020

SÚMULA:

VALDENIR JOSÉ DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Nova Ubiratã-Mt, no uso de suas atribuições legais, com amparo na Lei Complementar Municipal nº. 061/2013 art. 93.

RESOLVE:

ART. 1º - CONCEDER AFASTAMENTO, a Servidora Sra. **MARIA DE FATIMA ALMEIDA BARROS,** portadora da Cédula de Identidade RG nº. 1741040 SSP/MT e inscrito no CPF nº. 779.037.651-91, efetiva no cargo de **AGENTE DE SAÚDE AMBIENTAL**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 14 de agosto de 2020, conforme Requerimento expedido pela Servidora.

ART. 2º O AFASTAMENTO a que se refere o Art. anterior, compreende-se até a data das eleições Municipais, compreendida em 16 de novembro de 2020.

ART. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 4º - Revogadas as disposições em contrário,

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, em 14 de agosto de 2020

VALDENIR JOSE DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE.

MAURO ODINEI SOLIANI

Secretário Municipal de Administração

Decreto. N° 001/2013

PORTARIA Nº. 0193/2020 DATA: 14 DE AGOSTO DE 2020

PORTARIA Nº. 0193/2020

DATA: 14 DE AGOSTO DE 2020

VALDENIR JOSÉ DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

ART. 1º- **EXONERAR a pedido** a Sra. **THAIS TELES SOARES,** portadora da Cédula de Identidade RG n**°.** 2304596-5 SSP/MT e CPF nº. 046.336. 511-96, do cargo de provimento em Comissão de **CHEFE DE DIVISÃO DO SISTEMA APLIC**, com lotação na Secretaria Municipal de Planejamento e Fazenda.

ART.4º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

ART.5º. Revogam-se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, em 14 de agosto de 2020.

VALDENIR JOSÉ DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE.

MAURO ODINEI SOLIANI

Secretário Municipal de Administração

Decreto. n° 001/2013

PORTARIA Nº. 0191/2020 DATA: 14 DE AGOSTO DE 2020

PORTARIA Nº. 0191/2020

DATA: 14 DE AGOSTO DE 2020

SÚMULA:

VALDENIR JOSÉ DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Nova Ubiratã-Mt, no uso de suas atribuições legais, com amparo na Lei Complementar Municipal nº. 061/2013 art. 93.

RESOLVE:

ART. 1º - CONCEDER AFASTAMENTO, ao Servidor Sr. **OUVIDIO EVARISTO NETO,** portador da Cédula de Identidade RG nº. 001020480 SSP/MS e inscrito no CPF nº. 296.176.078-08, efetivo no cargo de **APOIO ADM EDUCACIONAL – MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR**, lotado na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 14 de agosto de 2020, conforme Requerimento expedido pelo Servidor.

ART. 2º O AFASTAMENTO a que se refere o Art. anterior, compreende-se até a data das eleições Municipais, compreendida em 16 de novembro de 2020.

ART. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 4º - Revogadas as disposições em contrário,

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, em 14 de agosto de 2020

VALDENIR JOSE DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE.

MAURO ODINEI SOLIANI

Secretário Municipal de Administração

Decreto. N° 001/2013

PREVIDENCIA MUNICIPAL
EXTRATO DE CONTRATO Nº 003/2020

DO OBJETO: Assessoria previdenciária, assessoria na concessão de benefícios e assessoria jurídica área previdenciária

*CONTRATANTE:*UBIRATÃ-PREVI - Fundo Municipal de Previdência Social de Nova Ubiratã, Estado de Mato Grosso, Autarquia Municipal com CNPJ n.º 07.836.047/0001-39, com sede à Av. Tancredo Neves, n.º 1190 - Centro, neste ato representado por sua Diretora Executiva, Sra. NATHANA SIMONE RUSCH, portadora do RG n.º 10.830.359-0 SSP/PR e do CPF/MF n.º 083.795.319-73.

CONTRATADO: **PERFORMANCE – ASSESSORIA PUBLICA (P. H. DA C. FERREIRA ASSESSORIA PUBLICA-ME) devidamente cadastrada no C.N.P.J. sob n.º 09.517.508/0001-36,** Rua Paineiras Brancas, Nº 08 Quadra 19 – Bairro Jd. dos Ipês – Cuiabá – MT, neste ato representada por PAULO HENRIQUE DA COSTA FERREIRA, Brasileiro, Casado, portador do CPF. 011.073.841-17 e do RG. 1388088-8 SSP/MT*PAGAMENTO:* O valor do presente Contrato com relação á Avaliação Atuarial é de R$ 6.250,00 (Seis Mil Duzentos e cinquenta reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DO EMPENHO: As despesas decorrentes da execução do presente contrato correm por conta da dotação orçamentária sob o n 3.3.90.35.00 - Serviços de Consultoria

DO PRAZO DE EXECUÇÃO: Os serviços, devidamente descritos nas cláusulas anteriores, terão início a partir da assinatura do presente contrato até 13/08/2021, podendo a critério da CONTRATANTE, ser prorrogado através de termo aditivo. DO PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO: O valor acordado entre as partes é de R$ 13.200,00 (Treze Mil e Duzentos Reais) divididos em 12 (Doze) parcelas mensais e consecutivas de R$ 1.100,00 (Hum Mil e Cem reais) que serão pagos à contratada mensalmente, a vencer no dia 30 de cada mês, podendo ser pago até o dia 05 (cinco) do mês subsequente.

PORTARIA Nº. 0190/2020 DATA: 14 DE AGOSTO DE 2020

PORTARIA Nº. 0190/2020

DATA: 14 DE AGOSTO DE 2020

VALDENIR JOSÉ DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

ART. 1º- EXONERAR a pedido, o Sr. **JOSAFÁ LIMA DE OLIVEIRA,** portador da Cédula de Identidade RG nº. 000875126 SESDC/RO e inscrito no CPF nº. 885.778.562-91 do cargo de provimento em comissão de **COORDENADOR DE GESTÃO DE OBRAS, SERVIÇOS PÚBLICOS E FROTAS** lotado na Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços Urbanos.

ART.2º. Revogam-se as disposições em contrário.

ART.3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, em 14 de agosto de 2020

VALDENIR JOSÉ DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE.

MAURO ODINEI SOLIANI

Secretário Municipal de Administração

Decreto. n° 001/2013

PORTARIA Nº. 0192/2020 DATA: 14 DE AGOSTO DE 2020

PORTARIA Nº. 0192/2020

DATA: 14 DE AGOSTO DE 2020

SÚMULA:

VALDENIR JOSÉ DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Nova Ubiratã-Mt, no uso de suas atribuições legais, com amparo na Lei Complementar Municipal nº. 061/2013 art. 93.

RESOLVE:

ART. 1º - CONCEDER AFASTAMENTO, a Servidora Sra. **VERÔNICA RIBEIRO DA SILVA,** portadora da Cédula de Identidade RG nº. 3.521.073 SSP/PE e inscrito no CPF nº. 587.140.574-68, efetiva no cargo de **PROFESSORA**, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 14 de agosto de 2020, conforme Requerimento expedido pela Servidora.

ART. 2º O AFASTAMENTO a que se refere o Art. anterior, compreende-se até a data das eleições Municipais, compreendida em 16 de novembro de 2020.

ART. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 4º - Revogadas as disposições em contrário,

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, em 14 de agosto de 2020

VALDENIR JOSE DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE.

MAURO ODINEI SOLIANI

Secretário Municipal de Administração

Decreto. N° 001/2013

PORTARIA Nº. 0186/2020 DATA: 14 DE AGOSTO DE 2020

PORTARIA Nº. 0186/2020

DATA: 14 DE AGOSTO DE 2020

SÚMULA:

VALDENIR JOSÉ DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Nova Ubiratã-Mt, no uso de suas atribuições legais, com amparo na Lei Complementar Municipal nº. 061/2013 art. 93.

RESOLVE:

ART. 1º - CONCEDER AFASTAMENTO, a Servidora Sra. **CRISTIANE LAZARIN FEIJÓ,** portadora da Cédula de Identidade RG nº. 971.600 SSP/MT e inscrito no CPF nº. 695.457.151-20, efetiva no cargo de **PROFESSO-**

RA, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 14 de agosto de 2020, conforme Requerimento expedido pela Servidora.

ART. 2º O AFASTAMENTO a que se refere o Art. anterior, compreende-se até a data das eleições Municipais, compreendida em 16 de novembro de 2020.

ART. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 4º - Revogadas as disposições em contrário,

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, em 14 de agosto de 2020

VALDENIR JOSE DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE.

MAURO ODINEI SOLIANI

Secretário Municipal de Administração

Decreto. N° 001/2013

PORTARIA Nº. 0185/2020 DATA: 14 DE AGOSTO DE 2020

PORTARIA Nº. 0185/2020

DATA: 14 DE AGOSTO DE 2020

VALDENIR JOSÉ DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

ART. 1º- **EXONERAR a pedido**, o Sr. **ADILSON LUIS LIPPI,** portador da Cédula de Identidade RG nº. 1563149-4 SSP/MT e inscrito no CPF nº. 004.109.371-26, do cargo de provimento em comissão, de **DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE ANALISE AMBIENTAL** lotado na Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

ART.2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

ART.3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, em 14 de agosto de 2020.

VALDENIR JOSÉ DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE.

MAURO ODINEI SOLIANI

Secretário Municipal de Administração

Decreto. n° 001/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
RETIFICAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 009/2.020

AVISO DE RETIFICAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 009/2.020

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA – MT, torna público **A RETIFICAÇÃO** do edital do TOMADA DE PREÇOS nº 009/2.020, publicado no Diário Oficial da União-DF, dia 15/07/2.020 edição 134 seção 3, página 166 - objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE 2 (DUAS) SALAS DE AULA NO CAMPUS UNIVERSTÁRIO DA UNEMAT-NX, CONFORME **ESPECIFICAÇÕES DO PROJETO EXECUTIVO, E PLANILHAS INTEGRANTES DO EDITAL**, conforme edital e seus anexos. Nos termos da legislação pertinente em vigor fica determinada a Data de abertura dos envelopes 03/09/2.020, às 9h00 (horário de Brasília), a integra da retificação encontra-se disponível a todos interessados, no Palácio dos Pioneiros – sala de licitações, sito Avenida Expedição Roncador Xingu, 249 – Centro – St. Xavantina. Os interessados em obter maiores informações e cópia do Edital, poderão fazê-lo junto ao setor de Licitações, através do sitio: https://novaxavantina.mt.gov.br/editais-de-licitac... e/ou e-mail: licitacao@novaxavantina.mt.gov.br

Nova Xavantina – MT, 14 de agosto de 2.020.

Walmir Arruda Costa

Pregoeiro Oficial

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
REVOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 037/2.020

NOTA DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 037/2.020

O Prefeito Municipal de Nova Xavantina – MT, senhor João Batista Vaz da Silva, no uso de suas atribuições legais, resolve *REVOGAR*, o Processo licitatório referente ao Pregão Presencial nº 037/2.020, objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MANUTENÇÃO PREDIAL E OUTROS, COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA E RESPECTIVOS EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO E FARDAMENTOS DO TIPO, ELETRICISTA GERAL, AUXILIAR DE ELETRICISTA E AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, NO MUNICÍPIO DE NOVA XAVANTINA-MT, considerando as razões de interesse público com amparo no artigo 49 da Lei 8. 666/93 e demais legislações pertinentes em vigor, bem como no parecer jurídico nº 139/2020 exarado pelo Assessor Jurídico do Município em 11 de agosto de 2020.

Nova Xavantina – MT, 14 de agosto de 2.020.

João Batista Vaz da Silva

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 1077/2020

PORTARIA N.º 1077/2020

Dispõe sobre a concessão de licença para concorrer a cargo eletivo, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto na Lei Municipal n.º 1.752, de 03 de dezembro de 213, que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina - MT.,* e demais legislação que versa sobre a matéria;

Considerando o requerimento/pedido *licença para concorrer a cargo eletivo* de ***Perillo José Sabino Nunes***, Biólogo, datado de 14 de agosto de 2020, em anexo; **resolve**:

Art. 1º A pedido, concede *licença para concorrer a cargo eletivo* ao servidor(a) público(a) municipal ***Perillo José Sabino Nunes***, Biólogo, Matrícula Funcional 3611, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir do dia 14 de agosto de 2020.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 14 de agosto de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 1066/2020

PORTARIA N.º 1066/2020

Dispõe sobre a concessão de licença para concorrer a cargo eletivo, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto na Lei Municipal n.º 1.752, de 03 de dezembro de 213, que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina - MT.,* e demais legislação que versa sobre a matéria;

Considerando o requerimento/pedido *licença para concorrer a cargo eletivo* de ***Aderivanio Silva Benevides***, Agente de Combate às Endemias, datado de 14 de agosto de 2020, em anexo; **resolve**:

Art. 1º A pedido, concede *licença para concorrer a cargo eletivo* ao servidor(a) público(a) municipal ***Aderivanio Silva Benevides***, Agente de Combate às Endemias, Matrícula Funcional 3823, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir do dia 14 de agosto de 2020.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 14 de agosto de 2020.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
RETIFICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 050/2.020

AVISO DE RETIFICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 050/2.020

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA – MT, torna público a **RETIFICAÇÃO** do edital do Pregão Presencial 050/2.020 que tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR, ZERO QUILÔMETRO, TIPO CAMINHÃO 4X2 CABINE SIMPLES, EQUIPADO COM ITENS PARA "MELOSA" E DEMAIS ITENS PADRÃO, CONFORME DESCRITO NESTE INSTRUMENTO. **Onde se lê**: Data de abertura dos envelopes 18/08/2.020, às 9h00 (horário de Brasília), **leia-se:** Data de abertura dos envelopes 31/08/2.020, às 9h00 (horário de Brasília), a integra da retificação encontra-se disponível a todos interessados, no Palácio dos Pioneiros – sala de licitações, sito Avenida Expedição Roncador Xingu, 249 – Centro – St. Xavantina. Os interessados em obter maiores informações e cópia do Edital, poderão fazê-lo junto ao setor de Licitações, através do sitio: https://novaxavantina.mt.gov.br/licitacoes/pregão -presencial&ano=2020. e/ou e-mail: licitacao@novaxavantina.mt.gov.br

Nova Xavantina – MT, 14 de agosto de 2.020.

Walmir Arruda Costa

Presidente da CPL

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
RETIFICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 049/2.020

AVISO DE RETIFICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 049/2.020

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA – MT, torna público a **RETIFICAÇÃO** do edital do Pregão Presencial 049/2.020 que tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM, TRANSPORTE E FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO, PARA ATENDIMENTO DE PACIENTES E ACOMPANHANTES ORIUNDOS DO MUNICÍPIO DE NOVA XAVANTINA/MT, EM TRATAMENTO MÉDICO-HOSPITALAR NAS UNIDADES DE SAÚDE DA CIDADE DE CUIABÁ/MT. **Onde se lê**: Data de abertura dos envelopes 17/08/2.020, às 9h00 (horário de Brasília), **leia-se:** Data de abertura dos envelopes 01/09/2.020, às 9h00 (horário de Brasília), a integra da retificação encontra-se disponível a todos interessados, no Palácio dos Pioneiros – sala de licitações, sito Avenida Expedição Roncador Xingu, 249 – Centro – St. Xavantina. Os interessados em obter maiores informações e cópia do Edital, poderão fazê-lo junto ao setor de Licitações, através do sitio: https://novaxavantina.mt.gov.br/licitacoes/pregão -presencial&ano=2020. e/ou e-mail: licitacao@novaxavantina.mt.gov.br

Nova Xavantina – MT, 14 de agosto de 2.020.

Walmir Arruda Costa

Presidente da CPL

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
DISTRATO DO CONTRATO Nº 024/2.019

TERMO DE DISTRATO DO CONTRATO Nº 024/2.019

O MUNICÍPIO NOVA XAVANTINA-MT e a empresa PLATINI SIQUEIRA FERRAZ - MEI, inscrita no CNPJ sob o nº 31.976.290/0001-37, objetiva o Distrato do Contrato nº 024/2.019 cujo objeto é Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de oficineiros para ministrar aulas de capoeira para alunos da rede pública municipal de ensino. Este distrato se fundamenta nos termos do edital do certame e nos termos das cláusulas contratuais e é regido pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Nova Xavantina-MT, 14 de agosto de 2.020.

JOÃO BATISTA VAZ DA SILVA

Prefeito Municipal

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 044/2.020

HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 044/2.020

A Prefeitura Municipal de Nova Xavantina – MT, através de seu Pregoeiro Oficial, vem a público divulgar a HOMOLOGAÇÃO da licitação na modalidade Pregão Presencial nº 044/2.020, o qual teve por **Objeto:** REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EMULSÃO ASFÁLTICA E PEDRA BRITADA, PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE NOVA XAVANTINA – MT. Empresas habilitadas e vencedoras:DISTRIBUIDORA BRASILEIRA DE ASFALTO LTDA, inscrita no CNPJ nº 26.917.005/0009-24, com o valor global inicial de R$ 874.500,00 (oitocentos e setenta e quatro mil e quinhentos reais); STRATURA ASFALTOS S.A. inscrita no CNPJ nº 59.128.553/0031-92, com o valor global inicial de R$ 394.400,00 (trezentos e noventa e quatro mil e quatrocentos reais), e CALCÁRIO VALE DO ARAGUAIA LTDA, inscrita no CNPJ nº 05.872.541/0004-76, com o valor global inicial de R$ 296.535,00 (duzentos e noventa e seis mil e quinhentos e trinta e cinco reais).

Nova Xavantina – MT, 14 de agosto de 2.020.

Walmir Arruda Costa

Pregoeiro Oficial

SECRETARIA DE GABINETE
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Tendo em vista a frustração da tentativa de notificação prevista no art.3º, parágrafo primeiro, inciso I, da Lei Municipal nº 1.975/2016, o Município de Nova Xavantina - MT, por intermédio da Analista Tributária, nos termos do inciso II, parágrafo primeiro do art. 3º, da referida Lei Municipal, vem NOTIFICAR os proprietários dos imóveis abaixo discriminados, **em razão do descumprimento dos mandamentos legais previstos.**

Assim sendo, ficam os proprietários notificados, devendo no **prazo máximo de um ano** a partir da publicação desta notificação, **comunicar à Prefeitura de Nova Xavantina uma das seguintes providências, conforme**

art. 4º da Lei Municipal 1975/2016: início da utilização do imóvel, protocolo de alvará de aprovação de projeto de parcelamento do solo ou alvará de aprovação e execução de edificação.

Pontuo que as obras de parcelamento ou edificação deverão iniciar-se no prazo máximo de 2 (dois) anos a partir da expedição do alvará de aprovação do projeto de parcelamento do solo ou alvará de aprovação e execução de edificação, tendo o proprietário o prazo de até 5 (cinco) anos, a partir do início de obras, para comunicar a conclusão do parcelamento do solo, da edificação do imóvel ou da primeira etapa de conclusão de obras no caso de empreendimentos de grande porte.

Destaco por fim que o descumprimento das condições e prazos estabelecidos para parcelamento, edificação ou utilização compulsórios, **ensejam sucessivamente aplicação de Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana Progressivo no Tempo – IPTU Progressivo e desapropriação do imóvel.**

Os proprietários dos imóveis que se encontram em desacordo com a legislação municipal são os seguintes:

Nome do Proprietário	Inscrição do Imóvel	Endereço do imóvel
Adelamar Leonardo de Oliveira	001.25.043.30-A.001	Rua Estevão de Mendonça, Quadra 043, Lote 30-A, Bairro Barro Vermelho em Nova Xavantina – MT.
RCD Agricultura e Pecuária S/A	001.02.004C.21.001	Avenida Araés, Quadra 004C, Lote 21, Bairro União, Nova Xavantina – MT.
RCD Agricultura e Pecuária S/A	001.02.004C.22.001	Avenida Araés, Quadra 004C, Lote 22, Bairro União, Nova Xavantina – MT.
RCD Agricultura e Pecuária S/A	001.02.004C.23.001	Avenida Araés, Quadra 004C, Lote 23, Bairro União, Nova Xavantina – MT.
RCD Agricultura e Pecuária S/A	001.02.004C.24.001	Avenida Araés, Quadra 004C, Lote 24, Bairro União, Nova Xavantina – MT.
Marcio de Freitas Correa	001.10.015.14.001	Travessa Militão Ibiapino, Quadra 015, Lote 14, Centro, em Nova Xavantina – MT.
Giurlanio Ernesto da Silva	001.09.111.08.001	Rua Franca, Quadra 111, Lote 08, Tonetto em Nova Xavantina – MT.
Edilene Barbosa Nascimento	001.11.079.24.001	Rua Presidente João Goulart, Quadra 079, Lote 24, Jardim Alvorada em Nova Xavantina – MT.
Dinamar da Rosa	001.09.067.06.001	Travessa Planaltina, Quadra 067, Lote 06, Bairro Tonetto em Nova Xavantina – MT.
Maria Corrado Ragiotto (Espólio)	001.07.089-B.14.001	Travessa Manaus, Quadra 089B, Lote 14, Bairro Primitivo em Nova Xavantina – MT.
Indústria de Postes Planepe LTDA	001.11.072A.31.001	Rua Oscar Niemayer, Quadra 072-A, Lote 31, Bairro Jardim Alvorada em Nova Xavantina – MT.
Arquias Leão Sobrinho	001.25.043.08.001	Rua Alber Einsten, Quadra 043, Lote 08, Bairro Barro Vermelho em Nova Xavantina – MT.
Maria Pinheiro Santana	001.07.009.14.001	Rua Boa Vista, Quadra 009, Lote 14, Bairro Primitivo em Nova Xavantina – MT.
Edith Maria de Jesus Costa	001.02.004D.22.001	Avenida Araés, Quadra 004-D, Lote 22, Bairro União em Nova Xavantina – MT.
Tereza Pires da Silva	001.07.007.02-A.001	Rua Campina Verde, Quadra 007, Lote 02-A, Bairro Primitivo em Nova Xavantina – MT.

Nova Xavantina – MT, 14 de agosto de 2020.

Rhaymura Y. Gomes Abreu

Analista Tributária

Port.9.365/2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO NORTE

PORTARIA Nº 216/2020

"Concede ao Sr. JOÃO CARLOS DE OLIVEIRA, servidor público municipal, LICENÇA para concorrer o Pleito Eleitoral Municipal de 2020 ao mandato de Vereador 2021/2024, e dá outras providências".

O Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte, Estado de Mato Grosso, Sr.: **SILVANO PEREIRA NEVES,** no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder ao Sr. **JOÃO CARLOS DE OLIVEIRA,** servidor publico municipal, brasileiro, divorciado, portador do RG: nº 1564695-5 SSP/MT e do CPF: nº 548.125.429-87, matrícula nº 684, residente e domiciliado na Avenida Kara José 834, centro, Município de Novo Horizonte do Norte-MT, **LICENÇA** para concorrer às Eleições Municipais de 2020 ao cargo de VEREADOR, nos termos da Lei Complementar nº 64 de 18 de maio de 1990 e da Resolução 23.609/2019, Constituição Federal e considerando ainda o Art.83, §1º da Lei Municipal nº 429/98 - Estatuto dos Servidores Públicos do município de Novo Horizonte do Norte/MT, no período de 14 de agosto a 16 de novembro de 2020.

Parágrafo único – Caso o servidor licenciado não seja aprovada pela convenção partidária, cessará imediatamente esta licença concedida, devendo o servidor retornar ao cargo para o exercício das atividades laborais.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte-MT, 14 de agosto de 2020.

SILVANO PEREIRA NEVES

Prefeito Municipal

PREFEITURA/LICITACAO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO - SRP 008/2020
PROCESSO ADMINISTRATIVO 029/2020

A **Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte - MT**, através de seu pregoeiro nomeado pela Portaria n° 243/2019, torna público que fará realizar licitação, na modalidade Pregão Eletrônico. **Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais e insumos para manutenção do hospital municipal e unidades básicas de saúde,** conforme especificado no anexo I – Termo de referência do edital. A sessão pública será no dia **27/08/2020 ás 09h00min (horário de Brasília/DF)**, através do portal de Compras Públicas no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br. O edital completo está disponível no site oficial deste município www.novohorizontedonorte.mt.gov.br pode ser solicitado por e-mail licitanovohorizontedonorte@gmail.com, mais informações através do telefone (66) 3559-1137.

Novo Horizonte do Norte - MT, 14 de agosto de 2020.

JULIANO GAMBA

Pregoeiro Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 230/2020. DE 13 DE AGOSTO DE 2020

"Dispõe sobre nomeação dos membros do Conselho Curador da Previ-Mundo (Fundo de Previdência Social do município de Novo Mundo), e dá outras providências."

O Senhor **Antonio Mafini** Prefeito Municipal em exercício de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e

Considerando que os servidores públicos membros de Conselhos devem se desincompatibilizar no prazo legal de 3 meses antes das eleições,

R E S O L V E :

Art.1º Alterar a composição do Conselho Curador do Regime Próprio de Previdência Municipal de Novo Mundo – PREVI-MUNDO, Estado de Mato Grosso, Conforme a Lei Ordinária 453/2018, conforme segue:

I – **Representantes do Poder Executivo Municipal:**

Maria Aparecida Ferreira Bessa

Maria De Fatima Dias Dos Santos

II – Representantes do Poder Legislativo Municipal:

Rosana Maria Biazoto

Maira Cardoso De Almeida

III – Representantes dos Segurados da Previdência Municipal:

Membros titulares eleitos:

Casciano Martins Reis

Elias Da Silva Serafim

Claudemir Da Silva Maestre

Joelma Feitosa De Souza Rosas

Suplentes:

Marisa Fatima Gross

Edneusa Duarte Dos Santos

Artigo. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário, em especial a Portaria 392/2018.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito de Novo Mundo/MT, 14 de agosto de 2020

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
AVISO RETIFICAÇÃO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 033/2020 PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2020 TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO, neste ato representada **por sua Pregoeira Oficial**, designada pela Portaria nº. 015/2019, de 02/01/2019, torna público aos interessados que **HOUVE RETIFICAÇÃO NO EDITAL PARA ACRÉSCIMO DE OBEDIÊNCIA A LEI FERRARI N° 6729/1979 E CONVÊNIO ICMS N° 64/2006**, permanecendo inalterada a data ou seja a licitação realizará no dia **24/08/2020**, às 08H00, para a "**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO DE VEICULO TIPO CAMINHÃO 0 KM EQUIPADO COM COLETOR COMPACTADOR DE LIXO, EM ATENDIMENTO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS – SETOP"**. A íntegra do Edital retificado encontra-se disponível no endereço desta instituição, sito à Rua Nunes Freire, 12, Alto da Bela Vista, nesta cidade, onde poderão obter maiores informações a partir das 07H00min às 11H00min e no site oficial do município: www.novomundo.mt.gov.br

Novo Mundo, MT,14 de agosto de 2020.

Luciana Da Silva Betarelo

Pregoeira Oficial

Antônio Mafini

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 231-2020 - EXONERAR ROSELI FAVA MALLMANN - COORDENADORA CRECHE MUNICIPAL

PORTARIA N.º 231/2020.

De 14 de agosto de 2020

"Dispõe sobre Exoneração de servidor em cargo de comissão, e dá outras providências."

O **EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL** de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o cargo,

R E S O L V E:

Art. 1º - EXONERAR, a pedido, para fins de concorrer a cargo eletivo municipal, a Sra. **ROSELI FAVA MALLMANN**, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 10170880 SSP/MT e devidamente inscrita no CPF sob nº. 366.114.681.53, do cargo de **COORDENADORA DA CRECHE MUNICIPAL MUNDO MAGICO**, de provimento em comissão, referência DAS I, lotado na Secretaria Municipal de Educação, e criado através da Lei Complementar nº 069/2019.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria 078/2020.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito de Novo Mundo/MT, 14 de agosto de 2020.

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 229-2020 - AFASTAMENTO PARA ATIVIDADE POLÍTICA

PORTARIA Nº. 229/2020.

De 14 de agosto de 2020.

"***Dispõe sobre concessão de afastamento para atividade política dos Servidores Efetivos, e dá outras providências."***

O **EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL** de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso**,** no uso das atribuições que lhe confere o cargo,

R E S O L V E:

Artigo 1°. Conceder a pedido, Licença para atividade política, para fins de concorrerem a cargo eletivo, sem prejuízo da remuneração dos seguintes servidores efetivos, do período de 15 de agosto de 2020 a 15 de novembro de 2020:

ADRIANO PROPÉRCIO, brasileiro, servidor público, portador da RG 13655027 SSP/MT e do CPF 015.436.201.83, ocupante do cargo de **Agente Comunitário de Saúde**, Matricula n° 985, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

ADRIANO MAFINI BALBINO, brasileiro, servidor público, portador da RG 17297702 SSP/MT e do CPF 007.389.221.10, ocupante do cargo efetivo de **Técnico Administrativo Educacional**, Matricula n° 901, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

AFONSO OSCAR KLEIN, brasileiro, servidor público, portador da RG 1. 411.227 SSP/MT e do CPF 288.416.971.72, ocupante do cargo efetivo de **Vigia**, Matricula n° 2196, lotado na Secretaria Municipal de Obras.

AGNALDO MACHADO DOS SANTOS, brasileiro, servidor público, portador da RG 1464798-2 SSP/MT e do CPF 019.580.771.51, ocupante do cargo efetivo de **Professor**, Matricula n° 3584, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

CLAUDINEI FERREIRA DOMINGUES, brasileiro, servidor público, portador da RG 000770160 SSP/MS e do CPF 559.980.971.49, ocupante do

cargo efetivo de **Motorista**, Matricula n° 942, lotado na Secretaria Municipal de Obras.

CLEBER VALSOLER, brasileiro, servidor público, portador da RG 11814705 SSP/MT e do CPF 832.332.611.87, ocupante do cargo efetivo de **Agente de Fiscalização e Arrecadação**, Matricula n° 961, lotado na Secretaria Municipal de Administração.

DELAINE CRISTINA SANTANA BARROSO, brasileira, servidora pública, portadora do RG 1914055-0 SSP/MT e do CPF 020.762.301.57, ocupante do cargo de **Agente Comunitário de Saúde**, Matricula n° 985, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

JONAS FERNANDES BENTO, brasileiro, servidor público, portador da RG 1788629-5 SSP/MT e do CPF 018.924.921.80, ocupante do cargo de **Agente Comunitário de Saúde**, Matricula n° 2700, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

LUCIANE DE ALMEIDA DONATO MARQUES, brasileira, servidora pública, portadora da RG 8.303.362-2 SSP/PR e do CPF 041.973.909.20, ocupante do cargo de **Enfermeira**, Matricula n° 950, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

MARCOS PEREIRA CUNHA, brasileiro, servidor público, portador da RG 1091656-3 SSP/MT e do CPF 865.848.201.49, ocupante do cargo efetivo de **Agente Administrativo**, Matricula n° 121, lotado na Secretaria Municipal de Administração.

NADIR DOMINGOS DOS SANTOS, brasileira, servidora pública, portadora da RG 508342 SSP/MT e do CPF 299.175.811.20, ocupante do cargo de **Auxiliar de Serviços Gerais**, Matricula n° 850, lotada na Secretaria Municipal de Administração.

ROSELI FAVA MALLMANN, brasileira, servidora pública, portadora da RG 10170880 SSP/MT e do CPF 366.114.681.53, ocupante do cargo de **Professora**, Matricula n° 107, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

ZENIL APARECIDO DE ARAUJO, brasileiro, servidor público, portador da RG 1134411-3 SSP/MT e do CPF 901.337.221.04, ocupante do cargo efetivo de **Apoio Administrativo Educacional (Vigia)**, Matricula n° 2387, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

§ Único - A não apresentação da cópia da ata que comprove a participação do servidor em convenção partidária ou do registro da candidatura do pretenso candidato, no último prazo especificado pela justiça eleitoral (26/09/2020), torna nula a concessão da licença, e os valores pagos a título de remuneração deverão ser restituídos.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito de Novo Mundo/MT, 14 de agosto de 2020.

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTÔNIO

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇO Nº 03/2020

Acha-se aberta Licitação abaixo descrita:

TOMADA DE PREÇO Nº 03/2020 - (PROCESSO Nº 045/2020)

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Novo Santo Antônio – MT, no Exercício das Atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº. 003/2020 de 02 de Janeiro de 2.020, e em consonância pela Lei nº. 8.666/93 de 21/06/1993 e suas alterações posteriores Torna-se Público para conhecimento dos Interessados, que fará realizar-se no dia **02 de Setembro de 2.020, às 14h00 horas (horário de Brasília)** no Endereço, Av. 29 de Setembro, nº 244 – Centro - Novo Santo Antônio – MT - Sede da Prefeitura Municipal, reunião de Recebimento e Abertura das Documentações e Propostas, conforme especificado no **Edital de Tomada de Preços nº. 03/2020, para Obras e Serviços de Engenharia.** Informamos que a Entrega do Edital encontra-se disponível no endereço supracitadoe no site oficial da prefeitura: www.novosantoantonio.mt.gov.br (aba: licitações).

OBJETO LICITAÇÃO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE CONSTRUÇÃO DE MURO DE CONTENÇÃO EM GABIÃO E RECONSTRUÇÃO DE PASSEIO PÚBLICO E ESCADARIA NO CAIS DO RIO DAS MORTES NO MUNICÍPIO DE NOVO SANTO ANTÔNIO, CONFORME PLANO DE TRABALHO**. **JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR LOTE: VALOR ESTIMADO: TOTAL: R$ 1.461.615,25**

LOTE 01 – CONSTRUÇÃO DE MURO DE CONTEÇÃO: R$ 1.308. 683,84;

LOTE 02 – RECONSTRUÇÃO DE PASSEIO PÚBLICO E ESCADARIAS: R$ 152.931,41.

A comissão permanente de licitação estará à disposição dos interessados para a prestação de informações no horário de expediente da prefeitura municipal de Novo Santo Antônio, pelo telefone (66) 3548-1001, e-mail licitacao@novosantoantonio.mt.gov.br

Novo Santo Antônio – MT, 17 de Agosto de 2.020.

GILVAN VIERIA LUZ - Presidente Comissão de Licitação

COVID-19: DECRETO Nº 41/2020 DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

ALTERA A CLASSIFICAÇÃO DE RISCO E AS DIRETRIZES PARA ADOÇÃO, DE MEDIDAS RESTRITIVAS PARA PREVENIR A DISSEMINAÇÃO DA COVID-19 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Adão Soares Nogueira, Prefeito Municipal de Novo Santo Antônio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica proibida a realização de atividades no âmbito do Município de Novo Santo Antônio-MT, conforme abaixo:

a) proibição de qualquer atividade de evento que cause aglomeração, tais como, shows e festas;

b) proibição de qualquer atividade de velório com aglomeração de pessoas, ficando limitado apenas ao núcleo familiar;

c) proibição de qualquer tipo de vendas de ambulantes no município de Novo Santo Antônio;

Art. 2º – Fica autorizado o funcionamento das seguintes atividades conforme abaixo:

a) Prática de futebol amador, apenas treinos, respeitando todas as normas de higiene;

b) funcionamento de serviços odontológicos, respeitando o quantitativo de 02 (dois) pacientes por período matutino e vespertino;

c) Abertura e Funcionamento dos Postos de vendas de Combustíveis e Comércio em Geral em conformidade com o alvará de funcionamento;

Art. 3º – Fica autorizado o funcionamento de Pousadas e Hotéis em conformidade com o alvará de funcionamento, a partir do dia 15 de Agosto de 2020, com as seguintes recomendações:

a) Limitado a 50% (cinquenta por cento) de sua capacidade;

b) Os proprietários deverão informar as equipes de saúde do município a chegada de hospedes em seu estabelecimento, para que seja realizada a triagem dos mesmos;

c) Cumprir com todas as medidas de prevenção, conforme Art. 5º deste Decreto.

Art. 4º – Fica autorizado a pratica de pesca profissional, desportiva e amadora para turistas em todo o município de Novo Santo Antônio, a partir do dia 15 de Agosto de 2020.

Art. 5º – Ficam mantidas todas as medidas de assepsia para prevenção de disseminação do coronavírus, como o uso obrigatório de mascaras e álcool em gel e/ou álcool 70%.

Art. 6º – Fica mantido o TOQUE DE RECOLHER nos seguintes dias da semana: sextas-feiras, sábados e domingos, das 22:00 horas as 05:00 horas da manhã, ficando terminantemente proibida a circulação de pessoas, exceto quando necessário para acesso aos serviços essenciais ou a prestação

Art. 7º – Em caso de agravamento da classificação de risco em dois boletins informativos consecutivos, deve a autoridade municipal adotar as medidas restritivas correspondentes no prazo máximo de 02 (dois) dias.

Art. 8º – A Polícia Militar do Estado de Mato Grosso deve atuar de forma ostensiva no apoio aos fiscais municipais para garantir o cumprimento das medidas restritivas adotadas por decisão de autoridade municipal ou judicial.

Parágrafo único. O descumprimento das medidas restritivas sujeita as pessoas físicas ou os representantes das pessoas jurídicas infratoras à aplicação das sanções administrativas, cíveis e criminais cabíveis pelas autoridades policiais, sanitárias e fiscais estaduais e municipais.

Art. 9º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 14 de Agosto de 2020.

ADÃO SOARES NOGUEIRA - Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA

OUVIDORIA MUNICIPAL
COVID-19: DECRETO N°. 1815 DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

DECRETO N°. 1815 DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

"DISPÕE SOBRE AÇÕES E MEDIDAS PARA MINIMIZAR A PROPAGAÇÃO DO CORONAVIRUS (COVID-19), NO MUNICIPIO DE PARANATINGA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANATINGA, ESTADO DE MATO GROSSO, SR. JOSIMAR MARQUES BARBOSA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E CONSTITUCIONAIS, SOBRETUDO O DISPOSTO NOS ARTIGOS 78, VI; 11, II E 164, TODOS DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL E;

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentação, no âmbito municipal da Lei Federal nº 13.979/2.020, e os Decretos Federais nº 10.282 e 10.288, ambos de 2.020, bem como, a decretação de Calamidade Pública pelo Governo Federal;

CONSIDERANDO que a situação demanda o urgente emprego de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação da doença no Município de Paranatinga;

CONSIDERANDO que as ações a serem implementadas devem zelar pela preservação da dignidade das pessoas e dos direitos humanos, pelo respeito à intimidade e à vida privada e pela necessidade, adequação, razoabilidade e proporcionalidade de tais medidas imediatas visando a contenção da propagação do novo Coronavírus e objetivando a proteção da coletividade;

CONSIDERANDO que a atual situação demanda o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a maior disseminação do Covid-19;

CONSIDERANDO que a liminar deferida nos Autos n. 1001201-94.2020.8.11.0044, que requereu edição de decreto regulamentando as medidas de enfrentamento ao Covid-19, observando o Decreto Estadual n. 522/2020 ou que lhe sucede;

CONSIDERANDO a decisão liminar do E. Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso na ADI 1007811-16.2020.8.11.0000 contra o Decreto Estadual nº 432, de 31/03/2020, bem como o decidido na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental n. 672, no sentido de que, respeitadas as particularidades locais e embasamento técnico, os Estados e Municípios possuem competência para determinar medidas não farmacológicas mais restritivas do que aquelas adotadas pela União;

CONSIDERANDO a inconstante situação vivenciada pela sociedade, ante o comportamento da pandemia causada pelo novo Coronavírus (COVID-19).

CONSIDERANDO a edição do Decreto Estadual n. 573 de 24 de julho de 2020 que versa sobre medidas para enfrentamento do COVID-19.

CONSIDERANDO a competência dos Municípios prevista no art. 23, inciso I da Constituição Federal de 1988;

CONSIDERANDO a necessidade de garantir segurança jurídica às atividades privadas essenciais à saúde, segurança e sobrevivência da população, sem prejuízo da manutenção das medidas sanitárias preventivas à disseminação do coronavírus;

DECRETA:

Art. 1º - Este Decreto dispõe sobre medidas de prevenção, controle e contenção de riscos de espalhar o novo Coronavírus COVID-19. Durante a vigência deste Decreto ficam suspensos todos os eventos presenciais promovidos pela Administração Pública Municipal, os quais doravante poderão ser realizados por meio de áudio ou videoconferência.

Artigo 2º. Para evitar a propagação da pandemia decorrente do Novo Coronavírus (COVID-19) no âmbito deste município, por meio de seus órgãos e entidades, atuará de forma interligada com os demais órgãos competentes nas esferas estaduais e federal, bem como organismos internacionais que estão atuando no combate ao referido vírus.

DAS MEDIDAS NO ÂMBITO DO EXECUTIVO MUNICIPAL

Artigo 3º. Fica determinado que a Secretaria Municipal de Saúde em conjunto com o Departamento de Comunicação realize, de forma urgente, campanhas publicitárias de orientação e precaução ao contágio do Novo Coronavírus (COVID-19), sobretudo aquelas voltadas:

I - à população com idade superior a 60 (sessenta) anos;

II - aos estudantes de escolas públicas e privadas;

III - aos usuários do transporte coletivo;

IV - aos servidores públicos municipais, notadamente das Secretarias Municipais de Saúde, Assistência Social e Educação;

V - aos profissionais que atuam em bares e restaurantes.

Artigo 4º. Os servidores públicos municipais, exceto os indicados no Artigo 8 deste Decreto, acima de 60 (sessenta) anos de idade, gestantes e portadores de comorbidade deverão exercer suas atribuições do cargo pelo sistema home office, conforme orientações de sua chefia imediata.

Parágrafo único. Os casos que dada a natureza da atividade não possibilitem o trabalho pelo sistema home office deverão ser solucionados pela chefia imediata do servidor, nos termos deliberados pelo respectivo Secretário Municipal.

Artigo 5º. Os hospitais e laboratórios públicos e privados, que tiverem casos suspeitos da doença COVID-19, deverão, imediatamente, informar as autoridades sanitárias do Município.

Artigo 6º. Considerar-se-á abuso do poder econômico a elevação arbitrária de preços, sem justa causa, dos insumos e serviços relacionados ao enfrentamento do COVID-19, sujeitando os infratores às penalidades previstas na legislação específica.

Parágrafo único. Competirá ao PROCON Municipal, realizar as medidas de fiscalização necessárias, mediante representação, para fins de observância do disposto no caput do presente artigo, disponibilizando o telefone 66.3573.1332 para informações e denúncias.

Artigo 7º. Fica autorizada a realização de despesas, inclusive com dispensa de licitação, para aquisição de bens/serviços/insumos de saúde, bem como a contratualização de serviços de saúde, destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de que trata este Decreto, mediante prévia justificativa da área competente, ratificada por ato da Secretária de Saúde, com fundamento no Art. 4ª da Lei Federal nº 13.979/2020.

§1º Fica dispensada a instauração de procedimento licitatório para aquisição de bens, serviços, serviço de profissionais da saúde e da assistência social, insumos de saúde e assistência social, destinados ao enfrentamento da propagação decorrente do Novo Coronavírus, nos termos do artigo 24, IV, da Lei nº 8.666/93.

§2º A dispensa a que alude o parágrafo anterior deste artigo é temporária e aplica-se pelo prazo que perdurar a emergência estabelecida neste Decreto, e se realizará sem prejuízo da observância das exigências previstas em lei, em especial o artigo 26 da Lei nº 8.666/93.

Artigo 8º. Durante a vigência da crise, ficam suspensas as concessões de afastamentos e férias aos profissionais vinculados à Secretaria Municipal de Saúde, salvo aos servidores que integram grupo de risco.

§ 1º. Em sendo necessária a contratação temporária de pessoal para as unidades da Secretaria Municipal de Saúde, poderá ser adotado processo simplificado de contratação, que será normatizado em ato específico.

§ 2º. Em havendo necessidade, qualquer servidor poderá ser convocado para prestar serviço em outras secretarias, no âmbito de interesse da administração, dispensando o ato normativo específico para movimentação, devendo apenas ser comunicado ao Departamento de Recursos Humanos.

§3º Servidores acima de 60 (sessenta) anos, gestantes e portadores de comorbidade lotados e/ou vinculados a Secretaria de Saúde poderão ser direcionados a atividades que evitem contato direto com o público, a critério do (a) Secretário (a) pasta.

§4º Todos os médicos servidores efetivos do Município de Paranatinga, independente da especialização e mesmo aprovados em concurso de especialista poderão ser convocados a atuarem como clínico geral, a critério do (a) Secretário (a) pasta.

§5º Demais medidas de alteração de estrutura e funcionamento, visando melhor atender as diretrizes deste Decreto ficarão a cargo do (a) Secretário (a) pasta de Saúde.

Artigo 9º. Os gestores dos contratos de prestação de serviço deverão notificar as empresas contratadas para que, sob pena de responsabilização contratual em caso de omissão que resulte em prejuízo à Administração Pública:

I - adotem todos os meios necessários para o cumprimento das determinações constantes deste Decreto; e

II - conscientizem seus funcionários quanto aos riscos do Coronavírus e quanto à necessidade de reportarem a ocorrência de sintomas de febre ou sintomas respiratórios, de retorno de viagem ou que tenham contato ou convívio direto com casos confirmados, prováveis ou suspeitos.

DAS MEDIDAS DE CONTENÇÃO DE RISCOS NO ÂMBITO MUNICIPAL

Artigo 10. Ficam vedados, por prazo indeterminado, as seguintes atividades:

I- a utilização de nargile, tereré, chimarrão compartilhado em qualquer estabelecimento;

II - aglomerações em praças, parques, balneários, missas, cultos e celebrações religiosas;

III - a suspensão do fornecimento de água;

IV - os jogos e atividades recreativas que exijam mais de quatro pessoas;

V - Show esom ao vivo nos estabelecimentos comerciais e congêneres;

VI – a utilização de ambiente de espera nos estabelecimentos comerciais;

Parágrafo único: Os estabelecimentos de balneário e quiosques a beirario só poderão funcionar mediante apresentação e aprovação do plano de contingenciamento a Vigilância Sanitária, presencial ou por e-mail smsvisaparanatinga@gmail.com.

Artigo 11. Ficam suspensas, por prazo indeterminado, as seguintes atividades:

I – aulas e atividades presenciais na rede pública e privada de ensino: educação infantil, ensino fundamental e médio, os cursos superiores públicos e privados, pré-vestibulares, e demais instituições que mantém cursos de formação e treinamento, com aulas presenciais;

II - realização de concursos e seletivos enquanto perdurar a Pandemia;

III – Os eventos públicos, privados ou particulares, de qualquer natureza (esportivo, cultural, social, etc.) ou ainda aqueles que exijam licença do poder público, bem como festas e confraternizações familiares e congêneres, ainda que realizadas em âmbito domiciliar;

IV – Todas as atividades da Secretaria de Trabalho e Assistência Social que envolvam: crianças; adolescentes; gestantes e idosos e visitas às unidades de acolhimento;

V - A emissão de alvarás especiais para eventos de qualquer natureza, que exijam licença do poder público;

VI - As viagens a serem realizadas pelos servidores públicos municipais decorrentes do exercícios de suas atribuições, salvo se devidamente autorizada pelo Chefe do Poder Executivo;

VII - Todas as ações e eventos das secretarias municipais;

VIII – Casas noturnas, congêneres e demais estabelecimentos dedicados a realização de festas, eventos ou recepções, públicos ou privados, de qualquer natureza (baladas, bailes, festas comunitárias, casamentos, batizados, bingos, formaturas, aniversários e confraternizações e afins) que não necessitam de licença do poder público municipal;

IX – Circos, parques de diversão e congêneres;

§1º Excetua-se do contido do inciso I deste artigo, o curso para formação de brigadista para atuar na Brigada Municipal Mista de Paranatinga-MT, que será realizado entre o Poder Executivo Municipal 6º Cia independente Bombeiro Militar - CIBM Primavera do Leste. (Redação dada pelo Decreto n. 1782/2020);

§2º Os estabelecimentos credenciados ao DETRAN-MT deverão observar normativa expedida pelo próprio órgão, ressalvado o horário determinado no artigo 26 deste Decreto.

Art.12 Ficam permitidas, COM RESTRIÇÕES, as seguintes atividades:

I - A realização de feiras e congêneres, exclusivamente para o comércio de alimentos, sendo que o feirante deverá atender as seguintes medidas:

1.retirada de todos os bancos, mesas e cadeiras do local;

2. uso de touca, máscara, luvas, em caso de alimentos uso de bandeja descartável e plástico filme;

3.álcool a 70% disponível ao público;

4.vedação de consumo no local;

5.disponibilização de uma pessoa para entrega do alimento diversa daquela que irá receber o pagamento;

6.obedecer ao limite de distanciamento de 1,5m (um metro e meio) entre as pessoas;

7. demarcação do local, com espaçamento de 1,5m (um metro e meio) do balcão de atendimento;

8. atendimento preferencialmente delivery, ou a retirada dos produtos no local, devendo disponibilizar telefones e WhatsApp evitando desta forma aglomeração.

II - exercício das atividades de cunho religioso condicionado à adoção, pelos responsáveis, das seguintes medidas:

1. disponibilização de local e produtos para higienização de mãos e calçados;

2. distanciamento mínimo de 1,5m (um metro e meio) entre as pessoas;

3. controle do acesso de pessoas do grupo de risco ao estabelecimento, inclusive pessoas com idade superior a 60 (sessenta) anos;

4. suspensão de qualquer contato físico entre as pessoas;

5. suspensão da entrada de pessoas sem máscara de proteção facial;

6. suspensão da entrada de pessoas, quando ultrapassada em 50% (cinquenta por cento) a capacidade máxima do estabelecimento religioso.

III - Restaurantes, bares, lanchonetes, pizzarias, sorveterias e congêneres terão permissão de atuação da seguinte maneira:

1.Deverá o proprietário do estabelecimento manter um colaborador responsável em realizar e/ou orientar a higienização dos clientes consumidores, bem como, do local;

2. **Ocorrendo nestes estabelecimentos deverá ser realizado mediante a manutenção de espaço de 2m (dois metros) entre as mesas, com a utilização de no máximo 70% da capacidade do ambiente, sendo permitido no máximo 02 (duas) pessoas por mesas**;

3. Quando necessário servir no buffet ou self-service, poderá o comerciante disponibilizar o colaborador que deve utilizar máscara e luvas para servir/montar, ou entrega de luvas descartáveis a cada cliente sempre que for utilizar o buffet. 4. realizar a higienização prévia e periódica no local, e estar fazendo o uso de máscara e luvas, e respeitando as demais normas de higienização; 5. Estipular lotação máxima de pessoas/clientes em razão ao tamanho do estabelecimento comercial, e afixar a informação da metragem e da lotação em local visível. 7. **Das 22h00 as 23h00 somente poderão funcionar na modalidade delivery, vedado o consumo e retirado no local;**

IV - As atividades de supermercados, mercados, mercearias, açougues, padarias, peixaria, atendendo as seguintes medidas:

1. deverão permitir apenas a entrada de até 03 (três) pessoas por caixa em funcionamento, observado o espaçamento de 1,5m (um metro e meio) por pessoa, sendo que as pessoas de atendimento preferencial poderão entrar independentemente de fila;

2. Adotar medidas que evitem a ocorrência de aglomeração, tanto na parte interna quanto externa, e higienização;

3. recomendação ao público de entrada no estabelecimento de apenas uma pessoa por família;

V -A rede hoteleira deverá trabalhar com utilização máxima de 50% (cinquenta por cento) da sua capacidade não incluso nesse percentual os mensalistas, bem como:

1. vedada a utilização da área comum;

2. Aguardar o prazo de 24 (vinte e quatro) horas entre a saída de um hóspede e o ingresso de outro, período em que deverá ser realizado os procedimentos de higienização;

3. Exigir do hóspede preenchimento de formulário a ser entregue em até 24h na Secretaria Municipal de Saúde, em que conste o itinerário de viagem e as condições de saúde (se apresentar sintomas de gripe, febre ou falta de ar), sob pena de sua responsabilidade pessoal;

VI - As academias de musculação, pilates, studio de danças e afins poderá atuar com o máximo de 10 (dez) pessoas por horário, bem como:

1. Agendamento dos usuários;

2. Respeitar o espaçamento de 1,5m (um metro e meio) por aluno;

3. Higienização constante dos equipamentos;

4. É vedado a utilização do bebedor comum.

VII - Salões de estética, cabeleireiro e congêneres, deverá observar:

1. realizar atendimentos apenas mediante agendamento;

2. a permanência na parte interna do estabelecimento de 01 (um) único cliente;

3. mantendo distância mínima de 1,5m (um metro e meio) entre cadeiras;

4. higienização de todos os materiais e superfícies utilizados logo após o uso entre um atendimento e outro.

VIII - A rodoviária funcionará com redução de 50% dos assentos destinados a espera, bem como:

1. A higienização dos balcões das empresas após cada atendimento

2. Proibido a venda e retirada de passagens para pessoas com sintomas respiratórios ou síndrome gripal;

3. Dentro do recinto da Rodoviária deverá disponibilizar um espaço para a equipe da Secretaria de Saúde para realização de triagem e orientação quanto ao Coronavírus para passageiros e funcionários, e, em identificando passageiros sintomáticos respiratórios, se o destino final for Paranatinga, será notificado para que permaneça em isolamento domiciliar por no mínimo 07 (sete) dias.

IX - Os serviços de moto taxi será permitido para entrega de produtos (delivery) como também para o transporte de pessoas, observando:

1. Vedado o transporte de pessoas com idade superior a 60 anos;

2. uso de máscaras;

3. uso de luvas descartáveis;

4. tocas descartáveis para os passageiros;

5. higienização dos veículos e das mãos a cada transporte de passageiros;

6. Orienta aos referidos profissionais que façam uso de capacete aberto e óculos para cada prestação de serviço.

X – Os serviços de taxi ou aplicativo, observando:

1. vedado a utilização do banco dianteiro do passageiro;

2. Proceda a assepsia da parte interna do veículo após a finalização de cada atendimento.

XI - As casas Lotéricas, Bancos, Cooperativas de Créditos, Correspondente Bancários, e congêneres, observando:

1. uso de luvas e máscaras e protetores faciais pelos seus colaboradores;

2. Permitir adentrar ao estabelecido o número de pessoas de acordo com a quantidade de caixas em funcionamento;

3. disponibilizar um colaborador para área interna, observando o horário de funcionamento, e externa da agência no período entre 08h00 as 18h00, a fim de prestar atendimento, orientação, bem como organizar filas com espaçamento de 1,5 metros de cada cliente e distribuição de senhas, evitando desta forma toda e qualquer aglomeração;

4. Adotar medidas como turno de revezamento dos funcionários presenciais das agências bancárias e cooperativas de crédito, sendo que os demais deverão continuar sua atividade em home-office, devendo apresentar a escala/plano quando solicitado pelos agentes de fiscalização;

5. Que seja disponibilizado todos os meios de atendimento on-line, a exemplo das plataformas WhatsApp, aplicativos, telefones, e etc.

XII - **As realizações de velórios sem suspeita de COVID-19 poderão ser realizados em locais abertos, com número máximo de 15 (quinze) pessoas no ambiente:**

1. Ocorrendo óbito pelo COVID-19, deverá ser observado a Nota Técnica GVIMS/GGTES/ANVISA 04/2020 ou a que lhe sucede**.**

XIII **-** O transporte coletivo municipal,sem exceder a capacidade de 50% (cinquenta por cento) de passageiros sentados, bem como:

1. disponibilização de álcool em gel;

2. realizar periodicamente a higiene de maçanetas, portas de acesso, balcões, guichês, maquinas de cartões, entre outros.

XIV - Os escritórios de contabilidade, de advocacia, despachantes, imobiliárias e demais profissionais liberais, poderão realizar os atendimentos, observando:

1. Agendamento de horário;

2. respeitando o espaçamento de 1,5m (um metro e meio) entre as pessoas;

3. realizar periodicamente a higiene de maçanetas, portas de acesso e etc.

XV - As empresas que exerçam atividades na zona rural com funcionários, deverá:

1. realizar escala mensal ou liberar gradativamente os colaboradores que desejem vir a cidade para tratarem de seus assuntos e/ou usufruir o descanso/folga, devendo apresentar a escala/plano a Vigilância Sanitária, presencial ou por e-mail smsvisaparanatinga@gmail.com;

2. adotar medidas que se fizerem necessárias para evitar a aglomeração de pessoas em um mesmo local (exemplo: pagamento de salários com datas alternadas)

3. Em caso de contratação de colaborador que não resida a cidade, deverá ser precedido de teste do Covid-19.

NORMAS CLASSIFICATÓRIAS DE RISCO DE DISSEMINAÇÃO

Artigo 13. Estabelece diretrizes para adoção de medidas não farmacológicas excepcionais, de caráter temporário, restritivas à circulação de pessoas e ao funcionamento das atividades privadas, para a prevenção dos riscos de contágio pelo coronavírus no município de Paranatinga-MT, nas situações que especifica.

§1º Para efeito desde Decreto, consideram-se:

I - taxa de contaminação geral (TCG): é a relação entre o número acumulado de pessoas infectadas no território de determinado município em face ao número de habitantes no município, utilizando dados provenientes do IBGE;

II- casos ativos de COVID 19: pacientes confirmados com a COVID 19 em monitoramento pelas autoridades sanitárias, divulgado diariamente em boletim pela Secretaria de Estado de Saúde;

III - taxa de crescimento da contaminação (TCC): é a relação entre o número acumulado de pessoas infectadas no território do município no dia da divulgação do boletim com o acumulado de (07) sete dias antes, medido e divulgado diariamente em boletim pela Secretaria Municipal de Saúde;

IV - classificação de risco: identifica a situação epidemiológica do Município aferida pela relação entre o número de casos ativos de COVID, a taxa de contaminação geral;

V - boletim informativo: documento divulgado pela Secretaria Municipal de Saúde, diariamente, com a sua respectiva classificação de risco;

VI - isolamento: medida para separar, pelo prazo mínimo de 14 (quatorze) dias, pessoas sintomáticas, assintomáticas e suspeitas, em investigação clínica e laboratorial, das demais de modo a evitar a propagação da infecção e transmissão;

VII - quarentena: medida que tem como objetivo evitar a propagação da pandemia por meio do confinamento obrigatório de pessoas em suas habitações, com restrição ao trânsito de pessoas;

VIII - área de contenção: perímetro delimitado por autoridade municipal na qual a população esteja submetida a intensa ocorrência e expansão da epidemia, onde as intervenções de quarentena e de isolamento coletivo obrigatório serão aplicadas.

§2º Fica instituído a equipe volante de conscientização composta por agentes públicos para instrução, orientação e notificação dos munícipes para o cumprimento do estabelecido neste decreto, e demais normativas oficiais para efetivar o cumprimento das medidas não-farmacológicas no enfrentamento do Covid-19.

Artigo 14. A classificação de risco será divulgada pela Secretaria de Estado de Saúde, observando os preceitos estabelecidos no Decreto Estadual, classificando-os em níveis:

I - Baixo, identificado em verde;

II - Moderado, identificado em amarelo;

III - Alto, identificado em laranja;

IV – Muito Alto, identificado em vermelho;

§1º Atingida determinada classificação de risco, as medidas de restrição correspondentes devem ser aplicadas imediatamente por, no mínimo, 14 (quatorze) dias, ainda que, neste período, ocorra o rebaixamento da classificação do Município.

§2º Em caso de agravamento da classificação de risco em dois boletins informativos consecutivos, deve a autoridade municipal adotar as medidas restritivas correspondentes no prazo máximo de 02 (dois) dias, ainda que não finalizados os 14 (quatorze) dias de aplicação das medidas da classificação anterior.

Artigo 15. Para cada nível de classificação de risco definida no art. 14 deste Decreto, com o objetivo de impedir o crescimento da taxa de contaminação no território e reduzir o impacto no sistema de saúde, fica determinado a adoção das seguintes medidas não-farmacológicas:

I - Nível de Risco BAIXO:

a) evitar circulação de pessoas pertencentes ao Grupo de Risco, conforme definição do Ministério da Saúde;

b) isolamento domiciliar de pacientes em situação confirmada de COVID-19, em caráter obrigatório, por prescrição médica, pelos prazos definidos em protocolos;

c) quarentena domiciliar de pacientes sintomáticos em situação de caso suspeito para de COVID-19, e de daqueles que com ele tiveram contato, em caráter obrigatório, por prescrição médica;

d) disponibilizar, em estabelecimentos públicos e privados, locais adequados para lavagem frequente das mãos com água e sabão e/ou disponibilização de álcool na concentração de 70%;

e) ampliar, em estabelecimentos públicos e privados, a frequência diária de limpeza e desinfecção de locais frequentemente tocados, tais como pisos, corrimãos, maçanetas, banheiros, interruptores, janelas, telefones, teclados de computador, controles remotos, máquinas acionadas por toque manual, elevadores e outros;

f) evitar a realização presencial de reuniões de trabalho e priorizar a realização de atividades de forma remota mediante o uso de ferramentas tecnológicas;

g) controlar o acesso de pessoas em estabelecimentos públicos e privados de modo a garantir o distanciamento mínimo de 1,5m entre as pessoas;

h) vedar o acesso a estabelecimentos públicos e privados de funcionários, consumidores e usuários que não estejam utilizando máscara de proteção facial, ainda que artesanal;

i) manter os ambientes arejados por ventilação natural;

j) observar as determinações das autoridades sanitárias para a contenção de riscos, especialmente quando a atividade exigir atendimento presencial da população, com a orientação aos funcionários sobre o modo correto de relacionamento com o público no período de emergência em saúde pública;

k) Demarcar o chão com 1,5m (um metro e meio) de distância para o atendimento ao público;

II - Nível de Risco MODERADO:

a) implementação e/ou manutenção de todas as medidas previstas para o Nível de Risco BAIXO;

b) quarentena domiciliar para pessoas acima de 60 anos e grupos de risco definidos pelas autoridades sanitárias;

III - Nível de Risco ALTO:

a) implementação e/ou manutenção de todas as medidas previstas para os Níveis de Risco BAIXO e MODERADO;

b) proibição de atendimento presencial em órgãos públicos e concessionárias de serviços públicos, ressalvado os departamentos Tributação e Licitação, devendo ser disponibilizado canais de atendimento ao público não-presenciais e implementação de escala de serviços a fim de evitar aglomeração na repartição pública;

c) Das 17h00 as 22h00 os restaurantes, bares, lanchonetes, pizzarias, sorveterias e congêneres somente poderão funcionar para retirada do produto no local ou na modalidade delivery, sendo vedado o consumo no local;

IV - Nível de Risco MUITO ALTO:

a) implementação e/ou manutenção de todas as medidas previstas para os Níveis de Risco BAIXO, MODERADO e ALTO;

b) quarentena coletiva obrigatória no território do Município, por períodos de 15 (quinze) dias, prorrogáveis, mediante reavaliação da autoridade competente;

c) controle do perímetro da área de contenção, por barreiras sanitárias, para triagem da entrada e saída de pessoas;

§1º Todas as empresas mencionadas no Artigo 3º do Decreto Federal nº 10.282/2020, deverão cumprir as normativas específicas da atividade-fim bem como as medidas de prevenção dispostas neste decreto.

§2º As empresas que exerçam atividades não especificada acima e nem indicada no Artigo 3º do Decreto Federal nº 10.282/2020, deverão realizar constante higienização do ambiente, com atendimento ao público conforme a capacidade de lotação máxima do local, devendo dispensar os trabalhadores com mais de 60 anos, gestantes, e portadores de comorbidade e os que forem diagnosticados com síndrome gripal, e observar demais medidas de biossegurança cabíveis a atividade específica desenvolvida.

§3º Com relação ao transporte coletivo intermunicipal deverá obedecer às normas contidas no Decreto Estadual em vigência.

DISPOSIÇÕES DIVERSAS

Artigo 16. Os moradores em situação de rua deverão se recolher ao local disponibilizado pela Secretaria de Trabalho e Assistência Social, todos os dias para os encaminhamentos necessários, e serão acompanhados pela assistência social com vista a receber os devidos atendimentos e possuírem o auxílio adequado.

Artigo 17. Estabelece a quarentena domiciliar a pessoas acima de 60 (sessenta) anos, pessoas consideradas suspeitas e pessoas confirmadas de infecção do Coronavírus, definidos pela autoridade sanitária.

Parágrafo único. Fica permitido o acesso das pessoas com idade acima de 60 (sessenta) anos nos locais que desenvolvem atividades consideradas essenciais, preferencialmente, supermercados, bancos, farmácias, hospitais e lotéricas, dentre outros estabelecido no Decreto Federal nº 10. 282, de 20 de março de 2020.

Artigo 18. Recomenda-se que todos os estabelecimentos comerciais e públicos deverão realizar periodicamente a higiene de maçanetas, portas de acesso, balcões, guichês, maquinas de cartões, entre outros, visando a devida prevenção ao COVID-19.

Artigo 19. Fica disponibilizado o telefone **(66) 3573-3419**, nos horários de 7h às 11h e 13h às 17h **para denúncias** dos estabelecimentos que não estejam cumprindo as normas sanitárias previstas neste Decreto, bem como as estipuladas pela OMS; ou **Disque Denúncia da Polícia Militar 190** cujo atendimento é 24 (vinte e quatro) horas.

Art. 20. Fica disponibilizado o telefone **Disque Denúncia da Polícia Militar 190** cujo atendimento é 24 (vinte e quatro) horas, para denúncias relacionadas a aglomerações, bem como festas e confraternizações familiares e congêneres.

Parágrafo único O descumprimento das medidas deste decreto ensejará na responsabilização do indivíduo com a respectiva a lavratura de Termo Circunstanciado de Ocorrência pela autoridade policial competente.

Art. 21. A unidade sentinela COVID-19 funcionará de segunda à sexta-feira no horário compreendido entre 07h00 às 11h00 e 13h00 às 17h00, após este horário e nos finais de semana o atendimento será disponibilizado no Pronto Atendimento no município.

Artigo 22. Enquanto vigente o estado de calamidade pública declarado no Decreto Estadual nº 424, de 25 de março de 2020, somente será permitida a circulação de pessoas no município mediante utilização de máscara facial, ainda que artesanal.

§1º Os estabelecimentos públicos e privados, incluindo condomínios horizontais e verticais, comerciais, residenciais ou mistos, que estiverem em funcionamento deverão exigir o uso de máscara de proteção facial, ainda que artesanal, por seus funcionários, colaboradores, clientes, moradores e visitantes para acesso às suas dependências e áreas comuns.

§2º O descumprimento do disposto neste artigo ensejará aplicação sanções estabelecidas no Decreto Estadual n. 465 de 27 de abril de 2020, devendo precedida de notificação de advertência expedida pelo agente público.

Artigo 23. Conforme § 4º do Art. 2º do Decreto Estadual de 20 de março de 2020, as Polícias Militar e Civil, bem como a Defesa Civil deverão apoiar os órgãos sanitários e PROCON para o cumprimento do disposto neste decreto, podendo aplicar, diretamente as penalidades administrativas cabíveis.

Parágrafo Único: O conselho Tutelar deverá realizar advertência inicial (medida protetiva presente no ECA) aos pais e responsáveis em caso de descumprimento das normas sanitárias vigentes em relação ao COVID-19 e se houver reincidência deverá ser encaminhado ao Ministério Público**.**

Artigo 24. O descumprimento de quaisquer artigos acima dispostos, incidirão nas penalidades previstas na Lei Municipal nº 1828 de 26 de novembro de 2019, especialmente a suspensão do alvará de funcionamento e a aplicação de multa.

Artigo 25. Os estabelecimentos comerciais, as autoridades competentes e quem tiver acesso à lista de presença dos locais deverão zelar pelo sigilo e integridade física do indivíduo e seus dados, utilizando-as apenas para o fim que se propõe.

Artigo 26. Fica determinada a proibição de locomoção de qualquer cidadão no território do Município de Paranatinga no período compreendido entre às 22:00 horas até as 05:00 horas da manhã, em todos os dias da semana, pelo prazo definido neste Decreto, excetuando-se:

I - farmácias e laboratórios;

II – funerárias e serviços relacionados;

III – serviços de segurança pública e privada;

IV – serviços de taxi e aplicativo de transporte individual remunerado de passageiros;

V – profissionais da área de saúde;

VI – servidores públicos das áreas de fiscalização ou correlacionado, quando em pleno exercício da função;

VII – **serviços de delivery serão permitidos até às 23:00 horas.**

§1º O descumprimento das medidas restritivas sujeita as pessoas físicas ensejará a lavratura de Termo Circunstanciado de Ocorrência pela autoridade policial competente.

§2º O toque de recolher acima estabelecido, atinge a todos os comércios do Município, ressalvado o contido no art. 12, inciso III, item n. 7, bem como independerá dos horários estabelecidos no alvará de funcionamento.

Artigo 27. Este Decreto entra em vigor a partir de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 15 de agosto de 2020, revogando as medidas contrárias dos Decretos n. 1813 de 08 de agosto de 2020, sendo que este decreto terá validade até de 31 agosto de 2020, podendo ser prorrogado.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga, Estado de Mato Grosso, em 14 de agosto de 2020.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL DE PARANATINGA

OUVIDORIA MUNICIPAL
PORTARIA N° 370 DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

PORTARIA N° 370 DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANATINGA-MT, SR. JOSIMAR MARQUES BARBOSA, NO USO E GOZO DAS SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS:

RESOLVE:

I – CONCEDER nos termosdo artigo 117 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, **AFASTAMENTO** da Servidora Pública Municipal efetivo da **Sra. EVA AUXILIADORA DE SOUSA DANTAS,** Matrícula 1862, portadora do RG sob o nº 10383786 SEJSP/MT e inscrita no CPF/MF sob o nº 831.338.011-04, ocupante do Cargo Efetivo de **PROFESSOR C**, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, sem prejuízo de vencimentos**,** a partir da data de 14/08/2020 até a data do resultado oficial das eleições, para que possa concorrer ao Cargo Eletivo de Vereador no pleito de 2020, conforme pedido de desincompatibilização protocolado pelo próprio servidor.

II – Esta Portaria entra em vigor a partir do dia 14/08/2020, revogadas as disposições em contrário.

III – Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga/MT, 14 de agosto de 2020.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL 38/2020

A Prefeitura Municipal de Paranatinga – MT, através do Pregoeiro **Devenilson da Silva,** nomeado pela **Portaria 025/2020**, torna público para conhecimento dos interessados o resultado da Licitação pela modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 38/2020**, regido pela lei 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal n°1.005/2014, subsidiada pela Lei 8.666/93, tendo por Objeto: Constitui Objeto da Presente licitaçãoo Registro de Preços para Futura e Eventual Contratação de Empresa Especializada em **Fornecimento parcelado de Refeição em Embalagens Individuais - Marmitex e Alimentação/Refeição por Kg,** atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Administração e demais Secretarias de Paranatinga - MT. Conforme especificações contidas no ANEXO I e Termo de Referência do respectivo Edital.Empresas Vencedoras.

NOME DA EMPRESA	CNPJ DA EMPRESA	VALOR TOTAL (R$)
VANDERLEI JOSE BOLSONI - ME	04.369.293/ 0001-30	R$ 444.152,00

Em 14 de agosto de 2020. Pregoeiro Devenilson da Silva.

OUVIDORIA MUNICIPAL
PORTARIA N° 372 DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

PORTARIA N° 372 DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PREMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL OCUPANTE DE CARGO EFETIVO.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA, Prefeito Municipal de Paranatinga, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhes são atribuídas pela Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 164A/2006.

RESOLVE;

Art. 1º- Conceder a **LICENÇA PRÊMIO** pelo período de 90 (noventa) dias ininterruptos a Servidora Pública Municipal **Sra. MARIA NELCI ZARO DUARTE**, Matrícula 1821, portadora do RG sob o nº 2573624-8 SESP/MT e inscrita no CPF/MF sob o nº 004.099.701-40, ocupante do Cargo Efetivo de "**AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS"**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, conforme disposto no Art. 1º da Lei Municipal nº 164A de 20 de Abril de 2006, e em atendimento ao Decreto n. 1764 de 29 de maio de 2020, publicado em 02 de junho de 2020 no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, |Ano XV, n. 3.491.

PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DA LICENÇA
2013/2017	01/09/2020 À 29/11/2020

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - Revogam-se às disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga – MT, 14 de agosto de 2020.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

OUVIDORIA MUNICIPAL
PORTARIA N° 373 DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

PORTARIA N° 373 DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PREMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL OCUPANTE DE CARGO EFETIVO.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA, Prefeito Municipal de Paranatinga, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhes são atribuídas pela Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 164A/2006.

RESOLVE;

Art. 1º- Conceder a **LICENÇA PRÊMIO** pelo período de 90 (noventa) dias ininterruptos a Servidora Pública Municipal **Sra. AMÉLIA APARECIDA SOUZA**, Matrícula 886, portadora do RG sob o nº 331717 SSP/MT e inscrita no CPF/MF sob o nº 853.847.711-00, ocupante do Cargo Efetivo de "**AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS"**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, conforme disposto no Art. 1º da Lei Municipal nº 164A de 20 de

Abril de 2006, e em atendimento ao Decreto n. 1764 de 29 de maio de 2020, publicado em 02 de junho de 2020 no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, |Ano XV, n. 3.491.

PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DA LICENÇA
2012/2016	01/09/2020 À 29/11/2020

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - Revogam-se às disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga – MT, 14 de agosto de 2020.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

LICITAÇÃO
ABERTURA DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL 46/2020

A Prefeitura Municipal de Paranatinga, através do Pregoeiro ***Devenilson da Silva,*** nomeado pela portaria 025/2020, torna público que realizará licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº 46/2020 - REGISTRO DE PREÇOS,** regido pela Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002, subsidiariamente à Lei nº 8.666/93 (e suas alterações posteriores), Decreto Federal 3.555 de 08 de Agosto de 2000, que regulamenta o Pregão e Lei nº 10.520/02, Decreto Municipal nº 1452/2018, 1759/2020, Lei Municipal nº 1909/2020 e Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006 que Institui o Estatuto Nacional da ME da EPP. **Objeto**: Constitui o objeto da Presente Licitação o Registro de Preços para Futura e Eventual **Aquisição de Material Betuminoso (Emulsão Asfáltica) para utilização na Pavimentação asfáltica de ruas e avenidas**, **com Recursos Próprios e Recursos do FETHAB,** atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos de Paranatinga - MT. Conforme especificações contidas no ANEXO I e Termo de Referência do respectivo Edital. Data de abertura **27/08/2020**, quinta-feira **às 08:00 h (Horário Local).** O Edital e os seus Anexos poderão ser retirados no site da Prefeitura **www.paranatinga.mt.gov.br** ou na sede da Prefeitura Municipal de Paranatinga - MT, Sito Av. Brasil, nº 1900 – Centro, mais Informações pelo e-mail: **edital.ptga@hotmail.com** ou Telefone 66 3573-1329/1756. Horário de atendimento é de segunda a sexta-feira das **07 às 11h (Horário Local)**. Em 14 de agosto de 2020. Pregoeiro Devenilson da Silva.

CONTROLADORIA
ORDEM DE SERVIÇO 02/2020 - AUDITORIA SISTEMA DE COMPRAS, LICITAÇÕES.

ORDEM DE SERVIÇOS N.º002/CGM/2020

A Controladoria Geral do Município, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE:

1. INTRODUÇÃO – A presente Ordem de Serviço visa a apresentar diretrizes e orientações para planejamento, execução e elaboração de relatório.

2. UNIDADE EXAMINADA – Todas as Unidades Administrativas do Poder Executivo Municipal.

3. ESCOPO DOS TRABALHOS

ÁREA	OBJETO	PROCEDIMENTOS
Sistema de Compras, Licitações de Contratos.	Compras, licitações.	Auditoria Interna nos procedimentos de aquisições, contratações públicas, Ingressos de Recursos, contabilizações, transparência, prestação de conta, para enfrentamento ao COVID-19.

4. ESTIMATIVA DE PRAZO

ATIVIDADES	INÍCIO	FIM	DIAS ÚTEIS
Planejamento dos trabalhos, levantamento de informações e documentos, emissão de solicitações de auditoria, elaboração do Relatório de Auditoria e Organização dos Papeis de Trabalho.	17/08/2020	31/12/2020	99

5. EQUIPE RESPONSÁVEL

SERVIDOR	CARGO	FUNÇÃO
Edson Paulo dos Santos	Controlador Interno	Coordenador Executor

6. ENTREGA PREVISTA: Em até 31/12/2020 os papeis de trabalho, devidamente organizados, devem ser entregues juntamente com o Relatório de Auditoria.

Paranatinga-MT, 14 de agosto de 2020

Edson Paulo dos Santos

Controlador Interno

LICITAÇÃO
PORTARIA N. º 364/SLC/2020

ATO DE DESIGNAÇÃO DE FISCAL E SUPLENTE DE CONTRATO

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA

Processo: Este Termo de Contrato vincula-se a DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 34/2020 identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

Objeto: Contratação de Empresa especializada para **Aquisição de Protetor Facial Incolor,** em atendimento a Secretaria de Saúde do Município de Paranatinga/MT, com fulcro na Lei Federal 13.979/2020 com redação dada pela Medida Provisória nº 926/2020.

Contratado: SUPERMÉDICA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR – EIRELI, CNPJ 06.065.614/0001-38.

Valor do Contrato:R$: 1.800,00 (hum mil e oitocentos reais). **Vigência DO CONTRATO:**31/07/2020 A 31/08/2020.

O Senhor **Josimar Marques Barbosa**, Prefeito Municipal de Paranatinga Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

R E S O L V E:

I – NOMEAR, a Servidora **Janayle de Faria Miranda, Matrícula nº 5643**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, Fiscal do Contrato nº **061/2020 – Portaria 364/SLC/2020,** que representará a Administração Municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria, conforme **Instrução Normativa SCL nº 07/2019** de 05 de dezembro de 2019, devendo ainda:

II - Na ausência do servidor supra designada, fica designado como suplente a Senhora **Laís Bezerra Buriol Rosas, Matrícula nº 6601**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

DA FISCALIZAÇÃO:

Cada secretaria requisitante indicará no projeto básico/solicitação ao servidor responsável pela gerência e fiscalização dos contratos pertinentes a sua pasta;

O servidor designado como fiscal deverá assinar no verso da nota fiscal, atestando e fiscalizando o recebimento do bem ou serviço e no caso de Obras a medição que deverá ser anexada a nota fiscal, e enviar relatório mensal ao setor de contratos, para análise do objeto pactuado no contrato.

OUTRAS LEGISLAÇÕES:

a) Anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

b) Conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual;

c) Comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades;

d) Exigir que a contratada substitua os equipamentos/produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante;

e) Recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções;

f) Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 73 da Lei n.º 8.666, de 1993, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado;

g) Testar o funcionamento de equipamentos/serviços e registrar a conformidade em documento;

h) Analisar, conferir e atestar as notas fiscais;

i) Encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento;

j) Comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração;

k) Fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista;

l) Verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual;

m) Exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento.

COMPRAS:

a) ler atentamente o termo do contrato e/ou edital/licitação, assim como os anexos e a portaria que designou o fiscal, principalmente quanto à(ao):

I – Especificações do objeto;

II – Prazo de entrega do material;

b) juntar aos autos toda documentação relativa à fiscalização e ao acompanhamento da execução contratual, arquivando, por cópia, a que se fizer necessária;

c) receber a fatura de cobrança, conferindo;

I – Se as condições de pagamento do contrato foram obedecidas;

II – Se o valor cobrado corresponder exatamente aquilo que foi fornecido;

III – Se a nota fiscal tem validade e se está corretamente preenchida;

d) atestar o recebimento dos bens, observando o que dispuser o contrato na hipótese de instalação ou teste de funcionamento;

e) Encaminhar a Nota Fiscal ao setor financeiro para o pagamento;

f) No caso de dúvidas quanto ao atesto, deve-se buscar obrigatoriamente auxílio para que se efetue corretamente a atestação;

g) Notificar o atraso na entrega dos bens, ou o descumprimento de quaisquer cláusula contratuais, ao órgão competente, para aplicação das sanções cabíveis;

h) Manter contato com preposto/representante da contratada com vistas a garantir o cumprimento integral do contrato.

III – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com eficácia a partir de 31 de julho de 2020, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PARANATINGA-MT, EM 14 DE AGOSTO DE 2020.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Gabinete e Publicada por afixação no local de costume, na data supra.

CIÊNCIA DO SERVIDOR DESIGNADO

Janayle de Faria Miranda e Laís Bezerra Buriol Rosas, declaram estar cientes da designação ora atribuídas, e das funções que são inerentes em razão da função.

Janayle de Faria Miranda

Fiscal de Contrato

Laís Bezerra Buriol Rosas

Suplente de Fiscal

OUVIDORIA MUNICIPAL
PORTARIA N° 371 DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

PORTARIA N° 371 DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANATINGA-MT, SR. JOSIMAR MARQUES BARBOSA, NO USO E GOZO DAS SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS:

RESOLVE:

I – CONCEDER nos termosdo artigo 117 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, **AFASTAMENTO** do Servidor Público Municipal Seletivado o **Sr. PEDRO PAULO GOMES FERREIRA DE MENDONÇA,** inscrito no CPF/MF sob o nº 988.213.771-72, e portador do RG sob o nº 1258797-4 SSP/MT, matricula n. 6736, ocupante do Cargo de Seletivo de "**APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL I – VIGIA (T)"**, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, a partir da data de 14/08/2020 até a data do resultado oficial das eleições, para que possa concorrer ao Cargo Eletivo de Vereador no pleito de 2020, conforme pedido de desincompatibilização protocolado pelo próprio servidor.

II – Esta Portaria entra em vigor a partir do dia 14/08/2020, revogadas as disposições em contrário.

III – Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga/MT, 14 de agosto de 2020.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

LICITAÇÃO
PORTARIA N. º 361/SLC/2020

ATO DE DESIGNAÇÃO DE FISCAL E SUPLENTE DE CONTRATO

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA

Processo: Este Termo de Contrato vincula-se a DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 33/2020 identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

Objeto: Contratação de Empresa Especializada para Aquisição de Medicamento **IVERMECTINA** 6mg, prescrito no combate a Coronavirus (COVID-19), em atendimento a Secretaria de Saúde do Município de Paranatinga/MT, com fulcro na Lei Federal 13.979/2020 com redação dada pela Medida Provisória nº 926/2020.

Contratado: INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS – LTDA, CNPJ: 12.889.035/0001-02.

Valor do Contrato:R$: 29.800,00 (vinte e nove mil e oitocentos reais). **Vigência DO CONTRATO:**31/07/2020 A 30/09/2020.

O Senhor **Josimar Marques Barbosa**, Prefeito Municipal de Paranatinga Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

R E S O L V E:

I – NOMEAR, a Servidora **Janayle de Faria Miranda, Matrícula nº 5643**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, Fiscal do Contrato nº **060/2020 – Portaria 361/SLC/2020,** que representará a Administração Municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria, conforme **Instrução Normativa SCL nº 07/2019** de 05 de dezembro de 2019, devendo ainda:

II - Na ausência do servidor supra designada, fica designado como suplente a Senhora **Laís Bezerra Buriol Rosas, Matrícula nº 6601**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

DA FISCALIZAÇÃO:

Cada secretaria requisitante indicará no projeto básico/solicitação ao servidor responsável pela gerência e fiscalização dos contratos pertinentes a sua pasta;

O servidor designado como fiscal deverá assinar no verso da nota fiscal, atestando e fiscalizando o recebimento do bem ou serviço e no caso de Obras a medição que deverá ser anexada a nota fiscal, e enviar relatório mensal ao setor de contratos, para análise do objeto pactuado no contrato.

OUTRAS LEGISLAÇÕES:

a) Anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

b) Conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visitando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual;

c) Comunicar ao Gestor do Contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades;

d) Exigir que a contratada substitua os equipamentos/produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos, inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante;

e) Recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajustes ou correções;

f) Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 73 da Lei n.º 8.666, de 1993, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado;

g) Testar o funcionamento de equipamentos/serviços e registrar a conformidade em documento;

h) Analisar, conferir e atestar as notas fiscais;

i) Encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento;

j) Comunicar à Administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia ou sem conhecimento da Administração;

k) Fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista;

l) Verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à Administração para promoção do possível processo punitivo contratual;

m) Exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento.

COMPRAS:

a) ler atentamente o termo do contrato e/ou edital/licitação, assim como os anexos e a portaria que designou o fiscal, principalmente quanto à(ao):

I – Especificações do objeto;

II – Prazo de entrega do material;

b) juntar aos autos toda documentação relativa à fiscalização e ao acompanhamento da execução contratual, arquivando, por cópia, a que se fizer necessária;

c) receber a fatura de cobrança, conferindo;

I – Se as condições de pagamento do contrato foram obedecidas;

II – Se o valor cobrado corresponder exatamente aquilo que foi fornecido;

III – Se a nota fiscal tem validade e se está corretamente preenchida;

d) atestar o recebimento dos bens, observando o que dispuser o contrato na hipótese de instalação ou teste de funcionamento;

e) Encaminhar a Nota Fiscal ao setor financeiro para o pagamento;

f) No caso de dúvidas quanto ao atesto, deve-se buscar obrigatoriamente auxílio para que se efetue corretamente a atestação;

g) Notificar o atraso na entrega dos bens, ou o descumprimento de quaisquer cláusula contratuais, ao órgão competente, para aplicação das sanções cabíveis;

h) Manter contato com preposto/representante da contratada com vistas a garantir o cumprimento integral do contrato.

III – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com eficácia a partir de 31 de julho de 2020, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PARANATINGA-MT, EM 14 DE AGOSTO DE 2020.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Gabinete e Publicada por afixação no local de costume, na data supra.

CIÊNCIA DO SERVIDOR DESIGNADO

Janayle de Faria Miranda e Laís Bezerra Buriol Rosas, declaram estar cientes da designação ora atribuídas, e das funções que são inerentes em razão da função.

Janayle de Faria Miranda

Fiscal de Contrato

Laís Bezerra Buriol Rosas

Suplente de Fiscal

LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL 40/2020

A Prefeitura Municipal de Paranatinga – MT, através do Pregoeiro **Devenilson da Silva,** nomeado pela **Portaria 025/2020**, torna público para conhecimento dos interessados o resultado da Licitação pela modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 40/2020**, regido pela lei 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal n°1.005/2014, subsidiada pela Lei 8.666/93, tendo por Objeto: Constitui Objeto da Presente licitaçãoo Registro de Preço para futura e eventual Contratação de Empresa Especializada em **Prestação de Serviços de Hospedagem**, para atender as Necessidades da Secretaria Municipal de Administração e demais Secretarias do Município de Paranatinga - MT. Conforme especificações contidas no ANEXO I e Termo de Referência do respectivo Edital.Empresas Vencedoras.

NOME DA EMPRESA	CNPJ DA EMPRESA	VALOR TOTAL (R$)
PREMOLI & CIA LTDA - ME	01.267.079/0001-84	R$ 642.237,50

Em 14 de agosto de 2020. Pregoeiro Devenilson da Silva.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL SRP N°. 018/2020

O departamento de Licitação da Prefeitura Municipal de Pedra Preta, no uso de suas atribuições legais, torna público que fará realizar a licitação a seguir caracterizada:

Modalidade: **EDITAL DE LICITAÇÃO EXCLUSIVO PARA ME, EPP E MEI PREGÃO PRESENCIAL N.º 018/2020.**

OBJETO:Registro de Preços para Futura e Eventual Aquisição de Equipamento e Material Permanente para Atender as Necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social. Conforme condições e especificações constantes neste edital e seus anexos.

Data da Abertura: Dia 02/09/2020 às 13h00min.

O procedimento licitatório obedecerá ao disposto na Lei Federal nº 10.520/2002, Lei Federal nº 8.666/1993, e suas alterações posteriores que lhe foram introduzidas. O Edital completo encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Pedra Preta, localizada na Av. Fernando Correa da Costa, 940, Centro, no horário de expediente (13:00h às 17:00h) e no site da Prefeitura Municipal de Pedra Preta – MT, www.pedrapreta.gov.br. Maiores informações poderão ser obtidas pelo e-mail licitacao@pedrapreta.mt.gov.br ou telefone (66) 3486-4416.

Pedra Preta - MT, 13 de Agosto de 2020.

PAULA CRISTIANE MORAES PEREIRA

Chefe do Departamento de Licitação e Contratos

AVISO DE PRORROGAÇÃO DA ABERTURA DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇO N° 004/2020

TIPO DESTA LICITAÇÃO: "MENOR PREÇO GLOBAL"

A Prefeitura Municipal de Pedra Preta - MT, através da sua Chefe do Departamento de Licitação e Contratos, Instituída pela Portaria n° 445/2019, de 19 de Agosto de 2019, de acordo com a Lei n° 8.666/93 e as alterações que a sucederam, torna-se público para conhecimento dos interessados, a **PRORROGAÇÃO AVISO DO EDITAL DO TOMADA DE PREÇO N° 004/2020 - TIPO DESTA LICITAÇÃO: "MENOR PREÇO GLOBAL"**, que tem por Objeto: **"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE DRENAGEM URBANA NA RUA JATOBÁ (SEGUNDA ETAPA), NO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA – MT"**: Passando a data de abertura para:

Data da Abertura: Dia 03/09/2020 ÀS 13hrs00min.

Data de Cadastramento e Atualização de Cadastro das Empresas: Do Dia 17/08/2020 a 31/08/2020.

O Edital de Prorrogação completo encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Pedra Preta, localizada na Av. Fernando Correa da Costa, 940, Centro, no horário de expediente (13:00h às 17:00h) e no site da Prefeitura Municipal de Pedra Preta – MT, www.pedrapreta.gov.br. Maiores informações poderão ser obtidas pelo e-mail licitacao@pedrapreta.mt.gov.br.

Pedra Preta - MT, 14 de Agosto de 2020.

PAULA CRISTIANE MORAES PEREIRA

Chefe do Departamento de Licitação e Contratos

PORTARIA Nº 586/2020 - DESINCOMPATIBILIZAÇÃO DIASSIS MOREIRA DE AZEVEDO

14 DE AGOSTO DE 2020.

Dispõe sobre desincompatibilização de Servidor Publico Municipal, e dá outras providências.

JUVENAL PEREIRA BRITO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a Declaração enviada pelo Servidor Municipal o Senhor **DIASSIS MOREIRA DE AZEVEDO,**

CONSIDERANDO o cumprimento que dispõe a Legislação Eleitoral pertinente,

CONSIDERANDO, as prerrogativas asseguradas à interessada,

RESOLVE:

ART. 1º - Conceder licença de suas funções para fins eleitorais, ao Servidor Público Municipal o Senhor **DIASSIS MOREIRA DE AZEVEDO**, ocupante do cargo de operador de máquinas lotado na Secretaria Municipal de Viaçao e Obras Públicas de Pedra Preta **– MT,** de acordo com Legislação Eleitoral Vigente.

ART. 2º- O prazo para duração do afastamento do servidor será de acordo com art. 1º, inciso II. Letra "I" da Lei Complementar nº 64/90, como também seus vencimentos.

ART. 3ºA presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 15/08/2020.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MT.

AOS QUATORZE DIAS DO MÊS DE AGOSTO DO ANO DE 2020.

JUVENAL PEREIRA BRITO

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria

Publicada no Diário Oficial AMM

LEI N° 1.208/2020 - AGOSTO DOURADO - MÊS ALEITAMENTO MATERNO

DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

Institui o mês de agosto como o Mês do Aleitamento Materno-Agosto Dourado.

JUVENAL PEREIRA BRITO, Prefeito Municipal de Pedra Preta, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA PROMULGA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica instituído o mês de Agosto Dourado, como o Mês do Aleitamento Materno.

Art. 2° No decorrer do mês de agosto, o poder público e as organizações da sociedade civil sem fins lucrativos poderão fomentar e intensificar ações intersetoriais de conscientização e esclarecimento sobre a importância do aleitamento materno, como:

I - realização de palestras e eventos;

II - divulgação nas diversas mídias;

III - reuniões com a comunidade;

IV - ações de divulgação em espaços públicos;

V - iluminação ou decoração de espaços com a cor dourada.

Art. 3° O mês de Agosto Dourado, como o Mês do Aleitamento Materno passa a integrar o calendário de eventos do município.

Art. 4° Esta Lei poderá ser regulamentada no que couber.

Art. 5ºEsta lei entra em vigor após sua publicação.

Publique-se. Registra-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA - MT

AOS QUATORZE DIAS DO MÊS DE AGOSTO DO ANO DE 2020.

JUVENAL PEREIRA BRITO

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e

Publicado no Diário Oficial.

PORTARIA Nº 585/2020 - LICENÇA PRÊMIO CLEUDECI MARIA DE SOUZA

14 DE AGOSTO DE 2020.

Dispõe sobre LICENÇA PRÊMIO da Servidora Pública Municipal e dá outras providências;

JUVENAL PEREIRA BRITO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO o recebimento do requerimento de Licença Prêmio protocolado pelo Departamento de Recursos Humanos.

CONSIDERANDO que a servidora faz jus a referida, adquirida no período aquisitivo de **23/12/2008 à 23/12/2013.**

RESOLVE:

ART. 1º - Conceder LICENÇA PRÊMIO à servidora CLEUDECI MARIA DE SOUZA, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, ocupante do cargo de Agente Administrativo, a ser usufruída no período de 17**/08/2020 à 17/11/2020.**

ART. 2ºEsta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MT.

AOS QUATORZE DIAS DO MÊS DE AGOSTO DO ANO DE 2020.

JUVENAL PEREIRA BRITO

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria

Publicada no Diário Oficial AMM

LEI N° 1.209/2020 - GRAVAÇÃO DAS SESSÕES DE LICITAÇÕES PÚBLICAS

DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

Dispõe sobre a gravação em áudio e vídeo, das sessões de licitações públicas realizadas pela Administração Pública Municipal, no âmbito do município de Pedra Preta – MT e dá outras providências.

JUVENAL PEREIRA BRITO, Prefeito Municipal de Pedra Preta, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELESANCIONA E PROMULGA A PRESENTELEI:

Art. 1º A Administração Pública Municipal através dos Poderes Executivo e Legislativo deverão promover a gravação em áudio e vídeo de todas as sessões presenciais de licitações realizadas no âmbito de cada ente.

Parágrafo único. Excluem-se do disposto nesta lei os processos licitatórios realizados por meio dos pregões eletrônicos na internet e por compra direta.

Art. 2º As gravações deverão conter todos os atos relativos ao processo de licitação, e não apenas editais.

Art. 3º As gravações das sessões citadas no art. 1º, deverão ser disponibilizadas, na integra, no Portal Transparência do respectivo Poder, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis após o encerramento de cada sessão de licitação.

Art. 4º Esta lei entra em vigor 60 (sessenta) dias após a sua publicação.

Publique-se. Registra-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA - MT

AOS QUATORZE DIAS DO MÊS DE AGOSTO DO ANO DE 2020.

JUVENAL PEREIRA BRITO

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e

Publicado no Diário Oficial.

AVISO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 002/2020

A Prefeitura Municipal de Pedra Preta - MT, através Chefe do Departamento de Licitação e Contratos, Instituída pela Portaria n° 445/2019, de 19 de Agosto de 2019, de acordo com a Lei n° 8.666/93 e as alterações que a sucederam, torna público, para conhecimento dos interessados, a **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**, para a contratação da empresa **LABINBRAZ COMERCIAL LTDA CNPJ: 73.008.682/0001-52,** para AQUISIÇÃO DE Kits Reagentes e Materiais de Procedimentos, para o Aparelho **WIENER MODELO CM200**, pelo período de 12 meses, para atender as necessidades do laboratório do Hospital Municipal **"LUCIANA MARTINS AMORIM"**, no valor total de: **R$: 98.145,60(Noventa e oito mil cento e quarenta e cinco reais e sessenta centavos)**, em cumprimento do estabelecido no artigo nº 25, inciso III, da Lei Federal 8.666 de 21/06/1993.

Pedra Preta – MT, 14 de Agosto de 2020.

PAULA CRISTIANE MORAES PEREIRA

Presidente da C.P.L.

DECRETO Nº 154/2020 - EFETIVAÇÃO VITOR CÉSAR SILVA ITACARAMBI

14 DE AGOSTO DE 2020

Dispõe sobre efetivação no serviço público municipal, o funcionário aprovado no Concurso Público nº 001/2016.

JUVENAL PEREIRA BRITO, Prefeito Municipal de Pedra Preta, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

CONSIDERANDO a aprovação em Concurso Público;

CONSIDERANDO as avaliações funcionais em que constatou a aptidão para o exercício de cargo público;

CONSIDERANDO o cumprimento do estágio probatório;

CONSIDERANDO o regulamento do Concurso Público;

CONSIDERANDO o contido na Constituição Federativa do Brasil.

DECRETA*:*

ART. 1º - Fica efetivado no Serviço Público Municipal, o funcionário concursado relacionado abaixo:

MAT	SERVIDOR	CARGO	ADMISSÃO
5486	Vitor César Silva Itacarambi	Engenheiro Civil	23/08/2017

ART. 2º - A efetivação do funcionário está sujeito ao cumprimento das normas e disciplinas exigidas por Lei em vigor, bem como aquelas que vierem a ser instituídas no que tangem direitos e deveres.

ART. 3º - O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MT

AOS QUATORZE DIAS DO MÊS DE AGOSTO DE 2020.

JUVENAL PEREIRA BRITO

Prefeito

Registrada nesta Secretaria e

Publicada no Diário Oficial.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO INEXIGIBILIDADE, N.º 002/2020

O Prefeito Municipal de Pedra Preta - MT, no uso de suas atribuições legais, regimentais e com fundamento no inciso VI, do art.43, da Lei 8.666/1993 e suas alterações posteriores.

RESOLVE:

HOMOLOGAR: o procedimento licitatório na modalidade **INEXIGIBILIDADE, n.º 002/2020**, que tem por objeto a contratação da empresa **LABINBRAZ COMERCIAL LTDA CNPJ: 73.008.682/0001-52,** para **Aquisição de Kits Reagentes e Materiais de Procedimentos, para o Aparelho WIENER MODELO CM200, pelo período de 12 meses, para atender as necessidades do laboratório do Hospital Municipal "LUCIANA MARTINS AMORIM"**, conforme especificações determinadas na **INEXIGIBILIDADE Nº 002/2020.**

Item	Qtd	Unidade	Cód.	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
01	15	UND	67291	ACIDO URICO LIQUIDO (4 X 100 + 100ML) APARELHO WIENER MODELO CM200	219,0000	3.285,00
02	8	UND	67292	ALBUMINA (6 X 120ML) APARELHO WIENER MODELO CM200	89,0000	712,00
03	15	UND	67293	AMILASE LIQUIDA (3 X 10ML) APARELHO WIENER MODELO CM200	142,0000	2.130,00
01	15	UND	67294	BILIRRUBINA TOTAL LIQUIDA 240ML (4 X 50ML + 2 X 20ML) APARELHO WIENER MODELO CM200	181,0000	2.715,00
02	15	UND	67295	BILIRRUBINA DIRETA LIQUIDA 240ML (4 X 50ML + 2 X 20ML) APARELHO WIENER MODELO CM200	181,0000	2.715,00
03	15	UND	67296	CALCIO COMUM (4 X 50ML) APARELHO WIENER MODELO CM200	107,0000	1.605,00
01	15	UND	67297	CKMB 60ML (1 X 50ML + 1 X 10ML) APARELHO WIENER MODELO CM200	319,0000	4.785,00
02	15	UND	67298	CK NAC LIQUIDO 120ML (5 X 20ML + 1 X 20ML) APARELHO WIENER MODELO CM200	327,0000	4.905,00
03	15	UND	67299	COLESTEROL ENZIMATICO AA LIQUIDA (4 X 100ML) APARELHO WIENER MODELO CM200	328,0000	4.920,00
01	8	UND	67300	COLINESTERASE AA LIQUIDA 60ML (1 X 50ML + 1 X 10ML) APARELHO WIENER MODELO CM200	179,0000	1.432,00
02	15	UND	67301	CREATININA LIQUIDA 250ML (2 X 100ML + 2 X 25ML) APARELHO WIENER MODELO CM200	87,0000	1.305,00
03	8	UND	67302	FERRO AA LIQUIDA 120 ML (1 X 100ML + 1 X 20ML)	116,0000	928,00
01	15	UND	67303	FOSFORO 100ML APARELHO WIENER MODELO CM200	61,0000	915,00
02	15	UND	67304	FOSFATASE ALCALINA LIQUIDA 100ML APARELHO WIENER MODELO CM200	95,0000	1.425,00
03	15	UND	67305	GAMA GT LIQUIDA 100ML (4 X 20ML + 1 X 20ML) APARELHO WIENER MODELO CM200	238,0000	3.570,00
01	15	UND	67306	GLICOSE LIQUIDA (4 X 250ML) APARELHO WIENER MODELO CM200	146,0000	2.190,00
02	20	UND	67307	HDL COLESTEROL PLUS (60 + 20ML) APARELHO WIENER MODELO CM200	414,0000	8.280,00
03	20	KIT	67308	CALIBRADOR A PLUS (2 X 3ML) APARELHO WIENER MODELO CM200	154,1000	3.082,00
01	15	UND	67309	LIPASE LIQUIDA 32ML (A 1 X 20ML + B 1 X 12ML)	436,0000	6.540,00
02	15	UND	67310	LDH LIQUIDO 100ML APARELHO WIENER MODELO CM200	329,0000	4.935,00
03	15	UND	67312	MAGNESIO 2 X 50ML APARELHO WIENER MODELO CM 200	74,0000	1.110,00
01	8	UND	67313	PROTEINAS TOTAIS 6 X 120ML APARELHO WIENER MODELO CM200	95,0000	760,00
02	15	UND	67314	TGO LIQUIDA 200ML (4 X 40ML + 1 X 40ML) APARELHO WIENER MODELO CM200	137,0000	2.055,00
03	15	UND	67315	TGP LIQUIDA 200ML (4 X 40ML + 1 X 40ML) APARELHO WIENER MODELO CM200	137,0000	2.055,00
01	15	UND	67316	TRIGLICERIDES LIQUIDO (4 X 100ML) APARELHO WIENER MODELO CM200	476,0000	7.140,00
02	15	UND	67317	UREIA LIQUIDA 60ML (1 X 50ML + 1 X 10ML) APARELHO WIENER MODELO CM200	285,0000	4.275,00
03	20	KIT	62616	SORO CONTROLE NORMAL E PATOLOGICO 6X5ML APARELHO WIENER MODELO CM200	251,0000	5.020,00
01	2	UND	67318	CUBETAS DE INCUBAÇAO PCT COM 1000, APARELHO WIENER MODELO CM200	1.848,0000	3.696,00
02	1	FRASC	67319	TWEEN 20, 20ML	61,1000	61,10
03	5	PACOTE	67322	CUBETAS DE AMOSTRA PCTE COM 100, APARELHO WIENER MODELO CM200	1.305,9000	6.529,50
01	2	CAIXA	67373	KIT PARA MANUTENÇAO PREVENTIVA ANUAL DO APARELHO WIENER MODELO CM200	1.535,0000	3.070,00
				Total		**98.145,60**

ADJUDICAR o objeto licitado da Empresa abaixo relacionada.

Razão social: **LABINBRAZ COMERCIAL LTDA CNPJ: 73.008.682/0001-52 CNPJ: 73.008.682/0001-52.**

Valor da Proposta de **R$ 98.145,60 (Noventa e oito mil cento e quarenta e cinco reais e sessenta centavos).**

Proceda - se a contratação da empresa**: LABINBRAZ COMERCIAL LTDA CNPJ: 73.008.682/0001-52 CNPJ: 73.008.682/0001-52.**

Pedra Preta - MT, 14 de Agosto de 2020.

_____

JUVENAL PEREIRA BRITO

PREFEITO

LEI N° 1.204/2020 - DENOMINAÇÃO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL-ADEVALDO RODRIGUES ASSUNÇÃO

DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

Dispõe sobre a denominação o Centro de Atenção Psicossocial do Município de Pedra Preta-MT.

JUVENAL PEREIRA BRITO, Prefeito Municipal de Pedra Preta, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA PROMULGA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica denominado de Adevaldo Rodrigues Assunção o Centro de Atenção Psicossocialdo Município de Pedra Preta-MT;

Art. 2ºEsta lei entra em vigor após sua publicação.

Publique-se. Registra-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA - MT

AOS QUATORZE DIAS DO MÊS DE AGOSTO DO ANO DE 2020.

JUVENAL PEREIRA BRITO

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e

Publicado no Diário Oficial.

LEI N° 1.205/2020 - MAIO LARANJA

DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

Institui o mês Maio Laranja, dedicado ao enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes, e dá outras providências.

JUVENAL PEREIRA BRITO, Prefeito Municipal de Pedra Preta, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA PROMULGA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica instituído o mês Maio Laranja, dedicado ao enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes.

Art. 2º Durante o mês de maio, a critério dos gestores, serão realizadas atividades para conscientização, prevenção, orientação e combate ao abuso e exploração sexual da criança e do adolescente.

Art. 3ºEsta Lei poderá ser regulamentada no que couber;

Art. 4ºEsta lei entra em vigor após sua publicação.

Publique-se. Registra-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA - MT

AOS QUATORZE DIAS DO MÊS DE AGOSTO DO ANO DE 2020.

JUVENAL PEREIRA BRITO

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e

Publicado no Diário Oficial.

LEI N° 1.206/2020 - ATENDIMENTO PREFERENCIAL À PESSOAS COM FIBROMIALGIA

DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

Dispõe sobre o atendimento preferencial às pessoas com fibromialgia nos locais que especifica e dá outras providências.

JUVENAL PEREIRA BRITO, Prefeito Municipal de Pedra Preta, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA PROMULGA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. Ficam os órgãos públicos, empresas públicas, empresas concessionárias de serviços públicos e empresas privadas localizadas no Município de Pedra Preta, obrigadas a dispensar, durante todo o horário de expediente, atendimento preferencial às pessoas com fibromialgia;

Art. 2° As empresas comerciais que recebem pagamentos de contas deverão incluir as pessoas com fibromialgia nas filas de atendimento preferencial já destinadas "as pessoas com deficiências, pessoas idosas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, as gestantes, as lactantes e as pessoas acompanhadas por crianças de colo terão atendimento prioritário, de acordo com a Lei nº 10.741/03;

Art. 3° A identificação dos beneficiários se dará por meio de cartão expedido, gratuitamente, pela Secretaria Municipal de Saúde;

Art. 4° Esta Lei poderá ser regulamentada no que couber;

Art. 5ºEsta lei entra em vigor após sua publicação.

Publique-se. Registra-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA - MT

AOS QUATORZE DIAS DO MÊS DE AGOSTO DO ANO DE 2020.

JUVENAL PEREIRA BRITO

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e

Publicado no Diário Oficial.

LEI N° 1.207/2020 - DIA DA FIBROMIALGIA

DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

Institui o Dia Municipal de conscientização e enfrentamento à Fibromialgia; e dá outras providências.

JUVENAL PEREIRA BRITO, Prefeito Municipal de Pedra Preta, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA PROMULGA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. Fica instituído o Dia da Fibromialgia a ser comemorado anualmente em 12 de maio, com o objetivo de conscientização da população sobre a doença.

Art. 2° Na semana em que incidir o dia 12 de maio, em cada ano, a Secretaria Municipal de Saúde desenvolverá, em todo o município, campanhas educativas e de esclarecimento à população e aos profissionais de saúde sobre a Fibromialgia, seus sinais e sintomas e formas de melhorar a qualidade de vida dos doentes.

Art. 3° As unidades integrantes do Sistema Único de Saúde – SUS – promoverão atividades e campanhas consoante o disposto no artigo anterior.

Art. 4° Esta Lei poderá ser regulamentada no que couber;

Art. 5ºEsta lei entra em vigor após sua publicação.

Publique-se. Registra-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA - MT

AOS QUATORZE DIAS DO MÊS DE AGOSTO DO ANO DE 2020.

JUVENAL PEREIRA BRITO

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e

Publicado no Diário Oficial.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 043/2020

ATA DE REGISTRO DE PREÇO (ARP) que entre si celebram o Município de Peixoto de Azevedo-MT, por intermédio da Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo e as empresas vencedoras do certame licitatório referente ao Pregão Presencial – SRP nº 043/2020, tendo por OBJETO**: "REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE (MOTORES, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS), ATENDENDO AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO/MT, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA".**

O MUNICÍPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO-MT, pessoa jurídica de direito interno público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 03.238.631/0001-31, com sede administrativa à Rua Ministro César Cals, 226 – Centro – Peixoto de Azevedo-MT, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, o **Sr. Mauricio Ferreira de Souza**, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG 3.462. 335-0 SSP/PR e CPF 408.557.409-49, residente e domiciliado a Rua Itamar Dias, nº 363, Bairro Centro Novo, nesta Cidade de Peixoto de Azevedo-MT em obediência geral a Lei nº 10.520 de 17/07/2002, pelo Decreto Municipal nº 006/2010 e subsidiariamente pela Lei nº 8.666 de 21/06/1993 (e suas alterações posteriores) e, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº 043/2020 Ata de julgamento de Preços, e homologada pelo ordenador de despesas desta Prefeitura, RESOLVEM registrar os preços da(s) empresa vencedora(s) que incidirá no valor do(s) MATERIAL(IS), nas quantidades estimadas anuais, de acordo com a classificação por ela alçada no item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório, Termo de Referência e seus anexos e as constantes desta ARP, para formação do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – SRP destinado a contratações futuras sujeitando-se as partes normas constantes das Leis e Decretos supracitados e em conformidade com as disposições a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto IMEDIATO do presente instrumento de registrar os preços UNITÁRIOS obtido na licitação PREGÃO PRESENCIAL – SRP nº 043/2020; enquanto o objeto MEDIATO será contratação futura das empresas **CARPAU PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA - ME (CNPJ 08.887.033/0001-07); CLEVER JUNIOR FERREIRA TRUILHO - ME (CNPJ 23.029.774/0001-40); MUDAR COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO FERRAMENTAS E EPI´S LTDA - EPP (CNPJ 14.888.303/0001-05); MULTUS COMERCIAL LTDA - EPP (CNPJ 24.753.864/0001-42)**, visando o fornecimento do(s) MATERIAL(IS) constante(s) do aludido do anexo 1 que acompanhou o Edital da citada licitação e que ora o integra.

1.2. As quantidades a serem fornecidas, constantes do anexo 1 que acompanhou o Edital da licitação, poderá, nos limites do art. 65 da Lei 8666/93, serem acrescidas de conformidade com a demanda do período de vigência desta ARP.

1.3. Este instrumento não obriga o Órgão a efetivar a total aquisição nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) MATERIAL(IS), obedecidas a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VENCEDORA, DA ESPECIFICAÇÃO, QUANTIDADE, MARCA E PREÇO

2.1. A licitante vencedora, o item, quantidade, unidade, especificação, marca, fornecedor, e o preço unitário estão registrados nessa ARP, e encontram-se indicados na tabela abaixo:

2.2. Registro de Preço das empresas **CARPAU PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA – ME** inscrita no CNPJ sob o Nº 08.887.033/0001-07 localizada na rua Lauro Leite, nº 82, Centro antigo na cidade de Peixoto de Azevedo – MT CEP 78530-000 representada pelo seu sócio proprietário senhor Walter das Neves Mendanha CPF nº 326.268.511-91 RG sob o nº 05904706 SJ/MT residente e domiciliado na rua 12, nº 139, Santa Izabel na cidade de Peixoto de Azevedo – MT; **CLEVER JUNIOR FERREIRA TRUILHO - ME** inscrita no CNPJ sob o Nº 23.029.774/0001-40 localizada na rua Avenida Rotary Internacional, nº 410-A, Aeroporto na cidade de Peixoto de Azevedo – MT CEP 78530-000 representada pelo seu proprietário senhor Clever Junior Ferreira Truilho CPF nº 024.195.741-92 RG sob o nº 135898854 SSP-MT residente e domiciliado na Travessa Pompeia, nº 111, Alvorada na cidade de Peixoto de Azevedo – MT; **MUDAR COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO FERRAMENTAS E EPI´S LTDA - EPP** inscrita no CNPJ sob o Nº 14.888.303/0001-05 localizada na Avenida Beira rio nº 1700, Praeiro na cidade de Cuiabá – MT CEP 78070-500 representada pelo seu sócio proprietário senhor Thiago Freitas do Nascimento CPF nº 027.911.441-96 RG sob o nº 16081293 SSP/MT residente e domiciliado na rua Pascoal, nº 211, Praeirinho na cidade de Cuiabá – MT; **MULTUS COMERCIAL LTDA - EPP** inscrita no CNPJ sob o Nº 24.753.864/0001-42 localizada na rua Luiz Antônio de Figueiredo, nº 10, Quadra 05, Jardim Petrópolis na cidade de Cuiabá – MT CEP 78070-090 representada pelo seu sócio proprietário senhor Rodoaldo Santos da Costa CPF nº 545.636.401-82 RG sob o nº 688340 SSP/RO residente e domiciliado na Avenida das Palmeiras, nº 27, Condomínio Rio Coxipó, Jardim Imperial na cidade de Cuiabá – MT;

Planilha demonstrativa dos preços:

CARPAU PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA - ME (CNPJ 08.887.033/0001-07)

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
308423	VULCANIZADOR PARA CAMARA DE AR DE AUTOS E CAMINHOES 220V	2	UN - UNIDADE	VILUZ	R$ 600,00	R$ 1.200,00
308182	SOPRADOR DE FOLHAS: POTENCIA MINIMA DE 0,7 KW/, POTENCIA SONORA MAXIMA DE 105[DB(A)], MOTOR ALIMENTADO A GASOLINA COM NO MINIMO 27CC. VELOCIDADE DO AR EMITIDO DE NO MINIMO 60 M/S.VOLUME DE AR IGUAL OU SUPERIOR A 730 M³/H	5	UN - UNIDADE	HUSQVARNA	R$ 1.099,00	R$ 5.495,00
308214	SERRA CIRCULAR PARA MADEIRA: POTENCIA MINIMA DE 2000W, ROTACAO MINIMA DE 4000 RPM, DISCO COM MEDIDA MINIMA DE 270MM (10.1/4-POLEGADAS) 24 DENTES.220V	6	UN - UNIDADE	WESCO	R$ 635,00	R$ 3.810,00
308216	SERRA ELETRICA - CIRCULAR MARMORE, COM POTENCIA MINIMA DE DE 1400 WATTS, ROTACAO MINIMA DE 12000 RPM, PROFUNDIDADE MINIMA DO CORTE A 90o DE 40MM. COM VOLTAGEM DE 220V.	6	UN - UNIDADE	WESCO	R$ 305,00	R$ 1.830,00
308335	MOTOR-BOMBA SUB. 3.0CV, "6", RECALQUE 1.1/2, MONOFASICA - FABRICACAO NACIONAL, PRESSAO MINIMA 55MCA, VAZAO MINIMA 3.6 METROS CUBICOS HORA.	26	UN - UNIDADE	LEAO	R$ 5.870,00	R$ 152.620,00

308338	MOTOR-BOMBA SUB. 3.0CV, "4", RECALQUE 1.1/2, MONOFASICA - FABRICACAO NACIONAL, PRESSAO MINIMA 55,5MCA, VAZAO MINIMA 1.5 METROS CUBICOS HORA.	19	UN - UNIDADE	LEAO	R$ 3.570,00	R$ 67.830,00
309148	MOTOBOMBA A GASOLINA, AUTOESCORVANTE DE 3"(POLEGADAS), MOTOR 4T, 7,0 CV, 207,8 CIL., CAPACIDADE DO TANQUE DE COMBUSTIVEL DE 3,6LT, ALTURA MANOMETRICA DE NO MINIMO 25MCA, VAZAO MINIMA DE 58 METROS CUBICOS HORA	3	UN - UNIDADE	BUFALLO	R$ 1.545,00	R$ 4.635,00
308544	LAVADORA DE ALTA PRESSAO, 127V, POTENCIA MINIMA DE 1.6/2.0 (KW), VAZAO MAXIMA DE NO MINIMO 460 L/H, ACOMPANHADA DE MANGUEIRA PROPRIA PARA LAVADORA DE ALTA PRESSAO COMPATIVEL COM O MODELO A SER FORNECIDO COM NO MINIMO 5 METROS DE COMPRIMENTO	4	UN - UNIDADE	TEKNA	R$ 800,00	R$ 3.200,00
308178	FURADEIRA PARAFUSADEIRA 12.V, MANDRIL DE 1/4",TORQUE MINIMO DE 15 N.M, VELOCIDADE GRADATIVA, COM OPCAO MOVIMENTO REVERSO, ACOMPANHADA DE 01 BATERIA DE IONS DE LITIO E 01 CARREGADOR DE BATERIA BIVOLT (110/220)	10	UN - UNIDADE	WESCO	R$ 390,00	R$ 3.900,00
308193	ESMERILHADEIRA ANGULAR, POTENCIA MINIMA DE 800W, DISCO COM MEDIDA MINIMA DE 115MM DE DIAMETRO, CAPA DE PROTECAO AJUSTAVEL, BOTAO TRAVA PARA TROCA DE DISCO, ROTACAO MINIMA DE 11.000 RPM.TENSAO 220V	6	UN - UNIDADE	WESCO	R$ 315,00	R$ 1.890,00
308190	CHAVE DE IMPACTO PNEUMATICA DE 1/2", CORPO EM LIGA DE ALUMINIO, EMPUNHADURA EMBORRACHADA, VELOCIDADE LIVRE DE NO MINIMO 8000 RPM, ENTRADA DE AR DE 1/4" NPT PARA MANGUEIRA DE 3/8" DE DIAMETRO, PRESSAO DE OPERACAO DE 90 PSI.	6	UN - UNIDADE	PDR PRO	R$ 650,00	R$ 3.900,00
TOTAL FORNECEDOR.....						**R$ 250.310,00**

CLEVER JUNIOR FERREIRA TRUILHO - ME (CNPJ 23.029.774/0001-40)

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
308183	PODADOR MOTOPODA COM HASTE DE EXTENSAO QUE POSSIBILITE ALCANCE MINIMO DE 4M DE ALTURA, MOTOR 2 TEMPOS A GASOLINA COM NO MINIMO 33CC(CILINDRADAS)	8	UN - UNIDADE	TOYAMA	R$ 1.890,00	R$ 15.120,00
TOTAL FORNECEDOR.....						**R$ 15.120,00**

MUDAR COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO FERRAMENTAS E EPI´S LTDA - EPP (CNPJ 14.888.303/0001-05)

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
308334	PODADOR A GASOLINA: POTENCIA MINIMA DE 1,00 CV, COM NO MINIMO 22CC(CILINDRADAS), LAMINA DE NO MINIMO 60CM DE COMPRIMENTO.	4	UN - UNIDADE	TOYAMA	R$ 1.487,00	R$ 5.948,00
308337	MOTOR-BOMBA SUB. 6.0CV, "6", RECALQUE 1.1/2, MONOFASICA - FABRICACAO NACIONAL, PRESSAO MINIMA 105MCA, VAZAO MINIMA 3.6 METROS CUBICOS HORA.	18	UN - UNIDADE	EBARA	R$ 6.899,00	R$ 124.182,00
308336	MOTOR-BOMBA SUB. 5.0CV, "6", RECALQUE 1.1/2, MONOFASICA - FABRICACAO NACIONAL, PRESSAO MINIMA 90MCA, VAZAO MINIMA 3.6 METROS CUBICOS HORA.	19	UN - UNIDADE	EBARA	R$ 7.144,00	R$ 135.736,00
308207	GUINCHO HIDRAULICO CAPACIDADE PARA 1TONELADA, COM ELEVACAO MINIMA DE 1750MM DE ALTURA E COMPRIMENTO DE 1,40 METROS(M), PES EM (V), BRACO MOVEL (QUE POSSIBILITE RECOLHER E ESTENDER.)ACOMPANHADO DE CORRENTE E GANCHO.	2	UN - UNIDADE	RIBEIRO	R$ 2.669,00	R$ 5.338,00
TOTAL FORNECEDOR.....						**R$ 278.949,00**

MULTUS COMERCIAL LTDA - EPP (CNPJ 24.753.864/0001-42)

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
308223	ROCADEIRA LATERAL TIPO GUIDAO: MOTOR A GASOLINA,POTENCIA MINIMA DE 1,5 KW/2,0 HP, ROTACAO MINIMA DE 12.000 RPM,CILINDRADA 41,0 CM3 NO MINIMO, DEVENDO ACOMPANHAR 01 LAMINA DE CORTE DE 2 DUAS PONTAS (FACA) E 01 LAMINA DE CORTE DE 3 PONTAS.	11	UN - UNIDADE	VR430H / VULCAN	R$ 1.289,00	R$ 14.179,00
308179	TESTADOR DE BATERIA DIGITAL COM IMPRESSORA .ALIMENTACAO ATRAVES DE BATERIA, TENSAO DE ENTRADA 1,5 A 17,0V, TENSAO CRANK DE 4,00 A 12,00V E TEMPERATURA DE OPERACAO ENTRE 18C E 55C (GRAUS CELSIUS).	5	UN - UNIDADE	TBV 1400 / VONDER	R$ 1.530,00	R$ 7.650,00
308181	MOTOSSERRA A GASOLINA+ OLEO 2 TEMPOS, SABRE DE NO MINIMO 45CM DE COMPRIMENTO, CORRENTE COM 36 DENTES, MOTOR DE NO MINIMO 2,2 HP,TORQUE MINIMO DE 2NM, MINIMO 40CC.	3	UN - UNIDADE	VSL 550/ VULCAN	R$ 1.179,00	R$ 3.537,00
308209	MACACO HIDRAULICO TIPO JACARE: CAPACIDADE MINIMA DE 1,5 TONELADAS, MEDINDO NO MINIMO 1300 MM DE COMPRIMENTO X 150 MM DE LARGURA, PROJECAO MINIMA DO PISTAO DE ELEVACAO DE 600 MM(60 CM).	8	UN - UNIDADE	RIBEIRO	R$ 1.085,00	R$ 8.680,00
308218	FURADEIRA DE IMPACTO,TIPO PROFISSIONAL 220V: COM EMPUNHADURA AUXILIAR. POTENCIA MINIMA DE 750W, ACOMPANHADA DE CHAVE DE MANDRIL, MANUAL DE INSTRUCAO.	10	UN - UNIDADE	HP1640 / MAKITA	R$ 389,00	R$ 3.890,00
308180	MULTIMETRO DIGITAL CATEGORIA LII- CAT III,TENSAO 600V, VISOR EM LED, RETRO ILUMINACAO BRANCA, ACOMPANHADO DE CABOS DE TESTES E BATERIA DE 9V, APRESENTAR MEDICOES PRECISAS.	5	UN - UNIDADE	MDV 0750 / VONDER	R$ 498,00	R$ 2.490,00
308211	BETONEIRA - DE ACO, CAPACIDADE MINIMA 400 LITROS , COM MOTOR DE NO MINIMO 2 CV MONOFASICO 220 VOLTS, BOTAO DE DESLIGAMENTO DE EMERGENCIA, ROTACAO MINIMA DO TAMBOR DE 25 RPM.	3	UN - UNIDADE	HORBACH	R$ 3.420,00	R$ 10.260,00
TOTAL FORNECEDOR.....						**R$ 50.686,00**
TOTAL GERAL.....						**R$ 595.065,00**

CLAUSULA TERCEIRA – DA CONTRATAÇÃO

3.1. Para a presente contratação foi instaurado procedimento licitatório com fundamento nas Leis nº 10.520/02, Lei Federal nº 8.666/93 e Decreto Municipal nº 006/10.

3.2. Regularmente convocado para retirar a solicitação de empenho, o fornecedor cumprirá faze-lo no prazo mínimo de 03 (três) dias úteis, prorrogáveis por uma única vez, se houver justificativa aceita pela Prefeitura, sujeitando-se as penalidades legalmente estabelecidas.

3.3. O fornecedor fica incumbido de apresentar procuração, contrato social, carta de preposição ou documento equivalente (original ou cópia autenticada), que designe expressamente o seu representante habilitado para retirada da solicitação de empenho.

CLÁUSULA QUARTA - DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - ARP

4.1. O registro de preço constante desta ARP firmada entre a Prefeitura e a empresa que apresentou a proposta classificada em 1º lugar em consequência do presente certame, terá validade pelo prazo de 12 (doze) meses contados a partir da data de assinatura da referida ARP.

4.2. O prazo máximo de validade do registro de preços será de 12 (doze) meses contados a partir da data de assinatura da respectiva ARP. As contratações decorrentes do SRP terão sua vigência estabelecida conforme as disposições contidas nos editais e respectivos instrumentos de contrato, observando o disposto no artigo 57 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993.

4.3. Durante o prazo de validade da ARP, o órgão gerenciador ou aderente não ficará obrigado a adquirir o(s) MATERIAL(IS) exclusivamente pelo SRP, podendo realizar nova licitação quando julgar oportuno e conveniente, ou mesmo proceder às aquisições por dispensa ou inexigibilidade, se for o caso, nos termos da legislação vigente, não cabendo qualquer tipo de recurso ou indenização à empresa signatária do SRP.

4.4. A partir da vigência da ARP, o fornecedor se obriga a cumprir, na integra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, as penalidades pelo descumprimento de qualquer de suas clausulas.

CLÁUSULA QUINTA - DA ADMINISTRAÇÃO DA ARP E SUA UTILIZAÇÃO POR ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES

5.1. A Gerencia da ARP ficará cargo da Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo/MT, nos termos das normas que regem a matéria e normalizações internas.

5.2. Poderão utilizar-se desta ARP órgãos ou entidades da Administração que não tenham participado do certame, desde que previamente autorizada pelo órgão gerenciador.

5.3. Caberá ao fornecedor detentor do registro na ARP, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que não seja prejudicial às obrigações anteriormente assumidas.

5.4. Os órgão ou entidades interessados na utilização da ARP deverão encaminhar solicitação previa ao órgão gerenciador/Departamento Administrativo da Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo-MT.

5.5. A utilização desta ARP por outro órgão ou entidade fica condicionada aos seguintes pressupostos:

a) Não comprometimento da capacidade operacional do fornecedor;

b) Anuência expressa do fornecedor.

5.6. Os Órgãos ou Entidades não participantes poderão utilizar até 50% dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços decorrentes deste certame, nos termos do § 3º do art. 22º do Decreto Federal nº 7892/2018.

5.7. O quantitativo decorrente das adesões à Ata de Registro de Preços, não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços para órgãos ou Entidades não participantes, nos termos do § 4º do art. 22º do Decreto Federal nº 7892/2018.

CLÁUSULA SEXTA - DO PREÇO

6.1. O preço unitário registrado para a empresa signatária deste instrumento é aquele constante na Planilha Demonstrativa de Preços e Classificação.

6.2. Em cada fornecimento, o preço total será o valor unitário multiplicado pela quantidade de que se deseja do(s) MATERIAL(IS).

6.3. É vedado qualquer reajuste de preços exceto por força de legislação em vigor que assim o permita.

6.4. Caso reste frustrada também a negociação com as demais empresas, órgão gerenciador Cancelará total ou parcialmente esta ARP adotando as medidas cabíveis para a nova aquisição desejada.

6.5. Visando subsidiar eventuais revisões, o órgão gerenciador realizará nova Pesquisa de preços.

6.6. Nos preços unitários registrados estão incluídas todas as despesas e taxas de qualquer Espécie relativas ao objeto registrado (encargos sociais etc.).

CLÁUSULA SÉTIMA - MODO DE RECEBIMENTO

7.1. O recebimento provisório ocorrerá no momento da entrega para verificação do(s) MATERIAL(IS) entregue(s) com o especificado no Termo de Referência.

7.2. O recebimento definitivo deverá ocorrer após a após a verificação da conformidade do(s) MATERIAL(IS) entregues.

7.3. Em se verificando vícios no(s) MATERIAL(IS), o fornecedor será informado para corrigi-lo imediatamente, ficando nesse período interrompida a contagem do prazo para pagamento.

7.4. A informação ao fornecedor sobre vícios ou defeitos na entrega do(s) MATERIAL(IS) será realizada pelo Fiscal do Contrato.

7.5. Em relação a eventuais decréscimos, não se aplica a regra contida no artigo 65, inciso II, da Lei nº 8.666/93, podendo os órgão adquirirem quantidade inferior ao estimado, sem necessidade de anuência da signatária da ARP.

CLÁUSULA OITAVA - DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

8.1. O(s) MATERIAL(IS) ser(ão) fornecido(s) de forma parcelada conforme necessidade das Secretarias Municipais, mediante Requisição de Compras mediante Requisição de Compras emitida pelo Setor de Compras autorizando a CONTRATADA a fornecer o(s) MATERIAL(IS) e deverão ser entregues nos locais indicados pela CONTRATANTE no município de Peixoto de Azevedo/MT.

8.2. Prazo de entrega do(s) MATERIAL(IS) é de 10 (dez) dias a partir da data do aceite da Requisição de Compras e o quantitativo a ser entregue deverá ser em conformidade com a Requisição de Compras, devidamente empenhada.

8.2.1. A **CONTRATADA** compromete-se a manter um estoque mínimo de 10% (dez por cento) de cada item para entrega imediata atendendo a demanda das Secretarias Municipais deste Município, o não atendimento o sujeitará às penalidades constantes da Seção 14 deste Contrato.

8.3. Para cada fornecimento, o órgão gerenciador ou aderente da ARP providenciará a expedição da solicitação de empenho.

8.4. Se a empresa com preço registrado em primeiro lugar não fornecer ou se recusar a receber a Requisição de Compras já empenhada, sem justificativa plausível e aceita pelo órgão gerenciador, este convocará empresa com preço registrado em segundo lugar para efetuar o fornecimento nas condições próximas do primeiro colocado, e assim por diante.

8.5. Caso a empresa, ao participar do certame, tenha apresentado proposta de fornecimento parcial do(s) MATERIAL(IS), o esgotamento do(s) MATERIAL(IS) será o limite mínimo de quantidade que a empresa se dispôs a fornecer.

8.6. Na hipótese do Item 8.5, órgão gerenciador ou aderente da ARP adquirirá restante do(s) SERVIÇO(S) das demais empresas classificadas em 2º ou 3º lugar para esse mesmo item.

8.6. O(s) MATERIAL(IS) serão recebidos provisoriamente para verificação de conformidade da quantidade e da qualidade.

8.7. O recebimento definitivo dar-se-á conforme apresentado no Termo de Referência.

8.7.1. Em se verificando problemas na entrega do(s) MATERIAL(IS), a empresa será informada para corrigi-los, ficando nesse período interrompida a contagem do prazo para recebimento definitivo.

8.8. O(s) MATERIAL(IS), a cada requisição, deverão ser executados de uma só vez no local indicado no Item 8.1 desta ARP, todavia, na hipótese de ocorrência de fato superveniente á data de apresentação da proposta, ensejador da aplicação da Teoria da Imprevisão, devidamente comprovado e aceito pela Administração, a execução da entrega do(s) MATERIAL(IS) poderá ser fracionada e/ou prorrogada.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES GERAIS DO FORNECEDOR

9.1. Manter, durante a vigência da ARP, todas as condições de regularidade fiscal, trabalhista e Previdenciário exigidas no edital de licitação respectivo.

9.2. Executar fielmente o objeto desta ARP, comunicando, imediatamente, ao representante legal do órgão gerenciador ou aderente qualquer fato impeditivo de seu cumprimento.

9.3. Responder ás notificações no prazo estabelecido.

9.4. Não assumir obrigações que comprometam ou prejudiquem a capacidade de fornecimento ao órgão gerenciador e aos órgãos parceiros.

9.5. Efetuar a perfeita execução o do objeto licitado.

9.6. Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação do certame, e, em especial para os atos de pagamento e renovação contratual os seguintes documentos:

a) Prova de Regularidade para com a Fazenda Federal e a Seguridade Social; **b)** Prova de Regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS); **c)** Certidão Negativa de Débitos Trabalhista.

.

CLÁUSULA DECIMA - OBRIGAÇÕES ESPECIAIS DO ÓRGÃO GERENCIADOR

10.1. Gerenciar a ARP.

10.2. Notificar o fornecedor para verificar o seu aceite em caso de fornecimento para órgão aderente. (em casos de adesão).

10.3. Encaminhar cópias da ARP aos órgãos aderentes.

10.4. Conduzir o procedimento de sinalização ao fornecedor, responsabilizando-se, inclusive, pela sua aplicação, exceto quando se tratar de litígio entre órgão aderente e fornecedor.

10.4.1. Caberá órgão aderente à aplicação de penalidade ao fornecedor em caso de descumprimento das cláusulas desta ARP, devendo ser encaminhada copias para conhecimento das decisões de aplicação de penalidade ao fiscal da ARP.

10.5. Mediante solicitação do órgão aderente efetuar o devido termo aditivo de acréscimo quantitativo do objeto.

10.6. Cancelar, parcial ou totalmente, a ARP.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO

11.1. Órgão gerenciador ou aderente fiscalizará o exato cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas no presente instrumento, cada qual na sua respectiva competência.

11.1.1. A omissão, total ou parcial, da fiscalização não eximirá o fornecedor da integral responsabilidade pelos encargos que são de sua competência.

11.2. Cada órgão aderente deverá indicar o fiscal-gestor do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - ARP

12.1. A ARP poderá ser cancelada, total ou parcialmente, de forma unilateral pelo órgão gerenciador, quando:

a) O fornecedor não dispuser a substituir o(s) MATERIAL(IS) que vierem a apresentar defeitos de qualidade;

b) O fornecedor não cumprir as obrigações constantes deste Instrumento;

c) O fornecedor não retirar a solicitação de empenho no prazo estabelecido, sem apresentar justificativa aceita pelo fiscal do contrato do órgão gerenciador ou órgão aderente;

d) O fornecedor, na execução do contrato, incorrer numa das hipóteses enumeradas no artigo 78 da Lei nº 8.666/93;

e) Por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado nos autos;

f) Demais sanções previstas no Edital e Termo de Referência.

12.2. O cancelamento da ARP, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório, será comunicado ao fornecedor e publicado na Imprensa Oficial.

12.3. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fatos supervenientes que venham a comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes da Teoria da Imprevisão, devidamente comprovados.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – RETENÇÃO DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

13.1. A Prefeitura efetuará retenção dos impostos e encargos legais sobre as Notas Fiscais, quando for ocaso;

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO PAGAMENTO

14.1. O pagamento será efetuado mediante ordem bancaria emitida em favor da empresa contratada, na estrita ordem cronológica da data de sua exigibilidade, a partir da data de entrega da Nota Fiscal ao DEPARTAMENTO FINANCEIRO, a ser processada em duas vias, com todos os campos preenchidos discriminando valores unitários e totais do item, sem rasuras e devidamente atestada pelo servidor responsável pelo recebimento do bem, constando, ainda, o número do banco, da agência e da conta- corrente onde deseja receber seu credito.

14.2. A cada pagamento será verificada a situação de validade dos documentos exigidos na habilitação.

14.3. Em existindo documento com prazo de validade vencido ou irregular, o fornecedor será notificado para regularizar.

14.4. O fornecedor, depois de notificado, terá prazo de 15 (quinze) dias para proceder à Regularização. Findo o prazo, em não se manifestando ou não regularizando, o fato deverá ser certificado e comunicado ao Departamento Administrativo do órgão gerenciador para as providencias cabíveis.

14.5. Caso a documentação esteja disponível na internet, o próprio órgão gerenciador ou aderente poderá baixa-la e carrear para os autos, sem necessidade de comunicar o fato ao fornecedor.

14.6. Junto ao corpo da Nota Fiscal é recomendado que o fornecedor faça constar, para fins de pagamento, o nome e número do banco, da agência e da conta corrente, telefone e, se disponível, o e-mail.

14.7. As despesas iniciais previstas no corrente exercício, oriundas da contratação, objeto desta Licitação, correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento da **Secretaria Municipal**, conforme a seguir:

Órgão	07	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
Unidade	001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Função	10	SAÚDE	
Subfunção	122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	
Programa	0012	GESTÃO DO SUS	
Proj./Ativ.	1024	AQUISIÇÃO DE VEICULOS MOVEIS MAT. PERMANENTE	
Dotação	314	44.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
FONTE DE RECURSOS/ SALDO DOTACAO ORCAMENTARIA DISPONIVEL:			
	102	02-RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERENCIA DE IMPOSTOS -SAÚDE	
		REGISTRO DE PREÇO	
Órgão	11	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVICOS URBANOS	
Unidade	001	GABINETE DO SECRETARIO	
Função	04	ADMINISTRAÇÃO	
Subfunção	122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	
Programa	0002	GESTÃO E PLANEJAMENTO DAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS	
Proj./Ativ.	1058	AQUIS DE MOVEIS, MAT. PERMANENTE, VEICULO, EQUIPAMENTO	
Dotação	923	44.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
FONTE DE RECURSOS/ SALDO DOTACAO ORCAMENTARIA DISPONIVEL:			
	100	00-Recursos Ordinarios	
		REGISTRO DE PREÇO	
Órgão	09	SECRETARIA MUNICIPAL DE DE AGRICULTURA INDUSTRIA E COMERCIO	
Unidade	001	GABINETE DO SECRETARIO	
Função	04	ADMINISTRAÇÃO	
Subfunção	122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	
Programa	0002	GESTÃO E PLANEJAMENTO DAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS	
Proj./Ativ.	1040	AQUISICAO DE MOVEIS MAT PERMANETE VEICULO EQUIPAMENTO	
Dotação	854	44.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
FONTE DE RECURSOS/ SALDO DOTACAO ORCAMENTARIA DISPONIVEL:			
	100	00-Recursos Ordinarios	
		REGISTRO DE PREÇO	
Órgão	08	SECRETARIA MUNICIPAL ASSIST. SOCIAL TRAB. CIDADANIA	
Unidade	001	GABINETE DO SECRETARIO	
Função	08	ADMINISTRAÇÃO	
Subfunção	122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	
Programa	0019	GESTÃO E PLANEJ. DAS UNI. DAM. DA SEC. DE ASSIST. SOCIAL	
Proj./Ativ.	2073	MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A SEC. DE ASSISTENCIA SOCIAL	
Dotação	693	44.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
FONTE DE RECURSOS/ SALDO DOTACAO ORCAMENTARIA DISPONIVEL:			
	100	00-Recursos Ordinarios	

		REGISTRO DE PREÇO	
Órgão	13	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER	
Unidade	001	GABINETE DO SECRETARIO	
Função	27	DESPORTO E LAZER	
Subfunção	812	DESPORTO COMUNITARIO	
Programa	0002	GESTÃO E PLANEJAMENTO DAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS	
Proj./Ativ.	1073	AQUISICAO DE MOVEIS, MAT. PERM.VEICULO E EQUIPAMENTO	
Dotação	1012	44.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
FONTE DE RECURSOS/ SALDO DOTACAO ORCAMENTARIA DISPONIVEL:			
	100	00-Recursos Ordinarios	
		REGISTRO DE PREÇO	
Órgão	06	SECRETARIA MUNIC DE EDUCAÇÃO E CULTURA	
Unidade	002	FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
Função	12	EDUCAÇÃO	
Subfunção	361	ENSINO FUNDAMENTAL	
Programa	0009	REVITALIZADO E ESTRU. A EDUC. BASICA MUNICIPAL	
Proj./Ativ.	1019	AQUIS. DE EQUIP. E MAT. PERM. PAR E REC.PROP ENS FUNDAMENTAL	
Dotação	141	44.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
FONTE DE RECURSOS/ SALDO DOTACAO ORCAMENTARIA DISPONIVEL:			
	101	00-Recursos Ordinarios	
		REGISTRO DE PREÇO	
Órgão	06	SECRETARIA MUNIC DE EDUCAÇÃO E CULTURA	
Unidade	001	GABINETE DO SECRETARIO	
Função	12	EDUCAÇÃO	
Subfunção	122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	
Programa	0006	GESTÃO DA POLITICA EDUCACIONAL	
Proj./Ativ.	1013	AQUIS. DE VEICULOS,MOVEIS, EQUIP. E MAT. PERMANENTE.	
Dotação	91	44.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
FONTE DE RECURSOS/ SALDO DOTACAO ORCAMENTARIA DISPONIVEL:			
	100	00-Recursos Ordinarios	
		REGISTRO DE PREÇO	

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – CONDIÇÕES DE FATURAMENTO

15.1. O documento de cobrança (Nota Fiscal, Fatura, etc.) deverá ser encaminhado ao órgão comprador, que terá o prazo de até 30 (trinta) dias para dar a liquidação da despesa, na forma estatuída no art. 40, XIV, “a” da Lei nº 8.666/93, ou interromper o prazo, no caso de qualquer incorreção detectada.

15.2. O documento de cobrança será emitido em nome do órgão comprador, sem emendas ou rasuras, fazendo menção expressa ao número da Solicitação de Empenho e contendo todos os dados da mesma.

15.2.1. O número de inscrição no CNPJ da empresa deverá ser o mesmo da documentação apresentada para habilitação, da Proposta Comercial e do documento de cobrança, que serviu de base para emissão da Solicitação de ordem de fornecimento.

15.3. Todos os tributos incidentes sobre o(s) MATERIAL(IS) fornecido(s)/licitado(s) deverão estar inclusos no valor total do documento de cobrança, observada a legislação tributária aplicável á espécie.

15.4. No documento de cobrança deverá constar o nome e o número do banco, bem como o nome e número da agência e o número da conta corrente na qual se executará o deposito bancário para pagamento repetindo-se os dados contidos na Proposta Comercial.

15.5. Qualquer alteração de dados bancários somente será permitida desde que efetuada em papel timbrado da empresa, assinada por representante legal, devidamente comprovado por documento hábil e encaminhado ao órgão comprador, antes do processamento do respectivo pagamento.

15.6. No documento de cobrança não deverá constar descrição estranha ao constante da Solicitação de Empenho.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

(Artigo 7o da Lei no 10.520/2002 e Artigos 86, 87 e 88 da Lei nº 8.666/93)

16.1. O descumprimento injustificado das obrigações assumidas nos termos desta ARP, sujeita à contratada a multas, consoante o *caput* e §§ do art. 86 da Lei no8.666/93, incidentes sobre o valor da Nota de Empenho, na forma seguinte:

a) atraso até 05 (cinco) dias, multa de 2 % (dois por cento);

b) a partir do 6o (sexto) até o limite do 10o (décimo) dia, multa de 04 % (quatro por cento), caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 11o (décimo primeiro) dia de atraso.

16.2. Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto adjudicado, o **Município de Peixoto de Azevedo-MT,** poderá garantido à prévia e ampla defesa, aplicar à **CONTRATADA** multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado,

Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com o Município de Peixoto de Azevedo-MT, por prazo de até 02 (dois) anos, Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

16.3. A licitante, adjudicatária ou contratada que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ou ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantendo a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com o Administração Pública pelo prazo mínimo de 2 (dois) anos, se for o caso, o Município de Peixoto de Azevedo-MT solicitará o seu descredenciamento do Cadastro de Fornecedores do Estado por igual período, sem prejuízo da ação penal correspondente na forma da lei, e terá sua inidoneidade declarada, garantida prévia e ampla defesa;

16.4. A multa, eventualmente imposta à contratada, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a contratada não tenha nenhum valor a receber do Município de Peixoto de Azevedo-MT, ser-lhe-á concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao Órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa do Município, podendo, ainda o Município de Peixoto de Azevedo-MT, proceder à cobrança judicial da multa;

16.5. As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar ao Município de Peixoto de Azevedo-MT;

16.6. Se a **CONTRATADA** não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação por parte da Administração, o respectivo valor será descontado dos créditos que esta possuir com o Município de Peixoto de Azevedo-MT, e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para inscrição em Dívida Ativa e execução pelo Município;

16.7. Do ato que aplicar penalidade, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência do ato através de notificação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão, ou nesse prazo encaminha-la devidamente informada para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

17.1 - Considerando o prazo de validade estabelecido na clausula quarta da ARP e, em atendimento ao órgão do artigo 28 da Lei Federal nº 9.069 de 29/06/1995, ao artigo 3º 1º da Lei Federal nº 10192/2001 e demais legislações pertinentes, é vedado qualquer reajustamento de preços, até que seja completado o período de 12 (doze) meses contados a partir da data de recebimento das propostas indicadas no preâmbulo do edital do Pregão Presencial - SRP nº 043/2020, que integra a presente ARP, observadas as disposições constantes do Decreto Municipal.

17.2 - Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições para a concessão de reajustes em face da superveniência de normas federais aplicáveis á espécie ou de alteração dos preços, comprovadamente, praticados no mercado, com a finalidade de manter o equilíbrio econômico e financeiro da avença.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DOCUMENTOS APLICÁVEIS

18.1 - Esta ARP vincula-se ás disposições contidas nos documentos a seguir especificados, cujos teores são conhecidos e acatados pelas partes:

a) Edital de Pregão Presencial – SRP nº 043/2020 e Termo de Referência;

b) Ata da Sessão Pública;

c) Proposta escrita do fornecedor ou recomposição de preço, caso houver.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DAS PRERROGATIVAS DO ÓRGÃO GERENCIADOR

19.1. O fornecedor reconhece os direitos do órgão gerenciador relativos ao presente instrumento:

a) Modifica-lo, unilateralmente, para melhor adequação ás finalidades do interesse público, nos termos do art. 65 da Lei nº 8.666/93, respeitados os direitos do Fornecedor;

b) Cancela-lo, total ou parcialmente, nos casos especificados no inciso I do art. 79 da Lei nº 8.666/93;

c) Aplicar as penalidades motivadas pela inexecução, total ou parcial, deste instrumento;

d) Fiscalizar o fornecimento do(s) MATERIAL(IS).

e) Os órgãos aderentes serão responsáveis pela sua fiscalização.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – COMUNICAÇÕES

20.1. As correspondências expedidas pelas partes signatárias deverão mencionar o número deste instrumento e o assunto específico da correspondência.

20.1.1. As comunicações feitas ao órgão gerenciador deverão ser endereçadas a:

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

Rua Ministro César Cals nº 226 Centro- Peixoto de Azevedo-MT – CEP 78530-000

Secretaria Municipal de Administração

SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

20.2. Eventuais mudanças de endereço dos órgãos aderentes ou dos fornecedores deverão ser comunicadas por escrito ao órgão gerenciador.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

21.1. Todo instrumento de procuração deverá constar firma reconhecida do mandante, nos termos do art. 654, 2º do Código Civil.

21.2. O fornecedor obriga-se a manter em compatibilidade com as obrigações por ele assumida, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e a cumprir fielmente as Clausula ora avençadas, e ainda com as normas previstas na Lei nº 8.666/93 e legislação complementar, durante a vigência desta ARP.

21.3. Os casos omissos serão resolvidos em reuniões formais feito pelo Fiscal da ARP com a empresa contratada ou seu procurador e a quem interessar, lavrando-se, ao final da reunião, ata circunstanciada assinada por todos os presentes e encaminhando-a ao Prefeito para Homologação e Despacho.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DA PUBLICAÇÃO

22.1. Para eficácia do presente instrumento, a Contratante providenciará a publicação trimestralmente na Imprensa Oficial do Município e divulgação por meios eletrônicos, os preços registrados para utilização dos órgãos participantes em conformidade com o disposto no art. 4, inciso VII do Decreto Municipal 006/2010.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DO FORO

23.1. Fica eleito o Foro de Peixoto de Azevedo-MT para dirimir quaisquer controvérsias advindas da execução desta ARP.

22.2. E por estarem de acordo, depois de lidos e assinados, ficando uma via arquivada na Gerencia Setorial de Licitação do órgão gerenciador, na forma do art. 60 da Lei nº 8.666/93.

Peixoto de Azevedo - MT, 14 de agosto de 2020

MAURICIO FERREIRA DE SOUZA
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ

SETOR DE LICITAÇÕES
COVID-19: TERMO DE CANCELAMENTO DE PROCESSO LICITATÓRIO - DISPENSA Nº 025/2020.

Considerando as disposições contidas na Súmula 473 do STF;

Considerando a Lei Federal de nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

Considerando a eficiência dos atos administrativos e o atendimento ao interesse público.

Resolve:

CANCELAR o processo licitatório, na modalidade dispensa de licitação nº. 025/2020, que tem por objeto a aquisição de kits de reagentes para realização de exames complementares para pacientes confirmados do covid-19, por razões de interesse público.

Determino, por conseguinte, a adoção das providências necessárias para finalização do ato.

Registre-se.

Publique.

Cumpra-se.

Poconé/MT, 14 de agosto de 2020.

Atail Marques do Amaral (Tatá Amaral)

Prefeito Municipal de Poconé

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA N.º 156/GP/2020

PORTARIA N.º 156/GP/2020 Em, 14 de Agosto de 2020.

"Concede Licença à servidor(a) para concorrer a cargo eletivo."

GERSON ROSA DE MORAES, Prefeito Municipal de Pontal do Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o pedido de afastamento para disputar Cargo Eletivo formulado pelo(a) servidor(a),

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder **Licença para concorrer a cargo eletivo de vereador nas eleições municipais 2020** para a servidora **Maria de Nazaré Araújo dos Santos**, no período de 14/08/2020 a 15/11/2020, sem prejuízo de sua remuneração, conforme Art. 81 – inciso VI e Art. 190 da Lei Municipal nº 295/2001, de 29/10/2001.

Art. 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal.

Pontal do Araguaia, 14 de Agosto de 2020.

Gerson Rosa de Moraes

Prefeito Municipal

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA N.º 159/GP/2020

PORTARIA N.º 159/GP/2020 Em, 14 de Agosto de 2020.

"Concede Licença à servidor(a) para concorrer a cargo eletivo."

GERSON ROSA DE MORAES, Prefeito Municipal de Pontal do Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o pedido de afastamento para disputar Cargo Eletivo formulado pelo(a) servidor(a),

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder **Licença para concorrer a cargo eletivo de vereador nas eleições municipais 2020** para a servidora **Maria Cristina Ribeiro Oliveira**, no período de 14/08/2020 a 15/11/2020, sem prejuízo de sua remuneração, conforme Art. 81 – inciso VI e Art. 190 da Lei Municipal nº 295/2001, de 29/10/2001.

Art. 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal.

Pontal do Araguaia, 14 de Agosto de 2020.

Gerson Rosa de Moraes

Prefeito Municipal

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA N.º 160/GP/2020

PORTARIA N.º 160/GP/2020 Em, 14 de Agosto de 2020.

"Concede Licença à servidor(a) para concorrer a cargo eletivo."

GERSON ROSA DE MORAES, Prefeito Municipal de Pontal do Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o pedido de afastamento para disputar Cargo Eletivo formulado pelo(a) servidor(a),

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder **Licença para concorrer a cargo eletivo de vereador nas eleições municipais 2020** para o servidor **Neivander Morais Souza**, no período de 14/08/2020 a 15/11/2020, sem prejuízo de sua remuneração, conforme Art. 81 – inciso VI e Art. 190 da Lei Municipal nº 295/2001, de 29/10/2001.

Art. 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal.

Pontal do Araguaia, 14 de Agosto de 2020.

Gerson Rosa de Moraes

Prefeito Municipal

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA N.º 157/GP/2020

PORTARIA N.º 157/GP/2020 Em, 14 de Agosto de 2020.

"Concede Licença à servidor(a) para concorrer a cargo eletivo."

GERSON ROSA DE MORAES, Prefeito Municipal de Pontal do Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o pedido de afastamento para disputar Cargo Eletivo formulado pelo(a) servidor(a),

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder **Licença para concorrer a cargo eletivo de vereador nas eleições municipais 2020** para a servidora **Cacilda Maria Louro**, no período de 14/08/2020 a 15/11/2020, sem prejuízo de sua remuneração, conforme Art. 81 – inciso VI e Art. 190 da Lei Municipal nº 295/2001, de 29/10/2001.

Art. 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal.

Pontal do Araguaia, 14 de Agosto de 2020.

Gerson Rosa de Moraes

Prefeito Municipal

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA N.º 158/GP/2020

PORTARIA N.º 158/GP/2020 Em, 14 de Agosto de 2020.

"Concede Licença à servidor(a) para concorrer a cargo eletivo."

GERSON ROSA DE MORAES, Prefeito Municipal de Pontal do Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o pedido de afastamento para disputar Cargo Eletivo formulado pelo(a) servidor(a),

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder **Licença para concorrer a cargo eletivo de vereador nas eleições municipais 2020** para o servidor **Getulio Batista dos Reis**, no período de 14/08/2020 a 15/11/2020, sem prejuízo de sua remuneração, conforme Art. 81 – inciso VI e Art. 190 da Lei Municipal nº 295/2001, de 29/10/2001.

Art. 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal.

Pontal do Araguaia, 14 de Agosto de 2020.

Gerson Rosa de Moraes

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 31/2020

EMENTA: *CONCEDE LICENÇA PARA CONCORRER A CARGO ELETIVO E ESTABELECE OUTRAS PROVIDENCIAS.*

O Senhor **Humberto Luiz Nogueira de Menezes**, Prefeito Municipal de Ponte Branca, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei,

Considerando o requerimento da servidora para licença para candidatar-se a cargo eletivo nas Eleições de 2020;

Considerando a necessidade de desincompatibilização, nos moldes da Legislação Eleitoral;

RESOLVE:

Art. 1° - CONCEDER a Sra. VANUZA NOGUEIRA DA SILVA, portadora da CI - RG nº 1619340-7 – SSP/MT, cadastrada no CPF sob o nº. 006.901.351-90, convivente em união estável, residente e domiciliada sito à Rua Simião Martins Teixeira, s/nº. Setor Vila Nova, Ponte Branca -MT, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, exercendo o cargo de Conselheira Tutelar, **LICENÇA PARA ATIVIDADE POLÍTICA** para concorrer cargo eletivo nas eleições de 2020, no período de 15 de Agosto de 2020 a 16 de Novembro de 2020.

Art. 2° - Fica a mesma **CONVOCADA** após 17 de Novembro de 2020 o retorno de suas funções de Conselheira Tutelar.

Art. 3° - Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre – se, Cumpre-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ponte Branca – MT, 14 de Agosto de 2020.

HUMBERTO LUIZ NOGUEIRA DE MENEZES

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
LICENÇA PARA CONCORRER CARGO ELETIVO

PORTARIA Nº 29/2020

EMENTA: *CONCEDE LICENÇA PARA*

CONCORRER A CARGO ELETIVO A SERVIDOR E ESTABELECE OUTRAS

PROVIDENCIAS.

O Senhor **Humberto Luiz Nogueira de Menezes**, Prefeito Municipal de Ponte Branca, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei,

Considerando o requerimento do servidor para licença para candidatar-se a cargo eletivo nas Eleições de 2020;

Considerando a necessidade de desincompatibilização, nos moldes da Legislação Eleitoral;

RESOLVE:

Art. 1° - CONCEDER ao servidor público municipal, Senhor LÁZARO DOMINGOS NETO, portador da CI - RG nº 0592420-0 – SSP/MT, cadastrado no CPF sob o nº. 353.128.901-20, casado,residente e domiciliado sito à Rua Presidente Dutra, s/nº.Setor Centro Ponte Branca -MT, lotado na Secretaria Municipal de Saúde , exercendo a função do cargo de VIGIA, **LICENÇA PARA ATIVIDADE POLÍTICA** para concorrer cargo eletivo nas eleições de 2020, no período de 15 de Agosto de 2020 a 16 de Novembro de 2020, nos moldes do Art. 136 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Ponte Branca – MT – Lei nº. 211/93.

Art. 2° - Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre – se, Cumpre-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ponte Branca – MT, 14 de Agosto de 2020.

HUMBERTO LUIZ NOGUEIRA DE MENEZES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 30/2020

EMENTA: *CONCEDE LICENÇA PARA*

CONCORRER A CARGO ELETIVO A SERVIDOR E ESTABELECE OUTRAS

PROVIDENCIAS.

O Senhor **Humberto Luiz Nogueira de Menezes**, Prefeito Municipal de Ponte Branca, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei,

Considerando o requerimento do servidor para licença para candidatar-se a cargo eletivo nas Eleições de 2020;

Considerando a necessidade de desincompatibilização, nos moldes da Legislação Eleitoral;

RESOLVE:

Art. 1° - CONCEDER ao servidor público municipal, Senhor FÁBIO NICODEMOS DOMINGOS MOURA, portador da CI - RG nº 1287713-1 – SSP/MT, cadastrado no CPF sob o nº. 896.767.261-68, casado,residente e domiciliado sito à Rua Sete de Setembro, s/nº. Setor Centro Ponte Branca -MT, lotado na Secretaria Municipal de Educação , exercendo a função do cargo de TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL, **LICENÇA PARA ATIVIDADE POLÍTICA** para concorrer cargo eletivo nas eleições de 2020, no período de 15 de Agosto de 2020 a 16 de Novembro de 2020, nos moldes do Art. 136 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Ponte Branca – MT – Lei nº. 211/93.

Art. 2° - Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre – se, Cumpre-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ponte Branca – MT, 14 de Agosto de 2020.

HUMBERTO LUIZ NOGUEIRA DE MENEZES

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 190/2020 LICENÇA PARA ATIVIDADE POLÍTICA

PORTARIA Nº 190/2020

14/08/2020

DANIEL ROSA DO LAGO, Prefeito Municipal de Porto Alegre do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições conferido pela Lei Orgânica do Município, consubstanciado no artigo 123 da Lei Municipal nº 148/1992,

R E S O L V E :

Art. 1º. – Conceder LICENÇA PARA ATIVIDADE POLÍTICA á servidora efetiva, senhora **ELIANE RODRIGUES OLIVEIRA DA COSTA**, portadora da CIRG 11541830 SJ/MT, CPF 015.657.211.79, matrícula funcional nº 1068, Cozinheira, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, de acordo com a Lei Municipal nº 148/92 em seu Artigo 123, a partir de 14 de agosto de 2020.

Art. 123. – O funcionário terá direito a licença, sem remuneração durante o período que mediar entre a sua escolha em convenção partidária, como candidato a cargo eletivo, e a véspera do registro de sua candidatura perante a Justiça eleitoral.

Art. 2º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal – Porto Alegre do Norte - MT, 14 de agosto 2020.

P U B L I Q U E – S E

R E G I S T R E – S E

C U M P R A – S E.

DANIEL ROSA DO LAGO

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 191/2020 LICENÇA PARA ATIVIDADE POLÍTICA

PORTARIA Nº 191/2020

14/08/2020

DANIEL ROSA DO LAGO, Prefeito Municipal de Porto Alegre do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições conferido pela Lei Orgânica do Município, consubstanciado no artigo 123 da Lei Municipal nº 148/1992,

R E S O L V E :

Art. 1º. – Conceder LICENÇA PARA ATIVIDADE POLÍTICA á servidora efetiva, senhora **LUCIA SOARES SOUZA**, portadora da CIRG 11446480 SJ/MT, CPF 796.252.151.15, matrícula funcional nº 046, Auxiliar de Nutrição Escolar Profissionalizado (FUNDEB 40%), lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer, de acordo com a Lei Municipal nº 148/92 em seu Artigo 123, a partir de 14 de agosto de 2020.

Art. 123. – O funcionário terá direito a licença, sem remuneração durante o período que mediar entre a sua escolha em convenção partidária, como candidato a cargo eletivo, e a véspera do registro de sua candidatura perante a Justiça eleitoral.

Art. 2º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal – Porto Alegre do Norte - MT, 14 de agosto 2020.

P U B L I Q U E – S E

R E G I S T R E – S E

C U M P R A – S E.

DANIEL ROSA DO LAGO

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 187/2020 LICENÇA PARA ATIVIDADE POLÍTICA

PORTARIA Nº 187/2020

14/08/2020

DANIEL ROSA DO LAGO, Prefeito Municipal de Porto Alegre do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições conferido pela Lei Orgânica do Município, consubstanciado no artigo 123 da Lei Municipal nº 148/1992,

R E S O L V E :

Art. 1º. – Conceder LICENÇA PARA ATIVIDADE POLÍTICA ao servidor efetivo, senhor **JOSE FERREIRA DE SOUZA**, portador da CIRG 1634727 SSP/GO, CPF 454.039.701.00, matrícula funcional nº 11, Vigilante, lotado na Secretaria Municipal de Administração, de acordo com a Lei Municipal nº 148/92 em seu Artigo 123, a partir de 14 de agosto de 2020.

Art. 123. – O funcionário terá direito a licença, sem remuneração durante o período que mediar entre a sua escolha em convenção partidária, como candidato a cargo eletivo, e a véspera do registro de sua candidatura perante a Justiça eleitoral.

Art. 2º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal – Porto Alegre do Norte - MT, 14 de agosto 2020.

P U B L I Q U E – S E

R E G I S T R E – S E

C U M P R A – S E.

DANIEL ROSA DO LAGO

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 188/2020 LICENÇA PARA ATIVIDADE POLÍTICA

PORTARIA Nº 188/2020

14/08/2020

DANIEL ROSA DO LAGO, Prefeito Municipal de Porto Alegre do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições conferido pela Lei Orgânica do Município, consubstanciado no artigo 123 da Lei Municipal nº 148/1992,

R E S O L V E :

Art. 1º. – Conceder LICENÇA PARA ATIVIDADE POLÍTICA ao servidor efetivo, senhor **JOSE CARLOS BATISTA DOS SANTOS**, portador da CIRG 918075 SSP/MT, CPF 536.480.051.20, matrícula funcional nº 135, Gari, lotado na Secretaria Municipal de Viação e Obras Públicas, de acordo com a Lei Municipal nº 148/92 em seu Artigo 123, a partir de 14 de agosto de 2020.

Art. 123. – O funcionário terá direito a licença, sem remuneração durante o período que mediar entre a sua escolha em convenção partidária, como candidato a cargo eletivo, e a véspera do registro de sua candidatura perante a Justiça eleitoral.

Art. 2º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal – Porto Alegre do Norte - MT, 14 de agosto 2020.

P U B L I Q U E – S E

R E G I S T R E – S E

C U M P R A – S E.

DANIEL ROSA DO LAGO

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 192/2020 LICENÇA PARA ATIVIDADE POLÍTICA

PORTARIA Nº 192/2020

14/08/2020

DANIEL ROSA DO LAGO, Prefeito Municipal de Porto Alegre do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições conferido pela Lei Orgânica do Município, consubstanciado no artigo 123 da Lei Municipal nº 148/1992,

R E S O L V E :

Art. 1º. – Conceder LICENÇA PARA ATIVIDADE POLÍTICA á servidora efetiva, senhora **SUIENES SOUSA LIMA**, portadora da CIRG 17735505 SSP/MT, CPF 010.202.661.04, matrícula funcional nº 660, Auxiliar de Nutrição Escolar Profissionalizado (FUNDEB 40%), lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer, de acordo com a Lei Municipal nº 148/92 em seu Artigo 123, a partir de 14 de agosto de 2020.

Art. 123. – O funcionário terá direito a licença, sem remuneração durante o período que mediar entre a sua escolha em convenção partidária, como candidato a cargo eletivo, e a véspera do registro de sua candidatura perante a Justiça eleitoral.

Art. 2º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal – Porto Alegre do Norte - MT, 14 de agosto 2020.

P U B L I Q U E – S E

R E G I S T R E – S E

C U M P R A – S E.

DANIEL ROSA DO LAGO

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 193/2020 LICENÇA PARA ATIVIDADE POLÍTICA

PORTARIA Nº 193/2020

14/08/2020

DANIEL ROSA DO LAGO, Prefeito Municipal de Porto Alegre do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições conferido pela Lei Orgânica do Município, consubstanciado no artigo 123 da Lei Municipal nº 148/1992,

R E S O L V E :

Art. 1º. – Conceder LICENÇA PARA ATIVIDADE POLÍTICA ao servidor efetivo, senhor **LUIZ DE SOUSA NOLETO**, portador da CIRG 934537 SSP/MT, CPF 433.072.561.49, matrícula funcional nº 129, Operador de Moto Niveladora, lotado na Secretaria Municipal de Viação e Obras Públicas, de acordo com a Lei Municipal nº 148/92 em seu Artigo 123, a partir de 14 de agosto de 2020.

Art. 123. – O funcionário terá direito a licença, sem remuneração durante o período que mediar entre a sua escolha em convenção partidária, como candidato a cargo eletivo, e a véspera do registro de sua candidatura perante a Justiça eleitoral.

Art. 2º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal – Porto Alegre do Norte - MT, 14 de agosto 2020.

P U B L I Q U E – S E

R E G I S T R E – S E

C U M P R A – S E.

DANIEL ROSA DO LAGO

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 189/2020 LICENÇA PARA ATIVIDADE POLÍTICA

PORTARIA Nº 189/2020

14/08/2020

DANIEL ROSA DO LAGO, Prefeito Municipal de Porto Alegre do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições conferido pela Lei Orgânica do Município, consubstanciado no artigo 123 da Lei Municipal nº 148/1992,

R E S O L V E :

Art. 1º. – Conceder LICENÇA PARA ATIVIDADE POLÍTICA ao servidor efetivo, senhor **JOAO JOSE VAZ**, portador da CIRG 487145434 SSP/SP, CPF 221.589.208.07, matrícula funcional nº 1230, Motorista III, lotado na Secretaria Municipal de Saúde (Pronto Atendimento) de acordo com a Lei Municipal nº 148/92 em seu Artigo 123, a partir de 14 de agosto de 2020.

Art. 123. – O funcionário terá direito a licença, sem remuneração durante o período que mediar entre a sua escolha em convenção partidária, como candidato a cargo eletivo, e a véspera do registro de sua candidatura perante a Justiça eleitoral.

Art. 2º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal – Porto Alegre do Norte - MT, 14 de agosto 2020.

P U B L I Q U E – S E

R E G I S T R E – S E

C U M P R A – S E.

DANIEL ROSA DO LAGO

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 187/2020 LICENÇA PARA ATIVIDADE POLÍTICA

PORTARIA Nº 187/2020

14/08/2020

DANIEL ROSA DO LAGO, Prefeito Municipal de Porto Alegre do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições conferido pela Lei Orgânica do Município, consubstanciado no artigo 123 da Lei Municipal nº 148/1992,

R E S O L V E :

Art. 1º. – Conceder LICENÇA PARA ATIVIDADE POLÍTICA ao servidor efetivo, senhor **JOSE FERREIRA DE SOUZA**, portador da CIRG 1634727 SSP/GO, CPF 454.039.701.00, matrícula funcional nº 11, Vigilante, lotado na Secretaria Municipal de Administração, de acordo com a Lei Municipal nº 148/92 em seu Artigo 123, a partir de 14 de agosto de 2020.

Art. 123. – O funcionário terá direito a licença, sem remuneração durante o período que mediar entre a sua escolha em convenção partidária, como candidato a cargo eletivo, e a véspera do registro de sua candidatura perante a Justiça eleitoral.

Art. 2º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal – Porto Alegre do Norte - MT, 14 de agosto 2020.

P U B L I Q U E – S E

R E G I S T R E – S E

C U M P R A – S E.

DANIEL ROSA DO LAGO

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N°.29/2020 REGISTRO DE PREÇOS

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRONICO N°.29/2020 REGISTRO DE PREÇOS

A Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte-MT, comunica aos interessados que realizará licitação do tipo menor preço por item. OBJETO: Registro de Preço para Futura e Eventual Contratação de empresa para Prestação de Serviço de horas Maquinas, com operador. **INÍCIO DO CADASTRO DAS PROPOSTAS: 14/08/2020 ÁS 18:00 h– TÉRMINO DO CADASTRO DAS PROPOSTAS: 31/08/2020 ÁS 09:00h – ABERTURA DAS PROPOSTAS: 31/08/2020 ÁS 09:00h00h E INÍCIO DA DISPUTA DE PREÇOS: 31/08/2020 ÁS 10:00h 00h (horário de Brasília**) LOCAL: Portal: Bolsa de Licitações do Brasil – BLL www.bll.org.brO Edital completo estará à disposição dos interessados gratuitamente na sede da Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte /MT, no site da prefeitura, www.portoalegredonorte.mt.gov.br e no e-mail licitacao@portoalegredonorte.mt.gov.br Telefone: (66) 3569 1226/1210.

Daniel Rosa do Lago

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIÃO

CONTABILIDADE
CONTABILIDADE - RELATÓRIOS RREO 3º BIMESTRE 2020

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 3º (TERCEIRO) BIMESTRE DE 2020

PREFEITURA DE PORTO ESPERIDIAO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Junho 2020/BIMESTRE Maio - Junho

RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$ 1

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR
			BIMESTRE	%	JAN A JUN	%	
		(a)	(b)	(b/a)	(c)	(c/a)	(a-c)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	52.670.050,00	52.670.050,00	8.549.569,18	16,23	23.312.302,11	44,26	29.357.747,89
RECEITAS CORRENTES	41.731.050,00	41.731.050,00	8.473.169,18	20,30	23.235.902,11	55,68	18.495.147,89
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	3.708.700,00	3.708.700,00	540.466,28	14,57	1.626.233,27	43,85	2.082.466,73
Impostos	3.016.500,00	3.016.500,00	517.043,81	17,14	1.510.308,80	50,07	1.506.191,20
Taxas	692.200,00	692.200,00	23.422,47	3,38	115.924,47	16,75	576.275,53
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	1.785.436,00	1.785.436,00	201.365,35	11,28	700.627,65	39,24	1.084.808,35
Contribuições Sociais	1.254.936,00	1.254.936,00	193.105,32	15,39	566.056,35	45,11	688.879,65
Contribuições Econômicas	500,00	500,00	8.260,03	.652,01	23.247,23	649,45	-22.747,23
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	530.000,00	530.000,00	0,00	0,00	111.324,07	21,00	418.675,93
RECEITA PATRIMONIAL	2.258.500,00	2.258.500,00	4.932,60	0,22	583.468,94	25,83	1.675.031,06
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valores Mobiliários	2.258.500,00	2.258.500,00	4.932,60	0,22	583.468,94	25,83	1.675.031,06
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	17.514,00	17.514,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.514,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	17.514,00	17.514,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.514,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	33.958.800,00	33.958.800,00	7.716.263,40	22,72	20.230.179,26	59,57	13.728.620,74
Transferências da União e de suas Entidades	14.503.800,00	14.503.800,00	4.646.129,92	32,03	10.119.249,15	69,77	4.384.550,85
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	13.178.000,00	13.178.000,00	2.139.693,45	16,24	6.999.579,05	53,12	6.178.420,95
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	6.277.000,00	6.277.000,00	929.890,53	14,81	3.108.712,42	49,53	3.168.287,58
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	549,50	0,00	2.638,64	0,00	-2.638,64
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.100,00	2.100,00	10.141,55	482,93	95.392,99	542,52	-93.292,99
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	600,00	600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	600,00
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	1.500,00	1.500,00	10.141,55	676,10	95.392,99	359,53	-93.892,99
RECEITAS DE CAPITAL	10.939.000,00	10.939.000,00	76.400,00	0,70	76.400,00	0,70	10.862.600,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	2.500.000,00	2.500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.500.000,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	2.500.000,00	2.500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.500.000,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	8.439.000,00	8.439.000,00	76.400,00	0,91	76.400,00	0,91	8.362.600,00
Transferências da União e de suas Entidades	8.314.000,00	8.314.000,00	76.400,00	0,92	76.400,00	0,92	8.237.600,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	125.000,00	125.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	125.000,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	2.478.450,00	2.478.450,00	365.766,33	14,76	1.006.068,25	40,59	1.472.381,75
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	55.148.500,00	55.148.500,00	8.915.335,51	16,17	24.318.370,36	44,10	30.830.129,64
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.445], PREFEITURA DE PORTO ESPERIDIAO

Portaria Nº 91 de 2020 - Mapeamento Atualizado 02/2020

PREFEITURA DE PORTO ESPERIDIAO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Junho 2020/BIMESTRE Maio - Junho

RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$ 1

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR
			BIMESTRE	%	JAN A JUN	%	
		(a)	(b)	(b/a)	(c)	(c/a)	(a-c)
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	55.148.500,00	55.148.500,00	8.915.335,51	16,17	24.318.370,36	44,10	30.830.129,64
DÉFICIT (VI)					0,00		
TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)	55.148.500,00	55.148.500,00	8.915.335,51	16,17	24.318.370,36	44,10	30.830.129,64
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	601.478,68			601.478,68		
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	0,00					
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais		601.478,68			601.478,68		

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.445], PREFEITURA DE PORTO ESPERIDIAO Portaria Nº 91 de 2020 - Mapeamento Atualizado 02/2020

PREFEITURA DE PORTO ESPERIDIAO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Junho 2020/BIMESTRE Maio - Junho

RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$ 1

DESPESAS	DOTACAO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS² (k)
			BIMESTRE	JAN A JUN (f)		BIMESTRE	JAN A JUN (h)			
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	52.361.840,00	53.166.813,78	5.973.243,06	21.865.002,92	31.301.810,86	6.394.728,01	19.894.488,25	33.272.325,53	17.413.492,04	0,00
DESPESAS CORRENTES	36.990.374,35	37.680.875,43	5.867.319,26	21.301.901,81	16.378.973,62	6.281.285,05	19.396.381,52	18.284.493,91	16.982.430,16	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	19.857.141,00	19.871.140,30	3.066.882,56	10.073.601,25	9.797.539,05	3.087.629,82	9.998.260,62	9.872.879,68	8.663.233,78	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	17.133.233,35	17.809.735,13	2.800.436,70	11.228.300,56	6.581.434,57	3.193.655,23	9.398.120,90	8.411.614,23	8.319.196,38	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	12.448.522,88	12.662.995,58	105.923,80	563.101,11	12.099.894,47	113.442,96	498.106,73	12.164.888,85	431.061,88	0,00
INVESTIMENTOS	12.348.522,88	12.562.995,58	105.923,80	463.101,11	12.099.894,47	106.158,40	461.891,90	12.101.103,68	394.847,05	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	100.000,00	100.000,00	0,00	100.000,00	0,00	7.284,56	36.214,83	63.785,17	36.214,83	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	2.922.942,77	2.822.942,77			2.822.942,77			2.822.942,77		
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	2.786.660,00	2.583.164,90	437.377,88	1.260.376,93	1.322.787,97	437.377,88	1.260.376,93	1.322.787,97	786.256,24	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	55.148.500,00	55.749.978,68	6.410.620,94	23.125.379,85	32.624.598,83	6.832.105,89	21.154.865,18	34.595.113,50	18.199.748,28	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍV. / REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	55.148.500,00	55.749.978,68	6.410.620,94	23.125.379,85	32.624.598,83	6.832.105,89	21.154.865,18	34.595.113,50	18.199.748,28	0,00
SUPERÁVIT (XIII)				1.192.990,51			3.163.505,18		6.118.622,08	
TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII)	55.148.500,00	55.749.978,68	6.410.620,94	24.318.370,36		6.832.105,89	24.318.370,36		24.318.370,36	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00			0,00			0,00		

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.445], PREFEITURA DE PORTO ESPERIDIAO

Portaria Nº 91 de 2020 - Mapeamento Atualizado 02/2020

PREFEITURA DE PORTO ESPERIDIAO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Junho 2020/BIMESTRE Maio - Junho

RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$ 1

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR
			BIMESTRE	%	JAN A JUN	%	
		(a)	(b)	(b/a)	(c)	(c/a)	(a-c)
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	2.478.450,00	2.478.450,00	365.766,33	14,76	1.006.068,25	40,59	1.472.381,75
RECEITAS CORRENTES	2.478.450,00	2.478.450,00	365.766,33	14,76	1.006.068,25	40,59	1.472.381,75
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	2.478.450,00	2.478.450,00	365.766,33	14,76	1.006.068,25	40,59	1.472.381,75
Contribuições Sociais	2.478.450,00	2.478.450,00	365.766,33	14,76	1.006.068,25	40,59	1.472.381,75
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.445], PREFEITURA DE PORTO ESPERIDIAO Portaria Nº 91 de 2020 - Mapeamento Atualizado 02/2020

PREFEITURA DE PORTO ESPERIDIAO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Junho 2020/BIMESTRE Maio - Junho

RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$ 1

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR
			BIMESTRE	%	JAN A JUN	%	
		(a)	(b)	(b/a)	(c)	(c/a)	(a-c)

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.445], PREFEITURA DE PORTO ESPERIDIAO Portaria Nº 91 de 2020 - Mapeamento Atualizado 02/2020

PREFEITURA DE PORTO ESPERIDIAO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Junho 2020/BIMESTRE Maio - Junho

RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1°) — R$ Milhares

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	DOTACAO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS[2]
			BIMESTRE	JAN A JUN		BIMESTRE	JAN A JUN			
	(d)	(e)		(f)	(g) = (e-f)		(h)	(i) = (e-h)	(j)	(k)
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	2.786.660,00	2.583.164,90	437.377,88	1.260.376,93	1.322.787,97	437.377,88	1.260.376,93	1.322.787,97	786.256,24	0,00
DESPESAS CORRENTES	2.786.660,00	2.583.164,90	437.377,88	1.260.376,93	1.322.787,97	437.377,88	1.260.376,93	1.322.787,97	786.256,24	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.786.660,00	2.583.164,90	437.377,88	1.260.376,93	1.322.787,97	437.377,88	1.260.376,93	1.322.787,97	786.256,24	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.445], PREFEITURA DE PORTO ESPERIDIAO — Portaria Nº 91 de 2020 - Mapeamento Atualizado 02/2020

PREFEITURA DE PORTO ESPERIDIAO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Junho 2020/BIMESTRE Maio - Junho

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") — R$ 1

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			BIMESTRE	JAN A JUN	%		BIMESTRE	JAN A JUN	%		
		(a)		(b)	(b/total b)	(c) = (a-b)		(d)	(d/total d)	(e) = (a-d)	(f)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	52.361.840,00	53.166.813,78	5.980.917,69	21.884.572,12	94,55	31.282.241,66	6.402.402,64	19.914.057,45	94,05	33.252.756,33	0,00
Legislativa	1.516.000,00	1.516.000,00	148.952,16	806.117,44	3,48	709.882,56	199.498,47	642.117,44	3,03	873.882,56	0,00
Ação Legislativa	1.516.000,00	1.516.000,00	148.952,16	806.117,44	3,48	709.882,56	199.498,47	642.117,44	3,03	873.882,56	0,00
Administração	11.967.533,35	12.161.235,56	1.749.750,43	6.371.557,82	27,53	5.789.677,74	1.945.185,96	5.597.920,13	26,44	6.563.315,43	0,00
Administração Geral	11.547.533,35	11.746.252,06	1.709.351,30	6.118.894,90	26,44	5.627.357,16	1.864.314,41	5.363.297,68	25,33	6.382.954,38	0,00
Normatização e Fiscalização	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00
Ordenamento Territorial	10.000,00	100,00	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	400.000,00	404.883,50	40.399,13	252.662,92	1,09	152.220,58	80.871,55	234.622,45	1,11	170.261,05	0,00
Assistência Social	1.891.660,00	1.919.809,22	227.785,37	783.380,21	3,38	1.136.429,01	229.185,37	783.380,21	3,70	1.136.429,01	0,00
Assistência ao Idoso	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	238.300,00	241.168,35	30.808,57	121.259,19	0,52	119.909,16	32.208,57	121.259,19	0,57	119.909,16	0,00
Assistência Comunitária	1.643.360,00	1.668.640,87	196.976,80	662.121,02	2,86	1.006.519,85	196.976,80	662.121,02	3,13	1.006.519,85	0,00
Extensão Rural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdência Social	3.486.322,88	3.486.322,88	383.139,17	1.201.643,98	5,19	2.284.678,90	392.079,59	1.176.502,52	5,56	2.309.820,36	0,00
Administração Geral	369.417,88	369.417,88	22.430,66	110.788,65	0,48	258.629,23	31.371,08	85.647,19	0,40	283.770,69	0,00
Previdência do Regime Estatutário	3.116.905,00	3.116.905,00	360.708,51	1.090.855,33	4,71	2.026.049,67	360.708,51	1.090.855,33	5,15	2.026.049,67	0,00
Saúde	7.208.716,00	7.786.979,19	1.898.531,85	5.968.046,41	25,79	1.818.932,78	1.980.668,71	5.634.834,71	26,61	2.152.144,48	0,00
Administração Geral	1.080.000,00	1.213.079,17	415.097,20	911.145,24	3,94	301.933,93	421.431,22	876.744,81	4,14	336.334,36	0,00
Atenção Básica	4.819.950,00	5.098.154,89	1.202.415,03	4.011.013,95	17,33	1.087.140,94	1.222.520,58	3.948.715,20	18,65	1.149.439,69	0,00
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	725.366,00	937.509,59	164.451,22	712.545,98	3,08	224.963,61	220.148,51	476.033,46	2,25	461.476,13	0,00
Suporte Profilático e Terapêutico	184.400,00	201.870,48	50.556,48	121.473,62	0,52	80.396,86	50.556,48	121.473,62	0,57	80.396,86	0,00
Vigilância Sanitária	222.500,00	186.125,98	39.234,28	126.889,51	0,55	59.236,47	39.234,28	126.889,51	0,60	59.236,47	0,00
Vigilância Epidemiológica	176.500,00	150.239,08	26.777,64	84.978,11	0,37	65.260,97	26.777,64	84.978,11	0,40	65.260,97	0,00
Trabalho	180.000,00	160.000,00	26.000,00	72.500,00	0,31	87.500,00	26.000,00	72.500,00	0,34	87.500,00	0,00
Fomento ao Trabalho	180.000,00	160.000,00	26.000,00	72.500,00	0,31	87.500,00	26.000,00	72.500,00	0,34	87.500,00	0,00
Educação	12.300.100,00	12.565.642,35	1.234.751,51	4.541.657,08	19,62	8.023.985,27	1.240.612,33	4.431.879,73	20,93	8.133.762,62	0,00
Administração Geral	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00
Ensino Fundamental	10.709.600,00	11.009.786,75	1.071.042,43	4.020.419,83	17,37	6.989.366,92	1.076.903,25	3.946.642,48	18,64	7.063.144,27	0,00
Ensino Superior	200.000,00	200.000,00	0,00	72.000,00	0,31	128.000,00	0,00	36.000,00	0,17	164.000,00	0,00
Educação Infantil	1.380.500,00	1.345.855,60	163.709,08	449.237,25	1,94	896.618,35	163.709,08	449.237,25	2,12	896.618,35	0,00
Cultura	1.229.000,00	1.072.657,41	42.447,26	174.729,92	0,75	897.927,49	42.447,26	174.729,92	0,83	897.927,49	0,00
Difusão Cultural	1.229.000,00	1.072.657,41	42.447,26	174.729,92	0,75	897.927,49	42.447,26	174.729,92	0,83	897.927,49	0,00
Urbanismo	3.026.000,00	3.062.274,00	255,00	455.549,79	1,97	2.606.724,21	255,00	149.273,96	0,70	2.913.000,04	0,00
Infra-Estrutura Urbana	3.026.000,00	3.062.274,00	255,00	455.549,79	1,97	2.606.724,21	255,00	149.273,96	0,70	2.913.000,04	0,00
Habitação	1.220.000,00	1.210.100,00	0,00	0,00	0,00	1.210.100,00	0,00	0,00	0,00	1.210.100,00	0,00
Administração Geral	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00
Habitação Urbana	1.210.000,00	1.200.100,00	0,00	0,00	0,00	1.200.100,00	0,00	0,00	0,00	1.200.100,00	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.445], PREFEITURA DE PORTO ESPERIDIAO — Portaria Nº 91 de 2020 - Mapeamento Atualizado 02/2020

PREFEITURA DE PORTO ESPERIDIAO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Junho 2020/BIMESTRE Maio - Junho

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") R$ 1

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			BIMESTRE	JAN A JUN	%		BIMESTRE	JAN A JUN	%		
		(a)		(b)	(b/total b)	(c) = (a-b)		(d)	(d/total d)	(e) = (a-d)	(f)
Saneamento	1.229.000,00	1.205.900,00	0,00	136.423,10	0,59	1.069.476,90	24.804,20	62.010,50	0,29	1.143.889,50	0,00
Saneamento Básico Urbano	976.000,00	952.900,00	0,00	136.423,10	0,59	816.476,90	24.804,20	62.010,50	0,29	890.889,50	0,00
Controle Ambiental	253.000,00	253.000,00	0,00	0,00	0,00	253.000,00	0,00	0,00	0,00	253.000,00	0,00
Gestão Ambiental	84.250,00	84.250,00	4.973,00	14.498,60	0,06	69.751,40	4.973,00	14.498,60	0,07	69.751,40	0,00
Preservação e Conservação Ambiental	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00
Controle Ambiental	54.250,00	54.250,00	4.973,00	14.498,60	0,06	39.751,40	4.973,00	14.498,60	0,07	39.751,40	0,00
Recuperação de Áreas Degradadas	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00
Agricultura	571.425,00	524.915,09	22.017,34	117.762,42	0,51	407.152,67	22.017,34	117.762,42	0,56	407.152,67	0,00
Ordenamento Territorial	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00
Promoção da Produção Animal	20.000,00	200,00	0,00	0,00	0,00	200,00	0,00	0,00	0,00	200,00	0,00
Abastecimento	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00
Extensão Rural	531.425,00	504.715,09	22.017,34	117.762,42	0,51	386.952,67	22.017,34	117.762,42	0,56	386.952,67	0,00
Indústria	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00
Administração Geral	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00
Promoção Industrial	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00
Comércio e Serviços	31.230,00	31.230,00	0,00	0,00	0,00	31.230,00	0,00	0,00	0,00	31.230,00	0,00
Promoção Comercial	31.230,00	31.230,00	0,00	0,00	0,00	31.230,00	0,00	0,00	0,00	31.230,00	0,00
Energia	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00
Energia Elétrica	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00
Transporte	2.825.500,00	2.919.600,00	223.084,31	1.049.464,84	4,53	1.870.135,16	268.160,56	929.191,97	4,39	1.990.408,03	0,00
Serviços Urbanos	300.000,00	371.100,00	0,00	0,00	0,00	371.100,00	0,00	0,00	0,00	371.100,00	0,00
Transporte Rodoviário	2.525.500,00	2.548.500,00	223.084,31	1.049.464,84	4,53	1.499.035,16	268.160,56	929.191,97	4,39	1.619.308,03	0,00
Desporto e Lazer	542.160,00	506.955,31	19.230,29	91.240,51	0,39	415.714,80	19.230,29	91.240,51	0,43	415.714,80	0,00
Desporto Comunitário	322.160,00	306.955,31	19.230,29	70.103,31	0,30	236.852,00	19.230,29	70.103,31	0,33	236.852,00	0,00
Lazer	220.000,00	200.000,00	0,00	21.137,20	0,09	178.862,80	0,00	21.137,20	0,10	178.862,80	0,00
Encargos Especiais	100.000,00	100.000,00	0,00	100.000,00	0,43	0,00	7.284,56	36.214,83	0,17	63.785,17	0,00
Serviço da Dívida Interna	100.000,00	100.000,00	0,00	100.000,00	0,43	0,00	7.284,56	36.214,83	0,17	63.785,17	0,00
Reserva de Contingência	2.922.942,77	2.822.942,77	0,00	0,00	0,00	2.822.942,77	0,00	0,00	0,00	2.822.942,77	0,00
Reserva de Contingência	2.922.942,77	2.822.942,77	0,00	0,00	0,00	2.822.942,77	0,00	0,00	0,00	2.822.942,77	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	2.786.660,00	2.583.164,90	437.377,88	1.260.376,93	5,45	1.322.787,97	437.377,88	1.260.376,93	5,95	1.322.787,97	0,00
Legislativa	51.000,00	51.000,00	16.183,95	32.829,59	0,14	18.170,41	16.183,95	32.829,59	0,16	18.170,41	0,00
Ação Legislativa	51.000,00	51.000,00	16.183,95	32.829,59	0,14	18.170,41	16.183,95	32.829,59	0,16	18.170,41	0,00
Administração	595.590,00	543.090,00	87.160,09	256.227,42	1,11	286.862,58	87.160,09	256.227,42	1,21	286.862,58	0,00
Administração Geral	595.590,00	543.090,00	87.160,09	256.227,42	1,11	286.862,58	87.160,09	256.227,42	1,21	286.862,58	0,00
Assistência Social	119.800,00	133.679,26	12.934,15	37.366,87	0,16	96.312,39	12.934,15	37.366,87	0,18	96.312,39	0,00
Assistência Comunitária	119.800,00	133.679,26	12.934,15	37.366,87	0,16	96.312,39	12.934,15	37.366,87	0,18	96.312,39	0,00
Previdência Social	17.686,00	17.686,00	2.442,62	7.075,18	0,03	10.610,82	2.442,62	7.075,18	0,03	10.610,82	0,00
Administração Geral	17.686,00	17.686,00	2.442,62	7.075,18	0,03	10.610,82	2.442,62	7.075,18	0,03	10.610,82	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.445], PREFEITURA DE PORTO ESPERIDIAO Portaria Nº 91 de 2020 - Mapeamento Atualizado 02/2020

PREFEITURA DE PORTO ESPERIDIAO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Junho 2020/BIMESTRE Maio - Junho

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") R$ 1

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			BIMESTRE	JAN A JUN	%		BIMESTRE	JAN A JUN	%		
		(a)		(b)	(b/total b)	(c) = (a-b)		(d)	(d/total d)	(e) = (a-d)	(f)
Saúde	906.384,00	764.139,81	168.281,84	493.300,92	2,13	270.838,89	168.281,84	493.300,92	2,33	270.838,89	0,00
Administração Geral	190.450,00	170.450,00	28.548,56	83.864,73	0,36	86.585,27	28.548,56	83.864,73	0,40	86.585,27	0,00
Atenção Básica	548.934,00	446.689,81	113.288,64	332.501,17	1,44	114.188,64	113.288,64	332.501,17	1,57	114.188,64	0,00
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	50.400,00	45.400,00	7.608,42	22.147,84	0,10	23.252,16	7.608,42	22.147,84	0,10	23.252,16	0,00
Suporte Profilático e Terapêutico	30.700,00	28.700,00	4.515,82	13.134,38	0,06	15.565,62	4.515,82	13.134,38	0,06	15.565,62	0,00
Vigilância Sanitária	51.000,00	38.000,00	7.801,68	22.319,68	0,10	15.680,32	7.801,68	22.319,68	0,11	15.680,32	0,00
Vigilância Epidemiológica	34.900,00	34.900,00	6.518,72	19.333,12	0,08	15.566,88	6.518,72	19.333,12	0,09	15.566,88	0,00
Educação	1.022.000,00	999.369,83	140.643,25	405.330,36	1,75	594.039,47	140.643,25	405.330,36	1,91	594.039,47	0,00
Ensino Fundamental	824.675,00	802.044,83	113.506,70	327.260,42	1,41	474.784,41	113.506,70	327.260,42	1,55	474.784,41	0,00
Educação Infantil	197.325,00	197.325,00	27.136,55	78.069,94	0,34	119.255,06	27.136,55	78.069,94	0,37	119.255,06	0,00
Cultura	45.000,00	45.000,00	6.045,96	17.376,91	0,08	27.623,09	6.045,96	17.376,91	0,08	27.623,09	0,00
Difusão Cultural	45.000,00	45.000,00	6.045,96	17.376,91	0,08	27.623,09	6.045,96	17.376,91	0,08	27.623,09	0,00
Agricultura	17.000,00	17.000,00	2.247,48	6.443,32	0,03	10.556,68	2.247,48	6.443,32	0,03	10.556,68	0,00
Extensão Rural	17.000,00	17.000,00	2.247,48	6.443,32	0,03	10.556,68	2.247,48	6.443,32	0,03	10.556,68	0,00
Desporto e Lazer	12.200,00	12.200,00	1.438,54	4.426,36	0,02	7.773,64	1.438,54	4.426,36	0,02	7.773,64	0,00
Desporto Comunitário	12.200,00	12.200,00	1.438,54	4.426,36	0,02	7.773,64	1.438,54	4.426,36	0,02	7.773,64	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	55.148.500,00	55.749.978,68	6.418.295,57	23.144.949,05	100,00	32.605.029,63	6.839.780,52	21.174.434,38	100,00	34.575.544,30	0,00

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar processados são também consideradas executadas.
Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
. a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.445], PREFEITURA DE PORTO ESPERIDIAO Portaria Nº 91 de 2020 - Mapeamento Atualizado 02/2020

PREFEITURA DE PORTO ESPERIDIAO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JUL/2019 A JUN/2020

RREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I) — R$ 1

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA
	JUL/2019	AGO/2019	SET/2019	OUT/2019	NOV/2019	DEZ/2019	JAN/2020	FEV/2020	MAR/2020	ABR/2020	MAI/2020	JUN/2020		
RECEITAS CORRENTES (I)	3.986.222,65	3.353.214,20	3.389.588,92	5.008.267,89	3.811.197,09	7.653.812,45	4.671.040,76	3.811.849,55	3.817.261,77	3.356.419,52	4.598.537,41	4.272.127,15	51.729.539,36	46.638.250,00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	235.158,03	254.886,87	216.621,72	240.523,12	228.852,59	463.593,29	261.724,82	276.845,73	278.861,98	268.334,46	217.757,43	322.708,85	3.265.868,89	3.708.700,00
IPTU	11.373,91	16.855,38	8.634,98	8.804,79	9.106,35	8.547,98	9.491,22	6.773,31	9.701,76	6.897,69	22.381,09	26.181,81	144.750,27	238.250,00
ISS	90.572,62	71.284,84	65.743,61	82.924,91	74.170,48	87.901,93	116.178,47	61.938,99	63.606,34	107.239,82	90.728,64	88.864,77	1.001.155,42	915.250,00
ITBI	31.038,14	60.136,16	56.064,43	45.782,53	55.793,56	206.412,53	48.806,52	65.261,70	88.562,38	63.962,29	4.739,52	103.348,00	829.907,76	1.003.000,00
IRRF	87.455,75	94.376,31	75.607,63	89.543,02	84.306,84	155.134,10	71.419,01	100.962,91	89.040,00	83.422,58	90.075,30	90.724,68	1.112.068,13	860.000,00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	14.717,61	12.234,18	10.571,07	13.467,87	5.475,36	5.596,75	15.829,60	41.908,82	27.951,50	6.812,08	9.832,88	13.589,59	177.987,31	692.200,00
Contribuições	90.429,43	170.749,64	272.918,19	139.552,76	139.621,72	451.812,18	148.079,61	164.796,92	96.113,26	90.272,51	103.576,18	97.789,17	1.965.711,57	1.785.436,00
Receita Patrimonial	40.032,82	10.255,09	3.410,01	4.208,23	3.632,81	263.492,43	503.804,29	9.165,12	3.171,61	62.395,32	2.273,48	2.659,12	908.500,33	2.258.500,00
Rendimentos de Aplicação Financeira	40.032,82	10.255,09	3.410,01	4.208,23	3.632,81	263.492,43	503.804,29	9.165,12	3.171,61	62.395,32	2.273,48	2.659,12	908.500,33	2.258.500,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.514,00
Transferências Correntes	3.614.802,87	2.910.745,26	2.894.680,36	4.620.512,88	3.433.412,63	6.472.666,46	3.738.130,26	3.299.258,37	3.437.962,85	2.932.403,05	4.268.032,97	3.845.725,81	45.468.333,77	38.866.000,00
Cota Parte do FPM	995.936,46	726.965,72	647.106,70	595.745,74	808.512,23	1.378.379,88	808.390,54	1.168.088,24	683.013,52	669.504,45	700.449,39	570.203,37	9.752.296,24	11.550.000,00
Cota Parte do ICMS	1.041.942,07	903.842,42	793.483,84	1.171.662,01	973.423,23	1.509.561,14	1.027.544,51	932.495,03	1.398.785,35	880.685,56	826.191,62	1.050.312,49	12.509.929,27	10.250.000,00
Cota Parte do IPVA	72.175,67	51.918,68	40.867,90	24.088,12	18.550,87	19.790,51	61.025,70	69.320,35	70.579,41	28.759,22	47.831,30	63.142,44	568.050,17	800.000,00
Cota Parte do ITR	13.192,68	38.785,30	195.442,36	1.597.288,65	292.290,31	259.242,13	183.533,61	15.643,63	3.565,21	11.654,13	14.454,43	11.875,16	2.636.967,60	2.700.000,00
Transferências da LC 87/1996	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	36.000,00
Transferências da LC 61/1989	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferencias do FUNDEB	557.477,63	508.273,26	453.860,30	631.571,64	548.795,27	803.789,92	535.863,91	555.804,75	647.492,98	439.660,25	432.931,30	496.959,23	6.612.480,44	6.277.000,00
Outras Transferências Correntes	934.078,36	680.959,88	763.919,26	600.156,72	791.840,72	2.501.902,88	1.121.771,99	557.906,37	634.526,38	902.139,44	2.246.174,93	1.653.233,12	13.388.610,05	7.253.000,00
Outras Receitas Correntes	5.799,50	6.577,34	1.958,64	3.470,90	5.677,34	2.248,09	19.301,78	61.783,41	1.152,07	3.014,18	6.897,35	3.244,20	121.124,80	2.100,00
DEDUÇÕES (II)	388.998,24	462.887,09	602.194,47	769.839,25	454.050,22	951.500,48	511.184,01	528.589,29	527.301,83	408.393,07	413.101,37	436.895,74	6.454.935,06	6.163.136,00
Contribuição do Servidor para o Plano de Previdência	43.737,34	118.584,75	266.814,42	92.082,48	35.495,02	400.539,79	95.085,28	91.479,98	96.113,26	90.272,51	95.316,15	97.789,17	1.523.310,15	1.254.936,00
Compensação Financeira entre Regimes de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Dedução de Receita para Formação do Fundeb	345.260,90	344.302,34	335.380,05	677.756,77	418.555,20	550.960,69	416.098,73	437.109,31	431.188,57	318.120,56	317.785,22	339.106,57	4.931.624,91	4.907.200,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I)-(II)	3.597.224,41	2.890.327,11	2.787.394,45	4.238.428,64	3.357.146,87	6.702.311,97	4.159.856,75	3.283.260,26	3.289.959,94	2.948.026,45	4.185.436,04	3.835.231,41	45.274.604,30	40.475.114,00
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	250.000,00	0,00	0,00	250.000,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (V) = (III - IV)	3.597.224,41	2.890.327,11	2.787.394,45	4.238.428,64	3.357.146,87	6.702.311,97	4.159.856,75	3.283.260,26	3.289.959,94	2.698.026,45	4.185.436,04	3.835.231,41	45.024.604,30	40.475.114,00
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (V - VI)	3.597.224,41	2.890.327,11	2.787.394,45	4.238.428,64	3.357.146,87	6.702.311,97	4.159.856,75	3.283.260,26	3.289.959,94	2.698.026,45	4.185.436,04	3.835.231,41	45.024.604,30	40.475.114,00

PREFEITURA DE PORTO ESPERIDIAO

DEMONSTRATIVOS DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS

DO REGIME PRÓPRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS

PERIODO: Janeiro a Junho 2020/BIMESTRE Maio - Junho

RREO – ANEXO 4 (LRF, art. 53, inciso II) — R$ 1

PLANO PREVIDENCIÁRIO				
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Jan a Jun 2020	Jan a Jun 2019
RECEITAS CORRENTES (I)	5.884.986,00	5.884.986,00	2.138.438,28	1.577.744,33
Receita de Contribuições dos Segurados	1.254.936,00	1.254.936,00	566.056,35	547.142,02
Civil	1.254.936,00	1.254.936,00	566.056,35	547.142,02
Ativo	1.250.569,00	1.250.569,00	564.341,80	545.588,08
Inativo	3.367,00	3.367,00	1.714,55	1.553,94
Pensionista	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	2.478.450,00	2.478.450,00	1.006.068,25	969.542,63
Civil	2.478.450,00	2.478.450,00	1.006.068,25	969.542,63
Ativo	2.478.450,00	2.478.450,00	1.006.068,25	969.542,63
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	2.150.000,00	2.150.000,00	566.313,68	61.059,68
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	2.150.000,00	2.150.000,00	566.313,68	61.059,68
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	1.600,00	1.600,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	600,00	600,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (IV) = (I + III - II)	5.884.986,00	5.884.986,00	2.138.438,28	1.577.744,33

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.445], PREFEITURA DE PORTO ESPERIDIAO

Portaria Nº 91 de 2020 - Mapeamento Atualizado 02/2020

PREFEITURA DE PORTO ESPERIDIAO

DEMONSTRATIVOS DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS

DO REGIME PRÓPRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS

PERIODO: Janeiro a Junho 2020/BIMESTRE Maio - Junho

RREO – ANEXO 4 (LRF, art. 53, inciso II) R$ 1

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Jan a Jun 2020	Jan a Jun 2019	Jan a Jun 2020	Jan a Jun 2019	Em 2020	Em 2019
Benefícios - Civil	3.116.905,00	3.116.905,00	1.090.855,33	1.111.208,01	1.090.855,33	1.111.208,01	0,00	0,00
Aposentadorias	1.780.570,00	1.780.570,00	790.841,75	587.686,22	790.841,75	587.686,22	0,00	0,00
Pensões	460.000,00	460.000,00	192.691,87	189.496,32	192.691,87	189.496,32	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	876.335,00	876.335,00	107.321,71	334.025,47	107.321,71	334.025,47	0,00	0,00
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	17.686,00	17.686,00	7.075,18	1.168,94	7.075,18	1.168,94	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	17.686,00	17.686,00	7.075,18	1.168,94	7.075,18	1.168,94	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (V)	3.134.591,00	3.134.591,00	1.097.930,51	1.112.376,95	1.097.930,51	1.112.376,95	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VI) = (IV - V)	2.750.395,00	2.750.395,00	1.040.507,77	465.367,38	1.040.507,77	465.367,38		

RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
VALOR	0,00

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
VALOR	0,00

APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	APORTES REALIZADOS
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	0,00
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00

BENS E DIREITOS DO RPPS	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	Em 2020	Em 2019
Caixa e Equivalentes de Caixa	18.442,46	1.283.714,52
Investimentos e Aplicações	4.944.642,47	21.933.759,82
Outros Bens e Direitos	0,00	0,00

PLANO FINANCEIRO

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Jan a Jun 2020	Jan a Jun 2019
RECEITAS CORRENTES (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.445], PREFEITURA DE PORTO ESPERIDIAO

Portaria Nº 91 de 2020 - Mapeamento Atualizado 02/2020

PREFEITURA DE PORTO ESPERIDIAO

DEMONSTRATIVOS DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS

DO REGIME PRÓPRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS

PERIODO: Janeiro a Junho 2020/BIMESTRE Maio - Junho

RREO – ANEXO 4 (LRF, art. 53, inciso II) R$ 1

Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (IX) = (VII + VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Jan a Jun 2020	Jan a Jun 2019	Jan a Jun 2020	Jan a Jun 2019	Em 2020	Em 2019
Benefícios - Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.445], PREFEITURA DE PORTO ESPERIDIAO

Portaria Nº 91 de 2020 - Mapeamento Atualizado 02/2020

PREFEITURA DE PORTO ESPERIDIAO

DEMONSTRATIVOS DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS

DO REGIME PRÓPRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS

PERIODO: Janeiro a Junho 2020/BIMESTRE Maio - Junho

RREO – ANEXO 4 (LRF, art. 53, inciso II)								R$ 1
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		

APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO FINANCEIRO DO RPPS	APORTES REALIZADOS
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00

RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Jan a Jun 2020	Jan a Jun 2019
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS - (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Jan a Jun 2020	Jan a Jun 2019	Jan a Jun 2020	Jan a Jun 2019	Em 2020	Em 2019
DESPESAS CORRENTES (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII – XV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar processados são também consideradas executadas.
Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
. a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.445], PREFEITURA DE PORTO ESPERIDIAO

Portaria Nº 91 de 2020 - Mapeamento Atualizado 02/2020

PREFEITURA DE PORTO ESPERIDIAO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Junho 2020/BIMESTRE Maio - Junho

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III) R$ 1

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS (a)
		Jan a Jun/2020
RECEITAS CORRENTES (I)	41.731.050,00	23.235.902,11
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	3.708.700,00	1.626.233,27
IPTU	238.250,00	81.426,88
ISS	915.250,00	528.557,03
ITBI	1.003.000,00	374.680,41
IRRF	860.000,00	525.644,48
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	692.200,00	115.924,47
Contribuições	1.785.436,00	700.627,65
Receita Patrimonial	2.258.500,00	583.468,94
Aplicações Financeiras (II)	2.258.500,00	583.468,94
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00
Transferências Correntes	33.958.800,00	20.230.179,26
Cota Parte do FPM	9.400.000,00	4.599.649,51
Cota Parte do ICMS	8.200.000,00	4.892.811,78
Cota Parte do IPVA	640.000,00	272.527,15
Cota Parte do ITR	2.160.000,00	240.726,17
Transferências da LC 87/1996	28.800,00	0,00
Transferências da LC 61/1989	0,00	0,00
Transferencias do FUNDEB	6.277.000,00	3.108.712,42
Outras Transferências Correntes	7.253.000,00	7.115.752,23
Demais Receitas Correntes	19.614,00	95.392,99
Outras Receitas Financeiras (III)	500,00	95.392,99
Receitas Correntes Restantes	19.114,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (IV) = I - II - III	39.472.050,00	22.557.040,18
RECEITAS DE CAPITAL (V)	10.939.000,00	76.400,00
Operações de Crédito (VI)	2.500.000,00	0,00
Amortização de Empréstimos (VII)	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (VIII)	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (IX)	0,00	0,00
Outras Alienações de Bens	0,00	0,00
Transferências de Capital	8.439.000,00	76.400,00
Convênios	8.025.000,00	76.400,00
Outras Transferências de Capital	414.000,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias (X)	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XI)=(V-VI-VII-VIII-IX-X)	8.439.000,00	76.400,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL(XII)=(IV+XI)	47.911.050,00	22.633.440,18

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.445], PREFEITURA DE PORTO ESPERIDIAO Portaria Nº 91 de 2020 - Mapeamento Atualizado 02/2020

PREFEITURA DE PORTO ESPERIDIAO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Junho 2020/BIMESTRE Maio - Junho

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III) R$ 1

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)
DESPESAS CORRENTES (XIII)	37.680.875,43	21.321.471,01	19.415.950,72	16.991.716,47	835.093,11	698.546,50	698.546,50
Pessoal e Encargos Sociais	19.871.140,30	10.093.170,45	10.017.829,82	8.672.520,09	81.519,51	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	17.809.735,13	11.228.300,56	9.398.120,90	8.319.196,38	753.573,60	698.546,50	698.546,50
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XV) = (XIII-XIV)	37.680.875,43	21.321.471,01	19.415.950,72	16.991.716,47	835.093,11	698.546,50	698.546,50
DESPESAS DE CAPITAL (XVI)	12.662.995,58	563.101,11	498.106,73	431.061,88	13.241,68	26.121,78	26.121,78
Investimentos	12.562.995,58	463.101,11	461.891,90	394.847,05	13.241,68	26.121,78	26.121,78
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado(XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito(XIX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XX)	100.000,00	100.000,00	36.214,83	36.214,83	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXI)=(XVI-XVII-XVIII-XIX-XX)	12.562.995,58	463.101,11	461.891,90	394.847,05	13.241,68	26.121,78	26.121,78
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXII)	2.822.942,77	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXIII)=(XV+XXI+XXII)	53.066.813,78	21.784.572,12	19.877.842,62	17.386.563,52	848.334,79	724.668,28	724.668,28
RESULTADO PRIMÁRIO - Acima da Linha (XXIV)=(XIIa - (XXIIIa + XXIIIb + XXIIIc))							3.673.873,59

META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO	VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	-31.100,00

JUROS NOMINAIS	Jan a Jun/2020
	VALOR INCORRIDO
JUROS E ENCARGOS ATIVOS (XXV)	0,00
JUROS E ENCARGOS PASSIVOS (XXVI)	0,00
RESULTADO NOMINAL - Acima da Linha (XXVII) = XXIV + (XXV - XXVI)	3.673.873,59

META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL	VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	-52.429,65

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.445], PREFEITURA DE PORTO ESPERIDIAO Portaria Nº 91 de 2020 - Mapeamento Atualizado 02/2020

PREFEITURA DE PORTO ESPERIDIAO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Junho 2020/BIMESTRE Maio - Junho

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III) R$ 1

ABAIXO DA LINHA		
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL	SALDO	
	Em 31/Dez/2019 (a)	Jan a Jun/2020 (b)
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXVIII)	0,00	0,00
DEDUÇÕES (XXIX)	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00
(-)Restos a Pagar Processados (XXX)	1.168.414,87	321.620,08
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XXXI) = (XXVIII - XXIX)	0,00	0,00
RESULTADO NOMINAL - Abaixo da Linha (XXXII) = (XXXIa - XXXIb)		0,00

AJUSTE METODOLÓGICO	Jan a Jun/2020
VARIAÇÃO DO SALDO RPP = (XXXIII) = (XXXa - XXXb)	846.794,79
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTESS (IX)	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS NA DC (XXXIV)	0,00
VARIAÇÃO CAMBIAL (XXXV)	0,00
PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XXXVI)	0,00
AJUSTES RELATIVOS AO RPPS (XXXVII)	0,00
OUTROS AJUSTES (XXXVIII)	0,00
RESULTADO NOMINAL AJUSTADO - Abaixo da Linha (XXXIX) = (XXXII - XXXIII - IX + XXXIV + XXXV - XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	-846.794,79
RESULTADO PRIMÁRIO - Abaixo da Linha (XL) = XXXIX - (XXV - XXVI)	-846.794,79

INFORMAÇÕES ADICIONAIS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	533.559,68
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	533.559,68
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.445], PREFEITURA DE PORTO ESPERIDIAO Portaria Nº 91 de 2020 - Mapeamento Atualizado 02/2020

PREFEITURA DE PORTO ESPERIDIAO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ORGÃO

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Junho 2020/BIMESTRE Maio - Junho

RREO – Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V) R$ 1

PODER / ORGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						Saldo Total
	Inscritos					Inscritos						
	Exercicios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro 2019 (b)	Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo e = (a+b) - (c+d)	Exercicios Anteriores (f)	Em 31 de Dezembro 2019 (g)	Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k = (f+g) - (i+j)	L = (e + k)
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	366.339,85	901.050,38	848.334,79	0,00	419.055,44	344.321,74	1.256.980,48	724.668,28	724.668,28	0,00	876.633,94	1.295.689,38
02 EXECUTIVO	0,00	901.050,38	838.984,79	0,00	62.065,59	0,00	1.256.980,48	715.743,31	715.743,31	0,00	541.237,17	603.302,76
0202 PREFEITURA MUNICIPAL	0,00	26.330,00	26.330,00	0,00	0,00	0,00	9.681,65	391,02	391,02	0,00	9.290,63	9.290,63
0203 SECRETARIA DE EDUCACAO	0,00	197.644,49	197.644,49	0,00	0,00	0,00	474.895,40	162.008,81	162.008,81	0,00	312.886,59	312.886,59
0204 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO	0,00	144.849,19	144.849,19	0,00	0,00	0,00	37.751,21	18.706,74	18.706,74	0,00	19.044,47	19.044,47
0205 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS	0,00	240.229,40	178.163,81	0,00	62.065,59	0,00	192.636,29	82.697,53	82.697,53	0,00	109.938,76	172.004,35
0206 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	0,00	159.147,29	159.147,29	0,00	0,00	0,00	82.263,08	20.624,85	20.624,85	0,00	61.638,23	61.638,23
0207 SECRETARIA MUNICIPAL ASSISTENCIA SOCIAL	0,00	54.698,47	54.698,47	0,00	0,00	0,00	16.648,58	2.224,95	2.224,95	0,00	14.423,63	14.423,63
0208 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENT	0,00	1.063,50	1.063,50	0,00	0,00	0,00	9.453,06	832,41	832,41	0,00	8.620,65	8.620,65
0209 SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA	0,00	1.025,30	1.025,30	0,00	0,00	0,00	23.228,21	19.639,00	19.639,00	0,00	3.589,21	3.589,21
0210 SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA	0,00	13.520,00	13.520,00	0,00	0,00	0,00	410.423,00	408.618,00	408.618,00	0,00	1.805,00	1.805,00
0211 SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER	0,00	390,00	390,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0214 PREVIPORTO - FUNDO MUNIC. DE PREV.SOCIAL DOS SERV.	0,00	62.152,74	62.152,74	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03 SECRETARIA DE EDUCACAO	16.701,25	0,00	6.000,00	0,00	10.701,25	231.306,98	0,00	3.000,00	3.000,00	0,00	228.306,98	239.008,23
0303 SECRETARIA DE EDUCACAO	16.701,25	0,00	6.000,00	0,00	10.701,25	231.306,98	0,00	3.000,00	3.000,00	0,00	228.306,98	239.008,23
04 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO	24.166,36	0,00	0,00	0,00	24.166,36	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24.166,36
0404 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO	24.166,36	0,00	0,00	0,00	24.166,36	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24.166,36
05 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS	201.968,88	0,00	3.350,00	0,00	198.618,88	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	198.618,88
0505 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS	201.968,88	0,00	3.350,00	0,00	198.618,88	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	198.618,88
06 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	105.403,00	0,00	0,00	0,00	0,00	105.403,00	105.403,00
0606 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	105.403,00	0,00	0,00	0,00	0,00	105.403,00	105.403,00
08 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENT	24.528,00	0,00	0,00	0,00	24.528,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24.528,00
0808 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENT	24.528,00	0,00	0,00	0,00	24.528,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24.528,00
09 SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA	98.975,36	0,00	0,00	0,00	98.975,36	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	98.975,36
0909 SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA	98.975,36	0,00	0,00	0,00	98.975,36	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	98.975,36
10 SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.611,76	0,00	5.924,97	5.924,97	0,00	1.686,79	1.686,79
1010 SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.611,76	0,00	5.924,97	5.924,97	0,00	1.686,79	1.686,79
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	35.216,69	35.216,69	35.216,69	0,00	0,00	0,00
02 EXECUTIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	35.216,69	35.216,69	35.216,69	0,00	0,00	0,00
03 SECRETARIA DE EDUCACAO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
05 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
08 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
09 SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10 SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	366.339,85	901.050,38	848.334,79	0,00	419.055,44	344.321,74	1.292.197,17	759.884,97	759.884,97	0,00	876.633,94	1.295.689,38

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.445], PREFEITURA DE PORTO ESPERIDIAO

Portaria Nº 91 de 2020 - Mapeamento Atualizado 02/2020

PREFEITURA DE PORTO ESPERIDIAO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - MUNICÍPIOS

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Junho 2020/BIMESTRE Maio - Junho

RREO – Anexo 8 (LDB, Art. 72) R$ 1

RECEITAS DO ENSINO				
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			JAN A JUN	(c) =(b/a)x100 (%)
1- RECEITA DE IMPOSTOS	3.016.500,00	3.016.500,00	1.510.308,80	50,07
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU	238.250,00	238.250,00	81.426,88	34,18
1.1.1- IPTU	150.000,00	150.000,00	29.082,39	19,39
1.1.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU	88.250,00	88.250,00	52.344,49	59,31
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos – ITBI	1.003.000,00	1.003.000,00	374.680,41	37,36
1.2.1- ITBI	1.000.000,00	1.000.000,00	374.680,41	37,47
1.2.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	915.250,00	915.250,00	528.557,03	57,75
1.3.1- ISS	912.250,00	912.250,00	503.725,81	55,22
1.3.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS	3.000,00	3.000,00	24.831,22	827,71
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	860.000,00	860.000,00	525.644,48	61,12
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	25.336.000,00	25.336.000,00	11.297.048,66	44,59
2.1- Cota-Parte FPM	11.550.000,00	11.550.000,00	4.599.649,51	39,82
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	10.750.000,00	10.750.000,00	4.599.649,51	42,79
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	400.000,00	400.000,00	0,00	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	400.000,00	400.000,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	10.250.000,00	10.250.000,00	6.116.014,56	59,67
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº 87/1996	36.000,00	36.000,00	0,00	0,00
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	0,00	0,00	0,00	0,00
2.5- Cota-Parte ITR	2.700.000,00	2.700.000,00	240.726,17	8,92
2.6- Cota-Parte IPVA	800.000,00	800.000,00	340.658,42	42,58
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	28.352.500,00	28.352.500,00	12.807.357,46	45,17

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			JAN A JUN	(c) =(b/a)x100 (%)
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	808.000,00	808.000,00	365.421,94	45,23
5.1- Transferências do Salário-Educação	360.000,00	360.000,00	212.860,22	59,13
5.2- Transferências Diretas - PDDE	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	134.000,00	134.000,00	17.967,00	13,41
5.4 - Transferências Diretas - PNATE	205.000,00	205.000,00	134.262,80	65,49
5.5- Outras Transferências do FNDE	106.000,00	106.000,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	3.000,00	3.000,00	331,92	11,06
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	2.420.000,00	2.420.000,00	161.391,16	6,67
6.1- Transferências de Convênios	2.418.000,00	2.418.000,00	161.387,68	6,67
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	2.000,00	2.000,00	3,48	0,17
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	3.228.000,00	3.228.000,00	526.813,10	16,32

PREFEITURA DE PORTO ESPERIDIAO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - MUNICÍPIOS

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Junho 2020/BIMESTRE Maio - Junho

RREO – Anexo 8 (LDB, Art. 72) R$ 1

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS JAN A JUN (b)	RECEITAS REALIZADAS (c) =(b/a)x100 (%)
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	4.907.200,00	4.907.200,00	1.291.334,05	26,32
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	2.150.000,00	2.150.000,00	0,00	0,00
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	2.050.000,00	2.050.000,00	1.223.202,78	59,67
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	7.200,00	7.200,00	0,00	0,00
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	0,00	0,00	0,00	0,00
10.5- Cota-Parte ITR Destinados ao FUNDEB – (20% de 2.5)	540.000,00	540.000,00	0,00	0,00
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	160.000,00	160.000,00	68.131,27	42,58
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	6.287.000,00	6.287.000,00	3.109.558,52	49,46
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	6.277.000,00	6.277.000,00	3.108.712,42	49,53
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	10.000,00	10.000,00	846,10	8,46
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	1.369.800,00	1.369.800,00	1.817.378,37	132,67

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS JAN A JUN (e)	DESPESAS EMPENHADAS % (f)=(e/d)x100	DESPESAS LIQUIDADAS JAN A JUN (g)	DESPESAS LIQUIDADAS % (h)=(g/d)x100	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	4.803.675,00	4.803.675,00	1.847.025,66	38,45	1.847.025,66	38,45	0,00
13.1- Com Educação Infantil	412.000,00	412.000,00	132.220,72	32,09	132.220,72	32,09	0,00
13.2- Com Ensino Fundamental	4.391.675,00	4.391.675,00	1.714.804,94	39,05	1.714.804,94	39,05	0,00
14- OUTRAS DESPESAS	1.483.325,00	1.483.325,00	1.378.486,25	92,93	1.378.486,25	92,93	0,00
14.1- Com Educação Infantil	443.325,00	408.680,60	362.631,22	88,73	362.631,22	88,73	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	1.040.000,00	1.074.644,40	1.015.855,03	94,53	1.015.855,03	94,53	0,00
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	6.287.000,00	6.287.000,00	3.225.511,91	51,30	3.225.511,91	51,30	0,00

DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB	Valor
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB	0,00
16.1 - FUNDEB 60%	0,00
16.2 - FUNDEB 40%	0,00
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	0,00
17.1 - FUNDEB 60%	0,00
17.2 - FUNDEB 40%	0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)	0,00

INDICADORES DO FUNDEB	Valor
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)	3.225.511,91
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério1 (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %	59,40
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %	44,33
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 +19.2)) %	-3,73

CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQÜENTE	Valor
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2019 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS	42.845,78
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2020	0,00

PREFEITURA DE PORTO ESPERIDIAO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - MUNICÍPIOS

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Junho 2020/BIMESTRE Maio - Junho

RREO – Anexo 8 (LDB, Art. 72) R$ 1

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB							
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			JAN A JUN (e)	% (f)=(e/d)x100	JAN A JUN (g)	% (h)=(g/d)x100	
22- EDUCAÇÃO INFANTIL	1.177.825,00	1.143.180,60	527.307,19	46,13	527.307,19	46,13	0,00
22.1 - Creche	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2 - Pré-escola	1.157.825,00	1.123.180,60	527.307,19	46,95	527.307,19	46,95	0,00
22.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	855.325,00	820.680,60	494.851,94	60,30	494.851,94	60,30	0,00
22.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	302.500,00	302.500,00	32.455,25	10,73	32.455,25	10,73	0,00
23- ENSINO FUNDAMENTAL	8.212.275,00	8.446.919,40	3.963.652,57	46,92	3.889.875,22	46,05	0,00
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	5.431.675,00	5.466.319,40	2.730.659,97	49,95	2.730.659,97	49,95	0,00
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	2.780.600,00	2.980.600,00	1.232.992,60	41,37	1.159.215,25	38,89	0,00
24- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25- ENSINO SUPERIOR	200.000,00	200.000,00	72.000,00	36,00	36.000,00	18,00	0,00
26- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (22 + 23 + 24 + 25 + 26 + 27)	9.590.100,00	9.790.100,00	4.562.959,76	46,61	4.453.182,41	45,49	0,00

DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL	Valor
29- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)	1.817.378,37
30- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	0,00
31- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	0,00
32- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS	0,00
33- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00
34- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (44 j)	0,00
35- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (29 + 30 + 31 + 32 + 33 + 34)	1.817.378,37
36- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((22 + 23) – (35))	2.599.804,04
37- PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS ((36) / (3) x 100) % 6 - LIMITE CONSTITUCIONAL 25%	20,30

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE							
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			JAN A JUN (e)	% (f)=(e/d)x100	JAN A JUN (g)	% (h)=(g/d)x100	
38- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
39- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	360.000,00	366.200,00	194.241,21	53,04	194.241,21	53,04	0,00
40- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	2.872.000,00	2.908.712,18	111.763,17	3,84	111.763,17	3,84	0,00
42- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (38+ 39 + 40 + 41))	3.232.000,00	3.274.912,18	306.004,38	9,34	306.004,38	9,34	0,00
43- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (28 + 42)	12.822.100,00	13.065.012,18	4.868.964,14	37,27	4.759.186,79	36,43	0,00

PREFEITURA DE PORTO ESPERIDIAO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - MUNICÍPIOS

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Junho 2020/BIMESTRE Maio - Junho

RREO – Anexo 8 (LDB, Art. 72) R$ 1

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM '2020' (j)
44- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	48.111,19	0,00
44.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	48.111,19	0,00
44.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	FUNDEB	SALÁRIO EDUCAÇÃO
45- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	75.129,89	83,48
46- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE (Orçamentário)	3.108.712,42	212.860,22
47- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	2.729.813,78	194.516,21
47.1 (-) Orçamento do Exercício	2.697.529,67	194.516,21
47.2 (-) Restos a Pagar	32.284,11	0,00
48- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	846,10	0,00
49- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	454.874,63	18.427,49
50- (+) AJUSTES	0,00	0,00
50.1 (+) Retenções	0,00	0,00
50.2 (-) Valores a recuperar	0,00	0,00
50.3 (+) Outros valores extraorçamentários	0,00	0,00
50.4 (+) Conciliação Bancária	0,00	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO	454.874,63	18.427,49

1) Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.
2) Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subseqüente, mediante abertura de crédito adicional."
3) Caput do artigo 212 da CF/1988
4) Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.
5) Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.
6) Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa
7) Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre

PREFEITURA DE PORTO ESPERIDIAO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS OP. CRÉDITO E DESPESA DE CAPITAL

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Junho 2020/BIMESTRE Maio - Junho

RREO – ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I) R$ 1

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS JAN A JUN (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a-b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	2.500.000,00	0,00	2.500.000,00

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS JAN A JUN (e)	SALDO NÃO EXECUTADO (f) = (d-e)
DESPESAS DE CAPITAL	12.662.995,58	563.101,11	12.099.894,47
Investimentos	12.562.995,58	463.101,11	12.099.894,47
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	100.000,00	100.000,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	12.662.995,58	563.101,11	12.099.894,47
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (II – I)	10.162.995,58 <(d - a)>	563.101,11 <(e - b)>	9.599.894,47 <(f - c)>

Notas:
1 < Operações de Crédito descritas na CF, art. 167, inciso III>
2 Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.445], PREFEITURA DE PORTO ESPERIDIAO Portaria Nº 91 de 2020 - Mapeamento Atualizado 02/2020

PREFEITURA DE PORTO ESPERIDIAO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÕES DE RECURSOS

PERIODO: Janeiro a Junho

RREO – ANEXO 11(LRF, art. 53, § 1º, inciso III) R$ 1

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO A REALIZAR (a-b)
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	0,00	1,28	-1,28
Receita de Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00
Receita de Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
Receita de Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00
Receita de Rendimentos de Aplicações Financeiras	0,00	1,28	-1,28

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTOS DE RESTOS A PAGAR (f)	SALDO A PAGAR (g)=(d-e)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes dos Regimes de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITAS	2019 (h)	2020 (i)=(Ib-(IIe+IIf))	SALDO ATUAL (j)=(IIIh+IIIi)
VALOR (III)	314,67	1,28	315,95

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
. a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.445], PREFEITURA DE PORTO ESPERIDIAO Portaria Nº 91 de 2020 - Mapeamento Atualizado 02/2020

PREFEITURA DE PORTO ESPERIDIAO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Junho 2020/BIMESTRE Maio - Junho

RREO – ANEXO XII (LC n° 141/2012 art.35) R$ 1

RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	(%) (b/a)x100
RECEITA DE IMPOSTOS (I)	3.016.500,00	3.016.500,00	1.510.308,80	50,07
Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	238.250,00	238.250,00	81.426,88	34,18
IPTU	150.000,00	150.000,00	29.082,39	19,39
Multas, Juros de Mora, Divida Ativa e Outros Encargos do IPTU	88.250,00	88.250,00	52.344,49	59,31
Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	1.003.000,00	1.003.000,00	374.680,41	37,36
ITBI	1.000.000,00	1.000.000,00	374.680,41	37,47
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	915.250,00	915.250,00	528.557,03	57,75
ISS	912.250,00	912.250,00	503.725,81	55,22
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS	3.000,00	3.000,00	24.831,22	827,71
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte – IRRF	860.000,00	860.000,00	525.644,48	61,12
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	24.536.000,00	24.536.000,00	11.297.048,66	46,04
Cota-Parte FPM	10.750.000,00	10.750.000,00	4.599.649,51	42,79
Cota-Parte ITR	2.700.000,00	2.700.000,00	240.726,17	8,92
Cota-Parte IPVA	800.000,00	800.000,00	340.658,42	42,58
Cota-Parte ICMS	10.250.000,00	10.250.000,00	6.116.014,56	59,67
Cota-Parte IPI-Exportação	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	36.000,00	36.000,00	0,00	0,00
Desoneração ICMS - LC 87/1996	36.000,00	36.000,00	0,00	0,00
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (III) = (I) + (II)	27.552.500,00	27.552.500,00	12.807.357,46	46,48

PREFEITURA DE PORTO ESPERIDIAO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Junho 2020/BIMESTRE Maio - Junho

RREO – ANEXO XII (LC n° 141/2012 art.35) R$ 1

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
			ATÉ BIMESTRE (d)	% (d/c) x 100	ATÉ BIMESTRE (e)	% (e/c) x 100	ATÉ BIMESTRE (f)	% (f/c) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	3.566.650,00	3.583.610,74	3.085.434,72	86,10	3.064.785,97	85,52	2.559.228,68	71,41	0,00
Despesas Correntes	3.546.650,00	3.429.910,74	2.942.481,14	85,79	2.921.832,39	85,19	2.417.839,68	70,49	0,00
Despesas de Capital	20.000,00	153.700,00	142.953,58	93,01	142.953,58	93,01	141.389,00	91,99	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	283.400,00	552.025,10	421.127,80	76,29	228.855,80	41,46	178.350,81	32,31	0,00
Despesas Correntes	263.400,00	538.592,40	415.452,70	77,14	224.389,91	41,66	174.119,52	32,33	0,00
Despesas de Capital	20.000,00	13.432,70	5.675,10	42,25	4.465,89	33,25	4.231,29	31,50	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	167.100,00	123.222,48	57.700,39	46,83	57.700,39	46,83	42.052,47	34,13	0,00
Despesas Correntes	160.100,00	122.922,48	57.700,39	46,94	57.700,39	46,94	42.052,47	34,21	0,00
Despesas de Capital	7.000,00	300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	258.000,00	208.525,98	138.246,93	66,30	138.246,93	66,30	110.404,52	52,95	0,00
Despesas Correntes	254.000,00	204.525,98	136.878,93	66,92	136.878,93	66,92	109.036,52	53,31	0,00
Despesas de Capital	4.000,00	4.000,00	1.368,00	34,20	1.368,00	34,20	1.368,00	34,20	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	108.500,00	119.239,08	76.568,65	64,21	76.568,65	64,21	56.592,87	47,46	0,00
Despesas Correntes	104.500,00	115.239,08	76.568,65	66,44	76.568,65	66,44	56.592,87	49,11	0,00
Despesas de Capital	4.000,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	1.270.450,00	1.081.693,72	794.056,64	73,41	785.456,64	72,61	605.858,38	56,01	0,00
Despesas Correntes	1.260.450,00	1.079.493,72	794.056,64	73,56	785.456,64	72,76	605.858,38	56,12	0,00
Despesas de Capital	10.000,00	2.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	5.654.100,00	5.668.317,10	4.573.135,13	80,68	4.351.614,38	76,77	3.552.487,73	62,67	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS	Despesas Empenhadas (d)	Despesas Liquidadas (e)	Despesas Pagas (f)
Total das Despesas com ASPS (XII) = (XI)	4.573.135,13	4.351.614,38	3.552.487,73
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XIV)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)	0,00	0,00	0,00
(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)	4.573.135,13	4.351.614,38	3.552.487,73
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012)	0,00	1.921.103,62	0,00
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x % (Lei Orgânica Municipal)	0,00	0,00	0,00
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI (d ou e) - XVII)	0,00	2.430.510,76	0,00
Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII) (Quando valor for inferior a zero)	0,00	0,00	0,00
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III)*100 (mínimo de 15% conforme LC n° 141/2012 ou % da Lei Orgânica Municipal)	0,00	33,98	0,00

PREFEITURA DE PORTO ESPERIDIAO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Junho 2020/BIMESTRE Maio - Junho

RREO – ANEXO XII (LC n° 141/2012 art.35) R$ 1

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFOME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012	LIMITE NÃO CUMPRIDO				
	Saldo Inicial (no Exercício atual) (h)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado) (l) = (h - (i ou j))
		Empenhadas (i)	Liquidadas (j)	Pagas (h)	
Diferença de limite não cumprido em 2020 (saldo final = XIXd)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2019 (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em Exercícios Anteriores (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR										
EXERCÍCIO DO EMPENHO	Valor Mínimo para aplicação em ASPS (c)	Valor aplicado em ASPS no exercício (n)	Valor aplicado além do limite mínimo (o) = (n - m), se < 0, então (o) = 0	Total inscrito em RP no exercício (p)	RPNP Inscritos Indevidamente no no Exercício sem Disponibilidade Financeira q = (XIVd)	Valor inscrito em RP considerado no Limite (r) = (p - (o + q)) se < 0, então (r) = (0)	Total de RP pagos (s)	Total de RP a pagar (t)	Total de RP cancelados ou prescritos (u)	Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP cancelados (v) = ((o + q) - u))
Empenhos de 2020	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empenhos de 2019	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empenhos de 2018	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empenhos de 2017	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empenhos de 2016 e anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXI) (soma dos saldos negativos da coluna "v")	0,00
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXII) (valor informado no demonstrativo do exercício anterior)	0,00
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIII) = (XXI - XVII) (Artigo 24 § 1º e 2º da LC 141/2012)	0,00

PREFEITURA DE PORTO ESPERIDIAO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Junho 2020/BIMESTRE Maio - Junho

RREO – ANEXO XII (LC n° 141/2012 art.35) R$ 1

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24§ 1º e 2º DA LC 141/2012	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				
	Saldo Inicial (no Exercicio atual) (w)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado) (aa) = (w - (x ou y))
		Empenhadas (x)	Liquidadas (y)	Pagas (z)	
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2020 a serem compensados (XXIV) (saldo inicial = XXIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2019 a serem compensados (XXV) (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em exercícios anteriores a serem compensados (XXVI) (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS A COMPENSAR (XXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	(%) (b/a)x100
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXVIII)	2.443.000,00	2.443.000,00	1.518.908,76	62,17
Proveniente da União	1.935.000,00	1.935.000,00	1.341.709,09	69,34
Proveniente dos Estados	508.000,00	508.000,00	177.199,67	34,88
Proveniente de outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXIX)	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS (XXX)	19.000,00	19.000,00	49.309,78	259,53
TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXI) = (XXVIII + XXIX + XXX)	2.462.000,00	2.462.000,00	1.568.218,54	63,70

PREFEITURA DE PORTO ESPERIDIAO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Junho 2020/BIMESTRE Maio - Junho

RREO – ANEXO XII (LC n° 141/2012 art.35) R$ 1

DESPESAS COM SAUDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
			ATÉ BIMESTRE (d)	% (d/c) x 100	ATÉ BIMESTRE (e)	% (e/c) x 100	ATÉ BIMESTRE (f)	% (f/c) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA (XXXII)	1.802.234,00	1.922.233,96	1.219.080,40	63,42	1.177.430,40	61,25	1.099.393,44	57,19	0,00
Despesas Correntes	1.608.234,00	1.728.930,96	1.209.387,70	69,95	1.167.737,70	67,54	1.089.700,74	63,03	0,00
Despesas de Capital	194.000,00	193.303,00	9.692,70	5,01	9.692,70	5,01	9.692,70	5,01	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIII)	492.366,00	430.884,49	313.566,02	72,77	269.325,50	62,51	269.325,50	62,51	0,00
Despesas Correntes	368.250,00	319.768,49	313.566,02	98,06	269.325,50	84,23	269.325,50	84,23	0,00
Despesas de Capital	124.116,00	111.116,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXIV)	48.000,00	107.348,00	76.907,61	71,64	76.907,61	71,64	59.467,97	55,40	0,00
Despesas Correntes	48.000,00	107.348,00	76.907,61	71,64	76.907,61	71,64	59.467,97	55,40	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXV)	15.500,00	15.600,00	10.962,26	70,27	10.962,26	70,27	10.755,21	68,94	0,00
Despesas Correntes	13.500,00	13.600,00	10.962,26	80,60	10.962,26	80,60	10.755,21	79,08	0,00
Despesas de Capital	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVI)	102.900,00	65.900,00	27.742,58	42,10	27.742,58	42,10	27.742,58	42,10	0,00
Despesas Correntes	100.900,00	63.900,00	27.742,58	43,42	27.742,58	43,42	27.742,58	43,42	0,00
Despesas de Capital	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXVIII)	0,00	301.835,45	200.953,33	66,58	175.152,90	58,03	106.340,97	35,23	0,00
Despesas Correntes	0,00	297.835,45	200.953,33	67,47	175.152,90	58,81	106.340,97	35,70	0,00
Despesas de Capital	0,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXXIX) = (XXXII + XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	2.461.000,00	2.843.801,90	1.849.212,20	65,03	1.737.521,25	61,10	1.573.025,67	55,31	0,00

PREFEITURA DE PORTO ESPERIDIAO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Junho 2020/BIMESTRE Maio - Junho

RREO – ANEXO XII (LC n° 141/2012 art.35) R$ 1

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE EXECUTADAS COM COM RECURSOS PRÓPRIOS E COM RECURSOS TRANSFERIDOS DE OUTROS ENTES	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
			ATÉ BIMESTRE (d)	% (d/c) x 100	ATÉ BIMESTRE (e)	% (e/c) x 100	ATÉ BIMESTRE (f)	% (f/c) x 100	
ATENÇÃO BÁSICA (XL) = (IV + XXXII)	5.368.884,00	5.505.844,70	4.304.515,12	78,18	4.242.216,37	77,05	3.658.622,12	66,45	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLI) = (V + XXXIII)	775.766,00	982.909,59	734.693,82	74,75	498.181,30	50,68	447.676,31	45,55	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLII) = (VI + XXXIV)	215.100,00	230.570,48	134.608,00	58,38	134.608,00	58,38	101.520,44	44,03	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIII) = (VII + XXXV)	273.500,00	224.125,98	149.209,19	66,57	149.209,19	66,57	121.159,73	54,06	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLIV) = (VIII + XXXVI)	211.400,00	185.139,08	104.311,23	56,34	104.311,23	56,34	84.335,45	45,55	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLV) = (XIX + XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVI) = (X + XXXVIII)	1.270.450,00	1.383.529,17	995.009,97	71,92	960.609,54	69,43	712.199,35	51,48	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVII) = (XI + XXXIX)	8.115.100,00	8.512.119,00	6.422.347,33	75,45	6.089.135,63	71,53	5.125.513,40	60,21	0,00
(-) Despesas executadas com recursos provenientes das transferências de recursos de outros entes)	2.461.000,00	2.843.801,90	1.849.212,20	65,03	1.737.521,25	61,10	1.573.025,67	55,31	0,00
TOTAL DAS DESPESAS EXECUTADAS COM RECURSOS PRÓPRIOS (XLVIII)	5.654.100,00	5.668.317,10	4.573.135,13	80,68	4.351.614,38	76,77	3.552.487,73	62,67	0,00

1) Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.
2) O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".
3) O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".
4) Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012
5) Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012
6) No último bimestre, será utilizada a fórmula [VI(h+i) - (15 x IIIb)/100].
7) Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre

PREFEITURA DE PORTO ESPERIDIAO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PUBLICO-PRIVADAS

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Junho 2020/BIMESTRE Maio - Junho

RREO – Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28) R$ 1

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFEUADOS EM 2020		SALDO TOTAL (b)
		NO BIMESTRE (d)	JAN A JUN (c)	
TOTAL DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos Constituídos pela SPE	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE PASSIVOS	0,00	0,00	0,00	0,00
Obrigações decorrentes de Ativos Constituídos pela SPE	0,00	0,00	0,00	0,00
Provisões de PPP	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Passivos	0,00	0,00	0,00	0,00
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	0,00	0,00	0,00	0,00
Obrigações Contratuais	0,00	0,00	0,00	0,00
Riscos não Provisionados	0,00	0,00	0,00	0,00
Garantias Concedidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Passivos Contingentes	0,00	0,00	0,00	0,00

ESPECIFICAÇÃO	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029
Do Ente Federado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Das Estatais Não-Dependentes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DE PPP DO ENTE FEDERADO(I) = (I.1	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DE PPP DAS ESTATAIS NÃO DEPEND	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DE PPP (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE = (I	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE / RC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [9.25.25.445], PREFEITURA DE PORTO ESPERIDIAO

Portaria Nº 91 de 2020 - Mapeamento Atualizado 02/2020

PREFEITURA DE PORTO ESPERIDIAO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Junho 2020/BIMESTRE Maio - Junho

LRF, Art. 48 – Anexo 14 — R$ 1

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	Até o Bimestre
RECEITAS	
Previsão Inicial	55.148.500,00
Previsão Atualizada	55.148.500,00
Receitas Realizadas	24.318.370,36
Déficit Orçamentário	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	601.478,68

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS	Até o Bimestre
DESPESAS	
Dotação Inicial	55.148.500,00
Créditos Adicionais	601.478,68
Dotação Atualizada	55.749.978,68
Despesas Empenhadas	23.125.379,85
Despesas Liquidadas	21.154.865,18
Despesas Pagas	18.199.748,28
Superávit Orçamentário	3.163.505,18

DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas	23.144.949,05
Despesas Liquidadas	21.174.434,38

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida	45.274.604,30
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	45.024.604,30
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	45.024.604,30

RECEITAS/DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Até o Bimestre
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO PREVIDENCIÁRIO	
Receitas Previdenciárias Realizadas	2.138.438,28
Despesas Previdenciárias Empenhadas	1.097.930,51
Despesas Previdenciárias Liquidadas	1.097.930,51
Resultado Previdenciário	1.040.507,77
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO FINANCEIRO	
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00

RESULTADO NOMINAL E PRIMÁRIO	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal - Acima da Linha	-52.429,65	3.673.873,59	-7.007,24
Resultado Primário - Acima da Linha	-31.100,00	3.673.873,59	-11.813,10

MOVIMENTAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	1.267.390,23	0,00	848.334,79	419.055,44
Poder Executivo	1.267.390,23	0,00	848.334,79	419.055,44
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Defensoria Pública	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	1.636.518,91	0,00	759.884,97	876.633,94
Poder Executivo	1.636.518,91	0,00	759.884,97	876.633,94
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Defensoria Pública	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	2.903.909,14	0,00	1.608.219,76	1.295.689,38

PREFEITURA DE PORTO ESPERIDIAO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

2 of 2

PERIODO: Janeiro a Junho 2020/BIMESTRE Maio - Junho

LRF, Art. 48 – Anexo 14 R$ 1

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE	Valor Apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	2.599.804,04	25,00	20,30
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Ensino Fundamental e Médio	0,00	0,00	0,00
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundame	1.847.025,66	60,00	59,40
Complementação da União ao FUNDEB	0,00	0,00	0,00

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor Apurado até o Bimestre	Saldo Não Realizado
Receita de Operação de Crédito	0,00	2.500.000,00
Despesa de Capital Líquida	563.101,11	12.099.894,47

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	1,28	-1,28
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	0,00	0,00

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos	4.351.614,38	15,00	33,98

DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor Apurado no Exercício Corrente
Total das Despesas Consideradas para o Limite / RCL (%)	0,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 126/2020 (DISPÕE SOBRE CONCESSÃO LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR JUCENIO DE SENE)

EUGÊNIO PELACHIM, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

CONSIDERANDO a Lei Complementar nº. 001/2006 – Dispõe sobre a re-estruturação do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Porto Estrela, e dá outras providências correlatas. Da Sub-Seção X – Da Licença Prêmio por assiduidade do Artigo 125. Após cada quinquênio ininterrupto de exercício, o servidor efetivo fará jus a 3 (três) meses de licença prêmio por assiduidade, com remuneração do cargo efetivo.

CONSIDERANDO o D**ecreto nº 57 de 13 de maio de 2.020, que dispõe sobre a prorrogação da suspensão de determinados serviços e atividades e ajusta o horário de atendimento dos estabelecimentos comerciais no âmbito do município de porto estrela, e dá outras providências.**

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder **Licença Prêmio Por Assiduidade**, correspondente ao quinquênio de **01/06/1998 A 01/06/2008**, ao servidor **JUCENIO DE SENE** portador da CI/RG nº. 736.805 SSP/MT**, registrado** sob a matricula nº. 0088, admitido em 01/06/1998,lotado na Secretaria Municipal de Educação, no cargo efetivo de Motorista, com usufruto no período de **01/07/2020 a 29/08/2020.**

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01/07/2020.

Publique, Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Porto Estrela/MT, 10 de Agosto de 2020.

EUGÊNIO PELACHIM

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP. DE LICITAÇÃO COVID-19: EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 019/ 2020 / PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2020.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 019/2020

Processo Licitatório nº 00/2020.

Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico nº 003/2020.

Parte Contratante: Prefeitura Municipal de Porto Estrela – MT

CNPJ nº 24.740.268/0001-28

Objeto: Registro de Preços para Futura e Eventual Aquisição de Medicamentos para Serem Utilizados pela Secretaria Municipal de Saúde de Porto Estrela/MT, para tratamento dos pacientes diagnosticados com Covid-19.

Assinatura: 14 de agosto de 2020.

Vigência: 12 (doze) meses.

Preços Registrados para os seguintes itens: 01 e 02.

Valor Total: R$ 8.200,00 (oito mil e duzentos reais).

Empresa: NOVASUL COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
CNPJ: 14.595.725/0001-84
Endereço: Rua AUGUSTO BERTICELLI nº 67, bairro Centro, Barão de Cotegipe - RS

Representante: Jacilde Tonin
CPF: 931.959.580-15

Mais informações poderão ser adquiridas no site da Prefeitura Municipal de Porto Estrela – MT - http://www.portoestrela.mt.gov.br/Transparencia/Do... ou telefone (65) 3384-1244.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP. DE LICITAÇÃO COVID-19: EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 020/2020 / PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2020.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 020/2020

Processo Licitatório nº 00/2020.

Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico nº 003/2020.

Parte Contratante: Prefeitura Municipal de Porto Estrela – MT

CNPJ nº 24.740.268/0001-28

Objeto: Registro de Preços para Futura e Eventual Aquisição de Medicamentos para Serem Utilizados pela Secretaria Municipal de Saúde de Porto Estrela/MT, para tratamento dos pacientes diagnosticados com Covid-19.

Assinatura: 14 de agosto de 2020.

Vigência: 12 (doze) meses.

Preços Registrados para os seguintes itens: 03, 05, 06 e 07.

Valor Total: R$ 113.500,00 (cento e treze mil e quinhentos reais).

Empresa: SILVA E SILVA PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA ME
CNPJ: 84.551.191/0001-70
Endereço: AV CAPITAO SILVIO nº 256, bairro Centro, São Miguel do Guaporé - RO
Representante: Luiz Carlos da Silva
CPF: 611.951.202-06

Mais informações poderão ser adquiridas no site da Prefeitura Municipal de Porto Estrela – MT - http://www.portoestrela.mt.gov.br/Transparencia/Do... ou telefone (65) 3384-1244.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 141/2020 (DISPOE SOBRE LICENÇA PARA SERVIDOR PARA CONCORRER CARGO ELETIVO)

EUGÊNIO PELACHIM, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

Com base no art. 128, parágrafo Único da Lei Complementar nº 001 de 05 de Dezembro de 2006, (Que dispõe sobre a reestruturação do Estatuto dos Servidores Públicos do município de Porto Estrela e dá outras providencias correlatas)

RESOLVE:

Artigo 1º. Conceder o Afastamento de 90 (noventa) dias ao Sr. **EURICO DE SOUZA ALMEIDA, Portador da Cédula de Identidade RG nº 000971766 SSP/MT e CPF: nº 804.555.651-04, concursado no cargo** de **MOTORISTA,** para a partir do dia **15/08/2020** concorrer às Eleições de **15/11/2020** neste Município.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique, Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Porto Estrela/MT, 14 de Agosto de 2020.

EUGÊNIO PELACHIM

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 124/2020 (DISPÕE SOBRE CONCESSÃO LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA DALVALINA DE SOUZA CAMARGO)

EUGÊNIO PELACHIM, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

CONSIDERANDO a Lei Complementar nº. 001/2006 – Dispõe sobre a reestruturação do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Porto Estrela, e dá outras providências correlatas. Da Sub-Seção X – Da Licença Prêmio por assiduidade do Artigo 125. Após cada quinquênio ininterrupto de exercício, o servidor efetivo fará jus a 3 (três) meses de licença prêmio por assiduidade, com remuneração do cargo efetivo.

CONSIDERANDO o D**ecreto nº 57 de 13 de maio de 2.020, que dispõe sobre a prorrogação da suspensão de determinados serviços e atividades e ajusta o horário de atendimento dos estabelecimentos comerciais no âmbito do município de porto estrela, e dá outras providências.**

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder **Licença Prêmio Por Assiduidade**, correspondente ao quinquênio de **04/03/2011 A 04/03/2016**, a servidora **DALVALINA DE SOUZA CAMARGO** portadora da CI/RG nº. 833847 SSP/MT**, registrada** sob a matricula nº. 0159, admitida em 04/03/2002,lotada na Secretaria Municipal de Educação, no cargo efetivo de Merendeira, com usufruto no período de **01/07/2020 a 29/08/2020.**

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01/07/2020.

Publique, Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Porto Estrela/MT, 10 de Agosto de 2020.

EUGÊNIO PELACHIM

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 123/2020 (DISPÕE SOBRE CONCESSÃO LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA CREIDE FARIA LOPES)

EUGÊNIO PELACHIM, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

CONSIDERANDO a Lei Complementar nº. 001/2006 – Dispõe sobre a reestruturação do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Porto Estrela, e dá outras providências correlatas. Da Sub-Seção X – Da Licença Prêmio por assiduidade do Artigo 125. Após cada quinquênio ininterrupto de exercício, o servidor efetivo fará jus a 3 (três) meses de licença prêmio por assiduidade, com remuneração do cargo efetivo.

CONSIDERANDO o D**ecreto nº 57 de 13 de maio de 2.020, que dispõe sobre a prorrogação da suspensão de determinados serviços e atividades e ajusta o horário de atendimento dos estabelecimentos comerciais no âmbito do município de porto estrela, e dá outras providências.**

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder **Licença Prêmio Por Assiduidade**, correspondente ao quinquênio de **30/06/2012 A 30/06/2017**, a servidora **CREIDE FARIA LOPES** portadora da CI/RG nº. 1264869-8 SSP/MT**, registrada** sob a matricula nº. 0056, admitida em 01/07/1997,lotada na Secretaria Municipal de Educação, no cargo efetivo de Merendeira, com usufruto no período de **01/07/2020 a 29/08/2020.**

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01/07/2020.

Publique, Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Porto Estrela/MT, 10 de Agosto de 2020.

EUGÊNIO PELACHIM

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 122/2020 (DISPÕE SOBRE CONCESSÃO LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA CLARICE FERREIRA DA SILVA)

EUGÊNIO PELACHIM, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

CONSIDERANDO a Lei Complementar nº. 001/2006 – Dispõe sobre a reestruturação do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Porto Estrela, e dá outras providências correlatas. Da Sub-Seção X – Da Licença Prêmio por assiduidade do Artigo 125. Após cada quinquênio ininterrupto de exercício, o servidor efetivo fará jus a 3 (três) meses de licença prêmio por assiduidade, com remuneração do cargo efetivo.

CONSIDERANDO o D**ecreto nº 57 de 13 de maio de 2.020, que dispõe sobre a prorrogação da suspensão de determinados serviços e atividades e ajusta o horário de atendimento dos estabelecimentos comerciais no âmbito do município de porto estrela, e dá outras providências.**

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder **Licença Prêmio Por Assiduidade**, correspondente ao quinquênio de **01/03/2012 A 01/03/2017**, a servidora **CLARICE FERREIRA DA SILVA** portadora da CI/RG nº. 337979754284 SSP/MT**, registrada** sob a matricula nº. 0571, admitida em 01/03/2007,lotada na Secretaria Municipal de Educação, no cargo efetivo de Merendeira, com usufruto no período de **01/07/2020 a 29/08/2020.**

Artigo 2º -Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01/07/2020.

Publique, Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Porto Estrela/MT, 10 de Agosto de 2020.

EUGÊNIO PELACHIM

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 142/2020 (DISPOE SOBRE LICENÇA PARA SERVIDOR PARA CONCORRER CARGO ELETIVO)

EUGÊNIO PELACHIM, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

Com base no art. 128, parágrafo Único da Lei Complementar nº 001 de 05 de Dezembro de 2006, (Que dispõe sobre a reestruturação do Estatuto dos Servidores Públicos do município de Porto Estrela e dá outras providencias correlatas)

RESOLVE:

Artigo 1º. Conceder o Afastamento de 90 (noventa) dias ao Sr. **LUIS VIEIRA DE SOUSA, Portador da Cédula de Identidade RG nº 03740110 SSP/MT e CPF: nº 147.476.853-91, concursado no cargo** de **PROFESSOR,** para a partir do dia **15/08/2020** concorrer às Eleições de **15/11/2020** neste Município.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique, Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Porto Estrela/MT, 14 de Agosto de 2020.

EUGÊNIO PELACHIM

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 143/2020 (DISPOE SOBRE LICENÇA PARA SERVIDOR PARA CONCORRER CARGO ELETIVO)

EUGÊNIO PELACHIM, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

Com base no art. 128, parágrafo Único da Lei Complementar nº 001 de 05 de Dezembro de 2006, (Que dispõe sobre a reestruturação do Estatuto dos Servidores Públicos do município de Porto Estrela e dá outras providencias correlatas)

RESOLVE:

Artigo 1º. Conceder o Afastamento de 90 (noventa) dias ao Sr. **JORGE ALVES FERNANDES, Portador da Cédula de Identidade RG nº 1036293-2 SSP/MT e CPF: nº 799.969.901-25, concursado no cargo** de **ASSISTENTE TÉCNICO DA SAÚDE,** para a partir do dia **15/08/2020** concorrer às Eleições de **15/11/2020** neste Município.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique, Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Porto Estrela/MT, 14 de Agosto de 2020.

EUGÊNIO PELACHIM

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 139/2020 (DISPOE SOBRE LICENÇA PARA SERVIDOR PARA CONCORRER CARGO ELETIVO)

EUGÊNIO PELACHIM, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

Com base no art. 128, parágrafo Único da Lei Complementar nº 001 de 05 de Dezembro de 2006, (Que dispõe sobre a reestruturação do Estatuto dos Servidores Públicos do município de Porto Estrela e dá outras providencias correlatas)

RESOLVE:

Artigo 1º. Conceder o Afastamento de 90 (noventa) dias a Srª. **MARIA APARECIDA DE JESUS MATOS, Portador da Cédula de Identidade RG nº 1533508-9 SSP/MT e CPF: nº 027.906.121-88, concursado no cargo** de **Agente de Serviço Público,** para a partir do dia **15/08/2020** concorrer às Eleições de **15/11/2020** neste Município.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique, Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Porto Estrela/MT, 14 de Agosto de 2020.

EUGÊNIO PELACHIM

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 144/2020 (DISPOE SOBRE LICENÇA PARA SERVIDOR PARA CONCORRER CARGO ELETIVO)

EUGÊNIO PELACHIM, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

Com base no art. 128, parágrafo Único da Lei Complementar nº 001 de 05 de Dezembro de 2006, (Que dispõe sobre a reestruturação do Estatuto dos Servidores Públicos do município de Porto Estrela e dá outras providencias correlatas)

RESOLVE:

Artigo 1º. Conceder o Afastamento de 90 (noventa) dias a Srª. **MARLENE DE CAMPOS, Portador da Cédula de Identidade RG nº 0696752-3 SSP/MT e CPF: nº 460.334.671-91, concursado no cargo** de **TÉCNICO DA SAÚDE,** para a partir do dia **15/08/2020** concorrer às Eleições de **15/11/2020** neste Município.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique, Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Porto Estrela/MT, 14 de Agosto de 2020.

EUGÊNIO PELACHIM

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 138/2020 (DISPOE SOBRE LICENÇA PARA SERVIDOR PARA CONCORRER CARGO ELETIVO)

EUGÊNIO PELACHIM, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

Com base no art. 128, parágrafo Único da Lei Complementar nº 001 de 05 de Dezembro de 2006, (Que dispõe sobre a reestruturação do Estatuto dos Servidores Públicos do município de Porto Estrela e dá outras providencias correlatas)

RESOLVE:

Artigo 1º. Conceder o Afastamento de 90 (noventa) dias a Srª. **SANDRA MARA MARQUES DE LIMA, Portador da Cédula de Identidade RG nº 1933935-6 SSP/MT e CPF: nº 021.963.931-00, concursado no cargo** de **Agente de Serviço Público,** para a partir do dia **15/08/2020** concorrer às Eleições de **15/11/2020** neste Município.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique, Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Porto Estrela/MT, 14 de Agosto de 2020.

EUGÊNIO PELACHIM

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 137/2020 (DISPÕE SOBRE CONCESSÃO LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA VIVIANE FARIA LEMES)

EUGÊNIO PELACHIM, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

CONSIDERANDO a Lei Complementar nº. 001/2006 – Dispõe sobre a reestruturação do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Porto Estrela, e dá outras providências correlatas. Da Sub-Seção X – Da Licença Prêmio por assiduidade do Artigo 125. Após cada quinquênio ininterrupto de exercício, o servidor efetivo fará jus a 3 (três) meses de licença prêmio por assiduidade, com remuneração do cargo efetivo.

CONSIDERANDO o D**ecreto nº 57 de 13 de maio de 2.020, que dispõe sobre a prorrogação da suspensão de determinados serviços e atividades e ajusta o horário de atendimento dos estabelecimentos comerciais no âmbito do município de porto estrela, e dá outras providências.**

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder **Licença Prêmio Por Assiduidade**, correspondente ao quinquênio de **02/04/2012 A 02/04/2017**, a servidora **VIVIANE FARIA LEMES** portadora da CI/RG nº. 1.853.475-9 SSP/MT**, registrada** sob a matricula nº. 0825, admitida em 02/04/2012,lotada na Secretaria Municipal de Educação, no cargo efetivo de Agente Serviço Público, com usufruto no período de **01/07/2020 a 29/08/2020.**

Artigo 2º -Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01/07/2020.

Publique, Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Porto Estrela/MT, 10 de Agosto de 2020.

EUGÊNIO PELACHIM

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 136/2020 (DISPÕE SOBRE CONCESSÃO LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR SERGIO FRANCISCO VIEIRA)

EUGÊNIO PELACHIM, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

CONSIDERANDO a Lei Complementar nº. 001/2006 – Dispõe sobre a reestruturação do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Porto Estrela, e dá outras providências correlatas. Da Sub-Seção X – Da Licença Prêmio por assiduidade do Artigo 125. Após cada quinquênio ininterrupto de exercício, o servidor efetivo fará jus a 3 (três) meses de licença prêmio por assiduidade, com remuneração do cargo efetivo.

CONSIDERANDO o D**ecreto nº 57 de 13 de maio de 2.020, que dispõe sobre a prorrogação da suspensão de determinados serviços e atividades e ajusta o horário de atendimento dos estabelecimentos comerciais no âmbito do município de porto estrela, e dá outras providências.**

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder **Licença Prêmio Por Assiduidade**, correspondente ao quinquênio de **14/02/2006 A 14/02/2011**, ao servidor **SERGIO FRANCISCO VIEIRA** portador da CI/RG nº. 11862890 SSP/MT**, registrado** sob a matricula nº. 0112, admitido em 14/02/2002,lotado na Secretaria Municipal de Educação, no cargo efetivo de Motorista, com usufruto no período de **01/07/2020 a 29/08/2020.**

Artigo 2º -Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique, Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Porto Estrela/MT, 10 de Agosto de 2020.

EUGÊNIO PELACHIM

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 135/2020 (DISPÕE SOBRE CONCESSÃO LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA ROSIMEIRE BENEDITA DE ASSUNÇÃO)

EUGÊNIO PELACHIM, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

CONSIDERANDO a Lei Complementar nº. 001/2006 – Dispõe sobre a reestruturação do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Porto Estrela, e dá outras providências correlatas. Da Sub-Seção X – Da Licença Prêmio por assiduidade do Artigo 125. Após cada quinquênio ininterrupto de exercício, o servidor efetivo fará jus a 3 (três) meses de licença prêmio por assiduidade, com remuneração do cargo efetivo.

CONSIDERANDO o D**ecreto nº 57 de 13 de maio de 2.020, que dispõe sobre a prorrogação da suspensão de determinados serviços e atividades e ajusta o horário de atendimento dos estabelecimentos comerciais no âmbito do município de porto estrela, e dá outras providências.**

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder **Licença Prêmio Por Assiduidade**, correspondente ao quinquênio de **12/03/2012 A 12/03/2017**, a servidora **ROSIMEIRE BENEDITA DE ASSUNÇÃO** portadora da CI/RG nº. 15541797 SSP/MT**, registrada** sob a matricula nº. 0574, admitida em 12/03/2007,lotada na Secretaria Municipal de Educação, no cargo efetivo de Agente Serviço Público, com usufruto no período de **01/07/2020 a 29/08/2020.**

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01/07/2020.

Publique, Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Porto Estrela/MT, 10 de Agosto de 2020.

EUGÊNIO PELACHIM

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 134/2020 (DISPÕE SOBRE CONCESSÃO LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PETROLINA DIAS DE CARVALHO)

EUGÊNIO PELACHIM, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

CONSIDERANDO a Lei Complementar nº. 001/2006 – Dispõe sobre a reestruturação do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Porto Estrela, e dá outras providências correlatas. Da Sub-Seção X – Da Licença Prêmio por assiduidade do Artigo 125. Após cada quinquênio ininterrupto de exercício, o servidor efetivo fará jus a 3 (três) meses de licença prêmio por assiduidade, com remuneração do cargo efetivo.

CONSIDERANDO o D**ecreto nº 57 de 13 de maio de 2.020, que dispõe sobre a prorrogação da suspensão de determinados serviços e atividades e ajusta o horário de atendimento dos estabelecimentos comerciais no âmbito do município de porto estrela, e dá outras providências.**

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder **Licença Prêmio Por Assiduidade**, correspondente ao quinquênio de **13/03/2007 A 13/03/2012**, a servidora **PETROLINA DIAS DE CARVALHO** portadora da CI/RG nº. 18547281 SSP/MT**, registrada** sob a matricula nº. 0570, admitida em 13/03/2007,lotada na Secretaria Municipal de Educação, no cargo efetivo de Merendeira, com usufruto no período de **01/07/2020 a 29/08/2020.**

Artigo 2º -Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique, Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Porto Estrela/MT, 10 de Agosto de 2020.

EUGÊNIO PELACHIM

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 133/2020 (DISPÕE SOBRE CONCESSÃO LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR PAULO SERGIO DE CAMARGO)

EUGÊNIO PELACHIM, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

CONSIDERANDO a Lei Complementar nº. 001/2006 – Dispõe sobre a reestruturação do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Porto Estrela, e dá outras providências correlatas. Da Sub-Seção X – Da Licença Prêmio por assiduidade do Artigo 125. Após cada quinquênio ininterrupto de exercício, o servidor efetivo fará jus a 3 (três) meses de licença prêmio por assiduidade, com remuneração do cargo efetivo.

CONSIDERANDO o D**ecreto nº 57 de 13 de maio de 2.020, que dispõe sobre a prorrogação da suspensão de determinados serviços e atividades e ajusta o horário de atendimento dos estabelecimentos comerciais no âmbito do município de porto estrela, e dá outras providências.**

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder **Licença Prêmio Por Assiduidade**, correspondente ao quinquênio de **30/06/1997 A 30/06/2007**, ao servidor **PAULO SERGIO DE CAMARGO** portador da CI/RG nº.498148 SSP/MT**, registrado** sob a matricula nº. 0069, admitido em 30/06/1997,lotado na Secretaria Municipal de Educação, no cargo efetivo de Agente Serviço Público, com usufruto no período de **01/07/2020 a 29/08/2020.**

Artigo 2º -Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique, Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Porto Estrela/MT, 14 de Agosto de 2020.

EUGÊNIO PELACHIM

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 132/2020 (DISPÕE SOBRE CONCESSÃO LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA MARIA SANTINA CORREA)

EUGÊNIO PELACHIM, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

CONSIDERANDO a Lei Complementar nº. 001/2006 – Dispõe sobre a reestruturação do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Porto Estrela, e dá outras providências correlatas. Da Sub-Seção X – Da Licença Prêmio por assiduidade do Artigo 125. Após cada quinquênio ininterrupto de exercício, o servidor efetivo fará jus a 3 (três) meses de licença prêmio por assiduidade, com remuneração do cargo efetivo.

CONSIDERANDO o D**ecreto nº 57 de 13 de maio de 2.020, que dispõe sobre a prorrogação da suspensão de determinados serviços e atividades e ajusta o horário de atendimento dos estabelecimentos comerciais no âmbito do município de porto estrela, e dá outras providências.**

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder **Licença Prêmio Por Assiduidade**, correspondente ao quinquênio de **12/03/2007 A 12/03/2012**, a servidora **MARIA SANTINA CORREA** portadora da CI/RG nº. 12.920.355 SSP/MT**, registrada** sob a matricula nº. 0576, admitida em 12/03/2007,lotada na Secretaria Municipal de Educação, no cargo efetivo de Agente Serviço Público, com usufruto no período de **01/07/2020 a 29/08/2020.**

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01/07/2020.

Publique, Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Porto Estrela/MT, 10 de Agosto de 2020.

EUGÊNIO PELACHIM

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP. DE LICITAÇÃO
COVID-19: TERMO DE HOMOLOGAÇÃO/ ADJUDICAÇÃO / PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2020

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO/ ADJUDICAÇÃO

Processo Licitatório

Pregão Eletrônico nº 003/2020

Objeto: Registro de Preços para Futura e Eventual Aquisição de Medicamentos para Serem Utilizados pela Secretaria Municipal de Saúde de Porto Estrela/MT, para tratamento dos pacientes diagnosticados com Covid-19.

O Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, tendo em vista o que consta no processo licitatório nº. 003/2020, LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO do tipo menor preço por item, com a finalidade de Seleção da proposta mais vantajosa para o Registro de Preços para Futura e Eventual Aquisição de Medicamentos para Serem Utilizados pela Secretaria Municipal de Saúde de Porto Estrela/MT, para tratamento dos pacientes diagnosticados com Covid-19, e considerando a legitimidade do procedimento licitatório de que tratam os autos, e especialmente o resultado do julgamento proferido pelo pregoeiro e equipe de apoio, considerando o parecer jurídico emitido pela Procuradoria do município e em conformidade com o disposto no Artigo 43, Inciso VI, da Lei Federal nº. 8.666/93 e Lei nº. 10.520/02 e suas posteriores alterações;

RESOLVE:

HOMOLOGAR, a presente Licitação, **adjudicando** seus objetos, as empresas: **NOVASUL COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA** portadora do CNPJ Nº 14.595.725/0001-84que sagrou-se vencedora dos itens: 01 e 02 por apresentar menor preço, totalizando o valor de R$ 8. 200,00 (oito mil e duzentos reais), a empresa **SILVA E SILVA PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA ME** portadora do CNPJ Nº 84.551.191/0001-70 que sagrou-se vencedora dos itens: 03, 05, 06 e 07 por apresentar menor preço, totalizando o valor de R$ **113.500,00 (cento e treze mil e quinhentos reais),** ficando os demais itens Fracassados.

Porto Estrela/MT, 14 de agosto de 2020.

Eugênio Pelachim

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 131/2020 (DISPÕE SOBRE CONCESSÃO LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA MARIA MARCIA E SILVA ALMEIDA)

EUGÊNIO PELACHIM, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

CONSIDERANDO a Lei Complementar nº. 001/2006 – Dispõe sobre a reestruturação do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Porto Estrela, e dá outras providências correlatas. Da Sub-Seção X – Da Licença Prêmio por assiduidade do Artigo 125. Após cada quinquênio ininterrupto de exercício, o servidor efetivo fará jus a 3 (três) meses de licença prêmio por assiduidade, com remuneração do cargo efetivo.

CONSIDERANDO o D**ecreto nº 57 de 13 de maio de 2.020, que dispõe sobre a prorrogação da suspensão de determinados serviços e atividades e ajusta o horário de atendimento dos estabelecimentos comerciais no âmbito do município de porto estrela, e dá outras providências.**

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder **Licença Prêmio Por Assiduidade**, correspondente ao quinquênio de **20/03/2012 A 20/03/2017**, a servidora **MARIA MARCIA E SILVA ALMEIDA** portadora da CI/RG nº. 913.900 SSP/MT**, registrada** sob a matricula nº. 0567, admitida em 20/03/2007,lotada na Secretaria Municipal de Educação, no cargo efetivo de Merendeira, com usufruto no período de **01/07/2020 a 29/08/2020.**

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01/07/2020.

Publique, Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Porto Estrela/MT, 10 de Agosto de 2020.

EUGÊNIO PELACHIM

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 130/2020 (DISPÕE SOBRE CONCESSÃO LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA MARIA DIVINA DA COSTA RAMOS)

EUGÊNIO PELACHIM, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

CONSIDERANDO a Lei Complementar nº. 001/2006 – Dispõe sobre a reestruturação do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Porto Estrela, e dá outras providências correlatas. Da Sub-Seção X – Da Licença Prêmio por assiduidade do Artigo 125. Após cada quinquênio ininterrupto de exercício, o servidor efetivo fará jus a 3 (três) meses de licença prêmio por assiduidade, com remuneração do cargo efetivo.

CONSIDERANDO o D**ecreto nº 57 de 13 de maio de 2.020, que dispõe sobre a prorrogação da suspensão de determinados serviços e atividades e ajusta o horário de atendimento dos estabelecimentos comerciais no âmbito do município de porto estrela, e dá outras providências.**

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder **Licença Prêmio Por Assiduidade**, correspondente ao quinquênio de **17/06/2013 A 17/06/2018**, a servidora **MARIA DIVINA DA COSTA RAMOS** portadora da CI/RG nº. 15593657 SSP/MT**, registrada** sob a matricula nº. 0892, admitida em 17/06/2013,lotada na Secretaria Municipal de Educação, no cargo efetivo de Merendeira, com usufruto no período de **01/07/2020 a 29/08/2020.**

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01/07/2020.

Publique, Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Porto Estrela/MT, 10 de Agosto de 2020.

EUGÊNIO PELACHIM

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 129/2020 (DISPÕE SOBRE CONCESSÃO LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA MARIA APARECIDA VELOZO DE PAULA)

EUGÊNIO PELACHIM, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

CONSIDERANDO a Lei Complementar nº. 001/2006 – Dispõe sobre a reestruturação do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Porto Estrela, e dá outras providências correlatas. Da Sub-Seção X – Da Licença Prêmio por assiduidade do Artigo 125. Após cada quinquênio ininterrupto de exercício, o servidor efetivo fará jus a 3 (três) meses de licença prêmio por assiduidade, com remuneração do cargo efetivo.

CONSIDERANDO o D**ecreto nº 57 de 13 de maio de 2.020, que dispõe sobre a prorrogação da suspensão de determinados serviços e atividades e ajusta o horário de atendimento dos estabelecimentos comerciais no âmbito do município de porto estrela, e dá outras providências.**

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder **Licença Prêmio Por Assiduidade**, correspondente ao quinquênio de **01/02/1995 A 01/02/2000**, a servidora **MARIA APARECIDA VELOZO DE PAULA** portadora da CI/RG nº. 551898 SSP/MT**, registrada** sob a matricula nº. 0031, admitida em 01/02/1995,lotada na Secretaria Municipal de Educação, no cargo efetivo de Merendeira, com usufruto no período de **01/07/2020 a 29/08/2020.**

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01/07/2020.

Publique, Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Porto Estrela/MT, 10 de Agosto de 2020.

EUGÊNIO PELACHIM

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 128/2020 (DISPÕE SOBRE CONCESSÃO LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR LUCIANO APARECIDO PAPA)

EUGÊNIO PELACHIM, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

CONSIDERANDO a Lei Complementar nº. 001/2006 – Dispõe sobre a reestruturação do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Porto Estrela, e dá outras providências correlatas. Da Sub-Seção X – Da Licença Prêmio por assiduidade do Artigo 125. Após cada quinquênio ininterrupto de exercício, o servidor efetivo fará jus a 3 (três) meses de licença prêmio por assiduidade, com remuneração do cargo efetivo.

CONSIDERANDO o D**ecreto nº 57 de 13 de maio de 2.020, que dispõe sobre a prorrogação da suspensão de determinados serviços e atividades e ajusta o horário de atendimento dos estabelecimentos comerciais no âmbito do município de porto estrela, e dá outras providências.**

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder **Licença Prêmio Por Assiduidade**, correspondente ao quinquênio de **30/06/2007 A 30/06/2012**, ao servidor **LUCIANO APARECIDO PAPA** portador da CI/RG nº. 915785 SSP/MT**, registrado** sob a matricula nº.0077, admitido em 30/06/1997,lotado na Secretaria Municipal de Educação, no cargo efetivo de Motorista, com usufruto no período de **01/07/2020 a 29/08/2020.**

Artigo 2º -Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01/07/2020.

Publique, Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Porto Estrela/MT, 10 de Agosto de 2020.

EUGÊNIO PELACHIM

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 127/2020 (DISPÕE SOBRE CONCESSÃO LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR JUCILENE COSTA DE ARRUDA)

EUGÊNIO PELACHIM, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

CONSIDERANDO a Lei Complementar nº. 001/2006 – Dispõe sobre a reestruturação do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Porto Estrela, e dá outras providências correlatas. Da Sub-Seção X – Da Licença Prêmio por assiduidade do Artigo 125. Após cada quinquênio ininterrupto de exercício, o servidor efetivo fará jus a 3 (três) meses de licença prêmio por assiduidade, com remuneração do cargo efetivo.

CONSIDERANDO o D**ecreto nº 57 de 13 de maio de 2.020, que dispõe sobre a prorrogação da suspensão de determinados serviços e atividades e ajusta o horário de atendimento dos estabelecimentos comerciais no âmbito do município de porto estrela, e dá outras providências.**

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder **Licença Prêmio Por Assiduidade**, correspondente ao quinquênio de **02/04/2012 A 02/04/2017**, a servidora **JUCILENE COSTA DE ARRUDA** portadora da CI/RG nº. 1854703-6 SSP/MT**, registrada** sob a matricula nº.0822, admitido em 02/04/2012,lotado na Secretaria Municipal de Educação, no cargo efetivo de Agente Serviço Público, com usufruto no período de **01/07/2020 a 29/08/2020.**

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01/07/2020.

Publique, Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Porto Estrela/MT, 10 de Agosto de 2020.

EUGÊNIO PELACHIM

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP. DE LICITAÇÃO
TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL - CONTRATO ADMINISTRATIVO N.° 004/2019

TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL

CONTRATO ADMINISTRATIVO n.° 004/2019

TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 004/2019, QUE TEM COMO OBJETO PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 004/2019, QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE PORTO ESTRELA, POR INTERMÉDIO DE SEU PREFEITO, E A EMPRESA ELIANE DA SILVA FERREIRA – ME. .

MUNICÍPIO DE PORTO ESTRELA - Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Avenida José Antônio de Faria, nº. 2035, Centro, Porto Estrela - MT, inscrito no CNPJ nº. 24.740.268/0001-28, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. **Eugênio Pelachim**, brasileiro, casado, residente à Avenida Hitler Sansão, s/nº. – Centro, nesta cidade, portador da cédula de identidade RG nº. 1.323.121 – SSP/PR, devidamente inscrito no CPF/MF sob o nº. 424.930.999-15**, doravante denominado simplesmente RESCINDENTE, e**

ELIANE DA SILVA FERREIRA – ME, portadora do CNPJ 32.312.974/0001-05, com sede na Rua Dom Aquino, s/nº, Centro, Porto Estrela – MT, CEP 78.398-000, neste ato representado pela Srª Eliane da Silva Ferreira, portadora do RG. Nº. 1854399-5 SSP/MT e CPF Nº 036.913.011-18, residente e domiciliado na Rua Dom Aquino, s/nº, Centro, Porto Estrela – MT, CEP 78.398-000**, doravante denominada simplesmente RESCINDIDA.**

Celebram o presente Termo de Rescisão Amigável do CONTRATO N.º 004/2019, que tem como objeto a Contratação de Pessoa Jurídica para Prestação de serviços de responsabilidades técnica no tratamento, controle e monitoramento da qualidade da água, destinada para consumo humano, dos poços artesianos que abastecem o município de Porto Estrela/MT, celebrado em **30**/01/201**9**, **que se dá** entre as partes suso mencionadas, com a finalidade de desincompatibilização de sua representante legal, com base LEI COMPLEMENTAR Nº 64, DE 18 DE MAIO DE 1990.

O Termo de Rescisão Amigável reger-se-á com base nos termos do artigo 79, II, da Lei n.º 8.666/93, pelas cláusulas e condições seguintes:

1ª - Cláusula Primeira

Constitui objeto do presente instrumento, a Rescisão Amigável do Contrato n.º 004/2019, firmado entre as partes em 30/01/2019.

2ª - Cláusula Segunda

As partes dão entre si quitações mútuas relativamente à contratação havida, declarando inexistirem descumprimentos das cláusulas do contrato Original, bem como quaisquer pendências:

I. As partes não se desobrigam anterior à esta rescisão:

a) Dos vícios ocultos;

b) Da prestação de contas;

c) Do que vier a ser conhecido posteriormente a rescisão, desde que se trate de questões anteriores a ela.

3ª - Cláusula Terceira

O MUNICÍPIO DE PORTO ESTRELA e a empresa ELIANE DA SILVA FERREIRA – ME declaram de comum acordo que inexistem obrigações

de ambas as partes referente ao período de vigência do referido contrato e posterior a esta rescisão amigável.

E, por estarem de acordo, as partes firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Porto Estrela – MT, aos 14 de de agosto de 2020.

_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA – RESCINDENTE

EUGÊNIO PELACHIM – PREFEITO MUNICIPAL

_____

ELIANE DA SILVA FERREIRA – ME – RESCINDIDA

ELIANE DA SILVA FERREIRA – REPRESENTANTE LEGAL

Testemunhas:

_____ _____

RG n.º _____ RG n.º _____

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 121/2020 (DISPÕE SOBRE CONCESSÃO LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA APARECIDA DO ROSÁRIO FERREIRA)

EUGÊNIO PELACHIM, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

CONSIDERANDO a Lei Complementar nº. 001/2006 – Dispõe sobre a reestruturação do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Porto Estrela, e dá outras providências correlatas. Da Sub-Seção X – Da Licença Prêmio por assiduidade do Artigo 125. Após cada quinquênio ininterrupto de exercício, o servidor efetivo fará jus a 3 (três) meses de licença prêmio por assiduidade, com remuneração do cargo efetivo.

CONSIDERANDO o D**ecreto nº 57 de 13 de maio de 2.020, que dispõe sobre a prorrogação da suspensão de determinados serviços e atividades e ajusta o horário de atendimento dos estabelecimentos comerciais no âmbito do município de porto estrela, e dá outras providências.**

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder **Licença Prêmio Por Assiduidade**, correspondente ao quinquênio de **05/05/2013 A 05/05/2018**, a servidora **APARECIDA DO ROSÁRIO FERREIRA** portadora da CI/RG nº. 1.365.261-3 SSP/SP**, registrada** sob a matricula nº. 0649, admitida em 05/05/2008,lotada na Secretaria Municipal de Educação, no cargo efetivo de Agente Serviço Público, com usufruto no período de **01/07/2020 a 29/08/2020.**

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01/07/2020.

Publique, Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Porto Estrela/MT, 10 de Agosto de 2020.

EUGÊNIO PELACHIM

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 125/2020 (DISPÕE SOBRE CONCESSÃO LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR EURICO DE SOUZA ALMEIDA)

EUGÊNIO PELACHIM, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

CONSIDERANDO a Lei Complementar nº. 001/2006 – Dispõe sobre a reestruturação do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Porto Estrela, e dá outras providências correlatas. Da Sub-Seção X – Da Licença Prêmio por assiduidade do Artigo 125. Após cada quinquênio ininterrupto de exercício, o servidor efetivo fará jus a 3 (três) meses de licença prêmio por assiduidade, com remuneração do cargo efetivo.

CONSIDERANDO o D**ecreto nº 57 de 13 de maio de 2.020, que dispõe sobre a prorrogação da suspensão de determinados serviços e atividades e ajusta o horário de atendimento dos estabelecimentos comerciais no âmbito do município de porto estrela, e dá outras providências.**

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder **Licença Prêmio Por Assiduidade**, correspondente ao quinquênio de **28/03/2006 A 28/03/2011**, ao servidor **EURICO DE SOUZA ALEMIDA** portador da CI/RG nº. 000971766 SSP/MT**, registrado** sob a matricula nº.0199, admitido em 28/03/2003,lotado na Secretaria Municipal de Educação, no cargo efetivo de Motorista, com usufruto no período de **01/07/2020 a 29/08/2020.**

Artigo 2º -Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01/07/2020.

Publique, Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Porto Estrela/MT, 10 de Agosto de 2020.

EUGÊNIO PELACHIM

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU

LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

EXTRATO DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

(Adesão a Ata de Registro de Preços Nº 005/2020, de 12 de Agosto de 2020)

Homologo a licitação levada a efeito pela Comissão Permanente de Licitação, referente ao procedimento Licitatório da Adesão a Ata de Registro de Preços Nº 005/2020, de 12 de Agosto de 2020, com o resultado em favor da empresa: **APP IMPRESSAO DIGITAL - LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n.º 11.049.370/0001-30, com sede na cidade de Primavera do Leste, Estado de Mato Grosso com sede na Av. Cascavel nº 651, BAIRRO Jardim das Américas II, e autorizando a Coordenadoria de Municipal de Compras a efetuar a aquisição nos termos da proposta vencedora.

POXOREU, 14 de Agosto de 2020.

_____

NELSON ANTÔNIO PAIM

PREFEITO MUNICIPAL

ASSESSORIA JURÍDICA
COVID-19: DECRETO MUNICIPAL N.º 055, DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

DECRETO N.º 055/2020 Poxoréu/MT, 14 de agosto de 2020.

Prorroga a vigência do Decreto Municipal n.º 053, de 08/08/2020, que dispõe sobre regras de enfrentamento ao contágio pelo novo Coronavírus no Município de Poxoréu, por período determinado, e dá outras providências.

NELSON ANTÔNIO PAIM, Prefeito Municipal de Poxoréu – MT, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal de Poxoréu/MT, especialmente o contido no art. 113, inciso I, alínea *a*;

CONSIDERANDO as discussões e deliberações do Comitê Paritário de Enfrentamento ao COVID-19 do Município de Poxoréu/MT, tratadas durante o dia 13/08/2020;

DECRETA:

Art. 1.º Permanece suspenso o ANEXO ÚNICO do Decreto Municipal n.º 034/2020 pelo período de 15 a 21 de agosto de 2020.

Parágrafo único. Nos dias indicados no *caput* deste artigo continuará vigendo em todo o Município de Poxoréu o regramento disposto na Tabela trazida no ANEXO ÚNICO do Decreto Municipal n.º 053/2020.

Art. 2.º A fiscalização das disposições deste Decreto, bem como a sanção em caso de infração às mesmas, se dará na forma do Decreto Municipal n.º 034/2020.

Art. 3.º Este Decreto vigerá do dia 15 ao dia 21 do mês de agosto de 2020.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, Poxoréu/MT.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito de Poxoréu

Este Decreto foi publicado por afixação no saguão da Prefeitura Municipal de Poxoréu, de acordo com o disposto no art. 108 da Lei Orgânica do Município, em 14/08/2020 e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM, conforme Lei Municipal n.º 1.041, de 31 de maio de 2006.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2020

OBJETO: A Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal - MT torna público que na Licitação na modalidade Pregão Presencial Nº 09/2020 tendo em vista o cumprimento de todas as exigências do Edital, e considerando o menor preço apresentado na proposta, a comissão de Licitação ADJUDICOU como vencedora as empresas, 1 **– E. M. PAINS MARTINS ENTRETENIMENTOS, cadastrada no CNPJ nº 33.149.761/0001-69** para que produza todos os efeitos legais.

Reserva do Cabaçal-MT, 12 de Agosto de 2020.

UANDERSON HENRIQUE DE SOUZA VONISSON GOMES DOS SANTOS Pregoeiro Presidente da CPL

AMARILDO RODRIGUES GOMES JUCILENE GOMES TIZZO

Membro da equipe de apoio Membro da equipe de apoio

DAIANA LUDIMILA COELHO RADOS

Membro da equipe de apoio

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE N.º 92/2020 DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

"EXONERA A PEDIDO O SENHOR DOUGLAS DA SILVA DO CARGO DE ASSESSOR DE GABINETE DESTA PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL-MT.

TARCÍSIO FERRARI, Prefeito Municipal de Reserva do Cabaçal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º - EXONERAR a pedido o Senhor DOUGLAS DA SILVA do Cargo de Assessor de Gabinete desta Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal-MT.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Reserva do Cabaçal, Estado de Mato Grosso, 14 de agosto de 2020.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

TARCÍSIO FERRARI

PREFEITO MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE Nº 93/2020 DE 14 DE AGOSTO DE 2020

"CONCEDE DESINCOMPATIBILIZAÇÃO REMUNERADA AO SERVIDOR PÚBLICO ADEMIR LEOPOLDINO NEGRES DOS SANTOS, PARA CONCORRER AO CARGO DE VEREADOR NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2020".

TARCISIO FERRARI, Prefeito Municipal de Reserva do Cabaçal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º - Fica concedida desincompatibilização remunerada ao Servidor Público Municipal **ADEMIR LEOPOLDINO NEGRES DOS SANTOS**, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, no Cargo de Motorista Categoria D/E, inscrito na matricula sob o numero 665, para concorrer ao cargo de Vereador nas eleições municipais de 2020.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Reserva do Cabaçal, Estado de Mato Grosso, 14 de agosto de 2020.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

TARCISIO FERRARI

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE Nº 83/2020 DE 14 DE AGOSTO DE 2020

"CONCEDE DESINCOMPATIBILIZAÇÃO REMUNERADA A SERVIDORA PÚBLICA MARIA DA PENHA LUZ LOPES VENTURA, PARA CONCORRER AO CARGO DE VEREADORA NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2020".

TARCISIO FERRARI, Prefeito Municipal de Reserva do Cabaçal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º - Fica concedida desincompatibilização remunerada a Servidora Pública Municipal **MARIA DA PENHA LUZ LOPES VENTURA**, lotada na Secretaria Municipal de Educação, no Cargo de Agente Administrativo, inscrito na matricula sob o numero 51, para concorrer ao cargo de Vereadora nas eleições municipais de 2020.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Reserva do Cabaçal, Estado de Mato Grosso, 14 de Agosto de 2020.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

TARCISIO FERRARI

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE Nº 84/2020 DE 14 DE AGOSTO DE 2020

"CONCEDE DESINCOMPATIBILIZAÇÃO REMUNERADA AO SERVIDOR PÚBLICO JUNIOR DOS SANTOS NEIVA, PARA CONCORRER AO CARGO DE VEREADOR NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2020".

TARCISIO FERRARI, Prefeito Municipal de Reserva do Cabaçal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º - Fica concedida desincompatibilização remunerada a Servidor Público Municipal **JUNIOR DOS SANTOS NEIVA**, lotado na Secretaria Municipal de Obras, no Cargo de Operador de Maquina Esteira e ou Maquinas Pesadas, inscrito na matricula sob o numero 944, para concorrer ao cargo de Vereador nas eleições municipais de 2020.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Reserva do Cabaçal, Estado de Mato Grosso, 14 de agosto de 2020.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

TARCISIO FERRARI

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2020

A Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal - MT torna público que na Licitação na modalidade Pregão Presencial Nº 09/2020 tendo em vista o cumprimento de todas as exigências do Edital, e considerando o menor preço apresentado na proposta, a comissão de Licitação ADJUDICOU e o **PREFEITO HOMOLOGA** como vencedora as empresas, 1 – **E. M. PAINS MARTINS ENTRETENIMENTOS, cadastrada no CNPJ nº 33.149.761/0001-69,** para que produza todos os efeitos legais.

As empresas vencedoras ficam obrigadas a fornecer o objeto conforme proposta apresentada.

Reserva do Cabaçal - MT, 14 de Agosto de 2020.

TARCÍSIO FERRARI

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE Nº 94/2020 DE 14 DE AGOSTO DE 2020

"CONCEDE DESINCOMPATIBILIZAÇÃO A SERVIDORA PÚBLICA ALCIENE TEIXEIRA MONTOANELLI, PARA CONCORRER AO CARGO DE VEREADORA NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2020".

TARCISIO FERRARI, Prefeito Municipal de Reserva do Cabaçal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º - Fica concedida desincompatibilização a Servidora Pública Municipal **ALCIENE TEIXEIRA MONTOANELLI**, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, no Cargo de Assistente Social, inscrito na matricula sob o numero 1240, para concorrer ao cargo de Vereadora nas eleições municipais de 2020.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Reserva do Cabaçal, Estado de Mato Grosso, 14 de Agosto de 2020.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

TARCISIO FERRARI

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
DISTRATO TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL AO CONTRATO Nº 69/2020

Ao dia 14 do mês de Agosto de 2020, na Prefeitura Municipal, foi celebrado o presente Termo de Distrato do Contrato nº **69/2020**, tendo como partes: de um lado a **Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal**, inscrita no C.N.P.J. Sob o nº. 01.367.788/0001-31, sito à Av. .Mato Grosso, nº . 221, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. TARCISIO FERRARI, residente na Av. Mato Grosso – S/N, Portador da Cédula de Identidade RG. 349.139 SSP/MT, CPF N.º 960.713.271-72 doravante denominada de **"CONTRATANTE"**, e de outro lado **ROSANGELA MARTINS DE OLIVEIRA ,** brasileira, RG nº 1724241-0 SSP/MT e no CPF n° 031101741-03 , residente na Rua Francisco de Melo bairro Coabe Por do Sol em Reserva do Cabaçal –MT, doravante denominada **CONTRATADA.**

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO

01.1 - Este Termo de Rescisão Contratual se fundamenta nas disposições consubstanciadas no referido Contrato, conforme determina a Clausula Nona alínea "b".

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RESCISÃO

01.2 – As partes em comum acordo, decidem rescindir o referido contrato.

01.3 **CLÁUSULA TERCEIRA – DO DOMICÍLIO E FÔRO**

15.1 – As partes elegem como domicílio legal, o FORO da Comarca de Araputanga - MT, Estado de Mato Grosso, para dirimir quaisquer litígios decorrentes deste Termo de Rescisão Contratual, excluindo-se qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal – MT 14 de Agosto de 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL

TARCISIO FERRARI

DISTRATANTE

ROSANGELA MARTINS DE OLIVEIRA

DISTRATANTE

TESTEMUNHAS

_____
_____

NOME: NOME:

RG N°. _____ RG N°. _____

CPF N°. _____ CPF N°. _____

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE Nº 95/2020 DE 14 DE AGOSTO DE 2020

"CONCEDE DESINCOMPATIBILIZAÇÃO A VAGA DE SUPLENTE NO CONSELHO TUTELAR MUNICIPAL AO SENHOR VILMAR RODRIGUES PACHECO, PARA CONCORRER AO CARGO DE VEREADOR NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2020".

TARCISIO FERRARI, Prefeito Municipal de Reserva do Cabaçal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º - Fica concedida desincompatibilização a vaga de suplente no conselho tutelar municipalao Senhor **VILMAR RODRIGUES PACHECO**, lotado na Secretaria Municipal de SOCIAL, no Cargo de **Conselheiro Tutelar Municipal Suplente**, para concorrer ao cargo de Vereador nas eleições municipais de 2020.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Reserva do Cabaçal, Estado de Mato Grosso, 14 de agosto de 2020.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

TARCISIO FERRARI

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE Nº 88/2020 DE 14 DE AGOSTO DE 2020

"CONCEDE DESINCOMPATIBILIZAÇÃO REMUNERADA A SERVIDORA PÚBLICA CLEUZA LUZIA DE ALMEIDA GOUVEIA SIQUEIRA, PARA CONCORRER AO CARGO DE VEREADOR NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2020".

TARCISIO FERRARI, Prefeito Municipal de Reserva do Cabaçal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º - Fica concedida desincompatibilização remunerada a Servidora Pública Municipal **CLEUZA LUZIA DE ALMEIDA GOUVEIA SIQUEIRA**, lotado na Secretaria Municipal de Educação, no Cargo de Professor, inscrito na matricula sob o numero 257, para concorrer ao cargo de Vereador nas eleições municipais de 2020.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Reserva do Cabaçal, Estado de Mato Grosso, 14 de agosto de 2020.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

TARCISIO FERRARI

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
DISTRATO TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL AO CONTRATO Nº 71/2020

Ao dia 14 do mês de Agosto de 2020, na Prefeitura Municipal, foi celebrado o presente Termo de Distrato do Contrato nº **71/2020**, tendo como partes: de um lado a **Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal**, inscrita no C.N.P.J. Sob o nº. 01.367.788/0001-31, sito à Av. .Mato Grosso, nº . 221, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. TARCISIO FERRARI, residente na Av. Mato Grosso – S/N, Portador da Cédula de Identidade RG. 349.139 SSP/MT, CPF N.º 960.713.271-72 doravante denominada de **"CONTRATANTE"**, e de outro lado **VITORIA REGINA TEIXEIRA DE OLIVEIRA ,** brasileira, RG nº 2816248-0 SSP/MT e no CPF n° 062.267.771-33, residente na Avenida Mato Grosso bairro Centro em Reserva do Cabaçal –MT, doravante denominada **CONTRATADA.**

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO

01.1 - Este Termo de Rescisão Contratual se fundamenta nas disposições consubstanciadas no referido Contrato, conforme determina a Clausula Nona alínea "b".

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RESCISÃO

01.2 – As partes em comum acordo, decidem rescindir o referido contrato.

01.3 **CLÁUSULA TERCEIRA – DO DOMICÍLIO E FÔRO**

15.1 – As partes elegem como domicílio legal, o FORO da Comarca de Araputanga - MT, Estado de Mato Grosso, para dirimir quaisquer litígios decorrentes deste Termo de Rescisão Contratual, excluindo-se qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal – MT 14 de Agosto de 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL

TARCISIO FERRARI

DISTRATANTE

VITORIA REGINA TEIXEIRA DE OLIVEIRA

DISTRATANTE

TESTEMUNHAS

_____

_____

NOME: NOME:

RG N°. _____ RG N°. _____

CPF N°. _____ CPF N°. _____

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE Nº 90/2020 DE 14 DE AGOSTO DE 2020

"CONCEDE DESINCOMPATIBILIZAÇÃO REMUNERADA AO SERVIDOR PÚBLICO EVANILDO VENANCIO FERREIRA, PARA CONCORRER AO CARGO DE VEREADOR NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2020".

TARCISIO FERRARI, Prefeito Municipal de Reserva do Cabaçal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º - Fica concedida desincompatibilização remunerada a Servidor Público Municipal **EVANILDO VENANCIO FERREIRA**, lotado na Secretaria Municipal de Educação, no Cargo de Vigilante, inscrito na matricula sob o numero 251, para concorrer ao cargo de Vereador nas eleições municipais de 2020.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Reserva do Cabaçal, Estado de Mato Grosso, 14 de agosto de 2020.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

TARCISIO FERRARI

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2020

A Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal-MT torna público que realizou no dia 05 de Agosto de 2020, às 10:00 horas, em sua sede à Av. Mato Grosso nº 221, Centro, Pregão Presencial para Contratação de em-

presa especializada em prestação de serviços de Construção de Muro em alvenaria para Construção de um muro de vedação em Escola Municipal localizada no Sitio Água Doce no Município de Reserva do Cabaçal – MT. Tendo como vencedora a empresa:**1 – E. M. PAINS MARTINS ENTRETENIMENTOS,** cadastrada no **CNPJ nº 33.149.761/0001-69.**

Reserva do Cabaçal-MT, 12 de Agosto de 2020

VONISSON GOMES DOS SANTOS Presidentes da CPL

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL COM REGISTRO DE PREÇO Nº 10/2020

O Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal-MT, no uso de suas atribuições legais, torna público que fará realizar Procedimento Licitatório, Modalidade: Pregão Presencial com Registro de Preço, Tipo: Menor Preço.

Objeto: contratação de empresa especializada em serviços de infraestrutura de rede com manutenção corretiva, instalações, desinstalações, remanejamentos de pontos de lógica e serviços de cabeamento com fibra óptica, de acordo com as necessidades identificadas e em conformidade com características dos equipamentos da rede local e seus respectivos padrões,para atender todos os órgãos da prefeitura municipal de Reserva do Cabaçal-MT.

Data de abertura: Dia **26/08/2020** as **09:00** horas.

Local: Prefeitura Municipal, Av. Mato Grosso, 221, Centro, CEP: 78. 265-000, Reserva do Cabaçal-MT.

Reserva do Cabaçal – MT 14 de Agosto de 2019.

UANDERSON HENRIQUE DE SOUZA

Pregoeiro

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE Nº 89/2020 DE 14 DE AGOSTO DE 2020

"CONCEDE DESINCOMPATIBILIZAÇÃO REMUNERADA A SERVIDORA PÚBLICA ALESSANDRA CRISTINA DE SOUZA, PARA CONCORRER AO CARGO DE VEREADOR NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2020".

TARCISIO FERRARI, Prefeito Municipal de Reserva do Cabaçal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º - Fica concedida desincompatibilização remunerada a Servidora Pública Municipal **ALESSANDRA CRISTINA DE SOUZA**, lotado na Secretaria Municipal de Educação, no Cargo de Professor, inscrito na matricula sob o numero 512, para concorrer ao cargo de Vereador nas eleições municipais de 2020.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Reserva do Cabaçal, Estado de Mato Grosso, 14 de agosto de 2020.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

TARCISIO FERRARI

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE Nº 86/2020 DE 14 DE AGOSTO DE 2020

"CONCEDE DESINCOMPATIBILIZAÇÃO REMUNERADA AO SERVIDOR PÚBLICO MARCOS MANOEL DA SILVA, PARA CONCORRER AO CARGO DE VEREADOR NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2020".

TARCISIO FERRARI, Prefeito Municipal de Reserva do Cabaçal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º - Fica concedida desincompatibilização remunerada ao Servidor Público Municipal **MARCOS MANOEL DA SILVA**, lotado na Secretaria Municipal de Educação, no Cargo de Professor, inscrito na matricula sob o numero 371, para concorrer ao cargo de Vereador nas eleições municipais de 2020.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Reserva do Cabaçal, Estado de Mato Grosso, 14 de agosto de 2020.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

TARCISIO FERRARI

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
DISTRATO TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL AO CONTRATO Nº 31/2019

Ao dia 14 do mês de Agosto de 2020, na Prefeitura Municipal, foi celebrado o presente Termo de Distrato do Contrato nº **31/2019**, tendo como partes: de um lado a **Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal**, inscrita no C.N.P.J. Sob o nº. 01.367.788/0001-31, sito à Av. .Mato Grosso, nº . 221, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. TARCISIO FERRARI, residente na Av. Mato Grosso – S/N, Portador da Cédula de Identidade RG. 349.139 SSP/MT, CPF N.º 960.713.271-72 doravante denominada de **"CONTRATANTE"**, e de outro lado a Srª **ALCIENE TEIXEIRA MONTOANELLI,** brasileiro, RG nº 18669530 SSP/MT e no CPF n° 031241661-08, residente na Avenida Mato Grosso, Bairro Cidade Alta, em Reserva do Cabaçal –MT, doravante denominada **CONTRATADA.**

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO

01.1 - Este Termo de Rescisão Contratual se fundamenta nas disposições consubstanciadas no referido Contrato, conforme determina a Clausula Nona alínea "b".

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RESCISÃO

01.2 – As partes em comum acordo, decidem rescindir o referido contrato.

01.3 **CLÁUSULA TERCEIRA – DO DOMICÍLIO E FÔRO**

15.1 – As partes elegem como domicílio legal, o FORO da Comarca de Araputanga - MT, Estado de Mato Grosso, para dirimir quaisquer litígios decorrentes deste Termo de Rescisão Contratual, excluindo-se qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal – MT 14 de Agosto de 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL

TARCISIO FERRARI

DISTRATANTE

ALCIENE TEIXEIRA MONTOANELLI

DISTRATANTE

TESTEMUNHAS

_____
_____

NOME: NOME:

RG N°. _____ RG N°.
_____

CPF N°. _____ CPF N°.
_____

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE Nº 91/2020 DE 14 DE AGOSTO DE 2020

"CONCEDE DESINCOMPATIBILIZAÇÃO REMUNERADA A SERVIDORA PÚBLICA JOSELDA DE OLIVEIRA SILVA, PARA CONCORRER AO CARGO DE VEREADORA NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2020".

TARCISIO FERRARI, Prefeito Municipal de Reserva do Cabaçal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º - Fica concedida desincompatibilização remunerada a Servidora Pública Municipal **JOSELDA DE OLIVEIRA SILVA**, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, no Cargo de Auxiliar de Enfermagem, inscrito na matricula sob o numero 239, para concorrer ao cargo de Vereadora nas eleições municipais de 2020.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Reserva do Cabaçal, Estado de Mato Grosso, 14 de agosto de 2020.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

TARCISIO FERRARI

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE Nº 85/2020 DE 14 DE AGOSTO DE 2020

"CONCEDE DESINCOMPATIBILIZAÇÃO REMUNERADA AO SERVIDOR PÚBLICO VALTAIR LEOPOLDINO NEGRIS, PARA CONCORRER AO CARGO DE VEREADOR NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2020".

TARCISIO FERRARI, Prefeito Municipal de Reserva do Cabaçal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º - Fica concedida desincompatibilização remunerada ao Servidor Público Municipal **VALTAIR LEOPOLDINO NEGRIS**, lotado na Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, no Cargo de vigilante, inscrito na matricula sob o numero 243, para concorrer ao cargo de Vereador nas eleições municipais de 2020.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Reserva do Cabaçal, Estado de Mato Grosso, 14 de agosto de 2020.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

TARCISIO FERRARI

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE Nº 87/2020 DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

"CONCEDE DESINCOMPATIBILIZAÇÃO REMUNERADA AO SERVIDOR PÚBLICO ADÃO VULP SANTANA PARA CONCORRER AO CARGO DE VEREADOR NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2020".

TARCISIO FERRARI, Prefeito Municipal de Reserva do Cabaçal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º - Fica concedida desincompatibilização remunerada ao Servidor Público Municipal ADÃO VULP SANTANA, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Público, no Cargo de Operador de Retroescavadeira, inscrito na matricula sob o numero 373, para concorrer ao cargo de Vereador nas eleições municipais de 2020.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Reserva do Cabaçal, Estado de Mato Grosso, 14 de agosto de 2020.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

TARCISIO FERRARI

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO 080 2020

EXTRATO DO CONTRATO 80/2020

Partes: Município de Ribeirão Cascalheira – MT, CNPJ 24.772.113/0001-73 e a pessoa jurídica BARRACON CONSTRUTORA EIRELI, CNPJ nº 07.129.333/0001-64

OBJETO: Contratação de Empresa especializada de engenharia para obra de pavimentação asfáltica e drenagem em diversas ruas nesta cidade.

DATA DA ASSINATURA: 13/08/2020

DO VALOR: R$ 1.104.666,90, (um milhão cento e quatro mil e seiscentos e sessenta e seis reais e noventa centavos).

DA VIGÊNCIA: O prazo de vigência será de 90 (noventa) dias.

ASSINAM: Luzia Nunes Brandão – Prefeita Municipal de Ribeirão Cascalheira e a pessoa **BARRACON CONSTRUTORA EIRELI**

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO

RESOLUÇÃO Nº. 07/2020

RESOLUÇÃO Nº. 07/2020

Dispõem sobre a Aprovação do Registro da Casa da Criança Raio de Luz de Rio Branco – MT. O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), no uso de suas atribuições instituídas pela Lei Municipal nº. 448, amparada pela Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS de nº. 8724 de 1993, tendo seu princípio regulado por este regimento.

RESOLVE:

Art. 1º Ficar aprovado o Registro da Casa da Criança Raio de Luz de Rio Branco – MT, sob n°. 01/2020 - CMAS.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Juraci Cardoso de Sá Silva

Presidenta do Conselho Municipal de Assistência Social

Rio Branco – MT, 13 de Agosto de 2020

RESOLUÇÃO Nº. 06/2020

RESOLUÇÃO Nº. 06/2020

Dispõem sobre a Aprovação da Prestação de Conta, referente aos meses de dezembro de 2019 a maio do ano de 2020 da Pasta da Secretaria Municipal de Assistência. O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), no uso de suas atribuições instituídas pela Lei Municipal nº. 448, amparada pela Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS de nº. 8724 de 1993, tendo seu princípio regulado por este regimento.

RESOLVE:

Art. 1º Ficar Aprovado a Prestação de Conta, referente a pasta da Secretaria Municipal de Assistência Social de Rio Branco – MT. Referente aos meses de Dezembro de 2019 a Maio do ano de 2020.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Juraci Cardoso de Sá Silva

Presidenta do Conselho Municipal de Assistência Social

Rio Branco – MT, 13 de Agosto de 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA

ATO ADMINISTRATIVO Nº 175/2020/GAB/PREFEITO

Proc. Administrativo nº 042/2017-GAB.

ASSUNTO: Afastamento para o Servidor **VALDEMAR TAGABA ZORO** no Cargo efetivo de ***APOIO ADMINISTRATIVO,*** Matricula ***nº 275.***

AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO, Prefeito do Município de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto no inciso XXVI do Art. 70 da LOM, e,

DECIDO.

1 – Deferir a concessão do afastamento sem remuneração para o servidor VALDEMAR TAGABA ZORO, No Cargo efetivo de APOIO ADMINISTRATIVO, Matricula nº 275, referente ao período compreendido entre 01/08/2020 até 31/12/2020, gozado consecutivamente 05 (cinco) meses.

2- Retroagindo os efeitos da publicação a 01/08/2020,

3– Ao DRH para ciência do servidor e anotações necessárias.

Rondolândia-MT, 14 de agosto de 2020

AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº4178-2020-EXONERA- A PEDIDO DE MARIA MADALENA FELICIANO

PORTARIA Nº. 4178/GP/PMR/20

DE 14 DE AGOSTO DE 2020

EXONERA- A PEDIDO DE MARIA MADALENA FELICIANO Do cargo em comissão de ASSESSOR ESPECIAL DE GABINETE NÍVEL III, CDS-11.

AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO, Prefeito Municipal de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas Art. 70 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERA – A PEDIDO DE *MARIA MADALENA FELICIANO* no cargo em comissão de ASSESSOR ESPECIAL DE GABINETE NÍVEL III, CDS-11, junto do GABINETE DO PREFEITO.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

.

Publique-se; Registre-se, e Cumpra-se.

AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO

PREFEITO MUNICIPAL

PUBLICADO POR AFIXAÇÃO NO ÁTRIO DO PAÇO MUNICIPAL *EM 14/08/2020.*

CONTABILIDADE
BALANCETE DE JULHO DE 2.020

ESTADO DO MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLANDIA
Anexo 12 - Balanço Orçamentário
Administração Direta

Betha Sistemas
Exercício de 2020
Período: Janeiro à Julho
Página: 1/2

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO c = (b-a)
RECEITAS CORRENTES	21.027.173,37	21.027.173,37	13.077.377,37	-7.949.796,00
Receita Tributária	824.719,84	824.719,84	498.282,32	-326.437,52
_ Impostos	694.559,22	694.559,22	422.436,90	-272.122,32
_ Taxas	19.385,62	19.385,62	75.845,42	56.459,80
_ Contribuição de Melhoria	110.775,00	110.775,00	0,00	-110.775,00
Receita Patrimonial	177.240,00	177.240,00	37.788,68	-139.451,32
_ Receitas de Valores Mobiliários	177.240,00	177.240,00	37.788,68	-139.451,32
Receita de Serviços	15.508,50	15.508,50	25,53	-15.482,97
Transferências Correntes	19.854.317,53	19.854.317,53	12.541.280,84	-7.313.036,69
_ Transferências Intergovernamentais	9.324.932,68	9.324.932,68	5.834.473,84	-3.490.458,84
_ Transferências de Pessoas	2.007.243,00	2.007.243,00	1.019.118,29	-988.124,71
Outras Receitas Correntes	155.387,50	155.387,50	0,00	-155.387,50
_ Receitas Correntes Diversas	155.387,50	155.387,50	0,00	-155.387,50
RECEITAS DE CAPITAL	1.463.125,00	1.463.125,00	20.800,00	-1.442.325,00
Transferência de Capital	1.463.125,00	1.463.125,00	20.800,00	-1.442.325,00
_ Transferências Intergovernamentais	1.064.335,00	1.064.335,00	0,00	-1.064.335,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (I)	22.490.298,37	22.490.298,37	13.098.177,37	-9.392.121,00
REFINANCIAMENTO (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (III) = (I + II)	22.490.298,37	22.490.298,37	13.098.177,37	-9.392.121,00
DÉFICIT (IV)		0,00		
TOTAL (V) = (III + IV)	22.490.298,37	22.490.298,37	13.098.177,37	-9.392.121,00
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	1.811.866,69			
Superávit Financeiro	1.811.866,69			
Reabertura de Créditos Adicionais	0,00			

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS (f)	DESPESAS LIQUIDADAS (g)	DESPESAS PAGAS (h)	SALDO DA DOTAÇÃO (i) = (e-f)
SUBTOTAL DAS DESPESAS (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/ REFINANCIAMENTO (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VIII) = (VI + VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPERÁVIT (IX)	22.490.298,37	22.490.298,37	13.098.177,37			
TOTAL (X) = (VIII + IX)	22.490.298,37	22.490.298,37	13.098.177,37	0,00	0,00	9.392.121,00

ANEXO 12.1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITOS		LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO (b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a+b-d-e)
DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
_ OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

ESTADO DO MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLANDIA
Anexo 12 - Balanço Orçamentário
Administração Direta

Betha Sistemas
Exercício de 2020
Período: Janeiro à Julho
Página: 2/2

ANEXO 12.2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS:

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	INSCRITOS		PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO (b)	(c)	(d)	(f) = (a+b-c-d)
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Rondolândia,- 14/08/2020

AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO
_____ Prefeito Municipal

NERY ANGELO BATTISTI
CRC/SC-011966 OT7

VANDERLEIA SOARES DA SILVA
_____ Secretária de Finanças

ESTADO DO MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLANDIA
BALANÇO FINANCEIRO - Anexo 13
Administração Direta

EXERCÍCIO:2020
PERÍODO (MÊS): Janeiro Á Julho
DATA DE EMISSÃO:14/08/2020
PAGINA:1

INGRESSOS	
ESPECIFICAÇÃO	**Exercício Atual**
Receita Orçamentária (I)	**13.098.177,37**
Ordinária	11.901.821,12
Vinculada	1.196.356,25
Recurso do FUNDEB 40%	1.923,45
Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNA	41.035,53
Transferência de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Edu	193.777,08
Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS	529.613,61
Transferencia Sistema Unico de Saude - Estado	63.230,30
Transferências de Convênios - Educação	366.212,52
Transferências de Convênios - Outros (não relacionados à educação/saúd	563,76
Transferências Financeiras Recebidas (II)	**0,00**
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	0,00
Recebimentos Extraorçamentários (IV)	**4.595.114,85**
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	3.085.119,06
Inscrição de Restos a Pagar Processados	596.922,47
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	82.767,75
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	830.126,73
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A	178,84
Saldo do Exercício Anterior (V)	**6.090.435,87**
BANCO C/ MOVIMENTO	5.010.250,57
BANCOS C/ VINCULADAS	910.920,09
POUPANÇA	169.265,21
TOTAL (VI) = (I+II+III+IV+V)	23.783.728,09

DISPÊNDIOS	
ESPECIFICAÇÃO	**Exercício Atual**
Despesas Orçamentária (VII)	**13.897.741,30**
Ordinária	10.400.462,20
Vinculada	3.497.279,10
Recursos do Fethab	881.475,52
Transferencia de Recursos do Estado - Ass. Social.	39.069,99
Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNA	84.004,05
Transferência de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Edu	73.828,65
Transferências de Convênios - Outros (não relacionados à educação/saúd	235.689,00
Transferências de Convênios - Saúde	199.411,77
Transferências do FUNDEB - (aplicação em outras despesas da Educaçã	342.482,44
Transferências do FUNDEB - (aplicação na remuneração dos profissionais	892.277,01
Transferências Fundo a Fundo de Recusos do SUS Provenientes do Gove	749.040,67
Transferências Financeiras Concedidas (VIII)	**583.314,34**
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	583.314,34
Pagamentos Extraorçamentários (X)	**2.009.500,08**
RP NAO PROCESSADOS PAGOS	1.137.848,56
RP PROCESSADOS PAGOS	77.998,55
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	82.593,87
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	710.880,26
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A	178,84
Saldo para o Exercício Seguinte (XI)	**7.293.172,37**
BANCO C/ MOVIMENTO	5.971.495,34
BANCOS C/ VINCULADAS	1.148.137,66
POUPANÇA	173.539,37
TOTAL (XII) = (VII+VIII+IX+X+XI)	23.783.728,09

Rondolândia, 14/08/2020

AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO
Prefeito Municipal

NERY ANGELO BATTISTI
CRC/SC-011966 O/T7

VANDERLEIA SOARES DA SILVA
Secretária de Finanças

ESTADO DO MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLANDIA
Anexo 14 - Balanço Patrimonial
Administração Direta

Betha Sistemas
Exercício 2020
Período: Janeiro à Julho
Página: 1

ATIVO	Exercício Atual
ATIVO CIRCULANTE	11.809.621,52
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	7.293.172,37
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	4.072.719,30
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	40.203,70
ESTOQUES	403.526,15
ATIVO NÃO CIRCULANTE	17.490.178,27
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	156.641,31
IMOBILIZADO	17.333.536,96
TOTAL	**29.299.799,79**

PASSIVO	Exercício Atual
PASSIVO CIRCULANTE	1.048.092,35
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A	451.018,22
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	430.320,68
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	166.753,45
PASSIVO NAO-CIRCULANTE	713.250,05
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A	713.250,05
TOTAL DO PASSIVO	**1.761.342,40**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**Exercício Atual**
RESULTADOS ACUMULADOS	27.538.457,39
*RESULTADO DO EXERCÍCIO	1.784.148,66
RESULTADO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	25.754.308,73
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**27.538.457,39**
TOTAL	**29.299.799,79**

ESTADO DO MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLANDIA
Anexo 14 - Balanço Patrimonial
Administração Direta

ATIVO FINANCEIRO	Exercicio Atual
ATIVO	7.292.998,49
ATIVO CIRCULANTE	7.292.998,49
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	7.293.172,37
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	-173,88
TOTAL DO ATIVO FINANCEIRO	**7.292.998,49**

PASSIVO FINANCEIRO	Exercício Atual
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	978.339,18
PASSIVO CIRCULANTE	978.339,18
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	381.265,05
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	430.320,68
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	166.753,45
CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	3.007.088,81
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR	2.538.426,05
TOTAL DO PASSIVO FINANCEIRO	**6.523.854,04**

ATIVO PERMANENTE	Exercício Atual
ATIVO	22.006.801,30
ATIVO CIRCULANTE	4.516.623,03
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	4.072.719,30
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	40.377,58
ESTOQUES	403.526,15
ATIVO NÃO CIRCULANTE	17.490.178,27
ATIVO REALIZAVEL A LONGO PRAZO	156.641,31
IMOBILIZADO	17.333.536,96
TOTAL DO ATIVO PERMANENTE	**22.006.801,30**

PASSIVO PERMANENTE	Exercício Atual
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	783.003,22
PASSIVO CIRCULANTE	69.753,17
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	69.753,17
PASSIVO NAO-CIRCULANTE	713.250,05
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO	713.250,05
TOTAL DO PASSIVO PERMANENTE	**783.003,22**

SALDO PATRIMONIAL	**21.992.942,53**

COMPENSAÇÕES

Saldo dos Atos Potenciais Ativos	Exercício Atual
EXECUÇÃO DE DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNER	60.001,00
EXECUÇÃO DE DIREITOS CONTRATUAIS	2.000,00
TOTAL	**62.001,00**

Saldo dos Atos Potenciais Passivos	Exercício Atual
EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	14.755.833,70
TOTAL	**16.974.980,51**

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	EXERCÍCIO ATUAL

Para exibir estas informações é necessário corrigir as inconsistências apontadas nas pré-validações de encerramento mensal/anual: "Consistências sistêmicas" e/ou "Consistências contábeis" na(s) entidade(s): 1.

* Valor do resultado do exercício que ainda não foi contabilizado no patrimônio liquido. Esse valor somente será contabilizado após efetuado o encerramento anual do balanço.

Rondolândia, 14/08/2020

AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO	NERY ANGELO BATTISTI	VANDERLEIA SOARES DA SILVA
Prefeito Municipal	CRC/SC-011966 OT7	Secretária de Finanças

Assinado Digitalmente

ESTADO DO MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLANDIA
Demonstração das Variações Patrimoniais - Anexo 15
Administração Direta

Exercício de 2020
PERÍODO (MÊS): Janeiro à Julho
Página: 1/1

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	Exercício Atual
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	**13.076.088,05**
__ IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	434.961,76
____ IMPOSTOS	407.422,00
____ TAXAS	60.054,99
____ CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	-32.515,23
__ EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVICOS E DIREITOS	-30.829,55
____ VENDA DE MERCADORIAS	-30.829,55
__ VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	45.961,39
____ JUROS E ENCARGOS DE MORA	340,48
____ VARIAÇÕES MONETARIAS E CAMBIAIS	8.375,53
____ REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	37.245,38
__ TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	12.625.994,45
____ TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS	12.625.994,45

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	**11.291.939,39**
__ PESSOAL E ENCARGOS	6.040.274,04
____ REMUNERAÇÃO A PESSOAL	5.017.412,32
____ ENCARGOS PATRONAIS	1.022.861,72
__ USO DE BENS, SERVICOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	4.414.640,98
____ USO DE MATERIAL DE CONSUMO	1.380.635,07
____ SERVICOS	3.034.005,91
__ TRANSFERENCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	720.392,04
____ TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	583.314,34
____ EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA	137.077,70
__ TRIBUTÁRIAS	116.632,33
____ CONTRIBUIÇÕES	116.632,33

Resultado Patrimonial do Período	**1.784.148,66**

Rondolândia,- 14/08/2020

AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO	NERY ANGELO BATTISTI	VANDERLEIA SOARES DA SILVA
_____ Prefeito Municipal	CRC/SC-011966 OT7	_____ Secretária de Finanças

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS

RESULTADO DE JULGAMENTO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: "CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 25/2020"

A PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, Estado de Mato Grosso, torna público a todos interessados, que em Licitação na Modalidade de Concorrência Pública nº 25/2020, tendo como objeto:**"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA, PARA A EXECUÇÃO DO SEGUINTE SERVIÇO: "CONSTRUÇÃO DO PARQUE ENCONTRO DAS ÁGUAS LAMARTINE DA NÓBREGA, LOCALIZADO NA AVENIDA LEOPOLDINA PINHO CARVALHO,NO BAIRRO VILA AURORA I, NESTE MUNICÍPIO, CONFORME PROJETO BÁSICO E JUSTIFICATIVA DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA ANEXO AO EDITAL",** que após a análise detalhada da documentação e propostas apresentadas pelas empresas participantes, foi considerada HABILITADA, CLASSIFICADA E VENCEDORA DESTE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO, a empresa: **SLN CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA EPP**,apresentou o valor de R$: 2.991.328,47 (dois milhões, novecentos e noventa e um mil, trezentos e vinte e oito reais e quarenta e sete centavos).

Rondonópolis-MT, 13 de agosto de 2020.

ALFREDO VINICIUS AMOROSO

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

IV AVISO DE LICITAÇÃO – TOMADA DE PREÇO Nº 37/2020

TIPO DESTA LICITAÇÃO: "MENOR PREÇO".

A PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, Estado de Mato Grosso, localizada à Avenida Duque de Caxias, nº 1.000, Bairro Vila Aurora, torna público e oficial para conhecimento dos interessados que por ordem do Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Rondonópolis-MT, que através de sua Comissão Permanente de Licitação, realizará a tomada de preço em epígrafe às 14:00 horas do dia 03 (três) de setembro de 2020, na sala de licitações da Secretaria Municipal de Administração, a abertura dos envelopes nº. 01 e 02, contendo os **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO e PROPOSTA COMERCIAL**, respectivamente, para aquisição do seguinte objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE COBERTURA E SISTEMA SIMPLIFICADO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA FARINHEIRA, LOCALIZADA NA ALDEIA TADARIMANA, CONFORME PROJETO BÁSICO ANEXO A ESTE EDITAL"**

Os interessados poderão retirar a pasta contendo o edital completo, na sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima citado, mediante apresentação de CD-ROM ou PEN-DRIVE, no horário das ***13:00 às 17:00 horas*** em dias úteis, ou solicitar através do licitacaorondonopolis@hotmail.com, ou retirar no site www.rondonopolis.mt.gov.br.

Rondonópolis-MT, 14 de agosto de 2020.

Alfredo Vinicius Amoroso

Presidente da Comissão de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO Nº 118/2020

EXTRATO DO CONTRATO Nº 118/2020

Texto:

1.1. AQUISIÇÃO DE KITS DE TESTE RÁPIDO PARA DIAGNOSTICO DE COVI-19, EM CARÁTER DE URGÊNCIA PARA O ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PUBLICA PARA ATENDER SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ROSÁRIO OESTE-MT.

AQUISIÇÃO DE KIT TESTE RAPIDO

EMPRESA :**DIHOL DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA**

CNPJ: 26.792.580/0001-90

DATA DA ASSINATURA: 17 de JULHO de 2020.

JOÃO ANTONIO DA SILVA BALBINO

PREFEITO MUNICIPAL

PROCURADORIA MUNICIPAL
PORTARIA 072 - 2020

PORTARIA 072/2020

De 14 de Agosto de 2.020

"Dispõe sobre o afastamento dos servidores municipais candidatos a mandato eletivo no pleito a ser realizado em 15 de novembro de 2020, e da outras providencias."

O PREFEITO DE ROSÁRIO OESTE – MATO GROSSO, **JOÃO ANTONIO DA SILVA BALBINO**, no uso de suas atribuições legais conferidas por lei, uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e

C O N S I D E R A N D O as disposições constantes da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, bem como as disposições da Resolução editada pelo Tribunal Superior Eleitoral sobre o tema;

RESOLVE:

Art. 1º. Ficam afastados de seu cargo, a partir do dia **15.08.2020**, nos termos do artigo 1º, inciso I, alínea "l" da Lei Complementar 64/90, os seguintes servidores:

a) **CATIUCIA OLIVEIRA PONDELEKI** – de cargo efetivo na Prefeitura de Rosário Oeste – MT;

b) **ANGELA MARIA GODOES** – de cargo efetivo na Prefeitura de Rosário Oeste – MT;

c) **TANIA CONRADO DA COSTA GONÇALVES** – de cargo efetivo na Prefeitura de Rosário Oeste – MT;

d) **MARY IVONETH NAVARROS BORGES** - de cargo efetivo na Prefeitura de Rosário Oeste – MT;

e) **MAURO ZARK DA CRUZ** - de cargo efetivo na Prefeitura de Rosário Oeste – MT;

f) **JOSE FERNANDES DA COSTA -** de cargo efetivo na Prefeitura de Rosário Oeste – MT;

g) **JURANDIR BARROS BISPO** - de cargo efetivo na Prefeitura de Rosário Oeste – MT;

h) **ALCILENE TEIXEIRA DE ARAUJO** - de cargo efetivo na Prefeitura de Rosário Oeste – MT;

i) **DEJAIR ROBERTO LIU JUNIOR** - de cargo efetivo na Prefeitura de Rosário Oeste – MT;

j) **DOUGLAS BOTELHO DA SILVA** - de cargo efetivo na Prefeitura de Rosário Oeste – MT;

k) **JOSÉ GEORGE BEZERRA RIBEIRO** - de cargo efetivo na Prefeitura de Rosário Oeste – MT;

l) **IRACI SANTOS SILVA** – de cargo efetivo na Prefeitura de Rosário Oeste – MT;

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor a partir do dia **15.08.2020**, revogando-se disposições.

Gabinete do Prefeito, em Rosário Oeste – MT, 14 de Agosto de 2020.

JOÃO ANTONIO DA SILVA BALBINO

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO Nº 124/2020

EXTRATO DO CONTRATO Nº 124/2020

Texto: CREDENCIAMENTO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE CONSULTAS MÉDICAS E ESPECIALISTAS, EXAMES COMPLEMENTARES DIVERSOS PARA O ANO DE 2020.

CREDENCIAMENTO

EMPRESA: **LIANNI M. BORGES-ME LTDA**

CNPJ:**02316097/0001-71**

DATA DA ASSINATURA: 03 de AGOSTO de 2020.

JOÃO ANTONIO DA SILVA BALBINO

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO Nº 123/2020

EXTRATO DO CONTRATO Nº 123/2020

Texto: **CREDENCIAMENTO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE CONSULTAS MÉDICAS E ESPECIALISTAS, EXAMES COMPLEMENTARES DIVERSOS PARA O ANO DE 2020.**

CREDENCIAMENTO

EMPRESA: SONAR UNIADE AVANÇADA DE DIAGNOSTICO POR IMAGEM S/S LTDA-ME

CNPJ: **0087608/0001-03**

DATA DA ASSINATURA: 03 de AGOSTO de 2020.

JOÃO ANTONIO DA SILVA BALBINO

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO Nº 122/2020

EXTRATO DO CONTRATO Nº 122/2020

Texto: **CONTRATAÇÃO DE PESSOA FÍSICA, COMO CUIDADOR DO ABRIGO SANTO ANTONIO PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL DO MUNICÍPIO DE ROSÁRIO OESTE/MT POR 05 MESES NO VALOR MENSAL DE R$ 1.826,00**

PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

SR. LEONARDO AFONSO DA SILVA

CPF: nº 055509081-74 e RG nº 2606860-5 SSP-MT,

DATA DA ASSINATURA: 28 de JULHO de 2020.

JOÃO ANTONIO DA SILVA BALBINO

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO Nº 121/2020

EXTRATO DO CONTRATO Nº 121/2020

Texto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE REFORMA DE UNIDADE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE (CENTRO DE ESPECIALIDADES MÉDICAS), CONFORME CONVÊNIO – PROPOSTA N. 911421/17-003 FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE ROSÁRIO OESTE/MT E O MINISTÉRIO DA SAÚDE/CAIXA.**

PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

EMPRESA :**CONSTRUTORA ALTO MONTE EIRELI**

CNPJ: 22.103781/0001-82

DATA DA ASSINATURA: 28 de JULHO de 2020.

JOÃO ANTONIO DA SILVA BALBINO

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO Nº 120/2020

EXTRATO DO CONTRATO Nº 120/2020

Texto: **AQUISIÇÃO EMERGENCIAL DE MEDICAMENTO PARA TRATAMENTO DO COVID-19 (AZITROMICINA 500MG), CONFORME INDICAÇÃO DO PROTOCOLO DE TRATAMENTO PARA COVID-19 ADOTADO NO MUNICÍPIO DE ROSÁRIO OESTE - MT, VISANDO ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

EMPRESA :**CCAF COMERCIO DE MEDICAMENTOS E MATERIAL HOSPITALAR EIRELLI,**

CNPJ: 16.917.181/0001-55

DATA DA ASSINATURA: 22 de JULHO de 2020.

JOÃO ANTONIO DA SILVA BALBINO

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO Nº 119/2020

EXTRATO DO CONTRATO Nº 119/2020

Texto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE CONSULTORIA NAS ÁREAS DE LICITAÇÃO E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS PARA ATENDER AS DEMANDAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE/MT**

PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

EMPRESA :**CAPACCITAR CONSULTORIA E TREINAMENTO EIRELLI,**

CNPJ: 31.825.556/0001-40

DATA DA ASSINATURA: 17 de JULHO de 2020.

JOÃO ANTONIO DA SILVA BALBINO

PREFEITO MUNICIPAL

PROCURADORIA MUNICIPAL
PORTARIA 071 - 2020

PORTARIA 071/2020

De 14 de Agosto de 2.020

"Dispõe sobre o afastamento dos servidores municipais candidatos a mandato eletivo no pleito a ser realizado em 15 de novembro de 2020, e da outras providencias."

O PREFEITO DE ROSÁRIO OESTE – MATO GROSSO, **JOÃO ANTONIO DA SILVA BALBINO**, no uso de suas atribuições legais conferidas por lei, uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e

C O N S I D E R A N D O as disposições constantes da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, bem como as disposições da Resolução editada pelo Tribunal Superior Eleitoral sobre o tema;

RESOLVE:

Art. 1º. Ficam afastados de seu cargo, a partir do dia **15.08.2020**, nos termos do artigo 1º, inciso I, alínea "l" da Lei Complementar 64/90, os seguintes servidores:

a) **VILMA FERREIRA MARTINS** – de cargo comissionado na Prefeitura de Rosário Oeste – MT;

b) **MADALENA BESSA DE ALMEIDA** – de cargo comissionado na Prefeitura de Rosário Oeste – MT;

c) **JOSE GEORGE BEZERRA RIBEIRO** – de cargo comissionado na Prefeitura de Rosário Oeste – MT;

d) **NESTRASIO RODRIGUES RAMOS** - de cargo comissionado na Prefeitura de Rosário Oeste – MT;

e) **ANGELA MARA GODOES** - de cargo comissionado na Prefeitura de Rosário Oeste – MT;

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor a partir do dia **15.08.2020**, revogando-se disposições.

Gabinete do Prefeito, em Rosário Oeste – MT, 14 de Agosto de 2020.

JOÃO ANTONIO DA SILVA BALBINO

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO Nº 117/2020

EXTRATO DO CONTRATO Nº 117/2020

Texto: **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO LABORATORIAIS (SWAB DE RAYON E TUBO TIPO FALCON) PARA O ENFRENTAMENTO DA COVID – 19 PARA ATENDER SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ROSÁRIO OESTE-MT.**

AQUISIÇÃO DE MATERIAIS

EMPRESA :**CCAF COMERCIO DE MEDICAMENTOS E MATERIAL HOSPITALAR EIRELLI** i

CNPJ: 16.917.181/0001-55

DATA DA ASSINATURA: 17 de JULHO de 2020.

JOÃO ANTONIO DA SILVA BALBINO

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 043/2020

Extrato de Contrato nº 043/2020 – Dispensa nº 042/2020

1. OBJETO:Contratação temporária e de excepcional interesse público de Professor Licenciado em Pedagogia, para ministrar aulas na Escola Municipal Simão Bororó, com jornada de 25 (vinte e cinco) horas/aulas semanais, pelo período de 130 (cento e trinta) dias; **2.CONTRATADO: SÓCRATY CAMPOS DALBÉM -** CPF: 020.932.621-26; **3. VALOR GLOBAL**: R$ 9.618,64 (nove mil seiscentos e dezoito e sessenta e quatro centavos); **4. DATA DA ASSINATURA:** 10/08/2020; **5. DATA DA VIGÊNCIA:** 10/08/2020 à 18/12/2020; **6. Procurador Jurídico:** César Luiz Branicio da Silva – OAB/MT Nº 24.525.

Salto do Céu - MT, 14 de Agosto de 2020.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 042/2020

Extrato de Contrato nº 042/2020 – Dispensa nº 041/2020

1. OBJETO: Contratação temporária e de excepcional interesse público de Professor, para atender a Sala de Recursos da Escola Municipal Simão Bororó, com jornada de 25 (vinte e cinco) horas/aulas semanais, em substituição à Professora Silvia de Almeida Oliveira que se encontra de atestado médico pelo período de 130 (cento e trinta) dias; **2.CONTRATADA: ANA MARIA FERREIRA DE SOUZA -** CPF: 395.806.361-68; **3. VALOR GLOBAL**: R$ 9.618,64 (nove mil seiscentos e dezoito e sessenta e quatro centavos); **4. DATA DA ASSINATURA:** 10/08/2020; **5. DATA DA VIGÊNCIA:** 10/08/2020 à 18/12/2020; **6. Procurador Jurídico:** César Luiz Branicio da Silva – OAB/MT Nº 24.525.

Salto do Céu - MT, 14 de Agosto de 2020.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 041/2020

Extrato de Contrato nº 041/2020 – Dispensa nº 040/2020

1. OBJETO:"*Contratação temporária e de excepcional interesse público de Professor Licenciado em Geografia, para ministrar aulas na Escola Municipal Simão Bororó", por um período de 130 (cento e trinta) dias, no Município de Salto do Céu/MT*; **2.CONTRATADA: DAYANE SILVA TEIXEIRA -** CPF: 061.227.901-41; **3. VALOR GLOBAL**: R$ 9.618,64 (nove mil seiscentos e dezoito e sessenta e quatro centavos); **4. DATA DA ASSINATURA:** 10/08/2020; **5. DATA DA VIGÊNCIA:** 10/08/2020 à 18/12/2020; **6. Procurador Jurídico:** César Luiz Branicio da Silva – OAB/MT Nº 24.525.

Salto do Céu - MT, 14 de Agosto de 2020.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
RESULTADO DE JULGAMENTO

RESULTADO DE JULGAMENTO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2020

OBJETO: "Seleção de melhor proposta objetivando o **REGISTRO DE PREÇOS** para aquisição futura e fracionada de Pães para a Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal de Educação, Creche Municipal Branca de Neve e Secretaria Municipal de Saúde"; do tipo **MENOR PREÇO/ITEM**, conforme discriminado no Termo de Referência **ANEXO I** deste Edital, por um período de 12 meses.

RESULTADO DE JULGAMENTO

A Prefeitura de Salto do Céu-MT, através de sua Pregoeira Oficial torna público a todos os interessados, cidadãos ou licitantes, que participou do certame licitatório supramencionado a empresa **G. FANI DA SILVA COMÉRCIO-ME CNPJ: 04.521.938/0001-08,** sendo que se sagrou vencedora de todos os itens deste certame, com proposta final e total de todos os itens em R$ 231.990,00 (duzentos e trinta e um mil e novecentos e noventa reais); sendo que os valores unitários de cada item estão relacionados no Relatório Final emitido pelo Sistema, anexo ao procedimento.

Maiores informações com a CPL.

Salto do Céu – MT, 14 de Agosto de 2020.

LETÍCYA QUERB NERY DE ALMEIDA

Pregoeira Oficial

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 040/2020

Extrato de Contrato nº 040/2020 – Dispensa nº 039/2020

1. OBJETO:"*Contratação temporária e de excepcional interesse público de Professor Licenciado em Pedagogia, para ministrar aulas na Escola Municipal Simão Bororó", por um período de 130 (cento e trinta) dias, no Município de Salto do Céu/MT*; **2.CONTRATADA: LAURIANE DE OLIVEIRA MOURA DA SILVA -** CPF: 007.821.541-23; **3. VALOR GLOBAL**: R$ 9.618,64 (nove mil seiscentos e dezoito e sessenta e quatro centavos); **4. DATA DA ASSINATURA:** 10/08/2020; **5. DATA DA VIGÊNCIA:** 10/08/2020 à 18/12/2020; **6. Procurador Jurídico:** Igor Christian A. Salgueiro – OAB/MT Nº 21.373.

Salto do Céu - MT, 14 de Agosto de 2020.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 039/2020

Extrato de Contrato nº 039/2020 – Dispensa nº 038/2020

1. OBJETO:"*Contratação temporária e de excepcional interesse público de Professor Licenciado em Pedagogia, para ministrar aulas na Escola Municipal Simão Bororó", por um período de 130 (cento e trinta) dias, no Município de Salto do Céu/MT*; **2.CONTRATADO:** CREONE ANTÔNIO DA SILVA **-** CPF: 061.744.571-09; **3. VALOR GLOBAL**: R$ 9.618,64 (nove mil seiscentos e dezoito e sessenta e quatro centavos); **4. DATA DA ASSINATURA:** 10/08/2020; **5. DATA DA VIGÊNCIA:** 10/08/2020 à 18/12/2020; **6. Procurador Jurídico:** Igor Christian A. Salgueiro – OAB/MT Nº 21.373.

Salto do Céu - MT, 14 de Agosto de 2020.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 038/2020

Extrato de Contrato nº 038/2020 – Dispensa nº 037/2020

1. OBJETO:"*Contratação temporária e de excepcional interesse público de Professor Licenciado em Letras, para ministrar aulas de Língua Portu-*

guesa e Língua Inglesa, na Escola Municipal Simão Bororó", por um período de 130 (cento e trinta) dias, no Município de Salto do Céu/MT; **2. CONTRATADA: ROZANA ALVES DA SILVA – CPF: 042.170.446-23**; **3. VALOR GLOBAL**: R$ 9.618,64 (nove mil seiscentos e dezoito e sessenta e quatro centavos); **4. DATA DA ASSINATURA:** 10/08/2020; **5. DATA DA VIGÊNCIA:** 10/08/2020 à 18/12/2020; **6. Procurador Jurídico:** Igor Christian A. Salgueiro – OAB/MT Nº 21.373.

Salto do Céu - MT, 14 de Agosto de 2020.

PORTARIA N.º 150/2020, DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

CONCEDE LICENÇA PARA ATIVIDADE POLÍTICA E, DÁ PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito de Salto do Céu, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, exaradas no art. 49, inciso IV, da Lei Orgânica do Município, e Artigo 89 Inciso IV da Lei 069/93 do Estatuto dos Servidores Públicos, e considerando a realização das Eleições Municipais do ano de 2020.

CONSIDERANDO: O Requerimento do Servidor de que se trata esta Portaria, datado e protocolado em 14 de Agosto de 2020.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença para Atividade Política ao Servidor: **MAUTO TEIXEIRA ESPÍNDOLA,** Cargo: Professor de Pedagogia, Órgão Unidade: Sec. Municipal de Educação, nos termos do Artigo 94, § 1° e 2° da Lei n° 069/93, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipal.

Art. 2º - O referido servidor fará jus a sua remuneração durante o período em que estiver afastado até o 15° (décimo quinto) dia seguinte ao da eleição, após o término do mesmo, deverá retornar às suas funções, nos termos do art. 94, §2º, do Estatuto dos Servidores Públicos de Salto do Céu/MT.

Art. 3º. O servidor fica obrigado, ainda, a apresentar em tempo oportuno a respectiva ata de convenção partidária acompanhada da lista de aprovados, bem como o comprovante de registro de candidatura, sob pena de revogação da licença e devolução dos valores recebidos a título de remuneração durante o período em que permaneceu de licença.

Art. 4º - Está portaria entrará em vigor na data de 15 de agosto de 2020, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Salto do Céu - MT, 14 de agosto de 2020.

REGISTRE – SE, PUBLIQUE – SE E CUMPRA – SE.

WEMERSON ADÃO PRATA PREFEITO

PORTARIA N.º 151/2020, DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

CONCEDE LICENÇA PARA ATIVIDADE POLÍTICA E, DÁ PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito de Salto do Céu, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, exaradas no art. 49, inciso IV, da Lei Orgânica do Município, e Artigo 89 Inciso IV da Lei 069/93 do Estatuto dos Servidores Públicos, e considerando a realização das Eleições Municipais do ano de 2020.

CONSIDERANDO: O Requerimento do Servidor de que se trata esta Portaria, datado e protocolado em 14 de Agosto de 2020.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença para Atividade Política ao Servidor: **VANDERLEI FRANCISCO DE OLIVEIRA,** Cargo: Motorista, Órgão Unidade: Sec. Municipal de Assistência Social, nos termos do Artigo 94, § 1° e 2° da Lei n° 069/93, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipal.

Art. 2º - O referido servidor não fará jus a sua remuneração, considerando os efeitos da Portaria nº 002/2019 de 03 de Janeiro de 2019, devido exercer o cargo de Vereador Presidente da Câmara Municipal no ano de 2019/2020.

Art. 3º. O servidor fica obrigado, ainda, a apresentar em tempo oportuno a respectiva ata de convenção partidária acompanhada da lista de aprovados, bem como o comprovante de registro de candidatura, sob pena de revogação da licença e devolução dos valores recebidos a título de remuneração durante o período em que permaneceu de licença.

Art. 4º - Esta portaria entrará em vigor na data de 15 de agosto de 2020, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Salto do Céu - MT, 14 de agosto de 2020.

REGISTRE – SE, PUBLIQUE – SE E CUMPRA – SE.

WEMERSON ADÃO PRATA PREFEITO

PORTARIA N.º 152/2020, DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

CONCEDE LICENÇA PARA ATIVIDADE POLÍTICA E, DÁ PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito de Salto do Céu, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, exaradas no art. 49, inciso IV, da Lei Orgânica do Município, e Artigo 89 Inciso IV da Lei 069/93 do Estatuto dos Servidores Públicos, e considerando a realização das Eleições Municipais do ano de 2020.

CONSIDERANDO: O Requerimento da Servidora de que se trata esta Portaria, datado e protocolado em 13 de Agosto de 2020.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença para Atividade Política a Servidora: **LAURA QUIRINO DE ANDRADE RIBEIRO,** Cargo: Agente Comunitário de Saúde, Órgão Unidade: Sec. Municipal de Saúde, nos termos do Artigo 94, § 1° e 2° da Lei n° 069/93, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipal.

Art. 2º - A referida servidora fará jus a sua remuneração durante o período em que estiver afastado até o 15° (décimo quinto) dia seguinte ao da eleição, após o término do mesmo, deverá retornar às suas funções, nos termos do art. 94, §2º, do Estatuto dos Servidores Públicos de Salto do Céu/MT.

Art. 3º. A servidora fica obrigada, ainda, a apresentar em tempo oportuno a respectiva ata de convenção partidária acompanhada da lista de aprovados, bem como o comprovante de registro de candidatura, sob pena de revogação da licença e devolução dos valores recebidos a título de remuneração durante o período em que permaneceu de licença.

Art. 4º - Está portaria entrará em vigor na data de 15 de agosto de 2020, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Salto do Céu - MT, 14 de agosto de 2020.

REGISTRE – SE, PUBLIQUE – SE E CUMPRA – SE.

WEMERSON ADÃO PRATA PREFEITO

PORTARIA N.º 153/2020, DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

CONCEDE LICENÇA PARA ATIVIDADE POLÍTICA E, DÁ PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito de Salto do Céu, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, exaradas no art. 49, inciso IV, da Lei Orgânica do Município, e Artigo 89 Inciso IV da Lei 069/93 do Estatuto dos Servidores Públicos, e considerando a realização das Eleições Municipais do ano de 2020.

CONSIDERANDO: O Requerimento do Servidor de que se trata esta Portaria, datado em 11 de Agosto de 2020 e protocolado em 13 de Agosto de 2020.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença para Atividade Política ao Servidor: **JAILTON BRANDOLFO FLORES,** Cargo: Motorista, Órgão Unidade: Sec. Municipal

de Obras e Serviços Públicos, nos termos do Artigo 94, § 1° e 2° da Lei n° 069/93, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipal.

Art. 2º - O referido servidor fará jus a sua remuneração durante o período em que estiver afastado até o 15° (décimo quinto) dia seguinte ao da eleição, após o término do mesmo, deverá retornar às suas funções, nos termos do art. 94, §2º, do Estatuto dos Servidores Públicos de Salto do Céu/MT.

Art. 3º. O servidor fica obrigado, ainda, a apresentar em tempo oportuno a respectiva ata de convenção partidária acompanhada da lista de aprovados, bem como o comprovante de registro de candidatura, sob pena de revogação da licença e devolução dos valores recebidos a título de remuneração durante o período em que permaneceu de licença.

Art. 4º - Está portaria entrará em vigor na data de 15 de agosto de 2020, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Salto do Céu - MT, 14 de agosto de 2020.

REGISTRE – SE, PUBLIQUE – SE E CUMPRA – SE.

WEMERSON ADÃO PRATA PREFEITO

PORTARIA N.º 154/2020, DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

CONCEDE LICENÇA PARA ATIVIDADE POLÍTICA E, DÁ PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito de Salto do Céu, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, exaradas no art. 49, inciso IV, da Lei Orgânica do Município, e Artigo 89 Inciso IV da Lei 069/93 do Estatuto dos Servidores Públicos, e considerando a realização das Eleições Municipais do ano de 2020.

CONSIDERANDO: O Requerimento da Servidora de que se trata esta Portaria, datado e protocolado em 14 de Agosto de 2020.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença para Atividade Política a Servidora: **TANAYARA CRISTINA SILVA SOUZA,** Cargo: Auxiliar de Serviços Gerais, Órgão Unidade: Sec. Municipal de Educação, nos termos do Artigo 94, § 1° e 2° da Lei n° 069/93, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipal.

Art. 2º - A referida servidora fará jus a sua remuneração durante o período em que estiver afastado até o 15° (décimo quinto) dia seguinte ao da eleição, após o término do mesmo, deverá retornar às suas funções, nos termos do art. 94, §2º, do Estatuto dos Servidores Públicos de Salto do Céu/MT.

Art. 3º. A servidora fica obrigada, ainda, a apresentar em tempo oportuno a respectiva ata de convenção partidária acompanhada da lista de aprovados, bem como o comprovante de registro de candidatura, sob pena de revogação da licença e devolução dos valores recebidos a título de remuneração durante o período em que permaneceu de licença.

Art. 4º - Está portaria entrará em vigor na data de 15 de agosto de 2020, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Salto do Céu - MT, 14 de agosto de 2020.

REGISTRE – SE, PUBLIQUE – SE E CUMPRA – SE.

WEMERSON ADÃO PRATA PREFEITO

PORTARIA N.º 156/2020, DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

CONCEDE LICENÇA PARA ATIVIDADE POLÍTICA E, DÁ PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito de Salto do Céu, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, exaradas no art. 49, inciso IV, da Lei Orgânica do Município, e Artigo 89 Inciso IV da Lei 069/93 do Estatuto dos Servidores Públicos, e considerando a realização das Eleições Municipais do ano de 2020.

CONSIDERANDO: O Requerimento da Servidora de que se trata esta Portaria, datado e protocolado em 14 de Agosto de 2020.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença para Atividade Política a Servidora: **REGILAINE ALVES GARCIA SANTANA,** Cargo: Agente Comunitário de Saúde, Órgão Unidade: Sec. Municipal de Saúde, nos termos do Artigo 94, § 1° e 2° da Lei n° 069/93, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipal.

Art. 2º - A referida servidora fará jus a sua remuneração durante o período em que estiver afastado até o 15° (décimo quinto) dia seguinte ao da eleição, após o término do mesmo, deverá retornar às suas funções, nos termos do art. 94, §2º, do Estatuto dos Servidores Públicos de Salto do Céu/MT.

Art. 3º. A servidora fica obrigada, ainda, a apresentar em tempo oportuno a respectiva ata de convenção partidária acompanhada da lista de aprovados, bem como o comprovante de registro de candidatura, sob pena de revogação da licença e devolução dos valores recebidos a título de remuneração durante o período em que permaneceu de licença.

Art. 4º - Está portaria entrará em vigor na data de 15 de agosto de 2020, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Salto do Céu - MT, 14 de agosto de 2020.

REGISTRE – SE, PUBLIQUE – SE E CUMPRA – SE.

WEMERSON ADÃO PRATA PREFEITO

PORTARIA N.º 157/2020, DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

CONCEDE LICENÇA PARA ATIVIDADE POLÍTICA E, DÁ PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito de Salto do Céu, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, exaradas no art. 49, inciso IV, da Lei Orgânica do Município, e Artigo 89 Inciso IV da Lei 069/93 do Estatuto dos Servidores Públicos, e considerando a realização das Eleições Municipais do ano de 2020.

CONSIDERANDO: O Requerimento do Servidor de que se trata esta Portaria, datado e protocolado em 14 de Agosto de 2020.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença para Atividade Política ao Servidor: **JOSÉ DIAS AMARAL,** Cargo: Motorista, Órgão Unidade: Sec. Municipal de Saúde, nos termos do Artigo 94, § 1° e 2° da Lei n° 069/93, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipal.

Art. 2º - O referido servidor fará jus a sua remuneração durante o período em que estiver afastado até o 15° (décimo quinto) dia seguinte ao da eleição, após o término do mesmo, deverá retornar às suas funções, nos termos do art. 94, §2º, do Estatuto dos Servidores Públicos de Salto do Céu/MT.

Art. 3º. O servidor fica obrigado, ainda, a apresentar em tempo oportuno a respectiva ata de convenção partidária acompanhada da lista de aprovados, bem como o comprovante de registro de candidatura, sob pena de revogação da licença e devolução dos valores recebidos a título de remuneração durante o período em que permaneceu de licença.

Art. 4º - Está portaria entrará em vigor na data de 15 de agosto de 2020, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Salto do Céu - MT, 14 de agosto de 2020.

REGISTRE – SE, PUBLIQUE – SE E CUMPRA – SE.

WEMERSON ADÃO PRATA PREFEITO

PORTARIA N.º 158/2020, DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

CONCEDE LICENÇA PARA ATIVIDADE POLÍTICA E, DÁ PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito de Salto do Céu, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, exaradas no art. 49, inciso IV, da Lei Orgânica do Município, e Artigo 89 Inciso IV da Lei 069/93 do Estatuto dos Servidores Públicos, e considerando a realização das Eleições Municipais do ano de 2020.

CONSIDERANDO: O Requerimento do Servidor de que se trata esta Portaria, datado e protocolado em 14 de Agosto de 2020.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença para Atividade Política ao Servidor: **UELITON ROSA DE QUEIROZ,** Cargo: Motorista, Órgão Unidade: Sec. Municipal de Saúde, nos termos do Artigo 94, § 1° e 2° da Lei n° 069/93, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipal.

Art. 2º - O referido servidor fará jus a sua remuneração durante o período em que estiver afastado até o 15° (décimo quinto) dia seguinte ao da eleição, após o término do mesmo, deverá retornar às suas funções, nos termos do art. 94, §2º, do Estatuto dos Servidores Públicos de Salto do Céu/MT.

Art. 3º. O servidor fica obrigado, ainda, a apresentar em tempo oportuno a respectiva ata de convenção partidária acompanhada da lista de aprovados, bem como o comprovante de registro de candidatura, sob pena de revogação da licença e devolução dos valores recebidos a título de remuneração durante o período em que permaneceu de licença.

Art. 4º - Está portaria entrará em vigor na data de 15 de agosto de 2020, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Salto do Céu - MT, 14 de agosto de 2020.

REGISTRE – SE, PUBLIQUE – SE E CUMPRA – SE.

WEMERSON ADÃO PRATA PREFEITO

PORTARIA N.º 159/2020, DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

CONCEDE LICENÇA PARA ATIVIDADE POLÍTICA E, DÁ PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito de Salto do Céu, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, exaradas no art. 49, inciso IV, da Lei Orgânica do Município, e Artigo 89 Inciso IV da Lei 069/93 do Estatuto dos Servidores Públicos, e considerando a realização das Eleições Municipais do ano de 2020.

CONSIDERANDO: O Requerimento da Servidora de que se trata esta Portaria, datado e protocolado em 14 de Agosto de 2020.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença para Atividade Política a Servidora: **MARIA DE LURDES DA SILVA SOUZA,** Cargo: Conselheira Tutelar, Órgão Unidade: Sec. Municipal de Assistência Social, nos termos do Artigo 94, § 1° e 2° da Lei n° 069/93, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipal.

Art. 2º - A referida servidora fará jus a sua remuneração durante o período em que estiver afastado até o 15° (décimo quinto) dia seguinte ao da eleição, após o término do mesmo, deverá retornar às suas funções, nos termos do art. 94, §2º, do Estatuto dos Servidores Públicos de Salto do Céu/MT.

Art. 3º. A servidora fica obrigada, ainda, a apresentar em tempo oportuno a respectiva ata de convenção partidária acompanhada da lista de aprovados, bem como o comprovante de registro de candidatura, sob pena de revogação da licença e devolução dos valores recebidos a título de remuneração durante o período em que permaneceu de licença.

Art. 4º - Está portaria entrará em vigor na data de 15 de agosto de 2020, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Salto do Céu - MT, 14 de agosto de 2020.

REGISTRE – SE, PUBLIQUE – SE E CUMPRA – SE.

WEMERSON ADÃO PRATA PREFEITO

PORTARIA N.º 160/2020, DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

CONCEDE LICENÇA PARA ATIVIDADE POLÍTICA E, DÁ PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito de Salto do Céu, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, exaradas no art. 49, inciso IV, da Lei Orgânica do Município, e Artigo 89 Inciso IV da Lei 069/93 do Estatuto dos Servidores Públicos, e considerando a realização das Eleições Municipais do ano de 2020.

CONSIDERANDO: O Requerimento da Servidora de que se trata esta Portaria, datado e protocolado em 14 de Agosto de 2020.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença para Atividade Política a Servidora: **LUCINEIA ROSA DE ABREU COLAÇO,** Cargo: Conselheira Tutelar, Órgão Unidade: Sec. Municipal de Assistência Social, nos termos do Artigo 94, § 1° e 2° da Lei n° 069/93, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipal.

Art. 2º - A referida servidora fará jus a sua remuneração durante o período em que estiver afastado até o 15° (décimo quinto) dia seguinte ao da eleição, após o término do mesmo, deverá retornar às suas funções, nos termos do art. 94, §2º, do Estatuto dos Servidores Públicos de Salto do Céu/MT.

Art. 3º. A servidora fica obrigada, ainda, a apresentar em tempo oportuno a respectiva ata de convenção partidária acompanhada da lista de aprovados, bem como o comprovante de registro de candidatura, sob pena de revogação da licença e devolução dos valores recebidos a título de remuneração durante o período em que permaneceu de licença.

Art. 4º - Está portaria entrará em vigor na data de 15 de agosto de 2020, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Salto do Céu - MT, 14 de agosto de 2020.

REGISTRE – SE, PUBLIQUE – SE E CUMPRA – SE.

WEMERSON ADÃO PRATA PREFEITO

PORTARIA N.º 155/2020, DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

CONCEDE LICENÇA PARA ATIVIDADE POLÍTICA E, DÁ PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito de Salto do Céu, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, exaradas no art. 49, inciso IV, da Lei Orgânica do Município, e Artigo 89 Inciso IV da Lei 069/93 do Estatuto dos Servidores Públicos, e considerando a realização das Eleições Municipais do ano de 2020.

CONSIDERANDO: O Requerimento da Servidora de que se trata esta Portaria, datado e protocolado em 14 de Agosto de 2020.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença para Atividade Política a Servidora: **ELISABETE DE SOUZA SILVA,** Cargo: Auxiliar de Serviços Gerais, Órgão Unidade: Sec. Municipal de Educação, nos termos do Artigo 94, § 1° e 2° da Lei n° 069/93, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipal.

Art. 2º - A referida servidora fará jus a sua remuneração durante o período em que estiver afastado até o 15° (décimo quinto) dia seguinte ao da eleição, após o término do mesmo, deverá retornar às suas funções, nos termos do art. 94, §2º, do Estatuto dos Servidores Públicos de Salto do Céu/MT.

Art. 3º. A servidora fica obrigada, ainda, a apresentar em tempo oportuno a respectiva ata de convenção partidária acompanhada da lista de aprovados, bem como o comprovante de registro de candidatura, sob pena de revogação da licença e devolução dos valores recebidos a título de remuneração durante o período em que permaneceu de licença.

Art. 4º - Está portaria entrará em vigor na data de 15 de agosto de 2020, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Salto do Céu - MT, 14 de agosto de 2020.

REGISTRE – SE, PUBLIQUE – SE E CUMPRA – SE.

WEMERSON ADÃO PRATA PREFEITO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO XINGU

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 0141/SAD/2020

PORTARIA N° 0141/SAD/2020 DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

"DISPÕE SOBRE O RETORNO DA LICENÇA PARTICULAR PARA O SERVIDOR EM CARGO EFETIVO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO XINGU – MT".

O Prefeito Municipal de Santa Cruz do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr. **Marcos de Sá Fernandes da Silva**, no uso de suas atribuições legais, conforme disposto na Constituição Federal e na Lei Orgânica Municipal, baixa a seguinte **PORTARIA**:

Art. 1° - Dispõe o **retorno da licença particular** do servidor, o **Sr. JOSE AUGUSTO SILVA GONZAGA**, nomeado via portaria nº0103/SAD/2012 de 11 de dezembro de 2012 no cargo ou função de **TECNICO ADMINISTRATIVO,** da Secretaria Municipal de Finanças do Município de Santa Cruz do Xingu – MT.

Art. 2°- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando - se as disposições em contrário, e em especial a portaria n° 086/SAD/2020 de 15 de maio de 2020.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL,

EM 14 DE AGOSTO DE 2020.

MARCOS DE SÁ FERNANDES DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRA-SE E

PUBLICA-SE

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 0143/SAD/2020

PORTARIA N° 0143/SAD/2020 DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

"CONCEDE AFASTAMENTO A SERVIDOR EFETIVO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO XINGU-MT".

O Prefeito de Santa Cruz do Xingu, Estado de Mato Grosso, **Sr. MARCOS DE SÁ FERNANDES DA SILVA**, no uso de suas atribuições legais, conforme disposto na Constituição Federal e na Lei Orgânica Municipal baixa a seguinte **PORTARIA**:

Considerando a solicitação contida no requerimento protocolado pela servidora Adevany Silva Conceição, na data 14 de agosto de 2020.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder a licença do cargo efetivo de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS**, a servidora Pública a Senhora **ADEVANY SILVA CONCEIÇÃO**, nomeado através da Portaria nº. 045/SAD/2013 de 06 de maio de 2013, a título de desincompatibilização para atividade política, nos termos da Lei Complementar nº. 011/2010, de 16 de dezembro de 2010, no seu artigo 109, §2º e Lei Complementar nº64/1990.

Art. 2º - A licença de que trata o artigo primeiro será concedida a partir de 14 de agosto de 2020, até o décimo quinto dia seguinte ao do pleito, conforme estabelecido no artigo 109, §2º, do estatuto dos Funcionários Públicos Municipais, instituído pela Lei Complementar nº. 011/2010.

§ Para efeito do disposto neste artigo, o servidor deverá apresentar cópia do documento emitido pelo partido político onde conste seu nome como um dos indicados na convenção partidária a concorrer como candidato ao pleito, bem como o comprovante do registro de sua candidatura.

Art. 3º - O servidor deverá reassumir o exercício do cargo ou função no primeiro dia útil subseqüente:

I - ao da realização da Convenção Partidária, caso seu nome não seja referendado como candidato. II - ao da publicação da decisão transitada em julgado que haja indeferido ou cancelado o registro de sua candidatura; III - ao da data do protocolo do pedido de sua desistência da candidatura; IV - ao da ocorrência de qualquer outro fato que torne injustificada a continuidade do afastamento. **Art. 4°-** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando - se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

EM ,14 DE AGOSTO DE 2020.

_____

MARCOS DE SÁ FERNANDES DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

Registra-se e

Publica-se

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 0142/SAD/2020

PORTARIA N° 0142/SAD/2020 DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

"CONCEDE AFASTAMENTO A SERVIDOR EFETIVO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO XINGU-MT".

O Prefeito de Santa Cruz do Xingu, Estado de Mato Grosso, **Sr. MARCOS DE SÁ FERNANDES DA SILVA**, no uso de suas atribuições legais, conforme disposto na Constituição Federal e na Lei Orgânica Municipal baixa a seguinte **PORTARIA**:

Considerando a solicitação contida no requerimento protocolado pelo servidor José Augusto Silva Gonzaga, na data 14 de agosto de 2020.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder a licença do cargo efetivo de **TECNICO ADMINISTRATIVO**, o servidor Público o Senhor **JOSE AUGUSTO SILVA GONZAGA**, nomeado através da Portaria nº. 0103/SAD/2012 de 11 de dezembro de 2012, a título de desincompatibilização para atividade política, nos termos da Lei Complementar nº. 011/2010, de 16 de dezembro de 2010, no seu artigo 109, §2º e Lei Complementar nº64/1990.

Art. 2º - A licença de que trata o artigo primeiro será concedida a partir de 14 de agosto de 2020, até o décimo quinto dia seguinte ao do pleito, conforme estabelecido no artigo 109, §2º, do estatuto dos Funcionários Públicos Municipais, instituído pela Lei Complementar nº. 011/2010.

§ Para efeito do disposto neste artigo, o servidor deverá apresentar cópia do documento emitido pelo partido político onde conste seu nome como um dos indicados na convenção partidária a concorrer como candidato ao pleito, bem como o comprovante do registro de sua candidatura.

Art. 3º - O servidor deverá reassumir o exercício do cargo ou função no primeiro dia útil subseqüente:

I - ao da realização da Convenção Partidária, caso seu nome não seja referendado como candidato. II - ao da publicação da decisão transitada em julgado que haja indeferido ou cancelado o registro de sua candidatura; III - ao da data do protocolo do pedido de sua desistência da candidatura; IV

- ao da ocorrência de qualquer outro fato que torne injustificada a continuidade do afastamento. **Art. 4°-** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando - se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

EM ,**14 DE AGOSTO DE 2020**.

_____

MARCOS DE SÁ FERNANDES DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

Registra-se e

Publica-se

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 0139/SAD/2020

PORTARIA N° 0139/SAD/2020 DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

"CONCEDE AFASTAMENTO A SERVIDOR EFETIVO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO XINGU-MT".

O Prefeito de Santa Cruz do Xingu, Estado de Mato Grosso, **Sr. MARCOS DE SÁ FERNANDES DA SILVA**, no uso de suas atribuições legais, conforme disposto na Constituição Federal e na Lei Orgânica Municipal baixa a seguinte **PORTARIA**:

Considerando a solicitação contida no requerimento protocolado pelo servidor Valtermir Braez Pereira, na data 14 de agosto de 2020.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder a licença do cargo efetivo de **GUARDA**, o servidor Público o Senhor **VALTERMIR BRAEZ PEREIRA**, nomeado através da Portaria nº. 008/SAD/2007 de 01 de junho de 2007, a título de desincompatibilização para atividade política, nos termos da Lei Complementar nº. 011/2010, de 16 de dezembro de 2010, no seu artigo 109, §2º e Lei Complementar nº64/1990.

Art. 2º - A licença de que trata o artigo primeiro será concedida a partir de 14 de agosto de 2020, até o décimo quinto dia seguinte ao do pleito, conforme estabelecido no artigo 109, §2º, do estatuto dos Funcionários Públicos Municipais, instituído pela Lei Complementar nº. 011/2010.

§ Para efeito do disposto neste artigo, o servidor deverá apresentar cópia do documento emitido pelo partido político onde conste seu nome como um dos indicados na convenção partidária a concorrer como candidato ao pleito, bem como o comprovante do registro de sua candidatura.

Art. 3º - O servidor deverá reassumir o exercício do cargo ou função no primeiro dia útil subseqüente:

I - ao da realização da Convenção Partidária, caso seu nome não seja referendado como candidato. II - ao da publicação da decisão transitada em julgado que haja indeferido ou cancelado o registro de sua candidatura; III - ao da data do protocolo do pedido de sua desistência da candidatura; IV - ao da ocorrência de qualquer outro fato que torne injustificada a continuidade do afastamento. **Art. 4°-** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando - se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

EM ,**14 DE AGOSTO DE 2020**.

_____

MARCOS DE SÁ FERNANDES DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

Registra-se e

Publica-se

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 0140/SAD/2020

PORTARIA N° 0140/SAD/2020 DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

"CONCEDE AFASTAMENTO A SERVIDOR EFETIVO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO XINGU-MT".

O Prefeito de Santa Cruz do Xingu, Estado de Mato Grosso, **Sr. MARCOS DE SÁ FERNANDES DA SILVA**, no uso de suas atribuições legais, conforme disposto na Constituição Federal e na Lei Orgânica Municipal baixa a seguinte **PORTARIA**:

Considerando a solicitação contida no requerimento protocolado pela servidora Mariane Ferreira Fontalva Silva, na data 14 de agosto de 2020.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder a licença do cargo efetivo de **ASSISTENTE SOCIAL**, a servidora Pública a Senhora **MARIANE FERREIRA FONTALVA SILVA**, nomeado através da Portaria nº. 025/SAD/2008 de 11 de junho de 2008, a título de desincompatibilização para atividade política, nos termos da Lei Complementar nº. 011/2010, de 16 de dezembro de 2010, no seu artigo 109, §2º e Lei Complementar nº64/1990.

Art. 2º - A licença de que trata o artigo primeiro será concedida a partir de 14 de agosto de 2020, até o décimo quinto dia seguinte ao do pleito, conforme estabelecido no artigo 109, §2º, do estatuto dos Funcionários Públicos Municipais, instituído pela Lei Complementar nº. 011/2010.

§ Para efeito do disposto neste artigo, o servidor deverá apresentar cópia do documento emitido pelo partido político onde conste seu nome como um dos indicados na convenção partidária a concorrer como candidato ao pleito, bem como o comprovante do registro de sua candidatura.

Art. 3º - O servidor deverá reassumir o exercício do cargo ou função no primeiro dia útil subseqüente:

I - ao da realização da Convenção Partidária, caso seu nome não seja referendado como candidato. II - ao da publicação da decisão transitada em julgado que haja indeferido ou cancelado o registro de sua candidatura; III - ao da data do protocolo do pedido de sua desistência da candidatura; IV - ao da ocorrência de qualquer outro fato que torne injustificada a continuidade do afastamento. **Art. 4°-** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando - se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

EM ,**14 DE AGOSTO DE 2020**.

_____

MARCOS DE SÁ FERNANDES DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

Registra-se e

Publica-se

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 0144/SAD/2020

PORTARIA N° 0144/SAD/2020 DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

"DISPÕE SOBRE DEMISSÃO DA SERVIDORA EM CARGO EFETIVO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO XINGU – MT".

O Prefeito de Santa Cruz do Xingu, Estado de Mato Grosso, **Sr. MARCOS DE SÁ FERNANDES DA SILVA**, no uso de suas atribuições legais, conforme disposto na Constituição Federal e na Lei Orgânica Municipal baixa a seguinte **PORTARIA**:

Considerando que a servidora a Sra. **DEUSUITA BATISTA DA SILVA**, protocolou o pedido de demissão, requerendo a demissão do cargo efetivo de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS**.

Art. 1° - Fica demitido a servidora em cargo Efetivo, a pedido, da Sra. **DEUSUITA BATISTA DA SILVA,** inscrito no CPF: **970.849.481-04**, ocupante do Cargo de **Auxiliar de Serviços Gerais**, da Secretaria Municipal de Educação do Município de Santa Cruz do Xingu – MT.

Art. 2° - A citada Servidora foi nomeada pela portaria n°064/SADF/2002 de 02 de maio de 2002.

Art. 3°- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando - se as disposições em contrário, e em especial a portaria n°064/SADF/2002 de 02 de maio de 2002.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL.

EM 14 DE AGOSTO DE 2020.

MARCOS DE SÁ FERNANDES DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRA-SE E

PUBLICA-SE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO

COMPRAS E LICITAÇÃO
QUARTO TERMO ADITIVO DE ACRÉSCIMO DE VALOR CONTRATO 005/2020

4º TERMO ADITIVO DE VALOR AO CONTRATO 005/2020, REFERENTE REFORMA DE DIVERSOS EDIFICIOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO - MT E, DO OUTRO LADO, A EMPRESA RM ENGENHARIA EIRELI.

O **MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda – CNPJ sob nº 04.205.596/0001-17, com sede na Av. Flávio Luiz, nº 2201, Centro, Santa Rita do Trivelato – MT, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. **EGON HOEPERS**, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e, de outro lado, a empresa **RM ENGENHARIA EIRELI,** localizada na Rua da Arara, s/nº, Centro, na cidade de Santa Rita do Trivelato/MT, inscrita no CNPJ sob o nº 34. 871.762/0001-85, neste ato representado pelo sócio administrador Sr(a) **RALDNEI GONÇALVES MORO,** brasileiro, portador da Carteira de Identidade RG nº 1773092-9 SSP/MT, e do CPF nº 014.747.491-43, residente e domiciliado No Município de Santa Rita do Trivelato/MT, denominada simplesmente CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo de supressão de valor ao Contrato 005/2020, que será regido pela Lei nº 8. 666/93, e suas respectivas alterações, mediante as cláusulas e condições seguintes:

1.0. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO E FINALIDADE

1.1 - O presente Termo tem por objeto ACRESCER o valor contratual, previsto na Cláusula Segunda, Item 2.1, do Contrato nº 005/2020, que passa a ter a seguinte redação:

CLÁUSULA SEGUNDA – VALOR DO CONTRATO

2.1.1. O valor do acréscimo promovido pelo presente Termo Aditivo é **R$ 5.499,64 (Cinco mil quatrocentos e noventa e nove reais e sessenta e quatro centavos),** que será acrescido do Lote 01 - REFORMA DA UDR, conforme previsto na Cláusula Primeira.

2.2. O valor global do contrato, considerando a respectiva adição, passa de R$ 153.397,21 (cento e cinquenta e três mil trezentos e noventa e sete reais e vinte e um centavos) para **R$ 158.896,85 (cento e cinquenta e oito mil oitocentos e noventa e seis reais e oitenta e cinco centavos).**

2.0. CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:

2.1 - As despesas decorrentes deste Termo Aditivo correrão à conta da Dotação Orçamentária abaixo especificada e consignada na peça orçamentária do exercício de 2020.

3.0. CLÁUSULA TERCEIRA - DO FUNDAMENTO LEGAL

3.1 - O presente aditivo encontra embasamento legal no art. 65, § 1°, da Lei nº 8.666/93.

4.0. CLÁUSULA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

4.1 – Permanecem inalteradas todas as demais cláusulas contratuais.

4.2 - Fica eleito o Foro da Comarca de Nova Mutum - MT, para dirimir as dúvidas que por ventura surgirem em decorrência deste aditamento, excluindo-se qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem devidamente acordados, declaram as partes aceitar as disposições estabelecidas neste Instrumento, sujeitando-se às normas contidas na Lei nº 8.666/93 e assinam o presente em 02 (duas) vias de igual valor e teor, e para todos os efeitos legais, na presença de 02 (duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Santa Rita do Trivelato – MT, 01 de agosto de 2020.

EGON HOEPERS

PREFEITO MUNICIPAL

RM ENGENHARIA EIRELI

RALDNEI GONÇALVES MORO

EMPRESA CONTRATADA

Testemunhas:

1._____ 2. _____

Nome: NOME:

CPF nº: CPF nº:

COMPRAS E LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO CARTA CONVITE N° 001/2020

O **MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO/MT,** através da Comissão Permanente de Licitação, nomeada pela Portaria nº 0367/2020, torna público aos interessados que realizou a abertura e julgamento dos envelopes de Habilitação e Proposta referente à **Carta Convite n° 001/2020,** que tem por objeto a **OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS, COM A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, PARA APLICAÇÃO DE LAMA ASFÁTICA COM EMULSÃO RL - 1C EM RUAS E AVENIDAS DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO - MT, CONFORME PLANILHAS, CRONOGRAMA E MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO.** Na oportunidade após análise das propostas e documentos constantes nos Envelopes 01 e 02, da empresa **LZ CONSTRUTORA E SERVIÇOS LTDA – ME – CNPJ Nº. 11. 487.619/0001-99,** sagrou-se vencedora com proposta no valor de **R$ 308. 211,05 (trezentos e oito mil duzentos e onze reais e cinco centavos).** Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone (65) 3529-6161, no horário das 07h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min, junto ao Departamento de Licitação. Santa Rita do Trivelato – MT, 14 de agosto de 2020. **ANA CAROLINE IZÉ –** PRESIDENTE DA CPL.

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 0378/2020

DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE O AFASTAMENTO DA SERVIDORA MUNICIPAL JANE FERNANDES FONTOURA PARA CONCORRER A CARGO ELETIVO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Senhor **EGON HOEPERS**, Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Dispõe sobre o afastamento (até o 5º (quinto) dia seguinte ao do pleito) da servidora municipal **JANE FERNANDES FONTOURA** portadora

do RG nº: 1145517-9 SSP/MT e inscrita no CPF nº: 000.166.741-62, lotada na Secretária Municipal de Saúde no cargo de Motorista, para concorrer a cargo eletivo nas eleições municipais de 2020.

Art. 2º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se e demais disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 14 DE AGOSTO DE 2020.

_____

EGON HOEPERS

PREFEITO MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 0377/2020, DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE RENATO RODRIGUES DA SILVA JÚNIOR DO CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR DE MANUTENÇÃO DE PRÉDIOS E ILUMINAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar **RENATO RODRIGUES DA SILVA JÚNIOR**, portador do RG nº 0816806- 7 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 654.182.041-49, do cargo comissão de DIRETOR DE MANUTENÇÃO DE PRÉDIOS E ILUMINAÇÃO.

Art. 2º. A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Santa Rita do Trivelato – MT, 14 de Agosto de 2020.

EGON HOEPERS

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 0376/2020

DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE O AFASTAMENTO DA SERVIDORA MUNICIPAL ROSINEIA NUNES ALMEIDA DE REZENDE PARA CONCORRER A CARGO ELETIVO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Senhor EGON HOEPERS, Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, resolve:

RESOLVE: Conceder afastamento da servidora municipal ROSINEIA NUNES ALMEIDA DE REZENDE para concorrer a cargo eletivo.

Art. 1º - Dispõe sobre o afastamento do servidor municipal ROSINEIA NUNES ALMEIDA DE REZENDE portadora do RG nº: 1816799-3 SSP/MT e inscrita no CPF nº: 827.973.401.59, lotada na Secretária Municipal de Saúde no cargo de Técnica em Enfermagem, para concorrer a cargo eletivo nas eleições municipais de 2020.

Art. 2º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se e demais disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 14 DE AGOSTO DE 2020.

_____

EGON HOEPERS

PREFEITO MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 0375/2020

DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE O AFASTAMENTO DO SERVIDOR MUNICIPAL LAERCIO TAVARES FERREIRA PARA CONCORRER A CARGO ELETIVO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Senhor **EGON HOEPERS**, Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Dispõe sobre o afastamento (até o 5º (quinto) dia seguinte ao do pleito) do servidor municipal **LAERCIO TAVARES FERREIRA** portador do RG nº: 0863201-4 SSP/MT e inscrito no CPF nº: 513.623.411-34, lotado na Secretária Municipal de Educação no cargo de Técnico em Desenvolvimento Educacional, para concorrer a cargo eletivo nas eleições municipais de 2020.

Art. 2º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se e demais disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 14 DE AGOSTO DE 2020.

_____

EGON HOEPERS

PREFEITO MUNICIPAL

COMPRAS E LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2020

AVISO DE RESULTADO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2020

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE SISTEMA ADMINISTRATIVO DE AUTOGESTÃO INTEGRADA PARA O DEPARTAMENTO DE FROTAS DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO – MT**.

Comunicamos que conforme Edital publicado em meios eletrônicos, referente ao Pregão Presencial nº 017/2020, cuja abertura se deu às 09h00-min do dia 14/08/2020, sagrou-se vencedor a empresa **CENTRO AMERICA FROTAS LTDA**, devidamente cadastrada no **CNPJ Nº 09.179.444/0001-00, no valor de R$ 214.200,00 (duzentos e quatorze mil e duzentos reais), referente aos Itens 01 e 02 componentes do LOTE 01, sendo que o LOTE 02 é composto apenas de uma estimativa de valores que a Administração Pública poderá gastar dentro do prazo de vigência contratual**).

Publique-se e afixe-se.

Santa Rita do Trivelato – MT, 14 de AGOSTO de 2020.

MARIA CILENE PEREIRA

Pregoeira Oficial

Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato - MT

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 0374/2020

DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE O AFASTAMENTO DO SERVIDOR MUNICIPAL NELSI FERREIRA DA SILVA PARA CONCORRER A CARGO ELETIVO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Senhor **EGON HOEPERS**, Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Dispõe sobre o afastamento (até o 5º (quinto) dia seguinte ao do pleito) do servidor municipal **NELSI FERREIRA DA SILVA** portador do RG nº: 27.958.308-7 SSP/SP e inscrito no CPF nº: 462.394.056-04, lotado na Secretária Municipal de Obras no cargo de Mecânico, para concorrer a cargo eletivo nas eleições municipais de 2020.

Art. 2º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se e demais disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 14 DE AGOSTO DE 2020.

_____

EGON HOEPERS

PREFEITO MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 0373/2020

DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE O AFASTAMENTO DO SERVIDOR MUNICIPAL OSVALDO PEREIRA CAMPOS PARA CONCORRER A CARGO ELETIVO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Senhor **EGON HOEPERS**, Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Dispõe sobre o afastamento (até o 5º (quinto) dia seguinte ao do pleito) do servidor municipal **OSVALDO PEREIRA CAMPOS** portador do RG nº: 292282 SSP/MT e inscrito no CPF nº: 206.841.851-72, lotado na Secretária Municipal de Obras no cargo de Motorista, para concorrer a cargo eletivo nas eleições municipais de 2020.

Art. 2º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se e demais disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 14 DE AGOSTO DE 2020.

_____

EGON HOEPERS

PREFEITO MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 0372/2020

DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE O AFASTAMENTO DA SERVIDORA MUNICIPAL MARIA EDUARDA BRUGNAGO FREIRTAS PARA CONCORRER A CARGO ELETIVO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Senhor **EGON HOEPERS**, Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Dispõe sobre o afastamento (até o 5º (quinto) dia seguinte ao do pleito) da servidora municipal **MARIA EDUARDA BRUGNAGO FREIRTAS** portadora do RG nº: 2746660-4 SSP/MT e inscrita no CPF nº: 038. 458.051-37, lotada na Secretária Municipal de Administração no cargo de Técnico em Segurança do Trabalho, para concorrer a cargo eletivo nas eleições municipais de 2020.

Art. 2º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se e demais disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 14 DE AGOSTO DE 2020.

_____

EGON HOEPERS

PREFEITO MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 0371/2020

DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE O AFASTAMENTO DO SERVIDOR MUNICIPAL JUCELINO JONES SALVALAIO PARA CONCORRER A CARGO ELETIVO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Senhor **EGON HOEPERS**, Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Dispõe sobre o afastamento (até o 5º (quinto) dia seguinte ao do pleito) do servidor municipal **JUCELINO JONES SALVALAIO** portador do RG nº: 13R1851966 SSP/SC e inscrito no CPF nº: 582.918.149-53, lotado na Secretária Municipal de Saúde no cargo de Motorista, para concorrer a cargo eletivo nas eleições municipais de 2020.

Art. 2º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se e demais disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 14 DE AGOSTO DE 2020.

_____

EGON HOEPERS

PREFEITO MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 0370/2020

DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE O AFASTAMENTO DO SERVIDOR MUNICIPAL DANIEL REUS SCHNEIDER PARA CONCORRER A CARGO ELETIVO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Senhor **EGON HOEPERS**, Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Dispõe sobre o afastamento (até o 5º (quinto) dia seguinte ao do pleito) do servidor municipal **DANIEL REUS SCHNEIDER** portador do RG nº: 1324895-2 SSP/MT e inscrito no CPF nº: 012.344.591-40, lotado na Secretária Municipal de Saúde no cargo de Técnico em Radiologia , para concorrer a cargo eletivo nas eleições municipais de 2020.

Art. 2º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se e demais disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 14 DE AGOSTO DE 2020.

_____

EGON HOEPERS

PREFEITO MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 0369/2020

DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE O AFASTAMENTO DA SERVIDORA MUNICIPAL APARECIDA FRANÇA BARBOSA PARA CONCORRER A CARGO ELETIVO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Senhor **EGON HOEPERS**, Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Dispõe sobre o afastamento (até o 5º (quinto) dia seguinte ao do pleito) da servidora municipal **APARECIDA FRANÇA BARBOSA** portador do RG nº: 1813493-9 SSP/MT e inscrita no CPF nº: 006.094.741-11, lotada na Secretária Municipal de Educação no cargo de Técnico em desenvolvimento educacional, para concorrer a cargo eletivo nas eleições municipais de 2020.

Art. 2º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se e demais disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 14 DE AGOSTO DE 2020.

_____

EGON HOEPERS

PREFEITO MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 0368/2020

DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE O AFASTAMENTO DO SERVIDOR MUNICIPAL ANTONIO JOÃO DA SILVA PARA CONCORRER A CARGO ELETIVO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Senhor **EGON HOEPERS**, Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º - Dispõe sobre o afastamento (até o 5º (quinto) dia seguinte ao do pleito) do servidor municipal **ANTONIO JOÃO DA SILVA** portador do RG nº: 840.344 SSP/MT e inscrito no CPF nº: 593.210.161-04, lotado na Secretária Municipal de Obras no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, para concorrer a cargo eletivo nas eleições municipais de 2020.

Art. 2º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se e demais disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 14 DE AGOSTO DE 2020.

_____

EGON HOEPERS

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA

PORTARIA 059/2020

PORTARIA N.º 059/2020-GP

DE 10 DE AGOSTO DE 2020.

"Dispõe sobre a Exoneração a pedido do Membro do Comitê de Investimento do Fundo Municipal de Previdência Social dos servidores Público de Santa Terezinha-MT."

EUCLESIO JOSÉ FERRETTO, Prefeito de Santa Terezinha, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferidas na Lei Orgânica Municipal,

R E S O L V E:

Artigo 1º - Exonerar a Pedido do Comitê de Investimento do Fundo de Previdência Social dos servidores Público de Santa Terezinha, o Sr. Thiago Castellan Ribeiro, CPF 359.215.228-99.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 10 de agosto de 2.020.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

EUCLESIO JOSÉ FERRETTO

Prefeito Municipal de Santa Terezinha-MT

PORTARIA GABINETE

PORTARIA N.º 042/2020-GP

DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

"Dispõe sobre a concessão de afastamento a titulo de desincompatibilização para concorrer a cargo eletivo"

EUCLESIO JOSÉ FERRETTO, Prefeito de Santa Terezinha, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferidas na Lei Orgânica Municipal,

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder afastamento a título de desincompatibilização para concorrer ao cargo eletivo de vereador, no pleito 2020, município de Santa Terezinha, Estado de Mato Grosso, à servidora efetiva ***ROSIMEIRE FRANCISCA PEREIRA NASCIMENTO***, portadora do CPF nº 011.050. 161-61 e RG nº 3353508-6 SSP/MT, Cargo Público de Técnico Administrativo Educacional, matricula funcional nº 584, lotada na Secretaria de Educação e Cultura, a partir de 14 de agosto de 2020 a 14 de novembro de 2. 020.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 14 de agosto de 2.020.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

EUCLESIO JOSÉ FERRETTO

Prefeito Municipal de Santa Terezinha-MT

PORTARIA N.º 043/2020-GP

DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

"Dispõe sobre a concessão de afastamento a titulo de desincompatibilização para concorrer a cargo eletivo"

EUCLESIO JOSÉ FERRETTO, Prefeito de Santa Terezinha, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferidas na Lei Orgânica Municipal,

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder afastamento a título de desincompatibilização para concorrer ao cargo eletivo de vereador, no pleito 2020, município de Santa Terezinha, Estado de Mato Grosso, à servidora efetiva ***NEUSÍLIA PERIERA DOS SANTOS***, portadora do CPF nº 720.644.041-04 e RG nº 1705983-6 SSP/MT, Cargo Público de Apoio Administrativo Educacional, matricula funcional nº 246, lotada na Secretaria de Educação e Cultura,

a partir de 14 de agosto de 2020 a 14 de novembro de 2.020.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 14 de agosto de 2.020.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

EUCLESIO JOSÉ FERRETTO

Prefeito Municipal de Santa Terezinha-MT

PORTARIA N.º 044/2020-GP

DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

"Dispõe sobre a concessão de afastamento a titulo de desincompatibilização para concorrer a cargo eletivo"

EUCLESIO JOSÉ FERRETTO, Prefeito de Santa Terezinha, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferidas na Lei Orgânica Municipal,

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder afastamento a título de desincompatibilização para concorrer ao Cargo Eletivo de Vereador, no pleito 2020, município de Santa Terezinha, Estado de Mato Grosso, ao servidor efetivo ***JOSÉ MARIA PEREIRA BARROS***, portador do CPF nº 988.225.781-04 e RG nº 14416964 SSP/MT, Cargo Público de Motorista Escolar, matricula funcional nº 487, lotado na Secretaria de Educação e Cultura, a partir de 14 de agosto de 2020 a 14 de novembro de 2.020.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 14 de agosto de 2.020.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

EUCLESIO JOSÉ FERRETTO

Prefeito Municipal de Santa Terezinha-MT

PORTARIA N.º 045/2020-GP

DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

"Dispõe sobre a concessão de afastamento a titulo de desincompatibilização para concorrer a cargo eletivo"

EUCLESIO JOSÉ FERRETTO, Prefeito de Santa Terezinha, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferidas na Lei Orgânica Municipal,

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder afastamento a título de desincompatibilização para concorrer ao cargo eletivo de vereador, no pleito 2020, município de Santa Terezinha, Estado de Mato Grosso, a servidora efetiva ***IRANEIDES CAMPOS DOS SANTOS***, portadora do CPF nº 000.755.791-46 e RG nº 1076939-0 SSP/MT, Cargo Público de Professor, matricula funcional nº 226, lotada na Secretaria de Educação e Cultura, a partir de 14 de agosto de 2020 a 14 de novembro de 2.020.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 14 de agosto de 2.020.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

EUCLESIO JOSÉ FERRETTO

Prefeito Municipal de Santa Terezinha-MT

PORTARIA N.º 046/2020-GP

DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

"Dispõe sobre a concessão de afastamento a titulo de desincompatibilização para concorrer a cargo eletivo"

EUCLESIO JOSÉ FERRETTO, Prefeito de Santa Terezinha, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferidas na Lei Orgânica Municipal,

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder afastamento a título de desincompatibilização para concorrer ao cargo eletivo de vereador, no pleito 2020, município de Santa Terezinha, Estado de Mato Grosso, o servidor efetivo ***ROSIMAR LIMA FREITAS***, portador do CPF nº 223.091.792-72 e RG nº 954.077 SSP/MT, Cargo Público de Professor, matricula funcional nº 040, lotado na Secretaria de Educação e Cultura, a partir de 14 de agosto de 2020 a 14 de novembro de 2.020.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 14 de agosto de 2.020.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

EUCLESIO JOSÉ FERRETTO

Prefeito Municipal de Santa Terezinha-MT

PORTARIA N.º 047/2020-GP

DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

"Dispõe sobre a concessão de afastamento a titulo de desincompatibilização para concorrer a cargo eletivo"

EUCLESIO JOSÉ FERRETTO, Prefeito de Santa Terezinha, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferidas na Lei Orgânica Municipal,

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder afastamento a título de desincompatibilização para concorrer ao cargo eletivo de vereador, no pleito 2020, município de Santa Terezinha, Estado de Mato Grosso, o servidor efetivo ***ROBERTO REIS DA SILVA***, portador do CPF nº 545.896.731-34 e RG nº 2125614 SSP/GO, Cargo Público de Motorista, matricula funcional nº 644, lotado na Secretaria de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, a partir de 14 de agosto de 2020 a 14 de novembro de 2.020.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 14 de agosto de 2.020.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

EUCLESIO JOSÉ FERRETTO

Prefeito Municipal de Santa Terezinha-MT

PORTARIA N.º 048/2020-GP

DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

"Dispõe sobre a concessão de afastamento a titulo de desincompatibilização para concorrer a cargo eletivo"

EUCLESIO JOSÉ FERRETTO, Prefeito de Santa Terezinha, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferidas na Lei Orgânica Municipal,

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder afastamento a título de desincompatibilização para concorrer ao cargo eletivo de vereador, no pleito 2020, município de Santa Terezinha, Estado de Mato Grosso, a servidora efetiva ***ANTONIA RODRIGUES DE CARVALHO STRUTZ***, portadora do CPF nº 651.151.391-20 e RG nº 9738045 SSP/MT, Cargo Público de Bioquímica, matricula funcional nº 15.218, lotado na Secretaria de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, a partir de 14 de agosto de 2020 a 14 de novembro de 2.020.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 14 de agosto de 2.020.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

EUCLESIO JOSÉ FERRETTO

Prefeito Municipal de Santa Terezinha-MT

PORTARIA N.º 049/2020-GP

DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

"Dispõe sobre a concessão de afastamento a titulo de desincompatibilização para concorrer a cargo eletivo"

EUCLESIO JOSÉ FERRETTO, Prefeito de Santa Terezinha, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferidas na Lei Orgânica Municipal,

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder afastamento a título de desincompatibilização para concorrer ao cargo eletivo de vereador, no pleito 2020, município de Santa Terezinha, Estado de Mato Grosso, a servidora efetiva ***NATÁLIA FERNANDES***, portadora do CPF nº 322.154.948-24 e RG nº 457833476 SSP/SP, Cargo Público de Enfermeira, matricula funcional nº 439, lotado na Secretaria de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, a partir de 14 de agosto de 2020 a 14 de novembro de 2.020.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 14 de agosto de 2.020.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

EUCLESIO JOSÉ FERRETTO

Prefeito Municipal de Santa Terezinha-MT

PORTARIA N.º 050/2020-GP

DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

"Dispõe sobre a concessão de afastamento a titulo de desincompatibilização para concorrer a cargo eletivo"

EUCLESIO JOSÉ FERRETTO, Prefeito de Santa Terezinha, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferidas na Lei Orgânica Municipal,

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder afastamento a título de desincompatibilização para concorrer ao cargo eletivo de Prefeito, no pleito 2020, município de Santa Terezinha, Estado de Mato Grosso, ao servidor efetivo ***THIAGO CASTELLAN RIBEIRO***, portador do CPF nº 359.215.228-99 e RG nº 44.507.668-9 SSP/SP, Cargo Público de Engenheiro Civil, matricula funcional nº 15.213, lotado na Secretaria de Viação, Obras, Serviços e Transportes, a partir de 14 de agosto de 2020 a 14 de novembro de 2.020.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 14 de agosto de 2.020.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

EUCLESIO JOSÉ FERRETTO

Prefeito Municipal de Santa Terezinha-MT

PORTARIA N.º 051/2020-GP

DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

"Dispõe sobre a concessão de afastamento a titulo de desincompatibilização para concorrer a cargo eletivo"

EUCLESIO JOSÉ FERRETTO, Prefeito de Santa Terezinha, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferidas na Lei Orgânica Municipal,

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder afastamento a título de desincompatibilização para concorrer ao cargo eletivo de vereador, no pleito 2020, município de Santa Terezinha, Estado de Mato Grosso, ao servidor efetivo ***ALESSANDRO BORGES DOS SANTOS***, portador do CPF nº 006.780.761-54 e RG nº 14491532 SSP/MT, Cargo Público de Agente Administrativo, matricula funcional nº 596, lotado na Secretaria de Finanças e Planejamento, a partir de 14 de agosto de 2020 a 14 de novembro de 2.020.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 14 de agosto de 2.020.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

EUCLESIO JOSÉ FERRETTO

Prefeito Municipal de Santa Terezinha-MT

PORTARIA N.º 052/2020-GP

DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

"Dispõe sobre a concessão de afastamento a titulo de desincompatibilização para concorrer a cargo eletivo"

EUCLESIO JOSÉ FERRETTO, Prefeito de Santa Terezinha, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferidas na Lei Orgânica Municipal,

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder afastamento a título de desincompatibilização para concorrer ao cargo eletivo de vereador, no pleito 2020, município de Santa Terezinha, Estado de Mato Grosso, a servidora efetiva ***MORGANA FONSECA BARROS***, portadora do CPF nº 898.463.701-72 e RG nº 28534778 SSP/MT, Cargo Público de Assistente Social, matricula funcional nº 569, lotado na Secretaria de Assistência Social, a partir de 14 de agosto de 2020 a 14 de novembro de 2.020.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 14 de agosto de 2.020.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

EUCLESIO JOSÉ FERRETTO

Prefeito Municipal de Santa Terezinha-MT

PORTARIA 053/2020

PORTARIA N.º 053/2020-GP

DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

"Dispõe sobre a concessão de afastamento a titulo de desincompatibilização para concorrer a cargo eletivo"

EUCLESIO JOSÉ FERRETTO, Prefeito de Santa Terezinha, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferidas na Lei Orgânica Municipal,

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder afastamento a título de desincompatibilização para concorrer ao cargo eletivo de vereador, no pleito 2020, município de Santa Terezinha, Estado de Mato Grosso, o servidor efetivo ***PEDRO PEREIRA DA SLVA***, portadora do CPF nº 701.019.651-68 e RG nº 280.307 SSP/TO, Cargo Público de Agente Comunitário de Saúde, matricula funcional nº 15222, lotado na Secretaria de Saúde de 14 de agosto de 2020 a 14 de novembro de 2.020.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 14 de agosto de 2.020.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

EUCLESIO JOSÉ FERRETTO

Prefeito Municipal de Santa Terezinha-MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 102/2020

EMENTA: EXONERA DIRETORA DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL IRMÃ LUIZA CASSIOLATO DO PODER EXECUTIVO DESTE MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO-MT.

*COM AS GRAÇAS DE **DEUS** E EM NOME DO INTERESSE PÚBLICO*,

SENHOR PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONSOANTE AS NORMAS GERAIS DE DIREITO PÚBLICO, OBSERVADO O QUE DISPÕE O ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E O PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS, EXPEDE A SEGUINTE PORTARIA.

R E S O L V E N D O

Art. 1º Art. 1º Fica exonerada a **Sra. ADENILDA ALVES NASCIMENTO,** brasileira, casada, portadora do RG 1551044-1 - SSP/MT e CPF/MF 000. 778.181-48, do cargo de provimento eletivo de **DIRETORA DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL IRMÃ LUIZA CASSIOLATO**.

Art. 2º A exoneração ocorre a pedido da Servidora, e os direitos decorrentes, se houverem, correrão por conta da municipalidade, de acordo com a lei.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO AFONSO-MT, EM 13 DE AGOSTO DE 2020.

JOABE ALMEIDA DOS SANTOS

CPF/MF 567.930.141-53 **– RG** 865415 SSP/MT

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

Registrado e Publicado na data supra, na forma da lei.

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 110/2020

SÚMULA: CONCEDE LICENÇA A SERVIDORA MUNICIPAL DO RESPECTIVO CARGO EFETIVO QUE OCUPA, PARA EFEITO DE DESINCOMPATIBILIZAÇÃO PARA CONCORRER A CARGO ELETIVO. DESTE MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO-MT.

*COM AS GRAÇAS DE **DEUS** E EM NOME DO INTERESSE PÚBLICO*, SENHOR PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONSOANTE AS NORMAS GERAIS DE DIREITO PÚBLICO, OBSERVADO O QUE DISPÕE O ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E O PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS, EXPEDE A SEGUINTE PORTARIA.

R E S O L V E

Art. 1º - Nos termos do Artigo 119, da Lei Complementar Municipal nº 010/2011, conjugada com a Lei 9.504/97, fica concedida Licença Remunerada para Desempenho de Atividade Política correspondente ao período de 14 de Agosto de 2020 a 25 de novembro de 2020, em favor da servidora pública municipal Rozinalva Dias da Rocha, a qual exerce cargo de provimento efetivo de Ajudante de Serviços Gerais**,** matrícula nº 285, com lotação na Secretaria Municipal Promoção e Cidadania.

Art. 2º - Para lhe assegurar o direito de licença com remuneração, que trata o Artigo 1º desta portaria, a referida Servidora Municipal deverá apresentar à Secretaria Municipal de Administração, cópia autenticada da Ata da Convenção Municipal do partido político que lhe oficializou o seu nome como candidata e, cópia da Decisão Judicial proferida pelo Juízo da 17ª Zona Eleitoral que deferiu o registro de sua candidatura, imediatamente, após a efetivação das referidas situações.

Art. 3º - Em caso de desistência e/ou não homologação do nome da referida servidora como candidata, esta deverá apresentar imediatamente ao seu posto de trabalho.

Art. 4º - Para fins eleitorais, considera-se que a referida servidora desincompatibilizou do seu cargo no dia 14 de Agosto de 2020.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO AFONSO-MT, EM 14 DE AGOSTO DE 2020.

JOABE ALMEIDA DOS SANTOS

CPF/MF 567.930.141-53 **– RG** 865415 SSP/MT

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

Registrado e Publicado na data supra, na forma da lei.

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 106/2020

SÚMULA: CONCEDE LICENÇA A SERVIDORA MUNICIPAL DO RESPECTIVO CARGO EFETIVO QUE OCUPA, PARA EFEITO DE DESINCOMPATIBILIZAÇÃO PARA CONCORRER A CARGO ELETIVO. DESTE MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO-MT.

COM AS GRAÇAS DE DEUS E EM NOME DO INTERESSE PÚBLICO, SENHOR PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONSOANTE AS NORMAS GERAIS DE DIREITO PÚBLICO, OBSERVADO O QUE DISPÕE O ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E O PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS, EXPEDE A SEGUINTE PORTARIA.

R E S O L V E

Art. 1º - Nos termos do Artigo 119, da Lei Complementar Municipal nº 010/2011, conjugada com a Lei 9.504/97, fica concedida Licença Remunerada para Desempenho de Atividade Política correspondente ao período de 14 de Agosto de 2020 a 25 de novembro de 2020, em favor da servidora pública municipal Lucilene Deonizia de Arruda, a qual exerce cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, matrícula nº 885, com lotação na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º - Para lhe assegurar o direito de licença com remuneração, que trata o Artigo 1º desta portaria, a referida Servidora Municipal deverá apresentar à Secretaria Municipal de Administração, cópia autenticada da Ata da Convenção Municipal do partido político que lhe oficializou o seu nome como candidata e, cópia da Decisão Judicial proferida pelo Juízo da 17ª Zona Eleitoral que deferiu o registro de sua candidatura, imediatamente, após a efetivação das referidas situações.

Art. 3º - Em caso de desistência e/ou não homologação do nome da referida servidora como candidata, esta deverá apresentar imediatamente ao seu posto de trabalho.

Art. 4º - Para fins eleitorais, considera-se que a referida servidora desincompatibilizou do seu cargo no dia 14 de Agosto de 2020.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO AFONSO-MT, EM 14 DE AGOSTO DE 2020.

JOABE ALMEIDA DOS SANTOS

CPF/MF 567.930.141-53 – RG 865415 SSP/MT

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

Registrado e Publicado na data supra, na forma da lei.

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 108/2020

SÚMULA: CONCEDE LICENÇA O SERVIDOR MUNICIPAL DO RESPECTIVO CARGO EFETIVO QUE OCUPA, PARA EFEITO DE DESINCOMPATIBILIZAÇÃO PARA CONCORRER A CARGO ELETIVO. DESTE MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO-MT.

*COM AS GRAÇAS DE **DEUS** E EM NOME DO INTERESSE PÚBLICO*, SENHOR PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONSOANTE AS NORMAS GERAIS DE DIREITO PÚBLICO, OBSERVADO O QUE DISPÕE O ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E O PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS, EXPEDE A SEGUINTE PORTARIA.

R E S O L V E

Art. 1º - Nos termos do Artigo 119, da Lei Complementar Municipal nº 010/2011, conjugada com a Lei 9.504/97, fica concedida Licença Remunerada para Desempenho de Atividade Política correspondente ao período de 14 de Agosto de 2020 a 25 de novembro de 2020, em favor do servidor público municipal Luis Fernando Ferreira Falcão, a qual exerce cargo de provimento efetivo de Enfermeiro**,** matrícula nº 910, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Para lhe assegurar o direito de licença com remuneração, que trata o Artigo 1º desta portaria, o referido Servidor Municipal deverá apresentar à Secretaria Municipal de Administração, cópia autenticada da Ata da Convenção Municipal do partido político que lhe oficializou o seu nome como candidato e, cópia da Decisão Judicial proferida pelo Juízo da 17ª Zona Eleitoral que deferiu o registro de sua candidatura, imediatamente, após a efetivação das referidas situações.

Art. 3º - Em caso de desistência e/ou não homologação do nome do referido servidor como candidato, este deverá apresentar imediatamente ao seu posto de trabalho.

Art. 4º - Para fins eleitorais, considera-se que o referido servidor desincompatibilizou do seu cargo no dia 14 de Agosto de 2020.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO AFONSO-MT, EM 14 DE AGOSTO DE 2020.

JOABE ALMEIDA DOS SANTOS

CPF/MF 567.930.141-53 – RG 865415 SSP/MT

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

Registrado e Publicado na data supra, na forma da lei.

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 109/2020

SÚMULA: CONCEDE LICENÇA A SERVIDORA MUNICIPAL DO RESPECTIVO CARGO EFETIVO QUE OCUPA, PARA EFEITO DE DESINCOMPATIBILIZAÇÃO PARA CONCORRER A CARGO ELETIVO. DESTE MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO-MT.

*COM AS GRAÇAS DE **DEUS** E EM NOME DO INTERESSE PÚBLICO*, SENHOR PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONSOANTE AS NORMAS GERAIS DE DIREITO PÚBLICO, OBSERVADO O QUE DISPÕE O ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E O PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS, EXPEDE A SEGUINTE PORTARIA.

R E S O L V E

Art. 1º - Nos termos do Artigo 119, da Lei Complementar Municipal nº 010/2011, conjugada com a Lei 9.504/97, fica concedida Licença Remunerada para Desempenho de Atividade Política correspondente ao período de 14 de Agosto de 2020 a 25 de novembro de 2020, em favor da servidora pública municipal Heloisa Gomes da Silva, a qual exerce cargo de provimento eletivo de Conselheira Tutelar**,** matrícula nº 1057, com lotação na Secretaria Municipal de Promoção Social e Cidadania.

Art. 2º - Para lhe assegurar o direito de licença com remuneração, que trata o Artigo 1º desta portaria, a referida Servidora Municipal deverá apresentar à Secretaria Municipal de Administração, cópia autenticada da Ata da Convenção Municipal do partido político que lhe oficializou o seu nome como candidata e, cópia da Decisão Judicial proferida pelo Juízo da 17ª Zona Eleitoral que deferiu o registro de sua candidatura, imediatamente, após a efetivação das referidas situações.

Art. 3º - Em caso de desistência e/ou não homologação do nome da referida servidora como candidata, esta deverá apresentar imediatamente ao seu posto de trabalho.

Art. 4º - Para fins eleitorais, considera-se que a referida servidora desincompatibilizou do seu cargo no dia 14 de Agosto de 2020.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO AFONSO-MT, EM 14 DE AGOSTO DE 2020.

JOABE ALMEIDA DOS SANTOS

CPF/MF 567.930.141-53 **– RG** 865415 SSP/MT

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

Registrado e Publicado na data supra, na forma da lei.

ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº 476, DE 13 DE AGOSTO DE 2020.

"Dispõe sobre à adequação da legislação do Regime Próprio de Previdência dos servidores públicos do Município de Santo Afonso – PREVIMSA em razão das alterações promovidas no sistema previdenciário pela Emenda Constitucional n.º 103/2019 e Altera a redação da Lei Municipal n. 331, de 25 de setembro de 2012, que Reestrutura o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Santo Afonso/MT e, dá outras providências"

O Poder Executivo Municipal de Santo Afonso/MT, pelo Senhor Prefeito, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Municipal:

Art. 1º Fica referendado no âmbito da legislação previdenciária do Município de Santo Afonso, as alterações promovidas no artigo 149 da Constituição Federal pela Emenda Constitucional n.º 103/2019, conforme segue.

Art. 2º A redação da Lei Municipal n. 331, de 25 de setembro de 2012, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 12. Os servidores abrangidos pelo regime do PREVIMSA serão aposentados:

I - por incapacidade permanente para o trabalho, no cargo em que estiver investido quando insuscetível de readaptação, sendo os proventos proporcionais ao tempo de contribuição, exceto se decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, especificadas no art. 13:

a) a incapacidade total e permanente será apurada mediante exames médicos realizados segundo instruções emanadas do PREVIMSA e os proventos da aposentadoria serão devidos a partir do dia seguinte ao do desligamento do segurado do serviço.

(...)

§ 5º Ressalvadas as aposentadorias decorrentes dos cargos acumuláveis na forma da Constituição Federal, é vedada a percepção de mais de uma aposentadoria à conta deste Regime Próprio de Previdência Social, aplicando-se outras vedações, regras e condições para acumulação de benefícios previdenciários estabelecidas no Regime Geral de Previdência Social, como previsto na nova redação do art. 40, § 6 º da Constituição Federal.

(...)

§ 7º O segurado aposentado por incapacidade permanente para o trabalho está obrigado, sob pena de suspensão do benefício, a qualquer tempo e independentemente de sua idade, ressalvada apenas a idade máxima de permanência no serviço público, a submeter-se a exames médico-periciais a cargo do PREVIMSA, a realizarem-se a cada 02 (dois) anos.

Art. 28. A pensão por morte será concedida ao dependente de segurado equivalente a uma cota familiar de 100% (cem por cento) do valor da aposentadoria recebida pelo segurado ou servidor ou daquela a que teria direito se fosse aposentado por incapacidade permanente na data do óbito, na proporção de 50%(cinquenta por cento), para companheiro ou companheira, ratenado o valor remanescente em partes iguais aos filhos herdeiros do segurado falecido.

§ 1º As cotas por dependente cessarão com a perda dessa qualidade e não serão reversíveis aos demais dependentes, preservado o valor de 100% (cem por cento) da pensão por morte quando o número de dependentes remanescente for igual ou superior a 5 (cinco).

§ 2º Na hipótese de existir dependente inválido ou com deficiência intelectual, mental ou grave, o valor da pensão por morte de que trata o *caput*será equivalente a:

I - 100% (cem por cento) da aposentadoria recebida pelo segurado ou servidor ou daquela a que teria direito se fosse aposentado por incapacidade permanente na data do óbito, até o limite máximo de benefícios do Regime Geral de Previdência Social; e

II - uma cota familiar de 50% (cinquenta por cento) acrescida de cotas de 10% (dez) pontos percentuais por dependente, até o máximo de 100% (cem por cento), para o valor que supere o limite máximo de benefícios do Regime Geral de Previdência Social.

§ 3º Quando não houver mais dependente inválido ou com deficiência intelectual, mental ou grave, o valor da pensão será recalculado na forma do disposto no **caput** e no § 1º deste artigo.

§ 4º O tempo de duração do benefício de pensão por morte e das cotas individuais por dependente até a perda dessa qualidade, o rol de dependentes e sua qualificação e as condições necessárias para enquadramento serão aqueles estabelecidos no artigo 32 desta Lei.

§ 5º Para o dependente inválido ou com deficiência intelectual, mental ou grave, sua condição pode ser reconhecida previamente ao óbito do segurado, por meio de avaliação biopsicossocial realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar, observada revisão periódica na forma da legislação.

§ 6º Equiparam-se a filho, para fins de recebimento da pensão por morte, exclusivamente o enteado e o menor tutelado, desde que comprovada a dependência econômica.

Art. 29. Será concedida pensão provisória por morte presumida do segurado, nos seguintes casos:

I - sentença declaratória de ausência, transitado em julgado.

Parágrafo único. A pensão provisória será transformada em definitiva com o óbito do segurado ausente ou deve ser cancelada com reaparecimento do mesmo, ficando os dependentes desobrigados da reposição dos valores recebidos, salvo má-fé.

Art. 30. A pensão por morte será devida ao conjunto dos dependentes do segurado que falecer, aposentado ou não, a contar da data:

I - do óbito, quando requerida até trinta dias depois deste;

II -do requerimento, quando requerida após o prazo previsto no inciso I; ou

III - da decisão judicial, no caso de morte presumida.

§ 1º No caso do disposto no inciso II, não será devida qualquer importância relativa a período anterior à data de entrada do requerimento.

§ 2º O direito à pensão configura-se na data do falecimento do segurado, sendo o benefício concedido com base na legislação vigente nessa data, vedado o recálculo em razão do reajustamento do limite máximo dos benefícios do RGPS.

§ 3º Perde o direito à pensão por morte o cônjuge, o companheiro ou a companheira se comprovada, a qualquer tempo, simulação ou fraude no casamento ou na união estável, ou a formalização desses com o fim exclusivo de constituir benefício previdenciário, apuradas em processo judicial no qual será assegurado o direito ao contraditório e a ampla defesa.

§ 4º Perde o direito à pensão por morte o condenado criminalmente por sentença com trânsito em julgado, como autor, coautor ou partícipe de homicídio doloso, ou de tentativa desse crime, cometido contra a pessoa do segurado, ressalvados os absolutamente incapazes e os inimputáveis.

§ 5º Ajuizada ação para reconhecimento da condição de dependente, poderá ser requerida a habilitação provisória ao benefício de pensão por morte, exclusivamente para fins de rateio dos valores com outros dependentes, vedado o pagamento da respectiva cota até o trânsito em julgado da decisão judicial que reconhecer a qualidade de dependente do autor da ação.

§ 6º Julgada improcedente a ação prevista no § 5º deste artigo, o valor retido será pago de forma proporcional aos demais dependentes, sem qualquer atualização, de acordo com as suas cotas e o tempo de duração de seus benefícios.

§ 7º Fica assegurada ao órgão concessor da pensão por morte a cobrança dos valores indevidamente pagos em função de nova habilitação, após a comprovação de fraude.

Art. 31. A pensão por morte somente será devida ao filho e ao irmão inválido, cuja invalidez tenha ocorrido antes da emancipação ou de completar a maioridade civil, desde que comprovada, pela perícia médica do PREVIMSA, a continuidade da invalidez até a data do óbito do segurado.

§ 1º A invalidez ou alteração de condições quanto ao dependente superveniente à morte do segurado, não darão origem a qualquer direito a pensão.

§ 2º Os dependentes inválidos ficam obrigados, tanto para concessão como para manutenção e cessação de suas quotas de pensão, a submeter-se aos exames médicos determinados pelo PREVIMSA.

§ 3º Ficam dispensados dos exames referidos neste artigo os pensionistas inválidos que atingirem a idade de 60 (sessenta) anos.

§ 4º Aos dependentes, filho ou irmão, que tenha deficiência intelectual ou mental ou deficiência grave que os tornem absolutamente ou relativamente incapazes, assim declarados judicialmente, deverão ser observadas as

condições estabelecidas para o filho ou irmão inválidos disposto neste artigo.

Art. 32. A pensão por morte, havendo mais de um pensionista, será rateada entre todos em parte iguais.

§ 1º O direito à percepção de cada cota individual cessará:

I - pela morte do pensionista;

II - para filho, pessoa a ele equiparada ou irmão, de ambos os sexos, ao atingir a maioridade civil, salvo se for inválido ou tiver deficiência intelectual ou mental ou deficiência grave que os tornem absolutamente incapazes, assim declarados judicialmente;

III - para filho ou irmão inválido, pela cessação da invalidez;

IV - para filho ou irmão que tenha deficiência intelectual ou mental ou deficiência grave pelo afastamento da deficiência;

V - para cônjuge ou companheiro:

a) se inválido ou com deficiência, pela cessação da invalidez, respeitados os períodos mínimos decorrentes da aplicação das alíneas "b" e "c";

b) em 4 (quatro) meses, se o óbito ocorrer sem que o segurado tenha vertido 18 (dezoito) contribuições mensais ou se o casamento ou a união estável tiverem sido iniciados em menos de 2 (dois) anos antes do óbito do segurado;

c) transcorridos os seguintes períodos, estabelecidos de acordo com a idade do beneficiário na data de óbito do segurado, se o óbito ocorrer depois de vertidas 18 (dezoito) contribuições mensais e pelo menos 2 (dois) anos após o início do casamento ou da união estável:

1) 3 (três) anos, com menos de 21 (vinte e um) anos de idade;

2) 6 (seis) anos, entre 21 (vinte e um) e 26 (vinte e seis) anos de idade;

3) 10 (dez) anos, entre 27 (vinte e sete) e 29 (vinte e nove) anos de idade;

4) 15 (quinze) anos, entre 30 (trinta) e 40 (quarenta) anos de idade;

5) 20 (vinte) anos, entre 41 (quarenta e um) e 43 (quarenta e três) anos de idade;

6) vitalícia, com 44 (quarenta e quatro) ou mais anos de idade.

§ 2º Serão aplicados, conforme o caso, a regra contida na alínea "a" ou os prazos previstos na alínea "c", ambas do inciso V do § 1º, se o óbito do segurado decorrer de acidente de qualquer natureza ou de doença profissional ou do trabalho, independentemente do recolhimento de 18 (dezoito) contribuições mensais ou da comprovação de 2 (dois) anos de casamento ou de união estável.

§ 3º Após o transcurso de pelo menos 3 (três) anos e desde que nesse período se verifique o incremento mínimo de um ano inteiro na média nacional única, para ambos os sexos, correspondente à expectativa de sobrevida da população brasileira ao nascer, poderão ser fixadas, em números inteiros, novas idades para os fins previstos na alínea "c" do inciso V do § 1º, em ato do Ministro de Estado da Previdência Social, limitado o acréscimo na comparação com as idades anteriores ao referido incremento.

§ 4º O tempo de contribuição a outro Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) ou a Regime Geral de Previdência Social (RGPS) será considerado na contagem das 18 (dezoito) contribuições mensais de que tratam as alíneas "b" e "c" do inciso V do § 1º.

§ 5º Na hipótese de o servidor falecido estar, na data de seu falecimento, obrigado por determinação judicial a pagar alimentos temporários a ex-cônjuge, ex-companheiro ou ex-companheira, a pensão por morte será devida pelo prazo remanescente na data do óbito, caso não incida outra hipótese de cancelamento anterior do benefício.

Art. 33. Havendo a extinção de parcela(s) de pensão, em razão da perda da qualidade de dependente na forma desta lei, não será realizado novo rateio da pensão em favor dos pensionistas remanescentes.

Parágrafo único. Com a extinção da quota do último pensionista, extinta ficará também a pensão.

Art. 36. O abono anual será devido àquele que, durante o ano tiver recebido proventos de aposentadoria e pensão por morte pagos pelo RPPS.

Art. 42. O pagamento do benefício de aposentadoria por incapacidade permanente para o trabalho decorrente de doença mental somente será feito ao curador do segurado, condicionado à apresentação do termo de curatela, ainda que provisório.

Art. 43. Para fins de aposentadoria, será assegurada a contagem recíproca do tempo de contribuição entre o Regime Geral de Previdência Social e os Regimes Próprios de Previdência Social, e destes entre si, observada a compensação financeira, de acordo com os critérios estabelecidos em lei.

§ 1º O tempo de serviço militar exercido nas atividades de que tratam os arts. 42, 142 e 143 da Constituição Federal e o tempo de contribuição ao Regime Geral de Previdência Social ou a regime próprio de previdência social terão contagem recíproca para fins de inativação militar ou aposentadoria, e a compensação financeira será devida entre as receitas de contribuição referentes aos militares e as receitas de contribuição aos demais regimes.

§ 2º Os servidores municipais contemplados pelo art. 3º desta Lei receberão do órgão instituidor (PREVIMSA), todo o provento integral da aposentadoria, independentemente do órgão de origem (INSS) ter feito ou não o repasse do recurso de cada servidor, como compensação financeira.

Art. 48......
.....

I - das contribuições mensais dos segurados ativos, definidas pelo § 1º do art. 149 da CF/88, igual a 14% (quatorze por cento) calculada sobre a remuneração de contribuição dos servidores ativos;

II - das contribuições mensais dos segurados inativos e dos pensionistas, a razão de 14% (quatorze por cento), calculadas sobre a parcela dos proventos e das pensões concedidas e que tenham cumprido todos os requisitos para sua obtenção até 31.12.2003, que superarem o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201 da Constituição Federal;

III – das contribuições mensais dos segurados inativos e dos pensionistas, a razão de 14% (quatorze por cento), calculadas sobre a parcela dos proventos e das pensões que superarem o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201 da Constituição Federal;

IV - das contribuições mensais do Município, incluídas suas autarquias e fundações, **definida na reavaliação atuarial igual a** 14% (quatorze por cento) calculada sobre a remuneração de contribuição dos segurados ativos, compreendendo: 6,20% (seis inteiros e vinte centésimos por cento) relativo ao custo normal e 7,80% (sete inteiros e oitenta centésimos por cento) relativo ao custo especial, escalonados nos termos do Anexo I desta Lei.

Art. 58......
.....

Art. 85-A. Os servidores que tenham ingressado no serviço público até a data da publicação da Emenda Constitucional n.º 41 de 31 de dezembro de 2003, e que tenha se aposentado ou venha a se aposentar por incapacidade permanente para o trabalho, com fundamento no inciso I do § 1º do art. 40 da Constituição Federal, terá direito a proventos calculados com base na remuneração do cargo efetivo em que se der a aposentadoria, não se aplicando os dispostos nos §§ 3º, 8º e 17 do art. 40 da Constituição Federal, e nem o artigo 35 desta Lei Municipal.

Parágrafo único. Aplica-se ao valor dos proventos de aposentadorias concedidas com base no caput deste artigo o disposto no art. 84 desta Lei, observando-se igual critério de revisão às pensões derivadas dos proven-

tos de servidores falecidos que tenham se aposentado em conformidade ao caput deste artigo.

Art. 92. O Prefeito Municipal instituirá por meio de Portaria a junta médica para emitir laudo médico pericial nos processos de aposentadoria por incapacidade permanente para o trabalho.

Art. 3º Fica homologado o relatório técnico sobre os resultados da reavaliação atuarial, realizado em MARÇO/2020.

Art. 4º O rol de benefícios a ser concedido pelo PREVIMSA fica limitado às aposentadorias e à pensão por morte.

Parágrafo único. Os afastamentos por incapacidade temporária para o trabalho (auxílio doença), salário família, auxílio reclusão e o salário-maternidade serão pagos diretamente pelo órgão ou poder ao qual o servidor está vinculado.

Art. 5º. É vedada a acumulação de mais de uma pensão por morte deixada por cônjuge, companheiro ou companheira, no âmbito deste regime de previdência social, ressalvadas as pensões do mesmo instituidor decorrentes do exercício de cargos acumuláveis na forma do artigo 37 da Constituição Federal.

§ 1º. Será admitida, nos termos do § 2º, a acumulação de:

I - pensão por morte deixada por cônjuge, companheiro ou companheira deste regime de previdência social com pensão por morte concedida por outro regime de previdência social ou com pensões decorrentes das atividades militares de que tratam os artigos 42 e 142 da Constituição Federal;

II - pensão por morte deixada por cônjuge, companheiro ou companheira deste regime de previdência social com aposentadoria concedida no âmbito do Regime Geral de Previdência Social ou de outro Regime Próprio de Previdência Social ou com proventos de inatividade decorrentes das atividades militares de que tratam os artigos 42 e 142 da Constituição Federal;

III - de aposentadoria concedida no âmbito deste Regime Próprio de Previdência Social com pensões decorrentes das atividades militares de que tratam os artigos 42 e 142 da Constituição Federal.

§ 2º. Nas hipóteses das acumulações previstas no § 1º, é assegurada a percepção do valor integral do benefício mais vantajoso e de uma parte de cada um dos demais benefícios, apurada cumulativamente de acordo com as seguintes faixas:

I - 60% (sessenta por cento) do valor que exceder 1 (um) salário-mínimo, até o limite de 2 (dois) salários mínimos;

II - 40% (quarenta por cento) do valor que exceder 2 (dois) salários mínimos, até o limite de 3 (três) salários mínimos;

III - 20% (vinte por cento) do valor que exceder 3 (três) salários mínimos, até o limite de 4 (quatro) salários mínimos e;

IV - 10% (dez por cento) do valor que exceder 4 (quatro) salários mínimos.

§ 3º. A aplicação do disposto no § 2º poderá ser revista a qualquer tempo, a pedido do interessado, em razão de alteração de algum dos benefícios.

§ 4º. As restrições previstas neste artigo não serão aplicadas se o direito aos benefícios houver sido adquirido antes da data de entrada em vigor desta lei.

Art. 6º. Revogam-se as disposições em contrário, em especial os arts. 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 34, os §§ 1º e 2º do art. 48, § 3º do art. 49; art. 54, inciso II do parágrafo único do art. 59, todos estes pertencentes a Lei Municipal n. 331, de 25 de setembro de 2012, atualizada.

Art. 7º Fica o PREVIMSA autorizada celebrar acordo que vise à execução de programas de trabalho, atividades sistêmicas e operacionais de interesse recíproco da Administração Pública Municipal, devendo sempre aplicar as disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e das demais normas que regulem a situação específica objeto.

Parágrafo único. As disposições contidas no *caput* dizem a operacionalização dos benefícios temporários do auxílio doença, salário família, auxílio reclusão e o salário-maternidade, por meio de termo de cooperação técnica.

Art. 8º. Esta Lei entrará em vigor:

I - no primeiro dia do mês subsequente aos 90 (noventa) dias da data de publicação desta Lei, quanto às alterações nos incisos I, II, III e IV do art. 48 da Lei Municipal n. 331, de 25 de setembro de 2012;

II - nos demais casos, na data de sua publicação.

§ 1º. Fica mantido até a finalização do prazo de que trata inciso I deste artigo a exigência das alíquotas contribuição tanto patronal mensal do Município, incluídas suas autarquias e fundações quanto a descontada dos segurados com base nas alíquotas de contribuição estabelecidas na redação anterior da Lei Municipal n. 331, de 25 de setembro de 2012.

§ 2º. Durante o período de estabelecido no inciso I o PREVIMSA continuará responsável pela manutenção e concessão dos benefícios que versam sobre os afastamentos por incapacidade temporária para o trabalho (auxílio doença), salário família, auxílio reclusão e o salário-maternidade nos termos da Lei Municipal n. 331, de 25 de setembro de 2012, finalizando tal responsabilidade após o referido prazo.

§ 3º. Durante o período de estabelecido no inciso I o Município de Santo Afonso deverá implementar as alterações necessárias para adequação legal e administrativa na concessão dos benefícios que versam sobre os afastamentos por incapacidade temporária para o trabalho (auxílio doença), salário família, auxílio reclusão e o salário-maternidade, em razão do disposto no § 3º do art. 9º da Emenda Constitucional n.º 103/2019.

Art. 9º Ficam revogadas as disposições em contrário, respeitado o disposto no artigo anterior.

Gabinete do Prefeito do Município de Santo Afonso/MT, 14 de Maio de 2020.

JOABE ALMEIDA DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO I

ESCALONAMENTO DO DÉFICIT ATUARIAL

ANO DE AMORTIZAÇÃO	ALÍQUOTA
2020	7,80%
2021	7,72%
2022	7,65%
2023	7,57%
2024	7,50%
2025	7,42%
2026	7,35%
2027	7,28%
2028	7,20%
2029	7,13%
2030	7,06%
2031	6,99%
2032	6,92%
2033	6,85%
2034	6,79%
2035	6,72%
2036	6,65%
2037	6,70%
2038	7,10%
2039	7,49%
2040	7,89%
2041	8,28%
2042	8,67%
2043	9,07%
2044	9,46%
2045	9,86%
2046	10,25%
2047	10,65%
2048	11,04%

2049	11,43%
2050	11,83%
2051	12,22%
2052	12,62%
2053	13,01%
2054	13,40%

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 105/2020

SÚMULA: CONCEDE LICENÇA AO SERVIDOR MUNICIPAL DO RESPECTIVO CARGO EFETIVO QUE OCUPA, PARA EFEITO DE DESINCOMPATIBILIZAÇÃO PARA CONCORRER A CARGO ELETIVO. DESTE MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO-MT.

*COM AS GRAÇAS DE **DEUS** E EM NOME DO INTERESSE PÚBLICO*, O SENHOR PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONSOANTE AS NORMAS GERAIS DE DIREITO PÚBLICO, OBSERVADO O QUE DISPÕE O ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E O PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS, EXPEDE A SEGUINTE PORTARIA.

R E S O L V E

Art. 1º - Nos termos do Artigo 119, da Lei Complementar Municipal nº 010/2011, conjugada com a Lei 9.504/97, fica concedida Licença Remunerada para Desempenho de Atividade Política correspondente ao período de 14 de Agosto de 2020 a 25 de novembro de 2020, em favor do servidor público municipal Josiney Batista de Souza, a qual exerce cargo de provimento efetivo de Motorista Ambulânceiro**,** matrícula nº 200, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Para lhe assegurar o direito de licença com remuneração, que trata o Artigo 1º desta portaria, o referido Servidor Municipal deverá apresentar à Secretaria Municipal de Administração, cópia autenticada da Ata da Convenção Municipal do partido político que lhe oficializou o seu nome como candidato e, cópia da Decisão Judicial proferida pelo Juízo da 17ª Zona Eleitoral que deferiu o registro de sua candidatura, imediatamente, após a efetivação das referidas situações.

Art. 3º - Em caso de desistência e/ou não homologação do nome do referido servidor como candidato, este deverá apresentar imediatamente ao seu posto de trabalho.

Art. 4º - Para fins eleitorais, considera-se que o referido servidor desincompatibilizou do seu cargo no dia 14 de Agosto de 2020.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO AFONSO-MT, EM 14 DE AGOSTO DE 2020.

JOABE ALMEIDA DOS SANTOS

CPF/MF 567.930.141-53 **– RG** 865415 SSP/MT

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

Registrado e Publicado na data supra, na forma da lei.

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 104/2020

SÚMULA: CONCEDE LICENÇA AO SERVIDOR MUNICIPAL DO RESPECTIVO CARGO EFETIVO QUE OCUPA, PARA EFEITO DE DESINCOMPATIBILIZAÇÃO PARA CONCORRER A CARGO ELETIVO. DESTE MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO-MT.

*COM AS GRAÇAS DE **DEUS** E EM NOME DO INTERESSE PÚBLICO*, SENHOR PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONSOANTE AS NORMAS GERAIS DE DIREITO PÚBLICO, OBSERVADO O QUE DISPÕE O ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E O PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS, EXPEDE A SEGUINTE PORTARIA.

R E S O L V E

Art. 1º - Nos termos do Artigo 119, da Lei Complementar Municipal nº 010/2011, conjugada com a Lei 9.504/97, fica concedida Licença Remunerada para Desempenho de Atividade Política correspondente ao período de 14 de Agosto de 2020 a 25 de novembro de 2020, em favor do servidor público municipal João Rodrigues da Costa, a qual exerce cargo de provimento efetivo de Motorista Ambulânceiro**,** matrícula nº 858, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Para lhe assegurar o direito de licença com remuneração, que trata o Artigo 1º desta portaria, o referido Servidor Municipal deverá apresentar à Secretaria Municipal de Administração, cópia autenticada da Ata da Convenção Municipal do partido político que lhe oficializou o seu nome como candidato e, cópia da Decisão Judicial proferida pelo Juízo da 17ª Zona Eleitoral que deferiu o registro de sua candidatura, imediatamente, após a efetivação das referidas situações.

Art. 3º - Em caso de desistência e/ou não homologação do nome do referido servidor como candidato, este deverá apresentar imediatamente ao seu posto de trabalho.

Art. 4º - Para fins eleitorais, considera-se que o referido servidor desincompatibilizou do seu cargo no dia 14 de Agosto de 2020.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO AFONSO-MT, EM 14 DE AGOSTO DE 2020.

JOABE ALMEIDA DOS SANTOS

CPF/MF 567.930.141-53 – RG 865415 SSP/MT

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

Registrado e Publicado na data supra, na forma da lei.

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 103/2020

EMENTA: NOMEIA DIRETORA DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL IRMÃ LUIZA CASSIOLATO DO PODER EXECUTIVO DESTE MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO-MT.

*COM AS GRAÇAS DE **DEUS** E EM NOME DO INTERESSE PÚBLICO*,

SENHOR PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONSOANTE AS NORMAS GERAIS DE DIREITO PÚBLICO, OBSERVADO O QUE DISPÕE O ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E O PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS, EXPEDE A SEGUINTE PORTARIA.

R E S O L V E N D O

Art. 1º Art. 1º Fica nomeada e empossada a **Sra. VERONICE CORREA CAMARGO,** brasileira, casada, portadora do RG 1074942-0 - SSP/MT e CPF/MF 795.861.551-53 no cargo de provimento em comissão de **DIRETORA DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL IRMÃ LUIZA CASSIOLATO**.

Art. 2º As atribuições do cargo são previstas em lei e restritas a ela, e, a servidora nomeada por esta Portaria será remunerada, em nível de Diretora Escolar, na forma determinada em lei.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO AFONSO-MT, EM 13 DE AGOSTO DE 2020.

JOABE ALMEIDA DOS SANTOS

CPF/MF 567.930.141-53 **– RG** 865415 SSP/MT

PREFEITO MUNICIPAL

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 107/2020

SÚMULA: CONCEDE LICENÇA A SERVIDORA MUNICIPAL DO RESPECTIVO CARGO EFETIVO QUE OCUPA, PARA EFEITO DE DESINCOMPATIBILIZAÇÃO PARA CONCORRER A CARGO ELETIVO. DESTE MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO-MT.

*COM AS GRAÇAS DE **DEUS** E EM NOME DO INTERESSE PÚBLICO*, SENHOR PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONSOANTE AS NORMAS GERAIS DE DIREITO PÚBLICO, OBSERVADO O QUE DISPÕE O ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E O PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS, EXPEDE A SEGUINTE PORTARIA.

R E S O L V E

Art. 1º - Nos termos do Artigo 119, da Lei Complementar Municipal nº 010/2011, conjugada com a Lei 9.504/97, fica concedida Licença Remunerada para Desempenho de Atividade Política correspondente ao período de 14 de Agosto de 2020 a 25 de novembro de 2020, em favor da servidora pública municipal Lucinete Jesus da Silva, a qual exerce cargo de provimento efetivo de Vigia**,** matrícula nº 407, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Para lhe assegurar o direito de licença com remuneração, que trata o Artigo 1º desta portaria, a referida Servidora Municipal deverá apresentar à Secretaria Municipal de Administração, cópia autenticada da Ata da Convenção Municipal do partido político que lhe oficializou o seu nome como candidata e, cópia da Decisão Judicial proferida pelo Juízo da 17ª Zona Eleitoral que deferiu o registro de sua candidatura, imediatamente, após a efetivação das referidas situações.

Art. 3º - Em caso de desistência e/ou não homologação do nome da referida servidora como candidata, esta deverá apresentar imediatamente ao seu posto de trabalho.

Art. 4º - Para fins eleitorais, considera-se que a referida servidora desincompatibilizou do seu cargo no dia 14 de Agosto de 2020.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO AFONSO-MT, EM 14 DE AGOSTO DE 2020.

JOABE ALMEIDA DOS SANTOS

CPF/MF 567.930.141-53 – RG 865415 SSP/MT

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

Registrado e Publicado na data supra, na forma da lei.

ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL N˚477, DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

Dispõe sobre a autorização para abertura de Crédito Adicional Especial e dá outras providências.

O Poder Executivo Municipal de Santo Afonso/MT, pelo Senhor Prefeito, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Municipal:

Art.1˚. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, ao Orçamento Municipal de 2020, aprovado pela Lei n˚ 464/2019, um Crédito Adicional Especial de R$ 280.000,00 (Duzentos e oitenta mil reais).

Art. 2º. Para cobertura ao crédito adicional especial fará através do excesso de arrecadação resultante do repasse do Estado vinculado destinados ao convenio SICONV Nº 864333/2018 – Aquisição de Patrulha Mecanizada.

Art. 3°. Para acorrer às despesas orçamentárias com abertura do Crédito Adicional Especial de que trata esta Lei, serão utilizados os recursos previstos no §1° do art. 43 da Lei Federal n° 4.320 /64, especificados, detalha mente, no Decreto de abertura do crédito.

Art.5˚. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Santo Afonso - MT, aos 14 dias do mês de Agosto de 2020.

JOABE ALMEIDA DOS SANTOS

Prefeito Municipal

ANEXO I AO PROJETO DE LEI N˚011/2020. DETALHAMENTO DA DOTAÇÃO A SER SUPLEMENTADA JUNTO AO ORÇAMENTO MUNICIPAL, POR MEIO DO CRÉDITO ESPECIAL AUTORIZADO POR ESTA LEI

ÓRGÃO: 06 – **SECRETARIA MUN. DE AGRICULTURA**

Unidade: 10**.001 – DEPARTAMENTO TECNICO DE AGRICULTURA E PECUARIA**

Classificação Funcional Programática	Histórico	Natureza da Despesa	Fonte	Valor R$
20	AGRICULTURA			
20.608	PROMOCAO DA PRODUCAO AGROPECUARIA			
20.608.0018	DESENVOLVIMENTO AGRICULA E RURAL			
20.608.0018.1030	AQUISICAO DE PATRUL. MECANIZADA	449052000000 Equipamentos e material permanente		280.000,00
TOTAL				**280.000,00**

JOABE ALMEIDA DOS SANTOS

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 085/2020

EMENTA: EXONERA CHEFE DE SETOR DE GESTÃO DO CRAS DO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO-MT.

*COM AS GRAÇAS DE **DEUS** E EM NOME DO INTERESSE PÚBLICO*, SENHOR PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONSOANTE AS NORMAS GERAIS DE DIREITO PÚBLICO, OBSERVADO O QUE DISPÕE O ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E O PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS, EXPEDE A SEGUINTE PORTARIA.

R E S O L V E N D O

Art. 1º Fica exonerada a **Sra. ROZINALVA DIAS DA ROCHA,** portadora do RG 11747951 SSP/MT e CPF/MF 995.608.791-20, do cargo de provimento de **CHEFE DE SETOR DE GESTÃO DO CRAS** do Poder Executivo deste Município de Santo Afonso-MT.

Art. 2º A exoneração ocorre a pedido da Servidora, e os direitos decorrentes, se houverem, correrão por conta da municipalidade, de acordo com a lei.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO AFONSO-MT, EM 10 DE JULHO DE 2020.

JOABE ALMEIDA DOS SANTOS

CPF/MF 567.930.141-53 – RG 865415 SSP/MT

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER

AVISO CANCELAMENTO DA PUBLICAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO 05/2020

AVISO DE CANCELAMENTO DA PUBLICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 043/2020

MODALIDADE: PREGÃO ELETRONICO N.º 005/2020

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM

O Município de Santo Antônio do Leverger, através do Prefeito Municipal conforme suas atribuições legais , torna público o cancelamento da publicação referente ao Registro de Preço para futura e eventual aquisição de MEDICAMENTOS destinados para atender a atenção básica e de continuidade por um período de 12 (doze) meses", observando as especificações contidas no Termo de Referencia deste edital e em seus anexos. *EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESAS - ME E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE – EPP.* devido à alteração no conteúdo do termo de referencia . . Assim sendo, será publicado novo edital oportunamente divulgado através dos jornais oficiais e site oficial https://www.leverger.mt.gov.br/.

Santo Antônio do Leverger – MT, 12 de agosto de 2020.

_____

Valdir Pereira de Castro Filho

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE

PREFEITURA/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 356/2.020.

DE: 14 DE AGOSTO DE 2020

Dispõe sobre nomeação de representante da administração para acompanhamento e fiscalização na execução do contrato nº 138/2019 de 30 de setembro de 2.019 e dá outras providências.

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA, Prefeito Municipal de Santo Antônio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no artigo 51da Lei Federal nº 8.666/93;

RESOLVE:

Artigo 1º- Nomear o Matheus Costa Oliveira de Moraes, como representante da administração para acompanhamento e fiscalização do Contrato Administrativo nº 138/2019 celebrado entre o Município de Santo Antônio do Leste/MT e a empresa **CONSTRUTORA DETERRA LTDA.**

Parágrafo Único – O contrato descrito no caput deste artigo trata-se da execução de obra de **"de pavimentação asfáltica e drenagem superficial na cidade de Santo Antônio do Leste/MT".**

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário, especificamente a Portaria 330/2020 de 04/08/2020.

GABINETE DO PREFEITO.

EM: 14 DE AGOSTO DE 2020

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Administração e Planejamento e Publicada por afixação em local de costume, conforme na legislação em vigor.

PREFEITURA/RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 017/2020

A Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Leste – MT, por intermédio de seu representante legal, Sr. MIGUEL JOSÉ BRUNETTA – Prefeito Municipal, **CONVOCA** o (a) candidato (a) relacionado (a) no anexo I deste Edital, aprovado (a) no Processo Seletivo Simplificado nº 003/2019, realizado em 02/06/2019, tendo o resultado sido homologado em 17/06/2019, para comparecer nesta **COORDENADORIA DE RECURSOS HUMANOS** desta Prefeitura, no prazo de **até 04 (quatro) dias úteis** nos horários de expediente (07h às 13h), munido de todos os documentos constantes no mesmo item do Edital e relacionado no Anexo II deste edital, para tomar posse em seu respectivo cargo.

Será considerado desistente e, portanto eliminado do processo seletivo simplificado, o(s) candidato(s) convocado(s) que não comparecer (em) até a data estabelecida e munido dos documentos exigidos, podendo a Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Leste – MT convocar o(s) próximo(s) candidato(s) aprovados, obedecida rigorosamente a ordem de classificação.

Maiores informações poderão ser obtidas junto à Coordenadoria de Recursos Humanos desta Prefeitura em horário de expediente.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santo Antonio do Leste, aos 14 dias do mês de Agosto de 2020.

MIGUEL BRUNETTA *Prefeito Municipal*

ANEXO I

Nº	ENFERMEIRO PADRÃO
01	JULIANO MALACARNE MARTINI

ANEXO II

DO EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 017/2020.

1. - Para tomar posse, o candidato deverá apresentar documentação (original ou fotocópia autenticada) que comprove:

a) Comprovante de Escolaridade/Pré-Requisitos exigidos para o cargo, apresentado em via original e fotocopia ou cópia autenticada em cartório;

b) Comprovante de Residência;

c) Fotocópia legível da Certidão de Nascimento ou Casamento,

d) Fotocópia da Certidão de Nascimento dos filhos menores de 18 anos e Carteira de vacina dos filhos até 05 anos de idade (se houver);

e) CPF dos filhos caso houver;

f) Fotocópia do Titulo de eleitor e Certidão que comprove não ter sofrido punição política – certidão original emitida pela justiça eleitoral;

g) Fotocópia do Certificado de Reservista, para os candidatos do sexo masculino;

h) Fotocópia do RG e CPF do candidato e do cônjuge (se casado);

i) Fotocópia da Carteira de Trabalho e comprovante de inscrição no PIS/PASEP;

j) Fotocópia legível da CNH se for o caso;

k) Comprovante de exame de saúde física e mental (exame médico) necessário ao desempenho das funções inerentes ao cargo pretendido;

l) Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de condições da acumulação amparada pela Constituição Federal;

m) Declaração de não estar cumprindo sanção por inidoneidade, aplicada por qualquer órgão público e/ou entidade da esfera federal, estadual e/ou municipal (declarado pelo próprio candidato e com firma reconhecida);

n) Declaração, de próprio punho, de não ter sido demitido do serviço público por motivo justo, ou de não ter sido exonerado a bem do serviço publico, nos últimos 05 (cinco) anos.

o) Declaração de Bens;

p) Comprovante de abertura de conta, em agência bancária na qual a Prefeitura de Santo Antonio do Leste mantém convênio para recebimento de créditos salariais; e

q) Não Registrar antecedentes criminais ou estar respondendo pelos crimes conta: o Patrimônio, Administração, Fé Pública, os costumes e os previstos na Lei nº 1.343 de 23/08/2006 (trafico de entorpecentes), comprovado através de Certidão Civil e Criminal.

r) Outros documentos que a Administração julgar necessário;

PREFEITURA/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 359/2020.

DE: 14 DE AGOSTO DE 2020.

DISPÕE DE READAPTAÇÃO DE FUNÇÃO DO SERVIDOR ANTONIO CLODOALDO DOS SANTOS LUIZ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

MIGUEL JOSE BRUNETTA, Prefeito Municipal de Santo Antonio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando o teor de Laudo Médico Pericial expedido pela Junta Médica no dia 14/08/2020 em que atesta que o referido servidor encontra apto para exercer outra função, respeitando os horários e orientações através de relatórios profissionais;

Considerando ainda que o artigo 157 da Lei Municipal possibilita a readaptação de função, sendo o mesmo utilizado quando se verificar modificações no estado físico ou psíquico de saúde do servidor que lhe diminua a eficiência no desempenho do cargo.

RESOLVE;

Art. 1º - Conceder a READAPTAÇÃO DE FUNÇÃO à servidor público efetivo ANTONIO CLODOALDO DOS SANTOS LUIZ nos termos do Laudo Médico Pericial – Auxilio Doença expedido em 14/08/2020, por prazo de 270 dias sendo o vencimento 29/04/2021.

Art. 2º - Fica o servidor readaptado, sem prejuízo de vencimento do servidor do cargo de Professor Classe C, devendo exercer sua função na Educação indígena.

Art. 3º - Para realização do tratamento de saúde, o servidor deverá requerer antecipadamente a solicitação de ausência, bem como encaminhar à Coordenadoria de Recursos Humanos, relatórios expedidos por profissionais que comprovem a efetiva realização do tratamento de Saúde.

Art. 4º - Determinar a Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, que tome as providências necessárias para a execução desta portaria.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário**.**

REGISTRA-SE

PUBLICA-SE

CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO

EM: 14 DE AGOSTO DE 2020.

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Administração e Planejamento e Publicada por afixação em local de costume, conforme na legislação em vigor.

RONALDO MARTINS DE AMORIM

GERENTE DE CIDADE

JURIDICO
COVID-19: DECRETO Nº 081/2020

DECRETO Nº 081/2020

DE: 14 DE AGOSTO DE 2020

Dispõe sobre a alteração do artigo 7º do Decreto nº 018/2020.

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA, Prefeito Municipal de Santo Antônio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Constituição Federal e Lei Orgânica do Município e,

Considerando a criação da Unidade Sentinela para atendimento exclusivo de casos com suspeita e/ou confirmados de COVID-19 no Município de Santo Antônio do Leste, através do artigo 14 do Decreto nº 075/2020 de 20 de julho de 2.020.

DECRETA:

Art. 1º. Altera o disposto no artigo 7º do Decreto Municipal nº 018/2020, que passa a vigorar com a seguinte redação:

*"(...)**Art. 7º** Durante a vigência deste Decreto, ficam suspensas as concessões de afastamentos aos profissionais que estejam designados a exercerem suas funções na Unidade de Sentinela no Município, que atende única e exclusivamente casos suspeitos e/ou confirmados de COVID-19, a qual está localizada na Pré-Escola Municipal Professor Vanderlei Cecatto."*

Art. 2º. Ficam inalterados os demais dispositivos dos Decretos Municipais em vigência.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Santo Antônio do Leste, 14 de agosto de 2.020

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 358/2020

DE: 14 DE AGOSTO DE 2.020

ESTABELECE NORMAS E DIRETRIZES ACERCA DAS CONDUTAS VEDADAS NO PERÍODO ELEITORAL NO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE.

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA, Prefeito Municipal de Santo Antônio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Artigo 1º- Fica determinada a suspensão de impressões de atos administrativos utilizando-se o papel timbrado da Gestão 2017/2020, bem como toda e qualquer publicação institucional durante o período eleitoral, ressalvados os boletins diários do quadro epidemiológico da COVID-19, a partir do dia 15/08/2020.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO.

EM: 14 DE AGOSTO DE 2.020

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria Municipal de Administração e Planejamento e Publicada por afixação em local de costume, conforme disposto na Legislação em vigor.

RONALDO MARTINS DE AMORIM

GERENTE DE CIDADE

PREFEITURA/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 360/2020.

DE: 14 DE AGOSTO DE 2020.

CONCEDE A SERVIDORA PÚBLICA **ROSELANE ROSA FERREIRA BARBOZA** LICENÇA REMUNERADA PARA CONCORRER A CARGO ELETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MIGUEL JOSE BRUNETTA, Prefeito Municipal de Santo Antonio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE;

Artigo 1º - CONCEDER a servidora pública **ROSELANE ROSA FERREIRA BARBOZA,** Licença Remunerada para concorrer a cargo eletivo por um período de 3 (três) meses, de acordo com a legislação eleitoral Lei Complementar sob nº 64/1990 de 18 de maio de 1990.

Artigo 2º - A servidora deverá entregar a esta Secretaria Municipal de Administração e Planejamento cópia da Ata da Convenção do Partido, contendo a indicação do seu nome para o cargo eletivo e o respectivo Registro da Candidatura pelo Tribunal Regional Eleitoral.

Artigo 3º - Determinar a Secretaria Municipal de Administração e Planejamento que tome as providências necessárias para a execução desta portaria.

Artigo 4º - Esta Portaria entra em vigor a partir do dia 15 de Agosto de 2020.

Artigo 5º - Revogam – se as disposições em contrário.

REGISTRA-SE

PUBLICA-SE

CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO

EM: 14 DE AGOSTO DE 2020

MIGUEL JOSE BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Administração e Planejamento e Publicada por afixação em local de costume, conforme na legislação em vigor.

RONALDO MARTINS DE AMORIM

GERENTE DE CIDADE

PREFEITURA/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 357/2.020.

DE: 14 DE AGOSTO 2020

Dispõe sobre nomeação de representante da administração para acompanhamento e fiscalização na execução do contrato nº 141/2019 de 01 de outubro de 2.019 e dá outras providências.

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA, Prefeito Municipal de Santo Antônio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no artigo 51da Lei Federal nº 8.666/93;

RESOLVE:

Artigo 1º- Nomear o Servidor Matheus Costa Oliveira de Moraes, como representante da administração para acompanhamento e fiscalização do Contrato Administrativo nº 141/2019 celebrado entre o Município de Santo Antônio do Leste/MT e a empresa **CONSTRUTORA DETERRA LTDA.**

Parágrafo Único – O contrato descrito no caput deste artigo trata-se da execução de obra de **"pavimentação asfáltica em TSD e capa selante, sinalização viária e passeio público na cidade de Santo Antônio do Leste/MT".**

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário, especificamente a Portaria 331/2020 de 04/08/2020.

GABINETE DO PREFEITO.

EM: 14 DE AGOSTO 2020

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Administração e Planejamento e Publicada por afixação em local de costume, conforme na legislação em vigor.

JURIDICO
DECRETO N° 080/2020 DE: 14 DE AGOSTO DE 2.020

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA, Prefeito Municipal de Santo Antônio do Leste- MT, no uso de suas atribuições Legais,

Considerando o falecimento do **Sr. Adelar Tafarel**, um dos fundadores do Município de Santo Antônio do Leste;

DECRETA:

Artigo 1º - Luto Oficial, por 03 (três) dias, no Município de Santo Antônio do Leste, a partir da dia 14 de agosto de 2020 em virtude do falecimento do **Sr. Adelar Tafarel,** um dos fundadores do Município de Santo Antônio do Leste.

Artigo 2º - A Secretaria Municipal de Administração e Planejamento tomará as providências necessárias para o cumprimento deste Decreto.

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

EM: 14 DE AGOSTO DE 2.020

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria Municipal de Administração e Planejamento e Publicada por afixação em local de costume, conforme disposto na Legislação em vigor.

RONALDO MARTINS DE AMORIM

GERENTE DE CIDADE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO - MARCELINO DE FÁVERI
PORTARIA Nº 463/2020, DE 14 DE AGOSTO DE 2020 - LICENÇA PARA ATIVIDADES POLÍTICAS AO SERVIDOR MANUEL MESSIAS DE MIRANDA

PORTARIA Nº 463, DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

Dispõe Sobre a Concessão de Licença para Atividades Políticas.

A Prefeita Municipal de São Félix do Araguaia, Estado de Mato Grosso, a Senhora **JANAIZA TAVEIRA LEIT**E no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e o Estatuto dos Servidores Públicos Municipal no seu art. 107 e parágrafos;

RESOLVE:

Art. 1º Deferir, o pedido de licença para atividades políticas no termo da Lei Complementar nº 036/2003 de 30 de outubro de 2003, seção XI do artigo 107, o servidor **MANUEL MESSIAS DE MIRANDA**, brasileiro, Servidor Público Municipal Efetivo, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, residente e domiciliado na cidade de São Félix do Araguaia-MT, portador do RG nº 15181630 SSP/SP, CPF n° 038.011.758-47, matricula funcional nº 2105, em exercício na Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia, exercendo o cargo de Agente de Combate as Endemias.

Art. 2º A licença será concedida mediante o seu afastamento a titulo de desincompatibilização, por estar concorrendo a cargo eletivo de vereador neste Município, nos termos da lei nº 64/1990, no pleito de 2020, a partir do dia 15 de agosto de 2020 a 15 de novembro de 2020.

Art. 3º O servidor está obrigado a entregar o Registro da Candidatura expedido pelo Tribunal Regional Eleitoral, ao órgão, no prazo previsto, bem como informar eventual impugnação de sua candidatura.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se,

Publique-se e

Cumpra-se.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO - MARCELINO DE FÁVERI
PORTARIA Nº 466/2020, DE 14 DE AGOSTO DE 2020 - LICENÇA PARA ATIVIDADES POLÍTICAS À SERVIDORA VANDA DE SOUSA FERREIRA TOLEDO

PORTARIA Nº 466, DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

Dispõe Sobrea Concessão de Licença para Atividades Políticas.

A Prefeita Municipal de São Félix do Araguaia, Estado de Mato Grosso, a Senhora **JANAIZA TAVEIRA LEIT**E no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e o Estatuto dos Servidores Públicos Municipal no seu art. 107 e parágrafos;

RESOLVE:

Art.1º Deferir, o pedido de licença para atividades políticas no termo da Lei Complementar nº 036/2003 de 30 de outubro de 2003, seção XI do artigo 107, à servidora **VANDA DE SOUSA FERREIRA TOLEDO**, brasileira, Servidora Pública Municipal Efetiva, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social, residente e domiciliado na cidade de São Félix do Araguaia-MT, portadora do RG nº 09672486 SSP/MT, CPF n° 569.002.011-72, matricula funcional nº 1928, em exercício na Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia, exercendo o cargo de Guarda.

Art. 2º A licença será concedida mediante o seu afastamento a titulo de desincompatibilização, por estar concorrendo a cargo eletivo de vereadora neste Município, nos termos da lei nº 64/1990, no pleito de 2020, a partir do dia 15 de agosto de 2020 a 15 de novembro de 2020.

Art. 3º A servidora está obrigada a entregar o Registro da Candidatura expedido pelo Tribunal Regional Eleitoral, ao órgão, no prazo previsto, bem como informar eventual impugnação de sua candidatura.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se,

Publique-se e

Cumpra-se.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO - MARCELINO DE FÁVERI
COVID-19 - DECRETO Nº 39, DE 14/08/2020 - ALTERA O DECRETO N º 37/2020, QUE VERSA SOBRE MEDIDAS PARA ENFRENTAMENTO DO CORONAVÍRUS (2019-NCOV)

DECRETO MUNICIPAL Nº 39, DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

Altera o §7º do art. 8º do Decreto nº 37, de 28 de julho de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (2019-ncov) a serem adotados pelo Poder Executivo do Município de São Félix do Araguaia, Estado de Mato Grosso.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA, ESTADO DE MATO GROSSO, usando da atribuição que lhe confere a Lei Orgânica Municipal**:**

DECRETA

Art. 1º Fica alterado o §7º do art. 8º do Decreto nº 37, de 28 de julho de 2020, passando a ter a seguinte redação:

"§ 7º FICA PROIBIDO O CONSUMO DE BEBIDAS ALCOÓLICAS NOS ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS E EM LOCAIS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO A PARTIR DE 15/08/2020, BEM COMO A VENDA E COMERCIALIZAÇÃO DE BEBIDAS ALCOÓLICAS POR QUALQUER ESTABELECIMENTO PELO PERÍODO DE 14 (QUATORZE) DIAS, CONTADOS A PARTIR DE 17/08/2020."

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

São Félix do Araguaia-MT, em 14 de agosto de 2020.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO - MARCELINO DE FÁVERI
COVID-19 - DECRETO Nº 39, DE 14/08/2020 - ALTERA O DECRETO Nº 37/2020, QUE VERSA SOBRE MEDIDAS PARA ENFRENTAMENTO DO CORONAVÍRUS (2019-NCOV)

DECRETO MUNICIPAL Nº 39, DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

Altera o §7º do art. 8º do Decreto nº 37, de 28 de julho de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (2019-ncov) a serem adotados pelo Poder Executivo do Município de São Félix do Araguaia, Estado de Mato Grosso.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA, ESTADO DE MATO GROSSO, usando da atribuição que lhe confere a Lei Orgânica Municipal**:**

DECRETA

Art. 1º Fica alterado o §7º do art. 8º do Decreto nº 37, de 28 de julho de 2020, passando a ter a seguinte redação:

"§ 7º FICA PROIBIDO O CONSUMO DE BEBIDAS ALCOÓLICAS NOS ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS E EM LOCAIS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO A PARTIR DE 15/08/2020, BEM COMO A VENDA E COMERCIALIZAÇÃO DE BEBIDAS ALCOÓLICAS POR QUALQUER ESTABELECIMENTO PELO PERÍODO DE 14 (QUATORZE) DIAS, CONTADOS A PARTIR DE 17/08/2020."

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

São Félix do Araguaia-MT, em 14 de agosto de 2020.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FELIX DO ARAGUAIA / LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial nº. 021/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 041/2020

A Prefeitura Municipal de São Felix do Araguaia/MT, torna público para conhecimento dos interessados o aviso de resultado da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2020, sob o regime de Execução Indireta, do tipo MENOR PREÇO a critério de julgamento MENOR PREÇO POR ITEM, Tendo por Objeto: "PREGAO PRESENCIAL PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE UM (01) VEÍCULO TIPO CATEGORIA SUV; ZERO QUILÔMETRO; ANO 2020/2021; COR BRANCA, 04 PORTAS; FLEX". CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES DESCRITAS NO EDITAL, PROJETO BASICO/TERMO DE REFERENCIA ANEXO I E PLANO DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DETALHADA DO "FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE - FMMA" de SFA/MT". Teve sua sessão marcada para dia 14 de agosto de 2020 (sexta-feira), a licitação foi considerada DESERTA, para maiores informações entrar em contato pelo tel.: (66)3522-1606 ramal 35, Falar no Departamento de Licitações com Lídia.

São Felix do Araguaia – MT, 14 de agosto de 2020.

LIDIA BARBOSA DE BRITO

Pregoeira Oficial

Port.718/2019

Visto: JANAILZA TAVEIRA LEITE Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO - MARCELINO DE FÁVERI
PORTARIA Nº 457/2020, DE 14 DE AGOSTO DE 2020 - LICENÇA PARA ATIVIDADES POLÍTICAS AO SERVIDOR ALLAN SIMONE ARRUDA LIMA

PORTARIA Nº 457, DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

Dispõe Sobre a Concessão de Licença para Atividades Políticas.

A Prefeita Municipal de São Félix do Araguaia, Estado de Mato Grosso, a Senhora **JANAIZA TAVEIRA LEIT**E no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e o Estatuto dos Servidores Públicos Municipal no seu art. 107 e parágrafos;

RESOLVE:

Art. 1º Deferir, o pedido de licença para atividades políticas no termo da Lei Complementar nº 036/2003 de 30 de outubro de 2003, seção XI do artigo 107, ao servidor **ALLAN SIMONE ARRUDA LIMA**, brasileiro, Servidor Público Municipal Efetivo, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social, residente e domiciliado na cidade de São Félix do Araguaia-MT, portador do RG nº 1.229 516 SSP/DF, CPF n° 415.936. 421.72, matricula funcional nº 103, em exercício na Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia, exercendo o cargo de Agente Operacional.

Art. 2º A licença será concedida mediante o seu afastamento a titulo de desincompatibilização, por estar concorrendo a cargo eletivo de vereador neste Município, nos termos da lei nº 64/1990, no pleito de 2020, a partir do dia 15 de agosto de 2020 a 15 de novembro de 2020.

Art. 3º O servidor está obrigado a entregar o Registro da Candidatura expedido pelo Tribunal Regional Eleitoral, ao órgão, no prazo previsto, bem como informar eventual impugnação de sua candidatura.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se,

Publique-se e

Cumpra-se.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO - MARCELINO DE FÁVERI
PORTARIA Nº 465/2020, DE 14 DE AGOSTO DE 2020 - LICENÇA PARA ATIVIDADES POLÍTICAS À SERVIDORA NITA DOS SANTOS COSTA

PORTARIA Nº 465, DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

Dispõe Sobre a Concessão de Licença para Atividades Políticas.

A Prefeita Municipal de São Félix do Araguaia, Estado de Mato Grosso, a Senhora **JANAIZA TAVEIRA LEIT**E no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e o Estatuto dos Servidores Públicos Municipal no seu art. 107 e parágrafos;

RESOLVE:

Art. 1º Deferir, o pedido de licença para atividades políticas no termo da Lei Complementar nº 036/2003 de 30 de outubro de 2003, seção XI do artigo 107, à servidora **NITA DOS SANTOS COSTA**, brasileira, Servidora Pública Municipal Efetiva, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, residente e domiciliado na cidade de São Félix do Araguaia-MT, portadora do RG nº 3553202 SSP/GO, CPF n° 786.135.821-68, matricula funcional nº 296, em exercício na Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia, exercendo o cargo de Assistente Social.

Art. 2º A licença será concedida mediante o seu afastamento a titulo de desincompatibilização, por estar concorrendo a cargo eletivo de vereadora neste Município, nos termos da lei nº 64/1990, no pleito de 2020, a partir do dia 15 de agosto de 2020 a 15 de novembro de 2020.

Art. 3º A servidora está obrigada a entregar o Registro da Candidatura expedido pelo Tribunal Regional Eleitoral, ao órgão, no prazo previsto, bem como informar eventual impugnação de sua candidatura.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se,

Publique-se e

Cumpra-se.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO - MARCELINO DE FÁVERI
PORTARIA Nº 464/2020, DE 14 DE AGOSTO DE 2020 - LICENÇA PARA ATIVIDADES POLÍTICAS AO SERVIDOR MOISES AZEVEDO WANDERLEY JUNIOR

PORTARIA Nº 464, DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

Dispõe Sobre a Concessão de Licença para Atividades Políticas.

A Prefeita Municipal de São Félix do Araguaia, Estado de Mato Grosso, a Senhora **JANAIZA TAVEIRA LEIT**E no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e o Estatuto dos Servidores Públicos Municipal no seu art. 107 e parágrafos;

RESOLVE:

Art. 1º Deferir, o pedido de licença para atividades políticas no termo da Lei Complementar nº 036/2003 de 30 de outubro de 2003, seção XI do artigo 107, o servidor **MOISES AZEVEDO WANDERLEY JUNIOR**, brasileiro, Servidor Público Municipal Efetivo, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, residente e domiciliado no Distrito de Pontinópolis-MT no município de São Félix do Araguaia-MT, portador do RG nº 1775604 SSP/MT, CPF n° 317.935.501-82, matricula funcional nº 634, em exercício na Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia, exercendo o cargo de Técnico de Grau Médio.

Art. 2º A licença será concedida mediante o seu afastamento a titulo de desincompatibilização, por estar concorrendo a cargo eletivo de vereador neste Município, nos termos da lei nº 64/1990, no pleito de 2020, a partir do dia 15 de agosto de 2020 a 15 de novembro de 2020.

Art. 3º O servidor está obrigado a entregar o Registro da Candidatura expedido pelo Tribunal Regional Eleitoral, ao órgão, no prazo previsto, bem como informar eventual impugnação de sua candidatura.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se,

Publique-se e

Cumpra-se.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO - MARCELINO DE FÁVERI
PORTARIA Nº 458/2020, DE 14 DE AGOSTO DE 2020 - LICENÇA PARA ATIVIDADES POLÍTICAS AO SERVIDOR HERMOGENES FERREIRA ROCHA NETO,

PORTARIA Nº 458, DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

Dispõe Sobre a Concessão de Licença para Atividades Políticas.

A Prefeita Municipal de São Félix do Araguaia, Estado de Mato Grosso, a Senhora **JANAIZA TAVEIRA LEIT**E no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e o Estatuto dos Servidores Públicos Municipal no seu art. 107 e parágrafos;

RESOLVE:

Art. 1º Deferir, o pedido de licença para atividades políticas no termo da Lei Complementar nº 036/2003 de 30 de outubro de 2003, seção XI do artigo 107, o servidor **HERMOGENES FERREIRA ROCHA NETO**, brasileiro, Servidor Público Municipal Efetivo, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, residente e domiciliado na cidade de São Félix do Araguaia-MT, portador do RG nº 1673528-5 SSP/MT, CPF n° 351.305. 711-34, matricula funcional nº 602, em exercício na Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia, exercendo o cargo de Agente de Manutenção.

Art. 2º A licença será concedida mediante o seu afastamento a titulo de desincompatibilização, por estar concorrendo a cargo eletivo de vereador neste Município, nos termos da lei nº 64/1990, no pleito de 2020, a partir do dia 15 de agosto de 2020 a 15 de novembro de 2020.

Art. 3º O servidor está obrigado a entregar o Registro da Candidatura expedido pelo Tribunal Regional Eleitoral, ao órgão, no prazo previsto, bem como informar eventual impugnação de sua candidatura.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se,

Publique-se e

Cumpra-se.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO - MARCELINO DE FÁVERI
PORTARIA Nº 459/2020, DE 14 DE AGOSTO DE 2020 - LICENÇA PARA ATIVIDADES POLÍTICAS AO SERVIDOR JOSÉ BATISTA CANUTO

PORTARIA Nº 459, DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

Dispõe Sobre a Concessão de Licença para Atividades Políticas.

A Prefeita Municipal de São Félix do Araguaia, Estado de Mato Grosso, a Senhora **JANAIZA TAVEIRA LEIT**E no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e o Estatuto dos Servidores Públicos Municipal no seu art. 107 e parágrafos;

RESOLVE:

Art. 1º Deferir, o pedido de licença para atividades políticas no termo da Lei Complementar nº 036/2003 de 30 de outubro de 2003, seção XI do artigo 107, o servidor **JOSÉ BATISTA CANUTO**, brasileiro, Servidor Público Municipal Efetivo, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social, residente e domiciliado na cidade de São Félix do Araguaia-MT, portador do RG nº 293.802 SSP/TO, CPF n° 907.444. 891-72, matricula funcional nº 861, em exercício na Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia, exercendo o cargo de Guarda.

Art. 2º A licença será concedida mediante o seu afastamento a titulo de desincompatibilização, por estar concorrendo a cargo eletivo de vereador neste Município, nos termos da lei nº 64/1990, no pleito de 2020, a partir do dia 15 de agosto de 2020 a 15 de novembro de 2020.

Art. 3º O servidor está obrigado a entregar o Registro da Candidatura expedido pelo Tribunal Regional Eleitoral, ao órgão, no prazo previsto, bem como informar eventual impugnação de sua candidatura.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se,

Publique-se e

Cumpra-se.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO - MARCELINO DE FÁVERI
PORTARIA Nº 462/2020, DE 14 DE AGOSTO DE 2020 - LICENÇA PARA ATIVIDADES POLÍTICAS AO SERVIDOR LEVI FERNANDES TAVARES

PORTARIA Nº 462, DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

Dispõe Sobre a Concessão de Licença para Atividades Políticas.

A Prefeita Municipal de São Félix do Araguaia, Estado de Mato Grosso, a Senhora **JANAIZA TAVEIRA LEIT**E no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e o Estatuto dos Servidores Públicos Municipal no seu art. 107 e parágrafos;

RESOLVE:

Art. 1º Deferir, o pedido de licença para atividades políticas no termo da Lei Complementar nº 036/2003 de 30 de outubro de 2003, seção XI do artigo 107, o servidor **LEVI FERNANDES TAVARES**, brasileiro, Servidor Público Municipal Efetivo, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, residente e domiciliado na cidade de São Félix do Araguaia-MT, portador do RG nº 11672757 SSP/MT, CPF n° 817.154.391-04, matricula funcional nº 542, em exercício na Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia, exercendo o cargo de Guarda.

Art. 2º A licença será concedida mediante o seu afastamento a titulo de desincompatibilização, por estar concorrendo a cargo eletivo de vereador neste Município, nos termos da lei nº 64/1990, no pleito de 2020, a partir do dia 15 de agosto de 2020 a 15 de novembro de 2020.

Art. 3º O servidor está obrigado a entregar o Registro da Candidatura expedido pelo Tribunal Regional Eleitoral, ao órgão, no prazo previsto, bem como informar eventual impugnação de sua candidatura.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se,

Publique-se e

Cumpra-se.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO - MARCELINO DE FÁVERI
PORTARIA Nº 456/2020, DE 14 DE AGOSTO DE 2020 - LICENÇA PARA ATIVIDADES POLÍTICAS À SERVIDORA ALDERI PEREIRA LUZ

PORTARIA Nº 456, DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

Dispõe Sobre a Concessão de Licença para Atividades Políticas.

A Prefeita Municipal de São Félix do Araguaia, Estado de Mato Grosso, a Senhora **JANAIZA TAVEIRA LEIT**E no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e o Estatuto dos Servidores Públicos Municipal no seu art. 107 e parágrafos;

RESOLVE:

Art. 1º Deferir, o pedido de licença para atividades políticas no termo da Lei Complementar nº 036/2003 de 30 de outubro de 2003, seção XI do artigo 107, à servidora **ALDERI PEREIRA LUZ**, brasileira, Servidora Pública Municipal Efetiva, lotada na Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, residente e domiciliado na cidade de São Félix do Araguaia-MT, portadora do RG nº 369.121 SSP/MT, CPF n° 453.474.751-00, matricula funcional nº 521, em exercício na Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia, exercendo o cargo de Agente de Administração Pública.

Art. 2º A licença será concedida mediante o seu afastamento a titulo de desincompatibilização, por estar concorrendo a cargo eletivo de vereadora neste Município, nos termos da lei nº 64/1990, no pleito de 2020, a partir do dia 15 de agosto de 2020 a 15 de novembro de 2020.

Art. 3º A servidora está obrigada a entregar o Registro da Candidatura expedido pelo Tribunal Regional Eleitoral, ao órgão, no prazo previsto, bem como informar eventual impugnação de sua candidatura.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se,

Publique-se e

Cumpra-se.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO - MARCELINO DE FÁVERI
PORTARIA Nº 460/2020, DE 14 DE AGOSTO DE 2020 - LICENÇA PARA ATIVIDADES POLÍTICAS AO SERVIDOR JUNIO BARBOSA GOMES

PORTARIA Nº 460, DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

Dispõe Sobre a Concessão de Licença para Atividades Políticas.

A Prefeita Municipal de São Félix do Araguaia, Estado de Mato Grosso, a Senhora **JANAIZA TAVEIRA LEIT**E no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e o Estatuto dos Servidores Públicos Municipal no seu art. 107 e parágrafos;

RESOLVE:

Art. 1º Deferir, o pedido de licença para atividades políticas no termo da Lei Complementar nº 036/2003 de 30 de outubro de 2003, seção XI do artigo 107, o servidor **JUNIO BARBOSA GOMES**, brasileiro, Servidor Público Municipal Efetivo, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, residente e domiciliado na cidade de São Félix do Araguaia-MT, portador do RG nº 2.115.741-3 SSP/MT, CPF n° 029.161.121-46, matricula funcional nº 3296, em exercício na Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia, exercendo o cargo de Agente Operacional.

Art. 2º A licença será concedida mediante o seu afastamento a titulo de desincompatibilização, por estar concorrendo a cargo eletivo de vereador neste Município, nos termos da lei nº 64/1990, no pleito de 2020, a partir do dia 15 de agosto de 2020 a 15 de novembro de 2020.

Art. 3º O servidor está obrigado a entregar o Registro da Candidatura expedido pelo Tribunal Regional Eleitoral, ao órgão, no prazo previsto, bem como informar eventual impugnação de sua candidatura.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se,

Publique-se e

Cumpra-se.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO - MARCELINO DE FÁVERI
PORTARIA Nº 461/2020, DE 14 DE AGOSTO DE 2020 - LICENÇA PARA ATIVIDADES POLÍTICAS AO SERVIDOR JUNIO DE SOUZA ALVES

PORTARIA Nº 461, DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

Dispõe Sobre a Concessão de Licença para Atividades Políticas.

A Prefeita Municipal de São Félix do Araguaia, Estado de Mato Grosso, a Senhora **JANAIZA TAVEIRA LEITE** no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e o Estatuto dos Servidores Públicos Municipal no seu art. 107 e parágrafos;

RESOLVE:

Art. 1º Deferir, o pedido de licença para atividades políticas no termo da Lei Complementar nº 036/2003 de 30 de outubro de 2003, seção XI do artigo 107, o servidor **JUNIO DE SOUZA ALVES**, brasileiro, Servidor Público Municipal Efetivo, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social, residente e domiciliado na cidade de São Félix do Araguaia-MT, portador do RG nº 3576542 SSP/GO, CPF n° 878.061.771-91, matricula funcional nº 2159, em exercício na Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia, exercendo o cargo de Psicólogo.

Art. 2º A licença será concedida mediante o seu afastamento a titulo de desincompatibilização, por estar concorrendo a cargo eletivo de vereador neste Município, nos termos da lei nº 64/1990, no pleito de 2020, a partir do dia 15 de agosto de 2020 a 15 de novembro de 2020.

Art. 3º O servidor está obrigado a entregar o Registro da Candidatura expedido pelo Tribunal Regional Eleitoral, ao órgão, no prazo previsto, bem como informar eventual impugnação de sua candidatura.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se,

Publique-se e

Cumpra-se.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ORDEM DE SERVIÇO

Eu, **ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA**, Prefeito Municipal de São José do Povo, através do presente, autoriza a empresa **ALAN BARBOSA DOS SANTOS,** a iniciar o “SERVIÇO DE INSTALAÇÃO E MONTAGEM DE FERRAGENS PARA FECHAMENTO FRONTAL DE FUNDOS DA FEIRA LIVRE MUNICIPAL DE SÃO JODE DO POVO-MT.”, conforme Pregão Presencial 27/2020, Contrato de Prestação de Serviços nº 82/2020, com prazo de 20(vinte) dias, a partir do dia 17 de Agosto de 2020.

São José do Povo – MT; 13 de Agosto de 2020.

_____

ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA

PREFEITO MUNICIPAL

Ciente em:_____/_____/_____.

_____

ALAN BARBOSA DOS SANTOS

CONTRATADA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 82/2020 MINUTA DO CONTRATO PREGÃO 27/2020

CONTRATO (A): ALAN BARBOSA DOS SANTOS.

OBJETO - O presente contrato decorre do processo de licitação Pregão Nº 27 /2020, cujos termos fazem parte integrante deste contrato, e tem como objeto a prestação dos serviços a baixo:

DESCRIÇÃO DO OBJETO	QTDE	UN	VLR. UNITÁRIO	VLR. TOTAL
SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE FERRAGENS	1	UN	R$ 17. 500,00	R$ 17. 500,00

VALOR TOTAL- O valor global do presente contrato é de R$ **17. 500,00**(dezessete mil e quinhentos reais).

DA VIGÊNCIA- O contrato terá vigência do dia 12 de Agosto de 2020 a 31 de Dezembro de 2020.

SECRETARIA DE GOVERNO E GABINETE
PORTARIA N° 44/2020 - DE 14 DE AGOSTO DE 2020

Dispõe sobre Nomear para o Cargo Comissionado de Gerente de Compras deste Município de São José do Povo - MT e dá outras providências.

ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, etc.

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Nomear o Srº JOÃO DAVID SILVA LICERAS, inscrito no CPF sob o nº 046.262.601-60 , portador do RG nº 2387474-0 SSP/MT, para o Cargo de Gerente de Compras da Secretaria de Administração desta Prefeitura Municipal de São José do Povo MT.

ARTIGO 2º-Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL

SÃO JOSÉ DO POVO-MT, 14 de Agosto de 2020;

ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA

Prefeito Municipal

Registrado nesta Secretaria e publicada

No Jornal Oficial da AMM-MT nº_____/__/____.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE RESCISÃO

TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL

Termo de Rescisão do Contrato nº 74/2020, AQUISIÇÃO DE 20 PIAS DE COZINHA – DE FIBRA MEDINDO 1,50X54CM PARA A FEIRA LIVRE MUNICIPAL, entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSE DO POVO-MT e a empresa SERRA DOURADO COMERCIO DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA, CNPJ nº 33.120.147/0001-74.

A Administração Pública do Município de São José do Povo-MT, considerando o disposto na clausula decima do contrato nº 74/2020:

Considerando o erro por parte da Administração Publica na Ordem de fornecimento nº 421/2020, onde o Objeto no Historico está na medida “1,20x54cm” e na lista de item do mesmo documento está descrito na medida “1.50x54cm”;

RESOLVE:

I – Rescindir, unilateralmente, a partir da data de publicação deste presente termo, o Contrato nº 74/2020, firmado entre Município de São José do Povo-MT e a empresa SERRA DOURADO COMERCIO DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA

São José do Povo-MT, 14 de Agosto de 2020.

SECRETARIA DE GOVERNO E GABINETE
PORTARIA N° 43/2020 - DE 14 DE AGOSTO DE 2020

Dispõe sobre Exonerar do cargo comissionado de Gerência de Esportes da Secretaria Municipal de Educação deste Município de São José do Povo - MT.

ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, etc.

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Exonerar o Sr. JOÃO DAVID SILVA LICERAS, inscrito no CPF nº 046.262.601-60, portador do RG nº 2387474-0 - SSP/MT, do cargo de Gerência de Esportes da Secretaria Municipal de Educação desta Prefeitura Municipal de São José do Povo MT.

ARTIGO 2º-Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposição em contrário.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

GABINETE PREFEITO MUNICIPAL

São José do Povo, 14 Agosto de 2020

ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA

Prefeito Municipal

Registrado nesta Secretaria e publicada

No Jornal Oficial da AMM-MT nº_____

__/__/____.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
AVISO DE PRORROGAÇÃO DE PROCESSO DE LICITAÇÃO MODALIDADE; PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2020.

A Prefeitura Municipal de São Jose do Povo - MT, através da Presidente do departamento de Licitação da Prefeitura Municipal, no uso de suas atribuições, torna público, para conhecimento dos interessados, que **SE PRORROGA** o Processo de Licitação–, **PREGÃO PRESENCIAL nº 23/2020.**

Cujo objeto é; Aquisição de um (01) Veiculo utilitário Zero (0) Km para estruturação da rede de Serviço de Proteção Social, Básica**, conforme descrição no termo de referencia Anexo I deste Edital.**

Prorroga-se o presente processo licitatório, tendo em vista que o dia marcado para o certame não compareceu nenhuma empresa Interessada.

Nova data de abertura:

A abertura dos envelopes de propostas e de habilitação ocorrerá na data de **26/08/2020** (**Quarta feira**) às 13h30min horas (horário local). No prédio da Prefeitura sala de licitação.

O Edital e seus respectivos anexos poderão ser obtidos do no site: **www.saojosedopovo.mt.gov.br.** No e-mail **licitacao2019sjp@gmail.com** através do telefone 66 34941137 ou no endereço - Rua Jose Salmen Hanze nº 924 CEP; 78773000, São Jose do Povo- MT, em horário normal de expediente da Prefeitura Municipal de São Jose do Povo, ou seja, das **12:00 as 18:00 Horas**, de **segunda á sexta feira.**

24.7 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário da pregoeira. (Pagina 23)

São José do Povo-MT, 14 de Agosto do ano de 2020.

Maria Irandi Duarte

.Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU

PORTARIA 181-2020

PORTARIA Nº.181/2020 SÃO JOSÉ DO XINGU-MT, DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PARA ATIVIDADE POLITICA.

O Prefeito Municipal de São Jose do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr. **VANDERLEY SOARES DA SILVA**, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 98, § 2º, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais dispõe:

Art. 98. O servidor terá direito à licença sem remuneração durante o período que mediar entre a sua escolha em convenção partidária como candidato a cargo eletivo e a véspera do registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral.

§ 1º. O servidor candidato a cargo eletivo que exerça cargo de direção, de chefia, assessoramento ou assistência, ou desempenhar atividades referentes à arrecadação ou fiscalização, dele será afastado a partir do dia imediato ao do registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral, até o décimo quinto dia seguinte ao pleito ou conforme dispuser a legislação vigente.

§ 2º. A partir do registro da candidatura e até o décimo quinto dia seguinte ao da eleição, o servidor fará jus à licença remunerada, como se em efetivo exercício estivesse.

Art. 99. Ao servidor público no exercício de mandato eletivo aplicam-se os dispositivos constantes do art. 38 da Constituição Federal de 1988.

Baixa a Portaria:

Art. 1° - Fica Concedida Licença para Atividade Politica ao Sr. **THIAGO APARECIDO GARCIA**, Servidor Público Municipal, cargo de OPERADOR DE MOTONIVELADORA, lotado na Sec. Municipal de Obras, a partir do dia **14/08/2020 a 15/11/2020**, conforme Artigos 98 e 99 do Estatuto dos servidores Públicos Municipais e art. 38 da Constituição Federal.

Art. 2º - O servidor fica obrigado por força da Legislação vigente apresentar a **Ata da Convenção e Lista de aprovados, o Registro de Candidatura**, expedido pelo Tribunal de Contas Eleitoral, ao Órgão/Setorial de Recursos Humanos, no prazo previsto, bem como informar eventual **impugnação de candidatura**.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

EM, 14 de agosto de 2020.

VANDERLEY SOARES DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE

PORTARIA 184-2020

PORTARIA Nº. 184/2020

SÃO JOSE DO XINGU-MT, 14 DE AGOSTO DE 2020

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATOS CLASSIFICADOS NO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO 01/2017 PARA PROVIMENTOS DE CARGOS PARA ATUAR NO CARGO DE AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE.

O Prefeito Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr. Vanderley Soares da Silva, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Legislação em vigor.

Considerando a realização do Processo Seletivo Público Municipal para provimento efetivo nos Cargos de Carreira do Serviço Público nos termos do Edital 001/2017.

Considerando a Homologação do referido Processo Seletivo Público.

Considerando a existência de vagas nos Órgãos da Administração Municipal.

Art. 1° - Fica nomeados os seguintes candidatos aprovados no Processo Seletivo Publico:

ANEXO I

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE		
Nº INSCRIÇÃO	**NOME DO NOMEADO**	**CARGO**
755165	REGINA JACOB DO CARMO FERREIRA	AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE
717610	ANTONIA OLIVEIRA VASCONCELOS	AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE
701752	NAIRA DA COSTA BARROS	AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE
755112	HUGO FERNANDO DE QUEIROZ	AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE
761635	EDINEIA ROCHA DA SILVA	AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE
701795	ADI CAMPOS DE SOUZA	AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

EM, 14 de agosto de 2020.

VANDERLEY SOARES DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU-MT
EXTRATO DA ATA 007/2020

EXTRATO DA ATA 007/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU – MT

CONTRATADO: **ALFA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA**

VALOR GLOBAL: R$ 263.300,00 (TREZENTOS E SESSENTA E TRES MIL E TREZENTOS REAIS)

PRAZO DE EXECUÇÃO: 07/08/2020 ATÉ 07/08/2021

OBJETO Constitui objeto desta licitação o Registro de Preços pelo prazo de 12 (doze) meses, para eventual aquisição de **01 RETROESCAVADEIRA 4X4 ZERO KM, ANO DE FABRICAÇÃO MINIMO 2019/2020, PARA ATENDER AO CONTRATO DE REPASSE N° 896189/2019/SUDECO, PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICPAL DE INFRAESTRUTURA**, conforme especificações contidas no Termo de Referência – anexo I, do edital – Pregão Presencial SRP nº 39/2020, onde a vencedora obriga-se a fornecer os produtos, sujeitando-se a atender rigorosamente os termos do Edital desta licitação e seus anexos que fazem parte desta Ata, inclusive o limite de quantitativos.

ORIGEM: Ata de Registro de Preços 007/2020 oriunda da adesão a Ata de Registro de Preços 62/2020, Pregão Presencial SRP39/2020, do município de Nobres-MT

DATA: 14/08/2020

FERNANDA ALVES BEZERRA

PREGOEIRA OFICIAL

PORTARIA 0119/2020

PORTARIA 182-2020

PORTARIA Nº.182/2020 SÃO JOSÉ DO XINGU-MT, DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PARA ATIVIDADE POLITICA.

O Prefeito Municipal de São Jose do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr. **VANDERLEY SOARES DA SILVA**, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 98, § 2º, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais dispõe:

Art. 98. O servidor terá direito à licença sem remuneração durante o período que mediar entre a sua escolha em convenção partidária como candidato a cargo eletivo e a véspera do registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral.

§ 1º. O servidor candidato a cargo eletivo que exerça cargo de direção, de chefia, assessoramento ou assistência, ou desempenhar atividades referentes à arrecadação ou fiscalização, dele será afastado a partir do dia imediato ao do registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral, até o décimo quinto dia seguinte ao pleito ou conforme dispuser a legislação vigente.

§ 2º. A partir do registro da candidatura e até o décimo quinto dia seguinte ao da eleição, o servidor fará jus à licença remunerada, como se em efetivo exercício estivesse.

Art. 99. Ao servidor público no exercício de mandato eletivo aplicam-se os dispositivos constantes do art. 38 da Constituição Federal de 1988.

Baixa a Portaria:

Art. 1° - Fica Concedida Licença para Atividade Politica a Srª. **SIMONE RODRIGUES DE SOUZA ZULIAN**, Servidora Pública Municipal, cargo de AUXILIAR DE SERV. GERAIS, lotado na Sec. Municipal de Assistência Social, a partir do dia **14/08/2020 a 15/11/2020**, conforme Artigos 98 e 99 do Estatuto dos servidores Públicos Municipais e art. 38 da Constituição Federal.

Art. 2º - O servidor fica obrigado por força da Legislação vigente apresentar a **Ata da Convenção e Lista de aprovados, o Registro de Candidatura**, expedido pelo Tribunal de Contas Eleitoral, ao Órgão/Setorial de Recursos Humanos, no prazo previsto, bem como informar eventual **impugnação de candidatura**.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

EM, 14 de agosto de 2020.

VANDERLEY SOARES DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU-MT
EXTRATO DO CONTRATO Nº 035/2020

EXTRATO DO CONTRATO Nº 035/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU – MT

CONTRATADO: GS ENGENHARIA EIRELI

CNPJ: 27.406497/0001-07

VALIDADE DO CONTRATO: 04/08/2020 A 04/01/2020

OBJETO: A PRESENTE LICITAÇÃO TEM POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DA OBRA DE CONSTRUÇÃO DA ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA, CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE CONVIVÊNCIA – CC. NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSE DO XINGU-MT, CONFORME CONTRATO DE REPASSE Nº 873985/2018/ MDS/CAIXA - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO ANEXO II (TERMO DE REFERÊNCIA) DESTE EDITAL, EM VIRTUDE DA DEMANDA EXISTENTE, JUNTO A SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, SENDO QUE AS PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS ESTÃO DEVIDAMENTE DESCRIMINADAS NO ANEXO II DO PRESENTE EDITAL DO CERTAME**.**

VALOR R$ 319.990,26 (TREZENTOS E DEZENOVE E NOVECENTOS E NOVENTA REAIS E VINTE E SEIS CENTAVOS)

ORIGEM: TOMADA DE PREÇOS 002/2020

DATA: 14/08/2020

Fernanda Alves Bezerra

Mat. 355

Setor de Licitações e Contratos

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU-MT
EXTRATO DO CONTRATO Nº 037/2020

EXTRATO DO CONTRATO Nº 037/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU – MT

CONTRATADO: **REAVEL VEÍCULOS EIRELI**

CNPJ: 30.260.538/0001-04

VALIDADE DO CONTRATO: 14/08/2020 A 31/12/2020

OBJETO: AQUISIÇÃO DE UM CAMINHÃO PIPA TRANSPORTE DE CARGAS, TIPO CAMINHÃO ACIMA 275CV TRAÇÃO 6X2 TANQUE CAPACIDADE DE NO MINIMO 15.000 LT, COM BASCULANTE, AUTO ESCOVANTE A DIESEL, AR CONDICIONADO, TRAÇÃO DE NO MINIMO 35.000 KG 9 MARCHAS MODELO 2018.

VALOR: R$ 386.000,00 (TREZENTOS E OITENTA E SEIS MIL REAIS)

ORIGEM: ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2020, ORIGINADA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2020, MODALIDADE REGISTRO DE PREÇOS DO MUNICÍPIO DE INDIAVAÍ/MT

DATA: 14/08/2020

Fernanda Alves Bezerra

Mat. 355

Setor de Licitações e Contratos

PORTARIA 180-2020

PORTARIA Nº.180/2020 SÃO JOSÉ DO XINGU-MT, DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PARA ATIVIDADE POLITICA.

O Prefeito Municipal de São Jose do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr. **VANDERLEY SOARES DA SILVA**, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 98, § 2º, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais dispõe:

Art. 98. O servidor terá direito à licença sem remuneração durante o período que mediar entre a sua escolha em convenção partidária como candidato a cargo eletivo e a véspera do registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral.

§ 1º. O servidor candidato a cargo eletivo que exerça cargo de direção, de chefia, assessoramento ou assistência, ou desempenhar atividades referentes à arrecadação ou fiscalização, dele será afastado a partir do dia imediato ao do registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral, até o décimo quinto dia seguinte ao pleito ou conforme dispuser a legislação vigente.

§ 2º. A partir do registro da candidatura e até o décimo quinto dia seguinte ao da eleição, o servidor fará jus à licença remunerada, como se em efetivo exercício estivesse.

Art. 99. Ao servidor público no exercício de mandato eletivo aplicam-se os dispositivos constantes do art. 38 da Constituição Federal de 1988.

Baixa a Portaria:

Art. 1° - Fica Concedida Licença para Atividade Politica ao Sr. **JOSE ALBERTO DE ARAGÃO**, Servidor Público Municipal, cargo de SUPERVISOR ESCOLAR, lotado na Sec. Municipal de Educação, a partir do dia **14/08/2020 a 15/11/2020**, conforme Artigos 98 e 99 do Estatuto dos servidores Públicos Municipais e art. 38 da Constituição Federal.

Art. 2º - O servidor fica obrigado por força da Legislação vigente apresentar a **Ata da Convenção e Lista de aprovados, o Registro de Candidatura**, expedido pelo Tribunal de Contas Eleitoral, ao Órgão/Setorial de Recursos Humanos, no prazo previsto, bem como informar eventual **impugnação de candidatura**.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

EM, 14 de agosto de 2020.

VANDERLEY SOARES DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE

PORTARIA 179-2020

PORTARIA Nº.179/2020 SÃO JOSÉ DO XINGU-MT, DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PARA ATIVIDADE POLITICA.

O Prefeito Municipal de São Jose do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr. **VANDERLEY SOARES DA SILVA**, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 98, § 2º, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais dispõe:

Art. 98. O servidor terá direito à licença sem remuneração durante o período que mediar entre a sua escolha em convenção partidária como candidato a cargo eletivo e a véspera do registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral.

§ 1º. O servidor candidato a cargo eletivo que exerça cargo de direção, de chefia, assessoramento ou assistência, ou desempenhar atividades referentes à arrecadação ou fiscalização, dele será afastado a partir do dia imediato ao do registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral, até o décimo quinto dia seguinte ao pleito ou conforme dispuser a legislação vigente.

§ 2º. A partir do registro da candidatura e até o décimo quinto dia seguinte ao da eleição, o servidor fará jus à licença remunerada, como se em efetivo exercício estivesse.

Art. 99. Ao servidor público no exercício de mandato eletivo aplicam-se os dispositivos constantes do art. 38 da Constituição Federal de 1988.

Baixa a Portaria:

Art. 1° - Fica Concedida Licença para Atividade Politica ao Sr. **ALESSANDRO PEREIRA SILVA**, Servidor Público Municipal, cargo de Motorista lotado na Sec. Municipal de Obras, a partir do dia **14/08/2020 a 15/11/2020**, conforme Artigos 98 e 99 do Estatuto dos servidores Públicos Municipais e art. 38 da Constituição Federal.

Art. 2º - O servidor fica obrigado por força da Legislação vigente apresentar a **Ata da Convenção e Lista de aprovados, o Registro de Candidatura**, expedido pelo Tribunal de Contas Eleitoral, ao Órgão/Setorial de Recursos Humanos, no prazo previsto, bem como informar eventual **impugnação de candidatura**.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

EM, 14 de agosto de 2020.

VANDERLEY SOARES DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 178/2020

PORTARIA Nº 178/2020

12 DE AGOSTO DE 2020.

***SÚMULA*: INSTAURA SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA, NOMEIA COMISSÃO SINDICANTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O Prefeito Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, **Sr. Vanderley Soares da Silva,** no uso de suas atribuições que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, em especial o art. 71, inciso XXVI, parágrafo 1º, bem como, cumprimento do artigo 203 da Lei Complementar 007/2004- Estatuto do Servidor Público.

Considerando a necessidade de abertura de processo administrativo para apuração de possíveis irregularidades no serviço público municipal através do oficio nº 218/2020, expedido pela Secretaria Municipal de Administração

RESOLVE:

Art. 1º - Determinar a instauração de processo administrativo, para apurar existência ou não de irregularidades no serviço público municipal através do oficio nº 218/2020, expedido pela secretaria municipal de administra-

ção. Conforme o Artigo 205 da Lei Complementar 007/2004- Estatuto do Servidor Público.

Art. 2º - A Comissão de Sindicância será composta pelos seguintes membros e presidente:

Presidente: Ludmila Alves Lopes - matricula funcional nº 9723 efetiva - ocupante do cargo de Auxiliar de Administração.

Secretário: Maria Aparecida Silva Cruz Borges, efetiva, ocupante do cargo de Técnica em Sistemas.

Membro: Edson Ribeiro Arruda - matrícula funcional nº 351, efetivo, ocupante do cargo de Auxiliar de Administração.

Suplente: Joselilda Siqueira Carvalho- efetiva no cargo de Auxiliar de Administração.

Art. 3º - Para bem cumprir as suas atribuições, a Comissão Sindicante terá acesso a toda documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá colher quaisquer depoimentos e demais provas que entender pertinentes.

Art. 4º - A Comissão Sindicante terá suporte na forma de assessoria e consultoria da Procuradoria Jurídica Municipal e Unidade de Controle Interno, se entender pertinente, a qualquer momento em escala de prioridade de atendimento nos dias úteis e horário de expediente de funcionamento das repartições da Prefeitura Municipal de São José do Xingu – MT, respeitada as competências atribuídas pela Lei Municipal 490/2012.

Art. 5º - A Comissão, ora constituída, terá o prazo de 30 (trinta) dias, a partir da data da publicação desta Portaria, para concluir a apuração dos fatos, dando ciência ao Prefeito Municipal, nos termos da Lei Complementar 007/2004.

Art. 6° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito

Em, 12 de agosto de 2020.

Vanderley Soares da Silva

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se Cumpra-se.

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 177/2020

PORTARIA Nº 177/2020

12 DE AGOSTO DE 2020.

***SÚMULA*: INSTAURA SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA, NOMEIA COMISSÃO SINDICANTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O Prefeito Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, **Sr. Vanderley Soares da Silva,** no uso de suas atribuições que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, em especial o art. 71, inciso XXVI, parágrafo 1º, bem como, cumprimento do artigo 203 da Lei Complementar 007/2004- Estatuto do Servidor Público.

Considerando a necessidade de abertura de processo administrativo para apuração de possíveis irregularidades no serviço público municipal através do oficio nº 211/2020, expedido pela Secretaria Municipal de Administração

RESOLVE:

Art. 1º - Determinar a instauração de processo administrativo, para apurar existência ou não de irregularidades no serviço público municipal através do oficio nº 211/2020, expedido pela secretaria municipal de administração. Conforme o Artigo 205 da Lei Complementar 007/2004- Estatuto do Servidor Público.

Art. 2º - A Comissão de Sindicância será composta pelos seguintes membros e presidente:

Presidente: Cleber Alves do Nascimento- matricula funcional nº 9758, efetivo - ocupante do cargo de Auxiliar de Administração.

Secretária: Ludmila Alves Lopes - matricula funcional nº 9723 efetiva, ocupante do cargo de Auxiliar de Administração.

Membro: Edson Ribeiro Arruda - matrícula funcional nº 351, efetivo, ocupante do cargo de Auxiliar de Administração.

Suplente: Maria da Paz Souza Costa - matricula funcional nº 352 efetiva no cargo de Auxiliar de Administração.

Art. 3º - Para bem cumprir as suas atribuições, a Comissão Sindicante terá acesso a toda documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá colher quaisquer depoimentos e demais provas que entender pertinentes.

Art. 4º - A Comissão Sindicante terá suporte na forma de assessoria e consultoria da Procuradoria Jurídica Municipal e Unidade de Controle Interno, se entender pertinente, a qualquer momento em escala de prioridade de atendimento nos dias úteis e horário de expediente de funcionamento das repartições da Prefeitura Municipal de São José do Xingu – MT, respeitada as competências atribuídas pela Lei Municipal 490/2012.

Art. 5º - A Comissão, ora constituída, terá o prazo de 30 (trinta) dias, a partir da data da publicação desta Portaria, para concluir a apuração dos fatos, dando ciência ao Prefeito Municipal, nos termos da Lei Complementar 007/2004.

Art. 6° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito

Em, 12 de agosto de 2020.

Vanderley Soares da Silva

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se Cumpra-se.

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 176/2020

PORTARIA Nº. 176/2020

DE 11 DE AGOSTO DE 2020.

"DISPÕE SOBRE A REDISTRIBUIÇÃO DE SERVIDORES DE UMA SECRETARIA PARA OUTRA".

O Prefeito Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, Sr. Vanderley Soares da Silva, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Legislação, bem como o Art. Art. 52 § 1º do estatuto dos Servidores Públicos Municipal, resolve:

Art.1º - Redistribuir servidor de uma Secretaria para outra, conforme relacionados no anexo I, a esta **Portaria**:

NOME DO SERVIDOR	*DEPARTAMENTO DE ORIGEM*	*SECRETARIA DE DESTINO*
Marcio Martins Luz	*Secretaria Mun. de Educação*	*Secretaria Mun. de Obras*

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito

Em, 11 de agosto de 2020.

Vanderley Soares da Silva

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 307 DE 14 DE AGOSTO DE 2020

CONCEDE LICENÇA PARA CONCORRER O PLEITO ELEITORAL MUNICIPAL DE 2020 AO MANDATO DE VEREADOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São José dos Quatro Marcos, no uso de suas atribuições legais, conferidas no inciso II do Art. 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO, faz saber a todos que:

Considerando que a Lei Complementar nº 64/90 e suas alterações, que disciplina sobre os pleitos eleitorais municipais e dispõe a necessidade do "afastamento" de servidor público municipal para disputa à cargos eletivos num prazo de 3 (três) meses anteriores ao dia do pleito;

Considerando que a Emenda Constitucional nº 107, de 02 de julho de 2020, que adiou, em razão da pandemia da Covid-19, as eleições municipais de outubro de 2020 e os prazos eleitorais respectivos;

Considerando que o Servidor MOACYR BATISTA PUGER, lotado no cargo de Vigia, protocolou requerimento conjuntamente com a comprovação de filiação partidária, solicitando afastamento para concorrer ao cargo eletivo VEREADOR, no pleito eleitoral municipal de 2020;

Considerando por derradeiro que é indispensável que tanto os agentes políticos quanto os demais servidores municipais devem atentar-se aos princípios constitucionais da economicidade, legalidade e razoabilidade,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder licença ao servidor público municipal MOACYR BATISTA PUGER, a partir de 15 de agosto de 2020 até o dia 15 de novembro de 2020, para concorrer ao mandato eletivo de VEREADOR, para a gestão- 2021/2024.

Parágrafo único – Caso o servidor licenciado não seja aprovado pela convenção partidária, cessará imediatamente esta licença concedida, devendo o respectivo servidor retornar ao cargo público para o exercício de suas atividades laborais.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRADA | PUBLICADA | CUMPRA-SE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

AOS 14 DE AGOSTO DE 2020

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 311 DE 14 DE AGOSTO DE 2020

CONCEDE LICENÇA PARA CONCORRER O PLEITO ELEITORAL MUNICIPAL DE 2020 AO MANDATO DE VEREADOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São José dos Quatro Marcos, no uso de suas atribuições legais, conferidas no inciso II do Art. 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO, faz saber a todos que:

Considerando que a Lei Complementar nº 64/90 e suas alterações, que disciplina sobre os pleitos eleitorais municipais e dispõe a necessidade do "afastamento" de servidor público municipal para disputa à cargos eletivos num prazo de 3 (três) meses anteriores ao dia do pleito;

Considerando que a Emenda Constitucional nº 107, de 02 de julho de 2020, que adiou, em razão da pandemia da Covid-19, as eleições municipais de outubro de 2020 e os prazos eleitorais respectivos;

Considerando que o Servidor VALDECIR BARBOSA DE SOUZA, lotado no cargo de Instrutor de Esporte, protocolou requerimento conjuntamente com a comprovação de filiação partidária, solicitando afastamento para concorrer ao cargo eletivo VEREADOR, no pleito eleitoral municipal de 2020;

Considerando por derradeiro que é indispensável que tanto os agentes políticos quanto os demais servidores municipais devem atentar-se aos princípios constitucionais da economicidade, legalidade e razoabilidade,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder licença ao servidor público municipal VALDECIR BARBOSA DE SOUZA, a partir de 15 de agosto de 2020 até o dia 15 de novembro de 2020, para concorrer ao mandato eletivo de VEREADOR, para a gestão- 2021/2024.

Parágrafo único – Caso o servidor licenciado não seja aprovado pela convenção partidária, cessará imediatamente esta licença concedida, devendo o respectivo servidor retornar ao cargo público para o exercício de suas atividades laborais.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRADA | PUBLICADA | CUMPRA-SE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

AOS 14 DE AGOSTO DE 2020

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 312 DE 14 DE AGOSTO DE 2020

CONCEDE LICENÇA PARA CONCORRER O PLEITO ELEITORAL MUNICIPAL DE 2020 AO MANDATO DE VEREADOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São José dos Quatro Marcos, no uso de suas atribuições legais, conferidas no inciso II do Art. 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO, faz saber a todos que:

Considerando que a Lei Complementar nº 64/90 e suas alterações, que disciplina sobre os pleitos eleitorais municipais e dispõe a necessidade do "afastamento" de servidor público municipal para disputa à cargos eletivos num prazo de 3 (três) meses anteriores ao dia do pleito;

Considerando que a Emenda Constitucional nº 107, de 02 de julho de 2020, que adiou, em razão da pandemia da Covid-19, as eleições municipais de outubro de 2020 e os prazos eleitorais respectivos;

Considerando que o Servidor ÂNGELO ANTÔNIO PERES, lotado no cargo de MOTORISTA, protocolou requerimento conjuntamente com a comprovação de filiação partidária, solicitando afastamento para concorrer ao cargo eletivo VEREADOR, no pleito eleitoral municipal de 2020;

Considerando por derradeiro que é indispensável que tanto os agentes políticos quanto os demais servidores municipais devem atentar-se aos princípios constitucionais da economicidade, legalidade e razoabilidade,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder licença ao servidor público municipal ÂNGELO ANTÔNIO PERES, a partir de 15 de agosto de 2020 até o dia 15 de novembro de 2020, para concorrer ao mandato eletivo de VEREADOR, para a gestão- 2021/2024.

Parágrafo único – Caso o servidor licenciado não seja aprovado pela convenção partidária, cessará imediatamente esta licença concedida, devendo o respectivo servidor retornar ao cargo público para o exercício de suas atividades laborais.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRADA|PUBLICADA|CUMPRA-SE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

AOS 14 DE AGOSTO DE 2020

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 310 DE 14 DE AGOSTO DE 2020

CONCEDE LICENÇA PARA CONCORRER O PLEITO ELEITORAL MUNICIPAL DE 2020 AO MANDATO DE VEREADOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São José dos Quatro Marcos, no uso de suas atribuições legais, conferidas no inciso II do Art. 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO, faz saber a todos que:

Considerando que a Lei Complementar nº 64/90 e suas alterações, que disciplina sobre os pleitos eleitorais municipais e dispõe a necessidade do "afastamento" de servidor público municipal para disputa à cargos eletivos num prazo de 3 (três) meses anteriores ao dia do pleito;

Considerando que a Emenda Constitucional nº 107, de 02 de julho de 2020, que adiou, em razão da pandemia da Covid-19, as eleições municipais de outubro de 2020 e os prazos eleitorais respectivos;

Considerando que a Servidora FATIMA ALMORONE DE AZEVEDO BOTELHO, lotada no cargo de Auxiliar de Serviços Internos, protocolou requerimento conjuntamente com a comprovação de filiação partidária, solicitando afastamento para concorrer ao cargo eletivo VEREADOR, no pleito eleitoral municipal de 2020;

Considerando por derradeiro que é indispensável que tanto os agentes políticos quanto os demais servidores municipais devem atentar-se aos princípios constitucionais da economicidade, legalidade e razoabilidade,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder licença a servidora pública municipal FATIMA ALMORONE DE AZEVEDO BOTELHO, a partir de 15 de agosto de 2020 até o dia 15 de novembro de 2020, para concorrer ao mandato eletivo de VEREADOR, para a gestão- 2021/2024.

Parágrafo único – Caso o servidor licenciado não seja aprovado pela convenção partidária, cessará imediatamente esta licença concedida, devendo o respectivo servidor retornar ao cargo público para o exercício de suas atividades laborais.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRADA|PUBLICADA|CUMPRA-SE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

AOS 14 DE AGOSTO DE 2020

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 304 DE 14 DE AGOSTO DE 2020

CONCEDE LICENÇA PARA CONCORRER O PLEITO ELEITORAL MUNICIPAL DE 2020 AO MANDATO DE VEREADOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São José dos Quatro Marcos, no uso de suas atribuições legais, conferidas no inciso II do Art. 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO, faz saber a todos que:

Considerando que a Lei Complementar nº 64/90 e suas alterações, que disciplina sobre os pleitos eleitorais municipais e dispõe a necessidade do "afastamento" de servidor público municipal para disputa à cargos eletivos num prazo de 3 (três) meses anteriores ao dia do pleito;

Considerando que a Emenda Constitucional nº 107, de 02 de julho de 2020, que adiou, em razão da pandemia da Covid-19, as eleições municipais de outubro de 2020 e os prazos eleitorais respectivos;

Considerando que a Servidora SANDRA BARBOSA PÍCOLO, lotada no cargo de Auxiliar de Enfermagem, protocolou requerimento conjuntamente com a comprovação de filiação partidária, solicitando afastamento para concorrer ao cargo eletivo VEREADOR, no pleito eleitoral municipal de 2020;

Considerando por derradeiro que é indispensável que tanto os agentes políticos quanto os demais servidores municipais devem atentar-se aos princípios constitucionais da economicidade, legalidade e razoabilidade,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder licença a servidora pública municipal SANDRA BARBOSA PÍCOLO, a partir de 15 de agosto de 2020 até o dia 15 de novembro de 2020, para concorrer ao mandato eletivo de VEREADOR, para a gestão-2021/2024.

Parágrafo único – Caso o servidor licenciado não seja aprovado pela convenção partidária, cessará imediatamente esta licença concedida, devendo o respectivo servidor retornar ao cargo público para o exercício de suas atividades laborais.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRADA|PUBLICADA|CUMPRA-SE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

AOS 14 DE AGOSTO DE 2020

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 309 DE 14 DE AGOSTO DE 2020

CONCEDE LICENÇA PARA CONCORRER O PLEITO ELEITORAL MUNICIPAL DE 2020 AO MANDATO DE VEREADOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São José dos Quatro Marcos, no uso de suas atribuições legais, conferidas no inciso II do Art. 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO, faz saber a todos que:

Considerando que a Lei Complementar nº 64/90 e suas alterações, que disciplina sobre os pleitos eleitorais municipais e dispõe a necessidade do "afastamento" de servidor público municipal para disputa à cargos eletivos num prazo de 3 (três) meses anteriores ao dia do pleito;

Considerando que a Emenda Constitucional nº 107, de 02 de julho de 2020, que adiou, em razão da pandemia da Covid-19, as eleições municipais de outubro de 2020 e os prazos eleitorais respectivos;

Considerando que o Servidor WELINGTON CLAUDIO PARIZOTO DE MACEDO, lotado no cargo de Auxiliar de Serviços Externos, protocolou requerimento conjuntamente com a comprovação de filiação partidária, solicitando afastamento para concorrer ao cargo eletivo VEREADOR, no pleito eleitoral municipal de 2020;

Considerando por derradeiro que é indispensável que tanto os agentes políticos quanto os demais servidores municipais devem atentar-se aos princípios constitucionais da economicidade, legalidade e razoabilidade,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder licença ao servidor público municipal WELINGTON CLAUDIO PARIZOTO DE MACEDO, a partir de 15 de agosto de 2020 até o dia 15 de novembro de 2020, para concorrer ao mandato eletivo de VEREADOR, para a gestão- 2021/2024.

Parágrafo único – Caso o servidor licenciado não seja aprovado pela convenção partidária, cessará imediatamente esta licença concedida, devendo o respectivo servidor retornar ao cargo público para o exercício de suas atividades laborais.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRADA|PUBLICADA|CUMPRA-SE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

AOS 14 DE AGOSTO DE 2020

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 303 DE 14 DE AGOSTO DE 2020

CONCEDE LICENÇA PARA CONCORRER O PLEITO ELEITORAL MUNICIPAL DE 2020 AO MANDATO DE VEREADOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São José dos Quatro Marcos, no uso de suas atribuições legais, conferidas no inciso II do Art. 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO, faz saber a todos que:

Considerando que a Lei Complementar nº 64/90 e suas alterações, que disciplina sobre os pleitos eleitorais municipais e dispõe a necessidade do “afastamento” de servidor público municipal para disputa à cargos eletivos num prazo de 3 (três) meses anteriores ao dia do pleito;

Considerando que a Emenda Constitucional nº 107, de 02 de julho de 2020, que adiou, em razão da pandemia da Covid-19, as eleições municipais de outubro de 2020 e os prazos eleitorais respectivos;

Considerando que o Servidor JUCEMAR DA SILVA MOTA, lotado no cargo de Vigia, protocolou requerimento conjuntamente com a comprovação de filiação partidária, solicitando afastamento para concorrer ao cargo eletivo VEREADOR, no pleito eleitoral municipal de 2020;

Considerando por derradeiro que é indispensável que tanto os agentes políticos quanto os demais servidores municipais devem atentar-se aos princípios constitucionais da economicidade, legalidade e razoabilidade,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder licença ao servidor público municipal JUCEMAR DA SILVA MOTA, a partir de 15 de agosto de 2020 até o dia 15 de novembro de 2020, para concorrer ao mandato eletivo de VEREADOR, para a gestão- 2021/2024.

Parágrafo único – Caso o servidor licenciado não seja aprovado pela convenção partidária, cessará imediatamente esta licença concedida, devendo o respectivo servidor retornar ao cargo público para o exercício de suas atividades laborais.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRADA|PUBLICADA|CUMPRA-SE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

AOS 14 DE AGOSTO DE 2020

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 306 DE 14 DE AGOSTO DE 2020

CONCEDE LICENÇA PARA CONCORRER O PLEITO ELEITORAL MUNICIPAL DE 2020 AO MANDATO DE VEREADOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São José dos Quatro Marcos, no uso de suas atribuições legais, conferidas no inciso II do Art. 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO, faz saber a todos que:

Considerando que a Lei Complementar nº 64/90 e suas alterações, que disciplina sobre os pleitos eleitorais municipais e dispõe a necessidade do “afastamento” de servidor público municipal para disputa à cargos eletivos num prazo de 3 (três) meses anteriores ao dia do pleito;

Considerando que a Emenda Constitucional nº 107, de 02 de julho de 2020, que adiou, em razão da pandemia da Covid-19, as eleições municipais de outubro de 2020 e os prazos eleitorais respectivos;

Considerando que a Servidora JOELMA LEANDRA FRANZIN DE SOUZA RICCI, lotada no cargo de Auxiliar de Serviços Internos, protocolou requerimento conjuntamente com a comprovação de filiação partidária, solicitando afastamento para concorrer ao cargo eletivo VEREADOR, no pleito eleitoral municipal de 2020;

Considerando por derradeiro que é indispensável que tanto os agentes políticos quanto os demais servidores municipais devem atentar-se aos princípios constitucionais da economicidade, legalidade e razoabilidade,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder licença a servidora pública municipal JOELMA LEANDRA FRANZIN DE SOUZA RICCI, a partir de 15 de agosto de 2020 até o dia 15 de novembro de 2020, para concorrer ao mandato eletivo de VEREADOR, para a gestão- 2021/2024.

Parágrafo único – Caso o servidor licenciado não seja aprovado pela convenção partidária, cessará imediatamente esta licença concedida, devendo o respectivo servidor retornar ao cargo público para o exercício de suas atividades laborais.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRADA|PUBLICADA|CUMPRA-SE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

AOS 14 DE AGOSTO DE 2020

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 308 DE 14 DE AGOSTO DE 2020

CONCEDE LICENÇA PARA CONCORRER O PLEITO ELEITORAL MUNICIPAL DE 2020 AO MANDATO DE VEREADOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São José dos Quatro Marcos, no uso de suas atribuições legais, conferidas no inciso II do Art. 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO, faz saber a todos que:

Considerando que a Lei Complementar nº 64/90 e suas alterações, que disciplina sobre os pleitos eleitorais municipais e dispõe a necessidade do "afastamento" de servidor público municipal para disputa à cargos eletivos num prazo de 3 (três) meses anteriores ao dia do pleito;

Considerando que a Emenda Constitucional nº 107, de 02 de julho de 2020, que adiou, em razão da pandemia da Covid-19, as eleições municipais de outubro de 2020 e os prazos eleitorais respectivos;

Considerando que a Servidora MARIA HELENA RONQUI GALI, lotada no cargo de Agente de Combate a Endemias, protocolou requerimento conjuntamente com a comprovação de filiação partidária, solicitando afastamento para concorrer ao cargo eletivo VEREADOR, no pleito eleitoral municipal de 2020;

Considerando por derradeiro que é indispensável que tanto os agentes políticos quanto os demais servidores municipais devem atentar-se aos princípios constitucionais da economicidade, legalidade e razoabilidade,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder licença a servidora pública municipal MARIA HELENA RONQUI GALI, a partir de 15 de agosto de 2020 até o dia 15 de novembro de 2020, para concorrer ao mandato eletivo de VEREADOR, para a gestão- 2021/2024.

Parágrafo único – Caso o servidor licenciado não seja aprovado pela convenção partidária, cessará imediatamente esta licença concedida, devendo o respectivo servidor retornar ao cargo público para o exercício de suas atividades laborais.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRADA | PUBLICADA | CUMPRA-SE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

AOS 14 DE AGOSTO DE 2020

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 305 DE 14 DE AGOSTO DE 2020

CONCEDE LICENÇA PARA CONCORRER O PLEITO ELEITORAL MUNICIPAL DE 2020 AO MANDATO DE VEREADOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São José dos Quatro Marcos, no uso de suas atribuições legais, conferidas no inciso II do Art. 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO, faz saber a todos que:

Considerando que a Lei Complementar nº 64/90 e suas alterações, que disciplina sobre os pleitos eleitorais municipais e dispõe a necessidade do "afastamento" de servidor público municipal para disputa à cargos eletivos num prazo de 3 (três) meses anteriores ao dia do pleito;

Considerando que a Emenda Constitucional nº 107, de 02 de julho de 2020, que adiou, em razão da pandemia da Covid-19, as eleições municipais de outubro de 2020 e os prazos eleitorais respectivos;

Considerando que a Servidora MARIA GORETI SOARES RAYMUNDO, lotada no cargo de Agente Comunitário de Saúde, protocolou requerimento conjuntamente com a comprovação de filiação partidária, solicitando afastamento para concorrer ao cargo eletivo VEREADOR, no pleito eleitoral municipal de 2020;

Considerando por derradeiro que é indispensável que tanto os agentes políticos quanto os demais servidores municipais devem atentar-se aos princípios constitucionais da economicidade, legalidade e razoabilidade,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder licença a servidora pública municipal MARIA GORETI SOARES RAYMUNDO, a partir de 15 de agosto de 2020 até o dia 15 de novembro de 2020, para concorrer ao mandato eletivo de VEREADOR, para a gestão- 2021/2024.

Parágrafo único – Caso o servidor licenciado não seja aprovado pela convenção partidária, cessará imediatamente esta licença concedida, devendo o respectivo servidor retornar ao cargo público para o exercício de suas atividades laborais.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRADA | PUBLICADA | CUMPRA-SE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

AOS 14 DE AGOSTO DE 2020

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

COVID-19: EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

O Senhor **RONALDO FLOREANO DOS SANTOS**, Prefeito do Município de São José dos Quatro Marcos-MT, no uso de suas atribuições legais, e especificadamente nos termos do Artigo 24, Inciso IV da Lei Federal nº. 8. 666, de 21/06/1993, atualizada pelas Leis n. º 8.883/94 e 9.548/98, "**HOMOLOGA O PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO** Nº**. 07/2020**", Objeto: **AQUISIÇÃO DE APARELHO DE GASOMETRIA ARTERIAL TIPO SISTEMA PORTATIL DE GASOMETRIA, ELETROLITOS E METABOLITOS NO SANGUE PARA USO DOS PACIENTES NO CENTRO DE REFERÊNCIA AO ENFRENTAMENTO A SINTOMAS GRIPAIS E COVID-19**. Em favor da empresa: **DIAGNOSTICA PRO VIDA COMERCIO DE PRODUTOS LABORATORIAIS LTDA, CNPJ: 00.855.145/0001-74. VALOR GLOBAL R$ 43.500,00 (Quarenta e Três Mil e Quinhentos Reais).**

EXTRATO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

O Presidente da CPL da PMSJQM/MT. Torna Público que com referência ao **Processo de Licitação na Modalidade Tomada de Preço 04/2020**, Objeto: "**OBRA DE RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS CONFORME CONVÊNIO 882291/2018 OPERAÇÃO Nº 1062537-03 DO (MAPA).** Sagrou-se vencedora a empresa: **AMPLA CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA,** inscrita no **CNPJ sob nº 06.936.513/0001-95,** estabelecida na Rua Niterói, 741 – Centro, Cep nº 78.285-000, no Município de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, a qual esteve presente através de seu representante o **Sr. Anderson Marçal do Nascimento**, portador do CPF sob o nº 697.477.091-04. Conforme o valor proposto **R$ 712.791,15 (Setecentos e Doze Mil Setecentos e Noventa e Um Reais e Quinze Centavos)**. REGINALDO DE SOUZA FERNANDES, Presidente da CPL.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 302 DE 14 DE AGOSTO DE 2020

CONCEDE LICENÇA PARA CONCORRER O PLEITO ELEITORAL MUNICIPAL DE 2020 AO MANDATO DE VEREADOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São José dos Quatro Marcos, no uso de suas atribuições legais, conferidas no inciso II do Art. 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO, faz saber a todos que:

Considerando que a Lei Complementar nº 64/90 e suas alterações, que disciplina sobre os pleitos eleitorais municipais e dispõe a necessidade do "afastamento" de servidor público municipal para disputa à cargos eletivos num prazo de 3 (três) meses anteriores ao dia do pleito;

Considerando que a Emenda Constitucional nº 107, de 02 de julho de 2020, que adiou, em razão da pandemia da Covid-19, as eleições municipais de outubro de 2020 e os prazos eleitorais respectivos;

Considerando que o Servidor AGNALDO TIMOTI, lotado no cargo de Motorista, protocolou requerimento conjuntamente com a comprovação de filiação partidária, solicitando afastamento para concorrer ao cargo eletivo VEREADOR, no pleito eleitoral municipal de 2020;

Considerando por derradeiro que é indispensável que tanto os agentes políticos quanto os demais servidores municipais devem atentar-se aos princípios constitucionais da economicidade, legalidade e razoabilidade,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder licença ao servidor público municipal AGNALDO TIMOTI, a partir de 15 de agosto de 2020 até o dia 15 de novembro de 2020, para concorrer ao mandato eletivo de VEREADOR, para a gestão- 2021/2024.

Parágrafo único – Caso o servidor licenciado não seja aprovado pela convenção partidária, cessará imediatamente esta licença concedida, devendo o respectivo servidor retornar ao cargo público para o exercício de suas atividades laborais.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRADA | PUBLICADA | CUMPRA-SE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

AOS 14 DE AGOSTO DE 2020

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 301 DE 14 DE AGOSTO DE 2020

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS, Prefeito de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no INCISO II no artigo 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

RESOLVE: Artigo 1º - EXONERAR a pedido do cargo de GERENTE DE PROGRAMAS SOCIAIS a servidora FRANCINEIDE FERREIRA DE MATOS, nomeada através da PORTARIA Nº 027 DE JANEIRO DE 2017.

Artigo 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

REGISTRADA | PUBLICADA | CUMPRA-SE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

AOS 14 DE AGOSTO DE 2020

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA CIPA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA CIPA
COVID-19: EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 022/2020

Contratante: MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DA CIPA-MT

Contratada:FAMA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI

CNPJ: 03.250.803/0001-92

Objeto: "Contratação de empresa para fornecimento de medicamento para enfrentamento do Covid-19 do município de São Pedro da Cipa".

PRAZO: 142 (cento e quarenta e dois) dias

VALOR GLOBAL: R$ 4.320,00 (quatro mil trezentos e vinte dias).

ASSINATURA: 11 de Agosto de 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA NOVA DOURADA

PORTARIA N° 066/2020.

Portaria nº 066/2020

"Dispõe sobre o afastamento remunerado da servidora para fins de desincompatibilização eleitoral e dá outras providências."

O Prefeito Municipal de Serra Nova Dourada, Estado de Mato Grosso, **José Ocimar Gomes da Silva Aguiar**, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Artigo I – Afasta a pedido a Senhora **KATHERINNE MACIEL CAMINHAS**, inscrita no **CPF sob o nº 041.587.121-22** e **Matrícula nº 1196** ocupante do cargo **Agente Administrativo**, para fins de desincompatibilização eleitoral, no período de **14 de agosto até 30 de novembro** do corrente ano.

Artigo II – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, registre-se, e cumpre-se.

Serra Nova Dourada-MT 14 de agosto de 2020.

JOSE OCIMAR GOMES DA SILVA AGUIAR

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA N° 071/2020.

Portaria nº 071/2020

"Dispõe sobre o afastamento remunerado do servidor para fins de desincompatibilização eleitoral e dá outras providências."

O Prefeito Municipal de Serra Nova Dourada, Estado de Mato Grosso, **José Ocimar Gomes da Silva Aguiar**, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Artigo I – Afasta a pedido o Senhor **ANTÔNIO DE ASSIS CARNEIRO SUDÁRIO**, inscrita no **CPF sob o nº 873.453.231-53** e **Matrícula nº 1072** ocupante do cargo **Zelador**, para fins de desincompatibilização eleitoral, no período de **14 de agosto até 30 de novembro** do corrente ano.

Artigo II – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, registre-se, e cumpre-se.

Serra Nova Dourada-MT 14 de agosto de 2020.

JOSE OCIMAR GOMES DA SILVA AGUIAR

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA N° 074/2020.

Portaria nº 074/2020

"Dispõe sobre o afastamento remunerado do servidor para fins de desincompatibilização eleitoral e dá outras providências."

O Prefeito Municipal de Serra Nova Dourada, Estado de Mato Grosso, **José Ocimar Gomes da Silva Aguiar**, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Artigo I – Afasta a pedido o Senhor **MAURO COELHO DE ALMEIDA**, inscrita no **CPF sob o nº 908.960.681-53** e **Matrícula nº 148** ocupante do cargo **Agente Administrativo**, para fins de desincompatibilização eleitoral, no período de **14 de agosto até 30 de novembro** do corrente ano.

Artigo II – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, registre-se, e cumpre-se.

Serra Nova Dourada-MT 14 de agosto de 2020.

JOSE OCIMAR GOMES DA SILVA AGUIAR

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 006/2020.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 022/2020.

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 009/2020.

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 006/2020.

OBJETO: PREGÃO PRESENCIAL PARA O REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PASSAGENS RODOVIARIAS INTERMUNICIPAL E INTERESTADUAL, PARA O TRANSPORTE DE SERVIDORES E PACIENTES DO MUNICIPIO DE SERRA NOVA DOURADA - MT, CONFORME DESCRITO NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA.

DETENTORA DA ATA:

RIO NOVO TRANSPORTES E TURISMO LTDA.

CNPJ: 36.909.380/0001-29.

Rua Bororos, nº 309, Setor Sul II.

CIDADE: BARRA DO GARÇAS - MATO GROSSO - CEP: 78.600-000.

E-MAIL: rionovotransporte@gmail.com

PRAZO DE EXECUÇÃO: 12 (doze) Meses;

DATA DE ASSINATURA: 17/08/2020.

VALORES REGISTRADOS:

Item	Especificações.	Quant.	Unid.	Valor Unitário.	Valor Total.
01	Passagem rodoviária de Serra Nova Dourada – MT para São Félix do Araguaia – MT.	170	Unid.	R$ 35,00	R$ 5.950,00
02	Passagem rodoviária de São Félix do Araguaia – MT para Serra Nova Dourada – MT.	170	Unid.	R$ 37,00	R$ 6.290,00
03	Passagem rodoviária de Serra Nova Dourada – MT para Barra do Garças – MT.	235	Unid.	R$ 90,00	R$ 21.150,00
04	Passagem rodoviária de Barra do Garças – MT para Serra Nova Dourada – MT.	235	Unid.	R$ 95,00	R$ 22.325,00
05	Passagem rodoviária de Serra Nova Dourada – MT para Agua Boa – MT.	350	Unid.	R$ 61,00	R$ 21.350,00
06	Passagem rodoviária de Agua Boa – MT para Serra Nova Dourada – MT.	350	Unid.	R$ 66,00	R$ 23.100,00
07	Passagem rodoviária de Serra Nova Dourada – MT para Cuiabá – MT.	285	Unid.	R$ 204,00	R$ 58.140,00
08	Passagem rodoviária de Cuiabá – MT para Serra Nova Dourada – MT.	285	Unid.	R$ 204,00	R$ 58.140,00
09	Passagem rodoviária de Serra Nova Dourada – MT para Alto da Boa Vista – MT.	170	Unid.	R$ 12,70	R$ 2.159,00
10	Passagem rodoviária de Alto da Boa Vista – MT para Serra Nova Dourada – MT.	170	Unid.	R$ 12,70	R$ 2.159,00
11	Passagem rodoviária de Serra Nova Dourada – MT para Goiânia – GO.	205	Unid.	R$ 151,00	R$ 30.955,00
12	Passagem rodoviária de Goiânia – GO para Serra Nova Dourada – MT.	205	Unid.	R$ 157,00	R$ 32.185,00
13	Passagem rodoviária de Serra Nova Dourada – MT para Brasília – DF.	220	Unid.	R$ 215,00	R$ 47.300,00
14	Passagem rodoviária de Brasília – DF para Serra Nova Dourada – MT.	220	Unid.	R$ 216,00	R$ 47.520,00
15	Passagem rodoviária de Serra Nova Dourada – MT para Confresa – MT.	180	Unid.	R$ 48,70	R$ 8.766,00
16	Passagem rodoviária de Confresa – MT para Serra Nova Dourada – MT.	180	Unid.	R$ 48,70	R$ 8.766,00
17	Passagem rodoviária de Serra Nova Dourada – MT para Porto Alegre do Norte – MT.	165	Unid.	R$ 44,00	R$ 7.260,00
18	Passagem rodoviária de Porto Alegre do Norte – MT para Serra Nova Dourada – MT.	165	Unid.	R$ 44,00	R$ 7.260,00
19	Passagem rodoviária de Serra Nova Dourada – MT para Querência – MT.	40	Unid.	R$ 57,00	R$ 2.280,00
20	Passagem rodoviária de Querência – MT para Serra Nova Dourada – MT.	40	Unid.	R$ 58,70	R$ 2.348,00
21	Passagem rodoviária de Serra Nova Dourada – MT para Canarana – MT.	40	Unid.	R$ 65,00	R$ 2.600,00
22	Passagem rodoviária de Canarana – MT para Serra Nova Dourada – MT.	40	Unid.	R$ 70,00	R$ 2.800,00
23	Passagem rodoviária de Serra Nova Dourada – MT para Ribeirão Cascalheira – MT.	20	Unid.	R$ 35,00	R$ 700,00
24	Passagem rodoviária de Ribeirão Cascalheira – MT. para Serra Nova Dourada – MT.	20	Unid.	R$ 38,70	R$ 774,00

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 10.520/2000 e Lei nº 8.666/93 e alterações, Decreto 7.892/13.

Serra Nova Dourada - MT, em 17 de Agosto de 2020.

Jean Flávio dos Santos Milhomem.

Pregoeiro.

Portaria n.º 021/2020.

P.M.S.N.D.

PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 013/2019.

PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 013/2019.

Primeiro Termo de Apostilamento a Ata de Registro de Preço nº 013/2019, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Serra Nova Dourada e a empresa INOVAÇÕES COMERCIO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS PARA A SAÚDE LTDA.

Pelo presente instrumento, de um lado, o **MUNICÍPIO DE SERRA NOVA DOURADA-MT**, pessoa jurídica de direito público interno, situado na Rua 03, s/n.º, Centro, Serra Nova Dourada/MT, inscrito no CNPJ sob o n. 04.204.945/0001-86, doravante designado simplesmente **CONTRATANTE**, representado neste ato por seu Prefeito, o **Sr. JOSÉ OCIMAR GOMES DA SILVA AGUIAR**, brasileiro, casado, empresário, portador do RG n. 243634-4 SEJSP/MT e do CPF nº. 103.374.581-20, resolve modificar unilateralmente a Ata de Registro de Preço nº 013/2019, decorrente do Processo Licitatório nº. 037/2019 - Pregão Presencial SRP n.º 018/2019, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

Constitui objeto do presente Termo de Apostilamento da Ata de Registro de Preço n° 013/2019 o Reequilibrio financeiro dos Itens 112 e 437 da referida Ata, com a adição de aproximadamente 186,7% do valor unitario dos itens.

Item	Descrição	Quant.	Unid.	Valor Unit. Anterior	Valor Unit. Reajustado.	Valor Total.
112	LUVA DE PROCEDIMENTO (P) - CAIXA COM 100 UNIDADES - MARCA TALGE.	1.000	Caixa	R$ 20,90	**R$ 59,93**	**R$ 59.930,00**
437	LUVA PARA PROCEDIMENTO, TAMANHO “M” - MARCA TALGE.	50	Caixa	R$ 20,90	**R$ 59,93**	**R$ 2.996,50**

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente Termo de Apostilamento encontra-se fundamentada no do disposto do Item **8 - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS**, em especial o item 8.2, prevista no instrumento da Ata de Registro de Preço n° 013/2019, proveniente do Processo Licitatório nº. 037/2019 - Pregão Presencial SRP nº 018/2019, para fazer face à alteração do valor registrado para os itens 112 e 437, conforme dispoe o artigo 65, linea “d”, inciso II, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

II - por acordo das partes.

(...)

d) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de conseqüências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas as demais cláusulas da Ata de Registro de Preço n° 013/2019, não alteradas pelo presente Termo de Apostilamento.

Serra Nova Dourada - MT, em 12 de Agosto de 2020.

_____

MUNICÍPIO DE SERRA NOVA DOURADA-MT.

JOSÉ OCIMAR GOMES DA SILVA AGUIAR.

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

PORTARIA N° 073/2020.

Portaria nº 073/2020

“Dispõe sobre o afastamento remunerado da servidora para fins de desincompatibilização eleitoral e dá outras providências.”

O Prefeito Municipal de Serra Nova Dourada, Estado de Mato Grosso, **José Ocimar Gomes da Silva Aguiar**, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Artigo I – Afasta a pedido a Senhora **EDIVANDA DIAS REIS**, inscrita no **CPF sob o nº 882.049.871-53** e **Matrícula nº 515** ocupante do cargo **Professora do Ensino Fundamental I**, para fins de desincompatibilização eleitoral, no período de **14 de agosto até 30 de novembro** do corrente ano.

Artigo II – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, registre-se, e cumpre-se.

Serra Nova Dourada-MT 14 de agosto de 2020.

JOSE OCIMAR GOMES DA SILVA AGUIAR

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA N° 072/2020.

Portaria nº 072/2020

“Dispõe sobre o afastamento remunerado do servidor para fins de desincompatibilização eleitoral e dá outras providências.”

O Prefeito Municipal de Serra Nova Dourada, Estado de Mato Grosso, **José Ocimar Gomes da Silva Aguiar**, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Artigo I – Afasta a pedido o Senhor **CHARLEY BATISTA DE SOUZA**, inscrita no **CPF sob o nº 893.647.751-04** e **Matrícula nº 167** ocupante do cargo **Agente Administrativo**, para fins de desincompatibilização eleitoral, no período de **14 de agosto até 30 de novembro** do corrente ano.

Artigo II – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, registre-se, e cumpre-se.

Serra Nova Dourada-MT 14 de agosto de 2020.

JOSE OCIMAR GOMES DA SILVA AGUIAR

PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 009/2020.

AVISO DE RESULTADO

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 009/2020.

O Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Serra nova Dourada - MT torna público aos interessados o resultado da Licitação realizada na modalidade PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 009/2020, cujo objeto e o **"REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PASSAGENS RODOVIARIAS INTERMUNICIPAL E INTERESTADUAL, PARA O TRANSPORTE DE SERVIDORES E PACIENTES DO MUNICIPIO DE SERRA NOVA DOURADA - MT, CONFORME DESCRITO NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA".** Aberto no dia 11 de Agosto de 2020, às 09h00min (horário oficial de Brasília - DF), tendo como vencedor a empresa abaixo:

ADJUDICADO/HOMOLOGADO:

RIO NOVO TRANSPORTES E TURISMO LTDA.

CNPJ: 36.909.380/0001-29.

Rua Bororos, nº 309, Setor Sul II.

CIDADE: BARRA DO GARÇAS - MATO GROSSO - CEP: 78.600-000.

E-MAIL: rionovotransporte@gmail.com

Valores Registrados.

Item	Especificações.	Quant.	Unid.	Valor Unitário.	Valor Total.
01	Passagem rodoviária de Serra Nova Dourada – MT para São Félix do Araguaia – MT.	170	Unid.	R$ 35,00	R$ 5.950,00
02	Passagem rodoviária de São Félix do Araguaia – MT para Serra Nova Dourada – MT.	170	Unid.	R$ 37,00	R$ 6.290,00
03	Passagem rodoviária de Serra Nova Dourada – MT para Barra do Garças – MT.	235	Unid.	R$ 90,00	R$ 21.150,00
04	Passagem rodoviária de Barra do Garças – MT para Serra Nova Dourada – MT.	235	Unid.	R$ 95,00	R$ 22.325,00
05	Passagem rodoviária de Serra Nova Dourada – MT para Agua Boa – MT.	350	Unid.	R$ 61,00	R$ 21.350,00
06	Passagem rodoviária de Agua Boa – MT para Serra Nova Dourada – MT.	350	Unid.	R$ 66,00	R$ 23.100,00
07	Passagem rodoviária de Serra Nova Dourada – MT para Cuiabá – MT.	285	Unid.	R$ 204,00	R$ 58.140,00
08	Passagem rodoviária de Cuiabá – MT para Serra Nova Dourada – MT.	285	Unid.	R$ 204,00	R$ 58.140,00
09	Passagem rodoviária de Serra Nova Dourada – MT para Alto da Boa Vista – MT.	170	Unid.	R$ 12,70	R$ 2.159,00
10	Passagem rodoviária de Alto da Boa Vista – MT para Serra Nova Dourada – MT.	170	Unid.	R$ 12,70	R$ 2.159,00
11	Passagem rodoviária de Serra Nova Dourada – MT para Goiânia – GO.	205	Unid.	R$ 151,00	R$ 30.955,00
12	Passagem rodoviária de Goiânia – GO para Serra Nova Dourada – MT.	205	Unid.	R$ 157,00	R$ 32.185,00
13	Passagem rodoviária de Serra Nova Dourada – MT para Brasília – DF.	220	Unid.	R$ 215,00	R$ 47.300,00
14	Passagem rodoviária de Brasília – DF para Serra Nova Dourada – MT.	220	Unid.	R$ 216,00	R$ 47.520,00
15	Passagem rodoviária de Serra Nova Dourada – MT para Confresa – MT.	180	Unid.	R$ 48,70	R$ 8.766,00
16	Passagem rodoviária de Confresa – MT para Serra Nova Dourada – MT.	180	Unid.	R$ 48,70	R$ 8.766,00
17	Passagem rodoviária de Serra Nova Dourada – MT para Porto Alegre do Norte – MT.	165	Unid.	R$ 44,00	R$ 7.260,00
18	Passagem rodoviária de Porto Alegre do Norte – MT para Serra Nova Dourada – MT.	165	Unid.	R$ 44,00	R$ 7.260,00
19	Passagem rodoviária de Serra Nova Dourada – MT para Querência – MT.	40	Unid.	R$ 57,00	R$ 2.280,00
20	Passagem rodoviária de Querência – MT para Serra Nova Dourada – MT.	40	Unid.	R$ 58,70	R$ 2.348,00
21	Passagem rodoviária de Serra Nova Dourada – MT para Canarana – MT.	40	Unid.	R$ 65,00	R$ 2.600,00
22	Passagem rodoviária de Canarana – MT para Serra Nova Dourada – MT.	40	Unid.	R$ 70,00	R$ 2.800,00
23	Passagem rodoviária de Serra Nova Dourada – MT para Ribeirão Cascalheira – MT.	20	Unid.	R$ 35,00	R$ 700,00
24	Passagem rodoviária de Ribeirão Cascalheira – MT. para Serra Nova Dourada – MT.	20	Unid.	R$ 38,70	R$ 774,00

Registro de Preços válido por um período de 12 meses, visto que a empresa atendeu todos os requisitos do Edital e seus Anexos.

Serra Nova Dourada - MT, em 14 de Agosto de 2020.

Jean Flávio dos Santos Milhomem.

Pregoeiro.

Portaria n.º 021/2020.

P.M.S.N.D.

PORTARIA N° 065/2020.

Portaria nº 065/2020

"Dispõe sobre o afastamento remunerado do servidor para fins de desincompatibilização eleitoral e dá outras providências."

O Prefeito Municipal de Serra Nova Dourada, Estado de Mato Grosso, **José Ocimar Gomes da Silva Aguiar**, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Artigo I – Afasta a pedido o Senhor **JOÃO BATISTA LUZ CARDOSO**, inscrita no **CPF sob o nº 003.832.831-32** e **Matrícula nº 512** ocupante do cargo **Motorista**, para fins de desincompatibilização eleitoral, no período de **14 de agosto até 30 de novembro** do corrente ano.

Artigo II – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, registre-se, e cumpre-se.

Serra Nova Dourada-MT 14 de agosto de 2020.

JOSE OCIMAR GOMES DA SILVA AGUIAR

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA N° 069/2020.

Portaria nº 069/2020

"Dispõe sobre o afastamento remunerado do servidor para fins de desincompatibilização eleitoral e dá outras providências."

O Prefeito Municipal de Serra Nova Dourada, Estado de Mato Grosso, **José Ocimar Gomes da Silva Aguiar**, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Artigo I – Afasta a pedido o Senhor **MICKERONI PEREIRA LUZ**, inscrita no **CPF sob o nº 964.045.311-00** e **Matrícula nº 402** ocupante do cargo **Agente de Controle de Endemias**, para fins de desincompatibilização eleitoral, no período de **14 de agosto até 30 de novembro** do corrente ano.

Artigo II – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, registre-se, e cumpre-se.

Serra Nova Dourada-MT 14 de agosto de 2020.

JOSE OCIMAR GOMES DA SILVA AGUIAR

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA N° 062/2020.

Portaria nº 062/2020

"Dispõe sobre o afastamento remunerado do servidor para fins de desincompatibilização eleitoral e dá outras providências."

O Prefeito Municipal de Serra Nova Dourada, Estado de Mato Grosso, **José Ocimar Gomes da Silva Aguiar**, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Artigo I – Afasta a pedido o Senhor **EVALDO CARLOS RAMALHO**, inscrita no **CPF sob o nº 918.636.941-53** e **Matrícula nº 896** ocupante do cargo **Guarda-Vigia**, para fins de desincompatibilização eleitoral, no período de **14 de agosto até 30 de novembro** do corrente ano.

Artigo II – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, registre-se, e cumpre-se.

Serra Nova Dourada-MT 14 de agosto de 2020.

JOSE OCIMAR GOMES DA SILVA AGUIAR

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA N° 068/2020.

Portaria nº 068/2020

"Dispõe sobre o afastamento remunerado do servidor para fins de desincompatibilização eleitoral e dá outras providências."

O Prefeito Municipal de Serra Nova Dourada, Estado de Mato Grosso, **José Ocimar Gomes da Silva Aguiar**, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Artigo I – Afasta a pedido o Senhor **VALDIVINO LOURENÇO BARBOSA**, inscrita no **CPF sob o nº 023.933.701-88** e **Matrícula nº 1082** ocupante do cargo **Operador de ETA**, para fins de desincompatibilização eleitoral, no período de **14 de agosto até 30 de novembro** do corrente ano.

Artigo II – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, registre-se, e cumpre-se.

Serra Nova Dourada-MT 14 de agosto de 2020.

JOSE OCIMAR GOMES DA SILVA AGUIAR

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA N° 063/2020.

Portaria nº 063/2020

"Dispõe sobre o afastamento remunerado da servidora para fins de desincompatibilização eleitoral e dá outras providências."

O Prefeito Municipal de Serra Nova Dourada, Estado de Mato Grosso, **José Ocimar Gomes da Silva Aguiar**, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Artigo I – Afasta a pedido a Senhora **ELISANGELA DA SILVA MARINHO**, inscrita no **CPF sob o nº 919.911.701-06** e **Matrícula nº 917** ocupante do cargo **Secretária Escolar**, para fins de desincompatibilização eleitoral, no período de **14 de agosto até 30 de novembro** do corrente ano.

Artigo II – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, registre-se, e cumpre-se.

Serra Nova Dourada-MT 14 de agosto de 2020.

JOSE OCIMAR GOMES DA SILVA AGUIAR

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA N° 064/2020.

Portaria nº 064/2020

"Dispõe sobre o afastamento remunerado do servidor para fins de desincompatibilização eleitoral e dá outras providências."

O Prefeito Municipal de Serra Nova Dourada, Estado de Mato Grosso, **José Ocimar Gomes da Silva Aguiar**, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Artigo I – Afasta a pedido o Senhor **MARCO ANTÔNIO BARREIRA DE OLIVEIRA**, inscrita no **CPF sob o nº 932.869.421-20** e **Matrícula nº 181** ocupante do cargo **Secretário Escolar**, para fins de desincompatibilização eleitoral, no período de **14 de agosto até 30 de novembro** do corrente ano.

Artigo II – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, registre-se, e cumpre-se.

Serra Nova Dourada-MT 14 de agosto de 2020.

JOSE OCIMAR GOMES DA SILVA AGUIAR

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA N° 067/2020.

Portaria nº 067/2020

"Dispõe sobre o afastamento remunerado do servidor para fins de desincompatibilização eleitoral e dá outras providências."

O Prefeito Municipal de Serra Nova Dourada, Estado de Mato Grosso, **José Ocimar Gomes da Silva Aguiar**, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Artigo I – Afasta a pedido o Senhor **EDVAN MAGALHÃES MOREIRA**, inscrita no **CPF sob o nº 015.889.121-08** e **Matrícula nº 360** ocupante do cargo **Guarda-Vigia**, para fins de desincompatibilização eleitoral, no período de **14 de agosto até 30 de novembro** do corrente ano.

Artigo II – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, registre-se, e cumpre-se.

Serra Nova Dourada-MT 14 de agosto de 2020.

JOSE OCIMAR GOMES DA SILVA AGUIAR

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA N° 075/2020.

Portaria nº 075/2020

"Dispõe sobre o afastamento remunerado do servidor para fins de desincompatibilização eleitoral e dá outras providências."

O Prefeito Municipal de Serra Nova Dourada, Estado de Mato Grosso, **José Ocimar Gomes da Silva Aguiar**, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Artigo I – Afasta a pedido o Senhor **ALEANDRO DA SILVA COSTA**, inscrita no **CPF sob o nº 016.181.451-42** e **Matrícula nº 910** ocupante do cargo **Agente de Saúde Ambiental**, para fins de desincompatibilização eleitoral, no período de **14 de agosto até 30 de novembro** do corrente ano.

Artigo II – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, registre-se, e cumpre-se.

Serra Nova Dourada-MT 14 de agosto de 2020.

JOSE OCIMAR GOMES DA SILVA AGUIAR

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA N° 070/2020.

Portaria nº 070/2020

"Dispõe sobre o afastamento remunerado da servidora para fins de desincompatibilização eleitoral e dá outras providências."

O Prefeito Municipal de Serra Nova Dourada, Estado de Mato Grosso, **José Ocimar Gomes da Silva Aguiar**, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Artigo I – Afasta a pedido a Senhora **JOSEANE BARREIRA DE SOUSA GAMA**, inscrita no **CPF sob o nº 046.742.821-28** e **Matrícula nº 1096** ocupante do cargo **Auxiliar de Serviços Gerais**, para fins de desincompatibilização eleitoral, no período de **14 de agosto até 30 de novembro** do corrente ano.

Artigo II – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, registre-se, e cumpre-se.

Serra Nova Dourada-MT 14 de agosto de 2020.

JOSE OCIMAR GOMES DA SILVA AGUIAR

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORÃ

PORTARIA Nº. 481/2020

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. – Conceder Licença para Atividades Políticas a título de desincompatibilização, a partir de 14de agosto de 2020,*a senhora* ***ANGELA CRISTINA IBANEZ****,* servidora efetiva, com matrícula no RH nº. 04, admitida em 21/02/2002, no cargo de Técnico da Saúde II – Técnico de Enfermagem, lotada na Secretaria de Saúde deste Município, em conformidade com o artigo 83 da Lei Municipal nº. 218/99 e de acordo com a Lei Complementar nº. 64/1990.

Artigo 2º. – A Licença para Atividades Políticas será sem remuneração, durante o período que mediar entre a sua escolha em convenção partidária, como candidato a cargo eletivo, e a véspera do registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral.

Artigo 3º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 14 de Agosto de 2020.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

LICITACAO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 033/2020

PREGÃO ELETRONICO Nº. 025/2020

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP)

Ao Quatorze dias do mês de Agosto do ano de 2020, autorizado pelo processo licitatório de Modalidade PREGÃO ELETRONICO Nº. 025/2020 foi expedida a presente Ata de Registro de Preços nº. 033/2020, de acordo com o disposto no artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações, que conjuntamente com as condições adiante estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre a Administração Municipal e a Licitante Vencedora.

1.1. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS do tipo menor preço por item PARA A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE 01 (UM) VEICULO DO TIPO CAMINHÃO EQUIPADO COM COLETOR COMPACTADOR DE LIXO, COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 15 M³ PARA O MUNICÍPIO DE TABAPORÃ – MT, CONFORME O CONVENIO N° 898295/2020 FIRMADOS ENTRE A SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO CENTRO/OESTE – SUDECO COM O MUNICÍPIO DE TABAPORÃ – MT, conforme descrição no Termo de Referencia ANEXO I deste Edital.

1. Consideram-se registrados os preços do Detentor da Ata:

1.1 Empresa: EMPORIUM CONSTRUTORA COMÉRCIO E SERVIÇOS – LTDA, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ sob nº. 05.163.253/0001-08, com sede na Rua Duque de Caxias, Nº. 450 – sala 304 - Bairro: Centro, CEP 38.400-142, no município de Uberlândia – MG, neste ato representado pelo seu sócio – administrador o senhor Adailton Ferreira Soares, brasileiro, maior, casado, empresária, portador do RG nº MG – 2.874.919 SSP/MG e CPF nº. 533.727.356-68, residente e domiciliada na Avenida dos Jardins, Nº. 250 –, Alameda Fênix, n° 10, Bairro: Nova Uberlândia, CEP 38.412-639, no município de Uberlândia – MG, doravante denominada DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 033/2020.

2 – DO OBJETO E PRAZO DE ENTREGA

A saber,

LOTE 01

AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE – TIPO VEICULO

Item Código Interno Código TCE – MT Descrição Quant MARCA/

MODELO Valor Unitário Valor Total

01 100924 00050450 CAMINHÃO ZERO KM, ANO E MODELO 2020/2021, TRAÇÃO 4X2, I, 04 (QUARTO) CILINDROS, CABINE FRONTAL BASCULÁVEL, POTÊNCIA MINIMA DE 185CV, CÂMBIO MECÂNICO COM MÍNIMO DE 06 (SEIS) MARCHAS Á FRENTE SINCRONIZADAS E 01 Á RÈ, PBT (PESO BRUTO TOTAL) MÍNIMO DE 16.000 KG CMT (CAPACIDADE MÁXIMA DE TRAÇÃO) MÍNIMO DE 27.0000 KG, EQUIPADO COM 01 (UM) COLETOR COMPACTADOR DE LIXO, COM CAPACIDADE PARA 15 Mº, CAIXA COLETORA DE CHORUME, COM CAPACIDADE MINIMA DE 160 LITROS. 01 Iveco – Tector 170E21

Coletor: CIMAP CSCLL15 R$ 332.000,00 R$: 332.000,00

2. Somente quando o primeiro licitante registrado atingir a totalidade do seu limite de fornecimento estabelecido na Ata de Registro de Preços, será indicado o segundo e, assim sucessivamente, podendo ser indicados mais de um, ao mesmo tempo, quando o quantitativo do pedido de fornecimento for superior à capacidade do licitante da vez.

2.1. O Objeto deste certame será executado e entregue pela proponente vencedora sem qualquer custo adicional além do valor adjudicado em seu favor, na sede da prefeitura municipal no endereço constante no preâmbulo deste Edital, ou ainda, retirado nas dependências da proponente, conforme melhor convier para a administração.

2.2. O Fornecimento do Produto será autorizado mediante REQUISIÇÂO emitido pelo município de Tabaporã/MT, onde constará data, horário e tipo de Produto a ser entregue, devendo o mesmo ser atendido no prazo máximo de rigorosamente de acordo com o Edital;

2.3. Os Produtos deverão ser entregues no prazo máximo de 15 (Quinze) Dias a contar do recebimento da autorização/requisição.

2.4. Se houver a necessidade de troca ou substituição de algum dos itens por parte da CONTRATADA, será feito no mesmo prazo da entrega, a contar da notificação.

2.5. A execução do objeto deste certame será de forma FRACIONADA conforme a necessidade da administração, independente da quantidade e com inteira e total responsabilidade da Licitante Vencedora sem nenhum custo adicional além do valor adjudicado em seu favor.

2.6. Os produtos deverão ser fornecidos com ótima qualidade e a contento da administração, de forma a não gerar nenhum tipo de prejuízo à administração, em qualquer tempo.

2.7. Todos os produtos fora do estabelecido neste edital ou em desacordo com as especificações, será imediatamente notificado a(s) licitante(s) vencedora(s), que ficará (o) obrigada(s) a sanar prontamente o problema (eventualmente causado), correndo por sua conta e risco todo e qualquer custo, sendo-lhes aplicadas, também, as sanções previstas neste edital.

2.8. Após a conclusão da entrega dos Produtos, a Proponente vencedora emitirá Nota Fiscal referente aos Produtos Fornecidos, que será atestada por servidor responsável, e só então, será encaminhada ao setor financeiro para efetiva liquidação e posterior pagamento da despesa, mediante Ordem Bancária creditada em conta corrente, ou cheque;

2.9. Havendo erro na Nota Fiscal/Fatura ou circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, aquela será devolvida e o pagamento ficará pendente até que a contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação e/ou a reapresentação da Nota fiscal/Fatura, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

3 - DA VIGÊNCIA E DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

3.1. A referida Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir de sua publicação no Diário Oficial.

3.2. As despesas decorrentes do presente Edital correrão por conta das Dotações Orçamentárias consignada no orçamento vigente para o corrente exercício. Os recursos para aquisição serão próprios e do CONVENIO N° 898295/2020 FIRMADOS ENTRE A SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO CENTRO/OESTE – SUDECO COM O MUNICÍPIO DE TABAPORÃ – MT, conforme segue:

11. SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Dotação Finalidade

11 00200 15 451 0015 1099 44.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

4 – DO PAGAMENTO

4.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias contados da apresentação da nota fiscal/fatura na Secretaria Municipal de Finanças, desde que tenha ocorrido a total e efetiva entrega do objeto constante naquela nota, bem como devidamente Atestada pelo Servidor Responsável.

4.2. Os preços registrados serão confrontados periodicamente, pelo menos trimestralmente, com os praticados no mercado e assim controlados pela Administração.

4.3.. As despesas decorrentes da contratação, objeto desta Licitação, serão indicadas em momento oportuno, no processo de utilização da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

5 – DO REGISTRO DOS PREÇOS

5.1. Este instrumento de registro de preços não obriga a Administração a firmar as contratações com a fornecedora, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, assegurados, nesta hipótese, a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15, da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações.

5.2. O registro de preços poderá ser suspenso ou cancelado no interesse da Administração e nas hipóteses dos artigos 77 e 78, da Lei Federal nº. 8666/93, ou a pedido justificado do interessado e aceito pela Administração.

5.3. A fornecedora deverá manter enquanto vigorar o registro de preços e em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste certame – PREGÃO ELETRONICO Nº. 025/2020 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS.

6 – DAS SANÇÕES

6.1- O descumprimento do prazo de execução sujeitará a fornecedora às seguintes sanções, garantida a prévia defesa:

a) Advertência e multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, sobre o valor da adjudicação, aplicada no máximo até um terço desse valor e cancelamento da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, sem prejuízo da devolução do produto/gêneros, caso este não atenda a contento.

b) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Tabaporã/MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos e descredenciamento do Registro Cadastral de Fornecedores do Município, nos casos de:

I - apresentação de documentação falsa;

II - retardamento na entrega dos produtos;

III - comportamento inidôneo;

IV - fraude na execução do contrato;

V - falha na execução do contrato.

6.2. A contratada tem o prazo de 05 (cinco) dias úteis para a apresentação de defesa prévia, na ocorrência de quaisquer das situações previstas anteriormente.

7 – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

7.1. Integrará a ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, como parte indissociável, a proposta apresentada pela adjudicatária.

8 – DOS DISPOSITIVOS FINAIS

8.1. É parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se lhe todos seus dispositivos, o edital do PREGÃO ELETRONICO Nº. 025/2020 com os termos aditados e a proposta da(s) detentora(s) da Ata naquilo que não contrariar as presentes disposições.

8.2.. Fica eleito o foro da Comarca de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, excluído qualquer outro para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas desta Ata e do procedimento licitatório que a precedeu.

8.3. Para constar foi lavrada a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, que vai assinada por seus representantes legais, em 02 (duas) vias de igual teor e forma e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Tabaporã/MT, em 14 de Agosto de 2020.

Município de Tabaporã/MT

SIRINEU MOLETA

Prefeito Municipal EMPORIUM CONSTRUTORA COMÉRCIO E SERVIÇOS – LTDA

CNPJ sob nº. 05.163.253/0001-08

Adailton Ferreira Soares

Representante

Detentora da Ata

Cristiane Bobbo

CPF Sob n° 020.446.981-37

Testemunha Edileusa Maria Lolato

CPF Sob n° 034.079.511-59

Testemunha

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COVID-19: DECRETO Nº. 4.127 /2020

DECRETO Nº. 4.127 /2020

Dispõe sobre medidas temporárias para retomada gradativa dos treinos amador de futebol de campo e normas sanitárias para evitar o risco de disseminação do Novo Coronavírus-COVID-19, no âmbito o Município de Tabaporã, Estado de Mato Grosso.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TABAPORÃ**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal:

CONSIDERANDO o reconhecimento pela Organização Mundial de Saúde de uma pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19;

CONSIDERANDO, o nível de classificação de risco de contaminação do Novo Coronavírus - COVID-19; no âmbito do município de Tabaporã;

CONSIDERANDO, as medidas temporárias restritivas às atividades privadas para prevenção dos riscos de disseminação do Coronavírus (COVID-19 estabelecidas no Decreto Estadual n. 522/2020 e 573/202**;**

CONSIDERANDO, o firme e reiterado comprometimento da Administração Pública com a preservação da saúde e bem estar da população Tabaporaense, sem descurar da necessidade de exercícios de trabalho de subsistência compatível com as medidas de segurança e atividades sociais e esportivas;

CONSIDERANDO, por fim, a deliberação do Comitê de Enfrentamento ao Novo Coronavírus do município de Tabaporã.

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizado os treinos não oficiais de futebol de campo, devendo os clubes obedecer às medidas sanitárias abaixo descritas:

I - Fica permitido o número máximo de 24 atletas por jogos;

II – Ser disponibilizado álcool 70% em todas as instalações do local para a higienização das mãos;

III - Fica recomendado a todos os atletas e colaboradores que estiverem fora de campo o uso de máscaras enquanto permanecerem no local, sem prejuízo da utilização de outros Equipamentos de Proteção Individual (EPI) necessários ao desenvolvimento das atividades;

IV - Fica proibida a utilização de churrasqueiras, vestiários e demais ambientes de uso comum e/ou de recreação;

V – Fica determinando a intensificação da higienização das mãos dos atletas com água e sabão ou álcool 70%, devendo ser orientada e estimulada de forma constante;

VI - Cada atleta deverá utilizar seu próprio fardamento, ficando vedado o uso compartilhado, devendo obedecer à rotina de higienização após única utilização;

VII - Bolas e demais equipamentos de uso coletivo devem ser higienizados com álcool 70 % ou preparações antissépticas de efeito similar;

VIII - Manter os lavatórios e sanitários providos de sabonete líquido, toalha descartável, álcool 70 % ou preparações antissépticas de efeito similar;

IX - Intensificar a higienização de locais, utensílios, equipamentos superfícies com álcool 70 % ou preparações antissépticas de efeito similar;

X – Ser informado a toda a equipe envolvida com o retorno aos treinamentos sobre as regras de funcionamento autorizadas e as instruções sanitárias adotadas;

XI - Proibir a aglomeração de público nos treinos seja em arquibancadas ou ao redor do campo;

XII - Cada clube deverá nomear um representante administrativo que será responsável pela fiscalização do cumprimento das medidas de controle sanitário relacionadas aos jogadores e agendamento das atividades junto à Vigilância Sanitária;

XIII - Os bebedouros do tipo jato inclinado deverão ser adaptados, de modo que somente seja possível o consumo de água com o uso de copo descartável;

XIV - Todos os atletas e/ou colaboradores que apresentarem sintomas respiratórios como tosse, febre, dor de garganta e mal estar geral devem ser proibidos de adentrar ao local, devendo o representante do clube, responsável pela fiscalização comunicar a Vigilância Sanitária Municipal imediatamente;

XV - Cada atleta deve portar sua própria garrafa de água com identificação, para evitar a troca ou o compartilhamento da mesma durante os treinos e jogos.

XVI – Fica proibido a participação nos treinos de atletas menor de 12 anos, e os atletas que pertencem aos grupos de risco.

XVII – Fica permitido somente 01um treino por dia, limitado há uma hora e meia;

XVIII- Os responsáveis e proprietários dos campos de futebol, deverão procurar a vigilância sanitária para receber orientações e normativas quanto ao funcionamento dos referidos locais, que só poderão funcionar após essas orientações.

Art. 2º - As medidas previstas neste Decreto poderão ser reavaliadas a qualquer momento, de acordo com a situação epidemiológica do município;

Art. 3º. – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã/MT, em 13 de agosto de 2020.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
COVID-19: ATO DE RATIFICAÇÃO DE COMPRA DIRETA EM RAZÃO DE VALOR Nº 043 E 046/2020.

ATO DE RATIFICAÇÃO DE COMPRA DIRETA EM RAZÃO DE VALOR Nº 043/2020. A Secretaria Municipal Administração, através do Departamento de Compras, torna público que, por determinação do Sr. Prefeito, no uso de suas atribuições legais, a aquisição do OBJETO: **TERMÓMETRO DIGITAL INFRAVERMELHO VISUAL - 10C A 250C VT04A Empresa: R. C. EQUIPAMENTOS LTDA,** devidamente inscrita no **CNPJ N° 10. 830.704/0001-45,** cujo valor é de **R$ 5.200,00,** (cinco mil e duzentos reais). O fundamento legal para a Dispensa é o **Art. 24, Inciso II da Lei nº 8.666/ 93**. Tangará da Serra-MT, 14 de Agosto de 2020. Gabriel Martins Salvador de Carvalho – Chefe Departamento de Compras.

ATO DE RATIFICAÇÃO DE COMPRA DIRETA EM RAZÃO DE VALOR Nº 046/2020. A Secretaria Municipal Administração, através do Departamento de Compras, torna público que, por determinação do Sr. Prefeito, no uso de suas atribuições legais, a aquisição do OBJETO: **LOCAÇÃO DE BANHEIROS QUÍMICOS A SEREM UTILIZADOS NAS BARREIRAS SANITÁRIAS INSTALADAS NAS ENTRADAS DA CIDADE PARA PREVENÇÃO E MONITORAMENTO DE PESSOAS DEVIDO A PANDEMIA COVID-19 Empresa: SERGIO RAMOS PRESTADPRA DE SERVIÇOS,** devidamente inscrita no **CNPJ N° 12.465.211/0001-89,** cujo valor é de **R$8.400,00** (oito mil e quatrocentos reais). O fundamento legal para a Dispensa é o **Art. 24, Inciso II da Lei nº 8.666/93**. Tangará da Serra-MT, 14 de Agosto de 2020. Gabriel Martins Salvador de Carvalho – Chefe Departamento de Compras.

SAMAE
AVISO DE ABERTURA - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2020/SAMAE

O **SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Tangará da Serra - Mato Grosso,** através do Setor de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação na Modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 002/2020/SAMAE,** para seleção da melhor proposta pelo **MENOR PREÇO POR ITEM ,** tendo como objeto a **AQUISIÇÃO DE TUBOS E MATERIAIS HIDRÁULICOS EM FERRO FUNDIDO DÚCTIL PARA USO NA EXTENSÃO DA ADUTORA DO PROJETO DE CAPTAÇÃO DE ÁGUA NO RIO SEPOTUBA PARA ETA QUEIMA-PÉ, TANGARÁ DA SERRA/MT.** A abertura do certame está prevista para as **09h00min do dia 27 de Agosto de 2020 (Horário de Brasília)**.O horário de funcionamento do SAMAE de Tangará da Serra/MT**,** na Avenida Brasil, nº 2350-N, Paço Municipal - Anexo, Jardim Europa é de segunda a sexta-feira, exceto feriados, das 08h00m às 12h00m e das 14h00m às 18h00m (horário de Brasília). O Edital completo poderá ser retirado no site: www.samaetga.com.br/publicacoes. Fone para contato: (65) 3311–6504 / 3311-6517.

Tangará da Serra/MT, 14 de Agosto de 2020.

EDINÉIA G. DE SOUZA VIEIRA

Setor de Licitação - SAMAE

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
COVID-19: PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2020
EDITAL COMPLEMENTAR Nº 004

RESULTADO FINAL E CLASSIFICAÇÃO GERAL

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROVIMENTO TEMPORÁRIO DE VAGAS NOS CARGOS DO QUADRO DE PESSOAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE.

O Presidente da Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado Senhora **Elaine Lemes da Silva**, no âmbito de sua competência, e em atendimento aos ditames regulatórios deste certame, especificamente no cronograma dos trabalhos, e ainda...

Considerando a publicação do Edital Complementar nº 003 em data de 07 de agosto de 2020, que apresentou o Resultado Geral e Classificação Prévia.

Resolve apresentar no Anexo I deste Edital Complementar o Resultado Final e Classificação Geral dos (as) candidatos (as).

1. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS 1.1. Este Edital Complementar apresenta o Resultado Final e a Classificação Geral por ordem de escolaridade e cargos dos (as) candidatos (as) concorrentes no certame. **2. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS 2.1.**A Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado declara e encerramento dos trabalhos do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2020 e o entrga ao Chefe do Poder Executivo para a devida Homologação.

Terra Nova do Norte MT, 13 de agosto de 2020.

Elaine Lemes da Silva

Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado

ANEXO I

RESULTADO FINAL E CLASSIFICAÇÃO GERAL

Técnico em Enfermagem (Sec. Saúde).			
Nº INSC	**CANDIDATO**	**PONTUAÇÃO**	**CLASSIFICAÇÃO**
001	Eliane de Jesus Mendes	10	01º
005	Veroni Matos Ribeiro	NP	02º
002	Elizete Gonsalves de Azevedo	NP	03º
004	Marli Alves Marcelo	NP	04º
003	Gisele Campos de Almeida	NP	05º

Enfermeiro - (Sec. Saúde)			
Nº INSC	**CANDIDATO**	**PONTUAÇÃO**	**CLASSIFICAÇÃO**
011	Thalia Costa Sanches	25	01º
006	Aline Dominicano de Souza	20	02º
010	Vanuza Valente Barbosa	05	03º
008	Marilene Miguel da Cruz	NP	04º
009	Valeria Batista dos Santos	NP	05º
007	Enei Emily Barbon Ferreira	NP	06º

(NP) – Não Pontuou

Terra Nova do Norte MT, 13 de agosto de 2020.

Elaine Lemes da Silva

Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado

PREFEITURA MUNICIPAL DE TORIXORÉU

PORTARIA Nº 036/2020.

Dispõe sobre o afastamento dos servidores municipais candidatos a mandato eletivo no pleito a ser realizado em 15 de novembro de 2020.

A Excelentíssima Sra. **INÊS MORAES MESQUITA COELHO**, Prefeita do Município de Torixoréu - MT, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e com base no que dispõe o *caput* do artigo 190 da Lei Complementar nº 654/2001, de 13 de dezembro de 2001 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, para atender as regras de desincompatibilização estabelecida pela Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990,

CONSIDERANDO as disposições constantes da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, bem como as disposições da Resolução nº 23. 606, de 17 de dezembro de 2019, do Tribunal Superior Eleitoral,

CONSIDERANDO a necessidade de disciplinar o procedimento para afastamento, com percepção de vencimentos integrais, dos servidores municipais candidatos a mandato eletivo no pleito a ser realizado no dia 15 de novembro de 2020.

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder licença para atividade política do servidor público **JOSÉ TAVARES DA GUARDA** no cargo de provimento efetivo de **MOTORISTA**, lotado na Secretaria Municipal de Educação do Município de Torixoréu – MT.

Art. 2º - Deverá o servidor apresentar cópia da Ata da Convenção Partidária e comprovante de registro de candidatura, a fim de comprovar a efetiva participação no pleito eleitoral.

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da Associação dos Municípios de Estado de Mato Grosso, revogando –se as disposições em contrário.

Gabinete da Senhora Prefeita do Município de Torixoréu – MT, 14 de agosto de 2020.

INÊS MORAES MESQUITA COELHO

Prefeita

EXTRATO DO CONTRATO Nº 048/2020.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TORIXORÉU – MT

CONTRATADA: REAVEL VEICULOS EIRELI

OBJETO: “REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO 01 (UM) VEICULO TIPO FURGÃO TRANSFORMADO EM AMBULANCIA TIPO A - SIMPLES REMOÇÃO PARA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE TORIXORÉU-MT”.

UNIDADE/ORÇ: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

VALOR: R$ 168.000,00

LICITAÇÃO: ADESÃO Nº 004/2020

VIGÊNCIA: A PARTI DA ASSINATURA DO CONTRATO A 31 DE DEZEMBRO DE 2020

FUNDAMENTO: LEI 8.666/93, SUAS ALTERAÇÕES

Torixoréu – MT, 13 de Agosto de 2020.

INÊS MORAES MESQUITA COELHO

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 037/2020.

Dispõe sobre o afastamento dos servidores municipais candidatos a mandato eletivo no pleito a ser realizado em 15 de novembro de 2020.

A Excelentíssima Sra. **INÊS MORAES MESQUITA COELHO**, Prefeita do Município de Torixoréu - MT, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e com base no que dispõe o *caput* do artigo 190 da Lei Complementar nº 654/2001, de 13 de dezembro de 2001 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, para atender as regras de desincompatibilização estabelecida pela Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990,

CONSIDERANDO as disposições constantes da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, bem como as disposições da Resolução nº 23. 606, de 17 de dezembro de 2019, do Tribunal Superior Eleitoral,

CONSIDERANDO a necessidade de disciplinar o procedimento para afastamento, com percepção de vencimentos integrais, dos servidores municipais candidatos a mandato eletivo no pleito a ser realizado no dia 15 de novembro de 2020.

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder licença para atividade política do servidor público **WELITON SOARES DANTAS** no cargo de provimento efetivo de **GARI**, lotado na Secretaria Municipal de Viação, Obras e Serviços Públicos – MT

Art. 2º - Deverá o servidor apresentar cópia da Ata da Convenção Partidária e comprovante de registro de candidatura, a fim de comprovar a efetiva participação no pleito eleitoral.

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da Associação dos Municípios de Estado de Mato Grosso, revogando –se as disposições em contrário.

Gabinete da Senhora Prefeita do Município de Torixoréu – MT, 14 de agosto de 2020.

INÊS MORAES MESQUITA COELHO

Prefeita

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL

PORTARIA Nº 180/2020

Concede afastamento temporário à servidora que menciona e dá outras providências.

CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ, Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais; e,

Considerando o teor do requerimento apresentado nesta data pela servidora abaixo identificada, requerendo afastamento temporário a partir da data de 14 de agosto de 2020, para efeito de desincompatibilização, nos termos da Lei Complementar Federal de Nº 64 de 18 de maio de 1990, atualizada pela Lei Complementar Federal Nº 135 de 04 de junho de 2010;

Considerando também a Lei Complementar nº 029 de 25 de setembro de 2019 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais (§ 2º, do artigo 157);

Considerando ainda a Emenda Constitucional nº 107 de 02 de julho de 2020 (art.1º, §3º, alínea “a”);

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder, para efeito de desincompatibilização, afastamento temporário à servidora Sra. TALITA STELLA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Enfermeira 40 Horas, vinculada à Secretaria Municipal de Saúde, portadora do RG nº 15143422 SSP/MT e do CPF nº 024.229. 121-09, para exercício de atividades eleitorais, pelo período desde a data de 14 de agosto de 2020 até 15 de novembro de 2020, sem prejuízo dos vencimentos integrais de seu cargo efetivo.

Parágrafo Único. O afastamento concedido nos termos do *caput* deste artigo poderá ser interrompido em caso de desistência do pleito eleitoral, ou desaprovação da candidatura em convenção partidária.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul - MT, 14 de agosto de 2020.

CLAUDIOMIRO J. DE QUEIROZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 176/2020

Concede afastamento temporário ao servidor que menciona e dá outras providências.

CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ, Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais; e,

Considerando o teor do requerimento apresentado nesta data pelo servidor abaixo identificado, requerendo afastamento temporário a partir da data de 14 de agosto de 2020, para efeito de desincompatibilização, nos termos da Lei Complementar Federal de Nº 64 de 18 de maio de 1990, atualizada pela Lei Complementar Federal Nº 135 de 04 de junho de 2010;

Considerando também a Lei Complementar nº 029 de 25 de setembro de 2019 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais (§ 2º, do artigo 157);

Considerando ainda a Emenda Constitucional nº 107 de 02 de julho de 2020 (art.1º, §3º, alínea "a");

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder, para efeito de desincompatibilização, afastamento temporário ao servidor Sr. ARNALDO LIMA DA SILVA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Condutor de Veículo Emergencial, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde, portador do RG nº 1304450-8 SSP/MT e do CPF nº 719.413.551.53, para exercício de atividades eleitorais, pelo período desde a data de 14 de agosto de 2020 até 15 de novembro de 2020, sem prejuízo dos vencimentos integrais de seu cargo efetivo.

Parágrafo Único. O afastamento concedido nos termos do *caput* deste artigo poderá ser interrompido em caso de desistência do pleito eleitoral, ou desaprovação da candidatura em convenção partidária.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul - MT, 14 de agosto de 2020.

CLAUDIOMIRO J. DE QUEIROZ

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: Contrato de Serviços de Instalação de Telas e Grades de Proteção, sob o Regime de Tarefa.

Nº do Contrato: 039/2020.

Vínculo Legal: Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93 e alterações posteriores.

Contratante: MUNICÍPIO DE UNIÃO DO SUL - CNPJ nº 01.614.538/0001-59.

Contratada: REGINALDO NOGUEIRA DE MATTOS – MEI.

CNPJ: 26.785.296/0001-97.

Objeto: Serviço de Instalação de Telas e Grades de proteção, junto ao espaço reservado onde será implantado o Parque Infantil da Creche Municipal Santo Anjo, na cidade de União do Sul – MT, de conformidade com o orçamento apresentado e anexado ao Processo de Dispensa de Licitação sob nº 027/2020, e na forma da Proposta de Preços da CONTRATADA.

Valor Total: R$ 4.600,00 (quatro mil e seiscentos reais).

Cód. Dotação Orçamentária/Fonte:

(94) 05.001.12.365.0005.1.013-3390.039.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

Fonte: 0.1.01.000000 - Recursos Ordinários = R$ 4.600,00.

Vigência do Contrato: 120 (cento e vinte) dias, contado da data de sua assinatura**.**

Data de assinatura: 14/08/2020.

Signatários:

CLAUDIOMIRO J. DE QUEIROZ

Prefeito de União do Sul

REGINALDO NOGUEIRA DE MATTOS

Pela Contratada.

PORTARIA Nº 182/2020

Concede Licença para Trato de Interesses Particulares a servidora que menciona e dá outras providências.

CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ, Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e observando o disposto no art. 162, da Lei Complementar nº 029, de 25 de setembro de 2019 (Estatuto dos Servidores da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Município de União do Sul); e

Considerando o teor do Requerimento subscrito pela servidora abaixo identificada;

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica concedida Licença para Tratar de Assuntos de Interesse Particular, à servidora efetiva RENATA ISABEL DE MARCH – *Auxiliar Administrativo da Saúde*, vinculada à Secretaria Municipal de Saúde, portadora do RG nº 2.450.686-9 SSP/MT e do CPF nº 048.253.671-35, por um período de 02 (dois) anos, contados do dia 14 de agosto de 2020 até 14 de agosto de 2022, sem remuneração.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul, MT, 14 de agosto de 2020.

CLAUDIOMIRO J. DE QUEIROZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 175/2020

Concede afastamento temporário ao servidor que menciona e dá outras providências.

CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ, Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais; e,

Considerando o teor do requerimento apresentado nesta data pelo servidor abaixo identificado, requerendo afastamento temporário a partir da data de 14 de agosto de 2020, para efeito de desincompatibilização, nos termos da Lei Complementar Federal de Nº 64 de 18 de maio de 1990, atualizada pela Lei Complementar Federal Nº 135 de 04 de junho de 2010;

Considerando também a Lei Complementar nº 029 de 25 de setembro de 2019 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais (§ 2º, do artigo 157);

Considerando ainda a Emenda Constitucional nº 107 de 02 de julho de 2020 (art.1º, §3º, alínea "a");

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder, para efeito de desincompatibilização, afastamento temporário ao servidor Sr. ALCINO JOSÉ NUNES, ocupante do cargo de provimento efetivo de Condutor de Veículo Emergencial, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde, portador do RG nº 145527-9 SSP/MS e do CPF nº 655.737.651.91, para exercício de atividades eleitorais, pelo período desde a data de 14 de agosto de 2020 até 15 de novembro de 2020, sem prejuízo dos vencimentos integrais de seu cargo efetivo.

Parágrafo Único. O afastamento concedido nos termos do *caput* deste artigo poderá ser interrompido em caso de desistência do pleito eleitoral, ou desaprovação da candidatura em convenção partidária.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul - MT, 14 de agosto de 2020.

CLAUDIOMIRO J. DE QUEIROZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 181/2020

Concede afastamento temporário à servidora que menciona e dá outras providências.

CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ, Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais; e,

Considerando o teor do requerimento apresentado nesta data pela servidora abaixo identificada, requerendo afastamento temporário a partir da data de 14 de agosto de 2020, para efeito de desincompatibilização, nos termos da Lei Complementar Federal de Nº 64 de 18 de maio de 1990, atualizada pela Lei Complementar Federal Nº 135 de 04 de junho de 2010;

Considerando também a Lei Complementar nº 029 de 25 de setembro de 2019 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais (§ 2º, do artigo 157);

Considerando ainda a Emenda Constitucional nº 107 de 02 de julho de 2020 (art.1º, §3º, alínea “a”);

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder, para efeito de desincompatibilização, afastamento temporário à servidora Sra. HELENA DE FÁTIMA SOUZA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora Graduada - 20 horas semanais, vinculada à Secretaria Municipal de Educação e Cultura, portadora do RG nº 625288 SSP/MT e do CPF nº 453.052.0001.30, para exercício de atividades eleitorais, pelo período desde a data de 14 de agosto de 2020 até 15 de novembro de 2020, sem prejuízo dos vencimentos integrais de seu cargo efetivo.

Parágrafo Único. O afastamento concedido nos termos do *caput* deste artigo poderá ser interrompido em caso de desistência do pleito eleitoral, ou desaprovação da candidatura em convenção partidária.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul - MT, 14 de agosto de 2020.

CLAUDIOMIRO J. DE QUEIROZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 179/2020

Concede afastamento temporário ao servidor que menciona e dá outras providências.

CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ, Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais; e,

Considerando o teor do requerimento apresentado nesta data pelo servidor abaixo identificado, requerendo afastamento temporário a partir da data de 14 de agosto de 2020, para efeito de desincompatibilização, nos termos da Lei Complementar Federal de Nº 64 de 18 de maio de 1990, atualizada pela Lei Complementar Federal Nº 135 de 04 de junho de 2010;

Considerando também a Lei Complementar nº 029 de 25 de setembro de 2019 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais (§ 2º, do artigo 157);

Considerando ainda a Emenda Constitucional nº 107 de 02 de julho de 2020 (art.1º, §3º, alínea “a”);

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder, para efeito de desincompatibilização, afastamento temporário ao servidor Sr. CÉSAR ITAMAR SARINHO GUERGOLETI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente de Controle Administrativo, vinculado à Secretaria Municipal de Administração, portador do RG nº 1561829-3 SSP/MT e do CPF nº 000.082.911-01, para exercício de atividades eleitorais, pelo período desde a data de 14 de agosto de 2020 até 15 de novembro de 2020, sem prejuízo dos vencimentos integrais de seu cargo efetivo.

Parágrafo Único. O afastamento concedido nos termos do *caput* deste artigo poderá ser interrompido em caso de desistência do pleito eleitoral, ou desaprovação da candidatura em convenção partidária.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul - MT, 14 de agosto de 2020.

CLAUDIOMIRO J. DE QUEIROZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 178/2020

Concede afastamento temporário ao servidor que menciona e dá outras providências.

CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ, Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais; e,

Considerando o teor do requerimento apresentado nesta data pelo servidor abaixo identificado, requerendo afastamento temporário a partir da data de 14 de agosto de 2020, para efeito de desincompatibilização, nos termos da Lei Complementar Federal de Nº 64 de 18 de maio de 1990, atualizada pela Lei Complementar Federal Nº 135 de 04 de junho de 2010;

Considerando também a Lei Complementar nº 029 de 25 de setembro de 2019 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais (§ 2º, do artigo 157);

Considerando ainda a Emenda Constitucional nº 107 de 02 de julho de 2020 (art.1º, §3º, alínea “a”);

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder, para efeito de desincompatibilização, afastamento temporário ao servidor Sr. CELIO DE ANDRADE, ocupante do cargo de provimento efetivo de Condutor de Veículo Escolar, vinculado à Secretaria Municipal de Educação e Cultura, portador do RG nº 13042890 SSP/MT e do CPF nº 817.026.711.00, para exercício de atividades eleitorais, pelo período desde a data de 14 de agosto de 2020 até 15 de novembro de 2020, sem prejuízo dos vencimentos integrais de seu cargo efetivo.

Parágrafo Único. O afastamento concedido nos termos do *caput* deste artigo poderá ser interrompido em caso de desistência do pleito eleitoral, ou desaprovação da candidatura em convenção partidária.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul - MT, 14 de agosto de 2020.

CLAUDIOMIRO J. DE QUEIROZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 177/2020

Concede afastamento temporário ao servidor que menciona e dá outras providências.

CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ, Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais; e,

Considerando o teor do requerimento apresentado nesta data pelo servidor abaixo identificado, requerendo afastamento temporário a partir da data de 14 de agosto de 2020, para efeito de desincompatibilização, nos termos da Lei Complementar Federal de Nº 64 de 18 de maio de 1990, atualizada pela Lei Complementar Federal Nº 135 de 04 de junho de 2010;

Considerando também a Lei Complementar nº 029 de 25 de setembro de 2019 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais (§ 2º, do artigo 157);

Considerando ainda a Emenda Constitucional nº 107 de 02 de julho de 2020 (art.1º, §3º, alínea "a");

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder, para efeito de desincompatibilização, afastamento temporário ao servidor Sr. OSNI LENTZ, ocupante do cargo de provimento efetivo de Inspetor de Alunos, vinculado à Secretaria Municipal de Educação e Cultura, portador do RG nº 001231754 SSP/MS e do CPF nº 773. 786.521.72, para exercício de atividades eleitorais, pelo período desde a data de 14 de agosto de 2020 até 15 de novembro de 2020, sem prejuízo dos vencimentos integrais de seu cargo efetivo.

Parágrafo Único. O afastamento concedido nos termos do *caput* deste artigo poderá ser interrompido em caso de desistência do pleito eleitoral, ou desaprovação da candidatura em convenção partidária.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul - MT, 14 de agosto de 2020.

CLAUDIOMIRO J. DE QUEIROZ

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE VALE DE SÃO DOMINGOS

AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO TOMADA DE PREÇO 01/2020

A prefeitura municipal de Vale de São Domingos através do prefeito sr. Geraldo Martins da Silva, torna publico aos interessados que Adjudicou e homologou as seguintes licitação na modalidade **Tomada de Preço nº 01/2020**, **objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CONSTRUÇÃO DE UMA QUADRA COBERTA COM VESTIÁRIO NO DISTRITO DE MAQUINA QUEIMADO, PELO MENOR PREÇO, DO MUNICIPIO DE VALE DE SÃO DOMINGOS-MT, CONFORME PROJETO ELABORADO PELO ENGENHEIRO.**, e sagrou vencedora a empresa HBJ MONTEIRO SERVIÇOS DE ENGENHARIA EIRELI-ME, inscrita no C.N.P.J. sob o n.º 23.084. 435/0001-67. Vale de São Domingos-MT, 14 de Agosto de 2020. Geraldo Martins da Silva – prefeito municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VALE DE SÃO DOMINGOS
PORTARIA Nº 045/2020

PORTARIA Nº 045/2020

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PARA ATIVIDADE POLÍTICA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Vale de São Domingos-MT, Srº ***GERALDO MARTINS DA SILVA,*** no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais Leis especificas:

RESOLVE

Art. 1º - **CONCEDER,** conforme Lei Complementar Federal 64/1990, Art. 1º, inciso II, alínea L (que determina que o prazo para afastamento deve ocorrer até 3 (três) meses antes do pleito), **LICENÇA PARA ATIVIDADE POLÍTICA para o seguinte servidores:**

ANA MARIA JESUS SILVA CPF:046.614.591-80

DONIZETE BARNABÉ DA SILVA CPF:442.567.521-53

FÁBIO DOS SANTOS BEZERRA CPF:975.487.151-53

FRANCISCO DE ASSIS MOTA DA SILVA CPF:112.237.741-04

IVANA DA SILVA CPF:004.080.011-35

ROBERTO CARLOS RODRIGUES DE CARVALHO CPF:181.429.428-79

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Vale de São Domingos – MT, em 14 de Agosto de 2020.

Geraldo Martins da Silva

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 59/2020

CONTRATANTE PREFEITURA MUNICIPAL DE VALE DE SÃO DOMINGOS – MT, CNPJ 04.215.993/0001-70, **CONTRATADO HBJ MONTEIRO SERVIÇOS DE ENGENHARIA IRELI-ME, INSCRITO NO CNPJ: 23.084. 435/0001-67, OBJETO RESUMIDO DO CONTRATO:** PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CONSTRUÇÃO DE UMA QUADRA COBERTA COM VESTIÁRIO NO DISTRITO DE MAQUINA QUEIMADO, PELO MENOR PREÇO, DO MUNICIPIO DE VALE DE SÃO DOMINGOS-MT, CONFORME PROJETO ELABORADO PELO ENGENHEIRO. **VALOR CONTRATO:** R$ 282.841,86 **DATA EMISSÃO:** 14/08/2020, **DATA VENCIMENTO: 31/08/ 2021**, **TIPO LICITAÇÃO:** TOMADA DE PREÇO 01/2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE VALE DE SÃO DOMINGOS
PORTARIA Nº. 44/2020

PORTARIA Nº. 44/2020

DISPÕE SOBRE EXONERAÇAO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Vale de São Domingos-MT, S.r. ***GERALDO MARTINS DA SILVA***, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais Leis especificas:

RESOLVE

Art. 1º - EXONERAR a Senhora, ANA MARIA JESUS SILVA, portador do RG:22665544 SSP/MT e do CPF: 046.614.591-80, do cargo de COORDENADORA DO ADMINISTRATIVO DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Vale de São Domingos – MT, em 13 de agosto de 2020.

GERALDO MARTINS DA SILVA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

EXTRATO CONTRATO N. 221/2020

PARTES INTERESSADAS: PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ n° 03.507.548/0001-10e a Empresa VIA NACIONAL COMERCIO DE BRINQUEDOS EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n. 36.063.652/0001-12. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Este Instrumento Contratual se encontra vinculado aos termos e condições Lei nº. 8.666 de 21

de junho de 1993, vinculados ao Edital e anexos do Processo Licitatório do tipo Pregão Eletrônico n. 26/2020, bem como na proposta da contratada, no Processo Administrativo n. 101/2020, no Termo de Referência n. 012/2020 da Secretaria de Educação Cultura, Esporte e Lazer, bem como nos demais documentos acostados no PROCESSO GESPRO Nº. 666916/2020. OBJETO: O presente contrato objeto a aquisição de playgrounds, mobiliário escolar, equipamentos de cozinha, modelo PROINFÂNCIA, visando executar as ações elaboradas no Plano de Ações Articuladas do Termo de Compromisso PAR 201601532, Processo n. 23400004835201435, para atender a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Várzea Grande/MT. VALOR GLOBAL: Este instrumento tem o valor de R$ 2.390,00 (Dois mil trezentos e noventa reais).UO: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FONTE: 0122. VIGÊNCIA: Terá validade de terá validade por 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, prazo em que o CONTRATADO deverá prestar os serviços de acordo com a necessidade da Secretaria, sendo vedada sua prorrogação. FISCAL DE CONTRATO: Fica designado pela Secretaria de Educação, A fiscalização ficará a cargo do servidor Anderson da Silva Blanco, portador da Cédula de Identidade RG n. 0.533.449-7 SSP/MT e inscrito no CPF n. 393.582.671-00, Matrícula: 27.547; e, o servidor Leonam José Barros Filho, brasileiro, matricula n. 1387867, portador da Cédula de Identidade RG n. 2205133-3 SSPARAMT e inscrito no CPF n. 059.224.791-05.

DATA DE ASSINATURA: 14.08.2020

SILVIO APARECIDO FIDELIS

Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

VIA NACIONAL COMERCIO DE BRINQUEDOS EIRELI

Contratada

EXTRATO CONTRATO N. 207/2020

PARTES INTERESSADAS: a SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SMS/VG), através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, fundo público inscrito no CNPJ nº 11.364.895/0001-60 e a Empresa POTÊNCIA COMÉRCIO PRODUTOS INFORMÁTICA EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº. 17.874.189/0001-44. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Encontra-se vinculado aos termos e condições da Lei nº. 8.666 de 21 de Junho de 1993, vinculados ao Edital e anexos do Processo Licitatório do tipo Pregão Eletrônico nº. 26/2019, bem como na proposta da contratada, no Termo de Referência nº 07/2019 da Secretaria de Administração, e nos demais documentos acostados ao Processo Gespro n. 671044/2020. OBJETO: Tem por objeto a contratação de pessoa jurídica capacitada para o fornecimento de aparelhos de ar condicionado: tipo split e piso teto com instalação de materiais permanentes de ar condicionado, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Várzea Grande/MT. VALOR GLOBAL: O valor estimado do presente Contrato é de R$ 12.490,00 (doze mil quatrocentos e noventa reais). UO: SECRETARIA DE SAÚDE. FONTE: 0102/0142/0146. VIGÊNCIA: O presente contrato terá validade por 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura. FISCAL DE CONTRATO: A fiscalização do Contrato ficará a cargo da Secretaria Municipal de Saúde, que designa neste ato, na função de titular, o servidor ARTHUR ASSIS DE OLIVEIRA, inscrito no CPF n. 032.221.001-10; e, na função de suplente, o servidor SERGIO FREITAS DA SILVA, inscrito no CPF n. 722.679.762-34.

DATA DE ASSINATURA: 31.07.2020

DANIELA ASSIS DIAS BITES

Secretaria de Administração

DIÓGENES MARCONDES

Secretaria de Saúde

Contratante

POTÊNCIA COMÉRCIO PRODUTOS INFORMÁTICA EIRELI

Contratada

EXTRATO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 097/2017

PARTES INTERESSADAS: Prefeitura Municipal de Várzea Grande-MT e a Empresa REGIONAL CENTRO COMERCIAL LTDA - ME, inscrita no CNPJ n°. 10.706.086/0001-26. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Encontra fundamentação na Lei de Licitações e Contratos Administrativos n° 8.666/93, alterada pela Lei nº. 8.883/94, Art. 24, inciso X, ressaltando sua compatibilização com as peculiaridades que exige este inquilino especial, pela Lei nº. 8.245/91 alterada pela Lei nº. 12.112/2009, na proposta do Locador, pelo Ato de Dispensa de Licitação nº. 21/2017, na justificativa exarada pela Secretaria Gestora, nos termos e condições do Contrato n°. 097/2017, bem como nos demais documentos acostados no Processo GESPRO n°. 674505/2020. OBJETO: Tem por objeto aditar o item 3.1 da "CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PRAZOS E SUAS PRORROGAÇÕES, os itens 4.1 e 4. 3 da CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR, DA FORMA DE PAGAMENTO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA e o item 7.4 da CLÁUSULA SÉTIMA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO" do Contrato nº. 097/2017, referente a locação de um imóvel urbano localizado na Rua 10 nº. 07, Bairro Ouro Verde, Município de Várzea Grande-MT, destinado para com destino único exclusivo para funcionamento de salas anexas da EMEB Air Addor, visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação de Várzea Grande. VALOR GLOBAL: O valor do aluguel mensal é de R$ 7. 312,23 (Sete mil trezentos e doze reais e vinte e três centavos), perfazendo o valor total de R$ 87.746,76 (Oitenta e sete mil setecentos e quarenta e seis reais e setenta e seis centavos). UO: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FONTE: 0101. VIGÊNCIA: Fica prorrogado pelo período de 12 (doze) meses o prazo da vigência do Contrato principal, contadas a partir do seu vencimento. VIGÊNCIA: Fica prorrogado pelo período de 12 (doze) meses, o prazo de vigência do contrato principal, contadas a partir de seu vencimento. FISCAL DE CONTRATO: Fica designado pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer para este ato, a servidora MEIRY EVALDETH ALVES RONDON, portador da cédula de identidade RG n°. 0986 7830 SSP/MT, inscrito no CPF n°. 362.502.791-72, Matrícula 57631.

DATA DE ASSINATURA: 11.08.2020.

SILVIO APARECIDO FIDELIS

Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

REGIONAL CENTRO COMERCIAL LTDA ME

Contratada

EXTRATO CONTRATO N. 218/2020

PARTES INTERESSADAS: Prefeitura Municipal de Várzea Grande e a Empresa WR CERQUEIRA ENGENHARIA - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº. 30.345.106/0001-98, sob o NIRE nº 51102164390. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Encontra-se vinculado aos termos art. 24, inciso I, da Lei nº. 8.666/93, Decreto Federal n. 9.412/2018, ao Comunicado de Dispensa de Licitação nº 55/2020, bem como na proposta da contratada, no Processo Administrativo n. 145/2020, na 1º Retificação ao Termo de Referência nº 17/2020, da Secretaria de Viação e Obras, bem como nos demais documentos acostados no PROCESSO GESPRO N. 674468/2020. OBJETO: O presente Termo de Contratação de empresa capacitada para elaboração de projeto de prevenção e combate a incêndio e pânico e respectivas especificações técnicas da reforma e construção do Parque Berneck, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Várzea Grande/MT. VALOR GLOBAL: Atribui-se o VALOR GLOBAL estimado do presente Contrato R$ 25.522,07 (vinte e cinco mil quinhentos e vinte e dois reais e sete centavos). UO: SECRETARIA VIAÇÃO E OBRAS FONTE: 0100. VIGÊNCIA: O presente contrato terá pra-

zo de vigência de 60 (sessenta) dias, tendo início na data da assinatura/ publicação, sendo vedada a sua prorrogação. FISCAL DE CONTRATO: Fica designado pela Secretaria de Viação e Obras , o servidor WALDISNEI MORENO COSTA, Assessor Especial de Engenharia, portador da cédula de identidade RG nº. 1.427.129 SSP/GO e inscrito no CPF sob nº. 155. 512.531-04, Matrícula nº. 135553.

DATA DE ASSINATURA: 12.08.2020.

LUIZ CELSO MORAIS DE OLIVEIRA

Secretário Municipal de Viação e Obras – PMVG/MT

W R CERQUEIRA ENGENHARIA ME

Contratada

ATO Nº. 387/2020

Lucimar Sacre de Campos, Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e;

R E S O L V E:

EXONERAR a pedido Rosemary Souza Prado, no cargo em Comissão de Assessor Especial do Gabinete – DNS 1, do Gabinete da Prefeita, com efeito, a partir de 14 de agosto de 2020**.**

Registra- se, publica-se, cumpra-se.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 14 de Agosto de 2020.

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

PORTARIA N° 0611/2020/GAB/SMECEL/VG/MT

O Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, no uso de suas atribuições legais torna público a relação nominal dos servidores públicos em gozo regulamentar de férias, consoante a Lei Complementar n/º 3.797/2012.

EXERCÍCIO – 2017/2018					
MATR	**SERVIDOR (A)**	**CARGO**	**LOTAÇÃO**	**Período Gozo**	**DIAS**
36321	NATANAEL SILVA OLIVEIRA	TAE	SMECEL - COORD. TRANSPORTE	04/08/20 A 13/08/20	10
EXERCÍCIO – 2018/2019					
MATR	**SERVIDOR (A)**	**CARGO**	**LOTAÇÃO**	**Período Gozo**	**DIAS**
130690	WELLINGTON DE FIGUEIREDO SILVA	TSAE - TSM	EMEB ANA FRANCISCA DE BARROS	14/08/20 A 12/09/20	30
36321	NATANAEL SILVA OLIVEIRA	TAE	SMECEL - COORD. TRANSPORTE	14/08/20 A 02/09/20	20
84392	ADRIANO MARCOS DE MORAES	TSAE - TSM	EMEB PADRE LUIZ MARIA GHISONI	01/09/20 A 30/09/20	30
EXERCÍCIO – 2019/2020					
MATR	**SERVIDOR (A)**	**CARGO**	**LOTAÇÃO**	**Período Gozo**	**DIAS**
137173	ROSEMEIRE GONCALINA DE SOUZA AMARAL	SECRETARIO ESCOLAR	EMEB FAUSTINO ANTONIO DA SILVA	24/08/20 A 26/08/20	03
130713	PATRICIA GABRIELLE DE SOUZA SERPA MEIRA	TSAE - TSM	CMEI NAIR SACRE	08/08/20 A 06/09/20	30
43236	SIDNEI ROBERTO DE SOUZA	PROFESSOR	EMEB MARIO ANTUNES DE ALMEIDA	03/09/20 A 02/10/20	30
595	ADILSON MARQUES BOTELHO	TAE	NUCLEO DE TECNOLOGIA MUNICIPAL - NTM	02/01/20 A 31/01/20	30

Várzea Grande, 14 de agosto de 2020.

Silvio Aparecido Fidelis

Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Charles Fabiano Araújo Quadro

Coordenador de Gestão de Pessoas/SMECEL-RH

ATO Nº. 381/2020

Lucimar Sacre de Campos, Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e;

R E S O L V E:

EXONERAR Lucinéia dos Santos Ribeiro, no cargo em Comissão de Subsecretária – DNS 2, da Secretaria Municipal de Gestão Fazendária, com efeito, a partir de 13 de agosto de 2020**.**

Registra- se, publica-se, cumpra-se.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 14 de Agosto de 2020.

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

ATO Nº. 383/2020

Lucimar Sacre de Campos, Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e;

R E S O L V E:

NOMEAR Lucinéia dos Santos Ribeiro, no cargo em Comissão de Secretária Municipal – DNS 1, na Secretaria Municipal de Gestão Fazendária, a partir de 14 de agosto de 2020**.**

Registra- se, publica-se, cumpra-se.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 14 de Agosto de 2020.

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 034/2020

PARTES INTERESSADAS: Prefeitura A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SMS/VG), através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, fundo público inscrito no CNPJ n. 11.364.895/0001-60 e a Empresa Empresa ASTRAMED COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 07.733.630/0001-14. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Encontra fundamentado legal na Lei 8.666/93 e suas alterações, na justificativa da Secretaria Gestora, nos termos e condições do Contrato n. 034/2020, e demais documentos acostados no Processo GESPRO n. 669424/2020 OBJETO: Tem por tem por objeto, a inclusão de itens e quantidades, não contemplados no procedimento do Chamamento Público, bem como aditar a CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO, a CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, e a CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO, referente ao credenciamento de pessoas jurídicas para fornecimento de órteses e próteses em regime de consignação, padronizados pela tabela SIGTAP/SUS para atender as necessidades dos pacientes do hospital e pronto socorro municipal de Várzea Grande-mt, conforme Edital e anexos. VALOR GLOBAL: Fica aditado o valor de R$ 105.434,40 (Cento e cinco mil quatrocentos e trinta e quatro reais e quarenta centavos), passando o Contrato ao valor estimado global de R$ 1.119.040,84 (Hum milhão cento e dezenove mil quarenta reais e oitenta e quatro centavos). UO: SECRETARIA DE SAÚDE FONTE: 0102/0142/0146. FISCAL DE CONTRATO: Fica designado caberá a Secretaria Municipal de Saúde, que designa, o Servidor FLÁVIO DE JESUS CAJANGO, inscrito no CPF n. 049.980.021-47. SUPLENTE DE FISCAL: Servidora GISELE CRISTIANE FERREIRA LIMA, inscrita no CPF n. 030.101.691-75.DATA DE ASSINATURA: 11.08.2020

DIÓGENES MARCONDES

Secretaria Municipal de Saúde

ASTRAMED COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICOS LTDA

Contratada

EXTRATO CONTRATO N. 220/2020

PARTES INTERESSADAS: PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ n° 03.507.548/0001-10e a Empresa MV ELETRÔNICOS EIRELI ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n. 27.895.281/0001-44. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Este Instrumento Contratual se encontra vinculado aos termos e condições Lei nº. 8.666 de 21 de junho de 1993, vinculados ao Edital e anexos do Processo Licitatório do tipo Pregão Eletrônico n. 26/2020, bem como na proposta da contratada, no Processo Administrativo n. 101/2020, no Termo de Referência n. 012/2020 da Secretaria de Educação Cultura, Esporte e Lazer, bem como nos demais documentos acostados no PROCESSO GESPRO Nº. 666916/2020. OBJETO: O presente contrato objeto a aquisição de playgrounds, mobiliário escolar, equipamentos de cozinha, modelo PROINFÂNCIA, visando executar as ações elaboradas no Plano de Ações Articuladas do Termo de Compromisso PAR 201601532, Processo n. 23400004835201435, para atender a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Várzea Grande/MT. VALOR GLOBAL: Este instrumento tem o valor de R$ 5.044,00 (Cinco mil e quarenta e quatro reais). UO: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FONTE: 0122. VIGÊNCIA: Terá validade de terá validade por 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, prazo em que o CONTRATADO deverá prestar os serviços de acordo com a necessidade da Secretaria, sendo vedada sua prorrogação. FISCAL DE CONTRATO: Fica designado pela Secretaria de Educação, A fiscalização ficará a cargo do servidor Anderson da Silva Blanco, portador da Cédula de Identidade RG n. 0.533.449-7 SSP/MT e inscrito no CPF n. 393.582.671-00, Matrícula: 27.547; e, o servidor Leonam José Barros Filho, brasileiro, matricula n. 1387867, portador da Cédula de Identidade RG n. 2205133-3 SSP-PARAMT e inscrito no CPF n. 059.224.791-05.

DATA DE ASSINATURA: 14.08.2020

SILVIO APARECIDO FIDELIS

Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

MV ELETRÔNICOS EIRELI ME

Contratada

EXTRATO CONTRATO N. 216/2020

PARTES INTERESSADAS: PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE, pessoa jurídica de direito publico interno, inscrita no CNPJ sob o n. 03.507.548/0001-10 e a Empresa CENTRO INTTEGRARE DE PSICOLOGIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n. 31.090.606/0001-99. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Este Instrumento Contratual se encontra vinculado aos termos e condições do art. 25, II, da Lei n. 8.666 de 21 de Junho de 1993, ao Comunicado de Inexigibilidade de Licitação n. 08/2020, bem como na proposta da contratada, no Processo Administrativo n. 08/2020, no Termo de Referência n. 004/2020, da Secretaria de Defesa Social, bem como nos demais documentos acostados no PROCESSO GESPRO Nº. 667461/2020. OBJETO: Este Termo Contratual tem por objeto a Contratação de profissional Psicólogo para teste de capacidade psicológica dos Guardas Municipais, atendendo as exigências legais conforme legislação em vigor. VALOR GLOBAL: Este instrumento tem o valor global R$ 17.025,80 (Dezessete mil vinte e cinco reais e oitenta centavos). U**O: SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL FONTE: 0100.** VIGÊNCIA: O presente terá validade por 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, prazo em que o CONTRATADO deverá fornecer o objeto de acordo com as necessidades da Secretaria, sendo vedada sua prorrogação. FISCAL DE CONTRATO: A fiscalização deste processo e do Contrato dela decorrente ficará a cargo dos os servidores SIRLEI SALETE PIASECKI, (TITULAR) matrícula 43769, portadora da cédula de indentidade RG Nº 0516110-0 SSP/MT e inscrita no CPF 428.054.301-15; e, o servidor LOURINEY DOS SANTOS SILVA, matrícula 28.164, portador da Cédula de Identidade RG nº 770.703 SSP/MT, inscrito no CPF sob o nº 544.513.961-15.

DATA DE ASSINATURA: 11.08.2020

EVANDRO HOMERO DIAS

Secretaria de Defesa Social

CENTRO INTTEGRARE DE PSICOLOGIA LTDA

Contratada

EXTRATO CONTRATO N. 223/2020

PARTES INTERESSADAS: PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ n° 03.507.548/0001-10e a Empresa INOVART – COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n. 12.308.936/0001-63. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Este Instrumento Contratual se encontra vinculado aos termos e condições Lei nº. 8.666 de 21 de junho de 1993, vinculados ao Edital e anexos do Processo Licitatório do tipo Pregão Eletrônico n. 26/2020, bem como na proposta da contratada, no Processo Administrativo n. 101/2020, no Termo de Referência n. 012/2020 da Secretaria de Educação Cultura, Esporte e Lazer, bem como nos demais documentos acostados no PROCESSO GESPRO Nº. 666916/2020. OBJETO: O presente contrato objeto a aquisição de playgrounds, mobiliário escolar, equipamentos de cozinha, modelo PROINFÂNCIA, visando executar as ações elaboradas no Plano de Ações Articuladas do Termo de Compromisso PAR 201601532, Processo n. 23400004835201435, para atender a Secretaria Municipal de Educação,

Cultura, Esporte e Lazer do Município de Várzea Grande/MT. VALOR GLOBAL: Este instrumento tem o valor de R$ 3.179,00 (três mil cento e setenta e nove reais). UO: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FONTE: 0122. VIGÊNCIA: Terá validade de terá validade por 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, prazo em que o CONTRATADO deverá prestar os serviços de acordo com a necessidade da Secretaria, sendo vedada sua prorrogação. FISCAL DE CONTRATO: Fica designado pela Secretaria de Educação, A fiscalização ficará a cargo do servidor Anderson da Silva Blanco, portador da Cédula de Identidade RG n. 0.533.449-7 SSP/MT e inscrito no CPF n. 393.582.671-00, Matrícula: 27.547; e, o servidor Leonam José Barros Filho, brasileiro, matricula n. 1387867, portador da Cédula de Identidade RG n. 2205133-3 SSPARAMT e inscrito no CPF n. 059.224.791-05.

DATA DE ASSINATURA: 14.08.2020

SILVIO APARECIDO FIDELIS

Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

INOVART – COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI

Contratada

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL –SEMMADRS – PMVG

JUNTA DE JULGAMENTO

ATA DE JULGAMENTO

Aos dias 14 de agosto de 2020, as 08:30 horas, os membros da Junta Administrativa de Julgamento de Infrações Ambientais - SEMMADRS, Aberta a reunião pela Secretária Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural Sustentável, Sra Helen Farias Ferreira, onde foi constatada a presença dos membros da junta, Sr. Edipson Morbek Junior, Coordenador de Fiscalização, Glaucy Kelly Enciso Alves, Coordenadora de Serviço de Inspeção Municipal, Everton Jupiraci Navarro, Coordenador de Desenvolvimento Rural Sustentável, Sra. Roseli Port, Coordenadora de Meio Ambiente e a Dra Letícia Cavalcanti, Assessora Jurídica, reuniram-se ordinariamente dando início, feita a chamada, por leitura da Pauta de Julgamento, em primeira chamada as 08 horas, e em segunda chamada as 08 horas e 30 minutos, constata a ausência das partes, dando início ao julgamento:

Recurso Administrativo nº 8334/2018

Auto de Infração nº 001451

Recorrente: ARMANDO SILVA ARAÚJO – ME (ARMANDO CAÇAMBA)

Relator: Everton Jupiraci Navarro - Coordenador de Desenvolvimento Rural Sustentável

Voto: pugnou pelo indeferimento da Defesa Administrativa apresentada, mantendo o Auto de Infração em sua integralidade.

Aberta a votação, por unanimidade, todos os membros votaram com o relator.

Recurso Administrativo nº 10714/2019

Auto de Infração nº 001444

Recorrente: AGA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE TINTAS LTDA

Relator: Edipson Morbek Junior - Coordenador de Fiscalização

Voto: pugnou pelo Indeferimento da Defesa Administrativa apresentada, mantendo o Auto de Infração em Sua Integralidade.

Aberta a votação, por unanimidade, todos os membros votaram com o relator.

Recurso Administrativo nº 10953/2019

Auto de Infração nº 000149

Recorrente: PEDRO JOSÉ DOS SANTOS

Relator: Edipson Morbek Junior - Coordenador de Fiscalização

Voto: pugnou pelo Indeferimento da Defesa Administrativa apresentada, mantendo o Auto de Infração em Sua Integralidade.

Aberta a votação, por unanimidade, todos os membros votaram com o relator.

Recurso Administrativo nº 10293/2019

Auto de Infração nº 001443

Recorrente: EDSON DE MIRANDA

Relator: Glaucy Kelly Enciso Alves - Coordenadora de Serviço de Inspeção Municipal

Voto: pugnou pelo Indeferimento da Defesa Administrativa apresentada, mantendo o Auto de Infração em Sua Integralidade.

Aberta a votação, por unanimidade, todos os membros votaram com o relator.

Recurso Administrativo nº 7206/2018

Auto de Infração nº 001319

Recorrente: ARMANDO SILVA ARAÚJO – ME (ARMANDO CAÇAMBA)

Relator: Glaucy Kelly Enciso Alves - Coordenadora de Serviço de Inspeção Municipal

Voto: pugnou pelo Deferimento da Defesa Administrativa apresentada, anulando o Auto de Infração.

Aberta a votação, por unanimidade, todos os membros votaram com o relator.

Encerrada a Reunião as 08 horas e 45 minutos, lavrada a presente ata, e encaminhada para publicação.

HELEN FARIAS FERREIRA

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

SEMMADRS – PMVG

EDIPSON MORBECK JUNIOR

COORDENADOR DE FISCALIZAÇÃO

SEMMADRS – PMVG

EVERTON JUPIRACI NAVARRO

COORDENADOR DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

SEMMADRS – PMVG

GLAUCY KELLY ENCISO ALVES

COORDENADORA DE SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL

SEMMADRS – PMVG

LETÍCIA CAVALCANTI

ASSESSORA JURÍDICA

SEMMADRS - PMVG

ROSELI PORT

COORDENADORA DE MEIO AMBIENTE

SEMMADRS PMVG

PAUTA DE JULGAMENTO DA 18ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE RECURSOS FISCAIS – 26/08/2020

O Presidente do Conselho Municipal de Recursos Fiscais, com base no art. 37, § 2º, da Lei Complementar Municipal n. 4.354/2018, faz saber que a 18ª Sessão Ordinária será realizada dia 26/08/2020, às 09h00min, por meio de videoconferência (Google Meet), conforme previsto na PORTARIA Nº 03/CMRF/2020, com a seguinte pauta:

1) Processo CRF/VG n. 69 (Centrais Elétricas Matogrossense S/A-Energisa Mato Grosso Distribuidora de Energia S.A – ISSQN - Reexame Necessário - Conselheira Relatora Sra. CÁSSIA REGIS LOPES);

2) Processo CRF/VG n. 71 (Mato Grosso Serviços de Vistoria Ltda. – EPP x Fisco Municipal – ISSQN - Recurso Voluntário) – Conselheira Relatora Sra. ADRIANA SCHLITTER.

Nos termos da PORTARIA Nº 03/CMRF/2020:

a) o pedido de sustentação oral deverá ser encaminhado por meio do correio eletrônico **conselho.fiscais@varzeagrande.mt.gov.br** em até 2 (dois) dias úteis antes do início da sessão de julgamento, especificando o número do processo, data do julgamento, o requerente e o número do seu telefone;

b) o envio de memorial poderá ser realizado por meio do correio eletrônico **conselho.fiscais@varzeagrande.mt.gov.br** em até 2 (dois) dias úteis antes do início da sessão de julgamento, especificando o número do processo, data do julgamento e o requerente.

Várzea Grande; 12 de Agosto de 2020.

DANIEL DA SILVA MARTINS NETO

Presidente do Conselho Municipal de Recursos Fiscais

PORTARIA Nº 715/CPSPAD/SAD/2020

O Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº. 1.164/91 e Decreto nº 032/2010;

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar por 60 (sessenta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão de Sindicância e Processos Administrativos Disciplinares, designada pela Portaria nº 479/2019, de 10 de maio de 2019, do Secretário Municipal de Administração, publicada no Jornal Oficial dos Municípios, página 231/232, em 14 de maio de 2019, objeto do Processo Administrativo Disciplinar nº. 063/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Várzea Grande-MT, 07 de agosto de 2020.

Daniela Assis Dias Bites

Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 694/CPSPAD/SAD/2020

O Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº. 1.164/91 e Decreto nº 032/2010;

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar por 60 (sessenta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão de Sindicância e Processos Administrativos Disciplinares, designada pela Portaria nº 479/2019, de 10 de maio de 2019, do Secretário Municipal de Administração, publicada no Jornal Oficial dos Municípios, em 14 de maio de 2019, página 231/232, objeto do Processo Administrativo Disciplinar nº. 048/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Várzea Grande-MT, 06 de agosto de 2020.

Daniela Assis Dias Bites

Secretária Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE

PORTARIA N. 257/2020

“DESINCOMPATIBILIZAÇÃO PARA CONCORRER A CARGO ELETIVO”

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA, prefeito municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e considerando o requerimento datado de 13 de agosto de 2020;

RESOLVE:

Art. 1º. - Conceder ao servidor efetivo MARCIO CAMARGO DE LIMA**,** brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG nº. 2.156.809-0 SSP/MT e inscrito no CPF nº. 038.821.201-26, lotado no cargo de Agente Comunitário de Saúde, afastamento temporário a partir do dia 14 de agosto de 2020 a 25 de novembro de 2020, para concorrer a cargo eletivo no pleito de 2020, em conformidade com a Lei Complementar Federal nº. 64/90, art. 1º, II, “l”.

Art. 2º. - Fica o servidor ciente, que ao final da licença ora concedida, deverá retornar imediatamente as suas funções.

Parágrafo único - A licença para sua validade deverá ser comprovada com o registro da candidatura a cargo eletivo do beneficiário, que deverá ser apresentado no Setor de Recursos Humanos do Município.

Art. 3º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS QUATORZE DIAS DO MÊS DE AGOSTO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA PREFEITO

PORTARIA N. 253/2020

“DESINCOMPATIBILIZAÇÃO PARA CONCORRER A CARGO ELETIVO”

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA, prefeito municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e considerando o requerimento datado de 14 de agosto de 2020;

RESOLVE:

Art. 1º. - Conceder a servidora GISLAINE RAMOS DA SILVA VIEIRA, portadora do RG: 2474446-8 SSP/MT e CPF: 050.961.101-09, lotada no cargo de Agente Administrativo, afastamento temporário a partir do dia 14 de agosto de 2020 a 25 de novembro de 2020, para concorrer a cargo eletivo no pleito de 2020, em conformidade com a Lei Complementar Federal nº. 64/90, art. 1º, II, “l”.

Art. 2º. - Fica a servidora ciente, que ao final da licença ora concedida, deverá retornar imediatamente as suas funções.

Parágrafo único - A licença para sua validade deverá ser comprovada com o registro da candidatura a cargo eletivo do beneficiário, que deverá ser apresentado no Setor de Recursos Humanos do Município.

Art. 3º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS QUATORZE DIAS DO MÊS DE AGOSTO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE. WAGNER VICENTE DA SILVEIRA PREFEITO

PORTARIA N. 254/2020

“DESINCOMPATIBILIZAÇÃO PARA CONCORRER A CARGO ELETIVO”

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA, prefeito municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e considerando o requerimento datado de 13 de agosto de 2020;

RESOLVE:

Art. 1º. - Conceder a servidora FRANCISCA ANA DA SILVA, portadora da Cédula de Identidade RG: n. 161669-2 SSP/MT e CPF nº 826.591.094-00, lotada no cargo de Agente Comunitário de Saúde, afastamento temporário a partir do dia 14 de agosto de 2020 a 25 de novembro de 2020, para concorrer a cargo eletivo no pleito de 2020, em conformidade com a Lei Complementar Federal nº. 64/90, art. 1º, II, "l".

Art. 2º. - Fica a servidora ciente, que ao final da licença ora concedida, deverá retornar imediatamente as suas funções.

Parágrafo único - A licença para sua validade deverá ser comprovada com o registro da candidatura a cargo eletivo do beneficiário, que deverá ser apresentado no Setor de Recursos Humanos do Município.

Art. 3º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS QUATORZE DIAS DO MÊS DE AGOSTO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE. WAGNER VICENTE DA SILVEIRA PREFEITO

AVISO DE RESULTADO DO PREGÃO N. 057/2020

A prefeitura de Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, através de seu Pregoeiro, torna público para conhecimento dos interessados que a licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL N. 052/2020, destinada ao registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais de limpeza, higiene, utensílios de cozinha e gêneros alimentícios para atender diversas secretarias desta municipalidade, com data de abertura para o dia 14/08/2020 às 10h, foi considerada DESERTA, face a ausência de interessados.

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 14 de agosto de 2020.

ALESSANDRO SANTANA DE SOUZA

Pregoeiro

AVISO DE RESULTADO DO PREGÃO N. 056/2020

A prefeitura de Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, através de seu Pregoeiro, torna público para conhecimento dos interessados que a licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL N. 052/2020, destinada ao registro de preços para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios para merenda escolar 2020 , com data de abertura para o dia 14/08/2020 às 08h, foi considerada DESERTA, face a ausência de interessados.

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 14 de agosto de 2020.

ALESSANDRO SANTANA DE SOUZA

Pregoeiro

PORTARIA N. 256/2020

"DESINCOMPATIBILIZAÇÃO PARA CONCORRER A CARGO ELETIVO"

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA, prefeito municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e considerando o requerimento datado de 13 de agosto de 2020;

RESOLVE:

Art. 1º. - Conceder ao servidor efetivo JACOB ANDRÉ BRINGSKEN**,** brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG nº. 1160227 SSP/MT e inscrito no CPF nº. 205.977.201-00, lotado no cargo de médico, afastamento temporário a partir do dia 14 de agosto de 2020 a 25 de novembro de 2020, para concorrer a cargo eletivo no pleito de 2020, em conformidade com a Lei Complementar Federal nº. 64/90, art. 1º, II, "l".

Art. 2º. - Fica o servidor ciente, que ao final da licença ora concedida, deverá retornar imediatamente as suas funções.

Parágrafo único - A licença para sua validade deverá ser comprovada com o registro da candidatura a cargo eletivo do beneficiário, que deverá ser apresentado no Setor de Recursos Humanos do Município.

Art. 3º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS QUATORZE DIAS DO MÊS DE AGOSTO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA PREFEITO

PORTARIA N. 255/2020

"DESINCOMPATIBILIZAÇÃO PARA CONCORRER A CARGO ELETIVO"

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA, prefeito municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e considerando o requerimento datado de 14 de agosto de 2020;

RESOLVE:

Art. 1º. - Conceder a servidora NOELY SOARES VILASBOAS, portadora do RG: 15568741 SSP/MT e CPF: 004.004.141-71, lotada no cargo de Auxiliar Administrativo, afastamento temporário a partir do dia 14 de agosto de 2020 a 25 de novembro de 2020, para concorrer a cargo eletivo no pleito de 2020, em conformidade com a Lei Complementar Federal nº. 64/90, art. 1º, II, "l".

Art. 2º. - Fica a servidora ciente, que ao final da licença ora concedida, deverá retornar imediatamente as suas funções.

Parágrafo único - A licença para sua validade deverá ser comprovada com o registro da candidatura a cargo eletivo do beneficiário, que deverá ser apresentado no Setor de Recursos Humanos do Município.

Art. 3º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS QUATORZE DIAS DO MÊS DE AGOSTO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE. WAGNER VICENTE DA SILVEIRA PREFEITO

PORTARIA N. 258/2020

"EXONERA OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO QUE ESPECIFICA".

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA, prefeito municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em especial as consignadas no artigo 64, Inciso VI, da Lei Orgânica do Município e considerando requerimento datado de 11 de agosto de 2020,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar MIGUEL JUNIOR DOS SANTOS MELO, brasileiro, residente e domiciliado a Rua Aureliano, 11, Jd. Aeroporto, município de Vila Bela da Ssª Trindade – MT, portador da Cédula de Identidade n. 2536351-4 SSP/MT e CPF n. 044.132.511-48, do cargo de provimento em comissão de GERENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E TRABALHO, a contar desta data.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrario.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS QUATORZE DIAS DO MÊS DE AGOSTO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA

PREFEITO

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA

PREFEITURA/LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 024/2020

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 024/2020

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 060/2020 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2020

DO OBJETO: Registro de Preço para futura e eventual contratação de empresa especializada em confecção de banners, faixa, adesivos, blocos, formulários para atender a demanda das Secretarias de Saúde, administração, Agricultura, Assistência Social, Educação, Cultura Desporto e Lazer e Gabinete do Prefeito

DO PAGAMENTO: O pagamento será efetuado à CONTRATADA em até **10 (Dez)** dias úteis, contados do recebimento dos itens bem como, da nota fiscal devidamente atestada pelo fiscal devidamente designado para esse fim.

DATA: Vila Rica/MT, 14 de Agosto de 2020.

ASSINANTES / VALOR:

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA - Prefeitura Municipal de Vila Rica – Contratante.

GRÁFICA E EDITORA ALIANÇA LTDA (02.472.396/0002-86**) R$ 38. 965,00**– Contratada.

MARIA LUIZA P DE MATOS-ME (30.635.573/0001-52**) - R$ 34.275,00 -** Contratada.

GUIA TIPO ALFA LTDA (10.979.697/0001-48) - **R$ 178.222,78 -** Contratada.

IDCONTROLL IDENTIFICAÇÃO E TECNOLOGIA LTDA (35.663.840/0001-19) - **R$ 330,00 -** Contratada.

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 258/2020

DE 14 DE AGOSTO DE 2020

Abmael Borges da Silveira, Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o requerimento de desincompatibilização sob o protocolo n° 2765/2020 do interessado;

R E S O L V E:

Art. 1º- Conceder Licença para Atividade Política ao servidor THIAGO FERNANDES MARQUES BARROS matricula nº 2309, lotado na Secretaria de Agricultura no cargo de Auxiliar de Inspeção Sanitária, no período de 14/08/2020 a 30/11/2020 em conformidade com o Art. 99 da Lei Municipal nº 747/2008.

§ A não apresentação do registro no prazo especificado no caput deste artigo torna nula a concessão da licença.

§ Caso não seja apresentado o registro da candidatura ou ao menos cópia da ata que comprove a participação do servidor em convenção partidária como pretenso candidato, o Município adotará os procedimentos necessários para resguardar o interesse público.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

C U M P R A – S E

Gabinete do Prefeito Municipal.

Abmael Borges da Silveira

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 255/2020

DE 14 DE AGOSTO DE 2020

Abmael Borges da Silveira, Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o requerimento de desincompatibilização sob o protocolo nº 2591/2020 da interessada;

R E S O L V E:

Art. 1º- Conceder Licença para Atividade Política ao servidor JOSE CARLOS GASPARETTO matricula nº 80, lotado na Secretaria de Agricultura, no cargo de Escriturário, no período de 14/08/2020 a 30/11/2020 em conformidade com o Art. 99 da Lei Municipal nº 747/2008.

§ A não apresentação do registro no prazo especificado no caput deste artigo torna nula a concessão da licença.

§ Caso não seja apresentado o registro da candidatura ou ao menos cópia da ata que comprove a participação do servidor em convenção partidária como pretenso candidato, o Município adotará os procedimentos necessários para resguardar o interesse público.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

C U M P R A – S E

Gabinete do Prefeito Municipal.

Abmael Borges da Silveira

Prefeito Municipal

PREFEITURA/LICITAÇÃO
EXTRATO NONO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ORIGINAL Nº 031/2016

EXTRATO NONO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ORIGINAL Nº 031/2016

OBJETO: O presente aditivo tem por objeto Prorrogar a vigência do contrato 031/2016, inicialmente pactuado no Processo Licitatório nº 051/2016 na modalidade Tomada de Preço nº 004/2016, pelo período de 60 (Sessenta) dias, contados a partir do dia **14/08/2020** até **15/10/2020.** O Objeto do presente Contrato é a execução de Obras de pavimentação Asfáltica em TSD, o qual será executado na Rua 67, Setor Oeste, sendo área total de construção é de 2.257,08M².

DEMAIS CLÁUSULAS: Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato.

DATA: Vila Rica/MT, 14 de Agosto de 2020.

ASSINANTES /Abmael Borges da Silveira - Prefeitura Municipal De Vila Rica – Contratante

CONSTRUTORA JURUENA LTDA (04.292.274/0001-52) Contratada.

ANEXO XXII

ANEXO XXII

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA

DEMONSTRATIVO ANALÍTICO DAS OCORRÊNCIAS MENSAIS RELATIVAS A TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS RECEBIDAS E CONCEDIDAS

Nº CONVÊNIO	DATA DE LIBERAÇÃO	CONVENENTE	CONCEDENTE	OBJETO	ÁREA DE APLICAÇÃO	CONTA BANCÁRIA	VALOR TOTAL
SICONV 882675/ 2019	14/08/2020	Ministério Do Desenvolvimento Regional	Prefeitura Municipal de Vila Rica - MT	Pavimentação Asfáltica e Drenagem de Logradouros Urbanos no Bairro Setor Oeste da Cidade de Vila Rica-MT	4.4.90.51	647071-1	382.000,00

Data: 14/08/2020 ASSINATURA DO ORDENADOR DE DESPESAS:

SECRETARIA DE FINANÇAS
RESOLUÇÃO CMDCA Nº 012/2020

"DECRETA SIGILO AOS PADS 002 E 003/2020."

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei nº 1.163 de 23 de outubro de 2013.

CONSIDERANDO os preceitos contidos no Estatuto da Criança e Adolescente, princípios do melhor interesse do menor e sigilo contido no artigo 189, inciso III, do Código de Processo Civil.

CONSIDERANDO ATA de Reunião do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente - CMDCA do dia 14 de agosto de 2020.

RESOLVE:

Art. 1° Decretar sigilo nos Processos Administrativos nº 002/2020 e 003/2020.

Art. 2° Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as demais disposições em contrário.

Vila Rica- MT, 14 de agosto de 2020.

JONHNATTAN MENDES MARTINS

Presidente do CMDCA/VR

MATO GROSSO

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA DE VILA RICA

BALANÇO FINANCEIRO - Anexo 13

Administração Indireta - INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA DE VILA RICA

EXERCÍCIO:2020
PERÍODO (MÊS): Janeiro Á Julho
DATA DE EMISSÃO:14/08/2020
FAGINA:1

IMPREV

ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO

INGRESSOS		DISPÊNDIOS	
ESPECIFICAÇÃO	**Exercício Atual**	**ESPECIFICAÇÃO**	**Exercício Atual**
Receita Orçamentária (I)	**5.848.059,13**	**Despesas Orçamentária (VII)**	**2.739.671,41**
Ordinária	0,00	Vinculada	2.739.671,41
Vinculada	5.848.059,13	Recuros RPPS	2.739.671,41
Recuros RPPS	5.848.059,13	**Transferências Financeiras Concedidas (VIII)**	**0,00**
Transferências Financeiras Recebidas (II)	**0,00**	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	0,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	0,00	**Interferências Financeiras Concedidas (IX)**	**1.151.879,83**
Recebimentos Extraorçamentários (IV)	**574.341,11**	PERDAS COM ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS DO RPPS DE LONGO P	1.151.879,83
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	96.563,84	**Pagamentos Extraorçamentários (X)**	**507.830,14**
Inscrição de Restos a Pagar Processados	13.442,69	RP NAO PROCESSADOS PAGOS	47.257,96
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	464.334,58	RP PROCESSADOS PAGOS	5.991,18
Saldo do Exercício Anterior (V)	**34.637.113,45**	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	454.581,00
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	34.368.748,75	**Saldo para o Exercício Seguinte (XI)**	**36.660.132,31**
BANCO C/ MOVIMENTO	100.707,76	APLICAÇÕES FINANCEIRAS	35.610.162,36
POUPANÇA	167.656,94	BANCO C/ MOVIMENTO	875.488,19
		POUPANÇA	174.481,76
TOTAL (VI) = (I+II+III+IV+V)	41.059.513,69	**TOTAL (XII) = (VII+VIII+IX+X+XI)**	41.059.513,69

VILA RICA, 14/08/2020

EURICO DA CUNHA BARBOSA
DIRETOR EXECUTIVO

LEIDI AFARECIDA MINELI
CONTADORA CRC-MT-015487/O-3

IMPREV
ANEXO 12 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

MATO GROSSO
INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA DE VILA RICA
Anexo 12 - Balanço Orçamentário
Administração Indireta - INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA DE VILA RICA

Betha Sistemas
Exercício de 2020
Período: Janeiro à Julho

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO d = (c-b)
RECEITAS CORRENTES (I)	7.460.000,00	7.460.000,00	5.848.059,13	-1.611.940,87
_ Contribuições	2.015.000,00	2.015.000,00	1.177.688,46	-837.311,54
___ Contribuições Sociais	2.015.000,00	2.015.000,00	1.177.688,46	-837.311,54
_ Receita Patrimonial	2.950.000,00	2.950.000,00	2.290.118,26	-659.881,74
___ Valores Mobiliários	2.950.000,00	2.950.000,00	2.290.118,26	-659.881,74
_ Outras Receitas Correntes	95.000,00	95.000,00	71.206,40	-23.793,60
___ Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	85.000,00	85.000,00	71.206,40	-13.793,60
___ Demais Receitas Correntes	10.000,00	10.000,00	0,00	-10.000,00
_ Contribuições	2.400.000,00	2.400.000,00	2.309.046,01	-90.953,99
___ Contribuições Sociais	2.400.000,00	2.400.000,00	2.309.046,01	-90.953,99
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	7.460.000,00	7.460.000,00	5.848.059,13	-1.611.940,87
Refinanciamento (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
_ Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
_ Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
_ Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
_ Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	7.460.000,00	7.460.000,00	5.848.059,13	-1.611.940,87
Déficit (VI)	-	-	-	-
TOTAL (VII) = (V + VI)	7.460.000,00	7.460.000,00	5.848.059,13	-1.611.940,87
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	0,00	0,00	-
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores	-	-	0,00	-
Superávit Financeiro	-	0,00	0,00	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	0,00	0,00	-

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO DA DOTAÇÃO (j) = (f-g)
DESPESAS CORRENTES (VIII)	4.190.000,00	4.260.000,00	2.734.873,41	2.638.309,57	2.624.866,88	1.525.126,59
_ PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.778.000,00	3.753.000,00	2.574.193,25	2.573.261,44	2.559.818,75	1.178.806,75
_ OUTRAS DESPESAS CORRENTE	412.000,00	507.000,00	160.680,16	65.048,13	65.048,13	346.319,84
DESPESAS DE CAPITAL (IX)	20.000,00	20.000,00	4.798,00	4.798,00	4.798,00	15.202,00
_ INVERSOES FINANCEIRAS	20.000,00	20.000,00	4.798,00	4.798,00	4.798,00	15.202,00
Reserva de Contingência (X)	3.250.000,00	3.180.000,00	0,00	0,00	0,00	3.180.000,00
	3.250.000,00	3.180.000,00	0,00	0,00	0,00	3.180.000,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XI) = (VII + IX + X)	7.460.000,00	7.460.000,00	2.739.671,41	2.643.107,57	2.629.664,88	4.720.328,59
Amortização da Dívida / Refinanciamento (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
_ Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
___ Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
___ Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
_ Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
___ Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

MATO GROSSO
INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA DE VILA RICA
Anexo 12 - Balanço Orçamentário
Administração Indireta - INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA DE VILA RICA

Betha Sistemas
Exercício de 2020
Período: Janeiro à Julho
Página: 2/2

Amortização da Dívida / Refinanciamento (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
___ Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XIII)= (XI+ XII)	7.460.000,00	7.460.000,00	2.739.671,41	2.643.107,57	2.629.664,88	4.720.328,59
Superávit (XIV)	_____-_____	_____-_____	3.108.387,72	-	-	-3.108.387,72
TOTAL (XV) = (XIII + XIV)	7.460.000,00	7.460.000,00	5.848.059,13	2.643.107,57	2.629.664,88	1.611.940,87
Reserva do RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:

RESTOS A FAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITOS		LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a+b-d-e)
DESPESAS CORRENTES	0,00	53.824,88	49.462,77	47.257,96	0,00	6.566,92
_ PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
_ JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
_ OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	53.824,88	49.462,77	47.257,96	0,00	6.566,92
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
_ INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
_ INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
_ AMORTIZACAO DE DIVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	53.824,88	49.462,77	47.257,96	0,00	6.566,92

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS:

RESTOS A FAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	INSCRITOS		PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)	(c)	(d)	(e) = (a+b-c-d)
DESPESAS CORRENTES	0,00	5.991,18	5.991,18	0,00	0,00
_ PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
_ JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
_ OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	5.991,18	5.991,18	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
_ INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
_ INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
_ AMORTIZACAO DE DIVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	5.991,18	5.991,18	0,00	0,00

VILA RICA,_ 14/08/2020

EURICO DA CUNHA BARBOSA
DIRETOR EXECUTIVO

LEIDI APARECIDA MINELI
CONTADORA CRC-MT-015487/O-3

SECRETARIA DE FINANÇAS
ORDEM DE SERVIÇO

O Prefeito Municipal de Vila Rica-MT, **ABMAEL BORGES DA SILVEIRA**, no uso de suas atribuições Expede a Ordem de Serviço à Secretaria Municipal de Viação e Obras Públicas, a dar inicio á Execução da Obra de Pavimentação Asfáltica em TSD e Drenagem nas Ruas Alagoas, Alvarenga Peixoto, Cláudio Manoel, Padre Rolim e Sergipe, na Avenida Marilia de Dirceu, por meio de **Execução Direta**, com área total de 9.853,76 metros quadrados. A obra está localizada no Bairro Setor Inconfidentes, Vila Rica-MT.

Vila Rica-MT, 13 de Agosto de 2020.

Abmael Borges da Silveira

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 254/2020

DE 14 DE AGOSTO DE 2020

Abmael Borges da Silveira, Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o requerimento de desincompatibilização sob o protocolo nº 2766/2020 do interessado;

R E S O L V E:

Art. 1º- Conceder Licença para Atividade Política ao servidor ADEMAR SCHMITT matricula nº 03, lotado na Secretaria de Educação, no cargo de Professor de I a IV, no período de 14/08/2020 a 30/11/2020 em conformidade com o Art. 99 da Lei Municipal nº 747/2008.

§ A não apresentação do registro no prazo especificado no caput deste artigo torna nula a concessão da licença.

§ Caso não seja apresentado o registro da candidatura ou ao menos cópia da ata que comprove a participação do servidor em convenção partidária como pretenso candidato, o Município adotará os procedimentos necessários para resguardar o interesse público.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

C U M P R A – S E

Gabinete do Prefeito Municipal.

Abmael Borges da Silveira

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 256/2020

DE 14 DE AGOSTO DE 2020

Abmael Borges da Silveira, Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o requerimento de desincompatibilização sob o protocolo nº 2711/2020 do interessado;

R E S O L V E:

Art. 1º- Conceder Licença para Atividade Política ao servidor JOAO DA CRUZ BEZERRA matricula nº 1049, lotado na Secretaria de Viação e Obras Públicas no cargo de VIGIA, no período de 14/08/2020 a 30/11/2020 em conformidade com o Art. 99 da Lei Municipal nº 747/2008.

§ A não apresentação do registro no prazo especificado no caput deste artigo torna nula a concessão da licença.

§ Caso não seja apresentado o registro da candidatura ou ao menos cópia da ata que comprove a participação do servidor em convenção partidária como pretenso candidato, o Município adotará os procedimentos necessários para resguardar o interesse público.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

C U M P R A – S E

Gabinete do Prefeito Municipal.

Abmael Borges da Silveira

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE FINANÇAS
PORTARIA Nº 251/2020

DE 13 DE AGOSTO DE 2020.

Designa o Engenheiro Responsável para ELABORAÇÃO, ORÇAMENTO, FISCALIZAÇÃO e EXECUÇÃO das obras de Pavimentação asfáltica em TSD e Drenagem, do Bairro Inconfidentes.

Abmael Borges da Silveira, Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas;

RESOLVE:

Art. 10 Designar o Engenheiro Civil, RAFAEL DOS SANTOS CORDEIRO, Matr. 3494 - CREA nº 241629546-2 como responsável pela **ELABORAÇÃO DO PROJETO e ORÇAMENTO,** assim como pela **FISCALIZAÇÃO e EXECUÇÃO** das obras de Pavimentação asfáltica em TSD e Drenagem, do Bairro Inconfidentes: nas Ruas Alagoas, Alvarenga Peixoto, Cláudio Manoel, Padre Rolim e Sergipe, na Avenida Marilia de Dirceu, por meio de Execução Direta, com área total de 9.853,76 metros quadrados.

Paragrafo único – a prestação de serviço de que trata este *caput* é de forma direta.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal.

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 257/2020

DE 14 DE AGOSTO DE 2020

Abmael Borges da Silveira, Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o requerimento de desincompatibilização sob o protocolo nº 2661/2020 da interessada;

R E S O L V E:

Art. 1º- Conceder Licença para Atividade Política a servidora REGIANE SANTOS DIAS matricula nº 1310, lotada na Secretaria de Educação no cargo de Agte de Limpeza Escolar, no período de 14/08/2020 a 30/11/2020 em conformidade com o Art. 99 da Lei Municipal nº 747/2008.

§ A não apresentação do registro no prazo especificado no caput deste artigo torna nula a concessão da licença.

§ Caso não seja apresentado o registro da candidatura ou ao menos cópia da ata que comprove a participação do servidor em convenção partidária como pretenso candidato, o Município adotará os procedimentos necessários para resguardar o interesse público.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

C U M P R A – S E

Gabinete do Prefeito Municipal.

Abmael Borges da Silveira

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 253/2020

DE 14 DE AGOSTO DE 2020

Abmael Borges da Silveira, Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o requerimento de desincompatibilização sob o protocolo nº 2768/2020 do interessado;

R E S O L V E:

Art. 1º- Conceder Licença para Atividade Política ao servidor JOSE ENOQUE DE JESUS matricula nº 1178, lotado na Secretaria de Obras no cargo de GARI, no período de 14/08/2020 a 30/11/2020 em conformidade com o Art. 99 da Lei Municipal nº 747/2008.

§ A não apresentação do registro no prazo especificado no caput deste artigo torna nula a concessão da licença.

§ Caso não seja apresentado o registro da candidatura ou ao menos cópia da ata que comprove a participação do servidor em convenção partidária como pretenso candidato, o Município adotará os procedimentos necessários para resguardar o interesse público.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

C U M P R A – S E

Gabinete do Prefeito Municipal.

Abmael Borges da Silveira

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N. º 260/2020

De 14 de Agosto de 2020.

Abmael Borges da Silveira, Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, No Uso de Suas Atribuições Legais,

R E S O L V E:

Art. 1º - Revogar concessão de Gratificação de FG 01(um) ao servidor JOSE ENOQUE DE JESUS lotado na Secretaria de Viação e Obras Públicas no cargo de GARI sob matrícula de nº 1178 conforme Art. 13 da Lei Municipal nº 749/08.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3 º - Revogam–se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal.

CUMPRA-SE

Abmael Borges da Silveira

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 252/2020

DE 14 DE AGOSTO DE 2020

Abmael Borges da Silveira, Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o requerimento de desincompatibilização sob o protocolo nº 2774/2020 da interessada;

R E S O L V E:

Art. 1º- Conceder Licença para Atividade Política a servidora GUIOMAR RITA DA COSTA LUCAS matricula nº 131, lotada na Secretaria de Educação no cargo de Professora I a IV, no período de 14/08/2020 a 30/11/2020 em conformidade com o Art. 99 da Lei Municipal nº 747/2008.

§ A não apresentação do registro no prazo especificado no caput deste artigo torna nula a concessão da licença.

§ Caso não seja apresentado o registro da candidatura ou ao menos cópia da ata que comprove a participação do servidor em convenção partidária como pretenso candidato, o Município adotará os procedimentos necessários para resguardar o interesse público.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

C U M P R A – S E

Gabinete do Prefeito Municipal.

Abmael Borges da Silveira

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 261/2020

DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

R E S O L V E:

Art. 1º- REVOGA a Portaria 19/2011 a qual nomeiao Sr.º **JOSE CARLOS GASPARETTO** portador do CPF sob o nº 460.184.681-15,para o cargo de Chefe de Seção de Expedição de Guia de Arrecadação, previsto no Plano de Cargos Carreira e Vencimento

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

C U M P R A – S E

Gabinete do Prefeito Municipal.

Abmael Borges da Silveira

Prefeito Municipal

PREFEITURA/LICITAÇÃO
RESULTADO

RESULTADO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 060/2020

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2020

A Pregoeira Oficial, Sr.ª Cristina Magalhães Castro designada pela Portaria nº 012/2015, leva ao conhecimento dos interessados o Resultado do **Pregão Eletrônico nº 012/2020**,Registro de Preço para futura e eventual contratação de empresa especializada em confecção de banners, faixa, adesivos, blocos, formulários para atender a demanda das Secretarias de Saúde, administração, Agricultura, Assistência Social, Educação, Cultura Desporto e Lazer e Gabinete do Prefeito, onde foram declaradas vencedoras as empresas:

EMPRESA DECLARADA VENCEDORA	VALOR TOTAL (R$)
GRÁFICA E EDITORA ALIANÇA LTDA (02.472.396/0002-86)	**R$ 38.965,00 (Trinta e oito mil novecentos e sessenta e cinco reais)**
MARIA LUIZA P DE MATOS-ME (30.635.573/0001-52)	**R$ 34.275,00 (Trinta e quatro mil duzentos e setenta e cinco reais)**
GUIA TIPO ALFA LTDA (10.979. 697/0001-48)	**R$ 178.222,78 (cento e setenta e oito mil duzentos e vinte e dois reais e setenta e oito centavos)**
IDCONTROLL IDENTIFICAÇÃO E TECNOLOGIA LTDA (35.663.840/ 0001-19)	**R$ 330,00 (Trezentos e trinta reais)**

Os lotes 02 e 04 foram Fracassados.

Vila Rica – MT, 14 de Agosto de 2020.

CRISTINA MAGALHÃES CASTRO

Pregoeira Oficial

Portaria nº 012/2015

PREFEITURA/LICITAÇÃO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ORIGINAL Nº 051/2019

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ORIGINAL Nº 051/2019

OBJETO: O presente aditivo tem por objeto acrescer o valor de R$ 67. 500,00 (Sessenta e sete mil e quinhentos reais) do contrato 051/2019, inicialmente pactuado no Processo Licitatório nº 073/2019 na modalidade Adesão nº 013/2019.

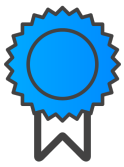
DEMAIS CLÁUSULAS: Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato.

DATA: Vila Rica/MT, 14 de Agosto de 2020.

ASSINANTES /Abmael Borges da Silveira - Prefeitura Municipal De Vila Rica – Contratante

MICHAEL FERRAZ DO NASCIMENTO ME (11.276.497/0001-91) Contratada.

Esse documento foi assinado por

	**Signatário**	CN=ASSOCIACAO MATOGROSSENSE DOS MUNICIPIOS:00234260000121, OU=Certificado PJ A1, OU=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Data/Hora	Sun Aug 16 22:31:15 UTC 2020
	Emissor do Certificado	CN=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Número Serial.	1170115676103352402
	Método	urn:adobe.com:Adobe.PPKLite:adbe.pkcs7.sha1 (Adobe Signature)